ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 241
Brasília - DF, segunda-feira, 18 de dezembro de 2017

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário ... 1
Atos do Poder Legislativo ... 1
Atos do Senado Federal ... 2
Atos do Poder Executivo ... 2
Presidência da República ... 40
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ... 41
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ... 45
Ministério da Cultura ... 51
Ministério da Defesa ... 59
Ministério da Educação ... 61
Ministério da Fazenda ... 78
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços ... 119
Ministério da Integração Nacional ... 121
Ministério da Justiça e Segurança Pública ... 122
Ministério da Saúde ... 125
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União ... 156
Ministério das Cidades ... 180
Ministério das Relações Exteriores ... 180
Ministério de Minas e Energia ... 180
Ministério do Desenvolvimento Social ... 186
Ministério do Esporte ... 187
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ... 188
Ministério do Trabalho ... 191
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ... 192
Ministério Público da União ... 200
Defensoria Pública da União ... 201
Poder Judiciário ... 202
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 203

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.508 (1)
ORIGEM :ADI - 5508 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. :DISTRITO FEDERAL
RELATOR :MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) :PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) :PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) :ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) :CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) :ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. :ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL - ADPF
ADV.(A/S) :ANTÔNIO TORREÃO BRAZ FILHO (0009930/DF)
AM. CURIAE. :FEDERAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL - FENADEPOL
ADV.(A/S) :LUIZ FERNANDO FERREIRA GALLO (15411/DF)
AM. CURIAE. :FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS - FENAPEF
ADV.(A/S) :RUDI MEIRA CASSEL (DF022256/) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. :ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ADPESP
ADV.(A/S) :ISIS TAVARES DOS SANTOS VAICHEN (250035/SP)

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), julgando improcedente o pedido, e os votos dos Ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux e Dias Toffoli, julgando parcialmente procedente o pedido, nos termos de seus votos, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Falaram: pela requerente, a Drª. Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República; pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional, a Ministra Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União; pelo *amicus curiae* Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF, a Dra. Larissa Benevides Gadelha Campos; e, pelo *amicus curiae* Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF, o Dr. Rudi Meira Cassel. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 13.12.2017.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.488, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, as seguintes partes vetadas da Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017:

"CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

.....

Art. 11. Ficam revogados o § 1º -A do art. 23 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 10 e 11 da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015."

Brasília, 15 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER

LEI Nº 13.535, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais.

Parágrafo único. O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim
Henrique Meirelles
Grace Maria Fernandes Mendonça

LEI Nº 13.536, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

AVISO

CIRCULOU EM 15/12/2017 A EDIÇÃO EXTRA Nº 240-A
Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

Art. 1ª Esta Lei permite a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção.

Art. 2ª As bolsas de estudo com duração mínima de doze meses, concedidas pelas agências de fomento para a formação de recursos humanos, poderão ter seus prazos regulamentares prorrogados por até cento e vinte dias, se for comprovado o afastamento temporário do bolsista em virtude da ocorrência de parto, bem como de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção durante o período de vigência da respectiva bolsa.

§ 1ª Não poderá ser concedida a prorrogação a mais de um bolsista, quando for decorrente do mesmo processo de adoção e guarda.

§ 2ª No caso de falecimento do bolsista referido no **caput** deste artigo, a prorrogação, pelo período restante, poderá ser deferida a cônjuge ou companheiro que também seja bolsista, exceto nas hipóteses de falecimento do filho ou de seu abandono.

Art. 3ª O afastamento temporário de que trata o art. 2ª desta Lei deverá ser formalmente comunicado à agência de fomento e a comunicação deverá estar acompanhada da confirmação da coordenação da direção do curso em que esteja matriculado o bolsista, especificadas as datas de início e de término efetivos, além dos documentos comprobatórios da gestação, nascimento, adoção ou guarda judicial, conforme o caso.

Art. 4ª É vedada a suspensão do pagamento da bolsa durante o afastamento temporário de que trata o art. 2ª desta Lei.

Parágrafo único. Ficarão suspensas as atividades acadêmicas do bolsista, desde que não ultrapassado o prazo máximo de prorrogação.

Art. 5ª A prorrogação da vigência da bolsa corresponderá ao período de afastamento das atividades acadêmicas, respeitado o limite estipulado no art. 2ª desta Lei.

Art. 6ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2017; 196ª da Independência e 129ª da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim
José Mendonça Bezerra Filho

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

LEI Nº 13.537, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Confere ao Município de Terra Roxa, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Moda Bebê.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É conferido ao Município de Terra Roxa, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional da Moda Bebê.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2017; 196ª da Independência e 129ª da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim

LEI Nº 13.538, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Cria, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ª É criado, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE).

Art. 2ª O CCJE será regido por ato normativo específico aprovado pelo Plenário do TSE.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, o TSE poderá firmar convênios para a gestão do CCJE.

Art. 3ª Constituem objetivos do CCJE, entre outros correlatos que poderão ser estabelecidos administrativamente:

I - identificar e preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio histórico e cultural da Justiça Eleitoral;

II - elaborar e executar projetos e atividades voltados à aquisição, restauração, documentação, conservação e difusão de bens culturais de interesse da Justiça Eleitoral;

III - desenvolver, sem fins lucrativos, programas, exposições e atividades educativas e culturais de interesse da Justiça Eleitoral e de promoção da cidadania, com fundamento no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária;

IV - promover e incentivar estudos e pesquisas sobre a memória e a história da Justiça Eleitoral;

V - estimular publicações e peças publicitárias sobre temas vinculados a seus objetivos institucionais.

Parágrafo único. Para a consecução de seus objetivos, o CCJE, por intermédio do TSE, poderá:

I - estabelecer vínculos de cooperação e intercâmbio com instituições de ensino, órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou supranacionais;

II - formalizar parcerias com organizações da sociedade civil para a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração ou de fomento e em acordos de cooperação;

III - apresentar, nos termos da legislação federal, estadual ou municipal, projetos para obtenção de recursos de fundos de incentivo à cultura.

Art. 4ª O TSE garantirá a disponibilidade de recursos humanos e materiais suficientes para o cumprimento dos objetivos do CCJE.

§ 1ª O CCJE terá, como estrutura mínima, 2 (dois) cargos em comissão de Assessor II, nível CJ-2, e 2 (duas) funções comissionadas de Assistente II, nível FC-2.

§ 2ª Para atendimento ao previsto neste artigo, o TSE promoverá adequação interna na distribuição dos cargos e funções já existentes.

Art. 5ª As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária consignada ao TSE.

Art. 6ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2017; 196ª da Independência e 129ª da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim
Grace Maria Fernandes Mendonça

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 28, DE 2017

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), para estabelecer que autoridade do Poder Executivo Federal comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, para prestar contas sobre a agenda da produtividade e da melhoria do ambiente de negócios.

O Senado Federal resolve:
Art. 1º O art. 99 da Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 99. .....
.....

§ 3º A Comissão promoverá 2 (duas) audiências públicas por ano para a prestação de contas do andamento das ações coordenadas pelo Poder Executivo que afetam a agenda da produtividade e da melhoria do ambiente de negócios, a ser realizada pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República ou por outra autoridade com **status** ministerial a quem tenha sido delegada expressamente essa competência." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 9º, **caput**, incisos VI, VIII e IX, e no art. 46, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SISTEMA FEDERAL DE ENSINO

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior - IES e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação **lato sensu**, nas modalidades presencial e a distância, no sistema federal de ensino.

§ 1º A regulação será realizada por meio de atos autorizativos de funcionamento de IES e de oferta de cursos superiores de graduação e de pós-graduação **lato sensu** no sistema federal de ensino, a fim de promover a igualdade de condições de acesso, de garantir o padrão de qualidade das instituições e dos cursos e de estimular o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

§ 2º A supervisão será realizada por meio de ações preventivas ou corretivas, com vistas ao cumprimento das normas gerais da educação superior, a fim de zelar pela regularidade e pela qualidade da oferta dos cursos de graduação e de pós-graduação **lato sensu** e das IES que os ofertam.

§ 3º A avaliação será realizada por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, com caráter formativo, e constituirá o referencial básico para os processos de regulação e de supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade.

§ 4º As funções de supervisão e de avaliação de que trata o **caput** poderão ser exercidas em regime de cooperação com os sistemas de ensino estaduais, distrital e municipais.

§ 5º À oferta de educação superior a distância aplica-se, ainda, o disposto no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Decreto, o sistema federal de ensino compreende:

I - as instituições federais de ensino superior - IFES;

II - as IES criadas e mantidas pela iniciativa privada; e

III - os órgãos federais de educação superior.

§ 1º As IES criadas e mantidas por pessoas jurídicas de direito privado sujeitam-se ao sistema federal de ensino.

§ 2º As IES criadas pelo Poder Público estadual, distrital ou municipal e mantidas por pessoas jurídicas de direito privado e as IES qualificadas como instituições comunitárias, nos termos da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, sujeitam-se ao sistema federal de ensino.

§ 3º As IES públicas criadas e mantidas pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios serão vinculadas ao respectivo sistema de ensino, sem prejuízo do credenciamento para oferta de cursos a distância pelo Ministério da Educação, nos termos dos art. 17 e art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, do Decreto nº 9.057, de 2017, e da legislação específica.

§ 4º As IES criadas pelo Poder Público estadual, distrital ou municipal existentes na data da promulgação da Constituição e que sejam mantidas e administradas por pessoa jurídica de direito público, ainda que não gratuitas, serão vinculadas ao respectivo sistema de ensino estadual.

Art. 3º As competências para as funções de regulação, supervisão e avaliação no sistema federal de ensino serão exercidas pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - Conaes, conforme estabelecido neste Decreto.

Parágrafo único. As competências previstas neste Decreto serão exercidas sem prejuízo daquelas previstas na Estrutura Regimental do Ministério da Educação, aprovada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, na Estrutura Regimental do Inep, aprovada pelo Decreto nº 8.956, de 12 de janeiro de 2017, e nas demais normas aplicáveis.

Art. 4º Ao Ministro de Estado da Educação compete:

I - homologar pareceres do CNE em pedidos de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de IES;

II - homologar pareceres e propostas de atos normativos aprovados pelo CNE;

III - aprovar os instrumentos de avaliação elaborados pelo Inep;

IV - homologar as deliberações da Conaes; e

V - expedir normas e instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos.

§ 1º O Ministro de Estado da Educação poderá, motivadamente, restituir os processos de competência do CNE para reexame.

§ 2º Os atos homologatórios do Ministro de Estado da Educação são irrecorríveis na esfera administrativa.

Art. 5º Compete ao Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, nos termos do Decreto nº 9.005, de 2017, exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior no âmbito do sistema federal de ensino.

Art. 6º Compete ao CNE:

I - exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação nos temas afetos à regulação e à supervisão da educação superior, inclusive nos casos omissos e nas dúvidas surgidas na aplicação das disposições deste Decreto;

II - deliberar, por meio da Câmara de Educação Superior, sobre pedidos de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de IES e autorização de oferta de cursos vinculadas a credenciamentos;

III - propor diretrizes e deliberar sobre a elaboração dos instrumentos de avaliação para credenciamento e recredenciamento de instituições a serem elaborados pelo Inep;

IV - recomendar, por meio da Câmara de Educação Superior, providências da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, quando não satisfeito o padrão de qualidade para credenciamento e recredenciamento de universidades, centros universitários e faculdades;

V - deliberar, por meio da Câmara de Educação Superior, sobre a inclusão e a exclusão de denominação de curso do catálogo de cursos superiores de tecnologia, nos termos do art. 101;

VI - julgar , por meio da Câmara de Educação Superior, recursos a ele dirigidos nas hipóteses previstas neste Decreto; e

VII - analisar e propor ao Ministério da Educação questões relativas à aplicação da legislação da educação superior.

Parágrafo único. As decisões da Câmara de Educação Superior de que trata o inciso II do **caput** serão passíveis de recurso ao Conselho Pleno do CNE, na forma do art. 9º, § 2º, alínea "e", da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e do regimento interno do CNE.

Art. 7º Compete ao Inep:

I - conceber, planejar, coordenar e operacionalizar:

a) as ações destinadas à avaliação de IES, de cursos de graduação e de escolas de governo; e

b) o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade, os exames e as avaliações de estudantes de cursos de graduação;

II - conceber, planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar:

a) os indicadores referentes à educação superior decorrentes de exames e insumos provenientes de bases de dados oficiais, em consonância com a legislação vigente; e

b) a constituição e a manutenção de bancos de avaliadores e colaboradores especializados, incluída a designação das comissões de avaliação;

III - elaborar e submeter à aprovação do Ministro de Estado da Educação os instrumentos de avaliação externa **in loco**, em consonância com as diretrizes propostas pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior e pelos outros órgãos competentes do Ministério da Educação;

IV - conceber, planejar, avaliar e atualizar os indicadores dos instrumentos de avaliação externa **in loco**, em consonância com as diretrizes propostas pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação;

V - presidir a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA, nos termos do art. 85; e

VI - planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar as ações necessárias à consecução de suas finalidades.

Art. 8º Compete à Conaes:

I - propor e avaliar as dinâmicas, os procedimentos e os mecanismos de avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;

II - estabelecer diretrizes para organização das comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

III - formular propostas para o desenvolvimento das IES, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;

IV - articular-se com os sistemas estaduais de ensino, com vistas ao estabelecimento de ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior; e

V - submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos cujos estudantes realizarão o Enade.

CAPÍTULO II
DA REGULAÇÃO

Seção I
Dos atos autorizativos

Art. 9º A educação superior é livre à iniciativa privada, observadas as normas gerais da educação nacional e condicionada à autorização e à avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 10. O funcionamento de IES e a oferta de curso superior dependem de ato autorizativo do Ministério da Educação, nos termos deste Decreto.

§ 1º São tipos de atos autorizativos:

I - os atos administrativos de credenciamento e recredenciamento de IES; e

II - os atos administrativos de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores.

§ 2º Os atos autorizativos fixam os limites da atuação dos agentes públicos e privados no âmbito da educação superior.

§ 3º Os prazos de validade dos atos autorizativos constarão dos atos e serão contados da data de publicação.

§ 4º Os atos autorizativos serão renovados periodicamente, conforme o art. 46 da Lei nº 9.394, de 1996, e o processo poderá ser simplificado de acordo com os resultados da avaliação, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Art. 11. O Ministério da Educação definirá calendário anual de abertura do protocolo de ingresso e conclusão de processos regulatórios em sistema próprio, para fins de expedição dos atos autorizativos e de suas modificações.

§ 1º O protocolo de pedido de recredenciamento de IES e de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de curso superior, antes do vencimento do ato autorizativo anterior, prorroga automaticamente a validade do ato autorizativo até a conclusão do processo e a publicação de Portaria.

§ 2º Os processos regulatórios que tenham sido arquivados por iniciativa das IES implicam renúncia à sua análise e não poderão ser desarquivados.

§ 3º Nos casos de decisão final desfavorável ou de arquivamento do processo, o interessado poderá protocolar nova solicitação relativa ao mesmo pedido, observado o calendário previsto no **caput**.

§ 4º O calendário de que trata o **caput** abrangerá as atividades relativas à tramitação dos processos na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, no Inep, no CNE e no Gabinete do Ministro de Estado da Educação.

Art. 12. As modificações do ato autorizativo serão processadas na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento de IES, autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

§ 1º Os seguintes aditamentos dependem de ato prévio editado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação:

I - aumento de vagas em cursos de graduação ofertados por faculdades;

II - aumento de vagas em cursos de graduação em Direito e Medicina ofertados por centros universitários e universidades, observado o disposto no art. 41;

III - extinção voluntária de cursos ofertados por IES sem autonomia;

IV - descredenciamento voluntário de IES ou de oferta em uma das modalidades;

V - unificação de IES mantidas por uma mesma mantenedora; e

VI - credenciamento de **campus** fora de sede.

§ 2º Os demais aditamentos serão realizados em atos próprios das IES e serão informados à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, no prazo de sessenta dias, contado da data da edição dos referidos atos, para fins de atualização cadastral, observada a legislação específica.

§ 3º A ampliação da abrangência original do ato autorizativo fica condicionada à comprovação da qualidade da oferta em relação às atividades já autorizadas, resguardada a autonomia universitária.

§ 4º O Ministério da Educação poderá instituir processo simplificado para aumento de vagas, de acordo com os resultados da avaliação.

§ 5º As IES poderão remanejar parte das vagas entre cursos presenciais de mesma denominação ofertados no mesmo Município e deverão informar à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação o remanejamento realizado, no prazo de sessenta dias, para fins de atualização cadastral, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Art. 13. Os pedidos de ato autorizativo serão decididos com base em conceitos atribuídos ao conjunto e a cada uma das dimensões do Sinaes avaliadas no relatório de avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep, consideradas as avaliações dos processos vinculados, os demais procedimentos e instrumentos de avaliação e o conjunto de elementos de instrução apresentados pelas entidades interessadas no processo ou solicitados pela Secretaria competente em sua atividade instrutória.

Art. 14. As IFES criadas por lei são dispensadas da edição de ato autorizativo prévio pelo Ministério da Educação para funcionamento e oferta de cursos, nos termos de sua lei de criação e da legislação.

Parágrafo único. As IFES protocolarão o primeiro pedido de recredenciamento no prazo de cinco anos, contado da data de início da oferta do primeiro curso de graduação.

Seção II
Das organizações acadêmicas

Art. 15. As IES, de acordo com sua organização e suas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas para oferta de cursos superiores de graduação como:

I - faculdades;

II - centros universitários; e

III - universidades.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º As instituições privadas serão credenciadas originalmente como faculdades.

§ 2º A alteração de organização acadêmica será realizada em processo de recredenciamento por IES já credenciada.

§ 3º A organização acadêmica das IFES é definida em sua lei de criação.

§ 4º As instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são equiparadas às universidades federais para efeito de regulação, supervisão e avaliação, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Art. 16. As IES privadas poderão solicitar recredenciamento como centro universitário, desde que atendam, além dos requisitos gerais, aos seguintes requisitos:

I - um quinto do corpo docente estar contratado em regime de tempo integral;

II - um terço do corpo docente possuir titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - no mínimo, oito cursos de graduação terem sido reconhecidos e terem obtido conceito satisfatório na avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep;

IV - possuírem programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação;

V - possuírem programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, que pode incluir programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência;

VI - terem obtido Conceito Institucional - CI maior ou igual a quatro na avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep, prevista no § 2º do art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; e

VII - não terem sido penalizadas em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos dois anos, contado da data de publicação do ato que penalizou a IES.

Art. 17. As IES privadas poderão solicitar recredenciamento como universidade, desde que atendam, além dos requisitos gerais, aos seguintes requisitos:

I - um terço do corpo docente estar contratado em regime de tempo integral;

II - um terço do corpo docente possuir titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - no mínimo, sessenta por cento dos cursos de graduação terem sido reconhecidos e terem conceito satisfatório obtido na avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep ou em processo de reconhecimento devidamente protocolado no prazo regular;

IV - possuírem programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação;

V - possuírem programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, que pode incluir programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência;

VI - terem obtido CI maior ou igual a quatro na avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep, prevista no §2º do artigo 3º da Lei nº 10.861, de 2004;

VII - oferecerem regularmente quatro cursos de mestrado e dois cursos de doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação; e

VIII - não terem sido penalizadas em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos dois anos, contado da data de publicação do ato que penalizou a IES.

Seção III
Do credenciamento institucional

Art. 18. O início do funcionamento de uma IES privada será condicionado à edição prévia de ato de credenciamento pelo Ministério da Educação.

§ 1º O ato de credenciamento de IES será acompanhado do ato de autorização para a oferta de, no mínimo, um curso superior de graduação.

§ 2º É permitido o credenciamento de IES para oferta de cursos na modalidade presencial, ou na modalidade a distância, ou em ambas as modalidades.

Art. 19. A mantenedora protocolará pedido de credenciamento junto à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, observado o calendário definido pelo Ministério da Educação.

§ 1º O processo de credenciamento será instruído com análise documental, avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep, parecer da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação e parecer do CNE, a ser homologado pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O pedido de credenciamento tramitará em conjunto com o pedido de autorização de, no máximo, cinco cursos de graduação.

§ 3º O quantitativo estabelecido no §2º não se aplica aos cursos de licenciatura.

§ 4º A avaliação externa **in loco**, realizada pelo Inep, institucional e dos cursos será realizada por comissão única de avaliadores.

§ 5º A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação poderá realizar as diligências necessárias à instrução do processo.

Art. 20. O pedido de credenciamento será instruído com os seguintes documentos:

I - da mantenedora:

a) atos constitutivos, registrados no órgão competente, que atestem sua existência e sua capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

c) certidões de regularidade fiscal perante a Fazenda federal;

d) certidões de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

e) demonstração de patrimônio suficiente para assegurar a sustentabilidade financeira da instituição mantida, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação;

f) demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes, considerada sua natureza jurídica; e

g) termo de responsabilidade, assinado pelo representante legal da mantenedora, que ateste a veracidade e a regularidade das informações prestadas e da capacidade financeira da entidade mantenedora; e

II - da IES:

a) comprovante de recolhimento das taxas de avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep, previstas na Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004;

b) plano de desenvolvimento institucional - PDI;

c) regimento interno ou estatuto;

d) identificação dos integrantes do corpo dirigente e de informação sobre a experiência acadêmica e profissional de cada um;

e) comprovante de disponibilidade e regularidade do imóvel;

f) plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes; e

g) atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente.

§ 1º Os documentos previstos nas alíneas "e" e "f" do inciso I do **caput** poderão ser substituídos por parecer de auditoria independente que demonstre condição suficiente para assegurar a sustentabilidade financeira da instituição mantida.

§ 2º Aplicam-se às IFES e às escolas de governo federais o disposto nas alíneas "a", "b" e "g" do inciso I do **caput** e nas alíneas "b", "c", "d", "f" e "g" do inciso II do **caput**.

§ 3º Aplicam-se às escolas de governo dos sistemas de ensino estaduais e distrital que solicitarem credenciamento para oferta de pós-graduação **lato sensu** a distância o previsto nas alíneas "a", "b" e "g" do inciso I do **caput** e nas alíneas "a", "b", "c", "d", "f" e "g" do inciso II do **caput**.

§ 4º A comprovação da regularidade de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ e da regularidade perante a Fazenda federal, a Seguridade Social e o FGTS poderão ser verificadas pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação nas bases de dados do Governo federal e as mantenedoras deverão estar devidamente regulares para fins de credenciamento ou de recredenciamento.

§ 5º A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação poderá requisitar à mantenedora a apresentação de balanço patrimonial em plano de contas a ser definido conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Art. 21. Observada a organização acadêmica da instituição, o PDI conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I - missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II - projeto pedagógico da instituição, que conterá, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;

III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de **campus** fora de sede e de polos de educação a distância;

IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e **campus** para oferta de cursos presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;

V - oferta de cursos e programas de pós-graduação **lato** e **stricto sensu**, quando for o caso;

VI - perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e da incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;

VII - organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;

VIII - projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;

IX - infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará:

a) com relação à biblioteca:

1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;

2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e

3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e

b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;

XI - oferta de educação a distância, especificadas:

a) sua abrangência geográfica;

b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI;

c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados;

d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e

e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.

Parágrafo único. O PDI contemplará as formas previstas para o atendimento ao descrito nos art. 16 e art. 17, no tocante às políticas ou aos programas de extensão, de iniciação científica, tecnológica e de docência institucionalizados, conforme a organização acadêmica pleiteada pela instituição.

Art. 22. Após parecer final da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, o processo de credenciamento será encaminhado à Câmara de Educação Superior do CNE, que poderá:

I - quanto às modalidades de oferta:

a) deferir o pedido de credenciamento para ambas as modalidades solicitadas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) deferir o pedido de credenciamento somente para uma das modalidades solicitadas; ou

c) indeferir o pedido de credenciamento; e

II - quanto aos cursos:

a) deferir o pedido de credenciamento e todos os pedidos de autorização de cursos vinculados;

b) deferir o pedido de credenciamento e parte dos pedidos de autorização de cursos vinculados; ou

c) indeferir o pedido de credenciamento.

Parágrafo único. O processo será encaminhado ao Ministro de Estado da Educação para homologação do parecer do CNE e publicação dos atos autorizativos de credenciamento.

Art. 23. O Ministério da Educação poderá estabelecer procedimentos específicos para o credenciamento de IES privadas e autorização para a oferta de curso de Medicina, nos termos da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Art. 24. O Ministério da Educação poderá estabelecer, nos termos do art. 81 da Lei nº 9.394, de 1996, processo de credenciamento prévio para instituições vinculadas cujas mantenedoras possuam todas as suas mantidas já recredenciadas com CI, obtido nos últimos cinco anos, maior ou igual a quatro e que não tenham sido penalizadas em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos dois anos, contado da data de publicação do ato que penalizou a IES, conforme documentos e critérios adicionais a serem estabelecidos em regulamento.

§ 1º O credenciamento prévio de que trata o **caput:**

I - será acompanhado da autorização de, no máximo, cinco cursos de graduação;

II - os cursos de que trata o inciso I deverão ser ofertados por, no mínimo, uma das mantidas já recredenciadas com CI, obtido nos últimos cinco anos, maior ou igual a quatro; e

III - os cursos de que trata o inciso I já devem ser reconhecidos com Conceito de Curso - CC, obtido nos últimos cinco anos, maior ou igual a quatro.

§ 2º Na hipótese de as condições verificadas após a avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep para credenciamento definitivo da instituição não serem suficientes, o credenciamento será indeferido e a mantenedora ficará impedida de protocolar novos processos de credenciamento pelo prazo de dois anos, contado da data de publicação da decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 3º Aplica-se o disposto no **caput** aos pedidos de credenciamento de **campus** fora de sede por universidades e centros universitários.

§ 4º Na hipótese de indeferimento do credenciamento definitivo, o Ministério da Educação poderá realizar chamada pública para transferência assistida de estudantes regulares, conforme regulamento a ser editado.

Seção IV
Do recredenciamento institucional

Art. 25. A instituição protocolará pedido de recredenciamento junto à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, observado o calendário definido pelo Ministério da Educação e dentro do prazo fixado no ato autorizativo vigente.

§ 1º O pedido de credenciamento em nova modalidade e a alteração de organização acadêmica por IES já credenciada serão realizados em processo de recredenciamento.

§ 2º O processo de recredenciamento considerará todos os aditamentos realizados ao ato original de credenciamento e as diversas modalidades de oferta da instituição, quando couber.

§ 3º O processo de recredenciamento observará, no que couber, as disposições processuais e os requisitos exigidos nos pedidos de credenciamento previstos nos art. 19 e art. 20.

§ 4º Os documentos a serem apresentados no processo de recredenciamento destacarão as alterações ocorridas após o credenciamento ou o último recredenciamento.

§ 5º A irregularidade perante a Fazenda federal, a Seguridade Social e o FGTS ensejará o sobrestamento dos processos regulatórios em trâmite, nos termos do Capítulo III.

Art. 26. A ausência de protocolo do pedido de recredenciamento no prazo devido caracterizará irregularidade administrativa e a instituição ficará:

I - impedida de solicitar aumento de vagas em cursos de graduação, de admitir novos estudantes e de criar novos cursos e polos de educação a distância, quando for o caso; e

II - sujeita a processo administrativo de supervisão, nos termos do Capítulo III.

Parágrafo único. A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação poderá analisar pedido de recredenciamento protocolado após o vencimento do ato autorizativo anterior e suspender as medidas previstas no **caput**, na hipótese de a instituição possuir, pelo menos, um curso de graduação com oferta efetiva de aulas nos últimos dois anos, sem prejuízo das penalidades previstas neste Decreto.

Art. 27. As faculdades com CI máximo nas duas últimas avaliações, que ofertem pelo menos um curso de pós-graduação **stricto sensu** reconhecido pelo Ministério da Educação e que não tenham sido penalizadas em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos dois anos, contados da data de publicação do ato que a penalizou, poderão receber a atribuição de registrar seus próprios diplomas de graduação, nos termos de seu ato de recredenciamento, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. As faculdades citadas no **caput** perderão a atribuição de registrar seus próprios diplomas de graduação nas seguintes hipóteses:

I - obtenção de conceito inferior em avaliação institucional subsequente;

II - perda do reconhecimento do curso de pós-graduação **stricto sensu** pelo Ministério da Educação; ou

III - ocorrência de penalização em processo administrativo de supervisão.

Art. 28. O recredenciamento como universidade ou centro universitário depende da manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para o credenciamento na respectiva organização acadêmica.

§ 1º O não cumprimento dos requisitos necessários para o recredenciamento ensejará a celebração de protocolo de compromisso e eventual determinação de medida cautelar de suspensão das atribuições de autonomia, conforme o art. 10 da Lei nº 10.861, de 2004.

§ 2º A decisão do processo de recredenciamento poderá:

I - deferir o pedido de recredenciamento sem alteração da organização acadêmica;

II - deferir o pedido de recredenciamento, com alteração da organização acadêmica que consta do pedido original da instituição; ou

III - indeferir o pedido de recredenciamento.

Seção V
Da oferta de pós-graduação

Art. 29. As IES credenciadas para oferta de cursos de graduação podem oferecer cursos de pós-graduação **lato sensu** na modalidade em que são credenciadas, nos termos da legislação específica.

§ 1º As instituições que ofertam exclusivamente cursos ou programas de pós-graduação **stricto sensu** reconhecidos pelo Ministério da Educação podem oferecer cursos de pós-graduação **lato sensu** nas modalidades presencial e a distância, nos termos da legislação específica.

§ 2º A oferta de pós-graduação **lato sensu** está condicionada ao funcionamento regular de, pelo menos, um curso de graduação ou de pós-graduação **stricto sensu**, nos termos da Seção XII deste Capítulo.

§ 3º Os cursos de pós-graduação **lato sensu**, nos termos deste Decreto, independem de autorização do Ministério da Educação para funcionamento e a instituição deverá informar à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação os cursos criados por atos próprios, no prazo de sessenta dias, contado da data do ato de criação do curso.

Art. 30. As escolas de governo do sistema federal, regidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, solicitarão credenciamento ao Ministério da Educação para oferta de cursos de pós-graduação **lato sensu**, nas modalidades presencial e a distância, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. As escolas de governo dos sistemas de ensino estaduais e distrital solicitarão credenciamento ao Ministério da Educação para oferta de cursos de pós-graduação **lato sensu** na modalidade à distância, nos termos do Decreto nº 9.057, de 2017, e da legislação específica.

Seção VI
Do campus fora de sede

Art. 31. Os centros universitários e as universidades poderão solicitar credenciamento de **campus** fora de sede em Município diverso da abrangência geográfica do ato de credenciamento em vigor, desde que o Município esteja localizado no mesmo Estado da sede da IES.

§ 1º As instituições de que trata o **caput**, que atendam aos requisitos dispostos nos art. 16 e art. 17 e que possuam CI maior ou igual a quatro, na última avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep na sede, poderão solicitar credenciamento de **campus** fora de sede.

§ 2º O pedido de credenciamento de **campus** fora de sede será processado como aditamento ao ato de credenciamento, aplicando-se, no que couber, as disposições processuais que o regem.

§ 3º O pedido de **campus** fora de sede será deferido quando o resultado da sua avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep for maior ou igual a quatro.

§ 4º O pedido de credenciamento de **campus** fora de sede será acompanhado do ato de autorização para a oferta de, no máximo, cinco cursos de graduação.

§ 5º O quantitativo estabelecido no § 4º não se aplica aos cursos de licenciatura.

§ 6º A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação poderá instituir processo simplificado para credenciamento de **campus** fora de sede de IFES e para extensão das atribuições de autonomia, processos de autorização de cursos e aumento de vagas em cursos a serem ofertados fora de sede, ouvida a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Art. 32. O **campus** fora de sede integrará o conjunto da instituição.

§ 1º Os **campi** fora de sede das universidades gozarão de atribuições de autonomia desde que observado o disposto nos incisos I e II do **caput** do art. 17 no **campus** fora de sede.

§ 2º Os **campi** fora de sede dos centros universitários não gozarão de atribuições de autonomia.

Art. 33. É vedada a oferta de curso presencial em unidade fora da sede sem o prévio credenciamento do **campus** fora de sede e autorização específica do curso.

Art. 34. Os centros universitários e as universidades poderão solicitar a transformação de faculdades em **campus** fora de sede por meio de processo de unificação de mantidas, observados os requisitos estabelecidos para a alteração de organização acadêmica, desde que as instituições pertençam à mesma mantenedora e estejam sediadas no mesmo Estado.

Seção VII
Da transferência de mantença

Art. 35. A alteração da mantença de IES será comunicada ao Ministério da Educação, no prazo de sessenta dias, contado da data de assinatura do instrumento jurídico que formaliza a transferência.

Parágrafo único. A comunicação ao Ministério da Educação conterá os instrumentos jurídicos que formalizam a transferência de mantença, devidamente averbados pelos órgãos competentes, e o termo de responsabilidade assinado pelos representantes legais das mantenedoras adquirente e cedente.

Art. 36. Após a efetivação da alteração de mantença, as novas condições de oferta da instituição serão analisadas no processo de recredenciamento institucional.

§ 1º Caso a mantenedora adquirente já possua IES mantida e regularmente credenciada pelo Ministério da Educação, o recredenciamento ocorrerá no período previsto no ato autorizativo da instituição transferida vigente na data de transferência de mantença.

§ 2º Caso a mantenedora adquirente não possua IES mantida e regularmente credenciada pelo Ministério da Educação, a instituição protocolará pedido de recredenciamento, no prazo de um ano, contado da data de efetivação da transferência de mantença.

Art. 37. A alteração de mantença preservará os interesses dos estudantes e da comunidade acadêmica e será informada imediatamente ao público, em local de fácil acesso e no sítio eletrônico oficial da IES.

Art. 38. São vedadas:

I - a transferência de cursos entre IES;

II - a divisão de mantidas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - a unificação de mantidas de mantenedoras distintas;

IV - a divisão de cursos de uma mesma mantida; e

V - a transferência de mantença de IES que esteja em processo de descredenciamento voluntário ou decorrente de procedimento sancionador, ou em relação a qual seja constatada a ausência de oferta efetiva de aulas por período superior a vinte e quatro meses.

Parágrafo único. As hipóteses previstas no **caput** caracterizarão irregularidade administrativa, nos termos do Capítulo III.

Seção VIII
Da autorização de cursos

Art. 39. A oferta de cursos de graduação em faculdades, nos termos deste Decreto, depende de autorização prévia do Ministério da Educação.

Art. 40. As universidades e os centros universitários, nos limites de sua autonomia, observado o disposto no art. 41, independem de autorização para funcionamento de curso superior, devendo informar à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação os cursos criados por atos próprios para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento, no prazo de sessenta dias, contado da data do ato de criação do curso.

§ 1º Aplica-se o disposto no **caput** ao aumento e à redução de vagas em cursos já existentes e a outras modificações das condições constantes do seu ato de criação.

§ 2º As instituições de que trata o **caput**, ao solicitar credenciamento para nova modalidade, estarão dispensadas de efetuar pedido de autorização de curso, observado o disposto no art. 41.

§ 3º As instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica somente poderão ofertar bacharelados e cursos superiores de tecnologia nas áreas em que ofereçam cursos técnicos de nível médio, assegurada a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior.

Art. 41. A oferta de cursos de graduação em Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, inclusive em universidades e centros universitários, depende de autorização do Ministério da Educação, após prévia manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º Nos processos de autorização de cursos de graduação em Direito serão observadas as disposições da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

§ 2º Nos processos de autorização de cursos de graduação em Medicina, realizados por meio de chamamento público, serão observadas as disposições da Lei nº 12.871, de 2013.

§ 3º A manifestação dos Conselhos de que trata o **caput** terá caráter opinativo e se dará no prazo de trinta dias, contado da data de solicitação do Ministério da Educação.

§ 4º O prazo previsto no § 3º poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a requerimento do Conselho interessado.

§ 5º O aumento de vagas em cursos de graduação em Direito e Medicina, inclusive em universidades e centros universitários, depende de ato autorizativo do Ministério da Educação.

§ 6º O Ministério da Educação poderá instituir processo simplificado para autorização de cursos e aumento de vagas para as IFES, nos cursos referidos no **caput**.

Art. 42. O processo de autorização será instruído com análise documental, avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep e decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 1º A avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep poderá ser dispensada, por decisão do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, após análise documental, mediante despacho fundamentado, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação, para IES que apresentem:

I - CI igual ou superior a três;

II - inexistência de processo de supervisão; e

III - oferta de cursos na mesma área de conhecimento pela instituição.

§ 2º A avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep de grupos de cursos, de cursos do mesmo eixo tecnológico ou área de conhecimento será realizada por comissão única de avaliadores, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

§ 3º Os processos relativos a cursos experimentais e a cursos superiores de tecnologia considerarão suas especificidades, inclusive no que se refere à avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep e à análise documental.

§ 4º No caso de curso correspondente a profissão regulamentada, após a fase de avaliação externa **in loco**, realizada pelo Inep, será aberto prazo para que o órgão de regulamentação profissional, de âmbito nacional, possa manifestar-se em caráter opinativo.

§ 5º O prazo de que trata o § 4º será de trinta dias, contado da data de disponibilização do processo ao órgão de regulamentação profissional interessado, prorrogável uma vez, por igual período, mediante requerimento.

Art. 43. O pedido de autorização de curso será instruído com os seguintes documentos:

I - comprovante de recolhimento da taxa de avaliação externa **in loco**, realizada pelo Inep;

II - projeto pedagógico do curso, que informará o número de vagas, os turnos, a carga horária, o programa do curso, as metodologias, as tecnologias e os materiais didáticos, os recursos tecnológicos e os demais elementos acadêmicos pertinentes, incluídas a consonância da infraestrutura física, tecnológica e de pessoal dos polos de educação a distância do curso, quando for o caso;

III - relação de docentes e de tutores, quando for o caso, acompanhada de termo de compromisso firmado com a instituição, que informará a titulação, a carga horária e o regime de trabalho; e

IV - comprovante de disponibilidade do imóvel.

Parágrafo único. A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação poderá solicitar documentos adicionais para garantir a adequada instrução do processo.

Art. 44. A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação procederá à análise dos documentos, sob os aspectos da regularidade formal e do mérito do pedido, e ao final poderá:

I - deferir o pedido de autorização de curso;

II - deferir o pedido de autorização de curso com redução de vagas;

III - deferir o pedido de autorização de curso, em caráter experimental, nos termos do art. 81 da Lei nº 9.394, de 1996; ou

IV - indeferir o pedido de autorização de curso.

§ 1º Da decisão do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação caberá recurso, no prazo de trinta dias, contado da data da decisão, à Câmara de Educação Superior do CNE.

§ 2º A decisão da Câmara de Educação Superior será submetida à homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

Seção IX
Do reconhecimento e da renovação de reconhecimento de cursos

Art. 45. O reconhecimento e o registro de curso são condições necessárias à validade nacional dos diplomas.

§ 1º O reconhecimento de curso presencial na sede não se estende às unidades fora de sede, para registro do diploma ou qualquer outro fim.

§ 2º O reconhecimento de curso presencial em determinado Município se estende às unidades educacionais localizadas no mesmo Município, para registro do diploma ou qualquer outro fim, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

§ 3º O disposto no § 2º não dispensa a necessidade de avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep nas unidades educacionais que configurem local de oferta do curso.

§ 4º O Ministério da Educação poderá instituir processo simplificado para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos das IFES.

Art. 46. A instituição protocolará pedido de reconhecimento de curso no período compreendido entre cinquenta por cento do prazo previsto para integralização de sua carga horária e setenta e cinco por cento desse prazo, observado o calendário definido pelo Ministério da Educação.

Art. 47. A instituição protocolará pedido de renovação de reconhecimento de curso no prazo e na forma estabelecidos em calendário e regulamento a serem editados pelo Ministério da Educação.

Art. 48. A ausência de protocolo do pedido de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso no prazo devido caracterizará irregularidade administrativa e a instituição ficará impedida de solicitar aumento de vagas e de admitir novos estudantes no curso, sujeita, ainda, a processo administrativo de supervisão, nos termos do Capítulo III.

Parágrafo único. A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação poderá analisar pedido de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento de curso protocolado após o vencimento do ato autorizativo anterior e suspender as medidas previstas no **caput**, na hipótese de o curso de graduação possuir oferta efetiva de aulas nos últimos dois anos, sem prejuízo das penalidades previstas neste Decreto.

Art. 49. Os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso serão instruídos com análise documental, avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep e decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 1º A avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep poderá ser dispensada para os processos de renovação de reconhecimento de cursos, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

§ 2º A avaliação externa **in loco**, realizada pelo Inep, de grupos de cursos, de cursos do mesmo eixo tecnológico ou da mesma área de conhecimento será realizada por comissão única de avaliadores, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Art. 50. Os pedidos de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos serão instruídos com os documentos elencados no art. 43.

Art. 51. O reconhecimento de cursos de graduação em Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem será submetido à manifestação, em caráter opinativo, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no caso de curso de Direito, e do Conselho Nacional de Saúde, nos cursos de Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem.

Parágrafo único. O prazo para a manifestação de que trata o **caput** é de trinta dias, contado da data de disponibilização do processo ao Conselho interessado, prorrogável uma vez, por igual período, mediante requerimento.

Art. 52. A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação procederá à análise dos documentos, sob os aspectos da regularidade formal e do mérito do pedido, e ao final poderá:

I - deferir o pedido de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso;

II - sugerir protocolo de compromisso com vistas à superação das fragilidades detectadas na avaliação, nos termos da Seção X deste Capítulo; ou

III - reconhecer ou renovar o reconhecimento de curso para fins de expedição e registro dos diplomas dos estudantes já matriculados.

Seção X
Do protocolo de compromisso

Art. 53. A obtenção de conceitos insatisfatórios no conjunto ou em cada uma das dimensões do relatório de avaliação externa **in loco** realizada pelo Inep, considerados os procedimentos e os instrumentos diversificados de avaliação do Sinaes, ensejará a celebração de protocolo de compromisso dentro dos processos de recredenciamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Art. 54. A partir do diagnóstico objetivo das condições da instituição ou do curso, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação indicará a celebração de protocolo de compromisso, a ser apresentado pela IES, que conterá:

I - os encaminhamentos, os processos e as ações a serem adotados, com vistas à superação das fragilidades detectadas;

II - a indicação expressa de metas a serem cumpridas;

III - o prazo máximo de doze meses para o seu cumprimento; e

IV - a criação de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso pela IES.

§ 1º Na vigência de protocolo de compromisso, poderá ser aplicada medida cautelar, prevista no art. 63, desde que necessária para evitar prejuízo aos estudantes.

§ 2º O protocolo de compromisso firmado com universidades federais ou instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica será acompanhado pela Secretaria de Educação Superior ou pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, respectivamente.

Art. 55. Finalizado o prazo de cumprimento do protocolo de compromisso, a instituição será submetida a avaliação externa **in loco** pelo Inep, para verificação do seu cumprimento e da superação das fragilidades detectadas.

Parágrafo único. Fica vedada a celebração de novo protocolo de compromisso no âmbito do mesmo processo.

Art. 56. O não cumprimento do protocolo de compromisso ensejará a instauração de procedimento sancionador, nos termos do Capítulo III, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. A não apresentação do protocolo de compromisso no prazo estipulado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação será considerada não cumprimento do protocolo e resultará no sobrestamento do processo de regulação e na abertura de procedimento sancionador, nos termos do Capítulo III.

Seção XI
Do encerramento da oferta de cursos e descredenciamento de instituições

Art. 57. O encerramento da oferta de cursos ou o descredenciamento de IES, a pedido da instituição ou decorrente de procedimento sancionador, obriga a mantenedora à:

I - vedação de ingresso de novos estudantes;

II - entrega de registros e documentos acadêmicos aos estudantes; e

III - oferta final de disciplinas e transferência de estudantes, quando for o caso.

§ 1º O encerramento da oferta de curso ou o descredenciamento voluntários, da IES ou da oferta em uma das modalidades, serão informados à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação pela IES, na forma disposta em regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

§ 2º O não atendimento às obrigações previstas neste artigo poderá ensejar a instauração de procedimento sancionador, nos termos deste Decreto.

§ 3º Nas hipóteses previstas no **caput**, o Ministério da Educação poderá realizar chamada pública para transferência assistida de estudantes regulares, conforme regulamento.

Art. 58. Após o descredenciamento da instituição ou o encerramento da oferta de cursos, permanece com a mantenedora a responsabilidade pela guarda e gestão do acervo acadêmico.

§ 1º O representante legal da mantenedora responderá, nos termos da legislação civil e penal, pela guarda do acervo acadêmico da instituição, inclusive nas hipóteses de negligência ou de sua utilização fraudulenta.

§ 2º A responsabilidade pela guarda e gestão do acervo acadêmico pode ser transferida a outra IES devidamente credenciada, mediante termo de transferência e aceite por parte da IES receptora, na pessoa de seu representante legal, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

§ 3º A IES receptora, na pessoa de seu representante legal, será integralmente responsável pela totalidade dos documentos e registros acadêmicos dos estudantes e cursos recebidos de outra IES.

§ 4º Na hipótese de comprovada impossibilidade de guarda e de gestão do acervo pelos representantes legais da mantenedora de IES descredenciada, o Ministério da Educação poderá editar ato autorizativo da transferência do acervo a IFES da mesma unidade federativa na qual funcionava a IES descredenciada, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Seção XII
Da validade dos atos

Art. 59. O funcionamento regular de IES depende da oferta efetiva e regular de aulas de, pelo menos, um curso de graduação, nos termos de seu ato autorizativo.

Art. 60. A ausência ou a interrupção da oferta efetiva de aulas, por período superior a vinte e quatro meses, ensejará a abertura de processo administrativo de supervisão, que poderá resultar na cassação imediata do ato autorizativo do curso, nos termos do Capítulo III.

§ 1º A ausência ou a interrupção da oferta efetiva de aulas de que trata o **caput** se caracterizam pela não abertura de processo seletivo para admissão de estudantes e pela ausência de estudantes matriculados.

§ 2º Para fins do disposto no **caput**, considera-se início de funcionamento do curso a oferta efetiva de aulas.

§ 3º Nas hipóteses de cassação do ato autorizativo previstas no **caput**, os interessados poderão apresentar nova solicitação relativa ao mesmo pedido, observado calendário definido pelo Ministério da Educação.

Art. 61. A ausência da oferta efetiva de aulas de todos os cursos de graduação de uma IES, por período superior a vinte e quatro meses, contado da data de publicação do ato autorizativo, ensejará a abertura de processo administrativo de supervisão, que poderá resultar na cassação imediata do ato autorizativo institucional e dos cursos, nos termos do Capítulo III.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO

Seção I
Das fases do processo administrativo de supervisão

Art. 62. O processo administrativo de supervisão instaurado para apuração de deficiências ou irregularidades poderá ser constituído das seguintes fases:

I - procedimento preparatório;

II - procedimento saneador; e

III - procedimento sancionador.

§ 1º Em qualquer fase do processo administrativo de supervisão, poderá ser determinada a apresentação de documentos complementares e a realização de verificação ou auditoria, inclusive **in loco** e sem prévia notificação da instituição.

§ 2º As verificações e as auditorias de que trata o § 1º serão realizadas por comissão de supervisão, que poderá requisitar à instituição e à sua mantenedora os documentos necessários para a elucidação dos fatos.

§ 3º As ações de supervisão poderão ser exercidas em articulação com os conselhos de profissões regulamentadas.

Art. 63. A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação poderá determinar, em caso de risco iminente ou ameaça ao interesse público e ao interesse dos estudantes, motivadamente, sem a prévia manifestação do interessado, as seguintes medidas cautelares, entre outras:

I - suspensão de ingresso de novos estudantes;

II - suspensão da oferta de cursos de graduação ou de pós-graduação **lato sensu**;

III - suspensão de atribuições de autonomia da IES;

IV - suspensão da prerrogativa de criação de novos polos de educação a distância pela IES;

V - sobrestamento de processos regulatórios que a IES ou as demais mantidas da mesma mantenedora tenham protocolado;

VI - impedimento de protocolização de novos processos regulatórios pela IES ou pelas demais mantidas da mesma mantenedora;

VII - suspensão da possibilidade de celebrar novos contratos de Financiamento Estudantil - Fies pela IES;

VIII - suspensão da possibilidade de participação em processo seletivo para a oferta de bolsas do Programa Universidade Para Todos - Prouni pela IES; e

IX - suspensão ou restrição da possibilidade de participação em outros programas federais de acesso ao ensino pela IES.

§ 1º As medidas previstas no **caput** serão formalizadas em ato do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, que indicará o seu prazo e seu alcance.

§ 2º Da decisão do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação caberá recurso, no prazo de trinta dias, à Câmara de Educação Superior do CNE, sem efeito suspensivo.

§ 3º A decisão da Câmara de Educação Superior do CNE será submetida à homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 64. Os atos de supervisão buscarão resguardar os interesses dos estudantes.

Seção II
Do procedimento preparatório

Art. 65. O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, cientificado de eventual deficiência ou irregularidade na oferta de educação superior, instaurará, de ofício ou mediante representação, procedimento preparatório de supervisão.

Art. 66. Estudantes, professores e pessoal técnico-administrativo, por meio de seus órgãos representativos, entidades educacionais ou organizações da sociedade civil, além dos órgãos de defesa dos direitos do cidadão, poderão representar à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, quando verificarem deficiências ou irregularidades no funcionamento de instituição ou curso de graduação e pós-graduação **lato sensu**.

§ 1º A representação conterá a qualificação do representante, a descrição clara e precisa dos fatos a serem apurados, a documentação probatória pertinente e os demais elementos relevantes para o esclarecimento do seu objeto.

§ 2º Na hipótese de representação contra IFES, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação solicitará manifestação da Secretaria de Educação Superior ou da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, conforme o caso.

§ 3º As representações cujo objeto seja alheio às competências do Ministério da Educação e aquelas julgadas improcedentes serão arquivadas, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Art. 67. A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior dará ciência da abertura do procedimento preparatório à instituição, que poderá se manifestar, no prazo de trinta dias, mediante a apresentação de documentação comprobatória, pela insubsistência da irregularidade ou deficiência ou requerer a concessão de prazo para saneamento.

Art. 68. Após análise, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação poderá:

I - instaurar procedimento saneador;

II - instaurar procedimento sancionador; ou

III - arquivar o procedimento preparatório de supervisão, na hipótese de não serem confirmadas as deficiências ou irregularidades.

Seção III
Do procedimento saneador

Art. 69. O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, poderá, de ofício ou mediante representação, nos casos de identificação de deficiências ou de irregularidades passíveis de saneamento, determinar providências saneadoras, em prazo não superior a doze meses.

§ 1º A instituição poderá impugnar, em quinze dias, as medidas determinadas ou o prazo fixado.

§ 2º A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação apreciará a impugnação e decidirá pela manutenção ou adaptação das providências e do prazo e não caberá novo recurso dessa decisão.

Art. 70. A instituição deverá comprovar o efetivo cumprimento das providências determinadas e a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior poderá, se necessário, solicitar diligências e realizar verificação **in loco**.

§ 1º Não será deferido novo prazo para saneamento no curso do processo administrativo de supervisão.

§ 2º Esgotado o prazo determinado e comprovado o saneamento, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação concluirá o processo.

Seção IV
Do procedimento sancionador

Art. 71. O procedimento sancionador será instaurado em ato da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, a partir do procedimento preparatório ou na hipótese de não cumprimento das providências determinadas para o saneamento das deficiências pela instituição e das demais situações previstas na legislação educacional.

Parágrafo único. A instituição será notificada da instauração do procedimento administrativo sancionador e da possibilidade de apresentação de defesa no prazo de quinze dias.

Art. 72. Serão consideradas irregularidades administrativas, passíveis de aplicação de penalidades, nos termos deste Decreto, as seguintes condutas:

I - oferta de educação superior sem o devido ato autorizativo;

II - oferta de educação superior em desconformidade com os atos autorizativos da IES;

III - a ausência ou a interrupção da oferta efetiva de aulas por período superior a vinte e quatro meses;

IV - terceirização de atividade finalística educacional, sob quaisquer designações, na oferta de educação superior;

V - convalidação ou aproveitamento irregular de estudos ofertados por instituições credenciadas ou não para a oferta de educação superior, sob quaisquer denominações, para acesso à educação superior;

VI - diplomação de estudantes cuja formação tenha ocorrido em desconformidade com a legislação educacional;

VII - registro de diplomas, próprios ou expedidos por outras IES, sem observância às exigências legais que conferem regularidade aos cursos;

VIII - prestação de informações falsas ao Ministério da Educação e omissão ou distorção de dados fornecidos aos cadastros e sistemas oficiais da educação superior, especialmente o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IX - ausência de protocolo de pedido de recredenciamento e de protocolo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso no prazo e na forma deste Decreto;

X - oferta de educação superior em desconformidade com a legislação educacional; e

XI - o descumprimento de penalidades aplicadas em processo administrativo de supervisão.

Art. 73. Decorrido o prazo para manifestação da instituição, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação apreciará o conjunto de elementos do processo e decidirá:

I - pelo arquivamento do processo, na hipótese de não confirmação das deficiências ou das irregularidades; ou

II - pela aplicação das penalidades previstas na Lei nº 9.394, de 1996, especialmente:

a) desativação de cursos e habilitações;

b) intervenção;

c) suspensão temporária de atribuições da autonomia;

d) descredenciamento;

e) redução de vagas autorizadas;

f) suspensão temporária de ingresso de novos estudantes; ou

g) suspensão temporária de oferta de cursos.

§ 1º As decisões de desativação de cursos e de descredenciamento da instituição implicarão, além da cessação imediata da admissão de novos estudantes, a adoção de providências com vistas à interrupção do funcionamento do curso ou da instituição, nos termos da Seção XI do Capítulo II.

§ 2º Na hipótese de constatação da impossibilidade de transferência dos estudantes para outra instituição, ficam ressalvados os direitos dos estudantes matriculados à conclusão do curso, que será reconhecido para fins de expedição e registro dos diplomas.

§ 3º As decisões de suspensão de atribuições da autonomia, de ingressos de novos estudantes e de oferta de cursos preverão o prazo e o alcance das medidas.

§ 4º A decisão de intervenção poderá implicar a nomeação de interventor pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, que estabelecerá a duração e as condições da intervenção.

§ 5º A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação poderá decidir, com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, pela comutação das penalidades previstas no **caput**, na hipótese de justificação dos elementos analisados, ou pela celebração de compromisso para ajustamento de conduta.

§ 6º Em caso de descumprimento de penalidade, o Ministério da Educação poderá substituí-la por outra de maior gravidade.

Art. 74. A mantenedora que, diretamente ou por uma de suas mantidas, tenha recebido penalidades de natureza institucional ficará impedida de protocolar novos processos de credenciamento pelo prazo de dois anos, contado da data de publicação do ato que a penalizou, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. Os processos de credenciamento já protocolados na ocorrência das situações previstas no **caput** serão arquivados pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação.

Art. 75. Da decisão do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação caberá recurso, no prazo de trinta dias, contado da data da decisão, à Câmara de Educação Superior do CNE.

Parágrafo único. A decisão da Câmara de Educação Superior será submetida à homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

Seção V
Da oferta sem ato autorizativo

Art. 76. A oferta de curso superior sem o ato autorizativo, por IES credenciada, configura irregularidade administrativa e o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, instaurará procedimento administrativo sancionador, nos termos deste Capítulo.

§ 1º Nos casos em que a IES possua pedido de credenciamento em tramitação, será instaurado processo administrativo de supervisão de rito sumário, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

§ 2º Confirmada a irregularidade, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação arquivará os processos regulatórios protocolados pela IES e sua mantenedora ficará impedida de protocolar novos processos de credenciamento pelo prazo de dois anos, contado da data de publicação da decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação.

Art. 77. É vedada a oferta de educação superior por IES não credenciada pelo Ministério da Educação, nos termos deste Decreto.

§ 1º A mantenedora que possua mantida credenciada e que oferte educação superior por meio de IES não credenciada está sujeita às disposições previstas no art. 76.

§ 2º A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, no caso previsto no **caput** e em outras situações que extrapolem as competências do Ministério da Educação, solicitará às instâncias responsáveis:

I - a averiguação dos fatos;

II - a interrupção imediata das atividades irregulares da instituição; e

III - a responsabilização civil e penal de seus representantes legais.

Art. 78. Os estudos realizados em curso ou IES sem o devido ato autorizativo não são passíveis de convalidação ou aproveitamento por instituição devidamente credenciada.

CAPÍTULO IV
DA AVALIAÇÃO

Seção I
Da avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e pós-graduação

Art. 79. A avaliação no âmbito do Sinaes ocorrerá nos termos da Lei nº 10.861, de 2004, e da legislação específica.

Parágrafo único. As avaliações de escolas de governo obedecerão ao disposto no **caput** e serão inseridas em sistema próprio.

Art. 80. O Sinaes, a fim de cumprir seus objetivos e atender a suas finalidades constitucionais e legais, compreende os seguintes processos de avaliação:

I - avaliação interna das IES;

II - avaliação externa **in loco** das IES, realizada pelo Inep;

III - avaliação dos cursos de graduação; e

IV - avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação por meio do Enade.

Art. 81. A avaliação externa **in loco** é iniciada com a tramitação do processo da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação para o Inep e concluída com a disponibilização do relatório de avaliação para manifestação da instituição e da referida Secretaria.

Parágrafo único. Após o pagamento da taxa de avaliação complementar prevista na Lei nº 10.870, de 2004, será disponibilizado formulário eletrônico de avaliação, que será preenchido pela IES com as informações que guiarão o processo avaliativo e serão verificadas **in loco**.

Art. 82. A comissão de avaliação externa **in loco** atribuirá e justificará, para cada indicador, conceitos expressos em cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória.

§ 1º A avaliação externa **in loco** institucional realizada pelo Inep considerará, no mínimo, as dez dimensões avaliativas obrigatórias definidas pela Lei nº 10.861, de 2004, e resultará em CI .

§ 2º A avaliação externa **in loco** do curso realizada pelo Inep considerará as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as dimensões relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica, e resultará em CC.

Art. 83. As avaliações externas **in loco** serão realizadas por avaliadores capacitados, em instrumentos específicos a serem designados pelo Inep.

Parágrafo único. O Inep realizará a seleção, a capacitação, a recapacitação e a elaboração de critérios de permanência dos avaliadores do banco de avaliadores e do banco de avaliadores do sistema de escolas de governo e sua administração.

Art. 84. A composição das comissões de avaliação poderá variar em função dos processos relacionados, considerados a duração da visita e o número de avaliadores, conforme regulamento a ser editado pelo Inep.

Art. 85. A CTAA é um órgão colegiado de acompanhamento dos processos periódicos de avaliação externa **in loco** realizadas no âmbito do Sinaes e do sistema de escolas de governo.

Parágrafo único. A CTAA é a instância recursal dos processos avaliativos relacionados a relatórios de avaliação externa **in loco** e de denúncias contra avaliadores.

Seção II
Da avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação por meio do Enade

Art. 86. Os exames e as avaliações de estudantes de cursos de graduação aferem os desempenhos em relação às habilidades e às competências desenvolvidas ao longo de sua formação na graduação.

Art. 87. O Enade será aplicado a estudantes de cada curso a ser avaliado de acordo com ciclo avaliativo a ser definido pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. O perfil dos estudantes que obrigatoriamente realizarão o exame será estabelecido em regulamento a ser editado pelo Inep.

Art. 88. Os instrumentos de avaliação do Enade serão compostos a partir de itens do Banco Nacional de Itens da Educação Superior - BNI-ES a ser mantido pelo Inep.

§ 1º O BNI-ES do Inep é um acervo de itens elaborados com objetivo de compor instrumentos de avaliação da educação superior, assegurados os critérios de sigilo, segurança, ineditismo e qualidade técnico-pedagógica.

§ 2º Os itens serão propostos por docentes colaboradores, selecionados mediante edital de chamada pública a ser realizado pelo Inep, com vistas à democratização e à representatividade regional do banco.

Art. 89. Os indicadores da educação superior serão calculados a partir das bases de dados do Inep e de outras bases oficiais que possam ser agregadas para subsidiar as políticas públicas de educação superior.

Parágrafo único. A definição, a metodologia de cálculo, o prazo e a forma de divulgação dos indicadores previstos no **caput** serão estabelecidos em regulamento a ser editado pelo Inep, após aprovação da Conaes, nos termos da Lei nº 10.861, de 2004.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 90. O Ministério da Educação poderá, a qualquer tempo e motivadamente, realizar ações de monitoramento e supervisão de instituições, cursos e polos de educação a distância, observada a legislação.

Art. 91. As ações de monitoramento, instituídas em políticas de regulação e supervisão da educação superior, serão executadas exclusivamente pelo Ministério da Educação e poderão ser desenvolvidas com a assistência dos órgãos e das entidades da administração pública.

Parágrafo único. As ações de monitoramento da educação superior poderão ser desenvolvidas em articulação com os conselhos profissionais.

Art. 92. O Ministério da Educação poderá instituir processo simplificado com vistas à expansão da oferta de cursos de formação de profissionais do magistério para a educação básica, de cursos superiores de tecnologia e de cursos em áreas estratégicas relacionadas aos processos de inovação tecnológica e à elevação de produtividade e competitividade da economia do País.

Art. 93. O exercício de atividade docente na educação superior não se sujeita à inscrição do professor em órgão de regulamentação profissional.

Parágrafo único. O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de quarenta horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, vinte horas semanais para estudos, pesquisa, extensão, planejamento, gestão e avaliação.

Art. 94. Aprovados os estatutos das IFES pelas instâncias competentes do Ministério da Educação, eventuais alterações serão aprovadas por seus respectivos órgãos colegiados superiores, observadas as regras gerais estabelecidas neste Decreto e nos demais normativos pertinentes, vedada a criação de cargos ou funções administrativas.

Art. 95. As instituições comunitárias de ensino superior - ICES serão qualificadas nos termos da Lei nº 12.881, de 2013, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Art. 96. Os estudantes que se transferirem para outra IES têm assegurado o aproveitamento dos estudos realizados de maneira regular, conforme normativos vigentes.

Art. 97. O Decreto nº 9.057, de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º O polo de educação a distância é a unidade descentralizada da instituição de educação superior, no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º Os polos de educação a distância manterão infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada aos projetos pedagógicos dos cursos ou de desenvolvimento da instituição de ensino.

§ 2º São vedadas a oferta de cursos superiores presenciais em instalações de polo de educação a distância e a oferta de cursos de educação a distância em locais que não estejam previstos na legislação." (NR)

Art. 98. Os cursos a distância poderão aceitar transferência, aproveitamento de estudos e certificações totais ou parciais realizadas ou obtidas pelos estudantes em cursos presenciais, da mesma forma que os cursos presenciais em relação aos cursos a distância, conforme legislação.

Art. 99. Os diplomas de cursos de graduação serão emitidos pela IES que ofertou o curso e serão registrados por IES com atribuições de autonomia, respeitada o disposto no art. 27 e conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

§ 1º As universidades, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os Centros Federais de Educação Tecnológica registrarão os diplomas expedidos por eles próprios e aqueles emitidos por instituições de ensino superior sem autonomia.

§ 2º Os centros universitários poderão registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos.

Art. 100. É vedada a identificação da modalidade de ensino na emissão e no registro de diplomas.

Art. 101. O Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, servirá de referência nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos superiores de tecnologia.

Parágrafo único. O Ministério da Educação definirá os procedimentos para atualização do catálogo de que trata o **caput**.

Art. 102. São classificadas como reservadas, pelo prazo de cinco anos, as informações processuais relativas às mantenedoras e às IES privadas e seus cursos apresentadas ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, resguardadas as informações de caráter sigiloso definido em lei.

Parágrafo único. Caberá às IES a ampla divulgação de seus atos institucionais, de seus cursos e dos documentos pedagógicos e de interesse dos respectivos estudantes, nos termos no art. 47 da Lei nº 9.394, de 1996, e conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Art. 103. As IES, independentemente do seu sistema de ensino, manterão seus dados atualizados junto ao Cadastro e-MEC, mantido pelo Ministério da Educação, e prestarão anualmente as informações pertinentes ao Censo da Educação Superior, nos termos do Decreto nº 6.425, de 4 de abril 2008.

Art. 104. Os documentos que compõem o acervo acadêmico das IES na data de publicação deste Decreto serão convertidos para o meio digital, mediante a utilização de métodos que garantam a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais, nos termos da legislação.

Parágrafo único. O prazo e as condições para que as IES e suas mantenedoras convertam seus acervos acadêmicos para o meio digital e os prazos de guarda e de manutenção dos acervos físicos serão definidos em regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Art. 105. As IES originalmente criadas ou mantidas pelo Poder Público estadual, municipal ou distrital que foram desvinculadas após a Constituição de 1988, atualmente mantidas ou administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, migrarão para o sistema federal de ensino mediante edital de migração específico a ser editado pelo Ministério da Educação.

Art. 106. Os processos iniciados antes da data de entrada em vigor deste Decreto obedecerão às disposições processuais nele contidas, com aproveitamento dos atos já praticados.

Art. 107. Ficam revogados:

I - o art. 15 do Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009;

II - o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006;

III - o Decreto nº 5.786, de 24 de maio de 2006;

IV - o Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007;

V - o Decreto nº 8.142, de 21 de novembro de 2013; e

VI - o Decreto nº 8.754, de 10 de maio de 2016.

Art. 108. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
José Mendonça Bezerra Filho

DECRETO Nº 9.236, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Decreto nº 5.958, de 7 de novembro de 2006, que dispõe sobre a criação da Medalha "Mérito Desportivo Militar".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 5.958, de 7 de novembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A Medalha "Mérito Desportivo Militar" destina-se a agraciar os militares das Forças Armadas brasileiras, os civis brasileiros, os policiais militares e os bombeiros militares brasileiros que tenham se destacado em competições desportivas nacionais e internacionais, além de militares e civis brasileiros e estrangeiros, organizações militares e instituições civis nacionais e estrangeiras que tenham prestado relevantes serviços ao desporto militar do País ou apoiado o Ministério da Defesa no cumprimento de suas missões constitucionais." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art. 3º do Decreto nº 5.958, de 7 de novembro de 2006.

Brasília, 15 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Raul Jungmann

DECRETO Nº 9.237, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Decreto nº 2.153, de 20 de fevereiro de 1997, que estabelece e organiza as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais da Marinha, dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos de Distritos Navais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 2.153, de 20 de fevereiro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10.
.....
.....

IV -
.....
.....

b) área fluvial e lacustre que abrange as hidrovias do Rio Araguaia, à jusante da foz do Rio Muricizal, e do Rio Tocantins, à jusante da foz do Rio Manuel Alves Grande, além das demais bacias fluviais, lagos e lagoas existentes na área terrestre sob sua jurisdição; e

.....

VI -
.....

a) área fluvial e lacustre que abrange as hidrovias do Rio Araguaia, da sua nascente até a divisa entre os Estados de Mato Grosso, do Pará e do Tocantins, e as demais bacias fluviais, lagos e lagoas existentes na área terrestre sob sua jurisdição; e

.....

VII -
.....

a) área fluvial e lacustre que abrange as hidrovias do Rio Araguaia, da divisa entre os Estados de Mato Grosso, do Pará e de Tocantins até a foz do Rio Muricizal, e do Rio Tocantins, à montante da foz do Rio Manuel Alves Grande, além das demais bacias fluviais, lagos e lagoas existentes na área terrestre sob sua jurisdição; e

....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Raul Jungmann
Dyogo Henrique de Oliveira

DECRETO Nº 9.238, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o IPHAN, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - um DAS 101.5;

II - dois DAS 101.4; e

III - um DAS 101.2.

Art. 3º Ficam remanejadas, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o IPHAN, na forma do Anexo IV, em cumprimento à Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, as seguintes Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE:

I - dez FCPE 101.4;

II - quinze FCPE 101.3;

III - onze FCPE 101.2;

IV - seis FCPE 101.1;

V - uma FCPE 102.4; e

VI - uma FCPE 102.2.

Parágrafo único. Ficam extintos quarenta e quatro cargos em comissão do Grupo-DAS, conforme demonstrado no Anexo IV.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental do IPHAN por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 5º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental do IPHAN deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O Presidente do IPHAN publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o Anexo II, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 6º O Ministro de Estado da Cultura editará regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental do IPHAN, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, no prazo de noventa dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O regimento interno conterá o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do IPHAN.

Art. 7º O Ministro de Estado da Cultura poderá, mediante alteração do regimento interno, permutar cargos em comissão do Grupo-DAS com FCPE, desde que não sejam alteradas as unidades da estrutura organizacional básica especificadas na Tabela "a" do Anexo II e sejam mantidos as categorias, os níveis e os quantitativos previstos na Tabela "b" do Anexo II, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor em 10 de janeiro de 2018.

Art. 9º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009;

II - o Decreto nº 8.005, de 15 de maio de 2013;

III - o Decreto nº 8.436, de 22 de abril de 2015; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - o Decreto nº 9.216, de 1º de dezembro de 2017.

Brasília, 15 de dezembro de 2017; 196ª da Independência e 129ª da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira
Sérgio Henrique Sá Leitão Filho

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, DA SEDE E DA FINALIDADE

Art. 1º O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, autarquia federal criada pela Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990 e constituída pelo Decreto nº 99.492, de 3 de setembro de 1990, com fundamento na autorização contida na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério da Cultura, tem atuação administrativa em todo o território nacional.

Parágrafo único. O IPHAN tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º O IPHAN tem por finalidade:

I - preservar o patrimônio cultural do País, nos termos do art. 216 da Constituição;

II - coordenar a implementação e a avaliação da Política Nacional de Patrimônio Cultural, de acordo com as diretrizes definidas em ato do Ministro de Estado da Cultura;

III - promover a identificação, o reconhecimento, o cadastramento, o tombamento e o registro do patrimônio cultural do País;

IV - promover a salvaguarda e a conservação do patrimônio cultural acautelado pela União;

V - promover a difusão do patrimônio cultural do País, com vistas à preservação, à salvaguarda e à apropriação social;

VI - promover a educação, a pesquisa e a formação de pessoal qualificado para a gestão, a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural;

VII - elaborar as diretrizes, as normas e os procedimentos para a preservação do patrimônio cultural acautelado pela União, de forma a buscar o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federativos e a comunidade;

VIII - fiscalizar e monitorar o patrimônio cultural acautelado pela União e exercer o poder de polícia administrativa nos casos previstos em lei;

IX - manifestar-se, quando provocado, no âmbito do processo de licenciamento ambiental federal, estadual, distrital e municipal quanto à avaliação de impacto e à proteção dos bens culturais acautelados em âmbito federal e à adequação das propostas de medidas de controle, mitigação e compensação; e

X - fortalecer a cooperação nacional e internacional no âmbito do patrimônio cultural.

Parágrafo único. O IPHAN exercerá as competências estabelecidas:

I - no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937;

II - no Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941;

III - na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961;

IV - na Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965;

V - no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000;

VI - no Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007; e

VII - na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º O IPHAN tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos colegiados:

a) Diretoria Colegiada;

b) Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural; e

c) Comitê Gestor;

II - órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

a) Gabinete; e

b) Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental;

III - órgãos seccionais:

a) Procuradoria Federal;

b) Auditoria Interna; e

c) Departamento de Planejamento e Administração;

IV - órgãos específicos singulares:

a) Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização;

b) Departamento de Patrimônio Imaterial;

c) Departamento de Cooperação e Fomento; e

d) Departamento de Projetos Especiais;

V - órgãos descentralizados:

a) Superintendências; e

b) Unidades Especiais:

1. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular;

2. Centro Nacional de Arqueologia;

3. Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx;

4. Centro Cultural do Patrimônio - Paço Imperial;

5. Centro Lucio Costa; e

6. Centro de Documentação do Patrimônio.

CAPÍTULO III
DA DIREÇÃO E DA NOMEAÇÃO

Art. 4º O IPHAN será dirigido pela Diretoria Colegiada.

§ 1º A nomeação do Procurador-Chefe será precedida de indicação do Advogado-Geral da União, conforme o disposto no § 3ª do art. 12 da Lei nª 10.480, de 2 de julho de 2002.

§ 2º A nomeação e a exoneração do Auditor-Chefe serão submetidas pelo Presidente do IPHAN à aprovação do Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União.

CAPÍTULO IV
DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Seção I
Da Diretoria Colegiada

Art. 5º A Diretoria Colegiada será composta pelo Presidente do IPHAN, que a presidirá, e pelos Diretores de Departamento.

§ 1º O quórum mínimo para as reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria Colegiada será de três membros mais o Presidente do IPHAN.

§ 2º A Diretoria Colegiada se reunirá, em caráter ordinário, por convocação do Presidente e, em caráter extraordinário, por convocação do Presidente ou da maioria de seus membros.

§ 3º A Diretoria Colegiada deliberará por maioria simples de votos e caberá ao Presidente o voto de qualidade.

§ 4º O Procurador-Chefe participará das reuniões da Diretoria Colegiada, sem direito a voto.

§ 5º A critério do Presidente, poderão ser convidados para participar das reuniões da Diretoria Colegiada, sem direito a voto, representantes de entidades governamentais e não governamentais.

§ 6º Nas hipóteses de ausência ou impedimento, os membros da Diretoria Colegiada serão representados por seus substitutos legais.

Seção II
Do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural

Art. 6º O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será presidido pelo Presidente do IPHAN, que o integrará como membro nato, e terá a seguinte composição:

I - um representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades públicos, indicados pelos respectivos titulares :

a) Ministério da Educação;

b) Ministério do Meio Ambiente;

c) Ministério das Cidades;

d) Ministério do Turismo; e

e) Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM;

II - um representante de cada uma das seguintes entidades, indicados pelos respectivos dirigentes:

a) Instituto dos Arquitetos do Brasil;

b) Conselho Internacional de Monumentos e Sítios;

c) Sociedade de Arqueologia Brasileira; e

d) Associação Brasileira de Antropologia.

III - treze profissionais de notório saber e experiência nas áreas de atuação relacionadas ao patrimônio cultural.

§ 1º Os membros, titulares e suplentes, dos órgãos e das entidades de que tratam os incisos I, II e III do **caput,** serão indicados pelo Presidente do IPHAN e designados por ato do Ministro de Estado da Cultura.

§ 2º O mandato dos membros de que tratam os incisos II e III do **caput** será de quatro anos, admitida a recondução.

§ 3º O quórum mínimo para as reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será a maioria absoluta de seus membros, e as decisões serão tomadas por maioria simples dos membros presentes.

Art. 7º A perda do mandato dos Conselheiros de que tratam os incisos II e III do **caput** do art. 6º ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - renúncia;

II - incapacidade civil;

III - improbidade administrativa comprovada por meio de processo judicial com sentença transitada em julgado;

IV - perda da condição de membro ou de associado pelos conselheiros de que trata o inciso II do art. 6º; e

VI - faltas injustificadas a três reuniões ordinárias consecutivas, ou a cinco reuniões ordinárias intercaladas.

Parágrafo único. Ocorrendo a perda do mandato de conselheiro, o respectivo suplente assumirá o mandato até o seu término.

Art. 8º A participação no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º As reuniões e as deliberações do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural serão disciplinadas pelo regimento interno.

Art. 10. A mudança na composição do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural ocorrerá de forma gradativa, à medida que os mandatos atuais terminem.

Seção III
Do Comitê Gestor

Art. 11. O Comitê Gestor será composto pelo Presidente do IPHAN, que o presidirá, pelos Diretores de Departamento, pelo Procurador-Chefe, pelos Superintendentes, e pelos Diretores das Unidades Especiais.

§ 1º O funcionamento do Comitê Gestor será disciplinado pelo regimento interno.

§ 2º O Comitê Gestor se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente, e em caráter extraordinário, por convocação do Presidente ou da maioria de seus membros.

§ 3º O quórum mínimo para as reuniões do Comitê Gestor será de cinquenta por cento dos seus membros, e as decisões serão tomadas por maioria simples dos membros presentes.

§ 4º As hipóteses que exijam quórum qualificado serão previstas no regimento interno.

§ 5º O Comitê Gestor poderá, por meio do seu Presidente ou por decisão do seu Plenário, convidar técnicos, especialistas, e membros de entidades governamentais e da sociedade civil para participar das suas reuniões, sem direito a voto.

§ 6ª O Auditor Interno poderá participar das reuniões do Comitê Gestor, sem direito a voto.

§ 7º Nas hipóteses de ausência ou impedimento, os membros do Comitê Gestor serão representados por seus substitutos legais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I
Dos órgãos colegiados

Art. 12. À Diretoria compete:

I - estabelecer as diretrizes e as estratégias do IPHAN;

II - aprovar e coordenar as políticas institucionais do IPHAN;

III - opinar sobre os planos de ação e as propostas referentes ao processo de acompanhamento e avaliação da execução das agendas do IPHAN;

IV - examinar, opinar e decidir sobre as questões relacionadas à proteção e à defesa dos bens culturais;

V - apreciar as propostas de edição de normas de âmbito nacional;

VI - aprovar o regimento interno do IPHAN e zelar pelo seu cumprimento;

VII - analisar, discutir e decidir sobre as matérias relativas:

a) ao plano anual, ao plano plurianual, à proposta orçamentária e ao desenvolvimento institucional, de forma a estabelecer as metas e os indicadores de desempenho dos planos, dos programas, dos projetos e das atividades;

b) à remuneração relativa a serviços, aluguéis, produtos, permissões, cessões, operações e ingressos;

c) ao valor das multas estabelecidas na legislação de proteção ao patrimônio cultural;

d) aos critérios e aos procedimentos de fiscalização e aplicação de penalidades;

e) às políticas administrativas internas e de gestão e desenvolvimento de pessoas;

f) às fontes de recursos para viabilização das ações institucionais; e

g) ao relatório anual e à prestação de contas;

VIII - assessorar o Presidente do IPHAN; e

IX - apoiar, prestar assistência técnica, orientar, acompanhar e supervisionar as unidades do IPHAN no exercício de suas atribuições.

Art. 13. Ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural compete examinar, apreciar e decidir questões relacionadas com:

I - o tombamento e a rerratificação de tombamento;

II - o registro do patrimônio de natureza imaterial e a sua revalidação; e

III - a saída temporária de bens acautelados pela União.

Parágrafo único. A critério do Presidente do IPHAN, poderão ser levadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em caráter consultivo, outras questões relevantes.

Art. 14. Ao Comitê Gestor compete:

I - propor as diretrizes e as estratégias para a Política Nacional de Patrimônio Cultural e para o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural;

II - propor as diretrizes para:

a) o planejamento estratégico e a gestão estratégica do IPHAN; e

b) a política de gestão de pessoas e a implementação de mecanismos destinados ao seu desenvolvimento;

III - colaborar na formulação de diretrizes para normas internas de âmbito nacional;

IV - elaborar e propor alterações no regimento interno; e

V - apreciar outros assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria Colegiada.

Seção II
Dos órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Art. 15. Ao Gabinete compete:

I - assistir o Presidente do IPHAN em sua representação social e política;

II - preparar o despacho de expediente pessoal do Presidente do IPHAN e ocupar-se do preparo e do despacho de seu expediente administrativo;

III - preparar o despacho de expediente institucional;

IV - apoiar na articulação e na interlocução do Presidente do IPHAN com os Departamentos, as Superintendências, as Unidades Especiais e com o público externo;

V - apoiar e coordenar as atividades da Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental;

VI - apoiar e secretariar as reuniões da Diretoria Colegiada, do Conselho Consultivo e do Comitê Gestor; e

VII - gerenciar os canais de atendimento ao cidadão, nos termos da Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental compete:

I - assessorar o Presidente do IPHAN nas questões relativas ao licenciamento ambiental;

II - coordenar, participar e propor as diretrizes para a implementação de política nacional para a proteção aos bens culturais acautelados, no âmbito dos licenciamentos ambientais, pela legislação federal sob a responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de forma articulada com os Departamentos e as Superintendências;

III - promover a articulação institucional do IPHAN com os demais órgãos e entidades públicos envolvidos nos processos de licenciamento ambiental; e

IV - apoiar, coordenar, orientar, monitorar e supervisionar as ações das unidades do IPHAN no que se refere à participação no processo de avaliação de impacto aos bens acautelados no âmbito do licenciamento ambiental.

Seção III
Dos órgãos seccionais

Art. 17. À Procuradoria Federal junto ao IPHAN, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - representar judicial e extrajudicialmente o IPHAN, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;

II - orientar a execução da representação judicial do IPHAN, quando ela estiver sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

III - exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do IPHAN, aplicando, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração de liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, relativas às atividades do IPHAN, para inscrição em dívida ativa e cobrança;

V - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanados dos Poderes Públicos, sob a orientação normativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal;

VI - coordenar e supervisionar, técnica e administrativamente, os órgãos descentralizados; e

VII - encaminhar à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada por seus membros.

Art. 18. À Auditoria Interna compete:

I - propor instrumentos para o aperfeiçoamento da atuação do IPHAN no cumprimento de suas funções e de suas competências;

II - acompanhar, orientar e avaliar os resultados quanto à eficiência, à eficácia e à efetividade da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e dos recursos do IPHAN;

III - zelar pela qualidade, pela eficiência e pela efetividade dos controles internos, com vistas à prevenção de atos irregulares, à garantia da lisura dos procedimentos administrativos e ao atendimento às recomendações emanadas dos órgãos de controle; e

IV - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual e as tomadas de contas especiais realizadas no âmbito do IPHAN.

Art. 19. Ao Departamento de Planejamento e Administração compete:

I - elaborar e consolidar os planos e os programas anuais e plurianuais do IPHAN;

II - formular a proposta orçamentária, a proposta de programação orçamentária e financeira, e o plano de ação do IPHAN;

III - coordenar os procedimentos licitatórios e os respectivos instrumentos para contratação e aquisição de bens e serviços no âmbito da administração central;

IV - formalizar a celebração de convênios, acordos e outros instrumentos congêneres que envolvam a transferência de recursos do Orçamento Geral da União;

V - planejar e desenvolver ações de prestação de contas de convênios, acordos e outros termos ou instrumentos congêneres celebrados com recursos do Orçamento Geral da União;

VI - executar as atividades de planejamento, orçamento, finanças, arrecadação, contabilidade, logística, protocolo-geral e tecnologia da informação;

VII - coordenar a implementação de programas, projetos e ações de gestão de pessoas e de recursos humanos, compreendidas as de administração de pessoal, capacitação e desenvolvimento;

VIII - planejar e gerenciar, no âmbito do IPHAN, a execução das atividades relacionadas com os Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal, de Administração de Recursos de Informação e Informática e de Serviços Gerais;

IX - gerenciar as operações relativas às administrações orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais pelos órgãos descentralizados quanto aos recursos geridos pelo IPHAN;

X - planejar e gerenciar a execução das atividades relativas à organização e à modernização administrativa;

XI - gerenciar, no âmbito do IPHAN, as ações relativas ao planejamento estratégico da tecnologia da informação e à sua implementação;

XII - presidir o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;

XIII - coordenar o Comitê Nacional de Monitoramento;

XIV - acompanhar e orientar as atividades de modernização administrativa do IPHAN;

XV - gerenciar, acompanhar e orientar, no âmbito do IPHAN, as atividades relacionadas com os procedimentos de caráter disciplinar;

XVI - gerenciar os programas e os projetos no âmbito de sua competência;

XVII - propor as diretrizes e as normas administrativas no âmbito de sua competência; e

XVIII - apoiar, prestar assistência técnica, orientar e acompanhar todas os órgãos do IPHAN no exercício de suas atribuições.

Seção IV
Dos órgãos específicos singulares

Art. 20. Ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização compete:

I - formular, em conjunto com os demais órgãos específicos singulares e com as Superintendências, a Política Setorial de Preservação do Patrimônio Cultural de Natureza Material;

II - planejar, acompanhar e avaliar a execução da Política Setorial de Preservação do Patrimônio Cultural de Natureza Material;

III - propor as diretrizes, os critérios e os procedimentos para:

a) a identificação e o reconhecimento do patrimônio cultural de natureza material;

b) a elaboração e a aprovação de normas de preservação;

c) as autorizações de pesquisa e intervenção em bens acautelados em âmbito federal;

d) a fiscalização do patrimônio cultural de natureza material acautelado pela União; e

e) a conservação e gestão de bens culturais acautelados pela União;

IV - emitir parecer, no âmbito dos processos de tombamento e de outras formas de acautelamento, em relação às áreas geográficas, de bens ou conjunto de bens de natureza material que sejam relevantes para a preservação da cultura e da história brasileiras, e analisar, propor e apreciar pedidos de revisão desses atos;

V - planejar, formular, monitorar, gerenciar e avaliar os programas, projetos e ações para preservação do patrimônio cultural material, de forma articulada, com os Departamentos e as Superintendências;

VI - desenvolver, fomentar e promover as metodologias, os cadastros, os estudos e as pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural de natureza material;

VII - desenvolver, fomentar e promover, em conjunto com os Departamentos e as Superintendências, ações que ampliem o uso, a fruição, a participação e a apropriação social do patrimônio cultural de natureza material;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - propor os critérios e os procedimentos para o combate ao tráfico ilícito de bens culturais acautelados em âmbito federal e à lavagem de dinheiro no setor econômico de comércio de antiguidades e obras de arte; e

IX - apoiar, prestar assistência técnica, orientar, acompanhar e supervisionar as Superintendências no exercício de suas atribuições e as atividades desenvolvidas pelo Centro Nacional de Arqueologia e pelo Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx.

Art. 21. Ao Departamento de Patrimônio Imaterial compete:

I - formular, em conjunto com os demais órgãos específicos singulares e com as Superintendências, a Política Setorial de Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial;

II - planejar, acompanhar e avaliar a execução da Política Setorial de Salvaguarda do patrimônio cultural de natureza imaterial;

III - emitir, no âmbito federal, parecer nos processos de registro de bens culturais imateriais portadores de referência à identidade, à ação, e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;

IV - propor as diretrizes, os critérios e os procedimentos a serem executados em âmbito nacional, para:

a) a revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil de Bens Registrados;

b) a identificação de conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético e garantir a sua execução em âmbito nacional;

c) a identificação da diversidade linguística brasileira e a inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística;

d) a elaboração e a execução de planos de salvaguarda e de monitoramento de bens registrados;

e) a elaboração e a execução de ações de apoio e fomento ao patrimônio cultural de natureza imaterial; e

f) a identificação e o reconhecimento do patrimônio cultural de natureza imaterial;

V - promover e articular junto a instituições governamentais e não governamentais a promoção da salvaguarda do patrimônio cultural de natureza imaterial;

VI - formular, gerenciar, monitorar e avaliar programas, projetos e ações para salvaguarda do patrimônio cultural de natureza imaterial de forma articulada com os Departamentos e as Superintendências;

VII - desenvolver, fomentar e promover, em conjunto com os Departamentos e as Superintendências, ações que ampliem o uso, a fruição, a participação e a apropriação social do patrimônio cultural de natureza imaterial;

VIII - apoiar, prestar assistência técnica, orientar, acompanhar e supervisionar as Superintendências na execução das suas atribuições; e

IX - apoiar, prestar assistência técnica e acompanhar as atividades desenvolvidas pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

Art. 22. Ao Departamento de Cooperação e Fomento compete:

I - formular, em conjunto com os demais órgãos específicos singulares e com as Superintendências:

a) a Política Setorial de Cooperação e Fomento à Preservação e de Salvaguarda do Patrimônio Cultural; e

b) a Política Setorial de Documentação;

II - planejar, acompanhar e avaliar a execução:

a) das Políticas Setoriais de Documentação e de Cooperação e Fomento à Preservação e de Salvaguarda do Patrimônio Cultural; e

b) das atividades relativas às diretrizes e às estratégias para a Política Nacional de Patrimônio Cultural, para o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural e para o Plano Nacional de Patrimônio Cultural;

III - planejar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas aos processos:

a) de cooperação institucional, em âmbito nacional e internacional;

b) de gestão documental e do conhecimento no âmbito do IPHAN;

c) de formação e de pesquisa aplicada no âmbito do patrimônio cultural;

d) de promoção e difusão do patrimônio cultural, de editoração, e de educação para o patrimônio;

IV - promover a cooperação e a interlocução com os Departamentos, as Superintendências, as Unidades Especiais e com o público externo, para o acompanhamento da execução das ações de cooperação institucional e de implementação da Política Nacional de Patrimônio Cultural, do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, e do Plano Nacional de Patrimônio Cultural;

V - propor e implementar, em conjunto com os órgãos do IPHAN e com as demais entidades parceiras, iniciativas destinadas ao fomento do patrimônio cultural com vistas à sua sustentabilidade;

VI - gerenciar os programas e os projetos nas áreas de cooperação e fomento;

VII - propor as diretrizes e as normas nas áreas de cooperação e fomento;

VIII - apoiar, prestar assistência técnica, orientar, acompanhar e supervisionar as Superintendências no exercício de suas atribuições e das atividades desenvolvidas pelo Centro Cultural do Patrimônio - Paço Imperial, pelo Centro Lucio Costa e pelo Centro de Documentação do Patrimônio;

IX - assistir as atividades do Conselho Editorial do IPHAN; e

X - implementar a política editorial do patrimônio cultural do IPHAN.

Art. 23. Ao Departamento de Projetos Especiais compete:

I - formular, gerenciar, planejar, executar, monitorar e avaliar programas, projetos e ações especiais e de incentivo à preservação do patrimônio cultural, de forma articulada com os demais órgãos específicos singulares e com as Superintendências;

II - articular ações com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e com os demais órgãos e entidades da administração pública federal, para a viabilização de programas, projetos e ações especiais e de incentivo; e

III - apoiar, prestar assistência técnica, orientar, acompanhar e supervisionar as Superintendências no exercício das suas atribuições.

Seção V
Das Superintendências

Art. 24. Às Superintendências compete:

I - promover, coordenar, planejar, operacionalizar e executar as ações de articulação com o poder público e com as comunidades locais, de acordo com as diretrizes institucionais;

II - exercer a coordenação técnica e administrativa dos escritórios técnicos e parques históricos nacionais sob sua responsabilidade e de outros mecanismos ou unidades de gestão localizados na sua área de atuação;

III - orientar, analisar, aprovar, acompanhar, executar e avaliar os projetos nas suas áreas de atuação ou de bens acautelados pela legislação federal;

IV - exercer a fiscalização e o monitoramento dos bens culturais acautelados de acordo com as normas legais e infralegais;

V - determinar o embargo de ações que contrariem a legislação em vigor e aplicar sanções legais;

VI - autorizar a saída do País e a movimentação de bens culturais que não estiverem sujeitos à aplicação da legislação federal de proteção;

VII - colaborar na elaboração de critérios e padrões técnicos para a conservação e intervenção no patrimônio cultural;

VIII - executar as ações de conservação e salvaguarda de bens protegidos;

IX - articular, apoiar e coordenar os levantamentos, os estudos e as pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural;

X - instruir as propostas de tombamento de bens culturais de natureza material e as propostas de registro de bens culturais de natureza imaterial;

XI - manter e gerenciar, na sua área de atuação, os arquivos e as bibliotecas do IPHAN;

XII - participar, no âmbito dos processos de licenciamento ambiental federal, estadual, distrital e municipal, da avaliação de impacto e proteção dos bens culturais acautelados em âmbito federal e da adequação das propostas de medidas de controle, mitigação e compensação; e

XIII - apoiar a execução das ações de cooperação, fomento e promoção, com vistas à preservação, à salvaguarda e à difusão do patrimônio cultural.

Seção VI
Das Unidades Especiais

Art. 25. Às Unidades Especiais, subordinadas aos Departamentos, competem a coordenação, o planejamento, a operacionalização e a execução das ações do IPHAN no âmbito de suas atribuições, de acordo com as diretrizes da Diretoria Colegiada e com as normas do IPHAN.

§ 1º Ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular compete a gestão dos acervos sob a sua guarda, relacionados com as expressões e as manifestações do folclore e da cultura popular, a realização de ações educativas e expositivas, e a produção de conhecimento nas áreas do folclore, das artes, dos saberes e dos fazeres da cultura popular.

§ 2º Ao Centro Nacional de Arqueologia compete a gestão do patrimônio arqueológico do País , o registro e o cadastro dos sítios arqueológicos, a publicação das autorizações para as pesquisas arqueológicas, e a gestão dos bens móveis arqueológicos.

§ 3º Ao Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx compete a gestão dos acervos sob a sua guarda, e a pesquisa, a divulgação e a difusão da memória e do trabalho de Roberto Burle Marx.

§ 4º Ao Centro Cultural do Patrimônio - Paço Imperial compete a promoção e a difusão do patrimônio cultural, por meio de atividades expositivas e educativas.

§ 5º Ao Centro Lucio Costa compete a promoção das atividades formativas e de pesquisa aplicada na área do patrimônio cultural.

§ 6º Ao Centro de Documentação do Patrimônio compete a gestão documental e do conhecimento do patrimônio cultural no IPHAN.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 26. Ao Presidente incumbe:

I - representar o IPHAN;

II - planejar, coordenar, controlar, orientar e dirigir as atividades do IPHAN;

III - zelar pelo cumprimento:

a) da legislação referente à preservação e à salvaguarda do patrimônio cultural do País;

b) das políticas e diretrizes definidas em ato do Ministro de Estado da Cultura; e

c) e dos planos, programas, projetos e atividades do IPHAN;

III - convocar, quando necessário, as reuniões do Conselho Consultivo, da Diretoria Colegiada e do Conselho Gestor, e presidi-las;

IV - firmar acordos, contratos, convênios, ajustes, termos de ajustamento de conduta e outros instrumentos congêneres;

V - editar atos normativos internos e zelar pelo seu fiel cumprimento;

VI - ratificar, nos casos prescritos em lei, os atos de dispensa e de declaração de inexigibilidade de licitação;

VII - editar, nos casos comprovados de urgência, atos **ad referendum** da Diretoria Colegiada e do Conselho Consultivo;

VIII - ordenar as despesas do IPHAN;

IX - assinar os atos de tombamento de bens culturais, conforme deliberação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, e submetê-los à homologação do Ministro de Estado da Cultura;

X - determinar o registro dos bens culturais de natureza imaterial, conforme deliberação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural;

XI - autorizar a saída temporária do País de bens acautelados pela União; e

XII - reexaminar e decidir, em última instância, as questões relacionadas com a proteção e com a defesa dos bens culturais.

Parágrafo único. As atribuições a que se referem os incisos I, II, IV, VI e VIII do **caput** poderão ser delegadas.

Art. 27. Aos Diretores, Superintendentes e Diretores de Unidades Especiais incumbe:

I - supervisionar, planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução dos assuntos sob a sua responsabilidade;

II - assistir o Presidente, em sua área de atuação, no gerenciamento, no monitoramento e na avaliação das ações do IPHAN; e

III - exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Presidente do IPHAN.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO VII
DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 28. Constituem patrimônio do IPHAN:

I - os acervos das extintas Secretarias do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN e da Fundação Nacional Pró-Memória - PRÓ-MEMÓRIA;

II - os bens e direitos que lhe foram transferidos na forma da lei, decorrentes da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA; e

III - os bens e direitos que adquirir e aqueles que lhe forem doados.

Art. 29. Os recursos financeiros do IPHAN são provenientes de:

I - créditos orçamentários que lhe forem consignados pelo Orçamento Geral da União;

II - rendas de qualquer natureza derivadas dos próprios serviços;

III - empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições, doações de fontes internas e externas, transferência de outros órgãos da administração pública e emolumentos previstos em lei;

IV - reparações de danos ao patrimônio cultural acautelado pela União decorrentes de termos de ajustamento de conduta ou instrumentos similares firmados pelo IPHAN;

V - arrecadação de multas de proteção ao patrimônio cultural estabelecidas na legislação;

VI - convênios e acordos com entidades nacionais e internacionais; e

VII - outras receitas.

Art. 30. O patrimônio e os recursos do IPHAN serão utilizados exclusivamente na execução de suas finalidades.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Às Superintendências e às Unidades Especiais, em suas respectivas áreas de atuação, competirá a administração dos bens que estejam sob sua guarda e responsabilidade.

Art. 32. O regimento interno do IPHAN definirá o detalhamento dos órgãos integrantes de sua estrutura organizacional, as competências das respectivas unidades e as atribuições de seus dirigentes.

Art. 33. O IPHAN atuará em articulação com os órgãos e as entidades da administração pública federal, direta e indireta, com os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e com a sociedade civil organizada para a consecução de seus objetivos finalísticos, de acordo com as diretrizes da política cultural definidas em ato do Ministro de Estado da Cultura.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO/ CARGO/FUNÇÃO	DAS/FCPE/FG
	1	Presidente	DAS 101.6
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
PROCURADORIA FEDERAL	1	Procurador-Chefe	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor-Chefe	FCPE 101.4
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor	FCPE 102.4
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Logística, Convênios e Contratos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	AssistenteTécnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Identificação e Reconhecimento	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Normatização e Gestão de Território	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Conservação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Identificação e Registro	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E FOMENTO	1	Diretor	DAS 101.5
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Cooperação Nacional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Cooperação Internacional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Gestão de Projetos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DE PERNAMBUCO	1	Superintendente	DAS 101.4
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação Técnica	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de Igarassu	1	Chefe	DAS 101.1
Escritório Técnico de Olinda	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico do Parque Histórico Nacional dos Guararapes/Fernando de Noronha	1	Chefe	DAS 101.2
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DE MINAS GERAIS	1	Superintendente	DAS 101.4
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação Técnica	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de Congonhas	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de Diamantina	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de Ouro Preto	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de Serro	1	Chefe	DAS 101.1
Escritório Técnico de Mariana	1	Chefe	DAS 101.1
Escritório Técnico de Tiradentes	1	Chefe	DAS 101.1
Escritório Técnico de São João Del Rei	1	Chefe	DAS 101.1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	Superintendente	DAS 101.4
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação Técnica	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico do Médio Vale do Paraíba Vassouras	1	Chefe	DAS 101.1
Escritório Técnico da Região dos Lagos - São Pedro D'Aldeia	1	Chefe	DAS 101.1
Escritório Técnico da Região Serrana - Petrópolis	1	Chefe	DAS 101.1
Escritório Técnico do Litoral Sul - Paraty	1	Chefe	DAS 101.1
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DA BAHIA	1	Superintendente	DAS 101.4
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação Técnica	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de Porto Seguro	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de Cachoeira	1	Chefe	DAS 101.1
Escritório Técnico de Lençois	1	Chefe	DAS 101.1
Escritório Técnico de Rio de Contas	1	Chefe	DAS 101.1
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DE SÃO PAULO	1	Superintendente	DAS 101.4
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação Técnica	1	Coordenador	DAS 101.3
Escritório Técnico do Vale do Ribeira - Iguape	1	Chefe	DAS 101.1
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO PARÁ	1	Superintendente	DAS 101.4
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação Técnica	1	Coordenador	DAS 101.3
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DISTRITO FEDERAL	1	Superintendente	DAS 101.4
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação Técnica	1	Coordenador	DAS 101.3
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	1	Superintendente	DAS 101.4
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação Técnica	1	Coordenador	DAS 101.3
Parque Histórico Nacional das Missões	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de Antônio Prado	1	Chefe	DAS 101.1
Escritório Técnico da Fronteira Sul - Jaguarão	1	Chefe	DAS 101.1
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DE GOIÁS	1	Superintendente	DAS 101.4
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação Técnica	1	Coordenador	DAS 101.3
Escritório Técnico de Goiás	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de Pirenópolis	1	Chefe	DAS 101.1
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO MARANHÃO	1	Superintendente	DAS 101.4
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação Técnica	1	Coordenador	DAS 101.3
Escritório Técnico de Alcântara	1	Chefe	DAS 101.1
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO AMAZONAS	1	Superintendente	DAS 101.4
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação Técnica	1	Coordenador	DAS 101.3
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DA PARAÍBA	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de Areia	1	Chefe	DAS 101.1
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO PIAUÍ	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de Parnaíba	1	Chefe	DAS 101.1
3Escritório Técnico de São Raimundo Nonato	1	Chefe	DAS 101.2
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO PARANÁ	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DE RONDÔNIA	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DE SANTA CATARINA	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de São Francisco do Sul	1	Chefe	DAS 101.1
Escritório Técnico de Laguna	1	Chefe	DAS 101.1
Escritório Técnico da Imigração -Pomerode	1	Chefe	DAS 101.1
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DE SERGIPE	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de São Cristóvão	1	Chefe	DAS 101.1
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DE ALAGOAS	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico do Alto Sertão -Piranhas	1	Chefe	DAS 101.1
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO CEARÁ	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de Sobral	1	Chefe	DAS 101.1
Escritório Técnico de Icó	1	Chefe	DAS 101.1
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de Corumbá	1	Chefe	DAS 101.1
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO AMAPÁ	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO ACRE	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO TOCANTINS	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
Escritório Técnico de Natividade	1	Chefe	DAS 101.1
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DE RORAIMA	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ESTADO DO MATO GROSSO	1	Superintendente	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR	1	Diretor	DAS 101.4
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação Técnica	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA	1	Diretor	DAS 101.4
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
CENTRO CULTURAL SÍTIO ROBERTO BURLE MAX	1	Diretor	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	DAS 101.2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CENTRO CULTURAL DO PATRIMÔNIO - PAÇO IMPERIAL	1	Diretor	DAS 101.3
Divisão Administrativa	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão Técnica	1	Chefe	FCPE 101.2
CENTRO LÚCIO COSTA	1	Diretor	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO	1	Diretor	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	50		FG-1
	58		FG-2
	63		FG-3

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27	1	6,27
DAS 101.5	5,04	4	20,16	5	25,20
DAS 101.4	3,84	28	107,52	21	80,64
DAS 101.3	2,10	74	155,40	59	123,90
DAS 101.2	1,27	70	88,90	60	76,20
DAS 101.1	1,00	38	38,00	32	32,00
DAS 102.4	3,84	3	11,52	1	3,84
DAS 102.3	2,10	1	2,10	1	2,10
DAS 102.2	1,27	1	1,27	-	-
DAS 102.1	1,00	3	3,00	3	3,00
SUBTOTAL 1		223	434,14	183	353,15
FCPE 101.4	2,30	-	-	10	23,00
FCPE 101.3	1,26	-	-	15	18,90
FCPE 101.2	0,76	-	-	11	8,36
FCPE 101.1	0,60	-	-	6	3,60
FCPE 102.4	2,30	-	-	1	2,30
FCPE 102.2	0,76	-	-	1	0,76
SUBTOTAL 2		-	-	44	56,92
FG-1	0,20	50	10,00	50	10,00
FG-2	0,15	58	8,70	58	8,70
FG-3	0,12	63	7,56	63	7,56
SUBTOTAL 3		171	26,26	171	26,26
TOTAL		394	460,40	398	436,33

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS

CÓDIGO	DAS - UNITÁRIO	DA SEGES/MP PARA O IPHAN	
		QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.5	5,04	1	5,04
DAS 101.4	3,84	2	7,68
DAS 101.2	1,27	1	1,27
SALDO DO REMANEJAMENTO		4	13,99

ANEXO IV

REMANEJAMENTO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE E DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS EXTINTOS NO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN EM CUMPRIMENTO À LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

a) FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO REMANEJADAS:

CÓDIGO	DAS- UNITÁRIO	DA SEGES/MP PARA O IPHAN	
		QTD.	VALOR TOTAL
FCPE 101.4	2,30	10	23,00
FCPE 101.3	1,26	15	18,90
FCPE 101.2	0,76	11	8,36
FCPE 101.1	0,60	6	3,60
FCPE 102.4	2,30	1	2,30
FCPE 102.2	0,76	1	0,76
TOTAL		44	56,92

b) DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO EXTINTOS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-4	3,84	11	42,24
DAS-3	2,10	15	31,50
DAS-2	1,27	12	15,24
DAS-1	1,00	6	6,00
TOTAL		44	94,98

DECRETO Nº 9.239, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Transferência de Pessoas Condenadas, firmado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Transferência de Pessoas Condenadas foi firmado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 149, de 15 de dezembro de 2016; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 10 de maio de 2017, nos termos de seu Artigo 19;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Transferência de Pessoas Condenadas, firmado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA BÉLGICA SOBRE TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS CONDENADAS

A República Federativa do Brasil
e
O Reino da Bélgica
(doravante denominados "as Partes"),

Desejosos de incrementar a cooperação internacional em matéria penal;

Considerando que esta cooperação deverá servir aos interesses de uma boa administração da justiça e favorecer a reinserção social das pessoas condenadas;

Considerando que estes objetivos exigem que os estrangeiros que se encontram privados da sua liberdade em razão de uma infração penal tenham a possibilidade de cumprir a condenação no seu ambiente social de origem;

Considerando que o melhor meio de alcançar tal propósito é transferi-los para o seu próprio país;

Acordam o seguinte:

Artigo 1
Definições

Para os fins do presente Acordo, a expressão:

a) "Condenação" significa qualquer pena ou medida privativa da liberdade proferida por um juiz, em razão de uma infração penal;

b) "Sentença" significa uma decisão judicial que impõe uma condenação;

c) "Estado de condenação" significa o Estado no qual foi condenada a pessoa que poderá ser ou já foi transferida;

d) "Estado de execução" significa o Estado para o qual o condenado poderá ser ou já foi transferido, a fim de nele cumprir a condenação.

Artigo 2
Princípios gerais

1. As Partes comprometem-se a prestar mutuamente, nas condições previstas no presente Acordo, a mais ampla cooperação possível em matéria de transferência de pessoas condenadas.

2. Uma pessoa condenada no território de uma Parte poderá, em conformidade com as disposições do presente Acordo, ser transferida para o território da outra Parte para nele cumprir a condenação que lhe foi imposta. Para esse fim, deverá manifestar, quer junto ao Estado de condenação, quer junto ao Estado de execução, o desejo de ser transferida nos termos do presente Acordo.

3. A transferência poderá ser pedida quer pelo Estado de condenação, quer pelo Estado de execução.

Artigo 3
Condições da transferência

1. Nos termos do presente Acordo, uma transferência poderá realizar-se apenas nas seguintes condições:

a) o condenado deverá ter a nacionalidade do Estado de execução;

b) a sentença deverá ser definitiva;

c) exceto no caso das pessoas sujeitas a medidas de segurança, a duração da condenação que o condenado tem ainda de cumprir deverá ser de, pelo menos, um ano, na data do recebimento do pedido de transferência;

d) o condenado ou, quando, em razão da sua idade ou do seu estado físico ou mental, uma das Partes considere necessário, o seu representante deverá consentir na transferência;

e) os atos ou omissões que originaram a condenação deverão constituir uma infração penal segundo a lei do Estado de execução ou deveriam constituir se tivessem sido praticados no seu território; e

f) o Estado de condenação e o Estado de execução deverão estar de acordo quanto à transferência.

2. Nos casos em que a condenação proferida for a pena de morte ou de prisão perpétua, a transferência realizar-se-á somente se o Estado de condenação anuir a que a pessoa condenada cumpra a condenação máxima prevista na legislação do Estado de execução.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. Em casos excepcionais, as Partes poderão acordar numa transferência mesmo quando a duração da condenação que o condenado tiver ainda de cumprir for inferior à referida na alínea c) do parágrafo 1 deste artigo.

Artigo 4
Obrigação de fornecer informações

1. Qualquer condenado ao qual o presente Acordo possa ser aplicado deverá ser informado do seu conteúdo pelo Estado de condenação, e poderá dele ser informado pelo Estado de execução.

2. Se o condenado exprimiu, junto ao Estado de condenação, o desejo de ser transferido ao amparo do presente Acordo, este Estado deverá informar esse desejo ao Estado de execução, assim que possível, logo após a sentença tornar-se definitiva.

3. As informações deverão incluir:

a) o nome, a data e o lugar de nascimento do condenado;

b) se for o caso, o seu endereço no Estado de execução;

c) uma exposição dos fatos que originaram a condenação; e

d) a natureza, a duração e a data de início da condenação.

4. Se o condenado manifestar, junto ao Estado de execução, o desejo de ser transferido ao amparo do presente Acordo, o Estado de condenação comunicará àquele Estado, a seu pedido, as informações referidas no parágrafo 3 deste artigo.

5. O condenado deverá ser informado de todas as diligências empreendidas pelo Estado de condenação ou pelo Estado de execução em conformidade com os parágrafos deste Artigo, e, por escrito, de qualquer decisão final tomada por um dos dois Estados relativamente a um pedido de transferência.

Artigo 5
Pedidos e respostas

1. Os pedidos de transferência e as respostas deverão ser formulados por escrito.

2. Esses pedidos deverão ser dirigidos pelo Ministério da Justiça do Estado requerente ao Ministério da Justiça do Estado requerido. As respostas deverão ser comunicadas pela mesma via. Essas comunicações poderão igualmente se realizar por via diplomática.

3. O Estado requerido deverá informar o Estado requerente, no mais curto prazo possível, da sua decisão de aceitar ou de recusar a transferência pedida.

4. As Partes designam como Autoridades Centrais:

a) para o Reino da Bélgica: o Serviço Público Federal de Justiça

b) para a República Federativa do Brasil: o Ministério da Justiça.

Artigo 6
Documentos de apoio

1. O Estado de execução deverá, a pedido do Estado de condenação, fornecer a este último:

a) um documento ou uma declaração que indique que o condenado tem a nacionalidade desse Estado;

b) uma cópia das disposições legais do Estado de execução que demonstre que os atos ou omissões que motivaram a condenação no Estado de condenação constituem uma infração penal segundo a lei do Estado de execução ou constituiriam uma infração caso tivessem sido cometidos no seu território.

2. Se for pedida uma transferência, o Estado de condenação deverá fornecer os seguintes documentos ao Estado de execução, a menos que um dos dois Estados tenha indicado que não anuirá à transferência:

a) uma cópia autenticada pela Autoridade Central da sentença e das disposições legais aplicadas;

b) a indicação do período de condenação já cumprido, incluindo informações sobre qualquer detenção provisória, redução da pena ou outro ato relativo à execução da condenação;

c) uma declaração que constate o consentimento na transferência, de acordo com a alínea d) do parágrafo 1 do artigo 3.º;

d) um relatório sobre a conduta da pessoa condenada durante seu período de detenção; e

e) sempre que pertinente, qualquer relatório médico ou social sobre o condenado, qualquer informação sobre o seu tratamento no Estado de condenação e qualquer recomendação para a continuação do seu tratamento no Estado de execução.

3. Tanto o Estado de condenação quanto o Estado de execução poderão solicitar que lhes seja fornecido qualquer dos documentos ou declarações referidos nos parágrafos 1 e 2 deste artigo antes de formular um pedido de transferência ou de decidir aceitar ou recusar a transferência.

Artigo 7
Consentimento e verificação

1. O Estado de condenação deverá assegurar-se de que a pessoa cujo consentimento para a transferência é necessário nos termos da alínea d) do parágrafo 1 do artigo 3.º o preste voluntariamente e com plena consciência de suas consequências jurídicas. O processo para a prestação de tal consentimento deverá reger-se pela lei do Estado de condenação.

2. O Estado de condenação deverá facultar ao Estado de execução a possibilidade de verificar, por intermédio de um cônsul ou outro funcionário designado de acordo com o Estado de execução, se o consentimento foi dado nas condições referidas no parágrafo anterior.

Artigo 8
Pessoas evadidas do Estado de condenação

1. Caso a caso, quando um nacional de uma das Partes que tenha sido submetido a uma condenação definitiva proferida no território da outra Parte, visar subtrair-se à execução ou à continuação da execução da condenação no Estado de condenação, refugiando-se no território da primeira Parte antes de terminar de cumprir a condenação, o Estado de condenação poderá pedir à primeira Parte que ela se encarregue da execução da condenação.

2. Se exigido por sua legislação, o Estado de execução somente poderá autorizar a transferência da execução da pena se decisão dos seus tribunais homologar a pena imposta.

3. A pedido da Parte requerente, a Parte requerida, se sua legislação assim o permitir, poderá, antes do recebimento dos documentos de apoio do pedido ou no aguardo da decisão relativa ao pedido, proceder à prisão da pessoa condenada ou tomar qualquer outra medida apta a garantir que ela permaneça no seu território no aguardo de uma decisão quanto ao pedido. Qualquer pedido nesse sentido será acompanhado das informações mencionadas no parágrafo 3 do artigo 4 do presente Acordo. A prisão da pessoa condenada a esse título não poderá implicar agravação de sua situação penal.

4. No que respeita o presente artigo, a transferência da execução não necessitará do consentimento da pessoa condenada.

Artigo 9
Efeitos da transferência para o Estado de condenação

1. A execução da condenação fica suspensa no Estado de condenação logo que as autoridades do Estado de execução recebam a custódia do condenado.

2. O Estado de condenação não poderá executar a condenação a partir do momento em que o Estado de execução a considere cumprida.

Artigo 10
Continuação da execução

1. No caso de continuação da execução, o Estado de execução fica vinculado pela natureza jurídica e pela duração da sanção, tal como resultam da condenação.

2. Contudo, se a natureza ou a duração desta sanção forem incompatíveis com a legislação do Estado de execução, ou se a legislação deste Estado o exigir, o Estado de execução poderá, com base em decisão judicial ou administrativa, adaptar esta sanção a pena ou medida previstas na sua própria legislação para infrações da mesma natureza. Quanto à sua natureza, esta pena ou medida corresponderá, tanto quanto possível, à imposta pela condenação a executar. Ela não poderá agravar, por sua natureza ou duração, a sanção imposta no Estado de condenação, nem exceder o máximo previsto pela legislação do Estado de execução.

Artigo 11
Efeitos da transferência para o Estado de execução

1. As autoridades competentes do Estado de execução deverão continuar a execução da condenação imediatamente ou com base numa decisão judicial ou administrativa, nas condições referidas no artigo 10.

2. O Estado de execução, se indagado, deverá indicar ao Estado de condenação, antes da transferência da pessoa condenada, qual dos procedimentos seguirá.

3. A execução da condenação será regida pela legislação do Estado de execução e esse Estado tem competência exclusiva para tomar quaisquer decisões apropriadas.

Artigo 12
Conversão da condenação

1. No caso de conversão da condenação, aplica-se o processo previsto pela legislação do Estado de execução. Ao efetuar a conversão, a autoridade competente:

a) ficará vinculada pela constatação dos fatos na medida em que estes figurem explícita ou implicitamente na sentença proferida no Estado de condenação;

b) não poderá converter uma sanção privativa da liberdade numa sanção pecuniária;

c) descontará integralmente o período de privação da liberdade cumprido pelo condenado; e

d) não agravará a situação penal do condenado, nem ficará vinculada pela sanção mínima eventualmente prevista pela legislação do Estado de condenação para a infração ou infrações cometidas.

2. Quando o processo de conversão tiver lugar após a transferência da pessoa condenada, o Estado de execução manterá essa pessoa detida ou tomará outras medidas para assegurar a sua presença no Estado de execução até ao termo desse processo.

Artigo 13
Liberdade condicional e pena restritiva de direito

1. A transferência poderá ser autorizada quando a pessoa condenada cumprir uma condenação ou uma medida proferida pela outra Parte sob o regime de pena restritiva de direito ou da liberdade condicional ou sob qualquer outro regime que não o fechado.

2. Nesse caso, o Estado de execução poderá adaptar às necessidades de sua própria legislação as condições fixadas para execução da condenação, mediante notificação ao Estado de condenação. A retomada do controle das condições não requer o consentimento da pessoa condenada.

3. Quando o condenado violar as condições que lhe forem impostas, o Estado de execução poderá revogar a decisão de liberdade condicional ou pena restritiva de direito proferida pelo Estado de condenação. O Estado de execução procederá, então, à retomada da execução da pena privativa de liberdade proferida pelo Estado de condenação.

Artigo 14
Revisão da sentença

Apenas o Estado de condenação tem o direito de decidir sobre qualquer recurso interposto para revisão da sentença.

Artigo 15
Cessação da execução

O Estado de execução deverá cessar a execução da condenação logo que seja informado pelo Estado de condenação de qualquer decisão ou medida que tenha como efeito retirar à condenação a sua natureza executória.

Artigo 16
Informações relativas à execução

O Estado de execução fornecerá informações ao Estado de condenação relativamente à execução da condenação:

a) logo que considere terminada a execução da condenação;

b) se o condenado se evadir antes de terminada a execução da condenação; ou

c) se o Estado de condenação solicitar um relatório especial.

Artigo 17
Línguas e encargos

1. Para a aplicação do presente Acordo, as informações serão transmitidas em uma das línguas oficiais do Estado ao qual elas são destinadas.

2. As despesas resultantes da aplicação do presente Acordo serão pagas pelo Estado de execução, com exceção das despesas efetuadas exclusivamente no território do Estado de condenação.

Artigo 18
Consultas

1. Se necessário, as Autoridades Centrais consultar-se-ão rapidamente, a pedido de qualquer delas, no que concerne à interpretação, à aplicação ou à execução do presente Acordo.

2. Qualquer divergência a esse respeito será resolvida por via diplomática, no caso de as Autoridades Centrais não lograrem acordo.

Artigo 19
Disposições finais

1. O presente Acordo será submetido à ratificação e entrará em vigor 90 dias após a segunda notificação sobre o cumprimento dos requisitos constitucionais para sua entrada em vigor.

2. Este Acordo será aplicável à execução das condenações proferidas antes ou depois de sua entrada em vigor.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. Sem prejuízo dos processos em curso, qualquer da Partes poderá denunciar o presente Acordo a qualquer tempo, por notificação escrita dirigida à outra Parte por via diplomática. A denúncia produzirá efeitos em um ano a contar da data de recebimento dessa notificação.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

FEITO em Bruxelas, no dia 4 de outubro 2009, em duas vias, nos idiomas português, francês e neerlandês, sendo todos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO REINO DA BÉLGICA

Yves Leterme
Ministro de Assuntos Estrangeiros

DECRETO Nº 9.240, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2018 das empresas estatais federais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais, para o exercício de 2018, conforme demonstrativos, por empresa, constantes do Anexo I.

Art. 2º As empresas estatais federais a que se refere o art. 1º deverão encaminhar à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por intermédio dos Ministérios aos quais estejam vinculadas, com a utilização do Sistema de Informação das Estatais - SIEST, o detalhamento mensal do PDG para 2018, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação deste Decreto, e os valores constantes do Projeto da Lei Orçamentária Anual para 2018 servirão de base para a rubrica "Investimentos".

Art. 3º As empresas estatais federais a que se refere o art. 1º poderão encaminhar, até 11 de outubro de 2018, à SEST, por intermédio dos Ministérios aos quais estejam vinculadas, propostas de reprogramação do PDG para 2018, acompanhadas de justificativas detalhadas sobre as principais alterações solicitadas.

Art. 4º Fica delegada ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a competência para aprovar as alterações no PDG para 2018.

Art. 5º Fica a SEST autorizada a:

I - adequar o PDG das empresas estatais federais que:

a) tiverem seu Orçamento de Investimento, constante do Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2018, alterado por emenda parlamentar; e

b) receberem, por meio de créditos adicionais, recursos de aporte dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

II - efetuar remanejamentos de valores entre as diversas rubricas do PDG, até o dia 14 de dezembro de 2018, exceto na rubrica "Investimentos", respeitados o limite global de dispêndios e a meta de resultado primário estabelecida.

Parágrafo único. As empresas estatais federais encaminharão à SEST, por intermédio dos Ministérios aos quais estejam vinculadas, a proposta de remanejamento até o dia 23 de novembro de 2018.

Art. 6º A execução dos projetos aprovados no Orçamento de Investimento para 2018, à conta de "Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido - Tesouro", fica condicionada à efetiva liberação dos recursos financeiros pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ANEXO I

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	5.760.945	Receitas	57.749.095
Investimentos	5.519.300	Receita Operacional	54.970.162
Outros Dispêndios de Capital	241.645	Receita não Operacional	2.778.933
Dispêndios Correntes	54.634.571	Total das Fontes	57.749.095
Pessoal e Encargos Sociais	24.937.386	Variação de Capital de Giro	(454.388)
Materiais e Produtos	875.413	Variação do Disponível	3.100.809
Serviços de Terceiros	15.891.478		
Utilidades e Serviços	932.000		
Tributos e Encargos Parafiscais	4.456.206		
Demais Dispêndios Correntes	7.542.088		
Total dos Usos	60.395.516	Total Liquido das Fontes	60.395.516

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.630.000	Receitas	28.906.706
Investimentos	1.630.000	Receita Operacional	22.087.346
Dispêndios Correntes	24.452.570	Receita não Operacional	6.819.360
Pessoal e Encargos Sociais	11.334.175	Total das Fontes	28.906.706
Materiais e Produtos	1.513.934	Variação de Capital de Giro	(3.739.867)
Serviços de Terceiros	5.353.788	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	175.294
Utilidades e Serviços	1.784.230	Variação do Disponível	740.437
Tributos e Encargos Parafiscais	2.839.547		
Encargos Financeiros e Outros	532.244		
Outras Fontes	532.244		
Demais Dispêndios Correntes	1.094.652		
Total dos Usos	26.082.570	Total Liquido das Fontes	26.082.570

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	54.393.473	Receitas	359.062.047
Investimentos	51.893.473	Receita Operacional	258.800.407
Outros Dispêndios de Capital	2.500.000	Receita não Operacional	100.261.640
Dispêndios Correntes	293.821.821	Total das Fontes	359.062.047
Pessoal e Encargos Sociais	84.110.263	Variação de Capital de Giro	(10.063.233)
Materiais e Produtos	7.834.662	Variação do Disponível	(783.520)
Serviços de Terceiros	102.278.155		
Utilidades e Serviços	40.767.557		
Tributos e Encargos Parafiscais	50.831.184		
Demais Dispêndios Correntes	8.000.000		
Total dos Usos	348.215.294	Total Liquido das Fontes	348.215.294

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : CORREIOS PARTICIPAÇÕES S/A

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	20.261.600	Receitas	5.726.210
Inversões Financeiras	20.261.600	Receita Operacional	4.079.338
Dispêndios Correntes	12.368.000	Receita não Operacional	1.646.872
Pessoal e Encargos Sociais	7.814.272	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	20.261.600
Materiais e Produtos	7.743	Participação no Capital – Empresas Estatais	20.261.600
Serviços de Terceiros	3.399.512	Total das Fontes	25.987.810
Utilidades e Serviços	49.323	Variação de Capital de Giro	(2.721.997)
Tributos e Encargos Parafiscais	76.580	Variação do Disponível	9.363.787
Demais Dispêndios Correntes	1.020.570		
Total dos Usos	32.629.600	Total Liquido das Fontes	32.629.600

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.265.561.600	Receitas	21.838.848.079
Investimentos	800.000.000	Receita Operacional	21.167.829.009
Inversões Financeiras	20.261.600	Receita não Operacional	671.019.070
Amortizações Operações Creditos L.P.	445.300.000	Operações de Crédito	445.300.000
Operações Internas	90.000.000	Operações de Credito Internas – Bens e Serviços	90.000.000
Operações Externas	355.300.000	Operações de Credito Externas – Bens e Serviços	355.300.000
Dispêndios Correntes	20.767.252.144	Total das Fontes	22.284.148.079
Pessoal e Encargos Sociais	11.031.007.827	Variação de Capital de Giro	(1.773.223.338)
Materiais e Produtos	272.892.506	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	400.369.372
Serviços de Terceiros	7.112.698.503	Variação do Disponível	1.121.519.631
Utilidades e Serviços	401.693.885		
Tributos e Encargos Parafiscais	942.153.143		
Encargos Financeiros e Outros	53.154.708		
Operações Internas	50.698.702		
Operações Externas	32.789		
Outras Fontes	2.423.217		
Demais Dispêndios Correntes	953.651.572		
Total dos Usos	22.032.813.744	Total Liquido das Fontes	22.032.813.744

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	163.218.000	Receitas	632.581.770
Investimentos	162.218.000	Receita Operacional	622.691.336
Inversões Financeiras	1.000.000	Receita não Operacional	9.890.434
Dispêndios Correntes	635.264.398	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	150.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	108.535.171	Participação da União no Capital - Tesouro	150.000.000
Materiais e Produtos	267.094	Total das Fontes	782.581.770
Serviços de Terceiros	148.370.391	Variação de Capital de Giro	(31.160.573)
Utilidades e Serviços	90.796.491	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	10.196.299
Tributos e Encargos Parafiscais	180.994.986	Variação do Disponível	36.864.902
Encargos Financeiros e Outros	20.615.566		
Operações Internas	7.800.000		
Outras Fontes	12.815.566		
Demais Dispêndios Correntes	85.684.699		
Total dos Usos	798.482.398	Total Liquido das Fontes	798.482.398

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	187.000.000	Receitas	3.384.222.461
Investimentos	187.000.000	Receita Operacional	3.053.000.000
Dispêndios Correntes	3.193.475.360	Receita não Operacional	331.222.461
Pessoal e Encargos Sociais	2.066.324.742	Total das Fontes	3.384.222.461
Materiais e Produtos	7.000.000	Variação de Capital de Giro	(19.913.000)
Serviços de Terceiros	358.946.608	Variação do Disponível	16.165.899
Utilidades e Serviços	45.686.245		
Tributos e Encargos Parafiscais	401.447.917		
Encargos Financeiros e Outros	24.861.273		
Outras Fontes	24.861.273		
Demais Dispêndios Correntes	289.208.575		
Total dos Usos	3.380.475.360	Total Liquido das Fontes	3.380.475.360

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	130.948.769	Receitas	1.322.316.227
Investimentos	76.635.172	Receita Operacional	1.301.174.992
Amortizações Operações Creditos L.P.	50.000.000	Receita não Operacional	21.141.235
Operações Internas	50.000.000	Total das Fontes	1.322.316.227
Outros Dispêndios de Capital	4.313.597	Variação de Capital de Giro	(31.671.718)
Dispêndios Correntes	1.255.899.928	Variação do Disponível	96.204.188
Pessoal e Encargos Sociais	456.768.819		
Materiais e Produtos	342.291.453		
Serviços de Terceiros	358.413.793		
Utilidades e Serviços	33.083.261		
Tributos e Encargos Parafiscais	5.834.657		
Encargos Financeiros e Outros	26.805.625		
Operações Internas	26.805.625		
Demais Dispêndios Correntes	32.702.320		
Total dos Usos	1.386.848.697	Total Liquido das Fontes	1.386.848.697

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. - BB CARTÕES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	119.765.480	Receitas	48.047.096
Outros Dispêndios de Capital	119.765.480	Receita Operacional	45.231.493
Dispêndios Correntes	26.219.576	Receita não Operacional	2.815.603
Pessoal e Encargos Sociais	1.823.869	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	51.777
Serviços de Terceiros	745.080	Participação no Capital – Empresas Estatais	51.777
Tributos e Encargos Parafiscais	22.006.491	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	36.317.677
Encargos Financeiros e Outros	8.657	Outros Recursos de Longo Prazo	60.914.371
Outras Fontes	8.657	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	104.743
Demais Dispêndios Correntes	1.635.479	Demais Recursos de Longo Prazo	60.809.628
		Total das Fontes	145.330.921
		Variação de Capital de Giro	3.471.452
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(2.815.603)
		Variação do Disponível	(1.714)
Total dos Usos	145.985.056	Total Liquido das Fontes	145.985.056

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.570.750.780	Receitas	2.975.022.584
Outros Dispêndios de Capital	1.570.750.780	Receita Operacional	2.838.747.000
Dispêndios Correntes	1.413.439.622	Receita não Operacional	136.275.584
Pessoal e Encargos Sociais	27.933.945	Total das Fontes	2.975.022.584
Serviços de Terceiros	181.884.745	Variação de Capital de Giro	9.207.882
Tributos e Encargos Parafiscais	1.162.265.955	Variação do Disponível	(40.064)
Demais Dispêndios Correntes	41.354.977		
Total dos Usos	2.984.190.402	Total Liquido das Fontes	2.984.190.402

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : COBRA TECNOLOGIA S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	52.022.342	Receitas	1.084.070.574
Investimentos	43.475.233	Receita Operacional	1.070.237.557
Outros Dispêndios de Capital	8.547.109	Receita não Operacional	13.833.017
Dispêndios Correntes	1.007.057.156	Total das Fontes	1.084.070.574
Pessoal e Encargos Sociais	301.933.634	Variação de Capital de Giro	12.893.465
Materiais e Produtos	61.901.478	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(10.952.587)
Serviços de Terceiros	422.459.836	Variação do Disponível	(26.931.954)
Utilidades e Serviços	14.711.677		
Tributos e Encargos Parafiscais	167.271.397		
Demais Dispêndios Correntes	38.779.134		
Total dos Usos	1.059.079.498	Total Liquido das Fontes	1.059.079.498

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	5.000.000	Receitas	38.157.730
Investimentos	5.000.000	Receita Operacional	37.300.000
Dispêndios Correntes	36.590.337	Receita não Operacional	857.730
Pessoal e Encargos Sociais	17.993.943	Total das Fontes	38.157.730
Materiais e Produtos	174.495	Variação de Capital de Giro	(1.757.324)
Serviços de Terceiros	6.476.301	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	15.626
Utilidades e Serviços	2.183.143	Variação do Disponível	5.174.305
Tributos e Encargos Parafiscais	3.706.389		
Encargos Financeiros e Outros	1.562.524		
Operações Internas	1.562.524		
Demais Dispêndios Correntes	4.493.542		
Total dos Usos	41.590.337	Total Liquido das Fontes	41.590.337

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.163.915.680	Receitas	1.961.871.970
Investimentos	3.249.836	Receita Operacional	12.777.982
Amortizações Operações Creditos L.P.	741.899.239	Receita não Operacional	1.949.093.988
Outras Fontes	741.899.239	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	310.836.122
Outros Dispêndios de Capital	418.766.605	Total das Fontes	2.272.708.092
Dispêndios Correntes	802.587.975	Variação de Capital de Giro	(17.912.536)
Pessoal e Encargos Sociais	23.686.677	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(269.967.572)
Materiais e Produtos	135.000	Variação do Disponível	(18.324.329)
Serviços de Terceiros	250.003.852		
Utilidades e Serviços	2.436.686		
Tributos e Encargos Parafiscais	122.827.334		
Encargos Financeiros e Outros	320.207.936		
Outras Fontes	320.207.936		
Demais Dispêndios Correntes	83.290.490		
Total dos Usos	1.966.503.655	Total Liquido das Fontes	1.966.503.655

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	161.321.729	Receitas	683.377.877
Investimentos	3.000.000	Receita Operacional	654.936.875
Inversões Financeiras	9.041.316	Receita não Operacional	28.441.002
Outros Dispêndios de Capital	149.280.413	Total das Fontes	683.377.877
Dispêndios Correntes	532.613.533	Variação de Capital de Giro	10.557.773
Pessoal e Encargos Sociais	13.594.478	Variação do Disponível	(388)
Materiais e Produtos	139.920		
Serviços de Terceiros	101.717.460		
Utilidades e Serviços	2.984.184		
Tributos e Encargos Parafiscais	102.895.957		
Encargos Financeiros e Outros	7.597.412		
Operações Internas	2.387.759		
Outras Fontes	5.209.653		
Demais Dispêndios Correntes	303.684.122		
Total dos Usos	693.935.262	Total Liquido das Fontes	693.935.262

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : BB ELO CARTÕES PARTICIPAÇÕES S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.215.685.186	Receitas	816.070.238
Outros Dispêndios de Capital	1.215.685.186	Receita Operacional	491.774.094
Dispêndios Correntes	125.506.277	Receita não Operacional	324.296.144
Pessoal e Encargos Sociais	1.509.717	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	409.211
Serviços de Terceiros	11.200	Participação no Capital – Empresas Estatais	409.211
Tributos e Encargos Parafiscais	117.211.308	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	362.892.320
Demais Dispêndios Correntes	6.774.052	Outros Recursos de Longo Prazo	142.215.071
		Demais Recursos de Longo Prazo	142.215.071
		Total das Fontes	1.321.586.840
		Variação de Capital de Giro	313.609.151
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(324.296.144)
		Variação do Disponível	30.291.616
Total dos Usos	1.341.191.463	Total Liquido das Fontes	1.341.191.463

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - BB SEGUROS

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.911.451.504	Receitas	2.580.278.158
Outros Dispêndios de Capital	1.911.451.504	Receita Operacional	2.556.433.550
Dispêndios Correntes	125.594.459	Receita não Operacional	23.844.608
Pessoal e Encargos Sociais	12.093.083	Total das Fontes	2.580.278.158
Serviços de Terceiros	1.099.108	Variação de Capital de Giro	(345.378.352)
Tributos e Encargos Parafiscais	48.663.400	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(22.579)
Demais Dispêndios Correntes	63.738.868	Variação do Disponível	(197.831.264)
Total dos Usos	2.037.045.963	Total Liquido das Fontes	2.037.045.963

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.306.708.109	Receitas	4.230.597.358
Outros Dispêndios de Capital	3.306.708.109	Receita Operacional	4.028.789.177
Dispêndios Correntes	97.320.745	Receita não Operacional	201.808.181
Pessoal e Encargos Sociais	14.393.287	Total das Fontes	4.230.597.358
Serviços de Terceiros	10.258.440	Variação de Capital de Giro	(376.204.685)
Utilidades e Serviços	818.947	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	11.978.444
Tributos e Encargos Parafiscais	54.377.230	Variação do Disponível	(462.342.263)
Demais Dispêndios Correntes	17.472.841		
Total dos Usos	3.404.028.854	Total Liquido das Fontes	3.404.028.854

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : ATIVOS S.A GESTÃO DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	9.041.143	Receitas	19.003.356
Outros Dispêndios de Capital	9.041.143	Receita Operacional	18.305.982
Dispêndios Correntes	9.650.555	Receita não Operacional	697.374
Pessoal e Encargos Sociais	443.345	Total das Fontes	19.003.356
Materiais e Produtos	3.882	Variação de Capital de Giro	(311.658)
Serviços de Terceiros	2.018.813		
Utilidades e Serviços	24.780		
Tributos e Encargos Parafiscais	6.336.475		
Encargos Financeiros e Outros	318.651		
Outras Fontes	318.651		
Demais Dispêndios Correntes	504.609		
Total dos Usos	18.691.698	Total Liquido das Fontes	18.691.698

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO — 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	227.997.937	Receitas	1.763.262.010
Investimentos	200.000.000	Receita Operacional	1.706.566.364
Outros Dispêndios de Capital	27.997.937	Receita não Operacional	56.695.646
Dispêndios Correntes	1.457.240.075	Operações de Crédito	50.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	724.166.479	Operações de Credito Internas – Moedas	50.000.000
Materiais e Produtos	1.143.530	Total das Fontes	1.813.262.010
Serviços de Terceiros	250.290.459	Variação de Capital de Giro	41.460.914
Utilidades e Serviços	22.488.692	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(18.042.321)
Tributos e Encargos Parafiscais	302.247.375	Variação do Disponível	(151.442.591)
Encargos Financeiros e Outros	1.894.503		
Operações Internas	1.894.503		
Demais Dispêndios Correntes	155.009.037		
Total dos Usos	1.685.238.012	Total Liquido das Fontes	1.685.238.012

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO — 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓL

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	36.530.511	Receitas	124.340.226
Investimentos	36.530.511	Receita Operacional	123.556.461
Dispêndios Correntes	85.560.601	Receita não Operacional	783.765
Pessoal e Encargos Sociais	31.603.538	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	12.000.000
Materiais e Produtos	36.000	Participação da União no Capital - Tesouro	12.000.000
Serviços de Terceiros	15.538.349	Total das Fontes	136.340.226
Utilidades e Serviços	392.383	Variação de Capital de Giro	(22.525.042)
Tributos e Encargos Parafiscais	35.164.841	Variação do Disponível	8.275.928
Demais Dispêndios Correntes	2.825.490		
Total dos Usos	122.091.112	Total Liquido das Fontes	122.091.112

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO — 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	329.590.154	Receitas	1.188.226.404
Investimentos	329.590.154	Receita Operacional	1.181.851.404
Dispêndios Correntes	765.416.612	Receita não Operacional	6.375.000
Pessoal e Encargos Sociais	46.966.090	Total das Fontes	1.188.226.404
Materiais e Produtos	478.201.527	Variação de Capital de Giro	(53.160.655)
Serviços de Terceiros	166.023.956	Variação do Disponível	(40.058.983)
Utilidades e Serviços	3.938.011		
Tributos e Encargos Parafiscais	56.722.293		
Encargos Financeiros e Outros	736.000		
Outras Fontes	736.000		
Demais Dispêndios Correntes	12.828.735		
Total dos Usos	1.095.006.766	Total Liquido das Fontes	1.095.006.766

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO — 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	16.542.483	Receitas	65.719.151
Investimentos	16.542.483	Receita Operacional	55.600.000
Dispêndios Correntes	61.499.277	Receita não Operacional	10.119.151
Pessoal e Encargos Sociais	30.257.686	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	1.321.428
Materiais e Produtos	253.400	Participação da União no Capital - Tesouro	1.321.428
Serviços de Terceiros	17.735.071	Total das Fontes	67.040.579
Utilidades e Serviços	3.833.019	Variação de Capital de Giro	4.302.146
Tributos e Encargos Parafiscais	8.609.570	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(872.612)
Demais Dispêndios Correntes	810.531	Variação do Disponível	7.571.647
Total dos Usos	78.041.760	Total Liquido das Fontes	78.041.760

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO — 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	52.031.641	Receitas	161.396.010
Investimentos	49.240.695	Receita Operacional	128.527.136
Amortizações Operações Creditos L.P.	832.756	Receita não Operacional	32.868.874
Operações Internas	832.756	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	2.321.428
Outros Dispêndios de Capital	1.958.190	Participação da União no Capital - Tesouro	2.321.428
Dispêndios Correntes	147.273.553	Total das Fontes	163.717.438
Pessoal e Encargos Sociais	68.178.548	Variação de Capital de Giro	26.685.760
Materiais e Produtos	700.000	Variação do Disponível	8.901.996
Serviços de Terceiros	44.962.255		
Utilidades e Serviços	4.000.000		
Tributos e Encargos Parafiscais	20.140.800		
Demais Dispêndios Correntes	9.291.950		
Total dos Usos	199.305.194	Total Liquido das Fontes	199.305.194

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO — 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	133.815.193	Receitas	149.186.149
Investimentos	133.614.470	Receita Operacional	138.078.748
Outros Dispêndios de Capital	200.723	Receita não Operacional	11.107.401
Dispêndios Correntes	122.224.491	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	2.821.428

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pessoal e Encargos Sociais	51.840.724	Participação da União no Capital - Tesouro	2.821.428
Materiais e Produtos	2.403.500	Total das Fontes	152.007.577
Serviços de Terceiros	38.580.855	Variação de Capital de Giro	30.208.778
Utilidades e Serviços	7.784.695	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	137.121
Tributos e Encargos Parafiscais	14.740.227	Variação do Disponível	73.686.208
Demais Dispêndios Correntes	6.874.490		
Total dos Usos	256.039.684	Total Liquido das Fontes	256.039.684

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	164.246.615	Receitas	944.951.744
Investimentos	164.246.615	Receita Operacional	942.436.075
Dispêndios Correntes	914.927.029	Receita não Operacional	2.515.669
Pessoal e Encargos Sociais	389.922.109	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	37.321.428
Materiais e Produtos	3.874.750	Participação da União no Capital - Tesouro	37.321.428
Serviços de Terceiros	276.089.106	Total das Fontes	982.273.172
Utilidades e Serviços	10.824.128	Variação de Capital de Giro	30.966.804
Tributos e Encargos Parafiscais	112.314.243	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	33.585.790
Encargos Financeiros e Outros	37.746.062	Variação do Disponível	32.347.878
Outras Fontes	37.746.062		
Demais Dispêndios Correntes	84.156.631		
Total dos Usos	1.079.173.644	Total Liquido das Fontes	1.079.173.644

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	4.175.578	Receitas	4.600.000
Pessoal e Encargos Sociais	3.306.903	Receita não Operacional	4.600.000
Materiais e Produtos	2.000	Total das Fontes	4.600.000
Serviços de Terceiros	224.675	Variação de Capital de Giro	(23.220)
Utilidades e Serviços	2.000	Variação do Disponível	(401.202)
Tributos e Encargos Parafiscais	40.000		
Demais Dispêndios Correntes	600.000		
Total dos Usos	4.175.578	Total Liquido das Fontes	4.175.578

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	20.455.831	Receitas	175.229.162
Investimentos	20.455.831	Receita Operacional	170.573.086
Dispêndios Correntes	160.453.542	Receita não Operacional	4.656.076
Pessoal e Encargos Sociais	85.516.070	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	1.321.432
Materiais e Produtos	1.892.717	Participação da União no Capital - Tesouro	1.321.432
Serviços de Terceiros	32.579.495	Total das Fontes	176.550.594
Utilidades e Serviços	5.901.210	Variação de Capital de Giro	2.444.967
Tributos e Encargos Parafiscais	26.779.271	Variação do Disponível	1.913.812
Demais Dispêndios Correntes	7.784.779		
Total dos Usos	180.909.373	Total Liquido das Fontes	180.909.373

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	47.412.667	Receitas	424.199.607
Investimentos	47.412.667	Receita Operacional	370.515.432
Dispêndios Correntes	398.274.888	Receita não Operacional	53.684.175
Pessoal e Encargos Sociais	269.431.363	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	1.321.428
Materiais e Produtos	673.758	Participação da União no Capital - Tesouro	1.321.428
Serviços de Terceiros	33.021.869	Total das Fontes	425.521.035
Utilidades e Serviços	6.489.450	Variação de Capital de Giro	56.515.254
Tributos e Encargos Parafiscais	45.200.000	Variação do Disponível	(36.348.734)
Demais Dispêndios Correntes	43.458.448		
Total dos Usos	445.687.555	Total Liquido das Fontes	445.687.555

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	13.812.944	Receitas	89.616.444
Investimentos	13.812.944	Receita Operacional	68.471.128
Dispêndios Correntes	89.057.619	Receita não Operacional	21.145.316
Pessoal e Encargos Sociais	45.675.392	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	1.321.428
Materiais e Produtos	4.933.553	Participação da União no Capital - Tesouro	1.321.428
Serviços de Terceiros	19.784.739	Total das Fontes	90.937.872
Utilidades e Serviços	3.158.500	Variação de Capital de Giro	17.411.385
Tributos e Encargos Parafiscais	10.949.257	Variação do Disponível	(5.478.694)
Demais Dispêndios Correntes	4.556.178		
Total dos Usos	102.870.563	Total Liquido das Fontes	102.870.563

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.391.306.771	Receitas	2.981.572.475
Investimentos	561.606.771	Receita Operacional	2.901.221.468
Inversões Financeiras	829.700.000	Receita não Operacional	80.351.007
Dispêndios Correntes	2.656.270.712	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	1.251.956.989
Pessoal e Encargos Sociais	1.424.265.209	Participação da União no Capital - Tesouro	1.251.956.989
Materiais e Produtos	34.517.324	Total das Fontes	4.233.529.464
Serviços de Terceiros	884.691.575	Variação de Capital de Giro	(158.118.886)
Utilidades e Serviços	190.659.903	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(43.833.090)
Tributos e Encargos Parafiscais	104.695.746	Variação do Disponível	15.999.995
Demais Dispêndios Correntes	17.440.955		
Total dos Usos	4.047.577.483	Total Liquido das Fontes	4.047.577.483

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	507.436.452	Receitas	67.939.122
Investimentos	1.751.300	Receita Operacional	37.516.466
Inversões Financeiras	500.000.000	Receita não Operacional	30.422.656
Outros Dispêndios de Capital	5.685.152	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	1.000.000.000
Dispêndios Correntes	50.414.449	Demais Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	1.000.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	20.083.460	Total das Fontes	1.067.939.122
Materiais e Produtos	324.763	Variação de Capital de Giro	1.238.450
Serviços de Terceiros	6.590.752	Variação do Disponível	(511.326.671)
Utilidades e Serviços	271.750		
Tributos e Encargos Parafiscais	21.559.754		
Demais Dispêndios Correntes	1.583.970		
Total dos Usos	557.850.901	Total Liquido das Fontes	557.850.901

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	10.481.642	Receitas	203.330.582
Investimentos	6.681.642	Receita Operacional	192.250.022
Inversões Financeiras	3.800.000	Receita não Operacional	11.080.560
Dispêndios Correntes	205.501.456	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	1.500.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	103.874.603	Participação da União no Capital - Tesouro	1.500.000.000
Materiais e Produtos	20.582.281	Total das Fontes	1.703.330.582
Serviços de Terceiros	39.789.072	Variação de Capital de Giro	(2.961.914)
Utilidades e Serviços	3.385.956	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(2.903.444)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tributos e Encargos Parafiscais	37.099.300	Variação do Disponível	(1.481.482.126)
Demais Dispêndios Correntes	770.244		
Total dos Usos	215.983.098	Total Liquido das Fontes	215.983.098

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — PROGRAMAÇÃO — 2018
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	10.000.000	Receitas	252.771.245
Investimentos	10.000.000	Receita Operacional	242.584.998
Dispêndios Correntes	241.968.010	Receita não Operacional	10.186.247
Pessoal e Encargos Sociais	149.126.485	Total das Fontes	252.771.245
Materiais e Produtos	1.465.651	Variação de Capital de Giro	(2.089.959)
Serviços de Terceiros	49.070.777	Variação do Disponível	1.286.724
Utilidades e Serviços	7.093.847		
Tributos e Encargos Parafiscais	2.995.813		
Encargos Financeiros e Outros	765.285		
Outras Fontes	765.285		
Demais Dispêndios Correntes	31.450.152		
Total dos Usos	251.968.010	Total Liquido das Fontes	251.968.010

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.121.373.372	Receitas	3.281.584.961
Investimentos	1.771.320.563	Receita Operacional	3.275.884.961
Amortizações Operações Creditos L.P.	350.052.809	Receita não Operacional	5.700.000
Operações Internas	9.939.381	Operações de Crédito	801.507.566
Outras Fontes	340.113.428	Operações de Credito Internas – Moedas	801.507.566
Dispêndios Correntes	2.357.310.034	Outros Recursos de Longo Prazo	413.388.922
Pessoal e Encargos Sociais	534.942.869	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	413.388.922
Materiais e Produtos	660.354.227	Total das Fontes	4.496.481.449
Serviços de Terceiros	499.919.884	Variação de Capital de Giro	102.897.310
Utilidades e Serviços	13.510.508	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(108.467.567)
Tributos e Encargos Parafiscais	427.471.422	Variação do Disponível	(12.227.786)
Encargos Financeiros e Outros	80.089.630		
Outras Fontes	80.089.630		
Demais Dispêndios Correntes	141.021.494		
Total dos Usos	4.478.683.406	Total Liquido das Fontes	4.478.683.406

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	7.713.316.689	Receitas	26.233.536.138
Investimentos	41.236.176	Receita Operacional	21.068.548.520
Inversões Financeiras	814.348.794	Receita não Operacional	5.164.987.618
Amortizações Operações Creditos L.P.	2.518.918.307	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	4.638.980.774
Operações Internas	1.457.640.000	Operações de Crédito	1.000.000.000
Operações Externas	441.501.182	Operações de Credito Internas – Moedas	1.000.000.000
Outras Fontes	619.777.125	Total das Fontes	31.872.516.912
Outros Dispêndios de Capital	4.338.813.412	Variação de Capital de Giro	3.063.844.599
Dispêndios Correntes	24.894.809.450	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(520.878.216)
Pessoal e Encargos Sociais	320.799.065	Variação do Disponível	(1.807.357.156)
Materiais e Produtos	19.236.480.405		
Serviços de Terceiros	627.040.074		
Utilidades e Serviços	8.698.487		
Tributos e Encargos Parafiscais	2.200.468.528		
Encargos Financeiros e Outros	1.593.179.458		
Operações Internas	809.293.091		
Operações Externas	680.996.769		
Outras Fontes	102.889.598		
Demais Dispêndios Correntes	908.143.433		
Total dos Usos	32.608.126.139	Total Liquido das Fontes	32.608.126.139

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.140.177.691	Receitas	7.851.287.141
Investimentos	630.515.006	Receita Operacional	7.644.039.124
Inversões Financeiras	293.901.713	Receita não Operacional	207.248.017
Amortizações Operações Creditos L.P.	780.710.132	Operações de Crédito	200.000.000
Operações Internas	470.352.420	Operações de Credito Internas – Moedas	200.000.000
Outras Fontes	310.357.712	Total das Fontes	8.051.287.141
Outros Dispêndios de Capital	435.050.840	Variação de Capital de Giro	(678.713.364)
Dispêndios Correntes	4.838.314.132	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(3.500.000)
Pessoal e Encargos Sociais	1.179.445.625	Variação do Disponível	(390.581.954)
Materiais e Produtos	812.037.490		
Serviços de Terceiros	381.946.789		
Utilidades e Serviços	8.896.542		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.191.702.527		
Encargos Financeiros e Outros	389.682.472		
Operações Internas	233.973.008		
Outras Fontes	155.709.464		
Demais Dispêndios Correntes	874.602.687		
Total dos Usos	6.978.491.823	Total Liquido das Fontes	6.978.491.823

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	994.559.463	Receitas	2.441.294.231
Investimentos	144.394.321	Receita Operacional	2.398.600.801
Inversões Financeiras	253.454.451	Receita não Operacional	42.693.430
Amortizações Operações Creditos L.P.	489.871.107	Operações de Crédito	282.000.000
Operações Internas	431.562.221	Operações de Credito Internas – Moedas	282.000.000
Outras Fontes	58.308.886	Outros Recursos de Longo Prazo	105.844.920
Outros Dispêndios de Capital	106.839.584	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	105.844.920
Dispêndios Correntes	1.908.917.004	Total das Fontes	2.829.139.151
Pessoal e Encargos Sociais	414.185.189	Variação de Capital de Giro	43.071.940
Materiais e Produtos	495.208.549	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	6.060.431
Serviços de Terceiros	153.485.123	Variação do Disponível	25.204.945
Utilidades e Serviços	4.448.122		
Tributos e Encargos Parafiscais	449.517.679		
Encargos Financeiros e Outros	235.669.394		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Operações Internas	174.513.215		
Outras Fontes	61.156.179		
Demais Dispêndios Correntes	156.402.948		
Total dos Usos	2.903.476.467	Total Liquido das Fontes	2.903.476.467

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.268.151.348	Receitas	6.183.695.717
Investimentos	1.559.005.808	Receita Operacional	6.050.532.987
Inversões Financeiras	563.430.480	Receita não Operacional	133.162.730
Amortizações Operações Creditos L.P.	525.715.060	Operações de Crédito	322.735.204
Operações Internas	345.715.060	Operações de Credito Internas – Moedas	322.735.204
Outras Fontes	180.000.000	Outros Recursos de Longo Prazo	68.544.518
Outros Dispêndios de Capital	620.000.000	Demais Recursos de Longo Prazo	68.544.518
Dispêndios Correntes	4.154.544.047	Total das Fontes	6.574.975.439
Pessoal e Encargos Sociais	977.536.771	Variação de Capital de Giro	(16.105.830)
Materiais e Produtos	1.167.218.048	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	12.771.238
Serviços de Terceiros	329.559.208	Variação do Disponível	851.054.548
Utilidades e Serviços	15.410.381		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.144.847.877		
Encargos Financeiros e Outros	219.950.966		
Operações Internas	151.406.448		
Outras Fontes	68.544.518		
Demais Dispêndios Correntes	300.020.796		
Total dos Usos	7.422.695.395	Total Liquido das Fontes	7.422.695.395

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	4.146.522.401	Receitas	10.250.444.656
Investimentos	818.350.980	Receita Operacional	10.213.867.100
Inversões Financeiras	597.724.885	Receita não Operacional	36.577.556
Amortizações Operações Creditos L.P.	2.290.797.399	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	1.348.674
Operações Internas	1.874.086.108	Operações de Crédito	400.000.000
Operações Externas	20.704.968	Operações de Credito Internas – Moedas	400.000.000
Outras Fontes	396.006.323	Total das Fontes	10.651.793.330
Outros Dispêndios de Capital	439.649.137	Variação de Capital de Giro	447.131.666
Dispêndios Correntes	7.164.415.961	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(24.069.068)
Pessoal e Encargos Sociais	1.360.526.904	Variação do Disponível	236.082.434
Materiais e Produtos	1.734.249.898		
Serviços de Terceiros	731.758.613		
Utilidades e Serviços	32.093.524		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.873.884.563		
Encargos Financeiros e Outros	796.946.027		
Operações Internas	655.468.070		
Outras Fontes	141.477.957		
Demais Dispêndios Correntes	634.956.432		
Total dos Usos	11.310.938.362	Total Liquido das Fontes	11.310.938.362

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	11.443.440	Receitas	7.325.000
Investimentos	315.000	Receita não Operacional	7.325.000
Inversões Financeiras	7.950.000	Total das Fontes	7.325.000
Outros Dispêndios de Capital	3.178.440	Variação de Capital de Giro	(5.947.407)
Dispêndios Correntes	8.150.696	Variação do Disponível	18.216.543
Pessoal e Encargos Sociais	4.566.260		
Materiais e Produtos	22.000		
Serviços de Terceiros	1.455.443		
Utilidades e Serviços	54.339		
Tributos e Encargos Parafiscais	824.500		
Demais Dispêndios Correntes	1.228.154		
Total dos Usos	19.594.136	Total Liquido das Fontes	19.594.136

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

ESTATAIS – SEST

EMPRESA : COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	160.891.200	Receitas	967.810.022
Investimentos	122.639.854	Receita Operacional	947.169.419
Amortizações Operações Creditos L.P.	38.251.346	Receita não Operacional	20.640.603
Outras Fontes	38.251.346	Outros Recursos de Longo Prazo	118.499.137
Dispêndios Correntes	974.220.697	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	118.499.137
Pessoal e Encargos Sociais	42.444.439	Total das Fontes	1.086.309.159
Materiais e Produtos	531.616.244	Variação de Capital de Giro	61.003.171
Serviços de Terceiros	77.302.288	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(7.750)
Utilidades e Serviços	650.000	Variação do Disponível	(12.192.683)
Tributos e Encargos Parafiscais	229.139.609		
Encargos Financeiros e Outros	13.436.653		
Outras Fontes	13.436.653		
Demais Dispêndios Correntes	79.631.464		
Total dos Usos	1.135.111.897	Total Liquido das Fontes	1.135.111.897

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	453.306.644	Receitas	1.882.742.345
Investimentos	179.044.644	Receita Operacional	1.867.104.454
Amortizações Operações Creditos L.P.	274.262.000	Receita não Operacional	15.637.891
Outras Fontes	274.262.000	Operações de Crédito	124.874.882
Dispêndios Correntes	2.050.555.930	Operações de Credito Internas – Moedas	124.874.882
Pessoal e Encargos Sociais	173.961.734	Outros Recursos de Longo Prazo	303.913.329
Materiais e Produtos	966.874.115	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	303.913.329
Serviços de Terceiros	157.813.151	Total das Fontes	2.311.530.556
Utilidades e Serviços	6.077.542	Variação de Capital de Giro	14.061.999
Tributos e Encargos Parafiscais	624.470.219	Variação do Disponível	178.270.019
Encargos Financeiros e Outros	65.857.791		
Operações Externas	82.579		
Outras Fontes	65.775.212		
Demais Dispêndios Correntes	55.501.378		
Total dos Usos	2.503.862.574	Total Liquido das Fontes	2.503.862.574

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	806.769.849	Receitas	2.437.274.818
Investimentos	301.911.502	Receita Operacional	2.377.937.318
Amortizações Operações Creditos L.P.	504.858.347	Receita não Operacional	59.337.500
Operações Internas	5.253.460	Operações de Crédito	324.291.466
Outras Fontes	499.604.887	Operações de Credito Internas – Moedas	324.291.466
Dispêndios Correntes	2.585.390.329	Outros Recursos de Longo Prazo	479.230.338
Pessoal e Encargos Sociais	212.059.791	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	479.230.338
Materiais e Produtos	1.079.660.253	Total das Fontes	3.240.796.622
Serviços de Terceiros	133.115.678	Variação de Capital de Giro	18.912.233
Utilidades e Serviços	11.712.484	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	53.575.501
Tributos e Encargos Parafiscais	858.236.784	Variação do Disponível	78.875.822
Encargos Financeiros e Outros	152.541.174		
Operações Internas	3.018.550		
Operações Externas	513.945		
Outras Fontes	149.008.679		
Demais Dispêndios Correntes	138.064.165		
Total dos Usos	3.392.160.178	Total Liquido das Fontes	3.392.160.178

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	700.123.915	Receitas	3.377.360.257
Investimentos	510.368.709	Receita Operacional	3.281.126.286
Amortizações Operações Creditos L.P.	189.755.206	Receita não Operacional	96.233.971
Outras Fontes	189.755.206	Operações de Crédito	223.893.936
Dispêndios Correntes	3.323.463.752	Operações de Credito Internas – Moedas	223.893.936
Pessoal e Encargos Sociais	145.077.393	Outros Recursos de Longo Prazo	293.664.973
Materiais e Produtos	1.403.959.044	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	293.664.973
Serviços de Terceiros	153.881.851	Total das Fontes	3.894.919.166
Utilidades e Serviços	6.415.653	Variação de Capital de Giro	92.770.306
Tributos e Encargos Parafiscais	730.565.383	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	32.872.824
Encargos Financeiros e Outros	116.757.516	Variação do Disponível	3.025.371
Outras Fontes	116.757.516		
Demais Dispêndios Correntes	766.806.912		
Total dos Usos	4.023.587.667	Total Liquido das Fontes	4.023.587.667

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	76.529.794	Receitas	1.038.156.952
Investimentos	55.640.295	Receita Operacional	1.005.180.208
Amortizações Operações Creditos L.P.	20.889.499	Receita não Operacional	32.976.744
Outras Fontes	20.889.499	Operações de Crédito	25.327.111
Dispêndios Correntes	1.099.861.264	Operações de Credito Internas – Moedas	25.327.111
Pessoal e Encargos Sociais	86.551.824	Outros Recursos de Longo Prazo	141.286.697
Materiais e Produtos	781.909.296	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	141.286.697
Serviços de Terceiros	55.519.752	Total das Fontes	1.204.770.760
Utilidades e Serviços	2.618.324	Variação de Capital de Giro	(44.636.895)
Tributos e Encargos Parafiscais	46.928.254	Variação do Disponível	16.257.193
Encargos Financeiros e Outros	10.418.726		
Outras Fontes	10.418.726		
Demais Dispêndios Correntes	115.915.088		
Total dos Usos	1.176.391.058	Total Liquido das Fontes	1.176.391.058

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	990.607.703	Receitas	7.537.885.362
Investimentos	716.704.600	Receita Operacional	7.205.740.855
Amortizações Operações Creditos L.P.	273.903.103	Receita não Operacional	332.144.507
Outras Fontes	273.903.103	Operações de Crédito	429.229.962
Dispêndios Correntes	8.728.164.673	Operações de Credito Internas – Moedas	429.229.962
Pessoal e Encargos Sociais	231.982.364	Outros Recursos de Longo Prazo	844.094.792
Materiais e Produtos	4.340.447.905	Empréstimos e Financ. (não Instit. Financ.)	844.094.792
Serviços de Terceiros	374.535.537	Total das Fontes	8.811.210.116
Utilidades e Serviços	8.911.839	Variação de Capital de Giro	730.254.646
Tributos e Encargos Parafiscais	927.123.845	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	227.307.614
Encargos Financeiros e Outros	396.786.065	Variação do Disponível	(50.000.000)
Outras Fontes	396.786.065		
Demais Dispêndios Correntes	2.448.377.118		
Total dos Usos	9.718.772.376	Total Liquido das Fontes	9.718.772.376

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	477.668.051	Receitas	679.854.259
Investimentos	148.065.774	Receita Operacional	675.254.259
Amortizações Operações Creditos L.P.	329.602.277	Receita não Operacional	4.600.000
Outras Fontes	329.602.277	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	713.548.794
Dispêndios Correntes	1.051.658.320	Participação no Capital – Empresas Estatais	713.548.794
Pessoal e Encargos Sociais	87.512.392	Operações de Crédito	529.811.214
Materiais e Produtos	477.741.283	Operações de Credito Internas – Moedas	529.811.214
Serviços de Terceiros	66.518.018	Total das Fontes	1.923.214.267
Utilidades e Serviços	1.318.000	Variação de Capital de Giro	(13.014.746)
Tributos e Encargos Parafiscais	78.979.601	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	115.291.102
Encargos Financeiros e Outros	247.934.757	Variação do Disponível	(496.164.252)
Outras Fontes	247.934.757		
Demais Dispêndios Correntes	91.654.269		
Total dos Usos	1.529.326.371	Total Liquido das Fontes	1.529.326.371

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	11.972.720	Receitas	34.179.679
Investimentos	675.070	Receita Operacional	33.000.542
Amortizações Operações Creditos L.P.	6.412.275	Receita não Operacional	1.179.137
Operações Internas	6.412.275	Total das Fontes	34.179.679
Outros Dispêndios de Capital	4.885.375	Variação de Capital de Giro	(100.371)
Dispêndios Correntes	11.586.179	Variação do Disponível	(10.520.409)
Pessoal e Encargos Sociais	987.877		
Materiais e Produtos	15.114		
Serviços de Terceiros	4.953.866		
Utilidades e Serviços	12.139		
Tributos e Encargos Parafiscais	3.504.432		
Encargos Financeiros e Outros	1.102.229		
Operações Internas	1.102.229		
Demais Dispêndios Correntes	1.010.522		
Total dos Usos	23.558.899	Total Liquido das Fontes	23.558.899

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A. - TSBE

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	21.975.803	Receitas	90.313.229
Investimentos	100.000	Receita Operacional	85.591.661
Amortizações Operações Creditos L.P.	21.875.803	Receita não Operacional	4.721.568
Operações Internas	21.382.932	Total das Fontes	90.313.229
Debêntures	492.871	Variação de Capital de Giro	(263.344)
Dispêndios Correntes	80.457.718	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	10.995.875
Pessoal e Encargos Sociais	1.553.713	Variação do Disponível	1.387.761
Materiais e Produtos	62.844		
Serviços de Terceiros	9.987.160		
Utilidades e Serviços	69.900		
Tributos e Encargos Parafiscais	16.680.609		
Encargos Financeiros e Outros	49.909.200		
Operações Internas	27.086.400		
Debêntures	22.822.800		
Demais Dispêndios Correntes	2.194.292		
Total dos Usos	102.433.521	Total Liquido das Fontes	102.433.521

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Dispêndios de Capital	80.527.432	Receitas	129.239.351
Investimentos	30.681.588	Receita Operacional	125.039.351
Amortizações Operações Creditos L.P.	49.845.844	Receita não Operacional	4.200.000
Operações Internas	37.718.308	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	23.006.000
Debêntures	12.127.536	Participação no Capital – Empresas Estatais	23.006.000
Dispêndios Correntes	54.898.006	Total das Fontes	152.245.351
Pessoal e Encargos Sociais	1.043.300	Variação de Capital de Giro	(2.527.291)
Materiais e Produtos	125.400	Variação do Disponível	(14.292.622)
Serviços de Terceiros	8.008.244		
Tributos e Encargos Parafiscais	15.016.947		
Encargos Financeiros e Outros	29.576.469		
Operações Internas	25.430.634		
Debêntures	4.145.835		
Demais Dispêndios Correntes	1.127.646		
Total dos Usos	135.425.438	Total Liquido das Fontes	135.425.438

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. - AMGT

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	143.892.343	Receitas	4.111.911.069
Investimentos	135.281.497	Receita Operacional	4.111.911.069
Amortizações Operações Creditos L.P.	8.610.846	Total das Fontes	4.111.911.069
Outras Fontes	8.610.846	Variação de Capital de Giro	(171.928.029)
Dispêndios Correntes	3.907.943.195	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	110.237.479
Pessoal e Encargos Sociais	138.729.148	Variação do Disponível	1.615.019
Materiais e Produtos	1.810.543.697		
Serviços de Terceiros	112.086.650		
Utilidades e Serviços	968.986		
Tributos e Encargos Parafiscais	206.886.373		
Encargos Financeiros e Outros	358.866.194		
Outras Fontes	358.866.194		
Demais Dispêndios Correntes	1.279.862.147		
Total dos Usos	4.051.835.538	Total Liquido das Fontes	4.051.835.538

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : BRASIL VENTOS ENERGIA S/A

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	226.563.144	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	230.786.146
Investimentos	48.000	Participação no Capital – Empresas Estatais	230.786.146
Inversões Financeiras	226.515.144	Total das Fontes	230.786.146
Dispêndios Correntes	4.223.000	Variação de Capital de Giro	(2)
Pessoal e Encargos Sociais	3.201.000		
Materiais e Produtos	24.000		
Serviços de Terceiros	542.000		
Tributos e Encargos Parafiscais	72.000		
Demais Dispêndios Correntes	384.000		
Total dos Usos	230.786.144	Total Liquido das Fontes	230.786.144

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : TRANSENERGIA GOIÁS S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.600.000	Receitas	13.777.280
Investimentos	1.500.000	Receita Operacional	13.320.000
Outros Dispêndios de Capital	1.100.000	Receita não Operacional	457.280
Dispêndios Correntes	8.730.736	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	1.010.000
Pessoal e Encargos Sociais	2.700.676	Participação no Capital – Empresas Estatais	1.010.000
Materiais e Produtos	6.600	Total das Fontes	14.787.280
Serviços de Terceiros	3.251.000	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	(338.113)
Utilidades e Serviços	26.880	Variação de Capital de Giro	(60.000)
Tributos e Encargos Parafiscais	1.876.580	Variação do Disponível	(3.058.431)
Encargos Financeiros e Outros	21.000		
Outras Fontes	21.000		
Demais Dispêndios Correntes	848.000		
Total dos Usos	11.330.736	Total Liquido das Fontes	11.330.736

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : GERADORA EOLICA VENTOS DE ANGELIM S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : GERADORA EOLICA VENTOS DE SANTA ROSA S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : GERADORA EOLICA VENTOS DE UIRAPURU S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : GERADORA EOLICA ARARA AZUL S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : GERADORA EOLICA BENTEVI S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : GERADORA EOLICA OURO VERDE I S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : GERADORA EOLICA OURO VERDE II S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : GERADORA EOLICA OURO VERDE III S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : ENERGIA DOS VENTOS V S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	57.442.818	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	36.790.703
Investimentos	57.442.818	Participação no Capital – Empresas Estatais	36.790.703
Dispêndios Correntes	3.169.927	Total das Fontes	36.790.703
Pessoal e Encargos Sociais	493.882	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	22.590.569
Materiais e Produtos	16.270	Variação de Capital de Giro	(109.627)
Serviços de Terceiros	422.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.341.100
Tributos e Encargos Parafiscais	842.440		
Encargos Financeiros e Outros	1.341.100		
Outras Fontes	1.341.100		
Demais Dispêndios Correntes	54.235		
Total dos Usos	60.612.745	Total Liquido das Fontes	60.612.745

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : ENERGIA DOS VENTOS VI S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	86.311.597	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	55.186.055
Investimentos	86.311.597	Participação no Capital – Empresas Estatais	55.186.055
Dispêndios Correntes	4.662.334	Total das Fontes	55.186.055
Pessoal e Encargos Sociais	721.266	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	33.885.853
Materiais e Produtos	24.406	Variação de Capital de Giro	(109.627)
Serviços de Terceiros	560.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	2.011.650
Tributos e Encargos Parafiscais	1.263.660		
Encargos Financeiros e Outros	2.011.650		
Outras Fontes	2.011.650		
Demais Dispêndios Correntes	81.352		
Total dos Usos	90.973.931	Total Liquido das Fontes	90.973.931

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	86.170.841	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	55.186.055
Investimentos	86.170.841	Participação no Capital – Empresas Estatais	55.186.055
Dispêndios Correntes	4.803.090	Total das Fontes	55.186.055
Pessoal e Encargos Sociais	841.022	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	33.885.853
Materiais e Produtos	24.406	Variação de Capital de Giro	(109.627)
Serviços de Terceiros	581.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	2.011.650
Tributos e Encargos Parafiscais	1.263.660		
Encargos Financeiros e Outros	2.011.650		
Outras Fontes	2.011.650		
Demais Dispêndios Correntes	81.352		
Total dos Usos	90.973.931	Total Liquido das Fontes	90.973.931

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : ENERGIA DOS VENTOS VIII S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	57.674.081	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	36.790.703
Investimentos	57.674.081	Participação no Capital – Empresas Estatais	36.790.703
Dispêndios Correntes	2.938.664	Total das Fontes	36.790.703
Pessoal e Encargos Sociais	174.619	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	22.590.569
Materiais e Produtos	16.270	Variação de Capital de Giro	(109.627)
Serviços de Terceiros	510.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.341.100
Tributos e Encargos Parafiscais	842.440		
Encargos Financeiros e Outros	1.341.100		
Outras Fontes	1.341.100		
Demais Dispêndios Correntes	54.235		
Total dos Usos	60.612.745	Total Liquido das Fontes	60.612.745

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : ENERGIA DOS VENTOS IX S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	57.420.817	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	36.790.703
Investimentos	57.420.817	Participação no Capital – Empresas Estatais	36.790.703
Dispêndios Correntes	3.191.927	Total das Fontes	36.790.703
Pessoal e Encargos Sociais	476.882	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	22.590.569
Materiais e Produtos	16.270	Variação de Capital de Giro	(109.628)
Serviços de Terceiros	461.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.341.100
Tributos e Encargos Parafiscais	842.440		
Encargos Financeiros e Outros	1.341.100		
Outras Fontes	1.341.100		
Demais Dispêndios Correntes	54.235		
Total dos Usos	60.612.744	Total Liquido das Fontes	60.612.744

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : FRONTEIRA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	111.693.580	Receitas	18.292.409
Investimentos	101.693.580	Receita Operacional	12.292.409
Outros Dispêndios de Capital	10.000.000	Receita não Operacional	6.000.000
Dispêndios Correntes	28.031.608	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	8.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	988.497	Participação no Capital – Empresas Estatais	8.000.000
Materiais e Produtos	180.000	Operações de Crédito	125.000.000
Serviços de Terceiros	7.562.929	Operações de Credito Internas – Moedas	125.000.000
Tributos e Encargos Parafiscais	1.152.642	Total das Fontes	151.292.409
Encargos Financeiros e Outros	18.000.000	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	(3.600.000)
Operações Internas	12.000.000	Variação de Capital de Giro	(2.740.594)
Outras Fontes	6.000.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	8.400.000
Demais Dispêndios Correntes	147.550	Variação do Disponível	(13.626.627)
Total dos Usos	139.725.188	Total Liquido das Fontes	139.725.188

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : EÓLICA HERMENEGILDO I S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	14.941.128	Receitas	42.811.255
Investimentos	3.141.372	Receita Operacional	41.975.263
Amortizações Operações Creditos L.P.	11.799.756	Receita não Operacional	835.992
Operações Internas	11.799.756	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	3.141.372
Dispêndios Correntes	39.841.165	Participação no Capital – Empresas Estatais	3.141.372
Pessoal e Encargos Sociais	1.518.745	Operações de Crédito	3.000.000
Materiais e Produtos	2.844.480	Operações de Credito Internas – Moedas	3.000.000
Serviços de Terceiros	8.658.468	Outros Recursos de Longo Prazo	20.000.000
Tributos e Encargos Parafiscais	4.166.328	Debêntures	20.000.000
Encargos Financeiros e Outros	17.585.520	Total das Fontes	68.952.627
Operações Internas	17.585.520	Variação de Capital de Giro	(1.063.299)
Demais Dispêndios Correntes	5.067.624	Variação do Disponível	(13.107.035)
Total dos Usos	54.782.293	Total Liquido das Fontes	54.782.293

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : EÓLICA HERMENEGILDO II S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	14.492.940	Receitas	42.837.470
Investimentos	2.690.568	Receita Operacional	42.001.478
Amortizações Operações Creditos L.P.	11.802.372	Receita não Operacional	835.992
Operações Internas	11.802.372	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	2.690.568
Dispêndios Correntes	38.056.812	Participação no Capital – Empresas Estatais	2.690.568
Materiais e Produtos	2.849.976	Outros Recursos de Longo Prazo	20.000.000
Serviços de Terceiros	8.658.468	Debêntures	20.000.000
Tributos e Encargos Parafiscais	3.931.572	Total das Fontes	65.528.038
Encargos Financeiros e Outros	17.589.432	Variação de Capital de Giro	(1.046.667)
Operações Internas	17.589.432	Variação do Disponível	(11.931.619)
Demais Dispêndios Correntes	5.027.364		
Total dos Usos	52.549.752	Total Liquido das Fontes	52.549.752

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : EÓLICA HERMENEGILDO III S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.068.832	Receitas	35.730.240
Investimentos	5.019.000	Receita Operacional	35.024.880
Amortizações Operações Creditos L.P.	7.049.832	Receita não Operacional	705.360
Operações Internas	7.049.832	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	5.019.000
Dispêndios Correntes	35.077.980	Participação no Capital – Empresas Estatais	5.019.000
Materiais e Produtos	2.400.756	Outros Recursos de Longo Prazo	15.000.000
Serviços de Terceiros	7.049.832	Debêntures	15.000.000
Tributos e Encargos Parafiscais	3.259.428	Total das Fontes	55.749.240
Encargos Financeiros e Outros	14.985.636	Variação de Capital de Giro	(872.812)
Operações Internas	14.985.636	Variação do Disponível	(7.729.616)
Demais Dispêndios Correntes	7.382.328		
Total dos Usos	47.146.812	Total Liquido das Fontes	47.146.812

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : EÓLICA CHUÍ IX S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	4.822.128	Receitas	12.622.360
Investimentos	1.423.200	Receita Operacional	12.308.860
Amortizações Operações Creditos L.P.	3.398.928	Receita não Operacional	313.500
Operações Internas	3.398.928	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	1.423.200
Dispêndios Correntes	12.380.106	Participação no Capital – Empresas Estatais	1.423.200
Materiais e Produtos	896.082	Outros Recursos de Longo Prazo	5.000.000
Serviços de Terceiros	3.385.548	Debêntures	5.000.000
Tributos e Encargos Parafiscais	1.208.472	Total das Fontes	19.045.560
Encargos Financeiros e Outros	5.065.524	Variação de Capital de Giro	(301.190)
Operações Internas	5.065.524	Variação do Disponível	(1.542.136)
Demais Dispêndios Correntes	1.824.480		
Total dos Usos	17.202.234	Total Liquido das Fontes	17.202.234

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	68.014.931.770	Receitas	462.246.637.912
Investimentos	38.046.051.000	Receita Operacional	423.314.071.686
Inversões Financeiras	8.302.847.951	Receita não Operacional	38.932.566.226
Amortizações Operações Creditos L.P.	10.613.698.152	Operações de Crédito	1.005.334.782
Operações Internas	5.560.730.774	Operações de Credito Internas – Moedas	1.005.334.782
Operações Externas	5.052.967.378	Outros Recursos de Longo Prazo	89.960.708
Outros Dispêndios de Capital	11.052.334.667	Debêntures	89.960.708
Dispêndios Correntes	544.869.932.731	Total das Fontes	463.341.933.402
Pessoal e Encargos Sociais	20.955.291.728	Variação de Capital de Giro	139.548.596.202
Materiais e Produtos	138.061.088.480	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	8.528.120.367
Serviços de Terceiros	92.920.774.815	Variação do Disponível	1.466.214.530
Utilidades e Serviços	981.266.040		
Tributos e Encargos Parafiscais	90.732.562.385		
Encargos Financeiros e Outros	14.767.408.050		
Operações Internas	11.252.691.600		
Operações Externas	2.679.212.280		
Mútuos com Empresas do Exterior	835.504.170		
Demais Dispêndios Correntes	186.451.541.233		
Total dos Usos	612.884.864.501	Total Liquido das Fontes	612.884.864.501

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO — 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	4.600.062	Receitas	43.579.814
Encargos Financeiros e Outros	109.144	Receita Operacional	11.806.258
Outras Fontes	109.144	Receita não Operacional	31.773.556
Demais Dispêndios Correntes	4.490.918	Total das Fontes	43.579.814
		Variação de Capital de Giro	(2.675.004)
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	65.788
		Variação do Disponível	(36.370.536)
Total dos Usos	4.600.062	Total Liquido das Fontes	4.600.062

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO — 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.432.196.624	Receitas	125.697.365.196
Investimentos	675.485.000	Receita Operacional	124.484.242.172
Inversões Financeiras	7.350.000	Receita não Operacional	1.213.123.024
Amortizações Operações Creditos L.P.	1.100.706.251	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	72.000.000
Operações Internas	1.019.400.000	Total das Fontes	125.769.365.196
Arrendamento Mercantil Financeiro	81.306.251	Variação de Capital de Giro	779.379.844
Outros Dispêndios de Capital	648.655.373	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(427.369.032)
Dispêndios Correntes	123.689.179.384		
Pessoal e Encargos Sociais	1.219.694.292		
Materiais e Produtos	90.840.457.758		
Serviços de Terceiros	4.575.668.166		
Utilidades e Serviços	55.060.344		
Tributos e Encargos Parafiscais	23.576.186.184		
Encargos Financeiros e Outros	1.599.712.389		
Operações Internas	961.607.439		
Debêntures	519.085.187		
Outras Fontes	119.019.763		
Demais Dispêndios Correntes	1.822.400.251		
Total dos Usos	126.121.376.008	Total Liquido das Fontes	126.121.376.008

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO — 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	149.471.559	Receitas	190.835.557
Investimentos	100.000	Receita não Operacional	190.835.557
Inversões Financeiras	907.000	Total das Fontes	190.835.557
Outros Dispêndios de Capital	148.464.559	Variação de Capital de Giro	50.229.262
Dispêndios Correntes	48.078.009	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(1.759.610)
Pessoal e Encargos Sociais	32.475.563	Variação do Disponível	(41.755.641)
Materiais e Produtos	23.726		
Serviços de Terceiros	3.825.768		
Utilidades e Serviços	19.788		
Tributos e Encargos Parafiscais	4.190.996		
Demais Dispêndios Correntes	7.542.168		
Total dos Usos	197.549.568	Total Liquido das Fontes	197.549.568

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO — 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	986.990.048	Receitas	1.909.519.244
Investimentos	70.209.000	Receita Operacional	1.886.543.616
Amortizações Operações Creditos L.P.	239.739.266	Receita não Operacional	22.975.628
Operações Externas	59.483.266	Total das Fontes	1.909.519.244
Outras Fontes	180.256.000	Variação de Capital de Giro	277.984.912
Outros Dispêndios de Capital	677.041.782	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	32.164.621
Dispêndios Correntes	1.108.911.935	Variação do Disponível	(123.766.794)
Pessoal e Encargos Sociais	156.176.886		
Materiais e Produtos	9.083.404		
Serviços de Terceiros	95.298.585		
Utilidades e Serviços	5.661.075		
Tributos e Encargos Parafiscais	752.419.008		
Encargos Financeiros e Outros	63.501.966		
Operações Externas	1.458.366		
Outras Fontes	62.043.600		
Demais Dispêndios Correntes	26.771.011		
Total dos Usos	2.095.901.983	Total Liquido das Fontes	2.095.901.983

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO — 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.131.839.687	Receitas	8.418.007.677
Investimentos	1.367.797.000	Receita Operacional	8.262.910.360
Amortizações Operações Creditos L.P.	265.899.035	Receita não Operacional	155.097.317
Operações Internas	265.899.035	Operações de Crédito	870.272.040
Outros Dispêndios de Capital	498.143.652	Operações de Credito Internas – Moedas	870.272.040
Dispêndios Correntes	7.298.087.289	Total das Fontes	9.288.279.717
Pessoal e Encargos Sociais	2.320.089.629	Variação de Capital de Giro	(128.678.639)
Materiais e Produtos	207.078.429	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	96.154.308
Serviços de Terceiros	1.542.100.302	Variação do Disponível	174.171.590
Utilidades e Serviços	394.019.881		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.267.991.929		
Encargos Financeiros e Outros	449.537.502		
Operações Internas	449.537.502		
Demais Dispêndios Correntes	1.117.269.617		
Total dos Usos	9.429.926.976	Total Liquido das Fontes	9.429.926.976

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO — 2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES LTDA. - DOWNSTREAM

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	251.172	Receitas	511.693
Serviços de Terceiros	237.312	Receita não Operacional	511.693
Tributos e Encargos Parafiscais	13.140	Total das Fontes	511.693
Encargos Financeiros e Outros	720	Variação de Capital de Giro	(88.820)
Outras Fontes	720	Variação do Disponível	(171.701)
Total dos Usos	251.172	Total Liquido das Fontes	251.172

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. - PB-LOG

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.206.593.553	Receitas	6.020.296.223
Investimentos	200.000	Receita Operacional	5.656.308.140
Amortizações Operações Creditos L.P.	50.125.265	Receita não Operacional	363.988.083
Debêntures	50.125.265	Total das Fontes	6.020.296.223
Outros Dispêndios de Capital	1.156.268.288	Variação de Capital de Giro	(12.928.496)
Dispêndios Correntes	4.824.302.934	Variação do Disponível	23.528.760
Pessoal e Encargos Sociais	23.695.868		
Serviços de Terceiros	3.365.137.214		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.354.836.285		
Encargos Financeiros e Outros	1.798.901		
Debêntures	1.798.901		
Demais Dispêndios Correntes	78.834.666		
Total dos Usos	6.030.896.487	Total Liquido das Fontes	6.030.896.487

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	19.187.224.826	Receitas	16.773.150.576
Investimentos	9.756.974.000	Receita Operacional	16.773.150.576
Inversões Financeiras	1.821.329.646	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	7.312.362.458
Amortizações Operações Creditos L.P.	7.608.921.180	Participação no Capital – Empresas Estatais	7.312.362.458
Operações Externas	7.608.921.180	Total das Fontes	24.085.513.034
Dispêndios Correntes	6.627.675.081	Variação de Capital de Giro	10.309
Pessoal e Encargos Sociais	7.141.427	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	695.064.253
Serviços de Terceiros	8.701.547	Variação do Disponível	1.034.312.311
Utilidades e Serviços	258.179		
Tributos e Encargos Parafiscais	540.205.301		
Encargos Financeiros e Outros	1.696.837.406		
Operações Internas	240.434.808		
Operações Externas	717.890.992		
Mútuos com Empresas do Exterior	738.511.606		
Demais Dispêndios Correntes	4.374.531.221		
Total dos Usos	25.814.899.907	Total Liquido das Fontes	25.814.899.907

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : 5283 PARTICIPAÇÕES LTDA.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	256.111	Variação do Disponível	256.111
Serviços de Terceiros	256.111		
Total dos Usos	256.111	Total Liquido das Fontes	256.111

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	19.097.192.433	Receitas	88.706.138.598
Investimentos	1.753.643.000	Receita Operacional	84.928.231.661
Amortizações Operações Creditos L.P.	17.343.549.433	Receita não Operacional	3.777.906.937
Operações Externas	17.343.549.433	Total das Fontes	88.706.138.598
Dispêndios Correntes	120.694.620.876	Variação de Capital de Giro	48.956.116.060
Pessoal e Encargos Sociais	686.464.957	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(16.468.884)
Materiais e Produtos	99.439.762.309	Variação do Disponível	2.146.027.535
Serviços de Terceiros	1.722.782.742		
Tributos e Encargos Parafiscais	637.666.456		
Encargos Financeiros e Outros	11.317.983.093		
Operações Externas	11.291.242.675		
Mútuos com Empresas do Exterior	26.740.418		
Demais Dispêndios Correntes	6.889.961.319		
Total dos Usos	139.791.813.309	Total Liquido das Fontes	139.791.813.309

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	11.934.898	Receitas	485.678.763
Outros Dispêndios de Capital	11.934.898	Receita Operacional	476.174.069
Dispêndios Correntes	474.862.053	Receita não Operacional	9.504.694
Materiais e Produtos	422.777.279	Total das Fontes	485.678.763
Serviços de Terceiros	242.187	Variação de Capital de Giro	2.204.924
Tributos e Encargos Parafiscais	49.131.275	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.677.299
Demais Dispêndios Correntes	2.711.312	Variação do Disponível	(2.764.035)
Total dos Usos	486.796.951	Total Liquido das Fontes	486.796.951

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. - E-PETRO

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.150.113	Receitas	1.874.433
Outros Dispêndios de Capital	1.150.113	Receita não Operacional	1.874.433
Dispêndios Correntes	351.156	Total das Fontes	1.874.433
Pessoal e Encargos Sociais	34.560	Variação de Capital de Giro	(12.375)
Serviços de Terceiros	114.260	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(74.213)
Tributos e Encargos Parafiscais	4.592	Variação do Disponível	(286.576)
Encargos Financeiros e Outros	500		
Outras Fontes	500		
Demais Dispêndios Correntes	197.244		
Total dos Usos	1.501.269	Total Liquido das Fontes	1.501.269

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.359.840.955	Receitas	6.121.508.980
Investimentos	189.700.000	Receita Operacional	5.742.718.241
Amortizações Operações Creditos L.P.	866.986.030	Receita não Operacional	378.790.739
Operações Internas	866.986.030	Total das Fontes	6.121.508.980
Outros Dispêndios de Capital	2.303.154.925	Variação de Capital de Giro	802.447.313
Dispêndios Correntes	2.413.507.260	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	22.406.030
Pessoal e Encargos Sociais	54.635.293	Variação do Disponível	(1.173.014.108)
Materiais e Produtos	39.232		
Serviços de Terceiros	379.715.980		
Utilidades e Serviços	515.652		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.487.426.520		
Encargos Financeiros e Outros	260.236.551		
Operações Internas	260.236.551		
Demais Dispêndios Correntes	230.938.032		
Total dos Usos	5.773.348.215	Total Liquido das Fontes	5.773.348.215

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	281.443.893	Receitas	4.545.883.506
Investimentos	95.698.000	Receita Operacional	4.532.271.244
Amortizações Operações Creditos L.P.	23.544.899	Receita não Operacional	13.612.262
Operações Internas	23.544.899	Total das Fontes	4.545.883.506
Outros Dispêndios de Capital	162.200.994	Variação de Capital de Giro	(12.991.530)
Dispêndios Correntes	4.255.952.967	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	5.880.910
Pessoal e Encargos Sociais	407.597.707	Variação do Disponível	(1.376.026)
Materiais e Produtos	2.626.317.904		
Serviços de Terceiros	341.665.292		
Utilidades e Serviços	30.241.207		
Tributos e Encargos Parafiscais	728.151.851		
Encargos Financeiros e Outros	3.579.769		
Operações Internas	3.579.769		
Demais Dispêndios Correntes	118.399.237		
Total dos Usos	4.537.396.860	Total Liquido das Fontes	4.537.396.860

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA. - BSE

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	111.732.718	Receitas	132.010.673
Pessoal e Encargos Sociais	74.424	Receita não Operacional	132.010.673
Serviços de Terceiros	257.335	Total das Fontes	132.010.673
Tributos e Encargos Parafiscais	10.716.162	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(384.080)
Demais Dispêndios Correntes	100.684.797	Variação do Disponível	(19.893.875)
Total dos Usos	111.732.718	Total Liquido das Fontes	111.732.718

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : TERMOMACAÉ LTDA.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	43.967.087	Receitas	49.106.328
Pessoal e Encargos Sociais	28.019.500	Receita Operacional	31.242.276
Serviços de Terceiros	2.747.240	Receita não Operacional	17.864.052
Utilidades e Serviços	162.012	Total das Fontes	49.106.328
Tributos e Encargos Parafiscais	11.504.352	Variação de Capital de Giro	323.443
Demais Dispêndios Correntes	1.533.983	Variação do Disponível	(5.462.684)
Total dos Usos	43.967.087	Total Liquido das Fontes	43.967.087

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : TERMOBAHIA S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	16.514.852	Receitas	105.228.144
Amortizações Operações Creditos L.P.	16.514.852	Receita não Operacional	105.228.144
Operações Internas	16.514.852	Total das Fontes	105.228.144
Dispêndios Correntes	60.654.876	Variação de Capital de Giro	65.963.943
Pessoal e Encargos Sociais	15.793.016	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(335.659)
Serviços de Terceiros	680.045	Variação do Disponível	(93.686.700)
Utilidades e Serviços	364.448		
Tributos e Encargos Parafiscais	16.726.573		
Encargos Financeiros e Outros	26.234.377		
Debêntures	5.143.862		
Outras Fontes	21.090.515		
Demais Dispêndios Correntes	856.417		
Total dos Usos	77.169.728	Total Liquido das Fontes	77.169.728

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : STRATURA ASFALTOS S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	30.177.967	Receitas	1.625.387.335
Investimentos	3.997.000	Receita Operacional	1.610.991.872
Outros Dispêndios de Capital	26.180.967	Receita não Operacional	14.395.463
Dispêndios Correntes	1.588.515.873	Total das Fontes	1.625.387.335
Pessoal e Encargos Sociais	26.847.887	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	(29.000.000)
Materiais e Produtos	1.071.680.350	Variação de Capital de Giro	54.962.667
Serviços de Terceiros	44.865.300	Variação do Disponível	(32.656.162)
Utilidades e Serviços	3.151.279		
Tributos e Encargos Parafiscais	425.182.036		
Encargos Financeiros e Outros	2.836.818		
Outras Fontes	2.836.818		
Demais Dispêndios Correntes	13.952.203		
Total dos Usos	1.618.693.840	Total Liquido das Fontes	1.618.693.840

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	91.912.000	Receitas	946.574.873
Investimentos	12.275.000	Receita Operacional	766.080.526
Inversões Financeiras	79.637.000	Receita não Operacional	180.494.347
Dispêndios Correntes	933.589.818	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	79.637.000
Pessoal e Encargos Sociais	87.412.349	Participação no Capital – Empresas Estatais	79.637.000
Materiais e Produtos	651.045.290	Total das Fontes	1.026.211.873
Serviços de Terceiros	45.873.844	Variação de Capital de Giro	26.711.713
Utilidades e Serviços	8.550.550	Variação do Disponível	(27.421.768)
Tributos e Encargos Parafiscais	116.217.607		
Encargos Financeiros e Outros	5.095.668		
Outras Fontes	5.095.668		
Demais Dispêndios Correntes	19.394.510		
Total dos Usos	1.025.501.818	Total Liquido das Fontes	1.025.501.818

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	176.553.986	Receitas	1.631.063.263
Investimentos	9.533.000	Receita Operacional	1.626.695.263
Amortizações Operações Creditos L.P.	167.020.986	Receita não Operacional	4.368.000
Operações Internas	127.347.312	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	184.165.293
Operações Externas	39.673.674	Participação no Capital – Empresas Estatais	184.165.293
Dispêndios Correntes	1.767.510.976	Total das Fontes	1.815.228.556
Pessoal e Encargos Sociais	22.733.107	Variação de Capital de Giro	4.442.033
Materiais e Produtos	1.152.335.934	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(1.368.000)
Serviços de Terceiros	124.957.400	Variação do Disponível	125.762.373
Utilidades e Serviços	83.247.840		
Tributos e Encargos Parafiscais	285.093.193		
Encargos Financeiros e Outros	51.137.292		
Operações Internas	50.285.110		
Operações Externas	852.182		
Demais Dispêndios Correntes	48.006.210		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Total dos Usos	1.944.064.962	Total Liquido das Fontes	1.944.064.962

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUÍMICASUAPE

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	275.796.192	Receitas	1.719.876.281
Investimentos	8.343.000	Receita Operacional	1.715.658.233
Amortizações Operações Creditos L.P.	267.453.192	Receita não Operacional	4.218.048
Operações Internas	267.453.192	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	292.095.033
Dispêndios Correntes	1.763.743.881	Participação no Capital – Empresas Estatais	292.095.033
Pessoal e Encargos Sociais	61.194.453	Total das Fontes	2.011.971.314
Materiais e Produtos	1.297.374.374	Variação de Capital de Giro	4.217.952
Serviços de Terceiros	109.044.239	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(1.218.048)
Utilidades e Serviços	7.194.912	Variação do Disponível	24.568.855
Tributos e Encargos Parafiscais	147.261.261		
Encargos Financeiros e Outros	87.220.939		
Operações Internas	87.220.939		
Demais Dispêndios Correntes	54.453.703		
Total dos Usos	2.039.540.073	Total Liquido das Fontes	2.039.540.073

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BREITENER ENERGÉTICA S.A. - BREITENER

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.125.665	Receitas	53.995.719
Outros Dispêndios de Capital	3.125.665	Receita Operacional	29.876.580
Dispêndios Correntes	14.456.633	Receita não Operacional	24.119.139
Pessoal e Encargos Sociais	5.559.032	Total das Fontes	53.995.719
Serviços de Terceiros	2.994.817	Variação de Capital de Giro	(6.745.848)
Utilidades e Serviços	61.117	Variação do Disponível	(29.667.573)
Tributos e Encargos Parafiscais	5.122.783		
Demais Dispêndios Correntes	718.884		
Total dos Usos	17.582.298	Total Liquido das Fontes	17.582.298

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : EÓLICA MANGUE SECO 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - MANG

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.895.204	Receitas	21.982.944
Amortizações Operações Creditos L.P.	2.895.204	Receita Operacional	20.332.944
Operações Internas	2.895.204	Receita não Operacional	1.650.000
Dispêndios Correntes	12.137.593	Total das Fontes	21.982.944
Pessoal e Encargos Sociais	313.080	Variação de Capital de Giro	(2.779.969)
Materiais e Produtos	19.651	Variação do Disponível	(4.170.178)
Serviços de Terceiros	2.470.840		
Utilidades e Serviços	911.292		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.915.538		
Encargos Financeiros e Outros	5.100.000		
Operações Internas	5.100.000		
Demais Dispêndios Correntes	1.407.192		
Total dos Usos	15.032.797	Total Liquido das Fontes	15.032.797

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : GÁS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A. - GBD

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	113.011.081	Receitas	603.313.855
Investimentos	58.187.000	Receita Operacional	591.439.344
Outros Dispêndios de Capital	54.824.081	Receita não Operacional	11.874.511
Dispêndios Correntes	529.356.765	Total das Fontes	603.313.855
Pessoal e Encargos Sociais	21.188.399	Variação de Capital de Giro	53.034.673
Materiais e Produtos	296.380.934	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	5.623.293
Serviços de Terceiros	14.741.850	Variação do Disponível	(19.603.975)
Utilidades e Serviços	1.499.819		
Tributos e Encargos Parafiscais	178.655.228		
Demais Dispêndios Correntes	16.890.535		
Total dos Usos	642.367.846	Total Liquido das Fontes	642.367.846

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : TERMOMACAÉ COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	2.552.589	Receitas	1.074.518
Serviços de Terceiros	79.461	Receita não Operacional	1.074.518
Tributos e Encargos Parafiscais	4.209	Total das Fontes	1.074.518
Demais Dispêndios Correntes	2.468.919	Variação de Capital de Giro	(1.176.898)
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	189.622
		Variação do Disponível	2.465.347
Total dos Usos	2.552.589	Total Liquido das Fontes	2.552.589

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BREITENER JARAQUI S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.901.709	Receitas	192.344.574
Outros Dispêndios de Capital	12.901.709	Receita Operacional	189.595.279
Dispêndios Correntes	198.218.854	Receita não Operacional	2.749.295
Pessoal e Encargos Sociais	12.078.723	Total das Fontes	192.344.574
Materiais e Produtos	68.826.311	Variação de Capital de Giro	(4.245.332)
Serviços de Terceiros	28.717.126	Variação do Disponível	23.021.321
Utilidades e Serviços	4.555		
Tributos e Encargos Parafiscais	70.927.701		
Demais Dispêndios Correntes	17.664.438		
Total dos Usos	211.120.563	Total Liquido das Fontes	211.120.563

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BREITENER TAMBAQUI S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	10.397.421	Receitas	249.175.057
Outros Dispêndios de Capital	10.397.421	Receita Operacional	245.671.267
Dispêndios Correntes	270.357.830	Receita não Operacional	3.503.790
Pessoal e Encargos Sociais	14.292.911	Total das Fontes	249.175.057
Materiais e Produtos	94.912.375	Variação de Capital de Giro	(6.726.199)
Serviços de Terceiros	39.967.954	Variação do Disponível	38.306.393
Utilidades e Serviços	50.008		
Tributos e Encargos Parafiscais	103.531.091		
Demais Dispêndios Correntes	17.603.491		
Total dos Usos	280.755.251	Total Liquido das Fontes	280.755.251

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	110.000.000	Receitas	710.808.652
Investimentos	110.000.000	Receita Operacional	710.808.652
Dispêndios Correntes	978.511.869	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	400.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	140.164.604	Participação no Capital – Empresas Estatais	400.000.000
Materiais e Produtos	592.191.893	Total das Fontes	1.110.808.652
Serviços de Terceiros	83.463.087	Variação de Capital de Giro	(26.028.806)
Utilidades e Serviços	66.834.984	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(8.480.297)
Tributos e Encargos Parafiscais	74.481.838	Variação do Disponível	12.212.320
Encargos Financeiros e Outros	5.964.715		
Outras Fontes	5.964.715		
Demais Dispêndios Correntes	15.410.748		
Total dos Usos	1.088.511.869	Total Líquido das Fontes	1.088.511.869

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : TRANSPETRO INTERNATIONAL B.V.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	76.368.000	Receitas	992.082.830
Investimentos	76.368.000	Receita Operacional	989.018.962
Dispêndios Correntes	864.746.190	Receita não Operacional	3.063.868
Pessoal e Encargos Sociais	2.241.636	Total das Fontes	992.082.830
Materiais e Produtos	21.563.231	Variação de Capital de Giro	(6.742.990)
Serviços de Terceiros	294.147.000	Variação do Disponível	(44.225.650)
Utilidades e Serviços	1.134.902		
Tributos e Encargos Parafiscais	2.056.652		
Demais Dispêndios Correntes	543.602.769		
Total dos Usos	941.114.190	Total Líquido das Fontes	941.114.190

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : NOVA TRANSPORTADORA DO NORDESTE S.A. - NTN

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	281.829.330	Receitas	565.113.343
Outros Dispêndios de Capital	281.829.330	Receita Operacional	533.096.114
Dispêndios Correntes	201.808.566	Receita não Operacional	32.017.229
Serviços de Terceiros	83.844	Total das Fontes	565.113.343
Tributos e Encargos Parafiscais	201.306.678	Variação de Capital de Giro	(25.355.380)
Encargos Financeiros e Outros	12.576	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(5.184)
Outras Fontes	12.576	Variação do Disponível	(56.114.883)
Demais Dispêndios Correntes	405.468		
Total dos Usos	483.637.896	Total Líquido das Fontes	483.637.896

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : PETROBRÁS LOGÍSTICA DE GÁS S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	304.568.409	Receitas	395.666.640
Inversões Financeiras	72.000	Receita não Operacional	395.666.640
Outros Dispêndios de Capital	304.496.409	Retorno de Aplicações Financeiras L.P.	91.930.560
Dispêndios Correntes	33.874.538	Total das Fontes	487.597.200
Pessoal e Encargos Sociais	16.237.572	Variação de Capital de Giro	(90.136.377)
Materiais e Produtos	5.004	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	(16.454.803)
Serviços de Terceiros	7.396.015	Variação do Disponível	(42.563.073)
Utilidades e Serviços	37.836		
Tributos e Encargos Parafiscais	7.261.567		
Encargos Financeiros e Outros	780		
Outras Fontes	780		
Demais Dispêndios Correntes	2.935.764		
Total dos Usos	338.442.947	Total Líquido das Fontes	338.442.947

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.886.220.382	Receita	1.947.953.282
Investimentos	86.433.050	Receita Operacional	1.943.953.282
Inversões Financeiras	290.000.000	Receita Não Operacional	4.000.000
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	1.504.785.932	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	530.220.900
Operações de Crédito Internas	1.183.868.403	Operações de Crédito Externas	530.220.900
Demais Obrigações	320.917.529	Demais Obrigações	1.238.970.000
Outros Dispêndios de Capital	5.001.400	Transferência do FAT	50.000.000
Dispêndios Correntes	1.939.727.493	Outras Obrigações	1.188.970.000
Pessoal e Encargos Sociais	322.350.431	Total das Fontes	3.717.144.182
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	3.042.343	Variação do Disponível	1.162.277.681
Serviços de Terceiros	151.927.749		
Utilidades e Serviços	1.977.369		
Tributos e Encargos Parafiscais	200.060.368		
Encargos Financeiros e Outros	1.176.848.886		
Operações de Crédito Internas	516.704.327		
Operações de Crédito Externas	24.567.137		
Outras Obrigações	635.577.422		
Outros Dispêndios Correntes	83.520.347		
Total dos Dispêndios PDG	3.825.947.875		
Aplicações em Operações de Crédito	1.053.473.988		
Total dos Usos	4.879.421.863	Total Líquido das Fontes	4.879.421.863

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	303.884.197	Receita	3.146.624.442
Investimentos	47.911.586	Receita Operacional	3.143.282.018
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	91.260.136	Receita Não Operacional	3.342.424
Operações de Crédito Internas	91.260.136	Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos	2.620.360.640
Outros Dispêndios de Capital	164.712.475	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	310.000.000
Dispêndios Correntes	2.905.862.667	Operações de Crédito Internas - Moeda	310.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	507.878.478	Demais Obrigações	1.210.675.898
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.604.207	Depósitos a Vista	1.103.437.004
Serviços de Terceiros	253.001.744	Depósitos a Prazo	107.238.894
Utilidades e Serviços	45.069.312	Total das Fontes	7.287.660.980
Tributos e Encargos Parafiscais	333.228.343	Outras Variações Patrimoniais	(160.674.010)
Encargos Financeiros e Outros	448.271.665	Variação do Disponível	(15.747.247)
Operações de Crédito Internas	25.851.648		
Operações de Crédito Externas	8.459.092		
Depósitos	413.960.925		
Outros Dispêndios Correntes	1.316.808.918		
Total dos Dispêndios PDG	3.209.746.864		
Aplicações em Operações de Crédito	3.901.492.859		
Total dos Usos	7.111.239.723	Total Líquido das Fontes	7.111.239.723

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	573.389.600	Receita	10.486.472.223
Investimentos	164.833.500	Receita Operacional	10.479.468.723
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	355.392.000	Receita Não Operacional	7.003.500
Operações de Crédito Internas	215.546.600	Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos	7.771.616.400
Operações de Crédito Externas	139.845.400	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	45.000.000
Outros Dispêndios de Capital	53.164.100	Operações de Crédito Internas - Moeda	45.000.000
Dispêndios Correntes	7.888.306.248	Demais Obrigações	117.366.181
Pessoal e Encargos Sociais	1.552.338.500	Depósitos a Vista	14.701.224
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	7.629.900	Depósitos a Prazo	102.664.957
Serviços de Terceiros	1.528.190.300	Total das Fontes	18.420.454.804
Utilidades e Serviços	64.000.000	Variação de Obrigações por Emprést. Curto Prazo	585.305.000
Tributos e Encargos Parafiscais	586.423.700	Outras Variações Patrimoniais	(895.809.511)
Encargos Financeiros e Outros	2.398.004.648	Variação do Disponível	1.236.817
Operações de Crédito Internas	101.943.100		
Operações de Crédito Externas	60.314.100		
Depósitos	641.418.153		
Variação Cambial	99.728.205		
Outras Obrigações	1.494.601.090		
Outros Dispêndios Correntes	1.751.719.200		
Total dos Dispêndios PDG	8.461.695.848		
Aplicações em Operações de Crédito	9.649.491.262		
Total dos Usos	18.111.187.110	Total Líquido das Fontes	18.111.187.110

__MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	3.564.395.464	Receita	136.029.749.021
Investimentos	2.426.993.104	Receita Operacional	135.417.889.086
Outros Dispêndios de Capital	1.137.402.360	Receita Não Operacional	611.859.935
Dispêndios Correntes	113.126.899.158	Demais Obrigações	59.058.493.274
Pessoal e Encargos Sociais	17.861.646.069	Depósitos a Vista	1.499.999.999
Serviços de Terceiros	9.082.082.232	Depósitos a Prazo	57.558.493.275
Utilidades e Serviços	1.424.057.928	Total das Fontes	195.088.242.295
Tributos e Encargos Parafiscais	768.852.022	Outras Variações Patrimoniais	(80.304.782.590)
Encargos Financeiros e Outros	79.324.588.205	Variação do Disponível	(4.389.319.157)
Operações de Crédito Externas	51.230.282		
Depósitos	42.178.648.081		
Outras Obrigações	37.094.709.842		
Outros Dispêndios Correntes	4.665.672.702		
Total dos Dispêndios PDG	116.691.294.622		
Aplicações em Operações de Crédito	(6.297.154.074)		
Total dos Usos	110.394.140.548	Total Líquido das Fontes	110.394.140.548

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. - CAIXAPAR

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	59.255.888	Receita	23.879.339
Pessoal e Encargos Sociais	10.765.213	Receita Operacional	23.508.447
Serviços de Terceiros	21.486.598	Receita Não Operacional	370.892
Utilidades e Serviços	26.860	Total das Fontes	23.879.339
Tributos e Encargos Parafiscais	24.441.113	Outras Variações Patrimoniais	35.376.549
Encargos Financeiros e Outros	916		
Outras Obrigações	916		
Outros Dispêndios Correntes	2.535.188		
Total dos Dispêndios PDG	59.255.888		
Total dos Usos	59.255.888	Total Líquido das Fontes	59.255.888

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : CAIXA SEGURIDADE E PARTICIPAÇÕES S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.101.987.246	Receita	1.620.274.447
Outros Dispêndios de Capital	1.101.987.246	Receita Operacional	1.513.794.824
Dispêndios Correntes	299.499.911	Receita Não Operacional	106.479.623
Pessoal e Encargos Sociais	29.464.389	Total das Fontes	1.620.274.447
Serviços de Terceiros	9.029.929	Outras Variações Patrimoniais	51.352.190
Utilidades e Serviços	45.218	Variação do Disponível	(270.139.480)
Tributos e Encargos Parafiscais	241.247.899		
Encargos Financeiros e Outros	5.478.075		
Outras Obrigações	5.478.075		
Outros Dispêndios Correntes	14.234.401		
Total dos Dispêndios PDG	1.401.487.157		
Total dos Usos	1.401.487.157	Total Líquido das Fontes	1.401.487.157

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : BANCO DO BRASIL S.A. - BB

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	182.469.688.399	Receita	203.269.143.293
Investimentos	3.175.157.704	Receita Operacional	203.203.241.399
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	16.173.355.830	Receita Não Operacional	65.901.894
Operações de Crédito Internas	10.266.779.507	Tesouro - Recebimento de Créditos Diversos	2.606.176.937
Operações – Resolução 63	3.690.717.406	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	5.567.158.103
Demais Obrigações	2.215.858.917	Operações de Crédito Internas - Moeda	4.054.836.288
Outros Dispêndios de Capital	163.121.174.855	Operações - Resolução 63	1.512.321.815
Dispêndios Correntes	188.040.724.943	Demais Obrigações	33.535.615.275
Pessoal e Encargos Sociais	16.585.700.884	Tesouro	392.060.095
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.129.089.241	Transferência do FAT	1.600.000.000
Serviços de Terceiros	6.789.299.797	FMM	972.624.722
Utilidades e Serviços	1.682.528.765	Depósitos a Vista	1.632.101.597
Tributos e Encargos Parafiscais	11.516.299.638	Depósitos a Prazo	6.137.300.521
Encargos Financeiros e Outros	97.350.957.440	Outras Obrigações	22.801.528.340
Operações de Crédito Internas	2.719.277.344	Total das Fontes	244.978.093.608
Operações – Resolução 63	2.769.581.060	Outras Variações Patrimoniais	144.986.232.765
Depósitos	13.703.915.491	Variação do Disponível	375.728.610
Outras Obrigações	78.158.183.545		
Outros Dispêndios Correntes	52.986.849.178		
Total dos Dispêndios PDG	370.510.413.332		
Aplicações em Operações de Crédito	19.829.641.651		
Total dos Usos	390.340.054.983	Total Líquido das Fontes	390.340.054.983

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.254.809.932	Receita	2.640.422.349
Outros Dispêndios de Capital	1.254.809.932	Receita Operacional	2.640.422.349
Dispêndios Correntes	1.319.569.788	Demais Obrigações	357.556.785
Pessoal e Encargos Sociais	59.050.401	Outras Obrigações	357.556.785
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	387.417	Total das Fontes	2.997.979.134
Serviços de Terceiros	5.526.427	Outras Variações Patrimoniais	(377.913.969)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Utilidades e Serviços	2.638.252	Variação do Disponível	(45.685.445)
Tributos e Encargos Parafiscais	240.029.426		
Encargos Financeiros e Outros	742.933.980		
Outras Obrigações	742.933.980		
Outros Dispêndios Correntes	269.003.885		
Total dos Dispêndios PDG	2.574.379.720		
Total dos Usos	2.574.379.720	Total Líquido das Fontes	2.574.379.720

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BB DTVM

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	1.065.707.002	Receita	2.276.129.269
Outros Dispêndios de Capital	1.065.707.002	Receita Operacional	2.276.129.269
Dispêndios Correntes	1.218.382.655	Total das Fontes	2.276.129.269
Pessoal e Encargos Sociais	89.932.408	Outras Variações Patrimoniais	8.159.839
Serviços de Terceiros	70.548.479	Variação do Disponível	(199.451)
Utilidades e Serviços	7.061.386		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.013.160.293		
Outros Dispêndios Correntes	37.680.089		
Total dos Dispêndios PDG	2.284.089.657		
Total dos Usos	2.284.089.657	Total Líquido das Fontes	2.284.089.657

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	92.170.832	Receita	1.442.258.091
Investimentos	25.964.299	Receita Operacional	1.442.258.091
Outros Dispêndios de Capital	66.206.533	Retorno das Operações de Crédito	209.123.827
Dispêndios Correntes	1.163.493.743	Total das Fontes	1.651.381.918
Pessoal e Encargos Sociais	3.319.229	Outras Variações Patrimoniais	(117.673.400)
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.933.794	Variação do Disponível	(278.043.943)
Serviços de Terceiros	12.588.571		
Utilidades e Serviços	35		
Tributos e Encargos Parafiscais	164.763.771		
Encargos Financeiros e Outros	771.129.293		
Operações de Crédito Internas	14.989		
Depósitos	771.114.304		
Outros Dispêndios Correntes	209.759.050		
Total dos Dispêndios PDG	1.255.664.575		
Total dos Usos	1.255.664.575	Total Líquido das Fontes	1.255.664.575

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK - BAMB

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios Correntes	236.316.311	Receita	224.105.927
Serviços de Terceiros	1.115.656	Receita Operacional	224.105.927
Utilidades e Serviços	39.392	Total das Fontes	224.105.927
Tributos e Encargos Parafiscais	896.148	Outras Variações Patrimoniais	(159.734.925)
Encargos Financeiros e Outros	220.069.978	Variação do Disponível	171.945.309
Depósitos	23.690.592		
Variação Cambial	196.379.386		
Outros Dispêndios Correntes	14.195.137		
Total dos Dispêndios PDG	236.316.311		
Total dos Usos	236.316.311	Total Líquido das Fontes	236.316.311

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BESCVAL

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	358.914	Receita	1.507.131
Outros Dispêndios de Capital	358.914	Receita Operacional	871.231
Dispêndios Correntes	1.129.326	Receita Não Operacional	635.900
Pessoal e Encargos Sociais	471.700	Total das Fontes	1.507.131
Serviços de Terceiros	33.644	Outras Variações Patrimoniais	(362.546)
Utilidades e Serviços	7	Variação do Disponível	343.655
Tributos e Encargos Parafiscais	337.672		
Outros Dispêndios Correntes	286.303		
Total dos Dispêndios PDG	1.488.240		
Total dos Usos	1.488.240	Total Líquido das Fontes	1.488.240

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB CONSÓRCIOS

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	326.583.415	Receita	790.062.967
Outros Dispêndios de Capital	326.583.415	Receita Operacional	790.062.967
Dispêndios Correntes	447.384.303	Total das Fontes	790.062.967
Pessoal e Encargos Sociais	14.613.133	Outras Variações Patrimoniais	11.179.916
Serviços de Terceiros	139.748.808	Variação do Disponível	(27.275.165)
Utilidades e Serviços	1.962.658		
Tributos e Encargos Parafiscais	281.480.035		
Outros Dispêndios Correntes	9.579.669		
Total dos Dispêndios PDG	773.967.718		
Total dos Usos	773.967.718	Total Líquido das Fontes	773.967.718

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

__MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	24.329.790.889	Receita	93.979.138.532
Investimentos	109.958.315	Receita Operacional	86.185.115.027
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	16.133.832.574	Receita Não Operacional	7.794.023.505
Operações de Crédito Internas	32.467	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	9.207.699.880
Operações de Crédito Externas	6.753.289.137	Operações de Crédito Internas - Moeda	127.155
Demais Obrigações	9.380.510.970	Operações de Crédito Externas	5.289.678.628
Outros Dispêndios de Capital	8.086.000.000	Variação Cambial	3.917.894.097
Dispêndios Correntes	79.651.804.220	Demais Obrigações	69.187.538.561
Pessoal e Encargos Sociais	1.657.732.110	Tesouro	30.402.998.957
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	9.453.677	Transferência do FAT	24.721.022.273
Serviços de Terceiros	614.057.731	Outras Obrigações	14.063.517.331
Utilidades e Serviços	5.122.987	Total das Fontes	172.374.376.973
Tributos e Encargos Parafiscais	5.221.276.630	Outras Variações Patrimoniais	(17.223.749.425)
Encargos Financeiros e Outros	70.761.756.696	Variação do Disponível	(95.736.298.085)
Operações de Crédito Internas	127.345		
Operações de Crédito Externas	1.818.407.481		
Variação Cambial	4.233.477.248		
Outras Obrigações	64.709.744.622		
Outros Dispêndios Correntes	1.382.404.389		
Total dos Dispêndios PDG	103.981.595.109		
Aplicações em Operações de Crédito	(44.567.265.646)		
Total dos Usos	59.414.329.463	Total Líquido das Fontes	59.414.329.463

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	7.887.765.090	Receita	12.903.408.201
Inversões Financeiras	357.731.546	Receita Operacional	6.011.264.878
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	410.837.533	Receita Não Operacional	6.892.143.323
Operações de Crédito Internas	400.000.000	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	19.856.992

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Demais Obrigações	10.837.533	Operações de Crédito Internas - Moeda	19.856.992
Outros Dispêndios de Capital	7.119.196.011	Demais Obrigações	94.423.759
Dispêndios Correntes	3.746.556.302	Outras Obrigações	94.423.759
Pessoal e Encargos Sociais	229.589.794	Total das Fontes	13.017.688.952
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.316.335	Outras Variações Patrimoniais	(1.383.239.700)
Serviços de Terceiros	61.451.739	Variação do Disponível	(127.860)
Utilidades e Serviços	713.327		
Tributos e Encargos Parafiscais	1.873.472.097		
Encargos Financeiros e Outros	672.664.823		
Operações de Crédito Internas	66.983.925		
Outras Obrigações	605.680.898		
Outros Dispêndios Correntes	907.348.187		
Total dos Dispêndios PDG	11.634.321.392		
Total dos Usos	11.634.321.392	Total Líquido das Fontes	11.634.321.392

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	43.749.524.227	Receita	12.259.079.628
Amortizações Operações de Crédito de L.P.	42.303.896.632	Receita Operacional	12.259.079.628
Operações de Crédito Internas	42.300.000.000	Recursos de Emprést. e Financiamento de L.P.	16.330.987.122
Demais Obrigações	3.896.632	Operações de Crédito Internas - Moeda	15.442.863.638
Outros Dispêndios de Capital	1.445.627.595	Variação Cambial	888.123.484
Dispêndios Correntes	8.175.503.140	Demais Obrigações	2.562.987
Pessoal e Encargos Sociais	209.009.289	Tesouro	62.601
Locação de Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.196.668	Outras Obrigações	2.500.386
Serviços de Terceiros	55.926.638	Total das Fontes	28.592.629.737
Utilidades e Serviços	648.479	Outras Variações Patrimoniais	4.856.759.475
Tributos e Encargos Parafiscais	953.614.979		
Encargos Financeiros e Outros	6.886.094.697		
Operações de Crédito Internas	4.560.059.247		
Variação Cambial	928.017.761		
Outras Obrigações	1.398.017.689		
Outros Dispêndios Correntes	69.012.390		
Total dos Dispêndios PDG	51.925.027.367		
Aplicações em Operações de Crédito	(18.475.638.155)		
Total dos Usos	33.449.389.212	Total Líquido das Fontes	33.449.389.212

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : BNDES PLC

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	14.000.000	Receita	6.166.667
Outros Dispêndios de Capital	14.000.000	Receita Operacional	6.166.667
Dispêndios Correntes	4.976.199	Total das Fontes	6.166.667
Serviços de Terceiros	897.506	Variação do Disponível	12.809.532
Utilidades e Serviços	17.779		
Tributos e Encargos Parafiscais	607.597		
Outros Dispêndios Correntes	3.453.317		
Total dos Dispêndios PDG	18.976.199		
Total dos Usos	18.976.199	Total Líquido das Fontes	18.976.199

DECRETO Nº 9.241, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Promulga o Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia, firmado em Brasília, em 22 de abril de 2013.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia foi firmado em Brasília, em 22 de abril de 2013;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 95, de 29 de junho de 2017; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 6 de dezembro de 2017, nos termos de seu Artigo IX;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia, firmado em Brasília, em 22 de abril de 2013, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho

ACORDO DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA MACEDÔNIA

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República da Macedônia
(doravante denominados "Partes"),

Reconhecendo a importância da cooperação entre ambos os países no plano educacional,

Conscientes de que o acelerado desenvolvimento científico e tecnológico global exige uma nova visão para buscar a excelência de seus recursos humanos, e

No intuito de incrementar a cooperação educacional e interuniversitária entre ambos os países, reforçando a amizade entre o Brasil e a Macedônia,

RESOLVEM celebrar o seguinte Acordo no campo da cooperação educacional:

ARTIGO I

As Partes encorajarão a cooperação em educação e o desenvolvimento científico, de modo a contribuir para o melhor entendimento, observadas as legislações nacionais vigentes.

ARTIGO II

O presente Acordo, sem prejuízo dos convênios firmados diretamente entre instituições de ensino ou outras entidades afins de ambos os países, no setor público ou privado, tem por objetivo: o fortalecimento da cooperação educacional e interuniversitária; a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores; o intercâmbio de informações e experiências; e o fortalecimento da cooperação entre equipes de pesquisadores.

ARTIGO III

As Partes procurarão alcançar os objetivos estabelecidos no Artigo II promovendo atividades de cooperação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, por meio de:

a) intercâmbio de professores, pesquisadores, técnicos e especialistas para a realização de cursos de graduação ou pós-graduação em instituições de ensino superior;

b) intercâmbio de missões de ensino e pesquisa;

c) intercâmbio de professores e pesquisadores, por período longo ou curto, para desenvolver atividades específicas, acordadas previamente entre instituições de ensino;

d) elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas em áreas a serem posteriormente definidas.

ARTIGO IV

As Partes comprometem-se a promover a difusão e o ensino da cultura e do idioma da outra Parte em seu território.

ARTIGO V

O reconhecimento e a revalidação, em uma das Partes, de diplomas e títulos acadêmicos outorgados por instituições de ensino superior da outra, estarão sujeitos à legislação nacional correspondente.

ARTIGO VI

1. O ingresso de alunos de uma Parte em cursos de graduação e pós-graduação da outra Parte será regido pelos mesmos processos seletivos aplicados pelas instituições de ensino superior aos estudantes nacionais.

2. Os estudantes que se beneficiarem de acordos ou programas específicos estarão sujeitos às normas de seleção e conduta estabelecidas por esses instrumentos.

ARTIGO VII

As Partes poderão estabelecer sistemas de bolsas e facilidades que permitam a pesquisadores e estudantes adquirirem aperfeiçoamento acadêmico e profissional, observada a legislação de regência de cada País.

ARTIGO VIII

As Partes definirão, por instrumentos adequados, as modalidades de financiamento das atividades previstas neste Acordo, observada a legislação de regência de cada País.

ARTIGO IX

1. O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação, por via diplomática, em que uma Parte informa a outra sobre o cumprimento de seus procedimentos internos necessários a esse efeito.

2. O presente Acordo terá duração de 5 (cinco) anos, e será renovado automaticamente, por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes notifique à outra, por via diplomática, sua decisão de não renová-lo, com antecedência mínima de 6 (seis) meses da data de sua expiração.

3. O presente Acordo poderá ser emendado por consentimento mútuo entre as Partes, por via diplomática.

4. Em caso de denúncia do presente Acordo, os programas e projetos em execução não serão afetados, salvo se as Partes convierem diversamente.

ARTIGO X

Todas as controvérsias serão resolvidas amigavelmente.

Feito em Brasília, em 22 de abril de 2013, em dois exemplares, nos idiomas português e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Michel Temer,
Vice-Presidente

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA MACEDÔNIA
Nikola Gruevski,
Primeiro Ministro da Macedônia

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECRETO Nº 9.242, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Decreto nº 6.558, de 8 de setembro de 2008, que institui a hora de verão em parte do território nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º, **caput**, inciso I, alínea "b", e § 2º, do Decreto-Lei nº 4.295, de 13 de maio de 1942,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 6.558, de 8 de setembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica instituída a hora de verão, a partir de zero hora do primeiro domingo do mês de novembro de cada ano, até zero hora do terceiro domingo do mês de fevereiro do ano subsequente, em parte do território nacional, adiantada em sessenta minutos em relação à hora legal.

....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Fernando Coelho Filho

DECRETO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a Estratégia Nacional de Inteligência - ENINT, constante do Anexo.

Art. 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal considerarão, em seus planejamentos, ações que concorram para o fortalecimento do Sistema Brasileiro de Inteligência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Sergio Westphalen Etchegoyen

ANEXO

ESTRATÉGIA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Brasil que queremos é um país harmônico. Um país que cumpra a sua vocação para um desenvolvimento integral, aliando o crescimento econômico à justa distribuição de suas riquezas; a plena utilização de suas capacidades à preservação do meio ambiente; a defesa de sua soberania à cooperação internacional. Queremos, em suma, um país que, na busca constante desses equilíbrios, garanta condições dignas de vida a todos os seus cidadãos.

Para alcançar esse desenvolvimento harmônico, é fundamental que os programas de governo, da concepção à implementação, se apoiem em informações precisas e oportunas. Para decidir, o Governo tem de sopesar os diversos matizes de uma realidade em constante evolução, considerando as ações dos múltiplos agentes, domésticos e externos, que em conjunto influem nos rumos de nossa sociedade.

Quanto mais ágeis e mais precisas forem essas informações, tanto melhor será a capacidade do Estado brasileiro de fazer frente a seus desafios estratégicos, identificando oportunidades e neutralizando riscos. Diante disso, contar com um sistema de Inteligência capaz e bem estruturado, com a necessária capilaridade doméstica e internacional, é uma necessidade imperiosa do próprio desenvolvimento nacional.

Em meio aos muitos desafios que enfrentamos e vamos suplantando, tenho orgulho de poder afirmar que estive atento a essas necessidades desde os primeiros dias de minha gestão. Data, afinal, de 29 de junho de 2016 - escassos 48 dias após o início de meu governo - a publicação da Política Nacional de Inteligência, adotada pelo Decreto nº 8.793. O documento, como se sabe, é fruto de um esforço iniciado pela Agência Brasileira de Inteligência ainda em 2009 e que em sua maturação foi enriquecido pela análise crítica da Comissão Mista de Controle das atividades de Inteligência do Congresso Nacional. Foram necessárias sensibilidade e vontade política para levar a bom termo esse processo de análise e tornar vigente aquele projeto.

Esta Estratégia será, oportunamente, complementada por um Plano Nacional de Inteligência e, juntos, esses dois documentos darão muito maior concretude, nos níveis operacional e tático, aos mandamentos daquele documento básico de junho de 2016. Mais importante: encerram o ciclo iniciado em março de 1990, que buscou circunscrever plenamente a atividade de Inteligência aos marcos do Estado Democrático de Direito.

Esse processo todo tem por objetivo último o fortalecimento do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), de maneira que as 37 agências que hoje o integram possam trabalhar em sintonia cada vez maior, sempre com vistas a subsidiar o Estado brasileiro na tomada de decisões estratégicas e na sua implementação.

O que buscamos, em suma, é continuar dotando o Brasil das ferramentas adequadas para a promoção do progresso e da paz social, atendendo aos principais anseios de nossa sociedade e proporcionando às gerações futuras uma nação de que possam orgulhar-se.

2. INTRODUÇÃO

Em um ambiente interno e externo de profundas e constantes transformações, o conhecimento torna-se fator essencial para que o Brasil se posicione adequadamente nesse contexto desafiador, competitivo e de muitas ameaças. Avaliações corretas, oportunas e aprofundadas conferem ao País um diferencial competitivo, além de proporcionar segurança e proteger os interesses nacionais. O espaço para erros é cada vez menor. Por isso, a atividade de Inteligência, que objetiva a obtenção, a análise e a disseminação de conhecimentos sobre fatos e situações que possam impactar o processo decisório e a ação governamental, vem ganhando progressivamente importância estratégica.

Nesse sentido, a formulação de uma Estratégia Nacional de Inteligência (ENINT) se tornou imperiosa. A ENINT é um documento de orientação estratégica decorrente da Política Nacional de Inteligência (PNI), fixada por meio do Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016, e servirá de referência para a formulação do Plano Nacional de Inteligência. Ela consolida conceitos e identifica os principais desafios para a atividade de Inteligência, definindo eixos estruturantes e objetivos estratégicos, de forma a criar as melhores condições para que o Brasil possa se antecipar às ameaças e aproveitar as oportunidades.

A ENINT foi elaborada a partir de discussões oriundas de um grupo de trabalho composto por representantes de órgãos do Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência (Consisbin), com o apoio de estudiosos da atividade de Inteligência de vários segmentos (universidades, órgãos de governo e instituições de referência), tendo sido apreciada ao final por todos os órgãos do SISBIN.

Por meio de orientação sistemática e foco, a ENINT irá propiciar a execução da PNI. Por ter caráter público, traz a transparência necessária e permite à sociedade conhecer os elementos norteadores para o Sistema Brasileiro de Inteligência no horizonte temporal de 2017 a 2021.

A ENINT não é um documento rígido e terá flexibilidade para considerar os ajustes que se fizerem necessários em função da alteração de variáveis e de cenários que possam impactar a atividade de Inteligência. Ela traz uma oportunidade de aprendizado para todos os órgãos que compõem o SISBIN, com a certeza de que o êxito de qualquer sistema está diretamente relacionado a sua capacidade de atuação coesa, integrada e direcionada.

2.1 Atividade de Inteligência no Brasil

Todo ato decisório do Estado deve estar lastreado em subsídios oportunos, amplos e seguros. Para tanto, faz-se necessário o conhecimento dos temas de interesse para a ação governamental, notadamente aqueles que possam representar ameaças ou oportunidades à consecução dos objetivos nacionais.

Nesse contexto, o exercício permanente de ações especializadas de Inteligência, com o objetivo de produzir e difundir conhecimentos para auxiliar as autoridades governamentais, ganha suma importância.

Cabe à atividade de Inteligência acompanhar o ambiente interno e externo, buscando identificar oportunidades e possíveis ameaças e riscos aos interesses do Estado e à sociedade brasileira. As ações destinadas à produção de conhecimentos devem permitir que o Estado, de forma antecipada, direcione os recursos necessários para prevenir e neutralizar adversidades futuras e para identificar oportunidades para sua atuação.

A atividade de Inteligência no Brasil vem ganhando relevância crescente e transparência, sobretudo com a aprovação da PNI e a edição da presente ENINT. Esses documentos são elos aglutinadores dos órgãos que compõem o SISBIN e os direcionadores para a formulação das iniciativas estratégicas referentes à atividade de Inteligência.

A seguir, conforme disposto na PNI, é explicitado o conceito da atividade de Inteligência:

"Exercício permanente de ações especializadas, voltadas para a produção e difusão de conhecimentos, com vistas ao assessoramento das autoridades governamentais nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das políticas de Estado. A atividade de Inteligência divide-se, fundamentalmente, em dois grandes ramos:

I - Inteligência: atividade que objetiva produzir e difundir conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro e fora do território nacional, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado;

II - Contrainteligência: atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a Inteligência adversa e as ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados, conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse da sociedade e do Estado".

2.2 PNI

A PNI definiu os parâmetros e os limites de atuação da atividade de Inteligência e estabeleceu seus pressupostos, instrumentos, identificou as principais ameaças, ou seja, aquelas que apresentam potencial capacidade de colocar em risco a segurança da sociedade e do Estado e, finalmente, definiu objetivos e diretrizes no âmbito do SISBIN.

2.3 SISBIN

Em 7 de dezembro de 1999, foi sancionada a Lei nº 9.883, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência e criou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), na posição de seu órgão central. O Sistema tem por objetivo integrar ações de planejamento e execução das atividades de Inteligência no País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional. Já a ABIN passou a ter sob sua responsabilidade a função de planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País, obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas nos termos da lei.

Cabe ao SISBIN a responsabilidade pelo processo de obtenção e análise de informações e produção de conhecimentos de Inteligência necessários ao processo decisório do Poder Executivo. O Sistema também atua na proteção das informações sensíveis e estratégicas do Estado brasileiro. Nesse sentido, reúne órgãos e estruturas capazes de colaborar, de modo decisivo, em variados temas, a exemplo daqueles relacionados a questões financeiras, tributárias, econômicas, sociais, ambientais, de infraestrutura, de política externa e de segurança.

O SISBIN tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, devendo ainda cumprir e preservar os direitos e as garantias individuais e os demais dispositivos da Constituição, os tratados, as convenções, os acordos e ajustes internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte ou signatária, além da legislação ordinária.

O SISBIN é fundamental para a identificação de fatos e situações que podem influenciar o processo decisório e a ação governamental e para a segurança da sociedade e do Estado. Sua importância ficou evidenciada na realização exitosa dos grandes eventos ocorridos no Brasil nos últimos anos, demonstrando um avançado estágio de integração entre as diversas instituições que o compõem.

2.4. Controle da atividade de Inteligência

Em função da natureza estratégica, os conhecimentos fornecidos para o assessoramento às decisões tomadas pelas autoridades governamentais devem ser garantidos pelo sigilo. Efetivamente, trata-se de uma das principais peculiaridades inerentes à atividade de Inteligência. Desprovidas dessa exceção à regra geral de publicidade dos atos públicos, os conhecimentos produzidos no âmbito do SISBIN se tornariam, muitas vezes, inócuos. Perder-se-ia a capacidade do Estado de antecipar-se à materialização de ameaças ou de aproveitar oportunidades surgidas em um ambiente altamente competitivo.

O exercício permanente de ações especializadas com vistas à produção e à difusão de conhecimentos que assessorem o processo decisório impõe a necessidade de garantias jurídicas aptas a assegurar o seu adequado desempenho. Nesse sentido, as normas atinentes à atividade de Inteligência têm sido desenvolvidas com o fim de atender as suas peculiaridades e de tornar possível a atuação eficiente dos diversos órgãos incumbidos dessa função. O que particulariza a estrutura normativa da atividade de Inteligência é, portanto, a previsão legal de exceções aos paradigmas impostos a outras funções essenciais do Estado sem, todavia, distanciar-se dos ideais democráticos que inspiram todo o serviço público.

Um dos principais pilares sobre os quais se estrutura o arcabouço jurídico da atividade de Inteligência, a Lei nº 9.883, de 1999, introduziu mecanismos jurídicos para a materialização das funções nela previstas. Nesse dispositivo legal, encontram-se instrumentos que viabilizam a proteção dos conhecimentos manipulados pela atividade de Inteligência. O principal deles é a garantia do sigilo, consignada nos artigos 9º e 9º-A.

Para garantir que o sigilo não afete o Estado Democrático de Direito, as sociedades desenvolveram mecanismos de controle com atores variados. Na maioria dos países do Ocidente, o controle está a cargo do Poder Legislativo, por meio de comissões específicas. Mas há diversas formas de controle para a atividade de Inteligência.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em primeiro lugar, há um controle realizado pelo órgão executivo, assegurando que os objetivos a serem alcançados, assim como as políticas a serem implementadas e os planos formulados respondam adequadamente às demandas da sociedade. Esse controle é responsável também por garantir que os gastos dos serviços de Inteligência sejam efetuados com racionalidade e exclusivamente para ações legítimas, necessárias e úteis para o Estado.

No caso brasileiro, esse tipo de controle é exercido pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo, responsável pela supervisão da execução da PNI, e pelo Gabinete de Segurança Institucional, a quem cabe coordenar a atividade de Inteligência federal.

Além do controle político, existe um controle que é efetuado pelo titular do organismo de Inteligência. Esse controle enfoca o comportamento dos seus subordinados, a legitimidade e a adequação das suas ações à legislação vigente.

Aplica-se, ainda, um controle estrito sobre a utilização de recursos públicos. Os órgãos do SISBIN estão sujeitos ao controle do Tribunal de Contas da União (TCU), que avalia a gestão financeira e patrimonial. Em âmbito interno, os órgãos são controlados pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (CISET/PR), no caso de órgãos ligados à Presidência da República, e pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União.

Por fim, existe o controle parlamentar. Esse controle tem por objetivo verificar tanto a legitimidade como a eficácia da atividade de Inteligência. No que diz respeito a esse último aspecto, o controle parlamentar deve evitar um posicionamento meramente reativo, episódico ou de respostas contingenciais, procurando também influir permanentemente para atingir as mudanças desejadas, emanando recomendações e buscando estimular as condutas e atitudes adequadas.

Os parlamentos são, sem dúvida, os mais poderosos órgãos de controle da atividade de Inteligência ao redor do mundo. No Brasil, foi instalada a Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência (CCAI), cujo principal objetivo, de acordo com seu regimento, é fiscalizar e controlar a atividade de Inteligência desenvolvida por órgãos da administração pública federal, especialmente dos órgãos integrantes do SISBIN, destacando-se a preocupação de assegurar que a atividade seja realizada em conformidade com a Constituição e em defesa dos direitos e garantias individuais, da sociedade e do Estado.

3. Missão do SISBIN

É a declaração clara e objetiva que exprime de modo contundente aquilo que o Sistema de Inteligência oferece à sociedade.

Ao permitir o entendimento da razão de ser do SISBIN, a Missão promove o comprometimento e reforça a cooperação entre os parceiros do Sistema. Ela explicita o propósito fundamental, beneficiários e o impacto a ser produzido, além de possuir horizonte de longo prazo.

Para o SISBIN, foi desenvolvida a seguinte Missão:

Desenvolver a atividade de Inteligência, de forma integrada, para promover e defender os interesses do Estado e da sociedade brasileira.

4. Visão do SISBIN

É, ao mesmo tempo, aspiração e inspiração. Aspiração porque indica uma condição futura a ser alcançada. É inspiração porque suscita em todos a vontade em conquistar essa condição.

Ao partir de sua realidade atual, e tendo como foco a satisfação dos seus clientes (o Estado e a sociedade brasileira), o SISBIN buscará alcançar sua visão de futuro por meio da ação coordenada e efetiva de seus integrantes.

Assim, como visão de futuro, o SISBIN projeta:

Excelência e integração no desempenho da atividade de Inteligência, tornando-a imprescindível para a garantia da segurança e dos interesses do Estado e da sociedade brasileira.

5. Princípios éticos

A atividade de Inteligência deve ser conduzida em estrita obediência ao ordenamento jurídico brasileiro, pautando-se pela fiel observância aos Princípios, aos direitos e às garantias fundamentais expressos na Constituição, em prol do bem comum e na defesa dos interesses da sociedade e do Estado Democrático de Direito.

Para atender a esse propósito, a atividade de Inteligência lida com assuntos e conhecimentos sensíveis, que devem receber tratamento adequado, a fim de sempre garantir o atendimento dos objetivos maiores do País. Portanto, como esse exercício típico da atividade envolve escolhas e deliberações, impõem-se criteriosos e rigorosos comportamentos éticos para seus profissionais.

De acordo com a PNI, a Inteligência pauta-se pela conduta ética, que pressupõe um conjunto de princípios orientadores do comportamento humano em sociedade. Naquilo que em se aplica aos seus profissionais, representa, especialmente, o cuidado com a preservação dos valores que determinam a primazia da verdade, sem conotações relativas, da honra e da conduta pessoal ilibada, de forma clara e sem subterfúgios.

Os princípios éticos devem balizar tanto as condutas dos profissionais que lidam com a Inteligência quanto as dos usuários dos conhecimentos produzidos, para conferir à atividade de Inteligência a necessária legitimidade e credibilidade perante a sociedade. O produto da atividade deve ser utilizado no interesse do Estado e da sociedade brasileira, e apenas para propósitos legitimados democraticamente.

Os profissionais da atividade de Inteligência atuam com a consciência de cumprirem verdadeira missão de Estado, para a qual dedicam seus melhores esforços, sempre imbuídos do espírito de servir a Nação com dedicação e lealdade. No curso de sua ação individual e coletiva, além de outros orientadores legais, observam e praticam os seguintes princípios éticos:

Respeito: adotam comportamentos e praticam ações que respeitam a dignidade do indivíduo e os interesses coletivos;

Imparcialidade: atuam de modo isento, buscando a verdade no interesse do Estado e da sociedade brasileira, sem se deixar influenciar por ideias preconcebidas, interesses particulares ou corporativos;

Cooperação: compartilham de forma sistemática e proativa dados e conhecimentos úteis para promoção e defesa dos interesses do Estado e da sociedade brasileira;

Discrição: tratam os diversos aspectos de seu trabalho com reserva e sigilo, visando a proteger e preservar as instituições do SISBIN, os seus integrantes e os conhecimentos produzidos;

Senso crítico: analisam e refletem sobre as implicações morais de suas ações e decisões; e

Excelência: realizam as atividades com dedicação, qualidade, profissionalismo, de forma metódica, diligente e oportuna.

6. Ambiente estratégico:

Os países, em tempos de crise ou não, na condução das questões internas, externas e na garantia de sua segurança e de seus interesses, necessitam conhecer os possíveis cenários e as variáveis que os compõem, bem como suas implicações, desejadas ou indesejadas. Os tomadores de decisão necessitam de informações confiáveis, relevantes e oportunas que possam auxiliá-los na condução de suas atribuições.

O conjunto desses cenários moldam o ambiente estratégico no qual a atividade de Inteligência também atua e sobre o qual o Estado é instado a oferecer respostas tanto a desafios já identificados quanto àqueles inéditos, derivados das novas circunstâncias.

Para fazer frente a essa conjuntura tão dinâmica e difícil, ampliam-se os investimentos em Inteligência e Defesa no mundo. Os serviços e os sistemas de Inteligência se desenvolvem e se profissionalizam como reflexo do aumento da complexidade dos ambientes interno e externo, em consonância com as características de cada país, seu arranjo institucional, suas prioridades e suas necessidades de informações.

Nesse contexto, para o melhor desempenho da atividade de Inteligência, organismos de diversos países realizam, entre si, mais interações, apoiando ações e intercambiando informações, conforme os interesses, que, embora possam ser comuns sobre algumas temáticas, podem conflitar sobre outras que envolvam posicionamentos estratégicos específicos.

O aumento de tais interações é decorrente do desenvolvimento de pautas de interesse mundial, como o terrorismo internacional e os ilícitos transnacionais, e está sendo facilitado pelo avanço tecnológico que possibilita o intercâmbio ágil das informações.

O avanço tecnológico permeia e impacta qualquer processo desenvolvido na atualidade: as informações circulam com menos intermediação e mais velocidade; os instrumentos tecnológicos e de comunicação são onipresentes graças à interconectividade e à convergência com as plataformas móveis; a infraestrutura tecnológico-informacional está cada vez mais presente em produtos domésticos e industriais; o ambiente virtual permite que conteúdos e aplicativos tenham ampliação do alcance e da eficiência; e a mobilidade se faz ainda mais presente pela disseminação de armazenamento baseado em servidores remotos (em nuvem).

Os inegáveis benefícios e facilidades trazidos pela utilização da tecnologia são, contudo, acompanhados de vulnerabilidades. Como consequência, o mundo enfrenta o crescimento da espionagem cibernética, inclusive com fins econômicos e científicos. Da mesma forma, outros riscos surgem com a evolução tecnológica: a automatização e a interconectividade dos sistemas de infraestruturas críticas, por exemplo, tornam possíveis sabotagens pela via cibernética.

A disseminação das ameaças cibernéticas também resultou na intensificação das demandas por soluções capazes de ampliar o nível de segurança da informação, das comunicações e das infraestruturas críticas. Contudo, algumas das soluções de segurança, a exemplo dos recursos criptográficos, podem também ser utilizadas por grupos adversos aos interesses nacionais (como os ligados ao extremismo e ao crime) para a própria proteção. Esse uso dual torna ainda mais complexa a atuação do Estado no ambiente cibernético.

O cenário de evolução tecnológica implica também a crescente produção e armazenamento de grandes volumes de dados nos meios digitais (**big data**). A obtenção e a análise dessas quantidades massivas de dados ensejam oportunidades para a atividade de Inteligência, seja ela brasileira ou adversa. São os casos da utilização de aplicações para análise de vínculos, entendimento de contextos, localização de pessoas e de lugares e uso de inteligência artificial e de técnicas analíticas para grandes conjuntos de dados (**analytics**).

Junta-se a isso um ambiente internacional em que os fatos se multiplicam e adquirem grande imprevisibilidade. As fronteiras nacionais, a identidade nacional e os valores coletivos são desafiados diante das possibilidades de livre troca de informações, intercâmbio com uma comunidade mundial progressivamente mais conectada e trânsito de pessoas intenso.

Essa dinâmica configura um processo irrefreável de internacionalização do mundo, com um fluxo multidirecional, cada vez maior, de bens, transações, valores, informações e ideias.

O mundo vivencia o fortalecimento de novos atores não estatais que possuem ramificações em diversos países e apresentam considerável capacidade para influenciar políticas públicas. Tais atores se utilizam intensamente da tecnologia, conseguem se articular melhor e se estruturar em formato de redes, tornando-se, assim, mais flexíveis e resilientes.

As atuais estruturas que compõem o sistema internacional se encontram em rápida mutação, resultando em uma conjuntura complexa para a formulação de estratégias de inserção externa dos países, sendo difícil o surgimento de um paradigma hegemônico para a interpretação e a condução de ações bem-sucedidas no cenário internacional.

Nesse sistema, cabe ao Brasil enfrentar as ameaças globais à segurança, como as atividades ilícitas transnacionais, as ideologias extremistas e o terrorismo, que continuam se intensificando. Na outra ponta, o País precisa estar atento às oportunidades que favoreçam a consolidação de mercados tradicionais e que abram caminhos alternativos para um desenvolvimento econômico sustentável que melhore a qualidade de vida da população brasileira.

A atividade de Inteligência se insere no esforço de integração do Brasil com os demais países e, em especial, os da América do Sul, de forma a aumentar a eficácia no enfrentamento dos problemas econômicos, nos temas de segurança do Estado e da sociedade, nas questões de desenvolvimento humano e no fortalecimento dos valores democráticos.

No âmbito interno, há também as ameaças à segurança pública que, mesmo não dissociadas de questões internacionais, fazem-se mais presentes na realidade da população brasileira, com o aumento da violência, o agravamento dos problemas estruturais do sistema prisional e a crescente atuação do crime organizado, inclusive sobre as estruturas de Estado.

Os problemas de segurança internos e externos ao Brasil encontram-se, muitas vezes, nas próprias fronteiras territoriais. É determinante a necessidade de se manter uma fiscalização adequada das fronteiras para se controlar o trânsito de pessoas, além de evitar o fluxo de narcóticos, de armas e de produtos relacionados ao contrabando.

Ainda relativamente às questões internas do País, deve permanecer o esforço de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, associado a demandas por respostas político-sociais mais efetivas, com perspectivas de reformas do sistema político nacional. Por consequência do aumento da influência das redes sociais no comportamento humano, elas têm sido cada vez mais utilizadas como meio de mobilização social. Paralelamente, as redes também servem a outros grupos de influência, que podem se utilizar delas para incentivar radicalizações de quaisquer gêneros.

A necessidade de conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento sustentável e a exploração racional dos recursos naturais serão pautas constantes nos próximos anos. Nesse contexto, o País deve estar atento e preparado para questões como desmatamento ilegal, pressões sobre biomas e busca por fontes eficientes de energia.

Na organização legal, o País enfrenta o desafio de harmonizar as múltiplas demandas e necessidades de uma população com tanta diversidade e obter um arcabouço que seja justo para todos os brasileiros.

Os instrumentos legais aplicados à atividade de Inteligência devem proporcionar as condições para que a Inteligência atue com a eficiência que os desafios impostos ao Brasil requerem.

Num ambiente estratégico de profundas e rápidas transformações, caberá à atividade de Inteligência um papel de suma importância na promoção e defesa dos interesses do Estado e da sociedade brasileira e para o desenvolvimento do País.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Da atividade de Inteligência do Brasil, cada vez mais, será cobrada uma atuação voltada para contribuir com um país que se fundamenta na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e no pluralismo político, e que rege suas relações internacionais pela solução pacífica dos conflitos, pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, pela autodeterminação dos povos e pela prevalência dos direitos humanos.

Da análise do ambiente estratégico e das orientações emanadas da PNI foram identificadas e priorizadas, dentre outras, ameaças à integridade e à segurança do Estado e da sociedade brasileira e oportunidades que, se aproveitadas, podem alçar o País a um novo nível de desenvolvimento, conforme a seguir.

6.1 Ameaças

Consideram-se principais ameaças aquelas que apresentam potencial capacidade de pôr em perigo a integridade da sociedade e do Estado e a segurança nacional.

As ameaças retratadas neste documento foram discutidas e definidas quando da formulação da Política Nacional de Inteligência e estão detalhadas no Anexo ao Decreto nº 8.793, de 2016. Segue um extrato da abordagem utilizada na PNI para cada ameaça:

Espionagem, que visa à obtenção de conhecimentos ou dados sensíveis para beneficiar Estados, grupos de países, organizações, facções, grupos de interesse, empresas ou indivíduos;

Sabotagem, que é a ação deliberada, com efeitos físicos, materiais ou psicológicos para destruir, danificar, comprometer ou inutilizar, total ou parcialmente, definitiva ou temporariamente, dados ou conhecimentos; ferramentas; materiais; matérias-primas; equipamentos; cadeias produtivas; instalações ou sistemas logísticos, sobretudo aqueles necessários ao funcionamento da infraestrutura crítica do País;

Interferência externa, que é a atuação deliberada de governos, grupos de interesse, pessoas físicas ou jurídicas que possam influenciar os rumos políticos do País com o objetivo de favorecer interesses estrangeiros em detrimento dos nacionais;

Ações contrárias à soberania nacional, que atentam contra a autodeterminação, a não ingerência nos assuntos internos e o respeito incondicional à Constituição e às leis;

Ataques cibernéticos, que são ações deliberadas com o emprego de recursos da tecnologia da informação para interromper, penetrar, adulterar ou destruir redes utilizadas por setores públicos e privados essenciais à sociedade e ao Estado, a exemplo daqueles pertencentes à infraestrutura crítica nacional;

Terrorismo, que é uma ameaça à paz e à segurança dos Estados. A temática é área de especial interesse e de acompanhamento sistemático pela Inteligência em âmbito mundial;

Atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e tecnologias sensíveis, que atingem países produtores desses bens e detentores dessas tecnologias, em especial nas áreas química, biológica e nuclear;

Armas de destruição em massa, cuja potencial proliferação representa risco à paz mundial e aos países que abdicaram da opção por essas armas para sua defesa;

Criminalidade organizada, que ameaça a todos os Estados e cuja incidência, notadamente em sua vertente transnacional, reforça a necessidade de aprofundar a cooperação;

Corrupção, que é um fenômeno mundial capaz de produzir a erosão das instituições e o descrédito do Estado como agente a serviço do interesse nacional;

Ações contrárias ao Estado Democrático de Direito, que atentam contra o pacto federativo; os direitos e as garantias fundamentais; a dignidade da pessoa humana; o bem-estar e a saúde da população; o pluralismo político; o meio ambiente e as infraestruturas críticas do País, além de outros atos ou atividades que representem ou possam representar risco aos preceitos constitucionais relacionados à integridade do Estado.

6.2 Oportunidades:

Consideram-se principais oportunidades aquelas que apresentam potencial capacidade de posicionar o País num outro patamar de competitividade e auxiliam na promoção e na defesa dos interesses do Estado e da sociedade brasileira:

Inserção do país no cenário internacional

Uma maior inserção internacional do Brasil tem potencial para ampliar a oferta de recursos tangíveis e intangíveis estratégicos para o desenvolvimento nacional. O acesso a tais recursos nem sempre ocorre de maneira automática. Cabe à Inteligência de Estado papel fundamental no sentido de mediar parte desse processo, elaborando análises prospectivas e gerando conhecimentos estratégicos que o viabilizem.

A maior exposição do País ao ambiente internacional exige, ainda, que a sociedade e o governo brasileiros estejam aptos a lidar com novas dinâmicas interestatais e com novos atores não estatais. Nesse sentido, o conhecimento produzido pelos órgãos que tratam da atividade de Inteligência auxilia no entendimento dessas realidades complexas.

Cooperação internacional

A interação externa proporciona, igualmente, oportunidades para a negociação de acordos nos mais variados temas, assim como para o debate e a resolução de problemas coletivos. À medida que se multiplicam fóruns que tratam de questões políticas, econômicas e diplomáticas, entre outras, que envolvem ou impactam o Brasil, a atividade de Inteligência será cada vez mais demandada a prestar assessoramento de alto nível às autoridades e às instituições brasileiras que participam desses mecanismos de articulação.

O crescimento da quantidade de iniciativas de cooperação internacional observado em diversas esferas das relações do Brasil com o mundo também é verificado na atividade de Inteligência. Nesse sentido, surgem oportunidades para o intercâmbio de informações em matérias de interesse comum com outros países, em especial os fronteiriços.

Desenvolvimento científico e tecnológico

O avanço da ciência e de suas aplicações práticas, por meio do desenvolvimento de novas tecnologias, estabelece os rumos em direção aos quais a realidade será transformada. Análises prospectivas permitirão ao País posicionar-se estrategicamente para extrair maiores benefícios para o seu desenvolvimento. Nesse contexto, a atividade de Inteligência assume missão importante na antecipação de movimentos e tendências mediante o acompanhamento da evolução científico-tecnológica.

Determinadas tecnologias podem representar ativos estratégicos para o desenvolvimento econômico nacional. Aparatos tecnológicos também podem prover novos instrumentos e ferramentas de trabalho para o próprio exercício da atividade de Inteligência. O acesso ao estado da arte em matéria científica e tecnológica é capaz de possibilitar ao País avançar no desenvolvimento socioeconômico e melhor posicionar-se em áreas em que atualmente não ocupa lugar de destaque.

Inteligência cibernética

O domínio das soluções tecnológicas mais avançadas para lidar com o espaço cibernético proporciona vantagens significativas às Nações. Nesse ambiente virtual de ameaças e oportunidades, países que se desenvolverem mais rapidamente se tornam mais aptos a alcançar os objetivos nacionais.

A adoção de atitudes não apenas defensivas, mas também proativas nessa área é capaz de proporcionar avanços significativos para os interesses do País.

Consolidação de rede logística e de infraestrutura de interesse nacional

A consolidação de rede logística e de infraestrutura possibilitará maior integração e desenvolvimento para o País, melhorando e ampliando o fluxo de bens, pessoas, recursos financeiros e informações entre as diversas localidades.

Por se tratar de empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento nacional, a Inteligência pode contribuir para a melhor implantação dos projetos e a integridade das redes e das infraestruturas instaladas. Nesse sentido, análises estratégicas dos setores envolvidos, especialmente em relação às novas tecnologias utilizadas no mundo, serão produtos, cada vez mais, demandados para subsidiar o processo decisório em diferentes esferas governamentais.

7. Desafios:

Tendo como base as orientações da PNI e a análise do ambiente estratégico, no contexto interno e externo, surgem os desafios, que representam as questões de caráter estratégico e de grande relevância para que a atividade de Inteligência atue com eficácia em prol da segurança e dos interesses do Estado e da sociedade brasileira.

Os desafios, relacionados a seguir, reúnem os elementos considerados essenciais para que o Sistema de Inteligência realize sua Missão e alcance sua Visão:

Fortalecimento da atuação integrada e coordenada da atividade de Inteligência

O aumento da demanda por conhecimentos e ações que possam auxiliar na defesa dos interesses do Estado e da sociedade brasileira requer atuação mais sinérgica do SISBIN.

O aprimoramento da atuação em rede se estabelece por meio de uma comunicação mais fluida, que favoreça o compartilhamento de conhecimentos para o alcance de objetivos comuns do Sistema. A definição mais clara e adequada de políticas, objetivos, responsabilidades e competências para o Sistema de Inteligência é fundamental para seu funcionamento mais eficaz.

Fortalecimento de cultura de proteção do conhecimento e de preservação do sigilo

A preservação do sigilo e a proteção das fontes, dos agentes e do conhecimento sensível são determinantes para o cumprimento dos objetivos da Inteligência.

A cultura de proteção, inerente à atividade Inteligência, se estende para um campo maior, dentro do qual se incluem os ativos estratégicos nacionais, tanto materiais quanto imateriais, que apoiam o desenvolvimento da sociedade brasileira. O fortalecimento da proteção dos ativos do Estado e da sociedade brasileira é fundamental para que interferências externas não comprometam o interesse nacional.

Ampliação e aperfeiçoamento do processo de capacitação para atuação na área de Inteligência

O desempenho consistente e efetivo da atividade de Inteligência exige profissionais qualificados e recursos compatíveis com os desafios que se apresentam.

A ampliação do processo de capacitação permite o aperfeiçoamento de técnicas, processos e competências, de modo a buscar a excelência e a inovação na atividade de Inteligência.

A capacidade de o Sistema de gerar valor depende diretamente da qualificação dos profissionais que nele atuam, viabilizada pelos investimentos em formação e atualização desses quadros.

Maior utilização de tecnologia de ponta, especialmente no campo cibernético

A sociedade atual presencia crescente investimento em tecnologia da informação e comunicação (TIC). A virtualização do mundo e o desenvolvimento constante de todo aparato tecnológico são aspectos primordiais nas estratégias de atuação dos países. O investimento na atualização constante dos recursos tecnológicos necessários à atividade de Inteligência potencializa a eficácia do seu desempenho. Especialmente no espaço cibernético, tal investimento será decisivo para maior efetividade no combate às ameaças virtuais, na identificação de oportunidades e na antecipação de situações eventualmente danosas aos interesses nacionais.

Intensificação do uso de tecnologias de tratamento e análise de grandes volumes de dados (**big data** e **analytics**)

O avanço tecnológico levou ao crescimento exponencial da quantidade de dados e informações disponíveis. Porém, essa quantidade, a diversidade e, muitas vezes, a desorganização tornam a interpretação desses dados e informações extremamente complexa.

O esforço aplicado na organização e na análise desse material, por meio de modelos e ferramentas adequados, contribui para a produção de conhecimentos diferenciados, capazes de promover resultados mais efetivos para a atividade de Inteligência.

Ampliação da internacionalização da atividade de Inteligência brasileira

Para acompanhar a inserção internacional do País, oferecendo assessoramento tempestivo às demandas sobre temas de interesse no âmbito externo, a atividade de Inteligência deve ampliar a capacidade de representação e de realização de parcerias no exterior.

Essa internacionalização da atividade permite ainda maior interação com outros serviços congêneres, com benefícios importantes nos resultados finais.

Apoio ao fortalecimento da inserção do país no cenário internacional

O aumento das relações políticas e econômicas entre os países, por meio de ações multilaterais ou bilaterais, e o surgimento de novos polos econômicos e centros de poder são mudanças estruturais no cenário internacional.

Ao Brasil interessa avançar no protagonismo internacional, participando de modo cada vez mais intenso desse ambiente de complexa transformação. Essa atuação oferece perspectivas de acordos, parcerias e entendimentos, porém também permite o surgimento de atritos.

À atividade de Inteligência cabe o desafio de contribuir com análises e conhecimentos úteis para uma participação mais efetiva do País nas interações internacionais.

Apoio ao combate à corrupção, ao crime organizado, aos ilícitos transnacionais e ao terrorismo

A maior sofisticação da criminalidade, no âmbito nacional e internacional, e a dimensão mais global do terrorismo impõem desafios às ações de combate a essas ameaças, que muitas vezes ocorrem de forma articulada, inclusive compartilhando redes de atuação.

A capilaridade e as conexões das estruturas relacionadas a essas ameaças exigem soluções conjuntas, com a participação de diferentes atores governamentais. A produção de conhecimentos relevantes e oportunos pela atividade de Inteligência é condição para o sucesso do enfrentamento a essas ameaças.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Monitoramento e enfrentamento eficaz de ações adversas contra interesses nacionais

As ameaças contra os interesses nacionais, promovidas por atores governamentais ou não governamentais, crescem em escala, diversidade e complexidade, muito apoiadas pelas alternativas proporcionadas pelo uso da tecnologia.

As ações adversas sob patrocínios cada vez mais difusos atentam contra a segurança do Estado e da sociedade brasileira, ameaçando o funcionamento e o desenvolvimento da Nação.

A proteção dos ativos nacionais depende de uma atividade de Inteligência que se contraponha com eficácia às ações adversas.

Aprimoramento da legislação para a atividade de Inteligência

A legislação que trata da atividade de Inteligência deve proporcionar segurança a seus profissionais e beneficiários, além de garantias à sociedade em relação a seus direitos fundamentais.

O aprimoramento do conjunto normativo da atividade de Inteligência precisa combinar mecanismos indispensáveis para a prestação de contas com dispositivos apropriados para o exercício eficaz e responsável da atividade.

8. Eixos estruturantes:

A identificação dos Eixos Estruturantes é resultado da análise do ambiente estratégico e dos desafios da ENINT. Dessa avaliação se extraem quatro grandes eixos, que constituem os principais pilares para a efetividade da atividade de Inteligência.

Os eixos organizam os desafios, alinhando-os e estabelecendo vínculos, de modo a criar uma Estratégia organicamente coerente e coesa, que deve impulsionar o funcionamento do Sistema de Inteligência.

São Eixos Estruturantes da ENINT:

Atuação em rede

Eixo que preconiza um modelo de trabalho coordenado, integrado e sinérgico, com a participação efetiva dos integrantes do Sistema, de modo a potencializar o cumprimento da Missão.

O Sistema deve praticar o compartilhamento de dados e conhecimentos, assim como realiza ações específicas conjuntas, sempre em prol dos interesses do Estado e da sociedade brasileira. Órgãos diferentes, com perspectivas de abordagem próprias, produzem soluções finais mais eficazes quando articulados em rede.

A atuação em rede exige também a responsabilidade pela adequada proteção de fontes, conhecimentos e profissionais, por meio da gestão eficaz dos riscos inerentes à atividade de Inteligência.

Tecnologia e capacitação

Eixo que sustenta a necessidade de capacitação em alto nível para os profissionais de Inteligência, para que se promova, por consequência, a excelência da atividade de Inteligência.

Para o melhor desempenho da atividade, o Sistema deve prover treinamento e capacitação que maximize o potencial dos profissionais de Inteligência, desenvolvendo e aprimorando competências e habilidades capazes de torná-los preparados para desafios em constante transformação.

Da mesma forma, o investimento em tecnologias de ponta deve estar sempre presente nas pautas de discussões. O avanço tecnológico e a intensificação de tecnologias para tratamento e análise de dados permeiam e impactam fortemente a atividade de Inteligência. Nesse sentido, os profissionais devem dispor das ferramentas tecnológicas mais avançadas, que potencializem a resposta do seu trabalho.

O ambiente profissional da Inteligência ainda deve favorecer o compartilhamento de ideias, recursos e experiências, para que se estabeleçam as condições para a inovação e o uso de melhores práticas.

Projeção internacional

Eixo que se fundamenta na importância da atividade de Inteligência para oferecer soluções capazes de alavancar a projeção política e econômica do Brasil.

Em uma nova ordem internacional, em constante transformação, o Brasil necessita estar inserido com protagonismo. Para isso, a Inteligência exerce papel fundamental para um melhor entendimento do mundo, em suas novas dinâmicas e relações.

O esforço de projeção do País deve contar com uma Inteligência cuja capilaridade garanta presença internacional, inclusive por meio de associação com parceiros estrangeiros.

Segurança do Estado e da sociedade

Eixo que se apoia na convicção do papel central desempenhado pela atividade de Inteligência para a garantia da segurança e dos interesses do Estado e da sociedade brasileira.

A antecipação de fatos e situações que se caracterizam como ameaças à integridade da sociedade e do Estado, no âmbito nacional ou internacional, é essencial para que o processo de assessoria ao mais alto nível decisório do País seja eficaz.

Para que esse papel seja exercido de forma efetiva, a legislação deve ser adequada à especificidade da Inteligência, proporcionando as condições ideais para o exercício da atividade.

9. Objetivos estratégicos:

Com base nos desafios estratégicos identificados e nos eixos de sustentação da ENINT, foram definidos 33 objetivos para o desempenho eficaz da atividade de Inteligência, considerado o horizonte temporal de cinco anos.

Os objetivos a seguir apresentados, sem ordem de prioridade, retratam o foco estratégico para direcionar os esforços e sinalizam os resultados essenciais a serem atingidos pelo SISBIN no cumprimento da sua Missão:

- Aprimorar os processos e protocolos para comunicação e compartilhamento de informações;

- Mapear e gerenciar os principais processos a serem realizados no SISBIN;

- Definir e regular critérios para atuação conjunta e coordenada no âmbito do SISBIN;

- Criar protocolos conjuntos para proteção de conhecimentos sensíveis;

- Aperfeiçoar o processo de gestão de riscos;

- Fomentar a cultura de proteção do conhecimento na sociedade;

- Ampliar a capacidade do Estado na obtenção de dados por meio da Inteligência cibernética;

- Fortalecer a capacidade de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação e comunicação (TIC);

- Aprimorar a capacidade de desenvolver e implementar criptografia de Estado;

- Modernizar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC);

- Ampliar a capacidade de obtenção e análise de grandes volumes de dados estruturados e não estruturados;

- Aprimorar a estruturação e o compartilhamento de bases de dados de Inteligência;

- Promover a interoperabilidade de bases de dados de interesse em nível nacional;

- Promover a integração entre as Escolas de Governo para ampliar a oferta de cursos relacionados à Inteligência e estruturar capacitações conjuntas;

- Estabelecer processo de gestão por competências para capacitação em Inteligência;

- Fortalecer a educação a distância (EAD);

- Promover a qualificação técnica para proteção e exploração do campo cibernético;

- Aumentar a representação da atividade de Inteligência no exterior;

- Incrementar a interação do SISBIN com os demais sistemas de inteligência em temas de interesse;

- Aperfeiçoar a qualificação de adidos e demais agentes diplomáticos;

- Aumentar a participação em fóruns, eventos e encontros internacionais;

- Ampliar as redes de parcerias e incrementar os acordos de cooperação internacional;

- Apoiar as instituições brasileiras em sua atuação no exterior;

- Ampliar o intercâmbio de informações entre os órgãos brasileiros com atuação no exterior;

- Consolidar a atividade de Inteligência em questões externas estratégicas;

- Estabelecer temas prioritários para produção de conhecimentos referentes às seguintes ameaças: corrupção, crime organizado, ilícitos transnacionais e terrorismo;

- Aprimorar os meios de compartilhamento de informações sobre as seguintes ameaças: corrupção, crime organizado, ilícitos transnacionais e terrorismo;

- Criar protocolos específicos para atuação integrada do SISBIN em relação às seguintes ameaças: corrupção, crime organizado, ilícitos transnacionais e terrorismo;

- Identificar os principais temas de interesse nacional para defesa contra ações adversas externas;

- Estabelecer sistema de alerta para prevenção de potenciais ações adversas;

- Criar protocolos específicos para atuação integrada visando a neutralização de ações adversas;

- Acompanhar e apoiar o processo legislativo nos temas de interesse da atividade de Inteligência; e

- Aperfeiçoar o marco legal da atividade de Inteligência.

O quadro sintético abaixo mostra as correlações entre os eixos estruturantes, os desafios e os objetivos estratégicos.

É importante ressaltar que a distribuição de desafios e objetivos pelos Eixos se realizou com base nos vínculos mais nítidos e fortes, porém, na dinâmica de interações desses três elementos, existe uma transversalidade que lhe é própria. Objetivos podem impactar vários desafios, que, por sua vez, podem se associar a diferentes eixos, fruto da natureza orgânica da Estratégia:

Quadro 1 - Correlações entre os Eixos Estruturantes, os Desafios e os Objetivos Estratégicos.

EIXOS ESTRUTURANTES	DESAFIOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
1. Atuação em rede	1.1 Fortalecimento da atuação integrada e coordenada da atividade de Inteligência	Aprimorar os processos e protocolos para comunicação e compartilhamento de informações Mapear e gerenciar os principais processos a serem realizados no SISBIN Definir e regular critérios para atuação conjunta e coordenada no âmbito do SISBIN
	1.2 Fortalecimento de cultura de proteção do conhecimento e de preservação do sigilo	Criar protocolos conjuntos para proteção de conhecimentos sensíveis Aperfeiçoar o processo de gestão de riscos Fomentar a cultura de proteção do conhecimento na sociedade
2. Tecnologia e Capacitação	2.1 Maior utilização de tecnologias de ponta, especialmente no campo cibernético	Ampliar a capacidade do Estado na obtenção de dados por meio da Inteligência cibernética Fortalecer a capacidade de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação e comunicação (TIC) Aprimorar a capacidade de desenvolver e implementar criptografia de Estado Modernizar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC)
	2.2 Intensificação do uso de tecnologias de tratamento e análise de grandes volumes de dados (**Big Data** e **Analytics***)*	Ampliar a capacidade de obtenção e análise de grandes volumes de dados estruturados e não estruturados Aprimorar a estruturação e o compartilhamento de bases de dados de Inteligência Promover a interoperabilidade de bases de dados de interesse em nível nacional

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	2.3 Ampliação e aperfeiçoamento do processo de capacitação para atuação na área de Inteligência	Promover a integração entre as Escolas de Governo para ampliar a oferta de cursos relacionados à Inteligência e estruturar capacitações conjuntas Estabelecer processo de gestão por competências para capacitação em Inteligência Fortalecer a educação a distância (EAD) Promover a qualificação técnica para proteção e exploração do campo cibernético
3. Projeção internacional	3.1 Ampliação da internacionalização da atividade de Inteligência brasileira	Aumentar a representação da atividade de Inteligência no exterior Incrementar a interação do SISBIN com os demais sistemas de inteligência em temas de interesse Aperfeiçoar a qualificação de adidos e demais agentes diplomáticos Aumentar a participação em fóruns, eventos e encontros internacionais
	3.2 Apoio ao fortalecimento da inserção do País no cenário internacional	Ampliar as redes de parcerias e incrementar os acordos de cooperação internacional Apoiar as instituições brasileiras em sua atuação no exterior Ampliar o intercâmbio de informações entre os órgãos brasileiros com atuação no exterior Consolidar a atividade de Inteligência em questões externas estratégicas
4. Segurança do Estado e da sociedade	4.1 Apoio ao combate à corrupção, ao crime organizado, aos ilícitos transnacionais e ao terrorismo	Estabelecer temas prioritários para produção de conhecimentos referentes às seguintes ameaças: corrupção, crime organizado, ilícitos transnacionais e terrorismo Aprimorar os meios de compartilhamento de informações sobre as seguintes ameaças: corrupção, crime organizado, ilícitos transnacionais e terrorismo Criar protocolos específicos para atuação integrada do SISBIN em relação às seguintes ameaças: corrupção, crime organizado, ilícitos transnacionais e terrorismo
	4.2 Monitoramento e enfrentamento eficaz de ações adversas contra interesses nacionais	Identificar os principais temas de interesse nacional para defesa contra ações adversas externas Estabelecer sistema de alerta para prevenção de potenciais ações adversas Criar protocolos específicos para atuação integrada visando a neutralização de ações adversas
	4.3 Aprimoramento da legislação para a atividade de Inteligência	Acompanhar e apoiar o processo legislativo nos temas de interesse da atividade de Inteligência Aperfeiçoar o marco legal da atividade de Inteligência

9.1 Orientadores:

São apresentadas, a seguir, orientações que devem ser consideradas e adotadas, quando do desdobramento dos objetivos da ENINT no Plano Nacional de Inteligência, para garantir a atuação integrada e coordenada do SISBIN e a entrega de resultados que impactem positivamente o Estado e a sociedade brasileira. Os orientadores direcionam os esforços para questões essenciais e, apesar dos diferentes enfoques, devem ser considerados de forma integrada, a fim de que as ações subsequentes estejam em harmonia com os objetivos definidos:

- Aperfeiçoamento do fluxo de produção de conhecimentos sobre ameaças e oportunidades;

- Direcionamento da produção de conhecimentos para temas priorizados;

- Intercâmbio em capacitação e de conhecimentos sobre tecnologia da informação e comunicação, especialmente no campo cibernético, com os setores privado e público, acadêmico e com outros países;

- Fortalecimento dos sistemas de segurança da informação em estruturas críticas do País;

- Desenvolvimento integrado de soluções que atendam às diversas necessidades do SISBIN no campo tecnológico;

- Aproximação e cooperação com entes privados que custodiem informações de interesse para a atividade de Inteligência;

- Maior interação com Estados e organismos estrangeiros;

- As interações com estrangeiros devem atentar para questões de contrainteligência;

- Compartilhamento do conhecimento com as instituições e órgãos brasileiros que atuam no exterior;

- Ampliação da interação com a sociedade, órgãos representativos e com o Poder Legislativo;

- Intercâmbio de melhores práticas na atividade de Inteligência entre os órgãos do SISBIN;

- Compatibilização de plataformas de educação a distância das Escolas de Governo;

- Proteção adequada de fontes, técnicas, conhecimentos e profissionais;

- Responsabilização pela quebra de sigilo dos conhecimentos compartilhados;

- Sensibilização para a importância da proteção do conhecimento; e

- Atuação integrada entre as assessorias parlamentares e jurídicas dos órgãos do SISBIN.

10. Implementação da Estratégia

A ENINT define a direção a ser seguida e consolida os objetivos estratégicos a serem alcançados, contudo, é na implementação integrada das ações que a Estratégia se consolidará. A implementação se dará com a elaboração e a consecução do Plano Nacional de Inteligência. O Plano será o documento que explicitará a forma de se atingir o que a ENINT propõe e onde serão definidos os parâmetros de atuação dos órgãos do SISBIN.

Para a estruturação do Plano Nacional de Inteligência, deverá ser elaborada uma matriz de responsabilidades que contemple o conjunto de ações e metas estipuladas para o cumprimento dos objetivos da Estratégia. Além disso, o Plano deverá contar com mecanismos de acompanhamento da execução das ações e do atingimento de metas, conferindo, assim, maior legitimidade à atuação do SISBIN.

A elaboração e a consolidação do Plano Nacional de Inteligência será um processo liderado pelo Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência (Consisbin) e deverá abranger todo o Sistema. O Consisbin monitorará, ainda, a implementação do Plano e se reunirá periodicamente para discutir o andamento das ações e propor as medidas corretivas necessárias.

11. Conclusão

A capacidade do Sistema de Inteligência de compreender o ambiente estratégico onde está inserido e fazer as escolhas corretas e necessárias determina sua força competitiva e sua competência para promover e defender os interesses do Estado e da sociedade brasileira.

A ENINT teve esse propósito. Mapear o ambiente, identificando as forças, os pontos de melhoria, as ameaças e as oportunidades para o pleno desenvolvimento da atividade de Inteligência e para o desenvolvimento do País. As escolhas feitas e as prioridades estabelecidas, sempre tendo como base as orientações emanadas da PNI, tiveram como finalidade deixar claro qual o caminho a ser seguido e em que condições essa trajetória ocorrerá.

A definição dos desafios e dos eixos demonstra claramente isso, uma vez que foi baseada em escolhas criteriosas das prioridades mais estruturantes.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, para o atingimento dos objetivos aqui definidos, o Plano Nacional de Inteligência assume papel fundamental. Implementar as definições estratégicas significa adotar ações que materializem a entrega do valor para o Estado e a sociedade brasileira, de forma eficiente e oportuna, e demonstra a habilidade do Sistema de tornar a sua estratégia efetiva.

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 517, de 15 de dezembro de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 496.

Nº 518, de 15 de dezembro de 2017 Encaminhamento ao Congresso Nacional de autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos, do Ministério da Ciência, Tecnologia, inovações e Comunicações:

1 - Portaria nº 317, de 25 de novembro de 2013 - Associação Montesclarense de Comunicação e Assistência, no município de Montes Claros - MG;

2 - Portaria nº 455, de 5 de junho de 2015 - Associação Universitária de Curitiba, no município de Curitiba - PR;

3 - Portaria nº 1.206, de 17 de março de 2015 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Futura da Grande Dourados - no município de Dourados - MS;

4 - Portaria nº 4.086, de 8 de setembro de 2015 - Associação Riopombense de Integração e Cultura, no município de Rio Pomba - MG;

5 - Portaria nº 4.820, de 1 de dezembro de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Iguatu (ACI), no município de Iguatu - PR; e

6 - Portaria nº 6.782, de 6 de janeiro de 2016 - Associação Cristal de Radiodifusão, no município de Chapecó - SC.

Nº 519, de 15 de dezembro de 2017. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Fortaleza, no Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Fortaleza - Cidade com Futuro.

Nº 520, de 15 de dezembro de 2017. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor WEBER CILONI para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Jorge Luiz Macedo Bastos.

Nº 521, de 15 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.535, de 15 de dezembro de 2017.

Nº 522, de 15 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017.

Nº 523, de 15 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.537, de 15 de dezembro de 2017.

Nº 524, de 15 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.538, de 15 de dezembro de 2017.

Nº 525, de 15 de dezembro de 2017.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 3.831, de 2015 (nº 397/15 no Senado Federal), que "Estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

Ouvidos, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao projeto pelas seguintes razões:

> "A proposição legislativa incorre em inconstitucionalidade formal, por invadir competência legislativa de estados, Distrito Federal e municípios, não cabendo à União editar pretensa norma geral sobre negociação coletiva, aplicável aos demais entes federativos, em violação aos artigos 25 e 30 da Constituição, bem como por apresentar vício de iniciativa, ao versar sobre regime jurídico de servidor público, matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, a teor do artigo 61, § 1º, II, "c" da Constituição."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 526, de 15 de dezembro de 2017. Comunica ao Senado Federal que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei nº 110, de 2017 (nº 8.612/17 na Câmara dos Deputados), acaba de promulgá-lo, motivo pelo qual restitui dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Entidade: AR FLEXCERT CERTIFICACAO DIGITAL
Processo nº: 99990.001294/2017-03
DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR FLEXCERT CERTIFICACAO DIGITAL, vinculada à AC DOC-CLOUD RFB.

Entidades: AC LINK RFB
Processo nº: 99990.000416/2017-36
DEFIRO o pedido de alteração da AC RFB na DPC, PC A1 e PC A3 da AC LINK RFB - 2º Nível.

Entidade: AR MINEIRA
Processo nº: 99990.000500/2017-50
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR MINEIRA, localizada na RUA FORTALEZA, 145, VENEZA, IPATINGA/MG, vinculada às AC SOLUTI MÚLTIPLA e AC DIGITAL, na cadeia da AC SOLUTI.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 133, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (PDTI/GSI/PR), para o período 2017-2018.

Art. 2º A íntegra deste PDTI/GSI/PR encontra-se no Portal do Gabinete de Segurança Institucional, no endereço eletrônico http://www.gsi.gov.br.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos pelos agentes públicos mencionados nos incisos I a IV do art. 2º da Lei n.º 12.813, de 16 de maio de 2013.

A COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, I, II, III e VIII, da Lei n.º 12.813, de 16 de maio de 2013, e tendo em vista o disposto no art. 11 da referida lei, resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos pelos agentes públicos mencionados nos incisos I a IV do art. 2º da Lei n.º 12.813, de 16 de maio de 2013.

Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - agenda de compromissos públicos: registro publicado em transparência ativa na página do órgão ou entidade em que devem constar todas as audiências, eventos públicos e reuniões governamentais de que participe a autoridade, ainda que realizadas por meios não presenciais;

II - particular: todo aquele que solicite audiência para tratar de interesse privado seu ou de terceiros, mesmo que ocupante de posto, cargo, emprego ou função pública;

III - agente político: detentor de cargo eletivo, eleito por mandatos transitórios, como os Chefes de Poder Executivo e membros do Poder Legislativo, além de cargos de Ministros de Estado e de Secretários nas Unidades da Federação;

IV - audiência: encontro entre particular e agente público, ou entre agentes públicos e políticos, para tratar de assunto inerente à atividade do órgão ou entidade;

V - evento público: atividade aberta ao público, geral ou específico, tais como congressos, seminários, convenções, solenidades, fóruns, conferências e similares;

VI - reunião governamental: encontro entre agentes públicos de diferentes órgãos ou entidades;

VII - despacho interno: encontro entre agentes públicos do próprio órgão ou entidade para tratar de assuntos internos; e

VIII - eventos político-eleitorais: eventos de natureza político-eleitoral dos quais participe a autoridade na condição de cidadão-eleitor, tais como convenções e reuniões de partidos políticos, comícios e manifestações públicas autorizadas em lei.

Art. 3º Os agentes públicos mencionados nos incisos I a IV do art. 2º da Lei nº 12.813, de 2013, deverão divulgar agendas de compromissos públicos com todas as audiências, eventos públicos e reuniões governamentais de que participem, ainda que realizadas por meios não presenciais.

§ 1º Deverão ser divulgadas na agenda de compromissos públicos as informações relativas à participação da autoridade em eventos e atividades custeadas por terceiros, nos termos da Orientação Normativa Conjunta CGU/CEP n.º 1, de 6 de maio de 2016.

§ 2º Não são consideradas audiências as atividades finalísticas de atendimento ao público.

§ 3º Os agentes públicos deverão registrar em suas agendas quando não houver compromissos públicos ou informar os períodos utilizados para despachos internos.

§ 4º Os eventos político-eleitorais de que participe a autoridade deverão ser registrados em sua agenda de compromissos públicos, informando-se as condições de logística e financeiras de sua participação.

Art. 4º Para cada compromisso divulgado na agenda, deverão ser informados o nome do solicitante da audiência ou reunião governamental e o órgão ou entidade que representa, a descrição dos assuntos tratados, o local, a data, o horário e a lista de participantes, com exceção deste último requisito no caso dos eventos públicos.

§ 1º A agenda de compromissos públicos deverá ser divulgada diariamente, na rede mundial de computadores - internet.

§ 2º No caso de haver informações sujeitas a restrição de acesso, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou a sigilo legal, a autoridade deverá registrá-las na agenda de compromissos públicos como "Informação protegida por sigilo legal ou restrição de acesso", divulgando a parte não sigilosa.

§ 3º Os compromissos previamente agendados e que não ocorrerem deverão constar da agenda com a anotação de cancelamento.

§ 4º Compromissos realizados sem prévio agendamento e as alterações ocorridas nos compromissos previamente agendados, inclusive as relativas aos assuntos tratados, deverão ser registrados na agenda de compromissos públicos em até dois dias úteis após a sua realização.

§ 5º Todos os registros de compromissos deverão permanecer disponíveis para visualização, em transparência ativa, pelo período de dois anos.

§ 6º Vencido o prazo previsto no § 5º, todos os registros de compromissos deverão compor banco de dados acessível e em formato aberto.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor após decorridos sessenta dias de sua publicação.

MAURO DE AZEVEDO MENEZES
Presidente da Comissão

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 414, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O Superintendente Federal de Agricultura, no Estado do Rio de Janeiro, no uso das competência que lhe foi delegada pelo Artigo 44, Inciso XXII, do Regimento Interno das Superintendências Federais da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010, no Artigo 43, Anexo I ,do Decreto nº 7.127,de 04 de março de 2010 e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, no Artigo 3º, da lei 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no processo eletrônico 21044.006876/2017-80, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento BR RJ 0243, da empresa LPZ ARTEFATOS DE MADEIRA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 00.582.135/0001-02, localizada na Estrada Hugo Lengruber Portugal, nº 168 - Piraí - RJ, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamento fitossanitário com fins quarentenário no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade de 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV/DDA/SFA-RJ.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO ALENCAR BELO
Substituto

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 48, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 18, do Anexo I, do Decreto n_o 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa n_o 42, de 31 de dezembro de 2008, e o que consta do Processo n_o 21000.052067/2017-56, resolve:

Art. 1º Fica definido, na forma desta Instrução Normativa, o plano de amostragem do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal - PNCRC/Vegetal para o ano de 2018, conforme a seguir:

I os produtos de origem vegetal que serão monitorados nos subprogramas de monitoramento, exploratório e de produtos importados, com o grupo e tipo de análise e a previsão da quantidade de amostras a serem analisadas, são as constantes respectivamente dos Anexos I-A, I-B, II e III;

II o escopo mínimo de resíduos de agrotóxicos a serem monitorados por produto de origem vegetal é o constante do escopo do laboratório que estiver responsável por cada cultura;

III os Limites Máximos de Resíduos (LMR) de agrotóxicos por produto de origem vegetal são os constantes das monografias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, disponível no sitio eletrônico oficial desse órgão; e para os produtos importados os limites serão os do *Codex Alimentarius*.

IV - o escopo mínimo de contaminantes que devem ser monitorados por produto de origem vegetal, com os respectivos Limites Máximos Tolerados (LMT) e Ausência/Presença (*Salmonellas spp.*) é o constante do Anexo IV desta Instrução Normativa, observados as legislações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA.

Parágrafo Único: Quaisquer referências aos LMR estabelecidos em normas da ANVISA não se aplicam aos produtos orgânicos, já que o resultado deverá indicar sempre a ausência de resíduos de substâncias não permitidas, em atendimento à Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e seus regulamentos.

Art. 2º Quando se tratar de substância permitida para a cultura ou produto monitorado, o limite de referência para a tomada da ação regulatória será o respectivo LMR ou LMT estabelecido.

Art. 3º Quando se tratar de substância banida, proibida ou de uso não autorizado para a cultura analisada, inclusive para os produtos orgânicos, o Limite Mínimo de Desempenho Requerido (LMDR) será de 0,01 mg/kg (zero vírgula zero um miligrama por quilo), e o limite de referência para a tomada da ação regulatória será o respectivo limite de quantificação do método.

Art. 4º A coleta das amostras prevista nesta Instrução Normativa inicia-se em 01 de janeiro de 2018 e encerra em 31 de dezembro de 2018.

Art. 5º O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal desta Secretaria DIPOV/SDA/MAPA manterá cadastro atualizado de exportadores de maçã, mamão, manga e uva para a União Europeia.

Parágrafo Único: Para cadastramento deve ser seguido o disposto na Instrução Normativa SDA/MAPA nº 66, de 11 de setembro de 2003.

Art. 6º Casos omissos ou particularidades não contempladas neste regulamento serão tratados, caso a caso, pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal desta Secretaria - DIPOV/SDA/MAPA.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I-A

Quantidade de amostras a serem analisadas por produtos de origem vegetal no Subprograma de Monitoramento do PNCRC / Vegetal.

Nº	PRODUTO DE ORIGEM VEGETAL		MATRIZ	CATEGORIA DA MATRIZ	TIPO DE ANÁLISE	Nº DE AMOSTRAS	Nº TOTAL DE AMOSTRAS
1	Abacaxi		Fruto	Alto teor de água e acidez	Resíduos de Agrotóxicos	45	45
2	Alho		Bulbo	Alta Especificidade	Resíduos de Agrotóxicos	10	10
3	Amêndoa de Cacau		Amêndoa Seca	Amêndoas e amendoins	Aflatoxinas e Ocratoxina A	10	10
4	Amendoim		Grão	Alto teor de óleo	Resíduos de Agrotóxicos	30	120
				Amêndoas e amendoins	Aflatoxinas	90	
5	Arroz		Grão Polido	Alto teor de amido e/ou proteína e baixo teor de água e gordura.	Resíduos de Agrotóxicos	45	180
					Aflatoxinas, Desoxinivalenol, Ocratoxina A e Zearalenona	45	
					Arsênio	45	
			Grão Integral		Resíduos de Agrotóxicos	15	
					Aflatoxinas, Desoxinivalenol, Ocratoxina A e Zearalenona	15	
					Arsênio	15	
6	Batata		Tubérculo	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	30	30
7	Café		Grão Cru	Alta especificidade	Resíduos de Agrotóxicos	30	90
					Ocratoxina A	30	
			Torrado Moído		Ocratoxina A	30	
8	Castanha do Brasil		Amêndoa Sem Casca	Amêndoas e amendoins	Aflatoxinas	90	90
9	Cebola		Bulbo	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	15	15
10	Feijão	Carioca	Grão	Alto teor de amido e/ou proteína e baixo teor de água e gordura.	Resíduos de Agrotóxicos	30	120
					Aflatoxinas e Ocratoxina A	30	
		Preto			Resíduos de Agrotóxicos	30	
					Aflatoxinas e Ocratoxina A	30	
11	Kiwi		Fruto	Alto teor de água e acidez	Resíduos de Agrotóxicos	10	10
12	Maçã		Fruto	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	60	120
					Morfolina, Dietanolamina e Trietanolamina	60	
13	Mamão		Fruto	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	90	180
					Morfolina, Dietanolamina e Trietanolamina	90	
14	Manga		Fruto	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	45	90
					Morfolina, Dietanolamina e Trietanolamina	45	
15	Milho	Pipoca	Grão	Alto teor de amido e/ou proteína e baixo teor de água e gordura.	Resíduos de Agrotóxicos	10	140
					Aflatoxinas, Desoxinivalenol, Fumonisina, Ocratoxina A e Zearalenona	10	
		Canjica			Resíduos de Agrotóxicos	30	
					Aflatoxinas, Desoxinivalenol, Fumonisina, Ocratoxina A e Zearalenona	30	
		Grão			Resíduos de Agrotóxicos	30	
					Aflatoxinas, Desoxinivalenol, Fumonisina, Ocratoxina A e Zearalenona	30	
16	Pimenta do Reino		Grão		*Salmonella spp*	30	30
17	Soja		Grão	Alto teor de óleo	Resíduos de Agrotóxicos	45	45
18	Tomate		Fruto	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	60	60
19	Trigo		Grão	Alto teor de amido e/ou proteína e baixo teor de água e gordura.	Resíduos de Agrotóxicos	45	90
				Cereais	Aflatoxinas, Ocratoxina A, Desoxinivalenol e Zearalenona	45	
20	Uva	Mesa	Fruto	Alto teor de água e acidez	Resíduos de Agrotóxicos	90	180
					Morfolina, Dietanolamina e Trietanolamina	90	
21	Suco de Uva		Suco	Alto teor de água e álcool	Ocratoxina A	30	30
22	Vinho		Vinho	Alto teor de água e álcool	Ocratoxina A	20	20
							1.705

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I-B

Quantidade de amostras a serem analisadas por produtos de origem vegetal orgânicos no Subprograma de Monitoramento do PNCRC / Vegetal.

Nº	PRODUTO DE ORIGEM VEGETAL	MATRIZ	CATEGORIA DA MATRIZ	TIPO DE ANÁLISE	Nº DE AMOSTRAS	Nº TOTAL DE AMOSTRAS
1	Alface	Folha	Alto teor de água e Clorofila	Resíduos de Agrotóxicos	15	15
2	Banana	Fruto	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	15	15
3	Cenoura	Tubérculo	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	15	15
4	Maçã	Fruto	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	10	10
5	Mamão	Fruto	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	15	15
6	Morango	Fruto	Alto teor de água e acidez	Resíduos de Agrotóxicos	15	15
7	Pimentão	Fruto	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	15	15
8	Tomate	Fruto	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	15	15
9	Uva Mesa	Fruto	Alto teor de água e acidez	Resíduos de Agrotóxicos	10	10
10	Milho Verde	Grão	Alto teor de amido proteína e baixo teor de água,gordura.	Resíduos de Agrotóxicos	10	10
						135

ANEXO II

Quantidade de amostras a serem analisadas por produtos de origem vegetal no Subprograma Exploratório do PNCRC / Vegetal.

Nº	PRODUTO DE ORIGEM VEGETAL	Matriz	CATEGORIA DA MATRIZ	TIPO DE ANÁLISE	Nº DE AMOSTRAS	Nº TOTAL DE AMOSTRAS
1	Alface	Folha	Alto teor de água e Clorofila	Resíduos de Agrotóxicos	30	30
2	Amêndoa de Cacau	Amêndoa Seca	Amêndoas e amendoins	Cádmio	10	10
3	Banana	Fruto	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	30	30
4	Beterraba	Tubérculo	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	30	30
5	Castanha de Caju	Amêndoa Seca	Amêndoas e amendoins	Aflatoxinas	30	30
6	Cenoura	Tubérculo	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	30	30
7	Feijão Macassar ou Fradinho	Grão	Alto teor de amido e/ou proteína e baixo teor de água e gordura	Resíduos de Agrotóxicos	20	40
			Leguminosas e oleaginosas	Aflatoxinas e Ocratoxina A	20	
8	Goiaba	Fruto	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	30	30
9	Citrus	Fruto	Alto teor de água e acidez	Resíduos de Agrotóxicos	60	60
10	Melão	Fruto	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	30	30
11	Morango	Fruto	Alto teor de água e acidez	Resíduos de Agrotóxicos	30	30
12	Pêra	Fruto	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	30	30
13	Pimentão	Fruto	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	30	30
14	Soja	Farelo	Alto teor de óleo	Resíduos de Agrotóxicos	45	45
						445

ANEXO III

Quantidade de amostras a serem analisadas por produtos de origem vegetal no Subprograma de Produtos Importados do PNCRC / Vegetal.

Nº	PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	MATRIZ	CATEGORIA DA MATRIZ	TIPO DE ANÁLISE	Nº MÍNIMO DE AMOSTRAS	Nº TOTAL DE AMOSTRAS
1	Alho	Bulbo	Alta Especificidade	Resíduos de Agrotóxicos	20	20
2	Amêndoa (*Prunus Dulcis*)	Amêndoa Seca	Amêndoas e amendoins	Aflatoxinas	30	30
3	Arroz	Grão Polido	Alto teor de amido e/ou proteína e baixo teor de água e gordura	Resíduos de Agrotóxicos	30	90
				Aflatoxinas, Desoxinivalenol, Ocratoxina A e Zearalenona	30	
				Arsênio	30	
4	Avelã (*Corylus avellana*)	Amêndoa Seca	Amêndoas e amendoins	Aflatoxinas	30	30
5	Batata	Tubérculo	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	15	15
6	Amêndoa de Cacau	Amêndoa Seca	Amêndoas e amendoins	Aflatoxinas e Ocratoxina A	20	40
				Cádmio	20	
7	Cebola	Bulbo	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	15	15
8	Cevada Malteada	Grão	Cereais	Aflatoxinas, Desoxinivalenol, Ocratoxina A e Zearalenona	30	30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9	Feijão	Grão	Alto teor de amido e/ou proteína e baixo teor de água e gordura	Resíduos de Agrotóxicos	10	10	
10	Kiwi	Fruto	Alto teor de água e acidez	Resíduos de Agrotóxicos	20	20	
11	Maçã	Fruto	Alto teor de água	Resíduos de Agrotóxicos	30	60	
				Morfolina, Dietanolamina e Trietanolamina	30		
12	Milho	Pipoca	Grão	Alto Teor de Amido e/ou proteína e baixo teor de água e gordura.	Resíduos de Agrotóxicos	20	40
					Aflatoxinas, Desoxinivalenol, Fumonisina, Ocratoxina A e Zearalenona	20	
13	Pistachio (*Pistacia Vera*)	Amêndoa Seca	Amêndoas e amendoins	Aflatoxinas	30	30	
14	Trigo	Grão	Alto Teor de Amido e/ou proteína e baixo teor de água e gordura	Resíduos de Agrotóxicos	45	90	
			Cereais	Aflatoxinas, Ocratoxina A, Desoxinivalenol e Zearalenona	45		
15	Uva	Mesa	Fruto	Alto teor de água e acidez	Resíduos de Agrotóxicos	30	60
					Morfolina, Dietanolamina e Trietanolamina	30	
16	Vinho	Vinho	Alto teor de água e álcool	Ocratoxina A	10	10	
						590	

ANEXO IV

Escopo mínimo de contaminantes a serem monitorados por produto de origem vegetal com os respectivos Limites Máximos Tolerados (LMT), Limites Máximos de Contaminantes Inorgânicos (LMCI) e Ausência/Presença (*Salmonella* spp.) do PNCRC / Vegetal.

PRODUTO VEGETAL	LIMITES MÁXIMOS							
	AFLATOXINAS TOTAL (µg/Kg) (B1+B2+G1+G2)	DESOXINIVALENOL (DON) (µg/Kg)	FUMONISINAS (B1 + B2) (µg/Kg)	OCRATOXINA A (µg/Kg)	ZEARALENONA (µg/Kg)	ARSÊNIO (mg/Kg)	CÁDMIO (mg/Kg)	*Salmonella* spp.
Amendoim	20	**	**	**	**	**	**	**
Amêndoa (*Prunus dulcis*)	10	**	**	**	**	**	**	**
Amêndoa de Cacau	10	**	**	10	**	**	0,30	**
Arroz Integral	5	1000	**	10	400	0,30	**	**
Arroz Polido	5	1000	**	10	100	0,30	**	**
Avelã (*Corylus avellana*)	10	**	**	**	**	**	**	**
Café	**	**	**	10	**	**	**	**
Castanha do Caju	10	**	**	**	**	**	**	**
Castanha do Brasil	10	**	**	**	**	**	**	**
Feijão	5	**	**	10	**	**	**	**
Milho em Grão	20	3000	5000	20	400	**	**	**
Milho Canjica	20	**	1500	10	150	**	**	**
Milho Pipoca	20	**	2000	10	150	**	**	**
Pimenta do Reino	**	**	**	**	**	**	**	AUSÊNCIA
Pistachio (*Pistacia vera*)	10	**	**	**	**	**	**	**
Trigo	5	3000	**	10	400	**	**	**
Suco de Uva	**	**	**	2	**	**	**	**
Vinho	**	**	**	2	**	**	**	**



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 646, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.083850/2017-17
Recorrente/Interessado: CLARO S.A., ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROVEDORES DE INTERNET E TELECOMUNICAÇÕES (ABRINT), TIM CELULAR S.A. CNPJ/MF n. 40.432.544/0001-47, 11.369.542/0001-52 e 04.206.050/0001-80

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 8/2017/SEI/EC (SEI nº 2228185), integrante deste acórdão: a) receber os requerimentos do GRUPO CLARO S.A., do GRUPO TIM CELULAR S.A. e da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROVEDORES DE INTERNET E TELECOMUNICAÇÕES (ABRINT) protocolizados sob o SEI nº 2227816, como exercício do direito de petição, e indeferir os pedidos de ingresso nos autos do Processo nº 53500.019039/2015-11 formulados pelas Peticionárias, por ausência de interesse jurídico; e, b) determinar a revisão da decisão de atribuição de restrição de acesso aos autos do referido Processo, concedido nos termos do Acórdão nº 422/2016 (SEI nº 0970312), para possibilitar a concessão de total acesso a qualquer interessado às informações constantes daqueles autos, ressalvando-se apenas os dados e informações identificados no Anexo I (SEI nº 2228028) do Informe nº 373/2017/SEI/COGE/SCO (SEI nº 2227818), ou quaisquer outros que porventura contenham informações técnicas, operacionais, econômico-financeiras e contábeis da Prestadora, com base no art. 39 da Lei Geral de Telecomunicações - LGT.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHO Nº 375/2017

Processo nº 53508.001780/2016-36.

1. Homologar a Oferta de Referência do Produto de Atacado de Infraestrutura Passiva referente a TORRES, apresentada pelo Grupo OI em cumprimento à obrigação imposta aos Grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no Mercado Relevante de Oferta de Infraestrutura Passiva, nos termos do Plano Geral de Metas de Competição - PGMC.

2. Estabelecer, em conformidade com o art. 11 do Anexo I do PGMC, que o Grupo OI deverá submeter para revisão nova Oferta de Referência de Produto de Atacado TORRES em 6 (seis) meses a contar da entrada em vigor do presente Despacho Decisório.

3. Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 14.753, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53516.005046/2017-28.

Outorga autorização para uso de radiofrequências à BELMOND BRASIL HOTEIS SA, CNPJ nº 32.579.013/0002-34, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 14706 - MPE ENGENHARIA E SERVICOS S/A, CNPJ nº 04743858000440, Processo nº 53504.010836/2017-64;

Nº 14707 - IN LINE TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ nº 01921327000169, nº 53504.011943/2017-18

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao);

Nº 14.733 - VOTORANTIM CIMENTOS S.A., CNPJ nº 01637895017531, Processo nº 53504.011078/2017-00;

Nº 14.734 - HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA JOANA S/A, CNPJ nº 60678604000385, Processo nº 53504.011090/2017-14;

Nº 14.735 - AVIBRAS INDUSTRIA AEROESPACIAL S A, CNPJ nº 60181468000666, Processo nº 53504.011160/2017-26;

Nº 14.736 - AVIBRAS INDUSTRIA AEROESPACIAL S A, CNPJ nº 60181468000585, TEX Processo nº 53504.011156/2017-68

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 14.664, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Outorga autorização de uso de radiofrequência à ARCH QUÍMICA BRASIL LTDA, CNPJ: 43.677.178/0010-75, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATOS DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 14.721 - Processo nº 53578.000938/2017-16.

Expede autorização a FRANCO ARAÚJO DE MARCO, CPF nº 608.156.632-34, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação do serviço, todo o território nacional.

Nº 14.723 - Processo nº 53578.000966/2017-25.

Outorga autorização para uso de radiofrequências à ENVISION INDÚSTRIA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ nº 04.176.689/0001-60, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 14.724 - Processo nº 53578.001806/2007-21.

Outorga autorização para uso de radiofrequências à INVIOLÁVEL MONITORAMENTO DE ALARMES CACOAL LTDA, CNPJ nº 05.794.887/0001-50, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 14.725 Processo nº 53578.000912/2017-60.

Outorga autorização para uso de radiofrequências à MATUPI FABRICAÇÃO DE LATICÍNIOS LTDA - ME, CNPJ nº 17.352.996/0001-05, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO HENRIQUE HEREDIAS RIBAS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Nº 12.989 - Processo nº 53500.069361/2017-52.

Extingue, por cassação, a partir de 13/07/2015, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, expedida à ANTONIO CESAR DOS REIS PROVEDOR - ME, CNPJ nº 09.124.027/0001-60, por meio do Ato nº 7027, de 23/11/2012, publicado no DOU de 30/11/2012.

Nº 12.990 - Processo nº 53500.069361/2017-52.

Extingue, por cassação, a partir de 09/02/2015, a autorização do Serviço Limitado Privado, expedida à ASSOCIAÇÃO RIO METROPOLITAN - ARM, CNPJ nº 05.304.614/0001-80, por meio do Ato nº 57684, de 19/04/2006, publicado no DOU de 25/04/2006.

Nº 12.991 - Processo nº 53500.069361/2017-52.

Extingue, por cassação, a partir de 13/11/2012, a autorização do Serviço Limitado Privado, expedida à COMISSARIA AEREA BRASILIA LTDA, CNPJ nº 00.303.784/0001-27, por meio do Ato nº 37385, de 02/07/2003, publicado no DOU de 04/07/2003.

Nº 12.992 - Processo nº 53500.069361/2017-52.

Extingue, por cassação, a partir de 01/06/2015, a autorização do Serviço Limitado Privado, expedida à FORTESUL SERVIÇOS ESPECIAIS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.576.238/0005-19, por meio do Ato nº 58700, de 31/05/2006, publicado no DOU de 02/06/2006.

Nº 12.993 - Processo nº 53500.069361/2017-52.

Extingue, por cassação, a partir de 14/04/2016, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, expedida à MELO XAVIER PRESENTES LTDA - ME, CNPJ nº 08.279.397/0001-04, por meio do Ato nº 2835, de 14/05/2008, publicado no DOU de 26/05/2008.

Nº 12.994 - Processo nº 53500.069361/2017-52.

Extingue, por cassação, a partir de 03/12/2015, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, expedida à NETCENTER COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ nº 11.065.688/0001-04, por meio do Ato nº 6451, de 27/09/2011, publicado no DOU de 06/10/2011.

Nº 12.995 - Processo nº 53500.069361/2017-52.

Extingue, por cassação, a partir de 31/08/2016, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, expedida à TELEFREE DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 04.289.809/0001-36, por meio do Ato nº 7546, de 04/12/2008, publicado no DOU de 18/12/2008.

Nº 12.996 - Processo nº 53500.069361/2017-52.

Extingue, por cassação, a partir de 31/08/2016, a autorização do Serviço Telefônico Fixo Comutado, expedida à TELEFREE DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 04.289.809/0001-36, por meio do Ato nº 29831, de 04/10/2002, publicado no DOU de 10/10/2002.

Nº 12.998 - Processo nº 53500.069361/2017-52.

Extingue, por cassação, a partir de 14/11/2013, a autorização do Serviço Rádio do Cidadão, expedida a CLEITON DOMINGOS DO AMARAL, CPF nº 572.992.341-49, por meio da Licença nº 000055/2012-DF, de 03/09/2012.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 13.929, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.081343/2017-49.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO POEMA DE PITANGA LTDA, CNPJ 79.349.288/0001-64, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Pitanga/PR.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 14.199, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.079343/2017-89.

Expede autorização à RMJ TECNOLOGIA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 25.219.891/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 14.304 - Processo nº 53500.078581/2017-77.

Expede autorização à CARLOS ALBERTO RESENDE CUNHA FILHO - ME, CNPJ/MF nº 27.367.809/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.305 - Processo nº 53500.073115/2017-03.

Expede autorização à SMALL CELL CELULARES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 09.302.471/0001-29, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.307 - Processo nº 53500.082140/2017-70.

Expede autorização à ARGUSNET COMUNICACAO DE DADOS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 28.818.114/0001-62, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.309 - Processo nº 53500.081192/2017-29.

Expede autorização à JC - COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 27.915.972/0001-62, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.321 - Processo nº 53500.081661/2017-18.

Expede autorização à G4NET PROVEDORES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 13.027.853/0001-69, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO Nº 14.345, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.082890/2017-41.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMISSORA VALE DO APODI LTDA, CNPJ 02.381.328/0001-20, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Apodi/RN.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 14.354 - Processo nº 53500.082963/2017-03.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO EXCLUSIVA LTDA, CNPJ 81.670.085/0001-17, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Curitiba/PR.

Nº 14.365 - Processo nº 53500.082977/2017-19.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCATIVA E CULTURAL DE COROATA, CNPJ 03.244.343/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Coroatá/MA.

Nº 14.372 - Processo nº 53500.082984/2017-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO DIVINOPOLIS LTDA, CNPJ 17.258.443/0001-80, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Divinópolis/MG.

Nº 14.373 - Processo nº 53500.082986/2017-18.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO DIVINOPOLIS LTDA, CNPJ 17.258.443/0001-80, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Divinópolis/MG.

Nº 14.374 - Processo nº 53500.082988/2017-07.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO LIBERTAS DO VALE DO ACO LTDA, CNPJ 23.186.216/0001-99, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Ipatinga/MG.

Nº 14.375- Processo nº 53500.082989/2017-43.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TROPICAL DE TIMOTEO LTDA, CNPJ 03.900.562/0001-80, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Timóteo/MG.

Nº 14.387 - Processo nº 53500.083078/2017-33.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PIONEIRA DE BOTUCATU FM STEREO LTDA, CNPJ 58.853.318/0001-03, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Botucatu/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 14.445, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.082288/2017-12.
Expede autorização à LYN TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 28.072.410/0001-67, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 14.527 - Processo nº 53500.082439/2017-24.
Expede autorização à ALVARO REBOUCAS COELHO, CNPJ/MF nº 14.248.738/0001-87, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.530 - Processo nº 53500.082574/2017-70.
Expede autorização à CHINA UNICOM DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 25.465.371/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.547 - Processo nº 53500.081515/2017-84.
Expede autorização à CLAUDINEI DOS SANTOS SOARES - ME, CNPJ/MF nº 27.568.048/0001-57, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.561 - Processo nº 53500.081110/2017-46.
Expede autorização à LNET TELECOMUNICACAO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.894.160/0001-15, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.563 - Processo nº 53500.083093/2017-81.
Expede autorização à ASTERIXCO TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 22.416.591/0001-15, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 14.575, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.082864/2017-13.
Expede autorização à NEWTON BRUNO DE OLIVEIRA - ME, CNPJ/MF nº 28.132.410/0001-05, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
COMISSÃO DELIBERATIVA

RESOLUÇÃO N° 220, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, criada pela Lei nº 4.118, de 27.08.1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16.12.1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17.06.1989 e pelo Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União em 25.10.2016, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 638ª Sessão, realizada em 15 de dezembro de 2017, e considerando que:

a) a Fabrica de Combustível Nuclear (FCN) - Reconversão e Pastilhas, Componentes e Montagem das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), vem operando com Autorização para Utilização de Material Nuclear (AUMAN), concedida pela Portaria nº 04, de 17 de janeiro de 2003, referendada por decisão de sua Comissão Deliberativa, na 581ª sessão, realizada em 18 de agosto de 2003, publicada no DOU no. 14 de 20 de janeiro de 2003, Seção 1, página 12;

b) a Indústrias Nucleares do Brasil S/A - INB solicitou a renovação da Autorização para Utilização de Material Nuclear - AUMAN para a Fábrica de Combustível Nuclear (FCN) - Reconversão e Pastilhas, Componentes e Montagem, através da carta CE-PR 206/16 de 28 de outubro de 2016;

c) os Pareceres Técnicos PT-COSAP/CC-046/16 e PT-COSAP/CC-011/17 apontam para a necessidade de emissão de nova AUMAN consideradas as condições operacionais atuais da instalação;

d) foi emitido pela INB o Questionário Técnico para a instalação em junho de 1994 e suas revisões de abril de 1996, março de 1997, maio de 1998, fevereiro de 2000, março e agosto de 2002, agosto de 2003, agosto de 2007, março de 2014 e julho 2017; RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Autorização para Utilização de Material Nuclear para a Fábrica de Combustível Nuclear (FCN) - Reconversão e Pastilhas, Componentes e Montagem das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), situada no município de Engenheiro Passos, Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 12 (doze) meses, observadas as seguintes condições:

I - a quantidade e o grau de enriquecimento do material nuclear presente na instalação ficam limitados aos valores descritos no Questionário Técnico de julho de 2017;

II - A INB deverá enviar o Questionário Técnico revisto conforme análise efetuada no PT-COSAP/CC-11/17,

Art. 2º - A INB deverá comunicar à CNEN qualquer modificação nas instalações da FCN - Reconversão e Pastilhas, Componentes e Montagem e nos seus procedimentos de operação, manutenção e controle do material nuclear, submetendo à CNEN as decorrentes revisões do Questionário Técnico.

Art. 3º - A INB deverá atender a exigências estabelecidas pela CNEN relativas ao controle de material nuclear na instalação, conforme a Norma CNEN-NN-2.02 - Controle de Material Nuclear, estando a FCN - Reconversão e Pastilhas, Componentes e Montagem em operação ou com a operação suspensa.

Art. 4º - A INB deverá cumprir integralmente os acordos e compromissos internacionais de salvaguardas assinados pelo Brasil e implementar na FCN - Reconversão e Pastilhas, Componentes e Montagem as medidas deles decorrentes.

Art. 5º - A CNEN poderá, a qualquer tempo, acrescentar requisitos que considerar pertinentes ou suspender a presente autorização, sempre que julgar necessário para a preservação do controle do material nuclear da FCN - Reconversão e Pastilhas, Componentes e Montagem.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO PERTUSI
Presidente da Comissão

ALEXANDRE GROMANN DE ARAUJO GÓES
Membro

JOSÉ CARLOS BRESSIANI
Membro

ELIZABETH RODRIGUES CUNHA
Membro

RESOLUÇÃO N° 221, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, criada pela Lei nº 4.118, de 27.08.1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16.12.1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17.06.1989 e pelo Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União em 25.10.2016, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 638ª Sessão, realizada em 15 de dezembro de 2017, e considerando que:

a - O Laboratório de Enriquecimento Isotópico (LEI), integrante da Unidade de Enriquecimento de Urânio Almirante Álvaro Alberto (UEAAA), de responsabilidade da Marinha do Brasil, através do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é uma instalação de pequeno porte e regime laboratorial que visa desenvolver tecnologia de enriquecimento de urânio no isótopo U-235;

b - O Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) enviou o Questionário Técnico da instalação através do Ofício no 8/DDNM-MB de 25 de Maio de 2017, considerando as modificações realizadas na instalação;

c - A inspeção regulatória para verificação anual de inventário físico, realizada em agosto de 2017, confirmou a declaração de inventário de material nuclear da Instalação bem como sua operação, no que tange especificamente à contabilidade e controle de material nuclear, em conformidade com os requisitos estabelecidos pela Norma CNEN NN 2.02, "Controle de Materiais Nucleares", Resolução CNEN 11/99 (Publicação no DOU seção 1 de 21.09.1999); RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Autorização para Utilização de Material Nuclear (AUMAN), para o Laboratório de Enriquecimento Isotópico (LEI), do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), Marinha do Brasil, até 30 de junho de 2019, observadas as seguintes condições:

I) O CTMSP continua autorizado a processar urânio no LEI, sob a forma de hexafluoreto de urânio (UF6), buscando seu enriquecimento isotópico em urânio U-235;

II) O inventário máximo de hexafluoreto de urânio no LEI será de 5.000 quilogramas, dos quais até o máximo de 100 quilogramas poderá ultrapassar o teor de enriquecimento de 5%, porém ficando limitado a um teor menor que 20%;

III) A capacidade separativa máxima do LEI não pode ultrapassar o valor anual de 5000 Unidades de Trabalho Separativo;

IV) O CTMSP deverá comunicar previamente à CNEN qualquer modificação nas instalações do LEI que possam impactar na contabilidade e controle de material nuclear, nacional elou internacionalmente, submetendo em tempo hábil revisão atualizada do Questionário Técnico da instalação. A falta de observância desta condição acarretará a imediata suspensão da AUMAN.

Art. 2º - O CTMSP deverá atender a quaisquer exigências estabelecidas pela CNEN relativas ao controle de material nuclear da instalação, estando o LEI operacional ou não, inclusive cumprindo todas as determinações decorrentes de Relatórios de Fiscalização (Inspeções/Auditorias).

Art. 3º - A CNEN poderá, a qualquer tempo, acrescentar requisitos que considerar pertinentes ou cancelar a presente autorização, sempre que julgar necessário para assegurar adequados contabilidade e controle do material nuclear no LEI.

Art. 4º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO PERTUSI
Presidente da Comissão

ALEXANDRE GROMANN DE ARAUJO GÓES
Membro

JOSÉ CARLOS BRESSIANI
Membro

ELIZABETH RODRIGUES CUNHA
Membro

RESOLUÇÃO N° 222, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, criada pela Lei nº 4.118, de 27.08.1962, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.189, de 16.12.1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17.06.1989 e pelo Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União em 25.10.2016, por decisão de sua Comissão Deliberativa, adotada na 638ª Sessão, realizada em 15 de dezembro de 2017, e considerando que:

a) o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN) solicitou nova Autorização para Utilização de Material Nuclear (AUMAN) do Reator Triga IPR-R1 - BRC-, através do memorando no 128/D de 13 de novembro de 2017;

b) o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN) encaminhou à CNEN o Questionário Técnico para a instalação datado de abril de 1994 e suas revisões de agosto de 1995, janeiro de 1996, julho de 1997, abril de 2003, fevereiro de 2010 e novembro de 2017; RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Autorização para Utilização de Material Nuclear para o Reator de Pesquisa Triga IPR-R1, potência térmica de 100 kW, a partir da data da publicação desta Portaria, observadas as seguintes condições:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - a quantidade e o grau de enriquecimento do material nuclear presente na instalação ficam limitados aos valores descritos no Questionário Técnico de novembro de 2017;

II - o CDTN deverá enviar o Questionário Técnico revisto conforme análise efetuada no PT-COSAP/CC-13/17;

Art. 2º - O CDTN deverá comunicar à CNEN qualquer modificação nas instalações do Reator Triga IPR-R1 e nos seus procedimentos de operação, manutenção e controle do material nuclear, submetendo à CNEN as decorrentes revisões do Questionário Técnico e mantendo copias atualizadas em seus próprios arquivos;

Art. 3º - O CDTN deverá atender a exigências estabelecidas pela CNEN relativas ao controle de material nuclear na instalação, conforme a Norma CNEN-NN-2.02 - Controle de Material Nuclear, estando o Reator Triga IPR-R1 em operação ou parado;

Art. 4º - O CDTN deverá cumprir integralmente os acordos e compromissos internacionais de salvaguardas assinados pelo Brasil e implementar no Reator Triga IPR-R1 as medidas deles decorrentes;

Art. 5º - A CNEN poderá, a qualquer tempo, acrescentar requisitos que considerar pertinentes ou suspender a presente autorização, sempre que julgar necessário para a preservação do controle do material nuclear do Reator Triga IPR-R1;

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO PERTUSI
Presidente da Comissão

ALEXANDRE GROMANN DE ARAUJO GÓES
Membro

JOSÉ CARLOS BRESSIANI
Membro

ELIZABETH RODRIGUES CUNHA
Membro

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 208ª Reunião Ordinária da CTNBio, em 07/12/2017, que foram Cancelados, os seguintes processos: 01200.003401/2013-51 - Parecer Técnico Nº 4020/2014, publicado no DOU 90, página 28 ● Seção 1 de 14/05/2014;

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.691/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208a. Reunião Ordinária ocorrida em 07/12/2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.701858/2016-77
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda
CNPJ: 64.858.525/0001-45
Endereço: Av. Nações Unidas, 12901 - Torre Norte - 7º e 8º andares - CEP: 04578-000 - São Paulo -SP
Assunto: Liberação Planejada no meio ambiente (RN08)
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após a análise de parecer técnico para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado contendo os eventos MON 87411, milho MON 89034 x MON 87427 x MIR162 e milho MON 87427 x MON 89034 x MIR162 x MON 87411para resistência a insetos e tolerância a herbicidas nas unidades operativas de Campos Novos do Parecis/MT; Chapadão do Sul/MS; Dourados/MS; Morrinhos/GO; Rolândia/PR; Rondonópolis/MT; Sta Cruz das Palmeiras/SP; Sta. Helena de Goiás/GO; Sorriso/MT; Uberlândia/MG, concluiu pelo DEFERIMENTO.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.692/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária ocorrida em 07/12/2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01250.013968/2017-73
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda.
CQB: 003/96
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente.

A CTNBio, após análise da proposta de liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificada, concluiu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. A Monsanto do Brasil Ltda. (CQB: 03/96) solicita autorização para liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificada. Os experimentos serão realizados em Rolândia/PR e ocuparão uma área total 2,57 hectares e a área com OGM será de 2,54 hectares.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.693/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª. Reunião Ordinária ocorrida em 07/12/2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.013970/2017-42
Requerente: Syngenta Seeds Ltda.
CNPJ: 49.156.326/0001-00
Endereço: Av. Das Nações Unidas - 18001 - 4º Andar - São Paulo/SP
Assunto: Liberação Planejada no Meio Ambiente - RN08
Decisão: DEFERIDO.

A CTNBio, após análise de Parecer para realizar ensaio à campo com milho geneticamente modificado resistente à insetos e tolerante a herbicidas, eventos combinados Bt11xMIR162xMZHGOJGxGA21, Bt11xMIR162xMZHGOJG e MZHGOJG na unidade operativa de Uberlândia/MG, concluiu pelo DEFERIMENTO.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.694/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária, ocorrida em 07 de dezembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº. 01250.008540/2017-17
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda
CQB: 003/9
Endereço: Av. Nações Unidas, 12901, 04578-910, São Paulo, SP
Assunto: Liberação planejada

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO.

A requerente solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de soja MON 87708 x MON 89788 (tolerante ao dicamba e ao glifosato) e soja MON 87751 x MON 87708 x MON 87701 x MON 8978 (resistente a insetos e tolerante ao glifosato e ao dicamba). Os ensaios serão conduzidos nas Estações Experimentais localizadas em Campo Novo do Parecis (MT), Coxilha (RS), Dourados (MS), Não-Me-Toque (RS), Rolândia (PR), Santa Cruz das Palmeiras (SP), Santa Helena de Goiás (GO), Sorriso (MT) e Uberlândia (MG). A área total da LPMA será de 3,7 ha e a área com OGM de 0,9 ha. No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações- MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.695/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária, ocorrida em 07 de dezembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº. 01250.019852/2017-48
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda
CQB: 003/9
Endereço: Av. Nações Unidas, 12901, 04578-910, São Paulo, SP
Assunto: Liberação planejada

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho MON 87411, milho MON 87427 x MON 89034 x MIR162 e milho MON 87427 x MON 89034 x MIR162 x MON 87411. Objetivos: cruzamento de milho MON 87427 x MON 89034 x MIR162 com milho MON 87411 através da polinização controlada para geração de milho híbrido MON 87427 x MON 89034 x MIR162 x MON 87411. Os ensaios serão conduzidos na Estação Experimental localizada em Petrolina 1 (PE). A área total da LPMA será de 0,4 ha e a área com OGM de 0,3 ha. No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações- MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.696/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária, ocorrida em 07 de dezembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº. 01250.059617/2017-17
Requerente: Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE
CQB: 346/12
Endereço: Rod. Raposo Tavares (SP 270), km 572, Presidente Prudente, SP.
Assunto: Liberação planejada

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO.

A requerente solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de soja modificada visando tolerância à seca. Objetivo: avaliar o desempenho das linhagens de soja GM. Os ensaios serão conduzidos na Fazenda Experimental da requerente em Presidente Bernardes/SP.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações- MCTIC.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.698/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª. Reunião Ordinária ocorrida em 07/12/2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.031986/2017-37

Requerente: GDM Genética do Brasil Ltda.

CNPJ: 07.007.165/0001-34

Endereço: Av. Ayrton Senna da Silva, 550 - 13º. Andar - Ed. Torre Montello - Londrina/PR.

Assunto: Liberação Planejada no meio ambiente de organismo geneticamente modificado (RN08).

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise de pedido para realizar ensaio com soja geneticamente modificada resistente a insetos e tolerante a herbicidas, evento MON 87701 X MON 89788 X MON 87708 X MON 87751 na unidade operativa de Porto Nacional/TO, concluiu pelo DEFERIMENTO.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através do site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.699/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária, ocorrida em 7 de dezembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.017118/2017-44

Requerente: Bayer S.A.

CQB: 0005/96

Endereço: Rua Domingos Jorge, 1100, Prédio 9501, 2º andar, São Paulo/SP

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8)

Extrato Prévio: 5584/2017, publicada no D.O.U. nº 86, seção 3, em 8/5/17

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A Bayer S.A. solicitou à CTNBio autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente "Avaliação da eficiência e desempenho agronômico de plantas de algodão geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante a herbicidas". O objetivo é avaliar as características agronômicas e realizar ensaios de Valor de Cultivo e Uso (VCU) de linhagens isogênicas experimentais do algodão geneticamente modificado contendo os eventos combinados GHB119 x T304-40 x COT102 (TLC). Os eventos GHB119 x T304-40 (TwinLink) e GlyTol x TwinLink x COT102 (GHB614 x T304-40 x GHB119 x COT102) já se encontram aprovados para uso comercial no Brasil. O algodão TLC expressa as proteínas Cry 1Ab, Cry2Ae, Vip3A(a), para resistência a insetos, PAT, para tolerância ao herbicida glufosinato de amônio, e o gene aph4, responsável pela seleção de células transformadas in vitro, contendo o antibiótico Higromicina B. Os ensaios serão realizados em Campo Verde (MT), Sapezal (MT), Luis Eduardo Magalhães (BA), Barreiras (BA) e Trindade (GO). A área total da LPMA será de 5,87 ha e a área de OGM de 3,77 ha. A CTNBio considera que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, através do portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações: www.mctic.gov.br.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.700/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária, ocorrida em 7 de dezembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01250.025008/2017-56

Requerente: Nidera Sementes Ltda.

CQB: 0226/06

Endereço: Avenida Arlindo Porto n° 439, Parte B, Bairro Cristo Redentor, Patos de Minas/MG

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8)

Extrato Prévio: 5649/2017, publicada no D.O.U. nº 109, seção 3, em 8/6/17

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A Nidera Sementes Ltda. solicitou à CTNBio autorização para realizar liberação planejada no meio ambiente "Avanço de gerações e seleção em campo de linhagens de Soja [Glycine max (L.) Merrill], Geneticamente Modificada para o Evento MON 87751 x MON 87708 x MON 87701 x MON 89788". O objetivo é avançar gerações de populações segregantes (F2, F 3 e F4), bem como efetuar sua avaliação e seleção. Visa também a avaliação de linhagens experimentais de soja para características agronómicas, fenológicas e de adaptabilidade dos materiais genéticos (linhagens) à região. O ensaio será realizado na Unidade Operativa de Rio Verde/GO. A área total da LPMA será de 10,59 ha e a área de OGM de 9,48 ha, na qual serão utilizados 547 kg de sementes de soja GM. A CTNBio considera que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, através do portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações: www.mctic.gov.br.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.701/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária, ocorrida em 7/12/2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.030364/2017-91

Requerente: CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

CQB: 0006/96

Endereço: Fazenda Santo Antônio s/nº, Bairro Santo Antonio, Piracicaba/SP

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8)

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. O CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. solicitou à CTNBio autorização para realizar liberação planejada no meio ambiente "Viveiro inicial de multiplicação de cana-de-açúcar geneticamente modificada visando resistência a insetos". O objetivo é implantar dois viveiros em campo para obtenção de mudas de cana-de-açúcar expressando o gene que confere resistência a insetos, de forma a produzir material para uma segunda LPMA. Os ensaios serão realizados na Estação Experimental do CTC em Piracicaba (SP) e no Polo regional do CTC em Barrinha (SP). A área total da LPMA será de 7,380 ha e a área de OGM de 5,460 ha. A CTNBio considera que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, através do portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações: www.mctic.gov.br.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.702/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária, ocorrida em 7 de dezembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.031988/2017-26

Requerente: GDM Genética do Brasil Ltda.

CQB: 0367/13

Endereço: PR 445, Km 87 (Rodovia Celso Garcia Cid), Gleba Ribeirão Jacutinga, Cambé - PR

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8)

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A GDM Genética do Brasil Ltda. solicitou à CTNBio autorização para realizar liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificada resistente a insetos e tolerante aos herbicidas glifosato e dicamba - MON 87701 x MON 89788 x MON 87708 x MON 87751. O objetivo é selecionar linhagens adaptadas e com alto potencial produtivo para as condições ambientais brasileiras. O ensaio será realizado na Unidade Operativa GDM-Sorriso/MT. A área total da LPMA será de 96.382,5m^2 ou 9,63 hectares e a área de OGM de 44.000m^2 ou 4,4 hectares.

A CTNBio considera que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, através do portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações: www.mctic.gov.br.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.703/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária, ocorrida em 7 de dezembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.043825/2017-96

Requerente: GDM Genética do Brasil Ltda.

CQB: 0367/13

Endereço: PR 445, Km 87 (Rodovia Celso Garcia Cid), Gleba Ribeirão Jacutinga, Cambé - PR

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8)

Extrato Prévio: 5763/2017, publicado em 8/9/17

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A GDM Genética do Brasil Ltda. solicitou à CTNBio autorização para realizar liberação planejada no meio ambiente da soja geneticamente modificada MON 87701 x MON 89788 x MON 87708 x MON 87751. Foram inseridos os genes que conferem resistência a insetos - cry 1Ac, cry1A.105 e cry 2Ab2, e de tolerância aos herbicidas glifosato e dicamba - cp4 epsps e dmo. O objetivo é testar o germoplasma GDM com esta nova tecnologia em vários ambientes (localidades e épocas de plantios), visando avaliar a adaptação e resposta das novas linhagens com este novo evento a diferentes condições edafoclimáticas. O experimento será instalado nas Unidades Operativas de Passo Fundo/RS, Santa Bárbara do Sul/RS, Muitos Capões/RS, Cambé/PR, GDM Rolândia/PR, Sertanópolis/PR, Palotina/PR, GDM Marechal/ PR, GDM-Maracaju/MS, GDM-Rio Verde/GO (Propriedade GDM), Rio Verde/GO (Faz. São Tomaz São Pedro), Jataí/GO, Santa Helena de Goiás/GO, GDM-Sorriso/MT, Sinop/MT e Nova Mutum/MT. A área total da LPMA será de 29,44 ha e a área de OGM de 9,62 ha. Fica autorizada a importação de 871,5 kg de sementes de soja GM da Argentina. A CTNBio considera que essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou de agravos à saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, através do portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações: www.mctic.gov.br.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.710/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária, ocorrida em 7 de dezembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.005712/2015-16

Requerente: Syngenta Seeds Ltda.

CQB: 0001/96

Endereço: Rodovia BR 452 km 142 Caixa Postal 585, Uberlândia-MG

Assunto: Isenção de monitoramento pós- liberação comercial

Extrato Prévio: 5623/2017, publicado no DOU nº, em 29/5/17

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de isenção do monitoramento pós-liberação comercial, concluiu pelo seu DEFERIMENTO. A Syngenta Seeds Ltda. solicitou à CTNBio isenção do monitoramento pós- liberação comercial do milho geneticamente modificado Bt11xMIR162xMON89034xGA21 e suas sub-combinações Bt11xMIR162xMON89034 e MIR162xMON89034, aos preceitos da Resolução Normativa nº 9. A CTNBio considerou que, uma vez que todos os eventos que fazem parte dessas combinações já foram apro-

vados comercialmente e estão sendo monitorados individualmente ou dentro de outras combinações aprovadas anteriormente, sem nenhum relato envolvendo a biossegurança destes eventos como também das proteínas por eles expressas. e sendo que este processo trata de melhoramento genético clássico, não há razão para novo monitoramento pós-liberação comercial. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, através do portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações: www.mctic.gov.br.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.713/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 07 de dezembro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.055815/2017-01

Requerente: Universidade de Brasília / UnB

CQB: 034/97

Endereço: Departamento de Biologia Celular, Bloco K, térreo - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte - Distrito Federal - 70.910-900

Assunto: Solicitação de Parecer para importação de Organismo geneticamente modificado da classe de risco 2.

Extrato Prévio: 5777/2017, publicado no DOU em 08 de março de 2017.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para importação de Organismo geneticamente modificado da classe de risco 2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Dr. Vicente de Paulo Martins, presidente da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição, solicitou parecer técnico da CTNBio para importação de organismos geneticamente modificados da Classe de risco 2. O organismo a ser importado são linhagens geneticamente modificadas de Cryptococcus neoformans. A pesquisadora responsável pelo pedido é a Dra. Ildinete Silva Pereira. As amostras serão importadas do laboratório "Fungal Genetics Stock Centre" (FGSC), vinculado ao Departamento de Fitopatologia da Universidade Estadual do Kansas em Manhattan, Kansas, Estados Unidos. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.718/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª. Reunião Ordinária ocorrida em 07/12/2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº:01250.036502/2017-46

Requerente: Monsanto do Brasil Ltda

CNPJ: 64.858.525/0001-45

Endereço: Av. Nações Unidas, 12901 - Torre Norte - 7º e 8º andares - CEP: 04578-000 - São Paulo -SP

Assunto: Liberação Planejada no meio ambiente e importação de sementes (RN08)

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio. após análise de pedido de parecer técnico para liberação planejada no meio ambiente e a importação de algodão MON 15985 x COT102 x MON 88913 x MON 88701, concluiu pelo DEFERIMENTO. Esta liberação planejada no meio ambiente será conduzida nas Estações Experimentais da Monsanto do Brasil Ltda. localizadas em Cachoeira Dourada (MG), Campo Novo do Pareeis (MT), Morrinhas (GO), Santa Helena de Goiás (GO), Sorriso (MT) e Uberlândia (MG).

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

707ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT	900.0005/1990	60.633.674/0001-55

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Diretor
Substituto

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de advertência e suspensão, que por este ato fica convertida em multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.011161/2013	Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista De Radio E Tv Educativas	RTV	Araçatuba	SP	Multa	4.158,07	Art. 27 do Decreto n° 5.371/2005.	Portaria DECEF n° 6710, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53504.009757/2013	Canal Brasileiro Da Informação Cbi Ltda	RTV	Sorocaba	SP	Multa	1.782,03	Art.27 do Decreto n° 5.371/2005.	Portaria DECEF n° 6714, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53504.003353/2013	Fundação Ecológica Natureza E Vida	FME	Juquitiba	SP	Multa e Advertência	1.485,03	Art. 28, item 12,"j", do Decreto n° 52.795/1963 e art. 71, Caput, da Lei n° 4.117/1962.	Portaria DECEF n° 6755, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53504.010983/2013	Rádio Luz Ltda	OM	Araçatuba	SP	Multa e Advertência	4.989,69	Art. 28, item 12, "i", e Parágrafo Único do art. 5°, da Portaria MC nº 26/1996, e art. 71, § 2º, da Lei n° 4.117/1962.	Portaria DECEF n° 6809, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53504.001455/2013	Ômega Radiodifusão Ltda	FM	Arujá	SP	Multa	30.369,93	Art. 28, item 12, alíneas "i" e "j", do Decreto n° 52.795/1963 e art. 71, § 2º, do CBT.	Portaria DECEF n° 6863, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53504.016620/2013	Televisao Cidade Modelo Ltda	RTV	Franca	SP	Multa	1.485,03	Art.27 do Decreto n° 5.371/2005.	Portaria DECEF n° 6902, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.020639/2014	Senado Federal	RTV	Fortaleza	CE	Multa	1.088,43	Art. 24 c/c art. 27 do Decreto nº 5.371/2005.	Portaria DECEF n° 6829, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.012545/2013	Câmara Dos Deputados	TVD	Barretos	SP	Multa	9.869,72	Inciso II da Portaria n° 160/1987	Portaria DECEF n° 6754, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53504.010154/2013	Radio Iguatemi Ltda	FM	Sorocaba	SP	Multa	13.159,62	Art 28, item 12, alínea "g", do Decreto nº 52.795/1963	Portaria DECEF n° 6833, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53504.016305/2013	Associacao Com.P/O Desenv.Social,Cult.E Art.De Guaratingueta	RADCOM	Guaratinguetá	SP	Multa	2.056,19	Art. 40, XIV e XXII do Decreto n° 2.615/1998, e itens 21.3 e 21.3.1, da Portaria n° 462/2011.	Portaria DECEF n° 6847, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53528.003686/2014	Associação Cultural E Recreativa Ferrabraz	RADCOM	Sapiranga	RS	Multa	571,16	Art. 40, XXII do Decreto n° 2.615/1998	Portaria DECEF n° 6869, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53560.005530/2014	Fundação Cultural De Radiodifusão Educacional Dolores Alcântara	FME	Cascavel	CE	Multa	2.313,21	Art. 5°, parágrafo único, da Portaria MC n° 26/1996.	Portaria DECEF n° 6911, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53560.005523/2014	Fundação Raízes De Miilhã	RADCOM	Milhã	CE	Multa	571,16	Art. 40, XXII do Decreto n° 2.615/1998	Portaria DECEF n° 6913, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53532.002178/2013	Associação De Radiodifusão Para Comunicações Comunitária Do Sítio De Areias Do Município Das Correntes	RADCOM	Correntes	PE	Multa	1.713,49	Art. 40, XXII do Decreto n° 2.615/1998	Portaria DECEF n° 7005, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 7.076/SEI, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.073884/2017-99, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de Curitiba/PR, o canal 23 (vinte e três), correspondente à faixa de frequência de 524 a 530 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 7.129/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.075717/2017-82, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Glorinha/RS, o canal 46 (quarenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 662 a 668 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 2.041/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.047576/2012-49, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de SÃO JOÃO DEL REI, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital nº 24 (vinte e quatro), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 28283/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

COORDENAÇÃO-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL

DESPACHO Nº 1.897/SEI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, Art. 77, § 5º, Inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo nº 01250.048359/2017-35, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO CULTURAL MANGABEIRAS, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de BETIM/MG, utilizando o canal digital 52 (cinquenta e dois), nos termos da Nota Técnica nº 25955/2017/SEI-MCTIC.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.943/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.070795/2017-91, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO RADIODIFUSORA DE CONGONHAS, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Congonhas-MG, utilizando o canal n.º 217 (duzentos e dezessete), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 26851/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 1.993/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.069319/2017-27, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO CACIQUE DE GUARAPUAVA LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de GUARAPUAVA/PR, utilizando o canal n.º 289 (duzentos e oitenta e nove), classe A1, nos termos da Nota Técnica n.º 28411/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.000/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.071319/2017-97, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO DIFUSORA DE MIRASSOL D OESTE LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de MIRASSOL D OESTE/MT, utilizando o canal n.º 229 (duzentos e vinte e nove), classe B2, nos termos da Nota Técnica n.º 27622/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.052/SEI, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.073481/2017-40, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO SERTÕES DE MOMBAÇA LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Mombaça/CE, utilizando o canal n.º 285 (duzentos e oitenta e cinco), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 28480/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.054/SEI, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.027128/2017-98, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO DIVINÓPOLIS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de DIVINÓPOLIS-MG, utilizando o canal n.º 272 (duzentos e setenta e dois), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 28509/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.058/SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 53900.037763/2014-32, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 28625/2017/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela ED COMUNICAÇÕES LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cananéia, estado de São Paulo, mediante utilização do canal n.º 205 (duzentos e cinco), classe C.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.060/SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 53900.048387/2016-73, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 28631/2017/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pelo SISTEMA DE COMUNICACAO CENTRAL DE IPUIUNA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Turmalina, estado de Minas Gerais, mediante utilização do canal n.º 246 (duzentos e quarenta e seis), classe C.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.062/SEI, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.065895/2017-03, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de MONTE APRAZÍVEL-SP, utilizando o canal n.º 289 (duzentos e oitenta e nove), classe B1, nos termos da Nota Técnica n.º 28643/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

RESOLUÇÃO Nº 122-E, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001, e considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Tornar pública a autorização do Comitê Gestor do FSA, em sua 41ª Reunião do Comitê Gestor do FSA, realizada em 11 de dezembro de 2017, da proposta de parceria apresentada pela Fundação de Arte de Niterói - FAN, ligada à Secretaria Municipal de Cultura de Niterói, no âmbito da ação de Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais, prevista no item 119 do Regulamento Geral do PRODAV, com a destinação de recursos do FSA no montante de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), oriundos de saldos de ações não utilizadas e rendimentos financeiros, para o financiamento de projetos de produção e comercialização de obras audiovisuais.

DEBORA IVANOV

RESOLUÇÃO Nº 123-E, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001, e considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Tornar pública a aprovação pelo Comitê Gestor do FSA, em sua 41ª Reunião do Comitê Gestor do FSA, realizada em 11 de dezembro de 2017, das seguintes deliberações:

I - Criação de Linha de Apoio à Internacionalização do Audiovisual Brasileiro, no âmbito do FSA, com objetivo de ampliar a atuação do FSA no estímulo à participação da produção nacional nos mercados externos;

II - Lançamento, no âmbito da Linha de apoio à internacionalização do audiovisual brasileiro, da Ação de Apoio à Participação Brasileira em Eventos de Mercado e Rodadas de Negócios Internacionais, destinada à participação de empresas produtoras brasileiras independentes em eventos internacionais de mercado a serem definidos em ato específico da ANCINE, com o objetivo de estimular a participação da produção audiovisual brasileira nos mercados externos, observadas as normas e critérios anexas à ata da 41ª Reunião do Comitê Gestor do FSA;

III - Estabelecer a destinação inicial de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), na modalidade de apoio não reembolsável, oriundos de saldos de ações não utilizadas e rendimentos financeiros, para a Ação de Apoio à Participação Brasileira em Eventos de Mercado e Rodadas de Negócios Internacionais.

DEBORA IVANOV

RESOLUÇÃO Nº 124-E, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001, e considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Tornar pública a autorização pelo Comitê Gestor do FSA, em sua 41ª Reunião do Comitê Gestor do FSA, realizada em 11 de dezembro de 2017, para que a ANCINE, na qualidade de Secretaria Executiva do FSA adote os procedimentos necessários para a incorporação das alterações das normas e critérios aprovados pelo Comitê Gestor do FSA nos normativos correspondentes, incluindo o atual Regulamento Geral do PRODAV e, no que couberem, nas chamadas públicas vigentes.

DEBORA IVANOV

DESPACHO Nº 119-E, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública as Deliberações de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais, para o qual as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0387 - DENTES
Processo: 01416.022246/2017-70
Proponente: ATC ENTRETENIMENTOS LTDA.
Cidade/UF: Fortaleza / CE
CNPJ: 02.008.424/0001-28
Valor total aprovado: R$ 4.750.000,00
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 37.500,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.075.000,00
Banco: 001- agência: 3515-7 conta corrente: 15065-7
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 670, realizada em 01/12/2017.
Prazo de captação: até 31/12/2020.

16-0211 - BORIS E RUFUS
Processo: 01416.000378/2016-60
Proponente: BELLI STUDIO DESIGN LTDA.
Cidade/UF: Blumenau / SC
CNPJ: 03.274.384/0001-29
Valor total aprovado: R$ 1.500.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.425.000,00 para R$ 1.050.000,00
Banco: 001- agência: 0095-7 conta corrente: 28266-9
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 671, realizada em 05/12/2017.
Prazo de captação: até 31/12/2019.

16-0594 - A GAROTA DA MOTO - SEGUNDA TEMPORADA
Processo: 01416.006852/2016-67
Proponente: RADAR CINEMA E TELEVISÃO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 02.947.857/0001-49
Valor total aprovado: de R$ 13.572.095,35 para R$ 9.100.687,75
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.734.677,03 para R$ 1.986.839,81
Banco: 001- agência: 2434-1 conta corrente: 5751-7
Valor aprovado no Art. 39 da MP 2.228-1/01: de R$ 4.500.000,00 para R$ 0,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 671, realizada em 05/12/2017.
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 2º Aprovar a revisão dos valores da análise complementar d o projeto audiovisual, para qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0489 - OURO BRANCO
Processo: 01416.021846/2017-11
Proponente: FOGO CERRADO IMAGENS E SERVIÇOS LTDA. ME
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 03.762.421/0001-48
Valor total aprovado: de R$ 8.453.267,33 para R$ 8.709.208,95
Valor aprovado no artigo Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: de R$ 8.030.603,96 para R$ 8.273.748,95
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2582-8
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 669, realizada em 09/11/2017.
Prazo de captação: 31/12/2020

Art. 3º Aprovar o redimensionamento de valores dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0593 - LUCICREIDE VAI PRA MARTE
Processo: 01416.006909/2016-28
Proponente: ZQUATRO STUDIO LTDA.
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 07.579.479/0001-01
Valor total aprovado: de R$ 5.998.792,00 para R$ 6.810.095,79
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 956.191,30
Banco: 001- agência: 1814-7 conta corrente: 37656-6
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 1814-7 conta corrente: 37649-3
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 670, realizada em 01/12/2017.
Prazo de captação: até 31/12/2020.

15-0117 - A GRANDE LUTA - SEGUNDA TEMPORADA
Processo: 01580.017002/2015-10
Proponente: BOUTIQUE FILMES E PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 16.729.130/0001-08
Valor total aprovado: de R$ 1.941.995,00 para R$ 2.195.221,58
Valor aprovado no Art. Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: de 1.844.895,25 para 1.863.705,25
Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 22982-2
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 670, realizada em 01/12/2017.
Prazo de captação: até 31/12/2018.

16-0809 - VENTOS DO BRASIL - 25 ANOS DE ENERGIA EÓLICA NO BRASIL
Processo: 01416.011360/2016-93
Proponente: VIU CINE.
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 18.274.744/0001-60
Valor total aprovado: de R$ 100.000,00 para R$ 75.350,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 95.000,00 para R$ 70.350,00
Banco: 001- agência: 3505-X conta corrente: 49165-9
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 670, realizada em 01/12/2017.
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 4º As deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

DEBORA IVANOV

DESPACHO Nº 121-E, DE 14 DE DEZEMBRO 2017

A DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública as Deliberações de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º Aprovar a análise complementar d o projeto audiovisual, para qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0547 - IBRAHIM SUED.
Processo: 01580.065977/2015-46
Proponente: BEAUCASTEL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 01580.065977/2015-46
Valor total aprovado: de R$ 430.000,00 para R$ 415.000,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 408.500,00 para R$ 311.000,00
Banco: 001- agência: 3430-4 conta corrente: 8311-9
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 665, realizada em 27/06/2017.
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 2º Realizar a revisão orçamentária da análise complementar do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0537 A DAMA
Processo: 01416.019550/2017-30
Proponente: LUZ MÁGICA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 73.586.513/0001-08
Valor total aprovado: de R$ 2.770.605,27 para R$ 2.842.105,27
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.632.075,01 para R$ 2.700.000,00
Banco: 001- agência: 1251-3 conta corrente: 42195-2
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 670, realizada em 01/12/2017.
Prazo de captação: até 31/12/2020.

Art. 3º As deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

DEBORA IVANOV

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 144, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

17-0714 REENCONTRO DAS AGUAS
Processo: 01416.027536/2017-18
Proponente KRIOCA CONSULTORIA DE NEGOCIOS E COMUNICACAO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 20.463.541/0001-63
Valor total aprovado: R$ 3.170.800,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.012.260,00
Banco: 001- agência: 525-8 conta corrente: 34488-5
17-0754 FLORESTA SEM FIM
Processo: 01416.028521/2017-69
Proponente VIDEOGRAPHICA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 61.372.843/0001-03
Valor total aprovado: R$ 425.800,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 404.510,00
Banco: 001- agência: 2807-X conta corrente: 49391-0
17-0755 NEW HUMAN
Processo: 01416.028457/2017-16
Proponente: GAVULINO PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E CULTURAIS LTDA.
Cidade/UF: Fortaleza/CE
CNPJ: 11.581.901/0001-30
Valor total aprovado: R$ 752.500,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 714.500,00
Banco: 001- agência: 3474-6 conta corrente: 52966-4
17-0756 CINCO JÚLIAS
Processo: 01416.028385/2017-15
Proponente: SPRAY FILMES S/S LTDA
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 06.945.371/0001-22
Valor total aprovado: R$ 3.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.850.000,00
Banco: 001- agência: 3017-1 conta corrente: 16116-0
17-0758 NINA
Processo: 01416.027430/2017-14
Proponente: INTRO PICTURES PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 05.832.663/0001-96
Valor total aprovado: R$ 7.562.389,30
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2789-8
Valor aprovado no artigo Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 82.389,30
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2790-1
17-0776 A SEREIA
Processo: 01416.028538/2017-16
Proponente: PRIMO FILMES LTDA
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 06.137016000127
Valor total aprovado: R$ 2.035.089,40
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.933.334,93
Banco: 001- agência: 3043-0 conta corrente: 24145-8

Art. 2º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 70, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV- As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

V- As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VI- Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

ANEXO I

01- Processo n°01512.015876/2014-57
Projeto: Prospecção Arqueológica Intensiva na Área de Implantação da Linha de Transmissão LT 230 KV SE Curupira - SE Povo Novo
Arqueólogo Coordenador: Gil Passos de Mattos
Apoio Institucional: Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia - (LEPAARQ) -Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
Área de Abrangência: Município de Rio Grande, Estado Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 03 (três) meses
02- Processo n. º 01514.004045/2009-72
Projeto: Programa Emergencial de Resgate Arqueológico: trecho complementar do canal de adução Alegria
Arqueólogo Coordenador: Anderson Barbosa Alves Pereira
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Municípios de Ouro Preto e Mariana, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
03- Processo n°01506.002036/2011-61
Projeto: Prospecção Arqueológica na área de influência de Expansão da Fábrica de Celulose Branqueada e Plantio de Eucalipto Lwarcel
Arqueólogo Coordenador: José Luiz de Morais
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Iepê -Prefeitura de Iepê
Área de Abrangência: Município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

ANEXO II

01- Processo n. º 01425.000796/2016-48
Projeto: Prospecção, Monitoramento, Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial nas Praças Caetano Albuquerque, Dr. Alberto Novis, Senhor dos Passos, Escadaria do Beco Alto e Largo Feirinha da Mandioca
Arqueóloga Coordenadora: Suzana Schisuco Hirooka
Apoio Institucional: Museu de Pré-História Casa Dom Aquino - Centro de Pesquisa e Laboratório de Arqueologia - Instituto Ecoss
Área de Abrangência: Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
ANEXO III
01- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Carllotto Empreendimentos Imobiliários LTDA.
Empreendimento: Loteamento Cavassola II
Processo n. º 01512.001643/2017-10
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência do Loteamento Cavassola II
Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari
Arqueólogo de Campo: Everson Paulo Fogolari
Apoio Institucional: Museu Municipal Irmã Celina Schardong - Prefeitura Municipal de Gaurama
Área de Abrangência: Município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
02- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Solatio Brasil Gestão de Projetos Ltda-ME
Empreendimento: Central Geradora Solar Fotovoltaica Paranaíba 1 a 7
Processo n. º 01401.000296/2017-65
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Implantação da Central Geradora Solar Fotovoltaica Paranaíba 1 a 7
Arqueólogo Coordenador: Marcelo Fagundes
Arqueóloga de Campo: Lidiane Aparecida da Silva
Apoio Institucional: Museu de História do Pantanal (MUHPAN) -Fundação Barbosa Rodrigues
Área de Abrangência: Município de Paranaíba, Estado do Mato Grosso do Sul
Prazo de Validade: 03 (três) meses
03- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ômega Construtora Ltda
Empreendimento: Loteamento Construção
Processo n. º 01402.900018/2017-08
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Cidade 2000 II
Arqueólogo Coordenador: Welington Lage
Arqueólogo de Campo: Welington Lage
Apoio Institucional: Núcleo de Antropologia e Pré-História - NAP - Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Área de Abrangência: Município de Teresina, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
04- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Jonas Pereira de Souza
Empreendimento: Extração Mineral de Argila na Colônia Santo Cosmo
Processo n. º 01423.000294/2016-37
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Empreendimento de Extração Mineral de Argila na Colônia Santo Cosmo
Arqueóloga Coordenadora: Ivandra Rampanelli Gualberto Fernandes
Arqueóloga de Campo: Ivandra Rampanelli Gualberto Fernandes
Apoio Institucional: Museu de Pré-História Casa Dom Aquino - Centro de Pesquisa e Laboratório de Arqueologia - Instituto Ecoss
Área de Abrangência: Município de Rio Branco, Estado do Acre
Prazo de Validade: 04 (três) meses
05- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Votorantim Metais Zinco S.A.
Empreendimento: Barragem da Pedra - Votorantim Metais
Processo n. º 01514.006447/2017-11
Projeto: Avaliação de Impacto Arqueológico na Barragem da Pedra - Votorantim Metais
Arqueólogo Coordenador: Márcio Walter de Moura Castro
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais-Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses
06- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Força Eólica do Brasil S/A
Empreendimento: Parque Eólico Chafariz 7
Processo nº 01408.001344/2017-72
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Parque Eólico Chafariz 7
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Camila Pedron Del Pozo Gregorio
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LABAP - Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
Área de Abrangência: Município de Santa Luzia, Estado da Paraíba
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 69, de 12 de dezembro 2017, Seção 1, Anexo I, Página 54, Renovação nº01, publicada no DOU em 14 de dezembro 2017, onde se lê: "Arqueólogos Coordenadores: Solange Bezerra Caldarelli, Maria do Carmo Mattos Monteiro dos Santos e Renato Kipnis", leia-se: "Solange Bezerra Caldarelli e Renato Kipnis" e onde se lê: "Apoio Institucional: Fundação Casa de Cultura de Marabá - Prefeitura Municipal de Marabá", leia-se: "Apoio Institucional: Universidade Federal do Pará (UFPA) - campus Altamira - Universidade Federal do Pará (UFPA)."

Na Portaria nº 5, de 27 de janeiro 2017, Seção 1, Anexo I, Página 09, Renovação nº04, publicada no DOU em 30 de janeiro 2017, onde se lê: "Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos" - Prefeitura de Jataí", leia-se: "Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico - Universidade Federal de Goiás (UFG). "

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 763, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
170943 - CCBB Musica.Performance - Edição Especial
Cinnamon Comunicação e Audiovisual Ltda EPP
CNPJ/CPF: 05.207.056/0001-35
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 14/12/2017 à 31/12/2017
170647 - Entre Mundos!
SILVANIO TAVARES SOARES
CNPJ/CPF: 248.279.068-90
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2017 à 31/12/2017
161171 - ESPETACULO BRINQUEDOS MUSICAIS
RAMON ANDERSON COSTA 08292156895
CNPJ/CPF: 17.900.466/0001-46
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 02/11/2017 à 31/12/2017
162085 - FITO -FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO DE OBJETOS
IPCB-Instituto de Produção Cultural Brasileira
CNPJ/CPF: 03.405.617/0001-85
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 12/12/2017 à 31/12/2017
164937 - Incubadora de Grupos Teatrais Os Geraldos - Limeira
Os Geraldos Teatro Ltda - ME
CNPJ/CPF: 22.156.953/0001-86
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 02/12/2017 à 31/12/2017
15 8713 - Mostra de Artes Circuito da Maré 2015/16
Convergência - Conteudo e Produção Audiovisual Ltda
CNPJ/CPF: 04.647.273/0001-83
PR - Antonina
Período de captação: 13/12/2017 a 31/12/2017
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (Artigo 18, § 1º)
14 11028 - EXPOSIÇÃO: ROÇAS, MANDIOCAS E FARINHAS NO RIO NEGRO.
MUSEU DA AMAZÔNIA - MUSA
CNPJ/CPF: 10.795.098/0001-74
AM - Manaus
Período de captação: 01/08/2017 a 31/12/2017
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
164089 - Versos e Cordas - Da poesia à Música
FRANCISCO JOEL MAGALHAES DA COSTA
CNPJ/CPF: 211.128.273-15
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 01/11/2017 à 31/12/2017

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
163405 - Transparência
ERIVELTO SOUSA
CNPJ/CPF: 936.829.649-91
Cidade: Joinville - SC;
Prazo de Captação: 13/12/2017 à 31/12/2017

PORTARIA Nº 764, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

OSECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
170454 - Festival Bento em Dança 2017
ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENTO EM DANÇA
CNPJ/CPF: 10.901.316/0001-08
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Reduzido: R$ 45.676,30
Valor total atual: R$ 271.962,99

PORTARIA Nº 765, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
17 8614 - Apresentação das Tribos Indígenas de Juruti 2018
MANA PRODUCOES, COMUNICACAO E EVENTOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 10.230.780/0001-10
Processo: 01400.033656/2017-15
Cidade: São Paulo - SP
Valor Aprovado: R$ 1.397.754,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: I - Realizar a produção cênica da dança folclórica das Tribos Muirapinima e Munduruku,no XXIII Festival das Tribos Indígenas de Juruti- PA, II - Realizar duas apresentações gratuitas, para alunos das escolas municipais de Juruti, divulgando e criando sustentabilidadenaformação de plateia para a cultura popular do Município.
177654 - ?MARANHÃO: OS TAMBORES VÃO ECOAR NA TERRA DA ENCANTARIA?
GRÊMIO RECREATIVO ACADÊMICOS DO TATUAPÉ
CNPJ/CPF: 43.166.685/0001-53
Processo: 01400031158201738
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.341.261,50
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A Campeã do Carnaval da cidade de São Paulo, o Grêmio Recreativo Escolade Samba Acadêmicos do Tatuapé, é uma agremiação carnavalesca paulistana que constrói um papel importante no fortalecimento da nossa cultura, através de suas ações e atividades carnavalescas. Estamos propondo neste projeto a realização, produção e execução do desfile de carnaval do Acadêmicos do Tatuapé, que acontecerá no sambódromo do Anhembi pelo grupo especial de São Paulo, com o tema de enredo ?MARANHÃO: OS TAMBORES VÃO ECOAR NA TERRA DA ENCANTARIA?.
178621 - 11ª Edição da Osterfest -Festa de Páscoa em Pomerode - SC
Fundação Cultural de Pomerode
CNPJ/CPF: 79.363.511/0001-28
Processo: 01400033667201703
Cidade: Pomerode - SC;
Valor Aprovado: R$ 442.518,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a 11ª Edição da Osterfest -Festa de Páscoa em Pomerode. O evento visa apoiar, valorizar e preservar as tradições culturais europeias, trazidas pelos imigrantes alemães durante o processo de colonização da cidade de Pomerode. Serão realizadas apresentações artísticas e culturais entre: grupos folclóricos, música instrumental, canto-coral e feira de artesanato.
178635 - A CIGARRA E A FORMIGA - O MUSICAL
Castello Branco Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.858.985/0001-41
Processo: 01400033682201743
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.109.845,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de um musical infantil A CIGARRA E A FORMIGA - O MUSICAL, com temporada de 4 meses de duração nos finais de semana (sábados e domingos) nos TeatroBangu e Oi Casagrande.Um clássico da literatura mundial numa versão estilo espetáculos da Disney. Inspirado na fábula de La Fontaine, a versão musical do clássico infantil adaptada e dirigida por Allan Ragazzy, ganha novos personagens e músicas originais.Temo intuito de levar ao público em geral uma versão contemporânea da fábula atribuída originalmente a Esopo, escritor da Grécia Antiga, e recontada por La Fontaine, poeta e fabulista Francês do século XVII. O poeta Bocage traduziu para o português a fábula escrita por La Fontaine. Fábula é uma composição literária em que os personagens são geralmente animais, forças da natureza ou objetos, que apresentam características humanas, tais como a fala, os costumes, etc. Estas histórias são geralmente feitas para crianças e terminam com um ensinamento moral de caráter instrutivo.
178469 - BioShock o Musical
MARCOS SANTOS FALCAOc
CNPJ/CPF: 435.509.128-70
Processo: 01400033468201797
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 613.549,43
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A peça teatral ?BioShock O Musical? é uma adaptação feita por Marcos Falcão, a obra original, escrita por John Shirley, foi publicada no ano de 2012. A história se passa após a segunda guerra mundial, onde um homem milionário resolve construir uma utopia em baixo d"água para se esconder da guerra nuclear. A história é contada por vários personagens com ideias completamente diferentes de como viver em um país sem regras.
178246 - BOMDMAIS2018
GREMIO RECREATIVO CULTURAL BOM DE MAIS
CNPJ/CPF: 17.739.746/0001-14
Processo: 01400033170201787
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 647.250,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Promover o desfile do bloco BOMDMAIS no Circuito Osmar no dia de 12/02 Segunda-Feira ano 2018 às 19 horas, com a participação de 2.000 (dois mil) associados (feminino e masculino), puxados grupos de SAMBA DE RODA E SAMBA DURO, em Trio Elétrico e Carro de Apoio, levando as ruas à manifestação cultural tombada "SAMBA DE RODA DO RECONCAVO BAIANO" como Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela Unesco.
178233 - CAUBY! CAUBY! Uma Lembrança
NITIREN PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.777.210/0001-04
Processo: 01400033151201751
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 4.148.275,55
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Apresentar o espetáculo musical brasileiro em São Paulo e em algumas cidades, em turnê.
178254 - Contando histórias na escola
FLAVIA ROCHA DE SOUZA 09502770706
CNPJ/CPF: 27.413.067/0001-04
Processo: 01400033179201798
Cidade: Capão da Canoa - RS;
Valor Aprovado: R$ 199.726,20
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Levar ao estudante da escola pública o universo dos contos populares. Por que contamos histórias? Qual a importância da tradição oral? O projeto visa apresentar espetáculos de contação de histórias com músicas, adereços e participação do público, trazendo narrativas de diversas partes do mundo e também do nosso povo brasileiro que vem sendo transportadas de geração em geração, os aspectos da cultura que estão vivos nos saberes tradicionais. Oferecendo apoio na formação de professores e estudantes em oficinas que vão instigar o resgate da oralidade, a fim de valorizar a cultura da comunidade através de pesquisa realizada pelos participantes do projeto para recolhimento de narrativas, lendas e fábulas locais.
178248 - Esquetes Teatrais - Gentilezinha
TRINDADE MARKETING ESPORTIVO E CULTURAL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 17.679.058/0001-06
Processo: 01400033172201776
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 200.460,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto vai promover encenações teatrais com personagens da cultura, cidadania, educação e diversidade, que, através de toda ludicidade das artes cênicas, vai levar mensagens de cidadania para o público infantil, com presença fundamental em comunidades menos favorecidas com apresentações teatrais comunitárias e cartilhas educativas para colorir.
178249 - FAVELA E ARTE
Grupo Cultural Afro Reggae - GCAR
CNPJ/CPF: 73.322.240/0001-86
Processo: 01400033173201711
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 896.482,16
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto FAVELA E ARTE se destina a promover oficinas culturais gratuitas de dança, circo e teatro para 400 pessoas, entre crianças, jovens e adultos de comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro, aliando arte e cultura como elementos catalisadores de integração comunitária. Contando com uma metodologia inovadora nossas oficinas propõem um conjunto de ações artístico-culturais atravessadas por estratégias de educação transversal, voltada para a diversidade de público e faixas etárias.
178088 - Festival Internacional de Dança de Vitória
CENTRO DE ENTRETENIMENTO LIVIANE PIMENTA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 39.305.941/0001-79
Processo: 01400032964201723
Cidade: Serra - ES;
Valor Aprovado: R$ 227.400,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Festival multicultural de Dança. A programação incluirá apresentações, workshops, palestras e ações de formação de plateia

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178749 - Festival Urban Arte - Festival de Arte e Cultura Urbana de São Paulo 1º Edição - São Paulo Em Movimento
FELIPE LIMANDE LOPES
CNPJ/CPF: 291.388.288-98
Processo: 01400033829201703
Cidade: Barueri - SP;
Valor Aprovado: R$ 661.063,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O FestivalUrban Arte - Festival de Arte e Cultura Urbana de São Paulo. Será a 1º Edição - São Paulo Em Movimento desse evento de 1 dia de duração que apresentará para público médio de 5000 pessoas. O Festival Urban Arte pretende reunir público jovem, de 18 a 40 anos, para apreciar em 1 dia de evento diferentes estilos artísticos, de artistas plasticos, atores, músicos, performers, dançarinos, Djs e Vjs e atração musical Projota, que veem desenvolvendo consistente trabalho artístico na cena urbana. A ser realizado no Memorial da América Latina na cidade de São Paulo, interessa ao festival promover artistas jovens ainda desconhecidos do grande público, mas que já possuem histórico de realizações regionais e encontram-se desenvolvendo suas carreiras junto a públicos menores e um artista de maior reconhecimento.

178258 - Mostra Cênica da Expofeira de Arroio Grande
SINDICATO RURAL DE ARROIO GRANDE
CNPJ/CPF: 87.355.566/0001-14
Processo: 01400033183201756
Cidade: Arroio Grande - RS;
Valor Aprovado: R$ 119.635,20
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização de um espetáculo de Stand Up Comedy e um espetáculo de dança durante a Expofeira do Município de Arroio Grande, visando fomentar as diferentes praticas culturais, garantindo o acesso, em formato acessível, a bens culturais para a afirmação da cultura como direito social básico do cidadão.

177937 - Open Festival Cultural São Paulo
CASA DE CULTURA NINA DE HOLANDA EIRELI
CNPJ/CPF: 18.338.524/0001-52
Processo: 01400032535201756
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 250.560,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A proposta destina-se a realização do "I Open Festival Cultural São Paulo", um festival que promove arte, cultura e educação através de palestra, aula de práticas corporais, apresentações coreográficas e espetáculo de artes cênicas. O evento será realizado na cidade de São Paulo.

178242 - OS MENINOS DA RUA PAULO
Conjunto da Obra produções Artísticas Culturais LTDA ME
CNPJ/CPF: 18.814.462/0001-08
Processo: 01400033165201774
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 171.360,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto OS MENINOS DA RUA PAULO prevê a pesquisa, montagem e temporada de estreia do espetáculo adaptado a partir do clássico homônimo da literatura jovem internacional do escritor húngaro Ferenc Molnar. A proposta compreende o período de pesquisa e ensaios, temporada e pós-produção do espetáculo, tendo como compromisso a realização de no mínimo 20 apresentações na capital paulista, sendo 16 sessões oferecidas ao público da cidade com ingressos a preços populares e 04 sessões gratuitas oferecidas ao público escolar e jovens atendidos por instituições e projetos sociais. O projeto contará com a produção da Companhia Delas de Teatro e direção de Cristiane Paoli Quito. Este projeto terá duração total de seis meses e pretende atingir cerca de 4.000 espectadores com ações de divulgação e de contrapartida social.

178285 - Os Últimos Cinco Anos
LUMUS ENTRETENIMENTO LTDA ME
CNPJ/CPF: 27.825.038/0001-50
Processo: 01400033217201711
Cidade: Mogi das Cruzes - SP;
Valor Aprovado: R$ 978.075,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto visa à realização do musical "Os Últimos Cinco Anos" do original "The Last Five Years" de Jason Robert Brawn. O Musical que terá montagem inédita no Brasil, fará temporada de 4 meses em São Paulo e 2 meses no Rio de Janeiro, totalizando 50 apresentações.

178638 - Paixão de Cristo no Morro da Cruz
Camilo de Lélis Furlin
CNPJ/CPF: 91.354.647/0001-77
Processo: 01400033685201787
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 186.618,60
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto propõe a encenação, ao ar livre, da Paixão de Cristo, no bairro Partenon em Porto Alegre - RS. O evento narra momentos da vida de Jesus, desde o batismo por João Batista, até os instantes finais de sua vida pública em Jerusalém, mostrando as pregações, a última ceia, a prisão, os julgamentos, a crucificação e a ressurreição. Parte da encenação será traduzida em Libras e, a partir de um mês antes, haverá uma oficina com jovens de escolas públicas da comunidade, para integrarem a encenação. O evento está prestes a completar 59 anos ininterruptos. Esse projeto pretende qualificar ainda mais o evento e garantir sua continuidade. A encenação teatral da Paixão de Cristo será realizada em um palco aberto, em frente à Igreja São José do Murialdo e continuada em forma de procissão, em que os espectadores seguem Jesus, acompanhando as estações da Via Crucis em mais 5 palcos dispostos no caminho de 1,5 km para o alto do Morro da Cruz, onde se dá a crucificação e ressureição.

178834 - Paraíba, terra de encontros, Mulher macho, sim senhor!
ANA SALOMEA SANTANA
CNPJ/CPF: 454.265.201-78
Processo: 01400033966201730
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 462.111,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto PARAÍBA, TERRA DE ENCONTROS, MULHER MACHO, SIM SENHOR!, consiste na realização de um espetáculo de dança que apresenta, como temática principal, amulher nordestina em suas diferentes facetas. O maior diferencial do espetáculo é o fato de seus artistas serem pessoas portadoras de deficiências físicas, idosos e intelectuais. Dessa maneira, o presente projeto valoriza a força da mulher, a cultura do povo nordestinoe os dançarinos brasileiros portadores de deficiências.

178618 - PEQUENO CAMPEÃO moving
ASSOCIACAO MONTENEGRINA DE JIU JITSU AMJJ
CNPJ/CPF: 23.010.864/0001-90
Processo: 01400033662201772
Cidade: Montenegro - RS;
Valor Aprovado: R$ 198.589,20
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização de oficinas de dança com crianças no Município de Montenegro, visando fomentar a cultura da dança, garantindo o acesso, em formato acessível, a bens culturais para a afirmação da cultura como direito social básico do cidadão.

178215 - Performance O Poço do Mercado
CHRIS FRANCA PEREIRA
CNPJ/CPF: 467.719.053-49
Processo: 01400033124201788
Cidade: Pinheiro - MA;
Valor Aprovado: R$ 19.466,87
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto O Poço do Mercado, trata-se de uma performance teatral, apresentada por um único ator, não tendo necessariamente o prédio teatral como espaço específico para sua apresentação. O intuito é levar arte através do teatro para espaços alternativos, além da ocupação dos espaços públicos ociosos. O texto apresentado é de autoria da escritora pinheirense, Graça Leite, autora de diversos livros e membro da Academia Pinheirense de Letras Artes e Ciências, na cidade de Pinheiro/MA. A técnica utilizada pelo ator é a declamação com caracterização por meio de maquiagem e indumentárias que retratam um ser subjetivo que contará as lendas da cidade de Pinheiro, oriundas do poço do mercado, um dos poços mais antigos ainda existente. O texto é declamado pelo ator e diretor teatro, Chris França, nascido em São Luís/MA e que atualmente residindo na cidade de Pinheiro/MA.

178353 - Plano Anual de Manutenção 2018
Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes
CNPJ/CPF: 82.653.403/0001-02
Processo: 01400033295201715
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 491.709,60
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto objetiva buscar recursos para a manutenção da estrutura do Teatro Carlos Gomes de Blumenau,SC. Este é o 5º ano deste pedido, haja visto a perda de benefícios contábeis como entidade filantrópica, causando ampliação na carga tributaria em torno de 26,5%, ampliando custos de operação desta casa de cultura, que solicita aprovação deste plano anual.

178818 - PORTO FOLIA 2018 - DESFILE DAS ESCOLAS DE SAMBA DO GRUPO ESPECIAL DE PORTO ALEGRE 2018
MATRIX PRODUTORA DE EVENTOS E MARKETING LTDA. EPP
CNPJ/CPF: 20.663.856/0001-54
Processo: 01400033948201758
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.779.100,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente Projeto visa a realização dos Desfiles Fora de Época das Escolas de Samba do Grupo Especial da Cidade de Porto Alegre 2018.

178244 - PROGRAMAÇÃO CULTURAL DA 19ª FENAMILHO INTERNACIONAL 2019
MK PROJETOS & PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.383.532/0001-20
Processo: 01400033167201763
Cidade: Santo Ângelo - RS;
Valor Aprovado: R$ 740.858,30
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Esta proposta tem como foco principal a promoção e a organização da programação cultural integrante da 19ª Edição da Feira Internacional do Milho, evento este bianual realizado que será realizado em abril/maio de 2019, na cidade de Santo Angelo (RS), noroeste do Rio Grande do Sul.

178716 - PROJETO "GIRA RODA" - circulação de espetáculo de teatro
Luiz Cirillo Barbisan
CNPJ/CPF: 337.937.519-53
Processo: 01400033787201701
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Aprovado: R$ 126.626,50
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este é um Projeto de formação de platéia, circulação de espetáculo de teatro de autor nacional e acessibilidade cultural, que prevê apresentações gratuitas da peça teatral para crianças "GIRA RODA - GIRA MUNDO".

178259 - PROJETO DE CIRCULAÇÃO DO ESPETÁCULO TEATRAL VITOR OU VITROLA - 30 ANOS DE SUCESSO
João Batista Vita
CNPJ/CPF: 078.852.547-63
Processo: 01400033185201745
Cidade: Cariacica - ES;
Valor Aprovado: R$ 168.592,50
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto de "Circulação do Espetáculo Teatral "Vitor ou Vitrola?! - 30 anos de Sucesso" produzido pelo Grupo HB de Teatro leva, GRATUITAMENTE, ao público de 15 (quinze) municípios do Estado do Espírito Santo esta Montagem do Texto Teatral do Dramaturgo Baiano Marquinhos Nô, oportunizando à população destes Municípios, contato direto com as Artes Cênicas, através de apresentações de espetáculos de teatro produzidos em nosso estado, contribuindo com: o fortalecimento da produção artística capixaba; mercado de trabalho para o artista local e formação de plateia. Com a realização deste Projeto, oportunizaremos ao Público destas cidades (em sua maioria) assistirem (pela primeira vez), a esse Espetáculo que já se tornou um Clássico no Espírito Santo, pois, é recordista em número de apresentações e público.

178690 - Projeto Jacofest na perifa
Rafael Tadeu dos Santos Lima
CNPJ/CPF: 043.949.762-00
Processo: 01400033756201741
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 293.077,50
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto Jacofest na Periferia é uma idéia que surgiu durante as aulas de violão popular ministradas em anos anteriores, vivenciando junto aos jovens que necessitam de acesso à cultura, construindo, desse modo, a cidadania cultural. A proposta apresenta 2 grandes ações: a 1ª é a realização de um curso de violão popular, durante 3 meses, aos jovens estudantes das áreas de risco social e, paralelamente, fazer reflexão sobre às questões da violência urbana e protagonismo juvenil no processo de construção da cidadania. Nesse processo será também produzido dois vídeoclipe, com duas músicas, uma com conteúdo da história da cabanagem e outra sobre o contexto social da juventude nas áreas de risco social, com a participação desses jovens no vídeo. A 2ª ação é a realização de uma mostra de quadrilha junina, em um dia de apresentação, em local aberto e amplo, com a participação de 10 grupos, destacados em concursos, juntamente com shows de 3 artistas, um nacional, um local e um popular.

178852 - Projeto Social Dançar a Vida - Plano de Manutenção 2018
Organização Não Governamental Dançar a Vida
CNPJ/CPF: 07.392.870/0001-00
Processo: 01400033985201766
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 505.339,50
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: É por meio de criteriosa seleção que crianças e adolescentes, estudantes da rede pública de ensino de diversos lugares do Brasil, passam a estudar dança na Escola Petite Danse e iniciam um trabalho de profissionalização com bolsa de estudos integral. O Projeto Social Dançar a Vida é reconhecido como uma Organização Não Governamental que atua em parceria com a Escola de Dança Petite Danse e utiliza seu método de ensino através do Curso de Formação Profissional para Bailarinos autorizado pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, desde 1999.

178551 - QFC - Batalhas Improvisadas
Goma Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 10.702.810/0001-43
Processo: 01400033563201791
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 569.705,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a realização do principal espetáculo da Cia. do Quintal: QFC - Batalhas Improvisadas. Serão realizadas 10 apresentações em teatros na grande São Paulo. Além disso, este projeto prevê a manutenção da Companhia do Quintal pelo período de execução das apresentações propostas.

178636 - Que Ninguém nos Ouça
CAVALO MARINHO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.089.737/0001-74
Processo: 01400033683201798
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 676.420,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da montagem e temporada do espetáculo Que Ninguém nos Ouça, para temporada de 03 meses na cidade do Rio de Janeiro, totalizando 36 apresentações.

178591 - RECEITE DE CULTURA 2018
Árvore Produtora Ltda ME.
CNPJ/CPF: 10.798.321/0001-37
Processo: 01400033629201742
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 254.665,20
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto objetiva a realização de espetáculos teatrais.

178596 - São Gonçalo Cultural
Rafael Abreu dos Santos
CNPJ/CPF: 13.659.328/0001-66
Processo: 01400033635201708
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 596,347,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: São Gonçalo Cultural é uma mostra de artes que será realizada na cidade de São Gonçalo, na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, com programação nas linguagens de teatro, dança, música e circo. Durante um período de 4 meses, sempre às quintas-feiras e domingos o público contará com programações variadas, para crianças e adultos, inteiramente gratuitas. As atividades serão selecionadas por uma equipe de curadores, mesclando artistas locais e de outras cidades. O projeto tem como objetivo proporcionar uma alternativa de programação cultural para a região, fomentar a criação da classe artística local e elevar a autoestima da população.

178623 - SEMEAR
MELAINE ROCHA RIBEIRO
CNPJ/CPF: 353.024.588-70
Processo: 01400033669201794
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.936,50
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Semear" trata-se de um projeto cultural que irá realizar 30 (trinta) apresentações teatrais destinadas ao público infantil em diferentes cidades da região Sudeste do Brasil. Tendo como premissa difundir as artes cênicas nos estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A performance dramatúrgica pretende discutir os valores e símbolos culturais do Sudeste e suas relações com o meio ambiente.

178569 - Show de Humor
HENDELL WILSON DE MACEDO VIEIRA
CNPJ/CPF: 101.924.216-70
Processo: 01400033593201705
Cidade: Uberaba - MG;
Valor Aprovado: R$ 81.896,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste em um show de humor e palestras educativas sobre artes cênicas e comédia.

178542 - SOLTEIRA, INTEIRA E FELIZ.
Plano B Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 05.694.909/0001-00
Processo: 01400033548201742
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 406.820,75
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Estrear o espetaculo Solteira, Inteira e Feliz em 2018 em um teatro no Rio de Janeiro. Solteira, Inteira e Feliz é uma comédia feminina escrita pela atriz Yachmin Gazal , que fala sobre Julia, uma mulher independente, livre, ativa e feliz, que enxerga a Vida de uma maneira única. Ela não guarda mágoas, nem derrotas. Para ela é tudo ganho. A Peça conta a história de JÚLIA UMA MULHER , INDEPENDENTE, LIVRE ,ATIVA E FELIZ, QUE ENXERGA A VIDA DE UMA MANEIRA ÚNICA. Ela tem uma famosa coluna numa revista de prestigio voltada para o público feminino , onde fala de life style, viagens e comportamentos. JÚLIA NÃO GUARDA MÁGOAS E MUITO MENOS DERROTAS. PARA ELA, TUDO É GANHO! , , MESMO QUE JÁ TENHA SOFRIDO, NOSSA PROTAGONISTA FICA SEMPRE COM O SALDO POSITIVO DAS SUAS VIVÊNCIAS, COM AS LEMBRANÇAS BOAS e divertidas MESMO DOS SEUS FRACASSOS. Julia vive o agora , vive diversas experiências amorosas da maneira que lhe convém, ela é dona dos seus sentimentos , aprendeu a ter inteligência emocional e a usufruir da sua liberdade, uma mulher dona das suas escolhas e empoderada de si mesma, na forma mais simples de ser. UMA COMÉDIA FEMININA E POSITIVA, QUE AJUDArá AS MULHERES a se SUPERAREM, a se conhecerem, a serem mais leves com elas mesmas e com a vida e SE ORGULHARAREM DE TODA E QUALQUER LEMBRANÇA,PORQUE A ÚNICA CERTEZA QUE TEMOS QUE TER NESSA VIDA É QUE TODAS MERECEMOS E DEVEMOS SER FELIZES!

178817 - Tangos Brasileiros - Circulação
Kore Produções Culturais Ltda ME
CNPJ/CPF: 11.200.004/0001-30
Processo: 01400033947201711
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 160.580,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este é um projeto de apresentação de dança

178648 - TANZ FESTIVAL DE DANÇA
DOMINGOS SAVIO DE MEDEIROS COSTA 38606143120
CNPJ/CPF: 28.375.539/0001-44
Processo: 01400033700201797
Cidade: Natal - RN;
Valor Aprovado: R$ 174.001,12
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Tanz Festival de Dança tem como Produtos finais: uma noite de Abertura com Cerimônia e Espetáculo de Bailarinos Convidados, 4 Mostras Competitivas, 2 Mostras Infantis não Competitivas, três cursos de Ballet Clássico e dois cursos de Dança Contemporânea. Engloba várias modalidades de Dança como Clássico de Repertório, Neoclássico, Clássico Livre, Dança Moderna, Contemporâneo, Danças Urbanas, Jazz, Dança do Ventre, Popular, K Pop e Pop.Ofereceainda um palco aberto para apresentações espontâneas.

178653 - Teatro Musical Novo Horizonte - A Saga dos Imigrantes Açorianos
CHARLES MACIEL PROCHNOW
CNPJ/CPF: 018.315.659-51
Processo: 01400033707201717
Cidade: São José - SC;
Valor Aprovado: R$ 351.298,20
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Brasil é um país latente em cultura, em explosão de ritmos e sons e mixigenado culturalmente. Enaltecer nossa cultura através de grandes obras de teatro musical nacional é fomentar o que temos de melhor: a nossa arte, o nosso povo, nossa riqueza cultural e histórica. A qualidade cultural do Brasil é vista por todo o mundo como uma diversidade determinante e abrangente, que faz do Brasil um país único musicalmente e forte culturalmente. Abandonar nossa origem cultural brasileira que está presente intrinsecamente no seu povo é tirar de si a sua maior riqueza: a arte. Queremos aqui evidenciar este Brasil gigante, multicolor, de várias raças, sons, de diversidades, de musicalidade particular em um musical totalmente e legitimamente brasileiro, fazendo um país de muitas formas culturais expressivas e valorizadas mundialmente. Surge no cenário cultural brasileiro a obra "Teatro Musical Novo Horizonte - A Saga dos Imigrantes Açorianos", uma obra de teatro musical 100% brasileira, composta integralmente pelo renomado compositor catarinense Charles Prochnow, autor de grandes obras nacionais do gênero, que destaca-se por ser um Musical Brasileiro em homenagem as comemorações dos 270 anos da imigração Açoriana para o Brasil durante todo o ano de 2018, especificamente para Santa Catarina. A obra conta com um elenco de profissionais das artes cênicas, da música, da dança, profissionais técnicos, produção, direção, que compõe uma grande obra de Teatro Musical, tendo sua relevância e abrangência firmada na cultura histórica da obra,a pois tratamos aqui de um acontecimento marcante para nosso Estado de Santa Catarina e para nosso povo em todos os sentidos, trazendo ao palco através deste Musical a alusão aos costumes, aos trajes, as danças, o folclore, a religiosidade, as tradições e todo valor histório da trajetória da colonização açoriana para o Brasil. Serão convidados peronalidades do Governo dos Açores para estarem presentes na ocasião da estreia do espetáculo, bem como personaldades do Governo do Estado de Santa Catarina, Prefeitura de Florianópolis e Prefeitura de São José. Uma grande obra de reconhecimento e de homenagem ao povo da nossa terra. Esta obra é composta integralmente pelo reconhecido compositor catarinese Charles Prochnow, autor de grandes obras de teatro musical nacionais como "Um Sonho de Catarina - Musical Operístico (1998 a 2001), A Grande Arca do Seu Noé (2005), Xica da Silva - O Musical (2008 a 2010), Lampião: Voz, Cangaço e Sertão (2003 a 2007), Star Dance Musical (2008), Mundo Encantado - Musical Infantil (2017) entre vários outros, com 20 anos de carreira e 16 anos de proponente no Ministério da Cultura.

178837 - Temporada e circulação do espetáculo de dança contemporânea Emaranhado O Bixiga Como Fio Condutor
COOPERATIVA PAULISTA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE DANÇA
CNPJ/CPF: 07.953.804/0001-54
Processo: 01400033969201773
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 661.020,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a circulação do espetáculo de dança contemporânea "Emaranhado - O Bixiga como fio condutor", pelo Estado de São Paulo, a preços populares. Inspirado no livro de memórias "Armandinho do Bixiga", de Julio Moreno, o espetáculo é uma pesquisa de observação dos modos de viver e relacionar-se com nosso entorno, irredutível das relações humanas com o tradicional bairro de São Paulo, Bixiga, onde o núcleo está localizado.Tendo como motivo poético as trajetórias dos migrantes e imigrantes que criaram a identidade cultural desse bairro, o núcleo artístico Pedro Costa transpôs para o corpo e para a cena esse universo formado por identidades distintas que, sob nossos olhos, caracteriza-se por ser um emaranhado cultural, daí o nome do espetáculo.O plano de divulgação prevê a contratação de profissionais de comunicação, de programação visual e de fotografia e vídeo, paraa articulação com mídias (jornais, rádios e televisão) locais e regionais e divulgação em redes sociais.

178577 - Tom na Fazenda - circulação
ABGV PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 10.145.349/0001-75
Processo: 01400033609201771
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 634.393,70
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de temporadas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, SP do espetáculo TOM NA FAZENDA do premiado autor canadense Michel Marc Bouchard, que estreou na cidade do Rio de Janeiro em 23 de março de 2017. Na peça, após a morte do seu companheiro, o publicitário Tom vai à fazenda da família para o funeral. Ao chegar, ele descobre que a sogra nunca tinha ouvido falar dele e tampouco sabia que o filho era gay. Nesse ambiente rural austero, Tom é envolvido numa trama de mentiras criada pelo truculento irmão do falecido, estabelecendo com aquela família relações de complicada dependência. A fazenda, aos poucos, vira cenário de um jogo perigoso, onde quanto mais os personagens se aproximam, maior a sombra de suas contradições.

178650 - Turne terapia do riso - edicao especial 13 anos hellen ribeiro soares
CNPJ/CPF: 087.114.127-20
Processo: 01400033704201775
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 201.530,66
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Circulação do espetáculo teatral Terapia do Riso - edicao especial, por 2 cidades brasileiras, sendo elas : Sao Paulo, e Sao jose dos Campos, para comemorar os 13 anos do espetáculo.

178413 - Você não Soube Me Amar
OITO GRAUS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 26.886.322/0001-73
Processo: 01400033384201753
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.019.880,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem e temporada do espetáculo teatral musical Você Não Soube Me Amar com texto inédito nacional, inspirado nas canções da década de 80.

178640 - What´s Wrong With This Picture (título provisório ainda sem tradução)
Jornaleiro Participações e Serviços Teatrais Ltda
CNPJ/CPF: 05.942.459/0001-28
Processo: 01400033688201711
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.515.475,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem e temporada de espetáculo inédito no Brasil ainda sem título em português, do autor teatral Donald Margulies, que explora através deste texto o gênero de comédia dramática, com elenco de seis atores, sendo os dois principais: Maria Fernanda Cândido e Otávio Martins. Direção de Marco Antônio Pâmio.

178651 - X Jornada de Dança da Bahia
MANTRA CENTRO DE DANCA E ARTE CONTEMPORANEA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 14.946.172/0001-67
Processo: 01400033705201710
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 651.746,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A X Jornada de Dança da Bahia é tem três compromissos fundamentais: difundir 20 sessões de espetáculos de dança moderna e contemporânea enovas coreografias de jovens talentos, a realização de formação de 200 educadores - por meio da realização de 5 Cursos de Formação de Educadores em Dança e no VI Fórum de Educadores de Dança, o intercâmbio artístico pedagógico. Os eventos do projeto serão realizados entre março e novembro de 2018, em Salvador, Palmeiras (BA), São Paulo, Goiânia e Rio de Janeiro.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

178097 - Batuque Cidadão
Associação Samaúma
CNPJ/CPF: 13.128.821/0001-50
Processo: 01400032976201758
Cidade: Taubaté - SP;
Valor Aprovado: R$ 665.892,47
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto vai oferecer atividades culturais, de entretenimento e educação não-formal que promovam a cidadania e a valorização da cultura afro-brasileira, da diversidade religiosa e étnico-racial, através da Capoeira, do Maracatu, do Jongo e do Samba de Roda, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural imaterial do Brasil, e será realizado em comunidades em situação de vulnerabilidade social de Taubaté-SP.

177641 - Bourbon Street Jazz Nights 2018
MISSISSIPI PRODUCOES LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 01.221.439/0001-07
Processo: 01400031108201751
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.948.369,59
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Bourbon Street Jazz Nights" pretende trazer expoentes do cenário jazzístico mundial durante o ano de 2018/2019 em apresentações no Bourbon Street Music Club além de levar parte deles para workshops para os alunos e professores de instituições que ensinem música (como por exemplo, o Instituto Bacarelli).

172118 - FESTIVAL DE NATAL DE QUEDAS DO IGUAÇU
Eradi Antônio Buss Dutra 28703634000
CNPJ/CPF: 20.207.710/0001-02
Processo: 01400017998201798
Cidade: Quedas do Iguaçu - PR;
Valor Aprovado: R$ 201.197,85
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Festival de Natal de Quedas do Iguaçu tem o apoio da Associação Comercial e Empresarial, da Associação do Centro de Cultura e Sustentabilidade de Quedas do Iguaçu e da Secretaria Municipal de Cultura de Quedas do Iguaçu e atende ao anseio da população que vê neste evento a oportunidade de assistir shows gratuitos de boa qualidade apresentados em espaço público, com cenário encantador e embalado pelo clima natalino. Para os shows do Festival de Natal será construído, em madeira, um ?chalé?, amplamente decorado com enfeites natalinos e que servirá como palco durante as apresentações dos shows. O local e seu entorno receberão decoração natalina especialmente desenvolvida para tal, de modo a transformar aquele ambiente no cenário ideal para o evento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178092 - GOTAS DE MÚSICA
Insituto Cultural Gotas de Flor com Amor
CNPJ/CPF: 07.857.971/0001-00
Processo: 01400032969201756
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 694.980,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Gotas de Música consiste no incentivo e fomento a atividade musical instrumental e/ou erudita, por meio de um curso de formação musical, a formação de uma orquestra educativa de violões e 6 apresentações comunitárias. A capacitação será concluída apresentando 01 grande concerto da orquestra no final de ano denominado "Minha Música" com solista convidado. O projeto é voltado prioritariamente para o público de menor poder aquisitivo e com pouco contato com a atividade artística.

178077 - I Touché Jazz Festival - Circo das Artes: dança, música e gastronomia
AM PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.322.179/0001-78
Processo: 01400032948201731
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.184.606,60
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar 1º edição do I Touché Jazz Festival - Circo das Artes: dança, música e gastronomia. O qual será um grande encontro entre gastronomia, dança e música. A proposta deste evento é fomentar a cultura através de intervenções cênicas e cursos de instrumentos e palestras sobre gastronomia.

178416 - Orquestra Filarmônica de Rio Claro - Temporada 2018 - Plano Anual
Orquestra Filarmônica de Rio Claro
CNPJ/CPF: 00.924.657/0001-45
Processo: 01400033387201797
Cidade: Rio Claro - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.029.250,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Promover a manutenção e realização da temporada 2018 de concertos da Orquestra Filarmônica de Rio Claro. Serão 12 apresentações, na cidade de Rio Claro e em outras cidades do interior paulista.

178201 - Orquestra Jazz Sinfônica de Itajubá - Música para Todos
RIBEIRO & MACHADO PRODUÇÃO, PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ESPETACULOS LTDA
CNPJ/CPF: 05.480.400/0001-65
Processo: 01400033092201711
Cidade: São José do Rio Pardo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.253.531,80
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto contempla a execução da agenda de apresentações e a manutenção das atividades da Orquestra Jazz Sinfônica de Itajubá e de sua Oficina de Cordas e Sopros.

178347 - Orquestra Latônica Mineira - TUM TUM PÁ
jose aparecido da silva costa
CNPJ/CPF: 045.094.496-40
Processo: 01400033288201713
Cidade: Abadia dos Dourados - MG;
Valor Aprovado: R$ 401.640,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto pretende proporcionar aulas de música para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade de risco social, tencionando atingir aproximadamente 450 alunos de diferentes ONGs na cidade de Uberlândia/MG. O projeto deverá ser desenvolvido em 04 pontos do município, onde poderá alcançar crianças e adolescentes de 06 a 15 anos de idades. Espera-se como resultado final 04 apresentações totalmente gratuitas e em locais acessíveis com os alunos que se destacarem durante todo o período de aulas, os instrumentos utilizados serão confeccionados pelos alunos ao longo do projeto.

178276 - Orquestra Sinfônica de Poços de Caldas 2018
Orquestra Sinfônica de Poços de Caldas
CNPJ/CPF: 25.639.519/0001-45
Processo: 01400033203201799
Cidade: Poços de Caldas - MG;
Valor Aprovado: R$ 837.999,41
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto contempla a agenda de apresentações e manutenção das atividades da Orquestra Sinfônica de Poços de Caldas ao longo de 2018, com a execução de 8 concertos com a orquestra completa e 4 concertos com grupos de câmara, na cidade de Poços de Caldas MG e em outras cidades da região, todos gratuitos.

178642 - Orquestrando a Vida - Orquestras
Orquestrando a Vida - ORAVI
CNPJ/CPF: 06.988.672/0001-33
Processo: 01400033692201789
Cidade: Campos dos Goytacazes - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.959,34
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A Orquestrando a Vida é uma organização social que desenvolve em Campos- RJ atividades culturais e sociais. Em 1991 foi implantado no município o "El Sistema Brasileiro", nos moldes do El Sistema Venezuelano, o maior projeto sociocultural do mundo. Este movimento começou com o Maestro Jony William Vianna, presidente da Orquestrando a Vida, que ao longo dos anos já musicalizou mais de 12 mil crianças, adolescentes e jovens oriundas das camadas menos favorecidas da sociedade, no estudo da música de concerto. O projeto objetiva viabilizar a sustentabilidade do projeto durante três meses através da Lei de Incentivo à Cultura Federal, para manutenção das quatro orquestras sinfônicas infantis e juvenis, promovendo o aprendizado musical e a prática artística de 270 crianças e jovens de 5 a 17 anos, trazendo para as crianças e jovens envolvidos uma nova perspectiva de vida, além de fomentar o crescimento intelectual e posteriormente o crescimento profissional.

178238 - Orquestrando Talentos - 2ª edição
Orquestra de Concertos de Erechim
CNPJ/CPF: 90.983.131/0001-29
Processo: 01400033160201741
Cidade: Erechim - RS;
Valor Aprovado: R$ 109.392,80
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto Orquestrando Talentos - 2ª edição, pretende dar contiguidade a um trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2015 onde aproximadamente 100 crianças participam de aulas de formação musical, ensaios e apresentações, formando a Orquestra Escola da Orquestra de Concertos de Erechim. O projeto irá priorizar talentos de duas escolas Municipais, oferecendo também a oportunidade para que crianças e jovens da comunidade em geral participem das aulas de instrumentos, oferecidas gratuitamente. No decorrer do trabalho serão realizados 02 concertos abertos a comunidade, sem cobrança de ingressos, com apresentação dos músicos profissionais da OCE e dos músicos da Orquestra Escola. Também serão realizadas 02 apresentações do grupo em locais a serem definidos após a aprovação do projeto.

178234 - Primeira Itinerância de Música de Câmara
MAGDIEL CLAUDINO DA SILVA 05787706447
CNPJ/CPF: 28.486.384/0001-13
Processo: 01400033154201794
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.562,81
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este Projeto busca a realização da "Primeira Mostra Itinerante de Música de Câmara", levando a regiões remotas dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, pequenos grupos musicais em formato de Trio, Quarteto e Solos obras de música de câmara de grandes compositores da música clássica, descentralizando a produção cultural e a democratização de acesso a arte com qualidade, o projeto tem uma previsão de ser realizada a partir do primeiro semestre de 2018, além de Palestra Musical como formação de plateia em todas as cidades da programação.

178756 - PROJETO ARTES EM CORDAS
C R PRODUCOES MUSICAIS EIRELI ME
CNPJ/CPF: 20.341.698/0001-16
Processo: 01400033837201741
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.663.172,50
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se de um projeto que visa o resgate do cancioneiro popular "som" de viola, onde os violeiros se apresentam, levando ao público seus repertórios que remontam as origens do som da viola levando ao público seus repertórios que remontam as origens do som da terra.

178560 - Run & Artes
ACADEMIA INTERNACIONAL DE PRODUCAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 19.106.448/0001-12
Processo: 01400033577201712
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 6.931.807,34
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projetoRun & Artes objetiva levar para 08 cidades do país, apresentações de Música instrumental e Performances artísticas em locais ao ar livre, seguido de caminhada e corrida de rua, destacando os pontos do patrimônio histórico, artístico e cultural. O Evento será realizado de Fevereiro a Dezembro de 2018.

178639 - SANTO DE CASA TAMBÉM FAZ MILAGRE
Alexandre Nunes Navarro
CNPJ/CPF: 248.655.798-93
Processo: 01400033686201721
Cidade: Araras - SP;
Valor Aprovado: R$ 657.020,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto "Santo de Casa também faz milagres" tem com objetivo a realização de 06 apresentações em Araras com a Orquestra de Sopros "Maestro Francisco Paulo Russo" e convidados locais. O objetivo é difundir a música orquestradae aproximar a população a este estilo musical. Workshop gratuitos também serão oferecidos antes de cada apresentação.

178707 - SONS DO MUNDO
LUME ARTE E MARKETING CULTURAL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 68.760.362/0001-14
Processo: 01400033774201723
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 3.749.117,50
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A Lume Arte propõe a realização de um festival internacional inédito, que reunirá diferentes manifestações artísticas-culturais, tendo como destaque a música e será oferecido gratuitamente ao público. Intitulado SONS DO MUNDO, reuniráem sua programação artistas que mostrarão a riqueza da música universal.Haverá ainda uma mostra de cinema, com animações africanas, uma vasta Etapa Educativa, com oficinas, palestras e workshops, além de atividades destinadas exclusivamente ao público infantil, elaboradas por profissionais da área pedagógica.A abrangente programação inclui ainda as Leituras Coletivas, conduzidas por conceituados autores e que aproximarão o público da produção literária mundial, além de exposição de artes plásticas no ambiente digital.A estimativa é de contemplar 10 mil participantes, das diferentes faixas etárias e econômicas. A idealização e direção-geral do SONS DO MUNDO é de Lu Araújo, que há 15 anos consecutivos está à frente do MIMO Festival.

178384 - Taiko - ZenshinDaiko II - 2ª Edição
Associação Cultural Esportiva de Cascavel
CNPJ/CPF: 76.428.598/0001-86
Processo: 01400033337201718
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Aprovado: R$ 362.282,50
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Taiko - ZenshinDaiko prevê a realização a de 05 oficinas de Taiko e de 05 apresentações do grupo de Taiko ZenshinDaiko em Cascavel, com o objetivo de divulgar e popularizar a cultura japonesa através da arte do taiko (tambores japoneses).

178579 - Turma da Música
C&C Solutions Ltda. - ME
CNPJ/CPF: 04.695.541/0001-32
Processo: 01400033613201730
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 666.577,20
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Turma da Música quer realizar um programa de ensino musical com 16 turmas para 360 crianças e adolescentes de comunidades carentes, com escassez de acesso à atividades socioculturais e artísticas, no estado do Rio de Janeiro.

178910 - Uma Big Band no Parque
EVERSON LUIZ SALAZAR SILVA
CNPJ/CPF: 024.703.937-36
Processo: 01400034053201731
Cidade: Ipatinga - MG;
Valor Aprovado: R$ 321.999,24
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de uma apresentação no Parque Ipanema para gravação ao vivo do DVD Big Band no Parque, com repertório variando entre o jazz, samba, samba jazz, bossa nova, salsa, funk e pop, estilizados em temas populares do cancioneiro Gospel.

178769 - URBAN_RIO. FESTIVAL INTERNACIONAL DE MÚSICA URBANA DO RIO DE JANEIRO
EV PROJECTS COMUNICACAO E PRODUCAO DE EVENTOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 28.000.835/0001-60
Processo: 01400033859201710
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 7.986.923,16
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Festival de música internacional a ser realizado na Marina da Gloria, com apresentações de shows nacionais e internacionais de jazz, blues, bossa nova e street music.

178550 - VILLA DO JAZZ - Cidades do RS
MATEUS STANISCUASKI - ME
CNPJ/CPF: 03.411.629/0001-12
Processo: 01400033562201746
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 844.965,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de um festival de música instrumental itinerante, que passará por seis cidades gaúchas. Serão realizados shows de jazz em uma experiência que pretende dialogar com outras manifestações culturais, como as artes visuais e a gastronomia. Como atividades de formação de plateia serão realizadas palestras e workshops.

178729 - WodSunset
WST PRODUCOES LIMITADA - ME
CNPJ/CPF: 24.826.097/0001-54
Processo: 01400033802201711
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 110.250,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de um evento multilinguagem com apresentações de música instrumental e performances de grupos de dança.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

178558 - 135 anos de Khalil Gibran
Associação Cultural Brasil-Líbano
CNPJ/CPF: 08.579.986/0001-08
Processo: 01400033574201771
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 217.775,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar uma exposição fotográfica itinerante, tendo como tema o ilustre escritor, pintor e filósofo Gibran Khalil Gibran, contendo 40 painéis fotográficos, livros de sua autoria, imagens da terra natal do escritor e do acervo pertencente ao Museu dedicado à sua memória. A exposição contará com exibição de filmes sobre sua vida e obras, além de palestras. A cerimônia de abertura ocorrerá no Teatro Sesi-FIESP, com apresentação do grupo musical Camerata Mundi e o conjunto de dança folclórica libanesa do Prof. Nasser, que apresentará números de Dabké, dança nacional libanesa. A itinerância será realizada na Reserva Cultural, Catavento Cultural, Escola Estadual Prof. Fidelino de Figueiredo, CEU - Centro Educacional Unificado Alvarenga e 3 estações de metrô, por 30 dias cada - junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178547 - 2ª AMOSTRA DE MODA AUTORAL DE CURITIBA - A.M.A CURITIBA
OX Comunicação de Moda e Produção de Eventos Ltda ME
CNPJ/CPF: 03.331.918/0001-01
Processo: 01400033553201755
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 633.303,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Será realizada uma mostra coletiva em forma de: Exposições, Feira e Performances dos trabalhos de designers, estilistas e/ou artesãos paranaenses e de outras regiões brasileiras, que tenham em suas criações design com a inspiração nas artes e expressões culturais. O evento busca fomentar a Economia Criativa. Além dessas ações haverá palestras e debates.
178091 - Alavantú - Exposição de trajes juninos
Instituto Origami
CNPJ/CPF: 08.469.619/0001-51
Processo: 01400032967201767
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 1.136.387,99
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Exposição de figurinos de quadrilha da década de 80 até os dias atuais, na cidade de Campina Grande - PB.A Exposição irá retratar a evolução das Quadrilhas Juninas a partir das ultimas décadas do Século XX, com a História contada através de sua indumentária, das roupas e acessórios que constroem uma linha de evolução clara, capaz de revelar a própria leitura cultural e dinâmica do povo nordestino, em especial de Campina Grande - PB, terra do Maior São João do Mundo!
178629 - ARTITUDE
ASSOCIACAO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL CASA DO ZEZINHO
CNPJ/CPF: 74.566.035/0001-29
Processo: 01400033676201796
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 768.944,25
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Exposição de Artes Plásticas intitulada "Artitude" a ser realizada na Associação Educacional Casa do Zezinho e em outro local a ser definido. As peças expostas serão resultado de um trabalho envolvendo profissionais de área de Artes Plásticas e 600 crianças e jovens da Casa do Zezinho. Este projeto permite o desenvolvimento de habilidades psico-motoras, noções de estética, sensibilidade artística, atenção, noção espacial e organização da personalidade.
178634 - Corpus - Casulo
FASE10 PRODUCOES ARTISTICAS E EDITORA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 40.255.762/0001-53
Processo: 01400033681201707
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 253.315,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Exposição individual do artista Gilberto Martins, que é também advogado, a ser realizada no Paço Imperial no RIO DE JANEIRO, por um período de 60 dias, com curadoria da crítica de arte e pesquisadora Marisa Flórido Cesar. Trata-se de exposição de pinturas do artista (Corpus) e de uma instalação (Casulo) constituída por documentos e contratos de 20 anos da prática de advogado, metamorfoseados por interferência do artista e apresentados em um "sanduíche de vidro" de 10 m de comprimento por 2 de altura (10m x 2 m). Nessa exposição, Direito e arte, ética e estética, criação e devir, projeto e acaso, molduras legais e transmutações artísticas são abordados e mutuamente friccionados.
178101 - Entre - Uma casa que se torna
Isadora Bellavinha Maciel
CNPJ/CPF: 107.522.816-66
Processo: 01400032980201716
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.860,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto propõe a criação de uma exposição que deverá ser ativada por ações performáticas enquanto penetrada pelo público, e que transcria a experiência dos textos da escritora Maria Gabriela Llansol numa vivência sinestésica.A instalação objetiva criar uma experiência que conjuga o espaço da casa, do jardim e do sonho (espaço imaginário), proporcionando uma imersão sinestésica que ativará os sentidos através de odores, sons e vivências táteis, além do próprio estímulo das performances e das percepções visuais. O trabalho se dará, portanto, com uma perspectiva transdisciplinar e intersemiótica, operando entre a literatura, a música, as artes performáticas e plásticas.
178208 - Nuit Blanche Brasília
CLARA NOITE PRODUCOES LTDA ME
CNPJ/CPF: 28.288.539/0001-07
Processo: 01400033113201706
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 7.999.216,71
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A Nuit Blanche é um evento anual de grande sucesso, de origem francesa, sua tradução etimológica equivale a «passar a noite em claro». Atualmente, ela está presente em 35 cidades de vários países, distribuídas nos 5 continentes. Em Paris, é realizada há 15 anos. Com duração de 12 horas - início às 19hs de um sábado às 7hs da manhã do dia seguinte, é um evento popular e festivo centrado na instalação de obras de arte no espaço público ou dentro de prédios emblemáticos da cidade. Esta é uma manifestação gratuita, destinada a todos, que valoriza o espaço urbano e propõe sua redescoberta. Tem como propósito levar as pessoas às ruas para interagir com a arte contemporânea, um convite a arte em movimento, sem barreiras nem exclusão. Ao todo serão expostas 25 obras, dentre internacionais, nacionais e locais, das quais 15 inéditas, e o restante das obras, de valor excepcional no mundo as artes, para contemplar sobretudo o público desprovido e celebrar a Arte Contemporânea.
171235 - Paisagens Ameaçadas
CAIO VILELA FOTOGRAFIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 20.050.701/0001-42
Processo: 01400008560201719
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 494.900,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: ?Paisagens Ameaçadas? é uma exposição fotográfica itinerante que tem como tema a degradação do planeta provocada pela ação do homem. Com fotos de Caio Vilela, a mostra terá 30 fotos, cinco cidades, que retratam superpopulações, desmatamento, lixo, populações em situação de pobreza extrema, fome e graves problemas que afetam a sociedade atual. Além da exposição fotográfica, o projeto prevê a edição de um livro voltado para o público jovem, com textos e imagens relacionados à mostra em linguagem adequada ao público a que se destina.
178612 - Panorama (Título provisório)
EXPOMUS EXPOSICOES MUSEUS PROJETOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 46.874.756/0001-60
Processo: 01400033654201726
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 811.518,40
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Panorama pretende reunir obras em diferentes suportes, como pinturas, aquarelas, gravuras, fotografias e álbuns de souvenir. O projeto apresenta como produto principal uma exposição que será realizada no Instituto Ricardo Brennand, em Recife/Pernambuco e ações de formação de plateia.
178324 - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES 2018
FUNDAÇÃO CULTURAL BADESC
CNPJ/CPF: 09.176.236/0001-58
Processo: 01400033261201712
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 1.058.988,80
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Manutenção das atividades culturais e artísticas da Fundação Cultural Badesc de caráter permanente e continuado, com a realização dos projetos e ações em 2018, como exposições de artes visuais, arte educação, apresentações de músicas, oficinas de arte, edição de livros e catálogos, mostras de cinema, registros documentais e outros.
178599 - POVO INSONIA / ITINERÂNCIA
VALEU PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 19.240.687/0001-60
Processo: 01400033639201788
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.112.472,60
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto propõe a itinerância da exposição Povo Insônia, do artista plástico TOZ, para as cidades de Salvador (Bahia) e Manaus (Amazonas). Povo Insônia é uma exposição que foi realizada pela primeira vez em Setembro de 2017 no Museu Chácara do Céu, no Rio de Janeiro (segue material da exposição em anexo). A mostra reúne telas, fotografias, objetos, manequins e uma instalação sonora interativa. Diante do sucesso, tanto de público como de crítica, surgiu a vontade de apresentar a exposição em outras cidades brasileiras, mais especificamente cidades do Norte e Nordeste do Brasil.
178600 - PRÊMIO NEW HOLLAND DE FOTOJORNALISMO - EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA 2018/2019
MANO A MANO PRODUÇOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 06.177.427/0001-46
Processo: 01400033640201711
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 600.549,40
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O PRÊMIO NEW HOLLAND DE FOTOJORNALISMO - EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA, que acontecerá entre 2018 e 2019 em sua décima terceira edição, tem como objetivos difundir as artes visuais através da fotografia e do fotojornalismo. O projeto terá alcance sul americano e contempla a realização de um concurso fotográfico, a montagem de exposições fotográficas (resultantes de uma seleção de imagens feita através do concurso) e a realização de oficinas fotográficas gratuitas no Brasil e Argentina.
178739 - Projeto Arte/Formatto (nome provisório)
Gisele Maria Vanazzi Rossi
CNPJ/CPF: 089.939.198-28
Processo: 01400033814201737
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 220.539,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto Arte/Formatto é uma iniciativa cultural inédita que busca fomentar e difundir a produção artística visual contemporânea brasileira. Ele prevê a realização de uma exposição coletiva de artistas, uma premiação, além de uma programação paralela com debates e conversas sobre artes visuais. Todas as atividades são gratuitas.
178770 - Projeto Estufa - 2ª edição
IN MOD INSTITUTONACIONAL DE MODA E DESIGN
CNPJ/CPF: 05.910.840/0001-05
Processo: 01400033862201725
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.857.253,50
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Criado para conectar profissionais, empresários, estudiosos e público em geral em um espaço de intercâmbio, inspiração e colaboração, o Projeto Estufa é uma iniciativa do São Paulo Fashion Week para colocar em pauta questões em torno da inovação, tecnologia e processos de futuro, com uma programação que compreende exposições, desfiles e encontros. Uma exposição principal e instalações artísticas estão programadas para acontecer durante o evento, abordando temas contemporâneos e colocando em evidência as melhores expressões criativas que estão exercitando um processo capaz de transformar estruturas vigentes. Um processo sustentável e adaptável que serve como inspiração para a sociedade e destacando sua interface com as artes visuais, a performance, a inclusão social, tendo sempre a inovação e a moda como fio narrador.
178548 - Solarizando - imagens de um circuito de cinema solar
TRES POR QUATRO PRODUCOES LTDA EPP
CNPJ/CPF: 19.020.795/0001-28
Processo: 01400033554201708
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 390.869,20
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Solarizando consiste em realizar uma exposição de artes visuais multimídia itinerante em 4 países distintos com material produzido no circuito do cinema CINESOLAR composta por 30 fotografias e 1 vídeo instalação. Paralelo à exposição, serão realizadas sessões cinema de 1 longa-metragem e 2 curta-metragens brasileiros e palestras.
178554 - Valongo Festival Internacional da Imagem 2018
ESTUDIO MADALENA LTDA
CNPJ/CPF: 05.509.243/0001-73
Processo: 01400033568201713
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.095.823,50
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Valongo Festival Internacional da Imagem é um projeto voltado para a prática e criação multimídia e pretende abranger diferentes aspectos da produção de imagens e narrativas visuais contemporâneas. Chega a sua terceira edição em 2018, com uma programacao formado principalmente por exposições de fotografia, de vídeo/cinema e arte digital, assim como atividades secundárias - palestras e masterclasses de profissionais desses segmentos. O festival acontece em Santos e as exposições serão realizadas em 3 principais formatos: exposições ao ar livre, ocupações temporárias e exposições projetadas. As ações serão realizadas em uma área de importância histórica de Santos, o Valongo, e o acesso a todas exposições será gratuito.
178167 - Vestígios da Memória - fotografias do patrimônio arquitetônico paulista
ILLUMINA IMAGENS E MEMORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.419.736/0001-50
Processo: 01400033053201713
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 72.075,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Exposição das 36 fotografias do patrimônio arquitetônico paulista que compõe o livro Vestígios da Memória, editado em 2017 pela Illumina com incentivo da Lei Rouanet e patrocínio da Mapfre e Brasil Seguros.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
178807 - RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA DA CAPELA SANTO ANTÔNIO DE QUELUZ
IRMANDADE DE SANTO ANTONIO DE QUELUZ
CNPJ/CPF: 11.738.336/0001-72
Processo: 01400033927201732
Cidade: Conselheiro Lafaiete - MG;
Valor Aprovado: R$ 4.891.191,88
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Intervenção para recuperar a estabilidade física e a leitura original dos bens artísticos móveis e integrados da Capela de Santo Antônio de Queluz, por meio de uma restauração criteriosa, feita com materiais e técnicas aprovadas pelos órgãos de preservação de patrimônio histórico e artístico.
178656 - Restauração do Colégio Docas
FUNDAÇÃO DE APOIO A UNIFESP
CNPJ/CPF: 07.437.996/0001-46
Processo: 01400033712201711
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 5.976.997,75
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O antigo Colégio Docas, patrimônio cultural tombado na esfera municipal pelo Condepasa, após 12 anos de abandono, foi doado pela Prefeitura do Município de Santos a Unifesp, com a finalidade de reativar sua função pública, cultural e educacional, que ficou interrompida desde o encerramento das atividades do colégio em 2005. A edificação do Colégio Docas, que se encontra atualmente em ruína serão restaurados pela Unifesp, será restaurada e será parte do Instituto Saúde e Sociedade, que alí implementará o Serviço Escola Integrado, uma iniciativa que oferecerá atendimento ao público externo por meio do Sistema Único de Saúde, com protagonismo dos docentes, técnicos e estudantes dos seis cursos de saúde da Unifesp em Santos (Fisioterapia, Psicologia, Serviço

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Social, Nutrição, Terapia Ocupacional e Educação Física). Portanto, trata-se de equipamento universitário voltado para ensino, pesquisa e extensão com atendimento e assistência integral à população, no mais alto nível.

178228 - RESTAURAÇÃO DO MUSEU NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO MUSEU NACIONAL DE IMIGRACAO E COLONIZACAO
CNPJ/CPF: 26.261.262/0001-01
Processo: 01400033144201759
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 1.311.100,60
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A presente proposta de projeto se refere a Restauração do edifício que sedia o Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC). O museu é localizado na cidade de Joinville, Santa Catarina. O projeto arquitetonico aqui apresentado foi coordenado pelo Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), se constitui como uma obra de engenharia civil orientada sob os preceitos da restauração e da museologia e que tem o foco em atender o Restauro da Edificação denominada Palácio dos Principes bem como preservar a integridade do patrimonio arquitetônico reconhecido em ambito nacional do edifício e do acervo sob sua guarda. Atualmente o acervo encontra-se em risco iminente e sujeitos a sinistros.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
178036 - Antologia Poética Radiocaos
Rodrigo Barros Homem Del Rei
CNPJ/CPF: 405.311.719-49
Processo: 01400032809201715
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 178.682,70
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Propomos a edição do livro intitulado ANTOLOGIA POÉTICA RADIOCAOS. Publicaremos 2 poesias de 50 poetas dos mais expressivos já registrados pelo programa radiofônico Radiocaos.O diferencial deste projeto é que, além do livro, disponibilizaremos as gravações num sítio de Internet junto com os respectivos textos, possibilitando ao leitor do livro a experiênciade ouvir os poemas recitados pelos próprios autores. Há 19 anos, atuamos como um veículo para radiodifusão de artistas brasileiros, Radiocaos produz, grava e gera acervo cultural para ser utilizado como combustível do set list do programa de rádio semanal. Também desenvolve um trabalho de registro de memória em áudio e vídeo de depoimentos e declamações de poetas e pensadores de todo o Brasil, no que se configura, certamente, na maior coleção de poesia gravada do país.

178094 - Livro - O Muro
Instituto de Arte-Educação
CNPJ/CPF: 21.308.926/0001-19
Processo: 01400032972201770
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 112.729,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto vai viabilizar a produção do Livro O Muro, apresentando fotografias que serão produzidas pelos alunos das oficinas de artes visuais do Projeto social do Instituto Arte e Educação. O livro vai apresentar a comunidade do Jacaré, localizada no Rio de Janeiro, pelos olhares de jovens e adolescentes moradores da região que participam do Projeto.

178719 - Periscópio 2015/2017
MDR ARTES E PROJETOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 23.253.672/0001-04
Processo: 01400033790201716
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 92.330,70
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Periscópio 2015/2017 é o projeto que almeja a elaboração, editoração e impressão de um livro com os registros, em textos e fotografias, das exposições realizadas ao longo dos dois primeiros anos de vida da galeria mineira Periscópio Arte Contemporânea. Ao todo, serão impressas 1.000 unidades da publicação, que serão distribuídas gratuitamente.

178820 - Personnart
ALEXANDRE CAIXETA SPINOLA
CNPJ/CPF: 563.654.201-10
Processo: 01400033952201716
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 350.681,60
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Editar e publicar o livro Personnart com artistas plásticos contemporâneos brasileiros que são: Adhemir Fogassa, Andreu Moreno, Antônio Peticov, Bia Dória, Caciporé Torres, Carlos Zibel, Cláudio Tozzi, Cuscua, David Dalmau, Didi Marchi, Gilberto Salvador, Inos Corradin, Kátia Canton, Leopoldo Martins, Neno Ramos, Ronaldo Calixto, Sônia Menna Barreto, Tomie Ohtake, Vlad Lucena e Yugo Mabe.

178644 - Petrópolis: cidade imaginária
Natalia Fernandes de Azevedo Barbosa
CNPJ/CPF: 25.018.610/0001-43
Processo: 01400033694201778
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 326.275,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Petrópolis: cidade imaginária pretende editar um livro de arte bilingue, com cerca de 150 páginas, com grande quantidade de conteúdo, organizados em um projeto gráfico originado do diálogo entre textos e imagens. Por meio de curadoria especializada, serão selecionados trabalhos de artistas visuais e de poetas contemporâneos que possuam relação com a cidade de Petrópolis, a fim de dar conta dos diferentes aspectos que caracterizam a criação artística na contemporaneidade.

177825 - Plano Anual de Atividades da ACER Brasil 2018
ASSOCIACAO DE APOIO A CRIANCA EM RISCO - ACER
CNPJ/CPF: 86.912.086/0001-44
Processo: 01400031955201715
Cidade: Eldorado - SP;
Valor Aprovado: R$ 559.987,50
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Plano de Atividades da ACER Brasil 2018 objetiva 1) a continuidade do programa Raízes do Brasil, que realiza desde 2002 atividades e Oficinas Culturais gratuitas de cultura africana, para crianças e adolescente. Estas oficinas ocorrem no Espaço Comunitário (sede do proponente). As Oficinas são a) Capoeira; b) Percussão c) Brincadeiras Tradicionais Africanas. Objetiva também 2) a difusão dos produtos culturais das Oficinas Culturais, como ação de Formação de Platéias, multiplicando na comunidade através de apresentações gratuitas para alunos e educadores. E 3) atividades de incentivo à leitura especialmente junto à população infanto-juvenil, estruturando 03 ações periódicas e integradas de incentivo à leitura, que ocorrem na biblioteca do Espaço Comunitário ACER Brasil e em espaços públicos, sendo estas atividades: a) Mediação de Leitura b) Contação de Histórias e c) Teatro de Bonecos (montagem e circulação de 02 peças).

178783 - Pretinho vai à escola
Claudia Pereira de Andrade 98260642700
CNPJ/CPF: 21.300.547/0001-82
Processo: 01400033892201731
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 55.440,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Descrição do projeto: O projeto tem como ponto de partida a impressão de 3.000 livros do título "Pretinho, o sapato medroso", que serão distribuídos, gratuitamente, em 12 escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro. Além da distribuição dos livros, será promovido, em cada escola, um encontro entre autora e leitores, com contação de histórias, bate papo e a distribuição de livros autografados para os alunos. Cada escola contemplada no projeto ganhará 2 exemplares do livro para o acervo da biblioteca.

178350 - Priscila e Paçoca
Instituto Ideia Coletiva
CNPJ/CPF: 08.768.126/0001-12
Processo: 01400033291201729
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 38.500,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Projeto de criação do livro infanto-juvenil intitulado provisoriamente de "Priscila e Paçoca" escrito por Kora Prince e ilustrado por Izabel Magnani. O livro apresenta como história principal a menina Priscila que aprende a lidar com a morte de sua cachorra Paçoca e conta com a ajuda de sua avó e de seus amigos. Essa história é escrita em prosa por Kora Prince. Como estratégia de divulgação e circulação, é proposto também a realização de 4 Contações de Histórias em locais públicos de Piracicaba.

178084 - Projeto VivaRecife
LEONARDO LEMOS VASCONCELOS DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 045.038.894-86
Processo: 01400032957201721
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 441.624,30
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto VivaRecife, propõe utilizar o turismo cultural como vetor de promoção e preservação do patrimônio cultural material e imaterial da cidade de Recife/PE, por meio de realização de um mapeamento de vivências dos patrimônios culturais, trazendo peculiaridades dos aparelhos e manifestações culturais, bem como pelo mapeamento de empresas e grupos sociais que desenvolvam bons trabalhos nas áreas de turismo cultural, turismo comunitário, ecoturismo, turismo religioso ou turismo rural. Será realizada a publicação de um livro e-book que contará com textos e imagens fotográficas sobre as diversas manifestações culturais mapeadas. E a organização de um roteiro turístico que poderá ser vivenciado pelo público em geral, por meio de passeios ciclísticos, passeios walking tour e etc, acompanhados por guias turísticos e culturais, objetivando a vivência e a inserção dos turistas nos aparelhos e manifestações culturais materiais e imateriais mapeados da cidade de Recife.

178597 - Proposta Cultural - A Escolha entre o Bem e o Mal
ANDREIA MARCELINO DE FREITAS
CNPJ/CPF: 084.400.547-93
Processo: 01400033636201744
Cidade: Belford Roxo - RJ;
Valor Aprovado: R$ 203.902,50
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto é uma obra literária da autora Andreia Marcelino intitulada "A escolha entre o bem e o mal" queconsiste, de modo ficcional, na aventura de uma moça jovem em outras dimensões, narrando ao longo do livro oreflexo dessa experiência em sua vida cotidiana.

178714 - Publicação Literária Nuon
Ana Rosa Genari Tezza
CNPJ/CPF: 308.550.552-00
Processo: 01400033784201769
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 222.650,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto prevê a edição, a publicação e a impressão do livro "Nuon" em duas línguas: português e espanhol. O livro, ilustrado, percorre o texto da peça teatral homônima de autoria da atriz, diretora e dramaturga Ana Rosa Tezza. Inspirada pela vida de Phaly Nuon - líder da resistência pacífica durante o período do Regime do Khmer Vermelho, no Camboja - a obra marca o registro literário da montagem dramatúrgica brasileira que circulou nacional e internacionalmente, e que ressalta a simbologia da resistência pacífica contra a violência. Para além disso, ressalta o valor artístico do texto dramatúrgico. A publicação será distribuída gratuitamente ao público e, ademais, este projeto oferecerá 5 (cinco) atividades de incentivo à leitura a estudantes e a professores da rede pública de ensino.

178795 - Quilombos do Brasil: Resistência, Cultura, História e Memória - Região Sul
NOTA MUSICAL COMUNICACAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.225.185/0001-81
Processo: 01400033912201774
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.150.804,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Registrar a memória de cerca de 93 comunidades quilombolas de 27 municípios dos três estados da região Sul - Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, contribuindo para a preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial representado nas manifestações musicais, na dança, na gastronomia e em outras manifestações culturais e religiosas da população negra através da constituição de um acervo da história e da cultura dos descendentes de ex-escravizados no Brasil.Produzir: um livro de cerca de 500 páginas, fartamente ilustrado; um documentário; um almanaque para ampla distribuição em escolas; um portal com o resultado de toda a pesquisa e materiais disponíveis de manifestações culturais dessas comunidades quilombolas, bem como a memória, história e costumes dessas comunidades, resgatando e preservando esse valioso patrimônio imaterial.

178800 - Thomas Ender e o Brasil
CAPIVARA EDITORA LTDA
CNPJ/CPF: 04.803.073/0001-72
Processo: 01400033917201705
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 805.870,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A proposta cultural consiste na publicação de um catálogo raisonné que reúne toda a obra do artista Thomas Ender referente ao Brasil. O livro - que conterá mais de mil imagens das pinturas, aquarelas e desenhos do pintor austríaco - será de autoria de Julio Bandeira, especialista em arte brasileira do século XIX.

178564 - Trem bão é sê minero, uai!
APARECIDA GOMES OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 898.590.576-72
Processo: 01400033582201717
Cidade: Fervedouro - MG;
Valor Aprovado: R$ 120.096,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto "Trem bão é sê minero, uai!" consiste em um livro infantil ilustrado e palestras educativas na área do projeto.

178752 - Um Tempo Extraordinário - Porto Alegre na grande enchente de 1941
VITOR MINAS TONOLHER CARNEIRO FILHO
CNPJ/CPF: 441.931.220-34
Processo: 01400033832201719
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 144.276,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Acrescentar novas informações, renomear e transformar em livro o trabalho "Águas de Maio, a Grande Enchente de 1941", publicado pelo autor em forma de revista no ano de 2011, de forma independente e sem patrocínios ou editora comercial.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
178358 - Plano Anual de atividades do Museu Casa Carlos Scliar
Instituto Cultural Carlos Scliar
CNPJ/CPF: 05.229.220/0001-05
Processo: 01400033300201781
Cidade: Cabo Frio - RJ;
Valor Aprovado: R$ 198.042,30
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto pretende incrementar as atividades realizadas no Museu Casa Carlos Scliar situado na cidade de Cabo Frio, no Rio de Janeiro. O museu casa está aberto desde 2004 e tem como objetivo principal divulgar e conservar o acervo do renomado artista, um humanista que atuou nos principais acontecimentos do século XX. O lugar abriga seus objetos pessoais e obras de arte do pintor e de outros artistas com quem Scliar manteve intenso diálogo. Grande parte deste acervo com mais de 15.000 itens,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

entre obras e documentos, não está em exposição no Museu, que recebe precariamente cerca de dois mil visitantes por ano, atendendo gratuitamente as escolas públicas da região. Este projeto visa garantir e ampliar o acesso da população a todo o acervo pertencente a instituição, criando neste espaço condições adequadas para a visitação e pesquisa ao acervo, com destaque para o atendimento ao público escolar. Alinhada as atividades de exposição e educação estão os processos de conservação da coleção.

178431 - Plano Anual Museu Alfredo Andersen 2018
Sociedade Amigos de Alfredo Andersen
CNPJ/CPF: 68.795.822/0001-40
Processo: 01400033409201719
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 382.655,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto contempla o plano anual do Museu Alfredo Andersen, afim de financiar a sua programação cultural/artística, a manutenção e a modernização de suas instalações e acervo, visando preservar a memória e patrimônio que o Museu representa para o estado do Paraná.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
178399 - Anna Setton - RESPIRO
PASSAGEM PRODUCOES CULTURAIS LTDA. ME
CNPJ/CPF: 09.579.094/0001-70
Processo: 01400033359201770
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 273.913,50
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Gravação, produção, prensagem (CD e vinil) e divulgação do álbum de estreia da cantora ANNA SETTON, intitulado RESPIRO, com 12 faixas autorais e de terceiros, produção musical de Swami Jr. e participação especial do violonista e compositor Toquinho.

177859 - Música para o Vale Histórico
ALEXANDRE SILVA DE ASSIS
CNPJ/CPF: 012.335.037-90
Processo: 01400032169201735
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 694.656,00
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto Música para o Vale Histórico, visa a criação de 04 oficinas de música instrumental e matrizes do Samba, sobretudo partido alto, atendendo cerca de 2000 crianças e jovens (incluindo portadores de necessidades educativas especiais), na faixa etária de 6 a 19 anos nas cidades de São José do Barreiro, Areias, Queluz, Bananal, Arapei e Silveiras, que ficam no estado de São Paulo nas divisas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. As oficinas serão interativas, e cada criança terá a oportunidade de conhecer a história da música brasileira e aprender como tocar um instrumento musical.

178613 - SAMBABOOK FUNDO DE QUINTAL
MUSICKERIA ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 16.098.086/0001-77
Processo: 01400033655201771
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.946.257,59
Prazo de Captação: 18/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto SAMBABOOK FUNDO DE QUINTAL, compreende a produção de conteúdo multiplataforma nos formatos CD - Duplo, DVD com depoimentos e entrevistas, Livro ilustrado, Fichário de Partituras, Website, Aplicativo e Box Especial para registrar o trabalho de um grupo musical icônico para a MPB: Fundo de Quintal.

PORTARIA N° 766, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve a reversão da reprovação do projeto e passa ser aprovado com ressalva, após recolhimento ao Fundo Nacional de Cultura - FNC do valor glosado no projeto, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86 de 26 de agosto de 2014, constantes no Anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

PRONAC	Projeto	Proponente	CNPJ/CPF	Resumo do Projeto	Valor Aprovado	Valor Captado
05-8190	Guri III	Associação Amigos do Projeto Guri	01.561.025/0001-95	O projeto Guri III visa implantar e manter por 12 meses, cinco novos polos do Projeto Guri, na cidade de São Paulo e no interior do estado de São Paulo com formação de orquestra completa. Cada polo oferecerá 195 vagas, os cursos de cada polo serão: violino, viola, cello, baixo, madeiras, metais, percussão, coral.	1.196.751,20	1.061.148,30

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 606 de 06/10/2017, publicada no D.O.U. em 09/10/2017, Seção 1, referente ao Projeto O Homem no Espelho (nome provisório) - Pronac: 16 1723
Onde se lê: Prazo de captação: 01/10/2017 a 30/12/2017
Leia-se: Prazo de captação: 01/10/2017 a 31/12/2017
Na portaria nº 126 de 23/02/2017, publicada no D.O.U. em 24/02/2017, Seção 1, referente ao Projeto BRAZILÂNDIA GROOVE - Pronac: 16 1484
Onde se lê: Prazo de captação: 24/02/2017 a 25/12/2017
Leia-se: Prazo de captação: 24/02/2017 a 31/12/2017

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº375/DPC, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso ROSAN ALMEIDA OLIVEIRA (CIR: 021P2001098506) e pelo Capitão de Longo Curso JOSÉ MARIA DE MATOS (CIR: 381P2001247694), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
SKANDI COPACABANA	3810513555	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a dispensa da obrigatoriedade do serviço de praticagem concedida para a embarcação "SKANDI COPACABANA" por meio da Portaria nº 205, de 10 de outubro de 2012, publicada no DOU de 11 de outubro de 2012.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº382/DPC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso MIKE GLADSON RODRIGUES SANTIAGO (CIR: 021P2001146284), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
SIEM GIANT	3813894533	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 294, de 30 de novembro de 2014, publicada no DOU de 5 de dezembro de 2014.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 385/DPC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Credencia o IPETEC - Instituto de Pesquisa, Educação e Tecnologia Ltda. - ME para ministrar o Curso para Profissionais de Proteção Marítima (CPPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Credenciar o IPETEC - Instituto de Pesquisa, Educação e Tecnologia Ltda. - ME, CNPJ 08.491.483/0001-86, para ministrar o Curso para Profissionais de Proteção Marítima (CPPM), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 31 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 386/DPC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Credencia a empresa Maersk Training Brasil Treinamentos Marítimos Ltda. para ministrar o Curso de Primeiros Socorros (CPSO).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Credenciar a empresa Maersk Training Brasil Treinamentos Marítimos Ltda., CNPJ 14.425.876/0001-94, para ministrar o Curso de Primeiros Socorros (CPSO), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 31 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 387/DPC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Credencia o IPETEC - Instituto de Pesquisa, Educação e Tecnologia Ltda. - ME para ministrar o Curso de Primeiros Socorros (CPSO).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Credenciar o IPETEC - Instituto de Pesquisa, Educação e Tecnologia Ltda. - ME, CNPJ 08.491.483/0001-86, para ministrar o Curso de Primeiros Socorros (CPSO), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 31 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 388/DPC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Credencia o IPETEC - Instituto de Pesquisa, Educação e Tecnologia Ltda. - ME para ministrar o Curso Intermediário de Proteção de Navio (CIPN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Credenciar o IPETEC - Instituto de Pesquisa, Educação e Tecnologia Ltda. - ME, CNPJ 08.491.483/0001-86, para ministrar o Curso Intermediário de Proteção de Navio (CIPN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 31 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 389/DPC, 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Credenciamento da Fundação de Estudo do Mar - FEMAR para ministrar cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, do Comandante da Marinha e de acordo com o contido no Artigo 8º, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, combinado com os artigos 1.6, 1.12 e 1.13 das Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários (NORMAM-30/DPC), resolve:

Art. 1º Credenciar a Fundação de Estudo do Mar - FEMAR, CNPJ 33.798.026/0001-86, para ministrar o Curso de Aperfeiçoamento para Oficial de Náutica (APNT), no município do Rio de Janeiro/RJ, qualquer que seja a natureza do curso, se do Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários), se curso Extra-PREPOM, ou se curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (Extra-FDEPM).

Parágrafo Único - A execução desse curso dar-se-á sob a supervisão do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), na qualidade de Órgão de Execução (OE) vinculado.

Art. 2º A realização do curso dependerá de expressa autorização da Diretoria de Portos e Costas (DPC), por solicitação do OE vinculado.

Art. 3º Deverão ser observadas pela FEMAR as demais recomendações e prescrições da NORMAM-30/DPC, em particular, a celebração de Acordo Administrativo com o OE vinculado, ressaltando que, em nenhuma hipótese, o curso oferecido pode ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que for realizado: PREPOM, Extra-PREPOM ou Extra-FDEPM.

Parágrafo Único - Ao término de cada curso autorizado, a FEMAR deverá enviar ao OE vinculado a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e dos Certificados correspondentes.

Art. 4º Obriga-se a FEMAR a cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedado negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo Único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinação emanada da DPC sujeitará a FEMAR à pena de advertência, observado o devido processo legal. Três advertências, durante a vigência do período de credenciamento, resultarão no descredenciamento da FEMAR.

Art. 5º O presente credenciamento é válido pelo período de dois anos, a partir da data de publicação do Acordo Administrativo no DOU, podendo ser renovado por igual período, devendo o Acordo com o OE ser firmado no prazo máximo de trinta dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 390/DPC, 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Art. 6º da Portaria nº 345/DPC, de 9 de novembro de 2015, que trata do credenciamento da Petrobras Transportes S/A - TRANSPETRO para ministrar cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, do Comandante da Marinha e de acordo com o contido no Art. 8º, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, combinado com os artigos 1.6, 1.12 e 1.13 das Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (NORMAM-30/DPC), resolve:

Art. 1º Alterar o Art. 6º da Portaria nº 345/DPC, de 9 de novembro de 2015, onde se lê "O presente credenciamento é válido pelo período de dois anos", leia-se "O presente credenciamento é válido pelo período de dois anos e seis meses."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 393/DPC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso JOCIVALDO SOUSA SILVA (CIR: 021P2001098328) e pelo Capitão de Cabotagem RICARDO MANUEL COUTINHO ELEUTERIO (CIR: 181P2007005086), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
GNL 1008	3813903109	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis, Forno e Açu (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA

PORTARIA Nº 81/CCCPM, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Programa de Regularização de Débitos não Tributários - PRD de que trata a Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017, quanto aos débitos não tributários administrados pela Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha.

O PRESIDENTE DA CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA - CCCPM, no uso das atribuições regulamentares, considerando o disposto no § 2º do art. 1º e art. 9º da Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Os débitos administrados pela CCCPM na data de adesão ao programa, de natureza não tributária, poderão ser quitados na forma e condições estabelecidas nesta Portaria.

§ 1º Sob a égide desta Portaria, entende-se por débitos administrados pela CCCPM, todos aqueles que estejam constituídos e vencidos até 24 de outubro de 2017.

§ 2º O PRD junto à CCCPM abrange os débitos de seus beneficiários em discussão administrativa.

Art. 2º O devedor poderá liquidar os débitos abrangidos pelo PRD, administrados pela CCCPM, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

I - pagamento da primeira prestação de, no mínimo, quarenta por cento do valor da dívida consolidada, sem reduções, e pagamento do restante, com redução de noventa por cento dos juros e da multa de mora, em uma segunda prestação;

II - pagamento da primeira prestação de, no mínimo, vinte por cento do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante, com redução de sessenta por cento dos juros e da multa de mora, em até cinquenta e nove prestações mensais;

III - pagamento da primeira prestação de, no mínimo, vinte por cento do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante, com redução de trinta por cento dos juros e da multa de mora, em até cento e dezenove prestações mensais; e

IV - pagamento da primeira prestação de, no mínimo, vinte por cento do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante, sem descontos, em até duzentas e trinta e nove prestações mensais.

§ 1º Para fins de parcelamento do restante a que se referem os incisos I a IV do caput, o pagamento das prestações terá início em janeiro de 2018.

§ 2º As reduções previstas nos incisos I a III do caput aplicam-se, exclusivamente, aos juros e à multa de mora, não alcançando eventuais multas isoladas.

Art. 3º A adesão ao PRD deverá ser requerida pelo interessado, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, com indicação pormenorizada dos débitos que serão nele incluídos, perante à CCCPM, a qual competirá o processamento dos requerimentos de adesão.

§ 1º O deferimento do pedido de adesão ao PRD fica condicionado ao pagamento do valor da primeira prestação, que deverá ocorrer até o último dia útil do mês do requerimento.

§ 2º Compete ao Presidente da CCCPM a atribuição para o deferimento dos requerimentos de adesão.

Art. 4º A adesão ao PRD será instruída com os seguintes documentos:

I - requerimento de adesão;

II - termo de parcelamento da dívida;

III - cópia do documento de identidade, do CPF e do comprovante de residência; e

IV - declaração de inexistência de ação judicial ou embargos à execução discutindo o crédito.

§ 1º Os modelos dos documentos a que se referem os incisos I, II e IV do caput, constarão de Ordem Interna da CCCPM.

§ 2º Caso a CCCPM verifique que a instrução dos documentos está incompleta, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis ao interessado para saneamento, sob pena de indeferimento do requerimento de adesão.

§ 3º O requerente que não possua comprovante de residência em nome próprio poderá apresentar documento de residência em nome de terceiro, desde que acompanhado de declaração que reside no endereço indicado, de certidão de casamento ou comprovante de união estável ou de documento oficial que comprove o parentesco de primeiro grau.

§ 4º Caso o requerente se faça representar por mandatário, este deverá apresentar procuração com poderes específicos para praticar todos os atos necessários à formalização do parcelamento de que trata esta Portaria.

Art. 5º A inclusão no PRD dos débitos que se encontrem em discussão judicial deverá ser requerida na Procuradoria Regional Federal competente.

Art. 6º A adesão ao PRD:

I - poderá ser requerida pelo devedor principal ou pelo corresponsável da dívida;

II - abrangerá os débitos indicados pelo devedor no momento da adesão;

III - implica a confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do devedor e por ele indicados para compor o PRD, nos termos dos art. 389 e art. 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Portaria e na Lei nº 13.494, de 2017;

IV - implica o dever de pagar regularmente as parcelas dos débitos consolidados no PRD;

V - implica na manutenção das garantias previstas em contrato, quando aplicável; e

VI - implica a obrigação do devedor acompanhar a situação do parcelamento e diligenciar para obtenção do respectivo boleto bancário ou guia de recolhimento para pagamento, tempestivo, das prestações.

Art. 7º Os débitos serão consolidados na data do requerimento de adesão ao PRD e, abatido o valor da primeira prestação paga, serão divididos pelo número de parcelas indicadas pelo requerente, não podendo o valor mínimo da prestação mensal de cada uma das modalidades previstas no art. 2º, consideradas isoladamente e para cada requerimento de adesão distinto, ser inferior a R$ 200,00 (duzentos reais).

§ 1º O valor mínimo também se aplica às primeiras prestações devidas nas modalidades de que trata o art. 2º.

§ 2º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado.

§ 3º As prestações vencerão no último dia útil de cada mês.

Art. 8º A dívida a ser consolidada na data do requerimento de adesão ao PRD resultará da soma:

I - do principal;

II - da multa; e

III - dos juros de mora.

§ 1º Para fins de cálculo das parcelas vencíveis a partir de janeiro de 2018, serão aplicados os seguintes percentuais de redução, sem escalonamento:

I - 90% (noventa por cento) dos valores dos juros e da multa de mora, para a modalidade do inciso I do art. 2º;

II - 60% (sessenta por cento) dos valores dos juros e da multa de mora, para a modalidade do inciso II do art. 2º; e

III - 30% (trinta por cento) dos valores dos juros e da multa de mora, para a modalidade do inciso III do art. 2º.

Art. 9º O pagamento das prestações deverá ser efetuado, preferencialmente, por meio de consignação em bilhete de pagamento e, na sua impossibilidade, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU) ou boleto bancário.

§ 1º Na impossibilidade de obtenção da GRU ou boleto bancário por endereço eletrônico, o interessado deverá obter tal guia ou boleto, dentro do prazo previsto no § 3º do art. 7º, junto à unidade da CCCPM em que tenha sido protocolizado o requerimento de parcelamento.

§ 2º Eventual pagamento realizado de forma diversa às previstas nesta Portaria será considerado sem efeito para qualquer fim.

Art. 10. Implicará exclusão do devedor do PRD, a exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e a automática execução da garantia prestada:

I - a falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou seis alternadas;

II - a falta de pagamento da última parcela, se todas as demais estiverem pagas;

III - a constatação, a qualquer tempo, da existência de processo judicial não indicado nos termos do inciso IV do art. 4º e para o qual não tenha sido adotado o procedimento previsto no art. 5º desta Portaria; ou

IV - a constatação de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o cumprimento do parcelamento.

§ 1º É considerada inadimplida a prestação paga em valor inferior ao da parcela atualizada.

§ 2º Rescindido o parcelamento, serão cancelados os benefícios concedidos, prosseguindo-se a cobrança pelo saldo devedor, determinado da seguinte forma:

I - será apurado o valor original do débito com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão; e

II - serão deduzidos do valor referido no inciso I deste parágrafo, as prestações pagas com acréscimos legais, até a data da rescisão.

§ 3º No caso dos incisos I e II do caput deste artigo, os efeitos de que trata o caput só se operarão se o devedor não purgar a mora após 30 (trinta) dias contados de sua notificação, assegurado esse direito apenas uma vez.

§ 4º A caracterização das hipóteses de exclusão previstas no inciso III do caput implica a rescisão imediata e definitiva do parcelamento, independentemente de notificação ao devedor.

§ 5º A exclusão do PRD com base na hipótese prevista no inciso IV do caput será precedida de notificação ao devedor para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação, apresentar manifestação de inconformidade contra a decisão proferida pela CCCPM.

§ 6º Da decisão que rejeitar a manifestação de inconformidade de que trata o § 5º deste artigo, o devedor poderá interpor recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da decisão de exclusão.

§ 7º A manifestação de inconformidade ou o recurso administrativo terão efeito suspensivo e, enquanto estiverem pendentes de apreciação, o devedor deverá continuar recolhendo as prestações devidas.

§ 8º A decisão que negar provimento ao recurso apresentado pelo devedor será proferida em caráter definitivo na esfera administrativa.

§ 9º A exclusão produzirá efeitos a partir do dia seguinte à ciência da decisão que negar provimento ao recurso apresentado pelo devedor.

Art. 11. A inclusão de débitos nos parcelamentos de que trata esta Portaria não implica novação de dívida.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da CCCPM.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CA (IM) MARCUS VINICIUS LIMA DE SOUZA

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.552, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, em observância à disciplina do art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em conformidade com o contido no art. 3º do Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010, e considerando o disposto na Portaria nº 79, de 28 de fevereiro de 2002, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, resolve:

Art. 1º Ficam redistribuídos, do Ministério da Educação - MEC para as Instituições Federais de Ensino Superior - Ifes, os cargos e os códigos de vaga a eles referentes, constantes do Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ficam remanejados, das Ifes para o MEC, os cargos e seus respectivos códigos de vaga constantes do Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO

Para:	Instituição cedente: MEC
26231 UFAL	Cargo: Assistente em Administração
	Código SIAPE: 701200
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0334444
26233 UFC	Cargo: Tecnólogo-Formação
	Código SIAPE: 701081
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0331579
26233 UFC	Cargo: Técnico de Laboratório/área
	Código SIAPE: 701244
	Nº de vagas: 3
	Código de Vaga: 0217730; 0219844; 0229666
26234 UFES	Cargo: Economista
	Código SIAPE: 701026
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0225658
26234 UFES	Cargo: Assistente em Administração
	Código SIAPE: 701200
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0334940
26235 UFG	Cargo: Contador
	Código SIAPE: 701015
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0327961
26235 UFG	Cargo: Analista de Tecnologia da Informação
	Código SIAPE: 701062
	Nº de vagas: 2
	Código de Vaga: 0673248; 0709848
26235 UFG	Cargo: Odontólogo
	Código SIAPE: 701064
	No de vagas: 1
	Código de Vaga: 0275340
26235 UFG	Cargo: Farmacêutico
	Código SIAPE: 701087
	No de vagas: 2
	Código de Vaga: 0219596; 0258948
26235 UFG	Cargo: Assistente em Administração
	Código SIAPE: 701200
	Nº de vagas: 5
	Código de Vaga: 1001859; 1001860; 1001861; 1000745; 1000746
26235 UFG	Cargo: Instrumentador Cirúrgico
	Código SIAPE: 701207
	Nº de vagas: 5
	Código de Vaga: 0263797; 0273253; 0278001; 0277980; 0281782
26235 UFG	Cargo: Técnico em Contabilidade
	Código SIAPE: 701224
	No de vagas: 1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Código de Vaga: 0249931
26235 UFG	Cargo: Técnico de Laboratório/área
	Código SIAPE: 701244
	Nº de vagas: 4
	Código de Vaga: 0313693; 0331274; 0331336; 0903492
26235 UFG	Cargo: Técnico em Mecânica
	Código SIAPE: 701245
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0249197
26235 UFG	Cargo: Técnico em Telecomunicação
	Código SIAPE: 701264
	Nº de vagas: 2
	Código de Vaga: 0231199; 0279602
26235 UFG	Cargo: Técnico em Estatística
	Código SIAPE: 701273
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0319773
26237 UFJF	Cargo: Assistente Social
	Código SIAPE: 701006
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0862494
26237 UFJF	Cargo: Contador
	Código SIAPE: 701015
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0980024
26241 UFPR	Cargo: Administrador
	Código SIAPE: 701001
	Nº de vagas: 12
	Código de Vaga: 0974882 a 0974893
26241 UFPR	Cargo: Auditor
	Código SIAPE: 701009
	Nº de vagas: 2
	Código de Vaga: 0978744; 0978745
26241 UFPR	Cargo: Bibliotecário-Documentalista
	Código SIAPE: 701010
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0337142
26241 UFPR	Cargo: Contador
	Código SIAPE: 701015
	Nº de vagas: 5
	Código de Vaga: 0980025 a 0980028
26241 UFPR	Cargo: Físico
	Código SIAPE: 701037
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0673299
26241 UFPR	Cargo: Pedagogo/Área
	Código SIAPE: 701058
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0305220
26241 UFPR	Cargo: Analista de Tecnologia da Informação
	Código SIAPE: 701062
	Nº de vagas: 2
	Código de Vaga: 0862103; 0900628
26241 UFPR	Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais
	Código SIAPE: 701079
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0017779
26241 UFPR	Cargo: Assistente em Administração
	Código SIAPE: 701200
	Nº de vagas: 7
	Código de Vaga: 1001862 a 1001868
26241 UFPR	Cargo: Técnico em Mecânica
	Código SIAPE: 701245
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0281653
26243 UFRN	Cargo: Engenheiro/Área
	Código SIAPE: 701031
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0678933
26243 UFRN	Cargo: Psicólogo/área
	Código SIAPE: 701060
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0984405
26243 UFRN	Cargo: Produtor Cultural
	Código SIAPE: 701061
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0226331
26243 UFRN	Cargo: Odontólogo
	Código SIAPE: 701064
	Nº de vagas: 3
	Código de Vaga: 0829110; 0864376; 0864377
26243 UFRN	Cargo: Tecnólogo-Formação
	Código SIAPE: 701081
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0337833
26243 UFRN	Cargo: Assistente em Administração
	Código SIAPE: 701200
	Nº de vagas: 3
	Código de Vaga: 0962384; 0962591; 0962592
26243 UFRN	Cargo: Técnico em Contabilidade
	Código SIAPE: 701224
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0249949
26244 UFRGS	Cargo: Engenheiro/Área
	Código SIAPE: 701031
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0863547
26244 UFRGS	Cargo: Psicólogo/área
	Código SIAPE: 701060
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0984410
26244 UFRGS	Cargo: Produtor Cultural
	Código SIAPE: 701061
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0253903
26244 UFRGS	Cargo: Revisor de Textos
	Código SIAPE: 701073
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0253186
26244 UFRGS	Cargo: Assistente em Administração
	Código SIAPE: 701200
	Nº de vagas: 2
	Código de Vaga: 0962623; 0962624
26245 UFRJ	Cargo: Tecnólogo-Formação
	Código SIAPE: 701081
	Nº de vagas: 8
	Código de Vaga: 0986327 a 0986334
26245 UFRJ	Cargo: Contramestre-Ofício
	Código SIAPE: 701423
	Nº de vagas: 20
	Código de Vaga: 0237461; 0237464; 0237474; 0237483; 0237582; 0237604; 0237771; 0237861; 0237888; 0237907; 0237927; 0237929; 0237930; 0237931; 0237942; 0237980; 0237982; 0238048; 0238066; 0238071
26247 UFSM	Cargo: Assistente Social
	Código SIAPE: 701006
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0978321
26247 UFSM	Cargo: Analista de Tecnologia da Informação
	Código SIAPE: 701062
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0900629
26247 UFSM	Cargo: Revisor de Textos
	Código SIAPE: 701073
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0721031
26247 UFSM	Cargo: Assistente em Administração
	Código SIAPE: 701200
	Nº de vagas: 2
	Código de Vaga: 0962625; 0962699
26247 UFSM	Cargo: Técnico em Arquivo
	Código SIAPE: 701216
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0678510
26247 UFSM	Cargo: Técnico de Laboratório/área
	Código SIAPE: 701244
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0903500
26248 UFRPE	Cargo: Assistente Social
	Código SIAPE: 701006
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0978322
26249 UFRRJ	Cargo: Arquiteto e Urbanista
	Código SIAPE: 701004
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0272413
26254 UFTM	Cargo: Engenheiro/Área
	Código SIAPE: 701031
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0981664
26255 UFVJM	Cargo: Pedagogo/Área
	Código SIAPE: 701058
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0305441
26255 UFVJM	Cargo: Psicólogo/área
	Código SIAPE: 701060
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0984411
26255 UFVJM	Cargo: Assistente em Administração
	Código SIAPE: 701200
	Nº de vagas: 11
	Código de Vaga: 1001869 a 1001879
26261 UNIFEI	Cargo: Assistente em Administração
	Código SIAPE: 701200
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0963035
26261 UNIFEI	Cargo: Contramestre-Ofício
	Código SIAPE: 701423
	Nº de vagas: 6
	Código de Vaga: 0235764; 0235914; 0236058; 0236420; 0236444; 0236618
26262 UNIFESP	Cargo: Médico Veterinário
	Código SIAPE: 701048
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0987207
26262 UNIFESP	Cargo: Assistente em Administração
	Código SIAPE: 701200
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 1001772
26263 UFLA	Cargo: Auxiliar de Saúde
	Código SIAPE: 701412
	Nº de vagas: 3
	Código de Vaga: 0264443; 0264464; 0264489
26268 UNIR	Cargo: Técnico em Contabilidade
	Código SIAPE: 701224
	Nº de vagas: 4
	Código de Vaga: 0272900; 0304861; 0306011; 0306432
26269 UNIRIO	Cargo: Auditor
	Código SIAPE: 701009
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0978715
26270 UFAM	Cargo: Arquivista
	Código SIAPE: 701005
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0977782
26271 UNB	Cargo: Assistente em Administração
	Código SIAPE: 701200
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 1001811
26273 FURG	Cargo: Psicólogo/área
	Código SIAPE: 701060
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0984412
26274 UFU	Cargo: Terapeuta Ocupacional
	Código SIAPE: 701082
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0987019
26274 UFU	Cargo: Técnico de Tecnologia da Informação
	Código SIAPE: 701226
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0294173
26274 UFU	Cargo: Técnico de Laboratório/área
	Código SIAPE: 701244
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0903815
26274 UFU	Cargo: Auxiliar de Saúde
	Código SIAPE: 701412
	Nº de vagas: 4
	Código de Vaga: 0263934; 0264053; 0264280; 0264415
26274 UFU	Cargo: Fotógrafo
	Código SIAPE: 701431
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0709225
26275 UFAC	Cargo: Nutricionista/Habilitação
	Código SIAPE: 701055
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0341086
26275 UFAC	Cargo: Psicólogo/área
	Código SIAPE: 701060
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0984413
26275 UFAC	Cargo: Contramestre-Ofício
	Código SIAPE: 701423
	Nº de vagas: 4
	Código de Vaga: 0236633; 0236641; 0236646; 0237096
26275 UFAC	Cargo: Fotogravador
	Código SIAPE: 701432
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0280523
26276 UFMT	Cargo: Assistente em Administração

	Código SIAPE: 701200
	Nº de vagas: 2
	Código de Vaga: 1003005; 1003006
26278 UFPEL	Cargo: Arquiteto e Urbanista
	Código SIAPE: 701004
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0321040
26278 UFPEL	Cargo: Assistente Social
	Código SIAPE: 701006
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0978323
26278 UFPEL	Cargo: Nutricionista/Habilitação
	Código SIAPE: 701055
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0905065
26278 UFPEL	Cargo: Pedagogo/Área
	Código SIAPE: 701058
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0332441
26278 UFPEL	Cargo: Analista de Tecnologia da Informação
	Código SIAPE: 701062
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0976077
26278 UFPEL	Cargo: Odontólogo
	Código SIAPE: 701063
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0204091
26278 UFPEL	Cargo: Terapeuta Ocupacional
	Código SIAPE: 701082
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0987020
26279 UFPI	Cargo: Técnico de Laboratório/área
	Código SIAPE: 701244
	Nº de vagas: 4
	Código de Vaga: 0966114; 0966115; 0966116; 0966117
26279 UFPI	Cargo: Tradutor e Intérprete de Linguagem Sinais
	Código SIAPE: 701266
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0972679
26279 UFPI	Cargo: Técnico em Audiovisual
	Código SIAPE: 701221
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0969753

26281 UFSE	Cargo: Médico Veterinário
	Código SIAPE: 701048
	Nº de vagas: 2
	Código de Vaga: 0987221; 0987236
26281 UFSE	Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais
	Código SIAPE: 701079
	Nº de vagas: 2
	Código de Vaga: 0230169; 0289016
26281 UFSE	Cargo: Zootecnista
	Código SIAPE: 701085
	Nº de vagas: 2
	Código de Vaga: 0987036; 0987037
26281 UFSE	Cargo: Técnico em Agropecuária
	Código SIAPE: 701214
	Nº de vagas: 2
	Código de Vaga: 0424933; 0452009
26281 UFSE	Cargo: Técnico em Alimentos e Laticínios
	Código SIAPE: 701215
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0968916
26281 UFSE	Cargo: Técnico de Laboratório/área
	Código SIAPE: 701244
	Nº de vagas: 2
	Código de Vaga: 0966101; 0966113
26281 UFSE	Cargo: Operador de Estação de Tratam Água-Esgoto
	Código SIAPE: 701449
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0755619
26283 UFMS	Cargo: Assistente em Administração
	Código SIAPE: 701200
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 1000719
26350 UFGD	Cargo: Administrador
	Código SIAPE: 701001
	Nº de vagas: 2
	Código de Vaga: 0974894; 0974895
26350 UFGD	Cargo: Contador
	Código SIAPE: 701015
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0980029
26350 UFGD	Cargo: Engenheiro/Área
	Código SIAPE: 701031
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0981653
26350 UFGD	Cargo: Estatístico
	Código SIAPE: 701033
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0423365
26350 UFGD	Cargo: Psicólogo/área
	Código SIAPE: 701060
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0984414
26351 UFRB	Cargo: Médico/Área
	Código SIAPE: 701047
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0103356
26351 UFRB	Cargo: Assistente em Administração
	Código SIAPE: 701200
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 1001880
26352 UFABC	Cargo: Técnico em Eletrônica
	Código SIAPE: 701830
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0305900
26440 UFFS	Cargo: Assistente em Administração
	Código SIAPE: 701200
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 1000747
26233 UFC (UFCA)	Cargo: Administrador
	Código SIAPE: 701001
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0974896

ANEXO II

Para:	Instituição cedente:
1500 MEC	26231 UFAL
	Cargo: Vigilante
	Código SIAPE: 701269
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0713091
	26231 UFAL
	Cargo: Técnico de Laboratório/Área
	Código SIAPE: 701244
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0320271
	26233 UFC
	Cargo: Instrumentador Cirúrgico
	Código SIAPE: 701207
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0225907
	26233 UFC
	Cargo: Recreacionista
	Código SIAPE: 701212
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0482324
	26233 UFC
	Cargo: Vigilante
	Código SIAPE: 701269
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0746522
	26233 UFC
	Cargo: Auditor
	Código SIAPE: 701009
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0862638
	26234 UFES
	Cargo: Auditor
	Código SIAPE: 701009
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0263975
	26234 UFES
	Cargo: Revisor de Textos Braille
	Código SIAPE: 701211
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0965435
	26235 UFG
	Cargo: Médico/Área
	Código SIAPE: 701047
	Nº de vagas: 2
	Código de Vaga: 0693965; 0693403
	26235 UFG
	Cargo: Engenheiro Agrônomo
	Código SIAPE: 701086
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0231824
	26235 UFG
	Cargo: Técnico em Enfermagem
	Código SIAPE: 701233
	Nº de vagas: 3
	Código de Vaga: 0773581; 0773657; 0693633
	26235 UFG
	Cargo: Vigilante
	Código SIAPE: 701269
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0231244
	26237 UFJF
	Cargo: Analista de Tecnologia da Informação
	Código SIAPE: 701062
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 1000547
	26237 UFJF
	Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais
	Código SIAPE: 701079
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0678910
	26241 UFPR
	Cargo: Enfermeiro/área
	Código SIAPE: 701029
	Nº de vagas: 11
	Código de Vaga: 0676888; 0716759; 0716745; 0676968; 0263976; 0676845; 0265824; 0676840; 0248785
	0676931; 0698395
	26241 UFPR
	Cargo: Fisioterapeuta
	Código SIAPE: 701038
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0677011
	26241 UFPR
	Cargo: Fonoaudiólogo
	Código SIAPE: 701039
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0677275
	26241 UFPR
	Cargo: Médico/Área
	Código SIAPE: 701047
	Nº de vagas: 9
	Código de Vaga: 0266397; 0676578; 0676494; 0676479; 0263776; 0676423; 0716781; 0265860; 0770778
	26241 UFPR
	Cargo: Farmacêutico/habilitação
	Código SIAPE: 701034
	Nº de vagas: 4
	Código de Vaga: 0716776; 0698636; 0716777; 0716770
	26241 UFPR
	Cargo: Técnico em Enfermagem
	Código SIAPE: 701233
	Nº de vagas: 5
	Código de Vaga: 0677060; 716924; 716925; 264209; 716676
	26241 UFPR
	Cargo: Técnico em Radiologia
	Código SIAPE: 701257
	Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0264904
	26241 UFPR
	Cargo: Técnico em Eletrotécnica
	Código SIAPE: 701230
	Nº de vagas: 1

Código de Vaga: 0698250
26241 UFPR
Cargo: Técnico em Enfermagem
Código SIAPE: 701233
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0698582
26243 UFRN
Cargo: Enfermeiro/área
Código SIAPE: 701029
Nª de vagas: 2
Código de Vaga: 0271398; 0270589
26243 UFRN
Cargo: Economista
Código SIAPE: 701026
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0268054
26243 UFRN
Cargo: Odontólogo - Dl 1445-76
Código SIAPE: 701063
Nª de vagas: 3
Código de Vaga: 0270528; 704284; 270227
26243 UFRN
Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais
Código SIAPE: 701079
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0704023
26243 UFRN
Cargo: Vigilante
Código SIAPE: 701269
Nª de vagas: 4
Código de Vaga: 0269722; 0704462; 0269382; 0269300
26244 UFRGS
Cargo: Contador
Código SIAPE: 701015
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0979884
26244 UFRGS
Cargo: Médico/Área
Código SIAPE: 701047
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0697395
26244 UFRGS
Cargo: Sociólogo
Código SIAPE: 701077
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0274387
26244 UFRGS
Cargo: Contador
Código SIAPE: 701015
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0863190
26244 UFRGS
Cargo: Técnico em Artes Gráficas
Código SIAPE: 701217
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0871001
26244 UFRGS
Cargo: Técnico em Agropecuária
Código SIAPE: 701214
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0274646
26245 UFRJ
Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais
Código SIAPE: 701079
Nª de vagas: 5
Código de Vaga: 00015148; 234279; 280926; 865206; 865413
26245 UFRJ
Cargo: Bibliotecário-Documentalista
Código SIAPE: 701010
Nª de vagas: 2
Código de Vaga: 0281738; 705798
26245 UFRJ
Cargo: Estatístico
Código SIAPE: 701033
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0277972
26247 UFSM
Cargo: Médico/Área
Código SIAPE: 701047
Nª de vagas: 2
Código de Vaga: 0296095; 0707262
26247 UFSM
Cargo: Farmacêutico Bioquímico
Código SIAPE: 701088
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0294098
26247 UFSM
Cargo: Técnico em Enfermagem
Código SIAPE: 701233
Nª de vagas: 4
Código de Vaga: 0291844; 0293246; 0572820; 0293181
26248 UFRPE
Cargo: Enfermeiro/área
Código SIAPE: 701029
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0714129
26249 UFRRJ
Cargo: Bibliotecário-Documentalista
Código SIAPE: 701010
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0299219
26254 UFTM
Cargo: Médico/Área
Código SIAPE: 701047
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0706928
26255 UFVJM
Cargo: Contador
Código SIAPE: 701015
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0306613
26255 UFVJM
Cargo: Bibliotecário-Documentalista
Código SIAPE: 701010
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0863111
26255 UFVJM
Cargo: Técnico em Contabilidade
Código SIAPE: 701224
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0970316
26255 UFVJM
Cargo: Técnico de Tecnologia da Informação
Código SIAPE: 701226
Nª de vagas: 6
Código de Vaga: 0328612; 334396; 870630; 903929 ;903966; 968426
26255 UFVJM
Cargo: Técnico em Farmácia
Código SIAPE: 701238
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0716964
26255 UFVJM
Cargo: Técnico de Laboratório/Área
Código SIAPE: 701244
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0965971
26255 UFVJM
Cargo: Técnico em Metalurgia
Código SIAPE: 701246
Nª de vagas: 2
Código de Vaga: 0248900; 0248913
26258 UTFPR
Cargo: Auxiliar de Laboratório
Código SIAPE: 701619
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0304946
26261 UNIFEI
Cargo: Técnico de Laboratório/Área
Código SIAPE: 701244
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0869532
26261 UNIFEI
Cargo: Datilógrafo de Textos Gráficos
Código SIAPE: 701425
Nª de vagas: 3
Código de Vaga: 0305847; 0306014; 0305777
26261 UNIFEI
Cargo: Operador de Máquinas Agrícolas
Código SIAPE: 701452
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0306078
26261 UNIFEI
Cargo: Continuo
Código SIAPE: 701421
Nª de vagas: 2
Código de Vaga: 0305898; 0305944
26262 UNIFESP
Cargo: Técnico em Equipamento Médico-Odontológico
Código SIAPE: 701237
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0673131
26262 UNIFESP
Cargo: Zootecnista
Código SIAPE: 701085
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0987035
26268 UNIR
Cargo: Assistente em Administração
Código SIAPE: 701200
Nª de vagas: 3
Código de Vaga: 00015049; 962495; 962524
26268 UNIR
Cargo: Tradutor e Intérprete de Linguagem Sinais
Código SIAPE: 701266
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0972675
26269 UNIRIO
Cargo: Nutricionista/Habilitação
Código SIAPE: 701055
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0308662
26270 UFAM
Cargo: Contador
Código SIAPE: 701015
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0980012
26271 UNB
Cargo: Técnico em Ótica
Código SIAPE: 701254
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0314231
26273 FURG
Cargo: Médico/Área
Código SIAPE: 701047
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0319276
26274 UFU
Cargo: Médico/Área
Código SIAPE: 701047
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0708737
26274 UFU
Cargo: Assistente em Administração
Código SIAPE: 701200
Nª de vagas: 1
Código de Vaga: 0901794
26274 UFU
Cargo: Assistente em Administração
Código SIAPE: 701200

Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0319567
26274 UFU
Cargo: Porteiro
Código SIAPE: 701458
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0322695
26274 UFU
Cargo: Auxiliar de Enfermagem
Código SIAPE: 701411
Nº de vagas: 3
Código de Vaga: 0320167; 0322638; 0322638
26274 UFU
Cargo: Auxiliar de Creche
Código SIAPE: 701410
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0872056
26275 UFAC
Cargo: Tecnólogo-Formação
Código SIAPE: 701081
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0324039
26275 UFAC
Cargo: Tecnólogo-Formação
Código SIAPE: 701081
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0709090
26276 UFMT
Cargo: Técnico em Enfermagem
Código SIAPE: 701233
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0236980
26276 UFMT
Cargo: Técnico em Arquivo
Código SIAPE: 701216
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0324919
26278 UFPEL
Cargo: Engenheiro Agrônomo
Código SIAPE: 701086
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0329880
26278 UFPEL
Cargo: Enfermeiro/área
Código SIAPE: 701029
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0330864
26278 UFPEL
Cargo: Médico/Área
Código SIAPE: 701047
Nº de vagas: 2
Código de Vaga: 0330758; 0330705
26278 UFPEL
Cargo: Contador
Código SIAPE: 701015
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0330448
26278 UFPEL
Cargo: Enfermeiro/área
Código SIAPE: 701029
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0330035
26278 UFPEL
Cargo: Administrador
Código SIAPE: 701001
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0899609
26279 UFPI
Cargo: Assistente em Administração
Código SIAPE: 701200
Nº de vagas: 6
Código de Vaga: 0332674; 0332155; 0332582; 0235520; 0332239; 0332425

26281 UFSE
Cargo: Médico/Área
Código SIAPE: 701047
Nº de vagas: 3
Código de Vaga: 0692317; 0707019; 0311195
26281 UFSE
Cargo: Secretário Executivo
Código SIAPE: 701076
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0985358
26281 UFSE
Cargo: Administrador
Código SIAPE: 701001
Nº de vagas: 2
Código de Vaga: 0334529; 975523
26281 UFSE
Cargo: Técnico em Contabilidade
Código SIAPE: 701224
Nº de vagas: 2
Código de Vaga: 0334965; 0334602
26281 UFSE
Cargo: Desenhista Técnico Especializado
Código SIAPE: 701270
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0334575
26281 UFSE
Cargo: Técnico em Eletrônica
Código SIAPE: 701830
Nº de vagas: 2
Código de Vaga: 0335841; 0335616
26281 UFSE
Cargo: Administrador de Edifícios
Código SIAPE: 701400
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0334650
26283 UFMS
Cargo: Técnico em Agropecuária
Código SIAPE: 701214
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0248203
26350 UFGD
Cargo: Enfermeiro/área
Código SIAPE: 701029
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0769594
26350 UFGD
Cargo: Médico/Área
Código SIAPE: 701047
Nº de vagas: 4
Código de Vaga: 0806625; 0806667; 0806676; 0806687
26350 UFGD
Cargo: Fisioterapeuta
Código SIAPE: 701038
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0770398
26351 UFRB
Cargo: Odontólogo - DL 1445-76
Código SIAPE: 701063
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0216991
26351 UFRB
Cargo: Técnico em Contabilidade
Código SIAPE: 701224
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0219151
26352 UFABC
Cargo: Técnico de Laboratório/Área
Código SIAPE: 701244
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0342476
26440 UFFS
Cargo: Técnico em Contabilidade
Código SIAPE: 701224

Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0713453
26233 UFC (UFCA)
Cargo: Nutricionista/Habilitação
Código SIAPE: 701055
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0225477

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 3.398, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 1 (um) ano, a contar de 22 de dezembro de 2017, o prazo de validade do Concurso Público Nº 67/2016, destinado ao provimento de cargos do Quadro Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, a que se refere o Edital de Homologação Nº 79/2016, publicado no DOU de 22/12/2016.

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Regulamenta o fluxo dos processos que chegaram à fase de avaliação externa in loco pelo Inep, a partir da vigência das Portarias nº 1.382 e nº 1.383, de 31 de outubro de 2017.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria MEC nº 1.382 , de 31 de outubro de 2017, e na Portaria MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Os processos que chegaram à fase de avaliação externa in loco pelo Inep a partir do dia 1º de novembro de 2017 serão cadastrados nos instrumentos instituídos pelas Portarias nº 1.382 e nº 1.383, de 31 de outubro de 2017.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior - IES cujos processos se encontravam na fase de avaliação externa in loco pelo Inep em 31 de outubro de 2017 e não tiveram visita realizada até a data de publicação desta Instrução Normativa, excetuando-se aquelas referentes à modalidade de educação a distância, terão até às 23h59 do dia 20 de janeiro de 2018 para optar por serem avaliadas pelos instrumentos nos quais já estão cadastradas ou pelos novos instrumentos.

§ 1º As IES que optarem pela avaliação no novo instrumento deverão manifestar-se por ofício pelo e-mail avaliacaoinloco@inep.gov.br no prazo estipulado no caput.

§ 2º No ofício deverão constar o número do processo e o respectivo código de avaliação a ser vinculado ao novo instrumento.

§ 3º As IES que não se manifestarem no prazo estipulado no caput terão a continuidade de seus processos conforme os instrumentos nos quais já estavam cadastrados.

Art. 3º As IES que optarem pela avaliação nos novos instrumentos e já tiverem preenchido o Formulário Eletrônico de Avaliação - FE deverão preenchê-lo novamente, conforme os respectivos atos.

§ 1º O Sistema e-MEC não importará informações do FE preenchido para o novo formulário.

§ 2º Será disponibilizado no Sistema opção para inserção do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e do Projeto Pedagógico de Curso - PPC atualizados.

§ 3º Os novos FE serão disponibilizados pelo Inep para preenchimento pelas IES a partir de fevereiro de 2018.

§ 4º As avaliações externas in loco relacionadas aos novos instrumentos ocorrerão a partir de março de 2018.

Art. 4º As IES que optarem por manter seus processos associados ao instrumento de avaliação já vinculado será dado seguimento ao fluxo avaliativo, a partir da fase em que se encontrarem.

Art. 5º Para as avaliações de Protocolo de Compromisso cadastradas após a publicação das Portarias nº 1.382 e nº 1.383, de 2017, serão vinculados os instrumentos conforme a avaliação de origem.

Art. 6º Os processos com avaliações vinculadas aos instrumentos anteriores às Portarias nº 1.382 e nº 1.383, de 2017, terão as visitas realizadas pelos atuais avaliadores credenciados capacitados no Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis.

§ 1º Essa condição permanecerá até que o fluxo referente aos processos na fase de avaliação externa in loco pelo Inep, vinculados a estes instrumentos, seja concluído.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º Estes avaliadores serão capacitados nos novos instrumentos, conforme legislação pertinente, na medida em que forem encerradas as referidas avaliações.

Art. 7º Os processos com avaliações vinculadas aos instrumentos posteriores às Portarias nº 1.382 e 1.383, de 2017, terão as visitas realizadas por avaliadores selecionados e capacitados para os novos instrumentos.

Art. 8º Com relação às avaliações referentes à modalidade de educação a distância:

I - os novos instrumentos serão vinculados de acordo com os atos de Credenciamento (inclusive pósgraduação lato sensu), Recredenciamento, Autorização (inclusive vinculada a Credenciamento), Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento;

II - os processos cujas avaliações já tiveram FE preenchido nos instrumentos vigentes até 31 de outubro de 2017 e ainda não tiveram a visita realizada deverão ter preenchido novo formulário com base nos novos instrumentos;

III - as avaliações para Aditamento de Credenciamento de Polo de Apoio Presencial que permaneceram na fase de avaliação externa in loco pelo Inep, após a publicação da Portaria MEC nº 11, de 20 de junho de 2017, e por opção da IES, e ainda não tiveram a visita realizada, terão os FE abertos no novo instrumento de Credenciamento EaD;

IV - as pendências financeiras referentes às taxas de avaliação já quitadas serão utilizadas, e as avaliações que necessitarem de taxa complementar ficarão pendentes dos respectivos pagamentos.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.320, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa MEC nº 21, de 1º de dezembro de 2016, e considerando o processo nº 23000.033213/2017-70 e a Nota Técnica nº 581/2017-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica indeferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de renovação de reconhecimento, do curso de graduação em Medicina (20360), bacharelado, ministrado pela Universidade de Uberaba - UNIUBE (143), localizada no município de Uberaba/MG, mantida pela Sociedade Educacional Uberabense (103).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.321, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa MEC nº 21, de 1º de dezembro de 2016, e considerando o processo nº 23000.041164/2016-68 e a Nota Técnica nº 268/2017-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de renovação de reconhecimento, do curso de graduação em Administração (54602), bacharelado, ministrado pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO (2147), localizada no município de Manaus/AM, mantida pelo IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda (1416).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 500 (quinhentas) para 700 (setecentas).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.322, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa MEC nº 21, de 1º de dezembro de 2016, e considerando o processo nº 23000.053979/2014-22 e a Nota Técnica nº 465/2017-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido parcialmente o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de renovação de reconhecimento, para o curso de graduação em Psicologia, (4953), bacharelado, ministrado pela Universidade Estácio de Sá - UNESA (163), no município de Resende/RJ mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA (119).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 100 (cem) para 170 (cento e setenta).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.323, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa MEC nº 21, de 1º de dezembro de 2016, e considerando o processo nº 23000.041164/2016-68 e a Nota Técnica nº 408/2017-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de renovação de reconhecimento, do curso de graduação em Psicologia (99652), bacharelado, ministrado pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO (2147), localizada no Município de Manaus/AM, mantida pelo IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda (1416).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 150 (cento e cinquenta) para 250 (duzentas e cinquenta).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.324, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa MEC nº 21, de 1º de dezembro de 2016, e considerando o processo nº 23000.041164/2016-68 e a Nota Técnica nº 276/2017-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de renovação de reconhecimento, do curso de graduação em Nutrição (104480), bacharelado, ministrado pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO (2147), localizada no município de Manaus/AM, mantida pelo IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda (1416).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 200 (duzentas) para 270 (duzentas e setenta).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.325, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa MEC nº 21, de 1º de dezembro de 2016, e considerando o processo nº 23000.041164/2016-68 e a Nota Técnica nº 277/2017-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica parcialmente deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de renovação de reconhecimento, do curso de graduação em Pedagogia, (99818), Licenciatura, ministrado pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO (2147), localizada no Município de Manaus/AM, mantida pelo IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda (1416).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 160 (cento e sessenta) para 272 (duzentas e setenta e duas).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.326, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa MEC nº 21, de 1º de dezembro de 2016, e considerando o processo nº 23000.041164/2016-68 e a Nota Técnica nº 274/2017-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de renovação de reconhecimento, do curso de graduação em Enfermagem (104478), bacharelado, ministrado pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO (2147), localizada no município de Manaus/AM, mantida pelo IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda (1416).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 200 (duzentas) para 300 (trezentas).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.327, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa MEC nº 21, de 1º de dezembro de 2016, e considerando o processo nº 23000.008762/2017-14 e a Nota Técnica nº 455/2017-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de Renovação de Reconhecimento, do curso de graduação em Direito (54304), bacharelado, ministrado pela Faculdade Damásio - FD (2465), localizada no município de São Paulo/SP, mantida pela Damásio Educacional S.A. (3673).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 200 (duzentas) para 340 (trezentas e quarenta).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.328, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa MEC nº 21, de 1º de dezembro de 2016, e considerando o processo nº 23000.041164/2016-68 e a Nota Técnica nº 273/2017-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de renovação de reconhecimento, do curso de graduação em Ciências Contábeis (82666), Bacharelado, ministrado pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO (2147), localizada no Município de Manaus/AM, mantida pelo IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda (1416).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 176 (cento e setenta e seis) para 276 (duzentas e setenta e seis).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.329, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa MEC nº 21, de 1º de dezembro de 2016, e considerando o processo nº 23000.053983/2014-91 e a Nota Técnica nº 603/2017-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica parcialmente deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de renovação de reconhecimento, do curso de graduação em Psicologia (4965), Bacharelado, ministrado pela Universidade Estácio de Sá - UNESA (163), localizada no Município de Nova Friburgo/RJ, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda (119).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 80 (oitenta) para 144 (cento e quarenta e quatro).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.330, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa MEC nº 21, de 1º de dezembro de 2016, e considerando o processo nº 23000.043604/2015-35 e a Nota Técnica nº 195/2017-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica parcialmente deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de reconhecimento, do curso de graduação em Psicologia (59290), Bacharelado, ministrado pela Universidade Estácio de Sá - UNESA (163), localizada no Município de Rio de Janeiro/RJ, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda (119)

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 160 (cento e sessenta) para 272 (duzentas e setenta e duas).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.331, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, presencial, conforme planilha anexa, a serem ministrados pela Instituição de Ensino Superior citada, nos termos do disposto no artigo 10 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO I

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
01	201408892	Educação Física (Licenciatura)	100 (cem)	Faculdade do Médio Parnaíba (5008)	Sociedade de Ensino Superior do Médio Parnaíba Ltda - ME (3199)	Rua 18 de Setembro, 293 Centro, ao lado do Emater, São Pedro do Piauí/PI.
02	201408893	Serviço Social (Bacharelado)	100 (cem)	Faculdade do Médio Parnaíba (5008)	Sociedade de Ensino Superior do Médio Parnaíba Ltda - ME (3199)	Rua 18 de Setembro, 293 Centro, ao lado do Emater, São Pedro do Piauí/PI.
03	201409811	Administração (Bacharelado)	100 (cem)	Faculdade do Médio Parnaíba (5008)	Sociedade de Ensino Superior do Médio Parnaíba Ltda - ME (3199)	Rua 18 de Setembro, 293 Centro, ao lado do Emater, São Pedro do Piauí/PI.

PORTARIA Nº 1.332, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista os Decretos nº 5.773, de 09 de maio de 2006 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e nas Portarias Normativas nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos neste ato autorizados são, exclusivamente, aqueles constantes do PDI e PPC, nos termos do Art. 4º do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º As instituições deverão solicitar reconhecimento do curso, neste ato autorizado, nos termos do art. 35 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Autorização de Cursos)

ORDEM	PROCESSO	IES (SIGLA)	MANTENEDORA	CURSO (GRAU)	VAGAS
1	201508258	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VALENÇA (CESVA)	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL D"ANDRE ARCOVERDE	MARKETING (TECNOLÓGICO)	200 (DUZENTAS)
2	201508259	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VALENÇA (CESVA)	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL D"ANDRE ARCOVERDE	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	200 (DUZENTAS)
3	201508260	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VALENÇA (CESVA)	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL D"ANDRE ARCOVERDE	PROCESSOS GERENCIAIS (TECNOLÓGICO)	200 (DUZENTAS)
4	201508261	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VALENÇA (CESVA)	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL D"ANDRE ARCOVERDE	ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	200 (DUZENTAS)
5	201501751	FACULDADES UNIFICADAS DE TEÓFILO OTONI (FUTO)	INSTITUTO ENSINAR BRASIL	GESTÃO COMERCIAL (TECNOLÓGICO)	400 (QUATROCENTAS)
6	201506741	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO INTERIOR PAULISTA (FAIP)	SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL DO INTERIOR PAULISTA S/S LTDA.	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	200 (DUZENTAS)

PORTARIA Nº 1.333, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017 e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Portaria Normativa nº 40, de 11, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010 e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, do Ministério da Educação, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Os Polos utilizados para as atividades presenciais, nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, dos cursos neste ato reconhecidos, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Reconhecimento EaD)

ORDEM	PROCESSO	IES (SIGLA)	MANTENEDORA	CURSO (GRAU)	VAGAS
1	201610386	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO (CEUCLAR)	AÇÃO EDUCACIONAL CLARETIANA	ENGENHARIA ELÉTRICA (BACHARELADO)	500 (QUINHENTAS)
2	201608724	UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA (UVA)	ANTARES EDUCACIONAL S.A	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (BACHARELADO)	500 (QUINHENTAS)
3	201415373	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ (UNESA)	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (BACHARELADO)	2.480 (DUAS MIL QUATROCENTAS E OITENTA)

PORTARIA Nº 1.334, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201203148, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do curso de Matemática, Licenciatura, na modalidade a distância, ofertado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com sede à Rua Miguel de Frias, N° 9, Bairro Icaraí, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Universidade Federal Fluminense, CNPJ: 28.523.215/0001-06, com 1.432 vagas totais anuais, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2º Os Polos utilizados para as atividades presenciais, nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, dos cursos neste ato reconhecidos, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 2006, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.335, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista os Decretos nº 5.773, de 09 de maio de 2006 e nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201603331, resolve:

Art. 1º Fica indeferido o pedido de autorização do curso de Ciências Contábeis, bacharelado, na modalidade a distância, da Faculdade Quirinópolis (FAQUI), com sede à Avenida Quirino Cândido de Moraes, Nº 38-D, Bairro Centro, Município de Quirinópolis, Estado de Goiás, mantida pelo Centro de Ensino Superior do Sudoeste Goiano Ltda - EPP, CNPJ: 12.395.280/0001-63, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.336, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Instrução Normativa nº 02, de 29 de julho de 2014, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Em atenção ao disposto no art. 3º, II, da Instrução Normativa SERES nº 02, de 29 de julho de 2014, publicada em 30 de julho de 2014, os cursos reconhecidos por esta Portaria deverão passar por avaliação in loco quando da próxima renovação de reconhecimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201609148	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	60 (sessenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	RODOVIA DOURADOS - ITAHUM, KM 12 , CIDADE UNIVERSITÁRIA, DOURADOS/MS
2	201505766	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	210 (duzentas e dez)	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	FUNDACAO DOM AGUIRRE	RODOVIA RAPOSO TAVARES, S/N, KM 92,5, JARDIM NOVO ELDORADO, SOROCABA/SP
3	201305963	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	40 (quarenta)	FACULDADE UNIÃO DE CAMPO MOURÃO	INSTITUTO MAKRO UNIAO POS-GRADUACAO E EXTENSAO LTDA - ME	VIA MARGINAL ROSALINA MARIA DOS SANTOS 927, ÁREA URBANIZADA I - CAMPO MOURÃO/PR
4	201114173	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE PAN AMERICANA	INSTITUTO MISSIONARIO DE EDUCACAO SUPERIOR	AVENIDA JOÃO PAULO II, 801, FATIMA, CAPANEMA/PA
5	200904079	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DOCTUM DE CARANGOLA	INSTITUTO ENSINAR BRASIL	AVENIDA MACHADO DE ASSIS, Nº 172, TRIANGULO, CARANGOLA/MG
6	201000778	MARKETING (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE UNIVERSUS VERITAS GUARULHOS	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA	AVENIDA BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO, - DE 701 A 1499 - LADO ÍMPAR, Nº 909/917, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
7	201408386	LETRAS - PORTUGUÊS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO	AVENIDA ZECA COSTA, S/N, CENTRO, URBANO SANTOS/MA

PORTARIA Nº 1.337, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Instrução Normativa nº 03, de 29 de julho de 2014, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam renovados os reconhecimentos, para fins de expedição e registro de diplomas dos alunos ingressantes até a data de publicação desta Portaria, dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Encerra-se, a pedido das respectivas instituições, a oferta dos cursos cujos reconhecimento foram renovados por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	20073531	PETRÓLEO E GÁS (Tecnológico)	130 (cento e trinta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA OSCAR SOARES, 1466, CENTRO, NOVA IGUAÇU/RJ
2	200903674	COMPUTAÇÃO (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA	FUNDACAO EDUCACIONAL DE CARATINGA FUNEC	RUA NELÍCIO CORDEIRO S/N, ISRAEL PINHEIRO, NANUQUE/MG
3	200906515	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE TAMANDARÉ	SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE EDUCACAO E CULTURA	RUA T-53, QUADRA 92, LOTES 10 E 11, Nº 1.336, SETOR BUENO, GOIÂNIA/GO

PORTARIA Nº 1.338 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa SERES nº 02, de 14 de janeiro de 2013, publicada em 15 de janeiro de 2013, e considerando o disposto na Nota Técnica nº 17/2014/CGARCES/DIREG/SERES, Processo SEI nº 23000.016783/2017-03, e nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos, em caráter excepcional, os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior citadas no Anexo desta Portaria ficam convocadas a celebrar Protocolo de Compromisso com a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, com a finalidade de sanear as fragilidades identificadas por ocasião da avaliação in loco.

Parágrafo único. O Protocolo de Compromisso citado no caput tramitará via sistema e-MEC, no âmbito de processo de Renovação de Reconhecimento a ser aberto de ofício em até 60 dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 3º A renovação de reconhecimento dos cursos constantes do Anexo ficará condicionada ao cumprimento, por parte das Instituições de Educação Superior, das obrigações acordadas no Protocolo de Compromisso citado no artigo anterior.

Parágrafo único. A não celebração do Protocolo de Compromisso, bem como o cumprimento insatisfatório das obrigações nele assumidas, implicará a instauração de Processo Administrativo objetivando a cassação do ato autorizativo de funcionamento do curso, nos termos do Art. 39, parágrafo único, combinado com o inciso II do art. 63 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	20076533	YOGA, ÊNFASE EM YOGATERAPIA (Sequencial)	50 (cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS ESPÍRITA	INSTITUTO DE CULTURA ESPIRITA DO PARANA	RUA TOBIAS DE MACEDO JÚNIOR 246, SANTO INÁCIO, CURITIBA/PR
2	201004236	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SAO PAULO	RUA RIO BRANCO 1780, VILA TEIXEIRA, SALTO/SP
3	201006656	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO	FUNDACAO INSTITUTO DE ENSINO PARA OSASCO	AVENIDA FRANZ VOEGELI 300, VILA YARA, OSASCO/SP
4	201011612	MÚSICA POPULAR (Sequencial)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	CIDADE UNIVERSITÁRIA S/N, CASTELO BRANCO, JOÃO PESSOA/PB

PORTARIA Nº 1.339, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 02, de 29 de julho de 2014, e considerando o disposto no processo e-MEC 201607586, resolve:

Art. 1o Fica reconhecido, em caráter experimental, com base no artigo 81 da Lei n° 9.394/1996, no art. 14 da Resolução CNE/CP n° 03/2002, do Conselho Nacional de Educação e no art. 44, inc. III do Decreto n° 5.773/2006, o Curso Superior de Tecnologia em Turismo Patrimonial e Socioambiental, com 40 (quarenta) vagas totais anuais, ofertado pela Fundação Universidade Federal do Tocantins, na Av. Universitária, S/N, CENTRO, Arraias/TO, mantida pela Fundação Universidade Federal do Tocantins, nos termos do disposto no art. 10, § 7°, do Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.340, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201607957	BIOMEDICINA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY	COMPANHIA NILZA CORDEIRO HERDY DE EDUCACAO E CULTURA	RUA PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY, 1160, , 25 DE AGOSTO, DUQUE DE CAXIAS/RJ
2.	201604733	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE VALE DO GORUTUBA	ASSOCIACAO DE ENSINO VALE DO GORUTUBA S/S LTDA	AVENIDA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 302, CENTRO, NOVA PORTEIRINHA/MG
3.	201609693	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA GUILHERME PINTO, 114, , GRAÇAS, RECIFE/PE
4.	201604867	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE FLAMINGO	FLAMINGO 2001 CURSO FUNDAMENTAL	RUA GEORGE SMITH, 122, , LAPA, SÃO PAULO/SP
5.	201507027	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	80 (oitenta)	Estácio FASE - Faculdade Estácio de Sergipe	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA TEIXEIRA DE FREITAS, 10, , SALGADO FILHO, ARACAJU/SE
6.	201610050	ENGENHARIA DE PETRÓLEO (Bacharelado)	460 (quatrocentas e sessenta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AV. COMENDADOR ENZO FERRARI, 280, , JD. SWIFT, CAMPINAS/SP
7.	201604393	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	FUNDACAO REGIONAL INTEGRADA	AV. UNIVERSIDADE DAS MISSÕES, 464, UNIVERSITÁRIO, SANTO ÂNGELO/RS
8.	201609061	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE FORTALEZA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	RUA CAETANO XIMENES ARAGÃO, 110, ÁGUA FRIA, FORTALEZA/CE
9.	201508402	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE NOSSA CIDADE	CENTRO EDUCACIONAL NOSSA CIDADE LTDA.	AV. FRANCISCO PIGNATARI, 630, , VILA GUSTAVO CORREIA, CARAPICUÍBA/SP
10.	201507280	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DA BAHIA	FATEC -BA FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIENCIAS DA BAHIA LTDA	RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 925 A, , SANTA ISABEL, ALAGOINHAS/BA
11.	201602140	ENGENHARIA AGRÍCOLA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	RUA DR. JOÃO MAXIMIANO, 426, FAFIJAN, CENTRO, JANDAIA DO SUL/PR
12.	201604125	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	Universidade Universus Veritas Guarulhos	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA	PRAÇA TEREZA CRISTINA, 88, , CENTRO, GUARULHOS/SP
13.	201506089	FONOAUDIOLOGIA (Bacharelado)	72 (setenta e duas)	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	QUADRA QNN 14 E PRÉDIO NOVO, , , CEILÂNDIA SUL (CEILÂNDIA), BRASÍLIA/DF
14.	201609245	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE IDEAU DE GETÚLIO VARGAS	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALTO URUGUAI LTDA	RUA JACOB GREMMELMAIER, 215, , CENTRO, GETÚLIO VARGAS/RS
15.	201610264	MEDICINA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - UFRB	AVENIDA CARLOS AMARAL (ANTIGO CAMPUS DO GOVERNO), 1015, CAMPUS SANTO ANTONIO DE JESUS, CAJUEIRO, SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA
16.	201501313	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENECISTA DE OSÓRIO	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE	RUA 24 DE MAIO, 141, , CENTRO, OSÓRIO/RS
17.	201502642	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE PIRACICABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA SANTA CATARINA, S/N, SÍTIO SANTA NEUZA I, PIRACICAMIRIM, PIRACICABA/SP
18.	201506150	MÚSICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	ACESSO A CIDADE ALTA, 5330, SÃO CRISTÓVÃO, CAPINZAL/SC
19.	201608139	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE PROGRESSO	PRO-FAC ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	AVENIDA DOUTOR TIMÓTEO PENTEADO, 4383, - DE 4009/4010 AO FIM, VILA GALVÃO, GUARULHOS/SP
20.	201608990	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	90 (noventa)	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCACAO E CULTURA S/A	RUA MIGUEL CALMON, 22, UNIDADE DO COMERCIO, COMÉRCIO, SALVADOR/BA
21.	201602297	GEOLOGIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE VILA VELHA	SOC EDUC DO ESP SANTO UNIDADE DE V VELHA ENSINO SUPERIO	AV. COMISSÁRIO JOSÉ DANTAS DE MELLO, 21, , BOA VISTA II, VILA VELHA/ES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

22.	201000778	MARKETING (Tecnológico)	60 (sessenta)	Universidade Universus Veritas Guarulhos	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA	AVENIDA BRIGADEIRO LUÍS ANTÔNIO, 909/917, - DE 701 A 1499 - LADO ÍMPAR, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
23.	201609314	GESTÃO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	40 (quarenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI CAMPO GRANDE	SENAI-SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	AVENIDA AFONSO PENA, 1114, AMAMBAÍ, CAMPO GRANDE/MS
24.	201610242	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE INTEGRADA BRASIL AMAZONIA - FIBRA	FACULDADES INTEGRADAS BRASIL AMAZONIA S/S LTDA	AVENIDA GENERALÍSSIMO DEODORO, 1532, AVENIDA GENTIL BITTENCOURT, NAZARÉ, BELÉM/PA
25.	201202223	MATEMÁTICA (Licenciatura)	45 (quarenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	RUA BARÃO DE JEREMOABO, S/N, CAMPUS UNIVERSITÁRIO - FEDERAÇÃO, ONDINA, SALVADOR/BA
26.	201609570	ENFERMAGEM (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS	IPADE - INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO LTDA.	RUA PRINCESA ISABEL, 1920, - DE 995/996 AO FIM, CENTRO, FORTALEZA/CE
27.	201609091	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE INTERNACIONAL DA PARAÍBA	ASPEC SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA MONSENHOR WALFREDO LEAL, 512, TAMBIÁ, JOÃO PESSOA/PB
28.	201604051	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE MACAPÁ	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RODOVIA DUCA SERRA, S/N, KM 05, CABRALZINHO, MACAPÁ/AP
29.	201602917	RADIOLOGIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA	INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA	AVENIDA VISCONDE DE SOUZA FRANCO, 72, , REDUTO, BELÉM/PA
30.	201604360	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ISEIB DE BELO HORIZONTE	SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR CIDADE DE BELO HORIZONTE LTDA - ME	AVENIDA AFONSO PENA, 266, , CENTRO, BELO HORIZONTE/MG
31.	201604179	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE PITÁGORAS	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA PRESIDENTE ANTONIO CARLOS, 4.157, , SÃO FRANCISCO, BELO HORIZONTE/MG
32.	201608897	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	42 (quarenta e duas)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO	ALAMEDA FRANCISCO VIEIRA SIMÕES, 720, , AEROPORTO, GUARAPARI/ES
33.	201607682	INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO NO CAMPO (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	RUA PADRE ANTÔNIO FRANCO, 2417, MATINHA, CAMETÁ/PA
34.	201608200	ENFERMAGEM (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE VALE DO CRICARÉ	INSTITUTO VALE DO CRICARE LTDA	RUA HUMBERTO DE ALMEIDA FRANCKLIN, 01, , UNIVERSITÁRIO, SÃO MATEUS/ES
35.	201358302	COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO - IFMT	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	ESTRADA PARA VILA MATÃO, BR 473, S/N, ESTRADA VILA MATÃO, ZONA RURAL, PONTES E LACERDA/MT
36.	201506959	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE GOVERNADOR VALADARES	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA DOUTOR RAIMUNDO MONTEIRO REZENDE, 330, , CENTRO, GOVERNADOR VALADARES/MG
37.	201507530	PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	460 (quatrocentas e sessenta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AVENIDA CARLOS CONSONI, 10, , JARDIM CANADÁ, RIBEIRÃO PRETO/SP
38.	201610400	EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS (Licenciatura)	60 (sessenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	ESTRADA DO CHAPADÃO, S/N, BR 287, KM 360, ZONA RURAL, JAGUARI/RS
39.	201358888	ARTES VISUAIS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FACULDADE INTERMUNICIPAL DO NOROESTE DO PARANÁ	FUNDACAO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO NOROESTE DO PARANA	RUA MATO GROSSO, 240, TÉRREO, ALTO DA GLÓRIA, LOANDA/PR
40.	201607715	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNINOVAFAPI	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI LTDA	RUA VITORINO ORTHIGES FERNANDES, 6123, URUGUAI, TERESINA/PI
41.	201604098	PRODUÇÃO AUDIOVISUAL (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA ENGENHEIRO ROBERTO FREIRE, 2184, , CAPIM MACIO, NATAL/RN
42.	201603993	PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	ESTRADA DO CAMPO LIMPO, 3677, , CAMPO LIMPO, SÃO PAULO/SP
43.	201506509	MANUTENÇÃO DE AERONAVES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE CAMPO LIMPO PAULISTA	INSTITUTO DE ENSINO CAMPO LIMPO PAULISTA LTDA	RUA GUATEMALA, 167, JARDIM AMÉRICA, CAMPO LIMPO PAULISTA/SP
44.	201609025	EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - UFRB	AVENIDA CENTENÁRIO, 697, , SIM, FEIRA DE SANTANA/BA
45.	201115470	MANUTENÇÃO DE AERONAVES (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FUMEC	FUNDACAO MINEIRA DE EDUCACAO E CULTURA	RUA COBRE, 200, CRUZEIRO, BELO HORIZONTE/MG
46.	201604677	FONOAUDIOLOGIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	Centro Universitário Dinâmica das Cataratas	UNIAO DINAMICA DE FACULDADES CATARATAS UDC LTDA	AVENIDA PARANÁ, 5661, 5661, VILA A, FOZ DO IGUAÇU/PR
47.	201405931	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AVENIDA YOJIRO TAKAOKA, 3500, , APHAVILE, SANTANA DE PARNAÍBA/SP
48.	201604480	PSICOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE CATALÃO	SOCIEDADE CATALANA DE EDUCACAO S/C LTDA - EPP	AVENIDA PRESIDENTE MÉDICI, S/N, SANTA CRUZ, CATALÃO/GO
49.	201605196	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	FUNDACAO EDUCACIONAL DE CRICIUMA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 1105, BLOCO ADMINISTRATIVO, UNIVERSITÁRIO, CRICIÚMA/SC
50.	201114173	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE PAN AMERICANA	INSTITUTO MISSIONARIO DE EDUCACAO SUPERIOR	AVENIDA JOÃO PAULO II, 801, , FATIMA, CAPANEMA/PA

PORTARIA Nº 1.341, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201610199	FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	RUA ANTÔNIA DE LIMA PAIVA, 155, , NOVA ESPERANÇA, PARNAMIRIM/RN
2.	201012530	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	Universidade Universus Veritas Guarulhos	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA	AVENIDA UBERABA, 251, , VILA VIRGÍNIA, ITAQUAQUECETUBA/SP
3.	201602916	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA	INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA	AVENIDA VISCONDE DE SOUZA FRANCO, 72, , REDUTO, BELÉM/PA
4.	200904609	PEDAGOGIA (Licenciatura)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA	FUNDACAO EDUCACIONAL DE CARATINGA FUNEC	RUA ANTÔNIO ONOFRE, 750, MARAJOARA, TEÓFILO OTONI/MG
5.	201505817	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA ALEXANDRE RIZZO, 491, , DESVIO RIZZO, CAXIAS DO SUL/RS
6.	201607956	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FARIAS BRITO	ORGANIZACAO EDUCACIONAL FARIAS BRITO LTDA	RUA CASTRO MONTE, 1364, VARJOTA, FORTALEZA/CE
7.	201609464	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PAULISTA DE ARTES	IBDE INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENV.EMPRESARIAL	AV. BRIGADEIRO LUIS ANTONIO, 1224, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
8.	201604357	CIÊNCIAS ATMOSFÉRICAS (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	AVENIDA VERA PAZ, S/N, , SALÉ, SANTARÉM/PA
9.	201413240	DESIGN DE GAMES (Bacharelado)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA.	RUA TREZE DE MAIO, 1266, , BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
10.	201501762	DIREITO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE CNEC ILHA DO GOVERNADOR	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE	ESTRADA DO GALEÃO, S/N, JARDIM GUANABARA - ILHA DO GOVERNADOR, RIO DE JANEIRO/RJ
11.	201506306	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	60 (sessenta)	INSTITUTO MACHADENSE DE ENSINO SUPERIOR	FUNDACAO MACHADENSE DE COMUNICACAO	AVENIDA FILHAS DE SANT ANA - ROD. BR. 267 - KM 03, S/Nº, DISTRITO INDUSTRIAL, DISTRITO INDUSTRIAL, MACHADO/MG
12.	201506079	ENGENHARIA DE AGRIMENSURA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	RUA LUIZ JOAQUIM DE SÁ BRITO, S/N, , PROMORAR, ITAQUI/RS
13.	200903434	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO CERRADO-PATROCÍNIO	FUNDACAO COMUNITARIA EDUCACIONAL E CULTURAL PATROCINIO	AVENIDA LÍRIA TEREZINHA LASSI CAPUANO, 466, , CHÁCARA DAS ROSAS, PATROCÍNIO/MG
14.	200910879	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	AVENIDA PREFEITO ALBERTO DA SILVA LAVINAS, 1847, , CENTRO, TRÊS RIOS/RJ
15.	201507465	ENGENHARIA AGRONÔMICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS - FEOB	FUNDACAO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS	AV. DR. OCTÁVIO DA SILVA BASTOS, 2439, , JARDIM NOVA SÃO JOÃO, SÃO JOÃO DA BOA VISTA/SP
16.	201611155	INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	BR 367, KM 10, S/N, , RODOVIA PORTO SEGURO/EUNÁPOLIS, PORTO SEGURO/BA
17.	201603649	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	Centro Universitário FADERGS	FADERGS - FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL LTDA.	RUA LUIZ AFONSO, 84, , CIDADE BAIXA, PORTO ALEGRE/RS
18.	201610014	TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	VIA WASHINGTON LUIS, KM 235, S/Nº, MONJOLINHO, SÃO CARLOS/SP
19.	201501784	ENGENHARIA MECATRÔNICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.	AVENIDA DOUTOR ARMANDO SALES OLIVEIRA, 201, , PARQUE UNIVERSITÁRIO, FRANCA/SP
20.	201604389	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	35 (trinta e cinco)	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	FUNDACAO REGIONAL INTEGRADA	AV. BATISTA BONOTTO SOBRINHO, , S/N, SÃO VICENTE, SANTIAGO/RS
21.	201604069	BIOMEDICINA (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST	SOCIEDADE DE EDUCACAO N.S. AUXILIADORA LTDA	AVENIDA MARECHAL FLORIANO, 947, , CENTRO, LAGES/SC
22.	201356790	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	AV. DOM FREI CÂNDIDO M. BAMPI, 2800, BARCELOS., 2020, VITÓRIA, VACARIA/RS
23.	201602340	INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS NATURAIS (Licenciatura)	88 (oitenta e oito)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	AVENIDA MONTEIRO LOBATO, S/Nº, KM 04, JARDIM PITANGUI, PONTA GROSSA/PR
24.	201608511	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E TURISMO DE OLINDA	SOEC SOCIEDADE OLINDENSE DE EDUCACAO E CULTURA	AV.GETÚLIO VARGAS, 1360, BAIRRO NOVO, OLINDA/PE
25.	201012555	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	Universidade Universus Veritas Guarulhos	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA	AVENIDA UBERABA, 251, , VILA VIRGÍNIA, ITAQUAQUECETUBA/SP
26.	201604468	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos	ITPAC-INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS LTDA	AVENIDA FILADÉLFIA, 568, , SETOR OESTE, ARAGUAÍNA/TO

PORTARIA N° 1.342, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e conforme consta do Processo nº 00732.002810/2017-92 e do Despacho Ministerial de 10 de novembro de 20017, que homologa o Parecer CES/CNE n.º 501/2017, referente ao processo e-MEC 200908242, resolve:

Art.1° Fica autorizado o curso de Educação Física, bacharelado, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade Educacional de Cornélio Procópio - FACED (1798), com sede na PR 160, Km 4, s/nº, bairro Conjunto Universitário, no município de Cornélio Procópio, estado do Paraná, mantida pela Sociedade de Ensino e Pesquisa de Cornélio Procópio S/S Ltda. - EPP (1193).

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.343, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201610823	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	INFNET EDUCACAO LTDA.	RUA SÃO JOSÉ, 90, 2º ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ
2.	201509838	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	115 (cento e quinze)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AVENIDA FRANCISCO MANOEL, S/N°, , VILA MATHIAS, SANTOS/SP
3.	201209283	GEOFISICA (Bacharelado)	42 (quarenta e duas)	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	RUA PASSO DA PÁTRIA, 156, CENTRO TECNOLÓGICO, SÃO DOMINGOS, NITERÓI/RJ
4.	201417436	GESTÃO DE TURISMO (Tecnológico)	105 (cento e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA - IFRR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA	AVENIDA GLAYCON DE PAIVA, 2496, , PRICUMÃ, BOA VISTA/RR
5.	201503839	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	Faculdade Anhanguera de Indaiatuba	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA CLÁUDIO DAL CANTON, 89, CIDADE NOVA II, INDAIATUBA/SP
6.	201407989	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA GENERAL OLÍMPIO, 90, CAMPUS, SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO/RJ
7.	201503414	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS	FUNDACAO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS	RUA MAJOR GOTE, 808, , CAIÇARAS, PATOS DE MINAS/MG
8.	201616720	GEOPROCESSAMENTO (Tecnológico)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ MARIANO DA ROCHA FILHO, AVENIDA RORAIMA, 1000, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, CAMOBI, SANTA MARIA/RS
9.	201616679	CIÊNCIAS (Licenciatura)	400 (quatrocentas)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	RUA PROFESSOR ARTHUR RIEDEL, 275, (VL HELLAS), ELDORADO, DIADEMA/SP
10.	201503441	BIOMEDICINA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC	RUA JOSÉ BONGIOVANI, 700, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, CIDADE UNIVERSITÁRIA, PRESIDENTE PRUDENTE/SP
11.	201615766	TEOLOGIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	AVENIDA GUEDNER, 1610, , JARDIM ACLIMAÇÃO, MARINGÁ/PR
12.	201616488	FILOSOFIA (Bacharelado)	28 (vinte e oito)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, 2367, CIDADE UNIVERSITÁRIA, BOA ESPERANÇA, CUIABÁ/MT
13.	201504180	MEDICINA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELA, S/N, SG - 07, ININGA, TERESINA/PI
14.	201616020	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	85 (oitenta e cinco)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFTEC	CENTRO SUPERIOR DE TECNOLOGIA TECBRASIL LTDA	RUA GUSTAVO RAMOS SEHBE, 107, , CINQÜENTENÁRIO, CAXIAS DO SUL/RS
15.	201610831	PEDAGOGIA (Licenciatura)	300 (trezentas)	FACULDADES INTEGRADAS DE CIÊNCIAS HUMANAS, SAÚDE E EDUCAÇÃO DE GUARULHOS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL PRESIDENTE KENNEDY	RUA BARÃO DE MAUÁ, 95, CENTRO, GUARULHOS/SP
16.	201615867	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUSÍADA	FUNDACAO LUSIADA	RUA BATISTA PEREIRA, 265, , MACUCO, SANTOS/SP
17.	201610882	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	RUA DRA. MARIA ZÉLIA CARNEIRO DE FIGUEIREDO, 870, , IGARA III, CANOAS/RS
18.	201610873	PEDAGOGIA (Licenciatura)	300 (trezentas)	FACULDADE ANHANGUERA DE OSASCO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA DOS AUTONOMISTAS, 1325, , VILA CAMPESINA, OSASCO/SP
19.	201616504	HISTÓRIA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC	RUA IMACULADA CONCEIÇÃO, 1155, , PRADO VELHO, CURITIBA/PR
20.	201610858	PEDAGOGIA (Licenciatura)	300 (trezentas)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE VILA VELHA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA CABO AYLSON SIMÕES LOTES 01 A 06, 67, ESQUINA COM RUA CHARLES DARWIN, CENTRO, VILA VELHA/ES
21.	201504162	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE BRASIL	INSTITUTO DE CIENCIA E EDUCACAO DE SAO PAULO	RUA CAROLINA FONSECA, 584, , ITAQUERA, SÃO PAULO/SP
22.	201503431	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE GUARAPARI	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RODOVIA JONES DOS SANTOS NEVES, 1.000, , LAGOA FUNDA, GUARAPARI/ES
23.	201503495	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ	FUNDACAO CULTURAL DE ARAXA	AV. MINISTRO OLAVO DRUMMOND, 5, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, SÃO GERALDO, ARAXÁ/MG
24.	201503661	AGRONOMIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS	FUNDACAO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS	RUA MAJOR GOTE, 808, , CAIÇARAS, PATOS DE MINAS/MG
25.	201616116	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE PARÁ DE MINAS	CONFRARIA N. S. DA PIEDADE DA PAROQUIA DE N. S. DA PIEDADE DE PARA DE MINAS	RUA RICARDO MARINHO, 110, SÃO GERALDO, PARÁ DE MINAS/MG
26.	201503711	RADIOLOGIA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE NOSSA CIDADE	CENTRO EDUCACIONAL NOSSA CIDADE LTDA.	AV. FRANCISCO PIGNATARI, 630, , VILA GUSTAVO CORREIA, CARAPICUÍBA/SP
27.	201503753	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	70 (setenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA - IFRR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA	AVENIDA GLAYCON DE PAIVA, 2496, , PRICUMÃ, BOA VISTA/RR
28.	201616799	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	AV. FERNANDO FERRARI, 514, GOIABEIRAS., 514, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, GOIABEIRAS, VITÓRIA/ES
29.	201411800	RELAÇÕES PÚBLICAS (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS RIO BRANCO	FUNDACAO DE ROTARIANOS DE SAO PAULO	RUA CAPITÃO JOSÉ INÁCIO DO ROSÁRIO, 133, LAPA, SÃO PAULO/SP
30.	201615782	PROCESSOS QUÍMICOS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA PENTÁGONO	INSTITUTO PENTAGONO DE ENSINO SUPERIOR LTDA - EPP	RUA CORONEL FERNANDO PRESTES, 326, , CENTRO, SANTO ANDRÉ/SP
31.	201616998	SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES (Tecnológico)	70 (setenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA	AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO, 720, , JAGUARIBE, JOÃO PESSOA/PB
32.	201412380	ECONOMIA DOMÉSTICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	RUA DOM MANOEL DE MEDEIROS, S/N, , DOIS IRMÃOS, RECIFE/PE
33.	201503379	FARMÁCIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE PAULISTA	SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE EDUCACAO E CULTURA	RUA IPIRANGA, 3460, JARDIM ALTO RIO PRETO, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
34.	201617009	MÚSICA - VIOLA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	AVENIDA JOÃO NAVES DE ÁVILA, 2121, REITORIA, SANTA MÔNICA, UBERLÂNDIA/MG
35.	201504061	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 2501, TERRA FIRME, BELÉM/PA
36.	201503966	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO	CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ ACAO SOCIAL FRANCISCANA	AVENIDA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 218, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, JARDIM SÃO JOSÉ, BRAGANÇA PAULISTA/SP
37.	201610828	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	FACULDADE PITÁGORAS DE BETIM	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK, 229, BETIM, BETIM/MG
38.	201504023	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AV. DOM HÉLDER CÂMARA, 4740-5840, 5080 - LADO PAR, PILARES, RIO DE JANEIRO/RJ
39.	201611017	FILOSOFIA (Licenciatura)	18 (dezoito)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	VIA WASHINGTON LUIS, KM 235, S/Nº, MONJOLINHO, SÃO CARLOS/SP
40.	201509519	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MONTE SERRAT	INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA UNIMONTE S/A	AVENIDA RANGEL PESTANA, 99, VILA MATHIAS, SANTOS/SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

41.	201616817	TEOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO MARANHÃO	SOCIEDADE MARANHENSE DE CULTURA SUPERIOR	RUA DO RANCHO, 110, , CENTRO, SÃO LUÍS/MA
42.	201503418	ENFERMAGEM (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RODOVIA PR-218 - KM 01. SAÍDA ASTORGA .S/N.JARDIM UNIVERSITÁRIO., KM 01, , JARDIM UNIVERSITÁRIO, ARAPONGAS/PR
43.	201615966	MATEMÁTICA (Licenciatura)	112 (cento e doze)	FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO RIBEIRA	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	RUA OSCAR YOSHIAKI MAGÁRIO, 185, TÉRREO, JARDIM DAS PALMEIRAS, REGISTRO/SP
44.	201509945	ALIMENTOS (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO MARANHAO	AVENIDA DOS CURIÓS, S/N, VILA ESPERANÇA, SÃO LUÍS/MA
45.	201200323	DESIGN DE MODA (Bacharelado)	500 (quinhentas)	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	ASSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA	AV. CORA CORALINA, QD. F-25 , LOTE 40, SETOR SUL, GOIÂNIA/GO
46.	201503451	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO	AVENIDA DOS PORTUGUESES, 1966, , VILA BACANGA, SÃO LUÍS/MA
47.	201610960	PEDAGOGIA (Licenciatura)	300 (trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DOS GUARARAPES	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA COMENDADOR JOSÉ DIDIER, 27, , PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
48.	201610790	HISTÓRIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	RUA CONSELHEIRO DIANA, 650, , KENNEDY, JAGUARÃO/RS
49.	201509668	AGRONEGÓCIO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	AV. P.H. ROLFS, S/N, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, VIÇOSA/MG
50.	201610951	HISTÓRIA (Licenciatura)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA MANUEL JOÃO GONÇALVES, 410/412, , ALCÂNTARA, SÃO GONÇALO/RJ

PORTARIA Nº 1.344, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201610993	FILOSOFIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FACULDADE BATISTA BRASILEIRA	CRUZADA MARANATA DE EVANGELIZACAO	RUA ALTINO SERBETO DE BARROS, 174, , PITUBA, SALVADOR/BA
2.	201503517	RADIOLOGIA (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTANNA	INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR	RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 257, , SANTANA, SÃO PAULO/SP
3.	201510171	ALIMENTOS (Tecnológico)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, , NÃO, CAPÃO DO LEÃO/RS
4.	201503552	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU SALVADOR	ABES - SOCIEDADE BAIANA DE ENSINO SUPERIOR LTDA	RUA DOS MARÇONS, 364, CIDADE DA LUZ, PITUBA, SALVADOR/BA
5.	201610769	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA MANUEL JOÃO GONÇALVES, 410/412, , ALCÂNTARA, SÃO GONÇALO/RJ
6.	201504177	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS EINSTEIN DE LIMEIRA	ASSOCIACAO LIMEIRENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RUA RAUL MACHADO, 134, VILA QUEIROZ, LIMEIRA/SP
7.	201509523	ALIMENTOS (Tecnológico)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	AV. COSTA E SILVA, S/N, , CIDADE UNIVERSITÁRIA, CAMPO GRANDE/MS
8.	201116673	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - MODALIDADE MÉDICA (Bacharelado)	33 (trinta e três)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	RUA BOTUCATÚ, 740, EDIF. OCTÁVIO DE CARVALHO, VILA CLEMENTINO, SÃO PAULO/SP
9.	201509805	FARMÁCIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE	INSTITUICAO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE-IEMAT	AVENIDA DOM ORLANDO CHAVES, 2655, CRISTO REI, VÁRZEA GRANDE/MT
10.	201351360	CIÊNCIAS AERONÁUTICAS (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 1440, CAIXA POSTAL 86, SETOR UNIVERSITÁRIO, GOIÂNIA/GO
11.	201206338	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC	FUNDACAO EDUCACIONAL JAYME DE ALTAVILA-FEJAL	RUA DA HARMONIA, S/N, FAROL, MACEIÓ/AL
12.	201417652	FOTOGRAFIA (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA BISPO, Nº 83, BAIRRO RIO COMPRIDO, 83, , RIO COMPRIDO, RIO DE JANEIRO/RJ
13.	201504032	FARMÁCIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DINÂMICA DO VALE DO PIRANGA	SESP SOCIEDADE EDUCACIONAL SUPERIOR DE PONTE NOVA LTDA	RUA G, Nº 205, QUADRA E, PARAÍSO, PONTE NOVA/MG
14.	201503488	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO LESTE DE MINAS GERAIS	UNIAO BRASILIENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RUA BÁRBARA HELIODORA, 725, BOM RETIRO, IPATINGA/MG
15.	201504060	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA LUIS OTÁVIO, 1313, TAQUARAL, CAMPINAS/SP
16.	201509682	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE CAMPO GRANDE	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA VENÂNCIO BORGES DO NASCIMENTO, 377, JARDIM TV MORENA, CAMPO GRANDE/MS
17.	201610871	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO	INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO	ESTRADA MUNICIPAL PASTOR WALTER BOGER, S/N, , FAZENDA LAGOA BONITA, ENGENHEIRO COELHO/SP
18.	201409229	MEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	FUNDACAO EDUCACIONAL DE CRICIUMA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 1105, BLOCO ADMINISTRATIVO, UNIVERSITÁRIO, CRICIÚMA/SC
19.	201611014	PEDAGOGIA (Licenciatura)	54 (cinquenta e quatro)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	AV AVENIDA DOS ESTUDANTES, 5055, , CIDADE UNIVERSITÁRIA, RONDONÓPOLIS/MT
20.	201610964	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA BANDEIRANTES	EDUCARE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.	RUA HADDOCK LOBO, 595, , CERQUEIRA CÉSAR, SÃO PAULO/SP
21.	201503567	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL - AELBRA	BR 285, KM 335, S/Nº, , OURO PRETO, CARAZINHO/RS
22.	201408465	MEDICINA (Bacharelado)	74 (setenta e quatro)	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	RUA URUGUAI, 458, UNIVALI - UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, CENTRO, ITAJAÍ/SC
23.	201616482	LETRAS (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	RUA GABRIEL MONTEIRO DA SILVA, 700, , CENTRO, ALFENAS/MG
24.	201615835	BANCO DE DADOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE TECNOLOGIA DE BELO HORIZONTE	ORME SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AV. RAJA GABAGLIA, 1306, , GUTIERREZ, BELO HORIZONTE/MG
25.	201617002	FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	RUA MANOEL DE ABREU, S/Nº, , MULTIRÃO, ABAETETUBA/PA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

26.	201616293	MATEMÁTICA (Licenciatura)	100 (cem)	UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS	CENTRO DE ESTUDOS UNIFICADOS BANDEIRANTE	AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, 536, , ENCRUZILHADA, SANTOS/SP
27.	201610820	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	300 (trezentas)	FACULDADE REDENTOR	SOCIEDADE UNIVERSITARIA REDENTOR	BR 356, 25, , PRESIDENTE COSTA E SILVA, ITAPERUNA/RJ
28.	201504041	RADIOLOGIA (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SANTA MARCELINA	ASSOCIACAO SANTA MARCELINA	RUA SÃO JOÃO DAS DUAS BARRAS, 95, , ITAQUERA, SÃO PAULO/SP
29.	201504132	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE	LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE	RUA PREFEITA ELIANE BARROS, 2000, TIROL, NATAL/RN
30.	201611002	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	AV. DAVID JONAS FADENI, S/Nº, BR 101 KM 715, JUCA ROSA, EUNÁPOLIS/BA
31.	201503815	FARMÁCIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	ASSOCIACAO DE ENSINO DE RIBEIRAO PRETO	AV. COSTÁBILE ROMANO, 2201, RIBEIRÂNIA, RIBEIRÃO PRETO/SP
32.	201610827	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	350 (trezentas e cinquenta)	FACULDADE DE INFORMÁTICA E ADMINISTRAÇÃO PAULISTA	VSTP EDUCACAO LTDA	AVENIDA LINS DE VASCONCELOS, 1264, , CAMBUCI, SÃO PAULO/SP
33.	201503509	ZOOTECNIA (Bacharelado)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, 2367, CIDADE UNIVERSITÁRIA, BOA ESPERANÇA, CUIABÁ/MT
34.	201616821	MATEMÁTICA (Licenciatura)	60 (sessenta)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA	RODOVIA BR 020, S/N, KM 302, JUBAIA, CANINDÉ/CE
35.	201504074	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE	ASSOCIACAO HOSPITALAR DE PROT INFANCIA DR RAUL CARNEIRO	AVENIDA IGUAÇU, 333, REBOUÇAS, CURITIBA/PR
36.	201610969	LETRAS - PORTUGUÊS (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE PITÁGORAS DO MARANHÃO	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA SÃO LUIS REI DE FRANÇA, 32, , TURU, SÃO LUÍS/MA
37.	201410797	MARKETING (Bacharelado)	350 (trezentas e cinquenta)	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA.	AV. PAULISTA, 2000, , BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
38.	201509554	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE DE CUIABÁ	IUNI UNIC EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA MANOEL JOSÉ DE ARRUDA, 3100, , JARDIM EUROPA, CUIABÁ/MT
39.	201509915	ALIMENTOS (Tecnológico)	52 (cinquenta e duas)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	AVENIDA BRASIL, 4.232, PARQUE INDEPENDÊNCIA, MEDIANEIRA/PR
40.	201615702	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ESTÁCIO DE BELÉM - ESTÁCIO BELÉM	ORGANIZACAO PARAENSE EDUCACIONAL E DE EMPREENDIMENTOS LTDA	AVENIDA GOVERNADOR JOSÉ MALCHER, 1148, NAZARÉ, BELÉM/PA
41.	201509758	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	Faculdade IBGEN	IBGEN EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA PROTÁSIO ALVES, 2.493, - DE 1731 A 2935 - LADO ÍMPAR, PETRÓPOLIS, PORTO ALEGRE/RS
42.	201410754	CIÊNCIAS ATUARIAIS (Bacharelado)	35 (trinta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	AVENIDA DA UNIVERSIDADE, 3890, , BENFICA, FORTALEZA/CE
43.	201610768	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE BARÃO DO RIO BRANCO	UNIAO EDUCACIONAL DO NORTE LTDA	BR 364 KM 02, 200, ALAMEDA HUNGRIA, JARDIM EUROPA II, RIO BRANCO/AC
44.	201504144	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Conselheiro Lafaiete	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	R 482,KM 03, S/N, , GIGANTE, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
45.	201509826	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO FUTURO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE MANHUACU LTDA	RUA DUARTE PEIXOTO, 259, COQUEIRO, MANHUAÇU/MG
46.	201616754	TEOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	RUA VARGINHA, 149, PUC MINAS UBERLÂNDIA, DANIEL FONSECA, UBERLÂNDIA/MG
47.	201509459	CAFEICULTURA (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	ESTRADA DE MUZAMBINHO, 35, , MORRO PRETO, MUZAMBINHO/MG
48.	201615661	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO RIBEIRA	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	RUA OSCAR YOSHIAKI MAGÁRIO, 185, TÉRREO, JARDIM DAS PALMEIRAS, REGISTRO/SP
49.	201615913	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE ITAPECERICA DA SERRA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 1586, CENTRO, ITAPECERICA DA SERRA/SP
50.	201200308	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE IMPERATRIZ	A. REGIAO TOCANTINA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA.	AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS, S/N, RESIDENCIAL KUBITSCHEK, IMPERATRIZ/MA

PORTARIA Nº 1.345, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201610765	FILOSOFIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC	AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 1020, , ZONA 07, MARINGÁ/PR
2.	201610893	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AV. DOM HÉLDER CÂMARA, 4740-5840, 5080 - LADO PAR, PILARES, RIO DE JANEIRO/RJ
3.	201616791	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEEVALE	ASSOCIACAO PRO ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO	ERS 239, Nº 2755, , VILA NOVA, NOVO HAMBURGO/RS
4.	201503689	FARMÁCIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 1.610, , LAGOA NOVA, NATAL/RN
5.	201509973	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DA SAÚDE E ECOLOGIA HUMANA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VESPASIANO LTDA	RUA SÃO PAULO, 958, JARDIM ALTEROSA, VESPASIANO/MG
6.	201509449	ALIMENTOS (Tecnológico)	90 (noventa)	Faculdade de Tecnologia Centec - Sertão Central	INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLOGICO	AVENIDA GERALDO BIZARRIA, 0, , DISTRITO INDUSTRIAL, QUIXERAMOBIM/CE
7.	201209509	HISTÓRIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	RODOVIA BR 465 - KM 7, S/N, , CAMPUS UNIVERSITÁRIO, SEROPÉDICA/RJ
8.	201417658	MEDICINA (Bacharelado)	192 (cento e noventa e duas)	ESCOLA DE MEDICINA SOUZA MARQUES DA FUNDAÇÃO TÉCNICO-EDUCACIONAL SOUZA MARQUES	FUNDACAO TECNICO EDUCACIONAL SOUZA MARQUES	AVENIDA ERNANI CARDOSO, 335, CASCADURA, RIO DE JANEIRO/RJ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.	201509691	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS	SOCIEDADE AMAZONENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA - SAMEC.	RUA PEDRO DIAS LEME, 203, FLORES, MANAUS/AM
10.	201509730	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINABUCO PAULISTA	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, S/N, , CENTRO, PAULISTA/PE
11.	201200300	MEDICINA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	RODOVIA DOURADOS - ITAHUM, KM 12 , , CIDADE UNIVERSITÁRIA, DOURADOS/MS
12.	201509856	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	225 (duzentas e vinte e cinco)	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA JOSÉ ROSOLEN, 171, JARDIM LONDRES, CAMPINAS/SP
13.	201610867	PEDAGOGIA (Licenciatura)	90 (noventa)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE TANGARÁ DA SERRA	UNISERRA - UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE TANGARA DA SERRA LTDA - ME	RUA DEPUTADO HITLER SANSÃO, 1038-W, , JARDIM DO LAGO, TANGARÁ DA SERRA/MT
14.	201615857	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL LTDA	SEP - SUL EQ 704 / 904 CONJUNTO A, S/N, CONJUNTO A, ASA SUL, BRASÍLIA/DF
15.	201503881	BIOMEDICINA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ	ORGANIZACAO EDUCACIONAL BARAO DE MAUA	RUA RAMOS DE AZEVEDO, 423, , JARDIM PAULISTA, RIBEIRÃO PRETO/SP
16.	201509533	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SOROCABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA DR. ARMANDO PANNUNZIO, S/N, , ITANGUÁ, SOROCABA/SP
17.	201610810	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA LUIS OTÁVIO, 1313, TAQUARAL, CAMPINAS/SP
18.	201509890	Gestão e Análise Ambiental (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	VIA WASHINGTON LUIS, KM 235, S/Nº, MONJOLINHO, SÃO CARLOS/SP
19.	201616918	TRADUÇÃO (Bacharelado)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	AVENIDA JOÃO NAVES DE ÁVILA, 2121, REITORIA, SANTA MÔNICA, UBERLÂNDIA/MG
20.	201616950	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (Tecnológico)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA	RUA TRANQUILINO COELHO LEMOS, 671, , DINAMÉRICA, CAMPINA GRANDE/PB
21.	201504225	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	110 (cento e dez)	FACULDADE DE PATO BRANCO	ASSOCIACAO PATOBRANQUENSE DE ENSINO SUPERIOR S.C. LTDA	RUA BENJAMIN BORGES DOS SANTOS, 1100, , FRARON, PATO BRANCO/PR
22.	201503920	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO PERNAMBUCANO DE ENSINO SUPERIOR	ASSOCIACAO PERNAMBUCANA DE ENSINO SUPERIOR - APESU	RUA SÃO MIGUEL, 176, , AFOGADOS, RECIFE/PE
23.	201616484	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE ITAPIRA	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAMPINAS	RODOVIA SP147, KM40,7, 1381, ESQUINA COMA RUA SANTA TEREZINHA, BAIRRO DOS PRADOS, ITAPIRA/SP
24.	201616942	CIÊNCIAS NATURAIS (Licenciatura)	70 (setenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	RUA AUGUSTO CORREA, 01, , GUAMÁ, BELÉM/PA
25.	201503691	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE ANHANGÜERA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA CEARÁ, 333, , MIGUEL COUTO, CAMPO GRANDE/MS
26.	201417739	RELAÇÕES PÚBLICAS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE CÁSPER LÍBERO	FUNDACAO CASPER LIBERO	AVENIDA PAULISTA, 900, 5O ANDAR, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
27.	201610982	PEDAGOGIA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA IRACEMA	CENTRO EDUCACIONAL DE QUALIFICACAO PROFISSIONAL E FORMACAO CONTINUADA CASTRO ALVES LTDA - ME	RUA AIRI, 20 A , , VILA GOMES CARDIM, SÃO PAULO/SP
28.	201504212	ZOOTECNIA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 2501, TERRA FIRME, BELÉM/PA
29.	201615606	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE LINHARES	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA SÃO MATEUS, 1458, , ARAÇÁ, LINHARES/ES
30.	201409250	ARTES VISUAIS (Bacharelado)	54 (cinquenta e quatro)	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	FUNDACAO EDUCACIONAL DE CRICIUMA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 1105, BLOCO ADMINISTRATIVO, UNIVERSITÁRIO, CRICIÚMA/SC
31.	201509567	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE PIO DÉCIMO	ASSOCIACAO DE ENSINO E CULTURA PIO DECIMO LTDA	AV. TANCREDO NEVES, 5655, JABOTIANA, ARACAJU/SE
32.	201410210	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FAI	SEI - SOCIEDADE EDUCACIONAL DE ITAPIRANGA LTDA	RUA CARLOS KUMMER, 100, , UNIVERSITÁRIO, ITAPIRANGA/SC
33.	201510019	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE VILA VELHA	SOC EDUC DO ESP SANTO UNIDADE DE V VELHA ENSINO SUPERIO	AV. COMISSÁRIO JOSÉ DANTAS DE MELLO, 21, , BOA VISTA II, VILA VELHA/ES
34.	201503968	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	BR 163, 3203, , CHÁCARA DAS MANSÕES, CAMPO GRANDE/MS
35.	201509715	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DO AMAZONAS - ESTÁCIO AMAZONAS	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO AMAZONAS LTDA	AVENIDA DJALMA BATISTA, 122, - DE 436/437 AO FIM, CHAPADA, MANAUS/AM
36.	201616768	TEOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC	RUA IMACULADA CONCEIÇÃO, 1155, , PRADO VELHO, CURITIBA/PR
37.	201509769	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES	INSTITUTO NOVOS HORIZONTES DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA LTDA.	RUA ALVARENGA PEIXOTO, 1270, SANTO AGOSTINHO, BELO HORIZONTE/MG
38.	201610914	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE ANHANGÜERA DE SÃO JOSÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA DR. JOÃO BATISTA DE SOUZA SOARES, 4.009, , BAIRRO COMPRIDO, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
39.	201503581	FARMÁCIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	FUNDACAO DOM AGUIRRE	RODOVIA RAPOSO TAVARES, S/N, KM 92,5, JARDIM NOVO ELDORADO, SOROCABA/SP
40.	201615808	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE UBERLÂNDIA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA DOS VINHEDOS, 1200, , MORADA DA COLINA, UBERLÂNDIA/MG
41.	201504240	MEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	RUA GENERAL CORDEIRO DE FARIAS, S/N, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, PETRÓPOLIS, NATAL/RN
42.	201503584	FARMÁCIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	SOCIEDADE PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURA(SPAC)	RUA FÉLIX DA CUNHA, 412, , CENTRO, PELOTAS/RS
43.	201610955	QUÍMICA (Licenciatura)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS	AVENIDA EDMUNDO GAIEVSKI, 1000, , RODOVIA ESTADUAL, REALEZA/PR
44.	201616517	MATEMÁTICA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI	MINISTERIO DA EDUCACAO	AVENIDA BPS, 1303, CAMPUS PROFESSOR JOSÉ RODRIGUES SEABRA, PINHEIRINHO, ITAJUBÁ/MG
45.	201509428	AGROECOLOGIA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	RUA LUIZ GRANDE, S/N, , FREI DAMIÃO, SUMÉ/PB
46.	201350789	CIÊNCIAS SOCIAIS (Bacharelado)	45 (quarenta e cinco)	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO, S/N, , ASA NORTE, BRASÍLIA/DF
47.	201510145	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	100 (cem)	FAL ESTÁCIO - FACULDADE ESTÁCIO DE NATAL	ANEC - SOCIEDADE NATALENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA HENRIQUE DIAS, S/N, , IGAPÓ, NATAL/RN
48.	201509986	ENFERMAGEM (Bacharelado)	55 (cinquenta e cinco)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO	AVENIDA CONSELHEIRO NÉBIAS, 300, , VILA MATHIAS, SANTOS/SP
49.	201610975	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	176 (cento e setenta e seis)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	AVENIDA BRIGADEIRO TROMPOWSKY, S/N, CIDADE UNIVERSITÁRIA, ILHA DO FUNDÃO, RIO DE JANEIRO/RJ
50.	201616824	GEOPROCESSAMENTO (Tecnológico)	50 (cinquenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA	AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO, 720, , JAGUARIBE, JOÃO PESSOA/PB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.346, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201361419	PSICOLOGIA (Bacharelado)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	RUA MYRTES SPERA CONCEIÇÃO, 301, , CONJUNTO NELSON MARCONDES, ASSIS/SP
2.	201504165	ZOOTECNIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	RUA CAMPUS DO PICI, S/N, PICI, FORTALEZA/CE
3.	201617015	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	60 (sessenta)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA	AV. JOSÉ DE FREITAS QUEIROZ, 5000, , CEDRO, QUIXADÁ/CE
4.	201503405	MEDICINA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, 2367, CIDADE UNIVERSITÁRIA, BOA ESPERANÇA, CUIABÁ/MT
5.	201503719	AGRONOMIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	RUA BADEJÓS, LOTE 7, CHACARÁ 69/72, SETOR SEVILHA - ZONA RURAL, GURUPI/TO
6.	201503549	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RUA FELIZARDO FURTADO, 750, PRÉDIO 31102, JARDIM BOTÂNICO, PORTO ALEGRE/RS
7.	201615805	GESTÃO PORTUÁRIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE SÃO VICENTE	UNIAO BRASILEIRA EDUCACIONAL LTDA.	AVENIDA CAPITÃO MOR AGUIAR, 798, , CENTRO, SÃO VICENTE/SP
8.	201616310	MATEMÁTICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA	RODOVIA DO AÇÚCAR, S/N, KM 156, TAQUARAL, PIRACICABA/SP
9.	201616995	MATEMÁTICA (Licenciatura)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	RUA EMÍDIO DOS SANTOS, S/N, BARBALHO, SALVADOR/BA
10.	201509964	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	75 (setenta e cinco)	FACULDADE HERRERO	SOCIEDADE EDUCACIONAL HERRERO LTDA. - SS - EPP	RUA ÁLVARO ANDRADE, 345/322, , PORTÃO, CURITIBA/PR
11.	201503428	ENFERMAGEM (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	FUNDACAO REGIONAL INTEGRADA	AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 1621, , CENTRO, ERECHIM/RS
12.	201616505	MATEMÁTICA (Licenciatura)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI	MINISTERIO DA EDUCACAO	AVENIDA BPS, 1303, CAMPUS PROFESSOR JOSÉ RODRIGUES SEABRA, PINHEIRINHO, ITAJUBÁ/MG
13.	201504151	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE LIMEIRA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA CLARINO PEIXOTO DE OLIVEIRA, 280, , JARDIM MARIA BRUSHI MODENEIS, LIMEIRA/SP
14.	201410334	CINEMA E AUDIOVISUAL (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	MINAS GERAIS EDUCACAO SA	RUA DA BAHIA , 1.764, LOURDES, BELO HORIZONTE/MG
15.	201503374	ENFERMAGEM (Bacharelado)	400 (quatrocentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S/S LTDA	AVENIDA GUSTAVO PAIVA, 5.017, , CRUZ DAS ALMAS, MACEIÓ/AL
16.	201610972	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	Faculdade Anhanguera de Tecnologia de Jundiaí	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA DO RETIRO, 3.000, , RETIRO, JUNDIAÍ/SP
17.	201410949	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE CRUZEIRO	INSTITUTO VALE EDUCACAO	RUA DOS ANDRADAS, 1039, , VILA BRASIL, CRUZEIRO/SP
18.	201615834	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADES INTEGRADAS EINSTEIN DE LIMEIRA	ASSOCIACAO LIMEIRENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RUA RAUL MACHADO, 134, VILA QUEIROZ, LIMEIRA/SP
19.	201616315	LETRAS - PORTUGUÊS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE PARÁ DE MINAS	CONFRARIA N. S. DA PIEDADE DA PAROQUIA DE N. S. DA PIEDADE DE PARA DE MINAS	RUA RICARDO MARINHO, 110, SÃO GERALDO, PARÁ DE MINAS/MG
20.	201615637	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	MINAS GERAIS EDUCACAO SA	AVENIDA AFONSO VAZ DE MELO, 465, CAMPUS UNATEC BARREIRO, BARREIRO, BELO HORIZONTE/MG
21.	201616483	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	35 (trinta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, , NÃO, CAPÃO DO LEÃO/RS
22.	201616006	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE SALVADOR	FACS SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA LUÍS VIANA FILHO, 3146, , PITUAÇU, SALVADOR/BA
23.	201503806	AGRONOMIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	AVENIDA MANOEL SEVERINO BARBOSA, S/N, BOM SUCESSO, ARAPIRACA/AL
24.	201503555	RADIOLOGIA (Tecnológico)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 550, - ATÉ 550 - LADO PAR, VILA LEOPOLDINA, SÃO PAULO/SP
25.	201503954	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DE CACOAL	SOCIEDADE REGIONAL DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA ROSILENE XAVIER TRANSPADINE, 2.070, , JARDIM ELDORADO, CACOAL/RO
26.	201503593	BIOMEDICINA (Bacharelado)	70 (setenta)	UNIVERSIDADE POSITIVO	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA	RUA PROFESSOR PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 5.300, CONECTORA 5, CAMPO COMPRIDO, CURITIBA/PR
27.	201616996	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE PROMOVE DE TECNOLOGIA	UNICA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA JOÃO PINHEIRO, 164, , CENTRO, BELO HORIZONTE/MG
28.	201510029	FARMÁCIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL - UNIPLAN	ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES	AV. PAU BRASIL LOTE, 02, , ÁGUAS CLARAS, BRASÍLIA/DF
29.	201616761	TEOLOGIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE BATISTA BRASILEIRA	CRUZADA MARANATA DE EVANGELIZACAO	RUA ALTINO SERBETO DE BARROS, 174, , PITUBA, SALVADOR/BA
30.	201417755	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	RUA MARCILIO DIAS, 635, TERREO, AEROPORTO, APUCARANA/PR
31.	201503681	ENFERMAGEM (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTANNA	INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR	RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 257, , SANTANA, SÃO PAULO/SP
32.	201616284	FILOSOFIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCACAO E INSTRUCAO	RODOVIA DOM PEDRO I, KM 136, PRÉDIO DA REITORIA, PARQUE DAS UNIVERSIDADES, CAMPINAS/SP
33.	201503474	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO	INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO	ESTRADA DE ITAPECERICA, 5859, , JARDIM IAE, SÃO PAULO/SP
34.	201509558	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC	AV. ENGENHEIRO EUSÉBIO STEVAUX, Nº 823, , JURUBATUBA, SÃO PAULO/SP
35.	201349591	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DOM PEDRO II	INSTITUICAO BAIANA DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AVENIDA ESTADOS UNIDOS, 18, EDF. WILDBERGER, 1º ANDAR, COMÉRCIO, SALVADOR/BA
36.	201504179	BIOMEDICINA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE TALENTOS HUMANOS	INSTITUTO EDUCACIONAL GUILHERME DORCA S/S LTDA	AVENIDA TONICO DOS SANTOS, 333, , JARDIM INDUBERABA, UBERABA/MG
37.	201410030	HOTELARIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA.	RUA DR. ALMEIDA LIMA, 1124 E 1134, CENTRO, BRÁS, SÃO PAULO/SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

38.	201510134	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	Estácio FIB - Centro Universitário Estácio da Bahia	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA ARTHUR DE AZEVÊDO MACHADO, 1225, ED. CIVIL TOWERS - TORRE 2 , COSTA AZUL, SALVADOR/BA
39.	201116600	MEDICINA (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE VITORIA	AVENIDA NOSSA SENHORA DA PENHA, 2190, , SANTA LUIZA, VITÓRIA/ES
40.	201509556	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	200 (duzentas)	Centro Universitário Estácio do Ceará	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	AVENIDA SENADOR FERNANDES TÁVORA, 137-A, , JÓQUEI CLUBE, FORTALEZA/CE
41.	201509566	GESTÃO DO AGRONEGÓCIO (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS	FUNDACAO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS	RUA MAJOR GOTE, 808, , CAIÇARAS, PATOS DE MINAS/MG
42.	201509823	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	350 (trezentas e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS S.A. - SODECAM	AVENIDA JOAQUIM NABUCO, 1232, , CENTRO, MANAUS/AM
43.	201503812	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE	FUNDACAO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL	RODOVIA BENJAMIM IELPO, KM 11, ESTRADA BARRA DO PIRAÍ X VALENÇA, BARRA DO PIRAÍ/RJ
44.	201503411	ENFERMAGEM (Bacharelado)	800 (oitocentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL LTDA	SEP - SUL EQ 704 / 904 CONJUNTO A, S/N, CONJUNTO A, ASA SUL, BRASÍLIA/DF
45.	201503714	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE LINHARES	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA SÃO MATEUS, 1458, , ARAÇÁ, LINHARES/ES
46.	201402844	DIREITO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO	FUNDACAO ARMANDO ALVARES PENTEADO	RUA ALAGOAS, 903, PRÉDIO 2, HIGIENÓPOLIS, SÃO PAULO/SP
47.	201610896	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE ANHANGUERA DE PELOTAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA FERNANDO OSÓRIO, 2.301, TRÊS VENDAS, PELOTAS/RS
48.	201504024	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DA SAÚDE	UNIME - UNIAO METROPOLITANA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E CULTURA LTDA.	AVENIDA LUIS TARQUÍNIO PONTE, 600, CENTRO, LAURO DE FREITAS/BA
49.	201616904	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	45 (quarenta e cinco)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	BR 364, KM 9,5, ZONA RURAL, S/N, PORTO VELHO/RO
50.	201509745	OCEANOGRAFIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	AVENIDA DA ABOLIÇÃO, 3207, MEIRELES, FORTALEZA/CE

PORTARIA Nº 1.347, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201610925	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO	INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO	ESTRADA DE ITAPECERICA, 5859, , JARDIM IAE, SÃO PAULO/SP
2.	201503780	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANGLO-AMERICANO DE JOÃO PESSOA	NUCLEO INTEGRADO DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA - ME	LADEIRA DE SÃO FRANCISCO, 16, CENTRO, JOÃO PESSOA/PB
3.	201615628	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE	FUNDACAO COMUNITARIA TRICORDIANA DE EDUCACAO	AV. CASTELO BRANCO, 82, , CHÁCARA DAS ROSAS, TRÊS CORAÇÕES/MG
4.	201410600	RÁDIO, TV E INTERNET (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PAULUS DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO	PIA SOCIEDADE DE SAO PAULO	RUA MAJOR MARAGLIANO, 191, VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP
5.	201611013	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA 28 DE MARÇO, 423 - CENTRO, 423, CENTRO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
6.	201509895	AGROINDÚSTRIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS, S/N, CIDADE UNIVERSITÁRIA - CAMPUS III, CENTRO, BANANEIRAS/PB
7.	201504224	FARMÁCIA (Bacharelado)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	AVENIDA DOUTOR CÂNDIDO XAVIER DE ALMEIDA SOUZA, 200, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, CENTRO CÍVICO, MOGI DAS CRUZES/SP
8.	201503824	RADIOLOGIA (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY	COMPANHIA NILZA CORDEIRO HERDY DE EDUCACAO E CULTURA	AVENIDA DOUTOR MÁRIO GUIMARÃES, 894, , CENTRO, NOVA IGUAÇU/RJ
9.	201504124	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	220 (duzentas e vinte)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 1.610, , LAGOA NOVA, NATAL/RN
10.	201409223	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	108 (cento e oito)	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	FUNDACAO EDUCACIONAL DE CRICIUMA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 1105, BLOCO ADMINISTRATIVO, UNIVERSITÁRIO, CRICIÚMA/SC
11.	201503645	ENFERMAGEM (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ANHANGÜERA DE BAURU	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA MOUSSA NAKHL TOBIAS, 3-33, PARQUE RESIDENCIAL DO CASTELO, BAURU/SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE FISCALIZAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA CIRCULAR Nº 3.848, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Divulga instruções para o registro de operações de crédito contratadas ao amparo do art. 5º, § 1º e do art. 5º, § 2º, inciso II, da Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017, no Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público (Cadip).

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Devem ser registradas no Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público (Cadip), por meio da transação PDIP500, do Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen), opção "1", ação "1", nas modalidades abaixo, as operações com e sem garantia da União objeto do art. 5º, § 1º, bem como aquelas alcançadas pelo art. 5º, § 2º, inciso II, ambos da Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017:

I - modalidade AT - "Resolução 4.589/17 - Contratações Art. 5º, § 1º - Com garantia da União";

II - modalidade AL - "Resolução 4.589/17 - Contratações Art. 5º, § 1º - Sem garantia da União";

III - modalidade AD - "Resolução 4.589/17 - Contratações Art. 5º, § 2º, inciso II.

Parágrafo único. Na ocasião dos registros a que se refere o caput, deve ser informado, no campo "Autorização Legal", o número do documento de comprovação de autorização emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Art. 2º A consulta aos valores já contratados nas modalidades referidas no artigo 1º está disponível na transação PDIP550, do Sisbacen, opção 14, Relatórios/Outras Consultas, mediante a utilização dos relatórios: i) "Resolução 4.589/17 - Contratações Art. 5º, § 1º - Com garantia da União"; ii) "Resolução 4.589/17 - Contratações Art. 5º, § 1º - Sem garantia da União"; e iii) "Resolução 4.589/17 - Contratações Art. 5º. § 2º, inciso II".

Art. 3º A partir da vigência da Resolução nº 4.589, de 2017, estarão disponíveis no Cadip, para novas contratações, somente as modalidades de que trata o art. 1º desta Carta Circular e as modalidades a seguir:

01 - Adiantamento a depositantes, exceto câmbio;

07 - Operação de Crédito de Amparo à Exportação;

26 - Res. 3.647/08 - Contratações Petrobras, Subsidiárias e Controladas;

33 - Aval, fiança e outras garantias bancárias;

36 - Credito rotativo;

73 - Financiamento Destaque PR-AG. Fomento/Demais IFs-Res. 2945/02;

92 - Operações de instituição em liquidação/cancelada/encerrada;

94 - Operação cedida para instituição não financeira;

97 - Operações baixadas como prejuízo;

98 - Operações de empresas privatizadas/liquidadas;

EL - Resolução 3.940/10 - Contratações Eletrobrás, subsidiárias e controladas;

A4 - Resolução 4.605 - Contratações Limite Art. 4º.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às operações de crédito cuja proposta firme seja protocolada na Secretaria do Tesouro Nacional até 31 de dezembro de 2017, conforme estabelece o art. 9º da Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017.

Art. 4º Esta Carta Circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

CARTA CIRCULAR Nº 3.849, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Divulga instruções para o registro de operações de crédito contratadas ao amparo do art. 4º da Resolução nº 4.605, de 19 de outubro de 2017, no Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público (Cadip).

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 13 da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 4.605, de 19 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Devem ser registradas no Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público (Cadip), por meio da transação PDIP500, do Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen), opção "1", ação "1", na modalidade A4 - "Resolução 4.605 - Contratações Limite Art. 4º", as operações contratadas na forma dos incisos I a VII do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Parágrafo único. Na ocasião do registro mencionado no caput, deve ser informado, no campo "Autorização Legal", o número do documento de comprovação de autorização emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Art. 2º A consulta aos valores já contratados na modalidade referida no art. 1º está disponível na transação PDIP550, do Sisbacen, opção 14, Relatórios/Outras Consultas, mediante a utilização do relatório "Resolução 4.605/17 - Contratações Limite Art. 4º".

Art. 3º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 174, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Publica o Convênio ICMS 190/17, aprovado na 167ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 15.12.2017.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, torna público que na 167ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 15 de dezembro de 2017, foi celebrado o seguinte normativo:

CONVÊNIO ICMS 190/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe, nos termos autorizados na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, sobre a remissão de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, bem como sobre as correspondentes reinstituições.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, e na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Este convênio dispõe sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, instituídos, por legislação estadual ou distrital publicada até 8 de agosto de 2017, em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, bem como sobre a reinstituição dessas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, observado o contido na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, e neste convênio.

§ 1º Para os efeitos deste convênio, as referências a "benefícios fiscais" consideram-se relativas a "isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS".

§ 2º Para os efeitos deste convênio, considera-se:

I - atos normativos: quaisquer atos instituidores dos benefícios fiscais publicados até 8 de agosto de 2017;

II - atos concessivos: quaisquer atos de concessão dos benefícios fiscais editados com base nos atos normativos de que trata o inciso I deste parágrafo;

III - registro e depósito: atos de entrega pela unidade federada, em meio digital, à Secretaria Executiva do CONFAZ, de relação com a identificação dos atos normativos e concessivos dos benefícios fiscais e da correspondente documentação comprobatória, assim entendida os próprios atos e suas alterações, para arquivamento perante a Secretaria Executiva do CONFAZ.

§ 3º O disposto neste convênio não se aplica aos benefícios fiscais instituídos por legislação estadual, nos termos do art. 15 da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, e pelo art. 4º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ambos com fundamento no art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal.

§ 4º Para os fins do disposto neste convênio, os benefícios fiscais concedidos para fruição total ou parcial, compreendem as seguintes espécies:

I - isenção;

II - redução da base de cálculo;

III - manutenção de crédito;

IV - devolução do imposto;

V - crédito outorgado ou crédito presumido;

VI - dedução de imposto apurado;

VII - dispensa do pagamento;

VIII - dilação do prazo para pagamento do imposto, inclusive o devido por substituição tributária, em prazo superior ao estabelecido no Convênio ICM 38/88, de 11 de outubro de 1988, e em outros acordos celebrados no âmbito do CONFAZ;

IX - antecipação do prazo para apropriação do crédito do ICMS correspondente à entrada de mercadoria ou bem e ao uso de serviço previstos nos arts. 20 e 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;

X - financiamento do imposto;

XI - crédito para investimento;

XII - remissão;

XIII - anistia;

XIV - moratória;

XV - transação;

XVI - parcelamento em prazo superior ao estabelecido no Convênio ICM 24/75, de 5 de novembro de 1975, e em outros acordos celebrados no âmbito do CONFAZ;

XVII - outro benefício ou incentivo, sob qualquer forma, condição ou denominação, do qual resulte, direta ou indiretamente, a exoneração, dispensa, redução, eliminação, total ou parcial, do ônus do imposto devido na respectiva operação ou prestação, mesmo que o cumprimento da obrigação vincule-se à realização de operação ou prestação posterior ou, ainda, a qualquer outro evento futuro.

Cláusula segunda As unidades federadas, para a remissão, para a anistia e para a reinstituição de que trata este convênio, devem atender as seguintes condicionantes:

I - publicar, em seus respectivos diários oficiais, relação com a identificação de todos os atos normativos, conforme modelo constante no Anexo Único, relativos aos benefícios fiscais, instituídos por legislação estadual ou distrital publicada até 8 de agosto de 2017, em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal;

II - efetuar o registro e o depósito, na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, da documentação comprobatória correspondente aos atos concessivos dos benefícios fiscais mencionados no inciso I do caput desta cláusula, inclusive os correspondentes atos normativos, que devem ser publicados no Portal Nacional da Transparência Tributária instituído nos termos da cláusula sétima e disponibilizado no sítio eletrônico do CONFAZ.

§ 1º O disposto nos incisos I e II do caput estendem-se aos atos que não se encontrem mais em vigor, observando quanto à reinstituição o disposto na cláusula nona.

§ 2º Na hipótese de um ato ser, cumulativamente, de natureza normativa e concessiva, deve-se atender ao disposto nos incisos I e II do caput desta cláusula.

§ 3º A Secretaria Executiva do CONFAZ responsabiliza-se pela guarda da relação e da documentação comprobatória de que trata o inciso III do § 2º da cláusula primeira e deve certificar o registro e o depósito.

Cláusula terceira A publicação no Diário Oficial do Estado ou do Distrito Federal da relação com a identificação de todos os atos normativos de que trata o inciso I do caput da cláusula segunda deve ser feita até as seguintes datas:

I - 29 de março de 2018, para os atos vigentes em 8 de agosto de 2017;

II - 30 de setembro de 2018, para os atos não vigentes em 8 de agosto de 2017.

Parágrafo único. O CONFAZ pode, em casos específicos, observado o quórum de maioria simples, autorizar que o cumprimento da exigência prevista no caput desta cláusula seja feita até 28 de dezembro de 2018, devendo o pedido da unidade federada requerente se fazer acompanhar da identificação dos atos normativos objeto da solicitação, na forma do modelo constante no Anexo Único.

Cláusula quarta O registro e o depósito na Secretaria Executiva do CONFAZ da documentação comprobatória correspondente aos atos concessivos dos benefícios fiscais de que trata o inciso II do caput da cláusula segunda, devem ser feitas até as seguintes datas:

I - 29 de junho de 2018, para os atos vigentes na data do registro e do depósito;

II - 28 de dezembro de 2018, para os atos não vigentes na data do registro e do depósito.

Parágrafo único. O CONFAZ pode, em casos específicos, observado o quórum de maioria simples, autorizar que o cumprimento da exigência prevista no caput desta cláusula seja feita até 28 de dezembro de 2018, devendo o pedido da unidade federada requerente se fazer acompanhar da documentação comprobatória correspondente aos atos concessivos dos benefícios fiscais.

Cláusula quinta A publicação no Portal Nacional da Transparência Tributária de que trata o inciso II do caput da cláusula segunda deve ser realizada pela Secretaria Executiva do CONFAZ até 30 (trinta) dias após o respectivo registro e depósito.

Cláusula sexta Os atos normativos e os atos concessivos relativos aos benefícios fiscais que não tenham sido objeto da publicação, do registro e do depósito, de que trata a cláusula segunda, devem ser revogados até 28 de dezembro de 2018 pela unidade federada concedente.

Cláusula sétima Fica instituído o Portal Nacional da Transparência Tributária, disponibilizado no sítio eletrônico do CONFAZ, onde devem ser publicadas as informações e a documentação comprobatória dos atos normativos e dos atos concessivos relativos aos benefícios fiscais, reservado o acesso às administrações tributárias dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º Juntamente com a documentação comprobatória dos benefícios fiscais, cada unidade federada deve prestar as informações referidas no caput, e mantê-las atualizadas, em formato a ser definido pela Secretaria Executiva do CONFAZ, por meio de Despacho do Secretário Executivo, devendo conter os seguintes dados:

I - espécie do ato normativo, tais como: lei, decreto, portaria, resolução;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - número e a data do ato normativo e das suas alterações;

III - data de publicação do ato normativo no diário oficial da unidade federada declarante;

IV - especificação do enquadramento dos benefícios fiscais previstos nos incisos I a V da cláusula décima;

V - espécie do ato concessivo, tais como: lei, decreto, portaria, resolução, termo de acordo, protocolo de intenção, regime especial, despacho, autorização específica;

VI - número do ato concessivo, se houver;

VII - data do ato concessivo, se houver;

VIII - data da publicação do ato concessivo no diário oficial, se houver;

IX - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do estabelecimento beneficiário;

X - razão social do contribuinte beneficiário;

XI - especificação do benefício fiscal, conforme § 4º da cláusula primeira;

XII - operações e prestações alcançadas pelos benefícios fiscais;

XIII - segmento econômico, atividade, mercadoria ou serviço cujo benefício fiscal foi alcançado;

XIV - termo inicial de fruição do ato concessivo;

XV - termo final de fruição do ato concessivo.

§ 2º A cada alteração dos benefícios fiscais, devem ser atualizadas as informações previstas nos incisos do § 1º desta cláusula junto à Secretaria Executiva do CONFAZ até o último dia útil do mês subsequente ao da publicação do ato normativo ou concessivo que os instituiu, concedeu, alterou ou revogou.

Cláusula oitava Ficam remitidos e anistiados os créditos tributários do ICMS, constituídos ou não, decorrentes dos benefícios fiscais instituídos, por legislação estadual ou distrital publicada até 8 de agosto de 2017, em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

§ 1º A remissão e a anistia previstas no caput desta cláusula aplicam-se também aos benefícios fiscais:

I - desconstituídos judicialmente, por não atender o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal;

II - decorrentes de, no período de 8 de agosto de 2017 até a data da reinstituição, desde que a reinstituição não ultrapasse 28 de dezembro de 2018:

a) concessão pela unidade federada a contribuinte localizado em seu território, com base em ato normativo vigente em 8 de agosto de 2017, observadas suas condições e limites;

b) prorrogação pela unidade federada de ato normativo ou concessivo;

c) modificação pela unidade federada de ato normativo ou concessivo, para reduzir-lhe o alcance ou montante.

§ 2º A remissão e a anistia previstas no caput desta cláusula ficam condicionadas à desistência:

I - de ações ou embargos à execução fiscal relacionados com os respectivos créditos tributários, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos, com a quitação integral pelo sujeito passivo das custas e demais despesas processuais;

II - de impugnações, defesas e recursos eventualmente apresentados pelo sujeito passivo no âmbito administrativo;

III - pelo advogado do sujeito passivo da cobrança de eventuais honorários de sucumbência da unidade federada.

Cláusula nona Ficam as unidades federadas autorizadas, até 28 de dezembro de 2018, a reinstituir os benefícios fiscais, por meio de legislação estadual ou distrital, publicada nos respectivos diários oficiais, decorrentes de atos normativos editados pela respectiva unidade federada, publicados até 8 de agosto de 2017, e que ainda se encontrem em vigor, devendo haver a informação à Secretaria Executiva nos termos do § 2º da cláusula sétima.

§ 1º O disposto no caput aplica-se também à modificação do ato normativo, a partir de 8 de agosto de 2017, para prorrogar ou reduzir o alcance ou o montante dos benefícios fiscais.

§ 2º Não havendo a reinstituição prevista no caput desta cláusula, a unidade federada deve revogar, até 28 de dezembro de 2018, os respectivos atos normativos e os atos concessivos deles decorrentes.

§ 3º Nas hipóteses do parágrafo único da cláusula terceira e do parágrafo único da cláusula quarta o prazo previsto no caput desta cláusula passa a ser a do último dia do terceiro mês subsequente àquele em que realizado o respectivo registro e depósito, prevalecendo o prazo previsto no caput desta cláusula, caso superior.

Cláusula décima As unidades federadas que editaram os atos e que atenderam as exigências previstas na cláusula segunda ficam autorizadas a conceder ou prorrogar os benefícios fiscais, nos termos dos atos vigentes na data da publicação da ratificação nacional deste convênio, desde que o correspondente prazo de fruição não ultrapasse:

I - 31 de dezembro de 2032, quanto àqueles destinados ao fomento das atividades agropecuária e industrial, inclusive agroindustrial, e ao investimento em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano;

II - 31 de dezembro de 2025, quanto àqueles destinados à manutenção ou ao incremento das atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio internacional, incluída a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador;

III - 31 de dezembro de 2022, quanto àqueles destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria;

IV - 31 de dezembro de 2020, quanto àqueles destinados às operações e prestações interestaduais com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura;

V - 31 de dezembro de 2018, quanto aos demais.

§ 1º Na hipótese de haver ato normativo ou ato concessivo dos benefícios fiscais, cujos termos finais de fruição ultrapassem os prazos-limites previstos nos incisos I a V do caput desta cláusula, a unidade federada concedente deve ajustar os prazos de fruição aos correspondentes prazos-limites previstos nesta cláusula.

§ 2º A unidade federada concedente pode, a qualquer tempo, revogar ou modificar o ato normativo ou o ato concessivo ou reduzir o seu alcance ou o montante dos benefícios fiscais, antes do seu termo final de fruição.

§ 3º A aplicação do disposto no § 2º desta cláusula, não pode:

I - resultar em benefícios fiscais em valor superior ao que o contribuinte podia usufruir antes da modificação do ato concessivo;

II - retirar ou reduzir condições previstas no ato normativo vigente em 8 de agosto de 2017, no qual se fundamenta o ato concessivo.

§ 4º Os atos concessivos, cujos atos normativos tenham sido reinstituídos e desde que cumpridas as exigências previstas na cláusula segunda, permanecem vigentes e produzindo efeitos como normas regulamentadoras nas respectivas unidades federadas concedentes dos benefícios fiscais, nos termos desta cláusula.

Cláusula décima primeira O enquadramento dos benefícios fiscais, de acordo com os incisos I a V do caput da cláusula décima, para efeito de definição do prazo máximo de fruição, inclusive na hipótese de prorrogação, deve ser feito, nos termos da cláusula décima, pela unidade federada concedente.

§ 1º Sobre o enquadramento apresentado pela unidade federada concedente, qualquer outra unidade federada pode formalizar, em até 180 (cento e oitenta) dias após a disponibilização prevista na cláusula quinta, contestação e sugestão de reenquadramento junto à Secretaria Executiva do CONFAZ.

§ 2º Havendo a contestação de que trata o § 1º:

I - a unidade federada concedente pode apresentar contrarrazões em até 30 dias, contados da comunicação pela Secretaria Executiva do CONFAZ;

II - o CONFAZ deve decidir, em até 60 (sessenta) dias após as contrarrazões, observado o quórum previsto para a aprovação deste convênio.

§ 3º Provida a contestação, o reenquadramento produzirá efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação da decisão.

Cláusula décima segunda Os Estados e o Distrito Federal podem estender a concessão dos benefícios fiscais referidos na cláusula décima, a outros contribuintes estabelecidos em seu respectivo território, sob as mesmas condições e nos prazos-limites de fruição.

Parágrafo único. O ato concessivo relativo à extensão e a sua documentação comprobatória devem ser registrados e depositados junto à Secretaria Executiva do CONFAZ, na forma prevista na cláusula segunda, até o último dia do primeiro mês subsequente ao da sua edição.

Cláusula décima terceira Os Estados e o Distrito Federal podem aderir aos benefícios fiscais, reinstituídos, concedidos ou prorrogados por outra unidade federada da mesma região, na forma das cláusulas nona e décima, enquanto vigentes.

§ 1º O ato de adesão deve atender as formalidades previstas no inciso II da cláusula segunda até o último dia do primeiro mês subsequente ao da sua edição.

§ 2º O ato de adesão pode reduzir o alcance ou o montante dos benefícios fiscais.

§ 3º Os benefícios fiscais concedidos por adesão podem vigorar, no máximo, nos mesmos prazos e nas mesmas condições do ato vigente no momento da adesão.

§ 4º Da adesão não pode resultar relocalização de estabelecimento do contribuinte de uma unidade federada para outra unidade.

Cláusula décima quarta As unidades federadas acordam em permitir, mutuamente, o acesso irrestrito, nos termos previstos em ajuste SINIEF, às informações constantes dos documentos fiscais eletrônicos emitidos e da escrituração fiscal digital dos contribuintes.

Cláusula décima quinta A remissão ou a não constituição de créditos tributários concedidas por lei da unidade federada de origem da mercadoria, do bem ou do serviço, nos termos deste convênio, afastam as sanções previstas no art. 8º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, retroativamente à data original de concessão dos benefícios fiscais de que trata a cláusula primeira, vedadas a restituição e a compensação de tributo e a apropriação de crédito extemporâneo por sujeito passivo.

Cláusula décima sexta Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ANEXO ÚNICO

(inciso I do caput da cláusula segunda)

RELAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS RELATIVOS ÀS ISENÇÕES, AOS INCENTIVOS E AOS BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS DE QUE TRATA O INCISO I DO ***CAPUT*** DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 7 DE AGOSTO DE 2017

APÊNDICE I - ATOS NORMATIVOS VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017

UNIDADE FEDERADA (1):				DISPOSITIVO ESPECÍFICO (6)	DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOE (7)	TERMO INICIAL (8)	OBSERVAÇÕES (9)
ITEM (2)	ATOS (3)	NÚMERO (4)	EMENTA OU ASSUNTO (5)				

APÊNDICE II - ATOS NORMATIVOS NÃO VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017

UNIDADE FEDERADA (1):				DISPOSITIVO ESPECÍFICO (6)	DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOE DOE (7)	TERMO INICIAL (8)	TERMO FINAL (9)	OBSERVAÇÕES (10)
ITEM (2)	ATOS (3)	NÚMERO (4)	EMENTA OU ASSUNTO (5)					
							-	
							-	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Orientações para Preenchimento do ANEXO ÚNICO:

(1) Unidade federada: informar a unidade federada declarante

(2) Item: informar número sequencial em arábico

(3) Atos: informar a espécie do ato normativo, tais como: leis, decretos, portarias, resoluções

(4) Número: informar o número do ato normativo e das suas alterações

(5) Ementa ou assunto: informar a ementa do ato normativo ou o assunto na hipótese em que não haja ementa ou essa não seja suficiente para a identificação dos benefícios fiscais

(6) Dispositivo específico: na hipótese em que o benefício fiscal for instituído por legislação que trate de outra matéria, preencher este campo com o dispositivo específico da legislação que os instituiu

(7) Data da publicação no DOE: informar a data de publicação do ato no diário oficial da unidade federada declarante, no formato dd/mm/aaaa

(8) Termo Inicial: informar o termo inicial de produção de efeitos do ato normativo, no formato dd/mm/aaaa

(9) Observações Apêndice I: campo de livre preenchimento com informações adicionais prestadas a critério da unidade federada

(9) Observações Apêndice II: campo de livre preenchimento com informações adicionais prestadas a critério da unidade federada

(10) Termo Final Apêndice II: informar o termo final de produção de efeitos do ato normativo, no formato dd/mm/aaaa.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 3.300, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Portaria RFB nº 2.466, de 28 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a jurisdição fiscal das Unidades Descentralizadas da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XV do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º A Portaria RFB nº 2.466, de 28 de dezembro de 2010, passa a vigorar acrescida do art. 4º-A:

"Art. 4º-A As Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes em São Paulo (Demac/SPO) e em Belo Horizonte (Demac/BHE) têm jurisdição preferencial, em todo o território nacional, sobre os contribuintes diferenciados, pessoas jurídicas e físicas, respectivamente, conforme critérios previstos em norma específica da RFB."

Art. 2º O Anexo I da Portaria RFB nº 2.466, de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Município	UF	TOM	Unidade Local	Delegacia
1ª Região Fiscal				
Alto Araguaia	MT	9005	ARF - Rondonópolis (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Alto Garças	MT	9007	ARF - Rondonópolis (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Alto Paraguai	MT	9009	ARF - Tangará da Serra (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Alto Taquari	MT	9911	ARF - Rondonópolis (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Amambaí	MS	9011	DRF - Dourados (MS)	DRF - Dourados (MS)
Antônio João	MS	9017	DRF - Dourados (MS)	DRF - Dourados (MS)
Aparecida do Taboado	MS	9019	ARF - Três Lagoas (MS)	DRF - Campo Grande (MS)
Araguainha	MT	9023	ARF - Barra do Garças (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Aral Moreira	MS	9171	DRF - Dourados (MS)	DRF - Dourados (MS)
Araputanga	MT	8989	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Arenápolis	MT	9025	ARF - Tangará da Serra (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Campos de Júlio	MT	1032	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Cassilândia	MS	9057	ARF - Três Lagoas (MS)	DRF - Campo Grande (MS)
Chapadão do Sul	MS	9787	ARF - Rio Verde de Mato Grosso (MS)	DRF - Campo Grande (MS)
Conquista d"Oeste	MT	1082	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Coronel Sapucaia	MS	9997	DRF - Dourados (MS)	DRF - Dourados (MS)
Corumbá	MS	9063	ARF - Aquidauana (MS)	DRF - Campo Grande (MS)
Costa Rica	MS	9803	ARF - Rio Verde de Mato Grosso (MS)	DRF - Campo Grande (MS)
Curvelândia	MT	1084	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Diamantino	MT	9069	ARF - Tangará da Serra (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Figueirão	MS	1178	ARF - Rio Verde de Mato Grosso (MS)	DRF - Campo Grande (MS)
Figueirópolis d"Oeste	MT	9881	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Glória d"Oeste	MT	135	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Goianésia	GO	9371	ARF - Ceres (GO)	DRF - Anápolis (GO)
Indiavaí	MT	9877	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Inocência	MS	9087	ARF - Três Lagoas (MS)	DRF - Campo Grande (MS)
Jaraguá	GO	9431	ARF - Ceres (GO)	DRF - Anápolis (GO)
Jauru	MT	8991	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Joviânia	GO	9437	ARF - Itumbiara (GO)	DRF - Goiânia (GO)
Ladário	MS	9103	ARF - Aquidauana (MS)	DRF - Campo Grande (MS)
Lambari d"Oeste	MT	137	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Mimoso de Goiás	GO	9931	ARF - Uruaçu (GO)	DRF - Anápolis (GO)
Mirassol d"Oeste	MT	9177	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Nobres	MT	9117	DRF - Cuiabá (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Nortelândia	MT	9119	ARF - Tangará da Serra (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Nova Lacerda	MT	1040	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Nova Maringá	MT	111	ARF - Tangará da Serra (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Nova Mutum	MT	9937	ARF - Sinop (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Padre Bernardo	GO	9509	ARF - Uruaçu (GO)	DRF - Anápolis (GO)
Paraíso das Águas	MS	1196	ARF - Rio Verde de Mato Grosso (MS)	DRF - Campo Grande (MS)
Paranaíba	MS	9125	ARF - Três Lagoas (MS)	DRF - Campo Grande (MS)
Paranhos	MS	9739	DRF - Dourados (MS)	DRF - Dourados (MS)
Ponta Porã	MS	9131	DRF - Dourados (MS)	DRF - Dourados (MS)
Ponte Branca	MT	9133	ARF - Barra do Garças (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Pontes e Lacerda	MT	8999	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Reserva do Cabaçal	MT	9879	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Rio Branco	MT	8995	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Rosário Oeste	MT	9153	DRF - Cuiabá (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Salto do Céu	MT	8997	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Santa Rita do Araguaia	GO	9583	ARF - Jataí (GO)	DRF - Goiânia (GO)
Santa Rita do Novo Destino	GO	1062	ARF - Uruaçu (GO)	DRF - Anápolis (GO)
Santa Rita do Trivelato	MT	1096	ARF - Sinop (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
Santa Terezinha de Goiás	GO	9589	ARF - Ceres (GO)	DRF - Anápolis (GO)
São José do Rio Claro	MT	9199	ARF - Tangará da Serra (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
São José dos Quatro Marcos	MT	8993	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
São Valério da Natividade	TO	9691	ARF - Gurupi (TO)	DRF - Palmas (TO)
Vale de São Domingos	MT	1102	IRF - Cáceres (MT)	DRF - Cuiabá (MT)
2ª Região Fiscal				
Acrelândia	AC	643	DRF - Rio Branco (AC)	DRF - Rio Branco (AC)
Almeirim	PA	409	DRF - Macapá (AP)	DRF - Macapá (AP)
Assis Brasil	AC	157	IRF - Epitaciolândia (AC)	DRF - Rio Branco (AC)
Autazes	AM	207	DRF - Manaus (AM)	DRF - Manaus (AM)
Borba	AM	217	DRF - Manaus (AM)	DRF - Manaus (AM)
Brasiléia	AC	105	IRF - Epitaciolândia (AC)	DRF - Rio Branco (AC)
Calçoene	AP	603	DRF - Macapá (AP)	DRF - Macapá (AP)
Canutama	AM	219	ARF - Humaitá (AM)	DRF - Manaus (AM)
Caracaraí	RR	303	DRF - Boa Vista (RR)	DRF - Boa Vista (RR)
Caroebe	RR	30	DRF - Boa Vista (RR)	DRF - Boa Vista (RR)
Curuá	PA	50	ARF - Óbidos (PA)	DRF - Santarém (PA)
Epitaciolândia	AC	651	IRF - Epitaciolândia (AC)	DRF - Rio Branco (AC)
Gurupá	PA	461	DRF - Macapá (AP)	DRF - Macapá (AP)
Iracema	RR	32	DRF - Boa Vista (RR)	DRF - Boa Vista (RR)
Itacoatiara	AM	241	DRF - Manaus (AM)	DRF - Manaus (AM)
Itapiranga	AM	243	DRF - Manaus (AM)	DRF - Manaus (AM)
Itapuã do Oeste	RO	683	DRF - Porto Velho (RO)	DRF - Porto Velho (RO)
Juruti	PA	477	ARF - Óbidos (PA)	DRF - Santarém (PA)
Laranjal do Jari	AP	613	DRF - Macapá (AP)	DRF - Macapá (AP)
Nova Olinda do Norte	AM	265	DRF - Manaus (AM)	DRF - Manaus (AM)
Óbidos	PA	501	ARF - Óbidos (PA)	DRF - Santarém (PA)
Oeiras do Pará	PA	503	DRF - Belém (PA)	DRF - Belém (PA)
Placas	PA	60	DRF - Santarém (PA)	DRF - Santarém (PA)
Plácido de Castro	AC	151	DRF - Rio Branco (AC)	DRF - Rio Branco (AC)
Rorainópolis	RR	36	DRF - Boa Vista (RR)	DRF - Boa Vista (RR)
Rurópolis	PA	597	DRF - Santarém (PA)	DRF - Santarém (PA)
São João da Baliza	RR	313	DRF - Boa Vista (RR)	DRF - Boa Vista (RR)
São Luiz	RR	315	DRF - Boa Vista (RR)	DRF - Boa Vista (RR)
São Sebastião do Uatumã	AM	9845	DRF - Manaus (AM)	DRF - Manaus (AM)
Silves	AM	277	DRF - Manaus (AM)	DRF - Manaus (AM)
Urucará	AM	285	DRF - Manaus (AM)	DRF - Manaus (AM)
Urucurituba	AM	287	DRF - Manaus (AM)	DRF - Manaus (AM)
Vitória do Jari	AP	70	DRF - Macapá (AP)	DRF - Macapá (AP)
Xapuri	AC	149	IRF - Epitaciolândia (AC)	DRF - Rio Branco (AC)
3ª Região Fiscal				
Acarape	CE	1231	ARF - Horizonte (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Água Doce do Maranhão	MA	104	ARF - Parnaíba (PI)	DRF - Teresina (PI)
Altamira do Maranhão	MA	707	ARF - Santa Inês (MA)	DRF - São Luís (MA)
Altaneira	CE	1311	DRF - Juazeiro do Norte (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Antonina do Norte	CE	1315	ARF - Iguatu (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Aracati	CE	1321	ARF - Russas (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Aracoiaba	CE	1323	ARF - Horizonte (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Araioses	MA	717	ARF - Parnaíba (PI)	DRF - Teresina (PI)
Araripe	CE	1325	DRF - Juazeiro do Norte (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Aratuba	CE	1327	ARF - Maranguape (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Assaré	CE	1331	DRF - Juazeiro do Norte (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Assunção do Piauí	PI	270	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
Baixio	CE	1335	DRF - Juazeiro do Norte (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Barra d"Alcântara	PI	272	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
Barra do Corda	MA	731	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Barras	PI	1023	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
Barreira	CE	1235	ARF - Horizonte (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Baturité	CE	1341	ARF - Horizonte (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Bela Vista do Piauí	PI	274	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
Bernardo do Mearim	MA	124	ARF - Bacabal (MA)	DRF - São Luís (MA)
Boa Hora	PI	280	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
Boa Viagem	CE	1347	ARF - Quixadá (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Boqueirão do Piauí	PI	282	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
Brejo de Areia	MA	132	ARF - Santa Inês (MA)	DRF - São Luís (MA)
Buriti Bravo	MA	743	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Buriti dos Montes	PI	1297	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
Cabeceiras do Piauí	PI	1299	DRF - Teresina (PI)	DRF - Teresina (PI)
Cajazeiras do Piauí	PI	286	CAC - Floriano (PI)	DRF - Floriano (PI)
Campinas do Piauí	PI	1041	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
Campo Largo do Piauí	PI	294	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
Campo Maior	PI	1043	DRF - Teresina (PI)	DRF - Teresina (PI)
Campos Sales	CE	1353	DRF - Juazeiro do Norte (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Capinzal do Norte	MA	142	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Capistrano	CE	1357	ARF - Quixadá (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Carnaubal	CE	1367	ARF - Ipu (CE)	DRF - Sobral (CE)
Castelo do Piauí	PI	1051	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
Cocal de Telha	PI	304	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
Codó	MA	763	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Colinas	MA	767	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Colônia do Piauí	PI	2253	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
Conceição do Canindé	PI	1055	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
Conceição do Lago-Açu	MA	152	ARF - Santa Inês (MA)	DRF - São Luís (MA)
Coroatá	MA	769	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Crato	CE	1385	DRF - Juazeiro do Norte (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Dom Pedro	MA	773	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Esperantinópolis	MA	777	ARF - Bacabal (MA)	DRF - São Luís (MA)
Farias Brito	CE	1387	DRF - Juazeiro do Norte (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Fernando Falcão	MA	158	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Floresta do Piauí	PI	314	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
Fortim	CE	987	ARF - Russas (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Fortuna	MA	781	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Governador Archer	MA	787	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Governador Eugênio Barros	MA	789	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Governador Luiz Rocha	MA	164	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Graça Aranha	MA	791	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Guaramiranga	CE	1403	ARF - Maranguape (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Ibiapina	CE	1407	DRF - Sobral (CE)	DRF - Sobral (CE)
Icapuí	CE	1593	ARF - Russas (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Icó	CE	1409	ARF - Iguatu (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Igarapé Grande	MA	801	ARF - Bacabal (MA)	DRF - São Luís (MA)
Ipaumirim	CE	1415	DRF - Juazeiro do Norte (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Isaías Coelho	PI	1097	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
Itaiçaba	CE	1425	ARF - Russas (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Itapiúna	CE	1431	ARF - Quixadá (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Itatira	CE	1433	ARF - Quixadá (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Jaguaribe	CE	1439	ARF - Iguatu (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Jaguaruana	CE	1441	ARF - Russas (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Jatobá	MA	176	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Jatobá do Piauí	PI	324	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
Jenipapo dos Vieiras	MA	178	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Joselândia	MA	811	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Juazeiro do Piauí	PI	330	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
Lago da Pedra	MA	813	ARF - Santa Inês (MA)	DRF - São Luís (MA)
Lago do Junco	MA	815	ARF - Bacabal (MA)	DRF - São Luís (MA)
Lago dos Rodrigues	MA	184	ARF - Bacabal (MA)	DRF - São Luís (MA)
Lago Verde	MA	817	ARF - Santa Inês (MA)	DRF - São Luís (MA)
Lavras da Mangabeira	CE	1451	DRF - Juazeiro do Norte (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Lima Campos	MA	819	ARF - Bacabal (MA)	DRF - São Luís (MA)
Madalena	CE	1261	ARF - Quixadá (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Magalhães de Almeida	MA	825	ARF - Parnaíba (PI)	DRF - Teresina (PI)
Martinópole	CE	1459	DRF - Sobral (CE)	DRF - Sobral (CE)
Matias Olímpio	PI	1121	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
Milhã	CE	1597	ARF - Quixadá (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Mirador	MA	833	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Miraíma	CE	1263	DRF - Sobral (CE)	DRF - Sobral (CE)
Morrinhos	CE	1479	DRF - Sobral (CE)	DRF - Sobral (CE)
Mulungu	CE	1483	ARF - Maranguape (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Nossa Senhora de Nazaré	PI	356	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
Nossa Senhora dos Remédios	PI	1135	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
Nova Olinda	CE	1485	DRF - Juazeiro do Norte (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Oeiras	PI	1139	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
Olho d"Água das Cunhãs	MA	847	ARF - Santa Inês (MA)	DRF - São Luís (MA)
Orós	CE	1491	ARF - Iguatu (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Pacoti	CE	1497	ARF - Maranguape (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Paes Landim	PI	1145	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
Paulino Neves	MA	206	ARF - Parnaíba (PI)	DRF - Teresina (PI)
Paulo Ramos	MA	959	ARF - Santa Inês (MA)	DRF - São Luís (MA)
Pedra Branca	CE	1511	ARF - Quixadá (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Pedreiras	MA	861	ARF - Bacabal (MA)	DRF - São Luís (MA)
Pereiro	CE	1517	ARF - Iguatu (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Peritoró	MA	210	ARF - Bacabal (MA)	DRF - São Luís (MA)
Pindoretama	CE	1267	ARF - Horizonte (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Poção de Pedras	MA	875	ARF - Bacabal (MA)	DRF - São Luís (MA)
Porto	PI	1169	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
Potengi	CE	1525	DRF - Juazeiro do Norte (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Presidente Dutra	MA	879	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Quixeramobim	CE	1529	ARF - Quixadá (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Redenção	CE	1533	ARF - Horizonte (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Reriutaba	CE	1535	DRF - Sobral (CE)	DRF - Sobral (CE)
Salitre	CE	1273	DRF - Juazeiro do Norte (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Santa Filomena do Maranhão	MA	222	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Santa Rosa do Piauí	PI	2261	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
Santana do Cariri	CE	1543	DRF - Juazeiro do Norte (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Santana do Maranhão	MA	224	ARF - Parnaíba (PI)	DRF - Teresina (PI)
Santo Antônio dos Lopes	MA	903	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Santo Inácio do Piauí	PI	1189	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
São Benedito	CE	1547	ARF - Ipu (CE)	DRF - Sobral (CE)
São Domingos do Maranhão	MA	911	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
São Francisco do Piauí	PI	1193	CAC - Floriano (PI)	DRF - Floriano (PI)
São João da Serra	PI	1197	DRF - Teresina (PI)	DRF - Teresina (PI)
São João da Varjota	PI	386	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
São João do Arraial	PI	388	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
São José dos Basílios	MA	238	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
São Miguel do Fidalgo	PI	394	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
São Miguel do Tapuio	PI	1207	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
São Raimundo do Doca Bezerra	MA	244	ARF - Bacabal (MA)	DRF - São Luís (MA)
São Roberto	MA	246	ARF - Bacabal (MA)	DRF - São Luís (MA)
Senador Alexandre Costa	MA	250	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Senador Pompeu	CE	1555	ARF - Quixadá (CE)	DRF - Fortaleza (CE)
Senador Sá	CE	1557	DRF - Sobral (CE)	DRF - Sobral (CE)
Sigefredo Pacheco	PI	1379	ARF - Piripiri (PI)	DRF - Teresina (PI)
Simplício Mendes	PI	1215	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
Socorro do Piauí	PI	1217	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
Sucupira do Norte	MA	931	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Tanque do Piauí	PI	404	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
Tarrafas	CE	1275	ARF - Iguatu (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Tianguá	CE	1569	DRF - Sobral (CE)	DRF - Sobral (CE)
Timbiras	MA	935	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Trizidela do Vale	MA	258	ARF - Bacabal (MA)	DRF - São Luís (MA)
Tuntum	MA	939	ARF - Caxias (MA)	DRF - São Luís (MA)
Tutóia	MA	943	ARF - Parnaíba (PI)	DRF - Teresina (PI)
Ubajara	CE	1573	DRF - Sobral (CE)	DRF - Sobral (CE)
Umari	CE	1575	ARF - Iguatu (CE)	DRF - Juazeiro do Norte (CE)
Uruoca	CE	1579	DRF - Sobral (CE)	DRF - Sobral (CE)
Varjota	CE	9857	DRF - Sobral (CE)	DRF - Sobral (CE)
Várzea Grande	PI	1227	ARF - Picos (PI)	DRF - Floriano (PI)
Viçosa do Ceará	CE	1583	DRF - Sobral (CE)	DRF - Sobral (CE)
Vitorino Freire	MA	953	ARF - Santa Inês (MA)	DRF - São Luís (MA)
4ª Região Fiscal				
Afogados da Ingazeira	PE	2301	ARF - Serra Talhada (PE)	DRF - Caruaru (PE)
Aliança	PE	2313	ARF - Goiana (PE)	DRF - Recife (PE)
Alto do Rodrigues	RN	1613	ARF - Assu (RN)	DRF - Mossoró (RN)
Areia Branca	RN	1621	DRF - Mossoró (RN)	DRF - Mossoró (RN)
Barra de São Miguel	AL	2711	DRF - Maceió (AL)	DRF - Maceió (AL)
Boca da Mata	AL	2719	DRF - Maceió (AL)	DRF - Maceió (AL)
Brejinho	PE	2349	ARF - Serra Talhada (PE)	DRF - Caruaru (PE)
Buenos Aires	PE	2353	ARF - Limoeiro (PE)	DRF - Recife (PE)
Cabedelo	PB	1965	DRF - João Pessoa (PB)	DRF - João Pessoa (PB)
Campestre	AL	560	ARF - Palmares (PE)	DRF - Recife (PE)
Campo Alegre	AL	2727	ARF - Arapiraca (AL)	DRF - Maceió (AL)
Camutanga	PE	2371	ARF - Goiana (PE)	DRF - Recife (PE)
Carnaíba	PE	2377	ARF - Serra Talhada (PE)	DRF - Caruaru (PE)
Colônia Leopoldina	AL	2741	ARF - Palmares (PE)	DRF - Recife (PE)
Coruripe	AL	2745	DRF - Maceió (AL)	DRF - Maceió (AL)
Ferreiros	PE	2409	ARF - Goiana (PE)	DRF - Recife (PE)
Galinhos	RN	1679	ARF - Assu (RN)	DRF - Mossoró (RN)
Grossos	RN	1685	DRF - Mossoró (RN)	DRF - Mossoró (RN)
Guamaré	RN	1687	ARF - Assu (RN)	DRF - Mossoró (RN)
Iguaraci	PE	2437	ARF - Arcoverde (PE)	DRF - Caruaru (PE)
Ingazeira	PE	2441	ARF - Serra Talhada (PE)	DRF - Caruaru (PE)
Itapetim	PE	2453	ARF - Serra Talhada (PE)	DRF - Caruaru (PE)
Jandaíra	RN	1699	ARF - Assu (RN)	DRF - Mossoró (RN)
Jequiá da Praia	AL	562	DRF - Maceió (AL)	DRF - Maceió (AL)
Junqueiro	AL	2779	ARF - Arapiraca (AL)	DRF - Maceió (AL)
Lucena	PB	2073	DRF - João Pessoa (PB)	DRF - João Pessoa (PB)
Macaparana	PE	2479	ARF - Limoeiro (PE)	DRF - Recife (PE)
Macau	RN	1743	ARF - Assu (RN)	DRF - Mossoró (RN)
Nazaré da Mata	PE	2489	ARF - Limoeiro (PE)	DRF - Recife (PE)
Novo Lino	AL	2811	ARF - Palmares (PE)	DRF - Recife (PE)
Pendências	RN	1797	ARF - Assu (RN)	DRF - Mossoró (RN)
Porto do Mangue	RN	426	ARF - Assu (RN)	DRF - Mossoró (RN)
Quixaba	PE	2637	ARF - Serra Talhada (PE)	DRF - Caruaru (PE)
Roteiro	AL	2855	DRF - Maceió (AL)	DRF - Maceió (AL)
Santa Terezinha	PE	2555	ARF - Serra Talhada (PE)	DRF - Caruaru (PE)
São José do Egito	PE	2571	ARF - Serra Talhada (PE)	DRF - Caruaru (PE)
São Miguel dos Campos	AL	2871	DRF - Maceió (AL)	DRF - Maceió (AL)
São Vicente Ferrer	PE	2575	ARF - Limoeiro (PE)	DRF - Recife (PE)
Serra do Mel	RN	1927	DRF - Mossoró (RN)	DRF - Mossoró (RN)
Solidão	PE	2587	ARF - Serra Talhada (PE)	DRF - Caruaru (PE)
Tabira	PE	2591	ARF - Serra Talhada (PE)	DRF - Caruaru (PE)
Teotônio Vilela	AL	971	ARF - Arapiraca (AL)	DRF - Maceió (AL)
Timbaúba	PE	2605	ARF - Goiana (PE)	DRF - Recife (PE)
Tracunhaém	PE	2609	ARF - Limoeiro (PE)	DRF - Recife (PE)
Tuparetama	PE	2617	ARF - Arcoverde (PE)	DRF - Caruaru (PE)
Vicência	PE	2625	ARF - Goiana (PE)	DRF - Recife (PE)
5ª Região Fiscal				
Bom Jesus da Lapa	BA	3377	ARF - Santa Maria da Vitória (BA)	DRF - Vitória da Conquista (BA)
Cachoeira	BA	3397	ARF - Cruz das Almas (BA)	DRF - Feira de Santana (BA)
Camaçari	BA	3413	DRF - Lauro de Freitas (BA)	DRF - Lauro de Freitas (BA)
Canindé de São Francisco	SE	3123	ARF - Itabaiana (SE)	DRF - Aracaju (SE)
Cumbe	SE	3137	ARF - Itabaiana (SE)	DRF - Aracaju (SE)
Dias d"Ávila	BA	3087	DRF - Lauro de Freitas (BA)	DRF - Lauro de Freitas (BA)
Feira Nova	SE	3143	ARF - Itabaiana (SE)	DRF - Aracaju (SE)
Gracho Cardoso	SE	3151	ARF - Itabaiana (SE)	DRF - Aracaju (SE)
Igaporã	BA	3569	ARF - Guanambi (BA)	DRF - Vitória da Conquista (BA)
Itanagra	BA	3619	DRF - Lauro de Freitas (BA)	DRF - Lauro de Freitas (BA)
Lagarto	SE	3169	ARF - Estância (SE)	DRF - Aracaju (SE)
Maragogipe	BA	3713	ARF - Cruz das Almas (BA)	DRF - Feira de Santana (BA)
Maraú	BA	3715	IRF - Ilhéus (BA)	DRF - Itabuna (BA)
Mata de São João	BA	3721	DRF - Lauro de Freitas (BA)	DRF - Lauro de Freitas (BA)
Monte Alegre de Sergipe	SE	3183	ARF - Itabaiana (SE)	DRF - Aracaju (SE)
Mortugaba	BA	3737	ARF - Guanambi (BA)	DRF - Vitória da Conquista (BA)
Nossa Senhora da Glória	SE	3189	ARF - Itabaiana (SE)	DRF - Aracaju (SE)
Nossa Senhora das Dores	SE	3191	ARF - Itabaiana (SE)	DRF - Aracaju (SE)
Nova Itarana	BA	3757	ARF - Jequié (Ba)	DRF - Vitória da Conquista (Ba)
Paratinga	BA	3775	ARF - Ibotirama (BA)	DRF - Feira de Santana (BA)
Poço Redondo	SE	3207	ARF - Itabaiana (SE)	DRF - Aracaju (SE)
Poço Verde	SE	3209	ARF - Estância (SE)	DRF - Aracaju (SE)
Porto da Folha	SE	3211	ARF - Itabaiana (SE)	DRF - Aracaju (SE)
Riachão do Dantas	SE	3215	ARF - Estância (SE)	DRF - Aracaju (SE)
Riacho de Santana	BA	3829	ARF - Guanambi (BA)	DRF - Vitória da Conquista (BA)
Salgado	SE	3223	ARF - Estância (SE)	DRF - Aracaju (SE)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santo Amaro	BA	3871	DRF - Feira de Santana (BA)	DRF - Feira de Santana (BA)
São Félix	BA	3879	ARF - Cruz das Almas (BA)	DRF - Feira de Santana (BA)
São Francisco do Conde	BA	3883	DRF - Salvador (BA)	DRF - Salvador (BA)
São Miguel do Aleixo	SE	3239	ARF - Itabaiana (SE)	DRF - Aracaju (SE)
São Sebastião do Passé	BA	3889	DRF - Salvador (BA)	DRF - Salvador (BA)
Saubara	BA	3037	DRF - Feira de Santana (BA)	DRF - Feira de Santana (BA)
Serra do Ramalho	BA	3039	ARF - Santa Maria da Vitória (BA)	DRF - Vitória da Conquista (BA)
Simão Dias	SE	3241	ARF - Estância (SE)	DRF - Aracaju (SE)
Sítio do Mato	BA	3041	ARF - Santa Maria da Vitória (BA)	DRF - Vitória da Conquista (BA)
Teodoro Sampaio	BA	3927	DRF - Feira de Santana (BA)	DRF - Feira de Santana (BA)
Terra Nova	BA	3933	DRF - Feira de Santana (BA)	DRF - Feira de Santana (BA)
Tobias Barreto	SE	3247	ARF - Estância (SE)	DRF - Aracaju (SE)
Ubaíra	BA	3941	ARF - Santo Antônio de Jesus (BA)	DRF - Feira de Santana (BA)
6ª Região Fiscal				
Antônio Dias	MG	4059	ARF - Coronel Fabriciano (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Barão de Cocais	MG	4107	ARF - João Monlevade (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Bela Vista de Minas	MG	4119	ARF - João Monlevade (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Bom Jesus do Amparo	MG	4153	ARF - Itabira (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Brasilândia de Minas	MG	574	ARF - Paracatu (MG)	DRF - Sete Lagoas (MG)
Buritizeiro	MG	4187	DRF - Montes Claros (MG)	DRF - Montes Claros (MG)
Capim Branco	MG	4249	DRF - Sete Lagoas (MG)	DRF - Sete Lagoas (MG)
Catas Altas	MG	584	ARF - João Monlevade (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Conceição do Mato Dentro	MG	4349	ARF - Lagoa Santa (MG)	DRF - Sete Lagoas (MG)
Confins	MG	592	ARF - Lagoa Santa (MG)	DRF - Sete Lagoas (MG)
Coronel Fabriciano	MG	4387	ARF - Coronel Fabriciano (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Dionísio	MG	4435	ARF - Coronel Fabriciano (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Ferros	MG	4517	ARF - Itabira (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Francisco Dumont	MG	4531	DRF - Montes Claros (MG)	DRF - Montes Claros (MG)
Ibiaí	MG	4591	DRF - Montes Claros (MG)	DRF - Montes Claros (MG)
Ipaba	MG	2665	ARF - Coronel Fabriciano (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Ipatinga	MG	4625	ARF - Coronel Fabriciano (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Itabira	MG	4633	ARF - Itabira (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Itambé do Mato Dentro	MG	4655	ARF - Itabira (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Jaboticatubas	MG	4691	ARF - Lagoa Santa (MG)	DRF - Sete Lagoas (MG)
Jaguaraçu	MG	4699	ARF - Coronel Fabriciano (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Jequitaí	MG	4711	DRF - Montes Claros (MG)	DRF - Montes Claros (MG)
Joanésia	MG	4721	ARF - Coronel Fabriciano (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
João Monlevade	MG	4723	ARF - João Monlevade (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Lagoa dos Patos	MG	4745	DRF - Montes Claros (MG)	DRF - Montes Claros (MG)
Lagoa Santa	MG	4751	ARF - Lagoa Santa (MG)	DRF - Sete Lagoas (MG)
Lassance	MG	4761	ARF - Curvelo (MG)	DRF - Sete Lagoas (MG)
Marliéria	MG	4805	ARF - Coronel Fabriciano (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Matozinhos	MG	4821	ARF - Lagoa Santa (MG)	DRF - Sete Lagoas (MG)
Mesquita	MG	4833	ARF - Coronel Fabriciano (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Morro do Pilar	MG	4873	ARF - Lagoa Santa (MG)	DRF - Sete Lagoas (MG)
Nova Era	MG	4893	ARF - João Monlevade (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Nova União	MG	4731	ARF - Itabira (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Passabém	MG	4949	ARF - Itabira (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Pedro Leopoldo	MG	4985	ARF - Lagoa Santa (MG)	DRF - Sete Lagoas (MG)
Pirajuba	MG	5013	ARF - Frutal (MG)	DRF - Uberaba (MG)
Pirapora	MG	5023	DRF - Montes Claros (MG)	DRF - Montes Claros (MG)
Ponto Chique	MG	692	DRF - Montes Claros (MG)	DRF - Montes Claros (MG)
Rio Piracicaba	MG	5113	ARF - João Monlevade (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Santa Bárbara	MG	5143	ARF - João Monlevade (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Santa Fé de Minas	MG	5151	DRF - Montes Claros (MG)	DRF - Montes Claros (MG)
Santa Maria de Itabira	MG	5159	ARF - Itabira (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Santana do Paraíso	MG	2673	ARF - Coronel Fabriciano (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Santana do Riacho	MG	5179	ARF - Lagoa Santa (MG)	DRF - Sete Lagoas (MG)
Santo Antônio do Rio Abaixo	MG	5209	ARF - Itabira (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
São Domingos do Prata	MG	5219	ARF - João Monlevade (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
São Gonçalo do Rio Abaixo	MG	5237	ARF - João Monlevade (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
São José da Lapa	MG	2649	ARF - Lagoa Santa (MG)	DRF - Sete Lagoas (MG)
São José do Goiabal	MG	5267	ARF - João Monlevade (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
São Romão	MG	5283	DRF - Montes Claros (MG)	DRF - Montes Claros (MG)
São Sebastião do Rio Preto	MG	5295	ARF - Itabira (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Timóteo	MG	5373	ARF - Coronel Fabriciano (MG)	DRF - Belo Horizonte (MG)
Várzea da Palma	MG	5415	DRF - Montes Claros (MG)	DRF - Montes Claros (MG)
Vespasiano	MG	5425	ARF - Lagoa Santa (MG)	DRF - Sete Lagoas (MG)
7ª Região Fiscal				
Afonso Cláudio	ES	5601	CAC - Vitória	DRF - Vitória (ES)
Brejetuba	ES	758	CAC - Vitória	DRF - Vitória (ES)
Cariacica	ES	5625	CAC - Vitória	DRF - Vitória (ES)
Domingos Martins	ES	5637	CAC - Vitória	DRF - Vitória (ES)
Governador Lindenberg	ES	1114	ARF - Linhares (ES)	DRF - Vitória (ES)
Ibiraçu	ES	5649	ARF - Linhares (ES)	DRF - Vitória (ES)
João Neiva	ES	5721	ARF - Linhares (ES)	DRF - Vitória (ES)
Laranja da Terra	ES	5723	CAC - Vitória	DRF - Vitória (ES)
Marechal Floriano	ES	2929	CAC - Vitória	DRF - Vitória (ES)
Santa Leopoldina	ES	5689	CAC - Vitória	DRF - Vitória (ES)
Santa Maria de Jetibá	ES	5725	CAC - Vitória	DRF - Vitória (ES)
Viana	ES	5701	CAC - Vitória	DRF - Vitória (ES)
Vila Valério	ES	768	ARF - Linhares (ES)	DRF - Vitória (ES)
8ª Região Fiscal				
Descalvado	SP	6375	ARF - São Carlos (SP)	DRF - Araraquara (SP)
Diadema	SP	6377	DRF - São Bernardo do Campo (SP)	DRF - São Bernardo do Campo (SP)
Mauá	SP	6689	DRF - Santo André (SP)	DRF - Santo André (SP)
Porto Ferreira	SP	6915	ARF - Pirassununga (SP)	DRF - Limeira (SP)
Ribeirão Pires	SP	6967	DRF - Santo André (SP)	DRF - Santo André (SP)
Rio Grande da Serra	SP	6983	DRF - Santo André (SP)	DRF - Santo André (SP)
Santa Rita do Passa Quatro	SP	7051	ARF - Pirassununga (SP)	DRF - Limeira (SP)
9ª Região Fiscal				
Águas Mornas	SC	8011	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Alfredo Wagner	SC	8013	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Ampére	PR	7417	DRF - Cascavel (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Anchieta	SC	8015	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Angelina	SC	8017	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Anitápolis	SC	8021	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Arapuã	PR	830	ARF - Apucarana (PR)	DRF - Londrina (PR)
Araucária	PR	7435	DRF - Curitiba (PR)	DRF - Curitiba (PR)
Ariranha do Ivaí	PR	832	ARF - Guarapuava (PR)	DRF - Ponta Grossa (PR)
Balneário Camboriú	SC	8039	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Balneário de Piçarras	SC	8251	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Bandeirante	SC	892	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Barra Bonita	SC	894	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Barracão	PR	7449	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Bela Vista da Caroba	PR	834	DRF - Cascavel (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Belmonte	SC	5745	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Bom Jesus do Sul	PR	838	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Bombinhas	SC	5537	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Camboriú	SC	8061	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Campo Erê	SC	8067	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Cândido de Abreu	PR	7485	ARF - Guarapuava (PR)	DRF - Ponta Grossa (PR)
Capanema	PR	7487	DRF - Cascavel (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Contenda	PR	7521	DRF - Curitiba (PR)	DRF - Curitiba (PR)
Descanso	SC	8095	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Diamante d"Oeste	PR	9915	ARF - Marechal Cândido Rondon (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Dionísio Cerqueira	SC	8097	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Entre Rios do Oeste	PR	5529	ARF - Marechal Cândido Rondon (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Flor do Sertão	SC	916	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Foz do Iguaçu	PR	7563	ARF - Medianeira (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Garopaba	SC	8113	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Godoy Moreira	PR	9947	DRF - Maringá (PR)	DRF - Maringá (PR)
Grandes Rios	PR	7959	ARF - Apucarana (PR)	DRF - Londrina (PR)
Guaíra	PR	7571	ARF - Marechal Cândido Rondon (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Guaraciaba	SC	8125	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Guarujá do Sul	SC	8129	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Ilhota	SC	8139	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Iporã do Oeste	SC	9951	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Iraceminha	SC	9953	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Itaipulândia	PR	5525	ARF - Medianeira (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Itajaí	SC	8161	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Itapema	SC	8163	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Itapiranga	SC	8165	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Ivaiporã	PR	7623	ARF - Apucarana (PR)	DRF - Londrina (PR)
Jardim Alegre	PR	7643	ARF - Apucarana (PR)	DRF - Londrina (PR)
Lapa	PR	7657	DRF - Curitiba (PR)	DRF - Curitiba (PR)
Lidianópolis	PR	5507	ARF - Apucarana (PR)	DRF - Londrina (PR)
Luiz Alves	SC	8197	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Lunardelli	PR	8459	ARF - Apucarana (PR)	DRF - Londrina (PR)
Mandirituba	PR	7679	DRF - Curitiba (PR)	DRF - Curitiba (PR)
Manoel Ribas	PR	7681	ARF - Guarapuava (PR)	DRF - Ponta Grossa (PR)
Maravilha	SC	8205	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Marechal Cândido Rondon	PR	7683	ARF - Marechal Cândido Rondon (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Matelândia	PR	7699	ARF - Medianeira (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Medianeira	PR	7701	ARF - Medianeira (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Mercedes	PR	5531	ARF - Marechal Cândido Rondon (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Missal	PR	8469	ARF - Medianeira (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Mondaí	SC	8215	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Navegantes	SC	8221	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Paial	SC	928	ARF - Chapecó (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Palhoça	SC	8233	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Palma Sola	SC	8235	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Paraíso	SC	5747	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Pato Bragado	PR	5533	ARF - Marechal Cândido Rondon (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Paulo Lopes	SC	8241	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Penha	SC	8245	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Pérola d"Oeste	PR	7759	DRF - Cascavel (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Pinhal de São Bento	PR	5495	DRF - Cascavel (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Planalto	PR	7775	DRF - Cascavel (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Pomerode	SC	8259	ARF - Timbó (SC)	DRF - Blumenau (SC)
Porto Belo	SC	8265	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Pranchita	PR	7991	DRF - Cascavel (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Princesa	SC	934	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Quatro Pontes	PR	5535	ARF - Marechal Cândido Rondon (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Quitandinha	PR	7801	DRF - Curitiba (PR)	DRF - Curitiba (PR)
Ramilândia	PR	5527	ARF - Medianeira (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Rancho Queimado	SC	8281	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Realeza	PR	7805	DRF - Cascavel (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Rio Branco do Ivaí	PR	880	ARF - Apucarana (PR)	DRF - Londrina (PR)
Riqueza	SC	5749	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Romelândia	SC	8299	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Rosário do Ivaí	PR	8473	ARF - Apucarana (PR)	DRF - Londrina (PR)
Saltinho	SC	936	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Salto do Itararé	PR	7835	ARF - Ibaiti (PR)	DRF - Ponta Grossa (PR)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santa Cecília	SC	8305	ARF - Caçador (SC)	DRF - Joaçaba (PR)
Santa Helena	SC	5751	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Santa Helena	PR	7971	ARF - Marechal Cândido Rondon (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Santa Izabel do Oeste	PR	7851	DRF - Cascavel (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Santa Terezinha de Itaipu	PR	8467	ARF - Medianeira (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Santa Terezinha do Progresso	SC	938	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Santo Amaro da Imperatriz	SC	8309	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Santo Antônio do Sudoeste	PR	7857	DRF - Cascavel (PR)	DRF - Cascavel (PR)
São Bernardino	SC	942	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
São Bonifácio	SC	8313	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
São João do Ivaí	PR	7875	DRF - Maringá (PR)	DRF - Maringá (PR)
São João do Oeste	SC	5753	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
São José	SC	8327	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
São José das Palmeiras	PR	8471	ARF - Marechal Cândido Rondon (PR)	DRF - Cascavel (PR)
São José do Cedro	SC	8329	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
São Miguel da Boa Vista	SC	5755	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
São Miguel do Iguaçu	PR	7889	ARF - Medianeira (PR)	DRF - Cascavel (PR)
São Miguel do Oeste	SC	8339	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
São Pedro de Alcântara	SC	944	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Serranópolis do Iguaçu	PR	882	ARF - Medianeira (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Siqueira Campos	PR	7907	ARF - Ibaiti (PR)	DRF - Ponta Grossa (PR
Terra Roxa	PR	7921	ARF - Marechal Cândido Rondon (PR)	DRF - Cascavel (PR)
Tigrinhos	SC	946	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
Tijucas	SC	8355	DRF - Florianópolis (SC)	DRF - Florianópolis (SC)
Tunápolis	SC	9991	DRF - Joaçaba (SC)	DRF - Joaçaba (SC)
10ª Região Fiscal				
Alto Feliz	RS	6045	ARF - Montenegro (RS)	DRF - Santa Cruz do Sul (RS)
Arroio dos Ratos	RS	8521	DRF - Porto Alegre (RS)	DRF - Porto Alegre (RS)
Barão do Triunfo	RS	5771	ARF - Guaíba (RS)	DRF - Porto Alegre (RS)
Barra do Guarita	RS	6069	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
Barra do Quaraí	RS	956	DRF - Santa Maria (RS)	DRF - Santa Maria (RS)
Bom Princípio	RS	9823	ARF - Montenegro (RS)	DRF - Santa Cruz do Sul (RS)
Bom Progresso	RS	6071	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
Braga	RS	8551	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
Butiá	RS	8553	DRF - Porto Alegre (RS)	DRF - Porto Alegre (RS)
Cacequi	RS	8557	ARF - Santiago (RS)	DRF - Santa Maria (RS)
Campo Novo	RS	8579	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
Charqueadas	RS	8693	DRF - Porto Alegre (RS)	DRF - Porto Alegre (RS)
Coronel Bicaco	RS	8615	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
Crissiumal	RS	8617	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
Derrubadas	RS	6073	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
Esperança do Sul	RS	980	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
Feliz	RS	8659	ARF - Montenegro (RS)	DRF - Santa Cruz do Sul (RS)
General Câmara	RS	8673	DRF - Porto Alegre (RS)	DRF - Porto Alegre (RS)
Harmonia	RS	8403	ARF - Montenegro (RS)	DRF - Santa Cruz do Sul (RS)
Humaitá	RS	8695	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
Itaqui	RS	8713	DRF - Santa Maria (RS)	DRF - Santa Maria (RS)
Linha Nova	RS	6047	DRF - Novo Hamburgo (RS)	DRF - Novo Hamburgo (RS)
Maçambara	RS	994	DRF - Santa Maria (RS)	DRF - Santa Maria (RS)
Minas do Leão	RS	5773	DRF - Porto Alegre (RS)	DRF - Porto Alegre (RS)
Miraguaí	RS	8747	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
Muliterno	RS	5935	ARF - Lagoa Vermelha (RS)	DRF - Passo Fundo (RS)
Portão	RS	8799	ARF - São Leopoldo (RS)	DRF - Novo Hamburgo (RS)
Quaraí	RS	8809	DRF - Santa Maria (RS)	DRF - Santa Maria (RS)
Redentora	RS	8811	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
Santo Augusto	RS	8859	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
São Borja	RS	8863	DRF - Santa Maria (RS)	DRF - Santa Maria (RS)
São Jerônimo	RS	8871	DRF - Porto Alegre (RS)	DRF - Porto Alegre (RS)
São José do Hortêncio	RS	7343	DRF - Novo Hamburgo (RS)	DRF - Novo Hamburgo (RS)
São Martinho	RS	8885	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
São Sebastião do Caí	RS	8893	ARF - Montenegro (RS)	DRF - Santa Cruz do Sul (RS)
São Valério do Sul	RS	6075	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
São Vendelino	RS	7293	ARF - Montenegro (RS)	DRF - Santa Cruz do Sul (RS)
São Vicente do Sul	RS	8675	ARF - Santiago (RS)	DRF - Santa Maria (RS)
Sede Nova	RS	7335	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
Tenente Portela	RS	8931	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
Tiradentes do Sul	RS	6077	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
Três Passos	RS	8941	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)
Triunfo	RS	8943	ARF - Montenegro (RS)	DRF - Santa Cruz do Sul (RS)
Tupandi	RS	7321	ARF - Montenegro (RS)	DRF - Santa Cruz do Sul (RS)
Uruguaiana	RS	8951	DRF - Santa Maria (RS)	DRF - Santa Maria (RS)
Vale Real	RS	6049	ARF - Montenegro (RS)	DRF - Santa Cruz do Sul (RS)
Vista Gaúcha	RS	7303	ARF - Três Passos (RS)	DRF - Santo Ângelo (RS)

Art. 3º No Anexo I da Portaria RFB nº 2.466, de 2010, são alterados os nomes dos municípios de Santarém (PB), para Joca Claudino (PB), e de São Domingos do Pombal (PB), para São Domingos (PB).

Art. 4º O Anexo II da Portaria RFB nº 2.466, de 2010, fica substituído pelo Anexo Único desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

ANEXO ÚNICO

(Anexo II da Portaria RFB nº 2.466, de 28 de dezembro de 2010.)
Jurisdição de fiscalização aduaneira de zona secundária

RF	Município	UF	TOM	Nova Unidade Aduaneira
	1ª Região Fiscal			
01	Abadia de Goiás	GO	1050	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Abadiânia	GO	9201	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Abreulândia	TO	337	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Acorizal	MT	9001	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Acreúna	GO	9645	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Adelândia	GO	9769	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Água Boa	MT	9191	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Água Clara	MS	9003	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Água Fria de Goiás	GO	9771	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Água Limpa	GO	9203	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Águas Lindas de Goiás	GO	1052	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aguiarnópolis	TO	72	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Alcinópolis	MS	141	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Alexânia	GO	9205	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aliança do Tocantins	TO	9441	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Almas	TO	9207	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aloândia	GO	9209	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Alta Floresta	MT	8987	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Alto Araguaia	MT	9005	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Alto Boa Vista	MT	127	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Alto Garças	MT	9007	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Alto Horizonte	GO	85	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Alto Paraguai	MT	9009	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Alto Paraíso de Goiás	GO	9211	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Alto Taquari	MT	9911	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Alvorada	TO	9213	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Alvorada do Norte	GO	9215	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Amambaí	MS	9011	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Amaralina	GO	1054	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Americano do Brasil	GO	9661	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Amorinópolis	GO	9217	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ananás	TO	9219	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Anápolis	GO	9221	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Anastácio	MS	9013	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Anaurilândia	MS	9015	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Angélica	MS	9169	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Angico	TO	165	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Anhanguera	GO	9223	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Anicuns	GO	9225	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Antônio João	MS	9017	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aparecida de Goiânia	GO	9227	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aparecida do Rio Doce	GO	71	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aparecida do Rio Negro	TO	9713	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aparecida do Taboado	MS	9019	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Apiacás	MT	9773	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aporé	GO	9229	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aquidauana	MS	9021	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Araçu	GO	9231	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aragarças	GO	9233	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aragoiânia	GO	9235	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aragominas	TO	167	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Araguacema	TO	9237	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Araguaçu	TO	9239	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Araguaiana	MT	9869	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Araguaína	TO	9241	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Araguainha	MT	9023	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Araguanã	TO	169	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Araguapaz	GO	9669	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Araguatins	TO	9243	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aral Moreira	MS	9171	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Arapoema	TO	9245	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Araputanga	MT	8989	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Arenápolis	MT	9025	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Arenópolis	GO	9671	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aripuanã	MT	9027	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Arraias	TO	9247	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aruanã	GO	9249	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Augustinópolis	TO	9685	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aurilândia	GO	9251	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Aurora do Tocantins	TO	9253	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Avelinópolis	GO	9255	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Axixá do Tocantins	TO	9257	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Babaçulândia	TO	9259	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Baliza	GO	9261	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Bandeirantes	MS	9029	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Bandeirantes do Tocantins	TO	74	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Barão de Melgaço	MT	9031	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Barra do Bugres	MT	9033	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Barra do Garças	MT	9035	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Barra do Ouro	TO	76	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Barro Alto	GO	9263	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Barrolândia	TO	9693	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

01	Bataguassu	MS	9037	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Batayporã	MS	9039	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Bela Vista	MS	9041	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Bela Vista de Goiás	GO	9265	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Bernardo Sayão	TO	9695	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Bodoquena	MS	9801	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Bom Jardim de Goiás	GO	9267	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Bom Jesus	GO	9269	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Bom Jesus do Araguaia	MT	1078	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Bom Jesus do Tocantins	TO	341	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Bonfinópolis	GO	9775	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Bonito	MS	9043	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Bonópolis	GO	1056	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Brasilândia	MS	9045	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Brasilândia do Tocantins	TO	339	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Brasília	DF	9701	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Brasnorte	MT	9873	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Brazabrantes	GO	9271	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Brejinho de Nazaré	TO	9273	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Britânia	GO	9275	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Buriti Alegre	GO	9277	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Buriti de Goiás	GO	63	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Buriti do Tocantins	TO	9715	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Buritinópolis	GO	61	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Caarapó	MS	9055	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cabeceiras	GO	9279	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cáceres	MT	9047	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cachoeira Alta	GO	9281	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cachoeira de Goiás	GO	9283	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cachoeira Dourada	GO	9673	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cachoeirinha	TO	171	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Caçu	GO	9285	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Caiapônia	GO	9287	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Caldas Novas	GO	9289	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Caldazinha	GO	31	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Camapuã	MS	9049	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Campestre de Goiás	GO	9291	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Campinaçu	GO	9687	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Campinápolis	MT	9863	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Campinorte	GO	9293	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Campo Alegre de Goiás	GO	9295	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Campo Grande	MS	9051	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Campo Limpo de Goiás	GO	1070	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Campo Novo do Parecis	MT	9777	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Campo Verde	MT	9779	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Campos Belos	GO	9297	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Campos de Júlio	MT	1032	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Campos Lindos	TO	173	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Campos Verdes	GO	9781	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Canabrava do Norte	MT	129	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Canarana	MT	9193	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Caracol	MS	9053	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cariri do Tocantins	TO	327	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Carlinda	MT	1034	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Carmo do Rio Verde	GO	9299	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Carmolândia	TO	175	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Carrasco Bonito	TO	177	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Caseara	TO	9717	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cassilândia	MS	9057	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Castanheira	MT	9783	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Castelândia	GO	81	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Catalão	GO	9301	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Caturaí	GO	9303	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cavalcante	GO	9305	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Centenário	TO	343	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ceres	GO	9307	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cezarina	GO	9785	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Chapada da Natividade	TO	80	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Chapada de Areia	TO	78	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Chapada dos Guimarães	MT	9059	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Chapadão do Céu	GO	73	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Chapadão do Sul	MS	9787	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cidade Ocidental	GO	77	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cláudia	MT	9789	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cocalinho	MT	9865	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cocalzinho de Goiás	GO	55	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Colíder	MT	8979	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Colinas do Sul	GO	9791	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Colinas do Tocantins	TO	9311	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Colméia	TO	9529	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Colniza	MT	1080	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Combinado	TO	9697	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Comodoro	MT	9883	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Conceição do Tocantins	TO	9313	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Confresa	MT	131	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Conquista d"Oeste	MT	1082	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Corguinho	MS	9061	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Coronel Sapucaia	MS	9997	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Córrego do Ouro	GO	9315	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Corumbá	MS	9063	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Corumbá de Goiás	GO	9317	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Corumbaíba	GO	9319	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Costa Rica	MS	9803	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cotriguaçu	MT	89	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Couto de Magalhães	TO	9321	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Coxim	MS	9065	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cristalândia	TO	9323	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cristalina	GO	9325	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cristianópolis	GO	9327	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Crixás	GO	9329	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Crixás do Tocantins	TO	82	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cromínia	GO	9331	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cuiabá	MT	9067	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Cumari	GO	9333	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Curvelândia	MT	1084	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Damianópolis	GO	9335	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Damolândia	GO	9337	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Darcinópolis	TO	179	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Davinópolis	GO	9339	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Denise	MT	9833	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Deodápolis	MS	9175	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Diamantino	MT	9069	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Dianópolis	TO	9341	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Diorama	GO	9343	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Divinópolis de Goiás	GO	9309	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Divinópolis do Tocantins	TO	9719	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Dois Irmãos do Buriti	MS	9793	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Dois Irmãos do Tocantins	TO	9345	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Dom Aquino	MT	9071	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Douradina	MS	9805	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Dourados	MS	9073	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Doverlândia	GO	9675	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Dueré	TO	9347	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Edealina	GO	9795	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Edéia	GO	9349	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Eldorado	MS	9173	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Esperantina	TO	181	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Estrela do Norte	GO	9351	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Faina	GO	9797	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Fátima	TO	9683	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Fátima do Sul	MS	9075	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Fazenda Nova	GO	9353	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Feliz Natal	MT	1036	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Figueirão	MS	1178	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Figueirópolis	TO	9667	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Figueirópolis d"Oeste	MT	9881	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Filadélfia	TO	9355	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Firminópolis	GO	9357	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Flores de Goiás	GO	9359	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Formosa	GO	9361	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Formoso	GO	9363	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Formoso do Araguaia	TO	9365	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Fortaleza do Tabocão	TO	345	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Gameleira de Goiás	GO	1072	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Gaúcha do Norte	MT	1038	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	General Carneiro	MT	9077	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Glória de Dourados	MS	9079	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Glória d"Oeste	MT	135	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Goianápolis	GO	9367	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Goiandira	GO	9369	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Goianésia	GO	9371	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Goiânia	GO	9373	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Goianira	GO	9375	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Goianorte	TO	9699	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Goiás	GO	9377	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Goiatins	TO	9533	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Goiatuba	GO	9379	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Gouvelândia	GO	9799	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Guapó	GO	9381	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Guaraí	TO	9627	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Guaraíta	GO	65	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Guarani de Goiás	GO	9383	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Guarantã do Norte	MT	9887	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Guarinos	GO	9993	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Guia Lopes da Laguna	MS	9081	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Guiratinga	MT	9083	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Gurupi	TO	9385	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Heitoraí	GO	9387	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Hidrolândia	GO	9389	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Hidrolina	GO	9391	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Iaciara	GO	9393	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Iguatemi	MS	9085	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Inaciolândia	GO	69	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Indiara	GO	9681	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Indiavaí	MT	9877	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Inhumas	GO	9395	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Inocência	MS	9087	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ipameri	GO	9397	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

01	Ipiranga de Goiás	GO	1074	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ipiranga do Norte	MT	1184	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Iporá	GO	9399	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ipueiras	TO	84	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Israelândia	GO	9401	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itaberaí	GO	9403	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itacajá	TO	9405	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itaguari	GO	9919	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itaguaru	GO	9407	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itaguatins	TO	9409	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itajá	GO	9411	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itanhangá	MT	1186	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itapaci	GO	9413	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itapirapuã	GO	9415	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itapiratins	TO	347	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itaporã	MS	9089	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itaporã do Tocantins	TO	9417	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itapuranga	GO	9419	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itaquiraí	MS	9807	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itarumã	GO	9421	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itaúba	MT	9901	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itauçu	GO	9423	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itiquira	MT	9091	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Itumbiara	GO	9425	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ivinhema	MS	9093	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ivolândia	GO	9427	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Jaciara	MT	9095	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Jandaia	GO	9429	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Jangada	MT	9861	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Japorã	MS	161	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Jaraguá	GO	9431	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Jaraguari	MS	9097	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Jardim	MS	9099	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Jataí	GO	9433	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Jateí	MS	9101	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Jaú do Tocantins	TO	329	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Jaupaci	GO	9435	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Jauru	MT	8991	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Jesúpolis	GO	49	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Joviânia	GO	9437	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Juara	MT	9819	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Juarina	TO	349	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Juína	MT	9831	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Juruena	MT	9921	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Juscimeira	MT	9189	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Jussara	GO	9439	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Juti	MS	9923	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ladário	MS	9103	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Lagoa da Confusão	TO	367	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Lagoa do Tocantins	TO	353	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Lagoa Santa	GO	1076	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Laguna Carapã	MS	163	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Lajeado	TO	351	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Lambari d"Oeste	MT	137	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Lavandeira	TO	86	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Leopoldo de Bulhões	GO	9443	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Lizarda	TO	9569	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Lucas do Rio Verde	MT	9925	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Luciára	MT	9105	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Luziânia	GO	9445	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Luzinópolis	TO	88	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Mairipotaba	GO	9447	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Mambaí	GO	9449	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Mara Rosa	GO	9451	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Maracaju	MS	9107	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Marcelândia	MT	9899	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Marianópolis do Tocantins	TO	9711	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Marzagão	GO	9453	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Mateiros	TO	317	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Matrinchã	GO	9927	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Matupá	MT	9929	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Maurilândia	GO	9457	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Maurilândia do Tocantins	TO	183	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Mimoso de Goiás	GO	9931	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Minaçu	GO	9647	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Mineiros	GO	9459	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Miracema do Tocantins	TO	9461	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Miranda	MS	9111	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Miranorte	TO	9463	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Mirassol d"Oeste	MT	9177	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Moiporá	GO	9465	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Monte Alegre de Goiás	GO	9467	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Monte do Carmo	TO	9469	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Monte Santo do Tocantins	TO	90	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Montes Claros de Goiás	GO	9471	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Montividiu	GO	9933	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Montividiu do Norte	GO	79	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Morrinhos	GO	9473	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Morro Agudo de Goiás	GO	9935	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Mossâmedes	GO	9475	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Mozarlândia	GO	9477	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Mundo Novo	GO	9651	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Mundo Novo	MS	9179	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Muricilândia	TO	187	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Mutunópolis	GO	9479	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Natividade	TO	9481	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Naviraí	MS	9113	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nazaré	TO	9483	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nazário	GO	9485	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nerópolis	GO	9487	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nioaque	MS	9115	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Niquelândia	GO	9489	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nobres	MT	9117	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nortelândia	MT	9119	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nossa Senhora do Livramento	MT	9121	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Alvorada do Sul	MS	143	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova América	GO	9491	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Andradina	MS	9123	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Aurora	GO	9493	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Bandeirantes	MT	117	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Brasilândia	MT	8981	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Canaã do Norte	MT	9889	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Crixás	GO	9653	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Glória	GO	9655	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Guarita	MT	121	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Iguaçu de Goiás	GO	87	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Lacerda	MT	1040	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Marilândia	MT	103	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Maringá	MT	111	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Monte Verde	MT	119	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Mutum	MT	9937	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Nazaré	MT	1086	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Olímpia	MT	9893	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Olinda	TO	9663	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Roma	GO	9495	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Rosalândia	TO	9721	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Santa Helena	MT	1088	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Ubiratã	MT	1042	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Veneza	GO	9497	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Nova Xavantina	MT	9195	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Novo Acordo	TO	9499	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Novo Alegre	TO	9703	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Novo Brasil	GO	9501	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Novo Gama	GO	1058	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Novo Horizonte do Norte	MT	9903	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Novo Horizonte do Sul	MS	159	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Novo Jardim	TO	321	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Novo Mundo	MT	1044	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Novo Planalto	GO	9735	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Novo Santo Antônio	MT	1090	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Novo São Joaquim	MT	9867	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Oliveira de Fátima	TO	92	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Orizona	GO	9503	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ouro Verde de Goiás	GO	9505	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ouvidor	GO	9507	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Padre Bernardo	GO	9509	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Palestina de Goiás	GO	9737	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Palmas	TO	9733	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Palmeirante	TO	189	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Palmeiras de Goiás	GO	9511	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Palmeiras do Tocantins	TO	185	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Palmeirópolis	TO	9649	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Palmelo	GO	9513	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Palminópolis	GO	9515	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Panamá	GO	9517	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Paraíso das Águas	MS	1196	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Paraíso do Tocantins	TO	9519	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Paranã	TO	9521	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Paranaíba	MS	9125	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Paranaiguara	GO	9455	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Paranaíta	MT	9885	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Paranatinga	MT	8983	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Paranhos	MS	9739	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Paraúna	GO	9523	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Pau d"Arco	TO	191	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Pedra Preta	MT	9181	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Pedro Afonso	TO	9525	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Pedro Gomes	MS	9127	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Peixe	TO	9527	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Peixoto de Azevedo	MT	9891	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Pequizeiro	TO	9705	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Perolândia	GO	75	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

01	Petrolina de Goiás	GO	9531	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Pilar de Goiás	GO	9535	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Pindorama do Tocantins	TO	9537	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Piracanjuba	GO	9539	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Piranhas	GO	9541	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Piraquê	TO	355	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Pirenópolis	GO	9543	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Pires do Rio	GO	9545	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Pium	TO	9547	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Planaltina	GO	9595	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Planalto da Serra	MT	91	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Poconé	MT	9129	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ponta Porã	MS	9131	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Pontal do Araguaia	MT	95	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Pontalina	GO	9549	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ponte Alta do Bom Jesus	TO	9551	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ponte Alta do Tocantins	TO	9553	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ponte Branca	MT	9133	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Pontes e Lacerda	MT	8999	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Porangatu	GO	9555	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Porteirão	GO	1060	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Portelândia	GO	9557	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Porto Alegre do Norte	MT	9895	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Porto Alegre do Tocantins	TO	9723	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Porto dos Gaúchos	MT	9135	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Porto Esperidião	MT	9875	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Porto Estrela	MT	101	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Porto Murtinho	MS	9137	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Porto Nacional	TO	9559	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Posse	GO	9561	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Poxoréo	MT	9139	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Praia Norte	TO	9725	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Presidente Kennedy	TO	9629	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Primavera do Leste	MT	9871	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Professor Jamil	GO	51	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Pugmil	TO	94	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Querência	MT	97	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Quirinópolis	GO	9563	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Recursolândia	TO	357	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Reserva do Cabaçal	MT	9879	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Riachinho	TO	193	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rialma	GO	9565	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rianápolis	GO	9567	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ribas do Rio Pardo	MS	9141	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ribeirão Cascalheira	MT	9741	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Ribeirãozinho	MT	99	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rio Branco	MT	8995	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rio Brilhante	MS	9143	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rio da Conceição	TO	323	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rio dos Bois	TO	359	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rio Negro	MS	9145	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rio Quente	GO	9995	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rio Sono	TO	9679	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rio Verde	GO	9571	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rio Verde de Mato Grosso	MS	9147	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rochedo	MS	9149	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rondolândia	MT	1092	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rondonópolis	MT	9151	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rosário Oeste	MT	9153	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Rubiataba	GO	9573	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Salto do Céu	MT	8997	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Sampaio	TO	9727	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Sanclerlândia	GO	9575	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Sandolândia	TO	331	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Bárbara de Goiás	GO	9577	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Carmem	MT	123	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Cruz de Goiás	GO	9579	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Cruz do Xingu	MT	1094	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Fé de Goiás	GO	9743	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Fé do Araguaia	TO	195	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Helena de Goiás	GO	9581	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Isabel	GO	9689	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Maria do Tocantins	TO	361	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Rita do Araguaia	GO	9583	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Rita do Novo Destino	GO	1062	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Rita do Pardo	MS	9745	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Rita do Tocantins	TO	96	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Rita do Trivelato	MT	1096	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Rosa de Goiás	GO	9585	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Rosa do Tocantins	TO	9729	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Tereza de Goiás	GO	9587	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Tereza do Tocantins	TO	9731	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Terezinha	MT	9197	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Terezinha de Goiás	GO	9589	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santa Terezinha do Tocantins	TO	98	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santo Afonso	MT	115	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santo Antônio da Barra	GO	83	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santo Antônio de Goiás	GO	53	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santo Antônio do Descoberto	GO	9677	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santo Antônio do Leste	MT	1098	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Santo Antônio do Leverger	MT	9155	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Bento do Tocantins	TO	197	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Domingos	GO	9591	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Félix do Araguaia	MT	9183	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Félix do Tocantins	TO	363	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Francisco de Goiás	GO	9593	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Gabriel do Oeste	MS	9809	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São João da Paraúna	GO	9747	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São João d"Aliança	GO	9597	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São José do Povo	MT	6087	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São José do Rio Claro	MT	9199	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São José do Xingu	MT	133	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São José dos Quatro Marcos	MT	8993	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Luís de Montes Belos	GO	9599	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Luiz do Norte	GO	9749	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Miguel do Araguaia	GO	9601	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Miguel do Passa Quatro	GO	9751	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Miguel do Tocantins	TO	199	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Patrício	GO	1064	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Pedro da Cipa	MT	93	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Salvador do Tocantins	TO	333	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Sebastião do Tocantins	TO	9603	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Simão	GO	9605	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	São Valério da Natividade	TO	9691	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Sapezal	MT	1046	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Selvíria	MS	9811	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Senador Canedo	GO	9753	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Serra Nova Dourada	MT	1100	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Serranópolis	GO	9607	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Sete Quedas	MS	9813	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Sidrolândia	MS	9157	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Silvânia	GO	9609	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Silvanópolis	TO	9659	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Simolândia	GO	9755	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Sinop	MT	8985	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Sítio d"Abadia	GO	9611	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Sítio Novo do Tocantins	TO	9613	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Sonora	MS	9757	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Sorriso	MT	9907	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Sucupira	TO	335	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Tabaporã	MT	125	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Tacuru	MS	9815	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Taguatinga	TO	9615	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Taipas do Tocantins	TO	325	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Talismã	TO	100	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Tangará da Serra	MT	9185	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Tapurah	MT	9763	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Taquaral de Goiás	GO	9617	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Taquarussu	MS	9817	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Terenos	MS	9159	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Teresina de Goiás	GO	9759	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Terezópolis de Goiás	GO	57	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Terra Nova do Norte	MT	9909	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Tesouro	MT	9161	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Tocantínia	TO	9619	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Tocantinópolis	TO	9621	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Torixoréu	MT	9163	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Três Lagoas	MS	9165	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Três Ranchos	GO	9623	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Trindade	GO	9625	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Trombas	GO	9761	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Tupirama	TO	102	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Tupiratins	TO	365	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Turvânia	GO	9631	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Turvelândia	GO	9765	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Uirapuru	GO	59	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	União do Sul	MT	1048	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Uruaçu	GO	9633	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Uruana	GO	9635	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Urutaí	GO	9637	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Vale de São Domingos	MT	1102	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Valparaíso de Goiás	GO	1066	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Varjão	GO	9639	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Várzea Grande	MT	9167	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Vera	MT	9905	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Vianópolis	GO	9641	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Vicentina	MS	9187	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Vicentinópolis	GO	9657	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Vila Bela da Santíssima Trindade	MT	9109	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Vila Boa	GO	67	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Vila Propício	GO	1068	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Vila Rica	MT	9897	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Wanderlândia	TO	9665	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)
01	Xambioá	TO	9643	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília (DF)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	2ª Região Fiscal			
02	Abaetetuba	PA	401	ALF - Belém (PA)
02	Abel Figueiredo	PA	375	ALF - Belém (PA)
02	Acará	PA	403	ALF - Belém (PA)
02	Acrelândia	AC	643	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Afuá	PA	405	ALF - Belém (PA)
02	Água Azul do Norte	PA	383	ALF - Belém (PA)
02	Alenquer	PA	407	ALF - Belém (PA)
02	Almeirim	PA	409	ALF - Belém (PA)
02	Alta Floresta d''Oeste	RO	33	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Altamira	PA	411	ALF - Belém (PA)
02	Alto Alegre	RR	305	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Alto Alegre dos Parecis	RO	2	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Alto Paraíso	RO	675	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Alvarães	AM	289	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Alvorada d''Oeste	RO	35	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Amajari	RR	26	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Amapá	AP	601	ALF - Belém (PA)
02	Amaturá	AM	291	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Anajás	PA	413	ALF - Belém (PA)
02	Anamã	AM	293	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Ananindeua	PA	415	ALF - Belém (PA)
02	Anapu	PA	40	ALF - Belém (PA)
02	Anori	AM	203	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Apuí	AM	969	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Ariquemes	RO	7	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Assis Brasil	AC	157	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Atalaia do Norte	AM	205	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Augusto Corrêa	PA	417	ALF - Belém (PA)
02	Aurora do Pará	PA	389	ALF - Belém (PA)
02	Autazes	AM	207	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Aveiro	PA	419	ALF - Belém (PA)
02	Bagre	PA	421	ALF - Belém (PA)
02	Baião	PA	423	ALF - Belém (PA)
02	Bannach	PA	42	ALF - Belém (PA)
02	Barcarena	PA	425	ALF - Belém (PA)
02	Barcelos	AM	209	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Barreirinha	AM	211	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Belém	PA	427	ALF - Belém (PA)
02	Belterra	PA	44	ALF - Belém (PA)
02	Benevides	PA	429	ALF - Belém (PA)
02	Benjamin Constant	AM	213	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Beruri	AM	295	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Boa Vista	RR	301	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Boa Vista do Ramos	AM	297	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Boca do Acre	AM	215	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Bom Jesus do Tocantins	PA	575	ALF - Belém (PA)
02	Bonfim	RR	307	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Bonito	PA	431	ALF - Belém (PA)
02	Borba	AM	217	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Bragança	PA	433	ALF - Belém (PA)
02	Brasil Novo	PA	639	ALF - Belém (PA)
02	Brasiléia	AC	105	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Brejo Grande do Araguaia	PA	577	ALF - Belém (PA)
02	Breu Branco	PA	625	ALF - Belém (PA)
02	Breves	PA	435	ALF - Belém (PA)
02	Bujari	AC	645	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Bujaru	PA	437	ALF - Belém (PA)
02	Buritis	RO	4	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Caapiranga	AM	299	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Cabixi	RO	37	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Cacaulândia	RO	677	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Cachoeira do Arari	PA	439	ALF - Belém (PA)
02	Cachoeira do Piriá	PA	46	ALF - Belém (PA)
02	Cacoal	RO	9	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Calçoene	AP	603	ALF - Belém (PA)
02	Cametá	PA	441	ALF - Belém (PA)
02	Campo Novo de Rondônia	RO	679	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Canaã dos Carajás	PA	48	ALF - Belém (PA)
02	Candeias do Jamari	RO	681	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Cantá	RR	28	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Canutama	AM	219	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Capanema	PA	443	ALF - Belém (PA)
02	Capitão Poço	PA	445	ALF - Belém (PA)
02	Capixaba	AC	647	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Caracaraí	RR	303	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Carauari	AM	221	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Careiro	AM	223	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Careiro da Várzea	AM	965	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Caroebe	RR	30	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Castanhal	PA	447	ALF - Belém (PA)
02	Castanheiras	RO	691	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Cerejeiras	RO	27	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Chaves	PA	449	ALF - Belém (PA)
02	Chupinguaia	RO	6	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Coari	AM	225	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Codajás	AM	227	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Colares	PA	451	ALF - Belém (PA)
02	Colorado do Oeste	RO	23	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Conceição do Araguaia	PA	453	ALF - Belém (PA)
02	Concórdia do Pará	PA	579	ALF - Belém (PA)
02	Corumbiara	RO	981	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Costa Marques	RO	21	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Cruzeiro do Sul	AC	107	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Cujubim	RO	8	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Cumaru do Norte	PA	385	ALF - Belém (PA)
02	Curionópolis	PA	581	ALF - Belém (PA)
02	Curralinho	PA	455	ALF - Belém (PA)
02	Curuá	PA	50	ALF - Belém (PA)
02	Curuçá	PA	457	ALF - Belém (PA)
02	Cutias	AP	667	ALF - Belém (PA)
02	Dom Eliseu	PA	583	ALF - Belém (PA)
02	Eirunepé	AM	229	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Eldorado dos Carajás	PA	377	ALF - Belém (PA)
02	Envira	AM	231	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Epitaciolândia	AC	651	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Espigão d''Oeste	RO	25	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Faro	PA	459	ALF - Belém (PA)
02	Feijó	AC	113	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Ferreira Gomes	AP	611	ALF - Belém (PA)
02	Floresta do Araguaia	PA	52	ALF - Belém (PA)
02	Fonte Boa	AM	233	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Garrafão do Norte	PA	585	ALF - Belém (PA)
02	Goianésia do Pará	PA	627	ALF - Belém (PA)
02	Governador Jorge Teixeira	RO	693	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Guajará	AM	967	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Guajará-Mirim	RO	1	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Gurupá	PA	461	ALF - Belém (PA)
02	Humaitá	AM	235	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Igarapé-Açu	PA	463	ALF - Belém (PA)
02	Igarapé-Miri	PA	465	ALF - Belém (PA)
02	Inhangapi	PA	467	ALF - Belém (PA)
02	Ipixuna	AM	239	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Ipixuna do Pará	PA	621	ALF - Belém (PA)
02	Iracema	RR	32	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Iranduba	AM	9835	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Irituia	PA	469	ALF - Belém (PA)
02	Itacoatiara	AM	241	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Itaituba	PA	471	ALF - Belém (PA)
02	Itamarati	AM	9837	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Itapiranga	AM	243	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Itapuã do Oeste	RO	683	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Itaubal	AP	669	ALF - Belém (PA)
02	Itupiranga	PA	473	ALF - Belém (PA)
02	Jacareacanga	PA	631	ALF - Belém (PA)
02	Jacundá	PA	475	ALF - Belém (PA)
02	Japurá	AM	245	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Jaru	RO	15	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Ji-Paraná	RO	5	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Jordão	AC	653	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Juruá	AM	247	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Juruti	PA	477	ALF - Belém (PA)
02	Jutaí	AM	249	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Lábrea	AM	251	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Laranjal do Jari	AP	613	ALF - Belém (PA)
02	Limoeiro do Ajuru	PA	479	ALF - Belém (PA)
02	Macapá	AP	605	ALF - Belém (PA)
02	Machadinho d''Oeste	RO	39	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Mãe do Rio	PA	587	ALF - Belém (PA)
02	Magalhães Barata	PA	481	ALF - Belém (PA)
02	Manacapuru	AM	253	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Manaquiri	AM	9839	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Manaus	AM	255	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Mâncio Lima	AC	109	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Manicoré	AM	257	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Manoel Urbano	AC	155	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Maraã	AM	259	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Marabá	PA	483	ALF - Belém (PA)
02	Maracanã	PA	485	ALF - Belém (PA)
02	Marapanim	PA	487	ALF - Belém (PA)
02	Marechal Thaumaturgo	AC	655	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Marituba	PA	54	ALF - Belém (PA)
02	Maués	AM	261	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Mazagão	AP	607	ALF - Belém (PA)
02	Medicilândia	PA	589	ALF - Belém (PA)
02	Melgaço	PA	489	ALF - Belém (PA)
02	Ministro Andreazza	RO	695	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Mirante da Serra	RO	697	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Mocajuba	PA	491	ALF - Belém (PA)
02	Moju	PA	493	ALF - Belém (PA)
02	Mojuí dos Campos	PA	1190	ALF - Belém (PA)
02	Monte Alegre	PA	495	ALF - Belém (PA)
02	Monte Negro	RO	685	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Muaná	PA	497	ALF - Belém (PA)
02	Mucajaí	RR	309	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Nhamundá	AM	263	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Normandia	RR	311	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Nova Brasilândia d''Oeste	RO	41	ALF - Porto de Manaus (AM)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02	Nova Esperança do Piriá	PA	391	ALF - Belém (PA)
02	Nova Ipixuna	PA	56	ALF - Belém (PA)
02	Nova Mamoré	RO	47	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Nova Olinda do Norte	AM	265	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Nova Timboteua	PA	499	ALF - Belém (PA)
02	Nova União	RO	10	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Novo Airão	AM	201	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Novo Aripuanã	AM	267	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Novo Horizonte do Oeste	RO	689	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Novo Progresso	PA	633	ALF - Belém (PA)
02	Novo Repartimento	PA	629	ALF - Belém (PA)
02	Óbidos	PA	501	ALF - Belém (PA)
02	Oeiras do Pará	PA	503	ALF - Belém (PA)
02	Oiapoque	AP	609	ALF - Belém (PA)
02	Oriximiná	PA	505	ALF - Belém (PA)
02	Ourém	PA	507	ALF - Belém (PA)
02	Ourilândia do Norte	PA	591	ALF - Belém (PA)
02	Ouro Preto do Oeste	RO	17	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Pacajá	PA	593	ALF - Belém (PA)
02	Pacaraima	RR	34	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Palestina do Pará	PA	379	ALF - Belém (PA)
02	Paragominas	PA	509	ALF - Belém (PA)
02	Parauapebas	PA	595	ALF - Belém (PA)
02	Parecis	RO	12	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Parintins	AM	269	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Pau d"Arco	PA	387	ALF - Belém (PA)
02	Pauini	AM	271	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Pedra Branca do Amapari	AP	663	ALF - Belém (PA)
02	Peixe-Boi	PA	511	ALF - Belém (PA)
02	Piçarra	PA	58	ALF - Belém (PA)
02	Pimenta Bueno	RO	11	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Pimenteiras do Oeste	RO	14	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Placas	PA	60	ALF - Belém (PA)
02	Plácido de Castro	AC	151	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Ponta de Pedras	PA	513	ALF - Belém (PA)
02	Portel	PA	515	ALF - Belém (PA)
02	Porto Acre	AC	649	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Porto de Moz	PA	517	ALF - Belém (PA)
02	Porto Grande	AP	671	ALF - Belém (PA)
02	Porto Velho	RO	3	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Porto Walter	AC	657	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Pracuúba	AP	673	ALF - Belém (PA)
02	Prainha	PA	519	ALF - Belém (PA)
02	Presidente Figueiredo	AM	9841	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Presidente Médici	RO	19	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Primavera	PA	521	ALF - Belém (PA)
02	Primavera de Rondônia	RO	16	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Quatipuru	PA	62	ALF - Belém (PA)
02	Redenção	PA	567	ALF - Belém (PA)
02	Rio Branco	AC	139	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Rio Crespo	RO	687	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Rio Maria	PA	569	ALF - Belém (PA)
02	Rio Preto da Eva	AM	9843	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Rodrigues Alves	AC	659	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Rolim de Moura	RO	29	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Rondon do Pará	PA	573	ALF - Belém (PA)
02	Rorainópolis	RR	36	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Rurópolis	PA	597	ALF - Belém (PA)
02	Salinópolis	PA	523	ALF - Belém (PA)
02	Salvaterra	PA	525	ALF - Belém (PA)
02	Santa Bárbara do Pará	PA	369	ALF - Belém (PA)
02	Santa Cruz do Arari	PA	527	ALF - Belém (PA)
02	Santa Isabel do Pará	PA	529	ALF - Belém (PA)
02	Santa Isabel do Rio Negro	AM	237	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Santa Luzia do Pará	PA	371	ALF - Belém (PA)
02	Santa Luzia d"Oeste	RO	43	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Santa Maria das Barreiras	PA	599	ALF - Belém (PA)
02	Santa Maria do Pará	PA	531	ALF - Belém (PA)
02	Santa Rosa do Purus	AC	661	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Santana	AP	615	ALF - Belém (PA)
02	Santana do Araguaia	PA	533	ALF - Belém (PA)
02	Santarém	PA	535	ALF - Belém (PA)
02	Santarém Novo	PA	537	ALF - Belém (PA)
02	Santo Antônio do Içá	AM	273	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Santo Antônio do Tauá	PA	539	ALF - Belém (PA)
02	São Caetano de Odivelas	PA	541	ALF - Belém (PA)
02	São Domingos do Araguaia	PA	381	ALF - Belém (PA)
02	São Domingos do Capim	PA	543	ALF - Belém (PA)
02	São Felipe d"Oeste	RO	18	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	São Félix do Xingu	PA	545	ALF - Belém (PA)
02	São Francisco do Guaporé	RO	20	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	São Francisco do Pará	PA	547	ALF - Belém (PA)
02	São Gabriel da Cachoeira	AM	283	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	São Geraldo do Araguaia	PA	619	ALF - Belém (PA)
02	São João da Baliza	RR	313	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	São João da Ponta	PA	64	ALF - Belém (PA)
02	São João de Pirabas	PA	393	ALF - Belém (PA)
02	São João do Araguaia	PA	549	ALF - Belém (PA)
02	São Luiz	RR	315	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	São Miguel do Guamá	PA	551	ALF - Belém (PA)
02	São Miguel do Guaporé	RO	45	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	São Paulo de Olivença	AM	275	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	São Sebastião da Boa Vista	PA	553	ALF - Belém (PA)
02	São Sebastião do Uatumã	AM	9845	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Sapucaia	PA	66	ALF - Belém (PA)
02	Sena Madureira	AC	145	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Senador Guiomard	AC	153	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Senador José Porfírio	PA	555	ALF - Belém (PA)
02	Seringueiras	RO	699	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Serra do Navio	AP	665	ALF - Belém (PA)
02	Silves	AM	277	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Soure	PA	557	ALF - Belém (PA)
02	Tabatinga	AM	9847	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Tailândia	PA	395	ALF - Belém (PA)
02	Tapauá	AM	279	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Tarauacá	AC	147	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Tartarugalzinho	AP	617	ALF - Belém (PA)
02	Tefé	AM	281	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Teixeirópolis	RO	22	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Terra Alta	PA	373	ALF - Belém (PA)
02	Terra Santa	PA	637	ALF - Belém (PA)
02	Theobroma	RO	975	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Tomé-Açu	PA	559	ALF - Belém (PA)
02	Tonantins	AM	9851	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Tracuateua	PA	68	ALF - Belém (PA)
02	Trairão	PA	635	ALF - Belém (PA)
02	Tucumã	PA	397	ALF - Belém (PA)
02	Tucuruí	PA	561	ALF - Belém (PA)
02	Uarini	AM	9849	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Uiramutã	RR	38	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Ulianópolis	PA	623	ALF - Belém (PA)
02	Uruará	PA	399	ALF - Belém (PA)
02	Urucará	AM	285	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Urucurituba	AM	287	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Urupá	RO	977	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Vale do Anari	RO	24	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Vale do Paraíso	RO	979	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Vigia	PA	563	ALF - Belém (PA)
02	Vilhena	RO	13	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Viseu	PA	565	ALF - Belém (PA)
02	Vitória do Jari	AP	70	ALF - Belém (PA)
02	Vitória do Xingu	PA	641	ALF - Belém (PA)
02	Xapuri	AC	149	ALF - Porto de Manaus (AM)
02	Xinguara	PA	571	ALF - Belém (PA)
	3ª Região Fiscal			
03	Abaiara	CE	1301	ALF - Fortaleza (CE)
03	Açailândia	MA	961	ALF - Fortaleza (CE)
03	Acarape	CE	1231	ALF - Fortaleza (CE)
03	Acaraú	CE	1303	ALF - Fortaleza (CE)
03	Acauã	PI	266	ALF - Fortaleza (CE)
03	Acopiara	CE	1305	ALF - Fortaleza (CE)
03	Afonso Cunha	MA	701	ALF - Fortaleza (CE)
03	Agricolândia	PI	1001	ALF - Fortaleza (CE)
03	Água Branca	PI	1003	ALF - Fortaleza (CE)
03	Água Doce do Maranhão	MA	104	ALF - Fortaleza (CE)
03	Aiuaba	CE	1307	ALF - Fortaleza (CE)
03	Alagoinha do Piauí	PI	9767	ALF - Fortaleza (CE)
03	Alcântara	MA	703	ALF - Fortaleza (CE)
03	Alcântaras	CE	1309	ALF - Fortaleza (CE)
03	Aldeias Altas	MA	705	ALF - Fortaleza (CE)
03	Alegrete do Piauí	PI	2269	ALF - Fortaleza (CE)
03	Altamira do Maranhão	MA	707	ALF - Fortaleza (CE)
03	Altaneira	CE	1311	ALF - Fortaleza (CE)
03	Alto Alegre do Maranhão	MA	106	ALF - Fortaleza (CE)
03	Alto Alegre do Pindaré	MA	108	ALF - Fortaleza (CE)
03	Alto Longá	PI	1005	ALF - Fortaleza (CE)
03	Alto Parnaíba	MA	709	ALF - Fortaleza (CE)
03	Alto Santo	CE	1313	ALF - Fortaleza (CE)
03	Altos	PI	1007	ALF - Fortaleza (CE)
03	Alvorada do Gurguéia	PI	268	ALF - Fortaleza (CE)
03	Amapá do Maranhão	MA	110	ALF - Fortaleza (CE)
03	Amarante	PI	1009	ALF - Fortaleza (CE)
03	Amarante do Maranhão	MA	711	ALF - Fortaleza (CE)
03	Amontada	CE	1587	ALF - Fortaleza (CE)
03	Anajatuba	MA	713	ALF - Fortaleza (CE)
03	Anapurus	MA	715	ALF - Fortaleza (CE)
03	Angical do Piauí	PI	1011	ALF - Fortaleza (CE)
03	Anísio de Abreu	PI	1013	ALF - Fortaleza (CE)
03	Antonina do Norte	CE	1315	ALF - Fortaleza (CE)
03	Antônio Almeida	PI	1015	ALF - Fortaleza (CE)
03	Apicum-Açu	MA	112	ALF - Fortaleza (CE)
03	Apuiarés	CE	1317	ALF - Fortaleza (CE)
03	Aquiraz	CE	1319	ALF - Fortaleza (CE)
03	Aracati	CE	1321	ALF - Fortaleza (CE)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

03	Aracoiaba	CE	1323	ALF - Fortaleza (CE)
03	Araguanã	MA	114	ALF - Fortaleza (CE)
03	Araioses	MA	717	ALF - Fortaleza (CE)
03	Arame	MA	1281	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ararendá	CE	989	ALF - Fortaleza (CE)
03	Arari	MA	719	ALF - Fortaleza (CE)
03	Araripe	CE	1325	ALF - Fortaleza (CE)
03	Aratuba	CE	1327	ALF - Fortaleza (CE)
03	Arneiroz	CE	1329	ALF - Fortaleza (CE)
03	Aroazes	PI	1017	ALF - Fortaleza (CE)
03	Aroeiras do Itaim	PI	1188	ALF - Fortaleza (CE)
03	Arraial	PI	1019	ALF - Fortaleza (CE)
03	Assaré	CE	1331	ALF - Fortaleza (CE)
03	Assunção do Piauí	PI	270	ALF - Fortaleza (CE)
03	Aurora	CE	1333	ALF - Fortaleza (CE)
03	Avelino Lopes	PI	1021	ALF - Fortaleza (CE)
03	Axixá	MA	721	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bacabal	MA	723	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bacabeira	MA	116	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bacuri	MA	725	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bacurituba	MA	118	ALF - Fortaleza (CE)
03	Baixa Grande do Ribeiro	PI	2245	ALF - Fortaleza (CE)
03	Baixio	CE	1335	ALF - Fortaleza (CE)
03	Balsas	MA	727	ALF - Fortaleza (CE)
03	Banabuiú	CE	1233	ALF - Fortaleza (CE)
03	Barão de Grajaú	MA	729	ALF - Fortaleza (CE)
03	Barbalha	CE	1337	ALF - Fortaleza (CE)
03	Barra d"Alcântara	PI	272	ALF - Fortaleza (CE)
03	Barra do Corda	MA	731	ALF - Fortaleza (CE)
03	Barras	PI	1023	ALF - Fortaleza (CE)
03	Barreira	CE	1235	ALF - Fortaleza (CE)
03	Barreiras do Piauí	PI	1025	ALF - Fortaleza (CE)
03	Barreirinhas	MA	733	ALF - Fortaleza (CE)
03	Barro	CE	1339	ALF - Fortaleza (CE)
03	Barro Duro	PI	1027	ALF - Fortaleza (CE)
03	Barroquinha	CE	1237	ALF - Fortaleza (CE)
03	Batalha	PI	1029	ALF - Fortaleza (CE)
03	Baturité	CE	1341	ALF - Fortaleza (CE)
03	Beberibe	CE	1343	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bela Cruz	CE	1345	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bela Vista do Maranhão	MA	122	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bela Vista do Piauí	PI	274	ALF - Fortaleza (CE)
03	Belágua	MA	120	ALF - Fortaleza (CE)
03	Belém do Piauí	PI	276	ALF - Fortaleza (CE)
03	Beneditinos	PI	1031	ALF - Fortaleza (CE)
03	Benedito Leite	MA	735	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bequimão	MA	737	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bernardo do Mearim	MA	124	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bertolínia	PI	1033	ALF - Fortaleza (CE)
03	Betânia do Piauí	PI	278	ALF - Fortaleza (CE)
03	Boa Hora	PI	280	ALF - Fortaleza (CE)
03	Boa Viagem	CE	1347	ALF - Fortaleza (CE)
03	Boa Vista do Gurupi	MA	126	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bocaina	PI	1035	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bom Jardim	MA	955	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bom Jesus	PI	1037	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bom Jesus das Selvas	MA	128	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bom Lugar	MA	130	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bom Princípio do Piauí	PI	2287	ALF - Fortaleza (CE)
03	Bonfim do Piauí	PI	2251	ALF - Fortaleza (CE)
03	Boqueirão do Piauí	PI	282	ALF - Fortaleza (CE)
03	Brasileira	PI	2283	ALF - Fortaleza (CE)
03	Brejo	MA	739	ALF - Fortaleza (CE)
03	Brejo de Areia	MA	132	ALF - Fortaleza (CE)
03	Brejo do Piauí	PI	284	ALF - Fortaleza (CE)
03	Brejo Santo	CE	1349	ALF - Fortaleza (CE)
03	Buriti	MA	741	ALF - Fortaleza (CE)
03	Buriti Bravo	MA	743	ALF - Fortaleza (CE)
03	Buriti dos Lopes	PI	1039	ALF - Fortaleza (CE)
03	Buriti dos Montes	PI	1297	ALF - Fortaleza (CE)
03	Buriticupu	MA	134	ALF - Fortaleza (CE)
03	Buritirana	MA	136	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cabeceiras do Piauí	PI	1299	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cachoeira Grande	MA	138	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cajapió	MA	745	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cajari	MA	747	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cajazeiras do Piauí	PI	286	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cajueiro da Praia	PI	288	ALF - Fortaleza (CE)
03	Caldeirão Grande do Piauí	PI	2271	ALF - Fortaleza (CE)
03	Camocim	CE	1351	ALF - Fortaleza (CE)
03	Campestre do Maranhão	MA	140	ALF - Fortaleza (CE)
03	Campinas do Piauí	PI	1041	ALF - Fortaleza (CE)
03	Campo Alegre do Fidalgo	PI	290	ALF - Fortaleza (CE)
03	Campo Grande do Piauí	PI	292	ALF - Fortaleza (CE)
03	Campo Largo do Piauí	PI	294	ALF - Fortaleza (CE)
03	Campo Maior	PI	1043	ALF - Fortaleza (CE)
03	Campos Sales	CE	1353	ALF - Fortaleza (CE)
03	Canavieira	PI	2247	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cândido Mendes	MA	749	ALF - Fortaleza (CE)
03	Canindé	CE	1355	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cantanhede	MA	751	ALF - Fortaleza (CE)
03	Canto do Buriti	PI	1045	ALF - Fortaleza (CE)
03	Capinzal do Norte	MA	142	ALF - Fortaleza (CE)
03	Capistrano	CE	1357	ALF - Fortaleza (CE)
03	Capitão de Campos	PI	1047	ALF - Fortaleza (CE)
03	Capitão Gervásio Oliveira	PI	296	ALF - Fortaleza (CE)
03	Caracol	PI	1049	ALF - Fortaleza (CE)
03	Caraúbas do Piauí	PI	298	ALF - Fortaleza (CE)
03	Caridade	CE	1359	ALF - Fortaleza (CE)
03	Caridade do Piauí	PI	300	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cariré	CE	1361	ALF - Fortaleza (CE)
03	Caririaçu	CE	1363	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cariús	CE	1365	ALF - Fortaleza (CE)
03	Carnaubal	CE	1367	ALF - Fortaleza (CE)
03	Carolina	MA	753	ALF - Fortaleza (CE)
03	Carutapera	MA	755	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cascavel	CE	1369	ALF - Fortaleza (CE)
03	Castelo do Piauí	PI	1051	ALF - Fortaleza (CE)
03	Catarina	CE	1371	ALF - Fortaleza (CE)
03	Catunda	CE	983	ALF - Fortaleza (CE)
03	Caucaia	CE	1373	ALF - Fortaleza (CE)
03	Caxias	MA	757	ALF - Fortaleza (CE)
03	Caxingó	PI	302	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cedral	MA	759	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cedro	CE	1375	ALF - Fortaleza (CE)
03	Central do Maranhão	MA	144	ALF - Fortaleza (CE)
03	Centro do Guilherme	MA	146	ALF - Fortaleza (CE)
03	Centro Novo do Maranhão	MA	148	ALF - Fortaleza (CE)
03	Chapadinha	MA	761	ALF - Fortaleza (CE)
03	Chaval	CE	1377	ALF - Fortaleza (CE)
03	Choró	CE	993	ALF - Fortaleza (CE)
03	Chorozinho	CE	1239	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cidelândia	MA	150	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cocal	PI	1053	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cocal de Telha	PI	304	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cocal dos Alves	PI	306	ALF - Fortaleza (CE)
03	Codó	MA	763	ALF - Fortaleza (CE)
03	Coelho Neto	MA	765	ALF - Fortaleza (CE)
03	Coivaras	PI	995	ALF - Fortaleza (CE)
03	Colinas	MA	767	ALF - Fortaleza (CE)
03	Colônia do Gurguéia	PI	2249	ALF - Fortaleza (CE)
03	Colônia do Piauí	PI	2253	ALF - Fortaleza (CE)
03	Conceição do Canindé	PI	1055	ALF - Fortaleza (CE)
03	Conceição do Lago-Açu	MA	152	ALF - Fortaleza (CE)
03	Coreaú	CE	1381	ALF - Fortaleza (CE)
03	Coroatá	MA	769	ALF - Fortaleza (CE)
03	Coronel José Dias	PI	2255	ALF - Fortaleza (CE)
03	Corrente	PI	1057	ALF - Fortaleza (CE)
03	Crateús	CE	1383	ALF - Fortaleza (CE)
03	Crato	CE	1385	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cristalândia do Piauí	PI	1059	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cristino Castro	PI	1061	ALF - Fortaleza (CE)
03	Croatá	CE	1241	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cruz	CE	1589	ALF - Fortaleza (CE)
03	Curimatá	PI	1063	ALF - Fortaleza (CE)
03	Currais	PI	308	ALF - Fortaleza (CE)
03	Curral Novo do Piauí	PI	312	ALF - Fortaleza (CE)
03	Curralinhos	PI	310	ALF - Fortaleza (CE)
03	Cururupu	MA	771	ALF - Fortaleza (CE)
03	Davinópolis	MA	154	ALF - Fortaleza (CE)
03	Demerval Lobão	PI	1065	ALF - Fortaleza (CE)
03	Deputado Irapuan Pinheiro	CE	1243	ALF - Fortaleza (CE)
03	Dirceu Arcoverde	PI	1229	ALF - Fortaleza (CE)
03	Dom Expedito Lopes	PI	1067	ALF - Fortaleza (CE)
03	Dom Inocêncio	PI	1289	ALF - Fortaleza (CE)
03	Dom Pedro	MA	773	ALF - Fortaleza (CE)
03	Domingos Mourão	PI	1141	ALF - Fortaleza (CE)
03	Duque Bacelar	MA	775	ALF - Fortaleza (CE)
03	Elesbão Veloso	PI	1069	ALF - Fortaleza (CE)
03	Eliseu Martins	PI	1071	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ererê	CE	1245	ALF - Fortaleza (CE)
03	Esperantina	PI	1073	ALF - Fortaleza (CE)
03	Esperantinópolis	MA	777	ALF - Fortaleza (CE)
03	Estreito	MA	963	ALF - Fortaleza (CE)
03	Eusébio	CE	1247	ALF - Fortaleza (CE)
03	Farias Brito	CE	1387	ALF - Fortaleza (CE)
03	Fartura do Piauí	PI	2257	ALF - Fortaleza (CE)
03	Feira Nova do Maranhão	MA	156	ALF - Fortaleza (CE)
03	Fernando Falcão	MA	158	ALF - Fortaleza (CE)
03	Flores do Piauí	PI	1075	ALF - Fortaleza (CE)
03	Floresta do Piauí	PI	314	ALF - Fortaleza (CE)
03	Floriano	PI	1077	ALF - Fortaleza (CE)
03	Formosa da Serra Negra	MA	160	ALF - Fortaleza (CE)
03	Forquilha	CE	1591	ALF - Fortaleza (CE)
03	Fortaleza	CE	1389	ALF - Fortaleza (CE)
03	Fortaleza dos Nogueiras	MA	779	ALF - Fortaleza (CE)
03	Fortim	CE	987	ALF - Fortaleza (CE)
03	Fortuna	MA	781	ALF - Fortaleza (CE)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

03	Francinópolis	PI	1079	ALF - Fortaleza (CE)
03	Francisco Ayres	PI	1081	ALF - Fortaleza (CE)
03	Francisco Macedo	PI	316	ALF - Fortaleza (CE)
03	Francisco Santos	PI	1083	ALF - Fortaleza (CE)
03	Frecheirinha	CE	1391	ALF - Fortaleza (CE)
03	Fronteiras	PI	1085	ALF - Fortaleza (CE)
03	Geminiano	PI	318	ALF - Fortaleza (CE)
03	General Sampaio	CE	1393	ALF - Fortaleza (CE)
03	Gilbués	PI	1087	ALF - Fortaleza (CE)
03	Godofredo Viana	MA	783	ALF - Fortaleza (CE)
03	Gonçalves Dias	MA	785	ALF - Fortaleza (CE)
03	Governador Archer	MA	787	ALF - Fortaleza (CE)
03	Governador Edison Lobão	MA	162	ALF - Fortaleza (CE)
03	Governador Eugênio Barros	MA	789	ALF - Fortaleza (CE)
03	Governador Luiz Rocha	MA	164	ALF - Fortaleza (CE)
03	Governador Newton Bello	MA	166	ALF - Fortaleza (CE)
03	Governador Nunes Freire	MA	168	ALF - Fortaleza (CE)
03	Graça	CE	1249	ALF - Fortaleza (CE)
03	Graça Aranha	MA	791	ALF - Fortaleza (CE)
03	Grajaú	MA	793	ALF - Fortaleza (CE)
03	Granja	CE	1395	ALF - Fortaleza (CE)
03	Granjeiro	CE	1397	ALF - Fortaleza (CE)
03	Groaíras	CE	1399	ALF - Fortaleza (CE)
03	Guadalupe	PI	1089	ALF - Fortaleza (CE)
03	Guaiúba	CE	1251	ALF - Fortaleza (CE)
03	Guaraciaba do Norte	CE	1401	ALF - Fortaleza (CE)
03	Guaramiranga	CE	1403	ALF - Fortaleza (CE)
03	Guaribas	PI	320	ALF - Fortaleza (CE)
03	Guimarães	MA	795	ALF - Fortaleza (CE)
03	Hidrolândia	CE	1405	ALF - Fortaleza (CE)
03	Horizonte	CE	1253	ALF - Fortaleza (CE)
03	Hugo Napoleão	PI	1091	ALF - Fortaleza (CE)
03	Humberto de Campos	MA	797	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ibaretama	CE	1255	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ibiapina	CE	1407	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ibicuitinga	CE	1257	ALF - Fortaleza (CE)
03	Icapuí	CE	1593	ALF - Fortaleza (CE)
03	Icatu	MA	799	ALF - Fortaleza (CE)
03	Icó	CE	1409	ALF - Fortaleza (CE)
03	Igarapé do Meio	MA	170	ALF - Fortaleza (CE)
03	Igarapé Grande	MA	801	ALF - Fortaleza (CE)
03	Iguatu	CE	1411	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ilha Grande	PI	322	ALF - Fortaleza (CE)
03	Imperatriz	MA	803	ALF - Fortaleza (CE)
03	Independência	CE	1413	ALF - Fortaleza (CE)
03	Inhuma	PI	1093	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ipaporanga	CE	1259	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ipaumirim	CE	1415	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ipiranga do Piauí	PI	1095	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ipu	CE	1417	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ipueiras	CE	1419	ALF - Fortaleza (CE)
03	Iracema	CE	1421	ALF - Fortaleza (CE)
03	Irauçuba	CE	1423	ALF - Fortaleza (CE)
03	Isaías Coelho	PI	1097	ALF - Fortaleza (CE)
03	Itaiçaba	CE	1425	ALF - Fortaleza (CE)
03	Itainópolis	PI	1099	ALF - Fortaleza (CE)
03	Itaipava do Grajaú	MA	172	ALF - Fortaleza (CE)
03	Itaitinga	CE	991	ALF - Fortaleza (CE)
03	Itapajé	CE	1427	ALF - Fortaleza (CE)
03	Itapecuru Mirim	MA	807	ALF - Fortaleza (CE)
03	Itapipoca	CE	1429	ALF - Fortaleza (CE)
03	Itapiúna	CE	1431	ALF - Fortaleza (CE)
03	Itarema	CE	1595	ALF - Fortaleza (CE)
03	Itatira	CE	1433	ALF - Fortaleza (CE)
03	Itaueira	PI	1101	ALF - Fortaleza (CE)
03	Itinga do Maranhão	MA	174	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jacobina do Piauí	PI	2273	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jaguaretama	CE	1435	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jaguaribara	CE	1437	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jaguaribe	CE	1439	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jaguaruana	CE	1441	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jaicós	PI	1103	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jardim	CE	1443	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jardim do Mulato	PI	997	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jati	CE	1445	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jatobá	MA	176	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jatobá do Piauí	PI	324	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jenipapo dos Vieiras	MA	178	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jerumenha	PI	1105	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jijoca de Jericoacoara	CE	985	ALF - Fortaleza (CE)
03	João Costa	PI	326	ALF - Fortaleza (CE)
03	João Lisboa	MA	809	ALF - Fortaleza (CE)
03	Joaquim Pires	PI	1107	ALF - Fortaleza (CE)
03	Joca Marques	PI	328	ALF - Fortaleza (CE)
03	José de Freitas	PI	1109	ALF - Fortaleza (CE)
03	Joselândia	MA	811	ALF - Fortaleza (CE)
03	Juazeiro do Norte	CE	1447	ALF - Fortaleza (CE)
03	Juazeiro do Piauí	PI	330	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jucás	CE	1449	ALF - Fortaleza (CE)
03	Júlio Borges	PI	332	ALF - Fortaleza (CE)
03	Junco do Maranhão	MA	180	ALF - Fortaleza (CE)
03	Jurema	PI	334	ALF - Fortaleza (CE)
03	Lago da Pedra	MA	813	ALF - Fortaleza (CE)
03	Lago do Junco	MA	815	ALF - Fortaleza (CE)
03	Lago dos Rodrigues	MA	184	ALF - Fortaleza (CE)
03	Lago Verde	MA	817	ALF - Fortaleza (CE)
03	Lagoa Alegre	PI	999	ALF - Fortaleza (CE)
03	Lagoa de São Francisco	PI	338	ALF - Fortaleza (CE)
03	Lagoa do Barro do Piauí	PI	2259	ALF - Fortaleza (CE)
03	Lagoa do Mato	MA	182	ALF - Fortaleza (CE)
03	Lagoa do Piauí	PI	340	ALF - Fortaleza (CE)
03	Lagoa do Sítio	PI	342	ALF - Fortaleza (CE)
03	Lagoa Grande do Maranhão	MA	186	ALF - Fortaleza (CE)
03	Lagoinha do Piauí	PI	336	ALF - Fortaleza (CE)
03	Lajeado Novo	MA	188	ALF - Fortaleza (CE)
03	Landri Sales	PI	1111	ALF - Fortaleza (CE)
03	Lavras da Mangabeira	CE	1451	ALF - Fortaleza (CE)
03	Lima Campos	MA	819	ALF - Fortaleza (CE)
03	Limoeiro do Norte	CE	1453	ALF - Fortaleza (CE)
03	Loreto	MA	821	ALF - Fortaleza (CE)
03	Luís Correia	PI	1113	ALF - Fortaleza (CE)
03	Luís Domingues	MA	823	ALF - Fortaleza (CE)
03	Luzilândia	PI	1115	ALF - Fortaleza (CE)
03	Madalena	CE	1261	ALF - Fortaleza (CE)
03	Madeiro	PI	344	ALF - Fortaleza (CE)
03	Magalhães de Almeida	MA	825	ALF - Fortaleza (CE)
03	Manoel Emídio	PI	1117	ALF - Fortaleza (CE)
03	Maracaçumé	MA	190	ALF - Fortaleza (CE)
03	Maracanaú	CE	1585	ALF - Fortaleza (CE)
03	Marajá do Sena	MA	192	ALF - Fortaleza (CE)
03	Maranguape	CE	1455	ALF - Fortaleza (CE)
03	Maranhãozinho	MA	194	ALF - Fortaleza (CE)
03	Marco	CE	1457	ALF - Fortaleza (CE)
03	Marcolândia	PI	2275	ALF - Fortaleza (CE)
03	Marcos Parente	PI	1119	ALF - Fortaleza (CE)
03	Martinópole	CE	1459	ALF - Fortaleza (CE)
03	Massapê	CE	1461	ALF - Fortaleza (CE)
03	Massapê do Piauí	PI	346	ALF - Fortaleza (CE)
03	Mata Roma	MA	827	ALF - Fortaleza (CE)
03	Matias Olímpio	PI	1121	ALF - Fortaleza (CE)
03	Matinha	MA	829	ALF - Fortaleza (CE)
03	Matões	MA	831	ALF - Fortaleza (CE)
03	Matões do Norte	MA	196	ALF - Fortaleza (CE)
03	Mauriti	CE	1463	ALF - Fortaleza (CE)
03	Meruoca	CE	1465	ALF - Fortaleza (CE)
03	Miguel Alves	PI	1123	ALF - Fortaleza (CE)
03	Miguel Leão	PI	1125	ALF - Fortaleza (CE)
03	Milagres	CE	1467	ALF - Fortaleza (CE)
03	Milagres do Maranhão	MA	198	ALF - Fortaleza (CE)
03	Milhã	CE	1597	ALF - Fortaleza (CE)
03	Milton Brandão	PI	348	ALF - Fortaleza (CE)
03	Mirador	MA	833	ALF - Fortaleza (CE)
03	Miraíma	CE	1263	ALF - Fortaleza (CE)
03	Miranda do Norte	MA	1283	ALF - Fortaleza (CE)
03	Mirinzal	MA	835	ALF - Fortaleza (CE)
03	Missão Velha	CE	1469	ALF - Fortaleza (CE)
03	Mombaça	CE	1471	ALF - Fortaleza (CE)
03	Monção	MA	837	ALF - Fortaleza (CE)
03	Monsenhor Gil	PI	1127	ALF - Fortaleza (CE)
03	Monsenhor Hipólito	PI	1129	ALF - Fortaleza (CE)
03	Monsenhor Tabosa	CE	1473	ALF - Fortaleza (CE)
03	Monte Alegre do Piauí	PI	1131	ALF - Fortaleza (CE)
03	Montes Altos	MA	839	ALF - Fortaleza (CE)
03	Morada Nova	CE	1475	ALF - Fortaleza (CE)
03	Moraújo	CE	1477	ALF - Fortaleza (CE)
03	Morrinhos	CE	1479	ALF - Fortaleza (CE)
03	Morro Cabeça no Tempo	PI	350	ALF - Fortaleza (CE)
03	Morro do Chapéu do Piauí	PI	352	ALF - Fortaleza (CE)
03	Morros	MA	841	ALF - Fortaleza (CE)
03	Mucambo	CE	1481	ALF - Fortaleza (CE)
03	Mulungu	CE	1483	ALF - Fortaleza (CE)
03	Murici dos Portelas	PI	354	ALF - Fortaleza (CE)
03	Nazaré do Piauí	PI	1133	ALF - Fortaleza (CE)
03	Nazária	PI	1180	ALF - Fortaleza (CE)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

03	Nina Rodrigues	MA	843	ALF - Fortaleza (CE)
03	Nossa Senhora de Nazaré	PI	356	ALF - Fortaleza (CE)
03	Nossa Senhora dos Remédios	PI	1135	ALF - Fortaleza (CE)
03	Nova Colinas	MA	200	ALF - Fortaleza (CE)
03	Nova Iorque	MA	845	ALF - Fortaleza (CE)
03	Nova Olinda	CE	1485	ALF - Fortaleza (CE)
03	Nova Olinda do Maranhão	MA	202	ALF - Fortaleza (CE)
03	Nova Russas	CE	1487	ALF - Fortaleza (CE)
03	Nova Santa Rita	PI	370	ALF - Fortaleza (CE)
03	Novo Oriente	CE	1489	ALF - Fortaleza (CE)
03	Novo Oriente do Piauí	PI	1137	ALF - Fortaleza (CE)
03	Novo Santo Antônio	PI	358	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ocara	CE	1265	ALF - Fortaleza (CE)
03	Oeiras	PI	1139	ALF - Fortaleza (CE)
03	Olho d"Água das Cunhãs	MA	847	ALF - Fortaleza (CE)
03	Olho d"Água do Piauí	PI	360	ALF - Fortaleza (CE)
03	Olinda Nova do Maranhão	MA	204	ALF - Fortaleza (CE)
03	Orós	CE	1491	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pacajus	CE	1493	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pacatuba	CE	1495	ALF - Fortaleza (CE)
03	Paço do Lumiar	MA	849	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pacoti	CE	1497	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pacujá	CE	1499	ALF - Fortaleza (CE)
03	Padre Marcos	PI	1143	ALF - Fortaleza (CE)
03	Paes Landim	PI	1145	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pajeú do Piauí	PI	362	ALF - Fortaleza (CE)
03	Palhano	CE	1501	ALF - Fortaleza (CE)
03	Palmácia	CE	1503	ALF - Fortaleza (CE)
03	Palmeira do Piauí	PI	1147	ALF - Fortaleza (CE)
03	Palmeirais	PI	1149	ALF - Fortaleza (CE)
03	Palmeirândia	MA	851	ALF - Fortaleza (CE)
03	Paquetá	PI	364	ALF - Fortaleza (CE)
03	Paracuru	CE	1505	ALF - Fortaleza (CE)
03	Paraibano	MA	853	ALF - Fortaleza (CE)
03	Paraipaba	CE	1599	ALF - Fortaleza (CE)
03	Parambu	CE	1507	ALF - Fortaleza (CE)
03	Paramoti	CE	1509	ALF - Fortaleza (CE)
03	Parnaguá	PI	1151	ALF - Fortaleza (CE)
03	Parnaíba	PI	1153	ALF - Fortaleza (CE)
03	Parnarama	MA	855	ALF - Fortaleza (CE)
03	Passagem Franca	MA	857	ALF - Fortaleza (CE)
03	Passagem Franca do Piauí	PI	1293	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pastos Bons	MA	859	ALF - Fortaleza (CE)
03	Patos do Piauí	PI	2277	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pau d"Arco do Piauí	PI	1104	ALF - Fortaleza (CE)
03	Paulino Neves	MA	206	ALF - Fortaleza (CE)
03	Paulistana	PI	1155	ALF - Fortaleza (CE)
03	Paulo Ramos	MA	959	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pavussu	PI	366	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pedra Branca	CE	1511	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pedreiras	MA	861	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pedro do Rosário	MA	208	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pedro II	PI	1157	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pedro Laurentino	PI	368	ALF - Fortaleza (CE)
03	Penaforte	CE	1513	ALF - Fortaleza (CE)
03	Penalva	MA	863	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pentecoste	CE	1515	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pereiro	CE	1517	ALF - Fortaleza (CE)
03	Peri Mirim	MA	865	ALF - Fortaleza (CE)
03	Peritoró	MA	210	ALF - Fortaleza (CE)
03	Picos	PI	1159	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pimenteiras	PI	1161	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pindaré-Mirim	MA	867	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pindoretama	CE	1267	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pinheiro	MA	869	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pio IX	PI	1163	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pio XII	MA	871	ALF - Fortaleza (CE)
03	Piquet Carneiro	CE	1519	ALF - Fortaleza (CE)
03	Piracuruca	PI	1165	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pirapemas	MA	873	ALF - Fortaleza (CE)
03	Pires Ferreira	CE	1269	ALF - Fortaleza (CE)
03	Piripiri	PI	1167	ALF - Fortaleza (CE)
03	Poção de Pedras	MA	875	ALF - Fortaleza (CE)
03	Poranga	CE	1521	ALF - Fortaleza (CE)
03	Porteiras	CE	1523	ALF - Fortaleza (CE)
03	Porto	PI	1169	ALF - Fortaleza (CE)
03	Porto Alegre do Piauí	PI	372	ALF - Fortaleza (CE)
03	Porto Franco	MA	877	ALF - Fortaleza (CE)
03	Porto Rico do Maranhão	MA	212	ALF - Fortaleza (CE)
03	Potengi	CE	1525	ALF - Fortaleza (CE)
03	Potiretama	CE	1271	ALF - Fortaleza (CE)
03	Prata do Piauí	PI	1171	ALF - Fortaleza (CE)
03	Presidente Dutra	MA	879	ALF - Fortaleza (CE)
03	Presidente Juscelino	MA	881	ALF - Fortaleza (CE)
03	Presidente Médici	MA	214	ALF - Fortaleza (CE)
03	Presidente Sarney	MA	216	ALF - Fortaleza (CE)
03	Presidente Vargas	MA	883	ALF - Fortaleza (CE)
03	Primeira Cruz	MA	885	ALF - Fortaleza (CE)
03	Queimada Nova	PI	2279	ALF - Fortaleza (CE)
03	Quiterianópolis	CE	9917	ALF - Fortaleza (CE)
03	Quixadá	CE	1527	ALF - Fortaleza (CE)
03	Quixelô	CE	9853	ALF - Fortaleza (CE)
03	Quixeramobim	CE	1529	ALF - Fortaleza (CE)
03	Quixeré	CE	1531	ALF - Fortaleza (CE)
03	Raposa	MA	218	ALF - Fortaleza (CE)
03	Redenção	CE	1533	ALF - Fortaleza (CE)
03	Redenção do Gurguéia	PI	1173	ALF - Fortaleza (CE)
03	Regeneração	PI	1175	ALF - Fortaleza (CE)
03	Reriutaba	CE	1535	ALF - Fortaleza (CE)
03	Riachão	MA	887	ALF - Fortaleza (CE)
03	Riacho Frio	PI	374	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ribamar Fiquene	MA	220	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ribeira do Piauí	PI	376	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ribeiro Gonçalves	PI	1177	ALF - Fortaleza (CE)
03	Rio Grande do Piauí	PI	1179	ALF - Fortaleza (CE)
03	Rosário	MA	891	ALF - Fortaleza (CE)
03	Russas	CE	1537	ALF - Fortaleza (CE)
03	Saboeiro	CE	1539	ALF - Fortaleza (CE)
03	Salitre	CE	1273	ALF - Fortaleza (CE)
03	Sambaíba	MA	893	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santa Cruz do Piauí	PI	1181	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santa Cruz dos Milagres	PI	1295	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santa Filomena	PI	1183	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santa Filomena do Maranhão	MA	222	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santa Helena	MA	895	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santa Inês	MA	957	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santa Luz	PI	1185	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santa Luzia	MA	897	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santa Luzia do Paruá	MA	1285	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santa Quitéria	CE	1545	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santa Quitéria do Maranhão	MA	899	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santa Rita	MA	901	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santa Rosa do Piauí	PI	2261	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santana do Acaraú	CE	1541	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santana do Cariri	CE	1543	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santana do Maranhão	MA	224	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santana do Piauí	PI	2281	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santo Amaro do Maranhão	MA	226	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santo Antônio de Lisboa	PI	1187	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santo Antônio dos Lopes	MA	903	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santo Antônio dos Milagres	PI	378	ALF - Fortaleza (CE)
03	Santo Inácio do Piauí	PI	1189	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Benedito	CE	1547	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Benedito do Rio Preto	MA	905	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Bento	MA	907	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Bernardo	MA	909	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Braz do Piauí	PI	2263	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Domingos do Azeitão	MA	228	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Domingos do Maranhão	MA	911	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Félix de Balsas	MA	913	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Félix do Piauí	PI	1191	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Francisco de Assis do Piauí	PI	380	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Francisco do Brejão	MA	230	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Francisco do Maranhão	MA	915	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Francisco do Piauí	PI	1193	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Gonçalo do Amarante	CE	1549	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Gonçalo do Gurguéia	PI	382	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Gonçalo do Piauí	PI	1195	ALF - Fortaleza (CE)
03	São João Batista	MA	917	ALF - Fortaleza (CE)
03	São João da Canabrava	PI	1291	ALF - Fortaleza (CE)
03	São João da Fronteira	PI	384	ALF - Fortaleza (CE)
03	São João da Serra	PI	1197	ALF - Fortaleza (CE)
03	São João da Varjota	PI	386	ALF - Fortaleza (CE)
03	São João do Arraial	PI	388	ALF - Fortaleza (CE)
03	São João do Carú	MA	232	ALF - Fortaleza (CE)
03	São João do Jaguaribe	CE	1551	ALF - Fortaleza (CE)
03	São João do Paraíso	MA	234	ALF - Fortaleza (CE)
03	São João do Piauí	PI	1199	ALF - Fortaleza (CE)
03	São João do Soter	MA	236	ALF - Fortaleza (CE)
03	São João dos Patos	MA	919	ALF - Fortaleza (CE)
03	São José de Ribamar	MA	889	ALF - Fortaleza (CE)
03	São José do Divino	PI	2285	ALF - Fortaleza (CE)
03	São José do Peixe	PI	1201	ALF - Fortaleza (CE)
03	São José do Piauí	PI	1203	ALF - Fortaleza (CE)
03	São José dos Basílios	MA	238	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Julião	PI	1205	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Lourenço do Piauí	PI	2265	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Luís	MA	921	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Luís do Curu	CE	1553	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Luis do Piauí	PI	390	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Luís Gonzaga do Maranhão	MA	805	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Mateus do Maranhão	MA	923	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Miguel da Baixa Grande	PI	392	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Miguel do Fidalgo	PI	394	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Miguel do Tapuio	PI	1207	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Pedro da Água Branca	MA	240	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Pedro do Piauí	PI	1209	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Pedro dos Crentes	MA	242	ALF - Fortaleza (CE)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

03	São Raimundo das Mangabeiras	MA	925	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Raimundo do Doca Bezerra	MA	244	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Raimundo Nonato	PI	1211	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Roberto	MA	246	ALF - Fortaleza (CE)
03	São Vicente Ferrer	MA	927	ALF - Fortaleza (CE)
03	Satubinha	MA	248	ALF - Fortaleza (CE)
03	Sebastião Barros	PI	396	ALF - Fortaleza (CE)
03	Sebastião Leal	PI	398	ALF - Fortaleza (CE)
03	Senador Alexandre Costa	MA	250	ALF - Fortaleza (CE)
03	Senador La Rocque	MA	252	ALF - Fortaleza (CE)
03	Senador Pompeu	CE	1555	ALF - Fortaleza (CE)
03	Senador Sá	CE	1557	ALF - Fortaleza (CE)
03	Serrano do Maranhão	MA	254	ALF - Fortaleza (CE)
03	Sigefredo Pacheco	PI	1379	ALF - Fortaleza (CE)
03	Simões	PI	1213	ALF - Fortaleza (CE)
03	Simplício Mendes	PI	1215	ALF - Fortaleza (CE)
03	Sítio Novo	MA	929	ALF - Fortaleza (CE)
03	Sobral	CE	1559	ALF - Fortaleza (CE)
03	Socorro do Piauí	PI	1217	ALF - Fortaleza (CE)
03	Solonópole	CE	1561	ALF - Fortaleza (CE)
03	Sucupira do Norte	MA	931	ALF - Fortaleza (CE)
03	Sucupira do Riachão	MA	256	ALF - Fortaleza (CE)
03	Sussuapara	PI	400	ALF - Fortaleza (CE)
03	Tabuleiro do Norte	CE	1563	ALF - Fortaleza (CE)
03	Tamboril	CE	1565	ALF - Fortaleza (CE)
03	Tamboril do Piauí	PI	402	ALF - Fortaleza (CE)
03	Tanque do Piauí	PI	404	ALF - Fortaleza (CE)
03	Tarrafas	CE	1275	ALF - Fortaleza (CE)
03	Tasso Fragoso	MA	933	ALF - Fortaleza (CE)
03	Tauá	CE	1567	ALF - Fortaleza (CE)
03	Tejuçuoca	CE	1277	ALF - Fortaleza (CE)
03	Teresina	PI	1219	ALF - Fortaleza (CE)
03	Tianguá	CE	1569	ALF - Fortaleza (CE)
03	Timbiras	MA	935	ALF - Fortaleza (CE)
03	Timon	MA	937	ALF - Fortaleza (CE)
03	Trairi	CE	1571	ALF - Fortaleza (CE)
03	Trizidela do Vale	MA	258	ALF - Fortaleza (CE)
03	Tufilândia	MA	260	ALF - Fortaleza (CE)
03	Tuntum	MA	939	ALF - Fortaleza (CE)
03	Turiaçu	MA	941	ALF - Fortaleza (CE)
03	Turilândia	MA	262	ALF - Fortaleza (CE)
03	Tururu	CE	1279	ALF - Fortaleza (CE)
03	Tutóia	MA	943	ALF - Fortaleza (CE)
03	Ubajara	CE	1573	ALF - Fortaleza (CE)
03	Umari	CE	1575	ALF - Fortaleza (CE)
03	Umirim	CE	9855	ALF - Fortaleza (CE)
03	União	PI	1221	ALF - Fortaleza (CE)
03	Urbano Santos	MA	945	ALF - Fortaleza (CE)
03	Uruburetama	CE	1577	ALF - Fortaleza (CE)
03	Uruçuí	PI	1223	ALF - Fortaleza (CE)
03	Uruoca	CE	1579	ALF - Fortaleza (CE)
03	Valença do Piauí	PI	1225	ALF - Fortaleza (CE)
03	Vargem Grande	MA	947	ALF - Fortaleza (CE)
03	Varjota	CE	9857	ALF - Fortaleza (CE)
03	Várzea Alegre	CE	1581	ALF - Fortaleza (CE)
03	Várzea Branca	PI	2267	ALF - Fortaleza (CE)
03	Várzea Grande	PI	1227	ALF - Fortaleza (CE)
03	Vera Mendes	PI	406	ALF - Fortaleza (CE)
03	Viana	MA	949	ALF - Fortaleza (CE)
03	Viçosa do Ceará	CE	1583	ALF - Fortaleza (CE)
03	Vila Nova do Piauí	PI	408	ALF - Fortaleza (CE)
03	Vila Nova dos Martírios	MA	264	ALF - Fortaleza (CE)
03	Vitória do Mearim	MA	951	ALF - Fortaleza (CE)
03	Vitorino Freire	MA	953	ALF - Fortaleza (CE)
03	Wall Ferraz	PI	410	ALF - Fortaleza (CE)
03	Zé Doca	MA	1287	ALF - Fortaleza (CE)

	4ª Região Fiscal			
04	Abreu e Lima	PE	2631	ALF - Recife (PE)
04	Acari	RN	1601	ALF - Recife (PE)
04	Afogados da Ingazeira	PE	2301	ALF - Recife (PE)
04	Afonso Bezerra	RN	1605	ALF - Recife (PE)
04	Afrânio	PE	2303	ALF - Recife (PE)
04	Agrestina	PE	2305	ALF - Recife (PE)
04	Água Branca	PB	1901	ALF - Recife (PE)
04	Água Branca	AL	2701	ALF - Recife (PE)
04	Água Nova	RN	1607	ALF - Recife (PE)
04	Água Preta	PE	2307	ALF - Recife (PE)
04	Águas Belas	PE	2309	ALF - Recife (PE)
04	Aguiar	PB	1903	ALF - Recife (PE)
04	Alagoa Grande	PB	1905	ALF - Recife (PE)
04	Alagoa Nova	PB	1907	ALF - Recife (PE)
04	Alagoinha	PB	1909	ALF - Recife (PE)
04	Alagoinha	PE	2311	ALF - Recife (PE)
04	Alcantil	PB	440	ALF - Recife (PE)
04	Alexandria	RN	1609	ALF - Recife (PE)
04	Algodão de Jandaíra	PB	442	ALF - Recife (PE)
04	Alhandra	PB	1911	ALF - Recife (PE)
04	Aliança	PE	2313	ALF - Recife (PE)
04	Almino Afonso	RN	1611	ALF - Recife (PE)
04	Altinho	PE	2315	ALF - Recife (PE)
04	Alto do Rodrigues	RN	1613	ALF - Recife (PE)
04	Amaraji	PE	2317	ALF - Recife (PE)
04	Amparo	PB	444	ALF - Recife (PE)
04	Anadia	AL	2703	ALF - Recife (PE)
04	Angelim	PE	2319	ALF - Recife (PE)
04	Angicos	RN	1615	ALF - Recife (PE)
04	Antônio Martins	RN	1617	ALF - Recife (PE)
04	Aparecida	PB	446	ALF - Recife (PE)
04	Apodi	RN	1619	ALF - Recife (PE)
04	Araçagi	PB	1915	ALF - Recife (PE)
04	Araçoiaba	PE	544	ALF - Recife (PE)
04	Arapiraca	AL	2705	ALF - Recife (PE)
04	Arara	PB	1917	ALF - Recife (PE)
04	Araripina	PE	2321	ALF - Recife (PE)
04	Araruna	PB	1919	ALF - Recife (PE)
04	Arcoverde	PE	2323	ALF - Recife (PE)
04	Areia	PB	1921	ALF - Recife (PE)
04	Areia Branca	RN	1621	ALF - Recife (PE)
04	Areia de Baraúnas	PB	448	ALF - Recife (PE)
04	Areial	PB	1923	ALF - Recife (PE)
04	Arês	RN	1623	ALF - Recife (PE)
04	Aroeiras	PB	1925	ALF - Recife (PE)
04	Assu	RN	1603	ALF - Recife (PE)
04	Assunção	PB	450	ALF - Recife (PE)
04	Atalaia	AL	2707	ALF - Recife (PE)
04	Baía da Traição	PB	1929	ALF - Recife (PE)
04	Baía Formosa	RN	1627	ALF - Recife (PE)
04	Bananeiras	PB	1931	ALF - Recife (PE)
04	Baraúna	PB	452	ALF - Recife (PE)
04	Baraúna	RN	3003	ALF - Recife (PE)
04	Barcelona	RN	1629	ALF - Recife (PE)
04	Barra de Guabiraba	PE	2325	ALF - Recife (PE)
04	Barra de Santa Rosa	PB	1933	ALF - Recife (PE)
04	Barra de Santana	PB	454	ALF - Recife (PE)
04	Barra de Santo Antônio	AL	2709	ALF - Recife (PE)
04	Barra de São Miguel	PB	1935	ALF - Recife (PE)
04	Barra de São Miguel	AL	2711	ALF - Recife (PE)
04	Barreiros	PE	2327	ALF - Recife (PE)
04	Batalha	AL	2713	ALF - Recife (PE)
04	Bayeux	PB	1937	ALF - Recife (PE)
04	Belém	PB	1939	ALF - Recife (PE)
04	Belém	AL	2715	ALF - Recife (PE)
04	Belém de Maria	PE	2329	ALF - Recife (PE)
04	Belém de São Francisco	PE	2331	ALF - Recife (PE)
04	Belém do Brejo do Cruz	PB	1941	ALF - Recife (PE)
04	Belo Jardim	PE	2333	ALF - Recife (PE)
04	Belo Monte	AL	2717	ALF - Recife (PE)
04	Bento Fernandes	RN	1631	ALF - Recife (PE)
04	Bernardino Batista	PB	456	ALF - Recife (PE)
04	Betânia	PE	2335	ALF - Recife (PE)
04	Bezerros	PE	2337	ALF - Recife (PE)
04	Boa Saúde	RN	1703	ALF - Recife (PE)
04	Boa Ventura	PB	1943	ALF - Recife (PE)
04	Boa Vista	PB	458	ALF - Recife (PE)
04	Boca da Mata	AL	2719	ALF - Recife (PE)
04	Bodó	RN	412	ALF - Recife (PE)
04	Bodocó	PE	2339	ALF - Recife (PE)
04	Bom Conselho	PE	2341	ALF - Recife (PE)
04	Bom Jardim	PE	2343	ALF - Recife (PE)
04	Bom Jesus	PB	1945	ALF - Recife (PE)
04	Bom Jesus	RN	1633	ALF - Recife (PE)
04	Bom Sucesso	PB	1947	ALF - Recife (PE)
04	Bonito	PE	2345	ALF - Recife (PE)
04	Bonito de Santa Fé	PB	1949	ALF - Recife (PE)
04	Boqueirão	PB	1951	ALF - Recife (PE)
04	Borborema	PB	1955	ALF - Recife (PE)
04	Branquinha	AL	2721	ALF - Recife (PE)
04	Brejão	PE	2347	ALF - Recife (PE)
04	Brejinho	RN	1635	ALF - Recife (PE)
04	Brejinho	PE	2349	ALF - Recife (PE)
04	Brejo da Madre de Deus	PE	2351	ALF - Recife (PE)
04	Brejo do Cruz	PB	1957	ALF - Recife (PE)
04	Brejo dos Santos	PB	1959	ALF - Recife (PE)
04	Buenos Aires	PE	2353	ALF - Recife (PE)
04	Buíque	PE	2355	ALF - Recife (PE)
04	Caaporã	PB	1961	ALF - Recife (PE)
04	Cabaceiras	PB	1963	ALF - Recife (PE)
04	Cabedelo	PB	1965	ALF - Recife (PE)
04	Cabo de Santo Agostinho	PE	2357	ALF - Recife (PE)
04	Cabrobó	PE	2359	ALF - Recife (PE)
04	Cachoeira dos Índios	PB	1967	ALF - Recife (PE)
04	Cachoeirinha	PE	2361	ALF - Recife (PE)
04	Cacimba de Areia	PB	1969	ALF - Recife (PE)
04	Cacimba de Dentro	PB	1971	ALF - Recife (PE)
04	Cacimbas	PB	460	ALF - Recife (PE)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

04	Cacimbinhas	AL	2723	ALF - Recife (PE)
04	Caetés	PE	2363	ALF - Recife (PE)
04	Caiçara	PB	1973	ALF - Recife (PE)
04	Caiçara do Norte	RN	414	ALF - Recife (PE)
04	Caiçara do Rio do Vento	RN	1637	ALF - Recife (PE)
04	Caicó	RN	1639	ALF - Recife (PE)
04	Cajazeiras	PB	1975	ALF - Recife (PE)
04	Cajazeirinhas	PB	462	ALF - Recife (PE)
04	Cajueiro	AL	2725	ALF - Recife (PE)
04	Calçado	PE	2365	ALF - Recife (PE)
04	Caldas Brandão	PB	1977	ALF - Recife (PE)
04	Calumbi	PE	2367	ALF - Recife (PE)
04	Camalaú	PB	1979	ALF - Recife (PE)
04	Camaragibe	PE	2629	ALF - Recife (PE)
04	Camocim de São Félix	PE	2369	ALF - Recife (PE)
04	Campestre	AL	560	ALF - Recife (PE)
04	Campina Grande	PB	1981	ALF - Recife (PE)
04	Campo Alegre	AL	2727	ALF - Recife (PE)
04	Campo Grande	AL	2729	ALF - Recife (PE)
04	Campo Grande	RN	1625	ALF - Recife (PE)
04	Campo Redondo	RN	1641	ALF - Recife (PE)
04	Camutanga	PE	2371	ALF - Recife (PE)
04	Canapi	AL	2731	ALF - Recife (PE)
04	Canguaretama	RN	1643	ALF - Recife (PE)
04	Canhotinho	PE	2373	ALF - Recife (PE)
04	Capela	AL	2733	ALF - Recife (PE)
04	Capim	PB	464	ALF - Recife (PE)
04	Capoeiras	PE	2375	ALF - Recife (PE)
04	Caraúbas	PB	466	ALF - Recife (PE)
04	Caraúbas	RN	1645	ALF - Recife (PE)
04	Carnaíba	PE	2377	ALF - Recife (PE)
04	Carnaúba dos Dantas	RN	1647	ALF - Recife (PE)
04	Carnaubais	RN	1649	ALF - Recife (PE)
04	Carnaubeira da Penha	PE	2635	ALF - Recife (PE)
04	Carneiros	AL	2735	ALF - Recife (PE)
04	Carpina	PE	2379	ALF - Recife (PE)
04	Carrapateira	PB	1983	ALF - Recife (PE)
04	Caruaru	PE	2381	ALF - Recife (PE)
04	Casinhas	PE	546	ALF - Recife (PE)
04	Casserengue	PB	468	ALF - Recife (PE)
04	Catende	PE	2383	ALF - Recife (PE)
04	Catingueira	PB	1985	ALF - Recife (PE)
04	Catolé do Rocha	PB	1987	ALF - Recife (PE)
04	Caturité	PB	470	ALF - Recife (PE)
04	Ceará-Mirim	RN	1651	ALF - Recife (PE)
04	Cedro	PE	2385	ALF - Recife (PE)
04	Cerro Corá	RN	1653	ALF - Recife (PE)
04	Chã de Alegria	PE	2387	ALF - Recife (PE)
04	Chã Grande	PE	2389	ALF - Recife (PE)
04	Chã Preta	AL	2737	ALF - Recife (PE)
04	Coité do Nóia	AL	2739	ALF - Recife (PE)
04	Colônia Leopoldina	AL	2741	ALF - Recife (PE)
04	Conceição	PB	1989	ALF - Recife (PE)
04	Condado	PB	1991	ALF - Recife (PE)
04	Condado	PE	2391	ALF - Recife (PE)
04	Conde	PB	1993	ALF - Recife (PE)
04	Congo	PB	1995	ALF - Recife (PE)
04	Coqueiro Seco	AL	2743	ALF - Recife (PE)
04	Coremas	PB	1997	ALF - Recife (PE)
04	Coronel Ezequiel	RN	1655	ALF - Recife (PE)
04	Coronel João Pessoa	RN	1657	ALF - Recife (PE)
04	Correntes	PE	2393	ALF - Recife (PE)
04	Cortês	PE	2395	ALF - Recife (PE)
04	Coruripe	AL	2745	ALF - Recife (PE)
04	Coxixola	PB	472	ALF - Recife (PE)
04	Craíbas	AL	2889	ALF - Recife (PE)
04	Cruz do Espírito Santo	PB	1999	ALF - Recife (PE)
04	Cruzeta	RN	1659	ALF - Recife (PE)
04	Cubati	PB	2001	ALF - Recife (PE)
04	Cuité	PB	2003	ALF - Recife (PE)
04	Cuité de Mamanguape	PB	474	ALF - Recife (PE)
04	Cuitegi	PB	2005	ALF - Recife (PE)
04	Cumaru	PE	2397	ALF - Recife (PE)
04	Cupira	PE	2399	ALF - Recife (PE)
04	Currais Novos	RN	1661	ALF - Recife (PE)
04	Curral de Cima	PB	476	ALF - Recife (PE)
04	Curral Velho	PB	2007	ALF - Recife (PE)
04	Custódia	PE	2401	ALF - Recife (PE)
04	Damião	PB	478	ALF - Recife (PE)
04	Delmiro Gouveia	AL	2747	ALF - Recife (PE)
04	Desterro	PB	2009	ALF - Recife (PE)
04	Diamante	PB	2013	ALF - Recife (PE)
04	Dois Riachos	AL	2749	ALF - Recife (PE)
04	Dona Inês	PB	2015	ALF - Recife (PE)
04	Dormentes	PE	2299	ALF - Recife (PE)
04	Doutor Severiano	RN	1663	ALF - Recife (PE)
04	Duas Estradas	PB	2017	ALF - Recife (PE)
04	Emas	PB	2019	ALF - Recife (PE)
04	Encanto	RN	1665	ALF - Recife (PE)
04	Equador	RN	1667	ALF - Recife (PE)
04	Escada	PE	2403	ALF - Recife (PE)
04	Esperança	PB	2021	ALF - Recife (PE)
04	Espírito Santo	RN	1669	ALF - Recife (PE)
04	Estrela de Alagoas	AL	2643	ALF - Recife (PE)
04	Extremoz	RN	1671	ALF - Recife (PE)
04	Exu	PE	2405	ALF - Recife (PE)
04	Fagundes	PB	2023	ALF - Recife (PE)
04	Feira Grande	AL	2751	ALF - Recife (PE)
04	Feira Nova	PE	2407	ALF - Recife (PE)
04	Felipe Guerra	RN	1673	ALF - Recife (PE)
04	Feliz Deserto	AL	2753	ALF - Recife (PE)
04	Fernando de Noronha	PE	3001	ALF - Recife (PE)
04	Fernando Pedroza	RN	416	ALF - Recife (PE)
04	Ferreiros	PE	2409	ALF - Recife (PE)
04	Flexeiras	AL	2755	ALF - Recife (PE)
04	Florânia	RN	1675	ALF - Recife (PE)
04	Flores	PE	2411	ALF - Recife (PE)
04	Floresta	PE	2413	ALF - Recife (PE)
04	Francisco Dantas	RN	1677	ALF - Recife (PE)
04	Frei Martinho	PB	2025	ALF - Recife (PE)
04	Frei Miguelinho	PE	2415	ALF - Recife (PE)
04	Frutuoso Gomes	RN	1751	ALF - Recife (PE)
04	Gado Bravo	PB	480	ALF - Recife (PE)
04	Galinhos	RN	1679	ALF - Recife (PE)
04	Gameleira	PE	2417	ALF - Recife (PE)
04	Garanhuns	PE	2419	ALF - Recife (PE)
04	Girau do Ponciano	AL	2757	ALF - Recife (PE)
04	Glória do Goitá	PE	2421	ALF - Recife (PE)
04	Goiana	PE	2423	ALF - Recife (PE)
04	Goianinha	RN	1681	ALF - Recife (PE)
04	Governador Dix-Sept Rosado	RN	1683	ALF - Recife (PE)
04	Granito	PE	2425	ALF - Recife (PE)
04	Gravatá	PE	2427	ALF - Recife (PE)
04	Grossos	RN	1685	ALF - Recife (PE)
04	Guamaré	RN	1687	ALF - Recife (PE)
04	Guarabira	PB	2027	ALF - Recife (PE)
04	Gurinhém	PB	2029	ALF - Recife (PE)
04	Gurjão	PB	2031	ALF - Recife (PE)
04	Iati	PE	2429	ALF - Recife (PE)
04	Ibateguara	AL	2759	ALF - Recife (PE)
04	Ibiara	PB	2033	ALF - Recife (PE)
04	Ibimirim	PE	2431	ALF - Recife (PE)
04	Ibirajuba	PE	2433	ALF - Recife (PE)
04	Ielmo Marinho	RN	1689	ALF - Recife (PE)
04	Igaci	AL	2761	ALF - Recife (PE)
04	Igaracy	PB	1953	ALF - Recife (PE)
04	Igarassu	PE	2435	ALF - Recife (PE)
04	Igreja Nova	AL	2763	ALF - Recife (PE)
04	Iguaraci	PE	2437	ALF - Recife (PE)
04	Ilha de Itamaracá	PE	2451	ALF - Recife (PE)
04	Imaculada	PB	2035	ALF - Recife (PE)
04	Inajá	PE	2439	ALF - Recife (PE)
04	Ingá	PB	2037	ALF - Recife (PE)
04	Ingazeira	PE	2441	ALF - Recife (PE)
04	Inhapi	AL	2765	ALF - Recife (PE)
04	Ipanguaçu	RN	1691	ALF - Recife (PE)
04	Ipojuca	PE	2443	ALF - Recife (PE)
04	Ipubi	PE	2445	ALF - Recife (PE)
04	Ipueira	RN	1693	ALF - Recife (PE)
04	Itabaiana	PB	2039	ALF - Recife (PE)
04	Itacuruba	PE	2447	ALF - Recife (PE)
04	Itaíba	PE	2449	ALF - Recife (PE)
04	Itajá	RN	418	ALF - Recife (PE)
04	Itambé	PE	2597	ALF - Recife (PE)
04	Itapetim	PE	2453	ALF - Recife (PE)
04	Itapissuma	PE	2633	ALF - Recife (PE)
04	Itaporanga	PB	2041	ALF - Recife (PE)
04	Itapororoca	PB	2043	ALF - Recife (PE)
04	Itaquitinga	PE	2455	ALF - Recife (PE)
04	Itatuba	PB	2045	ALF - Recife (PE)
04	Itaú	RN	1695	ALF - Recife (PE)
04	Jaboatão dos Guararapes	PE	2457	ALF - Recife (PE)
04	Jaçanã	RN	1697	ALF - Recife (PE)
04	Jacaraú	PB	2047	ALF - Recife (PE)
04	Jacaré dos Homens	AL	2767	ALF - Recife (PE)
04	Jacuípe	AL	2769	ALF - Recife (PE)
04	Jandaíra	RN	1699	ALF - Recife (PE)
04	Janduís	RN	1701	ALF - Recife (PE)
04	Japaratinga	AL	2771	ALF - Recife (PE)
04	Japi	RN	1705	ALF - Recife (PE)
04	Jaqueira	PE	548	ALF - Recife (PE)
04	Jaramataia	AL	2773	ALF - Recife (PE)
04	Jardim de Angicos	RN	1707	ALF - Recife (PE)
04	Jardim de Piranhas	RN	1709	ALF - Recife (PE)
04	Jardim do Seridó	RN	1711	ALF - Recife (PE)
04	Jataúba	PE	2459	ALF - Recife (PE)
04	Jatobá	PE	550	ALF - Recife (PE)
04	Jequiá da Praia	AL	562	ALF - Recife (PE)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

04	Jericó	PB	2049	ALF - Recife (PE)
04	João Alfredo	PE	2461	ALF - Recife (PE)
04	João Câmara	RN	1713	ALF - Recife (PE)
04	João Dias	RN	1715	ALF - Recife (PE)
04	João Pessoa	PB	2051	ALF - Recife (PE)
04	Joaquim Gomes	AL	2775	ALF - Recife (PE)
04	Joaquim Nabuco	PE	2463	ALF - Recife (PE)
04	Joca Claudino	PB	514	ALF - Recife (PE)
04	José da Penha	RN	1717	ALF - Recife (PE)
04	Juarez Távora	PB	2053	ALF - Recife (PE)
04	Juazeirinho	PB	2055	ALF - Recife (PE)
04	Jucati	PE	2295	ALF - Recife (PE)
04	Jucurutu	RN	1719	ALF - Recife (PE)
04	Junco do Seridó	PB	2057	ALF - Recife (PE)
04	Jundiá	AL	2777	ALF - Recife (PE)
04	Jundiá	RN	1108	ALF - Recife (PE)
04	Junqueiro	AL	2779	ALF - Recife (PE)
04	Jupi	PE	2465	ALF - Recife (PE)
04	Jurema	PE	2467	ALF - Recife (PE)
04	Juripiranga	PB	2059	ALF - Recife (PE)
04	Juru	PB	2061	ALF - Recife (PE)
04	Lagoa	PB	2063	ALF - Recife (PE)
04	Lagoa da Canoa	AL	2781	ALF - Recife (PE)
04	Lagoa d"Anta	RN	1723	ALF - Recife (PE)
04	Lagoa de Dentro	PB	2065	ALF - Recife (PE)
04	Lagoa de Pedras	RN	1725	ALF - Recife (PE)
04	Lagoa de Velhos	RN	1727	ALF - Recife (PE)
04	Lagoa do Carro	PE	2289	ALF - Recife (PE)
04	Lagoa do Itaenga	PE	2469	ALF - Recife (PE)
04	Lagoa do Ouro	PE	2471	ALF - Recife (PE)
04	Lagoa dos Gatos	PE	2473	ALF - Recife (PE)
04	Lagoa Grande	PE	552	ALF - Recife (PE)
04	Lagoa Nova	RN	1729	ALF - Recife (PE)
04	Lagoa Salgada	RN	1731	ALF - Recife (PE)
04	Lagoa Seca	PB	2067	ALF - Recife (PE)
04	Lajedo	PE	2475	ALF - Recife (PE)
04	Lajes	RN	1733	ALF - Recife (PE)
04	Lajes Pintadas	RN	1735	ALF - Recife (PE)
04	Lastro	PB	2069	ALF - Recife (PE)
04	Limoeiro	PE	2477	ALF - Recife (PE)
04	Limoeiro de Anadia	AL	2783	ALF - Recife (PE)
04	Livramento	PB	2071	ALF - Recife (PE)
04	Logradouro	PB	482	ALF - Recife (PE)
04	Lucena	PB	2073	ALF - Recife (PE)
04	Lucrécia	RN	1737	ALF - Recife (PE)
04	Luís Gomes	RN	1739	ALF - Recife (PE)
04	Macaíba	RN	1741	ALF - Recife (PE)
04	Macaparana	PE	2479	ALF - Recife (PE)
04	Macau	RN	1743	ALF - Recife (PE)
04	Maceió	AL	2785	ALF - Recife (PE)
04	Machados	PE	2481	ALF - Recife (PE)
04	Mãe d"Água	PB	2075	ALF - Recife (PE)
04	Major Isidoro	AL	2787	ALF - Recife (PE)
04	Major Sales	RN	420	ALF - Recife (PE)
04	Malta	PB	2077	ALF - Recife (PE)
04	Mamanguape	PB	2079	ALF - Recife (PE)
04	Manaíra	PB	2081	ALF - Recife (PE)
04	Manari	PE	554	ALF - Recife (PE)
04	Mar Vermelho	AL	2797	ALF - Recife (PE)
04	Maragogi	AL	2789	ALF - Recife (PE)
04	Maraial	PE	2483	ALF - Recife (PE)
04	Maravilha	AL	2791	ALF - Recife (PE)
04	Marcação	PB	484	ALF - Recife (PE)
04	Marcelino Vieira	RN	1745	ALF - Recife (PE)
04	Marechal Deodoro	AL	2793	ALF - Recife (PE)
04	Mari	PB	2083	ALF - Recife (PE)
04	Maribondo	AL	2795	ALF - Recife (PE)
04	Marizópolis	PB	486	ALF - Recife (PE)
04	Martins	RN	1747	ALF - Recife (PE)
04	Massaranduba	PB	2085	ALF - Recife (PE)
04	Mata Grande	AL	2799	ALF - Recife (PE)
04	Mataraca	PB	2087	ALF - Recife (PE)
04	Matinhas	PB	488	ALF - Recife (PE)
04	Mato Grosso	PB	490	ALF - Recife (PE)
04	Matriz de Camaragibe	AL	2801	ALF - Recife (PE)
04	Maturéia	PB	492	ALF - Recife (PE)
04	Maxaranguape	RN	1749	ALF - Recife (PE)
04	Messias	AL	2803	ALF - Recife (PE)
04	Messias Targino	RN	1721	ALF - Recife (PE)
04	Minador do Negrão	AL	2805	ALF - Recife (PE)
04	Mirandiba	PE	2485	ALF - Recife (PE)
04	Mogeiro	PB	2089	ALF - Recife (PE)
04	Montadas	PB	2091	ALF - Recife (PE)
04	Montanhas	RN	1753	ALF - Recife (PE)
04	Monte Alegre	RN	1755	ALF - Recife (PE)
04	Monte das Gameleiras	RN	1757	ALF - Recife (PE)
04	Monte Horebe	PB	2093	ALF - Recife (PE)
04	Monteiro	PB	2095	ALF - Recife (PE)
04	Monteirópolis	AL	2807	ALF - Recife (PE)
04	Moreilândia	PE	2585	ALF - Recife (PE)
04	Moreno	PE	2487	ALF - Recife (PE)
04	Mossoró	RN	1759	ALF - Recife (PE)
04	Mulungu	PB	2097	ALF - Recife (PE)
04	Murici	AL	2809	ALF - Recife (PE)
04	Natal	RN	1761	ALF - Recife (PE)
04	Natuba	PB	2099	ALF - Recife (PE)
04	Nazaré da Mata	PE	2489	ALF - Recife (PE)
04	Nazarezinho	PB	2101	ALF - Recife (PE)
04	Nísia Floresta	RN	1763	ALF - Recife (PE)
04	Nova Cruz	RN	1765	ALF - Recife (PE)
04	Nova Floresta	PB	2103	ALF - Recife (PE)
04	Nova Olinda	PB	2105	ALF - Recife (PE)
04	Nova Palmeira	PB	2107	ALF - Recife (PE)
04	Novo Lino	AL	2811	ALF - Recife (PE)
04	Olho d"Água	PB	2109	ALF - Recife (PE)
04	Olho d"Água das Flores	AL	2813	ALF - Recife (PE)
04	Olho d"Água do Casado	AL	2815	ALF - Recife (PE)
04	Olho d"Água dos Borges	RN	1767	ALF - Recife (PE)
04	Olho d"Água Grande	AL	2817	ALF - Recife (PE)
04	Olinda	PE	2491	ALF - Recife (PE)
04	Olivedos	PB	2111	ALF - Recife (PE)
04	Olivença	AL	2819	ALF - Recife (PE)
04	Orobó	PE	2493	ALF - Recife (PE)
04	Orocó	PE	2495	ALF - Recife (PE)
04	Ouricuri	PE	2497	ALF - Recife (PE)
04	Ouro Branco	AL	2821	ALF - Recife (PE)
04	Ouro Branco	RN	1769	ALF - Recife (PE)
04	Ouro Velho	PB	2113	ALF - Recife (PE)
04	Palestina	AL	2823	ALF - Recife (PE)
04	Palmares	PE	2499	ALF - Recife (PE)
04	Palmeira dos Índios	AL	2825	ALF - Recife (PE)
04	Palmeirina	PE	2501	ALF - Recife (PE)
04	Panelas	PE	2503	ALF - Recife (PE)
04	Pão de Açúcar	AL	2827	ALF - Recife (PE)
04	Paraná	RN	1771	ALF - Recife (PE)
04	Paranatama	PE	2505	ALF - Recife (PE)
04	Parari	PB	494	ALF - Recife (PE)
04	Paraú	RN	1773	ALF - Recife (PE)
04	Parazinho	RN	1775	ALF - Recife (PE)
04	Parelhas	RN	1777	ALF - Recife (PE)
04	Pariconha	AL	2645	ALF - Recife (PE)
04	Paripueira	AL	2641	ALF - Recife (PE)
04	Parnamirim	RN	1779	ALF - Recife (PE)
04	Parnamirim	PE	2507	ALF - Recife (PE)
04	Passa e Fica	RN	1781	ALF - Recife (PE)
04	Passagem	PB	2115	ALF - Recife (PE)
04	Passagem	RN	1783	ALF - Recife (PE)
04	Passira	PE	2509	ALF - Recife (PE)
04	Passo de Camaragibe	AL	2829	ALF - Recife (PE)
04	Patos	PB	2117	ALF - Recife (PE)
04	Patu	RN	1785	ALF - Recife (PE)
04	Pau dos Ferros	RN	1787	ALF - Recife (PE)
04	Paudalho	PE	2511	ALF - Recife (PE)
04	Paulista	PB	2119	ALF - Recife (PE)
04	Paulista	PE	2513	ALF - Recife (PE)
04	Paulo Jacinto	AL	2831	ALF - Recife (PE)
04	Pedra	PE	2515	ALF - Recife (PE)
04	Pedra Branca	PB	2121	ALF - Recife (PE)
04	Pedra Grande	RN	1789	ALF - Recife (PE)
04	Pedra Lavrada	PB	2123	ALF - Recife (PE)
04	Pedra Preta	RN	1791	ALF - Recife (PE)
04	Pedras de Fogo	PB	2125	ALF - Recife (PE)
04	Pedro Avelino	RN	1793	ALF - Recife (PE)
04	Pedro Régis	PB	500	ALF - Recife (PE)
04	Pedro Velho	RN	1795	ALF - Recife (PE)
04	Pendências	RN	1797	ALF - Recife (PE)
04	Penedo	AL	2833	ALF - Recife (PE)
04	Pesqueira	PE	2517	ALF - Recife (PE)
04	Petrolândia	PE	2519	ALF - Recife (PE)
04	Petrolina	PE	2521	ALF - Recife (PE)
04	Piaçabuçu	AL	2835	ALF - Recife (PE)
04	Piancó	PB	2127	ALF - Recife (PE)
04	Picuí	PB	2129	ALF - Recife (PE)
04	Pilar	PB	2131	ALF - Recife (PE)
04	Pilar	AL	2837	ALF - Recife (PE)
04	Pilões	PB	2133	ALF - Recife (PE)
04	Pilões	RN	1799	ALF - Recife (PE)
04	Pilõezinhos	PB	2135	ALF - Recife (PE)
04	Pindoba	AL	2839	ALF - Recife (PE)
04	Piranhas	AL	2841	ALF - Recife (PE)
04	Pirpirituba	PB	2137	ALF - Recife (PE)
04	Pitimbu	PB	2139	ALF - Recife (PE)
04	Poção	PE	2523	ALF - Recife (PE)
04	Pocinhos	PB	2141	ALF - Recife (PE)
04	Poço Branco	RN	1801	ALF - Recife (PE)
04	Poço Dantas	PB	496	ALF - Recife (PE)

04	Poço das Trincheiras	AL	2843	ALF - Recife (PE)
04	Poço de José de Moura	PB	498	ALF - Recife (PE)
04	Pombal	PB	2143	ALF - Recife (PE)
04	Pombos	PE	2525	ALF - Recife (PE)
04	Portalegre	RN	1803	ALF - Recife (PE)
04	Porto Calvo	AL	2845	ALF - Recife (PE)
04	Porto de Pedras	AL	2847	ALF - Recife (PE)
04	Porto do Mangue	RN	426	ALF - Recife (PE)
04	Porto Real do Colégio	AL	2849	ALF - Recife (PE)
04	Prata	PB	2145	ALF - Recife (PE)
04	Primavera	PE	2527	ALF - Recife (PE)
04	Princesa Isabel	PB	2147	ALF - Recife (PE)
04	Pureza	RN	1807	ALF - Recife (PE)
04	Puxinanã	PB	2149	ALF - Recife (PE)
04	Quebrangulo	AL	2851	ALF - Recife (PE)
04	Queimadas	PB	2151	ALF - Recife (PE)
04	Quipapá	PE	2529	ALF - Recife (PE)
04	Quixaba	PE	2637	ALF - Recife (PE)
04	Quixabá	PB	2153	ALF - Recife (PE)
04	Rafael Fernandes	RN	1809	ALF - Recife (PE)
04	Rafael Godeiro	RN	1893	ALF - Recife (PE)
04	Recife	PE	2531	ALF - Recife (PE)
04	Remígio	PB	2155	ALF - Recife (PE)
04	Riachão	PB	502	ALF - Recife (PE)
04	Riachão do Bacamarte	PB	504	ALF - Recife (PE)
04	Riachão do Poço	PB	506	ALF - Recife (PE)
04	Riacho da Cruz	RN	1811	ALF - Recife (PE)
04	Riacho das Almas	PE	2533	ALF - Recife (PE)
04	Riacho de Santana	RN	1813	ALF - Recife (PE)
04	Riacho de Santo Antônio	PB	508	ALF - Recife (PE)
04	Riacho dos Cavalos	PB	2157	ALF - Recife (PE)
04	Riachuelo	RN	1815	ALF - Recife (PE)
04	Ribeirão	PE	2535	ALF - Recife (PE)
04	Rio do Fogo	RN	422	ALF - Recife (PE)
04	Rio Formoso	PE	2537	ALF - Recife (PE)
04	Rio Largo	AL	2853	ALF - Recife (PE)
04	Rio Tinto	PB	2159	ALF - Recife (PE)
04	Rodolfo Fernandes	RN	1817	ALF - Recife (PE)
04	Roteiro	AL	2855	ALF - Recife (PE)
04	Ruy Barbosa	RN	1819	ALF - Recife (PE)
04	Sairé	PE	2539	ALF - Recife (PE)
04	Salgadinho	PB	2161	ALF - Recife (PE)
04	Salgadinho	PE	2541	ALF - Recife (PE)
04	Salgado de São Félix	PB	2163	ALF - Recife (PE)
04	Salgueiro	PE	2543	ALF - Recife (PE)
04	Saloá	PE	2545	ALF - Recife (PE)
04	Sanharó	PE	2547	ALF - Recife (PE)
04	Santa Cecília	PB	510	ALF - Recife (PE)
04	Santa Cruz	PB	2165	ALF - Recife (PE)
04	Santa Cruz	RN	1823	ALF - Recife (PE)
04	Santa Cruz	PE	2297	ALF - Recife (PE)
04	Santa Cruz da Baixa Verde	PE	2639	ALF - Recife (PE)
04	Santa Cruz do Capibaribe	PE	2549	ALF - Recife (PE)
04	Santa Filomena	PE	556	ALF - Recife (PE)
04	Santa Helena	PB	2167	ALF - Recife (PE)
04	Santa Inês	PB	512	ALF - Recife (PE)
04	Santa Luzia	PB	2169	ALF - Recife (PE)
04	Santa Luzia do Norte	AL	2857	ALF - Recife (PE)
04	Santa Maria	RN	424	ALF - Recife (PE)
04	Santa Maria da Boa Vista	PE	2551	ALF - Recife (PE)
04	Santa Maria do Cambucá	PE	2553	ALF - Recife (PE)
04	Santa Rita	PB	2175	ALF - Recife (PE)
04	Santa Teresinha	PB	2177	ALF - Recife (PE)
04	Santa Terezinha	PE	2555	ALF - Recife (PE)
04	Santana de Mangueira	PB	2171	ALF - Recife (PE)
04	Santana do Ipanema	AL	2859	ALF - Recife (PE)
04	Santana do Matos	RN	1827	ALF - Recife (PE)
04	Santana do Mundaú	AL	2861	ALF - Recife (PE)
04	Santana do Seridó	RN	1825	ALF - Recife (PE)
04	Santana dos Garrotes	PB	2173	ALF - Recife (PE)
04	Santo André	PB	516	ALF - Recife (PE)
04	Santo Antônio	RN	1829	ALF - Recife (PE)
04	São Benedito do Sul	PE	2557	ALF - Recife (PE)
04	São Bentinho	PB	518	ALF - Recife (PE)
04	São Bento	PB	2179	ALF - Recife (PE)
04	São Bento do Norte	RN	1831	ALF - Recife (PE)
04	São Bento do Trairí	RN	1833	ALF - Recife (PE)
04	São Bento do Una	PE	2559	ALF - Recife (PE)
04	São Brás	AL	2863	ALF - Recife (PE)
04	São Caitano	PE	2561	ALF - Recife (PE)
04	São Domingos	PB	522	ALF - Recife (PE)
04	São Domingos do Cariri	PB	520	ALF - Recife (PE)
04	São Fernando	RN	1835	ALF - Recife (PE)
04	São Francisco	PB	524	ALF - Recife (PE)
04	São Francisco do Oeste	RN	1821	ALF - Recife (PE)
04	São Gonçalo do Amarante	RN	1837	ALF - Recife (PE)
04	São João	PE	2563	ALF - Recife (PE)
04	São João do Cariri	PB	2181	ALF - Recife (PE)
04	São João do Rio do Peixe	PB	1913	ALF - Recife (PE)
04	São João do Sabugi	RN	1839	ALF - Recife (PE)
04	São João do Tigre	PB	2183	ALF - Recife (PE)
04	São Joaquim do Monte	PE	2565	ALF - Recife (PE)
04	São José da Coroa Grande	PE	2567	ALF - Recife (PE)
04	São José da Lagoa Tapada	PB	2185	ALF - Recife (PE)
04	São José da Laje	AL	2865	ALF - Recife (PE)
04	São José da Tapera	AL	2867	ALF - Recife (PE)
04	São José de Caiana	PB	2187	ALF - Recife (PE)
04	São José de Espinharas	PB	2189	ALF - Recife (PE)
04	São José de Mipibu	RN	1841	ALF - Recife (PE)
04	São José de Piranhas	PB	2191	ALF - Recife (PE)
04	São José de Princesa	PB	528	ALF - Recife (PE)
04	São José do Belmonte	PE	2569	ALF - Recife (PE)
04	São José do Bonfim	PB	2193	ALF - Recife (PE)
04	São José do Brejo do Cruz	PB	530	ALF - Recife (PE)
04	São José do Campestre	RN	1843	ALF - Recife (PE)
04	São José do Egito	PE	2571	ALF - Recife (PE)
04	São José do Sabugi	PB	2195	ALF - Recife (PE)
04	São José do Seridó	RN	1845	ALF - Recife (PE)
04	São José dos Cordeiros	PB	2197	ALF - Recife (PE)
04	São José dos Ramos	PB	526	ALF - Recife (PE)
04	São Lourenço da Mata	PE	2573	ALF - Recife (PE)
04	São Luís do Quitunde	AL	2869	ALF - Recife (PE)
04	São Mamede	PB	2199	ALF - Recife (PE)
04	São Miguel	RN	1847	ALF - Recife (PE)
04	São Miguel de Taipu	PB	2201	ALF - Recife (PE)
04	São Miguel do Gostoso	RN	430	ALF - Recife (PE)
04	São Miguel dos Campos	AL	2871	ALF - Recife (PE)
04	São Miguel dos Milagres	AL	2873	ALF - Recife (PE)
04	São Paulo do Potengi	RN	1849	ALF - Recife (PE)
04	São Pedro	RN	1851	ALF - Recife (PE)
04	São Rafael	RN	1853	ALF - Recife (PE)
04	São Sebastião	AL	2875	ALF - Recife (PE)
04	São Sebastião de Lagoa de Roça	PB	2203	ALF - Recife (PE)
04	São Sebastião do Umbuzeiro	PB	2205	ALF - Recife (PE)
04	São Tomé	RN	1855	ALF - Recife (PE)
04	São Vicente	RN	1857	ALF - Recife (PE)
04	São Vicente do Seridó	PB	2209	ALF - Recife (PE)
04	São Vicente Ferrer	PE	2575	ALF - Recife (PE)
04	Sapé	PB	2207	ALF - Recife (PE)
04	Satuba	AL	2877	ALF - Recife (PE)
04	Senador Elói de Souza	RN	1859	ALF - Recife (PE)
04	Senador Georgino Avelino	RN	1861	ALF - Recife (PE)
04	Senador Rui Palmeira	AL	2891	ALF - Recife (PE)
04	Serra Branca	PB	2211	ALF - Recife (PE)
04	Serra Caiada	RN	1805	ALF - Recife (PE)
04	Serra da Raiz	PB	2213	ALF - Recife (PE)
04	Serra de São Bento	RN	1863	ALF - Recife (PE)
04	Serra do Mel	RN	1927	ALF - Recife (PE)
04	Serra Grande	PB	2215	ALF - Recife (PE)
04	Serra Negra do Norte	RN	1865	ALF - Recife (PE)
04	Serra Redonda	PB	2217	ALF - Recife (PE)
04	Serra Talhada	PE	2577	ALF - Recife (PE)
04	Serraria	PB	2219	ALF - Recife (PE)
04	Serrinha	RN	1867	ALF - Recife (PE)
04	Serrinha dos Pintos	RN	432	ALF - Recife (PE)
04	Serrita	PE	2579	ALF - Recife (PE)
04	Sertânia	PE	2581	ALF - Recife (PE)
04	Sertãozinho	PB	532	ALF - Recife (PE)
04	Severiano Melo	RN	1869	ALF - Recife (PE)
04	Sirinhaém	PE	2583	ALF - Recife (PE)
04	Sítio Novo	RN	1871	ALF - Recife (PE)
04	Sobrado	PB	534	ALF - Recife (PE)
04	Solânea	PB	2221	ALF - Recife (PE)
04	Soledade	PB	2223	ALF - Recife (PE)
04	Solidão	PE	2587	ALF - Recife (PE)
04	Sossêgo	PB	536	ALF - Recife (PE)
04	Sousa	PB	2225	ALF - Recife (PE)
04	Sumé	PB	2227	ALF - Recife (PE)
04	Surubim	PE	2589	ALF - Recife (PE)
04	Tabira	PE	2591	ALF - Recife (PE)
04	Taboleiro Grande	RN	1873	ALF - Recife (PE)
04	Tacaimbó	PE	2593	ALF - Recife (PE)
04	Tacaratu	PE	2595	ALF - Recife (PE)
04	Tacima	PB	2229	ALF - Recife (PE)
04	Taipu	RN	1875	ALF - Recife (PE)
04	Tamandaré	PE	558	ALF - Recife (PE)
04	Tangará	RN	1877	ALF - Recife (PE)
04	Tanque d"Arca	AL	2879	ALF - Recife (PE)
04	Taperoá	PB	2231	ALF - Recife (PE)
04	Taquarana	AL	2881	ALF - Recife (PE)
04	Taquaritinga do Norte	PE	2599	ALF - Recife (PE)
04	Tavares	PB	2233	ALF - Recife (PE)
04	Teixeira	PB	2235	ALF - Recife (PE)
04	Tenente Ananias	RN	1879	ALF - Recife (PE)
04	Tenente Laurentino Cruz	RN	434	ALF - Recife (PE)
04	Tenório	PB	538	ALF - Recife (PE)
04	Teotônio Vilela	AL	971	ALF - Recife (PE)
04	Terezinha	PE	2601	ALF - Recife (PE)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

04	Terra Nova	PE	2603	ALF - Recife (PE)
04	Tibau	RN	428	ALF - Recife (PE)
04	Tibau do Sul	RN	1881	ALF - Recife (PE)
04	Timbaúba	PE	2605	ALF - Recife (PE)
04	Timbaúba dos Batistas	RN	1883	ALF - Recife (PE)
04	Toritama	PE	2607	ALF - Recife (PE)
04	Touros	RN	1885	ALF - Recife (PE)
04	Tracunhaém	PE	2609	ALF - Recife (PE)
04	Traipu	AL	2883	ALF - Recife (PE)
04	Trindade	PE	2611	ALF - Recife (PE)
04	Triunfo	PB	2237	ALF - Recife (PE)
04	Triunfo	PE	2613	ALF - Recife (PE)
04	Triunfo Potiguar	RN	436	ALF - Recife (PE)
04	Tupanatinga	PE	2615	ALF - Recife (PE)
04	Tuparetama	PE	2617	ALF - Recife (PE)
04	Uiraúna	PB	2239	ALF - Recife (PE)
04	Umarizal	RN	1887	ALF - Recife (PE)
04	Umbuzeiro	PB	2241	ALF - Recife (PE)
04	União dos Palmares	AL	2885	ALF - Recife (PE)
04	Upanema	RN	1889	ALF - Recife (PE)
04	Várzea	PB	2243	ALF - Recife (PE)
04	Várzea	RN	1891	ALF - Recife (PE)
04	Venha-Ver	RN	438	ALF - Recife (PE)
04	Venturosa	PE	2619	ALF - Recife (PE)
04	Vera Cruz	RN	1895	ALF - Recife (PE)
04	Verdejante	PE	2621	ALF - Recife (PE)
04	Vertente do Lério	PE	2291	ALF - Recife (PE)
04	Vertentes	PE	2623	ALF - Recife (PE)
04	Vicência	PE	2625	ALF - Recife (PE)
04	Viçosa	AL	2887	ALF - Recife (PE)
04	Viçosa	RN	1897	ALF - Recife (PE)
04	Vieirópolis	PB	540	ALF - Recife (PE)
04	Vila Flor	RN	1899	ALF - Recife (PE)
04	Vista Serrana	PB	2011	ALF - Recife (PE)
04	Vitória de Santo Antão	PE	2627	ALF - Recife (PE)
04	Xexéu	PE	2293	ALF - Recife (PE)
04	Zabelê	PB	542	ALF - Recife (PE)

	5ª Região Fiscal			
05	Abaíra	BA	3301	ALF - Salvador (BA)
05	Abaré	BA	3303	ALF - Salvador (BA)
05	Acajutiba	BA	3305	ALF - Salvador (BA)
05	Adustina	BA	3253	ALF - Salvador (BA)
05	Água Fria	BA	3307	ALF - Salvador (BA)
05	Aiquara	BA	3311	ALF - Salvador (BA)
05	Alagoinhas	BA	3313	ALF - Salvador (BA)
05	Alcobaça	BA	3315	ALF - Salvador (BA)
05	Almadina	BA	3317	ALF - Salvador (BA)
05	Amargosa	BA	3319	ALF - Salvador (BA)
05	Amélia Rodrigues	BA	3321	ALF - Salvador (BA)
05	América Dourada	BA	3071	ALF - Salvador (BA)
05	Amparo de São Francisco	SE	3101	ALF - Salvador (BA)
05	Anagé	BA	3323	ALF - Salvador (BA)
05	Andaraí	BA	3325	ALF - Salvador (BA)
05	Andorinha	BA	3255	ALF - Salvador (BA)
05	Angical	BA	3327	ALF - Salvador (BA)
05	Anguera	BA	3329	ALF - Salvador (BA)
05	Antas	BA	3331	ALF - Salvador (BA)
05	Antônio Cardoso	BA	3333	ALF - Salvador (BA)
05	Antônio Gonçalves	BA	3335	ALF - Salvador (BA)
05	Aporá	BA	3337	ALF - Salvador (BA)
05	Apuarema	BA	3257	ALF - Salvador (BA)
05	Aquidabã	SE	3103	ALF - Salvador (BA)
05	Aracaju	SE	3105	ALF - Salvador (BA)
05	Araçás	BA	3259	ALF - Salvador (BA)
05	Aracatu	BA	3339	ALF - Salvador (BA)
05	Araci	BA	3341	ALF - Salvador (BA)
05	Aramari	BA	3343	ALF - Salvador (BA)
05	Arataca	BA	3073	ALF - Salvador (BA)
05	Aratuípe	BA	3345	ALF - Salvador (BA)
05	Arauá	SE	3107	ALF - Salvador (BA)
05	Areia Branca	SE	3109	ALF - Salvador (BA)
05	Aurelino Leal	BA	3347	ALF - Salvador (BA)
05	Baianópolis	BA	3349	ALF - Salvador (BA)
05	Baixa Grande	BA	3351	ALF - Salvador (BA)
05	Banzaê	BA	3261	ALF - Salvador (BA)
05	Barra	BA	3353	ALF - Salvador (BA)
05	Barra da Estiva	BA	3355	ALF - Salvador (BA)
05	Barra do Choça	BA	3357	ALF - Salvador (BA)
05	Barra do Mendes	BA	3359	ALF - Salvador (BA)
05	Barra do Rocha	BA	3361	ALF - Salvador (BA)
05	Barra dos Coqueiros	SE	3111	ALF - Salvador (BA)
05	Barreiras	BA	3363	ALF - Salvador (BA)
05	Barro Alto	BA	3075	ALF - Salvador (BA)
05	Barro Preto	BA	3365	ALF - Salvador (BA)
05	Barrocas	BA	1110	ALF - Salvador (BA)
05	Belmonte	BA	3367	ALF - Salvador (BA)
05	Belo Campo	BA	3369	ALF - Salvador (BA)
05	Biritinga	BA	3371	ALF - Salvador (BA)
05	Boa Nova	BA	3373	ALF - Salvador (BA)
05	Boa Vista do Tupim	BA	3375	ALF - Salvador (BA)
05	Bom Jesus da Lapa	BA	3377	ALF - Salvador (BA)
05	Bom Jesus da Serra	BA	3263	ALF - Salvador (BA)
05	Boninal	BA	3379	ALF - Salvador (BA)
05	Bonito	BA	3265	ALF - Salvador (BA)
05	Boquim	SE	3115	ALF - Salvador (BA)
05	Boquira	BA	3381	ALF - Salvador (BA)
05	Botuporã	BA	3383	ALF - Salvador (BA)
05	Brejo Grande	SE	3113	ALF - Salvador (BA)
05	Brejões	BA	3385	ALF - Salvador (BA)
05	Brejolândia	BA	3387	ALF - Salvador (BA)
05	Brotas de Macaúbas	BA	3389	ALF - Salvador (BA)
05	Brumado	BA	3391	ALF - Salvador (BA)
05	Buerarema	BA	3393	ALF - Salvador (BA)
05	Buritirama	BA	3079	ALF - Salvador (BA)
05	Caatiba	BA	3395	ALF - Salvador (BA)
05	Cabaceiras do Paraguaçu	BA	3267	ALF - Salvador (BA)
05	Cachoeira	BA	3397	ALF - Salvador (BA)
05	Caculé	BA	3399	ALF - Salvador (BA)
05	Caém	BA	3401	ALF - Salvador (BA)
05	Caetanos	BA	3269	ALF - Salvador (BA)
05	Caetité	BA	3403	ALF - Salvador (BA)
05	Cafarnaum	BA	3405	ALF - Salvador (BA)
05	Cairu	BA	3407	ALF - Salvador (BA)
05	Caldeirão Grande	BA	3409	ALF - Salvador (BA)
05	Camacan	BA	3411	ALF - Salvador (BA)
05	Camaçari	BA	3413	ALF - Salvador (BA)
05	Camamu	BA	3415	ALF - Salvador (BA)
05	Campo Alegre de Lourdes	BA	3417	ALF - Salvador (BA)
05	Campo do Brito	SE	3119	ALF - Salvador (BA)
05	Campo Formoso	BA	3419	ALF - Salvador (BA)
05	Canápolis	BA	3421	ALF - Salvador (BA)
05	Canarana	BA	3423	ALF - Salvador (BA)
05	Canavieiras	BA	3425	ALF - Salvador (BA)
05	Candeal	BA	3427	ALF - Salvador (BA)
05	Candeias	BA	3429	ALF - Salvador (BA)
05	Candiba	BA	3431	ALF - Salvador (BA)
05	Cândido Sales	BA	3433	ALF - Salvador (BA)
05	Canhoba	SE	3121	ALF - Salvador (BA)
05	Canindé de São Francisco	SE	3123	ALF - Salvador (BA)
05	Cansanção	BA	3435	ALF - Salvador (BA)
05	Canudos	BA	3085	ALF - Salvador (BA)
05	Capela	SE	3125	ALF - Salvador (BA)
05	Capela do Alto Alegre	BA	3081	ALF - Salvador (BA)
05	Capim Grosso	BA	3083	ALF - Salvador (BA)
05	Caraíbas	BA	3271	ALF - Salvador (BA)
05	Caravelas	BA	3437	ALF - Salvador (BA)
05	Cardeal da Silva	BA	3439	ALF - Salvador (BA)
05	Carinhanha	BA	3441	ALF - Salvador (BA)
05	Carira	SE	3127	ALF - Salvador (BA)
05	Carmópolis	SE	3129	ALF - Salvador (BA)
05	Casa Nova	BA	3443	ALF - Salvador (BA)
05	Castro Alves	BA	3445	ALF - Salvador (BA)
05	Catolândia	BA	3447	ALF - Salvador (BA)
05	Catu	BA	3449	ALF - Salvador (BA)
05	Caturama	BA	3273	ALF - Salvador (BA)
05	Cedro de São João	SE	3131	ALF - Salvador (BA)
05	Central	BA	3451	ALF - Salvador (BA)
05	Chorrochó	BA	3453	ALF - Salvador (BA)
05	Cícero Dantas	BA	3455	ALF - Salvador (BA)
05	Cipó	BA	3457	ALF - Salvador (BA)
05	Coaraci	BA	3459	ALF - Salvador (BA)
05	Cocos	BA	3461	ALF - Salvador (BA)
05	Conceição da Feira	BA	3463	ALF - Salvador (BA)
05	Conceição do Almeida	BA	3465	ALF - Salvador (BA)
05	Conceição do Coité	BA	3467	ALF - Salvador (BA)
05	Conceição do Jacuípe	BA	3469	ALF - Salvador (BA)
05	Conde	BA	3471	ALF - Salvador (BA)
05	Condeúba	BA	3473	ALF - Salvador (BA)
05	Contendas do Sincorá	BA	3475	ALF - Salvador (BA)
05	Coração de Maria	BA	3477	ALF - Salvador (BA)
05	Cordeiros	BA	3479	ALF - Salvador (BA)
05	Coribe	BA	3481	ALF - Salvador (BA)
05	Coronel João Sá	BA	3483	ALF - Salvador (BA)
05	Correntina	BA	3485	ALF - Salvador (BA)
05	Cotegipe	BA	3487	ALF - Salvador (BA)
05	Cravolândia	BA	3489	ALF - Salvador (BA)
05	Crisópolis	BA	3491	ALF - Salvador (BA)
05	Cristinápolis	SE	3133	ALF - Salvador (BA)
05	Cristópolis	BA	3493	ALF - Salvador (BA)
05	Cruz das Almas	BA	3495	ALF - Salvador (BA)
05	Cumbe	SE	3137	ALF - Salvador (BA)
05	Curaçá	BA	3497	ALF - Salvador (BA)
05	Dário Meira	BA	3499	ALF - Salvador (BA)
05	Dias d"Ávila	BA	3087	ALF - Salvador (BA)
05	Divina Pastora	SE	3139	ALF - Salvador (BA)
05	Dom Basílio	BA	3501	ALF - Salvador (BA)
05	Dom Macedo Costa	BA	3503	ALF - Salvador (BA)
05	Elísio Medrado	BA	3505	ALF - Salvador (BA)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

05	Encruzilhada	BA	3507	ALF - Salvador (BA)
05	Entre Rios	BA	3509	ALF - Salvador (BA)
05	Érico Cardoso	BA	3309	ALF - Salvador (BA)
05	Esplanada	BA	3511	ALF - Salvador (BA)
05	Estância	SE	3141	ALF - Salvador (BA)
05	Euclides da Cunha	BA	3513	ALF - Salvador (BA)
05	Eunápolis	BA	3117	ALF - Salvador (BA)
05	Fátima	BA	3089	ALF - Salvador (BA)
05	Feira da Mata	BA	3275	ALF - Salvador (BA)
05	Feira de Santana	BA	3515	ALF - Salvador (BA)
05	Feira Nova	SE	3143	ALF - Salvador (BA)
05	Filadélfia	BA	3091	ALF - Salvador (BA)
05	Firmino Alves	BA	3517	ALF - Salvador (BA)
05	Floresta Azul	BA	3519	ALF - Salvador (BA)
05	Formosa do Rio Preto	BA	3521	ALF - Salvador (BA)
05	Frei Paulo	SE	3145	ALF - Salvador (BA)
05	Gandu	BA	3523	ALF - Salvador (BA)
05	Gararu	SE	3149	ALF - Salvador (BA)
05	Gavião	BA	3093	ALF - Salvador (BA)
05	General Maynard	SE	3147	ALF - Salvador (BA)
05	Gentio do Ouro	BA	3525	ALF - Salvador (BA)
05	Glória	BA	3527	ALF - Salvador (BA)
05	Gongogi	BA	3529	ALF - Salvador (BA)
05	Governador Mangabeira	BA	3531	ALF - Salvador (BA)
05	Gracho Cardoso	SE	3151	ALF - Salvador (BA)
05	Guajeru	BA	3095	ALF - Salvador (BA)
05	Guanambi	BA	3533	ALF - Salvador (BA)
05	Guaratinga	BA	3535	ALF - Salvador (BA)
05	Heliópolis	BA	3097	ALF - Salvador (BA)
05	Iaçu	BA	3537	ALF - Salvador (BA)
05	Ibiassucê	BA	3539	ALF - Salvador (BA)
05	Ibicaraí	BA	3541	ALF - Salvador (BA)
05	Ibicoara	BA	3543	ALF - Salvador (BA)
05	Ibicuí	BA	3545	ALF - Salvador (BA)
05	Ibipeba	BA	3547	ALF - Salvador (BA)
05	Ibipitanga	BA	3551	ALF - Salvador (BA)
05	Ibiquera	BA	3553	ALF - Salvador (BA)
05	Ibirapitanga	BA	3555	ALF - Salvador (BA)
05	Ibirapuã	BA	3557	ALF - Salvador (BA)
05	Ibirataia	BA	3559	ALF - Salvador (BA)
05	Ibitiara	BA	3561	ALF - Salvador (BA)
05	Ibititá	BA	3563	ALF - Salvador (BA)
05	Ibotirama	BA	3565	ALF - Salvador (BA)
05	Ichu	BA	3567	ALF - Salvador (BA)
05	Igaporã	BA	3569	ALF - Salvador (BA)
05	Igrapiúna	BA	3277	ALF - Salvador (BA)
05	Iguaí	BA	3571	ALF - Salvador (BA)
05	Ilha das Flores	SE	3153	ALF - Salvador (BA)
05	Ilhéus	BA	3573	ALF - Salvador (BA)
05	Indiaroba	SE	3155	ALF - Salvador (BA)
05	Inhambupe	BA	3575	ALF - Salvador (BA)
05	Ipecaetá	BA	3577	ALF - Salvador (BA)
05	Ipiaú	BA	3579	ALF - Salvador (BA)
05	Ipirá	BA	3581	ALF - Salvador (BA)
05	Ipupiara	BA	3583	ALF - Salvador (BA)
05	Irajuba	BA	3585	ALF - Salvador (BA)
05	Iramaia	BA	3587	ALF - Salvador (BA)
05	Iraquara	BA	3589	ALF - Salvador (BA)
05	Irará	BA	3591	ALF - Salvador (BA)
05	Irecê	BA	3593	ALF - Salvador (BA)
05	Itabaiana	SE	3157	ALF - Salvador (BA)
05	Itabaianinha	SE	3159	ALF - Salvador (BA)
05	Itabela	BA	3279	ALF - Salvador (BA)
05	Itaberaba	BA	3595	ALF - Salvador (BA)
05	Itabi	SE	3161	ALF - Salvador (BA)
05	Itabuna	BA	3597	ALF - Salvador (BA)
05	Itacaré	BA	3599	ALF - Salvador (BA)
05	Itaeté	BA	3601	ALF - Salvador (BA)
05	Itagi	BA	3603	ALF - Salvador (BA)
05	Itagibá	BA	3605	ALF - Salvador (BA)
05	Itagimirim	BA	3607	ALF - Salvador (BA)
05	Itaguaçu da Bahia	BA	3281	ALF - Salvador (BA)
05	Itaju do Colônia	BA	3609	ALF - Salvador (BA)
05	Itajuípe	BA	3611	ALF - Salvador (BA)
05	Itamaraju	BA	3613	ALF - Salvador (BA)
05	Itamari	BA	3615	ALF - Salvador (BA)
05	Itambé	BA	3617	ALF - Salvador (BA)
05	Itanagra	BA	3619	ALF - Salvador (BA)
05	Itanhém	BA	3621	ALF - Salvador (BA)
05	Itaparica	BA	3623	ALF - Salvador (BA)
05	Itapé	BA	3625	ALF - Salvador (BA)
05	Itapebi	BA	3627	ALF - Salvador (BA)
05	Itapetinga	BA	3629	ALF - Salvador (BA)
05	Itapicuru	BA	3631	ALF - Salvador (BA)
05	Itapitanga	BA	3633	ALF - Salvador (BA)
05	Itaporanga d"Ajuda	SE	3163	ALF - Salvador (BA)
05	Itaquara	BA	3635	ALF - Salvador (BA)
05	Itarantim	BA	3637	ALF - Salvador (BA)
05	Itatim	BA	3283	ALF - Salvador (BA)
05	Itiruçu	BA	3639	ALF - Salvador (BA)
05	Itiúba	BA	3641	ALF - Salvador (BA)
05	Itororó	BA	3643	ALF - Salvador (BA)
05	Ituaçu	BA	3645	ALF - Salvador (BA)
05	Ituberá	BA	3647	ALF - Salvador (BA)
05	Iuiú	BA	3285	ALF - Salvador (BA)
05	Jaborandi	BA	9859	ALF - Salvador (BA)
05	Jacaraci	BA	3649	ALF - Salvador (BA)
05	Jacobina	BA	3651	ALF - Salvador (BA)
05	Jaguaquara	BA	3653	ALF - Salvador (BA)
05	Jaguarari	BA	3655	ALF - Salvador (BA)
05	Jaguaripe	BA	3657	ALF - Salvador (BA)
05	Jandaíra	BA	3659	ALF - Salvador (BA)
05	Japaratuba	SE	3165	ALF - Salvador (BA)
05	Japoatã	SE	3167	ALF - Salvador (BA)
05	Jequié	BA	3661	ALF - Salvador (BA)
05	Jeremoabo	BA	3663	ALF - Salvador (BA)
05	Jiquiriçá	BA	3665	ALF - Salvador (BA)
05	Jitaúna	BA	3667	ALF - Salvador (BA)
05	João Dourado	BA	3099	ALF - Salvador (BA)
05	Juazeiro	BA	3669	ALF - Salvador (BA)
05	Jucuruçu	BA	3287	ALF - Salvador (BA)
05	Jussara	BA	3671	ALF - Salvador (BA)
05	Jussari	BA	3069	ALF - Salvador (BA)
05	Jussiape	BA	3673	ALF - Salvador (BA)
05	Lafaiete Coutinho	BA	3675	ALF - Salvador (BA)
05	Lagarto	SE	3169	ALF - Salvador (BA)
05	Lagoa Real	BA	3289	ALF - Salvador (BA)
05	Laje	BA	3677	ALF - Salvador (BA)
05	Lajedão	BA	3679	ALF - Salvador (BA)
05	Lajedinho	BA	3681	ALF - Salvador (BA)
05	Lajedo do Tabocal	BA	3291	ALF - Salvador (BA)
05	Lamarão	BA	3683	ALF - Salvador (BA)
05	Lapão	BA	3973	ALF - Salvador (BA)
05	Laranjeiras	SE	3171	ALF - Salvador (BA)
05	Lauro de Freitas	BA	3685	ALF - Salvador (BA)
05	Lençóis	BA	3687	ALF - Salvador (BA)
05	Licínio de Almeida	BA	3689	ALF - Salvador (BA)
05	Livramento de Nossa Senhora	BA	3691	ALF - Salvador (BA)
05	Luís Eduardo Magalhães	BA	1112	ALF - Salvador (BA)
05	Macajuba	BA	3693	ALF - Salvador (BA)
05	Macambira	SE	3173	ALF - Salvador (BA)
05	Macarani	BA	3695	ALF - Salvador (BA)
05	Macaúbas	BA	3697	ALF - Salvador (BA)
05	Macururé	BA	3699	ALF - Salvador (BA)
05	Madre de Deus	BA	3293	ALF - Salvador (BA)
05	Maetinga	BA	3975	ALF - Salvador (BA)
05	Maiquinique	BA	3701	ALF - Salvador (BA)
05	Mairi	BA	3703	ALF - Salvador (BA)
05	Malhada	BA	3705	ALF - Salvador (BA)
05	Malhada de Pedras	BA	3707	ALF - Salvador (BA)
05	Malhada dos Bois	SE	3175	ALF - Salvador (BA)
05	Malhador	SE	3177	ALF - Salvador (BA)
05	Manoel Vitorino	BA	3709	ALF - Salvador (BA)
05	Mansidão	BA	3977	ALF - Salvador (BA)
05	Maracás	BA	3711	ALF - Salvador (BA)
05	Maragogipe	BA	3713	ALF - Salvador (BA)
05	Maraú	BA	3715	ALF - Salvador (BA)
05	Marcionílio Souza	BA	3717	ALF - Salvador (BA)
05	Maruim	SE	3179	ALF - Salvador (BA)
05	Mascote	BA	3719	ALF - Salvador (BA)
05	Mata de São João	BA	3721	ALF - Salvador (BA)
05	Matina	BA	3295	ALF - Salvador (BA)
05	Medeiros Neto	BA	3723	ALF - Salvador (BA)
05	Miguel Calmon	BA	3725	ALF - Salvador (BA)
05	Milagres	BA	3727	ALF - Salvador (BA)
05	Mirangaba	BA	3729	ALF - Salvador (BA)
05	Mirante	BA	3297	ALF - Salvador (BA)
05	Moita Bonita	SE	3181	ALF - Salvador (BA)
05	Monte Alegre de Sergipe	SE	3183	ALF - Salvador (BA)
05	Monte Santo	BA	3731	ALF - Salvador (BA)
05	Morpará	BA	3733	ALF - Salvador (BA)
05	Morro do Chapéu	BA	3735	ALF - Salvador (BA)
05	Mortugaba	BA	3737	ALF - Salvador (BA)
05	Mucugê	BA	3739	ALF - Salvador (BA)
05	Mucuri	BA	3741	ALF - Salvador (BA)
05	Mulungu do Morro	BA	3299	ALF - Salvador (BA)
05	Mundo Novo	BA	3743	ALF - Salvador (BA)
05	Muniz Ferreira	BA	3745	ALF - Salvador (BA)
05	Muquém de São Francisco	BA	3005	ALF - Salvador (BA)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

05	Muribeca	SE	3185	ALF - Salvador (BA)
05	Muritiba	BA	3747	ALF - Salvador (BA)
05	Mutuípe	BA	3749	ALF - Salvador (BA)
05	Nazaré	BA	3751	ALF - Salvador (BA)
05	Neópolis	SE	3187	ALF - Salvador (BA)
05	Nilo Peçanha	BA	3753	ALF - Salvador (BA)
05	Nordestina	BA	3979	ALF - Salvador (BA)
05	Nossa Senhora Aparecida	SE	3135	ALF - Salvador (BA)
05	Nossa Senhora da Glória	SE	3189	ALF - Salvador (BA)
05	Nossa Senhora das Dores	SE	3191	ALF - Salvador (BA)
05	Nossa Senhora de Lourdes	SE	3193	ALF - Salvador (BA)
05	Nossa Senhora do Socorro	SE	3195	ALF - Salvador (BA)
05	Nova Canaã	BA	3755	ALF - Salvador (BA)
05	Nova Fátima	BA	3007	ALF - Salvador (BA)
05	Nova Ibiá	BA	3009	ALF - Salvador (BA)
05	Nova Itarana	BA	3757	ALF - Salvador (BA)
05	Nova Redenção	BA	3011	ALF - Salvador (BA)
05	Nova Soure	BA	3759	ALF - Salvador (BA)
05	Nova Viçosa	BA	3761	ALF - Salvador (BA)
05	Novo Horizonte	BA	3013	ALF - Salvador (BA)
05	Novo Triunfo	BA	3015	ALF - Salvador (BA)
05	Olindina	BA	3763	ALF - Salvador (BA)
05	Oliveira dos Brejinhos	BA	3765	ALF - Salvador (BA)
05	Ouriçangas	BA	3767	ALF - Salvador (BA)
05	Ourolândia	BA	3017	ALF - Salvador (BA)
05	Pacatuba	SE	3197	ALF - Salvador (BA)
05	Palmas de Monte Alto	BA	3769	ALF - Salvador (BA)
05	Palmeiras	BA	3771	ALF - Salvador (BA)
05	Paramirim	BA	3773	ALF - Salvador (BA)
05	Paratinga	BA	3775	ALF - Salvador (BA)
05	Paripiranga	BA	3777	ALF - Salvador (BA)
05	Pau Brasil	BA	3779	ALF - Salvador (BA)
05	Paulo Afonso	BA	3781	ALF - Salvador (BA)
05	Pé de Serra	BA	3981	ALF - Salvador (BA)
05	Pedra Mole	SE	3199	ALF - Salvador (BA)
05	Pedrão	BA	3783	ALF - Salvador (BA)
05	Pedrinhas	SE	3201	ALF - Salvador (BA)
05	Pedro Alexandre	BA	3785	ALF - Salvador (BA)
05	Piatã	BA	3787	ALF - Salvador (BA)
05	Pilão Arcado	BA	3789	ALF - Salvador (BA)
05	Pindaí	BA	3791	ALF - Salvador (BA)
05	Pindobaçu	BA	3793	ALF - Salvador (BA)
05	Pinhão	SE	3203	ALF - Salvador (BA)
05	Pintadas	BA	3983	ALF - Salvador (BA)
05	Piraí do Norte	BA	3019	ALF - Salvador (BA)
05	Pirambu	SE	3205	ALF - Salvador (BA)
05	Piripá	BA	3795	ALF - Salvador (BA)
05	Piritiba	BA	3797	ALF - Salvador (BA)
05	Planaltino	BA	3799	ALF - Salvador (BA)
05	Planalto	BA	3801	ALF - Salvador (BA)
05	Poço Redondo	SE	3207	ALF - Salvador (BA)
05	Poço Verde	SE	3209	ALF - Salvador (BA)
05	Poções	BA	3803	ALF - Salvador (BA)
05	Pojuca	BA	3805	ALF - Salvador (BA)
05	Ponto Novo	BA	3021	ALF - Salvador (BA)
05	Porto da Folha	SE	3211	ALF - Salvador (BA)
05	Porto Seguro	BA	3807	ALF - Salvador (BA)
05	Potiraguá	BA	3809	ALF - Salvador (BA)
05	Prado	BA	3811	ALF - Salvador (BA)
05	Presidente Dutra	BA	3813	ALF - Salvador (BA)
05	Presidente Jânio Quadros	BA	3815	ALF - Salvador (BA)
05	Presidente Tancredo Neves	BA	3023	ALF - Salvador (BA)
05	Propriá	SE	3213	ALF - Salvador (BA)
05	Queimadas	BA	3817	ALF - Salvador (BA)
05	Quijingue	BA	3819	ALF - Salvador (BA)
05	Quixabeira	BA	3025	ALF - Salvador (BA)
05	Rafael Jambeiro	BA	3985	ALF - Salvador (BA)
05	Remanso	BA	3821	ALF - Salvador (BA)
05	Retirolândia	BA	3823	ALF - Salvador (BA)
05	Riachão das Neves	BA	3825	ALF - Salvador (BA)
05	Riachão do Dantas	SE	3215	ALF - Salvador (BA)
05	Riachão do Jacuípe	BA	3827	ALF - Salvador (BA)
05	Riacho de Santana	BA	3829	ALF - Salvador (BA)
05	Riachuelo	SE	3217	ALF - Salvador (BA)
05	Ribeira do Amparo	BA	3831	ALF - Salvador (BA)
05	Ribeira do Pombal	BA	3833	ALF - Salvador (BA)
05	Ribeirão do Largo	BA	3027	ALF - Salvador (BA)
05	Ribeirópolis	SE	3219	ALF - Salvador (BA)
05	Rio de Contas	BA	3835	ALF - Salvador (BA)
05	Rio do Antônio	BA	3837	ALF - Salvador (BA)
05	Rio do Pires	BA	3839	ALF - Salvador (BA)
05	Rio Real	BA	3841	ALF - Salvador (BA)
05	Rodelas	BA	3843	ALF - Salvador (BA)
05	Rosário do Catete	SE	3221	ALF - Salvador (BA)
05	Ruy Barbosa	BA	3845	ALF - Salvador (BA)
05	Salgado	SE	3223	ALF - Salvador (BA)
05	Salinas da Margarida	BA	3847	ALF - Salvador (BA)
05	Salvador	BA	3849	ALF - Salvador (BA)
05	Santa Bárbara	BA	3851	ALF - Salvador (BA)
05	Santa Brígida	BA	3853	ALF - Salvador (BA)
05	Santa Cruz Cabrália	BA	3855	ALF - Salvador (BA)
05	Santa Cruz da Vitória	BA	3857	ALF - Salvador (BA)
05	Santa Inês	BA	3859	ALF - Salvador (BA)
05	Santa Luzia	BA	3987	ALF - Salvador (BA)
05	Santa Luzia do Itanhy	SE	3225	ALF - Salvador (BA)
05	Santa Maria da Vitória	BA	3863	ALF - Salvador (BA)
05	Santa Rita de Cássia	BA	3549	ALF - Salvador (BA)
05	Santa Rosa de Lima	SE	3229	ALF - Salvador (BA)
05	Santa Teresinha	BA	3869	ALF - Salvador (BA)
05	Santaluz	BA	3861	ALF - Salvador (BA)
05	Santana	BA	3865	ALF - Salvador (BA)
05	Santana do São Francisco	SE	2647	ALF - Salvador (BA)
05	Santanópolis	BA	3867	ALF - Salvador (BA)
05	Santo Amaro	BA	3871	ALF - Salvador (BA)
05	Santo Amaro das Brotas	SE	3231	ALF - Salvador (BA)
05	Santo Antônio de Jesus	BA	3873	ALF - Salvador (BA)
05	Santo Estêvão	BA	3875	ALF - Salvador (BA)
05	São Cristóvão	SE	3233	ALF - Salvador (BA)
05	São Desidério	BA	3877	ALF - Salvador (BA)
05	São Domingos	SE	3235	ALF - Salvador (BA)
05	São Domingos	BA	3029	ALF - Salvador (BA)
05	São Felipe	BA	3881	ALF - Salvador (BA)
05	São Félix	BA	3879	ALF - Salvador (BA)
05	São Félix do Coribe	BA	3031	ALF - Salvador (BA)
05	São Francisco	SE	3237	ALF - Salvador (BA)
05	São Francisco do Conde	BA	3883	ALF - Salvador (BA)
05	São Gabriel	BA	3989	ALF - Salvador (BA)
05	São Gonçalo dos Campos	BA	3885	ALF - Salvador (BA)
05	São José da Vitória	BA	3035	ALF - Salvador (BA)
05	São José do Jacuípe	BA	3033	ALF - Salvador (BA)
05	São Miguel das Matas	BA	3887	ALF - Salvador (BA)
05	São Miguel do Aleixo	SE	3239	ALF - Salvador (BA)
05	São Sebastião do Passé	BA	3889	ALF - Salvador (BA)
05	Sapeaçu	BA	3891	ALF - Salvador (BA)
05	Sátiro Dias	BA	3893	ALF - Salvador (BA)
05	Saubara	BA	3037	ALF - Salvador (BA)
05	Saúde	BA	3895	ALF - Salvador (BA)
05	Seabra	BA	3897	ALF - Salvador (BA)
05	Sebastião Laranjeiras	BA	3899	ALF - Salvador (BA)
05	Senhor do Bonfim	BA	3901	ALF - Salvador (BA)
05	Sento Sé	BA	3903	ALF - Salvador (BA)
05	Serra do Ramalho	BA	3039	ALF - Salvador (BA)
05	Serra Dourada	BA	3905	ALF - Salvador (BA)
05	Serra Preta	BA	3907	ALF - Salvador (BA)
05	Serrinha	BA	3909	ALF - Salvador (BA)
05	Serrolândia	BA	3911	ALF - Salvador (BA)
05	Simão Dias	SE	3241	ALF - Salvador (BA)
05	Simões Filho	BA	3913	ALF - Salvador (BA)
05	Siriri	SE	3243	ALF - Salvador (BA)
05	Sítio do Mato	BA	3041	ALF - Salvador (BA)
05	Sítio do Quinto	BA	3043	ALF - Salvador (BA)
05	Sobradinho	BA	3045	ALF - Salvador (BA)
05	Souto Soares	BA	3915	ALF - Salvador (BA)
05	Tabocas do Brejo Velho	BA	3917	ALF - Salvador (BA)
05	Tanhaçu	BA	3919	ALF - Salvador (BA)
05	Tanque Novo	BA	3991	ALF - Salvador (BA)
05	Tanquinho	BA	3921	ALF - Salvador (BA)
05	Taperoá	BA	3923	ALF - Salvador (BA)
05	Tapiramutá	BA	3925	ALF - Salvador (BA)
05	Teixeira de Freitas	BA	3993	ALF - Salvador (BA)
05	Telha	SE	3245	ALF - Salvador (BA)
05	Teodoro Sampaio	BA	3927	ALF - Salvador (BA)
05	Teofilândia	BA	3929	ALF - Salvador (BA)
05	Teolândia	BA	3931	ALF - Salvador (BA)
05	Terra Nova	BA	3933	ALF - Salvador (BA)
05	Tobias Barreto	SE	3247	ALF - Salvador (BA)
05	Tomar do Geru	SE	3249	ALF - Salvador (BA)
05	Tremedal	BA	3935	ALF - Salvador (BA)
05	Tucano	BA	3937	ALF - Salvador (BA)
05	Uauá	BA	3939	ALF - Salvador (BA)
05	Ubaíra	BA	3941	ALF - Salvador (BA)
05	Ubaitaba	BA	3943	ALF - Salvador (BA)
05	Ubatã	BA	3945	ALF - Salvador (BA)
05	Uibaí	BA	3947	ALF - Salvador (BA)
05	Umbaúba	SE	3251	ALF - Salvador (BA)
05	Umburanas	BA	3047	ALF - Salvador (BA)
05	Una	BA	3949	ALF - Salvador (BA)
05	Urandi	BA	3951	ALF - Salvador (BA)
05	Uruçuca	BA	3953	ALF - Salvador (BA)
05	Utinga	BA	3955	ALF - Salvador (BA)
05	Valença	BA	3957	ALF - Salvador (BA)
05	Valente	BA	3959	ALF - Salvador (BA)
05	Várzea da Roça	BA	3997	ALF - Salvador (BA)
05	Várzea do Poço	BA	3961	ALF - Salvador (BA)
05	Várzea Nova	BA	3995	ALF - Salvador (BA)
05	Varzedo	BA	3049	ALF - Salvador (BA)
05	Vera Cruz	BA	3963	ALF - Salvador (BA)
05	Vereda	BA	3051	ALF - Salvador (BA)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

05	Vitória da Conquista	BA	3965	ALF - Salvador (BA)
05	Wagner	BA	3967	ALF - Salvador (BA)
05	Wanderley	BA	3999	ALF - Salvador (BA)
05	Wenceslau Guimarães	BA	3969	ALF - Salvador (BA)
05	Xique-Xique	BA	3971	ALF - Salvador (BA)
	6ª Região Fiscal			
06	Abadia dos Dourados	MG	4001	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Abaeté	MG	4003	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Abre Campo	MG	4005	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Acaiaca	MG	4007	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Açucena	MG	4009	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Água Boa	MG	4011	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Água Comprida	MG	4013	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Aguanil	MG	4015	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Águas Formosas	MG	4017	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Águas Vermelhas	MG	4019	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Aimorés	MG	4021	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Aiuruoca	MG	4023	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Alagoa	MG	4025	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Albertina	MG	4027	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Além Paraíba	MG	4029	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Alfenas	MG	4031	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Alfredo Vasconcelos	MG	2681	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Almenara	MG	4033	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Alpercata	MG	4035	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Alpinópolis	MG	4037	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Alterosa	MG	4039	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Alto Caparaó	MG	564	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Alto Jequitibá	MG	5069	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Alto Rio Doce	MG	4041	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Alvarenga	MG	4043	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Alvinópolis	MG	4045	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Alvorada de Minas	MG	4047	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Amparo da Serra	MG	4049	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Andradas	MG	4051	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Andrelândia	MG	4055	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Angelândia	MG	566	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Antônio Carlos	MG	4057	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Antônio Dias	MG	4059	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Antônio Prado de Minas	MG	4061	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Araçaí	MG	4063	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Aracitaba	MG	4065	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Araçuaí	MG	4067	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Araguari	MG	4069	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Arantina	MG	4071	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Araponga	MG	4073	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Araporã	MG	2903	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Arapuá	MG	4075	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Araújos	MG	4077	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Araxá	MG	4079	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Arceburgo	MG	4081	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Arcos	MG	4083	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Areado	MG	4085	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Argirita	MG	4087	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Aricanduva	MG	568	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Arinos	MG	4089	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Astolfo Dutra	MG	4091	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ataléia	MG	4093	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Augusto de Lima	MG	4095	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Baependi	MG	4097	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Baldim	MG	4099	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bambuí	MG	4101	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bandeira	MG	4103	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bandeira do Sul	MG	4105	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Barão de Cocais	MG	4107	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Barão do Monte Alto	MG	4109	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Barbacena	MG	4111	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Barra Longa	MG	4113	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Barroso	MG	4117	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bela Vista de Minas	MG	4119	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Belmiro Braga	MG	4121	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Belo Horizonte	MG	4123	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Belo Oriente	MG	4125	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Belo Vale	MG	4127	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Berilo	MG	4129	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Berizal	MG	570	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bertópolis	MG	4131	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Betim	MG	4133	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bias Fortes	MG	4135	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bicas	MG	4137	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Biquinhas	MG	4139	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Boa Esperança	MG	4141	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bocaina de Minas	MG	4143	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bocaiúva	MG	4145	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bom Despacho	MG	4147	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bom Jardim de Minas	MG	4149	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bom Jesus da Penha	MG	4151	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bom Jesus do Amparo	MG	4153	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bom Jesus do Galho	MG	4155	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bom Repouso	MG	4157	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bom Sucesso	MG	4159	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bonfim	MG	4161	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bonfinópolis de Minas	MG	4163	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bonito de Minas	MG	572	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Borda da Mata	MG	4165	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Botelhos	MG	4167	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Botumirim	MG	4169	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Brás Pires	MG	4173	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Brasilândia de Minas	MG	574	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Brasília de Minas	MG	4171	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Brasópolis	MG	4177	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Braúnas	MG	4175	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Brumadinho	MG	4179	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bueno Brandão	MG	4181	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Buenópolis	MG	4183	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Bugre	MG	576	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Buritis	MG	4185	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Buritizeiro	MG	4187	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cabeceira Grande	MG	578	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cabo Verde	MG	4189	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cachoeira da Prata	MG	4191	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cachoeira de Minas	MG	4193	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cachoeira de Pajeú	MG	4053	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cachoeira Dourada	MG	4195	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Caetanópolis	MG	4197	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Caeté	MG	4199	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Caiana	MG	4201	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cajuri	MG	4203	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Caldas	MG	4205	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Camacho	MG	4207	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Camanducaia	MG	4209	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cambuí	MG	4211	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cambuquira	MG	4213	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Campanário	MG	4215	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Campanha	MG	4217	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Campestre	MG	4219	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Campina Verde	MG	4221	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Campo Azul	MG	580	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Campo Belo	MG	4223	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Campo do Meio	MG	4225	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Campo Florido	MG	4227	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Campos Altos	MG	4229	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Campos Gerais	MG	4231	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cana Verde	MG	4237	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Canaã	MG	4233	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Canápolis	MG	4235	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Candeias	MG	4239	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cantagalo	MG	582	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Caparaó	MG	4241	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Capela Nova	MG	4243	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Capelinha	MG	4245	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Capetinga	MG	4247	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Capim Branco	MG	4249	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Capinópolis	MG	4251	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Capitão Andrade	MG	2651	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Capitão Enéas	MG	4253	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Capitólio	MG	4255	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Caputira	MG	4257	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Caraí	MG	4259	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Caranaíba	MG	4261	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carandaí	MG	4263	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carangola	MG	4265	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Caratinga	MG	4267	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carbonita	MG	4269	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Careaçu	MG	4271	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carlos Chagas	MG	4273	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carmésia	MG	4275	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carmo da Cachoeira	MG	4277	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carmo da Mata	MG	4279	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carmo de Minas	MG	4281	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carmo do Cajuru	MG	4283	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carmo do Paranaíba	MG	4285	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carmo do Rio Claro	MG	4287	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carmópolis de Minas	MG	4289	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carneirinho	MG	2685	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carrancas	MG	4291	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carvalhópolis	MG	4293	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Carvalhos	MG	4295	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Casa Grande	MG	4297	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cascalho Rico	MG	4299	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cássia	MG	4301	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cataguases	MG	4305	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Catas Altas	MG	584	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Catas Altas da Noruega	MG	4307	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Catuji	MG	2653	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Catuti	MG	586	ALF - Belo Horizonte (MG)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

06	Caxambu	MG	4309	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cedro do Abaeté	MG	4311	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Central de Minas	MG	4313	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Centralina	MG	4315	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Chácara	MG	4317	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Chalé	MG	4319	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Chapada do Norte	MG	4321	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Chapada Gaúcha	MG	588	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Chiador	MG	4323	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cipotânea	MG	4325	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Claraval	MG	4327	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Claro dos Poções	MG	4329	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cláudio	MG	4331	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Coimbra	MG	4333	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Coluna	MG	4335	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Comendador Gomes	MG	4337	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Comercinho	MG	4339	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Conceição da Aparecida	MG	4341	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Conceição da Barra de Minas	MG	4303	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Conceição das Alagoas	MG	4345	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Conceição das Pedras	MG	4343	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Conceição de Ipanema	MG	4347	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Conceição do Mato Dentro	MG	4349	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Conceição do Pará	MG	4351	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Conceição do Rio Verde	MG	4353	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Conceição dos Ouros	MG	4355	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cônego Marinho	MG	590	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Confins	MG	592	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Congonhal	MG	4357	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Congonhas	MG	4359	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Congonhas do Norte	MG	4361	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Conquista	MG	4363	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Conselheiro Lafaiete	MG	4365	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Conselheiro Pena	MG	4367	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Consolação	MG	4369	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Contagem	MG	4371	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Coqueiral	MG	4373	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Coração de Jesus	MG	4375	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cordisburgo	MG	4377	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cordislândia	MG	4379	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Corinto	MG	4381	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Coroaci	MG	4383	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Coromandel	MG	4385	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Coronel Fabriciano	MG	4387	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Coronel Murta	MG	4389	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Coronel Pacheco	MG	4391	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Coronel Xavier Chaves	MG	4393	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Córrego Danta	MG	4395	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Córrego do Bom Jesus	MG	4397	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Córrego Fundo	MG	594	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Córrego Novo	MG	4399	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Couto de Magalhães de Minas	MG	4401	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Crisólita	MG	596	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cristais	MG	4403	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cristália	MG	4405	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cristiano Otoni	MG	4407	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cristina	MG	4409	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Crucilândia	MG	4411	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cruzeiro da Fortaleza	MG	4413	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cruzília	MG	4415	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Cuparaque	MG	598	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Curral de Dentro	MG	600	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Curvelo	MG	4417	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Datas	MG	4419	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Delfim Moreira	MG	4421	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Delfinópolis	MG	4423	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Delta	MG	602	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Descoberto	MG	4425	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Desterro de Entre Rios	MG	4427	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Desterro do Melo	MG	4429	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Diamantina	MG	4431	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Diogo de Vasconcelos	MG	4433	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Dionísio	MG	4435	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Divinésia	MG	4437	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Divino	MG	4439	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Divino das Laranjeiras	MG	4441	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Divinolândia de Minas	MG	4443	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Divinópolis	MG	4445	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Divisa Alegre	MG	604	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Divisa Nova	MG	4447	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Divisópolis	MG	2657	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Dom Bosco	MG	606	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Dom Cavati	MG	4449	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Dom Joaquim	MG	4451	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Dom Silvério	MG	4453	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Dom Viçoso	MG	4455	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Dona Eusébia	MG	4457	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Dores de Campos	MG	4459	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Dores de Guanhães	MG	4461	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Dores do Indaiá	MG	4463	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Dores do Turvo	MG	4465	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Doresópolis	MG	4467	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Douradoquara	MG	4469	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Durandé	MG	2675	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Elói Mendes	MG	4471	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Engenheiro Caldas	MG	4473	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Engenheiro Navarro	MG	4475	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Entre Folhas	MG	2663	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Entre Rios de Minas	MG	4477	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ervália	MG	4479	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Esmeraldas	MG	4481	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Espera Feliz	MG	4483	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Espinosa	MG	4485	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Espírito Santo do Dourado	MG	4487	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Estiva	MG	4489	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Estrela Dalva	MG	4491	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Estrela do Indaiá	MG	4493	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Estrela do Sul	MG	4495	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Eugenópolis	MG	4497	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ewbank da Câmara	MG	4499	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Extrema	MG	4501	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Fama	MG	4503	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Faria Lemos	MG	4505	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Felício dos Santos	MG	4507	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Felisburgo	MG	4511	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Felixlândia	MG	4513	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Fernandes Tourinho	MG	4515	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ferros	MG	4517	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Fervedouro	MG	2683	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Florestal	MG	4519	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Formiga	MG	4521	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Formoso	MG	4523	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Fortaleza de Minas	MG	4525	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Fortuna de Minas	MG	4527	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Francisco Badaró	MG	4529	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Francisco Dumont	MG	4531	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Francisco Sá	MG	4533	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Franciscópolis	MG	608	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Frei Gaspar	MG	4535	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Frei Inocêncio	MG	4537	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Frei Lagonegro	MG	610	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Fronteira	MG	4539	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Fronteira dos Vales	MG	4935	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Fruta de Leite	MG	612	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Frutal	MG	4541	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Funilândia	MG	4543	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Galiléia	MG	4545	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Gameleiras	MG	614	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Glaucilândia	MG	616	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Goiabeira	MG	618	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Goianá	MG	620	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Gonçalves	MG	4547	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Gonzaga	MG	4549	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Gouveia	MG	4551	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Governador Valadares	MG	4553	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Grão Mogol	MG	4555	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Grupiara	MG	4557	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Guanhães	MG	4559	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Guapé	MG	4561	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Guaraciaba	MG	4563	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Guaraciama	MG	622	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Guaranésia	MG	4565	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Guarani	MG	4567	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Guarará	MG	4569	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Guarda-Mor	MG	4571	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Guaxupé	MG	4573	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Guidoval	MG	4575	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Guimarânia	MG	4577	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Guiricema	MG	4579	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Gurinhatã	MG	4581	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Heliodora	MG	4583	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Iapu	MG	4585	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ibertioga	MG	4587	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ibiá	MG	4589	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ibiaí	MG	4591	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ibiracatu	MG	624	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ibiraci	MG	4593	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ibirité	MG	4595	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ibitiúra de Minas	MG	4597	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ibituruna	MG	4599	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Icaraí de Minas	MG	2693	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Igarapé	MG	4601	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Igaratinga	MG	4603	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Iguatama	MG	4605	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ijaci	MG	4607	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ilicínea	MG	4609	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Imbé de Minas	MG	626	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Inconfidentes	MG	4611	ALF - Belo Horizonte (MG)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

06	Indaiabira	MG	628	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Indianópolis	MG	4613	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ingaí	MG	4615	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Inhapim	MG	4617	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Inhaúma	MG	4619	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Inimutaba	MG	4621	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ipaba	MG	2665	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ipanema	MG	4623	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ipatinga	MG	4625	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ipiaçu	MG	4627	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ipuiúna	MG	4629	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Iraí de Minas	MG	4631	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itabira	MG	4633	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itabirinha	MG	4635	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itabirito	MG	4637	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itacambira	MG	4639	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itacarambi	MG	4641	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itaguara	MG	4643	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itaipé	MG	4645	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itajubá	MG	4647	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itamarandiba	MG	4649	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itamarati de Minas	MG	4651	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itambacuri	MG	4653	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itambé do Mato Dentro	MG	4655	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itamogi	MG	4657	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itamonte	MG	4659	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itanhandu	MG	4661	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itanhomi	MG	4663	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itaobim	MG	4665	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itapagipe	MG	4667	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itapecerica	MG	4669	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itapeva	MG	4671	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itatiaiuçu	MG	4673	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itaú de Minas	MG	5731	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itaúna	MG	4675	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itaverava	MG	4677	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itinga	MG	4679	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itueta	MG	4681	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ituiutaba	MG	4683	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itumirim	MG	4685	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Iturama	MG	4687	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Itutinga	MG	4689	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Jaboticatubas	MG	4691	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Jacinto	MG	4693	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Jacuí	MG	4695	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Jacutinga	MG	4697	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Jaguaraçu	MG	4699	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Jaíba	MG	2893	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Jampruca	MG	2655	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Janaúba	MG	4701	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Januária	MG	4703	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Japaraíba	MG	4705	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Japonvar	MG	630	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Jeceaba	MG	4707	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Jenipapo de Minas	MG	632	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Jequeri	MG	4709	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Jequitaí	MG	4711	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Jequitibá	MG	4713	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Jequitinhonha	MG	4715	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Jesuânia	MG	4717	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Joaíma	MG	4719	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Joanésia	MG	4721	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	João Monlevade	MG	4723	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	João Pinheiro	MG	4725	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Joaquim Felício	MG	4727	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Jordânia	MG	4729	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	José Gonçalves de Minas	MG	634	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	José Raydan	MG	636	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Josenópolis	MG	638	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Juatuba	MG	2691	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Juiz de Fora	MG	4733	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Juramento	MG	4735	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Juruaia	MG	4737	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Juvenília	MG	640	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ladainha	MG	4739	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Lagamar	MG	4741	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Lagoa da Prata	MG	4743	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Lagoa dos Patos	MG	4745	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Lagoa Dourada	MG	4747	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Lagoa Formosa	MG	4749	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Lagoa Grande	MG	2905	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Lagoa Santa	MG	4751	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Lajinha	MG	4753	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Lambari	MG	4755	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Lamim	MG	4757	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Laranjal	MG	4759	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Lassance	MG	4761	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Lavras	MG	4763	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Leandro Ferreira	MG	4765	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Leme do Prado	MG	642	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Leopoldina	MG	4767	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Liberdade	MG	4769	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Lima Duarte	MG	4771	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Limeira do Oeste	MG	2687	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Lontra	MG	2695	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Luisburgo	MG	644	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Luislândia	MG	646	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Luminárias	MG	4773	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Luz	MG	4775	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Machacalis	MG	4777	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Machado	MG	4779	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Madre de Deus de Minas	MG	4781	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Malacacheta	MG	4783	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Mamonas	MG	2895	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Manga	MG	4785	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Manhuaçu	MG	4787	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Manhumirim	MG	4789	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Mantena	MG	4791	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Mar de Espanha	MG	4795	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Maravilhas	MG	4793	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Maria da Fé	MG	4797	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Mariana	MG	4799	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Marilac	MG	4801	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Mário Campos	MG	648	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Maripá de Minas	MG	4803	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Marliéria	MG	4805	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Marmelópolis	MG	4807	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Martinho Campos	MG	4809	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Martins Soares	MG	650	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Mata Verde	MG	2659	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Materlândia	MG	4811	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Mateus Leme	MG	4813	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Mathias Lobato	MG	5431	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Matias Barbosa	MG	4815	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Matias Cardoso	MG	2897	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Matipó	MG	4817	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Mato Verde	MG	4819	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Matozinhos	MG	4821	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Matutina	MG	4823	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Medeiros	MG	4825	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Medina	MG	4827	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Mendes Pimentel	MG	4829	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Mercês	MG	4831	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Mesquita	MG	4833	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Minas Novas	MG	4835	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Minduri	MG	4837	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Mirabela	MG	4839	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Miradouro	MG	4841	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Miraí	MG	4843	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Miravânia	MG	652	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Moeda	MG	4845	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Moema	MG	4847	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Monjolos	MG	4849	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Monsenhor Paulo	MG	4851	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Montalvânia	MG	4853	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Monte Alegre de Minas	MG	4855	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Monte Azul	MG	4857	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Monte Belo	MG	4859	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Monte Carmelo	MG	4861	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Monte Formoso	MG	654	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Monte Santo de Minas	MG	4863	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Monte Sião	MG	4867	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Montes Claros	MG	4865	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Montezuma	MG	2697	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Morada Nova de Minas	MG	4869	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Morro da Garça	MG	4871	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Morro do Pilar	MG	4873	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Munhoz	MG	4875	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Muriaé	MG	4877	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Mutum	MG	4879	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Muzambinho	MG	4881	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Nacip Raydan	MG	4883	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Nanuque	MG	4885	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Naque	MG	656	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Natalândia	MG	658	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Natércia	MG	4887	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Nazareno	MG	4889	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Nepomuceno	MG	4891	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ninheira	MG	660	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Nova Belém	MG	662	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Nova Era	MG	4893	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Nova Lima	MG	4895	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Nova Módica	MG	4897	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Nova Ponte	MG	4899	ALF - Belo Horizonte (MG)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

06	Nova Porteirinha	MG	664	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Nova Resende	MG	4901	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Nova Serrana	MG	4903	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Nova União	MG	4731	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Novo Cruzeiro	MG	4905	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Novo Oriente de Minas	MG	666	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Novorizonte	MG	668	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Olaria	MG	4907	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Olhos-d"Água	MG	670	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Olímpio Noronha	MG	4909	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Oliveira	MG	4911	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Oliveira Fortes	MG	4913	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Onça de Pitangui	MG	4915	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Oratórios	MG	672	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Orizânia	MG	674	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ouro Branco	MG	4917	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ouro Fino	MG	4919	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ouro Preto	MG	4921	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ouro Verde de Minas	MG	4923	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Padre Carvalho	MG	676	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Padre Paraíso	MG	4925	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pai Pedro	MG	678	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Paineiras	MG	4927	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pains	MG	4929	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Paiva	MG	4931	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Palma	MG	4933	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Palmópolis	MG	2661	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Papagaios	MG	4937	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pará de Minas	MG	4941	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Paracatu	MG	4939	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Paraguaçu	MG	4943	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Paraisópolis	MG	4945	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Paraopeba	MG	4947	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Passa Quatro	MG	4951	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Passa Tempo	MG	4953	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Passabém	MG	4949	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Passa-Vinte	MG	4955	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Passos	MG	4957	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Patis	MG	680	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Patos de Minas	MG	4959	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Patrocínio	MG	4961	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Patrocínio do Muriaé	MG	4963	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Paula Cândido	MG	4965	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Paulistas	MG	4967	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pavão	MG	4969	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Peçanha	MG	4971	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pedra Azul	MG	4973	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pedra Bonita	MG	682	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pedra do Anta	MG	4975	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pedra do Indaiá	MG	4977	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pedra Dourada	MG	4979	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pedralva	MG	4981	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pedras de Maria da Cruz	MG	2899	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pedrinópolis	MG	4983	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pedro Leopoldo	MG	4985	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pedro Teixeira	MG	4987	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pequeri	MG	4989	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pequi	MG	4991	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Perdigão	MG	4993	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Perdizes	MG	4995	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Perdões	MG	4997	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Periquito	MG	684	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pescador	MG	4999	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Piau	MG	5001	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Piedade de Caratinga	MG	686	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Piedade de Ponte Nova	MG	5003	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Piedade do Rio Grande	MG	5005	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Piedade dos Gerais	MG	5007	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pimenta	MG	5009	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pingo-d"Água	MG	688	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pintópolis	MG	690	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Piracema	MG	5011	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pirajuba	MG	5013	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Piranga	MG	5015	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Piranguçu	MG	5017	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Piranguinho	MG	5019	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pirapetinga	MG	5021	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pirapora	MG	5023	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Piraúba	MG	5025	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pitangui	MG	5027	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Piumhi	MG	5029	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Planura	MG	5031	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Poço Fundo	MG	5033	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Poços de Caldas	MG	5035	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pocrane	MG	5037	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pompéu	MG	5039	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ponte Nova	MG	5041	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ponto Chique	MG	692	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ponto dos Volantes	MG	694	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Porteirinha	MG	5043	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Porto Firme	MG	5045	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Poté	MG	5047	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pouso Alegre	MG	5049	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pouso Alto	MG	5051	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Prados	MG	5053	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Prata	MG	5055	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pratápolis	MG	5057	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Pratinha	MG	5059	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Presidente Bernardes	MG	5061	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Presidente Juscelino	MG	5063	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Presidente Kubitschek	MG	5065	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Presidente Olegário	MG	5067	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Prudente de Morais	MG	5071	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Quartel Geral	MG	5073	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Queluzito	MG	5075	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Raposos	MG	5077	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Raul Soares	MG	5079	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Recreio	MG	5081	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Reduto	MG	696	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Resende Costa	MG	5083	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Resplendor	MG	5085	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ressaquinha	MG	5087	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Riachinho	MG	2901	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Riacho dos Machados	MG	5089	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ribeirão das Neves	MG	5091	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ribeirão Vermelho	MG	5093	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rio Acima	MG	5095	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rio Casca	MG	5097	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rio do Prado	MG	5101	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rio Doce	MG	5099	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rio Espera	MG	5103	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rio Manso	MG	5105	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rio Novo	MG	5107	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rio Paranaíba	MG	5109	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rio Pardo de Minas	MG	5111	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rio Piracicaba	MG	5113	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rio Pomba	MG	5115	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rio Preto	MG	5117	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rio Vermelho	MG	5119	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ritápolis	MG	5121	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rochedo de Minas	MG	5123	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rodeiro	MG	5125	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Romaria	MG	5127	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rosário da Limeira	MG	698	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rubelita	MG	5129	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Rubim	MG	5131	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Sabará	MG	5133	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Sabinópolis	MG	5135	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Sacramento	MG	5137	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Salinas	MG	5139	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Salto da Divisa	MG	5141	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Bárbara	MG	5143	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Bárbara do Leste	MG	2667	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Bárbara do Monte Verde	MG	700	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Bárbara do Tugúrio	MG	5145	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Cruz de Minas	MG	702	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Cruz de Salinas	MG	704	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Cruz do Escalvado	MG	5147	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Efigênia de Minas	MG	5149	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Fé de Minas	MG	5151	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Helena de Minas	MG	706	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Juliana	MG	5153	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Luzia	MG	5155	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Margarida	MG	5157	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Maria de Itabira	MG	5159	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Maria do Salto	MG	5161	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Maria do Suaçuí	MG	5163	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Rita de Caldas	MG	5183	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Rita de Ibitipoca	MG	5187	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Rita de Jacutinga	MG	5185	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Rita de Minas	MG	2669	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Rita do Itueto	MG	5189	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Rita do Sapucaí	MG	5191	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Rosa da Serra	MG	5193	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santa Vitória	MG	5195	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santana da Vargem	MG	5165	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santana de Cataguases	MG	5167	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santana de Pirapama	MG	5169	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santana do Deserto	MG	5171	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santana do Garambéu	MG	5173	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santana do Jacaré	MG	5175	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santana do Manhuaçu	MG	5177	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santana do Paraíso	MG	2673	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santana do Riacho	MG	5179	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santana dos Montes	MG	5181	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santo Antônio do Amparo	MG	5197	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santo Antônio do Aventureiro	MG	5199	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santo Antônio do Grama	MG	5201	ALF - Belo Horizonte (MG)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

06	Santo Antônio do Itambé	MG	5203	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santo Antônio do Jacinto	MG	5205	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santo Antônio do Monte	MG	5207	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santo Antônio do Retiro	MG	708	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santo Antônio do Rio Abaixo	MG	5209	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santo Hipólito	MG	5211	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Santos Dumont	MG	5213	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Bento Abade	MG	5215	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Brás do Suaçuí	MG	5217	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Domingos das Dores	MG	710	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Domingos do Prata	MG	5219	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Félix de Minas	MG	712	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Francisco	MG	5221	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Francisco de Paula	MG	5223	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Francisco de Sales	MG	5225	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Francisco do Glória	MG	5227	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Geraldo	MG	5229	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Geraldo da Piedade	MG	5231	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Geraldo do Baixio	MG	714	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Gonçalo do Abaeté	MG	5233	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Gonçalo do Pará	MG	5235	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Gonçalo do Rio Abaixo	MG	5237	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Gonçalo do Rio Preto	MG	4509	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Gonçalo do Sapucaí	MG	5239	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Gotardo	MG	5241	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São João Batista do Glória	MG	5243	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São João da Lagoa	MG	716	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São João da Mata	MG	5245	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São João da Ponte	MG	5247	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São João das Missões	MG	718	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São João Del Rei	MG	5249	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São João do Manhuaçu	MG	2677	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São João do Manteninha	MG	2679	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São João do Oriente	MG	5251	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São João do Pacuí	MG	720	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São João do Paraíso	MG	5253	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São João Evangelista	MG	5255	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São João Nepomuceno	MG	5257	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Joaquim de Bicas	MG	722	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São José da Barra	MG	724	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São José da Lapa	MG	2649	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São José da Safira	MG	5259	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São José da Varginha	MG	5261	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São José do Alegre	MG	5263	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São José do Divino	MG	5265	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São José do Goiabal	MG	5267	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São José do Jacuri	MG	5269	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São José do Mantimento	MG	5271	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Lourenço	MG	5273	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Miguel do Anta	MG	5275	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Pedro da União	MG	5277	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Pedro do Suaçuí	MG	5281	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Pedro dos Ferros	MG	5279	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Romão	MG	5283	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Roque de Minas	MG	5285	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Sebastião da Bela Vista	MG	5287	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Sebastião da Vargem Alegre	MG	726	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Sebastião do Anta	MG	728	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Sebastião do Maranhão	MG	5289	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Sebastião do Oeste	MG	5291	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Sebastião do Paraíso	MG	5293	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Sebastião do Rio Preto	MG	5295	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Sebastião do Rio Verde	MG	5297	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Tiago	MG	5299	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Tomás de Aquino	MG	5301	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Tomé das Letras	MG	5303	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	São Vicente de Minas	MG	5305	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Sapucaí-Mirim	MG	5307	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Sardoá	MG	5309	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Sarzedo	MG	730	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Sem-Peixe	MG	734	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Senador Amaral	MG	2689	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Senador Cortes	MG	5311	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Senador Firmino	MG	5313	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Senador José Bento	MG	5315	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Senador Modestino Gonçalves	MG	5317	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Senhora de Oliveira	MG	5319	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Senhora do Porto	MG	5321	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Senhora dos Remédios	MG	5323	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Sericita	MG	5325	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Seritinga	MG	5327	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Serra Azul de Minas	MG	5329	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Serra da Saudade	MG	5331	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Serra do Salitre	MG	5335	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Serra dos Aimorés	MG	5333	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Serrania	MG	5337	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Serranópolis de Minas	MG	736	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Serranos	MG	5339	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Serro	MG	5341	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Sete Lagoas	MG	5343	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Setubinha	MG	732	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Silveirânia	MG	5345	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Silvianópolis	MG	5347	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Simão Pereira	MG	5349	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Simonésia	MG	5351	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Sobrália	MG	5353	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Soledade de Minas	MG	5355	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Tabuleiro	MG	5357	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Taiobeiras	MG	5359	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Taparuba	MG	738	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Tapira	MG	5361	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Tapiraí	MG	5363	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Taquaraçu de Minas	MG	5365	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Tarumirim	MG	5367	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Teixeiras	MG	5369	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Teófilo Otoni	MG	5371	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Timóteo	MG	5373	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Tiradentes	MG	5375	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Tiros	MG	5377	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Tocantins	MG	5379	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Tocos do Moji	MG	740	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Toledo	MG	5381	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Tombos	MG	5383	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Três Corações	MG	5385	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Três Marias	MG	4115	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Três Pontas	MG	5387	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Tumiritinga	MG	5389	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Tupaciguara	MG	5391	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Turmalina	MG	5393	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Turvolândia	MG	5395	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ubá	MG	5397	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ubaí	MG	5399	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Ubaporanga	MG	2671	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Uberaba	MG	5401	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Uberlândia	MG	5403	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Umburatiba	MG	5405	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Unaí	MG	5407	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	União de Minas	MG	742	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Uruana de Minas	MG	744	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Urucânia	MG	5409	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Urucuia	MG	2699	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Vargem Alegre	MG	746	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Vargem Bonita	MG	5411	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Vargem Grande do Rio Pardo	MG	748	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Varginha	MG	5413	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Varjão de Minas	MG	750	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Várzea da Palma	MG	5415	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Varzelândia	MG	5417	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Vazante	MG	5419	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Verdelândia	MG	752	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Veredinha	MG	754	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Veríssimo	MG	5423	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Vermelho Novo	MG	756	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Vespasiano	MG	5425	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Viçosa	MG	5427	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Vieiras	MG	5429	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Virgem da Lapa	MG	5433	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Virgínia	MG	5435	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Virginópolis	MG	5437	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Virgolândia	MG	5439	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Visconde do Rio Branco	MG	5441	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Volta Grande	MG	5443	ALF - Belo Horizonte (MG)
06	Wenceslau Braz	MG	5421	ALF - Belo Horizonte (MG)

	7ª Região Fiscal			
07	Afonso Cláudio	ES	5601	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Água Doce do Norte	ES	5717	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Águia Branca	ES	5733	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Alegre	ES	5603	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Alfredo Chaves	ES	5605	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Alto Rio Novo	ES	5719	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Anchieta	ES	5607	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Angra dos Reis	RJ	5801	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Aperibé	RJ	2919	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Apiacá	ES	5609	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Aracruz	ES	5611	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Araruama	RJ	5803	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Areal	RJ	2925	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Armação dos Búzios	RJ	770	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Arraial do Cabo	RJ	5927	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Atilio Vivacqua	ES	5613	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Baixo Guandu	ES	5615	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Barra de São Francisco	ES	5617	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Barra do Piraí	RJ	5805	Decex - Rio de Janeiro (RJ)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

07	Barra Mansa	RJ	5807	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Belford Roxo	RJ	2909	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Boa Esperança	ES	5619	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Bom Jardim	RJ	5809	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Bom Jesus do Itabapoana	RJ	5811	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Bom Jesus do Norte	ES	5621	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Brejetuba	ES	758	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Cabo Frio	RJ	5813	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Cachoeiras de Macacu	RJ	5815	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Cachoeiro de Itapemirim	ES	5623	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Cambuci	RJ	5817	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Campos dos Goytacazes	RJ	5819	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Cantagalo	RJ	5821	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Carapebus	RJ	772	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Cardoso Moreira	RJ	2915	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Cariacica	ES	5625	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Carmo	RJ	5823	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Casimiro de Abreu	RJ	5825	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Castelo	ES	5627	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Colatina	ES	5629	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Comendador Levy Gasparian	RJ	2927	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Conceição da Barra	ES	5631	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Conceição de Macabu	RJ	5827	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Conceição do Castelo	ES	5633	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Cordeiro	RJ	5829	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Divino de São Lourenço	ES	5635	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Domingos Martins	ES	5637	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Dores do Rio Preto	ES	5639	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Duas Barras	RJ	5831	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Duque de Caxias	RJ	5833	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Ecoporanga	ES	5641	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Engenheiro Paulo de Frontin	RJ	5835	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Fundão	ES	5643	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Governador Lindenberg	ES	1114	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Guaçuí	ES	5645	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Guapimirim	RJ	2907	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Guarapari	ES	5647	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Ibatiba	ES	5709	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Ibiraçu	ES	5649	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Ibitirama	ES	6011	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Iconha	ES	5651	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Iguaba Grande	RJ	774	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Irupi	ES	2931	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Itaboraí	RJ	5837	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Itaguaçu	ES	5653	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Itaguaí	RJ	5839	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Italva	RJ	5929	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Itaocara	RJ	5841	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Itapemirim	ES	5655	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Itaperuna	RJ	5843	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Itarana	ES	5657	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Itatiaia	RJ	6003	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Iúna	ES	5659	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Jaguaré	ES	5713	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Japeri	RJ	2913	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Jerônimo Monteiro	ES	5661	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	João Neiva	ES	5721	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Laje do Muriaé	RJ	5845	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Laranja da Terra	ES	5723	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Linhares	ES	5663	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Macaé	RJ	5847	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Macuco	RJ	776	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Magé	RJ	5849	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Mangaratiba	RJ	5851	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Mantenópolis	ES	5665	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Marataízes	ES	760	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Marechal Floriano	ES	2929	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Maricá	RJ	5853	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Marilândia	ES	5707	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Mendes	RJ	5855	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Mesquita	RJ	1116	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Miguel Pereira	RJ	5857	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Mimoso do Sul	ES	5667	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Miracema	RJ	5859	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Montanha	ES	5669	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Mucurici	ES	5671	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Muniz Freire	ES	5673	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Muqui	ES	5675	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Natividade	RJ	5861	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Nilópolis	RJ	5863	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Niterói	RJ	5865	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Nova Friburgo	RJ	5867	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Nova Iguaçu	RJ	5869	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Nova Venécia	ES	5677	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Pancas	ES	5679	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Paracambi	RJ	5871	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Paraíba do Sul	RJ	5873	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Parati	RJ	5875	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Paty do Alferes	RJ	6005	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Pedro Canário	ES	5715	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Petrópolis	RJ	5877	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Pinheiral	RJ	778	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Pinheiros	ES	5681	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Piraí	RJ	5879	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Piúma	ES	5683	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Ponto Belo	ES	762	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Porciúncula	RJ	5881	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Porto Real	RJ	780	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Presidente Kennedy	ES	5685	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Quatis	RJ	2923	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Queimados	RJ	2911	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Quissamã	RJ	6007	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Resende	RJ	5883	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Rio Bananal	ES	5711	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Rio Bonito	RJ	5885	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Rio Claro	RJ	5887	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Rio das Flores	RJ	5889	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Rio das Ostras	RJ	2921	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Rio de Janeiro	RJ	6001	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Rio Novo do Sul	ES	5687	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Santa Leopoldina	ES	5689	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Santa Maria de Jetibá	ES	5725	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Santa Maria Madalena	RJ	5891	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Santa Teresa	ES	5691	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Santo Antônio de Pádua	RJ	5893	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	São Domingos do Norte	ES	2933	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	São Fidélis	RJ	5895	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	São Francisco de Itabapoana	RJ	782	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	São Gabriel da Palha	ES	5693	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	São Gonçalo	RJ	5897	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	São João da Barra	RJ	5899	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	São João de Meriti	RJ	5901	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	São José de Ubá	RJ	784	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	São José do Calçado	ES	5695	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	São José do Vale do Rio Preto	RJ	6009	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	São Mateus	ES	5697	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	São Pedro da Aldeia	RJ	5903	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	São Roque do Canaã	ES	764	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	São Sebastião do Alto	RJ	5905	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Sapucaia	RJ	5907	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Saquarema	RJ	5909	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Seropédica	RJ	786	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Serra	ES	5699	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Silva Jardim	RJ	5911	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Sooretama	ES	766	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Sumidouro	RJ	5913	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Tanguá	RJ	788	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Teresópolis	RJ	5915	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Trajano de Moraes	RJ	5917	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Três Rios	RJ	5919	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Valença	RJ	5921	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Vargem Alta	ES	5727	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Varre-Sai	RJ	2917	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Vassouras	RJ	5923	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
07	Venda Nova do Imigrante	ES	5729	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Viana	ES	5701	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Vila Pavão	ES	2935	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Vila Valério	ES	768	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Vila Velha	ES	5703	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Vitória	ES	5705	ALF - Porto de Vitória (ES)
07	Volta Redonda	RJ	5925	Decex - Rio de Janeiro (RJ)
	8ª Região Fiscal			
08	Adamantina	SP	6101	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Adolfo	SP	6103	DRF - Araçatuba (SP)
08	Aguaí	SP	6105	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Águas da Prata	SP	6107	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Águas de Lindóia	SP	6109	DRF - Jundiaí (SP)
08	Águas de Santa Bárbara	SP	7019	DRF - Bauru (SP)
08	Águas de São Pedro	SP	6111	DRF - Piracicaba (SP)
08	Agudos	SP	6113	DRF - Bauru (SP)
08	Alambari	SP	2995	DRF - Sorocaba (SP)
08	Alfredo Marcondes	SP	6115	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Altair	SP	6117	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Altinópolis	SP	6119	DRF - Franca (SP)
08	Alto Alegre	SP	6121	DRF - Araçatuba (SP)
08	Alumínio	SP	3065	DRF - Sorocaba (SP)
08	Álvares Florence	SP	6123	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Álvares Machado	SP	6125	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Álvaro de Carvalho	SP	6127	DRF - Marília (SP)
08	Alvinlândia	SP	6129	DRF - Marília (SP)
08	Americana	SP	6131	DRF - Piracicaba (SP)
08	Américo Brasiliense	SP	6133	DRF - Araraquara (SP)
08	Américo de Campos	SP	6135	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Amparo	SP	6137	DRF - Jundiaí (SP)
08	Analândia	SP	6139	DRF - Piracicaba (SP)
08	Andradina	SP	6141	DRF - Araçatuba (SP)
08	Angatuba	SP	6143	DRF - Sorocaba (SP)
08	Anhembi	SP	6145	DRF - Bauru (SP)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

08	Anhumas	SP	6147	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Aparecida	SP	6149	DRF - Taubaté (SP)
08	Aparecida d"Oeste	SP	6151	DRF - Araçatuba (SP)
08	Apiaí	SP	6153	DRF - Sorocaba (SP)
08	Araçariguama	SP	3067	DRF - Sorocaba (SP)
08	Araçatuba	SP	6155	DRF - Araçatuba (SP)
08	Araçoiaba da Serra	SP	6157	DRF - Sorocaba (SP)
08	Aramina	SP	6159	DRF - Franca (SP)
08	Arandu	SP	6161	DRF - Bauru (SP)
08	Arapeí	SP	2991	DRF - Taubaté (SP)
08	Araraquara	SP	6163	DRF - Araraquara (SP)
08	Araras	SP	6165	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Arco-Íris	SP	790	DRF - Marília (SP)
08	Arealva	SP	6167	DRF - Bauru (SP)
08	Areias	SP	6169	DRF - Taubaté (SP)
08	Areiópolis	SP	6171	DRF - Bauru (SP)
08	Ariranha	SP	6173	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Artur Nogueira	SP	6175	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Arujá	SP	6177	DRF - São José dos Campos (SP)
08	Aspásia	SP	2981	DRF - Araçatuba (SP)
08	Assis	SP	6179	DRF - Marília (SP)
08	Atibaia	SP	6181	DRF - Jundiaí (SP)
08	Auriflama	SP	6183	DRF - Araçatuba (SP)
08	Avaí	SP	6185	DRF - Bauru (SP)
08	Avanhandava	SP	6187	DRF - Araçatuba (SP)
08	Avaré	SP	6189	DRF - Bauru (SP)
08	Bady Bassitt	SP	6191	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Balbinos	SP	6193	DRF - Bauru (SP)
08	Bálsamo	SP	6195	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Bananal	SP	6197	DRF - Taubaté (SP)
08	Barão de Antonina	SP	6201	DRF - Sorocaba (SP)
08	Barbosa	SP	6199	DRF - Araçatuba (SP)
08	Bariri	SP	6203	DRF - Bauru (SP)
08	Barra Bonita	SP	6205	DRF - Bauru (SP)
08	Barra do Chapéu	SP	2997	DRF - Sorocaba (SP)
08	Barra do Turvo	SP	6207	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Barretos	SP	6209	DRF - Franca (SP)
08	Barrinha	SP	6211	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Barueri	SP	6213	Delex - São Paulo (SP)
08	Bastos	SP	6215	DRF - Marília (SP)
08	Batatais	SP	6217	DRF - Franca (SP)
08	Bauru	SP	6219	DRF - Bauru (SP)
08	Bebedouro	SP	6221	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Bento de Abreu	SP	6223	DRF - Araçatuba (SP)
08	Bernardino de Campos	SP	6225	DRF - Marília (SP)
08	Bertioga	SP	2965	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Bilac	SP	6227	DRF - Araçatuba (SP)
08	Birigui	SP	6229	DRF - Araçatuba (SP)
08	Biritiba-Mirim	SP	6231	DRF - São José dos Campos (SP)
08	Boa Esperança do Sul	SP	6233	DRF - Araraquara (SP)
08	Bocaina	SP	6235	DRF - Bauru (SP)
08	Bofete	SP	6237	DRF - Bauru (SP)
08	Boituva	SP	6239	DRF - Sorocaba (SP)
08	Bom Jesus dos Perdões	SP	6241	DRF - Jundiaí (SP)
08	Bom Sucesso de Itararé	SP	3059	DRF - Sorocaba (SP)
08	Borá	SP	6243	DRF - Marília (SP)
08	Boracéia	SP	6245	DRF - Bauru (SP)
08	Borborema	SP	6247	DRF - Araraquara (SP)
08	Borebi	SP	7247	DRF - Bauru (SP)
08	Botucatu	SP	6249	DRF - Bauru (SP)
08	Bragança Paulista	SP	6251	DRF - Jundiaí (SP)
08	Braúna	SP	6255	DRF - Araçatuba (SP)
08	Brejo Alegre	SP	792	DRF - Araçatuba (SP)
08	Brodowski	SP	6257	DRF - Franca (SP)
08	Brotas	SP	6259	DRF - Bauru (SP)
08	Buri	SP	6261	DRF - Sorocaba (SP)
08	Buritama	SP	6263	DRF - Araçatuba (SP)
08	Buritizal	SP	6265	DRF - Franca (SP)
08	Cabrália Paulista	SP	6267	DRF - Bauru (SP)
08	Cabreúva	SP	6269	DRF - Sorocaba (SP)
08	Caçapava	SP	6271	DRF - Taubaté (SP)
08	Cachoeira Paulista	SP	6273	DRF - Taubaté (SP)
08	Caconde	SP	6275	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Cafelândia	SP	6277	DRF - Araçatuba (SP)
08	Caiabu	SP	6279	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Caieiras	SP	6281	DRF - Jundiaí (SP)
08	Caiuá	SP	6283	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Cajamar	SP	6285	DRF - Jundiaí (SP)
08	Cajati	SP	2967	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Cajobi	SP	6287	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Cajuru	SP	6289	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Campina do Monte Alegre	SP	2999	DRF - Sorocaba (SP)
08	Campinas	SP	6291	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Campo Limpo Paulista	SP	6293	DRF - Jundiaí (SP)
08	Campos do Jordão	SP	6295	DRF - Taubaté (SP)
08	Campos Novos Paulista	SP	6297	DRF - Marília (SP)
08	Cananéia	SP	6299	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Canas	SP	794	DRF - Taubaté (SP)
08	Cândido Mota	SP	6301	DRF - Marília (SP)
08	Cândido Rodrigues	SP	6303	DRF - Araraquara (SP)
08	Canitar	SP	2947	DRF - Marília (SP)
08	Capão Bonito	SP	6305	DRF - Sorocaba (SP)
08	Capela do Alto	SP	6307	DRF - Sorocaba (SP)
08	Capivari	SP	6309	DRF - Piracicaba (SP)
08	Caraguatatuba	SP	6311	IRF - São Sebastião (SP)
08	Carapicuíba	SP	6313	Delex - São Paulo (SP)
08	Cardoso	SP	6315	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Casa Branca	SP	6317	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Cássia dos Coqueiros	SP	6319	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Castilho	SP	6321	DRF - Araçatuba (SP)
08	Catanduva	SP	6323	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Catiguá	SP	6325	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Cedral	SP	6327	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Cerqueira César	SP	6329	DRF - Bauru (SP)
08	Cerquilho	SP	6331	DRF - Piracicaba (SP)
08	Cesário Lange	SP	6333	DRF - Sorocaba (SP)
08	Charqueada	SP	6335	DRF - Piracicaba (SP)
08	Chavantes	SP	6337	DRF - Marília (SP)
08	Clementina	SP	6339	DRF - Araçatuba (SP)
08	Colina	SP	6341	DRF - Franca (SP)
08	Colômbia	SP	6343	DRF - Franca (SP)
08	Conchal	SP	6345	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Conchas	SP	6347	DRF - Bauru (SP)
08	Cordeirópolis	SP	6349	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Coroados	SP	6351	DRF - Araçatuba (SP)
08	Coronel Macedo	SP	6353	DRF - Sorocaba (SP)
08	Corumbataí	SP	6355	DRF - Piracicaba (SP)
08	Cosmópolis	SP	6357	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Cosmorama	SP	6359	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Cotia	SP	6361	Delex - São Paulo (SP)
08	Cravinhos	SP	6363	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Cristais Paulista	SP	6365	DRF - Franca (SP)
08	Cruzália	SP	6367	DRF - Marília (SP)
08	Cruzeiro	SP	6369	DRF - Taubaté (SP)
08	Cubatão	SP	6371	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Cunha	SP	6373	DRF - Taubaté (SP)
08	Descalvado	SP	6375	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Diadema	SP	6377	Delex - São Paulo (SP)
08	Dirce Reis	SP	7249	DRF - Araçatuba (SP)
08	Divinolândia	SP	6379	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Dobrada	SP	6381	DRF - Araraquara (SP)
08	Dois Córregos	SP	6383	DRF - Bauru (SP)
08	Dolcinópolis	SP	6385	DRF - Araçatuba (SP)
08	Dourado	SP	6387	DRF - Araraquara (SP)
08	Dracena	SP	6389	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Duartina	SP	6391	DRF - Bauru (SP)
08	Dumont	SP	6393	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Echaporã	SP	6395	DRF - Marília (SP)
08	Eldorado	SP	6397	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Elias Fausto	SP	6399	DRF - Piracicaba (SP)
08	Elisiário	SP	2975	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Embaúba	SP	7251	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Embu das Artes	SP	6401	Delex - São Paulo (SP)
08	Embu-Guaçu	SP	6403	Delex - São Paulo (SP)
08	Emilianópolis	SP	2961	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Engenheiro Coelho	SP	2949	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Espírito Santo do Pinhal	SP	6865	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Espírito Santo do Turvo	SP	7253	DRF - Marília (SP)
08	Estiva Gerbi	SP	2959	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Estrela do Norte	SP	6407	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Estrela d"Oeste	SP	6405	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Euclides da Cunha Paulista	SP	7255	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Fartura	SP	6409	DRF - Marília (SP)
08	Fernando Prestes	SP	6413	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Fernandópolis	SP	6411	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Fernão	SP	796	DRF - Marília (SP)
08	Ferraz de Vasconcelos	SP	6415	Delex - São Paulo (SP)
08	Flora Rica	SP	6417	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Floreal	SP	6419	DRF - Araçatuba (SP)
08	Flórida Paulista	SP	6421	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Florínia	SP	6423	DRF - Marília (SP)
08	Franca	SP	6425	DRF - Franca (SP)
08	Francisco Morato	SP	6427	DRF - Jundiaí (SP)
08	Franco da Rocha	SP	6429	DRF - Jundiaí (SP)
08	Gabriel Monteiro	SP	6431	DRF - Araçatuba (SP)
08	Gália	SP	6433	DRF - Marília (SP)
08	Garça	SP	6435	DRF - Marília (SP)
08	Gastão Vidigal	SP	6437	DRF - Araçatuba (SP)
08	Gavião Peixoto	SP	798	DRF - Araraquara (SP)
08	General Salgado	SP	6439	DRF - Araçatuba (SP)
08	Getulina	SP	6441	DRF - Araçatuba (SP)
08	Glicério	SP	6443	DRF - Araçatuba (SP)
08	Guaiçara	SP	6445	DRF - Araçatuba (SP)
08	Guaimbê	SP	6447	DRF - Marília (SP)
08	Guaíra	SP	6449	DRF - Franca (SP)
08	Guapiaçu	SP	6451	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Guapiara	SP	6453	DRF - Sorocaba (SP)
08	Guará	SP	6455	DRF - Franca (SP)
08	Guaraçaí	SP	6457	DRF - Araçatuba (SP)
08	Guaraci	SP	6459	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Guarani d"Oeste	SP	6461	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Guarantã	SP	6463	DRF - Araçatuba (SP)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

08	Guararapes	SP	6465	DRF - Araçatuba (SP)
08	Guararema	SP	6467	DRF - São José dos Campos (SP)
08	Guaratinguetá	SP	6469	DRF - Taubaté (SP)
08	Guareí	SP	6471	DRF - Sorocaba (SP)
08	Guariba	SP	6473	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Guarujá	SP	6475	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Guarulhos	SP	6477	Delex - São Paulo (SP)
08	Guatapará	SP	7257	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Guzolândia	SP	6479	DRF - Araçatuba (SP)
08	Herculândia	SP	6481	DRF - Marília (SP)
08	Holambra	SP	2953	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Hortolândia	SP	2951	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Iacanga	SP	6483	DRF - Bauru (SP)
08	Iacri	SP	6485	DRF - Marília (SP)
08	Iaras	SP	7259	DRF - Bauru (SP)
08	Ibaté	SP	6487	DRF - Araraquara (SP)
08	Ibirá	SP	6489	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Ibirarema	SP	6491	DRF - Marília (SP)
08	Ibitinga	SP	6493	DRF - Araraquara (SP)
08	Ibiúna	SP	6495	DRF - Sorocaba (SP)
08	Icém	SP	6497	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Iepê	SP	6499	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Igaraçu do Tietê	SP	6501	DRF - Bauru (SP)
08	Igarapava	SP	6503	DRF - Franca (SP)
08	Igaratá	SP	6505	DRF - São José dos Campos (SP)
08	Iguape	SP	6507	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Ilha Comprida	SP	2969	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Ilha Solteira	SP	2943	DRF - Araçatuba (SP)
08	Ilhabela	SP	6509	IRF - São Sebastião (SP)
08	Indaiatuba	SP	6511	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Indiana	SP	6513	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Indiaporã	SP	6515	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Inúbia Paulista	SP	6517	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Ipaussu	SP	6519	DRF - Marília (SP)
08	Iperó	SP	6521	DRF - Sorocaba (SP)
08	Ipeúna	SP	6523	DRF - Piracicaba (SP)
08	Ipiguá	SP	800	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Iporanga	SP	6525	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Ipuã	SP	6527	DRF - Franca (SP)
08	Iracemápolis	SP	6529	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Irapuã	SP	6531	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Irapuru	SP	6533	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Itaberá	SP	6535	DRF - Sorocaba (SP)
08	Itaí	SP	6537	DRF - Bauru (SP)
08	Itajobi	SP	6539	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Itaju	SP	6541	DRF - Bauru (SP)
08	Itanhaém	SP	6543	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Itaóca	SP	3053	DRF - Sorocaba (SP)
08	Itapecerica da Serra	SP	6545	Delex - São Paulo (SP)
08	Itapetininga	SP	6547	DRF - Sorocaba (SP)
08	Itapeva	SP	6549	DRF - Sorocaba (SP)
08	Itapevi	SP	6551	Delex - São Paulo (SP)
08	Itapira	SP	6553	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Itapirapuã Paulista	SP	3055	DRF - Sorocaba (SP)
08	Itápolis	SP	6555	DRF - Araraquara (SP)
08	Itaporanga	SP	6557	DRF - Sorocaba (SP)
08	Itapuí	SP	6559	DRF - Bauru (SP)
08	Itapura	SP	6561	DRF - Araçatuba (SP)
08	Itaquaquecetuba	SP	6563	Delex - São Paulo (SP)
08	Itararé	SP	6565	DRF - Sorocaba (SP)
08	Itariri	SP	6567	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Itatiba	SP	6569	DRF - Jundiaí (SP)
08	Itatinga	SP	6571	DRF - Bauru (SP)
08	Itirapina	SP	6573	DRF - Piracicaba (SP)
08	Itirapuã	SP	6575	DRF - Franca (SP)
08	Itobi	SP	6577	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Itu	SP	6579	DRF - Sorocaba (SP)
08	Itupeva	SP	6581	DRF - Jundiaí (SP)
08	Ituverava	SP	6583	DRF - Franca (SP)
08	Jaborandi	SP	6585	DRF - Franca (SP)
08	Jaboticabal	SP	6587	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Jacareí	SP	6589	DRF - São José dos Campos (SP)
08	Jaci	SP	6591	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Jacupiranga	SP	6593	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Jaguariúna	SP	6595	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Jales	SP	6597	DRF - Araçatuba (SP)
08	Jambeiro	SP	6599	DRF - Taubaté (SP)
08	Jandira	SP	6601	Delex - São Paulo (SP)
08	Jardinópolis	SP	6603	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Jarinu	SP	6605	DRF - Jundiaí (SP)
08	Jaú	SP	6607	DRF - Bauru (SP)
08	Jeriquara	SP	6609	DRF - Franca (SP)
08	Joanópolis	SP	6611	DRF - Jundiaí (SP)
08	João Ramalho	SP	6613	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	José Bonifácio	SP	6615	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Júlio Mesquita	SP	6617	DRF - Marília (SP)
08	Jumirim	SP	802	DRF - Piracicaba (SP)
08	Jundiaí	SP	6619	DRF - Jundiaí (SP)
08	Junqueirópolis	SP	6621	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Juquiá	SP	6623	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Juquitiba	SP	6625	Delex - São Paulo (SP)
08	Lagoinha	SP	6627	DRF - Taubaté (SP)
08	Laranjal Paulista	SP	6629	DRF - Piracicaba (SP)
08	Lavínia	SP	6631	DRF - Araçatuba (SP)
08	Lavrinhas	SP	6633	DRF - Taubaté (SP)
08	Leme	SP	6635	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Lençóis Paulista	SP	6637	DRF - Bauru (SP)
08	Limeira	SP	6639	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Lindóia	SP	6641	DRF - Jundiaí (SP)
08	Lins	SP	6643	DRF - Araçatuba (SP)
08	Lorena	SP	6645	DRF - Taubaté (SP)
08	Lourdes	SP	2937	DRF - Araçatuba (SP)
08	Louveira	SP	6647	DRF - Jundiaí (SP)
08	Lucélia	SP	6649	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Lucianópolis	SP	6651	DRF - Bauru (SP)
08	Luís Antônio	SP	6653	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Luiziânia	SP	6655	DRF - Araçatuba (SP)
08	Lupércio	SP	6657	DRF - Marília (SP)
08	Lutécia	SP	6659	DRF - Marília (SP)
08	Macatuba	SP	6661	DRF - Bauru (SP)
08	Macaubal	SP	6663	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Macedônia	SP	6665	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Magda	SP	6667	DRF - Araçatuba (SP)
08	Mairinque	SP	6669	DRF - Sorocaba (SP)
08	Mairiporã	SP	6671	DRF - Jundiaí (SP)
08	Manduri	SP	6673	DRF - Marília (SP)
08	Marabá Paulista	SP	6675	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Maracaí	SP	6677	DRF - Marília (SP)
08	Marapoama	SP	2977	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Mariápolis	SP	6679	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Marília	SP	6681	DRF - Marília (SP)
08	Marinópolis	SP	6683	DRF - Araçatuba (SP)
08	Martinópolis	SP	6685	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Matão	SP	6687	DRF - Araraquara (SP)
08	Mauá	SP	6689	Delex - São Paulo (SP)
08	Mendonça	SP	6691	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Meridiano	SP	6693	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Mesópolis	SP	2983	DRF - Araçatuba (SP)
08	Miguelópolis	SP	6695	DRF - Franca (SP)
08	Mineiros do Tietê	SP	6697	DRF - Bauru (SP)
08	Mira Estrela	SP	6701	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Miracatu	SP	6699	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Mirandópolis	SP	6703	DRF - Araçatuba (SP)
08	Mirante do Paranapanema	SP	6705	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Mirassol	SP	6707	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Mirassolândia	SP	6709	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Mococa	SP	6711	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Mogi das Cruzes	SP	6713	DRF - São José dos Campos (SP)
08	Mogi Guaçu	SP	6715	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Mogi Mirim	SP	6717	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Mombuca	SP	6719	DRF - Piracicaba (SP)
08	Monções	SP	6721	DRF - Araçatuba (SP)
08	Mongaguá	SP	6723	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Monte Alegre do Sul	SP	6725	DRF - Jundiaí (SP)
08	Monte Alto	SP	6727	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Monte Aprazível	SP	6729	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Monte Azul Paulista	SP	6731	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Monte Castelo	SP	6733	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Monte Mor	SP	6737	DRF - Piracicaba (SP)
08	Monteiro Lobato	SP	6735	DRF - São José dos Campos (SP)
08	Morro Agudo	SP	6739	DRF - Franca (SP)
08	Morungaba	SP	6741	DRF - Jundiaí (SP)
08	Motuca	SP	7263	DRF - Araraquara (SP)
08	Murutinga do Sul	SP	6743	DRF - Araçatuba (SP)
08	Nantes	SP	804	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Narandiba	SP	6745	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Natividade da Serra	SP	6747	DRF - Taubaté (SP)
08	Nazaré Paulista	SP	6749	DRF - Jundiaí (SP)
08	Neves Paulista	SP	6751	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Nhandeara	SP	6753	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Nipoã	SP	6755	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Nova Aliança	SP	6757	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Nova Campina	SP	3061	DRF - Sorocaba (SP)
08	Nova Canaã Paulista	SP	2985	DRF - Araçatuba (SP)
08	Nova Castilho	SP	806	DRF - Araçatuba (SP)
08	Nova Europa	SP	6759	DRF - Araraquara (SP)
08	Nova Granada	SP	6761	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Nova Guataporanga	SP	6763	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Nova Independência	SP	6765	DRF - Araçatuba (SP)
08	Nova Luzitânia	SP	6767	DRF - Araçatuba (SP)
08	Nova Odessa	SP	6769	DRF - Piracicaba (SP)
08	Novais	SP	2979	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Novo Horizonte	SP	6771	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Nuporanga	SP	6773	DRF - Franca (SP)
08	Ocauçu	SP	6775	DRF - Marília (SP)
08	Óleo	SP	6777	DRF - Marília (SP)
08	Olímpia	SP	6779	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Onda Verde	SP	6781	DRF - São José do Rio Preto (SP)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

08	Oriente	SP	6783	DRF - Marília (SP)
08	Orindiúva	SP	6785	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Orlândia	SP	6787	DRF - Franca (SP)
08	Osasco	SP	6789	Delex - São Paulo (SP)
08	Oscar Bressane	SP	6791	DRF - Marília (SP)
08	Osvaldo Cruz	SP	6793	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Ourinhos	SP	6795	DRF - Marília (SP)
08	Ouro Verde	SP	6797	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Ouroeste	SP	808	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Pacaembu	SP	6799	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Palestina	SP	6801	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Palmares Paulista	SP	6803	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Palmeira d"Oeste	SP	6805	DRF - Araçatuba (SP)
08	Palmital	SP	6807	DRF - Marília (SP)
08	Panorama	SP	6809	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Paraguaçu Paulista	SP	6811	DRF - Marília (SP)
08	Paraibuna	SP	6813	DRF - São José dos Campos (SP)
08	Paraíso	SP	6815	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Paranapanema	SP	6817	DRF - Sorocaba (SP)
08	Paranapuã	SP	6819	DRF - Araçatuba (SP)
08	Parapuã	SP	6821	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Pardinho	SP	6823	DRF - Bauru (SP)
08	Pariquera-Açu	SP	6825	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Parisi	SP	2989	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Patrocínio Paulista	SP	6827	DRF - Franca (SP)
08	Paulicéia	SP	6829	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Paulínia	SP	6831	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Paulistânia	SP	810	DRF - Bauru (SP)
08	Paulo de Faria	SP	6833	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Pederneiras	SP	6835	DRF - Bauru (SP)
08	Pedra Bela	SP	6837	DRF - Jundiaí (SP)
08	Pedranópolis	SP	6839	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Pedregulho	SP	6841	DRF - Franca (SP)
08	Pedreira	SP	6843	DRF - Jundiaí (SP)
08	Pedrinhas Paulista	SP	2963	DRF - Marília (SP)
08	Pedro de Toledo	SP	6845	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Penápolis	SP	6847	DRF - Araçatuba (SP)
08	Pereira Barreto	SP	6849	DRF - Araçatuba (SP)
08	Pereiras	SP	6851	DRF - Piracicaba (SP)
08	Peruíbe	SP	6853	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Piacatu	SP	6855	DRF - Araçatuba (SP)
08	Piedade	SP	6857	DRF - Sorocaba (SP)
08	Pilar do Sul	SP	6859	DRF - Sorocaba (SP)
08	Pindamonhangaba	SP	6861	DRF - Taubaté (SP)
08	Pindorama	SP	6863	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Pinhalzinho	SP	6867	DRF - Jundiaí (SP)
08	Piquerobi	SP	6869	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Piquete	SP	6871	DRF - Taubaté (SP)
08	Piracaia	SP	6873	DRF - Jundiaí (SP)
08	Piracicaba	SP	6875	DRF - Piracicaba (SP)
08	Piraju	SP	6877	DRF - Marília (SP)
08	Pirajuí	SP	6879	DRF - Araçatuba (SP)
08	Pirangi	SP	6881	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Pirapora do Bom Jesus	SP	6883	Delex - São Paulo (SP)
08	Pirapozinho	SP	6885	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Pirassununga	SP	6887	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Piratininga	SP	6889	DRF - Bauru (SP)
08	Pitangueiras	SP	6891	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Planalto	SP	6893	DRF - Araçatuba (SP)
08	Platina	SP	6895	DRF - Marília (SP)
08	Poá	SP	6897	Delex - São Paulo (SP)
08	Poloni	SP	6899	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Pompéia	SP	6901	DRF - Marília (SP)
08	Pongaí	SP	6903	DRF - Araçatuba (SP)
08	Pontal	SP	6905	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Pontalinda	SP	2987	DRF - Araçatuba (SP)
08	Pontes Gestal	SP	6907	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Populina	SP	6909	DRF - Araçatuba (SP)
08	Porangaba	SP	6911	DRF - Sorocaba (SP)
08	Porto Feliz	SP	6913	DRF - Sorocaba (SP)
08	Porto Ferreira	SP	6915	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Potim	SP	2993	DRF - Taubaté (SP)
08	Potirendaba	SP	6917	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Pracinha	SP	812	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Pradópolis	SP	6919	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Praia Grande	SP	6921	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Pratânia	SP	814	DRF - Bauru (SP)
08	Presidente Alves	SP	6923	DRF - Bauru (SP)
08	Presidente Bernardes	SP	6925	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Presidente Epitácio	SP	6927	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Presidente Prudente	SP	6929	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Presidente Venceslau	SP	6931	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Promissão	SP	6933	DRF - Araçatuba (SP)
08	Quadra	SP	816	DRF - Sorocaba (SP)
08	Quatá	SP	6935	DRF - Marília (SP)
08	Queiroz	SP	6937	DRF - Marília (SP)
08	Queluz	SP	6939	DRF - Taubaté (SP)
08	Quintana	SP	6941	DRF - Marília (SP)
08	Rafard	SP	6943	DRF - Piracicaba (SP)
08	Rancharia	SP	6945	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Redenção da Serra	SP	6947	DRF - Taubaté (SP)
08	Regente Feijó	SP	6949	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Reginópolis	SP	6951	DRF - Bauru (SP)
08	Registro	SP	6953	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Restinga	SP	6955	DRF - Franca (SP)
08	Ribeira	SP	6957	DRF - Sorocaba (SP)
08	Ribeirão Bonito	SP	6959	DRF - Araraquara (SP)
08	Ribeirão Branco	SP	6961	DRF - Sorocaba (SP)
08	Ribeirão Corrente	SP	6963	DRF - Franca (SP)
08	Ribeirão do Sul	SP	6965	DRF - Marília (SP)
08	Ribeirão dos Índios	SP	818	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Ribeirão Grande	SP	3057	DRF - Sorocaba (SP)
08	Ribeirão Pires	SP	6967	Delex - São Paulo (SP)
08	Ribeirão Preto	SP	6969	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Rifaina	SP	6973	DRF - Franca (SP)
08	Rincão	SP	6975	DRF - Araraquara (SP)
08	Rinópolis	SP	6977	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Rio Claro	SP	6979	DRF - Piracicaba (SP)
08	Rio das Pedras	SP	6981	DRF - Piracicaba (SP)
08	Rio Grande da Serra	SP	6983	Delex - São Paulo (SP)
08	Riolândia	SP	6985	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Riversul	SP	6971	DRF - Sorocaba (SP)
08	Rosana	SP	7265	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Roseira	SP	6987	DRF - Taubaté (SP)
08	Rubiácea	SP	6989	DRF - Araçatuba (SP)
08	Rubinéia	SP	6991	DRF - Araçatuba (SP)
08	Sabino	SP	6993	DRF - Araçatuba (SP)
08	Sagres	SP	6995	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Sales	SP	6997	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Sales Oliveira	SP	6999	DRF - Franca (SP)
08	Salesópolis	SP	7001	DRF - São José dos Campos (SP)
08	Salmourão	SP	7003	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Saltinho	SP	5445	DRF - Piracicaba (SP)
08	Salto	SP	7005	DRF - Sorocaba (SP)
08	Salto de Pirapora	SP	7007	DRF - Sorocaba (SP)
08	Salto Grande	SP	7009	DRF - Marília (SP)
08	Sandovalina	SP	7011	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Santa Adélia	SP	7013	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Santa Albertina	SP	7015	DRF - Araçatuba (SP)
08	Santa Bárbara d"Oeste	SP	7017	DRF - Piracicaba (SP)
08	Santa Branca	SP	7021	DRF - São José dos Campos (SP)
08	Santa Clara d"Oeste	SP	7023	DRF - Araçatuba (SP)
08	Santa Cruz da Conceição	SP	7025	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Santa Cruz da Esperança	SP	820	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Santa Cruz das Palmeiras	SP	7027	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Santa Cruz do Rio Pardo	SP	7029	DRF - Marília (SP)
08	Santa Ernestina	SP	7031	DRF - Araraquara (SP)
08	Santa Fé do Sul	SP	7033	DRF - Araçatuba (SP)
08	Santa Gertrudes	SP	7035	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Santa Isabel	SP	7037	DRF - São José dos Campos (SP)
08	Santa Lúcia	SP	7039	DRF - Araraquara (SP)
08	Santa Maria da Serra	SP	7041	DRF - Piracicaba (SP)
08	Santa Mercedes	SP	7043	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Santa Rita do Passa Quatro	SP	7051	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Santa Rita d"Oeste	SP	7049	DRF - Araçatuba (SP)
08	Santa Rosa de Viterbo	SP	7053	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Santa Salete	SP	822	DRF - Araçatuba (SP)
08	Santana da Ponte Pensa	SP	7045	DRF - Araçatuba (SP)
08	Santana de Parnaíba	SP	7047	Delex - São Paulo (SP)
08	Santo Anastácio	SP	7055	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Santo André	SP	7057	Delex - São Paulo (SP)
08	Santo Antônio da Alegria	SP	7059	DRF - Franca (SP)
08	Santo Antônio de Posse	SP	7061	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Santo Antônio do Aracanguá	SP	2939	DRF - Araçatuba (SP)
08	Santo Antônio do Jardim	SP	7063	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Santo Antônio do Pinhal	SP	7065	DRF - Taubaté (SP)
08	Santo Expedito	SP	7067	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Santópolis do Aguapeí	SP	7069	DRF - Araçatuba (SP)
08	Santos	SP	7071	ALF - Porto de Santos (SP)
08	São Bento do Sapucaí	SP	7073	DRF - Taubaté (SP)
08	São Bernardo do Campo	SP	7075	Delex - São Paulo (SP)
08	São Caetano do Sul	SP	7077	Delex - São Paulo (SP)
08	São Carlos	SP	7079	DRF - Araraquara (SP)
08	São Francisco	SP	7081	DRF - Araçatuba (SP)
08	São João da Boa Vista	SP	7083	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	São João das Duas Pontes	SP	7085	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	São João de Iracema	SP	2941	DRF - Araçatuba (SP)
08	São João do Pau d"Alho	SP	7087	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	São Joaquim da Barra	SP	7089	DRF - Franca (SP)
08	São José da Bela Vista	SP	7091	DRF - Franca (SP)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

08	São José do Barreiro	SP	7093	DRF - Taubaté (SP)
08	São José do Rio Pardo	SP	7095	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	São José do Rio Preto	SP	7097	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	São José dos Campos	SP	7099	DRF - São José dos Campos (SP)
08	São Lourenço da Serra	SP	5447	Delex - São Paulo (SP)
08	São Luís do Paraitinga	SP	7101	DRF - Taubaté (SP)
08	São Manuel	SP	7103	DRF - Bauru (SP)
08	São Miguel Arcanjo	SP	7105	DRF - Sorocaba (SP)
08	São Paulo	SP	7107	Delex - São Paulo (SP)
08	São Pedro	SP	7109	DRF - Piracicaba (SP)
08	São Pedro do Turvo	SP	7111	DRF - Marília (SP)
08	São Roque	SP	7113	DRF - Sorocaba (SP)
08	São Sebastião	SP	7115	IRF - São Sebastião (SP)
08	São Sebastião da Grama	SP	7117	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	São Simão	SP	7119	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	São Vicente	SP	7121	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Sarapuí	SP	7123	DRF - Sorocaba (SP)
08	Sarutaiá	SP	7125	DRF - Marília (SP)
08	Sebastianópolis do Sul	SP	7127	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Serra Azul	SP	7129	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Serra Negra	SP	7133	DRF - Jundiaí (SP)
08	Serrana	SP	7131	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Sertãozinho	SP	7135	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Sete Barras	SP	7137	ALF - Porto de Santos (SP)
08	Severínia	SP	7139	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Silveiras	SP	7141	DRF - Taubaté (SP)
08	Socorro	SP	7143	DRF - Jundiaí (SP)
08	Sorocaba	SP	7145	DRF - Sorocaba (SP)
08	Sud Mennucci	SP	7147	DRF - Araçatuba (SP)
08	Sumaré	SP	7149	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Suzanápolis	SP	2945	DRF - Araçatuba (SP)
08	Suzano	SP	7151	Delex - São Paulo (SP)
08	Tabapuã	SP	7153	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Tabatinga	SP	7155	DRF - Araraquara (SP)
08	Taboão da Serra	SP	7157	Delex - São Paulo (SP)
08	Taciba	SP	7159	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Taguaí	SP	7161	DRF - Marília (SP)
08	Taiaçu	SP	7163	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Taiúva	SP	7165	DRF - Araraquara (SP)
08	Tambaú	SP	7167	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Tanabi	SP	7169	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Tapiraí	SP	7171	DRF - Sorocaba (SP)
08	Tapiratiba	SP	7173	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Taquaral	SP	824	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Taquaritinga	SP	7175	DRF - Araraquara (SP)
08	Taquarituba	SP	7177	DRF - Marília (SP)
08	Taquarivaí	SP	3063	DRF - Sorocaba (SP)
08	Tarabai	SP	7179	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Tarumã	SP	7267	DRF - Marília (SP)
08	Tatuí	SP	7181	DRF - Sorocaba (SP)
08	Taubaté	SP	7183	DRF - Taubaté (SP)
08	Tejupá	SP	7185	DRF - Marília (SP)
08	Teodoro Sampaio	SP	7187	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Terra Roxa	SP	7189	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Tietê	SP	7191	DRF - Piracicaba (SP)
08	Timburi	SP	7193	DRF - Marília (SP)
08	Torre de Pedra	SP	3227	DRF - Sorocaba (SP)
08	Torrinha	SP	7195	DRF - Bauru (SP)
08	Trabiju	SP	826	DRF - Araraquara (SP)
08	Tremembé	SP	7197	DRF - Taubaté (SP)
08	Três Fronteiras	SP	7199	DRF - Araçatuba (SP)
08	Tuiuti	SP	2955	DRF - Jundiaí (SP)
08	Tupã	SP	7201	DRF - Marília (SP)
08	Tupi Paulista	SP	7203	DRF - Presidente Prudente (SP)
08	Turiúba	SP	7205	DRF - Araçatuba (SP)
08	Turmalina	SP	7207	DRF - Araçatuba (SP)
08	Ubarana	SP	2971	DRF - Araçatuba (SP)
08	Ubatuba	SP	7209	DRF - Taubaté (SP)
08	Ubirajara	SP	7211	DRF - Bauru (SP)
08	Uchoa	SP	7213	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	União Paulista	SP	7215	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Urânia	SP	7217	DRF - Araçatuba (SP)
08	Uru	SP	7219	DRF - Araçatuba (SP)
08	Urupês	SP	7221	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Valentim Gentil	SP	7223	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Valinhos	SP	7225	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Valparaíso	SP	7227	DRF - Araçatuba (SP)
08	Vargem	SP	2957	DRF - Jundiaí (SP)
08	Vargem Grande do Sul	SP	7231	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Vargem Grande Paulista	SP	7273	Delex - São Paulo (SP)
08	Várzea Paulista	SP	7233	DRF - Jundiaí (SP)
08	Vera Cruz	SP	7235	DRF - Marília (SP)
08	Vinhedo	SP	7237	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos (SP)
08	Viradouro	SP	7239	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Vista Alegre do Alto	SP	7241	DRF - Ribeirão Preto (SP)
08	Vitória Brasil	SP	828	DRF - Araçatuba (SP)
08	Votorantim	SP	7243	DRF - Sorocaba (SP)
08	Votuporanga	SP	7245	DRF - São José do Rio Preto (SP)
08	Zacarias	SP	2973	DRF - Araçatuba (SP)

	9ª Região Fiscal			
09	Abatiá	PR	7401	ALF - Curitiba (PR)
09	Abdon Batista	SC	9939	ALF - Florianópolis (SC)
09	Abelardo Luz	SC	8001	ALF - Florianópolis (SC)
09	Adrianópolis	PR	7403	ALF - Curitiba (PR)
09	Agrolândia	SC	8003	ALF - Florianópolis (SC)
09	Agronômica	SC	8005	ALF - Florianópolis (SC)
09	Água Doce	SC	8007	ALF - Florianópolis (SC)
09	Águas de Chapecó	SC	8009	ALF - Florianópolis (SC)
09	Águas Frias	SC	5577	ALF - Florianópolis (SC)
09	Águas Mornas	SC	8011	ALF - Florianópolis (SC)
09	Agudos do Sul	PR	7405	ALF - Curitiba (PR)
09	Alfredo Wagner	SC	8013	ALF - Florianópolis (SC)
09	Almirante Tamandaré	PR	7407	ALF - Curitiba (PR)
09	Altamira do Paraná	PR	8455	ALF - Curitiba (PR)
09	Alto Bela Vista	SC	886	ALF - Florianópolis (SC)
09	Alto Paraíso	PR	5523	ALF - Curitiba (PR)
09	Alto Paraná	PR	7409	ALF - Curitiba (PR)
09	Alto Piquiri	PR	7411	ALF - Curitiba (PR)
09	Altônia	PR	7951	ALF - Curitiba (PR)
09	Alvorada do Sul	PR	7413	ALF - Curitiba (PR)
09	Amaporã	PR	7415	ALF - Curitiba (PR)
09	Ampére	PR	7417	ALF - Curitiba (PR)
09	Anahy	PR	5463	ALF - Curitiba (PR)
09	Anchieta	SC	8015	ALF - Florianópolis (SC)
09	Andirá	PR	7419	ALF - Curitiba (PR)
09	Angelina	SC	8017	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ângulo	PR	5509	ALF - Curitiba (PR)
09	Anita Garibaldi	SC	8019	ALF - Florianópolis (SC)
09	Anitápolis	SC	8021	ALF - Florianópolis (SC)
09	Antonina	PR	7421	ALF - Curitiba (PR)
09	Antônio Carlos	SC	8023	ALF - Florianópolis (SC)
09	Antônio Olinto	PR	7423	ALF - Florianópolis (SC)
09	Apiúna	SC	9941	ALF - Florianópolis (SC)
09	Apucarana	PR	7425	ALF - Curitiba (PR)
09	Arabutã	SC	5597	ALF - Florianópolis (SC)
09	Arapongas	PR	7427	ALF - Curitiba (PR)
09	Arapoti	PR	7429	ALF - Curitiba (PR)
09	Arapuã	PR	830	ALF - Curitiba (PR)
09	Araquari	SC	8025	ALF - Florianópolis (SC)
09	Araranguá	SC	8027	ALF - Florianópolis (SC)
09	Araruna	PR	7431	ALF - Curitiba (PR)
09	Araucária	PR	7435	ALF - Curitiba (PR)
09	Ariranha do Ivaí	PR	832	ALF - Curitiba (PR)
09	Armazém	SC	8029	ALF - Florianópolis (SC)
09	Arroio Trinta	SC	8031	ALF - Florianópolis (SC)
09	Arvoredo	SC	5599	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ascurra	SC	8033	ALF - Florianópolis (SC)
09	Assaí	PR	7437	ALF - Curitiba (PR)
09	Assis Chateaubriand	PR	7953	ALF - Curitiba (PR)
09	Astorga	PR	7439	ALF - Curitiba (PR)
09	Atalaia	PR	7441	ALF - Curitiba (PR)
09	Atalanta	SC	8035	ALF - Florianópolis (SC)
09	Aurora	SC	8037	ALF - Florianópolis (SC)
09	Balneário Arroio do Silva	SC	888	ALF - Florianópolis (SC)
09	Balneário Barra do Sul	SC	5549	ALF - Florianópolis (SC)
09	Balneário Camboriú	SC	8039	ALF - Florianópolis (SC)
09	Balneário de Piçarras	SC	8251	ALF - Florianópolis (SC)
09	Balneário Gaivota	SC	890	ALF - Florianópolis (SC)
09	Balneário Rincão	SC	1192	ALF - Florianópolis (SC)
09	Balsa Nova	PR	7443	ALF - Curitiba (PR)
09	Bandeirante	SC	892	ALF - Florianópolis (SC)
09	Bandeirantes	PR	7445	ALF - Curitiba (PR)
09	Barbosa Ferraz	PR	7447	ALF - Curitiba (PR)
09	Barra Bonita	SC	894	ALF - Florianópolis (SC)
09	Barra do Jacaré	PR	7451	ALF - Curitiba (PR)
09	Barra Velha	SC	8041	ALF - Florianópolis (SC)
09	Barracão	PR	7449	ALF - Florianópolis (SC)
09	Bela Vista da Caroba	PR	834	ALF - Curitiba (PR)
09	Bela Vista do Paraíso	PR	7453	ALF - Curitiba (PR)
09	Bela Vista do Toldo	SC	896	ALF - Florianópolis (SC)
09	Belmonte	SC	5745	ALF - Florianópolis (SC)
09	Benedito Novo	SC	8043	ALF - Florianópolis (SC)
09	Biguaçu	SC	8045	ALF - Florianópolis (SC)
09	Bituruna	PR	7455	ALF - Curitiba (PR)
09	Blumenau	SC	8047	ALF - Florianópolis (SC)
09	Boa Esperança	PR	7457	ALF - Curitiba (PR)
09	Boa Esperança do Iguaçu	PR	5471	ALF - Curitiba (PR)
09	Boa Ventura de São Roque	PR	836	ALF - Curitiba (PR)
09	Boa Vista da Aparecida	PR	7981	ALF - Curitiba (PR)
09	Bocaina do Sul	SC	898	ALF - Florianópolis (SC)
09	Bocaiúva do Sul	PR	7459	ALF - Curitiba (PR)
09	Bom Jardim da Serra	SC	8389	ALF - Florianópolis (SC)
09	Bom Jesus	SC	900	ALF - Florianópolis (SC)
09	Bom Jesus do Oeste	SC	902	ALF - Florianópolis (SC)
09	Bom Jesus do Sul	PR	838	ALF - Florianópolis (SC)
09	Bom Retiro	SC	8049	ALF - Florianópolis (SC)
09	Bom Sucesso	PR	7461	ALF - Curitiba (PR)
09	Bom Sucesso do Sul	PR	9979	ALF - Curitiba (PR)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09	Bombinhas	SC	5537	ALF - Florianópolis (SC)
09	Borrazópolis	PR	7463	ALF - Curitiba (PR)
09	Botuverá	SC	8051	ALF - Florianópolis (SC)
09	Braço do Norte	SC	8053	ALF - Florianópolis (SC)
09	Braço do Trombudo	SC	5557	ALF - Florianópolis (SC)
09	Braganey	PR	7983	ALF - Curitiba (PR)
09	Brasilândia do Sul	PR	5521	ALF - Curitiba (PR)
09	Brunópolis	SC	904	ALF - Florianópolis (SC)
09	Brusque	SC	8055	ALF - Florianópolis (SC)
09	Caçador	SC	8057	ALF - Florianópolis (SC)
09	Cafeara	PR	7465	ALF - Curitiba (PR)
09	Cafelândia	PR	7985	ALF - Curitiba (PR)
09	Cafezal do Sul	PR	5491	ALF - Curitiba (PR)
09	Caibi	SC	8059	ALF - Florianópolis (SC)
09	Califórnia	PR	7467	ALF - Curitiba (PR)
09	Calmon	SC	5553	ALF - Florianópolis (SC)
09	Cambará	PR	7469	ALF - Curitiba (PR)
09	Cambé	PR	7471	ALF - Curitiba (PR)
09	Cambira	PR	7473	ALF - Curitiba (PR)
09	Camboriú	SC	8061	ALF - Florianópolis (SC)
09	Campina da Lagoa	PR	7475	ALF - Curitiba (PR)
09	Campina do Simão	PR	840	ALF - Curitiba (PR)
09	Campina Grande do Sul	PR	7477	ALF - Curitiba (PR)
09	Campo Alegre	SC	8063	ALF - Florianópolis (SC)
09	Campo Belo do Sul	SC	8065	ALF - Florianópolis (SC)
09	Campo Bonito	PR	8475	ALF - Curitiba (PR)
09	Campo do Tenente	PR	7479	ALF - Florianópolis (SC)
09	Campo Erê	SC	8067	ALF - Florianópolis (SC)
09	Campo Largo	PR	7481	ALF - Curitiba (PR)
09	Campo Magro	PR	842	ALF - Curitiba (PR)
09	Campo Mourão	PR	7483	ALF - Curitiba (PR)
09	Campos Novos	SC	8069	ALF - Florianópolis (SC)
09	Cândido de Abreu	PR	7485	ALF - Curitiba (PR)
09	Candói	PR	5499	ALF - Curitiba (PR)
09	Canelinha	SC	8071	ALF - Florianópolis (SC)
09	Canoinhas	SC	8073	ALF - Florianópolis (SC)
09	Cantagalo	PR	8451	ALF - Curitiba (PR)
09	Capanema	PR	7487	ALF - Curitiba (PR)
09	Capão Alto	SC	906	ALF - Florianópolis (SC)
09	Capinzal	SC	8075	ALF - Florianópolis (SC)
09	Capitão Leônidas Marques	PR	7489	ALF - Curitiba (PR)
09	Capivari de Baixo	SC	5545	ALF - Florianópolis (SC)
09	Carambeí	PR	844	ALF - Curitiba (PR)
09	Carlópolis	PR	7491	ALF - Curitiba (PR)
09	Cascavel	PR	7493	ALF - Curitiba (PR)
09	Castro	PR	7495	ALF - Curitiba (PR)
09	Catanduvas	PR	7497	ALF - Curitiba (PR)
09	Catanduvas	SC	8077	ALF - Florianópolis (SC)
09	Caxambu do Sul	SC	8079	ALF - Florianópolis (SC)
09	Celso Ramos	SC	9943	ALF - Florianópolis (SC)
09	Centenário do Sul	PR	7499	ALF - Curitiba (PR)
09	Cerro Azul	PR	7501	ALF - Curitiba (PR)
09	Cerro Negro	SC	5567	ALF - Florianópolis (SC)
09	Céu Azul	PR	7957	ALF - Curitiba (PR)
09	Chapadão do Lageado	SC	908	ALF - Florianópolis (SC)
09	Chapecó	SC	8081	ALF - Florianópolis (SC)
09	Chopinzinho	PR	7503	ALF - Curitiba (PR)
09	Cianorte	PR	7505	ALF - Curitiba (PR)
09	Cidade Gaúcha	PR	7507	ALF - Curitiba (PR)
09	Clevelândia	PR	7509	ALF - Curitiba (PR)
09	Cocal do Sul	SC	5543	ALF - Florianópolis (SC)
09	Colombo	PR	7513	ALF - Curitiba (PR)
09	Colorado	PR	7515	ALF - Curitiba (PR)
09	Concórdia	SC	8083	ALF - Florianópolis (SC)
09	Congonhinhas	PR	7517	ALF - Curitiba (PR)
09	Conselheiro Mairinck	PR	7519	ALF - Curitiba (PR)
09	Contenda	PR	7521	ALF - Curitiba (PR)
09	Corbélia	PR	7523	ALF - Curitiba (PR)
09	Cordilheira Alta	SC	5579	ALF - Florianópolis (SC)
09	Cornélio Procópio	PR	7525	ALF - Curitiba (PR)
09	Coronel Domingos Soares	PR	846	ALF - Curitiba (PR)
09	Coronel Freitas	SC	8085	ALF - Florianópolis (SC)
09	Coronel Martins	SC	5735	ALF - Florianópolis (SC)
09	Coronel Vivida	PR	7527	ALF - Curitiba (PR)
09	Correia Pinto	SC	8395	ALF - Florianópolis (SC)
09	Corumbataí do Sul	PR	8479	ALF - Curitiba (PR)
09	Corupá	SC	8087	ALF - Florianópolis (SC)
09	Criciúma	SC	8089	ALF - Florianópolis (SC)
09	Cruz Machado	PR	7533	ALF - Curitiba (PR)
09	Cruzeiro do Iguaçu	PR	5473	ALF - Curitiba (PR)
09	Cruzeiro do Oeste	PR	7529	ALF - Curitiba (PR)
09	Cruzeiro do Sul	PR	7531	ALF - Curitiba (PR)
09	Cruzmaltina	PR	848	ALF - Curitiba (PR)
09	Cunha Porã	SC	8091	ALF - Florianópolis (SC)
09	Cunhataí	SC	910	ALF - Florianópolis (SC)
09	Curitiba	PR	7535	ALF - Curitiba (PR)
09	Curitibanos	SC	8093	ALF - Florianópolis (SC)
09	Curiúva	PR	7537	ALF - Curitiba (PR)
09	Descanso	SC	8095	ALF - Florianópolis (SC)
09	Diamante do Norte	PR	7539	ALF - Curitiba (PR)
09	Diamante do Sul	PR	5465	ALF - Curitiba (PR)
09	Diamante d"Oeste	PR	9915	ALF - Curitiba (PR)
09	Dionísio Cerqueira	SC	8097	ALF - Florianópolis (SC)
09	Dois Vizinhos	PR	7541	ALF - Curitiba (PR)
09	Dona Emma	SC	8099	ALF - Florianópolis (SC)
09	Douradina	PR	8465	ALF - Curitiba (PR)
09	Doutor Camargo	PR	7543	ALF - Curitiba (PR)
09	Doutor Pedrinho	SC	9945	ALF - Florianópolis (SC)
09	Doutor Ulysses	PR	5449	ALF - Curitiba (PR)
09	Enéas Marques	PR	7545	ALF - Curitiba (PR)
09	Engenheiro Beltrão	PR	7547	ALF - Curitiba (PR)
09	Entre Rios	SC	912	ALF - Florianópolis (SC)
09	Entre Rios do Oeste	PR	5529	ALF - Curitiba (PR)
09	Ermo	SC	914	ALF - Florianópolis (SC)
09	Erval Velho	SC	8101	ALF - Florianópolis (SC)
09	Esperança Nova	PR	850	ALF - Curitiba (PR)
09	Espigão Alto do Iguaçu	PR	852	ALF - Curitiba (PR)
09	Farol	PR	5511	ALF - Curitiba (PR)
09	Faxinal	PR	7549	ALF - Curitiba (PR)
09	Faxinal dos Guedes	SC	8103	ALF - Florianópolis (SC)
09	Fazenda Rio Grande	PR	9983	ALF - Curitiba (PR)
09	Fênix	PR	7551	ALF - Curitiba (PR)
09	Fernandes Pinheiro	PR	854	ALF - Curitiba (PR)
09	Figueira	PR	8457	ALF - Curitiba (PR)
09	Flor da Serra do Sul	PR	5475	ALF - Curitiba (PR)
09	Flor do Sertão	SC	916	ALF - Florianópolis (SC)
09	Floraí	PR	7553	ALF - Curitiba (PR)
09	Floresta	PR	7555	ALF - Curitiba (PR)
09	Florestópolis	PR	7557	ALF - Curitiba (PR)
09	Florianópolis	SC	8105	ALF - Florianópolis (SC)
09	Flórida	PR	7559	ALF - Curitiba (PR)
09	Formosa do Oeste	PR	7561	ALF - Curitiba (PR)
09	Formosa do Sul	SC	5581	ALF - Florianópolis (SC)
09	Forquilhinha	SC	973	ALF - Florianópolis (SC)
09	Foz do Iguaçu	PR	7563	ALF - Curitiba (PR)
09	Foz do Jordão	PR	856	ALF - Curitiba (PR)
09	Fraiburgo	SC	8107	ALF - Florianópolis (SC)
09	Francisco Alves	PR	7977	ALF - Curitiba (PR)
09	Francisco Beltrão	PR	7565	ALF - Curitiba (PR)
09	Frei Rogério	SC	918	ALF - Florianópolis (SC)
09	Galvão	SC	8109	ALF - Florianópolis (SC)
09	Garopaba	SC	8113	ALF - Florianópolis (SC)
09	Garuva	SC	8115	ALF - Florianópolis (SC)
09	Gaspar	SC	8117	ALF - Florianópolis (SC)
09	General Carneiro	PR	7567	ALF - Curitiba (PR)
09	Godoy Moreira	PR	9947	ALF - Curitiba (PR)
09	Goioerê	PR	7569	ALF - Curitiba (PR)
09	Goioxim	PR	858	ALF - Curitiba (PR)
09	Governador Celso Ramos	SC	8111	ALF - Florianópolis (SC)
09	Grandes Rios	PR	7959	ALF - Curitiba (PR)
09	Grão Pará	SC	8119	ALF - Florianópolis (SC)
09	Gravatal	SC	8121	ALF - Florianópolis (SC)
09	Guabiruba	SC	8123	ALF - Florianópolis (SC)
09	Guaíra	PR	7571	ALF - Curitiba (PR)
09	Guairaçá	PR	7573	ALF - Curitiba (PR)
09	Guamiranga	PR	860	ALF - Curitiba (PR)
09	Guapirama	PR	7575	ALF - Curitiba (PR)
09	Guaporema	PR	7577	ALF - Curitiba (PR)
09	Guaraci	PR	7579	ALF - Curitiba (PR)
09	Guaraciaba	SC	8125	ALF - Florianópolis (SC)
09	Guaramirim	SC	8127	ALF - Florianópolis (SC)
09	Guaraniaçu	PR	7581	ALF - Curitiba (PR)
09	Guarapuava	PR	7583	ALF - Curitiba (PR)
09	Guaraqueçaba	PR	7585	ALF - Curitiba (PR)
09	Guaratuba	PR	7587	ALF - Curitiba (PR)
09	Guarujá do Sul	SC	8129	ALF - Florianópolis (SC)
09	Guatambú	SC	5583	ALF - Florianópolis (SC)
09	Herval d"Oeste	SC	8131	ALF - Florianópolis (SC)
09	Honório Serpa	PR	9981	ALF - Curitiba (PR)
09	Ibaiti	PR	7589	ALF - Curitiba (PR)
09	Ibema	PR	9949	ALF - Curitiba (PR)
09	Ibiam	SC	920	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ibicaré	SC	8133	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ibiporã	PR	7591	ALF - Curitiba (PR)
09	Ibirama	SC	8135	ALF - Florianópolis (SC)
09	Içara	SC	8137	ALF - Florianópolis (SC)
09	Icaraíma	PR	7593	ALF - Curitiba (PR)
09	Iguaraçu	PR	7595	ALF - Curitiba (PR)
09	Iguatu	PR	5467	ALF - Curitiba (PR)
09	Ilhota	SC	8139	ALF - Florianópolis (SC)
09	Imaruí	SC	8141	ALF - Florianópolis (SC)
09	Imbaú	PR	862	ALF - Curitiba (PR)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09	Imbituba	SC	8143	ALF - Florianópolis (SC)
09	Imbituva	PR	7597	ALF - Curitiba (PR)
09	Imbuia	SC	8145	ALF - Florianópolis (SC)
09	Inácio Martins	PR	7599	ALF - Curitiba (PR)
09	Inajá	PR	7601	ALF - Curitiba (PR)
09	Indaial	SC	8147	ALF - Florianópolis (SC)
09	Indianópolis	PR	7961	ALF - Curitiba (PR)
09	Iomerê	SC	922	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ipira	SC	8149	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ipiranga	PR	7603	ALF - Curitiba (PR)
09	Iporã	PR	7605	ALF - Curitiba (PR)
09	Iporã do Oeste	SC	9951	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ipuaçu	SC	5737	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ipumirim	SC	8151	ALF - Florianópolis (SC)
09	Iracema do Oeste	PR	5485	ALF - Curitiba (PR)
09	Iraceminha	SC	9953	ALF - Florianópolis (SC)
09	Irani	SC	8153	ALF - Florianópolis (SC)
09	Irati	PR	7607	ALF - Curitiba (PR)
09	Irati	SC	5585	ALF - Florianópolis (SC)
09	Iretama	PR	7609	ALF - Curitiba (PR)
09	Irineópolis	SC	8155	ALF - Curitiba (PR)
09	Itá	SC	8157	ALF - Florianópolis (SC)
09	Itaguajé	PR	7611	ALF - Curitiba (PR)
09	Itaiópolis	SC	8159	ALF - Florianópolis (SC)
09	Itaipulândia	PR	5525	ALF - Curitiba (PR)
09	Itajaí	SC	8161	ALF - Florianópolis (SC)
09	Itambaracá	PR	7613	ALF - Curitiba (PR)
09	Itambé	PR	7615	ALF - Curitiba (PR)
09	Itapejara d"Oeste	PR	7617	ALF - Curitiba (PR)
09	Itapema	SC	8163	ALF - Florianópolis (SC)
09	Itaperuçu	PR	5451	ALF - Curitiba (PR)
09	Itapiranga	SC	8165	ALF - Florianópolis (SC)
09	Itapoá	SC	9985	ALF - Florianópolis (SC)
09	Itaúna do Sul	PR	7619	ALF - Curitiba (PR)
09	Ituporanga	SC	8167	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ivaí	PR	7621	ALF - Curitiba (PR)
09	Ivaiporã	PR	7623	ALF - Curitiba (PR)
09	Ivaté	PR	9955	ALF - Curitiba (PR)
09	Ivatuba	PR	7625	ALF - Curitiba (PR)
09	Jaborá	SC	8169	ALF - Florianópolis (SC)
09	Jaboti	PR	7627	ALF - Curitiba (PR)
09	Jacarezinho	PR	7629	ALF - Curitiba (PR)
09	Jacinto Machado	SC	8171	ALF - Florianópolis (SC)
09	Jaguapitã	PR	7631	ALF - Curitiba (PR)
09	Jaguariaíva	PR	7633	ALF - Curitiba (PR)
09	Jaguaruna	SC	8173	ALF - Florianópolis (SC)
09	Jandaia do Sul	PR	7635	ALF - Curitiba (PR)
09	Janiópolis	PR	7637	ALF - Curitiba (PR)
09	Japira	PR	7639	ALF - Curitiba (PR)
09	Japurá	PR	7641	ALF - Curitiba (PR)
09	Jaraguá do Sul	SC	8175	ALF - Florianópolis (SC)
09	Jardim Alegre	PR	7643	ALF - Curitiba (PR)
09	Jardim Olinda	PR	7645	ALF - Curitiba (PR)
09	Jardinópolis	SC	5587	ALF - Florianópolis (SC)
09	Jataizinho	PR	7647	ALF - Curitiba (PR)
09	Jesuítas	PR	7997	ALF - Curitiba (PR)
09	Joaçaba	SC	8177	ALF - Florianópolis (SC)
09	Joaquim Távora	PR	7649	ALF - Curitiba (PR)
09	Joinville	SC	8179	ALF - Florianópolis (SC)
09	José Boiteux	SC	9957	ALF - Florianópolis (SC)
09	Jundiaí do Sul	PR	7651	ALF - Curitiba (PR)
09	Jupiá	SC	924	ALF - Florianópolis (SC)
09	Juranda	PR	8463	ALF - Curitiba (PR)
09	Jussara	PR	7653	ALF - Curitiba (PR)
09	Kaloré	PR	7655	ALF - Curitiba (PR)
09	Lacerdópolis	SC	8181	ALF - Florianópolis (SC)
09	Lages	SC	8183	ALF - Florianópolis (SC)
09	Laguna	SC	8185	ALF - Florianópolis (SC)
09	Lajeado Grande	SC	5739	ALF - Florianópolis (SC)
09	Lapa	PR	7657	ALF - Curitiba (PR)
09	Laranjal	PR	5501	ALF - Curitiba (PR)
09	Laranjeiras do Sul	PR	7659	ALF - Curitiba (PR)
09	Laurentino	SC	8187	ALF - Florianópolis (SC)
09	Lauro Muller	SC	8189	ALF - Florianópolis (SC)
09	Lebon Régis	SC	8191	ALF - Florianópolis (SC)
09	Leoberto Leal	SC	8193	ALF - Florianópolis (SC)
09	Leópolis	PR	7661	ALF - Curitiba (PR)
09	Lidianópolis	PR	5507	ALF - Curitiba (PR)
09	Lindoeste	PR	9959	ALF - Curitiba (PR)
09	Lindóia do Sul	SC	9961	ALF - Florianópolis (SC)
09	Loanda	PR	7663	ALF - Curitiba (PR)
09	Lobato	PR	7665	ALF - Curitiba (PR)
09	Londrina	PR	7667	ALF - Curitiba (PR)
09	Lontras	SC	8195	ALF - Florianópolis (SC)
09	Luiz Alves	SC	8197	ALF - Florianópolis (SC)
09	Luiziana	PR	8481	ALF - Curitiba (PR)
09	Lunardelli	PR	8459	ALF - Curitiba (PR)
09	Lupionópolis	PR	7669	ALF - Curitiba (PR)
09	Luzerna	SC	926	ALF - Florianópolis (SC)
09	Macieira	SC	5575	ALF - Florianópolis (SC)
09	Mafra	SC	8199	ALF - Florianópolis (SC)
09	Major Gercino	SC	8201	ALF - Florianópolis (SC)
09	Major Vieira	SC	8203	ALF - Florianópolis (SC)
09	Mallet	PR	7671	ALF - Curitiba (PR)
09	Mamborê	PR	7673	ALF - Curitiba (PR)
09	Mandaguaçu	PR	7675	ALF - Curitiba (PR)
09	Mandaguari	PR	7677	ALF - Curitiba (PR)
09	Mandirituba	PR	7679	ALF - Curitiba (PR)
09	Manfrinópolis	PR	864	ALF - Curitiba (PR)
09	Mangueirinha	PR	7511	ALF - Curitiba (PR)
09	Manoel Ribas	PR	7681	ALF - Curitiba (PR)
09	Maracajá	SC	8391	ALF - Florianópolis (SC)
09	Maravilha	SC	8205	ALF - Florianópolis (SC)
09	Marechal Cândido Rondon	PR	7683	ALF - Curitiba (PR)
09	Marema	SC	9963	ALF - Florianópolis (SC)
09	Maria Helena	PR	7685	ALF - Curitiba (PR)
09	Marialva	PR	7687	ALF - Curitiba (PR)
09	Marilândia do Sul	PR	7433	ALF - Curitiba (PR)
09	Marilena	PR	7975	ALF - Curitiba (PR)
09	Mariluz	PR	7689	ALF - Curitiba (PR)
09	Maringá	PR	7691	ALF - Curitiba (PR)
09	Mariópolis	PR	7693	ALF - Curitiba (PR)
09	Maripá	PR	5487	ALF - Curitiba (PR)
09	Marmeleiro	PR	7695	ALF - Curitiba (PR)
09	Marquinho	PR	866	ALF - Curitiba (PR)
09	Marumbi	PR	7697	ALF - Curitiba (PR)
09	Massaranduba	SC	8207	ALF - Florianópolis (SC)
09	Matelândia	PR	7699	ALF - Curitiba (PR)
09	Matinhos	PR	7963	ALF - Curitiba (PR)
09	Mato Rico	PR	5503	ALF - Curitiba (PR)
09	Matos Costa	SC	8209	ALF - Florianópolis (SC)
09	Mauá da Serra	PR	5459	ALF - Curitiba (PR)
09	Medianeira	PR	7701	ALF - Curitiba (PR)
09	Meleiro	SC	8211	ALF - Florianópolis (SC)
09	Mercedes	PR	5531	ALF - Curitiba (PR)
09	Mirador	PR	7703	ALF - Curitiba (PR)
09	Miraselva	PR	7705	ALF - Curitiba (PR)
09	Mirim Doce	SC	5559	ALF - Florianópolis (SC)
09	Missal	PR	8469	ALF - Curitiba (PR)
09	Modelo	SC	8213	ALF - Florianópolis (SC)
09	Mondaí	SC	8215	ALF - Florianópolis (SC)
09	Monte Carlo	SC	5561	ALF - Florianópolis (SC)
09	Monte Castelo	SC	8217	ALF - Florianópolis (SC)
09	Moreira Sales	PR	7707	ALF - Curitiba (PR)
09	Morretes	PR	7709	ALF - Curitiba (PR)
09	Morro da Fumaça	SC	8219	ALF - Florianópolis (SC)
09	Morro Grande	SC	5539	ALF - Florianópolis (SC)
09	Munhoz de Melo	PR	7711	ALF - Curitiba (PR)
09	Navegantes	SC	8221	ALF - Florianópolis (SC)
09	Nossa Senhora das Graças	PR	7713	ALF - Curitiba (PR)
09	Nova Aliança do Ivaí	PR	7715	ALF - Curitiba (PR)
09	Nova América da Colina	PR	7717	ALF - Curitiba (PR)
09	Nova Aurora	PR	7965	ALF - Curitiba (PR)
09	Nova Cantu	PR	7719	ALF - Curitiba (PR)
09	Nova Erechim	SC	8223	ALF - Florianópolis (SC)
09	Nova Esperança	PR	7721	ALF - Curitiba (PR)
09	Nova Esperança do Sudoeste	PR	5477	ALF - Curitiba (PR)
09	Nova Fátima	PR	7723	ALF - Curitiba (PR)
09	Nova Itaberaba	SC	5589	ALF - Florianópolis (SC)
09	Nova Laranjeiras	PR	5479	ALF - Curitiba (PR)
09	Nova Londrina	PR	7725	ALF - Curitiba (PR)
09	Nova Olímpia	PR	7967	ALF - Curitiba (PR)
09	Nova Prata do Iguaçu	PR	7995	ALF - Curitiba (PR)
09	Nova Santa Bárbara	PR	5457	ALF - Curitiba (PR)
09	Nova Santa Rosa	PR	7979	ALF - Curitiba (PR)
09	Nova Tebas	PR	9913	ALF - Curitiba (PR)
09	Nova Trento	SC	8225	ALF - Florianópolis (SC)
09	Nova Veneza	SC	8227	ALF - Florianópolis (SC)
09	Novo Horizonte	SC	5591	ALF - Florianópolis (SC)
09	Novo Itacolomi	PR	5517	ALF - Curitiba (PR)
09	Orleans	SC	8229	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ortigueira	PR	7727	ALF - Curitiba (PR)
09	Otacílio Costa	SC	8397	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ourizona	PR	7729	ALF - Curitiba (PR)
09	Ouro	SC	8231	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ouro Verde	SC	5741	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ouro Verde do Oeste	PR	9965	ALF - Curitiba (PR)
09	Paial	SC	928	ALF - Florianópolis (SC)
09	Paiçandu	PR	7731	ALF - Curitiba (PR)
09	Painel	SC	930	ALF - Florianópolis (SC)
09	Palhoça	SC	8233	ALF - Florianópolis (SC)
09	Palma Sola	SC	8235	ALF - Florianópolis (SC)
09	Palmas	PR	7733	ALF - Curitiba (PR)
09	Palmeira	PR	7735	ALF - Curitiba (PR)
09	Palmeira	SC	932	ALF - Florianópolis (SC)
09	Palmital	PR	7737	ALF - Curitiba (PR)
09	Palmitos	SC	8237	ALF - Florianópolis (SC)
09	Palotina	PR	7739	ALF - Curitiba (PR)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09	Papanduva	SC	8239	ALF - Florianópolis (SC)
09	Paraíso	SC	5747	ALF - Florianópolis (SC)
09	Paraíso do Norte	PR	7741	ALF - Curitiba (PR)
09	Paranacity	PR	7743	ALF - Curitiba (PR)
09	Paranaguá	PR	7745	ALF - Curitiba (PR)
09	Paranapoema	PR	7747	ALF - Curitiba (PR)
09	Paranavaí	PR	7749	ALF - Curitiba (PR)
09	Passo de Torres	SC	5541	ALF - Florianópolis (SC)
09	Passos Maia	SC	5743	ALF - Florianópolis (SC)
09	Pato Bragado	PR	5533	ALF - Curitiba (PR)
09	Pato Branco	PR	7751	ALF - Curitiba (PR)
09	Paula Freitas	PR	7753	ALF - Curitiba (PR)
09	Paulo Frontin	PR	7755	ALF - Curitiba (PR)
09	Paulo Lopes	SC	8241	ALF - Florianópolis (SC)
09	Peabiru	PR	7757	ALF - Curitiba (PR)
09	Pedras Grandes	SC	8243	ALF - Florianópolis (SC)
09	Penha	SC	8245	ALF - Florianópolis (SC)
09	Peritiba	SC	8247	ALF - Florianópolis (SC)
09	Perobal	PR	868	ALF - Curitiba (PR)
09	Pérola	PR	7969	ALF - Curitiba (PR)
09	Pérola d"Oeste	PR	7759	ALF - Curitiba (PR)
09	Pescaria Brava	SC	1194	ALF - Florianópolis (SC)
09	Petrolândia	SC	8249	ALF - Florianópolis (SC)
09	Piên	PR	7761	ALF - Florianópolis (SC)
09	Pinhais	PR	5453	ALF - Curitiba (PR)
09	Pinhal de São Bento	PR	5495	ALF - Curitiba (PR)
09	Pinhalão	PR	7763	ALF - Curitiba (PR)
09	Pinhalzinho	SC	8253	ALF - Florianópolis (SC)
09	Pinhão	PR	7765	ALF - Curitiba (PR)
09	Pinheiro Preto	SC	8255	ALF - Florianópolis (SC)
09	Piraí do Sul	PR	7767	ALF - Curitiba (PR)
09	Piraquara	PR	7769	ALF - Curitiba (PR)
09	Piratuba	SC	8257	ALF - Florianópolis (SC)
09	Pitanga	PR	7771	ALF - Curitiba (PR)
09	Pitangueiras	PR	5461	ALF - Curitiba (PR)
09	Planaltina do Paraná	PR	7773	ALF - Curitiba (PR)
09	Planalto	PR	7775	ALF - Curitiba (PR)
09	Planalto Alegre	SC	5593	ALF - Florianópolis (SC)
09	Pomerode	SC	8259	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ponta Grossa	PR	7777	ALF - Curitiba (PR)
09	Pontal do Paraná	PR	870	ALF - Curitiba (PR)
09	Ponte Alta	SC	8261	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ponte Alta do Norte	SC	5569	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ponte Serrada	SC	8263	ALF - Florianópolis (SC)
09	Porecatu	PR	7779	ALF - Curitiba (PR)
09	Porto Amazonas	PR	7781	ALF - Curitiba (PR)
09	Porto Barreiro	PR	872	ALF - Curitiba (PR)
09	Porto Belo	SC	8265	ALF - Florianópolis (SC)
09	Porto Rico	PR	7783	ALF - Curitiba (PR)
09	Porto União	SC	8267	ALF - Curitiba (PR)
09	Porto Vitória	PR	7785	ALF - Curitiba (PR)
09	Pouso Redondo	SC	8269	ALF - Florianópolis (SC)
09	Prado Ferreira	PR	874	ALF - Curitiba (PR)
09	Praia Grande	SC	8271	ALF - Florianópolis (SC)
09	Pranchita	PR	7991	ALF - Curitiba (PR)
09	Presidente Castello Branco	SC	8273	ALF - Florianópolis (SC)
09	Presidente Castelo Branco	PR	7787	ALF - Curitiba (PR)
09	Presidente Getúlio	SC	8275	ALF - Florianópolis (SC)
09	Presidente Nereu	SC	8277	ALF - Florianópolis (SC)
09	Primeiro de Maio	PR	7789	ALF - Curitiba (PR)
09	Princesa	SC	934	ALF - Florianópolis (SC)
09	Prudentópolis	PR	7791	ALF - Curitiba (PR)
09	Quarto Centenário	PR	876	ALF - Curitiba (PR)
09	Quatiguá	PR	7793	ALF - Curitiba (PR)
09	Quatro Barras	PR	7795	ALF - Curitiba (PR)
09	Quatro Pontes	PR	5535	ALF - Curitiba (PR)
09	Quedas do Iguaçu	PR	7955	ALF - Curitiba (PR)
09	Querência do Norte	PR	7797	ALF - Curitiba (PR)
09	Quilombo	SC	8279	ALF - Florianópolis (SC)
09	Quinta do Sol	PR	7799	ALF - Curitiba (PR)
09	Quitandinha	PR	7801	ALF - Curitiba (PR)
09	Ramilândia	PR	5527	ALF - Curitiba (PR)
09	Rancho Alegre	PR	7803	ALF - Curitiba (PR)
09	Rancho Alegre d"Oeste	PR	5513	ALF - Curitiba (PR)
09	Rancho Queimado	SC	8281	ALF - Florianópolis (SC)
09	Realeza	PR	7805	ALF - Curitiba (PR)
09	Rebouças	PR	7807	ALF - Curitiba (PR)
09	Renascença	PR	7809	ALF - Curitiba (PR)
09	Reserva	PR	7811	ALF - Curitiba (PR)
09	Reserva do Iguaçu	PR	878	ALF - Curitiba (PR)
09	Ribeirão Claro	PR	7813	ALF - Curitiba (PR)
09	Ribeirão do Pinhal	PR	7815	ALF - Curitiba (PR)
09	Rio Azul	PR	7817	ALF - Curitiba (PR)
09	Rio Bom	PR	7819	ALF - Curitiba (PR)
09	Rio Bonito do Iguaçu	PR	5481	ALF - Curitiba (PR)
09	Rio Branco do Ivaí	PR	880	ALF - Curitiba (PR)
09	Rio Branco do Sul	PR	7821	ALF - Curitiba (PR)
09	Rio das Antas	SC	8283	ALF - Florianópolis (SC)
09	Rio do Campo	SC	8285	ALF - Florianópolis (SC)
09	Rio do Oeste	SC	8287	ALF - Florianópolis (SC)
09	Rio do Sul	SC	8291	ALF - Florianópolis (SC)
09	Rio dos Cedros	SC	8289	ALF - Florianópolis (SC)
09	Rio Fortuna	SC	8293	ALF - Florianópolis (SC)
09	Rio Negrinho	SC	8295	ALF - Florianópolis (SC)
09	Rio Negro	PR	7823	ALF - Florianópolis (SC)
09	Rio Rufino	SC	5571	ALF - Florianópolis (SC)
09	Riqueza	SC	5749	ALF - Florianópolis (SC)
09	Rodeio	SC	8297	ALF - Florianópolis (SC)
09	Rolândia	PR	7825	ALF - Curitiba (PR)
09	Romelândia	SC	8299	ALF - Florianópolis (SC)
09	Roncador	PR	7827	ALF - Curitiba (PR)
09	Rondon	PR	7829	ALF - Curitiba (PR)
09	Rosário do Ivaí	PR	8473	ALF - Curitiba (PR)
09	Sabáudia	PR	7831	ALF - Curitiba (PR)
09	Salete	SC	8301	ALF - Florianópolis (SC)
09	Salgado Filho	PR	7833	ALF - Curitiba (PR)
09	Saltinho	SC	936	ALF - Florianópolis (SC)
09	Salto do Itararé	PR	7835	ALF - Curitiba (PR)
09	Salto do Lontra	PR	7837	ALF - Curitiba (PR)
09	Salto Veloso	SC	8303	ALF - Florianópolis (SC)
09	Sangão	SC	5547	ALF - Florianópolis (SC)
09	Santa Amélia	PR	7839	ALF - Curitiba (PR)
09	Santa Cecília	SC	8305	ALF - Florianópolis (SC)
09	Santa Cecília do Pavão	PR	7841	ALF - Curitiba (PR)
09	Santa Cruz de Monte Castelo	PR	7843	ALF - Curitiba (PR)
09	Santa Fé	PR	7845	ALF - Curitiba (PR)
09	Santa Helena	PR	7971	ALF - Curitiba (PR)
09	Santa Helena	SC	5751	ALF - Florianópolis (SC)
09	Santa Inês	PR	7847	ALF - Curitiba (PR)
09	Santa Isabel do Ivaí	PR	7849	ALF - Curitiba (PR)
09	Santa Izabel do Oeste	PR	7851	ALF - Curitiba (PR)
09	Santa Lúcia	PR	5469	ALF - Curitiba (PR)
09	Santa Maria do Oeste	PR	5505	ALF - Curitiba (PR)
09	Santa Mariana	PR	7853	ALF - Curitiba (PR)
09	Santa Mônica	PR	5519	ALF - Curitiba (PR)
09	Santa Rosa de Lima	SC	8307	ALF - Florianópolis (SC)
09	Santa Rosa do Sul	SC	9967	ALF - Florianópolis (SC)
09	Santa Tereza do Oeste	PR	9969	ALF - Curitiba (PR)
09	Santa Terezinha	SC	5555	ALF - Florianópolis (SC)
09	Santa Terezinha de Itaipu	PR	8467	ALF - Curitiba (PR)
09	Santa Terezinha do Progresso	SC	938	ALF - Florianópolis (SC)
09	Santana do Itararé	PR	7855	ALF - Curitiba (PR)
09	Santiago do Sul	SC	940	ALF - Florianópolis (SC)
09	Santo Amaro da Imperatriz	SC	8309	ALF - Florianópolis (SC)
09	Santo Antônio da Platina	PR	7859	ALF - Curitiba (PR)
09	Santo Antônio do Caiuá	PR	7861	ALF - Curitiba (PR)
09	Santo Antônio do Paraíso	PR	7863	ALF - Curitiba (PR)
09	Santo Antônio do Sudoeste	PR	7857	ALF - Curitiba (PR)
09	Santo Inácio	PR	7865	ALF - Curitiba (PR)
09	São Bento do Sul	SC	8311	ALF - Florianópolis (SC)
09	São Bernardino	SC	942	ALF - Florianópolis (SC)
09	São Bonifácio	SC	8313	ALF - Florianópolis (SC)
09	São Carlos	SC	8315	ALF - Florianópolis (SC)
09	São Carlos do Ivaí	PR	7867	ALF - Curitiba (PR)
09	São Cristovão do Sul	SC	5573	ALF - Florianópolis (SC)
09	São Domingos	SC	8317	ALF - Florianópolis (SC)
09	São Francisco do Sul	SC	8319	ALF - Florianópolis (SC)
09	São Jerônimo da Serra	PR	7869	ALF - Curitiba (PR)
09	São João	PR	7871	ALF - Curitiba (PR)
09	São João Batista	SC	8321	ALF - Florianópolis (SC)
09	São João do Caiuá	PR	7873	ALF - Curitiba (PR)
09	São João do Itaperiú	SC	5551	ALF - Florianópolis (SC)
09	São João do Ivaí	PR	7875	ALF - Curitiba (PR)
09	São João do Oeste	SC	5753	ALF - Florianópolis (SC)
09	São João do Sul	SC	8323	ALF - Florianópolis (SC)
09	São João do Triunfo	PR	7877	ALF - Curitiba (PR)
09	São Joaquim	SC	8325	ALF - Florianópolis (SC)
09	São Jorge do Ivaí	PR	7879	ALF - Curitiba (PR)
09	São Jorge do Patrocínio	PR	7999	ALF - Curitiba (PR)
09	São Jorge d"Oeste	PR	7881	ALF - Curitiba (PR)
09	São José	SC	8327	ALF - Florianópolis (SC)
09	São José da Boa Vista	PR	7883	ALF - Curitiba (PR)
09	São José das Palmeiras	PR	8471	ALF - Curitiba (PR)
09	São José do Cedro	SC	8329	ALF - Florianópolis (SC)
09	São José do Cerrito	SC	8331	ALF - Florianópolis (SC)
09	São José dos Pinhais	PR	7885	ALF - Curitiba (PR)
09	São Lourenço do Oeste	SC	8333	ALF - Florianópolis (SC)
09	São Ludgero	SC	8335	ALF - Florianópolis (SC)
09	São Manoel do Paraná	PR	5515	ALF - Curitiba (PR)
09	São Martinho	SC	8337	ALF - Florianópolis (SC)
09	São Mateus do Sul	PR	7887	ALF - Florianópolis (SC)
09	São Miguel da Boa Vista	SC	5755	ALF - Florianópolis (SC)
09	São Miguel do Iguaçu	PR	7889	ALF - Curitiba (PR)
09	São Miguel do Oeste	SC	8339	ALF - Florianópolis (SC)

09	São Pedro de Alcântara	SC	944	ALF - Florianópolis (SC)
09	São Pedro do Iguaçu	PR	5489	ALF - Curitiba (PR)
09	São Pedro do Ivaí	PR	7891	ALF - Curitiba (PR)
09	São Pedro do Paraná	PR	7893	ALF - Curitiba (PR)
09	São Sebastião da Amoreira	PR	7895	ALF - Curitiba (PR)
09	São Tomé	PR	7897	ALF - Curitiba (PR)
09	Sapopema	PR	7899	ALF - Curitiba (PR)
09	Sarandi	PR	8461	ALF - Curitiba (PR)
09	Saudade do Iguaçu	PR	5493	ALF - Curitiba (PR)
09	Saudades	SC	8341	ALF - Florianópolis (SC)
09	Schroeder	SC	8343	ALF - Florianópolis (SC)
09	Seara	SC	8345	ALF - Florianópolis (SC)
09	Sengés	PR	7901	ALF - Curitiba (PR)
09	Serra Alta	SC	9989	ALF - Florianópolis (SC)
09	Serranópolis do Iguaçu	PR	882	ALF - Curitiba (PR)
09	Sertaneja	PR	7903	ALF - Curitiba (PR)
09	Sertanópolis	PR	7905	ALF - Curitiba (PR)
09	Siderópolis	SC	8347	ALF - Florianópolis (SC)
09	Siqueira Campos	PR	7907	ALF - Curitiba (PR)
09	Sombrio	SC	8349	ALF - Florianópolis (SC)
09	Sul Brasil	SC	5595	ALF - Florianópolis (SC)
09	Sulina	PR	8477	ALF - Curitiba (PR)
09	Taió	SC	8351	ALF - Florianópolis (SC)
09	Tamarana	PR	884	ALF - Curitiba (PR)
09	Tamboara	PR	7909	ALF - Curitiba (PR)
09	Tangará	SC	8353	ALF - Florianópolis (SC)
09	Tapejara	PR	7911	ALF - Curitiba (PR)
09	Tapira	PR	7973	ALF - Curitiba (PR)
09	Teixeira Soares	PR	7913	ALF - Curitiba (PR)
09	Telêmaco Borba	PR	7915	ALF - Curitiba (PR)
09	Terra Boa	PR	7917	ALF - Curitiba (PR)
09	Terra Rica	PR	7919	ALF - Curitiba (PR)
09	Terra Roxa	PR	7921	ALF - Curitiba (PR)
09	Tibagi	PR	7923	ALF - Curitiba (PR)
09	Tigrinhos	SC	946	ALF - Florianópolis (SC)
09	Tijucas	SC	8355	ALF - Florianópolis (SC)
09	Tijucas do Sul	PR	7925	ALF - Curitiba (PR)
09	Timbé do Sul	SC	8393	ALF - Florianópolis (SC)
09	Timbó	SC	8357	ALF - Florianópolis (SC)
09	Timbó Grande	SC	9971	ALF - Florianópolis (SC)
09	Toledo	PR	7927	ALF - Curitiba (PR)
09	Tomazina	PR	7929	ALF - Curitiba (PR)
09	Três Barras	SC	8359	ALF - Florianópolis (SC)
09	Três Barras do Paraná	PR	7987	ALF - Curitiba (PR)
09	Treviso	SC	948	ALF - Florianópolis (SC)
09	Treze de Maio	SC	8361	ALF - Florianópolis (SC)
09	Treze Tílias	SC	8363	ALF - Florianópolis (SC)
09	Trombudo Central	SC	8365	ALF - Florianópolis (SC)
09	Tubarão	SC	8367	ALF - Florianópolis (SC)
09	Tunápolis	SC	9991	ALF - Florianópolis (SC)
09	Tunas do Paraná	PR	5455	ALF - Curitiba (PR)
09	Tuneiras do Oeste	PR	7931	ALF - Curitiba (PR)
09	Tupãssi	PR	7993	ALF - Curitiba (PR)
09	Turvo	PR	8453	ALF - Curitiba (PR)
09	Turvo	SC	8369	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ubiratã	PR	7933	ALF - Curitiba (PR)
09	Umuarama	PR	7935	ALF - Curitiba (PR)
09	União da Vitória	PR	7937	ALF - Curitiba (PR)
09	União do Oeste	SC	9973	ALF - Florianópolis (SC)
09	Uniflor	PR	7939	ALF - Curitiba (PR)
09	Uraí	PR	7941	ALF - Curitiba (PR)
09	Urubici	SC	8371	ALF - Florianópolis (SC)
09	Urupema	SC	9975	ALF - Florianópolis (SC)
09	Urussanga	SC	8373	ALF - Florianópolis (SC)
09	Vargeão	SC	8375	ALF - Florianópolis (SC)
09	Vargem	SC	5563	ALF - Florianópolis (SC)
09	Vargem Bonita	SC	5565	ALF - Florianópolis (SC)
09	Ventania	PR	5497	ALF - Curitiba (PR)
09	Vera Cruz do Oeste	PR	7989	ALF - Curitiba (PR)
09	Verê	PR	7945	ALF - Curitiba (PR)
09	Vidal Ramos	SC	8377	ALF - Florianópolis (SC)
09	Videira	SC	8379	ALF - Florianópolis (SC)
09	Virmond	PR	5483	ALF - Curitiba (PR)
09	Vitor Meireles	SC	9977	ALF - Florianópolis (SC)
09	Vitorino	PR	7947	ALF - Curitiba (PR)
09	Wenceslau Braz	PR	7943	ALF - Curitiba (PR)
09	Witmarsum	SC	8381	ALF - Florianópolis (SC)
09	Xambrê	PR	7949	ALF - Curitiba (PR)
09	Xanxerê	SC	8383	ALF - Florianópolis (SC)
09	Xavantina	SC	8385	ALF - Florianópolis (SC)
09	Xaxim	SC	8387	ALF - Florianópolis (SC)
09	Zortéa	SC	950	ALF - Florianópolis (SC)
	10ª Região Fiscal			
10	Aceguá	RS	1118	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Água Santa	RS	8499	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Agudo	RS	8501	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ajuricaba	RS	8503	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Alecrim	RS	8505	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Alegrete	RS	8507	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Alegria	RS	8497	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Almirante Tamandaré do Sul	RS	1120	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Alpestre	RS	8509	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Alto Alegre	RS	8495	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Alto Feliz	RS	6045	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Alvorada	RS	8511	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Amaral Ferrador	RS	8493	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ametista do Sul	RS	5969	ALF - Porto Alegre (RS)
10	André da Rocha	RS	8491	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Anta Gorda	RS	8513	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Antônio Prado	RS	8515	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Arambaré	RS	5779	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Araricá	RS	952	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Aratiba	RS	8517	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Arroio do Meio	RS	8519	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Arroio do Padre	RS	1122	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Arroio do Sal	RS	8489	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Arroio do Tigre	RS	8523	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Arroio dos Ratos	RS	8521	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Arroio Grande	RS	8525	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Arvorezinha	RS	8527	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Augusto Pestana	RS	8529	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Áurea	RS	8487	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Bagé	RS	8531	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Balneário Pinhal	RS	954	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Barão	RS	8485	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Barão de Cotegipe	RS	8533	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Barão do Triunfo	RS	5771	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Barra do Guarita	RS	6069	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Barra do Quaraí	RS	956	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Barra do Ribeiro	RS	8537	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Barra do Rio Azul	RS	5959	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Barra Funda	RS	5943	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Barracão	RS	8535	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Barros Cassal	RS	8539	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Benjamin Constant do Sul	RS	958	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Bento Gonçalves	RS	8541	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Boa Vista das Missões	RS	5981	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Boa Vista do Buricá	RS	8543	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Boa Vista do Cadeado	RS	1124	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Boa Vista do Incra	RS	1126	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Boa Vista do Sul	RS	960	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Bom Jesus	RS	8545	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Bom Princípio	RS	9823	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Bom Progresso	RS	6071	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Bom Retiro do Sul	RS	8547	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Boqueirão do Leão	RS	8483	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Bossoroca	RS	8549	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Bozano	RS	1128	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Braga	RS	8551	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Brochier	RS	8449	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Butiá	RS	8553	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Caçapava do Sul	RS	8555	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cacequi	RS	8557	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cachoeira do Sul	RS	8559	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cachoeirinha	RS	8561	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cacique Doble	RS	8563	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Caibaté	RS	8565	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Caiçara	RS	8567	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Camaquã	RS	8569	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Camargo	RS	8447	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cambará do Sul	RS	8571	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Campestre da Serra	RS	6013	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Campina das Missões	RS	8573	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Campinas do Sul	RS	8575	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Campo Bom	RS	8577	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Campo Novo	RS	8579	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Campos Borges	RS	8445	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Candelária	RS	8581	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cândido Godói	RS	8583	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Candiota	RS	6083	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Canela	RS	8585	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Canguçu	RS	8587	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Canoas	RS	8589	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Canudos do Vale	RS	1130	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Capão Bonito do Sul	RS	1132	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Capão da Canoa	RS	8915	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Capão do Cipó	RS	1134	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Capão do Leão	RS	8973	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Capela de Santana	RS	8443	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Capitão	RS	6025	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Capivari do Sul	RS	962	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Caraá	RS	964	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Carazinho	RS	8591	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Carlos Barbosa	RS	8593	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Carlos Gomes	RS	5961	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Casca	RS	8595	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Caseiros	RS	8441	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Catuípe	RS	8597	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Caxias do Sul	RS	8599	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Centenário	RS	5963	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cerrito	RS	966	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cerro Branco	RS	8439	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cerro Grande	RS	8437	ALF - Porto Alegre (RS)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10	Cerro Grande do Sul	RS	8435	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cerro Largo	RS	8601	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Chapada	RS	8603	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Charqueadas	RS	8693	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Charrua	RS	5965	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Chiapetta	RS	8605	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Chuí	RS	968	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Chuvisca	RS	970	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cidreira	RS	8433	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ciríaco	RS	8607	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Colinas	RS	6029	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Colorado	RS	8609	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Condor	RS	8611	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Constantina	RS	8613	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Coqueiro Baixo	RS	1136	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Coqueiros do Sul	RS	5945	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Coronel Barros	RS	6055	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Coronel Bicaco	RS	8615	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Coronel Pilar	RS	1138	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cotiporã	RS	8977	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Coxilha	RS	5797	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Crissiumal	RS	8617	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cristal	RS	8431	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cristal do Sul	RS	972	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cruz Alta	RS	8619	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cruzaltense	RS	1140	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Cruzeiro do Sul	RS	8621	ALF - Porto Alegre (RS)
10	David Canabarro	RS	8623	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Derrubadas	RS	6073	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Dezesseis de Novembro	RS	8429	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Dilermando de Aguiar	RS	974	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Dois Irmãos	RS	8625	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Dois Irmãos das Missões	RS	5971	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Dois Lajeados	RS	8427	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Dom Feliciano	RS	8627	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Dom Pedrito	RS	8629	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Dom Pedro de Alcântara	RS	976	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Dona Francisca	RS	8631	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Doutor Maurício Cardoso	RS	8425	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Doutor Ricardo	RS	978	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Eldorado do Sul	RS	8423	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Encantado	RS	8633	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Encruzilhada do Sul	RS	8635	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Engenho Velho	RS	5947	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Entre Rios do Sul	RS	8421	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Entre-Ijuís	RS	8419	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Erebango	RS	8417	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Erechim	RS	8637	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ernestina	RS	8415	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Erval Grande	RS	8641	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Erval Seco	RS	8643	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Esmeralda	RS	8645	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Esperança do Sul	RS	980	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Espumoso	RS	8647	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Estação	RS	7301	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Estância Velha	RS	8649	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Esteio	RS	8651	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Estrela	RS	8653	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Estrela Velha	RS	982	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Eugênio de Castro	RS	8413	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Fagundes Varela	RS	8411	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Farroupilha	RS	8655	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Faxinal do Soturno	RS	8657	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Faxinalzinho	RS	8409	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Fazenda Vilanova	RS	984	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Feliz	RS	8659	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Flores da Cunha	RS	8661	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Floriano Peixoto	RS	986	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Fontoura Xavier	RS	8663	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Formigueiro	RS	8665	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Forquetinha	RS	1142	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Fortaleza dos Valos	RS	9827	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Frederico Westphalen	RS	8667	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Garibaldi	RS	8669	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Garruchos	RS	6081	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Gaurama	RS	8671	ALF - Porto Alegre (RS)
10	General Câmara	RS	8673	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Gentil	RS	5799	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Getúlio Vargas	RS	8677	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Giruá	RS	8679	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Glorinha	RS	8407	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Gramado	RS	8681	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Gramado dos Loureiros	RS	5949	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Gramado Xavier	RS	5763	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Gravataí	RS	8683	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Guabiju	RS	8405	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Guaíba	RS	8685	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Guaporé	RS	8687	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Guarani das Missões	RS	8689	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Harmonia	RS	8403	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Herval	RS	8639	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Herveiras	RS	988	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Horizontina	RS	8691	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Hulha Negra	RS	6085	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Humaitá	RS	8695	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ibarama	RS	8401	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ibiaçá	RS	8697	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ibiraiaras	RS	8699	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ibirapuitã	RS	7299	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ibirubá	RS	8701	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Igrejinha	RS	8703	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ijuí	RS	8705	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ilópolis	RS	8707	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Imbé	RS	7297	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Imigrante	RS	7295	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Independência	RS	8709	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Inhacorá	RS	6051	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ipê	RS	8399	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ipiranga do Sul	RS	7399	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Iraí	RS	8711	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Itaara	RS	990	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Itacurubi	RS	7397	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Itapuca	RS	6027	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Itaqui	RS	8713	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Itati	RS	1144	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Itatiba do Sul	RS	8715	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ivorá	RS	7395	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ivoti	RS	8717	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Jaboticaba	RS	7393	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Jacuizinho	RS	1146	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Jacutinga	RS	8719	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Jaguarão	RS	8721	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Jaguari	RS	8723	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Jaquirana	RS	7391	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Jari	RS	992	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Jóia	RS	9829	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Júlio de Castilhos	RS	8725	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Lagoa Bonita do Sul	RS	1148	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Lagoa dos Três Cantos	RS	5951	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Lagoa Vermelha	RS	8727	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Lagoão	RS	7389	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Lajeado	RS	8729	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Lajeado do Bugre	RS	5983	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Lavras do Sul	RS	8731	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Liberato Salzano	RS	8733	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Lindolfo Collor	RS	6017	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Linha Nova	RS	6047	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Maçambara	RS	994	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Machadinho	RS	8735	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Mampituba	RS	996	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Manoel Viana	RS	6079	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Maquiné	RS	5783	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Maratá	RS	6039	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Marau	RS	8737	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Marcelino Ramos	RS	8739	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Mariana Pimentel	RS	5759	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Mariano Moro	RS	8741	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Marques de Souza	RS	998	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Mata	RS	8743	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Mato Castelhano	RS	5931	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Mato Leitão	RS	6031	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Mato Queimado	RS	1150	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Maximiliano de Almeida	RS	8745	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Minas do Leão	RS	5773	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Miraguaí	RS	8747	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Montauri	RS	7387	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Monte Alegre dos Campos	RS	1000	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Monte Belo do Sul	RS	5993	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Montenegro	RS	8749	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Mormaço	RS	5933	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Morrinhos do Sul	RS	5775	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Morro Redondo	RS	7385	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Morro Reuter	RS	6019	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Mostardas	RS	8751	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Muçum	RS	8753	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Muitos Capões	RS	1002	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Muliterno	RS	5935	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Não-Me-Toque	RS	8755	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nicolau Vergueiro	RS	5937	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nonoai	RS	8757	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nova Alvorada	RS	7383	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nova Araçá	RS	8759	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nova Bassano	RS	8761	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nova Boa Vista	RS	5953	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nova Bréscia	RS	8763	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nova Candelária	RS	1004	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nova Esperança do Sul	RS	7381	ALF - Porto Alegre (RS)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10	Nova Hartz	RS	7379	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nova Pádua	RS	5991	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nova Palma	RS	8765	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nova Petrópolis	RS	8767	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nova Prata	RS	8769	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nova Ramada	RS	1006	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nova Roma do Sul	RS	7377	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Nova Santa Rita	RS	5757	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Novo Barreiro	RS	5985	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Novo Cabrais	RS	1008	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Novo Hamburgo	RS	8771	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Novo Machado	RS	6057	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Novo Tiradentes	RS	5973	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Novo Xingu	RS	1152	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Osório	RS	8773	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Paim Filho	RS	8775	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Palmares do Sul	RS	8967	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Palmeira das Missões	RS	8777	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Palmitinho	RS	8779	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Panambi	RS	8781	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Pântano Grande	RS	7375	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Paraí	RS	8783	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Paraíso do Sul	RS	7373	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Pareci Novo	RS	6041	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Parobé	RS	9825	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Passa Sete	RS	1010	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Passo do Sobrado	RS	5765	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Passo Fundo	RS	8785	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Paulo Bento	RS	1154	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Paverama	RS	7371	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Pedras Altas	RS	1156	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Pedro Osório	RS	8787	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Pejuçara	RS	8789	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Pelotas	RS	8791	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Picada Café	RS	6021	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Pinhal	RS	7369	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Pinhal da Serra	RS	1158	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Pinhal Grande	RS	5787	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Pinheirinho do Vale	RS	5975	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Pinheiro Machado	RS	8793	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Pinto Bandeira	RS	1160	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Pirapó	RS	7367	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Piratini	RS	8795	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Planalto	RS	8797	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Poço das Antas	RS	7365	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Pontão	RS	5939	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ponte Preta	RS	5967	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Portão	RS	8799	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Porto Alegre	RS	8801	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Porto Lucena	RS	8803	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Porto Mauá	RS	6065	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Porto Vera Cruz	RS	6067	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Porto Xavier	RS	8805	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Pouso Novo	RS	7363	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Presidente Lucena	RS	6023	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Progresso	RS	7361	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Protásio Alves	RS	7359	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Putinga	RS	8807	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Quaraí	RS	8809	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Quatro Irmãos	RS	1162	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Quevedos	RS	5789	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Quinze de Novembro	RS	7357	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Redentora	RS	8811	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Relvado	RS	7355	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Restinga Seca	RS	8813	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Rio dos Índios	RS	5955	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Rio Grande	RS	8815	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Rio Pardo	RS	8817	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Riozinho	RS	7353	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Roca Sales	RS	8819	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Rodeio Bonito	RS	8821	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Rolador	RS	1164	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Rolante	RS	8823	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ronda Alta	RS	8825	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Rondinha	RS	8827	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Roque Gonzales	RS	8829	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Rosário do Sul	RS	8831	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Sagrada Família	RS	5987	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Saldanha Marinho	RS	7339	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Salto do Jacuí	RS	8975	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Salvador das Missões	RS	6061	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Salvador do Sul	RS	8833	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Sananduva	RS	8835	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santa Bárbara do Sul	RS	8837	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santa Cecília do Sul	RS	1166	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santa Clara do Sul	RS	6033	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santa Cruz do Sul	RS	8839	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santa Margarida do Sul	RS	1168	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santa Maria	RS	8841	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santa Maria do Herval	RS	7337	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santa Rosa	RS	8847	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santa Tereza	RS	5995	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santa Vitória do Palmar	RS	8849	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santana da Boa Vista	RS	8843	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santana do Livramento	RS	8845	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santiago	RS	8851	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santo Ângelo	RS	8853	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santo Antônio da Patrulha	RS	8855	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santo Antônio das Missões	RS	8857	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santo Antônio do Palma	RS	5941	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santo Antônio do Planalto	RS	5957	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santo Augusto	RS	8859	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santo Cristo	RS	8861	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Santo Expedito do Sul	RS	5977	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Borja	RS	8863	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Domingos do Sul	RS	7351	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Francisco de Assis	RS	8865	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Francisco de Paula	RS	8867	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Gabriel	RS	8869	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Jerônimo	RS	8871	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São João da Urtiga	RS	7349	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São João do Polêsine	RS	5791	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Jorge	RS	7347	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São José das Missões	RS	5989	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São José do Herval	RS	7345	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São José do Hortêncio	RS	7343	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São José do Inhacorá	RS	6059	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São José do Norte	RS	8873	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São José do Ouro	RS	8875	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São José do Sul	RS	1170	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São José dos Ausentes	RS	6015	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Leopoldo	RS	8877	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Lourenço do Sul	RS	8879	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Luiz Gonzaga	RS	8881	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Marcos	RS	8883	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Martinho	RS	8885	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Martinho da Serra	RS	5793	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Miguel das Missões	RS	7341	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Nicolau	RS	8887	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Paulo das Missões	RS	8889	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Pedro da Serra	RS	6043	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Pedro das Missões	RS	1172	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Pedro do Butiá	RS	6063	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Pedro do Sul	RS	8891	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Sebastião do Caí	RS	8893	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Sepé	RS	8895	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Valentim	RS	8897	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Valentim do Sul	RS	5997	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Valério do Sul	RS	6075	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Vendelino	RS	7293	ALF - Porto Alegre (RS)
10	São Vicente do Sul	RS	8675	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Sapiranga	RS	8899	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Sapucaia do Sul	RS	8901	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Sarandi	RS	8903	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Seberi	RS	8905	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Sede Nova	RS	7335	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Segredo	RS	7317	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Selbach	RS	8907	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Senador Salgado Filho	RS	1012	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Sentinela do Sul	RS	5781	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Serafina Corrêa	RS	8909	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Sério	RS	6035	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Sertão	RS	8911	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Sertão Santana	RS	5761	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Sete de Setembro	RS	1014	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Severiano de Almeida	RS	8913	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Silveira Martins	RS	7315	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Sinimbu	RS	5767	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Sobradinho	RS	8917	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Soledade	RS	8919	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Tabaí	RS	1016	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Tapejara	RS	8921	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Tapera	RS	8923	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Tapes	RS	8925	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Taquara	RS	8927	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Taquari	RS	8929	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Taquaruçu do Sul	RS	7313	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Tavares	RS	8971	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Tenente Portela	RS	8931	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Terra de Areia	RS	7333	ALF - Porto Alegre (RS)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10	Teutônia	RS	9821	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Tio Hugo	RS	1174	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Tiradentes do Sul	RS	6077	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Toropi	RS	1018	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Torres	RS	8933	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Tramandaí	RS	8935	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Travesseiro	RS	6037	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Três Arroios	RS	7331	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Três Cachoeiras	RS	7329	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Três Coroas	RS	8937	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Três de Maio	RS	8939	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Três Forquilhas	RS	5777	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Três Palmeiras	RS	7327	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Três Passos	RS	8941	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Trindade do Sul	RS	7325	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Triunfo	RS	8943	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Tucunduva	RS	8945	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Tunas	RS	7323	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Tupanci do Sul	RS	5979	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Tupanciretã	RS	8947	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Tupandi	RS	7321	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Tuparendi	RS	8949	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Turuçu	RS	1020	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Ubiretama	RS	1022	ALF - Porto Alegre (RS)
10	União da Serra	RS	5999	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Unistalda	RS	1024	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Uruguaiana	RS	8951	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vacaria	RS	8953	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vale do Sol	RS	5769	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vale Real	RS	6049	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vale Verde	RS	1026	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vanini	RS	7319	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Venâncio Aires	RS	8955	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vera Cruz	RS	8957	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Veranópolis	RS	8959	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vespasiano Correa	RS	1028	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Viadutos	RS	8961	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Viamão	RS	8963	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vicente Dutra	RS	8965	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Victor Graeff	RS	8969	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vila Flores	RS	7311	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vila Lângaro	RS	1030	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vila Maria	RS	7309	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vila Nova do Sul	RS	5795	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vista Alegre	RS	7307	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vista Alegre do Prata	RS	7305	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vista Gaúcha	RS	7303	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Vitória das Missões	RS	6053	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Westfalia	RS	1176	ALF - Porto Alegre (RS)
10	Xangri-lá	RS	5785	ALF - Porto Alegre (RS)

PORTARIA Nº 3.301, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Portaria RFB nº 105, de 20 de janeiro de 2011, que estabelece normas permanentes para a remoção por permuta de servidores integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no inciso II do parágrafo único do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no inciso V do art. 3º da Portaria RFB nº 3.300, de 29 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Portaria RFB nº 105, de 20 de janeiro de 2011, passam a vigorar com seguinte redação:

"Art. 1º A remoção por permuta, procedimento de caráter permanente destinado a servidores integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, observará o disposto nesta Portaria." (NR)

"Art. 2º .....

§ 1º.....

.....

II - nomeação para cargo de Direção e Assessoramento Superior (DAS) ou designação para Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE) ou Função Gratificada (FG).

.....

§ 3º Para os servidores que, classificados em concurso de remoção já homologado, não tenham ainda sido removidos, será considerada como unidade de lotação a unidade para a qual foram classificados.

....."(NR)

"Art. 3º .....

I - .....

d) a pedido, para atuação em processo de trabalho específico, em conformidade com a Portaria RFB nº 914, de 12 de abril de 2012.

.....

§ 1º Não se aplicará o disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I e no inciso II, na hipótese de expressa concordância dos titulares das unidades e regiões fiscais de origem e destino envolvidas.

§ 2º A remoção a que se refere o art. 1º somente será autorizada caso os servidores tenham concluído, no mínimo, 60 (sessenta) horas de treinamento específico no processo de trabalho em que pretendam atuar.

§ 3º Nas seguintes hipóteses, não se aplicará o disposto no § 2º:

I - quando o servidor atuar, ou já tiver atuado nos últimos 5 (cinco) anos, por no mínimo 6 (seis) meses no processo de trabalho para o qual pretende a permuta; ou

II - quando houver expressa concordância dos titulares das unidades e Superintendentes Regionais, ou dos Coordenadores-Gerais e Subsecretários ou do Secretário-Adjunto, no caso das Coordenações vinculadas ao Gabinete, das unidades de origem e destino envolvidas.

§ 4º A remoção a que se refere o art. 1º, quando envolver servidores da Corregedoria ou seus escritórios regionais, da Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação ou seus escritórios regionais, da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação ou suas seções ou serviços especiais, do Centro Nacional de Operações Aéreas, obrigatoriamente, obedecerá o disposto no inciso II do § 3º." (NR)

"Art. 4º O processo administrativo de remoção por permuta deverá ser protocolado junto à unidade de exercício de um dos solicitantes, mediante preenchimento do formulário disponibilizado pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) no Espaço do Servidor na Intranet."(NR)

"Art. 5º Deferido o pedido, a remoção do servidor será efetivada e implicará exoneração ou dispensa, por ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, do DAS, da FCPE ou da FG ocupada." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO

PORTARIA Nº 9, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Chefes dos Escritórios de Pesquisa e Investigação, Núcleos de Pesquisa e Investigação, Seção Especial de Pesquisa e Investigação e Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro, para emitir atos decorrentes das competências de suas unidades.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERSON D"AGORD SCHAAN

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a instituição de código de receita para o caso que especifica.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 911-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), declara:

Art.1º Fica instituído o código de receita 1872 - Segurado Empregado - Recolhimento Mensal - Complemento para ser utilizado em Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf).

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

FREDERICO IGOR LEITE FABER

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 157, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara nula de ofício a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no art. 35, II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo digital nº 10183.724842/2013-36. declara:

Art. 1º NULA DE OFÍCIO, a inscrição no CNPJ sob o nº 15.084.716/0001-91 em nome de Weverson Batista de Oliveira.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SIMONE CHIOSINI SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

PORTARIA Nº 137, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do artigo 314, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e considerando o disposto no processo administrativo nº 12266.721013/2017-31, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Receita Federal do Brasil pelo prazo de 01 (um) mês, à empresa ANDRÉ RIBEIRO DA COSTA - ARMARINHOS - ME, CNPJ Nº 15.690.133/0001-04, com base no que dispõem o subitem 12.1.2 do Edital de Leilão nº 02227600/00001/2017, o artigo 87, inciso III da Lei 8666/93 e o Parecer/Decisão de fls. 170/174, do processo nº 12266.721013/2017-31.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ALVES DIAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 228, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara ativa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 10, da Portaria de Delegação de Competência nº 071, de 09 de junho de 2014, publicada no DOU em 12 de junho de 2014 c/c inciso III do art. 224, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada do Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012 e nos termos do art. 80-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o processo administrativo nº 14363.720706/2017-33, declara:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE Nº 01, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017, em relação a empresa: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DE COARI LTDA, CNPJ - 04.189.775/0001-08, em decorrência da apresentação das documentações atualizadas.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e com a competência que lhe é conferida pelo parágrafo único do art. 1º, combinado com o parágrafo único do art. 12, todos da IN RFB nº 1.209, de 07 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º - INSCREVER no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros a pessoa abaixo identificada:

Nº DO REGISTRO	NOME	CPF	Nº DO PROCESSO
4A.0678	Adriano Braga de Castro Lopes	056.318.854-50	10410.723987/2017-12

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PLINIO ALVES FEITOSA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007 e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.728399/2017-40, declara:

Art. 1º Co-habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), a empresa AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 39.469.291/0001-05, tendo por objeto o fornecimento de todos os materiais e a execução de todos os trabalhos necessários à completa implantação, testes e comissionamento, entrada em operação e perfeito funcionamento do empreendimento, na modalidade Empreitada Integral por Preço Fixo Global, nos termos do Edital e do Contrato de Concessão, observado os termos do Contrato firmado entre as partes e da Engenharia Básica aprovada pela ANEEL. Projeto localizado no Estado da Bahia, de titularidade da Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 26.845.497/0001-32, matrícula CEI nº 70.014.20714/70, com previsão de conclusão em agosto/2020, aprovado pela Portaria nº 167, de 21 de junho de 2017, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 22 de junho de 2017, Seção 1, página 44.

Art. 2º A referida empresa participa do Consórcio Linhão BA-PI, inscrito no CNPJ sob o nº 28.608.536/0001-03.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 115, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara inaptas as inscrições das pessoas jurídicas, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, por omissão de declarações.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 41, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Declarar INAPTAS as inscrições das pessoas jurídicas, abaixo relacionadas, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, por omissão de declarações.

NOME	CNPJ
ADENIZIA DE FATIMA BANDEIRA 05131306671	18.400.100/0001-70
ALEX GARCIA 08066565658	17.752.468/0001-35
ALEXANDRE MARCATO FIGUEIREDO 99410877687	18.977.118/0001-30
AMANDA CAROLLYNE DE SANTANA SILVA 21779904835	20.829.785/0001-17
ANGELINA GERMANA TORRES 58906959672	15.215.773/0001-62
ANTONIO CARLOS BERALDO 80811175804	18.269.380/0001-20
BRENO APARECIDO ANGELO 10866349693	19.315.832/0001-25
CLAUDIA KELLY VAZ OLIVEIRA 05019979627	15.573.114/0001-06
CLEUSLEY MARTINS DE ALMEIDA 04420398671	12.652.895/0001-28
EDIVALDO BATISTA CHAVES 08113907645	18.917.996/0001-60
EDNALDO DONIZETE DE PAIVA 04599811610	18.001.166/0001-98
ELIANA MARA DA SILVA BRITO 03500167632	15.041.710/0001-37
ELIANE DOS REIS OTAVIANO 06251437600	21.207.830/0001-64
EMILIO DA SILVA RIBEIRO 09009087697	21.791.523/0001-73
EMILIO DOMINGOS BORGES FERREIRA 09665615629	19.508.051/0001-57
FRANCIELLY MORAIS PIRES 05149117609	15.637.271/0001-20
GUILHERME BATISTA DE OLIVEIRA 10337271640	19.764.234/0001-33
GUINALDO CLERIO DA SILVEIRA 53153600678	18.615.227/0001-07
ITAMAR TERRA 64838170610	18.860.712/0001-46
JOAO BATISTA DOS REIS LOPES 06939498648	18.918.382/0001-00
JURACI FERREIRA 03025431636	18.918.654/0001-64
JUVERCI SILVERIO DE SOUZA 56854390672	14.124.624/0001-25
LEONARDO DE PAULA LIMA 12151184650	19.146.114/0001-72
LORENNA BIANCA MENDONCA SILVA 12022065654	21.367.434/0001-02
LUCIANA DE FATIMA VIGILATO 03008351670	14.408.281/0001-20
MARCELO TOSSANI MADEIRA 03783265622	13.260.001/0001-17
MARCIO VICENTE RIBEIRO 58907416672	18.517.404/0001-12
MARCOS MAGALHAES DE MORAIS 07878097640	11.704.232/0001-47
MARIA ADELIA RIBEIRO DE LIMA 68221380644	19.292.236/0001-77
MARIA CRISTINA DE LIMA SILVA 96207019687	19.745.103/0001-09
MARISTELA APARECIDA SILVA 80006515649	15.083.367/0001-93
MICAELE CRISTINA DA SILVA 11470435667	16.563.875/0001-31
MICHELI DE LIMA RIBEIRO DANZIGER 06126369688	21.052.739/0001-17
NEMUEL MUNIZ DA SILVA 01817414313	20.106.026/0001-26
ONEIDE MARIA MORAIS 91491363800	18.327.332/0001-40
PAULO SERGIO GONCALVES 84102535691 - ME	15.000.586/0001-61
RAFAEL DOS SANTOS 53154002634	19.507.860/0001-44
RICARDO DA SILVA 00581285654	15.162.414/0001-94
ROSA CRISTINA DOS REIS CORREA 02240996986	20.330.772/0001-07
SAMANTA SUELEM MADEIRA 11564515664	21.716.850/0001-60
VALDIRENE APARECIDA ALVES DE PAULO 93021216668	17.979.181/0001-42
VALTINHO JOSE DE SOUZA 80005446600	15.357.835/0001-70
VANIA DANIELA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA 07872812630	11.681.672/0001-26
VANIA GOMES MACEDO 46665285634	19.589.895/0001-70
VANILDA DA COSTA MENDES QUEIROZ 06499585602	15.200.757/0001-04

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 221, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 512 de 2 de outubro de 2013 e publicada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2013, com base na Lei nº 9.430/96, e na Lei nº 11.941/09, e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º - TORNAR INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica(CNPJ) da sociedade abaixo, conforme os artigos 40, inciso II e 42, inciso I e parágrafo 3º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, em virtude da empresa não ter sido localizada em seu domicílio fiscal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO	INSCRIÇÃO CNPJ	NOME EMPRESARIAL
12448.728534/2017-81	11.106.926/0001-82	DRYPLAC DISTRIBUIDORA DE SISTEMAS CONSTRUTIVOS LTDA-EPP

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo os efeitos constantes dos art. 45 e 47 da supracitada Instrução Normativa.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 222, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2017

Promove a nulidade de ofício do ato cadastral da pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, e com base nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULA a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade abaixo, conforme artigo 35, I (atribuição de mais de um número de inscrição no CNPJ para o mesmo estabelecimento), e parágrafos, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	INSCRIÇÃO CNPJ	NOME EMPRESARIAL
10805.724848/2016-91	21.629.312/0001-39	BRICOLAGE INVESTISSEMENT FRANCE

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 145, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Libera restrição de veículo importado que especifica.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 12448.728090/2017-83 e com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, publicado no DOU de 06 de fevereiro de 2009, declara:

Art. 1º Encontra-se liberado, sem promitente comprador, com dispensa de tributos por efeito de depreciação, o veículo da marca I/BMW, Modelo X3 XDRIVE 2.0I WX31, Ano de Fabricação/Modelo 2014/2015, cor PRETA, Chassi nº WBAWX3104F0G38203, Placa LRJ5472, Renavam nº 01019294210, em nome de Nicola Joseph Georges Sartini, CPF nº 062.459.987-60, importado por meio da DI nº 14/1353636-2, desembaraçada em 21/07/2014 na Alfândega do Porto de São Francisco do Sul.

Parágrafo único. Este ato declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 2º Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Revoga o ADE/SRRF08 Nº 143/2009.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais, com a competência conferida pelo artigo 3º - § 2º - da Instrução Normativa SRF nº 114, de 31 de dezembro de 2011, e à vista do que consta do processo nº 11128.004634/2008-87, declara:

1. FICA REVOGADO o Ato Declaratório Executivo/SRRF08 nº 143, de 18 de dezembro de 2009, publicado no DOU de 23 de dezembro de 2009, mediante o qual se reconheceu, a título precário, a situação de fiscalização em caráter permanente do Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX situado na Rua Boris Kauffmann, 218 - bairro Chico de Paula, Santos/SP, então administrado por Hipercon Terminais de Cargas Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 57.246.266/0036-66.

2. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

PORTARIA Nº 194, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Atribui atividades para as EQOPs, em caráter excepcional e concomitante, no âmbito desta ALF/GRU.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU Seção 1 de 17/05/2012, resolve:

Art. 1° Atribuir às Equipes Operacionais de Vigilância Aduaneira (EQOPs) desta ALF/GRU, em caráter excepcional e concomitante, as atividades contidas nos incisos III, VI e X do art. 3º, nos incisos I, II, III, V, VI, VII e VIII do art. 10º e nos incisos I, II e V do art. 23 da Portaria ALF/GRU 178/2012.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados pelos servidores, no uso das atividades acima atribuídas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Cancela a inscrição no Regime Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão em livros, jornais e periódicos, de que tratam os artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de quatro de junho de 2009, e a Instrução Normativa RFB nº 976, de sete de dezembro de 2009, e alterações.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de sete de dezembro de 2009, e em face do que consta do processo administrativo nº 10860.721249/2017-32, resolve:

Art. 1º CANCELAR, a pedido, a inscrição no regime especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão em livros, jornais e periódicos, sob o nº GP-08108/006, concedida mediante Ato Declaratório Executivo nº 11, de 17 de abril de 2002, ao estabelecimento da empresa GRÁFICA EDITORA MINERVA LTDA, CNPJ Nº 45.171.139/0001-36, localizado na Praça Doutor Monteiro, 90, Centro - Taubaté/SP, em consonância com o disposto no artigo 7º, inciso III e parágrafo 3º, da IN RFB nº 976/2009, e alterações.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara o credenciamento de peritos.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 314, incisos II e VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17 de maio de 2012, e consoante o disposto no inc. III e §único do art. 813 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31 de março de 2010, e nas suas posteriores alterações, e em observância aos preceitos do Direito Público e, em especial, às disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no Relatório da Comissão de Seleção designada pela Portaria ALF/SFS nº 14, de 13 de julho de 2017, e considerando o que consta do processo administrativo nº 10920-723.419/2017-61, declara:

Art. 1º Homologado o processo seletivo, realizado nos termos do Edital de Seleção de Peritos ALF/SFS nº 1/2017.

Art. 2º Credenciados, a título precário, sem vínculo empregatício, no âmbito desta Alfândega, para a prestação de serviços de perícia técnica, quando necessária no curso de procedimento fiscal e solicitada pela fiscalização aduaneira, visando a identificação ou quantificação de mercadoria importada ou a exportar, emissão de laudos técnicos sobre o estado e o valor residual de bens e emissão de laudos ou pareceres técnicos especiais em processos fiscais ou em outros casos, os seguintes peritos nas Áreas de Especialização em:

AGRONOMIA

INTERESSADO	REGISTRO PROFISSIONAL	DOSSIÊ
MARCIO AUGUSTO ZANICOSKI DE ARAUJO	065134-2	10120-003496/0917-84
PERCY JACOBS FILHO	PR-137416/D	10120-003515/0917-72

ARQUEAÇÃO

INTERESSADO	REGISTRO PROFISSIONAL	INTERESSADO
HERON LULLEZ	PR-6790/D	10120.004494/0917-11
JOSÉ FERNANDO FETT MARQUES	RS053360	10120-002782/0917-22
MARCOS VINICIUS CAMPOS RODRIGUES COELHO	22658/TD	10120-004492/0917-13
CLAUDIO OSNY LINDENMEYER	RS061227	10120-004883/0917-38
JOSE CARLOS SPERANDÉO	0600475839	10120-004666/0917-48
PAULO VITOR RAMOS GUIMARÃES SOUZA	A89828-7	10120-004946/0917-56
FERNANDO HENRIQUE CAMARGO FREITAS	RS199879	10120.004859/0917-07
ÂNGELA RAMOS GUIMARÃES SOUZA	PR-141763/D	10120-004827/0917-01
PERCY JACOBS FILHO	PR-137416/D	10120-003523/0917-19
MARCIO AUGUSTO ZANICOSKI DE ARAUJO	065134-2	10120-003509/0917-15

CIVIL

INTERESSADO	REGISTRO PROFISSIONAL	DOSSIÊ
FÁBIO LUÍS FINDER	SC S1 040683-1	10120-004279/0917-10
JOSÉ FERNANDO FETT MARQUES	RS053360	10120-002795/0917-00
ANGELA RAMOS GUIMARÃES SOUZA	PR-141763/D	10120-004841/0917-05

ELÉTRICA

INTERESSADO	REGISTRO PROFISSIONAL	DOSSIÊ
ACÁCIO FARINELLA	2602137790	10120-003987/0917-25
JOSÉ CARLOS SENCINI	0600769464	10120-004370/0917-27
JOSÉ RICARDO GUEDES FREI	260236640-4	10120-003990/0917-49

ELETRÔNICA

INTERESSADO	REGISTRO PROFISSIONAL	DOSSIÊ
CELSO ANTÔNIO ZUGNO FILIPPINI	RS035489	10921-720.796/2013-13
JOSE CARLOS SENCINI	600769464	10120-004348/0917-87
EDSON ANTÔNIO DE OLIVEIRA	601616522	10120-004267/0917-87

MECÂNICA

INTERESSADO	REGISTRO PROFISSIONAL	DOSSIÊ
GUILHERME PIANOVSKI JUNIOR	PR-18160/D	10120-003162/0917-19
ATHOS UBIRAJARA DA FROTA SILVA	026117-6	10120.001873/0917-41
FÁBIO CAMPOS FAATALLA	605021110	10120-003443/0917-63
SÍLVIO MARCOS BRAZ	PR-96704/D	10120.004404/0917-83
JOSE ALEXANDRE DE CAMPOS	PR-97486/D	10120-004908/0917-01
CLÁUDIO OSNY LINDENMEYER	RS061227	10120-004858/0917-54
CLEBERSON JEAN DE SOUSA	114402-3	10120-004651/0917-80

METALURGIA

INTERESSADO	REGISTRO PROFISSIONAL	DOSSIÊ
JOSÉ MOUTINHO MOREIRA DA SILVA	0600562750	10120-004411/0917-85
NORBERTO ANTONIO GHIGGI	RS013156	10120-004685/0917-74"

QUÍMICA

INTERESSADO	REGISTRO PROFISSIONAL	DOSSIÊ
LUIZ AURÉLIO ALONSO	0600324653	10120-002828/0917-11
DENYO SILVA	13200078	10120-003180/0917-92
HERON LULLEZ	PR-6790/D	10120.004536/0917-13
JOSE CARLOS SPERANDÉO	0600475839	10120-004671/0917-51
SÔNIA REGINA LIRANI	PR-21309/D	10120-004166/0917-14
ELIANE SIQUEIRA RAZZOTO	09201704	10120.003792/0917-85
ANGELO ADOLFO RUZZA	-	10120-003820/0917-64

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

INTERESSADO	REGISTRO PROFISSIONAL	DOSSIÊ
ADEMAR TITTON	000088	10120-003249/0917-88

TÊXTIL

INTERESSADO	REGISTRO PROFISSIONAL	DOSSIÊ
ALEXANDRE EDUARDO SANTOS RATON	5060857105	10120-004065/0917-35
FÁBIO CAMPOS FATALLA	0605021110	10120-003451/0917-18
JOSÉ ANTÔNIO BAUAB FILHO	682477482	10120-004132/0917-11
GUILHERME VENANCIO DE OLIVEIRA	5062615116	10120-003730/0917-73
AHMAD SALAH ALI	5062594476	10120-004003/0917-23
PATRICIA CRISTINA GARCIA DE SOUSA MARÇAL	5061130820	10120-004185/0917-32
CARLOS ALBERTO GOMES DE AZEVEDO	5061284272	10120-004136/0917-08

Art. 3º - O credenciamento dos profissionais aqui relacionados terá vigência de 02 (dois) anos, contados a partir de 1º/01/2018.

Art. 4º - Os candidatos habilitados, não credenciados, ficam sujeitos a credenciamento precário a qualquer tempo para o período remanescente deste Ato Declaratório Executivo, conforme o disposto no item 10.6 do Edital de Seleção de Peritos ALF/SFS Nº 1/2017.

EDWILSON PASCOAL DA MOTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 296, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativo a Proforma Invoice 0007166771, para o produto e quantidade abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 297, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativo a Proforma Invoice 0007166772, para o produto e quantidade abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 298, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativo a Proforma Invoice 0007166773, para o produto e quantidade abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 299, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativo a Proforma Invoice 0007166774, para o produto e quantidade abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 300, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativo a Proforma Invoice 0007166775, para o produto e quantidade abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 301, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativo a Proforma Invoice 0007166776, para o produto e quantidade abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 302, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativo a Proforma Invoice 0007166777, para o produto e quantidade abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE PARANAGUÁ, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 810, § 3º, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010,

DECLARA:

Art. 1º A inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física:

CPF	NOME	PROCESSO
045.528.479-29	EDER SERAFIM DO ROSARIO	10907.721976/2017-16

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro supramencionado deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro. O número de registro do Ajudante de Despachante Aduaneiro corresponderá ao mesmo número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) na RFB, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GERSON ZANETTI FAUCZ

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 24, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara a habilitação de pessoa jurídica no RECAP

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS, RS, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 224 e 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006, e o constante do processo administrativo n° 11050.721297/2017-28, resolve:

Art. 1º Habilitar no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), instituído pela Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, a empresa LatAm Forest Brazil Indústria de Madeiras Ltda., CNPJ 15.063.774/0001-39, com sede na rua Romar Demétrio Vanzin, nº 5.240, Zona Portuária, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VLADIMIR TEIXEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

INSTRUÇÃO Nº 15, DE 8 DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre medidas prudenciais preventivas destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Regime de Previdência Complementar operado por Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, na 381ª sessão ordinária, realizada em de 06 de dezembro de 2017, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o art. 2º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, resolve:

Capítulo I - Disposições gerais

Art. 1º Esta Instrução dispõe sobre medidas prudenciais preventivas aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com o objetivo de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios e de cada entidade de previdência complementar, bem como o regular funcionamento do Regime de Previdência Complementar Fechado.

Parágrafo único. As medidas prudenciais preventivas de que trata esta Instrução serão adotadas por decisão fundamentada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) junto à EFPC, sem prejuízo da aplicação de penalidades eventualmente incidentes na espécie.

Capítulo II - Das situações passíveis de aplicação das Medidas Prudenciais Preventivas

Art. 2º A Previc, em avaliação discricionária das circunstâncias de cada caso, poderá determinar a adoção das medidas prudenciais preventivas indicadas no art. 3º ao verificar a ocorrência de uma das seguintes situações:

I - inobservância de padrões de segurança que comprometam a liquidez e a solvência, tanto pelo enfoque dos investimentos quanto atuarial, dos planos de benefícios, isoladamente, e da EFPC, no conjunto de suas atividades;

II - insuficiência de elementos para avaliação da situação econômico-financeira ou dos riscos inerentes à entidade, em função de deficiências na prestação de informações à Previc;

III - grave deterioração ou perspectiva de grave deterioração da situação econômico-financeira dos planos de benefícios, independentemente de descumprimento de regras de solvência ou dos demais limites operacionais estabelecidos na regulamentação;

IV - aplicação de recursos de forma inadequada ou em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos competentes;

V - exposição a riscos incompatíveis com as estruturas de gerenciamento e de controles internos da entidade;

VI - práticas de governança que comprometam o regular funcionamento e as atividades operacionais da EFPC;

VII - projeção de inviabilidade dos planos de benefícios ou da EFPC;

VIII - inobservância a disposições estatutárias ou a obrigações previstas nos regulamentos dos planos de benefícios, convênios de adesão ou contratos dos planos coletivos;

IX - falta de segregação de atividades e conflito de interesses entre as funções de dirigentes, conselheiros, colaboradores e prestadores de serviços, em situações que comprometam o regular funcionamento e as atividades operacionais da EFPC; e

X - outras situações que, a critério da Previc, possam acarretar grave risco aos planos de benefícios, à EFPC ou ao regular funcionamento do Regime de Previdência Complementar Fechado.

Capítulo III - Das Medidas Prudenciais Preventivas

Art. 3º Configurada a ocorrência de qualquer uma das situações descritas no artigo 2º, a Previc poderá adotar ou determinar uma ou mais das seguintes medidas prudenciais preventivas, concomitante ou sucessivamente:

I - implantação de controles e procedimentos operacionais adicionais;

II - redução de exposição a riscos considerados inadequados ou incompatíveis com as estruturas de gerenciamento e de controles internos da entidade;

III - exigência de critérios adicionais que venham a preservar a liquidez e a solvência dos planos de benefícios;

IV - observância de limites operacionais mais restritivos na aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios;

V - limitação ou suspensão da prática de modalidades operacionais ou de determinadas espécies de operações ativas;

VI - instauração de processo administrativo disciplinar determinando o afastamento cautelar do dirigente ou conselheiro até sua conclusão;

VII - suspensão cautelar da habilitação de diretores e conselheiros;

VIII - transferência de planos de benefícios para outra EFPC;

IX - suspensão de qualquer forma de remuneração variável para gestores da EFPC ou proibição de aumento de proventos;

X - limitação ou impedimento de atividades de prestadores de serviço; e

XI - alteração de estatuto, regulamento ou convênio de adesão.

Capítulo IV - Da Convocação dos Representantes Legais

Art. 4º A Previc, sem prejuízo da adoção das medidas prudenciais preventivas previstas no art. 3º, em vista de uma das situações previstas no art. 2º, poderá convocar os representantes legais da EFPC para:

I - prestar esclarecimentos sobre as causas da situação que ensejou a adoção de medidas prudenciais preventivas;

II - apresentar plano para a solução da situação que ensejou a adoção das medidas prudenciais preventivas, com a indicação de metas quantitativas e qualitativas a serem atingidas, a anuência de todas as partes envolvidas na consecução do plano e o estabelecimento de cronograma para sua execução.

§ 1º O plano de que trata o inciso II deverá ser aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, com a ciência do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, se houver.

§ 2º A Previc poderá determinar que o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da entidade elabore relatórios de acompanhamento da execução do plano mencionado no inciso II.

§ 3º Aplicam-se ao disposto neste artigo os seguintes procedimentos:

I - o comparecimento dos representantes deverá ocorrer no prazo máximo de dez dias contados da data da convocação, que poderá ser formalizado em termo específico lavrado pela Previc;

II - o plano deverá ser apresentado à Previc no prazo por ela estabelecido, o qual não deverá ser superior a sessenta dias, contado da data da convocação referida no inciso anterior;

III - o plano deverá ser executado no prazo aprovado pela Previc.

Art. 5º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor-Superintendente
Substituto

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 1.135, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001823/2017-55, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada da patrocinadora CPE - Compostos Plásticos de Engenharia Ltda., atual denominação social da Trinseo do Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda., CNPJ nº 11.272.246/0001-39, do Plano Prevstyron - CNPB nº 2011.0010-56, administrado pelo MULTIPREV - Fundo Múltiplo de Pensão, CNPJ nº 67.846.188/0001-64.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 44, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Portaria SECEX nº 17, de 9 de maio de 2017, para ampliar o rol de entidades habilitadas a emitir Certificados de Origem Digital (COD) no comércio com a Argentina, no âmbito dos Acordos de Complementação Econômica (ACE) Nºs 14 e 18.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 8.917, de 29 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Fica incluído o art. 1º-A à Portaria SECEX nº 17, de 9 de maio de 2017, com a seguinte redação:

"Art. 1º-A A partir de 18 de dezembro de 2017, as seguintes entidades ficam habilitadas a emitir COD nas exportações preferenciais à Argentina realizadas ao amparo dos Acordos de Complementação Econômica Nºs 14 e 18:

Entidade	Código da Entidade para emissão do Certificado de Origem Digital (COD)
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amazonas (Fecomércio AM)	058
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio MG)	062

" (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

CONSULTA PÚBLICA Nº 31, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8o e 9o da Portaria Interministerial MDIC/MCT no 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de MÁQUINA AUTOMÁTICA PARA PROCESSAMENTO DE DADOS DIGITAL, PORTÁTIL (NCM: 8471.30.12 e 8471.30.19) - "NETBOOK, NOTEBOOK e ULTRABOOK".

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/competitividade-industrial/ppb/2230-consulta-ppb-2017

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, mctic.ppb@mctic.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

IGOR NOGUEIRA CALVET

ANEXO

PROPOSTAS Nº 039, 045 E 054/2017 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO DE MÁQUINA AUTOMÁTICA PARA PROCESSAMENTO DE DADOS DIGITAL, PORTÁTIL (NCM: 8471.30.12 e 8471.30.19) - "NETBOOK, NOTEBOOK e ULTRABOOK:

I. ALTERAR A REGRA PARA MÓDULO DE MEMÓRIA RAM:

"Art. 1º .....

.....

§ 3º .....

.....

VI - placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos, que implementem as funções de memória (módulos de memórias RAM):

Ano calendário	2017	2018 em diante
Produzidos de acordo com o PPB específico	70%	80%
Montada no País	10%	10%
Totais produzidos no País	80%	90%

....." (NR)

"Art. 2º .....

§ 16. Excepcionalmente para o ano de 2017 e exclusivamente para as placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implementem as funções de memória (módulos de memórias RAM) descritas no inciso VI do § 3º do art. 1º, a empresa poderá compensar a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, limitado a 10% da produção anual, em unidades produzidas, até 31 de dezembro de 2019, sem prejuízo das obrigações correntes, nos anos calendário respectivos." (NR)

II.ESTABELECER A TROCA DO CUMPRIMENTO DE CIRCUITOS INTEGRADOS POR MÓDULOS DE MEMÓRIA:

"Art. 1º .....:

.....

§ 22. Excepcionalmente para os anos de 2017 e 2018, a obrigatoriedade constante no inciso IX do § 3º para componente de memória LPDRAM, poderá ser compensada com módulo de memória RAM, fabricado de acordo com respectivo PPB, na proporção de 2 (dois) circuitos integrados para cada módulo de memória RAM, sem prejuízo da obrigação para este item.

§ 23. Excepcionalmente para os anos de 2017 e 2018, a obrigatoriedade constante no inciso X do § 3º para componente de memória eMMC (embedded multi card), poderá ser compensada com módulo de memória RAM, fabricado de acordo com respectivo PPB, na proporção de 1 (um) circuito integrado para cada módulo de memória RAM, sem prejuízo da obrigação para este item.

§ 24. Excepcionalmente para os anos de 2017 e 2018, a obrigatoriedade constante no inciso VII do § 3º para circuitos integrados DRAM, poderá ser compensada com módulo de memória RAM fabricado de acordo com respectivo PPB, na proporção de 4 (quatro) circuitos integrados para cada módulo de memória RAM, sem prejuízo da obrigação para este item." (NR)

III.ESTABELECER A TROCA DO CUMPRIMENTO DE CIRCUITOS INTEGRADOS E MÓDULOS DE MEMÓRIA POR INVESTIMENTO ADICIONAL EM P&D:

"Art. 1º .....:

.....

§ 25. Excepcionalmente para o ano de 2017, a empresa poderá optar, alternativamente à obrigação constante no inciso VI do § 3º, por realizar investimento adicional de 1,3% (um inteiro e três décimos por cento) em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) sobre seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização, com fruição de benefício fiscal, das MÁQUINAS AUTOMÁTICAS PARA PROCESSAMENTO DE DADOS DIGITAL, PORTÁTIL (NCM: 8471.30.12 e 8471.30.19) - "NETBOOK, NOTEBOOK e ULTRABOOK", deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, no ano-calendário, de forma proporcional, limitada a 200.000 unidades.

§ 26. Excepcionalmente para o ano de 2017, a empresa poderá optar, alternativamente à obrigação constante no inciso VII do § 3º, por realizar investimento adicional de 0,5% (cinco décimos por cento) em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) sobre seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização, com fruição do benefício fiscal, das MÁQUINAS AUTOMÁTICAS PARA PROCESSAMENTO DE DADOS DIGITAL, PORTÁTIL (NCM: 8471.30.12 e 8471.30.19) - "NETBOOK, NOTEBOOK e ULTRABOOK", deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, no ano-calendário, de forma proporcional, limitada a 70.000 unidades.

§ 27. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) adicionais ao exigido pela legislação, a que se referem os §§ 25 e 26 deste artigo, deverão ser aplicados:

a) em Programas de Inovação Aberta (startups) conveniados a CGTEC/SUFRAMA, que se destinem à capitalização de empresas inovadoras ou;

b) Projetos enquadrados nas linhas temáticas prioritárias estabelecidas pelo CAPDA, definidas para o setor de tecnologias da informação e comunicação e inovação." (NR)

IV.AUMENTAR O PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DO RESIDAL DE UNIDADE DE MEMÓRIA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS SSD (SOLID STATE DRIVE):

"Art. 2º .....:

.....

§ 17. Excepcionalmente para o ano de 2016 e exclusivamente para as unidades de armazenamento de dados módulo SSD (Solid State Drive) descritas no inciso VIII do § 3º do art. 1º, a diferença residual de que trata o § 1º do art. 2º poderá ser de até 100% (cem por cento), desde que a empresa cumpra a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro de 2019, sem prejuízo das obrigações correntes, nos anos calendário respectivos." (NR)

V.AUMENTAR A DIFERENÇA RESIDUAL PARA BATERIAS:

"Art. 2º .....:

.....

§ 18. Excepcionalmente para o ano de 2017 e exclusivamente para as baterias ou acumuladores de carga descritos no inciso IV do § 3º do art. 1º, a diferença residual de que trata o § 1º do art. 2º, poderá ser de até 20% (vinte por cento), desde que a empresa cumpra com adicional de 50% a quantidade que exceder a diferença residual de 10% em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro de 2018, sem prejuízo das obrigações correntes, no ano calendário respectivo" (NR)

VI.AUMENTAR A DIFERENÇA RESIDUAL PARA PLACAS DE INTERFACE DE COMUNICAÇÃO SEM FIO (WIFI):

"Art. 2º .....:

.....

§ 19. Excepcionalmente para o ano de 2017 e exclusivamente para as placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implementem a função de interfaces de comunicação descritas no inciso II do § 3º do art. 1º, a diferença residual de que trata o § 1º do art. 2º, poderá ser de até 30% (trinta por cento), desde que a empresa cumpra com adicional de 50% a quantidade que exceder a diferença residual de 10% em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro de 2020, sem prejuízo das obrigações correntes, no ano calendário respectivo." (NR)

PORTARIA Nº 103, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº01250.077022/2017-35, e no processo MDIC nº 52001.101477/2017-51, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa INTELBRAS S.A.INDSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 82.901.000/0001-27, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO
APARELHO CONCENTRADOR, PARA TRANSMISSÃO E REPRODUÇÃO DE VOZ, IMAGEM E OUTROS DADOS EM REDES DE COMUNICAÇÃO	CONCENTRADOR DE INTERFACES DE DADOS - OLT8820I

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF no 816, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 595, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 32 da Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, e os termos do Parecer Técnico nº 0088/2017 - COPIN/CGAPI/SPR, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o remanejamento de cotas de importação de insumos no montante de US$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) do produto PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA) - Cód. Suframa 0361, aprovado pela Resolução nº 0035, de 31/01/2014, para o produto SUBCONJUNTO TAMPA TRASEIRA PARA TELEVISOR COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO - Cód. Suframa 1836, aprovado pela Portaria nº 0020, de 17/01/2017, em nome da empresa BRITÂNIA COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA., com inscrição SUFRAMA nº 20.1415.01-1 e CNPJ nº 13.699.433/0001-29

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 673, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e considerando o disposto no art. 2-A, incluído pela Medida Provisória nº 786, de 12 de julho de 2017, na Lei 11.578, de 26 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1° Instituir como obrigatórias as transferências aos entes federados necessárias à execução das ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, conforme informações constantes na tabela.

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	CÓDIGO DO EMPREENDIMENTO	DETALHAMENTO	MUNICÍPIO / UF
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Ampliação de estradas vicinais com execução de obras de arte.	RORAINÓPOLIS - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Serviços de pavimentação asfáltica, drenagem e urbanização em ruas e avenidas.	SÃO LUIZ - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação e acessibilidade de ruas e avenidas com calçadas, meio fio e sarjetas na sede do município.	IRACEMA - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação em vias.	SÃO LUIZ DA BALIZA - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação Asfáltico, Drenagem Superficial, Calçadas para Pedestre e Sinalização Viária.	NORMANDIA - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação asfáltica.	CAROEBE - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação de vias.	RORAINÓPOLIS - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação em vias.	MUCAJAÍ - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação asfáltica.	CARACARAÍ - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Implantação de Sistema de Macrodrenagem urbana e pavimentação de via.	FILADÉLFIA - TO
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Iluminação pública - MT 358.	TANGARÁ DA SERRA - MT
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Pavimentação em vias.	GURUPI - TO
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Drenagem e pavimentações da ruas onde ocorrem a feiras no bairro vi ando a promoção de ações de desenvolvimento para apoio a projetos de ação estruturação e din amização de atividades produtiva, no município.	ARAPIRACA - AL
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	1ª Etapa de obras de esgotamento sanitário, terraplanagem, drenagem e pavimentação de ruas no conjunto Hélio Jatobá no município.	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Recuperação de Estradas Vicinais no município.	PERITORÓ - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Construção de uma central de abastecimento CEASA no município.	IMPERATRIZ - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Reforma e adequação do Mercado Central.	CAXIAS - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Implantação do Centro de Comercialização de Produtos Regionais de Imperatriz.	IMPERATRIZ - MA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Implantação do Centro de Comercialização de Produtos Comestíveis - Panelodromo de Imperatriz.	IMPERATRIZ - MA

Art. 2º Compete à Secretaria ou Entidade Vinculada da Administração Pública Federal, a qual estiver consignada a dotação orçamentária relativa à ação constante na tabela acima, a análise e aprovação formal pela unidade competente do termo de compromisso de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

Parágrafo único. Na hipótese de a transferência obrigatória ser efetivada por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União, caberá a essas entidades a aprovação de que trata o caput deste artigo.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MI nº 262, de 13 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 239, em 14 de dezembro de 2017, Seção 1, pag 97, onde se lê: para até 8/1/2017, leia-se: para até 8/1/2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.170, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Revoga a Portaria n° 665, de 9 de agosto de 2017, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições previstas no art. 87 da Constituição e no Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017, resolve

Art. 1° Revogar a Portaria nº 665, de 9 de agosto de 2017, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que institui o Comitê de Supervisão do Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública e de seus órgãos específicos singulares e entidades vinculadas, com a finalidade de manter permanente acompanhamento do processo de planejamento e execução orçamentária e financeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.171, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Prorroga o prazo de que trata o caput do art. 6º da Portaria nº 1.414, de 26 de dezembro de 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, no Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994, na Portaria nº 1.414, de 26 de dezembro de 2016, e no Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017, resolve

Art. 1º O prazo previsto no caput do art. 6º da Portaria nº 1.414, de 26 de dezembro de 2016, para a utilização dos recursos transferidos, de forma obrigatória, do Fundo Penitenciário Nacional aos fundos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previstos nos incisos I a IV do caput do art. 3º-A, da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, fica prorrogado para 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.172, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo do Mandado de Segurança nº 18.901 - DF (2012/0156906-8), do Superior Tribunal de Justiça, resolve:

I - ANULAR a Portaria Ministerial nº 1.475, de 19 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 20 de julho de 2012.

II - RESTABELECER os efeitos da Portaria Ministerial nº 1.735, de 31 de agosto de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 1º de setembro de 2005, que declarou CLAUDEMIRO BAPTISTA DE SOUZA anistiado político.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 1.753, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Ato de Concentração nº 08700.004163/2017-32. Requerentes: Grupo Petrotemex, S.A. de C.V. e Petróleo Brasileiro S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Alex Azevedo Messeder e outros. Terceiro Interessado: M&G Polímeros Brasil S.A. Advogados: Juliano Maranhão e outros.

Acolho o Parecer nº 22/2017/CGAA2/SGA1/SG, de 15 de dezembro de 2017 e, com fulcro no §1° do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos do art. 13, X, e art. 57, II, da Lei nº 12.529/11, c/c o art. 165 do Regimento Interno do Cade, ofereço impugnação da presente operação ao Tribunal e recomendo sua aprovação, condicionada à celebração do Acordo em Controle de Concentrações proposto pelos Requerentes.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 6.287, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95805 - DPF/STS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0139-70, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.461, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/93761 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VALE VERDE EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 02.414.858/0003-90 para atuar no Rio Grande do Norte.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.523, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/83198 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0008-47, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 2584/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.619, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/96328 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JUIZ DE FORA EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.717.460/0003-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2615/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.651, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/99803 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MODUS CENTRO DE FORMACAO E RECICLAGEM EM SEGURANCA LTDA. , CNPJ nº 10.385.850/0003-70, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Carabinas calibre 38

6262 (seis mil e duzentas e sessenta e duas) Munições calibre .380

1532 (uma mil e quinhentas e trinta e duas) Munições calibre 12

127824 (cento e vinte e sete mil e oitocentas e vinte e quatro) Espoletas calibre 38

40000 (quarenta mil) Estojos calibre 38

3500 (três mil e quinhentos) Gramas de pólvora

127824 (cento e vinte e sete mil e oitocentos e vinte e quatro) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.654, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/101521 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PERSONAL SECURITY CURSOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.086.345/0001-00, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

15 (quinze) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.682, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95214 - DPF/PCA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRABSEC-SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 21.303.203/0001-27, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2687/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.686, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/96636 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARCHANGELS SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 04.932.123/0001-11, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2627/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.693, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/91259 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa G.F. COBRA MATE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 02.762.216/0001-10, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.697, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/79034 - DPF/IJI/SC, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa INGÁ VIGILANCIA LTDA. - ME, CNPJ nº 14.196.793/0003-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2356/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 6.699, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/86323 - DPF/MII/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa R 2 S SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 20.979.890/0001-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2490/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.711, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/93669 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARTOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 19.809.674/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 2597/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.713, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95312 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GTA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 12.637.331/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2513/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.715, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/100596 - DPF/VAG/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa POUSOSEG SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 20.020.309/0001-50, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

116 (cento e dezesseis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.724, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/91247 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TARTALIA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 11.898.403/0002-05, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Da empresa cedente VBR VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 97.527.175/0001-93:

16 (dezesseis) Espingardas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

25 (vinte e cinco) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente VBR VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 97.527.175/0001-93:

84 (oitenta e quatro) Munições calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

522 (quinhentas e vinte e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.725, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97885 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ANGEL´S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 03.372.304/0001-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2577/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.729, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/99760 - DPF/XAP/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PATRIA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.813.930/0001-39, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Da empresa cedente INVIOSAT SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.168.167/0001-05:

7 (sete) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.731, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/79162 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

CONCEDER autorização à empresa HOSPITAL DE OLHOS DE CUIABÁ LTDA - EPP, CNPJ nº 00.108.558/0001-95, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

18 (dezoito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.735, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/100108 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa JUMPER SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP, CNPJ nº 26.886.266/0001-77, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

12 (doze) Revólveres calibre 38

144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES

PORTARIA Nº 110, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Descredencia a empresa SINAL VERDE TURISMO LTDA da execução dos serviços de escolta "de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 25, inciso XI, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Feeral, instituído pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça;

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no processo nº 08661000882/1998-55, resolve:

Art. 1º DESCREDENCIAR a empresa SINAL VERDE TURISMO LTDA, credencial nº 84, inscrita no CNPJ sob nº 00.213.001/0001-14, estabelecida à Avenida João Ponce Arruda, 258, Bairro Aeroporto, Várzea Grande/MT, da EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESCOLTA "de TERCEIROS", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 317/1998-DG, que credenciou a referida empresa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CARVALHO CURCINO GONTIJO

PORTARIA Nº 114, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Descredencia a empresa ADJLM Escolta e Locação de Veículos LTDA da execução dos serviços de escolta "Própria e de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 25, inciso XI, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Feeral, instituído pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça;

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no processos Nº 08669.005053/2008-31 e Nº 08650.025169/2017-86, resolve:

Art. 1º DESCREDENCIAR a empresa ADJLM Escolta e Locação de Veículos LTDA, credencial nº 186, inscrita no CNPJ sob nº 09.537.410/0001-40, estabelecida à Rua José Luiz Pereira, nº 310, Bairro Monte Líbano, Campo Grande/MS, da EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESCOLTA "PRÓPRIA E DE TERCEIROS", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Revogam-se a Portaria nº 046/2008-CGO, publicada em 02/09/2008, que credenciou a referida empresa, e a Portaria nº 112/2017-CGO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CARVALHO CURCINO GONTIJO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

RETIFICAÇÕES

Nas Portarias Nº 198 e 199, de 08 de setembro de 2017, publicada no Diário da União em 13 de setembro de 2017, Seção 1, p.50

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Nas Portarias Nº 201 e 202, de 15 de setembro de 2017, publicada no Diário da União em 20 de setembro de 2017, Seção 1, p.30

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Nas Portarias Nº 203, 204, 205, 206 e 207, de 20 de setembro de 2017, publicada no Diário da União em 26 de setembro de 2017, Seção 1, pág. 36 e 37

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Nas Portarias Nº 208, 209, 210 e 211, de 25 de setembro de 2017, publicada no Diário da União em 28 de setembro de 2017, Seção 1, pág.75 e 76

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

TEXNa Portaria Nº 212, de 28 de setembro de 2017, publicada no Diário da União em 29 de setembro de 2017, Seção 1, pág. 68

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Nas Portarias Nº 214 e 215, de 13 de outubro de 2017, publicada no Diário da União em 17 de outubro de 2017, Seção 1, pág. 31

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Nas Portarias Nº 216, de 16 de outubro de 2017, publicada no Diário da União em 19 de outubro de 2017, Seção 1, pág. 24

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

TEXNa Portaria Nº 217, de 17 de outubro de 2017, publicada no Diário da União em 20 de outubro de 2017, Seção 1, pág. 47

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Na Portaria Nº 220 de 26 de outubro de 2017, publicada no Diário da União em 31 de outubro de 2017, Seção 1, pág. 50

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Nas Portarias Nº 226, e 227, de 3 de novembro de 2017, publicada no Diário da União em 8 de novembro de 2017, Seção 1, pág. 29

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Nas Portarias Nº 228, 229, 230 e 231, de 6 de novembro de 2017, publicada no Diário da União em 8 de novembro de 2017, Seção 1, pág.29

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Na Portaria Nº 232, de 8 de novembro de 2017, publicada no Diário da União em 10 de novembro de 2017, Seção 1, pág. 26

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Nas Portarias Nº 233 e 234, de 10 de novembro de 2017, publicada no Diário da União em 20 de novembro de 2017, Seção 1, pág. 27

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Nas Portarias Nº 235 e 236, de 17 de novembro de 2017, publicada no Diário da União em 23 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 49

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Nas Portarias Nº 238, de 20 de novembro de 2017, publicada no Diário da União em 23 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 49

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Nas Portarias Nº 239 e 240, de 30 de novembro de 2017, publicada no Diário da União em 04 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 33

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Nas Portarias Nº 241, 242, 243, 244 e 245, de 01 de dezembro de 2017, publicada no Diário da União em 05 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 35 e 36

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Nas Portarias Nº 247 e 248 de 08 de dezembro de 2017, publicada no Diário da União em 12 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 38

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Nas Portarias Nº 249, 250 e 251 de 08 de dezembro de 2017, publicada no Diário da União em 13 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 76

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Nas Portarias Nº 252 e 254 de 11 de dezembro de 2017, publicada no Diário da União em 13 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 76 e 77

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve::

Na Portaria Nº 246 de 08 de dezembro de 2017, publicada no Diário da União em 14 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 100

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve:

Na Portaria Nº 253 de 11 de dezembro de 2017, publicada no Diário da União em 14 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 100

Onde se lê:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

Leia-se:

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016 resolve::

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO os pedidos de transformação da residência provisória em permanente, com base no art. 7º da Lei 11.961/ 2009, abaixo relacionados:

Processo nº 08505.093775/2011-11 - YOKO HIGA

Processo nº 08795.002259/2011-69 - ALI TAHA ISMAIL

Determino o arquivamento do pedido de republicação com fundamento no art. 52, da Lei nº 9.784/99 e no art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009, alterada pela Portaria SNJ nº 286, de 07 de dezembro de 2016, sem prejuízo do direito do requerente proceder o respectivo registro junto ao Departamento de Polícia Federal.

Processo nº 08460.022714/2011-24 - LINA JOSEFINA VICTOR

Determino o arquivamento do pedido de republicação com fundamento no art. 52, da Lei nº 9.784/99 e no art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009, alterada pela Portaria SNJ nº 286, de 07 de dezembro de 2016, sem prejuízo do direito do requerente proceder o respectivo registro junto ao Departamento de Polícia Federal.

Processo nº 08460.022715/2011-79 - JOSEFINA VICTOR STEWART

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo nº 08420.010016/2017-48 - CINTIA GISELA ALCARAZ

Processo nº 08354.004555/2017-89 - JHONANTAN MORENO RUEDA

Processo nº 08505.051767/2017-84 - IVANNA CARRILLO BENITES

Processo nº 08495.002808/2017-75 - MARTIN PEQUENO

Processo nº 08460.010478/2017-99 - MARIA DOLORES ARIAS CASTANEDA

Processo nº 08505.317649/2016-63 - ALFREDO SEGOBIA ZARATE

Processo nº 08505.325333/2016-45 - LUIS APAZA MAMANI

Processo nº 08241.000218/2017-90 - WALTER FRED HUAMAN HILARIO

Processo nº 08460.003490/2017-47 - LUIS FRANCISCO ABREU ALVAREZ

Processo nº 08241.001730/2016-72 - LUIS FERNANDO ALFONSO SALAZAR

Processo nº 08400.001020/2017-53 - SANTIAGO MARTINEZ AGUIRRE

Processo nº 08505.065610/2017-36 - CHIWENDU OKEKE

Processo nº 08460.004130/2017-62 - ZHAO YIXIONG

GUSTAVO DE PAULA PORTO
FERNANDES PEIXOTO
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
DIVISÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O CHEFE DA DIVISÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017; e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999; na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; e na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; resolve:

Nº 176 - Notificar a entidade social CENTRO ELOIM DE EQUOTERAPIA E HIPISMO - CEEQ, com sede em CATOLÉ - PB, inscrita no CNPJ sob o nº 08.698.577/0001-20, para ciência de Processo Administrativo e necessidade de atualização cadastral, sob pena de cancelamento da sua qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Fica concedido o prazo de dez (10) dias para manifestação e apresentação de documentos. Processo SEI/MJ nº 08001.005563/2017-42.

Nº 177 - Notificar a entidade social INSTITUTO CRESCE CAMPINA - ICC, com sede em Campina Grande - PB, inscrita no CNPJ sob o nº 16.682.014/0001-72, para ciência de Processo Administrativo e necessidade de atualização cadastral, sob pena de cancelamento da sua qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Fica concedido o prazo de dez (10) dias para manifestação e apresentação de documentos. Processo SEI/MJ nº 08001.005563/2017-42.

Nº 178 - Notificar a entidade social INSTITUTO SERVIÇO BRASILEIRO DE AGENTES DA CIDADANIA - SEBAC, com sede em Campina Grande - PB, inscrita no CNPJ sob o nº 06.030.467/0001-60, para ciência de Processo Administrativo e necessidade de atualização cadastral, sob pena de cancelamento da sua qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Fica concedido o prazo de dez (10) dias para manifestação e apresentação de documentos. Processo SEI/MJ nº 08001.005563/2017-42.

Nº 180 - Notificar a entidade social CREDAÇÃO, com sede em Campina Grande - PB, inscrita no CNPJ sob o nº 03.378.220/0001-41, para ciência de Processo Administrativo e necessidade de atualização cadastral, sob pena de cancelamento da sua qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Fica concedido o prazo de dez (10) dias para manifestação e apresentação de documentos. Processo SEI/MJ nº 08001.005563/2017-42.

EWANDJÔECY FRANCISCO DE ARAÚJO
Chefe

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.413, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Revoga o parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 2.925/GM/MS, de 1º de novembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a necessidade de se adequar o disposto na Portaria nº 2.925/GM/MS, de 1º de novembro de 2017, que revogou os artigos 324 a 339, do Capítulo II, da Seção VII, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica revogado o parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 2.925/GM/MS, de 1º de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 211, de 3 de novembro de 2017, Seção 1, pág 56.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.426, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, do Hospital Santa Casa de Misericórdia e Maternidade e estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Mato Grosso e Município de Rondonópolis.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Titulo X da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata do Cuidado Progressivo ao Paciente Critico ou Grave;

Considerando o Titulo III da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, e regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, do Hospital Santa Casa de Misericórdia e Maternidade, CNES: 2396866, no Município de Rondonópolis/MT, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos no Titulo X da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Mato Grosso e Município de Rondonópolis, no montante anual de R$ 1.118.289,92 (um milhão, cento e dezoito mil duzentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos).

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Municipal de Saúde de Rondonópolis (MT), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o art. 3º relativos aos estabelecimentos consignados ao Programa de Trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção dos serviços de que trata esta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

CNES	Hospital	Nº leitos	Proposta SAIPS
2396866	Santa Casa de Misericórdia e Maternidade - Rondonópolis (MT)		
26.03 Pediátrico		08	13.499

PORTARIA Nº 3.440, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II do Hospital D. Balbina - Irmandade de Misericórdia de Porto Ferreira - Porto Ferreira (SP), e estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de São Paulo e Município de Porto Ferreira.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, título X - Do Cuidado Progressivo ao Paciente Critico ou Grave;

Considerando o Título III da Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS 17.680	Hospital	Nº leitos
CNES: 2082322	Hospital D. Balbina - Irmandade de Misericórdia de Porto Ferreira - Porto Ferreira/SP	
Leito: 26.01 Adulto		04

Art. 2º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Título X, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Fica estabelecido recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de São Paulo e Município de Porto Ferreira, no montante anual de R$ 559.144,96 (quinhentos e cinquenta e nove mil e cento e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Municipal de Saúde de Porto Ferreira (SP), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o art. 3º relativos aos estabelecimentos consignados ao Programa de Trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção dos serviços de que trata esta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.442, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Tomé-Açu, nova), e estabelece recursos a serem destinados ao Estado do Pará e Município de Tomé-Açu (PA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/SAS/MS, de 25 de setembro de 2017, que Redefine os Incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que Consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 892 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que acresce em 30% (trinta por cento) o recurso de custeio para UPA 24h, para os Municípios situados na região da Amazônia Legal, e

Considerando a proposta aprovada e cadastrada no SAIPS nº 16757, de 07 de novembro de 2017, Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Nova, Tomé-Açu) localizada no Município de Tomé-Açu (PA)

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais) a serem destinados ao Estado do Pará e Município de Tomé-Açu (PA), para o custeio da habilitação da Unidade prevista no art. 1º, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Tomé-Açu (PA).

Art. 4º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0015 (PA) - Atenção à Saúde da População para procedimentos de Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade - Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0009 (UPA 24h).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP SEI	Valor repassado anualmente	Gestão	Proposta
PA	Tomé-Açu	150800	9145354	Opção I	2 (dois)	82.66	25000.467606/2017-17	780.000,00	Municipal	16757

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.443, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	CORINTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11505370000117011	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	CURRAL DE DENTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11399952000117004	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	JEQUITAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JEQUITAI	11695652000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	NOVORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11740219000117003	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	PADRE CARVALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11333493000117008	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	RIACHO DOS MACHADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIACHO DOS MACHADOS	13264333000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	TAQUARACU DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAQUARACU DE MINAS	12402366000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
PB	FREI MARTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FREI MARTINHO	11252030000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			8 PROPOSTAS	730.000,00		

PORTARIA Nº 3.444, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160185201700	1.364.771,00	37540007	1.364.771,00	10122201545250023	2785900	1.364.771,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	ARAXA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159999201700	448.930,00	14050008	448.930,00	10122201545250031	2165554 2165619 2165678 2165686 2202735	29.600,00 235.000,00 70.380,00 40.800,00 73.150,00
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	36000160136201700	2.000.000,00	25500006	2.000.000,00	10122201545250051	2655519	2.000.000,00
RN	LAGOA SALGADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA SALGADA	36000160108201700	35.000,00	24480008	35.000,00	10122201545250024	7568223	35.000,00
SP	BERTIOGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BERTIOGA	36000160141201700	137.724,00	30570008	137.724,00	10122201545250035	2083272	137.724,00
SP	FERNANDOPOLIS	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MIS. DE FERNANDOPOLIS	36000160022201700	86.309,00	31340006	86.309,00	10122201545250035	2093324	86.309,00
TOTAL			6 PROPOSTAS	4.072.734,00					

PORTARIA Nº 3.445, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	IRANDUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRANDUBA	12699291000117711	30760007	850.000,00	850.000,00	10302201585350201
BA	CASA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASA NOVA	11696710000117013	30280002	16.630,00	16.630,00	10302201585350029
ES	PRESIDENTE KENNEDY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE KENNEDY-ES	10427499000117004	34460007	299.300,00	299.300,00	10302201585350032
GO	TRINDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRINDADE	11329685000117007	29270008	119.900,00	119.900,00	10302201585350052
PA	BELEM	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	83369835000117013	32140004	1.459.760,00	1.459.760,00	10302201585350308
RR	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA	13464636000117019	22820004	294.600,00	294.600,00	10302201585350238
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DO SUL	03264792000117005	29250002	99.970,00	99.970,00	10302201585350042
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DO SUL	03264792000117006	29250002	99.900,00	99.900,00	10302201585350042
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	13851748000117006	36900003	900.000,00	900.000,00	10302201585350035
SP	TABATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TABATINGA	11857715000117016	31600005	79.990,00	79.990,00	10302201585350035
TOTAL			10 PROPOSTAS			4.220.050,00	

PORTARIA Nº 3.446, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MA	CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAXIAS - FMS	09239491000117024	38530002	900.000,00	900.000,00	10302201585350021
TOTAL			1 PROPOSTAS			900.000,00	

PORTARIA Nº 3.447, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	IRANDUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRANDUBA	12699291000117713	30760007	150.000,00	150.000,00	10302201585350201
PE	PETROLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06914894000117728	37890007	253.670,00	253.670,00	10302201585350026
RJ	NOVA FRIBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA FRIBURGO	11399442000117008	26160020	234.920,00	234.920,00	10302201520B03322
RJ	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO	11171092000117022	30780008	45.000,00	45.000,00	10302201585350033
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	11715094000117007	27840009	184.960,00	184.960,00	10302201520B03341
RS	BUTIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - BUTIA / RS	12113820000117024	30200002	53.360,00	53.360,00	10302201585350043
SC	TUBARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO	09240588000117010	19730009	292.101,00	292.101,00	10302201585354685
TOTAL			7 PROPOSTAS			1.214.011,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.448, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	FEIRA DE SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FEIRA DE SANTANA	08576590000117709	2.200.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			1 PROPOSTA(S)	2.200.000,00		

PORTARIA Nº 3.449, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	AMATURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12747906000117005	170.000,00	0000	10302201585350001
AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12093683000117013	170.000,00	0000	10302201585350001
BA	CRISOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISOPOLIS	11125012000117004	309.950,00	0000	10302201585350001
BA	HELIOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HELIOPOLIS	11510687000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
CE	CASCAVEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASCAVEL	11412197000117706	80.000,00	0000	10302201585350001
CE	TRAIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRAIRI	11421654000117011	80.000,00	0000	10302201585350001
MA	AXIXA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AXIXA	13654382000117009	190.000,00	0000	10302201585350001
MG	CARMO DO RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13751757000117010	80.000,00	0000	10302201585350001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	PARAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAGUACU	13423958000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
MS	PONTA PORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11084263000117003	432.000,00	0000	10302201585350001
MT	RIBEIRAO CASCALHEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRAO CASCALHEIRA	11404669000117003	190.000,00	0000	10302201585350001
PA	BELEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11305777000117003	170.000,00	0000	10302201585350001
PA	SANTA MARIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO PARA	11481192000117004	134.750,00	0000	10302201585350001
PB	BAYEUX	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAYEUX	11685421000117709	170.000,00	0000	10302201585350001
PB	CUITEGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CUITEGI-PB	11780026000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
PB	SOLANEA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOLANEA	13857317000117004	190.000,00	0000	10302201585350001
PR	BOM JESUS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DO SUL	08976611000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	CAMBIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09529049000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	COLOMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09398874000117003	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	COLORADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08788720000117008	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	FAZENDA RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240360000117015	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	SABAUDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SABAUDIA	09618261000117708	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	SALGADO FILHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALGADO FILHO	08992808000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA IZABEL DO OESTE	08916107000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
RR	NORMANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NORMANDIA	12349521000117714	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	ASPASIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ASPASIA	13870352000117004	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	CAJAMAR	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	07636169000117003	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	CAMPOS DO JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS DO JORDAO	11980630000117006	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	ICEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ICEM	13671368000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	MAGDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MAGDA-SP	12137484000117007	190.000,00	0000	10302201585350001
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	13874507000117003	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	ONDA VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ONDA VERDE	13909801000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	PARANAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANAPANEMA	14161907000117008	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	SAO VICENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO VICENTE	11899413000117007	170.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			34 PROPOSTAS	5.596.700,00		

PORTARIA Nº 3.456, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Hospital Jacob Facuri - Goiânia(GO) como Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e estabelece recurso do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Limite Financeiro anual de Média e Alta Complexidade do Estado de Goiás e Município de Goiânia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 210/SAS/MS, de 15 de junho de 2004, que define as Unidades de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e os Centros de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular e dá outras providências;

Considerando o Anexo XXXI da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a manifestação da Secretaria de Estado da Saúde do Goiás e a aprovação pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado, conforme Deliberação CIB nº 071 de 24 de junho de 2016; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral da Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (CGAE/DAET/SAS/MS), resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir como Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular (0801), para realizar procedimentos no serviço especificado:

Hospital/Município/UF	CNES	CNPJ
Hospital Jacob Facuri/Goiânia/GO	2337800	01.554.104/0001-00
- Cirurgia Cardiovascular e Procedimentos da Cardiologia Intervencionista (0803)		

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde e os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Município, de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco da atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, no montante anual de R$ 3.155.090,40 (três milhões, cento e cinquenta e cinco mil noventa reais e quarenta centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Goiás e Município de Goiânia.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Goiânia (GO), mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.457, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita os Municípios a receberem recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Assistência Farmacêutica na Atenção Básica;

Considerando a Seção I do Capítulo IV do Título I, V e VII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Base Nacional de Dados de ações e serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que trata do repasse de recursos federais de saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios; disciplina a movimentação financeira dos recursos transferidos por órgãos e entidades da administração pública federal aos Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nº 11.494, de 20 de junho de 2007, nº11.692, de 10 de junho de 2008 e nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art.198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando a Seção IV do Capítulo IV do Título IV da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS, e

Considerando o disposto na Portaria nº 3.364/GM/MS que dispõe sobre o Processo de Fortalecimento Institucional Progressivo e sobre o incentivo financeiro de investimento do Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS, para o ano de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios constantes do anexo a esta Portaria a receberem recursos referentes ao incentivo financeiro de investimento do Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS.

Art. 2º Considerando aproximação do encerramento do ano em exercício habilitar-se-ão 327 municípios. A diferença entre o número de municípios constantes no art.5º na Portaria nº 3.364/GM/MS de 8 de dezembro de 2017 e do número de municípios habilitados supracitados serão atendidos no exercício de 2018.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência do recurso financeiro estabelecido pela Portaria nº 3.364GM/MS, de 8 de dezembro de 2017, do bloco de financiamento da Assistência Farmacêutica - Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), aos respectivos Fundos Municipais de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.2015.20AH.0001 - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	IBGE	Município	Recurso
AL	270780	Roteiro	R$ 29.092,64
AL	270375	Jequiá da Praia	R$ 35.083,13
AL	270040	Atalaia	R$ 45.654,23
AL	270400	Junqueiro	R$ 45.654,23
AM	130150	Envira	R$ 35.083,13
AM	130180	Ipixuna	R$ 45.654,23
AP	160015	Pedra Branca do Amapari	R$ 35.083,13
BA	291900	Lajedinho	R$ 25.239,31
BA	292160	Morpará	R$ 29.092,64
BA	292275	Nova Ibiá	R$ 29.092,64
BA	291150	Gongogi	R$ 29.092,64
BA	291090	Firmino Alves	R$ 29.092,64
BA	290682	Canudos	R$ 35.083,13
BA	290910	Coribe	R$ 35.083,13
BA	290327	Barrocas	R$ 35.083,13
BA	292960	Sapeaçu	R$ 35.083,13
BA	292900	São Félix	R$ 35.083,13
BA	290560	Camacan	R$ 45.654,23
BA	293015	Serra do Ramalho	R$ 45.654,23
BA	292240	Mutuípe	R$ 45.654,23
BA	292810	Santa Maria da Vitória	R$ 45.654,23
BA	292550	Prado	R$ 45.654,23
BA	292630	Riachão do Jacuípe	R$ 45.654,23
BA	291320	Ibotirama	R$ 45.654,23
BA	290850	Conceição do Jacuípe	R$ 45.654,23
BA	290110	Amélia Rodrigues	R$ 45.654,23
CE	231260	São Luís do Curu	R$ 35.083,13
CE	230625	Itaitinga	R$ 45.654,23
ES	320465	São Domingos do Norte	R$ 29.092,64
GO	520495	Campos Verdes	R$ 25.239,31
GO	521487	Nova Iguaçu de Goiás	R$ 25.239,31
GO	520815	Gameleira de Goiás	R$ 25.239,31
GO	521410	Mutunópolis	R$ 25.239,31
GO	521200	Jaupaci	R$ 25.239,31
GO	520960	Heitoraí	R$ 25.239,31
GO	520015	Adelândia	R$ 25.239,31
GO	520650	Cromínia	R$ 25.239,31
GO	520810	Formoso	R$ 25.239,31
GO	520020	Água Limpa	R$ 25.239,31
GO	520710	Diorama	R$ 25.239,31
GO	521260	Mairipotaba	R$ 25.239,31
GO	520380	Britânia	R$ 29.092,64
GO	520215	Araguapaz	R$ 29.092,64
GO	520915	Gouvelândia	R$ 29.092,64
GO	522119	Terezópolis de Goiás	R$ 29.092,64
GO	521170	Jandaia	R$ 29.092,64
GO	521370	Montes Claros de Goiás	R$ 29.092,64
GO	521483	Nova Crixás	R$ 35.083,13
GO	520580	Corumbá de Goiás	R$ 35.083,13
GO	520010	Abadiânia	R$ 35.083,13
GO	520410	Cachoeira Alta	R$ 35.083,13
GO	521560	Padre Bernardo	R$ 45.654,23
GO	520890	Goiás	R$ 45.654,23
MA	210955	Ribamar Fiquene	R$ 29.092,64
MA	210215	Brejo de Areia	R$ 35.083,13
MA	210130	Bacuri	R$ 35.083,13
MA	210030	Aldeias Altas	R$ 45.654,23

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210870	Pio XII	R$ 45.654,23
MA	210043	Alto Alegre do Maranhão	R$ 45.654,23
MA	210203	Bom Jesus das Selvas	R$ 45.654,23
MA	210290	Carutapera	R$ 45.654,23
MA	210070	Anajatuba	R$ 45.654,23
MA	210350	Colinas	R$ 45.654,23
MA	210675	Miranda do Norte	R$ 45.654,23
MA	210100	Arari	R$ 45.654,23
MG	316020	Santo Antônio do Itambé	R$ 25.239,31
MG	314420	Nacip Raydan	R$ 25.239,31
MG	310665	Berizal	R$ 25.239,31
MG	315010	Piau	R$ 25.239,31
MG	314540	Olaria	R$ 25.239,31
MG	315730	Santa Bárbara do Tugúrio	R$ 25.239,31
MG	316330	São José do Divino	R$ 25.239,31
MG	314580	Onça de Pitangui	R$ 25.239,31
MG	316090	São Brás do Suaçuí	R$ 25.239,31
MG	315900	Santana do Riacho	R$ 25.239,31
MG	317140	Vieiras	R$ 25.239,31
MG	316660	Serra da Saudade	R$ 25.239,31
MG	312735	Glaucilândia	R$ 25.239,31
MG	310700	Biquinhas	R$ 25.239,31
MG	315970	Santa Rosa da Serra	R$ 25.239,31
MG	313830	Leandro Ferreira	R$ 25.239,31
MG	312680	Frei Gaspar	R$ 29.092,64
MG	310850	Botumirim	R$ 29.092,64
MG	312675	Franciscópolis	R$ 29.092,64
MG	312540	Felício dos Santos	R$ 29.092,64
MG	313507	Jampruca	R$ 29.092,64
MG	311265	Capitão Andrade	R$ 29.092,64
MG	314545	Olhos-d"Água	R$ 29.092,64
MG	314053	Martins Soares	R$ 29.092,64
MG	316257	São João do Manteninha	R$ 29.092,64
MG	314505	Nova Porteirinha	R$ 29.092,64
MG	310640	Belo Vale	R$ 29.092,64
MG	312940	Ibertioga	R$ 29.092,64
MG	311650	Claro dos Poções	R$ 29.092,64
MG	313850	Liberdade	R$ 29.092,64
MG	310163	Alfredo Vasconcelos	R$ 29.092,64
MG	312130	Descoberto	R$ 29.092,64
MG	310010	Abadia dos Dourados	R$ 29.092,64
MG	315270	Prados	R$ 29.092,64
MG	311870	Coqueiral	R$ 29.092,64
MG	313910	Madre de Deus de Minas	R$ 29.092,64
MG	312270	Dom Silvério	R$ 29.092,64
MG	313230	Itaipé	R$ 35.083,13
MG	310470	Ataléia	R$ 35.083,13
MG	314915	Pedras de Maria da Cruz	R$ 35.083,13
MG	312820	Guaraciaba	R$ 35.083,13
MG	315230	Porto Firme	R$ 35.083,13
MG	315680	Sabinópolis	R$ 35.083,13
MG	314160	Mercês	R$ 35.083,13
MG	314510	Nova Resende	R$ 35.083,13
MG	316850	Teixeiras	R$ 35.083,13
MG	314220	Miraí	R$ 35.083,13
MG	312760	Gouveia	R$ 35.083,13
MG	310490	Baependi	R$ 35.083,13
MG	315570	Rio Piracicaba	R$ 35.083,13
MG	312020	Cristais	R$ 35.083,13
MG	313300	Itamonte	R$ 35.083,13
MG	312970	Ibiraci	R$ 35.083,13
MG	310970	Cachoeira de Minas	R$ 35.083,13
MG	315110	Pirapetinga	R$ 35.083,13
MG	314760	Passa Quatro	R$ 35.083,13
MG	313340	Itapagipe	R$ 35.083,13
MG	315390	Raposos	R$ 35.083,13
MG	314630	Padre Paraíso	R$ 45.654,23
MG	310730	Bocaiúva	R$ 45.654,23
MG	317100	Vazante	R$ 45.654,23
MG	311060	Cambuí	R$ 45.654,23
MS	500568	Mundo Novo	R$ 35.083,13
MS	500290	Cassilândia	R$ 45.654,23
MT	510617	Nova Nazaré	R$ 25.239,31
MT	510631	Novo Santo Antônio	R$ 25.239,31
MT	510645	Planalto da Serra	R$ 25.239,31
MT	510740	São Pedro da Cipa	R$ 25.239,31
MT	510627	Novo Horizonte do Norte	R$ 25.239,31
MT	510160	Barão de Melgaço	R$ 29.092,64
MT	510735	São José do Xingu	R$ 29.092,64
MT	510185	Bom Jesus do Araguaia	R$ 29.092,64
MT	510626	Novo Mundo	R$ 29.092,64
MT	510337	Cotriguaçu	R$ 35.083,13
MT	510550	Vila Bela da Santíssima Trindade	R$ 35.083,13
MT	510770	Rosário Oeste	R$ 35.083,13
MT	510682	Porto Esperidião	R$ 35.083,13
MT	510850	Vera	R$ 35.083,13
MT	510650	Poconé	R$ 45.654,23
MT	510270	Canarana	R$ 45.654,23
MT	510170	Barra do Bugres	R$ 45.654,23
PA	150280	Curralinho	R$ 45.654,23
PA	150309	Goianésia do Pará	R$ 45.654,23
PB	250933	Matinhas	R$ 25.239,31
PB	251274	Riachão	R$ 25.239,31
PB	250230	Bom Sucesso	R$ 25.239,31
PB	250410	Carrapateira	R$ 25.239,31
PB	250905	Marcação	R$ 29.092,64

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	251272	Pedro Régis	R$ 29.092,64
PB	250270	Borborema	R$ 29.092,64
PB	250730	Jacaraú	R$ 35.083,13
PB	250160	Barra de Santa Rosa	R$ 35.083,13
PB	250710	Itapororoca	R$ 35.083,13
PB	250150	Bananeiras	R$ 45.654,23
PB	250890	Mamanguape	R$ 45.654,23
PE	260860	Lagoa do Ouro	R$ 35.083,13
PE	261650	Xexéu	R$ 35.083,13
PE	260130	Barra de Guabiraba	R$ 35.083,13
PE	261020	Panelas	R$ 45.654,23
PE	260510	Custódia	R$ 45.654,23
PI	220285	Coronel José Dias	R$ 25.239,31
PI	220342	Domingos Mourão	R$ 25.239,31
PI	220415	Francisco Macedo	R$ 25.239,31
PI	220273	Coivaras	R$ 25.239,31
PI	221010	São José do Peixe	R$ 25.239,31
PI	220155	Bela Vista do Piauí	R$ 25.239,31
PI	221097	Tanque do Piauí	R$ 25.239,31
PI	220080	Antônio Almeida	R$ 25.239,31
PI	220327	Curral Novo do Piauí	R$ 29.092,64
PI	220005	Acauã	R$ 29.092,64
PI	220720	Padre Marcos	R$ 29.092,64
PI	220595	Marcolândia	R$ 29.092,64
PI	220177	Boa Hora	R$ 29.092,64
PI	220500	Itainópolis	R$ 35.083,13
PI	220750	Palmeirais	R$ 35.083,13
PI	220115	Baixa Grande do Ribeiro	R$ 35.083,13
PI	220350	Elesbão Veloso	R$ 35.083,13
PI	220120	Barras	R$ 45.654,23
PR	410657	Cruzeiro do Iguaçu	R$ 25.239,31
PR	411380	Lupionópolis	R$ 25.239,31
PR	410300	Boa Esperança	R$ 25.239,31
PR	411310	Kaloré	R$ 25.239,31
PR	411160	Ivatuba	R$ 25.239,31
PR	410975	Ibema	R$ 29.092,64
PR	410010	Abatiá	R$ 29.092,64
PR	411530	Mariópolis	R$ 29.092,64
PR	412290	Salto do Itararé	R$ 29.092,64
PR	411295	Juranda	R$ 29.092,64
PR	411860	Paula Freitas	R$ 29.092,64
PR	412860	Verê	R$ 29.092,64
PR	412670	Tamboara	R$ 29.092,64
PR	412530	São Jorge do Ivaí	R$ 29.092,64
PR	410700	Curiúva	R$ 35.083,13
PR	412630	Sengés	R$ 35.083,13
PR	410930	Guaraniaçu	R$ 35.083,13
PR	412402	Santa Tereza do Oeste	R$ 35.083,13
PR	410260	Barracão	R$ 35.083,13
PR	410080	Alvorada do Sul	R$ 35.083,13
PR	410970	Ibaiti	R$ 45.654,23
PR	410960	Guaratuba	R$ 45.654,23
PR	411770	Palmeira	R$ 45.654,23
PR	412410	Santo Antônio da Platina	R$ 45.654,23
PR	410360	Cambará	R$ 45.654,23
PR	411690	Nova Esperança	R$ 45.654,23
PR	410110	Andirá	R$ 45.654,23
PR	410240	Bandeirantes	R$ 45.654,23
RJ	330370	Paraíba do Sul	R$ 45.654,23
RJ	330225	Itatiaia	R$ 45.654,23
RN	240590	João Dias	R$ 25.239,31
RN	240140	Baía Formosa	R$ 29.092,64
RN	240310	Currais Novos	R$ 45.654,23
RO	110029	Santa Luzia D"Oeste	R$ 29.092,64
RO	110160	Theobroma	R$ 35.083,13
RO	110170	Urupá	R$ 35.083,13
RR	140040	Normandia	R$ 35.083,13
RS	430513	Cerro Branco	R$ 25.239,31
RS	431936	São Pedro das Missões	R$ 25.239,31
RS	431123	Lagoa Bonita do Sul	R$ 25.239,31
RS	430260	Braga	R$ 25.239,31
RS	430215	Boa Vista das Missões	R$ 25.239,31
RS	432149	Toropi	R$ 25.239,31
RS	432185	Três Palmeiras	R$ 25.239,31
RS	430692	Engenho Velho	R$ 25.239,31
RS	430675	Doutor Ricardo	R$ 25.239,31
RS	431075	Ivorá	R$ 25.239,31
RS	431260	Muçum	R$ 25.239,31
RS	431215	Mato Leitão	R$ 25.239,31
RS	431164	Linha Nova	R$ 25.239,31
RS	431643	Saldanha Marinho	R$ 25.239,31
RS	431346	Novo Xingu	R$ 25.239,31
RS	431295	Nova Boa Vista	R$ 25.239,31
RS	432360	Vista Alegre do Prata	R$ 25.239,31
RS	430320	Cacique Doble	R$ 29.092,64
RS	431040	Independência	R$ 29.092,64
RS	431162	Lindolfo Collor	R$ 29.092,64
RS	430905	Glorinha	R$ 29.092,64

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431910	São Martinho	R$ 29.092,64
RS	430500	Catuípe	R$ 29.092,64
RS	431053	Itaara	R$ 29.092,64
RS	431620	Rondinha	R$ 29.092,64
RS	432030	Selbach	R$ 29.092,64
RS	430230	Bom Jesus	R$ 35.083,13
RS	431610	Ronda Alta	R$ 35.083,13
RS	432070	Sobradinho	R$ 35.083,13
RS	430080	Antônio Prado	R$ 35.083,13
RS	431880	São Lourenço do Sul	R$ 45.654,23
RS	431600	Rolante	R$ 45.654,23
RS	431760	Santo Antônio da Patrulha	R$ 45.654,23
RS	431890	São Luiz Gonzaga	R$ 45.654,23
RS	431350	Osório	R$ 45.654,23
SC	421189	Painel	R$ 25.239,31
SC	421223	Paraíso	R$ 25.239,31
SC	421590	São Bonifácio	R$ 25.239,31
SC	421635	São João do Itaperiú	R$ 25.239,31
SC	421960	Xavantina	R$ 25.239,31
SC	421875	Tunápolis	R$ 25.239,31
SC	421560	Santa Rosa de Lima	R$ 25.239,31
SC	420350	Campo Erê	R$ 29.092,64
SC	421625	São João do Oeste	R$ 29.092,64
SC	421830	Três Barras	R$ 35.083,13
SC	421670	São José do Cedro	R$ 35.083,13
SC	420690	Ibirama	R$ 35.083,13
SC	421060	Massaranduba	R$ 35.083,13
SC	421760	Siderópolis	R$ 35.083,13
SC	420840	Itapiranga	R$ 35.083,13
SC	420450	Corupá	R$ 35.083,13
SC	421500	Rio Negrinho	R$ 45.654,23
SC	420650	Guaramirim	R$ 45.654,23
SE	280690	São Francisco	R$ 25.239,31
SE	280070	Brejo Grande	R$ 29.092,64
SE	280370	Macambira	R$ 29.092,64
SE	280240	Gararu	R$ 35.083,13
SE	280680	São Domingos	R$ 35.083,13
SE	280450	Nossa Senhora da Glória	R$ 45.654,23
SP	353830	Piquerobi	R$ 25.239,31
SP	353215	Nantes	R$ 25.239,31
SP	353090	Mombuca	R$ 25.239,31
SP	354610	Santa Clara d''Oeste	R$ 25.239,31
SP	353400	Onda Verde	R$ 25.239,31
SP	354840	Santópolis do Aguapeí	R$ 25.239,31
SP	352725	Lourdes	R$ 25.239,31
SP	353450	Oscar Bressane	R$ 25.239,31
SP	354740	Santa Rita d''Oeste	R$ 25.239,31
SP	351330	Cruzália	R$ 25.239,31
SP	350470	Balbinos	R$ 29.092,64
SP	352870	Marabá Paulista	R$ 29.092,64
SP	351120	Catiguá	R$ 29.092,64
SP	353250	Neves Paulista	R$ 29.092,64
SP	350480	Bálsamo	R$ 29.092,64
SP	354805	Santo Antônio do Aracanguá	R$ 29.092,64
SP	353420	Orindiúva	R$ 29.092,64
SP	350670	Boa Esperança do Sul	R$ 35.083,13
SP	355140	Serra Azul	R$ 35.083,13
SP	350360	Areiópolis	R$ 35.083,13
SP	352650	Lavínia	R$ 35.083,13
SP	355560	Uchoa	R$ 35.083,13
SP	354995	São Lourenço da Serra	R$ 35.083,13
SP	350740	Borborema	R$ 35.083,13
SP	355260	Tabapuã	R$ 35.083,13
SP	354430	Roseira	R$ 35.083,13
SP	351940	Ibirá	R$ 35.083,13
SP	350460	Bady Bassitt	R$ 35.083,13
SP	352880	Maracaí	R$ 35.083,13
SP	354075	Potim	R$ 45.654,23
SP	353190	Morro Agudo	R$ 45.654,23
SP	352840	Mairinque	R$ 45.654,23
SP	351820	Guararapes	R$ 45.654,23
SP	350860	Cachoeira Paulista	R$ 45.654,23
SP	353130	Monte Alto	R$ 45.654,23
SP	354750	Santa Rita do Passa Quatro	R$ 45.654,23
SP	352570	José Bonifácio	R$ 45.654,23
TO	171110	Itaporã do Tocantins	R$ 25.239,31
TO	170330	Bom Jesus do Tocantins	R$ 25.239,31
TO	172085	Sucupira	R$ 25.239,31
TO	170730	Dueré	R$ 25.239,31
TO	170360	Brasilândia do Tocantins	R$ 25.239,31
TO	170770	Filadélfia	R$ 29.092,64
TO	170100	Ananás	R$ 29.092,64
TO	171670	Colméia	R$ 29.092,64
TO	172210	Xambioá	R$ 35.083,13
TO	171320	Miracema do Tocantins	R$ 35.083,13
TO	172120	Tocantinópolis	R$ 45.654,23

PORTARIA Nº 3.458, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a aplicação de recursos de programação aprovados pela Lei 13.528, de 29 de novembro de 2017 para transferência fundo a fundo destinada à aquisição de veículos do transporte sanitário eletivo destinado ao deslocamento de usuários para realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito do SUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o disposto no Inciso I § 2º do art. 198 da Constituição Federal que determina a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Lei Complementar nº 101, de 4 de março de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

Considerando a Lei 13.528, de 29 de novembro de 2017 que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Justiça e Cidadania, da Saúde, dos Transportes, Portos e Aviação Civil, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional, do Turismo e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando o Título VII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle, resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta a aplicação de recursos de programação aprovados pela Lei 13.528, de 29 de novembro de 2017, para transferência fundo a fundo destinada à aquisição de veículos do transporte sanitário eletivo destinado ao deslocamento de usuários para realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito do SUS.

Art. 2º O transporte sanitário eletivo é destinado ao deslocamento programado de pessoas para realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito do SUS, observadas as seguintes condições:

I - deve ser utilizado em situações previsíveis de atenção programada com a realização de procedimentos regulados e agendados, sem urgência, realizado por veículos tipo lotação conforme especificação disponível no SIGEM;

II - destina-se à população usuária que demanda serviços de saúde e que não apresentam risco de vida, necessidade de recursos assistenciais durante o deslocamento ou de transporte em decúbito horizontal; e

III - aplica-se ao deslocamento programado no próprio município de residência ou em outro município nas regiões de saúde de referência, conforme pactuação.

Parágrafo único. Os recursos alocados deverão ser destinados ao financiamento de veículos destinados ao transporte sanitário, para realização procedimentos de caráter eletivo no âmbito do SUS.

Art. 3º Os recursos, de que trata esta Portaria, deverão onerar a funcional programática 10.302.2015.8581 - Estruturação de Unidades de Atenção Básica em Saúde.

Art. 4º Os critérios que estipulam o quantitativo de distribuição de veículo de transporte sanitário eletivo, considera o porte populacional, conforme tabela a seguir:

0-19.999	1
20.000-49.999	2
50.000-99.999	3
Acima de 100.000	4

Parágrafo único. Para necessidades diferenciadas é possível o acréscimo do quantitativo, conforme especificidades e declaração de necessidade do gestor.

Art. 5º A indicação dos recursos será realizada no sítio do e-Gestor https://egestorab.saude.gov.br/, Programa ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA e Componente VEÍCULO TRANSPORTE ELETIVO - LEI 13.528.

Art. 6º Após a indicação, as propostas cadastradas serão habilitadas em Portaria específica.

Art. 7º O gestor do município habilitado ao recebimento dos recursos, nos termos da legislação que regulamentam o SUS devem observar:

I - Assegurar o custeio e a manutenção para o pleno funcionamento do veículo para os objetivos propostos;

II - Assegurar o devido processo licitatório para aquisição do objeto, devendo avaliar a adesão a ata de registro de preços do Ministério da Saúde, caso haja;

III - Adquirir o veículo nos termos da especificação do veículo constante no Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais Permanentes para o SUS (SIGEM), disponível em www.fns.saude.gov.br;

IV - Cadastrar os veículos no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), no prazo até 90 (noventa) dias contado da data de seu recebimento pelo ente federativo beneficiário, conforme lista de códigos e equipamentos cadastráveis no sistema, vinculado ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) da Secretaria de Saúde;

V - Providenciar adequação visual, conforme manual de logotipo, disponibilizado pelo Ministério da Saúde no site www.saude.gov.br; e

VI - Arcar com possíveis custos adicionais na aquisição do veículo.

Parágrafo único. A destinação e o custeio fixo e variável dos veículos adquiridos, nos termos desta Portaria, são de responsabilidade do ente beneficiado, o qual deverá observar as normas técnicas e dispositivos legais que regem a matéria, observadas as seguintes definições:

I - custeio fixo: as despesas administrativas e referentes a impostos, emplacamento e documentação do veículo, seguro contra sinistro, sistema de gestão, recursos humanos, limpeza e rastreamento, entre outras; e

II - custeio variável: as despesas relativas ao custo por KM rodado, entre outras.

Art. 8º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos de que trata esta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.459, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Exclui proposta do Anexo da Portaria nº 1.714/GM/MS, de 7 de julho de 2017, que habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica excluída do anexo da Portaria nº 1.714/GM/MS, de 7 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 130, de 10 de julho de 2017, Seção 1, p. 67, a seguinte habilitação:

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
SP	FRANCA	FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DE FRANCA	36000135852201700	207.953,00	15680009	207.953,00	10122201545250035	2705982	207.953,00

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.249, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a instauração do regime especial de Direção Técnica na operadora UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e III do art. 26 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, na reunião ordinária de 15 de dezembro de 2017, considerando as anormalidades administrativas e assistenciais graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.168358/2016-08, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 26, da RR nº 01, de 17 de março de 2017, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o regime especial de direção técnica na operadora UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO, registro ANS nº 39332-1, inscrita no CNPJ sob o nº 42.163.881/0001-01.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECISÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 475ª Reunião de Diretoria Colegiada DC Ordinária, realizada em 23/10/2017, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração
33902.185963/2004-00	Advance Planos de Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2833/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.053612/2005-11	Ame-Assistência Médica à Empresas Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2809/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635040/2012-12	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2825/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387398/2012-15	Americlínicas Assistência Médica Hospitalar Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1814/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557277/2012-47	Amesc - Associação Médica Espírita Cristã	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2252/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.559078/2013-54	Amico Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2824/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085368/2012-77	Amil Planos por Administração Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3438/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426507/2013-16	Associação Casa Fonte da Vida	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2744/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.053654/2005-44	Associação Beneficente dos Empregados em Telecomunicações	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2592/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312206/2012-17	Associação Policial de Assistência à Saúde da Baixada Santista	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2250/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426545/2013-61	Associação Policial de Assistência à Saúde de Ribeirão Preto	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2605/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816554/2011-88	Associação Portuguesa Beneficente Vasco da Gama	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2170/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860291/2011-44	Associação Prudentina de Educação e Cultura	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2297/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557375/2012-84	Bradesco Saúde S.A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2158/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426580/2013-80	Caixa de Assistência a Saúde da Universidade	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2741/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.375527/2011-41	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2172/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426590/2013-15	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2553/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816613/2011-18	Camboriú Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2324/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816623/2011-53	Cemil Centro Medico de Itu Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1459/2017/GEIRS/DIDES/ANS, Processo nº 33902.816623/2011-53, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.155974/2005-38	Clínica de Assistência Médica Permanente	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2508/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.709934/2013-29	Cooperativa dos Usuários de Serviços de Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2786/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816723/2011-80	Fundação Beneficente Rio Doce	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2329/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.860465/2011-79	Fundação Leonor de Barros Camargo	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 183/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.375974/2011-09	Fundação Libertas de Seguridade Social	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2866/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557542/2012-97	GS Plano Global de Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1923/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.083308/2011-39	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1881/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426744/2013-79	HBC Saúde s/c Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2753/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.215521/2005-78	Intermedici Piracicaba Assistência Médica Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2614/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.215536/2005-36	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Ilhéus	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2752/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.375873/2011-20	Irmandade de Misericórdia de Americana	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2238/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.375865/2011-83	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2285/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388118/2012-96	Life Empresarial Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2243/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710250/2013-70	Mediservice Administradora de Planos de Saúde S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2544/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.217800/2014-67	Medplan Assistência Médica Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2330/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816791/2011-49	Notre Dame Intermédica Saúde S.A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1248/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710278/2013-15	Pame - Associação de Assistência Plena em Saúde	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2828/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147579/2013-91	Plano Assistencial São Lucas Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2876/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.086951/2012-03	Prontomed Planos de Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2815/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816939/2011-45	RN Metropolitan Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2155/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.056203/2004-88	Samho Intermédica Sistema de Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2159/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860738/2011-85	Santa Rita Sistema de Saúde s/c Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2251/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388283/2012-48	São Domingos Saúde - Assistência Médica Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2290/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.214640/2005-11	Saúde BRB Caixa de Assistência	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1878/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860759/2011-09	SBH Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2160/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426992/2013-10	Sindicato dos assalariados ativos, aposentados e pensionistas nas empresas geradoras, ou transmissoras, ou distribuidoras, ou afins de energ.	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2120/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.559867/2013-95	Smedsj Serviços Médicos São José s/c Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2268/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.056336/2004-54	Sobam Centro Médico Hospitalar S.A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2623/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312787/2012-97	Sobam Centro Médico Hospitalar Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2166/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376091/2011-16	Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2323/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.295740/2005-22	Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1819/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316063/2013-01	Santa Casa de Misericórdia de Itabuna	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2794/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817038/2011-71	Sta Casa Mis. N. Sra Fátima e Benef. Portuguesa de Araraquara	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2332/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816965/2011-73	Santa Casa de Misericórdia Dona Carolina Malheiros	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2335/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.559912/2013-10	Unimed Alfenas Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2787/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.095402/2004-10	Unimed Alto São Francisco Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2454/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436715/2011-53	Unimed Angra dos Reis Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2296/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087285/2012-12	Unimed Araxá Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2292/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.297986/2005-39	Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2582/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.295601/2005-07	Unimed Campo Grande MS Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1880/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316225/2013-01	Unimed Cataguases Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2760/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147762/2013-97	Unimed Centro Sul Fluminense Coop. de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2530/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316228/2013-37	Unimed Centro Sul Fluminense Coop. de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2580/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.056791/2004-50	Unimed Costa Oeste - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1204/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376177/2011-31	Unimed de Batatais - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2639/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817137/2011-52	Unimed de Catanduva Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2861/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.216115/2005-22	Unimed de Cianorte - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2537/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316277/2013-70	Unimed de Cianorte Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2604/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316278/2013-14	Unimed de Corumbá Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2776/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427154/2013-63	Unimed de Guaratinguetá - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2612/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860931/2011-16	Unimed de Guaratinguetá - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2242/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.316736/2013-15	Unimed de Mineiros Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2725/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817171/2011-27	Unimed de Mineiros Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2241/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147827/2013-02	Unimed de Mococa Cooperativa de Trab. Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2554/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.054524/2005-29	Unimed de Paranaguá Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2543/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860961/2011-22	Unimed de Pitangueiras Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2328/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860964/2011-66	Unimed de Registro Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2447/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.216284/2005-62	Unimed de São Roque Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2782/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.098917/2003-82	Unimed de Santa Bárbara D"oeste e Americana - Coop de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2746/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.562100/2011-81	Unimed de Votuporanga - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2275/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860983/2011-92	Unimed de Votuporanga - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2174/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.186219/2004-14	Unimed do Cariri Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2817/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.313075/2012-95	Unimed do Oeste da Bahia Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2615/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.372687/2014-81	Unimed Extremo Oeste Catarinense Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2721/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087451/2012-81	Unimed Federação do Estado do Mato Grosso	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2249/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.232066/2002-22	Unimed Foz do Iguaçu Cooperativa Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8251/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861008/2011-00	Unimed Franca - Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2237/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.216204/2005-79	Unimed Imperatriz Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2529/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.216205/2005-13	Unimed Inconfidentes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2552/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316799/2013-71	Unimed Inconfidentes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2745/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376293/2011-50	Unimed Ituiutaba Cooperativa Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2240/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316819/2013-12	Unimed Missões/RS - Cooperativa de Assistência à Saúde	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2735/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861039/2011-52	Unimed Missões Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2286/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316820/2013-39	Unimed Monte Carmelo Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2626/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.497294/2011-37	Unimed Monte Carmelo Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 100/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.562214/2011-21	Unimed Noroeste do Paraná Coop de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2581/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861046/2011-54	Unimed Nordeste Paulista - Fed. Intrafederativa das Coop. Médicas	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2334/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.298880/2005-52	Unimed Natal Soc. Coop. de Trab. Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2780/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087511/2012-65	Unimed Norte do Paraná Cooperativa Regional de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2253/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.299156/2005-46	Unimed Norte do Paraná Cooperativa Regional de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2585/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316835/2013-05	Unimed Norte do Paraná Cooperativa Regional de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2718/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.008929/2007-57	Unimed Planalto Médio - Cooperativa de Serviços Médicos Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2792/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087532/2012-81	Unimed Pelotas/RS - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2336/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.083467/2011-33	Unimed Regional de Campo Mourão Coop Trab. Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2727/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316892/2013-86	Unimed São João Del Rei - Coop. de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2535/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.008968/2007-54	Unimed Serra do Caraça Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2550/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.159091/2003-35	Unimed Sul Capixaba Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2337/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388703/2012-96	Unimed Três Corações Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2256/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147998/2013-23	Unimed Três Rios Coop. de Trab. Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2547/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427353/2013-71	Unimed Vale das Antas, RS - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2551/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.216307/2005-39	Unimed Vale do Carangola Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2087/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388716/2012-65	Unimed Vale do Carangola Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2257/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.560502/2013-11	Unimed Vale do Carangola Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2574/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.047778/2008-33	Unimed Vale do Jaguaribe - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2668/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316924/2013-43	Unimed Vale do Sinos - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1898/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.562324/2011-93	Unimed Vale do Sinos - Soc. Coop. de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2284/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.054697/2005-47	Unimed Viçosa - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2295/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.296118/2005-31	Unimed Vitoria Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2124/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor-Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 195, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017
(Publicada no DOU de 15-12-2017)

ANEXO I(*)

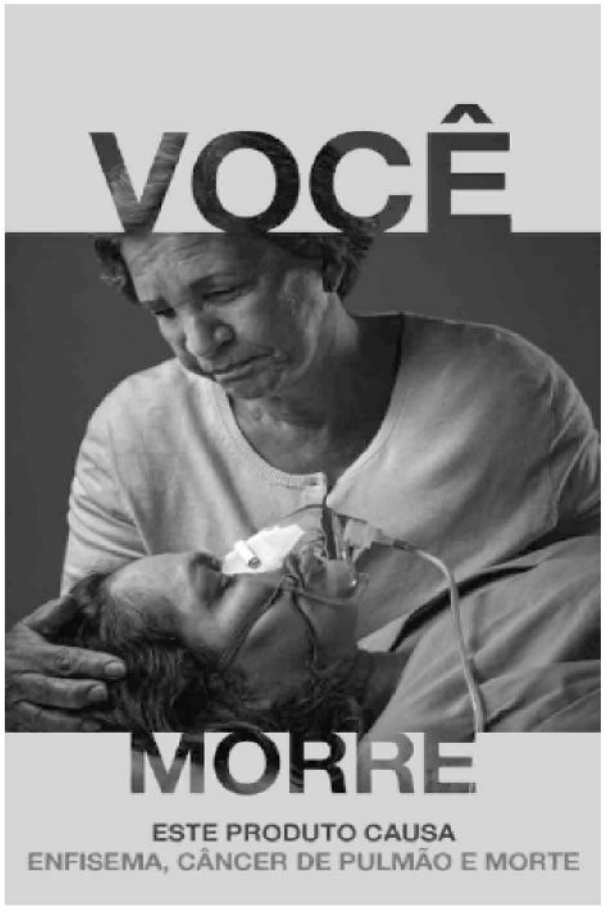
Advertência sanitária padrão
"VOCÊ ENVELHECE. ESTE PRODUTO CAUSA ENVELHECIMENTO PRECOCE"



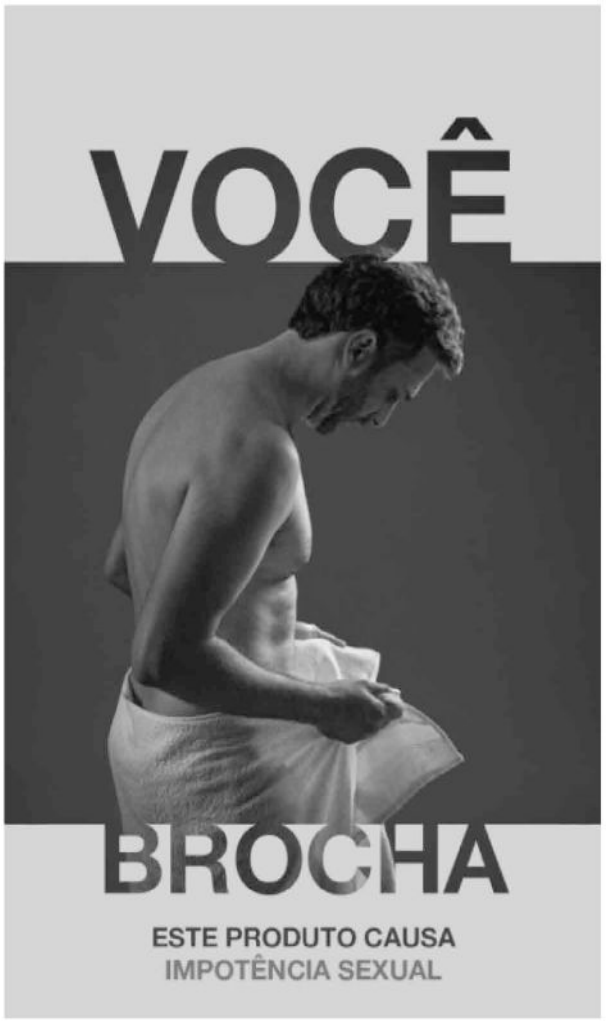
"VOCÊ SOFRE. ESTE PRODUTO CAUSA PERDA DO BEBÊ E PARTO PREMATURO"



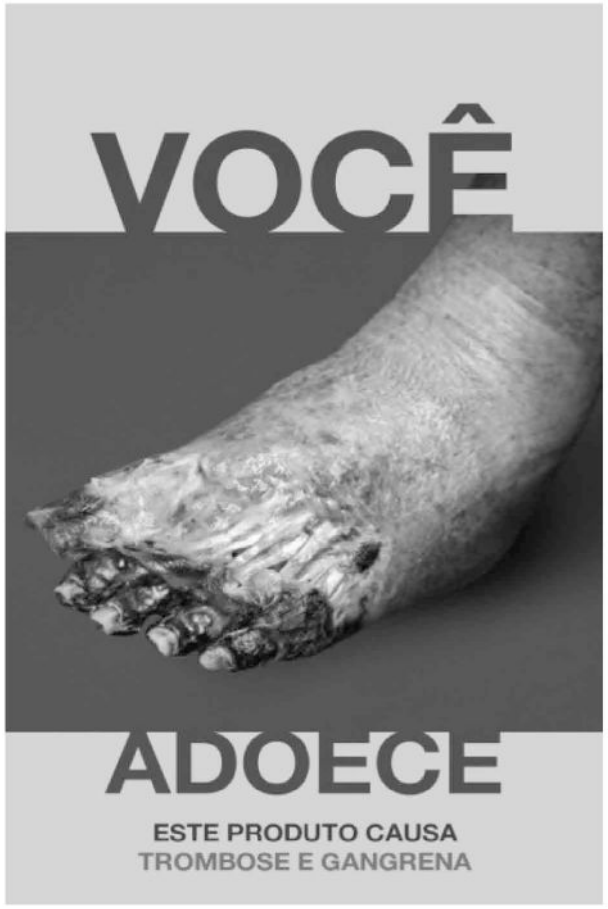
"VOCÊ MORRE. ESTE PRODUTO CAUSA ENFISEMA, CÂNCER DE PULMÃO E MORTE"



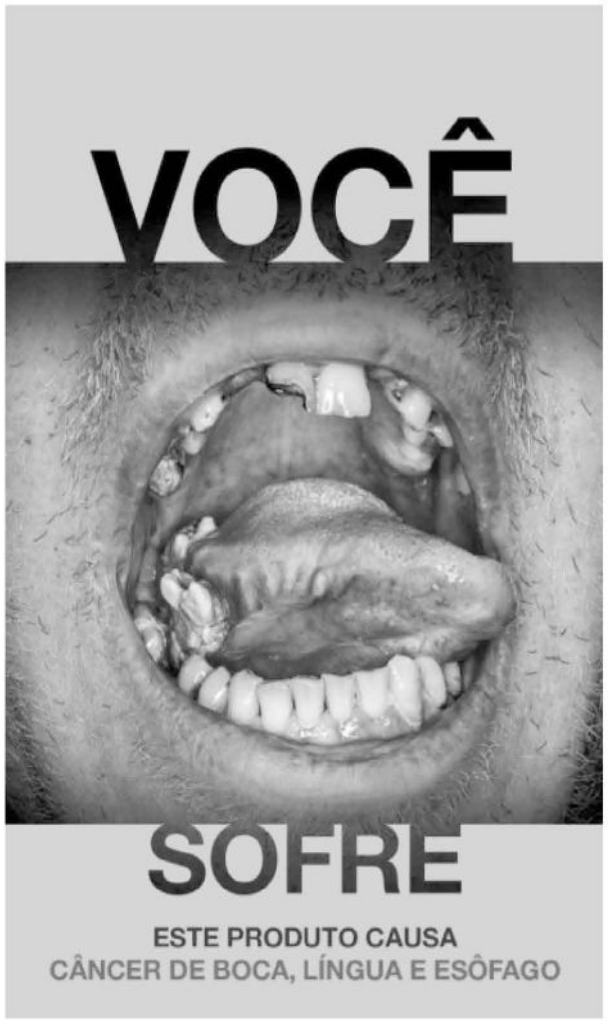
"VOCÊ BROCHA. ESTE PRODUTO CAUSA IMPOTÊNCIA SEXUAL"



"VOCÊ ADOECE. ESTE PRODUTO CAUSA TROMBOSE E GANGRENA"



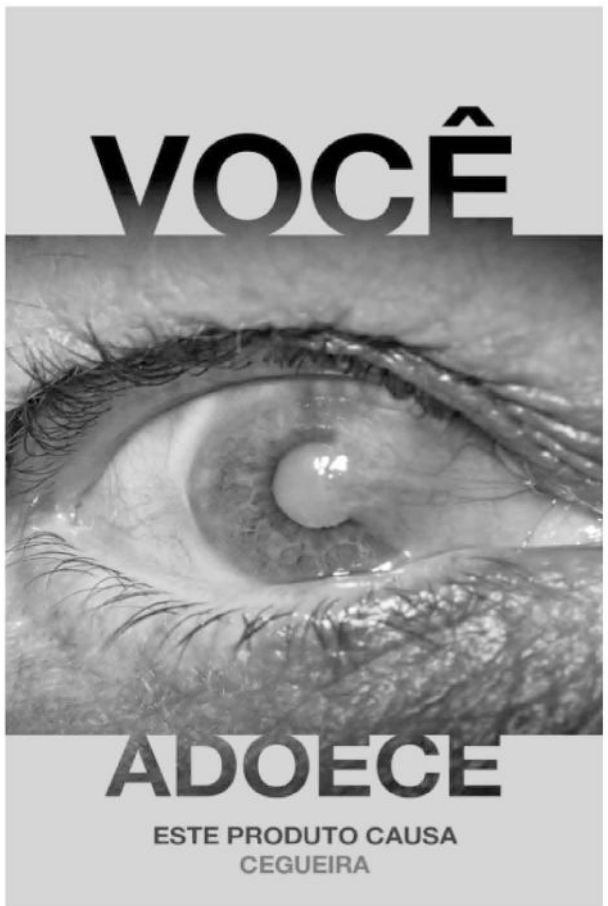
"VOCÊ SOFRE. ESTE PRODUTO CAUSA CÂNCER DE BOCA, LÍNGUA E ESÔFAGO"



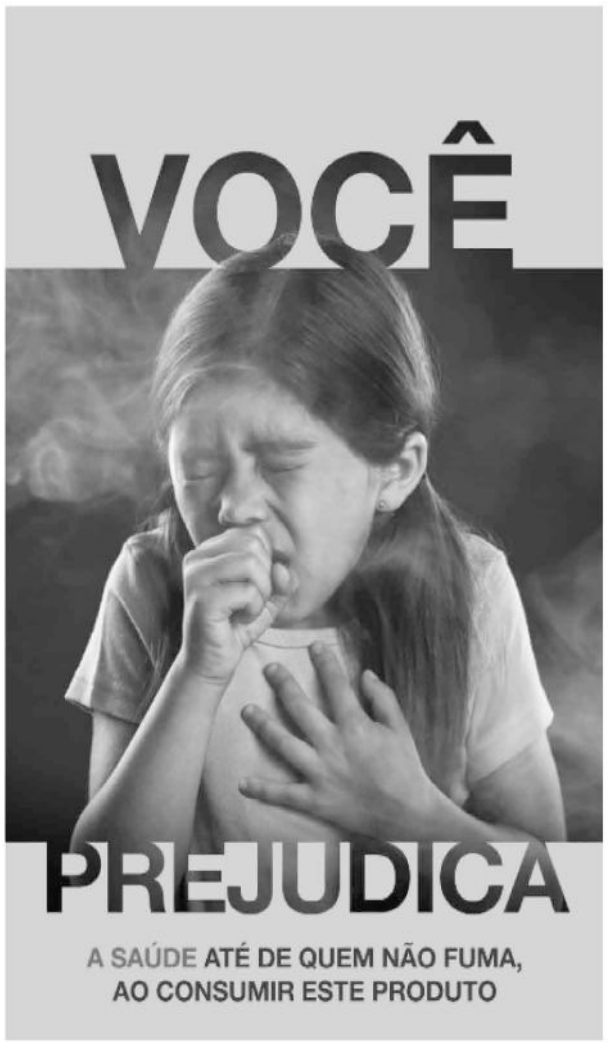
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

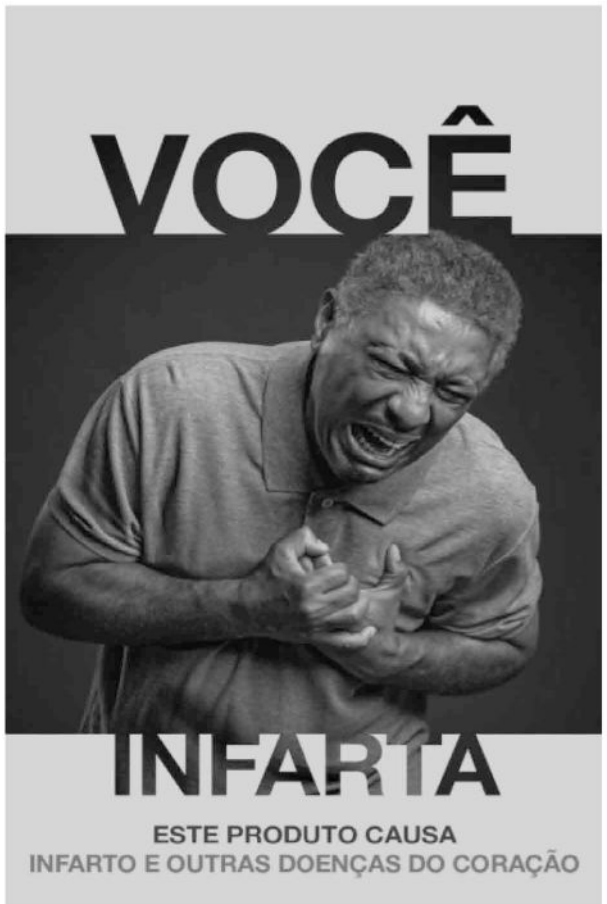
"VOCÊ ADOECE. ESTE PRODUTO CAUSA CEGUEIRA"



"VOCÊ PREJUDICA A SAÚDE ATÉ DE QUEM NÃO FUMA, AO CONSUMIR ESTE PRODUTO"



"VOCE INFARTA. ESTE PRODUTO CAUSA INFARTO E OUTRAS DOENÇAS DO CORAÇÃO"



ANEXO II

Advertência sanitária frontal



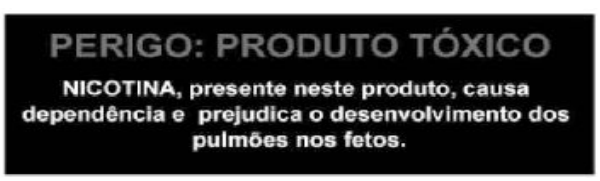
ANEXO III

Advertência sanitária lateral

Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCÊ ENVELHECE. ESTE PRODUTO CAUSA ENVELHECIMENTO PRECOCE"



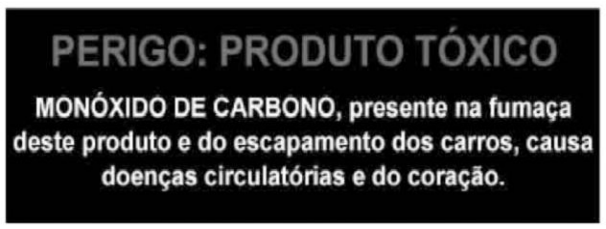
Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCÊ SOFRE. ESTE PRODUTO CAUSA PERDA DO BEBÊ E PARTO PREMATURO"



Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto advertência sanitária padrão "VOCÊ MORRE. ESTE PRODUTO CAUSA ENFISEMA, CÂNCER DE PULMÃO E MORTE"



Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCÊ BROCHA. ESTE PRODUTO CAUSA IMPOTÊNCIA SEXUAL"



Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCÊ ADOECE. ESTE PRODUTO CAUSA TROMBOSE E GANGRENA"

1.051.658.320	Participação no Capital – Empresas Estatais
87.512.392	Operações de Crédito
477.741.283	Operações de Credito Internas – Moedas
66.518.018	Total das Fontes
1.318.000	Variação de Capital de Giro
78.979.601	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras
247.934.757	Variação do Disponível
247.934.757	
91.654.269	
1.529.326.371	Total Líquido das Fontes

IENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO PROGRAMA DE I
PROGRAMAÇÃO
AÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS DEMONSTI

ANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

VALOR	FONTES	VALOR
11.972.720	Receitas	
675.070	Receita Operacional	
6.412.275	Receita não Operacional	
6.412.275	Total das Fontes	
4.885.375	Variação de Capital de Giro	
11.586.179	Variação do Disponível	
987.877		
15.114		
4.953.866		
12.139		
3.504.432		
1.102.229		
1.102.229		
1.010.522		
23.558.899	Total Líquido das Fontes	

IENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO PROGRAMA DE I
PROGRAMAÇÃO
AÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS DEMONSTI

A SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A. - TSBE

VALOR	FONTES	VALOR
21.975.803	Receitas	
100.000	Receita Operacional	
21.875.803	Receita não Operacional	
21.382.932	Total das Fontes	
492.871	Variação de Capital de Giro	
80.457.718	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	
1.553.713	Variação do Disponível	
62.844		
9.987.160		
69.900		
16.680.609		
49.909.200		
27.086.400		
22.822.800		
2.194.292		
102.433.521	Total Líquido das Fontes	

IENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO PROGRAMA DE I
PROGRAMAÇÃO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCÊ SOFRE. ESTE PRODUTO CAUSA CÂNCER DE BOCA, LÍNGUA E ESÔFAGO"

Dispêndios de Capital	80.527.432	Receitas	129.239.351
Investimentos	30.681.588	Receita Operacional	125.039.351
Amortizações Operações Creditos L.P.	49.845.844	Receita não Operacional	4.200.000
Operações Internas	37.718.308	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	23.006.000
Debêntures	12.127.536	Participação no Capital – Empresas Estatais	23.006.000
Dispêndios Correntes	54.898.006	Total das Fontes	152.245.351
Pessoal e Encargos Sociais	1.043.300	Variação de Capital de Giro	(2.527.291)
Materiais e Produtos	125.400	Variação do Disponível	(14.292.622)
Serviços de Terceiros	8.008.244		
Tributos e Encargos Parafiscais	15.016.947		
Encargos Financeiros e Outros	29.576.469		
Operações Internas	25.430.634		
Debêntures	4.145.835		
Demais Dispêndios Correntes	1.127.646		
Total dos Usos	135.425.438	Total Liquido das Fontes	135.425.438

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. - AMGT

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	143.892.343	Receitas	4.111.911.069
Investimentos	135.281.497	Receita Operacional	4.111.911.069
Amortizações Operações Creditos L.P.	8.610.846	Total das Fontes	4.111.911.069
Outras Fontes	8.610.846	Variação de Capital de Giro	(171.928.029)
Dispêndios Correntes	3.907.943.195	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	110.237.479
Pessoal e Encargos Sociais	138.729.148	Variação do Disponível	1.615.019
Materiais e Produtos	1.810.543.697		
Serviços de Terceiros	112.086.650		
Utilidades e Serviços	968.986		
Tributos e Encargos Parafiscais	206.886.373		
Encargos Financeiros e Outros	358.866.194		
Outras Fontes	358.866.194		
Demais Dispêndios Correntes	1.279.862.147		
Total dos Usos	4.051.835.538	Total Liquido das Fontes	4.051.835.538

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : BRASIL VENTOS ENERGIA S/A

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	226.563.144	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	230.786.146
Investimentos	48.000	Participação no Capital – Empresas Estatais	230.786.146
Inversões Financeiras	226.515.144	Total das Fontes	230.786.146
Dispêndios Correntes	4.223.000	Variação de Capital de Giro	(2)
Pessoal e Encargos Sociais	3.201.000		
Materiais e Produtos	24.000		
Serviços de Terceiros	542.000		
Tributos e Encargos Parafiscais	72.000		
Demais Dispêndios Correntes	384.000		
Total dos Usos	230.786.144	Total Liquido das Fontes	230.786.144

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : TRANSENERGIA GOIÁS S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	2.600.000	Receitas	13.777.280
Investimentos	1.500.000	Receita Operacional	13.320.000
Outros Dispêndios de Capital	1.100.000	Receita não Operacional	457.280
Dispêndios Correntes	8.730.736	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	1.010.000
Pessoal e Encargos Sociais	2.700.676	Participação no Capital – Empresas Estatais	1.010.000
Materiais e Produtos	6.600	Total das Fontes	14.787.280
Serviços de Terceiros	3.251.000	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	(338.113)

Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCÊ ADOECE. ESTE PRODUTO CAUSA CEGUEIRA"

Utilidades e Serviços	26.880	Variação de Capital de Giro	(60.000)
Tributos e Encargos Parafiscais	1.876.580	Variação do Disponível	(3.058.431)
Encargos Financeiros e Outros	21.000		
Outras Fontes	21.000		
Demais Dispêndios Correntes	848.000		
Total dos Usos	11.330.736	Total Liquido das Fontes	11.330.736

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : GERADORA EOLICA VENTOS DE ANGELIM S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : GERADORA EOLICA VENTOS DE SANTA ROSA S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : GERADORA EOLICA VENTOS DE UIRAPURU S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO — 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : GERADORA EOLICA ARARA AZUL S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCÊ PREJUDICA A SAÚDE ATÉ DE QUEM NÃO FUMA, AO CONSUMIR ESTE PRODUTO"

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : GERADORA EOLICA BENTEVI S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : GERADORA EOLICA OURO VERDE I S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : GERADORA EOLICA OURO VERDE II S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : GERADORA EOLICA OURO VERDE III S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	12.069	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	804.583
Investimentos	12.069	Participação no Capital – Empresas Estatais	804.583
Dispêndios Correntes	792.514	Total das Fontes	804.583
Materiais e Produtos	40.229		
Serviços de Terceiros	510.910		
Tributos e Encargos Parafiscais	201.146		
Demais Dispêndios Correntes	40.229		
Total dos Usos	804.583	Total Liquido das Fontes	804.583

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : ENERGIA DOS VENTOS V S.A.

Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCE INFARTA. ESTE PRODUTO CAUSA INFARTO E OUTRAS DOENÇAS DO CORAÇÃO"

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	57.442.818	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	36.790.703
Investimentos	57.442.818	Participação no Capital – Empresas Estatais	36.790.703
Dispêndios Correntes	3.169.927	Total das Fontes	36.790.703
Pessoal e Encargos Sociais	493.882	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	22.590.569
Materiais e Produtos	16.270	Variação de Capital de Giro	(109.627)
Serviços de Terceiros	422.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.341.100
Tributos e Encargos Parafiscais	842.440		
Encargos Financeiros e Outros	1.341.100		
Outras Fontes	1.341.100		
Demais Dispêndios Correntes	54.235		
Total dos Usos	60.612.745	Total Liquido das Fontes	60.612.745

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : ENERGIA DOS VENTOS VI S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	86.311.597	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	55.186.055
Investimentos	86.311.597	Participação no Capital – Empresas Estatais	55.186.055
Dispêndios Correntes	4.662.334	Total das Fontes	55.186.055
Pessoal e Encargos Sociais	721.266	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	33.885.853
Materiais e Produtos	24.406	Variação de Capital de Giro	(109.627)
Serviços de Terceiros	560.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	2.011.650
Tributos e Encargos Parafiscais	1.263.660		
Encargos Financeiros e Outros	2.011.650		
Outras Fontes	2.011.650		
Demais Dispêndios Correntes	81.352		
Total dos Usos	90.973.931	Total Liquido das Fontes	90.973.931

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	86.170.841	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	55.186.055
Investimentos	86.170.841	Participação no Capital – Empresas Estatais	55.186.055
Dispêndios Correntes	4.803.090	Total das Fontes	55.186.055
Pessoal e Encargos Sociais	841.022	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	33.885.853
Materiais e Produtos	24.406	Variação de Capital de Giro	(109.627)
Serviços de Terceiros	581.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	2.011.650
Tributos e Encargos Parafiscais	1.263.660		
Encargos Financeiros e Outros	2.011.650		
Outras Fontes	2.011.650		
Demais Dispêndios Correntes	81.352		
Total dos Usos	90.973.931	Total Liquido das Fontes	90.973.931

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

PROGRAMAÇÃO 2018

SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST — DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES

EMPRESA : ENERGIA DOS VENTOS VIII S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	57.674.081	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	36.790.703
Investimentos	57.674.081	Participação no Capital – Empresas Estatais	36.790.703
Dispêndios Correntes	2.938.664	Total das Fontes	36.790.703
Pessoal e Encargos Sociais	174.619	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	22.590.569
Materiais e Produtos	16.270	Variação de Capital de Giro	(109.627)
Serviços de Terceiros	510.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.341.100
Tributos e Encargos Parafiscais	842.440		
Encargos Financeiros e Outros	1.341.100		
Outras Fontes	1.341.100		
Demais Dispêndios Correntes	54.235		
Total dos Usos	60.612.745	Total Liquido das Fontes	60.612.745

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO — PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

ANEXO IV
Mensagem de proibição de venda a menor de dezoito anos

PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : ENERGIA DOS VENTOS IX S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	57.420.817	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	36.790.703
Investimentos	57.420.817	Participação no Capital – Empresas Estatais	36.790.703
Dispêndios Correntes	3.191.927	Total das Fontes	36.790.703
Pessoal e Encargos Sociais	476.882	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	22.590.569
Materiais e Produtos	16.270	Variação de Capital de Giro	(109.628)
Serviços de Terceiros	461.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.341.100
Tributos e Encargos Parafiscais	842.440		
Encargos Financeiros e Outros	1.341.100		
Outras Fontes	1.341.100		
Demais Dispêndios Correntes	54.235		
Total dos Usos	60.612.744	Total Liquido das Fontes	60.612.744

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO
PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : FRONTEIRA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	111.693.580	Receitas	18.292.409
Investimentos	101.693.580	Receita Operacional	12.292.409
Outros Dispêndios de Capital	10.000.000	Receita não Operacional	6.000.000
Dispêndios Correntes	28.031.608	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	8.000.000
Pessoal e Encargos Sociais	988.487	Participação no Capital – Empresas Estatais	8.000.000
Materiais e Produtos	180.000	Operações de Crédito	125.000.000
Serviços de Terceiros	7.562.929	Operações de Credito Internas – Moedas	125.000.000
Tributos e Encargos Parafiscais	1.152.642	Total das Fontes	151.292.409
Encargos Financeiros e Outros	18.000.000	Variação de Empréstimos – Curto Prazo	(3.600.000)
Operações Internas	12.000.000	Variação de Capital de Giro	(2.740.594)
Outras Fontes	6.000.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	8.400.000
Demais Dispêndios Correntes	147.550	Variação do Disponível	(13.626.627)
Total dos Usos	139.725.188	Total Liquido das Fontes	139.725.188

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO
PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
PROGRAMAÇÃO 2018
SECRETARIA. DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS – SEST
DEMONSTRATIVO DE USOS E FONTES
EMPRESA : EÓLICA HERMENEGILDO I S.A.

VALORES EM R$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Dispêndios de Capital	14.941.128	Receitas	42.811.255
Investimentos	3.141.372	Receita Operacional	41.975.263
Amortizações Operações Creditos L.P.	11.799.756	Receita não Operacional	835.992
Operações Internas	11.799.756	Recursos para Aumento do Patrimônio Liquido	3.141.372
Dispêndios Correntes	39.841.165	Participação no Capital – Empresas Estatais	3.141.372
Pessoal e Encargos Sociais	1.518.745	Operações de Crédito	3.000.000
Materiais e Produtos	2.844.480	Operações de Credito Internas – Moedas	3.000.000
Serviços de Terceiros	8.658.468	Outros Recursos de Longo Prazo	20.000.000
Tributos e Encargos Parafiscais	4.166.328	Debêntures	20.000.000
Encargos Financeiros e Outros	17.585.520	Total das Fontes	68.952.627
Operações Internas	17.585.520	Variação de Capital de Giro	(1.063.299)
Demais Dispêndios Correntes	5.067.624	Variação do Disponível	(13.107.035)
Total dos Usos	54.782.293	Total Liquido das Fontes	54.782.293

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOVIMENTO E GESTÃO
PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

(*)Republicado por ter saído com omissão de textos nos anexos, publicados no DOU nº 240, de 15-12-2017, Seção 1, página 180.

ARESTO Nº 1.033, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 031, realizada em 05/12/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: J S EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP
CNPJ: 10.770.079/0002-74
Processo: 25351.536501/2016-01
Expediente: 0004402/17-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 359/2017 - Coare/Dimon.
Recorrente: PARQUE FARMA LTDA. - ME
CNPJ: 19.660.905/0001-16
Processo: 25351.354719/2017-65
Expediente: 1628902/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 328/2017 - Coare/Dimon.
Recorrente: INDÚSTRIA DE TEMPERO REGINA LTDA.
CNPJ: 10.704.112/0001-87
Processo: 25763.396224/2017-19
Expediente: 455702/17-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 291/2017 - Coare/Dimon.

ARESTO Nº 1.034, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 030, realizada em 28/11/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S. A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Processo: 25351.081509/2016-19
Expediente: 1253761/17-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso, para i) TORNAR INSUBSISTENTE apenas a determinação de recolhimento imposta pela RE nº 1.592, D. O. U. de 16/06/2017, mantendo inalteradas as demais determinações; ii) DETERMINAR que a GGFIS instrua o Dossiê de Investigação com a devida análise fiscal dos lotes de medicamentos suspensos e, a partir do resultado, tome as medidas pertinentes; e ainda, iii) ATRIBUIR à Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitário - Dimon que acompanhe a necessária publicação da insubsistência da determinação de recolhimento exarada na RE nº 1.592, nos termos do voto do relator - Voto 33/2017/Diges/Anvisa.

ARESTO Nº 1.035, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 031/2017, realizada em 05/12/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: Medicaltec Ltda.
CNPJ: 04.644.478/0001-05
Processo: 25351.211596/2002-92
Expediente: 2168802/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 389/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: ACCO SCIENCE FARMACÊUTICA LTDA - EPP
CNPJ: 06.893.666/0001-00
Processo: 25351.327006/2006-76
Expediente: 2088259/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 366/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: ACCO SCIENCE FARMACÊUTICA LTDA - EPP
CNPJ: 06.893.666/0001-00
Processo: 25351.326908/2006-95
Expediente: 2088275/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 367/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: ORTOCIR ORTOPEDIA CIRURGIA LTDA
CNPJ: 60.856.937/0001-95
Processo: 25351.268357/2017-79
Expediente: 2116156/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 377/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: IMPOL INSTRUMENTAL E IMPLANTES LTDA
CNPJ: 49.337.413/0001-55
Processo: 25351.519951/2011-78
Expediente: 2654766/16-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por Perda do Objeto, acompanhando a posição do relator que acata o parecer 315/2017 - CRTPS/Diare.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

No Aresto nº 1.029, de 4 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 233, de 06 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 24-28,

Onde se lê:

Recorrente: SILVIA HENRIQUE DA SILVA DOS SANTOS (PRATINHO CHEIO)

Processo: 25351.298935/2017-89

Leia-se:

Recorrente: SILVIA HENRIQUE DA SILVA DOS SANTOS (PRATINHO CHEIO)

Processo: 25351.298943/2017-42

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.282, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.283, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.284, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir a petição de avaliação relacionada à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 2.549, de 28 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 189, de 2 de outubro de 2017, na Seção 1, pág. 58, e em suplemento, pág. 7, referente ao processo 25351.027463/2017-01, da empresa INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA,

Onde se lê:

AMIDO FOSFATADO DE BATATA

Leia-se:

AMIDO FOSFATADO DE BATATA (Amido Modificado Resistente)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 2.550, de 28 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 189, de 2 de outubro de 2017, na Seção 1, pág. 58, e em suplemento, pág. 7, referente ao processo 25351.342105/2016-43, da empresa NS2.COM INTERNET S.A.,

Onde se lê:

QUITOSONA EM CÁPSULAS

Leia-se:

QUITOSANA EM CÁPSULAS

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.326, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos e radiofármacos, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.327, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos sob o nº. de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da Anvisa.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os medicamentos revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações validas no link: https://consultas.anvisa.gov.br/#/medicamentos/

Art. 5º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, de modo que não há interrupção na regularidade do registro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.328, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar o cancelamento de registro da apresentação a pedido dos medicamentos similares, genéricos e novos, sob o nº de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.329, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, em conformidade com o que dispõe o § 1º, do artigo 18, da Lei nº 6.360/1976, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o BLA APPROVAL 761074 referente ao registro concedido pela Food and Drug Administration - FDA, nos Estados Unidos da América, do produto OGIVRI (Trastuzumab-dkst), como biosimilar ao HERCEPTIN (trastuzumabe), produzido pela Biocon Limited (FEI 3003981475) em Bangalore, Karnata - Índia, para comercialização em 420 mg, na forma injetável, multidose, com a confirmação de que o registro feito para essa apresentação se presta à comprovação de registro em vigor emitido por autoridade sanitária internacional também para as apresentações em 150 mg e 440 mg.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.330, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.331, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.332, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 600, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 1.074, de 20 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União n°. 77, de 24 de abril de 2017, Seção 1, pág. 52 e Suplemento Pág. 23, referente ao processo 25351.594722/2016-05.

Onde se lê:

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 56994502000130

CLORIDRATO DE TOPOTECANA

HYCAMTIN 25351.594722/2016-05 09/2021

11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA

DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL)

2661664/16-0

1.0068.1140.001-2 24 Meses

4 MG PO LIOF INJ CT FA VD TRANS

CLORIDRATO DE TOPOTECANA

1.0068.1140.002-0 24 Meses

4 MG PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS X 4 ML

Leia-se:

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 56994502000130

CLORIDRATO DE TOPOTECANA

HYCAMTIN 25351.594722/2016-05 09/2021

11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA

DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL)

2661664/16-0

1.0068.1140.001-2 24 Meses

4 MG PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS X 4 ML

CLORIDRATO DE TOPOTECANA

1.0068.1140.002-0 24 Meses

4 MG PO LIOF SOL INJ CT 5 FA VD TRANS X 4 ML

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 1.608, de 14 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 115, de 19 de junho de 2017, Seção 1, pág. 31, e Suplemento pág. 21, referente ao processo n.º 25992.000773/18:

Onde se lê:

THERASKIN FARMACEUTICA LTDA. 61517397000188

MATRICARIA CHAMOMILLA L. + GLYCYRRHIZA GLABRA (ALCAÇUZ) + ÁCIDO ASCÓRBICO + COLECALCIFEROL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAMOMILINA C 25992.000773/18 07/2021
1582 ESPECÍFICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 1114445/15-9
1.0191.0061.002-1 24 Meses
25 MG + 5 MG + 25 MG + 150 UI CAP DURA BUC CT ENV AL X 20
1.0191.0061.004-4 24 Meses
25 MG + 5 MG + 25 MG + 150 UI CAP DURA BUC CT BL AL PLAS TRANS X 20
Leia-se:
THERASKIN FARMACEUTICA LTDA. 61517397000188
MATRICARIA CHAMOMILLA L. + GLYCYRRHIZA GLABRA L. + ÁCIDO ASCÓRBICO + COLECALCIFEROL
CAMOMILINA C 25992.000773/18 07/2021
1582 ESPECÍFICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 1114445/15-9
1.0191.0061.002-1 24 Meses
25 MG + 5 MG + 25 MG + 150 UI CAP DURA BUC CT ENV AL X 20
1.0191.0061.004-4 24 Meses
25 MG + 5 MG + 25 MG + 150 UI CAP DURA BUC CT BL AL PLAS TRANS X 20

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 2.385, de 06 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n°. 174, de 11 de setembro de 2017, Seção 1, pág. 27 e Suplemento Pág. 23, referente ao processo 25351.352806/2017-92.
Onde se lê:
SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 02685377000157
picossulfato de sódio monoidratado
GUTTALAX 25351.352806/2017-92 09/2021
11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL)
1288235/17-6
1.0367.0075.004-1 24 Meses
7,5 MG/ML SOL OR CT FR GOT PLAS OPC X 20 ML
1.0367.0075.006-8 36 Meses
2,5 MG PER GEL CT FR VD TRANS X 30
1.0367.0075.007-6 36 Meses
2,5 MG PER GEL CT FR VD TRANS X 50
Leia-se:
SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 02685377000157
picossulfato de sódio monoidratado
GUTTALAX 25351.352806/2017-92 09/2021
11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL)
1288235/17-6
1.1300.1167.001-4 24 Meses
7,5 MG/ML SOL OR CT FR GOT PLAS OPC X 20 ML
1.1300.1167.002-2 36 Meses
2,5 MG PER GEL CT FR VD TRANS X 30
1.1300.1167.003-0 36 Meses
2,5 MG PER GEL CT FR VD TRANS X 50
1.1300.1167.004-9 24Meses
7,5 MG/ML SOL OR CT FR GOT PLAS PEAD OPC X 30 ML

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 2.401, de 08 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n°. 174, de 11 de setembro de 2017, Seção 1, pág. 27 e Suplemento Pág. 28, referente ao processo 25351.119576/2007-75.
Onde se lê:
GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A 03485572000104
TINIDAZOL + NITRATO DE MICONAZOL + BUTILHIDROXITOLUENO
Gino-Colon 25351.119576/2007-75 10/2022
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
0180804/17-5
1.5423.0112.001-6 24 Meses
30MG/G + 20MG/G CREM VAG CT BG AL X 45G + 7 APLIC
DESC
GEOLAB
1.5423.0112.002-4 24 Meses
30MG/G + 20MG/G CREM VAG CX 60 BG AL X 45G + 420
APLIC DESC
Leia-se:
GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A 03485572000104
TINIDAZOL + NITRATO DE MICONAZOL
Gino-Colon 25351.119576/2007-75 10/2022
142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO
0180804/17-5
1.5423.0112.001-6 24 Meses
30MG/G + 20MG/G CREM VAG CT BG AL X 45G + 7 APLIC
DESC
GEOLAB
1.5423.0112.002-4 24 Meses
30MG/G + 20MG/G CREM VAG CX 60 BG AL X 45G + 420
APLIC DESC

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 2.867, de 26 de Outubro de 2017 publicada no Diário Oficial da União n°. 208, de 30 de Outubro de 2017, Seção 1, pág. 46 e Suplemento Pág. 21, referente ao processo 25351.446434/2017-50.
Onde se lê:
ÁCIDO FÓLICO + ACETATO DE RACEALFATOCOFEROL
UREAK 25351.446434/2017-50 11/2022
10485 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
1657380/17-3
(1577 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 841844/11-6 - 25351.599838/2011-43)
Leia-se:
ÁCIDO FÓLICO + ACETATO DE RACEALFATOCOFEROL
UREAC 25351.446434/2017-50 10/2022
10485 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
1657380/17-3
(1577 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 841844/11-6 - 25351.599838/2011-43)

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 2.908, de 1 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n°. 212 de 6 de novembro de 2017, Seção 1, pág. 96 e Suplemento Pág. 17, referente ao processo 25351.322735/2017-34:
Onde se lê:
GRÜNENTHAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA. 10555143000113
BETACAROTENO + COLECALCIFEROL + ACETATO DE
RACEALFATOCOFEROL + ÁCIDO ASCÓRBICO + NITRATO DE
TIAMINA + RIBOFLAVINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA +
CIANOCOBALAMINA + ÁCIDO FÓLICO + FUMARATO
FERROSO + ÓXIDO DE ZINCO + CARBONATO DE CÁLCIO
DAMATER 25351.322735/2017-34 05/2018
11197 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL)
1140133/17-8
1.0171.0178.001-1 18 Meses
CAP GEL MOLE CT BL AL PVC X 30
1.0171.0178.002-8 18 Meses
CAP GEL MOLE CT BL AL PVC X 20
Leia-se:
GRÜNENTHAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA. 10555143000113
BETACAROTENO + COLECALCIFEROL + ACETATO DE
RACEALFATOCOFEROL + ÁCIDO ASCÓRBICO + NITRATO DE
TIAMINA + RIBOFLAVINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA +
CIANOCOBALAMINA + ÁCIDO FÓLICO + FUMARATO
FERROSO + ÓXIDO DE ZINCO + CARBONATO DE CÁLCIO
DAMATER 25351.322735/2017-34 05/2018
11197 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE
TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL)
1140133/17-8
1.8610.0009.001-6 18 Meses
CAP GEL MOLE CT BL AL PVC X 30
1.8610.0009.002-4 18 Meses
CAP GEL MOLE CT BL AL PVC X 20

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 667, de 17 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 54, de 20 de março de 2017, Seção 1, pág. 50 e Suplemento Pag. 15, referente ao processo nº 25351.558235/2015-01.
Onde se lê:
(...)
1.3517.0031.001-1 24 Meses
500 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 10
CARBONATO DE CÁLCIO 90% + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.002-8 24 Meses
500 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 15
CARBONATO DE CÁLCIO 90% + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.003-6 24 Meses
500 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 30
CARBONATO DE CÁLCIO 90% + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.004-4 24 Meses
500 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 60
CARBONATO DE CÁLCIO 90% + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.005-2 24 Meses
500 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 90
CARBONATO DE CÁLCIO 90% + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.006-0 24 Meses
500 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 120
CARBONATO DE CÁLCIO 90% + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.007-9 24 Meses
500 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 180
CARBONATO DE CÁLCIO 90% + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.008-7 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 10
CARBONATO DE CÁLCIO 90% + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.009-5 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 15
CARBONATO DE CÁLCIO 90% + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.010-9 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 30
CARBONATO DE CÁLCIO 90% + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.011-7 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 60
CARBONATO DE CÁLCIO 90% + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.012-5 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 90
CARBONATO DE CÁLCIO 90% + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.013-3 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 120
CARBONATO DE CÁLCIO 90% + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.014-1 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 180
CARBONATO DE CÁLCIO 90% + COLECALCIFEROL
(...)
Leia-se:
(...)
1.3517.0031.001-1 24 Meses
500 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 10
CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.002-8 24 Meses
500 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 15
CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.003-6 24 Meses
500 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 30
CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.004-4 24 Meses
500 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 60
CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.005-2 24 Meses
500 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 90
CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.006-0 24 Meses
500 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 120
CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.007-9 24 Meses
500 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 180
CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.008-7 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 10
CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.009-5 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 15
CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.010-9 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 30
CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.011-7 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 60
CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.012-5 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 90
CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.013-3 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 120
CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL
1.3517.0031.014-1 24 Meses
600 MG + 400 UI COM REV CT FR PLAS OPC X 180
CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL
(...)

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 81, de 10 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n°. 8, de 13 de janeiro de 2014, Seção 1, pág. 24 e Suplemento Pág. 20, referente ao processo 25351.047692/2009-67.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Onde se lê:
LABORATÓRIOS SERVIER DO BRASIL LTDA 1.01278-7
PERINDOPRIL
ANTI- HIPERTENSIVOS
ACERTIL 25351.047692/2009-67 01/2019
COMERCIAL 1.1278.0074.001-0 24 Meses
5 MG CX CT TB PLAS X 15
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
NOVO
COMERCIAL 1.1278.0074.002-9 24 Meses
5 MG CX CT TB PLAS X 30
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
NOVO
COMERCIAL 1.1278.0074.003-7 24 Meses
5 MG CX CT TB PLAS X 60
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
NOVO
COMERCIAL 1.1278.0074.004-5 24 Meses
10 MG CX CT TB PLAS X 15
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
NOVO
COMERCIAL 1.1278.0074.005-3 24 Meses
10 MG CX CT TB PLAS X 30
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
NOVO
COMERCIAL 1.1278.0074.006-1 24 Meses
10 MG CX CT TB PLAS X 60
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
NOVO
Leia-se:
LABORATÓRIOS SERVIER DO BRASIL LTDA 1.01278-7
PERINDOPRIL
ANTI- HIPERTENSIVOS
ACERTIL 25351.047692/2009-67 01/2019
COMERCIAL 1.1278.0074.001-0 36 Meses
5 MG COM REV CT TB PLAS X 15
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
NOVO
COMERCIAL 1.1278.0074.002-9 36 Meses
5 MG COM REV CT TB PLAS X 30
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
NOVO
COMERCIAL 1.1278.0074.003-7 36 Meses
5 MG COM REV CT TB PLAS X 60
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
NOVO
COMERCIAL 1.1278.0074.004-5 36 Meses
10 MG COM REV CT TB PLAS X 15
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
NOVO
COMERCIAL 1.1278.0074.005-3 36 Meses
10 MG COM REV CT TB PLAS X 30
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
NOVO
COMERCIAL 1.1278.0074.006-1 36 Meses
10 MG COM REV CT TB PLAS X 60
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO
NOVO

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.289, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.290, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.291, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.292, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro ou Cadastro e por consequente, cancelar o Registro ou Cadastro dos Produtos para Saúde na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 1.465 de 7 de abril de 2011, publicada em DOU nº 69 de 11 de abril de 2011, Seção 1, página 54 e em suplemento, página 1.

Onde se lê:
QUANTUM - IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA 8.06384-1
...
Kit Instrumental 25351.081855/2011-04
KIT INSTRUMENTAL PARA FIXADORES EXTERNOS LITOS
FABRICANTE : LITOS GMBH & CO. KG - ALEMANHA
10.30.001, 11.58.003, 10.30.002, 10.30.003, 10.30.004, 10.31.006, 10.09.000, 10.09.001, 11.70000T, 11.58.000, 11.58.001, 11.58.004, 11.58005, 11.58006, MS1, TX6AO, HGR34, 11.70000, 11.00.001, 11.79000,11.80000, LS-CFK, LS- Cube Fix, 11.80002.
CLASSE : I 80638419001
8031 - Cadastramento (Isenção) de Material de Uso Médico IMPORTADO
Leia-se:
QUANTUM - IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA 8.06384-1
...
Kit Instrumental 25351.081855/2011-04
KIT INSTRUMENTAL PARA FIXADORES EXTERNOS LITOS
FABRICANTE : LITOS GMBH & CO. KG - ALEMANHA
10.30.001, 11.58.003, 10.30.002, 10.30.003, 10.30.004, 10.31.006, 10.09.000, 10.09.001, 11.70000T, 11.58.000, 11.58.001, 11.58.004, 11.58005, 11.58006, MS1, TX6AO, HGR34, 11.70000, 11.00.001, 11.79000,11.80000, LS-CFK, LS- Cube Fix, 11.80002.
CLASSE : I 80638419001
80089 MATERIAL - Cadastro de Conjunto de Materiais de Uso Médico Importado

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 3.326 de 10 de agosto de 2012, publicada em DOU nº 156 de 13 de agosto de 2012, Seção 1, página 33 e em suplemento, página 3.

Onde se lê:
RAZEK EQUIPAMENTOS LTDA ME 8.03561-3
Eletrodo Cirurgico 25351.377985/2012-71
PONTEIRA DESCARTÁVEL RAZEK
FABRICANTE : RAZEK EQUIPAMENTOS LTDA ME - BRASIL
DISTRIBUIDOR : RAZEK EQUIPAMENTOS LTDA ME - BRASIL
...
CLASSE : II 80356130058
80009 - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico NACIONAL
Leia-se:
RAZEK EQUIPAMENTOS LTDA ME 8.03561-3
Eletrodo Cirurgico 25351.377985/2012-71
PONTEIRA DESCARTÁVEL RAZEK
FABRICANTE : RAZEK EQUIPAMENTOS LTDA ME - BRASIL
DISTRIBUIDOR : RAZEK EQUIPAMENTOS LTDA ME - BRASIL
...
CLASSE : III 80356130058
8056 EQUIPAMENTO - Registro de Famílias de Equipamentos Nacionais, de Médio e Pequeno Portes

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.285, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.286, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos da ação ordinária nº 1012540-87.2017.4.01.3400, 4ª Vara Federal/SJDF que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto CLEANER XTRA .

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.287, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET).

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação toxicológica preliminar não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.288, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Toxicologia Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Incluir o ingrediente ativo F70 - FLUENSULFONA, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.269, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.270, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Cosméticos, Perfumes e Produtos de Higiene, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos, Perfumes e Produtos de Higiene da empresa constante no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.293, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.294, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica cápsulas, na linha de sólidos não estéreis, da certificação da empresa Actavis Farmacêutica Ltda., CNPJ nº 33.150.764/0001-12, publicada pela Resolução - RE nº 1.691, de 30 de junho de 2016, no Diário Oficial da União nº 126, de 4 de julho de 2016, Seção 1, pág. 77, e em suplemento da Seção 1, pág. 25, conforme expedientes nº 1135230/16-2 e 1437173/16-1.

Art. 2º Fica excluída da linha de sólidos não estéreis (embalagem primária e secundária) da referida Certificação, a forma farmacêutica cápsulas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.295, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.298, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.296, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.297, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.299, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.300, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.304, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.305, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.306, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.307, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização de Funcionamento dos estabelecimentos Farmácias e Drogarias, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.308, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.309, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.310, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.311, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.312, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação em razão de transferência de titularidade, conforme a Resolução RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Brainsway Ltd, publicada pela Resolução RE nº 3.367, de 15 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 242, de 19 de dezembro de 2016, Seção I, pág. 89, e em Suplemento da Seção I, pág. 48, DE UCB Biopharma S.A., CNPJ nº 64.711.500/0001-14; PARA Moksha 8 Brasil Distribuidora e Representação de Medicamentos Ltda, CNPJ nº 07.591.326/0001-80, conforme expedientes nº 1976864/16-8 e nº 0488334/17-9.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.313, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o art. 7º, X, da Lei nº 9782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 12, da Resolução - RDC nº 18, de 19 de novembro de 1999;

considerando o relatório de inspeção sanitária realizada no período de 16 a 20 de outubro de 2017;

considerando o parecer técnico de cumprimento de exigências pós-inspeção internacional emitido pela Gerência de Inspeção e Fiscalização de Alimentos para a petição de Certificação da empresa solicitante;

considerando que a empresa cumpre com os requisitos de Boas Práticas de Fabricação para Indústrias de Palmito em Conserva, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa descrita no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da data da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.314, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.315, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.316, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa Astrazeneca do Brasil Ltda., CNPJ n° 60.318.797/0001-00, para Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 61.072.393/0001-33, publicada pela Resolução RE nº 27, de 06 de janeiro de 2016, no Diário Oficial da União nº. 6, de 11 de janeiro de 2016, Seção I, pág. 25 e suplemento da Seção I, pág. 125, conforme expedientes nº 0476265/15-7 e 1736777/17-8.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.317, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.318, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.319, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.320, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.321, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.322, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o deferimento pela 13ª Vara Federal Cível da Secção Judiciária do Distrito Federal da cassação da liminar no processo n. 1002168-79.2017.4.01.3400 impetrado pela empresa CERVEJARIA CIDADE IMPERIAL PETROPOLIS LTDA, resolve:

Art. 1º Suspender a eficácia da Resolução-RE nº 1.023, de 13 de abril de 2017, publicada no D.O.U. , seção 1, nº 73, pág 39, 17 de abril de 2017, que atendia determinação contida em mandado de segurança a favor da empresa CERVEJARIA CIDADE IMPERIAL PETROPOLIS LTDA , e tornar válida a Resolução-RE nº 831, de 24 de março de 2017, publicada no D.O.U., seção 1 nº 65, pág 148, de 04 de abril de 2017, que determinou a proibição da fabricação, distribuição e comercialização, do produto composto líquido pronto para o consumo a base de tirosina, taurina e cafeína, marca D DOPAMINA MINDFUL DRINK, 269 ml, fabricado e envasado, sob licença de CERVEJARIA CIDADE IMPERIAL PETROPOLIS LTDA, CNPJ 01.708.217/0001-13, por NEWAGE INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA, CNPJ 01.307.936/0001-22, situada na Rodovia Anhanguera, Km 186, bairro Serelepe, Leme/SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO Nº 3.333, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO Nº 3.334, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Saneantes Domissanitários, RESOLVE:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Saneantes Domissanitários.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.335, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.336, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização Especial das Empresas, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE Nº 3.056, de 23 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União N° 164, de 26 de agosto de 2013, Seção 1, pág. 46 e Suplemento Págs. 70 e 102.

Onde se lê:

EMPRESA: DEYVIS MASCHIO SERENI DROGARIA ME

ENDEREÇO: RUA VALINS, 421

BAIRRO: CENTRO CEP: 13860000 - AGUAÍ/SP

CNPJ: 10.642.769/0001-67

PROCESSO: 25351.428231/2013-58 AUTORIZ/MS: 0.96970.5

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-

TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A

CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Leia-se:

EMPRESA: DEYVIS MASCHIO SERENI DROGARIA epp

ENDEREÇO: R CAPITAO SILVA BORGES, 687

BAIRRO: CENTRO CEP: 13860000 - AGUAÍ/SP

CNPJ: 10.642.769/0001-67

PROCESSO: 25351.428231/2013-58

AUTORIZ/MS: 0.96970-5

ATIVIDADE/CLASSE:

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na resolução - RE N. º 2.699, de 11 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 198, de 16 de outubro de 2017, Seção 01 Pag. 59 e Suplemento Págs. 197 e 198.

Onde se lê:

EMPRESA: DROGADERMU´S DROGARIA E FARMÁCIA DE

MANIPULAÇÃO LTDA

ENDEREÇO: RUA 6 - A N° 135 Q 10 - LOTE 19

BAIRRO: SETOR AEROPORTO CEP: 74075020 - GOIÂNIA/GO

CNPJ: 02.823.433/0001-72

PROCESSO: 25351.490462/2017-12

AUTORIZ/MS: 7.54092-8

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A

CONTROLE ESPECIAL:

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS:

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS:

Leia-se:

EMPRESA: DROGADERMU´S DROGARIA E FARMÁCIA DE

MANIPULAÇÃO LTDA

ENDEREÇO: QNF 03 LOTE 40 LOJAS 04/05 SALA 105

BAIRRO: TAGUATINGA NORTE CEP: 72125530 - TAGUATINGA/DF

CNPJ: 02.823.433/0001-72

PROCESSO: 25351.490462/2017-12

AUTORIZ/MS: 7.54092-8

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A

CONTROLE ESPECIAL:

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS:

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS:

Na resolução - RE N. º 2.793, de 19 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 203, de 23 de outubro de 2017, Seção 01 Pag. 156 e Suplemento Págs. 71, 73 e 74.

Onde se lê:

EMPRESA: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA

ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO, 1024 TERREO

BAIRRO: CENTRO CEP: 96180000 - CAMAQUÃ/RS

CNPJ: 88.212.113/0690-53

PROCESSO: 25351.517868/2017-41

AUTORIZ/MS: 7.54251-7

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA
ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO, 1024 TERREO
BAIRRO: CENTRO CEP: 96180000 - CAMAQUÃ/RS
CNPJ: 88.212.113/0690-53
PROCESSO: 25351.517868/2017-41
AUTORIZ/MS: 7.54251-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A
CONTROLE ESPECIAL

Na resolução - RE N. º 2.699, de 11 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 198, de 16 de outubro de 2017, Seção 01 Pag. 59 e Suplemento Págs. 197 e 200.

Onde se lê:
EMPRESA: CARVALHO E ALMADA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA BERNARDO SAYÃO, 930
BAIRRO: NOVA IMPERATRIZ CEP: 65907000 -
IMPERATRIZ/MA
CNPJ: 13.859.675/0001-32
PROCESSO: 25351.498263/2017-44
AUTORIZ/MS: 7.54103-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: BRITO E AGUIAR LTDA - ME
ENDEREÇO: AVENIDA BERNARDO SAYÃO, 930
BAIRRO: NOVA IMPERATRIZ CEP: 65907000 -
IMPERATRIZ/MA
CNPJ: 13.859.675/0001-32
PROCESSO: 25351.498263/2017-44
AUTORIZ/MS: 7.54103-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL

Na resolução - RE Nº 3.066, de 16 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União N° 221, de 20 de novembro de 2017, Seção 1 Pag. 57 e Suplemento Págs. 75 e 78.

Onde se lê:
EMPRESA: MAIA & MIRANDA LTDA - ME
ENDEREÇO: AV DR JOSE NERI, Nº 70
BAIRRO: CENTRO CEP: 44840000 - TAPIRAMUTÁ/BA
CNPJ: 21.028.069/0001-01
PROCESSO: 25351.312418/2017-64
AUTORIZ/MS: 7.52245-4
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL-
Leia-se:
EMPRESA: MAIA & MIRANDA LTDA - ME
ENDEREÇO: AV DR JOSE NERI, Nº 70
BAIRRO: CENTRO CEP: 44840000 - TAPIRAMUTÁ/BA
CNPJ: 21.028.069/0001-01
PROCESSO: 25351.312418/2017-64
AUTORIZ/MS: 7.52245-4
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

Na resolução - RE Nº 2.133, de 10 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União N° 155, de 14 de agosto de 2017, Seção 1 Pag. 110 e Suplemento Págs. 68 e 75.

Onde se lê:
EMPRESA: FARMACIA BIS LTDA
ENDEREÇO: RUA JOSE JOAQUIM DA SILVA 53 - LOJA A
BAIRRO: PONTE DOS CARVALHOS CEP: 54580540 - CABO DE
SANTO AGOSTINHO/PE
CNPJ: 04.245.679/0002-10
PROCESSO: 25351.357477/2016-81
AUTORIZ/MS: 7.47839-1
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA BIS LTDA
ENDEREÇO: RUA JOSE JOAQUIM DA SILVA 53 - LOJA A
BAIRRO: PONTE DOS CARVALHOS CEP: 54580540 - CABO DE
SANTO AGOSTINHO/PE
CNPJ: 04.245.679/0002-10
PROCESSO: 25351.357477/2016-81
AUTORIZ/MS: 7.47839-1
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

Na resolução - RE Nº 2.951, de 9 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União N° 217, de 13 de novembro de 2017, Seção 1 Pags. 56 e 57 e Suplemento Págs. 77 e 79.

Onde se lê:
EMPRESA: T G Saraiva
ENDEREÇO: Rua 6, Quadra G, N2, Recanto dos Vinhais
BAIRRO: Conjunto dos Ipês CEP: 65070495 - SÃO LUÍS/MA
CNPJ: 27.984.728/0001-51
PROCESSO: 25351.419944/2017-54
AUTORIZ/MS: 7.54396-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:
Leia-se:
EMPRESA: T G SARAIVA - ME
ENDEREÇO: RUA ALFA CRUCIS, 15, LOJA 04
BAIRRO: RECANTO DOS VINHAIS CEP: 65070030 - SÃO LUÍS/MA
CNPJ: 27.984.728/0001-51
PROCESSO: 25351.419944/2017-54
AUTORIZ/MS: 7.54396-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

Na resolução - RE N.º 2.531, de 21 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 184, de 25 de setembro de 2017, Seção 01 Pag. 78 e Suplemento Págs. 100 e 101.

Onde se lê:
EMPRESA: e R PRUINELLI EPP
ENDEREÇO: AVENIDA AYRTON SENNA, 80
BAIRRO: CENTRO CEP: 78528000 - NOVO MUNDO/MT
CNPJ: 05.011.569/0001-76
PROCESSO: 25351.410925/2014-10
AUTORIZ/MS: 7.23378-9
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A
CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA NOVA FARMA EIRELI - ME
ENDEREÇO: AVENIDA AYRTON SENNA, 80
BAIRRO: CENTRO CEP: 78528000 - NOVO MUNDO/MT
CNPJ: 05.011.569/0001-76
PROCESSO: 25351.410925/2014-10
AUTORIZ/MS: 7.23378-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 1.132, de 27 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 82, de 02 de maio de 2017, Seção 1, pág. 62, Suplemento págs. 69 e 70.

Onde se lê:
EMPRESA: MARJAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ENDEREÇO: RUA GIBRATAR, N° 165/195
BAIRRO: SANTO AMARO CEP: 04755070 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 60.726.692/0001-81
PROCESSO: 25351.175590/2017-87 AUTORIZ/MS: 1.16488.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
FABRICAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: MARJAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ENDEREÇO: RUA GIBRALTAR, N° 165/195
BAIRRO: SANTO AMARO CEP: 04755070 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 60.726.692/0001-81
PROCESSO: 25351.175590/2017-87 AUTORIZ/MS: 1.16488.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
FABRICAR: MEDICAMENTO

Na resolução - RE n.º 2.063, de 2 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 150, de 7 de agosto de 2017, Seção 01 Pag. 54 e Suplemento Págs. 22 e 23.

Onde se lê:
EMPRESA: BIO INSTINTO INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA -ME
ENDEREÇO: AV COLOMBO BAIOCCHI FILHO, 502
BAIRRO: RESID MONTE SINAI ETAPA I CEP: 75074842 - ANÁPOLIS/GO
CNPJ: 07.882.964/0001-50
PROCESSO: 25351.408435/2009-82 AUTORIZ/MS: 2.05121.7
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

Leia-se:

EMPRESA: BIO INSTINTO INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA -ME

ENDEREÇO: AV COLOMBO BAIOCCHI FILHO, 502

BAIRRO: RESID MONTE SINAI ETAPA I CEP: 75074842 - ANÁPOLIS/GO

CNPJ: 07.882.964/0001-50

PROCESSO: 25351.408435/2009-82 AUTORIZ/MS: 2.05121.7

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EXPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

Na resolução - RE n.º 2.127, de 10 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 155, de 14 de agosto de 2017, Seção 01 Pag. 109 e Suplemento Pág. 60.

Onde se lê:

EMPRESA: ELOFARMA DISTRIBUIDORA S/A ENDEREÇO: AV. TALMA RODRIGUES RIBEIRO, N° 147-GALPÃO 3A BAIRRO: PORTAL DE JACARAIPE CEP: 29173795 - SERRA/ES CNPJ: 23.048.790/0002-61 PROCESSO: 25351.296027/2017-65 AUTORIZ/MS: 1.16805.6 AT I V I D A D E / C L A S S E ARMAZENAR: MEDICAMENTO DISTRIBUIR: MEDICAMENTO EXPEDIR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: ELOFARMA DISTRIBUIDORA S/A ENDEREÇO: AV. TALMA RODRIGUES RIBEIRO, N° GALPÃO 4 SALA 11 BAIRRO: PORTAL DE JACARAIPE CEP: 29173795 - SERRA/ES CNPJ: 23.048.790/0002-61 PROCESSO: 25351.296027/2017-65 AUTORIZ/MS: 1.16805.6 AT I V I D A D E / C L A S S E ARMAZENAR: MEDICAMENTO DISTRIBUIR: MEDICAMENTO EXPEDIR: MEDICAMENTO

Na resolução - RE n.º 2.145, de 10 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 155, de 14 de agosto de 2017, Seção 01 Pag. 110 e Suplemento Págs. 81 e 82.

Onde se lê:

EMPRESA: FFW LOGÍSTICA LTDA - ME ENDEREÇO: RUA CODINO GUELFI 180 BAIRRO: VILA ALPES CEP: 13570321 - SÃO CARLOS/SP CNPJ: 12.666.064/0001-05 PROCESSO: 25351.209932/2014-10 AUTORIZ/MS: K58WH3L0964Y (8.10508.0) AT I V I D A D E / C L A S S E TRANSPORTAR: CORRELATOS

Leia-se:

EMPRESA: FFW LOGÍSTICA LTDA - ME ENDEREÇO: RUA DINO GUELFI 180 BAIRRO: VILA ALPES CEP: 13570321 - SÃO CARLOS/SP CNPJ: 12.666.064/0001-05 PROCESSO: 25351.209932/2014-10 AUTORIZ/MS: K58WH3L0964Y (8.10508.0) AT I V I D A D E / C L A S S E TRANSPORTAR: CORRELATOS

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.280, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 999, de 19 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.301, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 999, de 19 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.302, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 999, de 19 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.303, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 999, de 19 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de razão social na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 1.474, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina o prazo para atendimento de cláusula suspensiva prevista na celebração de convênios firmados com esta Autarquia para ações de saneamento básico.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14, II e XII, do Anexo I, do Decreto nº 8.867, de 3 de outubro de 2016, publicado no D.O.U. de 4.10.2016, e com fundamento na Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011 e Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, publicada no D.O.U de 3.01.2017,

CONSIDERANDO o grande volume de convênios celebrados pela FUNASA, para fins de instrumentalizar as ações de saneamento básico, principalmente nos Municípios de até 50 mil habitantes, decorrentes tanto de seleção quanto de emendas parlamentares;

CONSIDERANDO os princípios fundamentais estabelecidos na Lei nº 11.445/2007, dos quais se destacam a universalização do acesso, a adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, a articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de controle à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de proteção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

CONSIDERANDO que grande parte dos Municípios atendidos pela FUNASA encontra dificuldades técnicas e operacionais, tais como insuficiência de profissionais e carência estrutural;

CONSIDERANDO que a Portaria Interministerial nº 424/2016 possibilitou a previsão de realização da celebração de instrumentos com o estabelecimento de condição a ser cumprida pelo convenente, posteriormente, com exceção daquelas dispostas no art.22 do mencionado normativo; resolve:

Art.1º Autorizar, excepcionalmente, a celebração de convênios e instrumentos congêneres contendo a previsão acerca da possibilidade de apresentação da documentação, exigida para a celebração, posteriormente, conforme o disposto no art.24, da Portaria Interministerial nº 424/2016.

Parágrafo Primeiro. O prazo para a complementação da instrução, referida no caput, será de até 18 meses, consoante estabelecido no instrumento.

Parágrafo Segundo. O instrumento celebrado não produzirá efeitos, enquanto a condição não for cumprida.

Parágrafo Terceiro. A não apresentação da documentação, no prazo estipulado, ensejará a extinção do ajuste.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RODRIGO SERGIO DIAS

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

PORTARIA Nº 59, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Homologação do resultado final do Prêmio de Incentivo em Ciência, Tecnologia e Inovação para o SUS XVI Edição - Ano 2017.

O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Edital de Concurso nº 01/2017, que torna público o Prêmio de Incentivo em Ciência, Tecnologia e Inovação para o SUS XVI Edição - ano 2017, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado final do Prêmio de Incentivo em Ciência, Tecnologia e Inovação para o SUS - ano 2017, conforme a decisão da Comissão Julgadora do concurso abaixo designada:

- Alessandra Schneider - CONASS;
- Cynthia Lociks de Araújo - SAS/MS;
- Danitza Passamai Rojas Buvinich - ANVISA;
- Eliane de Britto Bahruth - FINEP/MCTI;
- Erica Ell - SCTIE/MS;
- Flávio de Oliveira Gonçalves - Deciis/SCTIE/MS;
- Francisco Neves - CAPES/MEC
- Gilvânia Melo Pinto - OPAS/OMS;
- Gustavo Wissmann Neto - SVS/MS;
- Heraldo Possolo de Souza - FeSBE;
- Isabel Cristina Guimarães Pimentel dos Santos - Deciis/SCTIE/MS;
- Isabel Felicidade Aires Campos - Deciis/SCTIE/MS;
- Luciene Amaral - Deciis/SCTIE/MS;
- Marcelo Marcos Morales - CNPq/MCTI;
- Mônica Angélica Carreira Fragoso - Fiocruz;
- Orenzio Soler - CONASEMS;
- Paulo Afonso Granjeiro - CONFAP;
- Vera Lopes dos Santos - SESAI/MS
- Wanessa de Lima Ramos Akitomi - SGEP/MS.

Art. 2º - Resultado final:

Categoria: Tese de Doutorado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Concorrente	Título do Trabalho	Premiação
Cinira Fandaruff	Estudo da estrutura cristalina e propriedades de dissolução de fases sólidas de efavirenz e saquinavir, visando a biorrelevância e seu impacto no tratamento do HIV/AIDS	1º colocado R$ 50.000,00
Juliana de Oliveira Freitas Miranda	Acurácia e reprodutibilidade de um escore pediátrico de alerta precoce de deterioração clínica	Menção honrosa
Cynthia de Almeida Mendes	O uso de dióxido de carbono como meio de contraste para realização de angioplastias femoro- popliteas TASC A e B	Menção honrosa
Pablo Secato Fontoura	Perspectivas para eliminação da malária residual em área rural da Amazônia brasileira: estratégia de busca ativa reativa na identificação de reservatórios de *Plasmodium vivax*	Menção honrosa

Categoria: Dissertação de Mestrado

Concorrente	Título do Trabalho	Premiação
Stefania Santos Soares	Desigualdade e dupla porta de entrada no território: desafios para organização da atenção às urgências de baixo risco no município do Rio de Janeiro	1º colocado R$ 30.000,00
Leticia Lopes Dorneles	Desenvolvimento de infográfico animado para o fortalecimento e disseminação da educação permanente em saúde	Menção honrosa
Daniele da Silva Fébole	A produção de violências na relação de cuidado em saúde da população LGBT no SUS	Menção honrosa
Reginaldo Thuler Torres	Desenvolvimento de metodologia quimiométrica e metabolômica para o diagnóstico da hanseníase	Menção honrosa

Categoria: Trabalho Científico Publicado

Concorrente	Título do Trabalho	Premiação
Natália Bezerra Mota	Desordens do pensamento medidas como estrutura aleatória de fala classificam sintomas negativos e diagnóstico de esquizofrenia com seis meses de antecedência	1º colocado R$ 50.000,00
Camila Indiani de Oliveira	Papel da saliva do *Lutzomyia intermedia* no desenvolvimento da leishmaniose cutânea causada pela infecção por *Leishmania braziliensis*	Menção honrosa

Categoria: Experiências Exitosas do Programa Pesquisa para o SUS - PPSUS

Concorrente	Título do Trabalho	Premiação
Maria Lucia Rosa Rossetti	Novas tecnologias para estudo da tuberculose: uma análise da detecção e transmissão de *M. tuberculosis* circulante	1º colocado R$ 50.000,00
Isabella Lopes Monlleó	Fendas orais no SUS - Alagoas: definição de modelo para referência e contrarreferência em genética	2º colocado R$ 30.000,00
Ester Cerdeira Sabino	Padronização de estratégia molecular custo-efetiva para rastreamento de fenótipos eritrocitários e plaquetários em doadores de sangue visando à organização de banco de doadores raros no estado de SP	3º colocado R$ 20.000,00

Categoria: Produtos e Inovação em Saúde

Concorrente	Título do Trabalho	Premiação
Suelia de Siqueira Rodrigues Fleury Rosa	SOFIA - Projeto de pesquisa e desenvolvimento de um protótipo final da solução de ablação para tratamento de câncer de fígado nacional que gere inovação na área para que este seja comercializável internacionalmente	1º colocado R$ 50.000,00
Renato Rosental	Dispositivo de Hipotermia Focal Cerebral (DHFC) Desenvolvimento e aplicação médica de protótipos para uso pós- asfixia perinatal ou pós traumatismo cranioencefálico (TCE)	Menção honrosa
Suelia de Siqueira Rodrigues Fleury Rosa	Dispositivo médico portátil para tratamento de feridas e cicatrização tecidual em diabéticos que seja assimilado pelo SUS como cobertura no tratamento de diabetes.	Menção honrosa
Geovany Araújo Borges	Projeto de pesquisa, desenvolvimento e implementação de um robô voltado para realização de procedimentos cirúrgicos de laparoscopia, sobretudo para manipulação de endoscópio	Menção honrosa

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 391, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 110/SGTES/MS, de 05 de maio de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 110/SGTES/MS, de 05 de maio de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.075810/2014-54	AYARIS COSTA MARISTAN	3100964	MG	SABARÁ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

(Publicada no DOU de 8-12-2017)

ANEX O(*)

MANUAL DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Brasília, 2017

M2941

Manual de orientações técnicas da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal / Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, Secretaria Federal de Controle Interno - Brasília: CGU, 2017.

149 p. : il.

1. Auditoria Interna Governamental. 2. Poder Executivo. 3. Governo Federal. 4. Execução do trabalho de auditoria interna. 5. Planejamento baseado em riscos. I. Brasil. Ministério da Transparência e Controladoria - Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno.

CDU 657.6:35(81)

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

MANUAL DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Brasília, dez. 2017

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 Inter-relação entre o Risco de Auditoria e os Riscos Inerente, de Controle e de Detecção, 71

QUADRO 1 Aspectos distintos entre Avaliação e Consultoria, 22

QUADRO 2 Relação entre a Maturidade da Gestão de Riscos e o Planejamento da Auditoria, 52

QUADRO 3 Conteúdo mínimo do Plano de Auditoria Interna, 57

QUADRO 4 Possíveis causas dos riscos, 68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGU Advocacia-Geral da União

Audin Auditorias Internas Singulares dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal

CGU Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Ciset Secretarias de Controle Interno

COSO ERM Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada

IN Instrução Normativa

MP Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

NA Nota de Auditoria

NBC TA Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica

PGMQ Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade

QACI Questionário de Avaliação de Controles Internos

SA Solicitação de Auditoria

SCI Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal

SFC Secretaria Federal de Controle Interno

TAAC Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador

TABC Técnicas de Auditoria Baseadas em Tecnologia

TCU Tribunal de Contas da União

TI Tecnologia da Informação

UAIG Unidade de Auditoria Interna Governamental

Introdução

Ao longo dos últimos anos, a globalização, o uso cada vez mais intensivo das tecnologias e diversos acontecimentos relacionados a demonstrações contábeis de grandes empresas geraram importantes mudanças no ambiente de negócios públicos e privados ao redor do mundo. Nesse contexto, a sociedade, de modo geral, vem exigindo maior qualidade nos serviços prestados, além de mais transparência, responsabilidade e adequada prestação de contas por parte das organizações. Tudo isso vem gerando uma série de demandas e desafios também para a Auditoria Interna, a exemplo da exigência cada vez mais frequente de atuação nas áreas de governança e de gerenciamento de riscos, inclusive no âmbito da administração pública, a qual, alguns anos atrás, estava, de certa forma, alheia a essas discussões.

Especificamente no Brasil, a partir da edição da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o direito fundamental de acesso à informação, e da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, abriram-se novos horizontes para a atividade de auditoria interna governamental que, além de uma maior visibilidade dos trabalhos realizados, passou a ter também maiores oportunidades de contribuir mais diretamente para o alcance dos objetivos das organizações de que fazem parte. Tudo isso vem aproximando a Auditoria Interna das áreas de negócio das organizações, alçando-a a um patamar de maior importância, posto que passou a ser demandada para contribuir mais diretamente nas tomadas de decisão, tendo sua relevância reconhecida pelo nível estratégico das organizações.

Essas mudanças acarretaram, a seu turno, o aumento da responsabilidade das Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) em dar resposta adequada aos anseios da sociedade, exigindo que os auditores internos governamentais adquiram novas habilidades, adotem novas estratégias e, consequentemente, prestem maior variedade de serviços.

Nesse ambiente, em que se espera que a auditoria interna contribua cada vez mais para o aprimoramento da governança de órgãos e entidades, o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, aprovado pela IN SFC nº 03, de 09 de junho de 2017, definiu princípios, conceitos e diretrizes com a finalidade de nortear a prática da auditoria interna governamental, de modo a garantir uma atuação eficiente e eficaz por parte das UAIG.

De forma complementar, o presente Manual destina-se a orientar tecnicamente os órgãos e unidades que integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI) e as auditorias internas singulares dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal (Audin) sobre os meios de operacionalizar os conteúdos constantes do Referencial Técnico. Este documento, portanto, se propõe a indicar formas de colocar em prática os requisitos definidos, de modo a contribuir também para uniformizar entendimentos e práticas, sem, contudo, restringir a autonomia que cabe a cada UAIG no que tange à definição de seus métodos de trabalho, sistemas e modelos.

Assim sendo, no primeiro capítulo, encontram-se os conceitos de Avaliação e de Consultoria que, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela IN SFC nº 03, de 2017, constituem as atividades típicas de Auditoria Interna Governamental. Ambas as atividades guardam muitas semelhanças entre si, mas guardam também suas especificidades: enquanto a avaliação visa a fornecer opinião independente sobre governança, gerenciamento de riscos e estrutura de controles internos, a consultoria objetiva auxiliar as unidades auditadas nessas mesmas áreas, porém, por meio de assessoramento, aconselhamento, treinamento e facilitação.

A apuração, competência que, por força da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, foi atribuída aos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, complementa as duas primeiras vertentes e constitui o tema do segundo capítulo. Essa atividade tem como objetivo verificar atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais.

O terceiro capítulo apresenta as atividades essenciais para o adequado "Gerenciamento da Atividade de Auditoria Interna". Nele são descritas as atribuições de todos os envolvidos no processo de auditoria, desde o responsável pela UAIG até os membros das equipes. São apresentados também: os cuidados a serem adotados nos casos em que a UAIG optar pela participação de profissionais não pertencentes ao seu quadro de servidores; a atenção necessária a situações que podem prejudicar a objetividade nos trabalhos e o arcabouço mínimo para implementação de um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ).

O quarto capítulo trata do Planejamento da Unidade de Auditoria Interna Governamental, consubstanciado em um Plano de Auditoria Interna. A questão central é o planejamento baseado em riscos, um instrumental valioso, capaz de garantir que as UAIG concentrem seus esforços nas áreas e atividades cujo alcance dos objetivos pode ser mais fortemente impactado por eventos internos ou externos, ou seja, nas áreas de maior risco. O capítulo aborda ainda os componentes essenciais do Plano de Auditoria Interna e as atividades capazes de subsidiar a elaboração do Programa de Trabalho, além dos procedimentos e técnicas de auditoria mais comumente utilizados.

A execução dos trabalhos individuais de auditoria é o tema do quinto capítulo. Por meio deste, são apresentados os conteúdos, baseados em normas e nas melhores práticas nacionais e internacionais de auditoria, necessários para o desenvolvimento da fase também conhecida como trabalho de campo, quais sejam: comunicação com a Unidade Auditada durante a execução dos trabalhos; coleta e análise de dados; obtenção de evidências, elaboração dos achados de auditoria e das recomendações e, ainda, a organização e guarda de papéis de trabalho.

Como etapa fundamental dos trabalhos de auditoria, a "Comunicação dos Resultados" é abordada no sexto capítulo. Nessa seção, é ressaltada a necessidade de se realizar um planejamento específico para que as comunicações atinjam sua finalidade. São destacados também os requisitos de qualidade e as formas de comunicação. O relatório de auditoria, por ser a forma mais comumente utilizada para essa finalidade, recebe destaque: além de serem apresentadas diferentes formas de relatório, são indicados também os componentes mais frequentemente encontrados nesse tipo de documento.

O monitoramento constitui etapa fundamental da auditoria, tendo em vista que um trabalho somente pode ser considerado encerrado após o cumprimento das recomendações pela unidade auditada. Esse é o assunto tratado no sétimo e último capítulo, em que são apresentados: o processo de monitoramento, com destaque para suas etapas; as formas de lidar com especificidades, como recomendações oriundas de trabalhos de consultoria; como agir em casos de recomendações reiteradamente não atendidas; comunicação do estágio de implementação das melhorias recomendadas e, por fim, registro de benefícios financeiros e não financeiros alcançados por meio da atuação da UAIG.

Ao final, são apresentados ainda exemplos de documentos que têm como finalidade facilitar a compreensão e a implementação dos conteúdos constantes deste Manual.

1Auditoria interna governamental

A Auditoria Interna Governamental, de acordo com a IN SFC nº 03, de 2017, é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos. Essa definição apresenta alguns aspectos que merecem destaque, os quais serão detalhados a seguir.

Governamental

A Auditoria Interna Governamental, embora apresente muitas semelhanças com a Auditoria Independente, apresenta também suas especificidades. Entre elas, pode-se destacar:

a)a obtenção e a análise de evidências relativas à utilização dos recursos públicos, a qual contribui diretamente para a garantia da accountability nas suas três dimensões, quais sejam: transparência, responsabilização e prestação de contas;

b)a contribuição para a melhoria dos serviços públicos, por meio da avaliação da execução dos programas de governo e da aferição do desempenho dos órgãos e das entidades no seu papel precípuo de atender à sociedade;

c)a atuação com vistas à proteção do patrimônio público.

Independência e objetividade

A independência e a objetividade são dois pressupostos fundamentais para o exercício da auditoria interna, tanto na condução dos trabalhos quanto na emissão de opinião pela UAIG. Estão associados o primeiro, à UAIG, e o segundo, à atitude do auditor em relação à Unidade Auditada.

Para que a função de auditoria interna seja independente, deve possuir autonomia técnica. Isso significa que o responsável pela UAIG deve se comunicar diretamente com as pessoas de maior nível hierárquico dentro da Unidade Auditada (alta administração ou conselho, se houver) que permitam à UAIG cumprir suas responsabilidades, livre de interferências na determinação do escopo, na execução dos procedimentos, no julgamento profissional e na comunicação dos resultados.

Os auditores internos governamentais, por sua vez, devem atuar de forma imparcial e isenta, evitando situações de conflito de interesses ou quaisquer outras que afetem sua objetividade, de fato ou na aparência, ou comprometam o seu julgamento profissional.

Adição de valor

A proposta de adicionar valor está diretamente vinculada à questão de a auditoria interna considerar, no planejamento dos trabalhos da UAIG, as estratégias, os objetivos, as metas da organização, os riscos a que os processos da Unidade Auditada estão sujeitos, além das expectativas dos destinatários dos trabalhos de auditoria, quais sejam: a alta administração, os gestores das organizações e das entidades públicas federais e a sociedade, de modo geral.

Somente dessa forma, os trabalhos de auditoria não estarão apartados das reais demandas das Unidades Auditadas e poderão contribuir de forma tempestiva e efetiva, em assuntos relevantes, críticos e/ou estratégicos para a organização. A título de exemplo, podem ser citados os trabalhos de auditoria em sistemas corporativos importantes para o alcance dos objetivos estratégicos da organização, dando ênfase a aspectos gerenciais e, não somente, à conformidade das transações resultantes dos sistemas. Essa abordagem representa um amadurecimento da auditoria e permite um novo posicionamento da UAIG, transformando-a em peça essencial no processo de tomada de decisão pela alta administração.

Abordagem sistemática e disciplinada

À medida que os objetos auditados se tornam mais complexos, as exigências para a realização do trabalho de auditoria se tornam maiores. Como resposta para esse novo desafio, a abordagem exige maior envolvimento da equipe de auditoria e maior conhecimento das áreas de negócio da Unidade Auditada, além de maior domínio dos procedimentos e das técnicas de auditoria. O trabalho de auditoria, portanto, deve ser metodologicamente estruturado, baseado em normas e padrões técnicos e profissionais e estar sempre suficientemente evidenciado.

Atuação dos auditores internos na melhoria da eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos

Os objetivos dos trabalhos de auditoria devem ser estabelecidos de forma que esses trabalhos contribuam para o alcance dos objetivos organizacionais da Unidade Auditada e para o aprimoramento dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controle, os quais estão fortemente relacionados entre si. Para contribuir para o aperfeiçoamento desses processos, a UAIG deverá considerar a relação entre eles, as características específicas da Unidade Auditada e definir a melhor estratégia de atuação, já na etapa de elaboração do Plano de Auditoria Interna.

Avaliação e consultoria

A avaliação e a consultoria são as duas vertentes típicas da atividade de auditoria interna e, por esse motivo, serão abordadas em seções específicas a seguir, ainda neste capítulo. Ambas se complementam para atingir o objetivo de agregar valor às organizações.

A apuração cumpre, juntamente com a avaliação e a consultoria, papel extremamente relevante, visto contribuir para que se apresentem respostas efetivas às violações de integridade, atendendo, dessa forma, a uma forte expectativa social. Não constitui uma função típica de auditoria interna governamental e vem sendo desenvolvida pelas UAIG que compõem o SCI, por força da Lei nº 10.180, de 2001; por esse motivo, será abordada no segundo capítulo.

1.1avaliação

O trabalho de avaliação, como parte das atividades de auditoria interna, pode ser definido como a obtenção e a análise de evidências com o objetivo de fornecer opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de auditoria.

A Constituição Federal de 1988 prevê que esse tipo de trabalho seja realizado sobre temas variados, tais como: cumprimento das metas previstas no plano plurianual; execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; legalidade, economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

órgãos e nas entidades da Administração Pública; e regularidade da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado. Desses temas, podem ser extraídos diversos objetos de auditoria, sobre os quais as equipes opinarão, por meio dos trabalhos de avaliação.

Tipos de serviço de avaliação

As características do objeto de auditoria, bem como os objetivos e a delimitação do escopo do trabalho são determinantes para a definição do tipo de avaliação que será realizado. Tradicionalmente, são classificados três tipos básicos, sendo perfeitamente possíveis tanto o uso individual de um tipo como a combinação entre eles.

Financeira ou de Demonstrações Contábeis: busca a obtenção e a avaliação de evidências a respeito das demonstrações contábeis de um órgão ou de uma entidade para emitir opinião indicando se sua apresentação está adequada e de acordo com os princípios contábeis. Tem como finalidade proporcionar certeza razoável de que as demonstrações contábeis, portanto, são apresentadas em conformidade com os princípios de contabilidade válidos para aquela unidade.

Conformidade ou Compliance: visa à obtenção e à avaliação de evidências para verificar se certas atividades financeiras ou operacionais de um objeto de auditoria selecionado obedecem às condições, às regras e aos regulamentos a ele aplicáveis.

Operacional ou de Desempenho: obtém e avalia evidências a respeito da eficiência e da eficácia das atividades operacionais de um objeto de auditoria, podendo ser este, por exemplo, um órgão ou uma entidade, um departamento, uma política pública, um processo ou uma atividade. Possui a finalidade de verificar se os objetivos estabelecidos vêm sendo alcançados. Fornece análises objetivas para auxiliar a administração a melhorar seu desempenho e suas operações, reduzir custos, facilitar a tomada de decisões e de medidas corretivas pelas partes responsáveis. Esse tipo de avaliação envolve uma variedade de temas e de metodologias.

Aprimoramento da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos da gestão

Além de avaliar os aspectos citados anteriormente, o trabalho de avaliação deve buscar fomentar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos relativos ao objeto e à Unidade Auditada, os quais mantêm forte relação entre si. Também constituem objetivos das equipes de auditoria, portanto, avaliar a eficácia desses três processos e contribuir para o seu aprimoramento.

Dessa forma, a UAIG deve atuar sobre a governança avaliando se esta atinge seus objetivos, tais como: promoção da ética e de valores; gerenciamento do desempenho organizacional e accountability; comunicação sobre riscos e controles aos demais atores da Unidade Auditada; e coordenação das atividades e comunicação das informações entre o conselho, se houver, os auditores externos e internos e a Administração.

Quanto ao gerenciamento de riscos, a UAIG atua avaliando questões como: se os riscos significativos são identificados e avaliados; se as respostas aos riscos são estabelecidas de forma compatível com o apetite a risco da Unidade Auditada e se as informações sobre riscos relevantes são coletadas e comunicadas de forma oportuna, permitindo que os responsáveis cumpram com as suas obrigações. Ademais, a equipe de auditoria deve buscar identificar potenciais riscos de fraude e verificar se a organização possui controles para tratamento desses riscos.

Em relação aos controles internos da gestão, a avaliação deve considerar os seguintes componentes: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e atividades de monitoramento. Também é preciso verificar se os controles são efetivos e eficazes na mitigação dos riscos a eles associados, considerando como atua a alta administração na sua prerrogativa de responsável pela implementação de controles e posterior supervisão do seu funcionamento. A avaliação sobre os controles deve contemplar o alcance dos objetivos estratégicos; a confiabilidade e a integridade das informações; a salvaguarda de ativos e aspectos de conformidade com leis e regulamentos, entre outros.

Ademais, ainda no intuito de avaliar a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos e de contribuir para o aprimoramento da gestão, a UAIG deve definir qual a melhor abordagem de avaliação, ou seja, qual será sua estratégia de atuação sobre essas três dimensões. Entre as possíveis abordagens, pode-se citar:

a)avaliações em estruturas, processos ou atividades relacionados a cada uma das dimensões acima. Para exemplificar, utilizando apenas governança, em um trabalho poder-se-ia avaliar o funcionamento do conselho ou de um comitê; numa segunda auditoria, seriam avaliadas as políticas e medidas de integridade. Tais avaliações se somariam para emissão de opinião, por parte da UAIG, sobre governança;

b)avaliação única para cada dimensão que inclua todos os seus processos, estruturas ou atividades. Retomando o exemplo anterior, seriam avaliados de uma só vez o desenho e o funcionamento de todos os aspectos relativos à governança em uma única auditoria;

c)incorporação de componentes de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos nas avaliações dos objetos de auditoria que compõem o Plano de Auditoria Interna. Pode-se citar como exemplo um plano que inclua como objetos de auditoria um departamento, um programa governamental e um sistema. Na avaliação de cada um desses objetos, seriam exploradas as três dimensões citadas.

1.1.1Etapas da avaliação

A avaliação é composta basicamente das seguintes etapas: planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento, contudo, é importante ressaltar que não há uma divisão rígida entre elas. Como exemplos da flexibilidade entre as etapas, pode-se citar: a revisão do planejamento inicial, que pode ocorrer após o início da execução; uso de algumas técnicas de auditoria, que seriam tipicamente utilizadas na etapa de execução, ainda no planejamento, para obter subsídios suficientes para programar um trabalho; e a comunicação de fatos relevantes apurados, diretamente ao auditado, ainda durante a execução da auditoria. A seguir, será apresentado um panorama geral de cada uma dessas etapas, cujo detalhamento está registrado na seção 4.3 e nos capítulos 5, 6 e 7 deste Manual.

1.1.1.1Planejamento

Em geral, um trabalho individual de avaliação deriva de um planejamento global, realizado anteriormente pela UAIG, para um período específico. A IN SFC nº 03, de 2017, define que deve ser estabelecido um Plano de Auditoria Interna baseado em riscos, levando-se em conta os objetivos estratégicos, as prioridades e as metas da Unidade Auditada, bem como os riscos a que seus processos estão sujeitos.

A IN SFC nº 03, de 2017, prevê também a necessidade de planejamento do trabalho individual de auditoria. Para tanto, são realizados levantamentos preliminares e análise dos principais riscos e das medidas de controles existentes, para se chegar ao objetivo daquela avaliação e à delimitação do escopo. Nesse contexto, define-se a quais questões sobre o objeto auditado aquele trabalho específico pretende responder.

Nessa fase, são definidos, ainda, os testes a serem executados e as técnicas que serão utilizadas, os quais comporão o programa de trabalho. Ademais, com base nas necessidades levantadas, é possível adotar medidas para prover os recursos humanos e os materiais necessários à execução da atividade.

1.1.1.2Execução

A etapa de execução consiste em colocar em prática o programa de trabalho. Serão realizados os testes previstos, por meio das técnicas de auditoria selecionadas, e registrados os achados da equipe de auditoria, com base nos resultados obtidos. Os achados possibilitarão responder às questões de auditoria levantadas na fase de planejamento, atendendo ao objetivo estabelecido inicialmente para a avaliação.

Nesse processo de coleta e de análise de dados, a equipe de auditoria irá comparar a situação encontrada com os critérios preestabelecidos no programa de trabalho. Os resultados dessa comparação, ou seja, os achados de auditoria, deverão estar apoiados em evidências suficientes, confiáveis, fidedignas, relevantes e úteis.

É imprescindível que, durante todo o processo de auditoria, haja comunicação clara e eficiente com o auditado, obtendo junto a ele as informações necessárias ao trabalho, bem como fornecendo informações sobre os achados identificados pela equipe de auditores. Após a elaboração dos achados de auditoria, estes devem ser discutidos com a Unidade Auditada.

Em decorrência dos achados, podem ser emitidas recomendações, cujas propostas também devem ser apresentadas e debatidas com o auditado, a fim de se estabelecerem conjuntamente as medidas mais adequadas para mitigar as causas dos pontos levantados, bem como para proporcionar um ambiente de discussão e de entendimento mútuo.

1.1.1.3Comunicação dos resultados

Após finalizar a etapa de execução, é necessário que a UAIG comunique o resultado final dos seus trabalhos. É pertinente discorrer sobre situações encontradas, análises realizadas, conclusões obtidas, opiniões geradas e recomendações efetuadas referentes ao objeto da auditoria. Nos trabalhos de avaliação, o destinatário principal é a alta administração, sem prejuízo do encaminhamento às demais partes interessadas. A comunicação final dos resultados deve também ser publicada na Internet, em observância ao princípio da publicidade consignado na Constituição Federal, ressalvados os casos previstos em lei.

1.1.1.4Monitoramento

Encerradas as fases de planejamento, de execução e de comunicação dos resultados, tem-se uma fase de extrema importância: o monitoramento da implementação das recomendações emitidas.

Tal atividade deve ser realizada permanentemente para garantir a efetividade do trabalho de avaliação, que se alcança por meio da implementação das recomendações, as quais devem ser previamente acordadas com a alta administração. É necessário verificar se houve ganho de desempenho nos objetos avaliados a partir das recomendações e averiguar os motivos para a eventual falta de implementação do que tenha sido anteriormente pactuado.

Faz-se igualmente importante registrar e medir os benefícios financeiros e não financeiros obtidos por meio da atividade de auditoria interna, tendo em vista que, se o objetivo de toda UAIG é agregar valor à gestão, é imprescindível que seja verificado se tal finalidade está sendo alcançada. Esse mecanismo confere maior transparência aos resultados alcançados pela UAIG.

1.2consultoria

Por meio dos trabalhos que executam, os auditores internos governamentais entram em contato com uma grande variedade de temas essenciais para o funcionamento das organizações. Ademais, por intermédio de suas análises e recomendações, normalmente demonstram conhecimento a respeito de normas e de outros temas complexos e relevantes para as unidades, como controles internos e riscos. Diante disso, é possível que a alta administração da Unidade Auditada entenda ser oportuno consultar, aconselhar-se com ou contar com o apoio dos auditores sobre esses e outros assuntos com os quais eles lidam no seu dia a dia. Esse tipo de serviço prestado pelos auditores em resposta à solicitação das Unidades Auditadas denomina-se consultoria.

O serviço de consultoria é uma atividade de auditoria interna governamental que consiste em assessoramento, aconselhamento e outros serviços relacionados fornecidos à alta administração com a finalidade de respaldar as operações da unidade. Em regra, é prestado em decorrência de solicitação específica do órgão ou da entidade da Administração Pública Federal, ou ainda de órgão ou colegiado interministerial com competência para avaliação e monitoramento da ação governamental ou com papel de fortalecimento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos do Poder Executivo Federal. Os trabalhos de consultoria devem abordar assuntos estratégicos da gestão, e sua natureza e seu alcance, acordados previamente.

As finalidades desse tipo de serviço são agregar valor à organização e melhorar os seus processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos, de forma condizente com os valores, as estratégias e os objetivos da Unidade Auditada, sem que o auditor interno governamental assuma qualquer responsabilidade que seja da administração.

Por meio de consultorias, é possível à UAIG:

a)contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas e da atuação das organizações que as gerenciam, por exemplo, assistindo a unidade no processo de desenho ou de redesenho de programas e de sistemas;

b)auxiliar os órgãos e as entidades do Poder Executivo Federal na estruturação e no fortalecimento da primeira e da segunda linhas de defesa da gestão;

c)apoiar os órgãos e as entidades do Poder Executivo Federal na identificação de metodologias de gestão de riscos e de controles;

d)promover a capacitação e a orientação da Unidade Auditada.

1.2.1Tipos de serviços de consultoria

Os serviços de consultoria compreendem atividades de assessoramento, de aconselhamento, treinamento e de facilitação. Essas atividades podem ser adaptadas para atender a problemas específicos identificados pela Unidade Auditada, desde que não comprometam a autonomia técnica da UAIG e a objetividade dos auditores internos governamentais.

1.2.1.1Assessoramento/Aconselhamento

Os serviços de assessoramento e de aconselhamento geralmente caracterizam-se pela proposição de orientações em resposta a questões formuladas pela gestão. Podem decorrer de mudanças de cenário (externo e/ou interno) das organizações. Tais serviços não se destinam a responder questionamentos que ensejem pedidos de autorização ou de aprovação, como "posso fazer? " e "sim ou não? ", pois a tomada de decisão é competência exclusiva do gestor, devendo essa atividade ser mais uma fonte de informações a subsidiar sua decisão.

Os serviços dessa natureza são os que geralmente mais se aproximam dos trabalhos de avaliação, quando comparados com seu processo de operacionalização. Visam a responder questões como:

a)quais padrões de controle podem ser desenvolvidos para tratamento dos riscos de determinado processo de trabalho?

b)quais os riscos e as implicações para o controle das operações que a implementação de um novo sistema informatizado pode trazer?

c)quais são as opções para aumentar a eficiência e a segurança de um determinado processo de trabalho?

d)quais alternativas no desenho de determinada política pública devem ser avaliadas pela gestão antes de sua implementação?

e)quais são as medidas para aprimorar o processo de governança organizacional?

Questões dessa natureza são o ponto de partida para que os serviços de consultoria ofereçam respostas com alto potencial de contribuição efetiva à gestão e que de fato possam adicionar valor às organizações públicas. Contudo, é imprescindível que o escopo e o cronograma estejam objetivamente definidos e que, portanto, sejam estabelecidos limites para o seu desenvolvimento, os quais podem ser ajustados em decorrência de informações reveladas ao longo do trabalho.

1.2.1.2Treinamento

Os serviços de treinamento decorrem da identificação pelos auditores ou pelos gestores de oportunidades ou de necessidades de melhoria em processos de trabalho que podem ser proporcionadas por meio de atividades de capacitação conduzidas pela UAIG. Não obstante, para se caracterizar como um serviço de consultoria, os treinamentos devem ter como objetivo o aperfeiçoamento dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e a implementação de controles internos na organização.

Serviços de consultoria dessa natureza geralmente requerem:

a)análise de projetos bem-sucedidos da organização após sua conclusão, utilizando-os como subsídios para outros projetos;

b)benchmarking de áreas ou atividades, comparando-as com as de outras organizações do mesmo ramo de negócios (tais como universidades e hospitais públicos).

1.2.1.3Facilitação

Assim como nos treinamentos, os serviços de facilitação têm como base os conhecimentos dos auditores internos relativos à governança, ao gerenciamento de riscos e aos controles internos. Nessa atividade, os auditores internos governamentais utilizam seus conhecimentos para facilitar discussões sobre esses temas, sendo necessário, portanto, um maior envolvimento com a atividade em questão. Consequentemente, também ao realizar serviços dessa natureza, o auditor interno governamental deve abster-se de assumir qualquer responsabilidade que seja da gestão da Unidade Auditada.

Serviços de consultoria dessa natureza, geralmente, consistem em:

a)facilitar o processo de avaliação de riscos da organização;

b)facilitar a autoavaliação de governança e de controles internos;

c)facilitar o processo de redesenho de controles e de procedimentos para uma nova área ou processo em transformação ou, ainda, para criação, expansão ou aperfeiçoamento de política pública;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d)mediação de discussões sobre controles e processos de negócio importantes para o alcance dos objetivos da organização.

Embora exista uma clara delimitação entre os objetivos dos tipos de consultoria descritos acima, eles não são mutuamente excludentes, podendo coexistir em um mesmo trabalho.

1.2.2Inclusão dos serviços de consultoria no Plano de Auditoria Interna

Os serviços de consultoria prestados pelas UAIG normalmente se originam de:

a)demandas oriundas da alta administração ou do conselho;

b)trabalhos identificados durante o processo de avaliação de riscos realizado pela UAIG, seja na etapa de estabelecimento do Plano de Auditoria Interna, seja durante o planejamento dos trabalhos individuais;

c)surgimento de condições novas ou em transformação na Unidade Auditada que mereçam a atenção da UAIG.

Para a inclusão de trabalhos de consultoria no Plano de Auditoria Interna, os seguintes fatores devem ser levados em consideração:

a)quando a demanda pelo trabalho de consultoria for da Unidade Auditada, a solicitação deve ser efetuada apenas pela alta administração da Unidade Auditada ou pelo conselho, ou ainda por órgão ou colegiado interministerial com competência para avaliação e monitoramento da ação governamental, ou ainda com papel de fortalecimento da governança, gestão de riscos e controles do Poder Executivo Federal;

b)quando o trabalho de consultoria for proposto pela UAIG, essa deve sensibilizar a alta administração da Unidade Auditada quanto à relevância do trabalho a ser realizado, o qual somente será incluído no Plano Anual se houver a concordância por parte da alta administração;

c)a seleção de trabalhos de consultoria para inclusão no plano também deve ser feita de acordo com a magnitude dos riscos associados aos objetos desses serviços;

d)se os potenciais resultados desses trabalhos contribuem para a melhoria dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada;

e)se os auditores internos governamentais possuem conhecimento, habilidades ou outras competências necessárias à realização do serviço de consultoria;

f)se os serviços de consultoria propostos poderão gerar potenciais prejuízos à autonomia técnica da UAIG ou à objetividade do auditor;

g)o custo do trabalho de consultoria em relação aos potenciais benefícios;

h)a capacidade operacional da UAIG.

1.2.3Etapas da consultoria

Em geral, o processo de realização de consultoria, principalmente os trabalhos de assessoramento/aconselhamento, tem o fluxo similar ao de um trabalho de avaliação. Nesse sentido, devem ser observadas as orientações previstas na seção 4.3 e nos capítulos 5, 6 e 7 deste Manual, as quais devem ser aplicadas, quando apropriado. Contudo, há considerações específicas sobre o processo de consultoria, as quais serão apresentadas a seguir.

1.2.3.1Planejamento

Antes de iniciar o trabalho de consultoria, a UAIG e a Unidade Auditada devem formalizar entendimento que defina as principais características dos serviços a serem prestados pela UAIG. Nesse documento, as partes devem definir os seguintes aspectos em comum acordo:

a)objetivos (relativos a: governança, gestão/gerenciamento de riscos e/ou controles internos);

b)natureza dos serviços (assessoria/aconselhamento, facilitação e/ou treinamento);

c)escopo (suficiente para abordar os objetivos acordados previamente);

d)prazo;

e)expectativas das partes;

f)responsabilidades das partes;

g)como e quando dar-se-á a comunicação de progresso e de resultados ao solicitante do trabalho;

h)forma de monitoramento das recomendações emitidas no final do trabalho, se houver;

i)outros aspectos que sejam fundamentais para a caracterização do trabalho.

Com relação à etapa de planejamento dos serviços de consultoria, é importante destacar que:

a)os objetivos dos trabalhos de consultoria devem estar relacionados aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles na extensão previamente acordada com a Unidade Auditada e devem ser consistentes com os seus valores, estratégias e objetivos;

b)os auditores internos devem assegurar que o escopo do trabalho seja suficiente para alcançar os objetivos previamente acordados, zelando para que eventuais alterações ou restrições quanto ao escopo sejam apropriadamente discutidas e acordadas com a Unidade Auditada;

c)o programa de trabalho pode variar na forma e no conteúdo de acordo com a natureza do trabalho.

1.2.3.2Execução

Durante a realização dos trabalhos, os auditores internos governamentais devem analisar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos de forma consistente com os objetivos da consultoria, a fim de identificar pontos significativos que devam ser considerados e comunicados à alta administração e ao conselho, se houver.

No entanto, se os pontos significativos identificados envolverem fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados no âmbito da Unidade Auditada, a equipe de auditoria deverá levar tal situação ao conhecimento do supervisor do trabalho, para análise em conjunto e definição das medidas a serem adotadas, inclusive quanto à possibilidade de suspensão ou interrupção dos serviços de consultoria e à realização de outros tipos de trabalho relativos a tais fatos, se for o caso.

1.2.3.3Comunicação dos resultados

As comunicações sobre o andamento e os resultados dos trabalhos podem variar na forma e no conteúdo, de acordo com os objetivos, o escopo e o propósito de cada trabalho. Tendem a não seguir padrões pré-determinados, especialmente em trabalhos de facilitação e de treinamento. A definição da forma de comunicação deve constar do entendimento formal firmado entre a UAIG e a Unidade Auditada antes de iniciar o trabalho.

As comunicações, especialmente a final, são apresentadas à alta administração da Unidade Auditada, a quem cabe a decisão de apresentá-las a outros interessados. À alta administração também podem ser apresentadas comunicações de progresso durante a realização do trabalho.

As UAIG deverão promover a divulgação na Internet dos resultados dos trabalhos de consultoria, como instrumento de accountability da gestão pública e atendimento ao princípio da publicidade consignado na Constituição Federal, observando inclusive o disposto nos arts. 5º e 6º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Entretanto, por possuírem caráter preparatório, os resultados da consultoria, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, terão acesso ou divulgação assegurados a partir da edição do ato ou da decisão pela Unidade Auditada, conforme previsto no art.20 do mesmo decreto.

1.2.3.4Monitoramento

A forma de monitoramento de recomendações, nos casos em que essas forem emitidas, deve ser pactuada entre a UAIG e a Unidade Auditada antes do início dos trabalhos e dependerá de diferentes fatores, como o interesse do gestor público no monitoramento a ser realizado pela UAIG, os riscos de não implementação ou o valor da recomendação para a organização.

Se for o caso, a comunicação final deve conter registro indicando que o monitoramento das recomendações ocorrerá e como será feito.

1.2.4 Consultoria e Avaliação: semelhanças e diferenças

A principal diferença entre a avaliação e a consultoria consiste na origem da demanda: a própria UAIG, no primeiro caso, e a alta administração da unidade, no segundo caso. Esse aspecto, que a princípio pode ser considerado como um detalhe, possibilita, nos trabalhos de consultoria, que os auditores contem com uma disposição mais favorável por parte dos gestores, fato que geralmente favorece o consenso entre auditores e auditados.

A demanda também é capaz de influenciar o enfoque dado ao problema: a avaliação, em muitos casos, visa primeiramente a identificar o problema para, em momento posterior, buscar as soluções; nos trabalhos de consultoria, como normalmente o problema já foi identificado pelo gestor, de modo geral, o foco recai diretamente sobre a solução.

Tendo em vista que os trabalhos de consultoria, em sua grande maioria, estão relacionados à estruturação/revisão de processos, de políticas ou de procedimentos, o envolvimento da auditoria interna nessas iniciativas de mudança pode contribuir para o estabelecimento de processos eficazes e eficientes desde o momento de sua implantação, o que garante a essa atividade um caráter fortemente preventivo.

Há situações em que esses dois tipos de serviços apresentam uma fronteira bem demarcada. Pode-se citar como exemplos, por um lado, uma avaliação que tenha como finalidade emitir parecer sobre as contas da unidade e, por outro lado, uma consultoria prestada pelos auditores a respeito de uma política pública que será implementada. No primeiro caso, o escopo é previamente definido pela UAIG, que realiza o trabalho com vistas a informar ao controle externo se a administração atuou adequadamente na gestão dos recursos públicos a ela confiados. No segundo caso, os auditores têm como finalidade auxiliar o gestor a encontrar as melhores alternativas para a implantação da política pública que se constitui como objeto de consultoria. Portanto, ainda não há erros a serem apontados.

Em muitos casos, porém, ambos os serviços chegam a se confundir. Como exemplo, pode-se citar a emissão de recomendações estruturantes em resposta a fragilidades encontradas nos controles da Unidade Auditada por meio de um trabalho de avaliação. Nesse caso, pode ser necessário que os auditores prestem esclarecimentos e, eventualmente, até promovam capacitação sobre o objeto da recomendação.

As atividades de avaliação e de consultoria, em sua essência, portanto, não se opõem: ambas têm como finalidade agregar valor à gestão e podem se utilizar de técnicas e estratégias semelhantes.

Para fins didáticos, no entanto, alguns aspectos distintos entre os serviços de avaliação e os de consultoria são apresentados de forma resumida no quadro a seguir.

QUADRO 1 - Aspectos distintos entre Avaliação e Consultoria

	Avaliação	Consultoria
Origem da demanda	Em geral, a demanda dos trabalhos é decorrente do planejamento realizado pela UAIG com base em riscos.	Em geral, a demanda dos serviços de consultoria decorre de solicitação específica da Unidade Auditada.
Propósito do trabalho	Conduzido com o objetivo de fornecer avaliação independente.	Conduzido com o objetivo de fornecer assessoramento, aconselhamento e serviços relacionados.
Planejamento dos trabalhos de Auditoria	Estabelecimento do objetivo e do escopo pela UAIG.	Estabelecimento do objetivo e do escopo pela UAIG, em conjunto do solicitante do serviço.
Comunicação de Resultados	O formato da comunicação é relativamente padronizável	O formato da comunicação pode variar na forma e no conteúdo, de acordo com a natureza do trabalho e as necessidades da Unidade Auditada.
Monitoramento	O monitoramento é realizado a partir das recomendações expedidas pela UAIG.	Deve ser considerada a forma de monitoramento definida com a Unidade Auditada no planejamento dos trabalhos.

Fonte: elaboração própria.

2Apuração

A apuração consiste na execução de procedimentos cuja finalidade é averiguar atos e fatos inquinados de ilegalidade ou de irregularidade praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais. Trata-se de competência em sintonia com a essência das normas e dos regulamentos aplicáveis ao SCI, no sentido precípuo de zelar pela correta aplicação de recursos públicos, ainda que, em alguns casos, exija atuação específica e diferenciada dos serviços típicos da atividade de auditoria interna.

Essa competência foi atribuída pela Lei nº 10.180, de 2001, aos órgãos e unidades do SCI, portanto, em princípio, não cabe às unidades singulares de Auditoria Interna. Contudo, tal responsabilidade pode também ser atribuída às Audin tanto por força de normativo, como por decisão da alta administração. Ademais, em que pese o dispositivo legal não ter sido explícito quanto às Audin, por definição, a atividade de auditoria interna governamental prevê que os auditores internos governamentais devem:

a)estar alertas a situações ou transações que possam caracterizar indícios de fraude ou de ilegalidades, ainda que não possuam estrutura específica de apuração;

b)possuir conhecimentos suficientes sobre os principais riscos de fraudes, bem como a predisposição para identificá-los adequadamente, verificando, inclusive, se a organização possui controles para o seu devido tratamento;

c)quando houver indícios suficientes, realizar o adequado e tempestivo encaminhamento das informações às instâncias competentes.

Quando incumbidos apenas da prestação de serviços de avaliação e de consultoria, entretanto, não se espera, que os auditores internos governamentais tenham a especialização de uma pessoa cuja principal responsabilidade seja apurar fraudes.

2.1 erro e fraude

Os atos e os fatos inquinados de ilegais ou irregulares, a que se refere a Lei 10.180, de 2001, podem constituir erro ou fraude. De acordo com a IN SFC nº 03, de 2017, fraudes são quaisquer atos ilegais caracterizados por desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança. De acordo com a NBC TA 240, a fraude é "o ato intencional de um ou mais indivíduos da administração, dos responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal". Quanto ao erro, esse constitui ato não-voluntário, não-intencional, resultante de omissão, desconhecimento, imperícia, imprudência, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de documentos, registros ou demonstrações. Nesses casos, verifica-se apenas culpa, pois não está caracterizada a intenção de causar dano.

Observa-se, portanto, que a intenção do agente é um fator distintivo entre as duas situações. Espelhada nesses conceitos, a apuração, no contexto do SCI, subdivide-se em apuração de erro e apuração de fraude.

A apuração de erro é cabível quando os elementos e informações disponíveis a respeito dos atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares indicarem que esses foram praticados de forma não intencional por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais. À luz dos serviços prestados pela atividade de auditoria interna governamental, a apuração de erro pode ser tratada como um trabalho individual de avaliação e seguir as orientações das etapas de planejamento, execução, comunicação e monitoramento desse tipo de trabalho. É preciso, porém, que os auditores estejam atentos às seguintes especificidades:

a)o trabalho deve ser planejado com vistas a atender aos objetivos da demanda que o originou;

b)o auditor interno governamental deve confirmar formalmente com o demandante do trabalho se há restrições de sigilo. Eventuais restrições devem ser observadas durante toda a condução dos trabalhos, principalmente, na divulgação de informações, tanto na interlocução com a Unidade Auditada quanto na comunicação e na publicação dos resultados.

A apuração de fraude é aplicável quando houver suspeita de que os atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais, sejam intencionais, isto é, sejam caracterizados por desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A fraude pode envolver esquemas sofisticados e cuidadosamente organizados para sua ocultação, de forma que os procedimentos de auditoria aplicados para coletar evidências podem ser ineficazes para a detecção de distorção relevante que envolva, por exemplo, conluio para a falsificação de documentação.

Assim, um trabalho de apuração de fraude tem diferenças básicas em relação a um trabalho de apuração de erro ou de avaliação, pois seu planejamento se baseia em uma suspeita (fundamentada) de fraude; objetiva produzir material para um processo judicial ou administrativo e tem por escopo possível irregularidade ou ilegalidade decorrente de atos ou fatos intencionais. O planejamento da apuração de erro se baseia em elementos que indicam a existência de erro; objetiva a correção da situação, caso se comprove, por meio de recomendações e tem por escopo possível irregularidade ou ilegalidade decorrente de fatos não intencionais. Já o planejamento da avaliação é comumente baseado em riscos, abrange aspectos amplos de gestão e tem como base uma presunção de legalidade dos atos.

2.2origem dos trabalhos

A origem do trabalho de apuração pode ser tanto interna quanto externa à UAIG. Exemplos de origem interna incluem alertas de processos de auditoria contínua, informações obtidas na execução de outros trabalhos com objetivos e escopo diversos ou levantamentos realizados pela UAIG a partir de notícias. A origem externa pode decorrer de denúncia e de requisições de outros órgãos e entidades que possuam essa prerrogativa.

Conforme será explorado no capítulo referente ao planejamento da auditoria interna governamental, a aceitação de uma demanda extraordinária, a exemplo da apuração, para o período do Plano Anual de Auditoria Interna em andamento, ensejará a repactuação das atividades previstas, com consequente exclusão de algum trabalho planejado, caso não exista reserva técnica disponível.

2.3apuração de fraude

Todos na organização têm um papel a desempenhar na manutenção de um ambiente íntegro e, consequentemente, no combate à fraude. A alta administração, no entanto, é a principal responsável pela prevenção à fraude, pois cabe a ela o mapeamento dos riscos e o estabelecimento dos respectivos controles internos da gestão, que devem ser adequados aos riscos existentes. Cabe a ela também estabelecer as políticas e as normas referentes ao tema. Assim sendo, ela é responsável por garantir que a fraude não ocorra.

A alta administração também é responsável por garantir que as suspeitas de fraude sejam devidamente investigadas e solucionadas, por meio da designação da área responsável pela apuração e do provimento de recursos para que esta área funcione. A partir do resultado de uma apuração, caberá à alta administração, ainda, implementar medidas preventivas e corretivas, conforme as recomendações e as determinações de outros órgãos de defesa do Estado decorrentes do referido trabalho.

No decorrer da execução de trabalhos de auditoria em que seja identificado indício de fraude, o auditor interno governamental deve discutir com o supervisor do trabalho, a fim de avaliar se há elementos indicativos suficientes para que se inicie a apuração de fraude ou se antes é necessário o aprofundamento das análises. Quando houver elementos suficientes para iniciar uma apuração de fraude, o supervisor deve submeter o caso às instâncias competentes, conforme definido nos processos internos da UAIG.

Seja de origem interna ou de origem externa, quando forem identificados elementos que indiquem ter ocorrido uma transgressão, a UAIG deve, se assim deliberarem as instâncias competentes, começar uma apuração. Nesses casos, a UAIG estruturará tal atividade, providenciando o desenvolvimento de controles sobre o processo de apuração de fraude, a fim de evitar vazamento de informações, incluindo a elaboração de procedimentos eficazes, a obtenção e a preservação de evidências suficientes e adequadas sobre as transgressões, e a comunicação dos resultados. É importante que o processo de apuração seja desenvolvido, no que couber, em conformidade com as orientações estabelecidas neste Manual.

A evidenciação dos esquemas de fraude, por vezes, necessita da aplicação de meios que extrapolam o conhecimento comum e as prerrogativas legais da atividade de auditoria interna governamental. A equipe de apuração, com o objetivo de manter a sua proficiência, deve obter conhecimentos e habilidades suficientes sobre esquemas de fraude, técnicas de investigação e legislação aplicável, bem como buscar apoio especializado e primar pelo bom relacionamento com as demais instituições de defesa do Estado.

Desse modo, é comum a atuação conjunta com órgãos parceiros, a fim de promover o intercâmbio de informações e de estabelecer ações integradas ou complementares para proporcionar maior efetividade à apuração de fraude.

2.3.1Tipos de fraudes

As condutas previstas nos dispositivos legais relativos às punições administrativas, civis e penais, servem para ilustrar os tipos de fraude que podem ser praticadas contra a Administração Pública, apesar de não ser papel do auditor interno governamental efetuar a tipificação ou o julgamento. São exemplos: os crimes da Lei de Licitações, notadamente o caso da fraude ao caráter competitivo do certame; crimes previstos no Código Penal, como a concussão e a corrupção passiva; atos ímprobos da Lei de Improbidade Administrativa, como a percepção de benefício por agente público atingido ou amparado por ação ou omissão de suas atribuições e os atos lesivos contra a Administração Pública previstos na Lei Anticorrupção.

A fraude pode ainda estar combinada a outros crimes mais gerais, como o de associação criminosa, previsto na Lei das Organizações Criminosas, e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, tipificado na Lei de Lavagem de Dinheiro.

2.3.2Etapas da apuração de fraude

A realização da apuração de fraude, assim como as demais atividades da função de auditoria interna governamental, tem a sua realização dividida nas etapas de planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento. Antes do planejamento, entretanto, devido às suas especificidades, normalmente tem-se a apuração preliminar. A seguir são apresentadas as peculiaridades e as considerações relevantes sobre cada etapa.

2.3.2.1Apuração preliminar

A apuração se inicia normalmente com base na "alegação de fraude". Esse documento deve conter as informações conhecidas sobre o suposto caso de fraude. De modo geral, consiste em uma denúncia de um membro da própria organização ou da sociedade, um caso compartilhado por outra instituição de defesa do patrimônio público ou, ainda, uma situação encontrada na execução dos serviços prestados pela atividade de auditoria interna.

Uma apuração de fraude só deve iniciar quando houver informações suficientes que levariam um indivíduo prudente, com conhecimento razoável e treinado profissionalmente, a acreditar que uma fraude ocorreu, está ocorrendo ou possa vir a ocorrer.'

O auditor interno governamental deve, portanto, realizar a apuração preliminar da alegação de fraude com o objetivo de formar opinião sobre a real possibilidade de sua ocorrência. No decorrer da análise, o auditor deve pesquisar e confrontar as informações sobre o possível fato com dados de trabalhos passados, sistemas de informação, fontes abertas e outros meios a que tiver acesso.

A apuração preliminar deve indicar, com base nas informações produzidas, se é possível ter razoável segurança de que os fatos expostos na alegação possam ser verdadeiros e justificam a necessidade de um trabalho de apuração de fraude, ou se, por outro lado, as informações são infundadas ou insuficientes para dar continuidade ao trabalho e/ou, minimamente, para comunicar o caso às autoridades competentes. O resultado deve ser documentado, incluindo as novas informações obtidas, a proposta de atuação e, se for o caso, a proposta de comunicação a outras instituições.

2.3.2.2Planejamento

O responsável pela apuração deve, se possível, elaborar o plano da apuração em conjunto com todos os integrantes da equipe, de forma a aproveitar o conhecimento, as habilidades e as competências do grupo. O plano deverá ser aprimorado durante a execução do trabalho, à medida que novos fatos sejam conhecidos e que as estratégias sejam atualizadas."

A estrutura da apuração de fraude varia de acordo com os fatos e as circunstâncias apurados. Contudo, alguns pontos comuns devem ser considerados na elaboração de todo plano de apuração. São eles: o resultado da análise preliminar da alegação de fraude; os objetivos da apuração; quem será mantido informado; o escopo; as responsabilidades dos envolvidos; o cronograma; a necessidade de participação de outras instituições públicas que atuam na defesa do patrimônio público; a forma de atuação; os recursos necessários, entre outros. '

O plano de apuração de fraude deve ser elaborado para orientar o trabalho no sentido de concluir se a fraude foi, está sendo ou poderá vir a ser cometida, quais as pessoas envolvidas, como foi perpetrada, a motivação, a extensão e quais fragilidades nos controles internos da gestão permitiram a violação. Deverá também estabelecer os procedimentos necessários à máxima reunião de elementos probatórios disponíveis e admitidos no Direito, para fundamentar eventuais ações de ressarcimento e de responsabilização contra os envolvidos.

Se houver a cooperação com outras instituições, é importante que atividades, estimativas de prazos, responsáveis e contatos de cada uma estejam claros no plano de apuração, a fim de que os resultados esperados sejam alcançados.

2.3.2.3Execução

Os procedimentos específicos para obtenção de evidência empregados na apuração de fraude irão variar com base na situação específica e nas metas definidas pela equipe. Os procedimentos investigativos comuns incluem:

a)trabalhos individuais de avaliação;

b)vigilância;

c)entrevistas;

d)análise de dados e documentos.

Os trabalhos individuais de avaliação devem seguir, no que couber, as etapas previstas nos capítulos 5, 6 e 7 deste Manual, tendo como base os objetivos definidos no plano de apuração de fraude. Nesse tipo de trabalho, o auditor interno governamental buscará evidenciar a ocorrência dos supostos atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares. Devem ser observadas eventuais restrições estabelecidas sobre a divulgação de informações relativas ao trabalho, tanto na interlocução com a Unidade Auditada quanto na comunicação e na publicação dos resultados, tendo em vista que, em regra, as apurações de fraude envolvem informações sigilosas e são realizadas sob segredo de justiça.

A vigilância envolve observar as atividades de determinados indivíduos sem o seu conhecimento. Pode ser considerada pelos auditores como metodologia regular e legítima para viabilizar a evidenciação de fraude, porém, o auditor interno governamental deve receber treinamento específico, caso seja designado para desempenhá-la, dado que sua execução compreende riscos, inclusive de integridade física. Comumente é realizada por autoridades policiais e profissionais da área de inteligência.

A entrevista é técnica útil para viabilizar a descoberta de novos fatos relacionados ao objeto da apuração e a indicação de novos caminhos de investigação. Embora deva ser corroborada por outros tipos de evidências, pode servir como prova testemunhal. Em que pese a entrevista ser uma técnica comumente empregada na auditoria, a entrevista de testemunhas e acusados no âmbito investigativo costumeiramente não é realizada pelo auditor interno governamental, a não ser durante trabalhos de apuração, quando os suspeitos ainda não têm conhecimento de que uma apuração de fraude está sendo realizada. As autoridades policiais e as oriundas dos ministérios públicos geralmente realizam esse tipo de entrevista, que pode contar com o apoio dos auditores internos governamentais na sua condução.

A análise de dados e documentos é atividade já empregada no planejamento e na execução dos trabalhos de auditoria e, desse modo, faz parte das técnicas comumente utilizadas pelos auditores internos governamentais. A apuração de fraude, entretanto, exigirá conhecimentos e habilidades adicionais quando incluir a análise de dados bancários, fiscais, telefônicos, telemáticos e outros, obtidos pelo compartilhamento de informações com órgãos parceiros, mediante autorização judicial.

2.3.2.4Comunicação dos resultados

Durante a execução dos trabalhos de apuração, podem ser emitidas comunicações aos órgãos parceiros, quando houver, ou a outras instâncias consideradas necessárias. Um relatório escrito ou outra comunicação formal devem ser emitidos ao final da fase de execução, sendo importante a anexação dos papéis de trabalho que caracterizem o ato apurado, quando o relatório se destinar a outros órgãos de defesa do Estado, que atuarão dentro de suas respectivas áreas. O conteúdo pode incluir a razão da investigação, o período analisado e o de execução, os achados, o resultado da avaliação dos controles internos da gestão a partir dos fatos relatados, as conclusões, as ações necessárias a serem realizadas, as ações corretivas já adotadas pela Unidade Auditada e as recomendações para aprimoramento.

O auditor interno governamental deve abster-se de proferir qualquer juízo técnico de conhecimento alheio às suas funções (ex.: tipificar penal ou administrativamente a conduta de responsáveis), bem como de proferir qualquer manifestação de teor pessoal ou subjetivo sobre os acontecimentos mensurados no exame fático da apuração. Assim, seu pronunciamento deve se restringir a evidenciar, de forma técnica e objetiva, as questões eventualmente irregulares sob o prisma eminentemente administrativo, devidamente fundamentadas pelos elementos probatórios atinentes.

Nesse contexto, caso a mesma questão mensurada pelo auditor venha a ser de interesse de outros órgãos de defesa do Estado que atuem nas demais esferas do Direito, o encaminhamento às instâncias competentes para julgamento deverá ser realizado pelo real detentor daquela atribuição. No âmbito penal, será através do eventual indiciamento por delegado de polícia ou do oferecimento da denúncia por membro do Ministério Público. No âmbito civil, será através de eventual ação de improbidade proposta pela advocacia pública ou por membro do Ministério Público.

Não é atribuição do auditor interno governamental julgar os envolvidos, mas tão somente apontar os fatos verificados na investigação. Contudo, o relatório pode recomendar a adoção de procedimentos para responsabilização de pessoas físicas e jurídicas e restituição de valores, inclusive com o devido encaminhamento aos demais órgãos de defesa do Estado potencialmente interessados.

Depois que a fraude for apurada e comunicada às instâncias competentes, é importante que a UAIG e a alta administração façam uma análise das lições aprendidas, visando refletir, por exemplo, sobre como a fraude ocorreu, quais controles falharam e como novas fraudes podem ser prevenidas ou detectadas.

Sigilo

O auditor interno governamental deve manter sigilo e ter cuidado com informações relacionadas à possível existência de fraude. Durante a execução dos trabalhos, na interlocução com a Unidade Auditada, na comunicação e na publicação dos resultados ou mesmo após a comunicação às instâncias competentes, o sigilo deve ser mantido ainda que as informações obtidas não estejam diretamente relacionadas ao escopo do trabalho. A confidencialidade evitará alertar os possíveis perpetradores, estando inclusive resguardada pela Lei de Acesso à Informação.

A realização de procedimentos administrativos com vistas à punição dos envolvidos independe das ações penais e cíveis. Entretanto, o auditor interno governamental deve observar o fim do sigilo da apuração de fraude, ou obter autorização judicial, se houver segredo de justiça, antes de proceder os encaminhamentos para recomendar que as autoridades competentes adotem eventuais medidas na esfera administrativa de sua atribuição.

2.3.2.5Monitoramento

A UAIG deve acompanhar os desdobramentos das ações decorrentes da apuração de fraude, a fim de quantificar e registrar os resultados e benefícios da sua atuação, em acordo com os princípios e a metodologia compatíveis com regulamentação do órgão central do SCI.

Alguns exemplos de possíveis desdobramentos são: recomendação para aprimoramento dos controles internos da gestão, responsabilização de pessoas físicas e jurídicas, restituição de valores, punição de profissionais pelo conselho de classe, ações cíveis e penais. Com relação ao monitoramento de recomendações, devem ser observadas também as instruções contidas no capítulo 7.

2.4depoimento como testemunha

O auditor interno governamental pode ser chamado a depor como testemunha em ação administrativa, civil ou penal a respeito de qualquer trabalho de que tenha participado. A chance de isso ocorrer em um trabalho de apuração é maior, pois envolve atos e fatos que, sendo ilegais ou irregulares, podem resultar na punição da parte acusada.

O Responsável pela UAIG deve garantir que o auditor tenha o apoio de sua organização, assim como a oportunidade de conhecer previamente como funciona esse tipo de processo, uma vez que o produto da atividade de auditoria interna é institucional.

Se o auditor desejar ser acompanhado nas audiências por procurador/advogado da AGU, a UAIG deverá auxiliá-lo na elaboração do pedido de representação junto àquela instituição. Dessa maneira, a UAIG pode não só prestar apoio ao seu servidor/empregado envolvido nos trabalhos mas também garantir a eficácia dos produtos institucionais em todas as esferas de Direito - civil, penal e administrativo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Recomenda-se que o auditor interno governamental reveja, antes do seu depoimento, os produtos do trabalho realizado e elabore anotações para ter segurança ao prestar depoimento. Acima de tudo, o depoente deve ser honesto e fiel às evidências.

Por fim, cabe ressaltar que não é papel da testemunha satisfazer qualquer parte no processo, pois o compromisso deve ser somente com os fatos evidenciados. Assim, o auditor interno governamental deverá se restringir exclusivamente às informações e aos fatos decorrentes de seus trabalhos eventualmente integrados aos autos, evitando se pronunciar sobre qualquer questão alheia à sua participação específica.

3gerenciamento da atividade de auditoria interna

A atividade de auditoria interna deve ser desenvolvida de forma que as UAIG adicionem valor às Unidades Auditadas e às políticas públicas sob sua responsabilidade, fomentando a melhoria dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da gestão.

Para que alcance essas finalidades, faz-se necessário que o responsável pela UAIG gerencie de forma eficaz tanto as atividades de auditoria quanto os auditores internos, os quais, por sua vez, também devem assumir suas responsabilidades nesse processo.

3.1atribuições do responsável pela uaig

Além de administrar a UAIG, de forma que a Unidade de Auditoria Interna Governamental alcance sua finalidade, atenda aos normativos e que os auditores internos atuem em conformidade com os princípios e requisitos éticos, são atribuições do responsável pela UAIG (sem prejuízo das demais citadas na IN SFC nº 03, de 2017):

Atribuições gerais:

a)compartilhar informações e coordenar as atividades da unidade com outras instâncias prestadoras de serviços de auditoria;

b)ao considerar a aceitação de trabalhos de consultoria, avaliar se os resultados desses trabalhos contribuem para a melhoria dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada;

c)liderar a gestão da qualidade;

d)comunicar à alta administração e ao conselho (se houver):

- o desempenho da atividade de auditoria interna governamental;

- os resultados do PGMQ;

- os casos de não conformidade com a IN SFC nº 03, de 2017, que impactem o escopo geral ou a operação da atividade de auditoria interna (nesse caso deve comunicar também à respectiva unidade responsável pela supervisão técnica);

e) definir procedimentos relativos à estrutura e à organização, bem como a política de armazenamento de papéis de trabalho, preferencialmente em meio digital;

f) comunicar a informação correta a todas as partes que tenham recebido comunicação final, emitida pela UAIG, que contenha erro ou omissão significativa, e providenciar para que a versão anteriormente publicada seja atualizada;

g) discutir com o conselho, se houver, ou com a alta administração os casos em que a UAIG concluir que a Unidade Auditada aceitou um nível de risco que pode ser inaceitável para a organização;

h) gerenciar as ameaças à autonomia técnica e à objetividade.

Atribuições relativas à supervisão:

a)responsabilizar-se pela supervisão dos trabalhos, a qual poderá ser delegada, sem prejuízo de sua responsabilidade;

b)estabelecer políticas e procedimentos destinados a assegurar que a supervisão seja realizada e documentada, em todas as etapas dos trabalhos, com a finalidade de assegurar o atingimento dos objetivos, a qualidade dos produtos e a consistência das opiniões emitidas.

3.1.1Atribuições relativas à gestão de recursos

Cabe ao responsável pela UAIG estabelecer um plano baseado em riscos para determinar as prioridades da auditoria e zelar pela adequação e disponibilidade dos recursos necessários (humanos, financeiros e tecnológicos) para o cumprimento do Plano de Auditoria Interna. Para isso, ele deve:

a)designar, para cada trabalho, equipe composta por auditores internos governamentais que possuam, coletivamente, a proficiência necessária para realizar a auditoria com êxito;

b)identificar deficiências e lacunas e buscar supri-las por meio de ações como:

- viabilização de treinamento no trabalho;

- estímulo à participação em conferências e seminários, tendo em vista o desenvolvimento profissional e a atualização de conhecimentos dos auditores;

- solicitação, quando necessário, de opinião técnica especializada por meio de prestadores de serviços externos à UAIG, conforme seção 3.3.2.

Para garantir que os recursos sejam bem utilizados, o responsável pela UAIG, ou algum auditor sob sua delegação, deverá, além de definir as equipes de auditoria com base na proficiência dos auditores, elaborar um cronograma, que indique o tempo a ser investido em cada atividade, com previsão de data de início e data de término, e um levantamento dos recursos e informações necessários para a realização dos trabalhos.

Nesse processo, devem ser considerados, entre outros elementos:

a)objetivo e escopo do trabalho;

b)o quantitativo de horas disponíveis (excluindo-se afastamentos, férias, licenças, treinamentos etc.);

c)o período estimado para a realização de cada etapa;

d)a complexidade das tarefas a serem executadas;

e)o conhecimento, as habilidades e as competências dos auditores disponíveis para o trabalho;

f)situações que possam comprometer a objetividade dos auditores;

g)o local onde serão desenvolvidas as atividades;

h)os recursos tecnológicos disponíveis e os necessários;

i)o orçamento disponível.

3.2atribuições dos participantes da auditoria

É necessário que a UAIG estabeleça formalmente, por meio de políticas ou manuais, as atribuições dos participantes dos trabalhos de auditoria, de modo que haja clareza quanto às responsabilidades a serem desempenhadas por eles. O estabelecimento dessas atribuições facilita o gerenciamento dos recursos humanos, especialmente a definição das equipes.

Os papéis desempenhados variarão conforme as especificidades de cada UAIG. Não obstante, de modo a auxiliar nessa definição, encontram-se elencados a seguir papéis, atividades e responsabilidades tipicamente atribuídos ao supervisor, ao coordenador de equipe e aos auditores internos governamentais.

3.2.1Supervisor do trabalho

A supervisão tem como finalidade assegurar o atingimento dos objetivos do trabalho e a qualidade dos produtos. Esse papel cabe ao responsável pela UAIG ou a outro integrante da Unidade de Auditoria Interna com conhecimentos técnicos e experiência suficientes a quem essa competência seja delegada formalmente.

A supervisão deve ser realizada por meio de um processo contínuo de acompanhamento das atividades, que abrange todas as fases da auditoria, com a finalidade de assegurar a qualidade do trabalho, o alcance dos objetivos e o desenvolvimento da equipe.

A intensidade da supervisão pode variar de acordo com alguns fatores, tais como, conhecimento e capacidade profissional dos membros da equipe de auditoria e grau de complexidade do trabalho.

Atribuições relativas à função de supervisão dos trabalhos geralmente compreendem:

a)definir a equipe de auditoria, de forma a garantir a proficiência coletiva;

b)indicar o coordenador de equipe;

c)garantir que a auditoria seja realizada de acordo com as normas e práticas de auditoria aplicáveis;

d)interagir com a equipe e instruí-la, durante todo o trabalho de auditoria, inclusive na fase de planejamento, promovendo oportunidades de desenvolvimento dos auditores;

e)em conjunto com a equipe e o coordenador, elaborar cronograma para o trabalho de auditoria e zelar pelo seu cumprimento;

f)conduzir a elaboração do programa de trabalho, promovendo a participação e a interação da equipe de auditoria;

g) aprovar o programa de trabalho e autorizar eventuais alterações;

h)garantir o cumprimento do programa de trabalho e o alcance dos objetivos;

i)confirmar se as evidências suportam os achados, as conclusões e as recomendações elaboradas pela equipe;

j)revisar os papéis de trabalho e certificar-se de que foram devidamente elaborados e de que sustentam os achados e as conclusões alcançadas pela equipe;

k)assegurar a qualidade dos produtos e das comunicações e, se necessário, solicitar aos auditores evidências adicionais ou esclarecimentos;

l)sempre que possível, conduzir as reuniões de abertura e as que tenham como finalidade discutir os achados e as possíveis soluções com os representantes da Unidade Auditada;

m)manter a confidencialidade e a segurança de informações, dados, documentos e registros;

n)garantir que haja evidências da realização do trabalho de supervisão.

3.2.2Coordenador de equipe

O coordenador de equipe é um auditor, em geral, mais experiente, e que possui perfil e competência profissional adequados para auxiliar na realização dos trabalhos em conformidade com os padrões e os requisitos de qualidade estabelecidos. Adicionalmente, atua como facilitador da interação da UAIG com a Unidade Auditada durante o trabalho de auditoria.

Atribuições relativas à função de supervisão dos trabalhos geralmente compreendem, além daquelas relativas aos auditores internos governamentais:

a)auxiliar na elaboração do cronograma de atividades e zelar pelo seu cumprimento;

b)liderar a execução do trabalho, de forma a garantir o cumprimento do planejamento;

c)participar da elaboração do programa de trabalho e, quando necessário, apresentar sugestões de alterações do planejamento ao supervisor;

d)manter interlocução com a Unidade Auditada e atender aos seus servidores/funcionários e dirigentes, sobretudo para esclarecer o conteúdo de documentos emitidos durante o trabalho de auditoria;

e)assegurar-se de que os documentos de comunicação da UAIG com a Unidade Auditada atendam aos parâmetros contidos neste documento e nos demais normativos aplicáveis;

f)acompanhar os integrantes da equipe de auditoria na aplicação de testes que demandem interação com os gestores ou servidores/funcionários da Unidade Auditada, tais como entrevistas ou aplicações de questionários;

g)solicitar a intervenção do supervisor sempre que esta seja necessária para assegurar o cumprimento das normas, das orientações, a segurança da equipe e a solução de eventuais conflitos.

3.2.3Auditores internos governamentais

Atribuições típicas dos auditores internos governamentais compreendem:

a)executar o trabalho de acordo com as normas e práticas de auditoria aplicáveis;

b)observar as orientações do supervisor e do coordenador de equipe;

c)em conjunto com o coordenador e o supervisor, elaborar cronograma para o trabalho de auditoria;

d)participar da elaboração do programa de trabalho;

e)executar as atividades de acordo com o planejamento realizado;

f)coletar e analisar informações relevantes e precisas por meio de procedimentos e técnicas de auditoria apropriados;

g)elaborar os documentos de comunicação com a Unidade Auditada e submetê-los à avaliação do coordenador de equipe;

h)assegurar a suficiência e a adequação das evidências de auditoria para apoiar achados, recomendações e conclusões da auditoria;

i)registrar as atividades realizadas em papéis de trabalho, conforme políticas e orientações estabelecidas pela UAIG;

j)manter a confidencialidade e a segurança de informações, dados, documentos e registros;

k)comunicar quaisquer achados críticos ou potencialmente significativos ao coordenador ou ao supervisor do trabalho em tempo hábil;

l)quando houver limitação do trabalho, comunicar o fato, de imediato, ao coordenador ou ao supervisor do trabalho.

3.3participação de profissionais externos à uaig

Os trabalhos de auditoria interna governamental são realizados pelos auditores da própria UAIG. No entanto, para assegurar que estejam presentes as competências coletivas da equipe necessárias à realização dos trabalhos; para promover o aprendizado e a troca de experiências, capazes de proporcionar o fortalecimento recíproco entre unidades da Administração Pública; e para evitar a duplicação de esforços, o responsável pela UAIG poderá contar com a participação de profissionais externos à Unidade de Auditoria Interna Governamental.

Essa participação poderá ocorrer das seguintes formas:

a)equipe composta por auditores de outras UAIG;

b)equipe composta por auditores de órgãos de controle externo ou interno de outras esferas governamentais;

c)cooperação entre as UAIG e instituições públicas que atuam na defesa do patrimônio público (tais como Ministério Público e Polícia Federal);

d)solicitação de opinião técnica especializada de prestadores de serviços externos à UAIG;

O Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, estabelece também a possibilidade de contratação de empresas privadas de auditoria, nos termos do artigo 16:

"A contratação de empresas privadas de auditoria pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública Federal indireta somente será admitida quando comprovada, junto ao Ministro supervisor e ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, a impossibilidade de execução dos trabalhos de auditoria diretamente pela Secretaria Federal de Controle Interno ou órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. "

Em todos os casos, deve ser realizada a adequada supervisão dos trabalhos, nos termos da IN SFC n.º 03, de 2017, e da seção 3.2.1 deste Manual.

As seções seguintes apresentam parâmetros a serem observados no desenvolvimento dos trabalhos referidos nas alíneas citadas anteriormente.

3.3.1Trabalhos compartilhados

Trata-se dos trabalhos executados de forma compartilhada por unidades de auditoria, conforme alíneas "a" e "b" da seção anterior. Para a sua realização, é fundamental que, sob a liderança do(s) supervisor(es), a equipe de auditoria elabore o planejamento de forma conjunta. Também é imperioso que os membros da equipe mantenham atitude de colaboração e integração durante todo o trabalho.

Em relação ao planejamento, à execução, à comunicação dos resultados do trabalho e ao monitoramento das recomendações, de forma geral, aplicam-se os preceitos normalmente utilizados nos trabalhos individuais das unidades de auditoria envolvidas, bem como os da IN SFC nº 3, de 2017, e os deste Manual.

Além dos documentos habituais decorrentes das etapas de auditoria (planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento), abordados em outras seções deste Manual, deve ser estabelecido entendimento por escrito, assinado pelos Responsáveis pelas unidades de auditoria envolvidas, no qual devem constar, no mínimo, os seguintes termos acordados para o trabalho:

a)objetivo e escopo;

b)responsabilidades das partes, inclusive quanto à supervisão do trabalho, que pode ser compartilhada entre os responsáveis pelas unidades de auditoria envolvidas;

c)eventuais restrições à comunicação dos resultados do trabalho e ao acesso aos seus registros;

d)outras expectativas em relação ao trabalho.

Entre essas "expectativas", podem ser definidos, sobretudo nos casos em que as unidades de auditoria não estiverem subordinadas aos mesmos normativos nem seguirem os mesmos padrões, os seguintes aspectos:

a)necessidade de sigilo;

b)sistemática de emissão de documentos destinados à Unidade Auditada (qual o padrão a ser utilizado, quem assinará, quem será o destinatário, entre outros);

c)propriedade e acesso aos papéis de trabalho durante e após a realização da auditoria;

d)comunicação dos resultados (qual o padrão a ser utilizado; quem assinará; como será emitido, entre outros);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e)restrições necessárias à divulgação de informações relativas ao trabalho, tanto na interlocução com a Unidade Auditada quanto na comunicação dos resultados, especialmente nos casos de trabalhos sob segredo de justiça ou que envolvam informações sigilosas;

f)monitoramento das recomendações (quem realizará e de que forma, por exemplo).

As unidades de auditoria envolvidas devem avaliar a necessidade de emitir, de forma complementar, termo de confidencialidade e de objetividade específico para o trabalho, a ser subscrito pelos profissionais que dele participem.

Esse documento deve prever que o profissional declare ter pleno conhecimento do entendimento formalizado entre as partes para realização do trabalho compartilhado, e que se comprometa:

a)com o cumprimento dos preceitos específicos que foram acordados para o referido trabalho;

b)com o cumprimento dos preceitos da IN SFC nº 3, de 2017, e de outras normas e códigos de ética pertinentes, inclusive quanto à inexistência de conflitos de interesses impeditivos de sua atuação imparcial e objetiva no referido trabalho;

c)a manter em sigilo as informações a que tiver acesso na realização das atividades que lhe serão atribuídas.

Sempre que possível, as orientações contidas nesta seção aplicar-se-ão também aos trabalhos compartilhados com servidores oriundos dos órgãos de defesa do Estado. No entanto, como não raramente esses trabalhos se desenvolvem sob segredo de justiça, é natural que haja uma maior flexibilidade na negociação e no desenvolvimento de suas etapas.

3.3.2Colaboração de especialistas externos à UAIG

Um prestador de serviços externo é um profissional ou organização, sem vínculo direto com a UAIG, que detenha conhecimento, habilidade e experiência em algum tema específico necessário para o desenvolvimento de trabalhos de auditoria, tais como:

a)avaliações de ativos, como imóveis, investimentos complexos, joias/pedras preciosas, obras de arte;

b)cálculos atuariais de obrigações com benefícios de funcionários;

c)fusões e aquisições;

d)investigações de fraude e segurança;

e)interpretação de requisitos legais, regulatórios, técnicos;

f)mensuração de condições físicas e/ou quantidades de ativos, como petróleo ou outros tipos de reservas minerais;

g)mensuração de trabalho concluído e a ser concluído de contratos em andamento;

h)avaliações relacionadas à tecnologia da informação.

São exemplos desses colaboradores externos: advogados; atuários; engenheiros; especialistas ambientais; especialistas em segurança; estatísticos; geólogos; investigadores de fraudes; profissionais da área de tecnologia da informação e empresas prestadoras de serviço nessas áreas.

Nas atividades de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal, esses especialistas podem ser oriundos:

a)da própria organização a que pertence a UAIG. É possível convidar um profissional da área de tecnologia da informação, por exemplo, para apoiar um trabalho de auditoria;

b)de outros órgãos/entidades públicos. Tendo em vista a necessidade de racionalização de recursos públicos, a utilização de prestadores de órgãos ou de entidades públicos deve ser a opção preferencial. Nesse caso, cabe à UAIG contatar os responsáveis por essas organizações e estabelecer formalmente a parceria necessária;

c)da esfera privada. Nas situações em que houver a impossibilidade de estabelecimento de parcerias na esfera pública, podem ser utilizados, como colaboradores, especialistas da esfera privada. Nesses casos, a UAIG deve observar as regras próprias de licitação e contratos da organização à qual pertence.

Para utilizar os serviços de prestador externo, o responsável pela UAIG precisa avaliar as competências desse especialista em relação ao trabalho a ser realizado, considerando aspectos importantes, tais como:

a)certificação/formação/licença profissional e/ou outro reconhecimento de sua competência no tema que será objeto de seus serviços;

b)formação acadêmica e treinamentos recebidos que estejam relacionados com o tema em questão;

c)experiência no tipo de trabalho a ser realizado;

d)filiação em organização profissional apropriada e adesão ao código de ética daquela organização;

e)reputação, que pode ser confirmada mediante contato com terceiros que conheçam seu trabalho.

Outro aspecto fundamental é que haja garantia de objetividade por parte do prestador de serviços externo. Dessa forma, devem ser consideradas as seguintes possibilidades de conflito de interesses, entre outras:

a)compensações, incentivos ou punições que possa vir a receber;

b)interesses financeiros;

c)relação pessoal ou profissional com setores do órgão ou entidade auditada ou com o objeto do trabalho que prejudiquem a objetividade e outros serviços que o especialista possa estar prestando à mesma organização incompatíveis com aquele que desenvolverá no âmbito do trabalho de auditoria.

A responsabilidade dos auditores da UAIG em relação ao trabalho não é reduzida pela colaboração de prestadores de serviços externos, e os cuidados que devem ser adotados antes de se aceitar a opinião do especialista devem ser tanto maiores quanto maiores forem o risco ou a significância do objeto avaliado. Para que a opinião dos especialistas seja utilizada pelos auditores internos governamentais, quer como subsídio para o desenvolvimento das etapas do trabalho, quer como evidência para os achados de auditoria, é necessário que a UAIG:

a)garanta que o trabalho do colaborador externo seja planejado, documentado e supervisionado;

b)avalie se o trabalho foi realizado de acordo com os critérios predefinidos e com aqueles constantes do PGMQ;

c)verifique se a opinião e as evidências apresentadas são apropriadas e suficientes e se passam pelo crivo da razoabilidade;

d)decida sobre a necessidade de realizar testes adicionais.

Para assegurar que os especialistas contribuam efetivamente para o desenvolvimento dos trabalhos, a UAIG deve emitir termo de confidencialidade e objetividade específico para a atividade a ser desenvolvida. Esse termo deve ser subscrito pelo especialista, o qual deverá se comprometer:

a)com o cumprimento dos preceitos específicos que estejam sendo acordados para o referido trabalho;

b)com o cumprimento dos preceitos da IN SFC nº 3, de 2017, e de outras normas e códigos de ética pertinentes, inclusive quanto à inexistência de conflitos de interesses impeditivos de sua atuação imparcial e objetiva no referido trabalho;

c)a manter em sigilo as informações a que tiver acesso na realização das atividades que lhe serão atribuídas.

Antes de iniciar o trabalho, é importante também que a UAIG obtenha do colaborador externo autorização para utilizar e divulgar a sua opinião.

Caso seja necessária a contratação de empresa de auditoria, nos termos do artigo 16 do Decreto 3.591, de 2000, devem ser adotados, no que couber, os mesmos preceitos indicados nesta seção para a contratação de especialistas.

3.4gerenciamento de situações que podem afetar a objetividade

As situações que podem prejudicar a objetividade devem ser gerenciadas tanto no nível organizacional quanto no nível individual. Devem, portanto, ser consideradas e avaliadas pelo responsável pela UAIG e pelos próprios auditores internos governamentais.

Assim sendo, se o responsável pela UAIG identificar situações de ameaças à objetividade em relação a auditor interno governamental inicialmente indicado para compor a equipe de auditoria ou para supervisionar determinado trabalho, deve substituí-lo por outro que não tenha restrições de atuação. Não obstante, se situações de ameaça existirem, porém não forem identificadas pelo responsável pela UAIG, cabe ao auditor interno governamental, ao obter conhecimento preliminar do objeto do trabalho para o qual foi designado, declarar-se formalmente impedido para realizá-lo.

Os procedimentos de substituição do auditor, pelo responsável pela UAIG, ou a declaração de impedimento, pelo próprio auditor, devem ser adotados também em caso de a ameaça à objetividade surgir durante a realização dos trabalhos de auditoria.

3.4.1Situações comuns de ameaça à objetividade

As situações mais comuns de ameaça à objetividade do trabalho do auditor são as seguintes:

Pressão externa: algumas vezes o auditor pode perceber uma excessiva expectativa em relação aos seus achados: ora para que realize grandes descobertas, ora para que não se detenha sobre itens suspeitos. Outras vezes a expectativa é de que realize as tarefas exatamente da mesma forma como sempre foram feitas antes, sem quaisquer inovações. Essa expectativa pode provir de auditores externos, de reguladores, da própria Unidade Auditada ou, por vezes, dos próprios componentes da equipe de auditoria.

Interesse econômico no desempenho da organização: os auditores internos governamentais podem ter receio de que achados significantes, como a descoberta de atos ilegais, possam prejudicar o futuro da organização e, portanto, os seus próprios interesses como servidores/funcionários, ou outros interesses financeiros, como é o caso dos auditores de sociedades de economia mista detentores de ações da organização negociadas em bolsas de valores.

Envolvimento anterior com o objeto de auditoria: os auditores internos governamentais podem ter atuado, antes de compor o quadro funcional da UAIG, nas áreas de gestão da Unidade Auditada, e terem sido responsáveis ou participado das atividades a serem auditadas. Podem ainda ter tido outros vínculos profissionais com as atividades, seja por meio de comércio, seja por meio de prestação de serviço.

Relacionamento pessoal: os auditores internos governamentais a serem designados não devem ter vínculos de amizade ou de parentesco (quando parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau) com o responsável ou com algum servidor/funcionário que atue diretamente com o objeto da auditoria. Em situações como essa, os auditores podem se sentir tentados a deixar passar, suavizar ou atrasar a comunicação de achados de auditoria, para evitar comprometer o amigo ou parente.

Familiaridade: essa ameaça pode surgir em decorrência de um relacionamento de longo prazo do auditor interno governamental com o responsável pelo objeto de auditoria. Pode levar à perda da objetividade durante o trabalho, fazendo com que o auditor faça um pré-julgamento com base em problemas prévios ou em casos de sucesso anteriores, e que assuma um posicionamento consistente com o pré-julgamento, e não com a situação objetiva que está auditando.

Preconceito cultural, étnico ou de gênero: se os auditores internos governamentais possuírem preconceitos em relação a práticas ou costumes diferentes dos seus, a determinado grupo étnico ou a um gênero específico, podem ter sua objetividade comprometida ao auditar um objeto de auditoria gerenciado ou composto por servidores/funcionários que se enquadrem nessas condições. Nesse caso, os auditores podem assumir, indevidamente, posturas excessivamente críticas, não condizentes com a realidade.

Inclinações cognitivas: muitas vezes o auditor possui uma inclinação, que pode mesmo ser inconsciente, em interpretar informações. Se a perspectiva adotada é muito crítica, o auditor pode ignorar informações positivas. Da mesma forma, se adotar uma posição favorável e positiva, pode deixar de considerar informações negativas. Nesses casos, é comum que haja certas noções pré-concebidas, as quais o impelem a ver evidências que confirmem tais noções.

Revisão dos próprios trabalhos: essa ameaça pode surgir quando um auditor interno governamental atua sobre um objeto já auditado por ele anteriormente. Nessas situações, ao realizar trabalhos de auditoria posteriores, o auditor pode se tornar menos crítico ou menos atento a erros ou deficiências. Ocorre, por exemplo: quando audita uma política, uma área ou um setor repetidas vezes ou por anos consecutivos; ou quando presta serviços de avaliação sobre a implantação de um sistema informatizado que auxiliou a implantar por meio de uma consultoria anterior.

Ameaça de intimidação: ocorre quando um auditor interno é impedido de agir objetivamente devido a ameaças, a pressão psicológica ou a constrangimento, de forma aberta ou velada, por responsáveis pelo objeto de auditoria ou por outras partes interessadas.

Conduta tendenciosa: surge quando os auditores internos governamentais agem tendenciosamente em favor ou contra o responsável pelo objeto de auditoria ou algum servidor ou funcionário que atue diretamente com o objeto auditado.

3.4.2Medidas que podem reduzir as ameaças à objetividade

De acordo com a IN SFC nº 3, de 2017, para evitar a ameaça decorrente de envolvimento anterior com o objeto de auditoria, de relacionamento pessoal e de familiaridade, é necessário que os auditores não participem de trabalhos nessas atividades por um período mínimo de 24 meses após o término do vínculo.

Além dessa medida, há outras que podem ser adotadas com a finalidade de impedir ou evitar que a objetividade dos auditores seja prejudicada. Entre elas, encontram-se:

a)promoção de ambiente em que o pensamento objetivo seja valorizado, e as inclinações e preconceitos sejam desaprovados, com possível impacto em avaliações e promoções;

b)inclusão de membro na equipe com ponto de vista diferente dos demais;

c)estabelecimento de rodízio dos auditores e dos supervisores de trabalho em relação aos objetos a serem auditados. Nesse caso, é importante não confundir o objeto auditado com a Unidade Auditada, pois esta pode possuir uma ampla gama de objetos de auditoria. O rodízio deve ser estabelecido de acordo com os recursos de pessoal disponíveis na UAIG, estabelecendo-se prazo máximo de permanência (auditando um mesmo objeto) e prazo mínimo de quarentena (afastamento).

d)treinamento sobre métodos, abordagens e ameaças à objetividade;

e)supervisão próxima e atuante;

f)revisão cuidadosa dos trabalhos;

g)avaliação de qualidade.

É, pois, fundamental que, não apenas o responsável pela UAIG, mas todos os auditores internos sejam capazes de identificar as situações aqui descritas, em trabalhos de qualquer natureza, e busquem adotar providências para minimizar seus efeitos.

3.5gestão e melhoria da qualidade

A UAIG deve instituir formalmente e manter um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) com o objetivo de promover a avaliação e a melhoria contínua dos processos de trabalho, dos produtos emitidos e da eficácia e da eficiência da atividade de auditoria interna governamental.

O PGMQ deve considerar aspectos específicos da UAIG, tendo em vista seu tamanho, sua estrutura e suas necessidades, observadas as definições deste Manual.

O Programa deve ser aplicado tanto no nível de trabalhos individuais de auditoria, quanto em um nível mais amplo da atividade de auditoria interna. As avaliações devem incluir todas as fases da atividade de auditoria interna governamental, quais sejam, os processos de planejamento, de execução dos trabalhos, de comunicação dos resultados e de monitoramento, e ainda:

a)o alcance do propósito da atividade de auditoria interna;

b)a conformidade dos trabalhos com as disposições da IN SFC nº 3, de 2017, com outros normativos que definam atribuições para a atividade de auditoria interna, com as boas práticas nacionais e internacionais aplicáveis e com os manuais ou procedimentos operacionais estabelecidos pela própria UAIG;

c)a conduta ética e profissional dos auditores.

Além das avaliações a serem realizadas, a estrutura do PGMQ deve estabelecer:

a)as responsabilidades dos atores de nível gerencial da UAIG e das equipes de auditoria no processo de garantia da qualidade;

b)a frequência de realização das atividades de avaliação e da comunicação de resultados do Programa.

3.5.1Avaliações

O PGMQ deve ser implementado por meio de avaliações internas e externas, as quais devem ser devidamente documentadas.

Os resultados das avaliações realizadas devem ser periodicamente consolidados com a finalidade de fornecer informações gerenciais e de identificar necessidades de capacitação e oportunidades para aprimoramento da atividade de auditoria interna governamental, as quais podem ser registradas em um plano de ação.

3.5.1.1Avaliações internas

As avaliações internas contemplam um conjunto de procedimentos e de ações realizadas ou conduzidas pela UAIG com vistas a aferir, internamente ou junto às partes interessadas, a qualidade dos trabalhos realizados.

As avaliações internas compreendem o monitoramento contínuo e as avaliações periódicas.

3.5.1.1.1Monitoramento contínuo

Constitui um conjunto de atividades de caráter permanente, operacionalizadas por meio de processos, práticas profissionais padronizadas, ferramentas, pesquisas de percepção e indicadores gerenciais. Tem por objetivo acompanhar o desenvolvimento das ati-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

vidades da UAIG para assegurar sua conformidade com as normas profissionais e de conduta aplicáveis e a eficiência dos processos.

Compreende, entre outras, as seguintes formas de realização:

a)planejamento e supervisão dos trabalhos de auditoria e demais atividades realizadas pela UAIG;

b)a revisão dos documentos expedidos pelos auditores, dos papéis de trabalho e dos relatórios.

c)a utilização de indicadores de desempenho;

d)a identificação de pontos fracos ou áreas com deficiência, bem como os planos de ação para tratar essas questões;

e)a avaliação realizada pelos auditores, após a conclusão dos trabalhos;

f)o feedback de gestores e de partes interessadas;

g)listas de verificação (checklists) para averiguar se manuais e procedimentos estão sendo seguidos.

Ao estabelecer indicadores de desempenho, devem ser consideradas, entre outras, as seguintes necessidades de abordagem:

a)o desempenho da UAIG em relação ao Plano Anual de Auditoria Interna;

b)o grau de atendimento às recomendações emitidas pela UAIG;

c)a eficiência da força de trabalho alocada à UAIG, considerados a quantidade e a relevância dos trabalhos realizados e os benefícios deles decorrentes.

A avaliação realizada pelos auditores, após a conclusão dos trabalhos, tem por objetivo aferir a percepção dos membros das equipes de auditoria quanto:

a)ao desempenho, à conduta ética e à postura profissional do próprio auditor;

b)ao planejamento, à execução do trabalho, ao processo de supervisão, à alocação de recursos (humanos, materiais, tecnológicos e de tempo) e ao alcance do objetivo da auditoria.

O feedback de gestores e de partes interessadas deve, preferencialmente, ser obtido por meio de levantamentos ou entrevistas estruturadas com o objetivo de coletar sua percepção quanto à relevância, à qualidade e ao valor agregado pela atividade da UAIG, nas seguintes modalidades:

a)pesquisa de percepção ampla: realizada junto à alta administração da organização e a partes interessadas, com periodicidade preferencialmente anual, destinada a colher informações sobre a percepção geral quanto à atuação da UAIG e a agregação de valor promovida pela atividade de auditoria interna governamental;

b)pesquisa de avaliação pontual: realizada junto aos gestores das áreas auditadas, após a finalização do trabalho de auditoria e a divulgação do resultado correspondente, com foco na avaliação da qualidade do processo de auditoria, do relatório (ou outra forma de comunicação) produzido e da conduta profissional dos auditores.

3.5.1.1.2Avaliações periódicas

Podem ser realizadas pela própria UAIG ou por outros profissionais do órgão ou entidade ao qual a UAIG pertence com conhecimento e experiência suficientes sobre as práticas de auditoria interna governamental e sobre avaliação de qualidade.

Constituem avaliações mais amplas do que aquelas realizadas no âmbito do monitoramento contínuo e se destinam a verificar a conformidade da atuação da UAIG com os padrões normativos e operacionais estabelecidos.

As avaliações periódicas devem ser realizadas de forma sistemática, contemplando a revisão dos trabalhos realizados, considerando-se todas as suas etapas. Essas avaliações devem ser realizadas de maneira a fornecer diagnósticos quanto ao desempenho da UAIG e a indicar aspectos que necessitem ser melhorados.

As avaliações periódicas devem contemplar uma avaliação objetiva sobre a qualidade, a adequação e a suficiência: do processo de planejamento; das evidências e dos papéis de trabalho produzidos ou coletados pelos auditores; das conclusões alcançadas; da comunicação dos resultados; do processo de supervisão dos trabalhos; e do processo de monitoramento das recomendações emitidas.

3.5.1.2Avaliações externas

A avaliação externa deve ocorrer pelo menos uma vez a cada cinco anos. Visa à obtenção de opinião independente sobre o conjunto geral dos trabalhos de auditoria realizados pela UAIG e sua conformidade com os princípios e as disposições da IN SFC nº 3, de 2017, e outras normas aplicáveis.

As avaliações externas devem ser conduzidas por profissional ou organização qualificados e independentes, externos à estrutura da UAIG. Assim, tais avaliações podem ser realizadas, por exemplo, pela unidade do SCI responsável pela supervisão técnica ou por outra UAIG, sendo vedada a realização de avaliações recíprocas em um mesmo ciclo, nas quais duas UAIG se avaliem mutuamente.

Os profissionais e as organizações também podem ser privados, mas devem deter formação, conhecimento técnico e experiência na prática de auditoria interna e no processo de avaliação de qualidade, os quais devem ser apropriados ao tamanho e à complexidade da UAIG.

Podem ser implementadas, alternativamente, por meio de autoavaliação, desde que essa seja submetida a um processo de validação independente, por profissional ou organização externo devidamente qualificado para essa atribuição.

3.5.2Estabelecimento dos critérios de avaliação

O responsável pela UAIG deve definir os instrumentos por meio dos quais as avaliações internas serão realizadas, tais como: roteiros, questionários, listas de verificação (checklists) e indicadores.

As avaliações internas poderão ser realizadas em base censitária ou amostral, a critério da UAIG, resguardada, sempre que necessária, a identificação dos respondentes.

A partir do desenvolvimento das atividades do PGMQ e da sua incorporação à cultura da organização, o responsável pela UAIG deverá definir escala de classificação para avaliar o nível de conformidade da UAIG e estabelecer objetivos e metas a serem atingidos de acordo com a escala adotada.

Ao definir uma escala de classificação para avaliar o nível de conformidade da UAIG, o responsável pela UAIG deve, preferencialmente, utilizar como base roteiros ou padrões metodológicos já consolidados, nacional ou internacionalmente, que tenham como finalidade a aferição do nível de maturidade geral da atividade de auditoria interna.

Essa definição deve contribuir para a estruturação de um processo de melhoria contínua, de forma a possibilitar o desenvolvimento de um nível adequado de capacidade da UAIG.

3.5.3Comunicação dos resultados

Cabe ao responsável pela UAIG comunicar periodicamente os resultados do PGMQ à alta administração e ao conselho, se houver. Essa comunicação tem por finalidade promover e reforçar o patrocínio da alta administração e do conselho em relação à atividade de auditoria interna. As comunicações devem contemplar:

a)o escopo, a frequência e os resultados das avaliações internas e externas realizadas;

b)o nível de conformidade da UAIG, de acordo com a escala adotada;

c)as oportunidades de melhoria identificadas;

d)as fragilidades encontradas que possam comprometer a qualidade da atividade de auditoria interna;

e)os planos de ação corretiva, se for o caso;

f)o andamento das ações para melhoria da atividade de auditoria interna;

g)a qualificação e a independência da equipe de assessoria ou avaliação, quando for o caso.

A UAIG deve estabelecer formalmente a periodicidade de comunicação dos resultados do PGMQ, o qual deve ocorrer, ao menos, quando da apresentação do relatório anual sobre os resultados da UAIG.

Os casos de não conformidade com a IN SFC nº 3, de 2017, que impactem o escopo geral ou a operação da atividade de auditoria interna (a exemplo de situações que impliquem prejuízo permanente à autonomia técnica ou à objetividade, restrições à realização do escopo dos trabalhos, restrição de recursos ou outras condições que afetem a capacidade da atividade de auditoria interna de cumprir seu propósito ou suas responsabilidades perante as partes interessadas) devem ser comunicados pelo responsável pela UAIG à alta administração e ao conselho, se houver, bem como ao respectivo órgão ou unidade do SCI responsável pela supervisão técnica da UAIG.

Com base nessa comunicação, o órgão ou unidade do SCI responsável pela supervisão técnica deve apoiar a UAIG por meio de ações de orientação, capacitação e desenvolvimento conjunto de um plano de ação que aborde as fragilidades identificadas e estabeleça ações com vistas ao seu saneamento.

3.5.4Declarações de conformidade

A UAIG somente deve declarar conformidade com os preceitos da IN SFC nº 3, de 2017, e com normas internacionais que regulamentam a prática profissional de auditora interna se o PGMQ sustentar essa afirmação, considerando a escala de classificação adotada pela UAIG.

4PLANEJAMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA governamental

Fase vital de qualquer trabalho, o planejamento tem como finalidade estabelecer um arranjo ordenado, isto é, organizar as partes ou passos necessários à consecução de determinado objetivo.

Na auditoria, o planejamento cumpre os seguintes papéis, que contribuem diretamente para a efetividade e a qualidade dos trabalhos:

a)auxilia o auditor a organizar adequadamente o trabalho de auditoria para que seja realizado de forma eficaz e eficiente;

b)ajuda a identificar os recursos necessários e a assegurar a eficiência do seu uso;

c)permite a elaboração de cronogramas de trabalho realistas;

d)auxilia o auditor a dedicar atenção apropriada às áreas mais importantes da auditoria;

e)auxilia na seleção dos membros da equipe de trabalho;

f)facilita o trabalho de supervisão e de revisão;

g)auxilia o auditor a identificar e a resolver tempestivamente problemas potenciais;

h)apoia o auditor na tomada de decisão a respeito de mudanças que venham a ocorrer durante o trabalho.

O planejamento, portanto, consiste em um processo dinâmico e contínuo, o qual, para ser realizado adequadamente, requer conhecimento razoável sobre a unidade e o objeto auditados. Dessa forma, é recomendável que os auditores ao planejarem os trabalhos, realizem pesquisas, entrevistem pessoas que trabalham na Unidade Auditada ou com o objeto que será auditado e interajam com a alta administração, a fim de tornar mais precisas as informações nas quais irão se basear para realizar suas atividades.

Por tudo isso, o planejamento deve também ser flexível. Isso significa que poderá ser ajustado, durante a sua execução, desde que com a anuência do responsável pela sua aprovação, sempre que houver alterações significativas no contexto do trabalho ou novas informações e conclusões advierem e tornarem os ajustes úteis e oportunos.

De acordo com a IN SFC nº 3, de 2017, o planejamento da auditoria interna se divide em duas etapas:

a)definição do Plano de Auditoria Interna baseado em riscos (etapa de identificação dos trabalhos a serem realizados prioritariamente pela UAIG);

b)planejamento dos trabalhos (individuais) de auditoria.

4.1plano de auditoria interna baseado em riscos

O Plano de Auditoria Interna é o documento no qual são registradas as atividades que a UAIG pretende desenvolver em um determinado período de tempo, normalmente um ano. Deve ser baseado em riscos, o que significa que sua principal finalidade deve ser garantir que a Unidade de Auditoria Interna Governamental concentre seus trabalhos nos objetos de auditoria com maior exposição a ameaças que possam afetar o alcance dos seus objetivos, ou seja, os de maior risco.

A UAIG deve elaborar o Plano de Auditoria Interna em harmonia com as estratégias e os objetivos das organizações. Para isso, a UAIG deve considerar:

a)o planejamento estratégico da Unidade Auditada;

b)as expectativas da alta administração e das demais partes interessadas;

c)a análise de riscos realizada pela Unidade Auditada por meio do seu processo de gerenciamento de riscos, quando houver.

Caso a Unidade Auditada não tenha instituído um processo formal de gerenciamento de riscos, ou o seu cadastro de riscos não seja confiável, a UAIG deve se comunicar com a alta administração, de forma a obter entendimento sobre os principais processos e os riscos a eles associados.

A UAIG, ao elaborar o plano de auditoria, deve definir também a melhor estratégia para se obter uma avaliação sistêmica dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos: se a partir da realização de uma avaliação geral sobre esses temas ou da consolidação de um conjunto suficiente de trabalhos individuais realizados em um dado período.

Para o desenvolvimento do plano baseado em riscos, é recomendável que a UAIG observe as seguintes etapas, as quais devem ser devidamente documentadas, à medida que forem executadas:

a)entendimento da Unidade Auditada;

b)definição do universo de auditoria;

c)avaliação da maturidade da gestão de riscos;

d)seleção dos trabalhos de auditoria com base em riscos.

4.1.1Entendimento da Unidade Auditada

A finalidade dessa etapa é adquirir conhecimentos sobre a Unidade Auditada; os seus objetivos; as estratégias e os meios pelos quais ela monitora o seu desempenho e os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos. Dessa forma, a UAIG poderá ter segurança suficiente para identificar as áreas de maior relevância, os principais riscos e assim recomendar medidas que contribuam de fato para o aperfeiçoamento da gestão.

Para alcançar o conhecimento necessário para essa etapa, existem duas abordagens comumente usadas: uma abordagem de cima para baixo (top-down) e uma abordagem de baixo para cima (bottom-up).

A abordagem "de cima para baixo" se inicia no nível da unidade. Primeiramente, identificam-se os objetivos organizacionais e, em seguida, os processos principais relacionados a cada um desses objetivos, ou seja, aqueles processos cujas falhas comprometem diretamente o alcance dos objetivos da organização. Uma vez identificados, esses processos são analisados com mais detalhes. Para isso podem ser divididos em nível de subprocessos até chegar ao nível de atividade.

A abordagem "de baixo para cima" começa pelo exame das atividades. Em seguida, essas atividades são agregadas em processos que são identificados por toda a organização. O próximo passo é determinar os principais objetivos dos processos identificados.

As informações que devem ser adquiridas nessa etapa dizem respeito ao modelo de negócio da organização, ou seja: visão, missão, valores, objetivos, estratégias, processos e sistemas de gestão empregados pela unidade. Devem ser observados também o gerenciamento de riscos; como seus processos estão estruturados; o monitoramento de desempenho dos processos; que produtos ou serviços oferece; quais são os clientes; os beneficiários alvo entre outras informações necessárias para a compreensão dos seus objetivos e como seus processos estão estruturados para alcançá-los.

As fontes de informação mais comumente consideradas nesse processo são:

a)o conselho, a alta administração, os gestores dos processos e as demais partes interessadas, com quem é possível coletar diversas informações, entre elas, as expectativas em relação à atividade de auditoria interna;

b)áreas responsáveis pelo recebimento de denúncias da Unidade Auditada ou outras instâncias públicas que detenham essa competência, a fim de subsidiar a elaboração do planejamento;

c)documentos sobre planejamento organizacional (missão, visão, objetivos, valores, metas, indicadores etc.);

d)estrutura organizacional e de governança;

e)sistemas de gestão empregados;

f)marco legal e regulatório (leis, decretos, regimento interno, regulamentações externas incidentes sobre a Unidade Auditada e suas atividades, bem como políticas, procedimentos e manuais internos relevantes etc.);

g)resultados de trabalhos auditoria anteriores.

4.1.2Definição do universo de auditoria

A definição do universo de auditoria demanda amplo conhecimento, por parte da UAIG, sobre o negócio da Unidade Auditada, motivo pelo qual é recomendável que a sua estruturação seja iniciada após a realização da etapa descrita na seção anterior. Somente após ser obtida a compreensão dos objetivos da organização e dos seus principais processos, é possível definir os objetos que irão compor o universo de auditoria.

O universo de auditoria consiste no conjunto de objetos sobre os quais a UAIG pode realizar suas atividades, como: unidades de negócios, linhas de produtos ou serviços, processos, programas, sistemas, controles, operações, contas, divisões, funções, procedimentos, políticas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Como os objetos podem variar bastante de uma UAIG para outra, é necessário que cada uma defina o conceito de objeto de auditoria que será adotado para a realização do seu plano de auditoria. Idealmente esse conceito deverá ser validado pela instância que aprovará o Plano de Auditoria Interna, uma vez que todo o planejamento da auditoria interna será realizado com base nesses objetos.

É preciso também definir quais informações constarão no cadastro dos objetos identificados, as quais devem permitir o entendimento do universo de auditoria da UAIG. Entre as informações passíveis de serem inseridas, estão a descrição do objeto e a indicação: da área responsável, dos principais normativos relacionados e de eventuais riscos que já tenham sido levantados pela UAIG ou pela própria organização, além de datas e conclusões referentes aos últimos trabalhos de auditoria realizados por parte da UAIG e de outras instituições de auditoria governamental e privada, se for o caso.

Definidos o conceito de objeto de auditoria e como esses serão descritos, cabe aos auditores responsáveis por essa etapa organizar os objetos que comporão o universo de auditoria e documentá-los. Preferencialmente, os objetos de auditoria devem ser registrados de forma hierárquica, em uma estrutura de árvore, que permita agregações em níveis variados. Para que um objeto possa ser comparado com outros, porém, é necessário que estejam no mesmo nível hierárquico, ou seja; não se deve, por exemplo, comparar um processo com uma etapa de outro processo.

4.1.3Avaliação da maturidade da gestão de riscos

A maturidade da gestão de riscos é o grau em que a organização se encontra em relação à adoção e à aplicação da abordagem de gestão de riscos, ou seja: se dispõe de gerenciamento de riscos formalizado, se os princípios, a estrutura e os processos de gestão de riscos existem e estão integrados aos processos de gestão. Esse grau pode variar desde ausência de uma abordagem formal até existência de gestão de riscos totalmente incorporada às operações.

A finalidade dessa etapa é obter uma visão geral do quanto a administração e o conselho (se houver) determinam, avaliam, gerenciam e monitoram os riscos de forma harmoniosa com o arcabouço técnico adotado pela organização. Esse procedimento auxilia a UAIG no seu processo de planejamento, pois dá uma indicação da confiabilidade do cadastro de riscos e auxilia na definição da estratégia de auditoria.

Para que essa etapa atinja sua finalidade, faz-se necessário que a UAIG defina o modelo de avaliação de maturidade de gestão de riscos a ser aplicado. O modelo deve prever os estágios de evolução da gestão de riscos, em níveis de maturidade, que caracterizem melhorias na implementação do processo de gestão de riscos.

A utilização do cadastro de riscos da organização e a definição da estratégia de auditoria dependerão do grau de maturidade da gestão de riscos da Unidade Auditada. Entre as estratégicas passíveis de serem utilizadas, de acordo com os diferentes graus de maturidade, destacam-se as constantes do quadro a seguir, que podem ser ampliadas, a depender do crivo da UAIG.

QUADRO 2 - Relação entre a Maturidade da Gestão de Riscos e o Planejamento da Auditoria

Maturidade da gestão de riscos	Cadastro de riscos	Estratégia
Gestão de riscos e controles internos incorporados às operações da Unidade Auditada.	A UAIG utiliza o cadastro de riscos da Unidade Auditada, se julgá-lo confiável.	Avaliação da eficácia do processo de gerenciamento de riscos e das medidas adotadas pela administração como respostas a riscos.
Inexistência de abordagem formal de gestão de riscos ou processo de gestão de riscos incipiente.	A UAIG utiliza método de planejamento alternativo, por exemplo, baseado em fatores de riscos ou a partir de riscos identificados pela própria UAIG.	Avaliação dos processos de controle com o objetivo de verificar se estão funcionando de acordo com os padrões estabelecidos e contribuindo para o alcance dos objetivos. Ações de sensibilização e/ou trabalhos de consultoria voltados para a promoção e a indução de práticas de gestão de riscos e controles internos.

Fonte: elaboração própria

Após a realização da avaliação da maturidade da gestão de riscos da Unidade Auditada, é necessário que a alta administração e o conselho sejam informados sobre a conclusão da UAIG para que possam instituir a gestão de riscos, caso não haja na unidade, ou retroalimentar o processo, caso este já esteja implantado.

4.1.4Seleção dos trabalhos de auditoria com base em riscos

Embora a IN SFC nº 3, de 2017, estabeleça que os trabalhos que comporão o plano de auditoria sejam definidos com base em riscos, não há uma forma única de fazê-lo: cabe à UAIG, de acordo com suas especificidades, estabelecer a metodologia mais adequada para a sua organização. Este Manual, no entanto, com a finalidade de auxiliar nesse processo, apresenta três maneiras comumente utilizadas para esse fim:

a)seleção dos trabalhos com base na avaliação de riscos realizada pela Unidade Auditada;

b)seleção dos trabalhos com base na avaliação de riscos realizada pela UAIG;

c)seleção dos trabalhos com base em fatores de riscos.

4.1.4.1Seleção dos trabalhos com base na avaliação de riscos realizada pela Unidade Auditada

Caso a UAIG tenha segurança razoável de que o processo de gerenciamento de riscos da Unidade Auditada apresenta alto nível de maturidade e, consequentemente, uma indicação de que o cadastro de riscos é confiável, os riscos identificados e mensurados pela organização poderão ser utilizados como insumo para a elaboração do Plano de Auditoria Interna.

Isso significa que, com base nos registros do processo de gerenciamento de riscos, a UAIG conhecerá os objetivos (estratégicos e operacionais), os riscos inerentes associados, com sua respectiva mensuração, e os controles internos da gestão implementados pela Unidade Auditada para mitigá-los. A próxima etapa então será vincular os riscos aos objetos estabelecidos no universo de auditoria.

4.1.4.1.1Vinculação dos riscos aos objetos de auditoria

Como essa forma de seleção se baseia no cadastro de riscos da Unidade Auditada, é provável que não haja uma correspondência direta entre os riscos e o universo de auditoria. Para relacionar os objetos do universo de auditoria aos riscos, pode-se agrupar os riscos da mesma forma que o universo estiver estruturado: por categorias (por exemplo: financeiro, ambiental, de sistemas...) ou por unidade administrativa, função, macroprocesso, ação de governo, política... Assim, a UAIG disporá de uma lista em que os objetivos organizacionais, os riscos inerentes e os objetos de auditoria estarão associados. Na sequência, é necessário classificar os objetos de auditoria com base nos riscos associados a cada um deles. Se a um mesmo objeto estiverem associados, por exemplo, três riscos, pode-se somar os riscos associados a esse objeto ou, alternativamente, selecionar o risco de maior magnitude.

O princípio básico dessa definição consiste em considerar aqueles riscos com os maiores índices. Uma forma possível de hierarquização é somar os índices dos riscos de cada objeto de auditoria e, posteriormente, ordenar os objetos de auditoria com base no resultado da soma realizada.

4.1.4.2Seleção dos trabalhos com base na avaliação de riscos realizada pela UAIG

Se a Unidade Auditada não possuir um processo de gerenciamento de riscos implementado ou se for incipiente, a UAIG poderá selecionar os trabalhos de auditoria a partir da identificação e da avaliação de riscos realizada por ela própria.

Para que o resultado do processo de levantamento e de avaliação dos riscos seja condizente com a realidade e útil, é fundamental que a UAIG interaja com a alta administração e com os gestores no decorrer de todo o seu desenvolvimento. Não obstante, deve ficar claro para todas as partes envolvidas que a relação dos riscos a ser construída pela UAIG tem por finalidade servir de base para a priorização dos trabalhos de auditoria, e que, ainda que possa contribuir para o gerenciamento de riscos da organização, não substitui a responsabilidade da alta administração, do conselho (se houver) e dos gestores nesse processo.

As etapas a serem realizadas nesta forma de seleção normalmente compreendem:

a)conhecimento dos objetivos (estratégicos e operacionais) organizacionais, conforme orientações constantes na seção 4.1.1 deste Manual (Entendimento da Unidade Auditada);

b)identificação dos riscos passíveis de ameaçar os objetivos organizacionais;

c)avaliação dos riscos;

d)associação dos riscos ao universo de auditoria, conforme descrito na seção 4.1.4.1.1 deste Manual (Vinculação dos riscos aos objetos de auditoria).

4.1.4.2.1Identificação dos riscos

Com base no universo de auditoria, nos objetivos identificados e demais informações coletadas na etapa de entendimento sobre a Unidade Auditada, a UAIG deve, com o auxílio de técnicas de identificação de riscos apropriadas, compilar uma lista de riscos, conhecidos ou previsíveis, capazes de comprometer o alcance dos objetivos pela organização.

Entre as técnicas passíveis de serem utilizadas pela UAIG nessa etapa, estão incluídas:

a)Brainstorming;

b)Entrevistas estruturadas ou semiestruturadas;

c)Técnica Delphi;

d)Listas de verificação;

e)Análise preliminar de Perigos;

f)Estudo de perigos e operabilidade;

g)Análise de causa e efeito;

h)Técnica estruturada (E se);

i)Análise de SWOT;

j)Análise de modos de falha e efeito.

A lista de riscos identificados constitui uma lista de riscos inerentes ao processo, ou seja, os riscos próprios da atividade, considerando-se que não houvesse controles para mitigá-los.

4.1.4.2.2Avaliação dos riscos

Após os riscos serem identificados, é necessário avaliá-los, de modo que possam ser classificados e mesmo comparados. Para tanto, busca-se estimar a sua magnitude (nível de risco) com base, por exemplo, nos critérios do impacto do evento e sua probabilidade de ocorrência. Essa avaliação pode ser realizada por meio de métodos qualitativos e quantitativos. A depender do grau de conhecimento que possua da Unidade Auditada ou mesmo do processo de avaliação de riscos, a UAIG pode basear sua análise em outros critérios, como vulnerabilidade e velocidade do impacto, ou até mesmo desdobrar os critérios impacto e probabilidade em outros critérios menores.

É recomendável que, para classificar os riscos em termos de impacto e de probabilidade, sejam definidas escalas para essas duas perspectivas. Essas escalas possibilitam interpretação e aplicação consistentes por diferentes partes envolvidas. Quanto mais descritivas forem as escalas, melhor será a interpretação pelos usuários. O ideal é encontrar o equilíbrio entre simplicidade e abrangência.

Os Anexos A e B apresentam exemplos de escalas de impacto e de probabilide.

As escalas devem permitir uma diferenciação significativa para fins de classificação dos riscos, o que permitirá representá-los de forma hierárquica ou em forma gráfica, em função do seu nível. Para fins de representação gráfica, pode ser utilizado o Mapa de Riscos, representado em dois eixos (impacto x probabilidade), cujas áreas representam os diferentes níveis de riscos. É possível, então, visualizar a criticidade dos riscos de acordo com a área em que são plotados no Mapa.

O Anexo C apresenta o exemplo de um Mapa de Riscos.

4.1.4.3Seleção dos trabalhos com base em fatores de risco

Uma outra forma de selecionar os trabalhos de auditoria com base em riscos, ainda que indiretamente, é associar os objetos de auditoria a fatores riscos. Esse método costuma ser executado fundamentalmente em dois estágios: definição dos fatores de risco e priorização dos objetos de auditoria.

4.1.4.3.1Definição dos fatores de risco

Esta etapa consiste na definição dos critérios de priorização, chamados de fatores de risco, os quais são empregados para identificar a importância relativa das condições e eventos que poderiam afetar adversamente a organização.

Não existe uma regra única para essa definição, mas a UAIG deve estabelecer os fatores de risco que considere mais adequados à realidade da Unidade Auditada. É necessário também que haja dados disponíveis relacionados a esses fatores e que eles sejam definidos de modo a possibilitar a atribuição de alguma medida (graus, pontos, categorias...) aos objetos de auditoria mapeados. É importante também que a UAIG considere, ao estabelecer os fatores, os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada, bem como a possibilidade de ocorrência de erros, fraudes ou não conformidades significativas.

Os fatores de risco podem ser quantitativos ou qualitativos. O que caracteriza os critérios quantitativos é que podem ser mensurados em alguma medida, tais como número de denúncias recebidas, materialidade (que pode ser entendida como o recurso envolvido naquele objeto de auditoria ou seu custo associado, por exemplo), tempo desde a última auditoria realizada sobre aquele objeto, quantidade de recomendações pendentes de atendimento, nota de avaliação de controles internos, impacto econômico, entre outros.

Já os critérios qualitativos se caracterizam por um certo grau de subjetividade, justamente por não haver uma forma objetiva de os quantificar. Alguns exemplos são o impacto social e ambiental associado àquele objeto de auditoria, a qualidade e a aderência de seus controles internos, a gravidade dos achados das últimas auditorias, a relevância daquele objeto específico para o alcance dos objetivos estratégicos da Unidade Auditada, a estabilidade do objeto de auditoria, a possibilidade de ocorrência de problemas relacionados ao objeto identificado, o grau de maturidade do objeto de auditoria que está sendo avaliado ou das unidades envolvidas em sua execução.

No caso de critérios qualitativos, pode ser definida uma escala de avaliação, com gradações qualitativas, de modo que a UAIG possa atribuir os pontos aos objetos de auditoria mapeados (1 - muito baixo; 2 - baixo; 3 - moderado; 4 - alto; e 5 - muito alto, por exemplo). Podem ser utilizadas também outras técnicas que permitam a uniformização das unidades de medida dos critérios definidos.

Nada impede que sejam utilizados tanto critérios quantitativos quanto qualitativos, mas deve-se buscar alguma metodologia de normalização dos dados, de modo que tais critérios possam compor uma mesma fórmula de pontuação.

Deve-se evitar a utilização de critérios que não possam ser associados a todos os objetos de auditoria. Caso não seja possível (como por exemplo, se a materialidade for utilizada como critério, e nem todo objeto possuir um valor monetário atribuído a ele), o universo de auditoria deve ser subdividido, de modo que as avaliações sejam feitas separadamente. Posteriormente, os resultados devem ser consolidados em uma ou mais matrizes, com o auxílio de alguma metodologia de normalização que permita a sua comparabilidade com base em premissas estabelecidas.

Posteriormente, é necessário definir se serão estabelecidos pesos para diferenciar os critérios. Em caso positivo, esses pesos e a forma como foram estabelecidos devem ficar registrados, na descrição da metodologia.

É importante que, uma vez definidos os critérios, haja a validação por parte da instância que aprovará o Plano de Auditoria Interna, para que todos os envolvidos se apropriem da forma como será realizado o planejamento das atividades da auditoria interna e que seja possível a comparação entre os objetos de auditoria ao longo dos anos.

Após a contabilização da pontuação dos objetos de auditoria, estes devem ser ordenados de forma que aqueles que receberam maior "nota" sejam considerados prioritários.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.1.5Conteúdo do Plano de Auditoria Interna

Os trabalhos de auditoria, cuja forma de seleção, baseada em análise de riscos, foi detalhada ao longo da seção 4.1.4, constituem uma parte fundamental do Plano de Auditoria Interna, mas não a única. A UAIG deve avaliar a necessidade de incluir, no referido plano, trabalhos de auditoria solicitados pela alta administração e pelas demais partes interessadas. Além disso, deve considerar: a eventual necessidade de inclusão ou exclusão de itens em função do planejamento de outras UAIG que exerçam a função de auditoria de forma concorrente e a necessidade de rodízio de ênfase sobre os objetos de auditoria.

Tendo em vista as atribuições da UAIG, portanto, é necessário que o Plano de Auditoria Interna apresente:

QUADRO 3 - Conteúdo mínimo do Plano de Auditoria Interna

Item	Descrição
1	Relação dos trabalhos a serem realizados pela UAIG em função de obrigação normativa, por solicitação da alta administração ou por outros motivos (decisões judiciais, por exemplo). Nos dois últimos casos, deve ser apresentada justificativa razoável para a sua seleção.
2	Relação dos trabalhos selecionados com base na avaliação de riscos.
3	Previsão de, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada auditor interno governamental, incluindo o responsável pela UAIG.
4	Previsão da atividade de monitoramento das recomendações emitidas pela UAIG em trabalhos anteriores e ainda não implementadas pela Unidade Auditada.
5	Relação das atividades a serem realizadas para fins de gestão e melhoria da qualidade da atividade de auditoria interna governamental, conforme seção 3.5.
6	Indicação de como serão tratadas demandas extraordinárias recebidas pela UAIG durante o período de realização do Plano de Auditoria Interna.
7	Relação das atividades necessárias à elaboração do Plano de Auditoria do exercício subsequente.
8	Relação das atividades destinadas à avaliação do Plano de Auditoria do exercício em curso e à elaboração de relatório sobre os resultados da UAIG no exercício.
9	Exposição, sempre que possível, das premissas, restrições e riscos associados à execução do Plano de Auditoria Interna.
10	Anexo contendo a descrição da metodologia utilizada para seleção dos trabalhos de auditoria com base na avaliação de riscos, conforme seção 4.1.4.

Fonte: elaboração própria

Para cada trabalho incluído no plano, deve haver indicação quanto ao tipo de trabalho (avaliação, consultoria, apuração ou outra atividade que não seja típica da função de auditoria interna). Devem também ser apresentados o seu objetivo geral e as informações necessárias para dimensionamento dos recursos a serem alocados.

4.1.5.1Relação dos trabalhos de auditoria ou outros de realização obrigatória

Muitas organizações governamentais contam com menor liberdade na seleção das auditorias que realizam, seja devido a leis, seja por demanda de autoridades governamentais. Essas avaliações obrigatórias devem constar do plano. No entanto, sobre esses objetos, não há que se falar em avaliação de riscos no momento de elaboração do plano de auditoria, uma vez que, de forma independente da análise dos riscos, os trabalhos devem ser realizados. Nesses casos, a avaliação do risco poderá ocorrer, caso a legislação permita, na etapa de planejamento dos trabalhos individuais, conforme será explicitado na seção 4.3.2.1 deste Manual. Devem ser considerados prioritariamente, de modo que seja garantida a disponibilidade de recursos para atender a essas demandas.

4.1.5.2Relação dos trabalhos de auditoria selecionados em função do rodízio de ênfase

O rodízio de ênfase constitui uma rotação entre os objetos que compõem o universo de auditoria em determinado período, de modo a evitar, por um lado, a realização de diversos trabalhos de auditoria sobre um mesmo objeto; por outro lado, a inexistência de trabalhos sobre outros objetos associados a um menor risco.

Para definição do rodízio de ênfase, deve ser estabelecida uma metodologia na qual seja especificado o período (ou ciclo) dentro do qual serão realizados trabalhos de auditoria para os objetos de auditoria de menor risco (por exemplo, três, quatro ou cinco anos).

A metodologia também deve considerar a diferenciação entre os riscos associados aos objetos para definir a frequência de realização dos trabalhos. Por exemplo, pode haver objetos de auditoria para os quais deva ser realizado trabalho de auditoria em todos os exercícios, enquanto outros, por terem menores riscos associados, podem ser auditados a cada dois anos ou até mais.

Excepcionalmente, a depender do nível de risco e da relação custo-benefício, o responsável pela UAIG poderá definir que alguns objetos poderão ser auditados em intervalos ainda maiores.

É importante que a metodologia para aplicação do rodízio de ênfase seja aprovada pela autoridade responsável pela aprovação do Plano de Auditoria Interna, uma vez que os trabalhos realizados em função desse rodízio impactarão a elaboração do Plano.

4.1.5.3Relação dos trabalhos de auditoria selecionados com base na avaliação de riscos

A metodologia utilizada deve ser documentada, devendo explicitar o método e os critérios utilizados para classificação desses trabalhos; eventuais pesos atribuídos aos critérios; e os aspectos utilizados para definir quantos e quais trabalhos serão priorizados.

Se trabalhos de auditoria estabelecidos como essenciais pela alta administração ou pelo conselho forem incluídos no planejamento da UAIG em detrimento de outros trabalhos classificados por meio dos critérios de risco, devem constar na documentação da metodologia os fatores motivadores para a sua realização.

Caso a priorização dos objetos de auditoria não possa ser obedecida, as razões também devem ser registradas e, sempre que possível, avaliadas pela UAIG no exercício subsequente para fins de melhoria contínua do processo de planejamento.

4.1.5.4Capacitação dos auditores internos governamentais

A previsão de carga horária mínima de 40 horas de capacitação anual dos auditores internos governamentais visa a permitir o aperfeiçoamento dos seus conhecimentos, de suas habilidades e de outras competências, por meio do desenvolvimento profissional contínuo. Essa capacitação deve se dar preferencialmente com base em um programa de formação e desenvolvimento de recursos humanos e pode incluir cursos formais, seminários, workshops, encontros, visitas técnicas, cursos de pós-graduação, cursos a distância, curso de progressão funcional, treinamento no trabalho, entre outros.

Importa destacar ser competência do responsável pela UAIG: identificar as deficiências e as lacunas na formação e no desempenho dos auditores e buscar supri-las por meio de ações como as citadas no parágrafo anterior. Caberá, portanto, também a ele identificar a necessidade de fornecer oportunidades que excedam a carga horária mínima obrigatória, o que é bastante recomendável, sobretudo em decorrência das constantes modificações pelas quais a área de auditoria vem passando, além do surgimento de novas tecnologias, da maior exigência da sociedade em relação à prestação de contas, à transparência, entre outros.

4.1.5.5Monitoramento de recomendações não implementadas

A UAIG deve estabelecer a forma e a frequência do monitoramento das recomendações emitidas em trabalhos anteriores com base nos riscos envolvidos e na complexidade do objeto da recomendação. A depender da criticidade, pode ser necessária a realização de trabalho de auditoria específico para avaliação da implementação das recomendações.

4.1.5.6Indicação de como serão tratadas demandas extraordinárias recebidas pela UAIG

As demandas extraordinárias constituem trabalhos cuja necessidade surge durante o período de execução do Plano de Auditoria Interna. Uma vez consideradas importantes pela UAIG e aprovadas pela instância responsável pela aprovação do Plano, essas demandas podem ser a ele incorporadas.

Entre as estratégias mais utilizadas para tratamento desse tipo de demanda, está a definição de uma reserva técnica, medida em percentual da capacidade operacional disponível na UAIG. Para isso, pode-se avaliar o histórico de demandas extraordinárias recebidas para se obter uma média de alocação de recursos. De acordo com essa proposta, o Plano de Auditoria Interna inicial não deverá ocupar todos os recursos disponíveis, uma vez que parte da capacidade operacional estará reservada para trabalhos cuja necessidade de realização poderá ser identificada ao longo do exercício.

Alternativamente, poder-se-á definir que o Plano ocupará o máximo de recursos da UAIG, de modo que haja um processo de revisão quando surgir a necessidade de realização de novos trabalhos durante a sua execução.

4.1.5.7Atividades relacionadas à elaboração do Plano de Auditoria Interna do exercício subsequente

O Plano deve conter previsão para as etapas de elaboração do Plano de Auditoria Interna do ano subsequente, indicando as atividades necessárias e a capacidade operacional a ser alocada nessa discussão.

4.1.5.8Atividades destinadas à avaliação do Plano de Auditoria Interna do exercício em curso

Devem ser previstas, no Plano de Auditoria Interna:

a)as atividades de avaliação da sua execução, as quais devem ocorrer no próprio exercício de vigência;

b)a periodicidade dessa aferição (se bimestral, trimestral, quadrimestral ou semestral) que poderá variar de acordo com a quantidade de trabalhos constantes do Plano e do custo de obtenção das informações necessárias para essa avaliação;

c)a forma por meio da qual essas atividades serão realizadas, a qual deverá ser validada pela instância responsável pela sua aprovação.

A avaliação da execução do Plano deve subsidiar as eventuais alterações e culminar com a elaboração de um relatório sobre os resultados da UAIG no exercício. A elaboração desse relatório também deve estar prevista no Plano de Auditoria Interna. Estará prevista, portanto, em cada plano, a elaboração do relatório referente ao Plano do exercício anterior.

O conteúdo e o prazo para elaboração desse relatório serão tratados em normativo específico a ser emitido pelo órgão central do SCI.

4.1.5.9Exposição, sempre que possível, das premissas, restrições e riscos associados à execução do Plano de Auditoria Interna

Considerando que o Plano de Auditoria Interna contém as atividades a serem executadas pela UAIG ao longo do exercício seguinte ao da sua elaboração, convém que, sempre que possível, sejam explicitadas as premissas sobre as quais o Plano foi construído e quais são os riscos e/ou restrições previamente identificados.

4.1.6Periodicidade do Plano de Auditoria Interna

Deverá ser elaborado um Plano de Auditoria Interna para cada exercício. Os órgãos e as unidades integrantes do SCI, dada a necessidade de harmonização do seu planejamento com o planejamento das demais UAIG, poderão estabelecer período não coincidente com o ano civil para o seu Plano.

4.1.7Recursos

A UAIG deve possuir clareza de quais competências técnicas são requeridas para a execução dos trabalhos constantes do Plano de Auditoria Interna. Deve prever, ainda, o esforço e o cronograma para cada trabalho, com as datas de início e fim, e, sempre que possível, o custo estimado.

A definição do esforço estimado pode ser feita na métrica que melhor convier à UAIG, de acordo com sua realidade e, eventualmente, com seus sistemas internos de gestão de recursos humanos. A forma mais comum, no entanto, baseia-se na definição das horas de trabalho requeridas.

Essa definição permitirá ao responsável pela UAIG avaliar a adequação e a disponibilidade de recursos humanos, financeiros e tecnológicos para a execução dos trabalhos ao longo do período ao qual se refere o Plano de Auditoria Interna. Tais fatores também poderão ser utilizados para definição da ordem de realização dos trabalhos.

Caso os auditores internos governamentais não possuam, coletivamente, as competências técnicas requeridas para a realização dos trabalhos, cabe ao responsável pela UAIG providenciar formas de superar essa dificuldade, a exemplo de: capacitação prévia dos auditores que irão executar o trabalho; realização de trabalhos compartilhados com auditores governamentais externos à UAIG; contratação de especialistas externos. Nos dois últimos casos, deve ser observada a seção 3.3 deste Manual.

4.1.8Comunicação e aprovação do Plano de Auditoria Interna

Para permitir a harmonização do planejamento das UAIG, a racionalização de recursos e evitar a sobreposição de trabalhos, a proposta de Plano de Auditoria Interna das Audin e das unidades setoriais do SCI, e suas eventuais alterações, devem ser encaminhadas ao órgão ou à unidade do SCI responsável pela sua supervisão técnica(CGU, Ciset ou unidade setorial do SCI, conforme o caso), o qual deve se manifestar sobre o Plano recebido, em tempo hábil, e recomendar, quando necessária, a inclusão ou a exclusão de trabalhos específicos.

A ausência de manifestação tempestiva das unidades e dos órgãos supervisores não impede a adoção, por parte das Audin e das unidades setoriais do SCI, das providências necessárias à aprovação interna do planejamento pelo conselho ou pela instância com atribuição equivalente ou, inexistindo ambos, pela alta administração.

Após a aprovação do Plano de Auditoria Interna, as Audin deverão dar ciência de sua versão final ao órgão ou unidade do SCI responsável pela sua supervisão técnica (CGU, Ciset ou unidade setorial do SCI, conforme o caso). Da mesma forma, o Plano de Auditoria Interna dos órgãos setoriais e das unidades setoriais do SCI devem ser encaminhados, anualmente, ao órgão central do SCI ou à Ciset, conforme o caso, para exercício da supervisão.

Ademais, os órgãos e unidades integrantes do SCI devem comunicar seu Plano de Auditoria Interna às respectivas Unidades Auditadas e às Audin que estão sob sua supervisão, de forma a estabelecer um ambiente de cooperação e harmonia.

Para orientar a operacionalização do fluxo de comunicação e aprovação, devem ser observados os termos definidos em normativo específico a ser emitido pelo Órgão central do SCI.

4.1.9Alteração do Plano de Auditoria Interna

Nos momentos de avaliação do Plano, a UAIG pode identificar a necessidade de que trabalhos previstos inicialmente sejam alterados e demandas extraordinárias que surjam ao longo do exercício sejam inseridas.

Caso não tenha sido definida nenhuma reserva técnica para essas situações, ou tal reserva já tenha sido esgotada, deve-se fazer a avaliação da oportunidade e da conveniência de se acrescentarem tais trabalhos ao Plano de Auditoria Interna.

Essa avaliação pode depender da prioridade dos novos trabalhos e da avaliação de risco realizada pela UAIG, podendo ter como consequência:

a)o acréscimo desses trabalhos sem alteração daquilo que já estava previsto, caso haja capacidade operacional disponível;

b)a redução de escopo de trabalhos que já estavam planejados;

c)a exclusão de alguns trabalhos menos prioritários, liberando recursos para a execução dos novos projetos.

Todo o processo de revisão deverá ser documentado, e a metodologia, discutida e aprovada pela instância responsável. O Plano com as alterações deverá ser divulgado aos mesmos atores que tomaram conhecimento da versão inicial. A depender do tamanho da UAIG, do volume e do tipo de alterações realizadas e da relevância dos trabalhos que estão sendo excluídos/incluídos, a alteração do Plano deverá ser submetida à análise da instância responsável pela aprovação da versão inicial.

É importante também avaliar a possibilidade de criação de indicadores que permitam demonstrar o quanto o Plano foi alterado ao longo de sua execução. Dessa forma, torna-se mais fácil identificar as possíveis causas dessas alterações e avaliar a metodologia de elaboração, o que pode promover o aperfeiçoamento do processo de planejamento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

No caso das Audin, aquelas alterações passíveis de encaminhamento para aprovação da alta administração ou do conselho devem ser disponibilizadas previamente para manifestação da CGU, ou do respectivo órgão ou unidade setorial do SCI responsável pela supervisão técnica.

4.2formalização do trabalho de auditoria

Antes de ser iniciado, o trabalho de auditoria deve ser formalizado internamente por meio de documento expedido pelo responsável pela UAIG ou por outro agente a quem essa competência for delegada. Esse documento deve trazer a síntese das principais diretrizes e informações acerca do trabalho e pode ser produzido antes mesmo da elaboração do programa de trabalho, que traz informações mais completas sobre a atividade que será desenvolvida.

A nomenclatura, o modelo, o conteúdo, e a forma de expedição (física ou eletrônica) devem ser definidos em normatização interna de cada UAIG. Em relação à nomenclatura, é mais comum a utilização de Ordem de Serviço.

Quanto ao conteúdo, normalmente constam as seguintes informações:

a)o tipo de trabalho a ser realizado;

b)a Unidade Auditada;

c)o objeto da auditoria;

d)o objetivo estabelecido no Plano de Auditoria Interna;

e)o prazo previsto para desenvolvimento das atividades;

f)os auditores que comporão a equipe de auditoria, o responsável pela supervisão e o responsável pela coordenação do trabalho.

Essa formalização visa à organização interna e tem como destinatários os auditores. Há, entretanto, a necessidade de que o trabalho seja comunicado formalmente também à Unidade Auditada, o que deve ocorrer tão logo a UAIG tenha clareza sobre as diretrizes do trabalho e haja a necessidade de maior interação com os responsáveis pelo objeto da auditoria.

4.3planejamento dos trabalhos individuais de auditoria

Para cada trabalho de auditoria previsto no Plano de Auditoria Interna, deve ser realizado um planejamento específico, o qual deve estabelecer os principais pontos de orientação das análises a serem realizadas, incluindo, entre outras, informações acerca dos objetivos do trabalho, do escopo, das técnicas a serem aplicadas, das informações requeridas para os exames, do prazo de execução e da alocação dos recursos ao trabalho.

É fundamental que todos os membros da equipe participem dessa etapa ativamente, de forma que todos contribuam com seus conhecimentos e experiências para definir os objetivos e os meios de alcançá-los e conheçam as atividades que estarão sob sua responsabilidade, bem como a importância dessas atividades para o sucesso do trabalho.

Para que se realize adequadamente essa etapa, a IN SFC nº 3, de 2017, prevê a necessidade de se considerarem, entre outras, as atividades descritas a seguir:

a)análise preliminar do objeto da auditoria;

b)definição dos objetivos e do escopo do trabalho, considerando os principais riscos existentes e a adequação e suficiência dos mecanismos de controle estabelecidos;

c)elaboração do programa de trabalho.

Os passos descritos a seguir são indicados para que os auditores tenham segurança razoável na elaboração do planejamento dos trabalhos individuais de auditoria com foco em riscos e, consequentemente, agreguem valor à Unidade Auditada, identificando oportunidades para aperfeiçoamento dos processos de governança, gerenciamento de riscos e de controle dessa unidade.

4.3.1Análise preliminar do objeto de auditoria

A análise preliminar do objeto constitui uma etapa fundamental dos trabalhos de auditoria. É necessária para ajudar os auditores internos governamentais a obter uma compreensão suficiente do objeto de auditoria e para que se estabeleçam de forma mais clara os objetivos, o escopo do trabalho, os exames a serem realizados e os recursos necessários para a realização da auditoria.

Essa etapa normalmente começa com uma análise do Plano de Auditoria Interna, para que a equipe obtenha o entendimento do contexto do trabalho selecionado e do motivo pelo qual ele foi incluído no plano. Devem ser considerados também os aspectos relevantes coletados durante o entendimento da Unidade Audita que impactam no objeto de auditoria, especialmente:

a)os objetivos e estratégias da Unidade Auditada e os meios pelos quais ela monitora o seu desempenho;

b)os riscos significativos a que a Unidade Auditada está exposta e as medidas de controle a eles relacionadas (definidos pela estrutura organizacional competente, conforme a política de gestão de riscos da organização);

c)os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada.

Posteriormente, a equipe realiza o levantamento de outras informações, como as seguintes:

a)objetivos e riscos associados ao objeto de auditoria (definidos pela estrutura organizacional competente, conforme a política de gestão de riscos da organização) e os controles internos associados a esses riscos;

b)apetite a risco da organização em relação aos riscos associados ao objeto da auditoria (definido pela estrutura organizacional competente, conforme a política de gestão de riscos da organização);

c)relação do objeto de auditoria com a missão, visão, objetivos estratégicos da Unidade Auditada;

d)objetivos e estrutura de governança, de gerenciamento de riscos e controles do objeto de auditoria;

e)indicadores de desempenho do objeto de auditoria;

f)fluxogramas (mapas de processos) relacionados ao objeto da auditoria;

g)responsáveis pelo objeto da auditoria;

h)estrutura organizacional das áreas envolvidas;

i)leis e regulamentos, normas, orientações, manuais e procedimentos internos, decisões de órgãos reguladores relacionados ao objeto de auditoria;

j)jurisprudência de interesse (Tribunal de Contas da União, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça etc.);

k)estudos sobre o objeto da auditoria;

l)quantidade/lotação/perfil da força de trabalho envolvida (inclusive terceirizados);

m)principais insumos utilizados (energia, equipamentos, matéria-prima etc.);

n)sistemas informatizados utilizados;

o)partes interessadas;

p)programas/ações orçamentários envolvidos;

q)materialidade dos recursos (em R$);

r)histórico de achados;

s)recomendações dos órgãos de controle pendentes de atendimento;

t)informações extraídas de sistemas corporativos, da imprensa, da internet;

u)resultados de trabalhos anteriores.

Uma parte dessas informações pode ser obtida a partir dos papéis de trabalho do tipo permanente mantidos pela UAIG. Outra parte dessas informações pode ser obtida por meio de entrevistas e reuniões com os gestores e servidores/empregados da Unidade Auditada ou por meio de visitas in loco, para se observar o funcionamento do objeto a ser auditado.

4.3.1.1Mapeamento/validação do objeto selecionado

O objeto selecionado em uma auditoria normalmente é um processo. Entende-se por processo um conjunto de atividades sequenciadas e relacionadas entre si que têm como finalidade transformar insumos em produtos e serviços. Embora não seja obrigatório, recomenda-se o desenho do processo a ser auditado, ou seja, o fluxo do processo, o qual permite que se enxerguem com maior facilidade seus participantes e suas atribuições, os controles existentes, as oportunidades de melhoria, e também: a ausência de controles em etapas-chave, lacunas, problemas e, principalmente, os riscos que ameaçam os objetivos do objeto da auditoria.

Mapear um processo significa desenhar a sequência de atividades, de decisões e de documentos indicando o sentido de seu fluxo, de forma a deixar clara a relação entre todos esses elementos, de acordo com uma visão que parte do nível maior de detalhe para o menor. Trata-se, pois, da análise estruturada do objeto da auditoria, de seus componentes (agentes, responsáveis, atividades, processos, subprocessos, produtos, entre outros) e do relacionamento entre eles, de forma a torná-lo mais facilmente compreensível.

Caso o gestor já tenha mapeado os seus processos, os auditores deverão realizar procedimentos (a exemplo de entrevistas com funcionários responsáveis pela gestão e pela execução do processo que será auditado) para testar os fluxos e verificar se o mapeamento realizado corresponde à realidade e se atende às necessidades do trabalho que será desenvolvido.

Se o processo não tiver sido mapeado pelo gestor ou se o mapa não for considerado adequado para o trabalho de auditoria, os auditores poderão realizar o mapeamento ou, ao menos, elaborar um memorando descritivo que identifique as atividades desenvolvidas, sua sequência e os responsáveis pelas etapas do processo. Para tanto, será necessária uma forte interação com os gestores e com os demais profissionais que se relacionam com o objeto da auditoria na Unidade Auditada. Para que essa etapa seja concluída adequadamente, pode ser também necessária a realização de alguns testes, como análise documental, observação, entre outros.

É preciso atentar para a existência de possíveis diferenças entre o processo normatizado (leis, portarias, resoluções etc.) e o seu fluxo real, aquele que ocorre no cotidiano da Unidade Auditada. Caso o auditor detecte divergências relevantes entre a descrição do processo e o modo como ele é realizado, na prática, deverá aprofundar os exames, tendo em vista que essas diferenças podem representar inobservância e/ou inadequação dos controles internos ou até indicar que as normas estão inapropriadas. Assim sendo, as eventuais diferenças identificadas e a sua origem devem ser registradas.

4.3.1.1.1Validação com o gestor

O mapeamento/memorando descritivo deve ser realizado com a participação das pessoas que conhecem o processo em questão e seu contexto organizacional, ou seja, os gestores e profissionais envolvidos nessas atividades. Dessa forma, é necessário que a equipe de auditoria, nos casos em que ela própria tiver realizado o mapeamento do processo, verifique junto aos respectivos gestores se a descrição ou o desenho estão compatíveis com a realidade.

4.3.1.2Documentação do entendimento

É necessário organizar os papéis de trabalho utilizados para obtenção do entendimento do objeto auditado, de modo a possibilitar que outra pessoa com conhecimento suficiente das práticas de auditoria interna governamental, que não teve contato anterior com o objeto, possa compreendê-lo.b

Tendo em vista que as informações coletadas até esta etapa são relevantes, contribuem para o conhecimento da Unidade Auditada e servem de subsídios para outras auditorias, sugere-se que sejam organizadas e arquivadas como papel de trabalho permanente.

4.3.2Objetivos e escopo do trabalho de auditoria

Finalizada a análise preliminar do objeto de auditoria, a equipe deverá ter condição de definir, ainda que preliminarmente, os objetivos do trabalho de auditoria e proceder a uma primeira declaração do escopo, os quais poderão ser aprimorados após a avaliação dos riscos e dos controles associados ao objeto.

Os objetivos consistem basicamente nas questões a que a auditoria pretende responder. Devem ser descritos de modo que o propósito da auditoria fique claro; além disso, devem ser concisos, realistas e não conter termos ambíguos ou abstratos. Devem ser cuidadosamente elaborados para cada trabalho pelas seguintes razões:

a)definem especificamente os resultados pretendidos na auditoria;

b)direcionam o escopo, os testes, o tempo, os recursos e as competências necessárias na equipe, a metodologia e a natureza do trabalho de auditoria;

c)orientam a formulação dos achados de auditoria.

Ao desenvolver os objetivos do trabalho, os auditores internos governamentais devem:

a)observar que objetivos do trabalho constituem o desdobramento do objetivo geral inicialmente definido no Plano da Auditoria Interna e devem estar em harmonia com os objetivos do objeto auditado. Para os trabalhos de auditoria não previstos inicialmente no plano, os objetivos do trabalho devem ser elaborados para atender o aspecto específico que o motivou;

b)considerar os principais riscos e a adequação e a suficiência dos mecanismos de controle estabelecidos;

c)considerar as expectativas das partes interessadas;

d)considerar a possibilidade de ocorrência de erros significativos, fraudes, não conformidades e outras exposições relacionadas ao objeto da auditoria.

Como um trabalho de auditoria, geralmente, não pode abranger tudo, os auditores internos devem determinar os limites da auditoria, o que será e o que não será incluído, ou seja, o escopo. Quando os auditores internos estabelecem o escopo do trabalho, eles consideram componentes como os limites da área ou do processo, subprocessos, período de tempo e localizações geográficas a serem avaliadas.

Assim, o escopo deve apresentar uma clara declaração do foco, da extensão e dos limites da auditoria, e sua amplitude deve ser suficiente para que os objetivos da auditoria sejam atingidos. Escopo e objetivos, portanto, devem ser compatibilizados.

Além dos objetivos do trabalho, outros elementos contribuem para se definir o escopo. São eles: o tipo do trabalho que se pretende realizar; as necessidades dos usuários potenciais dos resultados do trabalho; o tipo e a extensão dos problemas encontrados nos relatórios de auditoria dos anos anteriores; trabalhos de auditoria elaborados por outra UAIG, por órgão de controle externo ou entidade de auditoria privada; os níveis de materialidade e dos riscos identificados; a adequação dos mecanismos de controle, entre outros.

4.3.2.1Avaliação de riscos e de controles

Para considerar os principais riscos e a adequação e a suficiência dos mecanismos de controle estabelecidos, sobretudo nas organizações que não possuam uma abordagem consistente em gestão de riscos, a equipe de auditoria poderá utilizar técnicas de avaliação de riscos. Essa etapa tem como propósitos: identificar quais riscos podem influenciar o cumprimento dos objetivos do objeto da auditoria; verificar as causas e as consequências desses riscos; classificá-los e, ainda, identificar e avaliar a adequação do desenho dos controles internos da gestão, de forma a concluir sobre quais riscos e controles deverão ser analisados prioritariamente.

4.3.2.1.1Identificação de riscos inerentes

Nos casos em que o gestor disponibilizar o processo mapeado, os objetivos do objeto de auditoria e os riscos identificados, a equipe deverá realizar análise e revisão desses documentos com a finalidade de averiguar a sua suficiência e a sua adequação ao trabalho de auditoria que será realizado.

Caso o gestor não tenha clareza sobre os objetivos e os riscos relativos ao objeto de auditoria, os auditores deverão interagir com ele, de forma a confirmar o entendimento sobre os objetivos obtido na etapa de análise preliminar do objeto de auditoria.

Em seguida, com base nos objetivos identificados, nas demais informações coletadas na etapa de análise preliminar do objeto de auditoria e com o auxílio das técnicas de identificação de riscos, a equipe deverá compilar uma lista de riscos, conhecidos ou previsíveis, associados ao objeto de auditoria, capazes de comprometer o alcance dos seus objetivos.

Para auxiliar no desenvolvimento dessa etapa, podem ser utilizadas as mesmas técnicas citadas na seção 4.1.4.2.1.

Os riscos constantes da lista devem ser os inerentes ao objeto, ou seja, os riscos próprios da atividade.

Uma vez identificados os riscos, é preciso compreendê-los, verificando suas causas e também as suas consequências, isto é, os resultados do evento que podem afetar os objetivos.

Para a identificação das causas, devem ser verificadas as fontes de riscos e suas vulnerabilidades, tendo em vista que as fontes de riscos associadas às respectivas vulnerabilidades possibilitam que um evento ocorra, ou seja, que um risco se materialize. Para identificar as consequências, normalmente são suficientes o conhecimento do processo e a dedução lógica.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O Quadro 4 não constitui uma lista exaustiva, mas contribui para o levantamento de possíveis causas de risco.

Quadro 4 - Possíveis causas dos riscos

CAUSA = FONTES + VULNERABILIDADES	
FONTES DE RISCO	VULNERABILIDADES
Pessoas	Em número insuficiente; sem capacitação; perfil inadequado; desmotivadas, alta rotatividade, propensas a desvios éticos e/ou fraudes
Processos	Mal concebidos (exemplo: fluxo, desenho); sem manuais ou instruções formalizadas (procedimentos, documentos padronizados); sem segregação de funções, sem transparência
Sistemas	Obsoletos; sem manuais de operação; sem integração com outros sistemas; inexistência de controles de acesso lógico/backups, baixo grau de automação
Infraestrutura Física	Localização inadequada; instalações ou leiaute inadequados; inexistência de controles de acesso físico
Tecnologia	Técnica ultrapassada/produto obsoleto; falta de investimento em TI; Tecnologia sem proteção de patentes; processo produtivo sem proteção contraespionagem, controles insuficientes sobre a transferência de dados
Eventos externos	Ambientais: Mudança climática brusca; incêndio, inundação, epidemia. Econômicos: oscilações de juros, de câmbio e de preços, contingenciamento, queda de arrecadação, crise de credibilidade, elevação ou redução da carga tributária. Políticos: novas leis e regulamentos, restrição de acesso a mercados estrangeiros, ações de responsabilidade de outros gestores; "guerra fiscal" entre estados, conflitos militares, divergências diplomáticas. Sociais: alterações nas condições sociais e demográficas ou nos costumes sociais, alterações nas demandas sociais, paralisações das atividades, aumento do desemprego. Tecnológicos: novas formas de comércio eletrônico, alterações na disponibilização de dados, reduções ou aumento de custo de infraestrutura, aumento da demanda de serviços com base em tecnologia, ataques cibernéticos. Infraestrutura: estado de conservação das vias de acesso; distância de portos e aeroportos; interrupções no abastecimento de água, energia elétrica, serviços de telefonia; aumento nas tarifas de água, energia elétrica, serviços de telefonia. Legais/jurídicos: novas leis e normas reguladoras; novos regulamentos; alterações na jurisprudência de tribunais; ações judiciais
Governança	Competências e responsabilidades não identificadas ou desrespeitadas; centralização ou descentralização excessiva de responsabilidades; delegações exorbitantes; falta de definição de estratégia de controle para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão; deficiência nos fluxos de informação e comunicação; produção e/ou disponibilização de informações, que tenham como finalidade apoiar a tomada de decisão, incompletas, imprecisas ou obscuras; pressão competitiva; falta de rodízio de pessoal; falta de formalização de instruções
Planejamento	Ausência de planejamento. Planejamento elaborado sem embasamento técnico ou em desacordo com as normas vigentes, objetivos e estratégias inadequados, em desacordo com a realidade

Fonte: Adaptado de COSO ERM e Curso de Controles Internos do TCU. SFC (2017)

4.3.2.1.2Avaliação dos riscos inerentes

Analisados os riscos inerentes ao processo, é preciso calcular a sua magnitude, considerando-se os princípios já detalhados na seção 4.1.4.2.2. É importante notar, no entanto, que, aquele item se refere aos riscos que ameaçam o alcance dos objetivos da organização, ao passo que, nesta etapa, trata-se dos riscos relacionados ao alcance dos objetivos específicos do objeto selecionado para o trabalho de auditoria.

4.3.2.1.3Identificação e avaliação preliminar dos controles internos

Com base nas informações coletadas na análise preliminar, e nos riscos relevantes relacionados aos objetivos do objeto de auditoria, os auditores devem identificar e avaliar preliminarmente os respectivos controles que a gestão adota para gerenciar esses riscos.

As finalidades dessa etapa são identificar os controles internos estabelecidos para tratamento dos riscos relevantes e avaliar se o seu desenho está adequado aos riscos a que pretendem responder.

A identificação dos controles, na verdade, é uma extensão da análise preliminar do objeto de auditoria e da avaliação de riscos realizados em etapa anterior. Então, ao realizar essa atividade, é importante ter a compreensão:

a)dos objetivos do objeto de auditoria e dos respectivos riscos;

b)dos procedimentos e das normas relacionados ao objeto da auditoria;

c)dos sistemas de informação que dão suporte ao objeto de auditoria;

d)dos diferentes tipos de atividades de controle: procedimentos de autorização e aprovação; segregação de funções (autorização, execução, registro, controle); controle de acesso a recursos e registros; verificações; conciliações; avaliação do desempenho operacional; avaliação das operações, dos processos e das atividades; supervisão, entre outros.

A avaliação preliminar dos controles consiste na verificação do modo como os controles foram planejados e estruturados e se o seu desenho é capaz de garantir segurança razoável de que os riscos relacionados ao objeto em questão estão sendo gerenciados a um nível aceitável. É atividade fundamental para o planejamento da auditoria, pois dela decorrerão: o risco de controle, o nível do risco residual e a definição dos testes de auditoria.

Nessa etapa, é importante considerar:

a)a existência de compatibilidade entre os objetivos do objeto de auditoria, seus riscos e os objetivos dos controles estabelecidos;

b)a relação custo-benefício;

c)a segregação de funções e o rodízio de funcionários;

d)a definição de responsabilidades;

e)se os controles foram desenhados em consonância com os princípios dos controles internos da gestão previstos na IN Conjunta MP/CGU nº 01, de 2016;

f)as características dos controles, especialmente, quanto à função (preventivo, detectivo, corretivo, diretivo, compensatório ou complementar) e à forma de implementação (manual ou automatizada),

g)se o controle avaliado é o único ou o principal destinado a mitigar determinado risco;

h)a frequência com que o controle é acionado (permanente, anual, trimestral, mensal, semanal, diário ou por transação).

Também devem ser verificadas, com base em benchmarking, por exemplo, as melhores práticas de controles que mitiguem os riscos relevantes identificados, com o objetivo de aferir se o que é praticado pelo gestor pode ser aperfeiçoado.

Com base nessas informações e no julgamento profissional dos auditores internos governamentais, o resultado da avaliação preliminar dos controles internos da gestão deverá ser registrado. Para tanto, podem ser usadas escalas em termos quantitativos, de 1 a 10, por exemplo, ou em termos não quantitativos, como: inexistente, fraco, mediano, satisfatório ou forte.

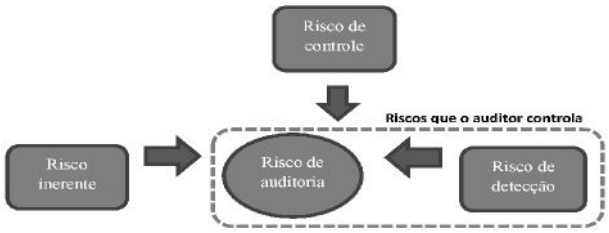
O Apêndice A apresenta um exemplo de estrutura de matriz de risco e de controle para registro dos resultados dos processos de avaliação preliminar de riscos e controles.

Após a identificação do risco inerente e a identificação do nível de controle, é possível concluir o nível de risco residual, isto é, aquele que permanece após a implantação da resposta da administração. Por exemplo: se a um risco inerente foi atribuído o grau 10 (muito alto) e os controles para esse risco forem considerados muito fracos, grau 2, tem-se o risco residual 8, também bastante alto.

Adicionalmente ao resultado da avaliação de riscos e da adequação do desenho dos controles, é recomendável que os auditores internos governamentais considerem, no planejamento dos trabalhos, o "risco de o auditor chegar a conclusões inválidas e / ou fornecer opiniões equivocadas com base no trabalho de auditoria realizado", isto é, o risco de auditoria. Com base nessa informação, pode-se determinar a melhor abordagem de auditoria (natureza, época e extensão dos procedimentos para coleta de evidências).

Os trabalhos de auditoria visam a obter segurança razoável, não absoluta, de que os dados auditados estão corretos. Assim sendo, o auditor precisa lidar com o risco de não detectar algum erro existente e, portanto, emitir uma opinião inapropriada. Para evitar que isso se dê, os auditores devem ter como objetivo reduzir o risco de auditoria a um nível aceitável. O risco de auditoria se inter-relaciona com os riscos inerentes, de controle e de detecção, conforme demonstrado na figura abaixo.

FIGURA 1 - Inter-relação entre o Risco de Auditoria e os Riscos Inerente, de Controle e de Detecção



Fonte: elaboração própria

Uma vez identificados o risco inerente e o risco de controle, é possível decidir sobre quais procedimentos de auditoria serão aplicados, quando e em qual extensão, a fim de reduzir o nível do risco de detecção e, consequentemente, o risco de auditoria.

4.3.2.2Definição dos objetivos e do escopo do trabalho de auditoria

Após a identificação dos riscos de maior relevância e da avaliação preliminar dos respectivos controles, a equipe terá mais elementos para definir, ou rever, se estabelecidos preliminarmente, os objetivos e o escopo do trabalho.

Os controles que comporão o escopo serão os controles internos chave, ou seja, aqueles capazes de, em uma situação de risco inerente alto, atuar para que o risco residual seja baixo. Para isso, de acordo com a análise realizada pela equipe de auditoria, devem possuir desenho adequado e estar, ao menos aparentemente, em correto funcionamento.

A título de exemplo, suponha-se que a um determinado risco inerente tenha sido atribuído o grau máximo e que esse grau seja 10. A equipe, ao avaliar o controle a ele relacionado, conclui que o grau atribuído a esse controle deve ser 8. O resultado da equação (10-8) indica que o risco residual é 2, isto é, bastante baixo. Assim sendo, esse controle deverá ser selecionado para a avaliação da equipe de auditoria.

Além desses controles na situação indicada, podem também compor o escopo aqueles que servem para mitigar um grande número de riscos. Os testes que prevalecerão nas duas situações apontadas serão os testes de controle.

Pode haver, entretanto, riscos inerentes altos com controles fracos ou inexistentes. Nesse caso, a equipe não deixará de realizar a sua avaliação, mas esta será realizada por meio de procedimentos substantivos, com o objetivo de identificar o impacto resultante da inexistência ou da inadequação dos controles.

Quando houver, por exemplo, dois riscos relevantes ("R1" e "R2") com igual magnitude, tendo o risco "R1" vários controles para mitigá-lo e o,"R2", um único controle, poderá ser considerada menos prioritária a avaliação do conjunto de controles do risco "R1".

A quantidade de riscos e controles a serem avaliados, bem como a profundidade dos procedimentos a serem aplicados, vai depender do tempo, dos recursos disponíveis e da gravidade da situação encontrada.

É importante ressaltar que quaisquer limitações do escopo que venham a ocorrer devem ser documentadas e discutidas com o supervisor do trabalho e, caso afetem a capacidade da UAIG executar suas atividades de forma independente e objetiva, o responsável pela UAIG deve discutir o prejuízo com a alta administração e com o conselho (se houver), a fim de buscar apoio para solucioná-lo.

4.3.3Elaboração do programa de trabalho

Com base nos objetivos estabelecidos para o trabalho de auditoria e no escopo, definidos com fundamento no conhecimento acumulado por meio das etapas anteriores (ou seja, nos objetivos do objeto auditado, nos principais riscos e na avaliação preliminar dos controles a eles relacionados), a equipe de auditoria decidirá por meio de quais tipos de testes (substantivos ou de controle) procederá a sua avaliação, de modo a formar a convicção para a emissão de sua opinião. Nesta etapa, terá condições, portanto, de elaborar o programa de trabalho.

O programa de trabalho, cujo exemplo pode ser verificado no Apêndice B, constitui um importante instrumento de planejamento e pode ser desenvolvido em formatos variados.

No programa de trabalho de avaliação, devem constar:

a)as questões (e subquestões) de auditoria, que deverão ser respondidas por meio das análises, na fase de execução. Essas questões devem traduzir os objetivos da auditoria individual a ser realizada e devem torná-los claros tanto para os auditores quanto para os supervisores, contribuindo também para a etapa posterior de elaboração do relatório;

b)os critérios de auditoria, que constituem referenciais para avaliar se a situação a ser avaliada atende ao esperado. Representam um padrão razoável e atingível de desempenho a ser utilizado na fase de aplicação dos testes de auditoria para verificar a adequação de controles, de sistemas, de processos, de práticas, ou de qualquer outro objeto de auditoria. Também podem ser usados para avaliar economia, eficiência e eficácia. O critério é um dos componentes do achado de auditoria, tal como apresentado na seção 5.4.2.

c)as técnicas, a natureza e a extensão dos testes necessários para identificar, analisar, avaliar e documentar as informações durante a execução do trabalho, de modo a permitir a emissão da opinião pela

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

equipe. Para avaliar os controles internos da gestão selecionados, a equipe de auditoria deverá selecionar/desenvolver os instrumentos por meio dos quais conduzirá a aplicação dos testes, tais como:

- Questionário de Avaliação de Controles Internos (QACI);
- procedimentos de auditoria, apresentados em detalhe na seção 4.3.4;
- roteiros de verificação;
- checklist de análise documental;
- roteiro de entrevista, entre outros.

O programa de trabalho deve ser aprovado formalmente pelo supervisor do trabalho, podendo ser ajustado, também mediante a anuência do supervisor, em decorrência de novas informações e conhecimentos adquiridos no decorrer da auditoria.

4.3.4Procedimentos de auditoria

Procedimento de auditoria é um conjunto de exames, previstos no programa de trabalho, com a finalidade de obter evidências suficientes, confiáveis, fidedignas, relevantes e úteis, que permitam responder a uma questão de auditoria definida na fase de planejamento do trabalho.

A escolha dos procedimentos a serem utilizados para o alcance dos objetivos de auditoria é feita durante a fase de planejamento. Para tanto, devem ser levados em consideração:

a)a extensão, a época e a natureza dos procedimentos;

b)a capacidade que o procedimento detém de contribuir para o alcance dos objetivos da auditoria;

c)a relação custo x benefício de realização dos procedimentos.

4.3.4.1Extensão e profundidade

Cabe ao auditor interno governamental determinar, de acordo com cada caso específico, a extensão e a profundidade de operações a serem examinadas. Para tanto, deve se basear:

a)na complexidade e no volume das operações;

b)na natureza do item em exame;

c)nos principais riscos e na avaliação preliminar dos controles a eles relacionados;

d)no grau de segurança e no tipo de evidência que pretende obter, a fim de fundamentar sua opinião.

É necessário também que o auditor verifique se há necessidade de que todos os itens componentes do universo sob análise sejam revisados de acordo com a mesma extensão e profundidade.

4.3.4.2Época

A época diz respeito ao período apropriado para a aplicação dos procedimentos de auditoria. O benefício proporcionado pela utilização de determinado procedimento será maior ou menor em decorrência de o momento de sua aplicação ser oportuno ou não.

4.3.4.3Natureza

Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, a natureza do procedimento de auditoria se refere à sua finalidade e ao seu tipo.

De acordo com a finalidade, tem-se: testes de controle e procedimentos substantivos, sendo que, estes últimos, por sua vez, se subdividem em testes de detalhes e procedimentos analíticos substantivos.

De acordo com o tipo, tem-se: inspeção, confirmação externa, recálculo, observação, indagação, procedimentos analíticos, reexecução, entre outros. Os procedimentos classificados por "tipo" são também conhecidos como "técnicas de auditoria".

4.3.4.4Testes de Controle

Os testes de controle são aqueles que avaliam o desenho e a efetividade operacional dos controles, ou seja, se os controles realmente impedem ou revelam a ocorrência de falhas nas atividades controladas e se eles estão funcionando da forma estabelecida. Visam a verificar se as atividades de controle:

a)foram formalizadas (se isto for uma condição necessária), por meio de políticas e de manuais, por exemplo;

b)encontram-se atualizadas;

c)são frequentemente divulgadas e reforçadas junto aos responsáveis pela sua operacionalização;

d)são pertinentes, frente à magnitude dos respectivos riscos avaliados;

e)foram e continuam sendo efetivamente observadas e aplicadas de maneira uniforme.

As técnicas geralmente usadas para testar o desenho dos controles e obter evidência de auditoria suficiente sobre sua adequação são observação, indagação, análise documental ou uma combinação delas, teste de reexecução de controle, entre outras.

Ao planejar e executar testes de controle, o auditor interno governamental deve:

a)executar procedimentos para obter evidência de auditoria sobre a efetividade operacional dos controles, incluindo:

- o modo como os controles foram aplicados ao longo do período;
- a consistência dos controles;
- por quem ou por quais meios eles foram aplicados.

b)determinar se os controles a serem testados dependem de outros controles (controles indiretos) e, caso afirmativo, se é necessário obter evidência de auditoria que suporte a operação efetiva desses controles indiretos.

4.3.4.5Procedimentos substantivos

Os procedimentos substantivos têm como finalidade verificar a suficiência, a exatidão e a validade dos dados obtidos. São empregados pelo auditor quando é necessário obter evidências suficientes e convincentes sobre as transações, que lhe proporcionem fundamentação para a sua opinião acerca de determinados fatos.

Os procedimentos substantivos subdividem-se em:

a)testes de detalhes (também denominados testes de transações e saldos): se referem ao exame de registros contábeis e das operações/documentos que lhes deram origem, bem como a conformidade dos atos administrativos;

b)procedimentos analíticos substantivos (também denominados revisões analíticas): envolvem a utilização de comparações para avaliar adequação - comparando, por exemplo, o saldo de uma conta com dados não financeiros a ela relacionados.

São exemplos de procedimentos substantivos: observar contagem física de estoque, comparar estoques com catálogo atual de vendas, examinar faturas (de fornecedores) pagas, entre outros.

Os procedimentos substantivos são de fundamental importância na complementação dos testes de controle, considerando que é a partir dos primeiros que o auditor tem condições de constatar a fidedignidade das operações e registros produzidos pela Unidade Auditada.

4.3.4.6Técnicas de Auditoria

Conforme disposto na IN SFC nº 3, de 2017, os auditores internos governamentais devem reunir, em conjunto, qualificação e conhecimentos necessários para o trabalho, devendo possuir conhecimentos adequados sobre as técnicas de auditoria.

É fundamental observar a finalidade específica de cada técnica, de modo a evitar a aplicação de técnicas inadequadas, a execução de exames desnecessários e o desperdício de recursos humanos e de tempo. O auditor também deve estar atento ao fato de que as técnicas de auditoria não são excludentes, mas complementares.

Várias são as técnicas de auditoria que podem ser utilizadas na execução dos trabalhos. Este Manual não tem por objetivo apresentar todas as técnicas existentes, mas sim aquelas mais comumente utilizadas nos trabalhos de auditoria.

4.3.4.6.1Inspeção

A inspeção consiste na verificação de registros, de documentos ou de ativos, que proporcionará ao auditor interno governamental a formação de opinião quanto à existência física do objeto ou do item examinado. Por meio da inspeção física, o auditor deve: verificar, através do exame visual, o item específico a ser examinado; comprovar que ele realmente existe; avaliar se o item sob exame é fidedigno; apurar a quantidade real existente fisicamente; realizar exame visual ou providenciar exame laboratorial a fim de averiguar se o objeto examinado é o que deveria ser e se permanece em perfeitas condições de uso.

Na inspeção física, a evidência é coletada sobre bens tangíveis. Além de ser utilizada para confirmar se um item existe ou está onde deveria estar, essa técnica pode ser utilizada também para verificar os atributos de um objeto, como, por exemplo: o estado de conservação de um bem, o prazo de validade de produtos e os tipos de materiais utilizados. A inspeção física, portanto, não existe por si só. Ela é uma técnica complementar que ajuda o auditor a se certificar de que há uma verdadeira correspondência entre a realidade e os registros da Unidade Auditada e de que os registros estão corretos e seus valores adequados, em função da quantidade e da qualidade do item examinado.

4.3.4.6.2 Observação

A observação pode ser bastante útil em quase todas as fases da atividade de auditoria. Consiste no exame de processo ou de procedimento executado por outros, normalmente empregados/servidores da Unidade Auditada, com a finalidade de averiguar se o item sob exame opera em conformidade com os padrões (critérios) definidos.

Essa técnica requer do auditor:

a)capacidade de julgamento e de constatação visual;

b)conhecimento especializado;

c)habilidade para perceber eventuais comportamentos e procedimentos destoantes do padrão de execução.

Essa técnica requer ainda percepção aguçada para notar as nuances que podem ocorrer no ambiente devido à presença do auditor, tendo em vista ser natural que, quando observado, o indivíduo aja de maneira mais aprovável/adequada do que nas situações em que se encontra mais descontraído. No caso de uma observação dos controles internos de um órgão/entidade, por exemplo, para cujo exame essa técnica costuma ser bastante útil, é possível que os executores da atividade que esteja sendo observada realizem-na de forma mais correta ou mais cuidadosa do que o fariam no seu cotidiano. Essa situação, juntamente com o fato de a observação ser limitada no tempo, representa fragilidades na evidência a ser obtida, motivo pelo qual as provas coletadas por esse meio devem ser corroboradas por outras fontes.

Os elementos da observação são:

a)identificação da atividade específica a ser observada;

b)observação da sua execução;

c)comparação do comportamento observado com os padrões;

d)avaliação e conclusão.

A observação não deve ser confundida com a inspeção física. O auditor pode, por exemplo, observar a forma como empregados/servidores da Unidade Auditada realizam a contagem anual de estoques. Nesse caso, estará realizando uma observação, cujo objeto são pessoas, procedimentos e processos. O auditor também pode, entretanto, examinar certos itens em estoque, para fazer sua própria avaliação da condição em que eles se encontram. Nesse caso, estará realizando uma inspeção.

4.3.4.6.3Análise Documental

A análise documental visa à comprovação das transações que, por exigências legais, comerciais ou de controle, são evidenciadas por documentos, a exemplo de faturas, notas fiscais, certidões, portarias, declarações etc. Tem como finalidade a verificação da legitimidade do documento, mas também da transação.

Essa técnica envolve o exame de dois tipos de documentos: internos, produzidos pela própria Unidade Auditada, e externos, produzidos por terceiros.

É necessário que o auditor interno governamental, ao examinar tais documentos, verifique:

a)se a documentação é fidedigna e merece confiabilidade (autenticidade);

b)se a transação se refere à operação normalmente executada naquele contexto e se está de acordo com os objetivos e normativos da Unidade Auditada (normalidade);

c)se a operação e os documentos examinados foram aprovados por pessoa autorizada (aprovação);

d)se os registros foram preenchidos corretamente (datas, destinatários...) e, nos casos de documentos oficiais, se existe o registro em órgão competente (oficialidade).

A análise documental fornece evidência de auditoria com graus de confiabilidade variáveis, que dependem da natureza e da fonte dos registros e, no caso de registros internos, da eficácia dos controles internos.

4.3.4.6.4 Confirmação externa (Circularização)

A confirmação externa, ou circularização, é a técnica utilizada para a obtenção de declaração formal e independente de partes externas (pessoas, empresas, órgãos fiscalizadores etc.) a respeito de fatos ligados às operações da Unidade Auditada. Serve também para a verificação, junto a fontes externas à Unidade Auditada, da fidedignidade das informações obtidas internamente.

Apesar de ser frequentemente relevante no tratamento de afirmações relacionadas a saldos contábeis e seus elementos, essa técnica não se restringe a este assunto. O auditor pode, por exemplo, solicitar confirmação de termos de contratos ou transações da Unidade Auditada com terceiros ou pode questionar se foram realizadas quaisquer modificações no contrato e, em caso afirmativo, quais são os detalhes relevantes.

A evidência de auditoria obtida pelo auditor como resposta de terceiro (a parte que confirma) deve se apresentar na forma escrita (impressa, eletrônica ou em outra mídia). A depender das circunstâncias, pode ser mais confiável do que a evidência gerada internamente pela Unidade Auditada, haja vista provir de fonte independente.

4.3.4.6.5Indagação

A indagação escrita ou oral (entrevista) consiste na formulação de perguntas com a finalidade de obter informações, dados e explicações que contribuam efetivamente para o alcance dos objetivos do trabalho de auditoria. Normalmente é utilizada para obter informações complementares ou para compreender fatos que não puderam ser esclarecidos por meio de outras técnicas de auditoria. Pode ser utilizada interna ou externamente à Unidade Auditada.

Embora ambas indagações sejam bastante úteis no contexto da auditoria, a entrevista pode ser considerada mais adequada para as situações em que há muitos aspectos a serem esclarecidos, porque facilita e agiliza o fluxo de informações.

Existem diferentes tipos de entrevista:

a)livre ou não estruturada: realizada sem roteiro prévio ou com roteiro simplificado (contendo os principais pontos de interesse da equipe, mas permitindo que sejam formuladas outras questões no momento). Nesse tipo de entrevista, deve ser dada ao entrevistado a liberdade de desenvolver o assunto. Geralmente, é usada em estudos exploratórios;

b)semiestruturada: realizada mediante um roteiro previamente estabelecido; normalmente traz perguntas fechadas e algumas abertas;

c)estruturada: baseada em roteiro fixo, com perguntas bem definidas.

Para obter êxito na realização da indagação oral, o auditor deve realizar um planejamento. Nessa etapa, ele deverá:

a)obter o conhecimento sobre a Unidade Auditada, sobre a área a ser examinada e também sobre a técnica a ser utilizada;

b)listar as informações a serem obtidas;

c)construir um roteiro de entrevista com questões objetivas organizadas por ordem de importância;

d)selecionar o entrevistado (é interessante levantar informações sobre o entrevistado e a relação que ele tem com o assunto);

e)definir o número de entrevistados, se for mais de um;

f)marcar a hora e o local da entrevista com antecedência.

O resultado da indagação pode ser influenciado por fatores relacionados à qualidade pessoal e profissional do auditor, dessa forma é preciso que o entrevistador:

a)seja educado, prestativo, discreto e objetivo;

b)tenha boa comunicação verbal, disposição para ouvir, empatia no momento da realização da entrevista, além de atitude compreensiva e neutra, ou seja, não deve emitir opiniões (contrárias ou a favor) acerca das colocações do entrevistado;

c)esteja atento a informações que possam ser subentendidas;

d)apresente comportamento adequado na busca de informações, não estimulando debates/situações polêmicas que possam desviar o foco da entrevista e dificultar a cooperação do entrevistado;

e)evite: tom acusatório; declarações não sustentadas por evidências ou que façam o entrevistado se sentir coagido; questionamentos desnecessários, não relacionados com o objeto da auditoria ou ainda o uso excessivo de termos técnicos.

Para a realização adequada da entrevista, o auditor interno governamental precisa também observar os seguintes passos:

a) caso pretenda que a entrevista seja gravada, perguntar ao entrevistado se ele concorda com a gravação antes de iniciar a entrevista;

b)cuidar para que o número de entrevistadores seja de, no mínimo, dois, de modo que um possa efetuar anotações, enquanto o outro realiza as perguntas, sobretudo se a entrevista não for gravada, e também para que se resguarde a segurança dos auditores;

c)buscar local adequado em que não haja interrupções, barulhos, distrações;

d)explicar o objetivo da entrevista;

e)após formalizar o resultado da entrevista (reduzido a termo), submetê-lo formalmente ao entrevistado para fins de ratificação, estabelecendo-se um prazo para resposta (o encaminhamento pode ser realizado por e-mail).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Encerrada a entrevista, as informações obtidas devem ter a sua veracidade avaliada. É possível que as respostas forneçam informações divergentes das que o auditor obteve por outros meios, o que poderá tornar necessárias a modificação de procedimentos de auditoria ou a execução de outros não previstos inicialmente.

Ainda que não haja divergências, é necessário que o auditor execute outros procedimentos, com a finalidade de obter evidência que ratifique aquelas alcançadas por meio da entrevista. Isso se deve ao fato de as informações obtidas por meio das indagações orais não serem consideradas suficientemente objetivas ou imparciais, inclusive porque, na maioria das vezes, se originam de empregados/servidores da Unidade Auditada, não de fonte independente.

4.3.4.6.6Recálculo

A conferência de cálculos, também chamada de recálculo, é uma técnica simples, porém bastante completa. É amplamente utilizada, tendo em vista que grande parte das operações das Unidades Auditadas envolvem valores, números, quantidades e estão sujeitas, portanto, a erro ou a fraude.

Essa técnica consiste na verificação da exatidão matemática de cálculos efetuados pela própria Unidade Auditada ou por terceiros. Pode ser realizada de forma manual ou eletrônica.

O auditor deve estar atento ao fato de que a conferência dos cálculos prova apenas a exatidão matemática das operações; para determinar a validade dos algarismos que compõem as bases examinadas, são necessários outros tipos de testes.

4.3.4.6.7 Procedimentos analíticos

Conforme estabelece a NBC TA 520, os procedimentos analíticos consistem em "avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Procedimentos analíticos compreendem, também, o exame necessário de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem significativamente dos valores esperados".

Os procedimentos analíticos, portanto, constituem uma técnica por meio da qual o auditor avalia informações contábeis (montantes financeiros, quantidades físicas, índices ou percentuais) mediante comparação com parâmetros ou expectativas identificados ou desenvolvidos pelo auditor. Para tanto, poderá utilizar-se de métodos simples a técnicas estatísticas avançadas.

Uma de suas premissas é que as relações entre as informações existem e tendem a se manter, a menos que ocorram situações que provoquem alguma alteração. Podem ser citados como exemplos dessas situações: "transações ou eventos não usuais ou não recorrentes; alterações contábeis, organizacionais, operacionais, ambientais e tecnológicas; ineficiências; ineficácias; erros; fraude; ou atos ilegais."

Os procedimentos analíticos contribuem para a identificação de:

a)diferenças inesperadas;

b)ausência de diferenças quando esperadas;

c)erros em potencial;

d)possíveis fraudes ou atos ilícitos;

e)outras transações ou eventos incomuns ou não recorrentes.

São exemplos de procedimentos analíticos:

a)a comparação de informações do período corrente com as expectativas baseadas nas informações de períodos anteriores;

b)o estudo das relações entre informações financeiras e não financeiras (por exemplo: gastos registrados com a folha de pagamento comparados com alterações na média de número de funcionários);

c)a comparação de determinada informação com expectativas baseadas em informação similar de outra unidade organizacional.

Ao se utilizar dessa técnica, é necessário que o auditor avalie a confiabilidade dos dados que lhe estão servindo como base para estabelecer os parâmetros. Para tanto, deve estar atento:

a)à fonte dos dados;

b)à possibilidade de comparar esses dados com outros oriundos de outras fontes;

c)à natureza e à relevância das informações disponíveis;

d)à existência e à confiabilidade de controles sobre a elaboração dos dados.

Ao identificar relações inconsistentes entre os dados analisados e os parâmetros estabelecidos, o auditor deverá executar outros procedimentos, como a indagação, por exemplo, a fim de obter as evidências necessárias para a emissão da sua opinião sobre o objeto auditado.

4.3.4.6.8Reexecução

Conforme definição constante da NBC TA 500, "a reexecução envolve a execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da Unidade Auditada."

De acordo com essa técnica, o auditor executa novamente procedimentos, cálculos, atividades de controle, a fim de testar os sistemas, processos e controles internos, confirmando, assim, a veracidade, a correção e a legitimidade dos atos/fatos registrados. De forma diversa da observação, em que o empregado/servidor da Unidade Auditada realiza os procedimentos e é observado pelo auditor, aqui o auditor executa os procedimentos e colhe diretamente informações acerca da sua adequabilidade, e da legitimidade e veracidade dos dados.

4.3.4.6.9Rastreamento e Vouching

Ambas as técnicas se aplicam mais notadamente às auditorias financeiras, mas a lógica que as preside pode ser útil para realizar todos os outros tipos de auditoria.

Consistem basicamente em verificar a correspondência entre lançamentos contábeis e a documentação que lhe serve de base. São executadas, entretanto, em sentido oposto: no rastreamento, o auditor primeiramente seleciona documentos que representam transações e, posteriormente verifica se aquelas transações foram de fato registradas no sistema contábil; no vouching, o auditor seleciona primeiramente as transações e, em seguida, verifica se existe de fato a documentação que lhe serve de base e, por conseguinte, se aquela transação de fato ocorreu.

A primeira ajuda a detectar quantias lançadas a menor nos registros contábeis e, consequentemente, permite que o auditor obtenha evidências relacionadas com afirmações de integridade. A segunda possibilita a detecção de lançamentos a maior nos registros contábeis e, por conseguinte, a obtenção de evidências sobre afirmações de existência ou ocorrência.

4.3.4.6.10Benchmarking

Embora não se trate originalmente de uma técnica de auditoria, o benchmarking é bastante útil para a avaliação de desempenho e até para a avaliação de risco das Unidades Auditadas.

A técnica consiste basicamente em comparar algum aspecto do desempenho de uma organização com o de outra organização, ou mesmo com outra área da própria organização, cujo desempenho positivo possa ser considerado uma referência. Para tanto, é necessário analisar o desempenho das unidades comparadas quantitativa e qualitativamente e medir a diferença entre o desempenho de uma de outra. Em seguida, é preciso identificar as principais ações que contribuem para a diferença de desempenho, que, normalmente, consistem em boas práticas de gestão e, na sequência, as oportunidades de melhoria.

A literatura especializada apresenta 4 tipos de benchmarking:

a)benchmarking competitivo: estuda uma outra organização do mesmo setor a que pertence a unidade cujos processos pretende-se aperfeiçoar;

b)benchmarking de processo (função): o foco da comparação não é a organização em si, mas processos desenvolvidos por ela; portanto, o benchmarking não é realizado necessariamente com uma organização do mesmo setor; mas sim com aquela em que haja processo(s) semelhante(s). Um bom exemplo seria: gestão de recursos humanos;

c)benchmarking estratégico: tem como finalidade não um processo específico, mas sim a busca de estratégias competitivas de sucesso;

d)benchmarking interno: consiste na identificação e na aplicação das melhores práticas de uma área da organização em outras áreas da mesma organização.

4.3.4.6.11Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador

As Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador (TAAC) estão situadas no contexto das Técnicas de Auditoria Baseadas em Tecnologia (TABC) conceituadas como sendo quaisquer ferramentas automatizadas de auditoria, como softwares gerais de auditoria, geradores de dados de teste, programas computadorizados de auditoria e utilitários de auditoria especializada. Essas técnicas envolvem a realização de análises de dados com uso de tecnologia para apoiar a avaliação de controles.

As TAAC podem melhorar significativamente a eficácia e eficiência da auditoria durante as fases de planejamento, execução, relatoria e acompanhamento das recomendações. As TAAC permitem aos auditores investigar dados e informações de forma interativa e reagir imediatamente aos resultados, modificando e aprimorando a abordagem de auditoria inicial. Os principais benefícios de sua aplicação são:

a)o aprimoramento do planejamento e do gerenciamento das auditorias;

b)realização de análises mais robustas sobre bases de dados;

c)a ampliação da cobertura dos testes de auditoria (possibilitam a análise de grandes volumes de dados);

d)a ampliação da cobertura das amostras, ou seja, possibilitam que dados de toda a população sejam analisados, o que diminui o risco de emissão de opinião equivocada pelo auditor;

e)mais robustez e assertividade na execução de testes substantivos e de controle;

f)diminuição da necessidade de realização de testes manuais;

g)simplificação ou automatização do processo de análise de dados;

h)aumento da efetividade dos procedimentos de auditoria.

Quando os dados processados com a utilização de TAAC forem usados como evidência de auditoria, em regra, deverão passar por exames de confiabilidade. Esses exames podem envolver a avaliação sobre a consistência dos controles existentes na organização para a manutenção da integridade e da segurança das informações utilizadas.

No exercício do zelo profissional devido, os auditores internos governamentais devem considerar a utilização de auditoria baseada em tecnologia e outras técnicas de análise de dados para cumprirem os objetivos estabelecidos para a auditoria. Nesse sentido, demanda-se que estejam devidamente capacitados a aplicar as principais técnicas de auditoria baseadas em tecnologia disponíveis para a execução dos trabalhos a eles designados.

As ferramentas de TAAC podem ser classificadas da seguinte forma:

a)generalistas: são softwares utilizados para processar, simular, analisar amostras, gerar dados estatísticos, sumarizar, apontar duplicidade e outras funções que o auditor desejar;

b)especializadas: são softwares desenvolvidos para executar tarefas específicas e especializadas em uma circunstância definida. Podem, inclusive, ser desenvolvidos pelo auditor;

c)de utilidade geral: são aqueles softwares que não foram desenvolvidos especificamente para auditoria, mas auxiliam no processo, como planilhas eletrônicas, software de gerenciamento de banco de dados, ferramentas de Business Intelligence, software estatístico, etc.

4.3.4.7Amostragem

A amostragem é uma técnica que consiste na obtenção de informações a respeito de uma população a partir da investigação de apenas uma parte da mesma. O objetivo da utilização de amostragem é obter informações sobre uma parte da população e fazer afirmações válidas a respeito de suas características. É bastante útil em situações onde a execução do censo é inviável ou antieconômica e a informação obtida da amostra é suficiente para atender aos objetivos pretendidos.

Para facilitar o entendimento sobre o tema é necessário a compreensão do conceito de população. População é entendida como um conjunto de todos os elementos sob investigação. Segundo Cohran:

[]...a população a ser amostrada deve coincidir com a população sobre a qual se deseja a informação (população alvo). Às vezes, por razões de praticabilidade ou conveniência, a população amostrada é mais restrita que a população alvo. Caso isso aconteça essa restrição deve ser mencionada nas conclusões dos resultados.

Não se deve confundir a população-alvo com a população referenciada nem com a população realmente amostrada (ou de pesquisa). Entende-se por população-alvo aquela para qual se gostaria de obter a informação. E por população referenciada aquela cuja definição foi baseada num sistema de referência (cadastro) e não necessariamente é a mesma da população-alvo. Já a população de pesquisa ou amostrada é aquela que será realmente coberta pela pesquisa, que pode conter unidades não previstas, ou ainda não incluir unidades que, apesar de previstas, foram perdidas.

Amostragem em auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de uma população relevante para fins de auditoria, de forma que todos os itens da população tenham chance de serem selecionados .

O objetivo do auditor, ao usar amostragem em trabalhos de auditoria, é obter uma base razoável dentro dos critérios e objetivos estabelecidos em cada tipo de amostragem, para concluir sobre a população (população de pesquisa) da qual a amostra foi selecionada. Para cumprir seus objetivos é importante que a amostra seja representativa em relação a população da qual foi selecionada, ou seja, para fins de conclusão ela deve ser aproximadamente uma réplica em pequena escala da população, permitindo mensuração do erro que se está cometendo ao não examinar toda a população.

A medida do erro pode ser expressa por meio do risco de amostragem, que é o risco de que a conclusão baseada na amostra seja inadequada, ou seja, diferente da conclusão obtida se o procedimento fosse aplicado em toda a população. Ele pode ser de dois tipos:

a)concluir que a população está adequada, sob determinado critério, quando na realidade ela está inadequada;

b)concluir que a população está inadequada, sob determinado critério, quando na realidade ela está adequada.

O risco de amostragem, como parte do risco de auditoria, deve ser administrado e reduzido a níveis aceitavelmente baixos, em conformidade com o nível de asseguração necessário para a auditoria.

O risco de amostragem é influenciado pelo plano amostral utilizado e pelo tamanho da amostra, de forma que para um mesmo plano amostral, em geral, quanto maior for o tamanho da amostra menor o risco de amostragem.

Pode-se definir os tipos de amostragem segundo suas características gerais e aplicabilidade em auditoria:

a)amostragem probabilística: a seleção é feita por sorteio aleatório, é utilizada a teoria das probabilidades para calcular os resultados das amostras, e da mesma forma é calculado o risco de amostragem. Os resultados da amostra podem ser generalizados para toda a população e em geral a probabilidade de seleção dos itens é conhecida;

b)amostragem não-probabilística: pode ser definida como qualquer amostragem que não possui as características da amostragem probabilística, em geral podemos dizer que: a seleção é feita por critérios subjetivos e o risco de amostragem não é calculado de forma objetiva. Os resultados da amostra não podem ser generalizados para toda a população e a probabilidade de seleção dos itens não é conhecida.

A escolha do tipo de amostragem é determinada pela finalidade do procedimento de auditoria, devendo ser considerado também o dever de fornecer informação baseada em evidência suficiente e apropriada, e a necessidade de reduzir ou administrar o risco de chegar a conclusões inapropriadas. Desse modo, pode-se situar os tipos de amostragem segundo sua adequação:

a)a amostragem probabilística deve ser utilizada quando a finalidade do procedimento de auditoria é obter evidências, informações, conclusões, avaliações ou recomendações sobre a população por meio da generalização dos resultados da amostra;

b)a amostragem não-probabilística não pode ser utilizada em procedimentos cuja finalidade é obter evidências, informações, conclusões, avaliações ou recomendações sobre a população por meio de generalizações do resultado da amostra. A amostra não- probabilística pode ser utilizada quando a finalidade do procedimento de auditoria é obter informações, conclusões, avaliações ou recomendações que se aplicam somente aos itens selecionados na amostra.

Em geral, o uso da amostragem probabilística é sempre recomendável, enquanto que a amostragem não-probabilística tem aplicabilidade restrita a análises pontuais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Na definição de uma amostra devem ser consideradas as características da população e ser determinado um tamanho de amostra que torne o risco de amostragem baixo o suficiente para atingimento dos objetivos. Em trabalhos com diferentes objetos e procedimentos, há necessidade de definir a estratégia amostral e o tamanho de amostra adequado para cada caso. Sendo assim a amostragem em auditoria deve ser planejada e executada visando ao efetivo cumprimento dos objetivos de cada trabalho, considerando suas especificidades. Devido às particularidades técnicas que envolvem a amostragem o auditor deve dispor dos recursos e conhecimentos técnicos necessários para a escolha da estratégia adequada, sempre observando o princípio do zelo profissional e da proficiência.

Os resultados da amostra devem ser calculados em conformidade com a estratégia amostral utilizada. Na divulgação dos resultados da amostra deve-se informar se é possível generalizar os resultados para toda a população, ou seja, dizer que os resultados são generalizáveis implica que a amostra é probabilística, e também explicitar o risco de amostragem considerado. Em amostras probabilísticas o risco é expresso em termos da precisão das estimativas, intervalos de confiança e inferências.

Devem estar adequadamente documentadas, inclusive nos papéis de trabalho, as informações suficientemente detalhadas sobre todas as etapas relativas ao processo de amostragem: questionário/checklist, descrição da população, descrição do plano amostral, processo e critérios de seleção da amostra, amostra efetivamente coletada, crítica de dados, identificação e tratamento de não-resposta e metodologia de cálculo dos resultados; para fins de transparência, consulta, respaldo e comprovação das conclusões do trabalho do auditor e viabilizar o trabalho de revisão.

4.3.5Alocação da equipe de auditoria

Ao final da etapa de planejamento, o supervisor do trabalho deve reavaliar se as estimativas iniciais de recursos, custos e prazo para realização da auditoria estão compatíveis com as atividades a serem realizadas.

Ainda, deve verificar se a equipe inicialmente designada dispõe da proficiência necessária para a realização do trabalho. Caso negativo, deve proceder a ajustes, de modo que a equipe executora do trabalho disponha do conhecimento, das habilidades e de outras competências necessárias à sua realização.

Se houver alterações, é necessário, ainda, que as respectivas informações sejam atualizadas nos papéis de trabalho de planejamento

5EXECUÇÃO DO TRABALHO DE AUDITORIA

A transição entre a fase de planejamento e a de execução é discreta, posto que ambas envolvem algum grau de análise e de avaliação de dados e informações. A avaliação do objeto de auditoria se inicia na fase de planejamento, em que são realizadas análises preliminares e já é possível a realização de testes de auditoria, os quais se estendem até a conclusão da fase de execução.

Contudo, a fase de execução pode ser definida como o principal momento em que serão realizados testes, por meio da ampla utilização de técnicas, de coleta e de análise de dados para fins de elaboração dos achados de auditoria. Os achados, que deverão estar devidamente fundamentados nas evidências, possibilitarão a emissão de opinião por parte da UAIG sobre o objeto auditado, atendendo aos objetivos estabelecidos inicialmente para o trabalho de auditoria.

Nesse momento, dependendo das técnicas de auditoria definidas na etapa de planejamento, haverá uma maior atuação da equipe in loco, ou seja, nas dependências da Unidade Auditada. Parte daí a referência comumente atribuída a essa etapa como "trabalhos de campo", também chamada de "fase de condução da auditoria" ou de "execução do trabalho de auditoria", para cujo sucesso é fundamental a boa comunicação entre auditores e auditados.

Tal como nas demais fases da auditoria, as atividades realizadas nesta etapa devem ser devidamente documentadas por meio de papéis de trabalho.

5.1comunicação com a unidade auditada durante a execução

O estabelecimento de uma comunicação eficaz com a Unidade Auditada durante todo o processo de auditoria é fundamental para o bom desenvolvimento dos trabalhos. Com o estabelecimento de uma boa comunicação, a equipe de auditoria pode melhorar a compreensão sobre o objeto auditado, o acesso a fontes de informação, a dados e a esclarecimentos advindos da Unidade Auditada sobre os achados ou sobre quaisquer aspectos que possam ter influência sobre a opinião da UAIG.

É imprescindível, portanto, que os auditores internos governamentais mantenham boas relações profissionais com todas as partes envolvidas no processo de auditoria, promovam um fluxo de informações livre e aberto, respeitando os requisitos de confidencialidade, e conduzam discussões em um ambiente de mútuo respeito e compreensão do papel e das responsabilidades das partes envolvidas.

O supervisor e a equipe de auditoria devem estabelecer canais de comunicação diretos com os responsáveis pela Unidade Auditada e se comunicar com estes a respeito da dinâmica, do objetivo e do alcance do trabalho; do período planejado para sua realização; da importância de serem disponibilizados tempestivamente informações e documentos; dos achados; de riscos imediatos e significativos identificados pela equipe e de outros assuntos necessários ao andamento do trabalho.

Eventuais dificuldades encontradas pela equipe e que se constituam em limitações de acesso a informações necessárias à realização do trabalho, devem ser comunicadas pelo supervisor, ou pelo responsável pela UAIG, de imediato e formalmente, à alta administração ou ao conselho, se houver, com solicitação da adoção das providências necessárias à continuidade dos trabalhos de auditoria.

Em geral, a comunicação da equipe com a Unidade Auditada ocorre por escrito, tanto para solicitar, quanto para enviar informações. Não obstante, para maior compreensão entre as partes, é importante que sejam realizadas reuniões com os responsáveis pela Unidade Auditada, de modo a facilitar o entendimento quanto ao trabalho e aos seus respectivos resultados.

Nesta seção, serão apresentadas, em detalhes, as seguintes formas de comunicação com a Unidade Auditada durante os trabalhos de auditoria:

a)Documento de formalização dos trabalhos e apresentação das diretrizes;

b)Reunião de abertura;

c)Documento de apresentação da equipe, dos objetivos e do escopo;

d)Solicitação de Auditoria (SA);

e)Nota de Auditoria (NA);

f)Reunião para apresentação dos achados e discussão das possíveis soluções.

Cabe esclarecer, no entanto, que tais formas de comunicação constituem exemplos, ou seja, não excluem outros tipos de documentos ou reuniões que, eventualmente, determinada UAIG já tenha implementado em seus processos de trabalho.

Os referidos documentos e a sua forma de encaminhamento devem seguir as regras de comunicação oficial adotadas pela organização à qual a UAIG pertence. Essas mesmas regras devem ser observadas em relação à competência para a assinatura dos documentos.

Também não devem ser consideradas excluídas as interlocuções presenciais da equipe de auditoria com a Unidade Auditada em função da aplicação das técnicas previstas nos testes, tais como entrevistas e observação direta.

5.1.1Documento de formalização dos trabalhos e apresentação das diretrizes

Tendo em vista o respeito e a colaboração que devem prevalecer na relação entre a UAIG e a Unidade Auditada, é considerada uma boa prática a UAIG encaminhar documento formal à alta administração da Unidade Auditada informando-a sobre as diretrizes do trabalho que será realizado, assim que essas diretrizes forem definidas. Cabe ao supervisor dos trabalhos determinar quando essa comunicação será encaminhada: se antes ou após a etapa de planejamento da auditoria. É necessário, contudo, que esse documento seja enviado antes de serem realizados levantamentos ou aplicados testes de auditoria pela equipe.

5.1.2Reunião de abertura

Essa reunião tem por finalidade comunicar aos representantes da Unidade Auditada que o trabalho de auditoria foi iniciado, bem como apresentar as principais informações acerca da sua execução.

A reunião deve contar, sempre que possível, com a participação do dirigente máximo da Unidade Auditada, e ser conduzida pelo supervisor da auditoria, podendo haver delegação desta atribuição.

Como pauta mínima para a reunião de abertura, sugere-se:

a)comunicação do tipo de auditoria e do objetivo geral do trabalho;

b)apresentação do cronograma, incluindo prazos previstos para trabalho de campo, relatoria e datas prováveis das reuniões com a Unidade Auditada;

c)apresentação da equipe de auditoria, inclusive indicando quem exercerá o papel de supervisor e de coordenador de equipe;

d)identificação de representante da Unidade Auditada que possa atuar como interlocutor da equipe de auditoria;

e)definição dos recursos e da estrutura necessários para os trabalhos de campo, tais como disponibilização de espaço físico e de equipamentos, se for o caso;

f)tratativas sobre acesso a instalações físicas, documentos e informações, inclusive quando houver dados sigilosos;

g)exposição da dinâmica da auditoria, se o auditado não tiver familiaridade com esse processo;

h)indicação da forma de comunicação dos resultados;

i)indicação das responsabilidades do auditado;

j)exposição, por parte dos representantes da Unidade Auditada, caso queiram, de possíveis sugestões para o escopo da auditoria ou de quaisquer preocupações ou dúvidas sobre o trabalho.

5.1.3Documento de apresentação da equipe, dos objetivos e do escopo do trabalho

É desejável que, na reunião de abertura, seja entregue ao dirigente máximo da Unidade Auditada documento que comunique formalmente os assuntos a serem tratados. Esse documento deve também apresentar a equipe designada para a realização da auditoria, indicando os responsáveis pela sua coordenação e pela sua supervisão e informar o período total de realização do trabalho, o seu objetivo e o escopo.

Adicionalmente, pode abordar os seguintes aspectos:

a)previsão legal e/ou normativa para a realização do trabalho;

b)necessidade de adoção, por parte da Unidade Auditada, das seguintes medidas:

- disponibilização de recursos e/ou apoio logístico adequado, tais como sala reservada e segura, computadores e acesso à internet, quando necessários;

- disponibilização de senhas de acesso aos sistemas corporativos da Unidade Auditada;

- designação de um interlocutor que possua conhecimento das subunidades da Unidade Auditada.

O Apêndice C disponibiliza um exemplo de documento de apresentação da equipe.

5.1.4Solicitação de Auditoria

Constitui documento utilizado pela UAIG para solicitar à Unidade Auditada a apresentação de documentos, de informações e de esclarecimentos. Pode ser emitido antes, durante e depois do desenvolvimento dos trabalhos de campo.

A Solicitação de Auditoria(SA) deve ser enviada ao dirigente máximo da Unidade Auditada ou a outra autoridade competente, cabendo ao responsável pela UAIG definir, no âmbito da sua unidade, quem terá competência para assiná-la.

Deve ser estabelecido prazo para atendimento das solicitações. Esse prazo deve levar em consideração o volume de informações requeridas, de modo que o tempo seja suficiente para a Unidade Auditada providenciar o solicitado e para que os auditores tenham tempo para realizar posteriormente suas análises. É possível defini-lo em comum acordo com a Unidade Auditada, desde que o cronograma de realização dos trabalhos de auditoria não seja prejudicado.

Além do prazo para atendimento e do conteúdo específico a ser solicitado, algumas informações podem ser inseridas na SA para que as respostas por parte da Unidade Auditada sejam melhor elaboradas e, consequentemente, mais úteis para a auditoria:

a)base normativa e/ou legal que ampara a solicitação de documentos e de informações;

b)definição do formato em que os dados deverão ser encaminhados: se por meio físico (impresso), ou em meio eletrônico (e-mail, CD-ROM, pen-drive, sistema, entre outros);

c)orientações sobre a necessidade de identificação dos responsáveis e da fonte da informação, e sobre a necessidade de que os documentos enviados à equipe de auditoria estejam datados e assinados;

d)necessidade de a Unidade Auditada comunicar à equipe, no prazo estabelecido na SA, as situações em que as informações/documentos solicitados estiverem total ou parcialmente indisponíveis.

Sempre que possível, a equipe de auditoria deve manter contato presencial com os servidores diretamente envolvidos no atendimento à SA emitida para prestar esclarecimentos sobre o seu conteúdo.

Nos casos de não atendimento parcial ou integral da solicitação, a equipe de auditoria poderá adotar algumas das medidas a seguir:

a)reiterar a SA e estabelecer um novo prazo para seu atendimento;

b)solicitar que o supervisor ou o responsável pela UAIG atue na sensibilização dos representantes da Unidade Auditada, especialmente nos casos de atraso no atendimento que possam prejudicar o desenvolvimento dos trabalhos.

Todos os documentos, informações e esclarecimentos encaminhados pela Unidade Auditada e que sejam relevantes para dar suporte às conclusões e aos resultados do trabalho de auditoria devem compor os papéis de trabalho da auditoria, conforme especificado na seção 5.7 deste Manual.

O Apêndice D disponibiliza um exemplo de Solicitação de Auditoria.

5.1.5Nota de Auditoria

É o documento emitido pela UAIG, no decorrer dos exames, nas seguintes situações:

a)identificação de providência a ser adotada imediatamente pela Unidade Auditada, de modo que aguardar a finalização do trabalho para expedir a recomendação necessária poderá resultar em danos aos cidadãos ou à administração pública. Esse registro deverá ser acrescentado posteriormente ao relatório ou a outro documento de comunicação dos resultados dos trabalhos;

b)identificação de falha meramente formal ou de baixa materialidade, que não deva constar no relatório, mas para a qual devam ser adotadas providências para saneamento.

Na situação descrita no item "a", é importante que a Nota de Auditoria (NA) seja destinada ao dirigente máximo da Unidade Auditada, cabendo ao responsável pela UAIG definir, no âmbito da sua unidade, quem terá competência para assiná-la. Já na situação descrita no item "b", a comunicação poderá ser encaminhada à autoridade da área que tem a competência para solucionar a falha apontada.

As situações apresentadas na NA devem observar os requisitos especificados na seção 5.4 deste Manual, relativos aos achados de auditoria, e conter recomendação para prevenir/corrigir a falha evidenciada.

A NA deve conter prazo para atendimento da recomendação, o qual pode ser definido em comum acordo com a Unidade Auditada.

O Apêndice E disponibiliza um exemplo de Nota de Auditoria.

5.1.6Reunião para apresentação dos achados e discussão das possíveis soluções

Durante a fase de execução da auditoria, poderão ocorrer reuniões com a Unidade Auditada para esclarecer pontos específicos relativos ao objeto auditado, assim como para analisar e discutir os achados de auditoria. Também é recomendável que, à medida que a equipe for concluindo os achados, os encaminhe à Unidade Auditada, por meio de solicitações de auditoria, com a finalidade de esclarecer as situações ali descritas. Ambas as iniciativas visam a garantir que toda informação pertinente seja considerada nas análises e nas conclusões obtidas, evitando entendimentos equivocados.

Não obstante a realização dessas interlocuções, a fase final da auditoria requer ao menos uma reunião com os representantes da Unidade Auditada, especialmente aqueles relacionados diretamente ao objeto auditado, em que sejam discutidos os achados que indicarem a existência de falhas relevantes e as possíveis soluções para os problemas detectados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Para que essa oportunidade de interação seja melhor aproveitada, é recomendável que a UAIG encaminhe os achados aos gestores da Unidade Auditada, de forma consolidada, antes da reunião.

Essa reunião deve ser conduzida pelo supervisor do trabalho, podendo haver delegação desta atribuição, e contar, na medida do possível, com a participação de toda a equipe.

Como pauta mínima para a reunião, sugere-se:

a)reporte de situações ocorridas durante o trabalho que podem diminuir a confiabilidade do resultado da auditoria;

b)apresentação e discussão dos achados e dos resultados da auditoria;

c)discussão das recomendações para melhoria, bem como dos respectivos prazos para sua implementação;

d)estabelecimento de prazo para a Unidade Auditada se manifestar formalmente sobre as conclusões da auditoria, caso deseje, principalmente em caso de discordância quanto aos achados ou às possíveis recomendações.

Se novas informações forem obtidas a partir dessa interação e ensejarem a modificação dos achados, deverá haver, após a sua adequação, nova avaliação por parte do supervisor. Em seguida os achados deverão ser novamente apresentados à Unidade Auditada e, se necessário, agendada nova reunião para discussão.

5.2coleta e análise de dados

Nessa fase, a equipe deve utilizar técnicas de coleta e de análise de dados para realizar os testes de auditoria estabelecidos na etapa de planejamento. Esses testes devem estar registrados no programa de trabalho

A partir principalmente da execução das técnicas previstas no planejamento, devem ser obtidas as evidências que sustentam a opinião da UAIG sobre o objeto. A equipe deve estar segura de que, com base nas evidências coletadas, as mesmas conclusões seriam obtidas por terceiros com prudência e conhecimento suficiente. A seção 5.3 apresenta aspectos relacionados à obtenção e às características das evidências.

A equipe deve também avaliar, a cada momento, a necessidade de obter informações adicionais para garantir essa segurança. Caso seja necessário utilizar técnicas não previstas na etapa de planejamento, o programa de trabalho deverá ser alterado após aprovação da instância responsável.

Os resultados dos testes, após serem compreendidos e interpretados pelos auditores, servirão de base para a construção dos achados e, por conseguinte, para responder às questões de auditoria, para a formação de opinião (conclusão) da equipe e para elaboração das recomendações. Portanto, se a coleta e a análise de dados apresentarem falhas, todo o trabalho de auditoria poderá ser comprometido.

5.3evidências

As evidências de auditoria são as informações coletadas, analisadas e avaliadas pelo auditor para apoiar os achados e as conclusões do trabalho de auditoria. Constituem meio de informação ou de prova para fundamentar a opinião da UAIG e, ao mesmo tempo, reduzir o risco de auditoria a um nível aceitável.

Devem estar documentadas em papéis de trabalho e organizadas e referenciadas apropriadamente, conforme procedimentos definidos formalmente pelo responsável pela UAIG.

A qualidade das conclusões e das recomendações da UAIG depende da capacidade da equipe de auditoria de reunir e de avaliar evidências suficientes, confiáveis, fidedignas, relevantes e úteis. Para reunir as evidências que atendam ao objetivo do trabalho, é imprescindível que os auditores internos governamentais tenham adequado conhecimento dos procedimentos de auditoria. Para as avaliar e também para tomar decisões sobre o tipo e a quantidade de evidências a serem obtidas, o auditor deve se basear no ceticismo e no julgamento profissional.

O ceticismo profissional permite ao auditor reconhecer que podem existir circunstâncias que façam com que a informação sobre o objeto de auditoria contenha distorções relevantes. Isso significa que o auditor interno deve fazer uma avaliação crítica acerca da validade da evidência e da existência de qualquer situação que contradiga ou ponha em dúvida a confiabilidade de documentos ou de informações obtidas.

O julgamento profissional permite ao auditor avaliar se as evidências possuem os atributos necessários para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitável. O exercício do julgamento profissional, em qualquer caso, deve estar fundado em fatos e circunstâncias que são conhecidos pelo auditor. Quando houver fatos e circunstâncias conhecidas, bem como evidência de auditoria adequada, o julgamento profissional poderá ser usado para justificar a tomada de decisões sobre os assuntos que sejam relevantes no contexto dos trabalhos.

5.3.1Atributos das evidências

Os atributos das evidências estabelecidos pela IN SFC nº 03, de 2017, são a suficiência, a confiabilidade, a fidedignidade, a relevância e a utilidade. A suficiência é uma medida de quantidade de evidência da auditoria; as demais, são medidas de qualidade (adequação).

A evidência suficiente é aquela concreta, adequada e convincente. Uma evidência suficiente permite que qualquer pessoa prudente e informada chegue às mesmas conclusões que o auditor interno governamental. Esse atributo é afetado pelo risco de auditoria e também pelos demais atributos de qualidade. Quanto maior o risco de auditoria, mais provável será a necessidade de uma quantidade maior de evidências. E quanto melhor for a qualidade, menor a quantidade de evidências necessárias. Não obstante, apenas a obtenção de mais evidências não compensará a má qualidade das provas obtidas.

Informações confiáveis podem ser entendidas como as melhores possíveis de serem obtidas por meio da utilização de técnicas de auditoria apropriadas. Para que sejam confiáveis, as evidências devem ser também fidedignas, ou seja, válidas e representarem de forma precisa os fatos, sem erros ou tendências.

Embora não haja regras rígidas para determinar a confiabilidade das evidências, existem diretrizes gerais que podem ser utilizadas pelos auditores internos governamentais, quais sejam:

a)evidência obtida de terceiros independentes tende a ser mais imparcial do aquela obtida junto à Unidade Auditada;

b)evidência produzida por um processo ou sistema com controles efetivos é mais confiável do que aquela produzida por um processo ou sistema com controles ineficazes;

c)evidência obtida diretamente pelo auditor interno tende a ser mais confiável do que evidência obtida indiretamente;

d)evidência proporcionada por documentos originais é mais confiável do que a evidência proporcionada por fotocópias;

e)evidência corroborada por informações oriundas de outras fontes tende a ser mais confiável do que aquela que é obtida em uma única fonte.

Ao utilizar as diretrizes acima, no entanto, é necessário que os auditores considerem outros aspectos que podem influenciar as evidências, tais como fonte, natureza e circunstâncias em que são obtidas. Em casos de dúvida a respeito da confiabilidade das informações ou indicações de possível fraude, o auditor deve realizar procedimentos adicionais e determinar quais modificações serão necessárias para solucioná-la. É fundamental também que, nesse processo, avaliem a relação custo-benefício.

O atributo da relevância assegura que a evidência esteja diretamente relacionada aos objetivos e ao escopo do trabalho. A avaliação do que seja uma informação relevante é também uma questão de lógica e de julgamento profissional.

A utilidade da informação registrada como evidência relaciona-se com a sua capacidade de auxiliar a Unidade Auditada a atingir os seus objetivos. Ou seja, deve agregar valor e permitir a melhoria das operações organizacionais. Para tanto, ela deverá ser útil para a construção dos achados e para a formação da opinião emitida pelo auditor.

5.3.2Natureza das evidências

Quanto à natureza, as evidências de auditoria podem ser classificadas em legais e de auditoria. São considerados itens de evidência legal:

a)evidência direta: comprova diretamente um fato, sem que seja necessário elaborar suposições;

b)evidência circunstancial: também conhecida como indício, demonstra um fato que pode levar a um outro fato. Não é suficiente para sustentar um achado;

c)evidência conclusiva: constitui sozinha prova absoluta dos fatos e das circunstâncias que informa. É mais difícil de ser obtida, porque envolve altos custos e longos períodos de tempo;

d)evidência corroborativa: serve de suporte para outras evidências, de forma a torná-las mais confiáveis, relevantes e úteis. Deve ser obtida a partir de fontes diferentes das evidências originais, podendo ser internas ou externas ao órgão ou entidade auditada. A evidência que é corroborada é mais adequada do que a evidência não confirmada. Caracteriza-se como uma atitude de ceticismo profissional a ação do auditor interno governamental de obter informações de outras fontes com o objetivo de corroborar as informações obtidas da Unidade Auditada;

As evidências de auditoria podem ser classificadas em física, testemunhal, analítica e documental. Tais classificações, conforme indicado a seguir, estão associadas aos tipos de técnicas de auditoria utilizadas na sua obtenção:

a)as evidências físicas são as obtidas por meio das técnicas de inspeção física ou de observação direta. Constituem exemplos dessas evidências fotografias, vídeos, mapas, gráficos, tabelas e a observação de alguma atividade desenvolvida por servidores/funcionários da Unidade Auditada. Caso uma informação só possa ser obtida por meio da observação direta, deve haver ao menos dois auditores internos para analisá-la;

b)as evidências testemunhais são constituídas por informações prestadas por terceiros, por meio de declarações verbais ou escritas ou, ainda, por informações colhidas por meio de técnica de entrevista ou questionário. Sempre que possível, devem ser corroboradas por outras formas de informação, de modo a torná-las mais convincentes. Os auditores internos devem utilizar o ceticismo profissional em relação a esse tipo de evidência, pois tende a ser não conclusivo e pode ser influenciável por questões de momento e por interesses pessoais;

c)evidência analítica consiste na verificação das inter-relações entre dados. Pode exigir do auditor interno conhecimentos específicos para elaboração e análise das informações. As técnicas de auditoria mais comumente utilizadas para produzir evidências analíticas são a amostragem, as técnicas de auditoria assistidas por computador, a conciliação e a revisão analítica;

d)evidência documental é a mais comum das evidências mencionadas. Pode ser obtida de fontes internas ou externas à organização. São exemplos: relatórios, memorandos, atas, contratos, ofícios e demais documentos que contenham alguma informação comprobatória, tais como notas fiscais, notas de empenho, notas de serviço, termos de contrato. Tais evidências podem estar armazenadas tanto em meio físico, quanto em meio eletrônico.

5.3.3Fontes de informação

As fontes de informação capazes de gerar evidências podem ser internas ou externas à organização auditada

Informações internas são aquelas produzidas no âmbito da organização. Podem ser processadas por uma parte externa ou não. Informações que são produzidas pelo órgão ou entidade e processadas por agentes externos tendem a ser mais confiáveis do que informações puramente internas.

As informações externas são produzidas por organização independente da Unidade Auditada, mas podem ser subsequentemente processadas ou não por esta. As informações processadas posteriormente pela Unidade Auditada, em geral, são consideradas menos confiáveis do que as informações puramente externas, e essas, por sua vez, tendem a ser mais confiáveis do que as produzidas internamente, posto que estão menos expostas a possíveis alterações pelo auditado.

As "informações produzidas por serviços de terceiros" podem ser assim denominadas por não se enquadrarem perfeitamente em nenhum dos critérios citados anteriormente. Se, por um lado, são produzidas externamente à organização, por outro lado, não têm o mesmo grau de confiabilidade que pode ser normalmente atribuído a uma fonte externa.

5.3.4Grau de persuasão das evidências

Considerando-se que as evidências de auditoria são necessárias para sustentar a opinião da UAIG, que não é tão comum o auditor encontrar evidências que sozinhas comprovem as situações apontadas, e que confiar em evidências que transmitem pouco ou nenhum convencimento aumenta consideravelmente o risco de auditoria, o auditor deve estar atento ao grau de persuasão das informações utilizadas.

A persuasão é a capacidade de a informação apoiar o auditor na formulação de achados, de conclusões e de recomendações, de forma a lhe garantir segurança razoável e a convencer o auditado e os demais destinatários do trabalho de que a sua opinião está correta. É possível obter evidências persuasivas adequadas e suficientes se, entre outras ações, a equipe de auditoria construir um planejamento consistente e eficaz.

Nesse sentido, alguns indicativos podem auxiliar os auditores internos governamentais a obterem e registrarem evidências mais persuasivas, quais sejam:

a)o exame físico realizado pelo auditor fornece evidência mais convincente;

b)a observação direta realizada pelo auditor constitui o segundo tipo de técnica mais persuasiva;

c)informações provenientes de terceiros são mais convincentes do que as enviadas pela Unidade Auditada;

d)informações documentais são mais convincentes do que as testemunhais, sendo que essas últimas são as menos persuasivas de todas.

Além disso, são mais convincentes as informações advindas de fontes confiáveis e aquelas que são corroboradas por outras.

O auditor interno governamental, contudo, deve ter em mente que há limites práticos e legais à capacidade de obter evidências de auditoria, tais como situações de fraude; informações coletadas ou fornecidas com problemas de integridade e, até mesmo, a ausência de poderes legais, como o poder de busca e apreensão de documentos e informações. Essas limitações influenciam o grau de persuasão ou de convencimento das evidências.

5.4achados de auditoria (ou observações)

Achado é o resultado da comparação entre um critério preestabelecido pela equipe de auditoria durante a fase de planejamento e a condição real encontrada durante a realização dos exames, comprovada por evidências. Tem como objetivo responder às questões de auditoria levantadas na fase de planejamento. Também pode ser chamado de constatação ou de observação.

Nesse sentido, o achado pode indicar conformidade ou não-conformidade com o critério, bem como registrar oportunidades para melhoria ou boas práticas.

As não-conformidades encontradas na comparação entre o critério e a condição podem envolver impropriedades e irregularidades.

Os achados de auditoria devem ser revisados e aprovados pelo supervisor dos trabalhos antes de serem apresentados à Unidade Auditada. Nesse processo, o supervisor deve se certificar de que estejam devidamente suportados por evidências. É recomendável que sejam realizadas reuniões entre a equipe, o coordenador e o supervisor do trabalho, de modo a facilitar o nivelamento dos entendimentos.

5.4.1Requisitos básicos

Um achado de auditoria deve ser desenvolvido de forma a apresentar uma base sólida à opinião e às propostas de recomendação da equipe de auditoria, atendendo, necessariamente, aos seguintes requisitos básicos:

a)ser relevante para os objetivos dos trabalhos de auditoria;

- aqueles achados não considerados suficientemente relevantes para compor o relatório final devem ser comunicados à Unidade Auditada por meio de outros instrumentos, como a nota de auditoria, por exemplo. Se esses achados não forem capazes de auxiliar no aprimoramento da gestão ou de evitar casos semelhantes no futuro, poderão ser mantidos apenas como papéis de trabalho;

- quando a equipe identificar, no decorrer do trabalho, situações relevantes que não estejam relacionadas aos objetivos definidos na etapa de planejamento, deverá apresentá-las ao supervisor para que ele defina a abordagem a ser adotada. Entre as possíveis alternativas de tratamento, incluem-se, a depender da criticidade, da materialidade e da relevância da situação encontrada, o registro nos papéis de trabalho ou a programação de uma nova auditoria. Nesse último caso, é necessária a aprovação da inclusão no Plano de Auditoria Interna.

b)estar devidamente fundamentado em evidências, as quais devem ser capazes de demonstrar que a situação registrada realmente existe ou existiu;

c)mostrar-se convincente, ou seja, ser consistente em cada um de seus componentes (enunciados na seção 5.4.2), de forma que mesmo um terceiro (prudente e informado) que não tenha participado da auditoria o compreenda e o aceite.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Além dos requisitos aqui descritos, aplicam-se aos achados todas as características esperadas para os relatórios de auditoria apresentadas nas seções 6.2 e 6.3.

5.4.2Componentes

O desenvolvimento dos achados de auditoria deve contemplar quatro componentes principais, quais sejam: critério, condição, causa e efeito.

Critério (o que deveria ser)

É o padrão utilizado para avaliar se o objeto auditado atende, excede ou está aquém do desempenho esperado. É definido na fase de planejamento do trabalho, conforme especificado na seção 4.3.3 deste Manual.

Condição ou Situação Encontrada (o que é)

Situação existente, identificada e documentada durante a fase de execução da auditoria. Pode ser evidenciada de diversas formas, dependendo das técnicas de auditoria empregadas.

Causa

É a razão para a existência de diferença entre critério e condição, ou seja, entre a situação esperada e a encontrada. Explica porque a situação encontrada existe, esclarecendo o que permite que ela se configure da forma como está.

Sendo assim, é imprescindível que a equipe de auditoria se empenhe em descobrir a causa raiz, ou seja, a causa primeira, mais profunda e mais importante da condição. Para tanto, é necessário levantar hipóteses sobre quais fontes poderão acarretar as situações encontradas. O Quadro 4, da seção 4.3.2.1.1, pode auxiliar também nesse processo.

A determinação da causa raiz pode ser complexa. Em alguns casos, vários fatores, com diferentes graus de influência, podem se combinar para formar a causa raiz de uma situação encontrada, ou a causa raiz pode estar relacionada a uma questão mais ampla, como a cultura organizacional. Sendo assim, é possível que sejam identificadas apenas causas intermediárias para algumas situações.

Importante ressaltar que, preferencialmente, a recomendação emitida ao final do trabalho deve estar diretamente relacionada à causa raiz. Quando se atua na causa raiz, é possível eliminar ou reduzir a probabilidade de reincidência da situação negativa encontrada e contribuir mais diretamente para o aprimoramento da gestão.

Efeito

É a consequência da divergência entre a condição e o critério. Pode ser positivo, correspondendo a benefícios alcançados, ou negativo, correspondendo ao risco ou exposição que sofre o objeto de auditoria ou a Unidade Auditada por não estar conforme o padrão esperado. Trata-se do impacto da diferença entre o referencial utilizado pelo auditor (critério) e a situação real encontrada durante a auditoria (condição).

O efeito pode ser existente, quando já se trata de um fato resultante da condição, ou potencial (risco), quando há exposição, sem que tenha sido detectado efeito real. O exemplo mais comum de efeito é o prejuízo ao erário.

Embora não seja obrigatório, é recomendável que os achados tragam também um título (descrição sumária) que sintetize a situação encontrada, de modo a direcionar a atenção do leitor.

5.4.3Documento auxiliar para a estruturação dos achados

O volume de documentos e informações recebidas em uma auditoria normalmente é bastante significativo, o que termina por dificultar, por exemplo, a identificação do que foi analisado, a relação dos achados entre si e quais evidências suportam as conclusões. Ademais, reunir o resultado do trabalho de diversos auditores pode se tornar tarefa difícil se não houver uma forma de estruturar as informações.

Para superar essas e outras dificuldades, é recomendável organizar os achados de auditoria em um documento único, que apresente, de forma sintética, as informações que comporão os achados, o que propicia uma visão geral do trabalho realizado, facilitando as discussões internas e a supervisão.

Com essa finalidade, é comum a utilização de uma matriz de achados, estruturada em formato de tabela, em que as colunas correspondam aos componentes dos achados e a outros conteúdos úteis para a compreensão das respostas às questões de auditoria e para auxílio à posterior elaboração da comunicação dos resultados.

Essa matriz pode ser preenchida somente com os tópicos frasais que sintetizem a informação de cada coluna. Quanto ao momento de elaboração, este deve ser concomitante à realização dos testes e à formação de opinião da equipe sobre as respostas às questões de auditoria.

Além das vantagens já citadas, a matriz de achados ainda possibilita outros ganhos para as equipes de auditoria, quais sejam:

a) facilita a elaboração dos achados, pois organiza os componentes de acordo com uma ordem lógica;

b) contribui para que se estruture melhor o relatório, porque permite a organização dos achados de acordo com a ordem de relevância;

c) facilita a colaboração entre os integrantes da equipe, que podem se sentir mais à vontade para manifestar suas críticas e sugestões antes de o achado ter sido desenvolvido;

d) evita a reescrita dos achados, dado que as contribuições da equipe e as revisões do coordenador e do supervisor podem ser realizadas com base na Matriz, antes, portanto, de o auditor desenvolver o texto propriamente dito;

e) facilita a revisão dos trabalhos, dado que permite que o revisor identifique rapidamente as eventuais lacunas ou inconsistências nas informações, o que contribui para a maior qualidade e tempestividade no desenvolvimento dos relatórios ou de outro instrumento de comunicação;

f) possibilita a elaboração de relatórios ou de outros instrumentos de comunicação mais concisos e objetivos, pois desestimula a inserção de detalhes ou de outras informações estranhos aos componentes dos achados.

5.5manifestação da unidade auditada (ou respostas da unidade auditada)

Os achados de auditoria que indicarem a existência de falhas devem ser apresentados à alta administração da Unidade Auditada, para que esta apresente esclarecimentos, avaliações ou informações adicionais que contribuam para o entendimento das condições verificadas ou para a construção de soluções.

Cabe à UAIG definir o formato em que os achados serão apresentados. O formato narrativo, em que o texto é organizado em parágrafos, é o mais conhecido, mas também é possível, por exemplo, a apresentação em forma de tabela (matriz de achados), ou em tópicos, em que cada componente é registrado por meio de textos sintéticos.

Essa apresentação pode ocorrer, a critério da UAIG, durante a execução do trabalho, à medida que os achados forem sendo revisados pelo supervisor, ou de forma consolidada, quando todos os achados já se encontrarem formulados e revisados.

A manifestação da Unidade Auditada é importante para que a equipe avalie se as evidências suportam plenamente as conclusões. Constitui também oportunidade para que sejam levantadas e analisadas eventuais falhas de entendimento, erros de interpretação ou fragilidades das evidências, levando a equipe a rever seu posicionamento ou a embasá-lo de forma mais consistente. As discordâncias devem ser analisadas criteriosamente e os eventuais erros materiais, corrigidos.

Se a manifestação implicar a alteração de opinião da equipe, esse fato deve ser discutido com o supervisor. Caso haja anuência desse, deve-se proceder à modificação dos achados de auditoria.

5.6recomendações

As recomendações consistem em ações que a UAIG solicita às Unidades Auditadas que adotem com a finalidade de corrigir falhas, aperfeiçoar processos. Não fazem parte dos achados, mas decorrem desses registros e são fundamentais para que a auditoria interna atinja seu propósito de agregar valor à gestão. Em grande medida, o alcance dos objetivos de uma auditoria interna é mensurado por meio dos benefícios obtidos pela gestão com a implementação das recomendações. É imprescindível, portanto, que a UAIG elabore adequadamente as recomendações e realize o seu acompanhamento efetivo, pois, sem ele, não é possível se certificar de que os benefícios decorrentes do trabalho de auditoria foram de fato alcançados.

As recomendações devem se pautar preferencialmente em "o quê" necessita ser feito ou qual resultado precisa ser alcançado. Em algumas situações, é possível que a recomendação direcione também a forma, como no caso de elaboração de normativos, por exemplo. De modo geral, no entanto, a equipe de auditoria não deverá decidir unilateralmente "como" a administração agirá para solucionar os problemas. A solução deverá ser discutida e considerar os conhecimentos de que os gestores dispõem em relação ao objeto auditado e também os recursos com os quais podem contar.

As recomendações podem focar na causa, na condição, na consequência e eventualmente até no critério. É fortemente recomendado que haja atenção especial ao tratamento da causa do problema identificado, tendo em vista que a correção da situação encontrada, por si só, não elide a causa do problema. Quando se atua na causa raiz ou na causa mais próxima possível dela, é possível eliminar ou reduzir, consideravelmente, a probabilidade de reincidência da situação negativa encontrada, contribuindo para o aprimoramento da gestão.

Algumas recomendações podem estabelecer, em função da complexidade e da quantidade de ações a serem realizadas, a necessidade de a Unidade Auditada elaborar um plano de ação que direcione e permita o acompanhamento da implementação das medidas requeridas. Os planos de ação são elaborados pelos gestores, mas devem ser avaliados pela equipe de auditoria e, sempre que possível, aperfeiçoados com o auxílio dos auditores.

5.6.1Características desejáveis das recomendações

Algumas características podem contribuir para o alcance da efetividade da recomendação, quais sejam:

a)monitorável: a recomendação deve ser passível de monitoramento, permitindo verificar se o que se pretendia com a recomendação foi alcançado. Para tanto, é importante que seja prevista a forma por meio da qual será aferido o desempenho das ações a serem implementadas e quais evidências serão apresentadas pela Unidade Auditada ou levantadas pela UAIG para medir a efetiva implementação. É essencial que a recomendação possa ser acompanhada e que sua efetividade possa ser medida posteriormente por meio de seus custos de implementação e benefícios à gestão proporcionados;

b)atuar na causa raiz: a recomendação deve se propor a atuar diretamente na causa identificada. Quando se atua na causa raiz, a eficácia da recomendação é maior, posto que terá um efeito preventivo, evitando que a situação se repita no futuro. Quando se atua em causas intermediárias, que são desdobramentos da causa raiz, corre-se o risco de apenas corrigir a situação pontual, não impedindo que ela se repita novamente;

c)viável: é preciso levar em conta restrições de ordem legal, financeira, de pessoal e outras que possam afetar a implementação de medidas propostas pelos auditores. Nesse sentido, a discussão de soluções junto à Unidade Auditada é de suma importância para compreensão do que é e do que não é possível fazer. Além disso, a equipe deve considerar o tempo razoável para a implementação das medidas a serem adotadas pelo gestor, pactuando prazo compatível;

d)apresentar uma boa relação custo-benefício: a equipe de auditoria e o supervisor do trabalho devem avaliar os custos e os benefícios esperados de cada recomendação. Recomendar controle via sistema informatizado, por exemplo, pode representar um custo alto demais para uma determinada operação, mas ser totalmente viável em outra área de negócio. Na medida do possível, deve-se minimizar o gasto de recursos, em atendimento ao princípio da economicidade;

e)considerar alternativas: é importante que a equipe de auditoria e o supervisor do trabalho levantem alternativas e que também analisem aquelas propostas pela Unidade Auditada quando houver a discussão das recomendações. Existem situações em que há várias opções de soluções a serem adotadas, podendo-se optar por aquela que apresente melhor relação custo-benefício, por exemplo;

f)ser direcionada: a recomendação deve ser direcionada para o agente que tem responsabilidade e alçada para colocá-la em prática. A efetividade se perde se a recomendação for direcionada ao agente errado ou se não estiver claro quem deve implementá-la;

g)ser direta: a recomendação deve estar claramente identificada no texto do relatório (ou outra forma de comunicação) como sendo uma recomendação. Não pode haver dúvida sobre seu conteúdo e sobre a necessidade de atendê-la. Por isso, é necessária uma linguagem direta, sem termos vagos que possam dar a impressão de que não se trata de recomendação;

h)especificidade: no âmbito do achado de auditoria ao qual se relaciona, a recomendação deve tratar das medidas a serem tomadas, dos resultados a serem alcançados, não se atendo, via de regra, à forma como será implementada. Também não deve reproduzir exaustivamente a causa identificada, ou repetir a descrição da condição encontrada, por exemplo;

i)significância: essa característica deriva da própria relevância do achado. É importante apontar situações relevantes dentro do escopo da auditoria, assim como recomendar aquilo que pode fazer diferença na gestão, seja melhorando a governança, o gerenciamento de riscos ou a estrutura de controles existente;

j)ser positiva: discorrer sobre as medidas a serem tomadas em tom positivo, com frases afirmativas em vez de negativas, tende a facilitar o convencimento da alta administração e a consequente implementação da recomendação.

5.7papéis de trabalho

Papéis de trabalho(ou documentação de auditoria) são os documentos que suportam o trabalho de auditoria, contendo o registro das informações utilizadas pelos auditores internos governamentais, das verificações realizadas e das conclusões a que chegaram.

Consideram-se papéis de trabalho aqueles preparados pelo auditor, pela Unidade Auditada ou por terceiros, tais como, planilhas, formulários, questionários preenchidos, fotografias, arquivos de dados, de vídeo ou de áudio, ofícios, memorandos, portarias, documentos originais ou cópias de contratos ou de termos de convênios, confirmações externas, programas de trabalho de auditoria e registros de sua execução.

Os papéis de trabalho devem ter abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciar a compreensão do planejamento, da natureza e da extensão do trabalho, bem como para suportar as conclusões alcançadas. Dessa forma, as análises realizadas e as evidências produzidas ou coletadas pelos auditores internos governamentais em decorrência dos exames devem ser devidamente documentadas em papéis de trabalho.

Constituem objetivos dos papéis de trabalho:

a)auxiliar no planejamento, na execução e na supervisão dos trabalhos de auditoria;

b)fornecer suporte para os resultados do trabalho de auditoria;

c)documentar o cumprimento dos objetivos e do programa de trabalho;

d)dar suporte à precisão e à integridade do trabalho realizado;

e)servir como base para o PGMQ da UAIG;

f)facilitar revisões por parte de terceiros.

5.7.1Elaboração dos papéis de trabalho

O auditor interno governamental é responsável por elaborar os papéis de trabalho relativos às atividades que lhes forem atribuídas no trabalho de auditoria.

Também devem compor os papéis de trabalho os documentos por meio dos quais a supervisão dos trabalhos é exercida, que podem ter sido produzidos pelo próprio supervisor ou por outrem, porém devem estar assinados, rubricados ou aprovados eletronicamente por este.

A documentação deve ser levantada e organizada ainda durante a realização do trabalho, pois tende a ser mais precisa e completa do que aquela elaborada posteriormente.

Essa documentação deve permitir que um auditor experiente, sem nenhum conhecimento prévio da auditoria, entenda a natureza, a época, o escopo e os resultados dos testes executados, as evidências de auditoria obtidas para fundamentar as conclusões e as recomendações da auditoria, o raciocínio por detrás de todas as questões relevantes e as respectivas conclusões.

5.7.2Atributos

A IN SFC nº 3, de 2017, orienta que as evidências coletadas e produzidas pelos auditores internos governamentais devem se constituir de informações suficientes, confiáveis, fidedignas, relevantes e úteis, conforme detalhado na seção 5.3.1 deste Manual. Igualmente, os demais papéis de trabalho devem apresentar essas características essenciais.

Além desses atributos, outros também são considerados importantes na elaboração e na organização dos papéis de trabalho, quais sejam: a concisão, a clareza e a completude.

A concisão revela um aspecto do uso econômico e objetivo das informações. O preenchimento de arquivos com material supérfluo, por exemplo, irá desfocar a equipe do objetivo do trabalho e levar ao uso ineficiente do tempo destinado à auditoria. Dessa forma, os papéis de trabalho não devem conter mais informações do que o necessário, e o auditor deve ter em mente que nem todos os assuntos precisam ser documentados. É importante que os auditores internos governamentais não confundam papel de trabalho com simples cópias de documentos. Essas, para se constituírem em papéis de trabalho, deverão ensejar observações e sustentar as evidências obtidas ao longo do processo de auditoria.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Para garantir o equilíbrio na coleta e na produção de papéis de trabalho, o auditor deve orientar-se pelos procedimentos formais da UAIG, sem deixar de fazer uso do ceticismo e de exercer seu julgamento profissional.

A clareza está presente quando os documentos de auditoria são facilmente compreendidos e utilizados, especialmente na supervisão e na etapa de revisão do trabalho. A clareza é reforçada, por exemplo, quando os documentos de auditoria apresentam uma lista de abreviaturas e um glossário com os principais termos utilizados.

A completude é também um atributo relevante, tendo em vista que a documentação deve suportar todas as informações contidas no relatório de auditoria, ou em outra forma de comunicação dos resultados, além de indicar o que foi realizado e até mesmo o que não foi abordado no contexto dos trabalhos.

Os auditores devem considerar, ainda, que explicações verbais podem ser utilizadas para esclarecer informações contidas na documentação de auditoria, mas que não representam, por si só, embasamento adequado para o trabalho ou para as conclusões obtidas.

Uma boa prática consiste em os auditores prepararem e manterem, como parte da documentação de auditoria, um resumo que descreva os assuntos significativos identificados durante a auditoria e como eles foram tratados. Tal resumo pode facilitar a supervisão e a revisão dos papéis de trabalho.

5.7.3Classificação

Os papéis de trabalho se classificam em permanente e corrente. Essa classificação facilita a organização, o arquivamento e a futura utilização desses documentos.

Os papéis de trabalho do tipo permanente contêm informações de natureza perene, passíveis de serem utilizadas em mais de um trabalho de auditoria. Constituem documentos para consulta acerca da Unidade ou do objeto auditado, devendo ser atualizados pelos auditores internos governamentais sempre que houver alteração da informação na sua fonte.

São exemplos de papéis de trabalho permanentes, entre outros:

a)estatuto ou regimento interno da Unidade Auditada;

b)dados históricos;

c)fluxograma de procedimentos operacionais;

d)organograma;

e)relação de dirigentes e responsáveis;

f)legislação específica aplicável;

g)normas, estatutos, e resoluções;

h)relatórios de auditoria de exercícios anteriores.

Os papéis de trabalho do tipo corrente constituem um conjunto de informações suficientes para evidenciar o adequado planejamento, a execução e a comunicação dos trabalhos de auditoria, bem como para embasar as conclusões obtidas. Ao contrário dos papéis de natureza permanente, os papéis de trabalho correntes têm relação direta com o período e com o objeto dos exames.

Exemplos de papéis de trabalho correntes incluem, entre outros:

a)documentos de planejamento;

b)solicitações de auditoria, bem como as respectivas respostas;

c)relatos de visitas ou inspeções realizadas;

d)informação acerca da amostra e do percentual de cobertura dos exames;

e)registros dos itens dos testes de auditoria realizados e das análises e conclusões obtidas;

f)evidências dos achados de auditoria;

g)atas de reuniões realizadas;

h)relatório de auditoria e demais peças produzidas (parecer, certificado);

i)documentos de comunicação de resultados, tais como avisos, memorandos e ofícios.

O responsável pela UAIG pode instituir a diferenciação dos papéis de trabalho em permanentes e correntes de modo a racionalizar tanto a pesquisa quanto a guarda das informações. Para maior eficiência, os papéis de trabalho do tipo permanentes não devem ser duplicados nos arquivos relativos aos correntes, devendo ser conservados em um único local. Referências cruzadas adequadas tornarão tais duplicações desnecessárias.

5.7.4Estrutura, organização e armazenamento dos papéis de trabalho

Conforme visto anteriormente, a elaboração da documentação de auditoria é responsabilidade dos auditores internos governamentais que compõem a equipe de auditoria, e deve ocorrer ao longo de todo o trabalho. Esse processo, no entanto, deve ser orientado por procedimentos definidos formalmente pelo Responsável pela UAIG, os quais devem compreender a estrutura, a organização e a forma de armazenamento dos papéis de trabalho.

Estrutura

Os auditores internos devem ser orientados em relação ao que deve e ao que não deve constar nos papéis de trabalho, observando que a forma, o conteúdo e a extensão da documentação da auditoria podem ser influenciados por vários fatores, tais como:

a)tamanho e complexidade do objeto auditado;

b)natureza dos procedimentos de auditoria a serem executados;

c)riscos de distorção relevante identificados;

d)importância da evidência de auditoria obtida;

e)natureza e extensão das exceções identificadas;

f)metodologia e ferramentas de auditoria utilizadas.

Além disso, o Responsável pela UAIG deve orientar os auditores para que o conjunto da documentação de determinado trabalho de auditoria compreenda, no mínimo:

a)o objetivo do trabalho;

b)a documentação relativa ao planejamento, incluindo a análise preliminar do objeto, o escopo, o programa de trabalho (e alterações aprovadas), a alocação da equipe e a indicação do coordenador e do supervisor do trabalho;

c)os entendimentos firmados no âmbito de trabalhos compartilhados, se for o caso;

d)os entendimentos firmados no âmbito de trabalhos de consultoria, se for o caso;

e)os resultados dos testes de auditoria realizados;

f)as conclusões do trabalho e as evidências que as suportam;

g)o relatório de auditoria ou outra forma de comunicação dos resultados;

h)os documentos enviados para a Unidade Auditada;

i)os documentos recebidos da Unidade Auditada;

j)as verificações realizadas no processo de supervisão e outras salvaguardas de controle de qualidade realizadas.

Adicionalmente, para facilitar a elaboração, a organização e, sobretudo, a supervisão dos papéis de trabalho, o Responsável pela UAIG pode instituir requisitos gerais, tais como:

a)utilização de documentos padronizados, por exemplo questionários e checklists, os quais auxiliam na condução do trabalho e na orientação dos auditores. Também podem ser utilizadas matrizes e resumos para facilitar a consolidação das informações obtidas e das análises realizadas;

b)necessidade de inclusão, em cada papel de trabalho de:

- identificação única do trabalho de auditoria;
- numeração do papel de trabalho em ordem sequencial;
- título que identifique a área ou o processo sob revisão;
- identificação do objetivo ou do conteúdo do documento;
- data da elaboração (ou coleta) e da supervisão;
- fonte dos dados;
- descrição da população avaliada, incluindo o tamanho da amostra e o método de seleção, se for o caso;
- os nomes dos responsáveis pela elaboração, coleta, supervisão e revisão. Para tanto, podem ser inseridos, nos papéis de trabalho, campos específicos para inclusão do nome dos auditores e do supervisor do trabalho, por exemplo;

c)utilização de referência cruzada de documentos, que possibilitem, a partir de um papel de trabalho, acesso direto e rápido a outro papel de trabalho. Exemplos dessa prática, incluem, por exemplo, a utilização de hiperlinks ou de códigos que identifiquem os documentos.

Organização e armazenamento

Os papéis de trabalho devem ser produzidos e armazenados preferencialmente em meio digital. Nesse caso, o Responsável pela UAIG deve considerar, entre outras, as seguintes questões: local de armazenamento; funções de backup e de recuperação; possibilidade de utilização de referências cruzadas que facilitem a pesquisa; automatização de pesquisa; uniformidade de formato. É importante também observar que a utilização do meio digital envolve questões de segurança, como, por exemplo, a necessidade de que as informações registradas sejam protegidas contra acesso não autorizado e alterações.

Quando utilizado o meio físico de armazenamento, também devem ser consideradas questões relacionadas à facilidade de pesquisa, padronização de formato, integridade das informações, restrição de acesso e locais para guarda dos documentos.

Os papéis de trabalho fornecem a base para as conclusões da auditoria, logo, o armazenamento deve ocorrer de forma a garantir a sua preservação, necessária para a adequada supervisão, para a revisão e para a realização de consultas posteriores, seja em decorrência de novos trabalhos, seja por solicitação de acesso realizada por terceiros.

Deve-se, portanto, ser garantida também a rastreabilidade dos papéis de trabalho. Para garantir essa característica, o Responsável pela UAIG deve se utilizar da política de documentação da organização à qual pertence, caso exista. Se não existir, podem ser utilizadas ferramentas da gestão documental disponíveis, tais como a referenciação por meio de códigos e a indexação.

A referenciação por meio de códigos compreende a codificação dos documentos a partir de uma ou mais características comuns, como por exemplo, a etapa da auditoria, o tipo de documento, a área analisada, e o assunto tratado. Os documentos devem ser organizados de tal forma que pessoas que não participaram do trabalho sejam capazes de identificar quais termos de referência foram utilizados, quais testes foram realizados e quais foram as conclusões da auditoria, entre outras informações relevantes.

A indexação é ação de descrever e de identificar um documento para depois listá-lo e organizá-lo por meio de índices. Esses índices podem ser representados por números, por palavras, ou por uma combinação alfanumérica, e devem ser previstos em um índice geral. Também nesse caso devem ser utilizadas características similares para definição dos índices, tais como a etapa da auditoria ou o assunto tratado.

5.7.5Política de acesso aos papéis de trabalho

Cabe à UAIG a responsabilidade pela guarda dos papéis de trabalho e pelo estabelecimento de política que discipline as regras de acesso a esses documentos.

A proposta dessa política deve ser submetida à análise da assessoria jurídica do órgão ou da entidade a qual a UAIG pertence e ser aprovada pela alta administração. Os termos estabelecidos devem estar de acordo com os preceitos legais e com a política de concessão de acesso a documentos adotada pela organização e incluir, no mínimo:

a)indicação das partes internas e externas à UAIG que podem ter acesso aos papéis de trabalho, como, por exemplo: membros do Conselho de Administração; titulares e respectivos substitutos de determinados cargos ou funções do órgão ou entidade; órgãos de defesa do patrimônio público; respectivo órgão central ou setorial do SCI e Tribunal de Contas da União. A depender da criticidade de algumas informações, a política pode estabelecer restrições de acesso dentro da própria UAIG;

b)formas de tratamentos no caso de eventuais solicitações de acesso, estabelecendo, por exemplo, responsáveis na UAIG pelo atendimento, instâncias de aprovação, análises a serem realizadas e prazos para resposta;

c)necessidade de manutenção de segredo de justiça ou de sigilo estabelecido pela legislação, como por exemplo, informações pessoais; comerciais; bancárias e industriais. A política deve estabelecer quais partes (internas e externas à organização) poderão ter acesso a informações dessa natureza, bem como meios para formalização da responsabilidade com a manutenção do segredo de justiça ou do sigilo;

d)necessidade de restringir o acesso às informações classificadas como ultrassecretas, secretas e reservadas, na forma da lei.

O responsável pela UAIG deve atentar para que a política não contemple itens que prejudiquem a atribuição dos agentes públicos autorizados por lei.

5.7.6Retenção dos papéis de trabalho

O Responsável pela UAIG deve definir por quanto tempo os papéis de trabalho serão mantidos e a partir de quando o prazo será contado.

Para tanto, deve observar a política de retenção de documentos da organização a qual pertence, bem como prazos mínimos estabelecidos por outros órgãos para manutenção de documentos à disposição, tais como o prazo estipulado pelo Tribunal de Contas da União para guarda da documentação apresentada no âmbito das prestações de contas anuais.

6Comunicação dos Resultados

A UAIG deve comunicar os resultados dos trabalhos de auditoria, os quais devem ser construídos com base nas análises realizadas pela equipe de auditoria, nas informações e nos esclarecimentos prestados pela gestão, e nas possíveis soluções discutidas com a Unidade Auditada. É por meio da comunicação que a atividade de auditoria interna promove mudanças positivas nas Unidades Auditadas e, consequentemente, agrega valor à gestão.

A finalidade de todo processo de comunicação é "tornar comum", isto é, garantir que o receptor se aproprie daquele pensamento ou conhecimento que o emissor quer transmitir: a mensagem. Aquele que se comunica, portanto, tem como finalidade primeira tornar comum os seus pensamentos e conhecimentos aos interlocutores. Para atingir essa finalidade, faz-se necessário que utilize um canal.

No caso da comunicação no trabalho de auditoria interna governamental, verifica-se que o emissor é a própria UAIG. Os receptores são principalmente a alta administração da Unidade Auditada, os gestores responsáveis pelo objeto de auditoria, outros órgãos públicos interessados e a sociedade de modo geral. A mensagem consiste nas descrições das situações encontradas, nas análises, nas opiniões, nas conclusões e nas recomendações sobre o objeto da auditoria. Os documentos em que são registrados esses conteúdos constituem o canal, por meio do qual a UAIG emite suas mensagens, as quais também costumam ser emitidas nas reuniões entre auditores e auditados.

6.1planejamento da comunicação dos resultados

Para que a comunicação atinja satisfatoriamente a sua finalidade, faz-se necessário que os auditores internos também planejem essa etapa do trabalho. Para isso devem seguir as orientações estabelecidas pela UAIG por meio de um manual ou guia que direcionem a equipe em relação à elaboração e à divulgação dos resultados. É necessário que essas orientações disponham, entre outros aspectos, sobre:

a)os critérios a serem considerados na elaboração das comunicações;

b)o instrumento utilizado para estruturar o texto, conforme seção 6.5.1;

c)padrões de qualidade;

d)a forma e os instrumentos por meio dos quais a equipe comunicará os resultados dos trabalhos;

e)o tratamento a ser dado a informações sigilosas;

f)o fluxo de revisão das comunicações no âmbito da UAIG;

g)os responsáveis pela assinatura das comunicações;

h)o sistema de arquivamento e guarda das comunicações realizadas.

Constitui também prática útil a previsão de desenvolvimento, por parte da equipe, de um plano para se comunicar sobre cada trabalho específico. Esse plano deve, se possível, ser discutido e acordado previamente com as partes interessadas relevantes, como os responsáveis pela área em análise, de modo que sejam consideradas as expectativas da organização em relação à comunicação e aos prazos. Normalmente, o plano aborda o quê, quando, para quem e como os auditores internos se comunicarão. Minimamente deve estar previsto que os auditores internos comuniquem os objetivos, o escopo, os resultados provisórios, os resultados finais do trabalho e as recomendações, por meio de quais documentos, para quem e em que datas. Esse plano pode ser atualizado periodicamente se as circunstâncias exigirem uma alteração.

6.2qualidade das comunicações

A comunicação de resultados consiste na principal oportunidade para a atividade de auditoria interna reforçar o seu valor perante a organização, ressaltando o conhecimento dos auditores internos governamentais sobre os processos de negócios e a capacidade da auditoria interna de contribuir para o alcance dos objetivos da organização.

Para tanto, é necessário garantir que as comunicações sejam: claras, completas, concisas, construtivas, objetivas, precisas e tempestivas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Como a comunicação ocorre durante todo o trabalho de auditoria, essas características, descritas a seguir, devem ser observadas em todas as etapas, desde o planejamento, até o monitoramento.

Claras: comunicações claras são aquelas que facilmente são compreendidas pelo público-alvo. Para isso, devem ser lógicas e fornecer todas as informações significativas e relevantes. Devem usar linguagem consistente com a usada na organização e equilibrada: nem excessivamente simplista, nem excessivamente técnica. A clareza é uma característica da abordagem sistemática e disciplinada de auditoria interna.

Completas: para garantir a integridade das comunicações, é útil que a equipe considere toda informação essencial para o público-alvo, ou seja, todas as informações significativas e relevantes que apoiem conclusões e recomendações. As comunicações escritas completas geralmente permitem que o leitor chegue à mesma conclusão a que os auditores chegaram.

Concisas: as comunicações concisas evitam a elaboração desnecessária, detalhes supérfluos, redundância, prolixidade e informações dispensáveis, insignificantes ou não relacionadas ao trabalho.

Construtivas: as comunicações construtivas são úteis para os destinatários do trabalho de auditoria e para a organização e conduzem a melhorias onde seja necessário. Favorecem um processo colaborativo para elaborar soluções para os problemas encontrados e, consequentemente, para ajudar a organização a atingir seus objetivos. O tom construtivo ao longo das comunicações reflete a seriedade dos achados.

Objetivas: as comunicações objetivas são justas, imparciais, neutras, livres de influência indevida. São o resultado de uma avaliação acurada e equilibrada de todos os fatos e circunstâncias relevantes. Para garantir a objetividade nas comunicações, os auditores internos devem usar frases imparciais, sem duplo sentido, e manter o foco nas questões relevantes. A objetividade começa com a atitude mental imparcial que os auditores internos devem possuir ao realizar os trabalhos. Mais do que um atributo, a objetividade é fundamental para a prática da atividade de Auditoria Interna Governamental.

Precisas: as comunicações precisas são livres de erros e distorções e são fiéis aos fatos e evidências que lhes dão suporte. Além disso, devem conter todos os fatos relevantes que, se não forem divulgados, podem distorcer a informação. Por esse motivo, se ocorrer um erro nas comunicações, a UAIG deve comunicar imediatamente as informações corrigidas aos destinatários que tiveram acesso à versão anterior.

Tempestivas: as comunicações tempestivas possibilitam que a organização tome as medidas adequadas no tempo correto. Para alcançar esse requisito, é importante que a UAIG apresente todas as comunicações nos prazos estabelecidos durante a fase de planejamento do trabalho. Como a oportunidade pode ser diferente para cada organização, a fim de determinar o que é oportuno, os auditores internos podem fazer pesquisas relativas ao assunto do trabalho em unidades semelhantes à auditada. Além disso, para estimular o atendimento a esse requisito, o responsável pela UAIG pode estabelecer indicadores de desempenho que meçam a pontualidade na apresentação dos resultados.

6.3qualidade da redação

Para garantir a credibilidade e a qualidade da comunicação, é fortemente recomendável que os resultados apresentados na forma escrita, por meio de relatório de auditoria ou de outro instrumento definido pela UAIG, passem por um processo de revisão pelo coordenador, pelo supervisor do trabalho e por outras instâncias definidas pela UAIG.

Esses revisores devem verificar se o trabalho realizado é consistente com o escopo e os objetivos da auditoria, se os achados, as conclusões e as recomendações estão sustentados pelas evidências e se o padrão definido pela UAIG foi respeitado.

Além desses aspectos, tanto os auditores internos governamentais, quanto os revisores, devem estar atentos à correção gramatical e a outros aspectos linguísticos, como os seguintes:

Coerência e ordenação lógica: pode haver situações em que um texto esteja correto, do ponto de vista gramatical, mas não esteja coerente, o que não é adequado. A coerência consiste na ordenação e na vinculação lógica do texto: as orações secundárias devem estar logicamente vinculadas às principais, sem, portanto, as contradizer. Da mesma forma, o parágrafo posterior deve estar logicamente vinculado ao parágrafo anterior. Para esse fim, é essencial que se utilizem os conectivos (conjunções, pronomes...) adequados. Um texto coerente, portanto, baseia-se na correta interligação entre as ideias.

Tom (Sobriedade): a linguagem do relatório deve ser cuidadosamente escolhida; deve ser comedida, portanto, sem excessos de qualquer natureza. Não se deve, pois, por intermédio das comunicações de resultados, depreciar pessoas ou instituições, nem realizar insinuações e generalizações, ou seja: o tom deve ser construtivo e não de conflito ou oposição.

Inteligibilidade: para garantir que o texto das comunicações de resultados seja inteligível, recomenda-se: uso de frases curtas, sem rodeios; uniformidade do tempo verbal; uso preferencialmente da voz ativa, em lugar da voz passiva; orações preferencialmente na ordem direta (sujeito, verbo e complementos). Além disso, recomenda-se evitar o uso de palavras incomuns ou vocabulário excessivamente técnico.

6.4formas de comunicação dos resultados

A UAIG deve comunicar os resultados dos trabalhos por meio de relatórios ou outros instrumentos admitidos em normas de comunicação oficial federal, outras normas aplicáveis e boas práticas de auditoria interna.

Tanto o relatório de auditoria quanto os outros instrumentos definidos pela UAIG devem:

a)atender a um formato estabelecido pela respectiva UAIG, o que além de facilitar a elaboração, confere uma identidade ao documento;

b)apresentar os objetivos e o escopo do trabalho de auditoria, a extensão dos testes aplicados, as conclusões, recomendações e os planos de ação propostos;

c)atender aos requisitos de qualidade estabelecidos pela UAIG, além dos constantes da seção 6.2 e 6.3.

A UAIG também pode adotar, em complementação às formas de comunicação escrita, a apresentação oral dos resultados do trabalho a determinados destinatários, tais como conselhos e comitês (de administração e de auditoria, por exemplo) e representantes da sociedade.

6.5relatório de auditoria

A forma de comunicação dos resultados mais comumente utilizada na atividade de auditoria é o relatório. O relatório consiste em documento técnico por meio do qual a UAIG comunica os objetivos do trabalho, a extensão dos testes aplicados, as conclusões obtidas, as recomendações emitidas e os planos de ação propostos.

O relatório de auditoria também pode comunicar opiniões gerais, as quais podem ser fornecidas como parte de um relatório individual ou, a depender do trabalho, constituir o conteúdo único de um relatório.

6.5.1Formas de relatório

Não há uma forma única de relatório. Diferentes destinatários normalmente têm diferentes necessidades. Assim sendo, é possível que as UAIG adaptem as formas de comunicação, o conteúdo e os níveis de detalhe, para atender a essas necessidades. Para isso, é importante considerar as seguintes perguntas sobre os destinatários:

a)Quem são os leitores mais importantes do relatório?

b)Quanto eles sabem sobre o objeto auditado?

c)Como eles planejam usar a comunicação dos resultados?

d)Como os achados e as conclusões afetam o leitor?

As respostas a essas perguntas devem auxiliar a UAIG a decidir qual das formas de comunicação é a mais adequada para cada situação. Essas formas podem variar entre forma longa, forma breve, forma detalhada, síntese e relatório de auditoria progressivo.

A forma mais conhecida de relatório é a forma longa, destinada a garantir seu completo entendimento por qualquer leitor com conhecimento razoável sobre o assunto. Por esse motivo, a equipe de auditoria deve registrar todas as informações e as explicações necessárias à sua completa compreensão, assim como os achados que representem as situações positivas e as negativas identificadas pelos auditores.

Um relatório de forma breve pode ser utilizado nos casos em que os exames não tenham revelado nenhuma anormalidade (casos em que há uma perfeita identidade entre critério e condição), ou nos casos em que se considerar que somente os aspectos de não-conformidade devam ser relatados. Nesses últimos, subentende-se que os aspectos não relatados foram considerados adequados.

Em determinadas circunstâncias, a comunicação dos resultados pode conter detalhes técnicos, operacionais, que interessam mais diretamente aos responsáveis pela atividade ou pela área examinada e pouco à alta administração e ao conselho, para quem será suficiente conhecer a essência dos resultados. Nesses casos, pode ser útil que a UAIG encaminhe um relatório detalhado aos responsáveis diretos por implantar as soluções recomendadas e uma síntese à alta administração e ao conselho, relatando somente os principais aspectos identificados.

Em trabalhos muito longos ou complexos, é comum surgirem pontos relevantes que exijam solução imediata. Nessas situações, pode ser útil que os auditores elaborem um relatório progressivo, por meio do qual darão ciência à Unidade Auditada dos problemas verificados antes mesmo do término da auditoria, em etapas, garantindo assim a tempestividade das ações corretivas aplicáveis.

6.5.2Componentes do relatório

Embora o conteúdo dos relatórios possa variar entre as UAIG, os seguintes componentes são esperados dessa forma de comunicação.

Introdução: fornece informações básicas sobre a Unidade Auditada, a atividade ou o processo auditado, o tipo de auditoria realizada, riscos específicos, sistemas relevantes e / ou departamentos ou funções avaliados. O objetivo, o escopo, o histórico e a metodologia, por constituírem partes que dizem respeito ao relatório como um todo, podem ser registrados na introdução do relatório.

Objetivo: descreve o que a auditoria buscou realizar. Normalmente são traduzidos por verbos no infinitivo. Exemplo: avaliar, determinar.

Escopo: determina os limites da auditoria, ou seja, descreve tanto o que foi incluído na auditoria quanto o que foi excluído e que o leitor poderia esperar que fosse abordado. Nesses casos, é necessário explicar os motivos da exclusão.

Achados de auditoria: são os registros que respondem aos objetivos do trabalho, ou seja, às questões de auditoria, conforme esclarecido na seção 5.4. São compostos por: critério, condição, causa e consequência. Podem ser fundamentados com exemplos, dados, análises, tabelas ou gráficos relevantes. Ao compor o achado, a equipe deve dar destaque ao que é mais importante, portanto, o que é principal deve ser incluído no início do texto. Os achados devem ser apresentados de forma organizada, de acordo com um critério preestabelecido como ordem cronológica, relevância, tema, causa, efeito ou risco.

Conclusão: consiste na emissão da opinião final da equipe de auditoria sobre o objeto auditado. Pode envolver algum tipo de classificação. Costuma decorrer dos muitos fatores e informações a que a equipe teve acesso durante o trabalho, principalmente dos achados. Na conclusão, podem ser apresentados os achados de auditoria de forma sintética, explicitando-se o vínculo entre eles e as questões de auditoria propostas. Podem também ser apresentados os benefícios decorrentes da auditoria realizada, inclusive os financeiros, quando houver, e a causa raiz, quando esta for identificada. Da mesma maneira, quando forem identificadas boas práticas relevantes, essas poderão ser registradas nesse espaço. A abordagem apresentada nesse campo deve ter caráter gerencial, ou seja: abordar aspectos que estejam na alçada da alta administração da unidade.

Recomendações e planos de ação: As recomendações e os planos de ação (estes últimos elaborados pela Unidade Auditada) constituem alguns dos conteúdos principais do relatório de auditoria. É principalmente por meio deles que a UAIG agrega valor, indicando soluções práticas

e viáveis para mitigar os riscos identificados. Pode-se mesmo afirmar que um trabalho de auditoria só é concluído após o atendimento às recomendações que dele decorreram. As recomendações e os planos de ação devem, preferencialmente, ser elaborados com base na causa raiz, para evitar novas ocorrências, mas também podem ter o foco na correção da condição ou até das consequências. Juntamente com os achados, constituem o núcleo do relatório de auditoria.

Os planos de ação, que devem estar em harmonia com as recomendações emitidas pelos auditores, trazem normalmente as seguintes informações: objetivo geral que se busca alcançar por meio das ações; ações que serão realizadas e seus objetivos; cronograma para desenvolvimento das ações; responsável pela execução de cada ação.

Manifestação da Unidade Examinada (ou Respostas da Unidade Auditada): consistem nas manifestações da Unidade Auditada em relação aos achados de auditoria. Servem para refutar, explicar, apresentar argumentos, sobretudo quando os achados relatam deficiências, fraudes, violações, não conformidades. Os auditores devem obter, analisar e relatar não apenas essas respostas, mas também quaisquer ações corretivas planejadas para solucionar as situações apontadas por meio dos achados.

É necessário que o prazo para o encaminhamento dessa resposta seja acordado entre a UAIG e a Unidade Auditada, de modo a não prejudicar o andamento dos trabalhos. Se a Unidade Auditada se recusar a responder os questionamentos da equipe ou não conseguir fazê-lo no prazo acordado, a UAIG poderá emitir o relatório sem esses comentários.

Nos trabalhos realizados sob segredo de justiça ou que envolvam informações sigilosas, podem ser estabelecidas restrições na interlocução com a Unidade Auditada, o que equivale a dizer que, a fim de se evitarem possíveis prejuízos ao andamento dos trabalhos, nesses casos, poderá não ser oferecida aos gestores a oportunidade de se manifestarem.

Além dos componentes essenciais, apresentados até aqui, outros itens são comumente inseridos nos relatórios de auditoria, podendo ser adotados pelas UAIG, quais sejam:

Título: deve ter tamanho suficiente para apresentar os aspectos principais, sem descer a detalhes e, portanto, se estender muito.

Informações de identificação (no cabeçalho ou no rodapé): nome da Unidade Auditada; localização da unidade, quando necessário; número da auditoria ou outra numeração que facilite a identificação do trabalho e a sua rastreabilidade; data da emissão do relatório; paginação.

Sumário Executivo (ou Resumo): sumário executivo é um documento independente, cuja finalidade é fornecer uma visão clara e concisa dos objetivos e dos resultados do trabalho, transmitindo de forma eficiente informações relevantes e bem fundamentadas. Por facilitar a apropriação do conteúdo do relatório, é especialmente importante nos relatórios longos, cuja extensão pode desencorajar ou mesmo inviabilizar a sua leitura pela alta administração e pelas demais partes interessadas.

Deve trazer informações essenciais, como:

a)boas práticas observadas durante a auditoria e quaisquer medidas significativas tomadas pela administração na melhoria da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos da organização;

b)objetivos;

c)escopo;

d)resultados da auditoria (conclusões alcançadas e recomendações emitidas);

e)resumo dos achados mais significativos.

O Sumário Executivo não deve conter metodologias técnicas de auditoria interna. Essas informações podem ser referenciadas no relatório detalhado, para que o leitor possa obter uma compreensão mais aprofundada das informações apresentadas.

Aspectos positivos da gestão: consiste no registro de boas práticas e de outras ações positivas adotadas pela gestão na área ou na atividade auditada, consideradas dignas de destaque pela equipe de auditoria.

Resumo dos achados: geralmente contém os achados mais significativos do relatório de auditoria. Pode incluir um painel que os enumere na forma de uma tabela, indicando o número de achados ou recomendações por atividade auditada, de acordo com sua importância. Os principais achados podem ser resumidos de forma positiva (foco no aprimoramento) ou de forma negativa (foco em deficiências). A UAIG pode mostrar a tendência (positiva ou negativa) em comparação com auditorias anteriores da mesma atividade.

Nesse campo, a UAIG pode optar por realizar a classificação dos achados com base em critérios como grau de risco, materialidade e relevância, por exemplo.

O resumo executivo pode incluir também as informações sobre os planos de ação de auditorias anteriores que não foram concluídos ou as datas de implementação de recomendações que expiraram. Nesses casos, pode ser necessário acrescentarem-se informações sobre os achados que geraram as recomendações ou os planos de ação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Distribuição (na capa): indicação dos nomes ou dos cargos de quem receberá o relatório.

Auditores: indica os membros da equipe e os demais responsáveis pelo trabalho, quando a UAIG considerar apropriado.

Histórico: por vezes, alguns objetos de auditoria ou mesmo alguns achados, para serem melhor compreendidos, requerem uma explicação ou contextualização. Normalmente isso se verifica quando ocorrem mudanças significativas relacionadas à área ou ao objeto auditado, quando a área auditada é muito técnica ou específica, ou quando o objeto auditado já foi abordado em auditorias anteriores, cujos resultados provocam efeitos na auditoria atual. Esta seção pode fazer parte do achado, do sumário executivo ou mesmo da introdução, a depender do caso.

Metodologia: nesta seção, se descreve como a auditoria foi conduzida, ou seja, que atividades gerais de auditoria foram realizadas e que ferramentas foram utilizadas. Métodos de trabalho utilizados especificamente para um achado podem ser descritos no próprio achado.

Apêndices: nesta seção, podem ser registradas informações adicionais, como definições das classificações do relatório e dos achados utilizadas; glossário; dados em nível analítico relacionados aos achados, entre outros.

Declaração de conformidade com as normas: essa declaração somente pode ser feita se os resultados do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade a sustentarem.

6.6encaminhamento das comunicações aos destinatários

Cabe à UAIG estabelecer fluxos operacionais que garantam o encaminhamento das comunicações aos respectivos destinatários. Para tanto, deve definir o prazo e os responsáveis por esse encaminhamento e quais partes interessadas, além da alta administração, devem figurar entre os receptores.

Tratando-se de auditoria governamental, há casos em que os destinatários estão previstos em lei ou em normativos. Nos casos em que não houver essa definição, o responsável pela UAIG pode fundamentar-se nos protocolos de comunicação da organização, no organograma e também nas expectativas da alta administração e do conselho, quando for o caso. O fundamental, entretanto, é que as comunicações sejam enviadas àqueles que delas necessitam para análise ou tomada de decisão, e aos responsáveis pelo objeto auditado, pelo atendimento às recomendações e pelo desenvolvimento dos planos de ação. De modo geral, são estes os destinatários: proprietários de processo e gerentes; administradores, auditores externos e outras partes interessadas consideradas necessárias.

Nos casos em que houver alterações nos resultados dos trabalhos após o seu encaminhamento, a UAIG deverá comunicar as informações corrigidas a todos os destinatários que tiveram acesso à versão anterior.

6.7divulgação dos resultados

A UAIG deve estabelecer mecanismos que garantam a divulgação dos resultados dos trabalhos na internet, mais especificamente no sítio eletrônico da organização à qual a UAIG pertencer. Essa obrigatoriedade, contudo, não se aplica aos trabalhos realizados sob segredo de justiça e àqueles realizados pelas auditorias internas singulares (Audin) que atuam em órgãos ou entidades que desempenham atividades econômicas, comerciais ou regulatórias.

Antes da publicação, o responsável pela Unidade Auditada deve ser consultado sobre a existência, na comunicação final dos resultados, de informação sigilosa e de informações pessoais, classificadas nos termos da Lei nº 12.527, de 2011, e também de informações submetidas a sigilo por meio de legislação específica.

Para responder à consulta, a Unidade Auditada deverá analisar as informações constantes da comunicação e manifestar-se formalmente, embasada em dispositivos legais, de acordo com o prazo estabelecido pela UAIG. Após a análise por parte da UAIG da manifestação da organização, deverão ser suprimidas das comunicações todas as informações cujo enquadramento nas hipóteses legais for confirmado.

Tendo em vista a complexidade de alguns temas e a dificuldade de aplicação da lei a casos concretos, poderá ser necessário o auxílio da área jurídica para a realização da análise.

Se houver alterações no documento por meio do qual os resultados foram comunicados, a UAIG deverá proceder a atualização da versão publicada anteriormente.

7MONITORAMENTO

A responsabilidade pelo atendimento às recomendações emitidas pelas UAIG compete, em primeiro lugar, aos gestores das Unidades Auditadas. Ao responsável pela UAIG cabe o estabelecimento, a manutenção e a supervisão (a qual poderá ser delegada) do processo de monitoramento da implementação das recomendações.

O monitoramento consiste na adoção de ações pela UAIG, a fim de verificar se as medidas implementadas pela Unidade Auditada estão de acordo com as recomendações emitidas pela UAIG ou com o plano de ação acordado e se aquelas medidas foram suficientes para solucionar a situação apontada como inadequada frente aos critérios adotados.

À UAIG, portanto, não basta recomendar. Há a necessidade de verificar a efetividade das suas recomendações, o que constitui, a um só tempo, uma forma de a UAIG avaliar a qualidade dos seus trabalhos e também de assegurar que a atividade de Auditoria Interna Governamental contribua efetivamente para o aperfeiçoamento da gestão pública, agregando valor às Unidades Auditadas. Os objetivos da auditoria, portanto, não são atingidos plenamente com a emissão do relatório, mas somente quando a Unidade Auditada implementa as respectivas recomendações e essas são avaliadas como suficientes pela UAIG.

Dessa forma, mais do que verificar o mero cumprimento de formalidades, é fundamental que a prioridade desse monitoramento seja avaliar se os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da gestão realmente se tornaram mais eficazes, mais eficientes e/ou mais econômicos, bem como, se for o caso, se as políticas públicas se tornaram mais efetivas.

7.1o processo de monitoramento

O monitoramento normalmente é estruturado de acordo com as seguintes etapas:

a)estabelecimento de prazo para o envio de resposta pela Unidade Auditada;

b)recebimento e avaliação de respostas da Unidade Auditada;

c)realização de testes, quando necessário;

d)comunicação à Unidade Auditada das conclusões obtidas pela UAIG;

e)estabelecimento de um processo de comunicação da situação da implementação das recomendações à alta administração ou ao conselho, se houver.

Todas as etapas citadas anteriormente devem ser registradas por meio de algum instrumento (preferencialmente sistema informatizado que possibilite a formação de um banco de dados) adequado ao porte e à complexidade da UAIG, o qual deve contribuir para que as informações sobre o monitoramento se mantenham atualizadas e disponíveis.

Cada UAIG deve incluir o monitoramento da implementação de recomendações em seu planejamento de atividades e, consequentemente, no Plano de Auditoria Interna. Isso inclui não somente testes específicos para verificação de medidas adotadas pela unidade, mas também a verificação geral da situação em que se encontram as recomendações emitidas.

É importante ressaltar que, para que o processo de monitoramento se dê de forma efetiva, deve ser realizado com independência e objetividade, da mesma forma que as demais atividades da UAIG.

7.2formas e critérios de monitoramento

Para avaliar a resposta da Unidade Auditada às recomendações emitidas, a UAIG poderá adotar algumas das seguintes estratégias (que não são excludentes entre si):

a)em período preestabelecido, por exemplo, trimestralmente, verificar a situação de todas as recomendações ou de algumas consideradas mais relevantes que deveriam ter sido concluídas no período anterior;

b)realizar trabalhos de avaliação com o objetivo de validar providências implementadas pela administração e avaliar a qualidade das ações corretivas implementadas;

c)proceder ao acompanhamento de recomendações pendentes no decorrer de um outro trabalho de auditoria programado para a mesma área da Unidade Auditada.

A seleção dessas estratégias, ou seja, a forma de monitorar, juntamente com a frequência das ações constituem a intensidade do processo de monitoramento, para cuja definição se deve levar em consideração os seguintes critérios: a gravidade dos riscos envolvidos; a complexidade do objeto da recomendação e o grau de maturidade da gestão de riscos da Unidade Auditada. Quanto maiores forem os riscos e a complexidade das medidas a serem implementadas, a UAIG deverá executar mais ações, ações de maior complexidade, ou ainda, ações em menor espaço de tempo para verificar o atendimento às recomendações. Em relação ao grau de maturidade, a UAIG deve definir a intensidade de monitoramento de forma inversa, ou seja, quanto menor a maturidade da gestão de riscos da Unidade Auditada, maior deve ser sua intensidade.

7.2.1Monitoramento de implementação de recomendações oriundas de trabalhos de consultoria

Para monitorar a implementação de recomendações decorrentes de atividades de consultoria, a UAIG deve definir durante o planejamento do trabalho, em conjunto com a Unidade Auditada, se haverá monitoramento e a forma de realizá-lo, devendo essa definição ser documentada adequadamente.

7.2.2Situação das recomendações

O monitoramento independe do instrumento de comunicação que gerou as recomendações (relatório de auditoria, nota técnica etc.) e deve ser feito de forma dinâmica. Significa dizer que as recomendações, até atingirem a situação ideal de "atendidas", podem passar por outras "situações", como "em atraso", por exemplo. Podem ainda ser alteradas ou mesmo canceladas devido a mudanças significativas em seu objeto, ou no contexto da Unidade Auditada, que as inviabilizem ou as tornem desnecessárias. É importante que a UAIG estabeleça essas situações possíveis, a fim de facilitar a interpretação do atendimento às recomendações e, por conseguinte, também o reporte à alta administração.

A UAIG deve manter os documentos correspondentes a esses eventos como papéis de trabalho e registrar tais alterações, cancelamentos e respectivas justificativas em seu instrumento de monitoramento.

7.3monitoramento de implementação de recomendações reiteradamente não atendidas

A alta administração da Unidade Auditada tem a responsabilidade de zelar pelo cumprimento das recomendações emitidas pela UAIG e também de aceitar formalmente o risco correspondente caso decida não as implementar. Nesta situação, e caso a UAIG conclua que a Unidade Auditada aceitou um nível de risco que pode ser inaceitável para a organização, o responsável pela UAIG deve discutir o assunto com a alta administração. Se o responsável pela UAIG concluir que o assunto não foi resolvido, ele deve comunicar a questão ao conselho (ou outra instância com atribuição equivalente), se houver.

Antes da discussão com a alta administração, o responsável pela UAIG deve avaliar a conveniência de fazer interlocução com as áreas responsáveis pelo risco em questão para compartilhar suas preocupações, conhecer a perspectiva dos gestores envolvidos e orientá-los quanto à resposta a esse risco.

Nos casos de desatendimento persistente a recomendações prioritárias/relevantes relacionadas a irregularidades, o responsável pela UAIG deve fazer o encaminhamento para providências às instâncias competentes, como o Ministério supervisor da Unidade Auditada, a Advocacia-Geral da União, a Corregedoria, o Ministério Público, a Polícia Federal, a Receita Federal ou o Tribunal de Contas da União, conforme o caso.

7.4comunicação da situação da implementação das recomendações

O responsável pela UAIG poderá acordar com a alta administração ou com o conselho, se houver, a forma, o escopo e a periodicidade de apresentar a situação geral das recomendações. Algumas das opções são informar:

a)a situação de todas as recomendações (atendida, cancelada, em atendimento, atrasada, etc...);

b)o percentual de recomendações de acordo com a situação em que se encontram;

c)a situação das recomendações relacionadas a objetos de maior risco.

7.5quantificação e registro dos benefícios

As UAIG devem adotar sistemática de quantificação e registro dos resultados e dos benefícios financeiros e não financeiros decorrentes de sua atuação. O registro desses benefícios possibilita que os resultados efetivos dessa atividade sejam apropriados tanto no âmbito interno das organizações públicas (pela própria UAIG, pela alta administração etc.), quanto no âmbito externo (pela sociedade, que é a financiadora e a usuária dos serviços prestados pelo poder público). Constitui, portanto, uma forma de as UAIG prestarem contas à sociedade dos resultados alcançados e, consequentemente, dos recursos empregados nas suas atividades.

A sistemática adotada pelas UAIG deve observar critérios uniformes de classificação que favoreçam a compilação e a comparação desses registros, em conformidade com este Manual e com regulamentação a ser emitida pelo órgão central do SCI.

Para que os benefícios da atuação da UAIG sejam registrados, é preciso que o benefício seja efetivo. Há, no entanto, outros requisitos para a realização do registro, quais sejam: o impacto positivo ocorrido na gestão pública; a existência de nexo causal entre a atuação da UAIG e o impacto causado pelas recomendações/orientações; e o período em que o benefício se deu.

7.5.1Impacto positivo ocorrido na gestão pública

As UAIG podem identificar esse impacto quando ocorre, por exemplo, melhoria na execução de políticas públicas ou de macroprocessos organizacionais decorrente da implementação de suas recomendações, abrangendo um ou mais dos seguintes aspectos:

a)eficácia: é a garantia de entrega à sociedade dos produtos e serviços definidos nos instrumentos de planejamento;

b)eficiência: é a maximização da entrega de produtos e serviços à sociedade a partir dos recursos disponíveis;

c)legalidade: é a garantia de entrega de produtos e serviços à sociedade conforme previsão legal;

d)efetividade: é a garantia de alcance dos objetivos propostos para uma política pública ou um macroprocesso.

7.5.2Nexo causal entre a atuação da UAIG e o impacto causado pelas recomendações

Para caracterizar a existência de nexo causal, as evidências geralmente são as seguintes:

a)recomendação enviada ao gestor;

b)manifestação, por parte do gestor, de adoção da medida decorrente da recomendação que represente impacto positivo na gestão;

c)evidência da efetiva adoção da medida;

d)memória de cálculo do benefício financeiro, se for o caso.

As evidências dos benefícios (financeiros ou não financeiros) e as evidências de nexo causal entre tais benefícios e a atuação da UAIG devem ser armazenadas como papéis de trabalho.

7.5.3Período em que o benefício ocorreu

Outro aspecto que deve ser considerado é o período adequado para se realizar o registro do benefício, o qual deverá ser compatível com a regulamentação a ser emitida pelo órgão central do SCI sobre o tema.

7.5.4Forma de cálculo dos benefícios financeiros

Tendo em vista o princípio da economicidade, faz-se necessário que, para calcular os benefícios financeiros, sejam considerados os custos que incidiram sobre a implementação das recomendações pela Unidade Auditada, se estes forem claros e mensuráveis, da seguinte forma:

Economia - Custos de implementação = Benefício financeiro

A UAIG deve obter, na Unidade Auditada, os valores da economia auferida e dos custos de implementação das recomendações. Se não forem obtidos dessa forma, a UAIG deverá realizar o cálculo, utilizando os critérios que julgar convenientes e preservar a memória de cálculo para demonstrar como chegou ao valor que está registrando.

7.5.5Classificação dos benefícios

É recomendável que as UAIG estabeleçam classes que representem as situações mais frequentes de impactos positivos (financeiros e não financeiros) na gestão da Unidade Auditada. Exemplos de classes de benefícios financeiros: elevação de receita; recuperação de valores pagos indevidamente. Exemplos de classes de benefícios não financeiros: ação de aperfeiçoamento de prestação de serviços públicos; ação de promoção de sustentabilidade ambiental.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sugere-se, ainda, que a UAIG efetue os registros dos benefícios financeiros e não financeiros no mesmo sistema informatizado (ou outro instrumento de que dispuser) utilizado para armazenar as informações do monitoramento da implementação de suas recomendações.

7.5.6Validação

Faz-se necessário que os benefícios, especialmente os financeiros, sejam submetidos a um adequado processo de governança de forma a mitigar o risco adverso de registros a maior pelas áreas responsáveis, o qual deverá ser definido pelo responsável pela UAIG.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 20. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.

ALVES, Paula Melo de Andrade; FREITAS, Arlindo de Oliveira. Ferramentas Informatizadas Utilizadas na Auditoria. Revista Brasileira de Contabilidade - RBC, [S.I.], n. 225, jun. 2017. ISSN 2526-8414.

ANDERSON, Urton L.; HEAD, Michael J.; RAMAMOORTI, Srdhar; RIDDLE, Cris; SALAMASICK, Mark; SOBEL, Paul J. Internal Auditing - Assurance & Advisory Services. 4th ed. Lake Mary: Internal Audit Foundation, 2017.

ARENS, Alvin A.; ELDER, Randal J.; BEASLEY, Mark S.; HOGAN, Chris E. Auditing and Assurance Services. 16th ed. New Jersey: Prentice Hall, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR ISO 19011: Diretrizes para auditoria de sistemas de gestão (Guidelines for auditing management systems). Rio de Janeiro, 2012.

_____. NBR ISO 31000: Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes. Rio de Janeiro, 2009.

ASSOCIATION OF CERTIFIED FRAUD EXAMINERS - ACFE. Fraud Examiners Manual. Austin, 2017.

ATTIE, William. Auditoria Interna. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. Auditoria: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

AUSTRÁLIA. Australian National Audit Office. Better Practice Guide - Public Sector Internal Audit: An Investment in Assurance and Business Improvement. Sept. 2012.

BAILEY, Andrew D.; GRAMLING, Audrey A.; RAMAMOORTI, Sridhar. Research Opportunities in Internal Auditing. Altamonte Springs: Institute of Internal Auditors Research Foundation, 2003.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond; KELL, Walter G. Auditoria. Tradução José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

_____. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940.

_____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 1991.

_____. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Lei de Improbidade Administrativa. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Brasília, 1992.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Brasília, 1998.

_____. Decreto 3.591, de 6 de setembro de 2000. Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Brasília, 2000.

_____. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília, 2001.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011.

_____. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, 2012.

_____. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Brasília, 2013.

_____. Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Brasília, 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016. Brasília: Diário Oficial da União, 11 maio 2016.

_____. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa nº 24 , de 17 de novembro de 2015. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), os trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de auditoria interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) e dá outras providências. Brasília, 2015.

_____. _____. Ordem de Serviço nº 111, de 16 de agosto de 2005. Brasília, 2005.

_____. _____. Portaria nº 1.276, de 05 de junho de 2017. Institui conceitos e orientações relacionados aos benefícios financeiros e não financeiros. Brasília, 2017.

_____. _____. Curso Técnicas e instrumentos para coleta e análise de dados em auditoria. In: Oficinas de Reformulação de Relatórios. Conteudista: Maria das Graças Rua. Brasília, 2016.

_____. _____. Curso Auditoria Baseada em Risco. Conteudistas: Antônio Alves de Carvalho Neto, Arnaldo Ribeiro Gomes. Brasília, 2017.

_____. _____. Curso Gestão de Riscos e Controles Internos no Setor Público. Conteudistas: Américo Cordeiro, Karen Cristina Cremer Francisco Sá Teles. Brasília, 2017.

_____. _____. Secretaria Federal de Controle Interno. Instrução Normativa nº 3, de 09 de junho de 2017. Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Brasília, 2017.

_____. _____. _____. Portaria SFC/CGU nº 896, de 12 de maio de 2016. Institui o Programa de Avaliação e Melhoria da Qualidade das Ações de Controle (PRO-Qualidade). Brasília, 2016.

_____. _____. _____. Manual de Contabilização de Benefícios. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. Portaria CENCIAR nº 122/CENCIAR-4, de 260 de novembro de 2015. Aprova a edição da ICA 174-4 Padrões de Auditoria Interna. Brasília, 2015.

_____. _____. _____. Portaria nº 349/GC3, de 4 de abril de 2016. Aprova a edição da NSCA 174-2 Normas da Auditoria Interna. Brasília, 2016.

_____. Tribunal de Contas da União (TCU). Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União - NAT. Brasília, 2011.

_____. _____. Padrões de Auditoria de Conformidade. Brasília, 2009

_____. _____. Manual de Auditoria Operacional. Brasília, 2010.

_____. _____. Glossário de Termos de Controle Externo. Brasília, 2012.

_____. _____. Manual de auditoria financeira. Brasília, 2016.

_____. _____. Acórdão nº 415/2009-2ª Câmara-TCU. Ata nº 5, Sessão de 03 de março de 2009. Brasília, 2009. Item 1.4.1.4.

_____. _____. Acórdão nº 1171/2017-TCU-Plenário. Ata nº 20, Sessão de 07 de junho de 2017. Relatório de levantamento (...) com vistas a avaliar a auditoria interna da Administração Direta do Poder Executivo Federal e as competências das Secretaria Federal de Controle-SFC para realizar auditorias financeiras. Brasília, 2017.

_____. _____. Portaria TCU nº 168, de 30 de junho de 2011.

_____. _____. Técnicas de Auditoria: Benchmarking. Brasília, 2000.

_____. _____. Técnica de Indicadores de Desempenho para Auditorias. Brasília, 2011.

_____. Tribunal de Contas do Distrito Federal. Manual de Auditoria: parte geral 2ª v. Brasília: TCDF, 2011.

BRASILIANO, Antonio Celso Ribeiro. Inteligência em riscos: gestão integrada em riscos corporativos. São Paulo: Sicurezza, 2016.

CHARTERED INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS. Benefits and drawbacks. [S.l.], 29 May 2014.

_____. Doing the audit. [S.l.], 29 May 2014.

_____. Risk maturity assessment. [S.l.], 29 May 2014.

_____. Risk based internal auditing. [S.l.], 08 Oct. 2014.

_____. Production of the audit plan. [S.l.], 13 Oct. 2014.

_____. Annual internal audit coverage plans. [S.l.], 24 May 2017.

CICCO, Francesco de. Auditoria baseada em riscos: mudando o paradigma das auditorias internas. São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.qsp.org.br/auditoria_risco.shtml>. Acesso em: 18 maio 2017.

_____. Auditoria baseada em riscos - Como implementar a ABR nas organizações: uma abordagem inovadora. São Paulo: Risk Tecnologia, 2007. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=zBnNCgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. Gestão de Riscos: Diretrizes para a Implementação da ISO 31000:2009. São Paulo: Risk Tecnologia, 2009.

COCHRAN, W. G. Sampling Techniques. 3 ed. John Wiley & Sons, 1977.

THE COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION (COSO). Controle Interno - Estrutura Integrada: Sumário Executivo. Tradução: Price Watherhouse Coopers e Instituto dos Auditores Internos do Brasil. São Paulo, 2013.

_____. Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada: Sumário Executivo e Estrutura (COSO GRC, 2004). Tradução: Price Watherhouse Coopers e Instituto dos Auditores Internos do Brasil. São Paulo, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL: Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração. Brasília, 2015.

_____. NBC TA 200: Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria. Brasília, 2009.

_____. NBC TA 230: Documentação de Auditoria. Brasília, 2009.

_____. NBC TA 240: Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis. Brasília, 2009.

_____. NBC TA 300: Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis. Brasília, 2009.

_____. NBC TA 330: Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados. Brasília, 2009.

_____. NBC TA 500: Evidência de Auditoria. Brasília, 2009.

_____. NBC TA 530: Amostragem em Auditoria. Brasília, 2009.

_____. NBC PA 01: Controle de Qualidade para Firmas (Pessoas Jurídicas e Físicas) de Auditores Independentes. Brasília, 2009.

CORDEIRO, Cláudio Marcelo Rodrigues Cordeiro. Testes em auditoria: uma revisão conceitual aplicável na prática. Artigo publicado no Portal de Auditoria.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. Auditoria contábil: teoria e prática - 8. ed. - São Paulo: Atlas, 2012.

_____; CREPALDI, Guilherme Simões. Auditoria contábil: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DA COSTA, Gledson Pompeu Corrêa. Contribuições da Auditoria Contínua para a Efetividade do Controle Externo. Especialização em Auditoria e Controle Governamental. Instituto Serzedello Corrêa - ISC/TCU, Brasília, 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH). Código de Ética da Auditoria Interna. Brasília, 2013.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States General Accounting Office (GAO). How to Get Action on Audit Recommendations. Washington, 1991.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. Auditoria contábil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GLEIM, Irvin N. CIA Review Parte 1. Tradução: Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil. 17. ed. São Paulo, 2014.

GRIFFITHS, David. Risk based internal auditing: An introduction. [S.l.: s.n], 2015a. [E-Book]. Disponível em <http://www.internalaudit.biz/webresources/rbiaintroduction.html>. Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. Risk based internal auditing: Audit Manual. [S.l.: s.n], 2015b. [E-Book]. Disponível em <http://www.internalaudit.biz/webresources/ribaauditmanual.html>. Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. Risk based internal auditing: Compiling a Risk and Audit Universe. [S.l.: s.n], 2015c. [E-Book]. Disponível em <http://www.internalaudit.biz/webresources/compilationrau.html>. Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. Risk based internal auditing: Three views on implementation. [S.l.: s.n], 2015d. [E-Book]. Disponível em <http://www.internalaudit.biz/webresources/rbiaimplementation.html>. Acesso em: 23 abr. 2017.

THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS. Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF). Tradução: Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.iiabrasil.org.br/ippf.html>.

INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS (THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS (IIA). Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna. Tradução: Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil. São Paulo, 2009.

_____. Declaração de Posicionamento: As três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles. Tradução: Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil. São Paulo, 2013.

_____. Declaração de Posicionamento: O papel da auditoria interna no gerenciamento de riscos corporativos. Tradução: Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA. São Paulo, 2009.

_____. Supplemental Guidance (Orientações Suplementares). Practice Guides (Guias Práticos). Audit report: Communicating Assurance Engagement Results. Flórida, 2016.

_____. Supplemental Guidance (Orientações Suplementares). Practice Guides (Guias Práticos). Global Technology Audit Guide (GTAG). Continuous Auditing: Coordinating Continuous Auditing and Monitoring to Provide Continuous Assurance. 2ª Edição. Flórida, 2009.

_____. Supplemental Guidance (Orientações Suplementares). Practice Guides (Guias Práticos). Programa de Avaliação de Qualidade e Melhoria. Tradução: Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil.

_____. Supplemental Guidance (Orientações Suplementares). Practice Guides (Guias Práticos). Auditoria Interna e Fraude. Tradução: Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil. São Paulo, 2013.

_____. Report (Relatórios) Apostila Aluno. Tradução: Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil. Versão revisada. 2012.

INSTITUTO RUI BARBOSA. Normas de Auditoria Governamental - NAGs: Aplicáveis ao Controle Externo. 2010. Disponível em <http://www.controlepublico.org.br/files/Proposta-de-Anteprojeto-NAGs_24-11.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS (INTOSAI). ISSAI 100: Fundamental Principles of Public Sector Auditing. Beijing, 2013. Disponível em: http://www.issai.org/en_us/site-issai/issai-framework/3-fundamental-auditing-priciples.html Acesso em: out. 2017.

_____. ISSAI 3000: Standard for Performance Auditing. Viena, 2016.

_____. ISSAI 4000: Compliance Audit Standard. Viena, 2016.

_____. INTOSAI Guidance for Good Governance (INTOSAI GOV) 9150 - Coordination and Cooperation between SAIs and Internal Auditors in the Public Sector. Johannesburg, 2010.

INTERNATIONAL STANDARD ON AUDITING. ISA 530: Audit Sampling. 2009.

KINCAID, James K.; SAMPIAS, William J.; MARCELLA Jr., Albert J. Profesional Certificado em Auditoria Gubernamental. Guia de Estudio para el Examen. Tercera edición. Altamonte Springs: The Institute of Internal Auditors Research Foundation (IIARF), 2008.

O"CONNOR, Thomas F.; MORGAN, Stephen L. CGAP Certified Government Auditing Professional: Exam Study Guide. Contributing Editor: Sam M. McCall. 4th ed. Altamonte Springs: IIARF, 2012.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Avaliação da OCDE sobre o Sistema de Integridade da Administração Pública Federal Brasileira. [S.l.: s.n.], 2011. Disponível em <http://www.cgu.gov.br/assuntos/articulacao-internacional/convencao-da-ocde/documentos-relevantes>. Acesso em: 05 jul. 2017.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de Auditoria Governamental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PICKETT, K.H. Spencer. The internal auditing handbook. 3rd ed. Chichester: A John Wiley and Sons, Ltd., Publication, 2010.

REINO UNIDO. HM Treasury. Good Practice Guidance: Delivering Audit Assignments: A Risk-based Approach. London, 2005.

_____. _____. Good Practice Guidance: the consultancy role of internal audit. London, 2010.

_____. _____. Fraud and the Government Internal Auditor. London, 2012.

SWANSON, Dan. The Art Of Expressing An Internal Audit Opinion. Delaware, Wilmington Compliance Week Inc, 2016. Disponível em: <https://www.complianceweek.com/blogs/dan-swanson/the-art-of-expressing-an-internal-audit-opinion#.WXjrnpcvu9Y>. Acesso em 26 jul. 2017.

TWIST, M.J.W. van; STEEN, M. van der; DE KORTE, R.W.A.; NUJITEN, A. Consulting & Auditing: The complementary competencies of conflicting professionals logics. [S.l.]: IIA-Netherlands and Erasmus School of Accounting & Assurance (ESAA), 2015.

UNIÃO EUROPÉIA. Tribunal de Contas Europeu. Manual da auditoria de resultados. 2015.

GLOSSÁRIO

Accountability: obrigação dos agentes e das organizações que gerenciam recursos públicos de assumir integralmente as responsabilidades por suas decisões e pela prestação de contas de sua atuação de forma voluntária, inclusive sobre as consequências de seus atos e omissões.

Adicionar valor (Agregar valor): a atividade de auditoria interna agrega valor à organização (e às suas partes interessadas) quando proporciona avaliação objetiva e relevante e contribui para a eficácia e eficiência dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles.

Alta administração: a alta administração representa o mais alto nível estratégico e decisório de um órgão ou entidade, seja ela parte da Administração Pública Federal Direta ou Indireta. Na Administração Pública Federal Direta, a alta administração é, em regra, composta pelos Ministros de Estado e pelos Secretários Nacionais; na Administração Indireta, são comuns as figuras dos Presidentes, Diretores-Presidentes e colegiados de Diretores. Todavia, para os efeitos deste Manual, deve ser considerado como alta administração todo e qualquer responsável por tomar decisões de nível estratégico, independentemente da natureza da Unidade e das nomenclaturas utilizadas. São, portanto, as instâncias responsáveis pela governança, pelo gerenciamento de riscos e pelos controles internos da gestão, a quem a UAIG deve se reportar, por serem capazes de desenvolver uma visão de riscos de forma consolidada e definir o apetite a risco da organização, implementar as melhorias de gestão necessárias ao tratamento de riscos e dar efetividade às recomendações da UAIG. Nas Unidades Auditadas em que não exista a figura do conselho, a alta administração acumula as suas funções.

Apetite a Risco: nível de risco que uma organização está disposta a aceitar.

Apuração: compreende a realização de trabalhos destinados à averiguação de atos ou fatos inquinados como ilegais ou irregulares na utilização de recursos públicos federais, que podem decorrer de fraude ou erro.

Auditor interno governamental: servidor ou empregado público, civil ou militar, que exerce atividades de auditoria interna governamental, em uma Unidade de Auditoria Interna Governamental.

Benchmarking: técnica voltada para a identificação e implementação de boas práticas de gestão. Seu propósito é determinar, mediante comparações de desempenho e de boas práticas, se é possível aperfeiçoar o trabalho desenvolvido em uma organização. O benchmarking pode ajudar na identificação de oportunidades de melhorar a eficiência e proporcionar economia.

Benefício Efetivo: impacto positivo na gestão pública, comprovado, decorrente da implementação de orientações e recomendações provenientes das atividades de auditoria interna executadas pela UAIG; consiste no tipo de benefício que deve ser registrado como resultado da atuação da atividade de auditoria interna. Para os fins deste Manual, o termo benefício se refere a benefício efetivo.

Benefício Financeiro: benefício que pode ser representado monetariamente e demonstrado por meio de documentação comprobatória, preferencialmente fornecida pelo gestor; inclui aqueles decorrentes de recuperação de prejuízo.

Benefício Não-Financeiro: benefício que demonstra impacto positivo de forma estruturante, ou seja, que se direciona a um processo ou atividade fundamental da administração pública, mas que não é passível de representação monetária (como melhorias gerenciais, em normativos ou em controles internos, por exemplo), devendo ser quantificado, se possível, em alguma unidade não monetária.

Cadastro de riscos: é uma lista de riscos, interdependentes ou não, que contêm características semelhantes.

Causa-raiz: causa primária ou causas que deram origem a uma dificuldade, um erro ou um caso de não conformidade.

Ceticismo profissional: postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.

Conflito de interesse: situação na qual o auditor interno governamental tem interesse profissional ou pessoal conflitante com o desempenho da auditoria, comprometendo sua objetividade. O conflito pode surgir antes ou durante o trabalho de auditoria e criar uma aparência de impropriedade que pode abalar a confiança no auditor, na UAIG, na Unidade Auditada ou na atividade de auditoria interna.

Conselho: estrutura colegiada com poder decisório encarregada de gerir, em nível estratégico, as atividades e a administração de um órgão ou entidade da Administração Pública Federal, não se confundindo com conselhos e comissões de caráter opinativo. Na Administração Pública Federal, a figura do conselho com poderes decisórios é mais comum na Administração Indireta. Normalmente, os conselhos são formados por representantes dos acionistas ou por um colegiado de diretores. Sua denominação pode variar de acordo com a organização, de modo que o enquadramento de um colegiado como "conselho" deve ser realizado com base nas suas atribuições e poderes legais e regimentais. Caso não exista na organização, suas atribuições são absorvidas pela alta administração.

Controle compensatório: são controles que podem reduzir o risco quando os controles primários são ineficazes.

Controle complementar: são os controles que trabalham junto com outros controles para reduzir o risco a um nível aceitável.

Controle corretivo: são os controles que corrigem os efeitos negativos de eventos indesejados.

Controle detectivo: são os controles que detectam a materialização de eventos de risco, contudo não impedem a sua ocorrência. Alertam sobre a existência de problemas ou desvios do padrão, com o objetivo de provocar a gestão para adotar as ações corretivas.

Controle diretivo: causam ou incentivam a ocorrência de um evento desejável. Exemplo: treinamento de funcionários, manuais.

Controle preventivo: são os controles que impedem a ocorrência de eventos indesejados.

Controles internos da gestão: processo que envolve um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela alta administração, pelos gestores e pelo corpo de servidores e empregados dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais serão alcançados: a) execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações; b) cumprimento das obrigações de accountability; c) cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis; e d) salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e danos. O estabelecimento de controles internos no âmbito da gestão pública visa a essencialmente aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados, de forma eficaz, eficiente, efetiva e econômica. Nesse Manual, pode também ser denominado apenas controle ou controle interno.

Controles internos chave: todas as medidas relevantes tomadas pela organização para evitar a ocorrência de um risco associado a um objetivo fundamental para a organização, ou seja, todas as medidas adotadas para mitigar a ocorrência de riscos e aumentar a probabilidade de atingir os principais objetivos estabelecidos.

COSO: The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. O COSO é uma iniciativa conjunta de cinco organizações do setor privado que se propõe a liderar a geração de conhecimento por meio do desenvolvimento de estruturas e diretrizes sobre controles internos, gerenciamento de riscos corporativos e prevenção de fraudes.

Distorção relevante: distorções, incluindo omissões, são consideradas relevantes se, individualmente ou em conjunto, puderem razoavelmente influenciar as decisões relevantes dos usuários previstos tomadas com base na informação do objeto.

Eficácia: grau de alcance das metas programadas (bens e serviços) em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados. O conceito de eficácia diz respeito à capacidade da gestão de cumprir objetivos imediatos, traduzidos em metas de produção ou de atendimento, ou seja, a capacidade de prover bens ou serviços de acordo com o estabelecido no planejamento das ações.

Eficiência: relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los, em um determinado período de tempo, mantidos os padrões de qualidade. Essa dimensão refere-se ao esforço do processo de transformação de insumos em produtos. Pode ser examinada sob duas perspectivas: minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto; ou otimização da combinação de insumos para maximizar o produto quando o gasto total está previamente fixado.

Erro: ato não-voluntário, não-intencional, resultante de omissão, desconhecimento, imperícia, imprudência, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de documentos, registros ou demonstrações. Existe apenas culpa, pois não há intenção de causar dano.

Fraude: quaisquer atos ilegais caracterizados por desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança. As fraudes são perpetradas por partes e organizações, a fim de se obter dinheiro, propriedade ou serviços; para evitar pagamento ou perda de serviços; ou para garantir vantagem pessoal ou em negócios.

Gerenciamento de riscos: processo para identificar, analisar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização.

Gestores: servidores ou empregados públicos, civis ou militares, ocupantes de cargo efetivo ou em comissão, que compõem o quadro funcional dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, responsáveis pela coordenação e pela condução dos processos e atividades da unidade, incluídos os processos de gerenciamento de riscos e controles.

Governança: combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração, para informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades da organização, com o intuito de alcançar os seus objetivos. A governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Ilegalidade: é o ato ou fato contrário ao ordenamento jurídico, incluídos as leis e outros atos normativos, bem como os princípios jurídicos.

Impropriedade: são falhas de natureza formal de que não resulte dano ao erário e outras que têm o potencial para conduzir à inobservância aos princípios de administração pública ou à infração de normas legais e regulamentares, tais como deficiências nos controles internos da gestão, violações de cláusulas, abuso, imprudência, imperícia.

Independência: é a imunidade quanto às condições que ameaçam a capacidade da atividade de auditoria interna de conduzir suas responsabilidades de maneira imparcial.

Indicadores de desempenho: trata-se de um número, percentagem ou razão que mede um aspecto do desempenho, com o objetivo de comparar esta medida com metas preestabelecidas.

Irregularidade: é a prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, tais como fraudes, atos ilegais, omissão no dever de prestar contas, violações aos princípios de administração pública.

Julgamento profissional: é a aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas a respeito dos cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria.

Magnitude do risco: nível de risco medido em termos de impacto e probabilidade. A nomenclatura pode variar no âmbito de cada órgão/entidade.

Materialidade: constitui critério utilizado na seleção de objetos de auditoria por parte da UAIG, e refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados em determinada unidade administrativa, função, macroprocesso, ação de governo, política, etc.

Objetividade: constitui princípio fundamental para a prática da atividade de auditoria interna governamental. Refere-se a atitude mental imparcial que permite aos auditores internos executarem os trabalhos de auditoria de maneira a terem uma confiança no resultado de seu trabalho e que não seja feito nenhum comprometimento da qualidade. Requer que os auditores internos não subordinem a outras pessoas o seu julgamento em assuntos de auditoria, que mantenham uma atitude de imparcialidade, que possuam honestidade intelectual e que estejam livres de conflitos de interesse.

Objeto de auditoria: unidade, função, processo, sistema ou similar, sob a responsabilidade de uma Unidade Auditada, sobre a qual pode ser realizada atividades avaliação ou consultoria pela UAIG.

Órgãos setoriais: são os órgãos de controle interno que integram a estrutura do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa, da Advocacia-Geral da União e da Casa Civil da Presidência da República, conforme disposto pela Lei nº 10.180, de 2001.

Parte interessada: pessoa ou organização que pode afetar, ser afetada, ou perceber-se afetada por uma decisão ou atividade.

Política de gestão de riscos: declaração das intenções e das diretrizes gerais de uma organização relacionadas à gestão de riscos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Probabilidade: trata-se da possibilidade de que um dado evento possa ocorrer. Pode ser expressa utilizando-se de termos qualitativos (frequente, comum, possível, incomum, raro) ou quantitativos, como percentual de probabilidade ou frequência.

Proficiência: capacidade dos auditores internos governamentais de realizar os trabalhos para os quais foram designados. Os auditores devem possuir e manter o conhecimento, as habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades individuais.

Questões de auditoria: consistem nos objetivos do trabalho descritos em forma de perguntas. São necessárias para direcionar os trabalhos para os resultados que se pretende atingir.

Responsável pela Unidade de Auditoria Interna Governamental (Responsável pela UAIG): mais alto nível de gestão da UAIG, responsável pela conformidade da atuação da UAIG com o presente Manual e com as demais normas e boas práticas aplicáveis à atividade de auditoria interna governamental, independentemente do exercício direto de suas atribuições ou de eventual delegação de competência. No SCI, ocupam tal posição: a) na CGU, o Secretário Federal de Controle Interno; b) nas Ciset, os respectivos Secretários de Controle Interno; c) nas Audin, os Auditores-Chefes; e d) nas unidades setoriais das Ciset, os Chefes/Diretores.

Risco: possibilidade de ocorrer um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos da Unidade Auditada. Em geral, o risco é medido em termos de impacto e de probabilidade.

Risco de auditoria: consiste na possibilidade de que a informação ou atividade sujeita a exame contenha erros significativos ou irregularidades e não sejam detectadas na execução da auditoria. Deste modo, é a possibilidade de emitir um relatório de auditoria incorreto por não ter detectado esses erros ou irregularidades significativas que modificariam a opinião expressa no relatório.

Risco de controle: risco de que um erro ou classificação indevida materiais que possam constar de uma afirmação não sejam evitados ou detectados tempestivamente pelos controles internos da entidade.

Risco de detecção: é o risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

Risco inerente: risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto.

Risco residual: risco a que uma organização está exposta após a implementação de ações gerenciais para o tratamento do risco.

Segregação de funções: consiste na separação de funções de tal forma que estejam segregadas entre pessoas diferentes, a fim de reduzir o risco de erros ou de ações inadequadas ou fraudulentas. Geralmente implica dividir as responsabilidades de registro, autorização e aprovação de transações, bem como de manuseio dos ativos relacionados.

Serviços de avaliação: atividade de auditoria interna governamental que consiste no exame objetivo da evidência, com o propósito de fornecer ao órgão ou entidade da Administração Pública Federal uma avaliação tecnicamente autônoma e objetiva sobre o escopo da auditoria.

Serviços de consultoria: atividade de auditoria interna governamental que consiste em assessoramento, aconselhamento e serviços relacionados, prestados em decorrência de solicitação específica do órgão ou entidade da Administração Pública Federal, cuja natureza e escopo são acordados previamente e que se destinam a adicionar valor e a aperfeiçoar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e a implementação de controles internos na organização, sem que o auditor interno governamental assuma qualquer responsabilidade que seja da administração da Unidade Auditada.

Supervisão técnica (no âmbito do SCI): atividade exercida pelo Órgão Central do SCI e pelos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição. Desdobra-se por meio da normatização, da orientação, da capacitação e da avaliação do desempenho das unidades que compõe o SCI e das unidades auxiliares ao sistema, com a finalidade de harmonizar a atuação, promover a aderência a padrões técnicos de referência nacional e internacional e buscar a garantia da qualidade dos trabalhos realizados pelas UAIG. A supervisão técnica não implica em subordinação hierárquica.

Unidade Auditada: órgão ou entidade da Administração Pública Federal para o qual uma determinada UAIG tem a responsabilidade de contribuir com a gestão, por meio de atividades de avaliação e de consultoria. Para os fins deste Manual, o termo Unidade Auditada, no contexto dos trabalhos de avaliação e consultoria, também pode ser compreendido como macroprocesso, processo, unidade gestora ou objeto sobre o qual incida um trabalho de auditoria.

Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG): unidade responsável pela prestação de serviços independentes e objetivos de avaliação e de consultoria, desenvolvidos para adicionar valor e melhorar as operações da organização e que reúna as prerrogativas de gerenciamento e de operacionalização da atividade de auditoria interna governamental no âmbito de um órgão ou entidade da Administração Pública Federal. Consideram-se UAIG as unidades integrantes do SCI e os órgãos auxiliares. As UAIG estão posicionadas na terceira linha de defesa do Poder Executivo Federal.

Unidades setoriais: são as unidades de Controle Interno dos comandos militares, que constituem setoriais da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa.

Unidades de auditoria interna singulares (Audin): unidades de auditoria interna singulares vinculadas a órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta. São considerados como auxiliares do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Universo de auditoria: conjunto de objetos de auditoria passíveis de ser priorizados pela UAIG para a elaboração do Plano de Auditoria Interna.

APÊNDICE A - Matriz de Riscos e Controles

Matriz de Riscos e Controles													
Objetivo-Chave	Risco-Chave	Impacto	Probabilidade	Risco Inerente (RI)		Avaliação preliminar dos Controles e do Risco de Controle (RC)			Risco Residual (RR)		Tipo de Teste	Conclusão do auditor	Questão de Auditoria
Objetivo1	Risco1	2	1	2	Baixo	Inexistente	Controle não existe, não funciona ou não está implementado.	1	2	Baixo	Realizar testes apenas se o auditor julgar necessário.		
Objetivo2	Risco2	2	5	10	Médio	Satisfatório	Controle institucionalizado e embora passível de aperfeiçoamento, é sustentado por ferramentas adequadas e mitiga o risco razoavelmente.	0,4	4	Baixo	+ Testes de controle		

Impacto	Avaliar o impacto do risco com base nos critérios de Impacto
Probabilidade	Avaliar a probabilidade do risco com base nos critérios de probabilidade
Risco Inerente (RI)	Risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto Avaliação de RI com base nos níveis de riscos
Avaliação preliminar dos Controles e do Risco de Controle (RC)	Avaliação dos controles desenhados para o respectivo risco Descrição da avaliação do controle risco de que um erro ou classificação indevida materiais que possam constar de uma afirmação não sejam evitados ou detectados tempestivamente pelos controles internos da entidade.
Risco Residual (RR)	Risco que permanece após a resposta da administração. É resultado da multiplicação RI x RC. Avaliação do Risco Residual com base na escala de Avaliação dos Níveis de Risco

Tipo de Teste	Tipos de testes de auditoria que serão necessários, com base na avaliação dos controles.
Conclusão do auditor	Conclusão do auditor sobre os riscos a serem priorizados e os tipos de testes a serem aplicados
Questão de Auditoria	Elemento que define o objetivo da auditoria e constitui a base da estrutura das análises que permitirão chegar à conclusão sobre os controles: se estão adequadamente concebidos na proporção requerida pelos riscos; se estão sendo aplicados e se funcionam de maneira contínua e coerente, conforme as respostas a riscos definidas pela administração.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

APÊNDICE B - Matriz de Planejamento
Unidade ou objeto examinado:
Objetivo:
Equipe de auditoria:
Supervisor:

Matriz de Planejamento										
Problema (facultativo) ou Risco	Questões de auditoria	Subquestões de auditoria	Critério (o que deve ser)	Informações requeridas	Fontes de informação	Procedimentos de auditoria	Possíveis limitações para a execução da auditoria	Membro da equipe responsável pela execução	Período	O que a análise vai permitir dizer/Possíveis achados (facultativo)
O problema consiste na descrição daquilo que motivou a auditoria. Deve ser bem delimitado e expresso de forma clara e concisa. Exemplo: o surto de dengue está comprometendo gravemente a saúde das famílias brasileiras.	Consistem nos objetivos do trabalho descritos em forma de perguntas. São necessárias para direcionar os trabalhos para os resultados que se pretende atingir.	São desdobramentos de cada questão de auditoria que permitem no conjunto respondê-la, devendo ao mesmo tempo excluir-se mutuamente e completar-se coletivamente.	É o padrão utilizado para avaliar se o objeto auditado atende, excede ou está aquém do desempenho esperado.	Deve ser preenchida com as informações que serão necessárias para responder às questões de auditoria. Exemplos: dados extraídos do Siafi (informar quais dados); resultados dos indicadores de desempenho da unidade X (informar quais indicadores)...	É a identificação de onde as informações requeridas estão disponíveis, por exemplo, sistemas corporativos; sistemas internos da unidade; instalações físicas do gestor; terceiros depositários...	Conjunto de exames que têm como finalidade obter evidências suficientes, confiáveis, fidedignas, relevantes e úteis, que permitam responder a uma questão de auditoria.	Fatos que podem impossibilitar a verificação de alguns aspectos ou a utilização de algumas técnicas. Exemplo: foi constatado que a população alvo da pesquisa que seria realizada é, em sua maioria, analfabeta, o que impossibilitará a utilização de questionários.			Hipóteses, ou seja, respostas provisórias para as questões de auditoria. Têm o papel de auxiliar o auditor a antecipar possíveis dificuldades ou fragilidades no seu trabalho.

APÊNDICE C - Exemplo de Documento de Apresentação da Equipe
[NOME DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL]
[Endereço - CEP]
[Telefone: (XX) XXXX-XXXX - e-mail]
Ofício (ou Memorando) nº [Numeração sequencial do documento/Ano]
[Cidade, Data por extenso.]
[Vocativo]
[NOME DO DESTINATÁRIO]
[Cargo]
[Órgão/Entidade]
[Endereço do Órgão/Entidade]
[CEP - Cidade - UF]
Assunto: [Descrever o trabalho a ser realizado]
Senhor(a) [Cargo],

Conforme previsto nos artigos A e B da Lei nº X.XXX/AAAA e no artigo C da Instrução Normativa nº YY/AAAA, informamos que daremos início aos trabalhos de auditoria com o objetivo de [detalhar objetivo]. [No parágrafo inicial também poderão ser apresentados o escopo e os principais critérios selecionados durante a fase de planejamento]

A equipe de auditoria será composta pelos servidores [Nome do Servidor e Cargo], [Nome do Servidor e Cargo] e [Nome do Servidor e Cargo], sob a Coordenação do último.

Os trabalhos de campo ocorrerão no período de ___/___/_____ a ___/___/_____. Para o bom desenvolvimento dos trabalhos, solicitamos previamente a adoção das seguintes providências:

a)disponibilização de sala reservada e segura para que a equipe possa se instalar durante os trabalhos de campo;

b)disponibilização de senha de acesso aos seguintes sistemas corporativos: [especificar sistemas];

c)designação de uma pessoa qualificada para fazer a interlocução entre a equipe de auditoria e as subunidades de Unidade Auditada durante a realização dos trabalhos.

A equipe de auditoria estará disponível para prestar os esclarecimentos relativos à condução dos trabalhos durante toda a fase de execução dos trabalhos. Da mesma forma, é importante que os interlocutores desse Órgão/Entidade mantenham postura dinâmica e ágil na interação com a equipe de auditoria, apresentando tempestivamente documentos, manifestações e/ou esclarecimentos relativos aos assuntos que venham a ser levantados ao longo dos trabalhos, por meio das Solicitações e Notas de Auditoria a serem expedidas.

Após a finalização dos trabalhos de campo, será encaminhado Relatório Preliminar/Matriz de Achados [ou outro documento utilizado pela UAIG], que servirá de subsídio para a reunião que discutirá os achados (quando houver).

Considerando as diretrizes do Programa de Avaliação e Melhoria da Qualidade desta Unidade de Auditoria Interna Governamental, informamos também que Vossa Senhoria poderá receber convite, ao final dos trabalhos, para participar de pesquisa de avaliação da referida ação de controle.

Cabe informar que a auditoria estará sob a Supervisão do servidor [Nome do Servidor e Cargo].

Com o intuito de agilizar os trabalhos, segue, anexa, a Solicitação de Auditoria nº XX/AAAA.

Atenciosamente,
NOME DO SIGNATÁRIO
Cargo

Registro de recebimento do documento pela Unidade Auditada	
Assinatura do responsável pelo recebimento	Data do recebimento
Nome completo (ou carimbo) do responsável pelo recebimento	Matrícula

APÊNDICE D - Exemplo de Solicitação de Auditoria
[NOME DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL]
[Endereço - CEP]
[Telefone: (XX) XXXX-XXXX - e-mail]
Solicitação de Auditoria nº: [Processo Auditoria/Numeração sequencial da Solicitação]
Destinatário: [Nome do dirigente máximo da Unidade Auditada]
Unidade Auditada: [Nome da Unidade Auditada]
[Cidade, Data por extenso]
Senhor(a) [Cargo dirigente máximo da Unidade Auditada],

Considerando o disposto no artigo A da Lei nº X.XXX/AAAA e com vistas a subsidiar os trabalhos de auditoria que serão/estão sendo realizados nessa unidade, solicitamos o seguinte:

1.Apresentar os originais dos processos:

a)Processo nº XXXX/AAAA: [quando possível, especificar páginas];

b)Processo nº YYYY/AAAA: [quando possível, especificar páginas];

2.Providenciar cópias digitais dos seguintes documentos:

a)Ofício nº XX/AAAA;

b)Portaria nº YY/AAAA;

c)Processo nº ZZ/AAAA: [quando possível, especificar páginas];

3.Informar o quantitativo de [especificar a informação requerida];

4.Descrever quais os procedimentos de controle utilizados no processo [detalhar processo];

5.Descrever o método de cálculo utilizado na construção dos seguintes indicadores: [especificar indicadores].

Os processos solicitados no item 1 deverão ser apresentados à equipe de auditoria instalada na unidade [especificar sala]. Os documentos solicitados no item 2 deverão ser digitalizados e enviados por e-mail. As informações constantes dos itens 3, 4 e 5 poderão ser encaminhadas eletronicamente. O e-mail para encaminhamento das informações é [inserir e-mail].

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Quando do envio das informações à equipe de auditoria, orienta-se que esta unidade informe a qual item da listagem acima cada resposta se refere. Além disso, é importante que sejam identificados os responsáveis pela informação, a fonte da informação e que os documentos estejam datados e assinados, quando couber.

As informações solicitadas neste documento deverão ser apresentadas até o dia ___/___/_____. Caso algumas das informações requeridas estejam indisponíveis, deverão ser encaminhadas as devidas justificativas à equipe de auditoria dentro do prazo estabelecido para o atendimento à esta S.A.

A equipe de auditoria estará disponível tanto pessoalmente, como também através de e-mail ou telefone, para prestar quaisquer esclarecimentos em relação aos itens solicitados.

NOME DO SIGNATÁRIO

Cargo

Registro de recebimento do documento pela Unidade Auditada	
Assinatura do responsável pelo recebimento	Data do recebimento
Nome completo (ou carimbo) do responsável pelo recebimento	Matrícula

APÊNDICE E - Exemplo de Nota de Auditoria

[NOME DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL]

[Endereço - CEP]

[Telefone: (XX) XXXX-XXXX - e-mail]

Nota de Auditoria nº: [Processo Auditoria/Numeração sequencial da Nota]

Destinatário: [Nome do dirigente máximo da Unidade Auditada]

Unidade Auditada: [Nome da Unidade Auditada]

[Cidade, Data por extenso]

Senhor(a) [Cargo dirigente máximo da Unidade Auditada],

No decorrer dos trabalhos de auditoria, foram verificadas falhas cujas medidas de saneamento devem ser adotadas antes da conclusão dos trabalhos de campo. Portanto, estão relacionados, a seguir [ou em anexo, a depender da quantidade de registros], o(s) registro(s) elaborado(s) pela equipe de auditoria, as providências recomendadas e os prazos estabelecidos para o seu atendimento:

1.Achado (descrição sumária):

- Fato:
- Causas:
- Recomendação:

Prazo para atendimento: ___/___/_____.

2.Achado (descrição sumária):

- Fato:
- Causas:
- Recomendação:

Prazo para atendimento: ___/___/_____.

A equipe de auditoria estará disponível tanto pessoalmente, como também através de e-mail ou telefone, para prestar quaisquer esclarecimentos em relação aos registros apresentados.

NOME DO SIGNATÁRIO

Cargo

Registro de recebimento do documento pela Unidade Auditada	
Assinatura do responsável pelo recebimento	Data do recebimento
Nome completo (ou carimbo) do responsável pelo recebimento	Matrícula

APÊNDICE F - Exemplo de Matriz de Achados

Objeto examinado:

Objetivo:

Equipe de auditoria:

Supervisor:

N° da Ordem de Serviço:

Matriz de Achados											
Questões de Auditoria	Subquestões de Auditoria	Descrição sumária	Critério (O que deveria ser)	Condição ou situação encontrada (O que é)	Evidências	Informação extraída das evidências	Causas	Efeitos	Boas Práticas	Recomendações	Benefícios esperados

Questões de Auditoria: consistem nos objetivos do trabalho descritos em forma de perguntas. São necessárias para direcionar os trabalhos para os resultados que se pretende atingir.

Subquestões de Auditoria: são desdobramentos de cada questão de auditoria que permitem, no conjunto, respondê-la. Devem, ao mesmo tempo, excluir-se mutuamente e completar-se coletivamente.

Descrição sumária: deve apresentar a situação encontrada de forma resumida, de modo a antecipar a leitura do fato.

Critério (O que deveria ser): é o padrão utilizado para avaliar se o objeto auditado atende, excede ou está aquém do desempenho esperado.

Condição ou situação encontrada (O que é): situação existente, identificada e documentada durante a fase de execução da auditoria. Pode ser evidenciada de diversas formas, dependendo das técnicas de auditoria empregadas.

Evidências: são as informações coletadas, analisadas e avaliadas pelo auditor para apoiar os achados e as conclusões do trabalho de auditoria.

Informação extraída das evidências: breve descrição do fato material sustentado pela evidência informada. Deve demonstrar a adequação (qualidade) e suficiência (quantidade) da evidência para sustentar o achado.

Causas: é a razão para a existência de diferença entre critério e condição, ou seja, entre a situação esperada e a encontrada.

Efeitos: é a consequência da divergência entre a condição e o critério. Pode ser positivo, correspondendo a benefícios alcançados, ou negativo, correspondendo ao risco ou exposição que sofre o objeto de auditoria ou a Unidade Auditada por não estar conforme o padrão esperado.

Boas Práticas: Ações identificadas em outros trabalhos de auditoria que comprovadamente levam a bom desempenho. Essas ações poderão subsidiar a proposta de recomendações. Podem ser identificadas com base em conhecimento de outra(s) unidade(s) ou outro(s) setor(es) dentro da mesma unidade. É preciso ressaltar que cumprimento de lei não é boa prática, constitui obrigação.

Recomendações: As recomendações consistem em ações que a UAIG solicita às Unidades Auditadas que adotem com a finalidade de corrigir falhas, aperfeiçoar processos. É preciso atentar para que a quantidade de recomendações não seja excessiva e que estejam focadas nos principais aspectos da condição identificada.

Benefícios esperados: melhorias que se esperam alcançar com a implementação das recomendações e determinações. Os benefícios podem ser quantitativos e/ou qualitativos. Sempre que possível, devem ser quantificados.

ANEXO A - Escala de Impacto

Escala de Impacto (eixo y do Risco Inerente)		
Magnitude	Descrição	I
Muito baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, porém causando impactos mínimos nos objetivos de prazo, custo, qualidade, escopo, imagem ou relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas (clientes internos/externos, beneficiários).	1
Baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos pequenos nos objetivos.	2
Médio	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas, causando impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis.	5
Alto	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos.	8
Muito alto	Paralisação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos irreversíveis/catastróficos nos objetivos.	10

Fonte: Brasil. Tribunal de Contas da União. Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2017. (adaptada)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800179

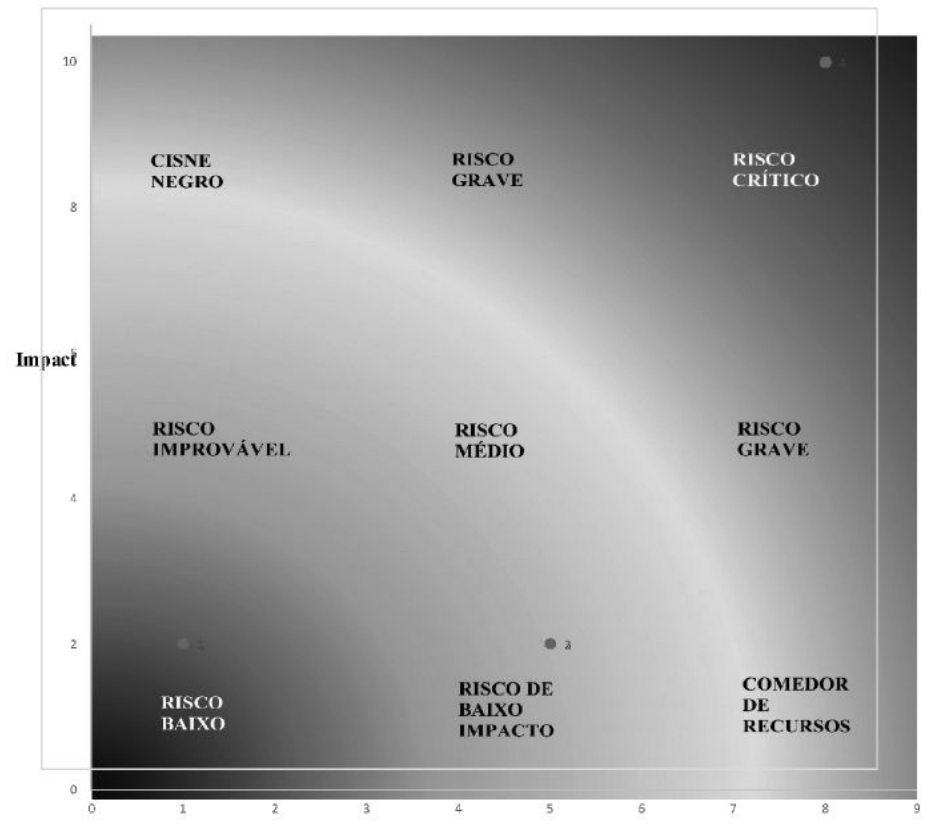
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO B - Escala de Probabilidade

Escala de Probabilidade (eixo x do Risco Inerente)		
Magnitude	Descrição	I
Muito baixa	Evento improvável de ocorrer. Excepcionalmente poderá até ocorrer, porém não há elementos ou informações que indiquem essa possibilidade.	1
Baixa	Evento raro de ocorrer. O evento poderá ocorrer de forma inesperada, havendo poucos elementos ou informações que indicam essa possibilidade.	2
Média	Evento possível de ocorrer. Há elementos e/ou informações que indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	Evento provável de ocorrer. É esperado que o evento ocorra, pois os elementos e as informações disponíveis indicam de forma consistente essa possibilidade.	8
Muito alta	Evento praticamente certo de ocorrer. Inequivocamente o evento ocorrerá, pois os elementos e informações disponíveis indicam claramente essa possibilidade.	10

Fonte: Brasil. Tribunal de Contas da União. Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2017. (adaptada)

ANEXO C – Mapa de Riscos



Cisne negro: é o risco de baixa probabilidade e de alto impacto;

Comedor de Recursos: é o risco de alta probabilidade e de baixo impacto.

Cisne negro: é o risco de baixa probabilidade e de alto impacto;
Comedor de Recursos: é o risco de alta probabilidade e de baixo impacto.

(*)Publicado nesta data por ter sido omitido no DOU de 8-12-2017, Seção 1, página 205.

Ministério das Cidades

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

DELIBERAÇÃO Nº 164, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Resolução CONTRAN nº 702, de 10 de outubro de 2017, que atualiza os requisitos técnicos da sinalização especial de advertência traseira contidos nos Anexos da Resolução CONTRAN nº 520, de 29 de janeiro de 2015.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, "ad referendum" do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT); e

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 80000.003339/2017-53, resolve:

Art 1º Alterar a Resolução CONTRAN nº 702, de 10 de outubro de 2017, que atualiza os requisitos técnicos da sinalização especial de advertência traseira contidos nos Anexos da Resolução CONTRAN nº 520, de 29 de janeiro de 2015.

Art. 2º Alterar o Art. 4º da Resolução CONTRAN nº 702, de 10 de outubro 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2019."

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTARIA DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Criar o Grupo de Assistência Operacional e Administrativa, subordinado à Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior.

Art. 2º Compete ao Grupo de Assistência Operacional e Administrativa, de acordo com o interesse da Administração, auxiliar na execução de atividades de competência de unidades administrativas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e de missões diplomáticas permanentes e repartições consulares no exterior; auxiliar na execução da política administrativa do Ministério das Relações Exteriores; e apoiar a realização de conferências, reuniões e eventos internacionais.

Art. 3º Integrarão o Grupo de Assistência Operacional e Administrativa servidores do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, cuja lotação na Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior será publicada em Boletim de Serviço.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.757, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000164/2004-66. Interessado: Usina Termelétrica Winimport S.A. Objeto: Revoga a autorização outorgada à Usina Termelétrica Winimport S.A., por meio das Resoluções Autorizativas nº 380, de 10 de novembro de 2004, e 613, de 13 de junho de 2006, para estabelecer-se como Produtor Independente mediante a implantação e exploração da Central Geradora Termelétrica Abílio Bornia, no município de Inácio Martins, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.763, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006100/2017-91. Interessada: São Pedro Transmissora de Energia S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, para desapropriação, a área de 2,218 hectares, necessária à implantação dos reforços autorizados pela Resolução Autorizativa nº 6.069, de 4 de outubro de 2016, na Subestação Gilbués II 500 kV, localizada no município de Gilbués, estado do Piauí. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 4.186, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do processo 48500.005127/2017-67, decide conhecer e, no mérito, indeferir o Recurso Administrativo interposto pela Celesc Distribuição S.A. - CELESC-D, em face do Despacho nº 3.399/2017, emitido pela Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão - SRT, que manteve a cobrança dos encargos de ultrapassagem de Montantes de Uso do Sistema de Transmissão - MUST e da Parcela de Ineficiência por Ultrapassagem - PIU, referentes ao mês de maio de 2017 nos pontos de conexão em 138 kV Campos Novos e Videira, conforme apurados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.190, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003075/2017-94, decide devolver os autos à Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, que preside a Comissão Técnica de Avaliação de Processos, instituída pela Portaria nº 524, de 27 de fevereiro de 2007, para que seja conferida ao consumidor Sr. Gerson Luiz Trojan a oportunidade de apresentar eventuais contrarrazões ao recurso interposto pela RGE Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.191, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003267/2012-96, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Central Eólica Famosa I S.A., em face da Resolução Autorizativa 6.690/2017, que revogou a autorização outorgada à Central Eólica Famosa I S.A. para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Famosa I, no município de Tibaú, estado do Rio Grande do Norte, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a revogação da autorização da citada central.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.195, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500-001115-2017-63 decide i) homologar os valores finais, conforme tabela abaixo, referentes à avaliação dos bens e instalações reversíveis vinculados à prestação do serviço de distribuição a serem adquiridos da Companhia Energética de Roraima. ii) recomendar ao Ministério de Minas e Energia que na definição do edital da licitação de que trata o art. 4º do Decreto n. 9.192/2017 utilize os valores mencionados no inciso I como referência; iii) dos valores de que trata o inciso I deverão ser descontados R$ 320.179,30 (Trezentos e vinte mil, cento e setenta e nove reais e trinta centavos) relativos às despesas da ANEEL para a validação dos valores, que deverão ser pagos à União por meio de Guia de Recolhimento à União.

ROMEU DONIZETE RUFINO

TOTAL DE ATIVOS- Companhia Energética de Roraima - Laudo Integral - Julho 2017	Data Laudo 31-07-2017
Descrição	R$ (Total)
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	600.366.546,13
(2) Índice de Aproveitamento Integral -	
(3) Obrigações Especiais Bruta	215.474.970,55
(4) Bens Totalmente Depreciados	499.984,20
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	384.391.591,38
(6) Depreciação Acumulada	131.178.781,25
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	469.187.764,87
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado -	
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	469.187.764,87
(10) Almoxarifado em Operação	5.350.408,99
(11) Obrigações Especiais Líquida	188.155.458,52
12) Terrenos e Servidões	10.812.140,95
(13) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)-(11)+(12)	297.194.856,30

DESPACHO Nº 4.200, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 448500.001940/2012-53, 48500.006721/2013-41 e 48500.001989/2012-14 decide arquivar os Termos de Intimação nº 1.020, 1.021 e 1.022/2017-SFG, de 15/2/2017, lavrados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, uma vez que as empresas Central Eólica Pau Brasil S.A., Central Eólica Rosada S.A. e Central Eólica São Paulo S.A. foram exitosas na descontratação de energia relativas às EOLs Pau Brasil, Rosada e São Paulo, via o Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.207, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do processo nº 48500.005386/2017-98, decide por conhecer e, no mérito, indeferir o Recurso Administrativo interposto pela ECE Participações S.A. em face do Despacho nº 3.048/2017, emitido pela Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração - SRG, que indeferiu o requerimento de desconsideração das indisponibilidades da Usina Hidrelétrica -UHE Santo Antônio do Jari no período de agosto de 2015 a fevereiro de 2016.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Homologatória nº 2.355, de 05 de dezembro de 2017, que consta no Processo n° 48500.005439/2017-71, cujo extrato foi publicado no DOU nº 238 de 13 de dezembro de 2017, Seção 1, página 91, v. 154, a íntegra e seus anexos foram substituídos em razão erro material na divulgação inicial, que considerou versão da norma diferente daquela que foi aprovada pela Diretoria na 46º Reunião Pública Ordinária de 2017, realizada em 05 de dezembro de 2017. A integra corrigida e seus anexos constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 4.169, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.000178/2014-50. Interessado: Ecoz Empreendimentos Imobiliários Ltda. Decisão: (i) revogar o Despacho nº 2.964, de 14 de novembro de 2016, referente ao DRS-PCH da PCH Fazenda da Onça; (ii) manter ativo o registro do Projeto Básico da PCH Fazenda da Onça, conferido pelo Despacho nº 197, de 29 de janeiro de 2014, por 3 anos, a contar da data de publicação da Lei nº 13.360, em 18 de novembro de 2016; (iii) determinar que o detentor desse registro comunique à ANEEL a implantação do empreendimento em até 3 anos, contados da data de publicação da Lei nº 13.360, em 18 de novembro de 2016; e (iv) devolver a garantia de registro da PCH Fazenda da Onça aportada na ANEEL. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 4.228, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004564/2017-63, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura que entre si celebram a Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi das Cruzes - CERMC, e NET Serviços de Comunicação S.A. - Filial NET Mogi das Cruzes.; (ii) a receita proveniente do contrato homologado no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela CERMC, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

DESPACHO Nº 4.229, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004559/2017-51, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura que entre si celebram a Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Itu-Mairinque - CERIM, e Telefônica Brasil S.A.; (ii) a receita proveniente do contrato homologado no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela CERIM, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos a seguir para início de operação comercial a partir de 16 de dezembro de 2017.

Nº 4.239. Processo nº 48500.004929/2011-64. Interessado: Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. Usina: PCH Inxú. Unidade Geradora: UG3, de 1.200 kW. Localização: Municípios de Campo Novo do Parecis e Nova Maringá, Estado do Mato Grosso.

Nº 4.246. Processo nº 48500.000464/2017-68. Interessado: Vazante I Energias Renováveis S.A. Usina: UFV Vazante I. Unidades Geradoras: UG1 a UG 27, de 1.000 kW cada. Localização: Município de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

A íntegra destes Despachos consta do auto e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D"AFONSECA CANTARINO
Superintendente

DESPACHOS DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes no despacho a seguir para início de operação em teste a partir de 16 de dezembro de 2017.

Nº 4.240. Processo nº 48500.004380/2014-51. Interessado: Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. Usina: EOL União dos Ventos 12. Unidades Geradoras: UG7 e UG8, totalizando 4.200 kW. Localização: Município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte.

Nº 4.247. Processo nº 48500.002508/2014-41. Interessado: Empresa de Energia São Manoel S.A. Usina: UHE São Manoel. Unidade Geradora: UG2, de 175.000 kW. Localização: Municípios de Jacareacanga, estado do Pará, e Paranaíta, estado de Mato Grosso.

A íntegra destes Despachos consta do auto e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D"AFONSECA CANTARINO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 4.241, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.006250/2017-03, decide: i) deferir o pleito da Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. - ENERGISA MT de modo a expurgar das Parcelas de Ineficiência por Sobrecontratação - PIS atribuídas à distribuidora nas apurações realizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para os anos de 2015 e 2016, as respectivas parcelas relativas ao ponto de conexão JUINA 138 kV, tendo em vista o disposto na Resolução Normativa nº 68, de 8 de junho de 2004; e ii) determinar ao ONS a devolução à ENERGISA MT das parcelas das PIS efetivamente pagas relativas ao ponto de conexão JUINA 138 kV, referentes às apurações das PIS para os anos de 2015 e 2016, atualizadas a preços de junho de 2017 por meio do Índice de Atualização da Transmissão - IAT.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO Nº 1.536, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº487, de 29 de novembro de 2017, torna público o seguinte ato:

Ficam designados os servidores abaixo relacionados para lavrarem autos de infração e instaurarem os correspondentes procedimentos administrativos:

LOTAÇÃO: Superintendência de Desenvolvimento e Produção	
NOME	CARGO
Alexandre Duarte da Silva	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Andre Cabral Guimarães	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Aroldo Almeida Carneiro	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Bruno Vieira Gullo	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Carlos Augusto Sarmento Ferreira	Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural
Danielle Lanchares Ornelas	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Elisdíney Séfora Tucci da Frota	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Fabio de Albuquerque Caldeira Brant	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Fabricio Badalotti Brandão	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Franklin José de Souza	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Guilherme Eduardo Zerbinatti Papaterrra	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Hugo Oliveira Dias	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Jorge Dias Junior	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Juliana Guimarães Martins	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Karen Alves de Souza Quelhas	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Katia Da Silva Duarte	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Luiz Henrique de Oliveira Bispo	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Maíra Fortes Bonafé	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Mariana Cavadinha Costa da Silva	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Martinho Sobral Rocha	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Nonato Jose Rei da Costa Junior	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Pedro Henrique Lemmers	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Vitor Jose Campos Bourbon	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural

GUILHERME EDUARDO ZERBINATTI PAPATERRRA

DESPACHO Nº 1.537, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº488, de 29 de novembro de 2017, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica delegada competência aos servidores abaixo relacionados para apreciarem e julgarem em primeira instância os processos administrativos relativos à aplicação de sanções administrativas e pecuniárias estabelecidas na legislação vigente em razão de não-cumprimento de normas e regulamentos relativos às atividades sob responsabilidade da respectiva unidade organizacional.

LOTAÇÃO: Superintendência de Desenvolvimento e Produção	
NOME	CARGO
Luiz Henrique de Oliveira Bispo	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural

GUILHERME EDUARDO ZERBINATTI PAPATERRRA

DESPACHO Nº 1.538, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE EXPLORAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº487, de 29 de novembro 2017, torna público o seguinte ato:

Ficam designados os servidores abaixo relacionados para lavrarem autos de infração e instaurarem os correspondentes procedimentos administrativos:

LOTAÇÃO: SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO	
NOME	CARGO
ANDRÉ LUIZ BARBOSA	ESP REG DE PET E DER ALC COMB E GAS NAT
DANIELA MOREIRA DE MELO	ESP REG DE PET E DER ALC COMB E GAS NAT
RENATO LOPES SILVEIRA	ESP EM GEOL E GEOF DO PETR E GAS NATURAL
ARNALDO WARSZAWSKI	ESP REG DE PET E DER ALC COMB E GAS NAT
GABRIEL BASTOS PEREIRA	ESP EM GEOL E GEOF DO PETR E GAS NATURAL
GUSTAVO SANTANA BARBOSA	ESP REG DE PET E DER ALC COMB E GAS NAT
HEMERT SANTOS AMORIM	ESP REG DE PET E DER ALC COMB E GAS NAT
HENRIQUE AUGUSTO BORGES	ESP REG DE PET E DER ALC COMB E GAS NAT
MARCIA CRISTINA SANTOS DE MELLO	ESP REG DE PET E DER ALC COMB E GAS NAT
MARCOS ANDRÉ RODRIGUES ALVES	ESP EM GEOL E GEOF DO PETR E GAS NATURAL
RAPHAEL VICTOR A. VASCONCELLOS	ESP EM GEOL E GEOF DO PETR E GAS NATURAL
SIANA SOARES DE OLIVEIRA	ESP REG DE PET E DER ALC COMB E GAS NAT
SUZI ANE COSTA BARBOSA SCHERMA	ESP REG DE PET E DER ALC COMB E GAS NAT

ANDRÉ LUIZ BARBOSA

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 872, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014988/2012-84, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da LASA LINHARES AGROINDUSTRIAL S.A., CNPJ nº 27.291.400/0001-50, com capacidade de produção de 400 m³/dia de etanol hidratado e 300 m³/dia de etanol anidro, localizada na Fazenda Córrego das Pedras, BR101, km 141, Zona Rural, Linhares - ES, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 554, de 24/06/2013, publicada no DOU de 25/06/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 869, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições das Resoluções ANP n.º 30, de 26 de outubro de 2006, e n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.013942/2017-52, autoriza a empresa TRR MISSÕES COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ n.º 27.833.311/0001-00, a construir a base localizada na Avenida Castelo Branco, 327, Centro, Guarani das Missões - RS CEP 97950-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -28:8:56,830; -54:33:35,790 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de total de armazenamento será de 45,00 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 870, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.004207/2017-58, autoriza a empresa TRR BRASIL LTDA, CNPJ n.º 25.013.654/0001-80, a operar a base de armazenamento de Transportador Revendedor Retalhista (TRR) localizada na Avenida Gaviões, 226 Quadra 10, Lote 09 - Laranjeiras - Marabá - PA - CEP 68501-160, [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -5:22:38,400; -49:07:52,900 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 60,80 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 871, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e o que consta do processo n.º 48610.004207/2017-58, autoriza a empresa TRR BRASIL LTDA., CNPJ n.º 25.013.654/0001-80, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHO Nº 1.539, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e o que consta do processo n.º 48610.013942/2017-52, declaro habilitada a empresa TRR MISSÕES COMBUSTÍVEIS LTDA., CNPJ n.º 27.883.311/0001-00, como Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHO Nº 1.540, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao MEGAO 7 POSTO DE SERVICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 03.400.284/0001-00, conforme Processo Judicial nº 0208416-93.2017.4.02.5105, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial.

MARIA INES SOUZA

DESPACHO Nº 1.541, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº DF/0178136 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao AGUAS CLARAS POSTO DE SERVICOS LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 06.006.437/0001-19, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.011847/2016-33.

MARIA INES SOUZA

DESPACHO Nº 1.542, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº DF/0016501 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao JADE COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., com inscrição no CNPJ sob o nº 01.156.523/0001-94, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.011851/2016-00.

MARIA INES SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 1.543, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº DF/0005690 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao POSTO DE COMBUSTIVEIS GARANTIA LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 72.578.438/0001-62, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.011849/2016-22.

MARIA INES SOUZA

DESPACHO Nº 1.544, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e o que consta do processo n.º 48610.004207/2017-58, declaro habilitada a empresa TRR BRASIL LTDA., CNPJ n.º 25.013.654/0001-80, como Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHO Nº 1.545, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,e com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, I, c, torna público o cancelamento, por requerimento, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/RO0224096	A V DE MORAES - ME	17.799.721/0002-97	48610.000438/2014-40
GLP/GO0176151	ADRIANO GODOI DE OLIVEIRA - ME	00.577.570/0001-49	48610.015024/2008-77
GLP/RS0177639	CORDEIRO & CAMARGO LTDA.	09.660.909/0001-40	48610.004831/2009-45
001/GLP/MT0013828	EXTRA GAS - COMERCIO DE GAS E AGUA MINERAL LTDA ME	08.195.951/0001-75	48610.004826/2007-71
GLP/CE0057834	F. P. PETROLEO LTDA	05.024.078/0004-02	48610.007519/2008-22
GLP/PE0233350	IVAN FERREIRA DE OLIVEIRA GAS - ME	20.550.366/0005-75	48610.002217/2016-78
GLP/MT0217959	LAURISMAR GALVÃO DE ARAUJO ME	13.361.031/0002-09	48610.012184/2012-41
GLP/SC0211462	LUCIANA STEDILE LUCIANO	12.398.857/0001-90	48610.012020/2011-32
001/GLP/RS0015762	LUIZ CESAR STURMER	08.652.723/0001-87	48610.008107/2007-29
GLP/MA0221926	M DE JESUS SILVA FERREIRA - ME	03.049.991/0006-08	48610.007373/2013-82
GLP/MA0221927	M DE JESUS SILVA FERREIRA - ME	03.049.991/0007-80	48610.007376/2013-16
001/GLP/MG0000837	RENATO FERNANDES - ME	05.078.777/0001-92	48610.005350/2004-42
GLP/PE0172992	ROBISMARA PATRICIA BARBOSA CORDEIRO - ME.	07.517.838/0001-04	48610.009968/2008-13
GLP/SC0219851	ROSIMERE ADAO - ME	16.542.304/0001-10	48610.002125/2013-45
001/GLP/SP0013199	THIAGO LEMES PRADO - ME	01.805.982/0001-51	48610.003623/2007-67
GLP/RS0234025	TRANSPORTE E COMERCIO DE GÁS TINHO LTDA - ME	05.439.072/0002-34	48610.004104/2016-15
001/GLP/SP0017183	VALDECIR RAMOS FILIER	01.687.107/0001-12	48610.010610/2007-44
GLP/BA0243263	AUTO POSTO IBIRAPITANGA - COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME	20.051.401/0001-88	48610.014029/2017-73
GLP/DF0243264	AUTO POSTO SAO JUDAS TADEU LTDA EU LTDA	11.086.811/0001-73	48610.014363/2017-27
GLP/GO0243265	BARBOSA E SANTANA DISTRIBUIDORA DE GÁS E AGUA EIRELI - ME	27.550.055/0001-21	48610.013974/2017-58
GLP/PA0243266	C.D.R. COMÉRCIO LTDA - ME	10.773.205/0002-44	48610.014061/2017-59
GLP/MG0243267	CENTRO COMERCIAL MARTINS EIRELI - ME	28.257.768/0001-64	48610.014056/2017-46
GLP/ES0243268	CLEIDE DA SILVA BRITO SOUZA 08644602799	27.944.772/0001-38	48610.014265/2017-90
GLP/MG0243269	COMERCIAL JOYBRI LTDA.	04.603.271/0016-79	48610.014036/2017-75
GLP/MG0243270	COMERCIAL JOYBRI LTDA.	04.603.271/0017-50	48610.014021/2017-15
GLP/SC0243271	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA VALE DO ITAJAÍ	85.789.782/0006-57	48610.014042/2017-22
GLP/SC0243272	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA VALE DO ITAJAÍ	85.789.782/0015-48	48610.014066/2017-81
GLP/RO0243273	D. L. BARRETO FACHINI COMERCIO DE GAS E BEBIDAS - ME	28.419.866/0001-50	48610.013286/2017-98
GLP/AM0243274	D S DE AVELAR FILHO - ME	22.318.255/0002-10	48610.013290/2017-56
GLP/MG0243275	DANILO DE PAULA BATISTA - ME	28.549.140/0001-32	48610.013293/2017-90
GLP/MG0243276	DEILANE P DOS SANTOS - ME	11.211.268/0001-99	48610.014020/2017-62
GLP/MT0243277	D.F.NOGUEIRA JUNIOR COMERCIO - ME	27.875.242/0001-85	48610.013999/2017-51
GLP/MG0243278	DRIDE MOREIRA ANDRÉ COMERCIO DE GÁS - ME	28.195.327/0001-85	48610.014058/2017-35
GLP/BA0243279	E. DA S. SANTOS - ME	08.606.537/0001-01	48610.014077/2017-61
GLP/BA0243280	ESTANCIA GAS LTDA - ME	26.384.553/0001-89	48610.014051/2017-13
GLP/GO0243281	FABIANA DE ALMEIDA MORAES - ME	28.342.394/0001-85	48610.014033/2017-31
GLP/RS0243282	FABIO ROBERTO FAGUNDES 93508263053	28.347.343/0001-46	48610.014048/2017-08
GLP/AL0243283	FJAG DISTRIBUIDOR DE GÁS GLP EIRELI - EPP	24.868.300/0001-55	48610.014115/2017-86
GLP/PE0243284	GILVAN CAPITULINO DOS SANTOS 00963428462	28.140.897/0001-78	48610.014026/2017-30
GLP/MG0243285	GW GAS E AGUA TELE ENTREGA LTDA - ME	28.593.012/0001-96	48610.014023/2017-04
GLP/PA0243286	H. NASS EIRELI - ME	28.464.486/0001-38	48610.013291/2017-09
GLP/SP0243287	HENRIQUE IDALGO & FREITAS LTDA - ME	28.602.040/0001-22	48610.014062/2017-01
GLP/SP0243288	ISAC CARVALHO DA SILVA - ME	28.709.185/0001-27	48610.013985/2017-38
GLP/PA0243289	JACAMIM DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	24.550.224/0001-35	48610.013997/2017-62
GLP/SP0243290	JEAN TELES SA GAS	17.215.970/0001-07	48610.014050/2017-79
GLP/PR0243291	JESSE PEREIRA PINTO 06250430903	28.856.572/0001-96	48610.014070/2017-40
GLP/BA0243292	JOSE CARLOS DE ALMEIDA CARDOZO JUNIOR - ME	28.763.876/0001-09	48610.014044/2017-11
GLP/SC0243293	JOSE DEL ROSARIO ESPINOZA FILHO 78410231972	13.793.012/0001-62	48610.014018/2017-93
GLP/GO0243294	JOVINO CARDOSO DE ALMEIDA - ME	15.457.204/0001-23	48610.014314/2017-94
GLP/PR0243295	KAIKE SERGIO DA SILVA	23.467.134/0001-12	48610.014031/2017-42
GLP/CE0243296	KARINE DA COSTA OLIVEIRA - ME	28.975.806/0001-14	48610.014025/2017-95
GLP/PR0243297	LARISSA SUPERMERCADO LTDA. - EPP	07.493.739/0003-93	48610.014076/2017-17
GLP/MG0243298	LEANDRO DIAS DOS REIS 10604956606	26.288.604/0001-79	48610.013991/2017-95
GLP/GO0243299	LEANDRO RUY PEREIRA 04335868189	26.102.880/0001-09	48610.013965/2017-67
GLP/TO0243300	LEVI VIEIRA DIAS 64235203134	28.658.291/0001-29	48610.014312/2017-03
GLP/MG0243301	LINCOLN GUSTAVO COSTA FERREIRA 11723868620	27.743.737/0001-50	48610.014315/2017-39
GLP/PI0243302	LIVIA IBIAPINA LEITE RODRIGUES - ME	28.119.021/0001-40	48610.014068/2017-71
GLP/BA0243303	LUCIA MARIA PEREIRA SILVA - ME	21.156.533/0001-37	48610.014302/2017-60
GLP/PR0243304	M C DE BRITTO PITANGA - ME	28.385.546/0001-27	48610.014313/2017-40
GLP/PA0243305	M D CORREA DE MIRANDA - ME	27.600.317/0001-15	48610.014303/2017-12
GLP/MG0243306	MARCOS AMERICO O COSTA - ME	27.997.815/0001-43	48610.014304/2017-59
GLP/PE0243307	MARIA ALMEIDA AVELINO DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA - ME	27.828.271/0001-96	48610.014019/2017-38
GLP/AL0243308	MARIA FLAVIA DA SILVA PINHEIRO 07354299448	28.136.520/0001-45	48610.014037/2017-10
GLP/MT0243309	MT COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA - ME	28.013.108/0001-38	48610.014043/2017-77
GLP/MG0243310	PARK COMERCIO DE GAS E BEBIDAS LTDA	28.903.810/0001-77	48610.014069/2017-15
GLP/PE0243311	PATRICIA MELO DE LIMA ALMEIDA 04210350486	28.798.955/0001-55	48610.014307/2017-92
GLP/SC0243312	POSTO AGRICOPEL LTDA.	83.488.882/0027-42	48610.014170/2017-76
GLP/SC0243313	POSTO AGRICOPEL LTDA.	83.488.882/0036-33	48610.014182/2017-09
GLP/SC0243314	POSTO AGRICOPEL LTDA.	83.488.882/0041-09	48610.014177/2017-98
GLP/PR0243315	PRODOCIMO & FILHOS LTDA - EPP	12.370.646/0001-40	48610.013964/2017-12
GLP/PR0243316	R. A. P. FARIAS COMERCIO DE GAS E AGUA - ME	26.711.624/0001-00	48610.013973/2017-11
GLP/ES0243317	R E R COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA - ME	12.119.963/0001-98	48610.013285/2017-43
GLP/RN0243318	RAMON SALES DE OLIVEIRA 01281103411	29.025.173/0001-46	48610.014039/2017-17
GLP/RN0243319	REGINALDO MOURA DE OLIVEIRA	21.137.300/0002-78	48610.014065/2017-37
GLP/RS0243320	REI DO GAS DISTRIBUIDORA LTDA - ME	25.064.856/0001-51	48610.013994/2017-29
GLP/ES0243321	RM CHAGAS DISTRIBUIDORA DE GÁS - ME	18.643.410/0001-16	48610.014063/2017-48
GLP/ES0243322	ROMILDO GAS EIRELI - ME	28.378.319/0001-74	48610.013982/2017-02
GLP/AL0243323	ROSIMEIRE CARDOSO DA SILVA	21.909.240/0001-83	48610.014079/2017-51
GLP/GO0243324	SIGAS DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	28.418.557/0001-66	48610.013971/2017-14
GLP/PR0243325	T. DRUZIANI DA SILVA - ME	28.526.356/0001-82	48610.014032/2017-97
GLP/RN0243326	TEREZINHA MARIA DE ARAUJO SOARES	27.504.912/0001-57	48610.014322/2017-31
GLP/BA0243327	VANILDA DO CARMO DE JESUS AQUINO 96227206504	28.591.630/0001-05	48610.014064/2017-92
GLP/GO0243328	WENDER ALVES DE SOUZA 82851603191	28.603.775/0001-70	48610.014022/2017-51

MARIA INES SOUZA

DESPACHO Nº 1.546, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/GO0243260	A. A DE HUNGRIA - ME	28.564.760/0001-40	48610.014034/2017-86
GLP/PR0243261	ANDRADE & VALE COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS E BEBIDAS LTDA - ME	28.870.734/0001-40	48610.014309/2017-81
GLP/GO0243262	ANTONIO OLIMPIO DA SILVA 78014760182	27.540.774/0001-61	48610.014311/2017-51

MARIA INES SOUZA

DESPACHO Nº 1.547, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº DF/0012537 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao POSTO 81 LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 00.001.974/0001-90, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.012218/2016-21.

MARIA INES SOUZA

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

RETIFICAÇÃO

Na Autorização, nº 791 de 21 de novembro de 2017, publicada no DOU nº 223 de 22 de novembro de 2017, Seção 1, página 80, onde se lê Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, leia-se Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 31/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7322/2017-844.007/2017-J DE S VIEIRA & CIA LTDA-

7323/2017-844.030/2017-ANDRÉ TOLEDO LYRA-

7324/2017-844.031/2017-ANDRÉ TOLEDO LYRA-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7325/2017-844.032/2017-ATALAIA MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-
7326/2017-844.034/2017-ATALAIA MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-

KIOMAR OGUINO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 262/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
860.919/2017-RAIMUNDO VIANA DUTRA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
860.409/2017-RUI MATHILDES DOS REIS-OF. N°1412/2017
860.590/2017-EDSON DA SILVA-OF. N°1387/2017
860.592/2017-EDSON DA SILVA-OF. N°1387/2017
860.917/2017-AREIA ANHANGUERA LTDA-OF. N°1372/2017
860.918/2017-RAIMUNDO VIANA DUTRA-OF. N°1373/2017
860.975/2017-ALBERTO CASCAIS MELEIRO-OF. N°1421/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
860.602/2017-PEDREIRA JARAGUÁ LTDA-OF. N°1378/2017
860.846/2017-CARNEIRO CONSULTORIA EIRELI-OF. N°1369/2017
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
860.958/2017-MUNICÍPIO DE SÃO SIMÃO
860.980/2017-ROSANA ELISA REGATIERI MAGALHÃES
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
860.954/2017-FLORO JOSÉ BRANDÃO
860.965/2017-MOZART DONIZETTI DA SILVA JUNIOR

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 212/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.754/2017-CALNORTE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIO LTDA
850.755/2017-COMINA EMPRESA DE MINERAÇÃO EIRELI
850.917/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.943/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.985/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.993/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.395/2016-PEREIRA, F.A.M.-OF. N°3297/2017
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
850.954/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.106/2017-PAULO CAVALCANTI TRAVEN
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
850.954/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.106/2017-PAULO CAVALCANTI TRAVEN
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
850.721/2016-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA-OF. N°3267/2017
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
850.956/2016-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ - PLG N°109/2017 de 07/12/2017 - Prazo 05 (Cinco) anos
850.957/2016-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ - PLG N°110/2017 de 07/12/2017 - Prazo 05 (Cinco) anos
850.958/2016-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ - PLG N°111/2017 de 07/12/2017 - Prazo 05 (Cinco) anos
850.515/2017-GUSTAVO SAMARTANO CARNEIRO - PLG N°112/2017 de 07/12/2017 - Prazo 05 (Cinco) anos
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.834/2017-IRIO LUIZ ORTH
850.835/2017-IRIO LUIZ ORTH
850.836/2017-IRIO LUIZ ORTH
850.837/2017-IRIO LUIZ ORTH
850.851/2017-AGASSIS LEITÃO DE QUEIROZ
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2112)
851.009/2016-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA-OF. N°3268/2017
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
850.423/2011-RODRIGO ALVES DOS SANTOS - PLG Nº 03/2012 de 01/03/2012- Vencimento em 15/03/2022
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
850.278/2016-CONSTRUTORA E BRITAGEM MIL ANOS LTDA-Licenciamento N°82/2017 - Prazo: 27/05/2022 - 05(cinco) ano(s)
850.615/2017-CERÂMICA BARRO BOM LTDA-Licenciamento N°86/2017 - Prazo: 05 (Cinco) ano(s)
850.694/2017-LUIS ALVES COUTINHO-Licenciamento N°85/2017 - Prazo: 05 (Cinco) ano(s)
851.179/2017-ADRIANE BRANDÃO DA SILVA-Licenciamento N°83/2017 - Prazo: 05 (Cinco) ano(s)
851.180/2017-R LAZARO ME-Licenciamento N°84/2017 - Prazo: 05 (Cinco) ano(s)
851.302/2017-OLIVAL SILVA DA CRUZ CUNHA-Licenciamento N°81/2017 - Prazo: 05 (Cinco) ano(s)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.812/2017-DINO GETÚLIO BARILE FILHO-OF. N°3302/2017
850.813/2017-MARIA JOSÉ CORREA-OF. N°3321/2017
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
850.164/2015-MARCEL CERAMICA LTDA
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.814/2017-MARIA JOSÉ CORREA
850.889/2017-P AZEVEDO DOS SANTOS
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Licenciamento(744)
851.054/2011-PEDRO & VIANA LTDA EPP
851.066/2011-PEDRO & VIANA LTDA EPP
851.071/2011-PEDRO & VIANA LTDA EPP
851.072/2011-PEDRO & VIANA LTDA EPP
851.076/2011-PEDRO & VIANA LTDA EPP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
850.623/2016-AWI MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:ALLAN SANTIAGO GUIMARÃES- CNPJ 786.547.341-91- Licenciamento n°81/2016- Vencimento do Licenciamento: 31/08/2021
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
850.169/2011-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
850.770/2010-CONSTRUTORA E BRITAGEM MIL ANOS LTDA

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 121/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
David Geraldo Ventura - 846163/15, 846164/15
gp Aldock Mineração e Construção Ltda - 846002/17
Hamilton Rodrigues Filho - 846035/14
José Reinaldo Pontes Fagundes Júnior - 846226/14
Mineração João Câmara Ltda Epp - 846117/16
Minerios São Miguel Extração e Comércio de Minérios Eireli me - 846261/15, 846002/16

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 74/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
826.046/2003-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - Publicado DOU de 05/02/2009, Relação n° 02/2009, Seção 1, pág. 40- Onde se lê: "...Aprova o relatório de pesquisa com redução de área de 1000 ha para 49,78 ha..."; Leia-se:"...Aprova o relatório de pesquisa com redução de área de 1000 ha para 42,32 ha..."

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 97/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Jair Dos Santos Oliveira - 840401/16
Tulio Borges Damasio Queiroz - 840078/16

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 98/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Itapoama Mineraçãos Ltda - 840049/02 - Not.97/2017 - R$ 3.274,66
Mineração Coto Comércio Importação e Exportação Ltda - 840360/93 - Not.99/2017 - R$ 3.566,21

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 143/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.355/2017-ESTÂNCIA E ÁGUA DA ECOVITA LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.019/2010-MORRO DO PILAR INDUSTRIA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°3.107/2017/DGTM
890.105/2012-KRISTAL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°3.182/2017/DGTM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
891.068/1994-WHEREVER COMÉRCIO E SERVIÇOS., IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°3.027/2017/DGTM-60 dias
890.608/1998-MINERAÇÃO SOUZA FREIRE LTDA-OF. N°3.081/2017/DGTM-60 dias
890.267/1999-DUSELLE E SERVIÇOS LTDA.-OF. N°3.126/2017/DGTM-60 dias
890.417/2008-HEBRUFI MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°3.012/2017/DGTM-60 dias
890.549/2008-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA. EPP.-OF. N°3.0532017/DGTM-60 dias
890.747/2010-VILE ROMI ENGENHARIA LTDA-OF. N°3.071/2017/DGTM-60 dias
Reitera exigência(366)
890.114/1990-MINERAÇÃO MÁRMORE BRANCO MAR DE ESPANHA LTDA-OF. N°3.120/2017/DGTM-180 dias
890.450/2000-EMPRESA DE MINERAÇÃO JEQUITIBA DE BOM JARDIM LTDA-OF. N°3.079/2017/DGTM-180 dias
890.499/2004-GM SERVIÇOS TECNICOS E SONDAGEM EIRELI EPP-OF. N°1.240/2017/DGTM-180 dias
890.379/2007-CONSTRUTORA E MINERADORA COPENHAGUE LTDA-OF. N°3.117/2017/DGTM-180 dias
890.476/2008-VALLE SUL TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°3.119/2017/DGTM-180 dias
890.097/2011-PEDREIRA SERRA DA ONÇA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°3.078/2017/DGTM-180 dias
890.550/2011-EMPRESA NOSSA SENHORA APARECIDA DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°3.080/2017/DGTM-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
890.024/1998-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°3.026/2017/DGTM
890.078/2003-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°3.025/2017/DGTM
890.000/2004-COMÉRCIO DE PEDRAS IRMÃOS FRAUCHES LTDA-OF. N°3.057/2017/DGTM
890.108/2004-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°3.024/2017/DGTM
890.673/2007-DUSELLE E SERVIÇOS LTDA.-OF. N°3.059/2017/DGTM
Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de cancelamento do Licenciamento/Prazo para defesa 30 dias.(658)
851.601/1977-IRMÃOS ALVES CONCEIÇÃO LIMITADA-NOT Nº3.174/2017/DGTM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.066/1980-IPEPAM INDUSTRIA DE PEDRAS PADUA MIRACEMA LTDA-OF. N°3.077/2017/DGTM
890.259/2007-CERÂMICA TABATINGA LTDA-OF. N°3.121/2017/DGTM
890.528/2009-CERÂMICA INDIANA LTDA EPP-OF. N°3.127/2017/DGTM
Reconsidera o despacho de indeferimento(745)
890.305/1995-AREAL DA SERVERINA LTDA ME
Nega provimento ao pedido de reconsideração(747)
891.391/1994-CERAMICA COLONIAL LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
890.635/2013-PEDRAS DECORATIVAS CONQUISTA DE PÁDUA LTDA
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
890.367/1997-D"ANGELOS AREAL LTDA
Autoriza redução de área(1207)
890.058/2007-SAIBREIRA SANTA FELICIDADE LTDA-Área reduzida de 9,97 para 8,51
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
890.023/2017-AREAL BOM PASTOR LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.449/2014-E.E.D. FERNANDES AREAL ME-OF. N°2.997/2017/DGTM
890.159/2015-ARTECK MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°3.133/2017/DGTM
890.387/2015-EXTRATORA DE AREIAS COEXA LTDA-OF. N°3.142/2017/DGTM
890.563/2015-SOCIEDADE AGRO INDUSTRIAL BIOSFERA LTDA EPP-OF. N°2.938/2017/DGTM
890.081/2016-SR LOCAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI-OF. N°2.960/2017/DGTM
890.386/2016-MINERAÇÃO E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PAI E FILHO LTDA-OF. N°2.954/2017/DGTM
890.024/2017-CERAMICA KITAN LTDA ME-OF. N°2.993/2017/DGTM
Não conhece requerimento protocolizado(1156)
890.023/2017-AREAL BOM PASTOR LTDA
Nega provimento ao pedido de reconsideração(1160)
890.290/2008-R.S. NUNES EXTRAÇÃO DE MINERAIS - ME
Reconsidera o despacho de indeferimento(1162)
890.865/2013-CARVALHO E MADEIRA EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA. ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
890.552/2015-INDUSTRIA E COMERCIO DE PEDRAS VALE ALPINO LTDA-OF. N°2.942/2017/DGTM
890.196/2016-CERAMICA IRMÃOS CARDOSO LTDA-OF. N°2.964/2017/DGTM
890.110/2017-CS EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME-OF. N°2.983/2017/DGTM
890.347/2017-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA. EPP.-OF. N°3.131/2017/DGTM
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
302.216/2015-G.S EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.

LUIS FLÁVIO NAGEM MORALES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 145/2017

Fica o abaixo relacionado ciente que o recurso administrativo interposto foi conhecido e no mérito, negado-lhe o provimento, restando-lhe pagar ou parcelar os débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 990.755/2009
Notificado: Nestlé Waters Brasil Bebidas e Alimentos Ltda.
CNPJ/CPF: 33.062.464/0001-81
NFLDP nº 626/2009
Valor: R$ 130.258,43

NILTON CALDEIRA DA FONSECA FILHO.
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 214/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.495/2013-BRITAGEM GASPAR LTDA EPP- Alvará n°11440/2014 - Cessionario:815.687/2017 e 815.688/2017-GERSON DE BORBA DIAS- CPF ou CNPJ 404251180-53
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
815.383/2017-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP- OF. N° 4161/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.827/2013-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°4149/2017
815.587/2015-MINERADORA PORTO IGUAÇU LTDA-OF. N°4163/2017
815.587/2015-MINERADORA PORTO IGUAÇU LTDA-OF. N°4149/2017
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.460/2015-DOLORES CORREIA- Cessionário:PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA- CPF ou CNPJ 80443427/0001-01- Alvará n°9433/2015
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.121/2011-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP- Área de 40,79 ha para 38,71 ha-Areia
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.352/2012-ILSON CESAR WARMLING ME-Cascalho/Seixos
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.242/2014-TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA
815.424/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.237/2001-CAMBIRELA EXT. COM. DE SÍLEX LTDA EPP-OF. N°4144/2017
815.170/2004-CERÂMICA TAIÓ LTDA. EPP-OF. N°4169/2017 e 4170/2017
815.634/2013-MINERADORA PORTO UNIÃO LTDA EPP-OF. N°4156/2017
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.401/1998-RIO DO MORRO MINERAÇÃO EIRELI EPP.-ARAQUARI/SC - Guia n° 114/2017-50.000toneladas-Gnaisse-Validade:06/12/2018
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.459/2015-MARCELO DE SOUSA- Alvará n° 9413/2015 - Cessionário: MARCELO DE SOUZA TRANSPORTES ME- CNPJ 20665288/0001-20
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.424/2010-TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA-OF. N°4166/2017
815.302/2012-BAMIN BARAZZETTI BRITAGEM LTDA-OF. N°4139/2017
815.036/2013-ANDREI CECHINEL ME-OF. N°4157/2017
815.803/2014-IBERICA CONSTRUÇÕES CIVIS E VIÁRIAS LTDA ME-OF. N°4167/2017
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
815.240/1985-VEGINI COMÉRCIO DE AREIA LTDA- Licenciamento N°:451 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.383/1986-MAIOMAQ TERRAPLANAGEM LTDA EPP- Licenciamento N°:201 - Prorrogado por 05 (cinco) ano(s)
815.364/1988-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Licenciamento N°:317 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.365/1988-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Licenciamento N°:318 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.366/1988-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Licenciamento N°:319 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.419/1989-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Licenciamento N°:399 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.910/1994-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Licenciamento N°:634 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.033/1997-TONHÃO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP- Licenciamento N°:617 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
815.737/2001-RIO NOVO INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA ME- Licenciamento N°:956 - Prorrogado por 05 (cinco) ano(s)
815.627/2009-PONTERRA EXTRAÇÃO DE BARRO LTDA ME- Licenciamento N°:1426 - Prorrogado por 02 (dois) anos ano(s)
815.512/2010-BRITAGEM VOGELSANGER LTDA- Licenciamento N°:1503 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
815.760/2014-LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MOURÃO LTDA- Cessionário:MINÉRIO ESCOLAVRA EIRELI- CNPJ 22372537/0001-15- Licenciamento n°1675- Vencimento do Licenciamento: 05 (cinco) anos
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
815.500/2002-MINEROCHA CATARINENSE LTDA.-OF. N°4153/2017
815.157/2012-KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA EPP-OF. N°4152/2017
815.302/2012-BAMIN BARAZZETTI BRITAGEM LTDA-OF. N°4140/2017
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
815.507/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO- Registro de Extração N°05/2017 de 05/12/2017
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
815.442/1993-A J BEZ BATTI ENGENHARIA LTDA ME
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
815.776/2013- Otília de Amorim Silveira ME, CNPJ nº 76354695/0001-71, Pedras Morro Grande Ltda, CNPJ nº 79815643/0001-43 e Oliveira Plenagem Ltda ME, CNPJ nº 08020001-0001-00.
Classificação das propostas técnicas do procedimento de disponibilidade(2088)
815.776/2013- EDITAL DISPONIBILIDADE N°06/2015-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: DECLARA PRIORITÁRIA a proposta de Oliveira Plenagem Ltda ME para pesquisa de gnaisse, saibro e argila numa área de 9,75 hectares; na segunda colocação a proposta de Pedras Morro Grande Ltda, indeferida por interferência total; na terceira colocação a proposta de Otília de Amorim Silveira ME, indeferida por interferência total.
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
815.003/1990-BRITAGEM VANZ LTDA-OF. N°4142/2017
815.327/1992-INVESTIMÓVEIS EMPREENDIMENTOS S A-OF. N°4122/2017
815.424/1997-BRITAGEM GASPAR LTDA EPP-OF. N°4125/2017
815.206/2000-KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA EPP-OF. N°4152/2017
815.069/2007-BRITAGEM VANZ LTDA-OF. N°4142/2017

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 217/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.269/2016-CONSBRITA LTDA EPP- Alvará n°4655/2016 - Cessionario:815.545/2017-NATANAEL ALONSO DO NASCIMENTO- CPF ou CNPJ 389718959-34
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.314/2010-PEDRO LUIZ VENIER-OF. N°4180/2017
815.751/2010-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA-OF. N°4179/2017
815.394/2013-SIRLENE CAVALINI-OF. N°4182/2017
816.005/2013-SIRLENE CAVALINI-OF. N°4187/2017
815.152/2017-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°4175/2017
815.153/2017-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°4185/2017
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
815.889/2013-MINERAÇÃO BRILHO NEGRO LTDA ME-RIO DO CAMPO/SC, VITOR MEIRELES/SC - Guia n° 115/2017-4.000toneladas-Diabásio Ornamental- Validade:11/12/2018
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.176/2006-JEAN CARLOS ZIMMERMANN ME-Areia
815.130/2008-GEOMINAS GEOLOGIA LTDA-Argila Industrial
815.227/2011-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-Argila
815.323/2012-ORLANDO COAN EPP-Argila
815.539/2013-RANGEL CORREA DE SOUZA-Saibro e Areia
815.540/2013-RANGEL CORREA DE SOUZA-Saibro e Areia
815.541/2013-RANGEL CORREA DE SOUZA-Saibro e Areia
815.542/2013-RANGEL CORREA DE SOUZA-Saibro e Areia
815.680/2013-SIDNEY JOSE MIRANDA ME-Areia
815.431/2014-LEANDRO VILMAR BARREIROS-Saibro
815.691/2014-JAZIDA ECKERT LTDA-Areia
815.383/2015-VALDECI ASSIS DE SOUZA-Areia
815.846/2015-COMERCIAL VALE DO CANOAS LTDA.-Areia
815.847/2015-COMERCIAL VALE DO CANOAS LTDA.-Areia
815.851/2015-COMERCIAL VALE DO CANOAS LTDA.-Areia
815.478/2016-I.H. INFRA INFRAESTRUTURA E ENGENHARIA LTDA.-Gnaisse
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.424/2007-JOAQUIM GOULART NUNES
815.868/2012-PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA
815.402/2014-TRAINOTTI DADAM EXTRACAO DE AREIA E ARGILA LTDA EPP
815.411/2014-FABIANO BATTISTOTTI PEREIRA
815.412/2014-TRANSMAC COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA ME
815.423/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
815.433/2014-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DA BACIA DO RIO URUSSANGA
815.716/2014-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP
815.719/2014-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP
815.462/2015-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME
815.582/2015-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP
815.586/2015-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP
Fase de Requerimento de Lavra
Reitera exigência(366)
815.660/2009-ADEMIR JUVENCIO DA SILVA EPP-OF. N°4177/2017-60 (sessenta) dias dias
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.051/2005-OTÍLIA DE AMORIM SILVEIRA LTDA EPP-ARAQUARI/SC - Guia n° 118/2017-35.000toneladas-Areia- Validade:11/12/2017
815.691/2006-CEMAN COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-SÃO JOÃO BATISTA/SC - Guia n° 119/2017-12.000toneladas-Argila- Validade:07/12/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

815.787/2009-TERRAPLENAGEM HOSANG LTDA.-GARUVA/SC - Guia n° 116/2017-12.000toneladas-Argila- Validade:07/12/2017

815.738/2010-BIANCO EXTRAÇÃO DE AREIA, COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.-CURITIBANOS/SC, PONTE ALTA DO NORTE/SC - Guia n° 117/2017-18.000toneladas-Areia- Validade:07/12/2017

816.017/2010-AREIAS TUBARÃO LTDA ME-LAGUNA/SC - Guia n° 120/2017-50.000toneladas-Areia- Validade:11/12/2018

Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)

815.067/2003-JOEL MORAES BORGES - ME

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)

815.909/1994-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Licenciamento N°:636 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)

815.241/2007-ARGAMASSA 2 IRMÃOS LTDA EPP- Licenciamento N°:1310 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)

815.736/2009-L. T. WONSIEWSKI E CIA LTDA- Licenciamento N°:1437 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)

815.718/2013-MANOEL LUIZ MARTINS ME- Licenciamento N°:1621 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)

815.825/2013-MANOEL LUIZ MARTINS ME- Licenciamento N°:2033 - Prorrogado por 02 (dois) ano(s)

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA N° 383, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso II, da Portaria MME n° 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2°, § 2° e 4°, § 1°, do Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME n° 564, de 17 de outubro de 2014, e o que consta no Processo nº 48000.004833/2017-71, resolve:

Art. 1º Anular a garantia fisica de energia publicada na Portaria SPE/MME nº 276, de 27 de setembro de 2017, referente à Usina Termelétrica denominada Guatapará, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG: UTE.RU.SP.0310440-4.01, localizada no Município de Guatapará, Estado de São Paulo, de titularidade da empresa Guatapará Energia S.A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

PORTARIA N° 384, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48340.007659/2017-19, resolve:

Art. 1° Definir em 2,23 MW médios o montante de garantia física de energia da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Pacífico Mascarenhas, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG: CGH.PH.MG.001928-3.02, com potência instalada de 2,944 MW, de titularidade da empresa CGH Pacífico Mascarenhas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.030.106/0001-57, localizada no rio Parauninha, no Município de Santana do Riacho, Estado de Minas Gerais.

§ 1º O montante de garantia física de energia da CGH Pacífico Mascarenhas refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2° Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da CGH Pacífico Mascarenhas poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 505, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Torna público o Regimento Interno do Comitê de Governança, Riscos e Controles do Ministério do Desenvolvimento Social, altera as Portarias nº 174, de 11 de maio de 2017, e nº 187, de 16 de maio de 2017, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SUBSTITUTO, em conformidade com o Decreto n° 8.851, de 20 de setembro de 2016, com a Portaria/MDS n° 124, de 23 de março de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 1º, art. 22 e art. 23 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, e no art. 2º, §1º e art. 10 da Portaria n° 174, de 11 de maio de 2017, do Ministério do Desenvolvimento Social, e considerando a aprovação do texto do Regimento Interno do Comitê de Governança, Riscos e Controles do Ministério do Desenvolvimento Social pelo referido Comitê, resolve:

Art. 1º Tornar público o Regimento Interno do Comitê de Governança, Riscos e Controles do Ministério do Desenvolvimento Social - CGRC-MDS, na forma do Anexo, elaborado e aprovado pelos membros do CGRC-MDS, conforme competência definida no art. 10 da Portaria MDS nº 174, de 11 de maio de 2017.

Art. 2º O §4º do art. 2º da Portaria MDS n° 174, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º.....

§4º O Comitê poderá reunir-se em quórum mínimo de sete membros, presentes necessariamente o Ministro e/ou o Secretário-Executivo. " (NR)

Art. 3º Fica prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias o prazo previsto no §1º do art. 9º da Portaria MDS n° 187, de 16 de maio de 2017, a contar da data do vencimento do primeiro período lá previsto.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CGRC-MDS

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Art. 1º O Comitê de Governança, Riscos e Controles do Ministério do Desenvolvimento Social - CGRC-MDS, instância colegiada, de natureza deliberativa, instituída pela Portaria MDS n° 174, de 11 de maio de 2017, tem por finalidade adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, em conformidade com o disposto no art. 1º e art. 23 da Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 10 de maio de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União.

Art. 2° Compete ao CGRC-MDS:

I - promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamento;

II - institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos;

III - promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;

IV - garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;

V - promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;

VI - promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;

VII - aprovar política, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;

VIII - supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos chave que possam comprometer a prestação de serviços de interesse público;

IX - liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no MDS;

X - estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem com os limites de alçada ao nível de unidade, política pública ou atividade;

XI - aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;

XII - emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos; e

XIII - monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê.

CAPÍTULO II

Seção I

Da Organização e do Funcionamento

Art. 3º O CGRC-MDS tem a seguinte composição:

I - Ministro de Estado do Desenvolvimento Social;

II - Secretário-Executivo do MDS;

III - Secretário Nacional de Renda de Cidadania;

IV - Secretário Nacional de Assistência Social;

V - Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - Secretário de Avaliação e Gestão da Informação;

VII - Secretário Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano;

VIII - Secretário de Inclusão Social e Produtiva;

IX - Presidente do Conselho de Recursos do Seguro Social;

X - Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno;

XI - Consultor Jurídico;

XII - Subsecretário de Planejamento e Orçamento;

XIII - Subsecretário de Assuntos Administrativos; e

XIV - Diretor de Tecnologia da Informação.

§ 1º O CGRC-MDS será presidido pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e, na sua ausência, pelo Secretário-Executivo do MDS.

§ 2º Em seus impedimentos e afastamentos legais, os membros do Comitê serão representados por seus substitutos eventuais formalmente designados.

Art. 4º O CGRC-MDS reunir-se-á ordinariamente pelo menos duas vezes por exercício por convocação de seu Presidente, ou de sua ordem, em data e horário previamente estabelecidos, para deliberação em relação aos temas apresentados pelo Subcomitê de Gestão de Riscos, Controles Administrativos e Transparência.

§ 1° Poderão ser realizadas reuniões extraordinárias por iniciativa do Presidente ou, justificadamente, por qualquer membro do Comitê, com aprovação do Presidente.

§ 2º O Comitê poderá reunir-se com quórum mínimo de metade de seus membros, presentes necessariamente o Ministro e/ou o Secretário-Executivo.

§ 3º A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO exercerá o papel de Secretaria-Executiva do Comitê, devendo:

I - Auxiliar na supervisão e no monitoramento da política de gestão de riscos no âmbito do MDS; e

II - Encaminhar previamente, aos membros do Comitê, a pauta das reuniões do CGRC-MDS.

§ 4º Quando não houver designação expressa por parte da Presidência do CGRC-MDS, a relatoria das reuniões será exercida alternadamente entre as unidades que compõem o Subcomitê de Gestão de Riscos, Controles Administrativos e Transparência.

§ 5º O Gabinete da Secretaria-Executiva será responsável pela convocação e marcação do local das reuniões do CGRC-MDS, bem como pela disponibilização de materiais necessários à realização das mesmas.

§ 6º Os temas e proposições que comporão a pauta das reuniões ordinárias do CGRC-MDS serão definidos pelo Subcomitê de Gestão de Riscos, Controles Administrativos e Transparência de que trata o art. 4° da Portaria MDS n° 174, de 2017, em consonância com o disposto no art. 6º.

§ 7º O CGRC-MDS poderá convocar representantes das unidades do Ministério para participarem das reuniões, com o objetivo de subsidiar as discussões sobre temas específicos, além de especialistas e representantes de órgãos e entidades públicas, em caráter consultivo e sem remuneração.

Art. 5° As deliberações do CGRC-MDS, a partir do consenso entre seus membros, dar-se-ão por meio de resolução assinada pelo seu Presidente e possuem caráter institucional, vinculam todas as unidades do MDS e não são passíveis de interposição de recurso.

Seção II

Das Instâncias de Supervisão e do Assessoramento

Art. 6° O Subcomitê de Gestão de Riscos, Controles Administrativos e Transparência apoiará e prestará assessoria aos atos e ações do CGRC-MDS, em consonância com o disposto no art. 4º da Portaria MDS n° 174, de 2017.

§ 1° No exercício do apoio e assessoramento de que trata o caput, o Subcomitê de Gestão de Riscos, Controles Administrativos e Transparência deverá:

I - recepcionar propostas relacionadas à governança, integridade, gestão de riscos e controles internos, avaliando a pertinência e compatibilidade do tema com as competências do CGRC-MDS;

II - identificar, como canal de comunicação, necessidades, informações e demandas dos Núcleos de Gestão de Riscos que se constituem em temas relacionados às competências do CGRC-MDS, apresentando-os, por iniciativa própria, para a deliberação do Comitê;

III - definir critérios de priorização de temas e proposições a serem apresentados ao CGRC-MDS;

IV - realizar levantamentos, estudos e pesquisas, de forma a subsidiar o exercício da competência do CGRC-MDS;

V - elaborar relatórios de acompanhamento e avaliação da implementação das determinações do CGRC-MDS, mantendo registros das atividades no Sistema Eletrônico de Informações - SEI;

VI - expedir orientações às unidades organizacionais do MDS sobre as decisões do CGRC-MDS, acompanhando a implementação das determinações;

VII - manter interlocução com representantes de Comitês congêneres e Assessorias Especiais de Controle Interno dos demais Ministérios, para compartilhamento de experiências e aperfeiçoamento das ações de competência do CGRC-MDS; e

VIII - exercer outras atribuições que forem determinadas pelo CGRC-MDS.

§ 2° Os Núcleos de Gestão de Riscos das unidades organizacionais do MDS de que trata o art. 7º da Portaria MDS n° 174, de 2017, poderão apresentar ao Subcomitê de Gestão de Riscos, Controles Administrativos e Transparência propostas relacionadas à governança, gestão de riscos e controles internos para deliberação do CGRC-MDS.

§ 3° As proposições deverão ser encaminhadas ao Subcomitê de Gestão de Riscos, Controles Administrativos e Transparência mediante autuação de processo específico no SEI, instruído com nota técnica que apresente justificativas e informações suficientes, de forma a proporcionar a apreciação pelo Subcomitê da pertinência e compatibilidade do tema com as competências do CGRC-MDS.

§ 4º A formulação das propostas de que trata o §3º deverá observar os conceitos e procedimentos dispostos na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, nos referenciais técnicos internacionais recepcionados pelos órgãos de Controle e em deliberações do CGRC-MDS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 5º O custo estimado de implementação das propostas apresentadas ao CGRC-MDS constitui-se em informação desejável, mas não imprescindível para sua apreciação, podendo ser objeto de diligência específica, a critério do Subcomitê.

§ 6º As proposições aprovadas que importarem realização de despesas somente serão implementadas em face da disponibilidade de recursos em cada exercício.

§ 7º As proposições apresentadas pelos Núcleos de Gestão de Riscos das unidades organizacionais do MDS poderão ser objeto de consulta prévia pelo Subcomitê de Gestão de Riscos, Controles Administrativos e Transparência:

I - à Consultoria Jurídica, quando proposta a expedição de atos normativos;

II - à Comissão Setorial de Ética, quando relacionadas ao fortalecimento da gestão da ética e integridade no âmbito deste Ministério;

III - à Corregedoria, quando se relacionarem com matéria disciplinar; e

IV - ao Núcleo de Gestão de Riscos proponente, para apresentação de documentos e informações complementares, quando for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7° A atuação dos membros do CGRC-MDS, assim como a colaboração eventual de servidores, especialistas ou representantes convidados, serão consideradas como serviço público relevante, não remunerado.

Parágrafo único. As eventuais despesas decorrentes do deslocamento de especialistas e representantes convidados para participação em reuniões do Comitê serão custeadas pelo MDS, por intermédio da Unidade que for responsável pelo convite, observando-se o disposto no art. 4º da Lei nº 8.162, de 08 de janeiro de 1991, e no art. 10 do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, devendo serem justificadas tais despesas em processo próprio, e restringirem-se às hipóteses em que seja inviável ou impossível a utilização dos recursos tecnológicos atualmente disponíveis para realização de reuniões de forma remota.

Art. 8º O CGRC-MDS contará com Unidade específica cadastrada no SEI e sob gestão do Subcomitê de Gestão de Riscos, Controles Administrativos e Transparência, para registro, tramitação e acompanhamento dos processos relacionados ao exercício de suas competências.

§ 1º Os Núcleos de Gestão de Riscos das unidades organizacionais do MDS deverão prestar informações e esclarecimentos solicitados pelo Subcomitê de Gestão de Riscos, Controles Administrativos e Transparência por intermédio do SEI, conforme disposto no caput.

§ 2º O representante máximo de cada um dos núcleos poderá solicitar a criação de unidades próprias no SEI para seu funcionamento.

Art. 9º Prescinde de prévia aprovação pelo CGRC-MDS a implementação de metodologia de trabalho relacionada à gestão de riscos de qualquer unidade do MDS, desde que esteja em conformidade com as regras da Política de Gestão de Riscos aprovada pela Portaria MDS n° 187, de 16 de maio de 2017, e com o disposto nesta Portaria.

Art. 10. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão dirimidos pelo CGRC-MDS, consultadas, no âmbito das suas respectivas competências, a Consultoria Jurídica - CONJUR e a Assessoria Especial de Controle Interno - AECI, se necessário.

PORTARIA Nº 521, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Portaria nº 63, de 29 de maio de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SUBSTITUTO, em conformidade com o Decreto n° 8.851, de 20 de setembro de 2016, com a Portaria/MDS n° 124, de 23 de março de 2017, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, da Constituição Federal, o art. 33 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017 e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e no Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 6, de 6 de junho de 2017, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, com a redação alterada pela Resolução nº 7, de 3 de agosto de 2017, que pactua a continuidade do cofinanciamento federal até dezembro de 2017 para a realização das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI para os estados, Distrito Federal e municípios;

CONSIDERANDO a Resolução nº 10, de 19 de julho de 2017, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova a prorrogação, até dezembro de 2017, do prazo de cofinanciamento federal para a realização das ações estratégicas do PETI, de acordo com o previsto na Resolução nº 6, de 2017, da CIT; e

CONSIDERANDO a iminente aprovação do III Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Portaria nº 63, de 29 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Os estados, municípios e o Distrito Federal com alta incidência de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil serão cofinanciados para o cumprimento das ações estratégicas, a partir da adesão ao cofinanciamento federal, até dezembro de 2017, de acordo com a pactuação dos critérios de partilha realizados pela CIT e aprovados pelo CNAS." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE II EM BELO HORIZONTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

PROCESSO Nº 35663.000018/2017-49 - ASSUNTO: Alienação do imóvel sito Avenida Prudente de Morais, Nº 451- Lote 12-A e 10-A - Bairro Santo Antonio - Belo Horizonte/MG, de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social- INSS, considerado desnecessário e não vinculado às suas atividades operacionais. INTERESSADA: Gerência Executiva em Belo Horizonte/MG MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Leilão Público INSS/SRII nº 06/2017 - FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 11.481 de 30/06/2007.DECISÃO:

1. De acordo com a competência delegada no inciso VIII do artigo 207 da Portaria do Ministério do Desenvolvimento Social nº 414/2017, de 28.09.2017, publicada em DOU - Edição Extra nº 188-A, de 29.09.2017, Seção 1, pg 1/23, c/c com a Portaria INSS/PRES nº 117 de 26.01.2017, publicada no DOU nº 20 DE 27.01.2017, Seção 2, pg 36, HOMOLOGO os procedimentos licitatórios do leilão em epígrafe e ADJUDICO o imóvel acima citado em favor de LARIMAR PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.844.767/0001-09 pelo valor de R$ 3.615.120,50 (três milhões, seiscentos e quinze mil, cento e vinte reais e cinquenta centavos), à vista.

VALÉRIO JOSÉ DE ALMEIDA FILHO
Substituto

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 341, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece parâmetros de utilização de recursos públicos para realização de despesas administrativas necessárias ao cumprimento das metas pactuadas pelo COB, o CPB, o CBC e suas entidades filiadas.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e, tendo em vista o disposto no art. 22 do Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013, resolve:

Seção I

Do objeto

Art. 1º Esta Portaria estabelece os parâmetros exigidos pelo art. 22 do Decreto nº 7.984, de 2013 para realização de despesas administrativas necessárias ao cumprimento das metas pactuadas pelo Comitê Olímpico do Brasil - COB, Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB, Comitê Brasileiro de Clubes - CBC e suas entidades filiadas e vinculadas.

Parágrafo único. As metas a que se refere o art. 22 do Decreto nº 7.984, de 2013 deverão ser apresentadas pelos Comitês juntamente ao relatório de que trata o parágrafo 8º do art. 56 da Lei 9.615, de 1998.

Seção II

Das despesas administrativas

Art. 2º Para efeitos desta Portaria, consideram-se despesas administrativas aquelas essenciais à manutenção das atividades meio da entidade e aquelas necessárias ao suporte do desenvolvimento de programas e projetos de que trata o art. 21 do Decreto nº 7.984, de 2013.

Art. 3º São despesas administrativas, entre outras:

I - pagamento de remuneração daqueles que mantenham vínculo empregatício ou estatutário com a entidade, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias, benefícios e demais encargos sociais e trabalhistas.

II - pagamento de hospedagem, diárias, passagens, transporte e alimentação, quando relacionadas à realização de atividades meio da respectiva entidade;

III - contratação de serviços de assessoria e consultoria, a exemplo de: jurídica, contábil, de planejamento estratégico, de governança, de imprensa, de comunicação;

IV - serviços de manutenção predial, a exemplo de:

a) aluguel de sede, encargos condominiais, tributários (IPTU e taxa de limpeza urbana) e securitários (contra incêndio) e afins;

b) manutenção de equipamentos de ar condicionado, elevadores, proteção contra incêndio e vigilância; e

c) reforma, adaptação ou ampliação de espaços físicos da sede da respectiva entidade necessárias ao suporte do desenvolvimento de programas e projetos de que trata o art. 21 do Decreto nº 7.984, de 2013, limitada ao valor de até um milhão e quinhentos mil reais;

V - segurança, limpeza, lavanderia, telefone, água, TV a cabo, esgoto, correios, energia elétrica, tratamento do esgoto, transporte de lixo, internet e afins;

VI - contratação de serviços de informática essenciais à realização das atividades meio da entidade, tais como: serviços de suporte tecnológico, pacotes de software de segurança, inclusive com aquisição de materiais e licenças, web design de informática, serviços de desenvolvimento de software de gestão, serviços de hospedagem em nuvem, serviços de audiovisual e afins;

VII - contratação de serviços gráficos, postais, cartorários, de seguros, de auditoria interna e externa, de prestação de contas e de tradução e afins;

VIII - publicação de balanços, editais, extratos de contratos e afins; e

IX - aquisição ou locação de mobiliário e equipamentos, material de escritório e afins.

Art. 4º Não serão considerados despesas administrativas, entre outras:

I - valores repassados pelos Comitês a seus filiados ou vinculados;

II - despesas voltadas às atividades finalísticas de promoção do desporto, consoante o art. 21 do Decreto nº 7.984, de 2013.;

III - despesas com remuneração daqueles que desempenham funções técnico-esportivas, comissões técnicas e atletas, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

IV - despesas relacionadas à locomoção e preparação de delegações para competições esportivas;

V - despesas com contratação de serviços de informática específicos para o desenvolvimento de programas e projetos de que trata o art. 21 do Decreto nº 7.984, de 2013, tais como: pacotes de software voltados ao desenvolvimento, promoção, segurança, saúde e de definição de estratégia para competições e treinamentos de atletas e comissões esportivas;

VI - despesas com hospedagens, passagens, diárias, transporte e alimentação de atletas e membros de comissões técnicas, desde que imprescindíveis à participação dos atletas na competição; e

VII - despesas com manutenção de instalações e equipamentos esportivos.

Seção III

Dos limites de despesas administrativas

Art. 5º O COB, o CPB e o CBC deverão respeitar o limite máximo de vinte e cinco por cento dos recursos oriundos do disposto nos art. 9º e art. 56 da Lei nº 9.615, de 1998 para custeio de despesas administrativas.

Art. 6º Quando da descentralização de recursos previstos nos art. 9º e art. 56 da Lei nº 9.615, de 1998, as entidades filiadas ou vinculadas ao COB, ao CPB e ao CBC deverão respeitar os seguintes limites para o custeio de despesas administrativas:

I - vinte por cento do valor total repassado à entidade filiada ou vinculada ao COB;

II - quarenta por cento do valor total repassado à entidade filiada ou vinculada ao CPB responsável pela administração de uma modalidade paraolímpica, trinta e cinco por cento para a entidade que administra duas modalidades, e trinta por cento para a entidade que administra três ou mais modalidades esportivas;

III - dez por cento do valor total repassado à entidade filiada ou vinculada ao CBC;

IV - vinte por cento para Confederação Brasileira de Desporto Escolar - CBDE; e

V - vinte por cento para Confederação Brasileira de Desporto Universitário - CBDU.

Seção IV

Das orientações relativas à execução das despesas com recursos da Lei nº 9.615, de 1998

Art. 7º A aquisição de bens e a contratação de serviços deverá observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência, da igualdade e do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, bem como as determinações do Tribunal de Contas da União, tendo por finalidade a seleção da proposta mais vantajosa.

Art. 8º Os recursos para custeio das despesas administrativas de que trata a presente Portaria deverão ser mantidos, tão logo recebidos, em conta bancária específica e aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Art. 9º A remuneração daqueles que mantenham vínculo empregatício ou estatutário com a entidade deve ser compatível com o valor de mercado, observar os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. A remuneração pode ser complementada com recursos privados, próprios da entidade contratante.

Seção V

Da utilização do SICONV

Art. 10. O COB, o CPB e o CBC utilizarão o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV para descentralizar os recursos previstos nos art. 9º e art. 56 da Lei nº 9.615, de 1998 para entidades filiadas ou vinculadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Os comitês terão cento e oitenta dias para implementar a operacionalização do SICONV, a contar da data de disponibilização plena do sistema pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Seção VI

Das disposições finais

Art. 11. As dúvidas suscitadas na aplicação desta norma serão dirimidas pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR).

Art. 12. Revogar a Portaria GM/ME nº 1, de 3 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, em 9 de janeiro de 2014.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2017 e 08/11/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 307, de 26 de outubro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2017 e 08/11/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VILLAS BÔAS DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.100641/2017-08
Proponente: Federação Amazonense de Tiro com Arco
Título: Arquearia Indígena III
Registro: 02AM0762622010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.969.402/0001-48
Cidade: Manaus UF: AM
Valor autorizado para captação: R$ 1.817.641,84
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3053 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 57105-9
Período de Captação até: 31/12/2018
2 - Processo: 58000.009869/2016-75
Proponente: Sociedade Pró Amiga Cariri
Título: Projeto Mais Social II
Registro: 02CE099292012
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 13.073.383/0001-70
Cidade: Crato UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 582.414,26
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1598 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 43281-4
Período de Captação até: 31/12/2018

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO

PORTARIA Nº 283, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui as regras de gestão da mobilidade dos servidores da carreira de Analista de Infraestrutura AIE e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior - EIS.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência estabelecida no art. 13, V, do Anexo I ao Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e observado o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 1º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se por mobilidade dos servidores da carreira de Analista de Infraestrutura AIE e do cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior - EIS:

I - o exercício descentralizado em órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

II - a cessão para o exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores DAS, cargos de Natureza Especial, ou outro cargo em comissão ou função de confiança de nível hierárquico equivalente; e

III - a requisição, na hipótese do art. 2º da Lei nº 9.007, de 17 de março de 1995, e em situações previstas em lei específica.

Art. 2º A mobilidade na carreira é orientada pelas necessidades e prioridades da Administração Pública Federal, conjugadas com a análise das competências requeridas dos servidores para o desempenho das atribuições institucionais, buscando harmonizar o número de AIE e EIS em exercício nos órgãos e entidades com tais necessidades e prioridades.

Art. 3º Poderá haver alteração da unidade de exercício ou de cessão de AIE e EIS nas seguintes hipóteses:

I - exercício descentralizado em órgãos da Administração Pública Federal;

II - exercício descentralizado provisório em entidades da Administração Pública Federal, para participar em projeto compatível com as atribuições da carreira, por tempo determinado, a critério do Órgão Supervisor;

III - exercício em órgãos da Administração Pública Federal localizadas fora do Distrito Federal quando para participar em projeto compatível com as atribuições da carreira, a critério do Órgão Supervisor;

IV - exercício provisório disciplinado no § 2º do art. 84 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em órgãos e entidades da Administração Pública Federal localizados fora do Distrito Federal;

V - cessão para cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores DAS, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

VI - cessão para outros Poderes da União ou para órgãos da administração pública do Distrito Federal, dos Estados, das Prefeituras de Capitais ou de Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, exclusivamente para o exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, nível 4 ou superior, ou outro cargo em comissão ou função de confiança de nível hierárquico equivalente;

VII - requisições previstas em leis específicas;

VIII - exercício descentralizado em órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, para atuar nos empreendimentos de que trata a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, por tempo determinado, mediante solicitação da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos SPPI, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Art. 4º As solicitações de movimentação de AIE e EIS, que deverão ser enviadas à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão SEGES/MP, Órgão Supervisor da carreira, pela Secretaria-Executiva do órgão interessado na movimentação do servidor, serão compostas pelos seguintes documentos:

I - anuência prévia do Secretário-Executivo, ou daquele a quem for delegada competência, do órgão de exercício ou de cessão do servidor;

II - formulário de solicitação de AIE ou EIS (Anexo I), contendo a identificação da unidade de trabalho, atividades a serem desempenhadas, perfil desejado e disponibilidade de cargo ou função comissionada;

III - currículo atualizado do AIE ou EIS.

§ 1º As solicitações previstas no caput oriundas de entidades vinculadas, inclusive das Agências Reguladoras, serão enviadas pela Secretaria-Executiva do respectivo ministério supervisor, excetuando-se as vinculadas ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que serão submetidas, de forma análoga, às disposições contidas nos parágrafos 2º e 3º, subsequentes.

§ 2º As solicitações previstas no caput serão encaminhadas pelo órgão interessado através de sistema eletrônico disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 3º Os Secretários-Executivos, ou autoridades equivalentes, indicarão servidores responsáveis pelo cadastramento das solicitações e utilização do sistema de que trata o parágrafo anterior, na condição de representantes autorizados do órgão interessado.

§ 4º As solicitações previstas no caput oriundas de unidades do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão deverão ser enviadas por memorando do respectivo Secretário à SEGES/MP.

§ 5º Não será deferida a solicitação de movimentação de AIE ou EIS quando não houver anuência prévia do Secretário-Executivo, ou daquele a quem for delegada competência, do órgão em que o servidor estiver em exercício ou cedido.

§ 6º A comprovação da anuência prévia prevista no inciso I do caput deverá ser feita mediante apresentação de ofício ou mensagem eletrônica:

I - do Secretário da unidade ou do dirigente máximo da entidade atual de exercício ou cessão, respectivamente, ou daquele a quem for delegada competência, no caso de servidores que se encontrem no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ou em uma de suas entidades vinculadas;

II - do Secretário-Executivo ou daquele a quem for delegada competência, no caso dos demais órgãos ou entidades.

§ 7º O servidor deverá permanecer no órgão ou entidade em que estiver em exercício ou cedido até que seja concluído o processo de movimentação, por meio da publicação da autorização de movimentação do AIE ou EIS no Diário Oficial da União.

§ 8º O órgão ou entidade em que o AIE ou EIS estiver em exercício ou cedido poderá solicitar, quando da manifestação de anuência, um prazo de até 30 dias, a partir da publicação da autorização prevista no § 7º, para que o servidor possa finalizar eventuais atividades ainda em desenvolvimento e iniciar o exercício ou cessão no novo órgão ou entidade.

§ 9º Não haverá consulta quanto à anuência do órgão ou entidade de exercício ou cessão nos casos previstos nos incisos IV, V, VII e VIII do art. 3º desta Portaria.

§ 10. Na hipótese do parágrafo anterior, a SEGES/MP providenciará a comunicação formal ao órgão de exercício ou de cessão do servidor.

§ 11. O servidor que se encontrar em exercício descentralizado em órgãos ou entidades somente poderá ser apresentado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão mediante consulta prévia ao Órgão Supervisor, que se manifestará através da Unidade de Gestão da Carreira, após análise da motivação apresentada pela unidade setorial de gestão de pessoas do órgão ou entidade de exercício do servidor, e subsequente aval para o retorno do AIE ou EIS ao seu órgão de origem.

§ 12. As solicitações de cessão previstas no inciso VI do art. 3º deverão conter a documentação prevista nos incisos do caput e não se submetem ao sistema disposto nos parágrafos 2º e 3º deste artigo.

§ 13. As solicitações de exercício previstas no inciso VIII do art. 3º deverão conter a documentação prevista nos incisos do caput e ser apresentadas à SPPI, nos termos de regulamento específico daquele órgão.

Art. 5º Para fins de movimentação, não haverá previsão formal do instituto da permuta entre órgãos, devendo o órgão interessado na eventual reposição de vaga aberta decorrente da liberação de um servidor, realizar processo seletivo para preencher a posição anteriormente ocupada pelo AIE ou EIS.

Art. 6º Os órgãos ou entidades da Administração Pública Federal poderão realizar processo seletivo aberto para exercício descentralizado ou cessão de AIE ou EIS, que deverá obedecer, necessariamente, às seguintes etapas e condições:

I - envio prévio à SEGES/MP de manifestação do órgão ou entidade interessado, com descrição do perfil desejado, competências requeridas, atividades a serem desempenhadas, local e unidade de exercício, indicação de chefia imediata, disponibilidade de cargo ou função comissionada, forma de seleção do candidato e prazo limite para recebimento das candidaturas, conforme modelo pré-definido de formulário (Anexo II);

II - divulgação, pela SEGES/MP, na página do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na Internet, ou em outros meios de comunicação, das oportunidades de exercício descentralizado ou de cessão, após análise de pertinência da solicitação, observado o disposto no art. 2º desta Portaria;

III - inscrição do AIE ou EIS no processo seletivo, diretamente no órgão ou entidade interessado;

IV - análise curricular;

V - entrevista do AIE ou EIS;

VI - escolha do AIE ou EIS;

VII aceitação expressa pelo AIE ou EIS selecionado;

VIII - solicitação da anuência prévia, nos termos do art. 4º;

IX - solicitação de movimentação do AIE ou EIS selecionado à SEGES/MP; e

X - alocação de AIE ou EIS no novo órgão ou entidade.

§ 1º Os incisos I, IV, V, VI, VIII e IX serão de responsabilidade do órgão ou entidade interessado; os incisos II e X serão de responsabilidade da SEGES/MP; e os incisos III e VII serão de responsabilidade do AIE ou EIS interessado.

§ 2º O envio do formulário previsto no inciso I do caput será realizado pela Secretaria-Executiva do órgão interessado, através da utilização de sistema eletrônico, nos mesmos termos dos parágrafos 2º e 3º do art. 4º.

§ 3º A solicitação de movimentação de AIE ou EIS escolhido por meio de processo seletivo deverá obedecer ao disposto no art. 4º desta Portaria.

Art. 7º O AIE ou EIS deverá apresentar-se à Unidade de Gestão da carreira ao término de cessão, afastamento ou licença para definição de novo exercício.

Art. 8º Ocorrendo alteração no cargo em comissão ocupado pelo AIE ou EIS no mesmo órgão ou entidade, mantida a ocupação de cargo de nível igual ou superior ao anteriormente ocupado, não haverá necessidade de novo ato de cessão.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput, o órgão ou entidade comunicará, formal e obrigatoriamente, no prazo de 15 dias contados da data da nomeação, a alteração do cargo, para fins de registro e controle pela SEGES/MP.

Art. 9º O AIE ou EIS que retornar de afastamento para capacitação de longa duração, ou de outras modalidades de afastamento ou licença, terá seu exercício definido, preferencialmente, no órgão em que se encontrava à época do afastamento, exceto em caso de manifestação formal da instituição quanto à liberação do mesmo.

Parágrafo único. No caso de retorno decorrente de capacitação de longa duração, deverão ser consideradas as competências adquiridas durante o programa.

Art. 10. Ao AIE ou EIS que retornar à Unidade de Gestão da carreira, poderá ser apresentada proposta de trabalho temporário estruturado no âmbito dos órgãos parceiros da SEGES/MP, com tempo determinado para entrega de produtos/serviços, tais como estudos, diagnósticos, elaboração/organização de dados ou informações, enquanto aguarda definição de novo exercício ou cessão.

Parágrafo único. Caso haja manifestação formal da parte interessada, a Unidade de Gestão da carreira poderá colocar o AIE ou EIS à disposição do órgão interessado, até que os trâmites para a formalização da movimentação do servidor sejam concluídos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 11. Os servidores em cujo ato de autorização para seu exercício não haja referência expressa à participação em projeto compatível com as atribuições da carreira, por tempo determinado, a critério do Órgão Supervisor, terão que adequar sua situação até 31 de julho de 2019, quando se encontrarem em exercício:

I - em entidades da Administração Pública Federal; ou

II - em órgãos da Administração Pública Federal localizadas fora do Distrito Federal.

§ 1º A adequação de que trata o caput será formalizada através de nova solicitação, com menção expressa do projeto ao qual se pretende que o servidor esteja vinculado, condicionada, à avaliação e concordância do Órgão Supervisor.

§ 2º Ficam mantidas as autorizações de exercício em entidades ou em órgãos localizados fora do Distrito Federal em vigor na data da publicação desta Portaria, observado o prazo disposto no caput.

§ 3º O ato de autorização de exercício não adequado até 31 de julho de 2019 será revogado, devendo o servidor, na ocorrência dessa hipótese, retornar ao Órgão Supervisor, no Distrito Federal, para definição de nova alocação, observado o disposto nesta Portaria.

§ 4º O Órgão Supervisor definirá os procedimentos necessários ao cumprimento do disposto no caput e fará a devida divulgação aos respectivos órgãos e entidades.

Art. 12. A SEGES/MP poderá implementar sistema informatizado de gestão e acompanhamento da mobilidade, a fim de otimizar os procedimentos previstos nesta Portaria.

Art. 13. A SEGES/MP poderá, em casos excepcionais, ao seu critério, redefinir, de ofício, o exercício do AIE ou EIS.

Art. 14. As solicitações de exercício descentralizado ou de cessão protocoladas na SEGES/MP até a data da publicação desta Portaria serão analisadas nos moldes vigentes anteriormente à publicação deste normativo.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Fica revogada a Portaria SEGES nº 141, de 30 de junho de 2017.

GLEISSON CARDOSO RUBIN

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO NOMINAL DE ANALISTA DE INFRAESTRUTURA - AIE OU ESPECIALISTA EM INFRAESTRUTURA SÊNIOR - EIS

I - IDENTIFICAÇÃO DO AIE/EIS: (marque o cargo/carreira e preencha os campos)

	Analista de Infraestrutura		Especialista em Infraestrutura Sênior

Nome completo:	
E-mail particular/pessoal:	
Telefones:	
Órgão/Entidade de exercício atual:	
Secretaria/Departamento:	
Unidade:	
Cidade/UF:	

II - SELECIONE O TIPO DE MOVIMENTAÇÃO:

Marque um x no tipo de movimentação solicitada e informe se a solicitação é para exercício em Brasília ou fora de Brasília.

	TIPO DE MOVIMENTAÇÃO	EM BRASÍLIA	FORA DE BRASÍLIA *
	a) Exercício descentralizado em órgãos da Administração Pública Federal direta. (Anexar documento de Anuência do Órgão de Exercício Atual)		
	b) Exercício descentralizado provisório em autarquias e fundações da Administração Pública Federal. (Anexar documento de Anuência do Órgão de Exercício Atual + Documento de Projeto)		
	c) Cessão para órgãos e entidades da Administração Pública Federal para ocupar cargo em comissão ou função de confiança.		
	d) Requisições previstas em leis específicas (se for para ocupar cargo em comissão, marcar também a opção "c")		
	e) Exercício descentralizado em órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, para atuar nos empreendimentos de que trata a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, por tempo determinado, mediante solicitação da Secretaria-Especial do Programa de Parcerias de Investimentos SPPI, da Secretaria-Geral da Presidência da República, conforme regulamento específico daquela unidade.		

*No caso de exercício descentralizado em órgãos da Administração Pública Federal localizadas fora do Distrito Federal (opção "a") ou entidades (autarquias ou fundações) em qualquer localidade (opção "b") é obrigatório anexar a este formulário um DOCUMENTO DE PROJETO com prazo determinado de início e fim das atividades.

III - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE EXERCÍCIO PREVISTA PARA O AIE/EIS:

Órgão/Entidade:	
Secretaria/Departamento:	
Unidade:	
Cidade/UF:	
Autoridade Máxima da Unidade:	
Nome:	
Cargo:	
E-mail:	
Telefone:	
Chefia imediata do (a) AIE/EIS:	
Nome:	
Cargo:	
E-mail:	
Telefone:	

IV - CARGO COMISSIONADO A SER OCUPADO, SE FOR O CASO:

	Não se aplica
	DAS 1 ou equivalente
	DAS 2 ou equivalente
	DAS 3 ou equivalente
	DAS 4 ou equivalente
	DAS 5 ou equivalente
	DAS 6 ou equivalente
	Natureza Especial

Nome do cargo a ser ocupado (se for o caso):	

V - O AIE/EIS ATUARÁ EM PROGRAMA CONTEMPLADO NO PPA, PPI OU EM DEMAIS PROGRAMAS OU AÇÕES PRIORITÁRIAS DE GOVERNO? QUAL? (preencher o campo abaixo)

VI ÁREA DE ATUAÇÃO

Selecione as áreas de atuação abaixo, se a solicitação se refere a Analista de Infraestrutura:

	Planejamento, implementação e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte;
	Subsídio e apoio técnico à execução e avaliação de projetos e obras de infraestrutura de grande porte;
	Subsídio à formulação de políticas, planos, programas e projetos relativos à execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte; e
	Desempenho de outras atividades de suporte finalísticas, relativas à assistência técnica para a execução de projetos e obras de grande porte.
	Outra (especificar):

Seleciones as áreas de atuação abaixo, se a solicitação se refere a Especialista em Infraestrutura Sênior:

	Planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos relativos à realização de obras de infraestrutura de grande porte, em alto nível de complexidade;
	Elaboração de normas para execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte;
	Planejamento e coordenação de ações de fiscalização da execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte, em alto nível de complexidade; e
	Desempenho de outras atividades de suporte finalísticas, de alto nível de complexidade, relativas à assistência técnica para a execução de projetos e obras de grande porte.
	Outra (especificar):

VII - ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS PELO AIE/EIS (relacione as principais atividades)

VIII FORMA DE SELEÇÃO DO CANDIDATO:

Candidato participou de processo seletivo divulgado pela SEGES?

	Sim
	Não

IX - RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES DESTE FORMULÁRIO (indicar os dados de contato do responsável por estas e eventuais informações complementares a respeito da presente solicitação)

Nome:	
Cargo:	
Telefone:	
E-mail:	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

FORMULÁRIO PARA ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO DE ANALISTA DE INFRAESTRUTURA - AIE OU ESPECIALISTA EM INFRAESTRUTURA SÊNIOR - EIS

I - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE EXERCÍCIO PREVISTA PARA O AIE/EIS:	
Órgão/Entidade:	
Secretaria/Departamento:	
Unidade:	
Cidade/UF:	
Autoridade Máxima da Unidade:	
Nome:	
Cargo:	
E-mail:	
Telefone:	
Chefia imediata do (a) AIE/EIS:	
Nome:	
Cargo:	
E-mail:	
Telefone:	

II - SELECIONE O TIPO DE MOVIMENTAÇÃO: (Marque um x no tipo de movimentação solicitada e informe se a solicitação é para exercício em Brasília ou fora de Brasília)

	TIPO DE MOVIMENTAÇÃO	EM BRASÍLIA	FORA DE BRASÍLIA
	a) Exercício descentralizado em órgãos da Administração Pública Federal direta.		
	b) Exercício descentralizado provisório em autarquias e fundações da Administração Pública Federal. (Anexar Documento de Projeto).		
	c) Cessão para órgãos e entidades da Administração Pública Federal para ocupar cargo em comissão ou função de confiança.		
	d) Requisições previstas em leis específicas (se for para ocupar cargo em comissão, marcar também a opção "c".		
	e) Exercício descentralizado em órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, para atuar nos empreendimentos de que trata a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, por tempo determinado, mediante solicitação da Secretaria-Especial do Programa de Parcerias de Investimentos SPPI, da Secretaria-Geral da Presidência da República, conforme regulamento específico daquela unidade.		

* No caso de exercício descentralizado em órgãos da Administração Pública Federal localizadas fora do Distrito Federal (opção "a") ou entidades (autarquias ou fundações) em qualquer localidade (opção "b") é obrigatório anexar a este formulário um DOCUMENTO DE PROJETO com prazo determinado de início e fim das atividades.

III - CARGO COMISSIONADO A SER OCUPADO, SE FOR O CASO:	
	Não se aplica
	DAS 1 ou equivalente
	DAS 2 ou equivalente
	DAS 3 ou equivalente
	DAS 4 ou equivalente
	DAS 5 ou equivalente
	DAS 6 ou equivalente
	Natureza Especial

Nome do cargo a ser ocupado (se for o caso):	

IV - O AIE/EIS ATUARÁ EM PROGRAMA CONTEMPLADO NO PPA, PPI OU EM DEMAIS PROGRAMAS OU AÇÕES PRIORITÁRIAS DE GOVERNO? QUAL? (Preencher o campo abaixo)

V PERFIL:

Selecione as áreas de atuação abaixo, se a solicitação se refere a Analista de Infraestrutura:	
	Planejamento, implementação e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte;
	Subsídio e apoio técnico à execução e avaliação de projetos e obras de infraestrutura de grande porte;
	Subsídio à formulação de políticas, planos, programas e projetos relativos à execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte; e
	Desempenho de outras atividades de suporte finalísticas, relativas à assistência técnica para a execução de projetos e obras de grande porte.
	Outra (especificar):

Selecione as áreas de atuação abaixo, se a solicitação se refere a Especialista em Infraestrutura Sênior:	
	Planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos relativos à realização de obras de infraestrutura de grande porte, em alto nível de complexidade;
	Elaboração de normas para execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte;
	Planejamento e coordenação de ações de fiscalização da execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte, em alto nível de complexidade; e
	Desempenho de outras atividades de suporte finalísticas, de alto nível de complexidade, relativas à assistência técnica para a execução de projetos e obras de grande porte.
	Outra (especificar):

Formação acadêmica:	

VI - ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS PELO AIE/EIS: (relacione as principais atividades)

VII NÚMERO DE VAGAS PARA O PERFIL:

VIII FORMA DE SELEÇÃO DO CANDIDATO: (marque as opções correspondentes)

	Análise Curricular	
	Entrevista	
	Teste psicotécnico	
	Outra (especificar):	

IX PRAZO LIMITE PARA RECEPÇÃO DAS CANDIDATURAS:

X RESPONSÁVEL POR RECEBER AS CANDIDATURAS:

Nome:	
Cargo:	
Telefone:	
E-mail:	

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 231, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 18º, III da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art 18º, II da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e, ainda, nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 05018.001940/2001-30, resolve:

Art. 1° Autorizar a Cessão de Uso Gratuito, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ - Campus Engenheiro Paulo de Frontin, do imóvel da União com área de 3.261.540,00 m², situado na Avenida Maria Luiza s/nº, Sacra Família do Tinguá, denominado Fazenda Cachoeira e terras anexas, localizado no Município de Engenheiro Paulo de Frontin/RJ.

Art. 2° A cessão do imóvel a que se refere o art. 1° destina-se ao funcionamento de unidade do IFRJ - Campus Engenheiro Paulo de Frontin/RJ, por força dos arts. 1º e 2º da Lei nº 7002, de 11 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, nº 81, Parte II, de 12 de maio de 2015, que altera a Lei nº 803, de 23 de fevereiro de 1950.

Art. 3º A cessão é feita pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da assinatura do contrato, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos.

Art. 4º Fica o Outorgado Cessionário incumbido da administração, uso, conservação e demais responsabilidades concernentes ao imóvel, devendo adotar os atos que visem a resguardar a posse e evitar ocupações irregulares, ainda que anteriores à data da cessão.

Art. 5º O Outorgado Cessionário poderá locar ou arrendar partes do imóvel cedido e benfeitorias eventualmente aderidas, desnecessárias ao uso imediato do cessionário, desde que mantida a destinação prevista na Lei Estadual nº 7.002, de 11 de maio de 2015, do Rio de Janeiro.

Art. 6º Em caso de descumprimento de cláusula contratual ou renúncia à Cessão, o imóvel retornará à administração da SPU, independentemente de ato especial, para atendimento da Lei nº 7.002/2015.

Art. 7º Os direitos e obrigações mencionados nesta portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de Cessão de Uso Gratuito e da legislação pertinente.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do § 3º do art. 2º da Portaria nº 234, de 19 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar a Universidade Federal do Oeste do Pará a adquirir o imóvel denominado Seminário São Pio X, localizado às margens da Rodovia Santarém-Cuiabá, km 3, sem número.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo da Portaria nº 20, de 19 de outubro de 2017, publicada no DOU de 23 de outubro de 2017, Seção 1, pág. 290, onde se lê: "inciso I, do artigo 18, da Lei 9.636/98", leia-se: "inciso II, do artigo 18, da Lei nº 9.636/98".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

PORTARIA Nº 16, DE 25 DE MAIO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo, do art. 3º, inciso I da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista os elementos que integram o Processo nº 04997.002249/2013-68, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Doação com encargo, que faz a União ao Município de Guiratinga/MT, com fundamento legal no Art. 31, I, da Lei nº 9.636/98, c/c, art. 17, § 4º, da Lei nº 8.666/93, do imóvel de propriedade da União, oriundo do extinto INAMPS, constituído pelo terreno com área de 3.180,00 m² (três mil e cento e oitenta metros quadrados), situado na Rua Pires Lopes, s/n°, Lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 da Quadra 151, do Loteamento Vilela, situado no Município de Guiratinga, estado de Mato Grosso, registrado na matricula R 3-2.439, livro n° 2, do Cartório de Primeiro Ofício daquela Comarca.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se a Construção de Unidade de Saúde, Creche e Centro de Convivência do Idoso.

Art. 3º - Responderá o Donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existente.

Art. 4º - O Donatário terá o prazo de 2 (dois) anos para início da construção do imóvel, a partir da data da assinatura do Contrato.

Art. 5º - O encargo de que trata o art. 2º desta Portaria será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o Donatário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, se:

I- não for cumprida a finalidade da doação;

II- ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista; ou

III- ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIMARA RODRIGUES CORDEIRO TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 36, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 31, inciso III, Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, o art. 64, inciso IX, Anexo da Portaria MP nº 152, de 5 de maio de 2016 - Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, tendo em vista subdelegação de competência conferida pela Portaria SPU Nº 200, de 29/06/2010, publicada no Diário Oficial da União nº 123, de 30/06/2010, Seção 2, páginas 75-76, e dos elementos que integram o Processo nº 04905.005275/2007-81, resolve:

Art. 1º Autorizar a alteração de objeto e do prazo para seu cumprimento, do Contrato de Cessão de Uso Gratuito assinado em 12/11/2008, no Livro SPU/MG Nº 14-C, Fls. 79-86, por meio do qual a União e as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, cederam ao Município de Guaranésia/MG, imóvel de propriedade da União com área de 4.774,80m², situado à Rua Major Urias, nº 252 e 260, Município de Guaranésia/MG (Matrícula nº 9.396, Livro 2 - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaranésia/MG).

Parágrafo Único. Com a alteração autorizada, o objeto do referido Contrato de Cessão de Uso Gratuito passa a ser a instalação de um Centro Municipal de Educação Infantil, e utilização pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no Programa Saúde da Família.

Art. 2º Para cumprimento da finalidade prevista no art. 1º acima, fica alterado o art. 2º da Portaria MP nº 52, de 14/3/2008 (DOU nº 52, de 17/3/2008, Seção 1, página 65), o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à instalação de um Centro Municipal de Educação Infantil, à utilização pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e à utilização no Programa Saúde da Família.

Parágrafo Único. O prazo previsto para o cumprimento dos objetivos previstos é de 36 meses, contados da data de assinatura do Contrato de Cessão ou da assinatura de eventual Termo Aditivo que venha a alterar seu objeto, o que ocorrer por último".

Art. 3º Fica revogada a Portaria SPU/MG nº 141, de 18/11/2011 (DOU nº 225, de 24/11/2011, Seção 1, página 115).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE DE PAULO DINIZ

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

PORTARIA Nº6, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, inciso III, alínea "c" da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04936.002684/2017-31, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso, sob o regime de utilização gratuita, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura de Contrato, ao Município de Maringá, de imóvel de propriedade da União, com área de 88.636,23m², sem benfeitorias, localizado na Rua Seis, s/nº, lote 33 do Novo Centro Cívico de Maringá , no município de Maringá, Estado do Paraná, registrado sob a transcrição nº 63.079 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Maringá/PR.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se exclusivamente à implantação e funcionamento de um Hospital Municipal.

Parágrafo único - Fica estabelecido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura do contrato de cessão, para que o cessionário cumpra os objetivos previstos.

Art. 3° Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4° A destinação de que trata o art. 2° desta Portaria será permanente e resolutiva, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, se:

I-findar o prazo determinado no "caput" do Art. 1º;

II-não for cumprida a finalidade da cessão;

III-cessarem as razões que justificaram a cessão;

IV-ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no artigo 2° da presente Portaria; ou

V-ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais, ou;

VI-na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente ou se, em qualquer época, a Outorgante Cedente necessitar do imóvel cedido para o seu uso próprio, ressalvada, em tais casos, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento à União.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIZ MOREIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

PORTARIA Nº 9, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

O Superintendente do Patrimônio da União no Estado do Tocantins, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso III, "a", do art. 2º, da Portaria n° 200, de 29 de junho de 2010, bem como Art. 1º, inciso III da Portaria 54, de 22 de fevereiro de 2016 e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, e de acordo com os elementos que integram o processo n° 05560.200203/2015-67, resolve:

Art. 1° Autorizar a Cessão Gratuita de Imóvel, pelo prazo de 20 anos contados a partir da assinatura de Contrato, ao Estado do Tocantins, do imóvel de propriedade da União localizado situado na Rua 03, com área total de 2.973,97m, medindo: 59,60 metros de frente confrontando com a Rua 03; 47,24 metros do lado direito confrontando com a Rua 04; 52,55 metros do lado esquerdo confrontando com a Quadra 07; 59,83 metros de fundo confrontando com Rua 05, avaliado em R$ 139.732,29 (Cento e trinta e nove mil, setecentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob matrícula nº 25.827, do Livro 2 Registro Geral, Ficha n. 01a no Cartório de Registro de Imóveis sob a Matrícula nº. AV - 1 - 2585, do Registro Geral.

Art. 2° A Cessão de que trata a presente Portaria tem como finalidade a construção da sede da Defensoria Pública do Estado do Tocantins em Gurupi/TO, no prazo de (3) três anos a contar da data da assinatura do Contrato, para que o cessionário cumpra os objetivos previstos.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO SILVA ALFENAS

Ministério do Trabalho

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO Nº 874, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Resolução nº 765, de 2014, que estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IX do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o inciso VIII do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando a necessidade de garantir o direito dos trabalhadores mediante o recebimento dos valores que lhes são devidos;

Considerando a conveniência e o interesse de ver regularizada a situação de inadimplência dos empregadores junto ao FGTS;

Considerando a necessidade de viabilização de acordos de parcelamento de débito junto ao FGTS que melhor se harmonizem com o atual momento econômico-financeiro vivido pelos empregadores em geral;

Considerando a necessidade de viabilizar ao empregador em recuperação judicial a formalização de acordos de parcelamento de débito junto ao FGTS; e

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento dos critérios e condições para o parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS, que propiciem a melhoria da efetividade da recuperação de dívidas; resolve:

Art. 1º Alterar os artigos 5º e 7º do Anexo I da Resolução, nº 765, de 09 de dezembro de 2014, que passam a vigorar com a seguinte redação, nos artigos abaixo:

"Art. 5º (...)

VI - (...)

§ 2º As condições previstas no § 1º poderão ser aplicadas aos empregadores que protocolarem na CAIXA a solicitação de parcelamento até 28 de fevereiro de 2019, observada a regulamentação feita pelo Agente Operador do FGTS. (NR)

§ 3º Enquadram-se na modalidade de parcelamento em Plano de Recuperação as empresas em Recuperação Judicial e/ou Falência. (AC)

§ 4º No Plano de Recuperação os débitos rescisórios devem compor até as 12 (doze) parcelas iniciais, compreendidas no prazo máximo do contrato. (AC)

(...)

Art.7º (...)

VI - Quando o débito rescisório for superior a 10% (dez pontos percentuais) do montante total da dívida, apurado até 31 de dezembro de 2017, na data da formalização e mediante a apresentação da anuência do sindicato da categoria, os débitos rescisórios poderão ser acordados em parcelas mensais e sucessivas, compreendidas no prazo máximo dos contratos de parcelamento e respeitando os seguintes parâmetros: (AC)

PERCENTUAL DO DÉBITO RESCISÓRIO	PARCELAS INICIAIS
De 10 a 20 %	Até 03
De 21 a 30 %	Até 06
De 31 a 40%	Até 09
Acima de 40%	Até 12

§ 1º As condições previstas no inciso VI poderão ser aplicadas aos empregadores que protocolarem na CAIXA a solicitação de parcelamento até 28 de fevereiro de 2019, observada a regulamentação feita pelo Agente Operador do FGTS. (AC)"

Art. 2º O Agente Operador deverá regulamentar as disposições complementares a esta Resolução no prazo de até 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor após a Regulamentação do Agente Operador.

ALEXANDRE BALDY
Ministro de Estado das Cidades
Vice-Presidente do Conselho Curador do FGTS

RESOLUÇÃO Nº 875, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a utilização de recursos à SIT, referente ao exercício de 2018, com vistas à viabilização das instalações e estúdio de Educação a Distância (EAD) da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho (ENIT).

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das competências que lhe atribuem o inciso X do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o inciso IX do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990;

Considerando a necessidade de propiciar a melhoria qualitativa e quantitativa da verificação dos recolhimentos do FGTS e das Contribuições Sociais de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001; e

Considerando que a estruturação da sede da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho (ENIT) resultará em melhores e mais efetivos resultados advindos da Auditoria Fiscal do Trabalho, consequentemente, em uma prestação de serviços públicos de melhor qualidade com reflexos diretos nos resultados de fiscalização do FGTS, por possibilitar a estrutura para a necessária promoção de uma sólida e permanente atualização dos processos cada vez mais intensivos em informática, de acordo com as contínuas demandas oriundas da sociedade, resolve:

Art. 1º Autorizar a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) a utilizar de suas dotações orçamentárias, referente ao exercício de 2018, até o limite de R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil de reais) para viabilização das instalações e estúdio de Educação a Distância (EAD) da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho (ENIT) para uso exclusivo de capacitação de Auditores-Fiscais do Trabalho com reflexo no FGTS e na Contribuição Social (CS), de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY
Ministro de Estado das Cidades
Vice-Presidente do Conselho Curador do FGTS

RESOLUÇÃO Nº 877, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza ao Grupo de Apoio Permanente (GAP) a definir os temas e as categorias do Prêmio FGTS, e à CAIXA, na qualidade de Agente Operador, a elaborar e a divulgar os respectivos regulamentos.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso da competência que lhe atribui o art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando as futuras edições do Prêmio do FGTS, aprovado pela Resolução nº Resolução nº 763, de 9 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º Estabelecer que os temas e as categorias do Prêmio FGTS serão definidos no âmbito do Grupo de Apoio Permanente (GAP).

Art. 2º Determinar que o Agente Operador elabore os regulamentos, contemplando os temas e as categorias definidos pelo GAP, as premiações e demais condições do certame.

Parágrafo único. Os regulamentos serão publicados pelo Agente Operador no Diário Oficial da União (DOU) e divulgados no sítio www.fgts.gov.br.

Art. 3º Fica revogado o artigo 3º da Resolução nº 763, de 9 de dezembro de 2014.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY
Ministro de Estado das Cidades
Vice-Presidente do Conselho Curador do FGTS

RESOLUÇÃO Nº 878, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 790, de 27 de outubro de 2015.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, na forma dos artigos 5º, inciso I, 9º e 10 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e do art. 64, inciso I, do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando o atual contexto macroeconômico e a consequente necessidade de se adotar medidas que estimulem o setor da construção civil, com o aumento do ritmo de contratações de financiamentos com recursos do FGTS; e

Considerando que o estímulo para aumento das contratações resulta na criação de novos postos de trabalho formais, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 2º da Resolução nº 790, de 27 de outubro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

II - operações de crédito com pessoas físicas até 31 de dezembro de 2018, exclusivamente nos casos de municípios onde o valor de enquadramento de imóveis, previsto no art. 20 da Resolução nº 702, de 2012, foi reduzido; e (NR)

III - operações de crédito com pessoas jurídicas, celebradas a partir da data de publicação desta Resolução, até 31 de dezembro de 2018, cujas unidades produzidas poderão ser comercializadas, independente do prazo, mediante operações de crédito com pessoas físicas, exclusivamente nos casos de municípios onde o valor de enquadramento de imóveis, previsto no art. 20 da Resolução nº 702, de 2012, foi reduzido. (NR)

§ 1º. Para as operações contratadas com pessoas físicas e para a comercialização de imóveis cuja produção foi contratada com recursos do FGTS a partir de 1º de março de 2016 e até 31 de dezembro de 2017, será suportada pelo FGTS a diferença apurada entre as taxas de juros das operações de financiamento com pessoas físicas, vigentes até a data imediatamente anterior à publicação desta Resolução, e as taxas de juros atuais, a título de desconto para fins de redução no valor das prestações, observados os prazos e condições definidos no caput. (AC)

§ 2º. Para as operações não enquadradas no parágrafo anterior, adotar-se-ão as condições e limites operacionais vigentes, excetuado o valor de enquadramento do imóvel. (AC)"

Art. 2º O Agente Operador regulamentará esta Resolução em até 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 3ºEsta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY
Ministro de Estado das Cidades
Vice-Presidente do Conselho Curador do FGTS

RESOLUÇÃO Nº 879, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Resolução nº 541, de 2007, que trata da forma de utilização do FGTS para pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamentos contratados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem o § 2° do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e

Considerando as disposições do inciso V do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, que trata do uso do saldo da conta vinculada do FGTS para pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH);

Considerando a limitação definida pela Resolução nº 541, de 30 de outubro de 2007, para que o trabalhador seja elegível ao uso dos recursos do FGTS na referida modalidade, que não se adequa ao cenário econômico atual; resolve:

Art. 1ºAlterar o subitem 3.6.2 na Resolução nº 541, de 30 de outubro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.6.2 Até 31 de dezembro de 2018 o limite estabelecido no item 3.6 da presente Resolução fica alterado para 12 (doze) prestações em atraso para os mutuários inadimplentes até 31 de dezembro de 2017. (NR)"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY
Ministro de Estado das Cidades
Vice-Presidente do Conselho Curador do FGTS

SECRETARIA EXECUTIVA

COMITÊ GESTOR DO ESOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o leiaute 2.4.01 do eSocial.

O COMITÊ GESTOR DO ESOCIAL, no uso das atribuições previstas no art. 5° do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º Aprovar o leiaute 2.4.01 do eSocial.

Art. 2º Os leiautes estão disponíveis no sítio eletrônico do eSocial na Internet, no endereço <http://www.esocial.gov.br>.

Art. 3º Fica revogada a Resolução do Comitê Gestor do eSocial nº 11/2017, de 08 de setembro de 2017.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

CLOVIS BELBUTE PERES
Pela Secretaria da Receita Federal do Brasil

HENRIQUE JOSÉ SANTANA
Pela Caixa Econômica Federal

JARBAS DE ARAÚJO FÉLIX
Pela Secretaria da Previdência

JOSÉ ALBERTO REYNALDO MAIA ALVES FILHO
Ministério do Trabalho

LUCIANO SOUZA DE PAULA
Pelo Instituto Nacional do Seguro Social

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Tendo em vista a decisão judicial prolatado nos autos do Processo Judicial n. 000349.93.2010.5.10.0019, com supedâneo na Portaria Ministerial n.º 326/2013 e na Nota Técnica n.º 467/2017/CIP/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, determina o restabelecimento do registro sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Jaguaré - ES, CNPJ 08.285.220/0001-10, processo administrativo 46000.021779/2006-00.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA
Secretário

DESPACHO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1530/2017/CGRS/SRT/MTb resolve:

CONHECER do Recurso Administrativo 46000.006843/2017-77, interposto pelo Sindicato dos Empregados em Cooperativas de Serviços Médicos do Estado do Paraná - SECOOMED/PR, CNPJ 07.209.255/0001-85, nos autos do Processo 46000.004191/2005-01, para ANULAR a NT 339/2017/AIP/SRT/MTb bem como todos os efeitos dela decorrentes, restabelecendo assim o registro sindical do SECOOMED/PR.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 452, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

Aprova a Emenda nº 05 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 34.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X e XLVI, da mencionada Lei, e considerando o que consta do processo nº 00066.515905/2017-71, deliberado e aprovado na 24ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 12 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Resolução, a Emenda nº 05 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 34 (RBAC nº 34), intitulado "Requisitos para drenagem de combustível e emissões de escapamento de aviões com motores a turbina", em substituição à Emenda nº 04 do referido Regulamento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

ANEXO

REGULAMENTO BRASILEIRO DA AVIAÇÃO CIVIL Nº 34, EMENDA Nº 05

34.00 Requisitos da adoção

(a) Geral

Para aprovação, no Brasil, quanto a emissões de combustível drenado e emissões de escapamento de aviões com motores a turbina, será utilizado como referência o regulamento Title 14 Code of Federal Regulations Part 34, Emenda 34-5A, em vigor desde 23 de Outubro de 2013, da autori-dade de aviação civil Federal Aviation Administration - FAA, do Department of Transportation dos Estados Unidos da América, o qual é republicado no corpo deste RBAC, com as adaptações necessárias e traduzido para a língua portuguesa, a partir do original contido no sítio oficial de publicação do regulamento em referência: https://www.ecfr.gov

(b) Divergência editorial

Qualquer divergência editorial contida no Apêndice A-I decorrente da republicação ali contida e o texto oficial da FAA deverá prevalecer, mediante anuência da ANAC, o texto oficial da FAA.

(c) Republicação

Sempre que houver emenda no regulamento Title 14 Code of Federal Regulations Part 34, a ANAC republicará o texto do regulamento adotado na forma do Apêndice A-I, por meio de emendas a este RBAC.

(d) Emenda deste RBAC

Especificamente para este RBAC a indicação de sua emenda também é através da adoção da emenda do regulamento adotado e republicado no Apêndice A-I deste RBAC, portanto seguin-do a indicação da emenda do regulamento adotado e indicado no parágrafo (a) desta seção.

APÊNDICE A-I DO RBAC 34

REPUBLICAÇÃO DO 14 CFR PART 34, EMENDA 34-5A, ADOTADO PELO RBAC 34

Title 14: Aeronautics and Space

PART 34 - FUEL VENTING AND EXHAUST EMISSION REQUIREMENTS FOR TURBINE ENGINE POWERED AIRPLANES

SUBPART A

GENERAL PROVISIONS

34.1 Definitions.

Aircraft as used in this RBAC means any airplane as defined in RBAC 01 for which a Brazilian standard airworthiness certificate or equivalent foreign certificate is issued.

Aircraft engine means a propulsion engine which is installed in, or which is manufactured for installation in, an aircraft.

Aircraft gas turbine engine means a turbo-prop, turbofan, or turbojet aircraft engine.

Characteristic level has the meaning given in Appendix 6 of ICAO Annex 16 as of July 2008. The characteristic level is a calculated emission level for each pollutant based on a statistical assessment of measured emissions from multiple tests.1

Class TP means all aircraft turboprop en-gines.

Class TF means all turbofan or turbojet air-craft engines or aircraft engines designed for applications that otherwise would have been fulfilled by turbojet and turbofan engines ex-cept engines of class T3, T8, and TSS.

Class T3 means all aircraft gas turbine en-gines of the JT3D model family.

Class T8 means all aircraft gas turbine en-gines of the JT8D model family.

Class TSS means all aircraft gas turbine en-gines employed for propulsion of aircraft de-signed to operate at supersonic flight speeds.

Commercial aircraft engine means any air-craft engine used or intended for use by an "air carrier"or a "commercial operator".

Commercial aircraft gas turbine engine means a turboprop, turbofan, or turbojet com-mercial aircraft engine.

Date of manufacture of an engine is the date the inspection acceptance records reflect that the engine is complete and meets the ANAC approved type design.

Derivative engine for emissions certification purposes means an engine that has the same or similar emissions characteristics as an engine covered by a U.S. type certificate issued under RBAC 33. These characteristics are specified in section 34.48.

Emission measurement system means all of the equipment necessary to transport the emis-sion sample and measure the level of emissions. This includes the sample system and the in-strumentation system.

Engine model means all commercial aircraft turbine engines which are of the same general series, displacement, and design characteristics and are approved under the same type certifi-cate.

Excepted, as used in section 34.9, means an engine that may be produced and sold that does not meet otherwise applicable standards. Excepted engines must conform to regulatory conditions specified for an exception in section 34.9. Excepted engines are subject

to the standards of this part even though they are not required to comply with the otherwise applica-ble requirements. Engines excepted with re-spect to certain standards must comply with other standards from which they are not specif-ically excepted.

Exempt means an engine that does not meet certain applicable standards but may be pro-duced and sold under the terms allowed by a grant of exemption issued pursuant to section 34.7 of this RBAC and RBAC 11. Exempted engines must conform to regulatory conditions specified in the exemption as well as other applicable regulations. Exempted engines are sub-ject to the standards of this part even though they are not required to comply with the otherwise applicable requirements. Engines ex-empted with respect to certain standards must comply with other standards as a condition of the exemption.

Exhaust emissions means substances emitted into the atmosphere from the exhaust discharge nozzle of an aircraft or aircraft engine.

Fuel venting emissions means raw fuel, ex-clusive of hydrocarbons in the exhaust emis-sions, discharged from aircraft gas turbine en-gines during all normal ground and flight oper-ations.

In-use aircraft gas turbine engine means an aircraft gas turbine engine which is in service.

Introduction date means the date of manu-facture of the first individual production en-gine of a given engine model or engine type certificate family to be certificated. Neither test engines nor engines not placed into service affect this date.

New aircraft turbine engine means an air-craft gas turbine engine which has never been in service.

Power setting means the power or thrust output of an engine in terms of kilonewtons thrust for turbojet and turbofan engines or shaft power in terms of kilowatts for turboprop engines.

Rated output (rO) means the maximum power/thrust available for takeoff at standard day conditions as approved for the engine by the ANAC, including reheat contribution where applicable, but excluding any contribu-tion due to water injection and excluding any emergency power/thrust rating, expressed in kilowatts or kilonewtons (as applicable), rounded to at least three significant figures.

Rated pressure ratio (rPR) means the ratio between the combustor inlet pressure and the engine inlet pressure achieved by an engine operation at rated output, rounded to at least three significant figures.

Reference day conditions means the refer-ence ambient conditions to which the exhaust emissions are to be corrected. The reference day conditions are as follows: Temperature = 15°C, specific humidity=0.00629 kg H2O/kg of dry air, and pressure=101325 Pa.

Sample system means the system which pro-vides for the transportation of the emission sample from the sample probe to the inlet of the instrumentation system.

Shaft power means only the measured shaft power output of a turboprop engine.

Smoke means the matter in exhaust emis-sions which obscures the transmission of light.

Smoke number (SN) means the dimension-less term quantifying smoke emissions.

Standard day conditions means the follow-ing ambient conditions: temperature = 15 °C, specific humidity = 0.00634 kg H2O/kg dry air, and pressure = 101.325 kPa.

Taxi/idle (in) means those aircraft operations involving taxi and idle between the time of landing roll-out and final shutdown of all pro-pulsion engines.

Taxi/idle (out) means those aircraft opera-tions involving taxi and idle between the time of initial starting of the propulsion engine(s) used for the taxi and the turn onto the duty runway.

Tier, as used in this part, is a designation relat-ed to the NOX emission standard for the engine as specified in §34.21 or §34.23 of this part (e.g., Tier 0).

34.2 Abbreviations.

The abbreviations used in this RBAC have the following meanings in both upper and low-er case:

CO Carbon monoxide
CO2 Carbon dioxide
ANAC National Civil Aviation Agency
g Gram(s)
HC Hydrocarbon(s)
HP Horsepower
hr Hour(s)
H2O water
kg Kilogram(s)
kJ Kilojoule(s)
kN Kilonewton(s)
kW Kilowatt(s)
lb Pound(s)
LTO Landing and takeoff
min Minute(s)
NOx Oxides of nitrogen
Pa Pascal(s)
rO Rated output
rPR Rated pressure ratio
sec Second(s)
SP Shaft power
SN Smoke number
T Temperature, Kelvin
TIM Time in mode
ºC Degrees Celsius
% Percent

34.3 General requirements.

(a) This RBAC provides for the approval or acceptance by the ANAC of testing and sam-pling methods, analytical techniques, and relat-ed equipment not identical to those specified in this RBAC.

(b) [RESERVED]

(c) Brazilian airplanes. This RBAC applies to civil airplanes that are powered by aircraft gas turbine engines of the classes specified herein and that have Brazilian standard air-worthiness certificates.

(d) Foreign airplanes. Pursuant to the defini-tion of "aircraft" in section 34.1 of this RBAC, this RBAC applies to civil airplanes that are powered by aircraft gas turbine engines of the classes specified herein and that have foreign airworthiness certificates that are equivalent to Brazilian standard airworthiness certificates. This RBAC applies only to those foreign civil airplanes that, if registered in the Brazil, would be required by applicable RBAC to have a Brazilian standard airworthiness certificate in order to conduct the operations intended for the airplane. This RBAC does not apply where it would be inconsistent with an obligation as-sumed by Brazil to a foreign country in a trea-ty, convention, or agreement.

(e) [RESERVED]
(f) [RESERVED]
(g) [RESERVED]
(h) [RESERVED]
(i) [RESERVED]
(j) [RESERVED]
(k) [RESERVED]
(l) [RESERVED]
(m) [RESERVED]
(n) [RESERVED]

(o) For exhaust emissions requirements of this RBAC that apply beginning February 1, 1974, January 1, 1976, January 1, 1978, Janu-ary 1, 1984, and August 9, 1985, continued compliance with those requirements is shown for engines for which the type design has been shown to meet those requirements, if the en-gine is maintained in accordance with applica-ble maintenance requirements of the RBAC. All methods of demonstrating compliance and all model designations previously found ac-ceptable to the ANAC shall be deemed to con-tinue to be an acceptable demonstration of compliance with the specific standards for which they were approved.

(p) Each applicant must allow the ANAC to make, or witness, any test necessary to deter-mine compliance with the applicable provisions of this RBAC.

34.4 [RESERVED]

34.5 Special test procedures.

The ANAC may, upon written application by a manufacturer or operator of aircraft or aircraft engines, approve test procedures for any aircraft or aircraft engine that is not sus-ceptible to satisfactory testing by the proce-dures set forth herein.

34.6 Aircraft safety.

(a) The provisions of this RBAC will be re-vised if at any time the ANAC determines that an emission standard cannot be met within the specified time without creating a safety hazard.

(b) [RESERVED]

34.7 Exemptions.

Petitions for rulemaking or exemptions in-volving this RBAC must be submitted to the ANAC according to RBAC 11.

(a) Exemptions based on flights for short du-rations at infrequent intervals. The emission standards of this RBAC do not apply to en-gines which power aircraft operated in Brazil for short durations at infrequent intervals. Such operations are limited to:

(1) Flights of an aircraft for the purpose of export to a foreign country, including any flights essential to demonstrate the integrity of an aircraft prior to a flight to a point outside Brazil.

(2) Flights to a base where repairs, altera-tions or maintenance are to be performed, or to a point of storage, or for the purpose of return-ing an aircraft to service.

(3) Official visits by representatives of for-eign governments.

(4) Other flights the ANAC determines to be for short durations at infrequent intervals. A request for such a determination shall be made before the flight takes place.

(b) Exemptions for very low production en-gine models. The emissions standards of this part do not apply to engines of very low pro-duction after the date of applicability. For the purpose of this part, "very low production" is limited to a maximum total production for Bra-zil civil aviation applications of no more than 200 units covered by the same type certificate after January 1, 1984. Engines manufactured under this provision must be reported to the ANAC by serial number on or before the date of manufacture and exemptions granted under this provision are not transferable to any other engine. This exemption is limited to the re-quirements of section 34.21 only.

(c) Exemptions for new engines in other cat-egories. The emissions standards of this RBAC do not apply to engines for which the ANAC determines that application of any standard under the section 34.21 of this RBAC is not justified, based upon consideration of:

(1) Adverse economic impact on the manu-facturer;
(2) Adverse economic impact on the aircraft and airline industries at large;
(3) Equity in administering the standards among all economically competing parties;
(4) Public health and welfare effects; and
(5) Other factors which the ANAC may deem relevant to the case in question.
(d) [RESERVED]
(e) [RESERVED]

(f) The ANAC shall publish in Diário Ofi-cial da União the name of the organization to whom exemptions are granted and the period of such exemptions.

(g) [RESERVED]

34.9 Exceptions.

(a) Spare engines. Certain engines that meet the following description are excepted:

(1) This exception allows production of an engine for installation on an in-service aircraft. A spare engine may not be installed on a new aircraft.

(2) Each spare engine must be identical to a sub-model previously certificated to meet all applicable requirements.

(3) A spare engine may be used only when the emissions of the spare do not exceed the certification requirements of the original en-gine, for all regulated pollutants.

(4) No separate approval is required to pro-duce spare engines.

(5) The record for each engine excepted un-der this paragraph must indicate that the engine was produced as an excepted spare engine.

(6) Engines produced under this exception must be labeled "EXCEPTED SPARE" in ac-cordance with §45.13 of this chapter.

(b) On and after July 18, 2012, and before August 31, 2013, a manufacturer may produce up to six Tier 4 compliant engines that meet the NOX standards of paragraph 34.23(d)(1)(vi) of this section rather than §34.23(a)(2). No sepa-rate approval is required to produce these en-gines. Engines produced under this exception are to be labeled "COMPLY" in accordance with §45.13 of this chapter.

SUBPARTE B

ENGINE FUEL VENTING EMISSIONS (NEW AND IN-USE AIRCRAFT GAS TURBINE ENGINES)

34.10 Applicability.

(a) The provisions of this subpart are appli-cable to all new aircraft gas turbine engines of classes T3, T8, TSS, and TF equal to or greater than 36 kilonewtons (8,090 pounds) rated out-put, manufactured on or after January 1, 1974, and to all in-use aircraft gas turbine engines of classes T3, T8, TSS, and TF equal to or greater than 36 kilonewtons (8,090 pounds) rated out-put manufactured after February 1, 1974.

(b) The provisions of this subpart are also applicable to all new aircraft gas turbine en-gines of class TF less than 36 kilonewtons (8,090 pounds) rated output and class TP man-ufactured on or after January 1, 1975, and to all in-use aircraft gas turbine engines of class TF less than 36 kilonewtons (8,090 pounds) rated output and class TP manufactured after January 1, 1975.

34.11 Standard for fuel venting emissions.

(a) No fuel venting emissions shall be dis-charged into the atmosphere from any new or in-use aircraft gas turbine engine subject to the subpart. This paragraph is directed at the elimi-nation of intentional discharge to the atmos-phere of fuel drained from fuel nozzle mani-folds after engines are shut down and does not apply to normal fuel seepage from shaft seals, joints, and fittings.

(b) Conformity with the standard set forth in paragraph (a) of this section shall be deter-mined by inspection of the method designed to eliminate these emissions.

(c) As applied to an airframe or an engine, any manufacturer or operator may show com-pliance with the fuel venting and emissions requirements of this section that were effective beginning February 1, 1974 or January 1, 1975, by any means that prevents the intentional dis-charge of fuel from fuel nozzle manifolds after the engines are shut down. Acceptable means of compliance include one of the following:

(1) Incorporation of an ANAC-approved system that recirculates the fuel back into the fuel system;
(2) Capping or securing the pressurization and drain valve;
(3) Manually draining the fuel from a hold-ing tank into a container.

SUBPART C

EXHAUST EMISSIONS (NEW AIRCRAFT GAS TURBINE ENGINES)

34.20 Applicability.

The provisions of this subpart are applicable to all aircraft gas turbine engines of the classes specified beginning on the dates specified in the section 34.21 of this RBAC.

(a) Exhaust emissions of smoke from each new aircraft gas turbine engine of class T8 manufactured on or after February 1, 1974, shall not exceed a smoke number (SN) of 30.

(b) Exhaust emissions of smoke from each new aircraft gas turbine engine of class TF and of rated output of 129 kilonewtons (29,000 pounds) thrust or greater, manufactured on or after January 1, 1976, shall not exceed

$SN=83.6\ (rO)^{\wedge -0.274}$ (rO is in kilonewtons).

(c) Exhaust emission of smoke from each new aircraft gas turbine engine of class T3 manufactured on or after January 1, 1978, shall not exceed a smoke number (SN) of 25.

(d) Gaseous exhaust emissions from each new aircraft gas turbine engine shall not ex-ceed:

(1) For Classes TF, T3, T8 engines greater than 26.7 kilonewtons (6,000 pounds) rated output:

(i) Engines manufactured on or after Janu-ary 1, 1984:

Hydrocarbons: 19.6 grams/kilonewton rO.

(ii) Engines manufactured on or after July 7, 1997:

Carbon Monoxide: 118 grams/kilonewton rO.

(iii) Engines of a type or model of which the date of manufacture of the first individual production model was on or before December 31, 1995, and for which the date of manufac-ture of the individual engine was on or before December 31, 1999:

Oxides of Nitrogen: (40+2(rPR)) grams/kilonewtons rO.

(iv) Engines of a type or model of which the date of manufacture of the first individual production model was after December 31, 1995, or for which the date of manufacture of the individual engine was after December 31, 1999 (Tier 2):

Oxides of Nitrogen: (32+1.6 (rPR)) grams/kilonewtons rO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(v) The emission standards prescribed in paragraphs (d)(1)(iii) and (iv) of this section apply as prescribed beginning July 7, 1997.

(vi) The emission standards of this para-graph apply as prescribed after December 18, 2005. For engines of a type or model of which the first individual production model was manufactured after December 31, 2003 (Tier 4):

(A) That have a rated pressure ratio of 30 or less and a maximum rated output greater than 89 kilonewtons:

Oxides of Nitrogen: (19 + 1.6 (rPR)) grams/kilonewtons rO.

(B) That have a rated pressure ratio of 30 or less and a maximum rated output greater than 26.7 kilonewtons but not greater than 89 ki-lonewtons:

Oxides of Nitrogen: (37.572 + 1.6(rPR) -0.2087(rO)) grams/kilonewtons rO.

(C) That have a rated pressure ratio greater than 30 but less than 62.5, and a maximum rat-ed output greater than 89 kilonewtons:

Oxides of Nitrogen (7 + 2(rPR)) grams/kilonewtons rO.

(D) That have a rated pressure ratio greater than 30 but less than 62.5, and a maximum rat-ed output greater than 26.7 kilonewtons but not greater than 89 kilonewtons:

Oxides of Nitrogen: (42.71 + 1.4286(rPR) - 0.4013(rO) + 0.00642(rPR x rO)) grams/kilonewtons rO.

(E) That have a rated pressure ratio of 62.5 or more:

Oxides of Nitrogen: (32 + 1.6 (rPR)) grams/kilonewtons rO.

(2) For Class TSS Engines manufactured on or after January 1, 1984:

Hydrocarbons=140 (0.92)^rPR grams/kilonewtons rO.

(e) Smoke exhaust emissions from each gas turbine engine of the classes specified below shall not exceed:

(1) Class TF of rated output less than 26.7 kilonewtons (6,000 pounds) manufactured on or after August 9, 1985:

SN=83.6(rO)^-0.274 (rO is in kilonewtons) not to exceed a maximum of SN=50.

(2) Classes T3, T8, TSS, and TF of rated output equal to or greater than 26.7 ki-lonewtons (6,000 pounds) manufactured on or after January 1, 1984:

SN=83.6(rO)^-0.274 (rO is in kilonewtons) not to exceed a maximum of SN=50.

(3) For Class TP of rated output equal to or greater than 1,000 kilowatts manufactured on or after January 1, 1984:

SN=187(rO)^-0.168 (rO is in kilowatts)

(f) The standards set forth in paragraphs (a), (b), (c), (d), and (e) of this section refer to a composite gaseous emission sample representing the operation cycles and exhaust smoke emission emitted during operation of the engine as specified in the applicable sections of subpart G of this part, and measured and calculated in accordance with the procedures set forth in subpart G.

(g) Where a gaseous emission standard is specified by a formula, calculate and round the standard to three significant figures or to the nearest 0.1 g/kN (for standards at or above 100 g/kN). Where a smoke standard is specified by a formula, calculate and round the standard to the nearest 0.1 SN. Engines comply with an applicable standard if the testing results show that the engine type certificate family"s characteristic level does not exceed the numerical level of that standard, as described in §34.60.

34.23 Exhaust Emission Standards for En-gines Manufactured on and after July 18, 2012.

The standards of this section apply to air-craft engines manufactured on and after July 18, 2012, unless otherwise exempted or ex-cepted. Where a gaseous emission standard is specified by a formula, calculate and round the standard to three significant figures or to the nearest 0.1 g/kN (for standards at or above 100 g/kN). Where a smoke standard is specified by a formula, calculate and round the standard to the nearest 0.1 SN. Engines comply with an applicable standard if the testing results show that the engine type certificate family"s charac-teristic level does not exceed the numerical level of that standard, as described in §34.60.

(a) Exhaust emissions from each new air-craft gas turbine engine shall not exceed:

(1) For Classes TF, T3 and T8 manufactured on and after July 18, 2012:

SN = 83.6(rO)^-0.274 or 50.0, whichever is smaller

(2) Except as provided in §§34.9(b) and 34.21(c), for Classes TF, T3 and T8 engines ma-nufactured on and after July 18, 2012, and for which the first individual production model was ma-nufactured on or before December 31, 2013 (Tier 6):

Class	Rated pressure ra-tio rPR	Rated output Ro (kN)	NOx (g/kN)
TF, T3, T8	rPR ≤ 30	26.7 < rO ≤ 89.0	38.5486 + 1.6823 (rPR) - 0.2453 (rO) - (0.00308 (rPR) (rO)).
		rO > 89.0	16.72 + 1.4080 (rPR).
	30 < rPR < 82.6	26.7 < rO ≤ 89.0	46.1600 + 1.4286 (rPR) - 0.5303 (rO) + (0.00642 (rPR) (rO)).
		rO > 89.0	-1.04 + 2.0 (rPR).
	rPR ≥ 82.6	rO ≥ 26.7	32 + 1.6 (rPR).

(3) Engines exempted from paragraph (a)(2) of this section produced on or before Decem-ber 31, 2016 must be labeled "EXEMPT NEW" in accordance with §45.13 of this chap-ter. No exemptions to the requirements of par-agraph (a)(2) of this section will be granted after December 31, 2016.

(4) For Class TSS Engines manufactured on and after July 18, 2012:

GASEOUS EMISSION STANDARDS FOR SUPERSONIC ENGINES

Class	Rated output rO* (kN)	NOx (g/kN)	CO (g/kN)
TSS	All	36 + 2.42 (rPR)	4,550 (rPR)$^{-1.03}$

(*) rO is the rated output with afterburning applied.

(b) Gaseous exhaust emissions from each new aircraft gas turbine engine shall not ex-ceed:

(1) For Classes TF, T3 and T8 engines of a type or model of which the first individual production model was manufactured after De-cember 31, 2013 (Tier 8):

TIER 8 OXIDES OF NITROGEN EMISSION STANDARDS FOR SUBSONIC ENGINES

Class	Rated pressure ratio - rPR	Rated output rO (kN)	NOx (g/kN)
TF, T3, T8	rPR ≤ 30	26.7 < rO ≤ 89.0	40.052 + 1.5681 (rPR) - 0.3615 (rO) - (0.0018 (rPR) (rO)).
		rO > 89.0	7.88 + 1.4080 (rPR).
	30 < rPR < 104.7	26.7 < rO ≤ 89.0	41.9435 + 1.505 (rPR) - 0.5823 (rO) + (0.005562 (rPR) (rO)).
		rO > 89.0	-9.88 + 2.0 (rPR).
	rPR ≥ 104.7	rO ≥ 26.7	32 + 1.6 (rPR).

(c) Engines (including engines that are de-termined to be derivative engines for the pur-poses of emission certification) type certifi-cated with characteristic levels at or below the NOX standards of §34.21(d)(1)(vi) of this part (as applicable based on rated output and rated pressure ratio) and introduced before July 18, 2012, may be produced through December 31, 2012, without meeting the NOX standard of paragraph (a)(2) of this section.

SUBPART D

EXHAUST EMISSIONS (IN-USE AIRCRAFT GAS TURBINE ENGINES)

34.30 Applicability.

The provisions of this subpart are applicable to all in-use aircraft gas turbine engines certificated for operation within Brazil of the classes specified, beginning on the dates specified in the section 34.31 of this RBAC.

34.31 Standards for exhaust emissions.

(a) Exhaust emissions of smoke from each in-use aircraft gas turbine engine of Class T8, beginning February 1, 1974, shall not exceed a smoke number (SN) of 30.

(b) Exhaust emissions of smoke from each in-use aircraft gas turbine engine of Class TF and of rated output of 129 kilonewtons (29,000 pounds) thrust or greater, beginning January l, 1976, shall not exceed

SN=83.6(rO)^-0.274 (rO is in kilonewtons).

(c) The standards set forth in paragraphs (a) and (b) of this section refer to exhaust smoke emission emitted during operation of the engine as specified in the applicable sections of subpart G of this part, and measured and calculated in accordance with the procedures set forth in subpart G.

SUBPART E

CERTIFICATION PROVISIONS

34.48 Derivative engines for emissions certification purposes.

(a) General. A derivative engine for emissions certification purposes is an engine configuration that is determined to be similar in de-sign to a previously certificated (original) engine for purposes of compliance with exhaust emissions standards (gaseous and smoke). A type certificate holder may request from the ANAC a determination that an engine configuration is considered a derivative engine for emissions certification purposes. To be considered a derivative engine for emission purposes under this part, the configuration must have been derived from the original engine that was certificated to the requirements of RBAC 33 and one of the following:

(1) The ANAC has determined that a safety issue exists that requires an engine modification.

(2) Emissions from the derivative engines are determined to be similar. In general, this means the emissions must meet the criteria specified in paragraph (b) of this section. The ANAC may amend the criteria of paragraph (b) in unusual circumstances, for individual cases, consistent with good engineering judgment.

(3) All of the regulated emissions from the derivative engine are lower than the original en-gine.

(b) Emissions similarity. (1) The type certificate holder must demonstrate that the proposed derivative engine model"s emissions meet the applicable standards and differ from the original model"s emission rates only within the following ranges:

(i) + 3.0 g/kN for NOX.

(ii) + 1.0 g/kN for HC.

(iii) + 5.0 g/kN for CO.

(iv) + 2.0 SN for smoke.

(2) If the characteristic level of the original certificated engine model (or any other sub-models within the emission type certificate family tested for certification) before modification is at or above 95% of the applicable standard for any pollutant, an applicant must measure the proposed derivative engine model"s emissions for all pollutants to demonstrate that the derivative engine"s resulting characteristic levels will not exceed the applicable emission standards. If the characteristic levels of the originally certificated engine model (and all other sub-models within the emission type certificate family tested for certification) are be-low 95% of the applicable standard for each pollutant, the applicant may use en-gineering analysis consistent with good engineering judgment to demonstrate that the derivative engine will not exceed the applicable emission standards. The engineering analysis must ad-dress all modifications from the original engine, including those approved for previous derivative engines.

(c) Continued production allowance. Derivative engines for emissions certification purposes may continue to be produced after the applicability date for new emissions standards when the engines conform to the specifications of this section.

(d) Non-derivative engines. If the ANAC determines that an engine model does not meet the requirements for a derivative engine for emissions certification purposes, the type certificate holder is required to demonstrate that the engine complies with the emissions standards applicable to a new engine type.

SUBPART F [RESERVED]

SUBPART G

TEST PROCEDURES FOR ENGINE EXHAUST EMISSIONS

34.60 Introduction.

(a) Use the equipment and procedures specified in Appendix 3, Appendix 5, and Appendix 6 of ICAO Annex 16, as applicable, to demonstrate whether engines meet the applicable gaseous emission standards specified in subpart C of this part. Measure the emissions of all regulated gaseous pollutants. Use the equipment and procedures specified in Appendix 2 and Appendix 6 of ICAO Annex 16 to determine whether engines meet the applicable smoke standard specified in subpart C of this part. The compliance demonstration consists of establishing a mean value from testing the specified number of engines, then calculating a "characteristic level" by applying a set of statistical factors that take into account the number of engines tested. Round each characteristic level to the same number of decimal places as the corresponding emission standard. For turboprop engines, use the procedures specified for turbofan engines, consistent with good engineering judgment. Compliance with each smoke emission standard shall be determined by comparing the plot of the smoke number as a function of power setting with the applicable emission standard under this part. The smoke number at every power setting must be such that there is a high degree of confidence that the standard will not be exceeded by any engine of the model being tested.

(b) Use a test fuel that meets the specifications described in Appendix 4 of ICAO Annex 16. The test fuel must not have additives whose purpose is to suppress smoke, such as organometallic compounds.

(c) Prepare test engines by including accessories that are available with production engines if they can reasonably be expected to influence emissions. The test engine may not ex-tract shaft power or bleed service air to provide power to auxiliary gearbox-mounted components required to drive aircraft systems.

(d) Test engines must reach a steady operating temperature before the start of emission measurements.

(e) The ANAC may approve alternative procedures for measuring emissions, including testing and sampling methods, analytical techniques, and equipment specifications that differ from those specified in this part. Manufacturers and operators may request approval of alternative procedures by written request with sup-porting justification to the ANAC. To be approved, one of the following conditions must be met:

(1) The engine cannot be tested using the specified procedures; or

(2) The alternative procedure is shown to be equivalent to, or more accurate or precise than,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

the specified procedure.

(f) The following landing and takeoff (LTO) cycles apply for gaseous emissions testing and for calculating weighted LTO values:

LTO TEST CYCLES AND TIME IN MODE

Mode	Class					
	TP		TF, T3, T8		TSS	
	TIM (min)	% of rO	TIM (min)	% of rO	TIM (min)	% of rO
Taxi/idle	26.0	7	26.0	7	26.0	5.8
Takeoff	0.5	100	0.7	100	1.2	100
Climbout	2.5	90	2.2	85	2.0	65
Descent	NA	NA	NA	NA	1.2	15
Approach	4.5	30	4.0	30	2.3	34

(g) Engines comply with an applicable standard if the testing results show that the engine type certificate family"s characteristic level does not exceed the numerical level of that standard, as described in the applicable appendix of Annex 16.

(h) The system and procedure for sampling and measurement of gaseous and smoke emissions shall be as specified by in Appendices 2, 3, 4, 5 and 6 to the International Civil Aviation Organization (ICAO) Annex 16, Environmental Protection, Volume II, Aircraft Engine Emissions, Third Edition, July 2008. This incorporation by reference was approved by the Director of the Federal Register in accordance with 5 U.S.C. 552(a) and 1 CFR part 51. This document can be obtained from the ICAO, Document Sales Unit, 999 University Street, Montreal, Quebec H3C 5H7, Canada, phone + 1 514-954-8022, or www.icao.int. Copies can be reviewed at the ANAC"s Department of Airworthiness, whose address can be obtained in ANAC"s website.

34.61 - 34.71 [Reserved]

SUBPARTE A

DISPOSIÇÕES GERAIS

34.1 Definições.

Aeronave, como utilizado neste RBAC, significa qualquer avião como definido no RBAC 01 para o qual um certificado de aeronavegabilidade padrão brasileiro ou certificado de aeronavegabilidade estrangeiro equivalente é emitido.

Motor aeronáutico significa um motor para propulsão que está instalado ou que foi produzido para instalação em uma aeronave.

Motor aeronáutico do tipo turbina a gás significa um motor aeronáutico turboélice, turbofan ou turbojato.

Nível característico possui o significado dado no Apêndice 6 do Anexo 16 da OACI, na edição de Julho de 2008. Nível característico é um nível de emissões calculado para cada poluente baseado em uma análise estatística de emissões medidas em diversos testes.

Classe TP significa todos os motores aeronáuticos turboélice.

Classe TF significa todos os motores aeronáuticos turbofan ou turbojato ou motores aeronáuticos projetados para aplicações que de outra forma seriam realizadas por motores turbojato ou turbofan, exceto motores classe T3, T8 e TSS.

Classe T3 significa todos os motores aeronáuticos do tipo turbina a gás da família modelo JT3D.

Classe T8 significa todos os motores aeronáuticos do tipo turbina a gás da família modelo JT8D.

Classe TSS significa todos os motores aeronáuticos do tipo turbina a gás empregados para propulsão de aeronave projetada para operar em voos a velocidades supersônicas.

Motor de aeronave comercial significa qualquer motor aeronáutico que uma empresa de transporte aéreo ou um operador comercial utilize ou pretenda utilizar.

Motor de aeronave comercial do tipo turbina a gás significa um motor turboélice, turbofan ou turbojato de aeronave comercial.

Data de fabricação de um motor é a data que os registros de aceitação da inspeção refletem que o motor está completo e conforme o projeto de tipo aprovado pela ANAC.

Motor derivativo, para os propósitos de certificação de emissões, significa um motor que possua as mesmas características de emissões (ou similares) de um motor que possua um Certificado de Tipo Brasileiro de acordo com o RBAC 33. Estas características estão definidas no RBAC 34.48.

Sistema de medição de emissão significa todo equipamento necessário para coletar a amostra de emissão e medir o nível de emissões. Isto inclui o sistema de tomada de amostra e o sistema de instrumentação.

Modelo do motor significa todos os motores de aeronaves comerciais do tipo turbina que têm a mesma série geral, deslocamento e características de projeto e que são aprovados sob o mesmo certificado de tipo.

Excluído, conforme utilizado no RBAC 34.9, significa um motor que pode ser produzido e vendido que não cumpre com padrões que seriam aplicáveis. Motores excluídos devem cumprir com as condições regulatórias especificadas no RBAC 34.9. Motores excluídos estão sujeitos aos requisitos deste RBAC embora não seja requerido que eles cumpram com os requisitos que seriam aplicáveis. Motores excluídos em relação a certos padrões devem cumprir com os demais padrões dos quais eles não estão excluídos.

Isento significa um motor que não cumpre com determinados padrões aplicáveis, mas que podem ser produzidos e vendidos sob os termos permitidos por uma isenção emitida de acordo com o RBAC 34.7 e com o RBAC 11. Motores isentos devem cumprir com as condições regulatórias especificadas na isenção assim como com outros regulamentos. Motores isentos estão sujeitos aos requisitos deste RBAC embora não seja requerido que eles cumpram com os requisitos que seriam aplicáveis. Motores isentos em relação a certos padrões devem cumprir com os demais padrões como uma condição da isenção.

Emissões do escapamento significam substâncias emitidas para a atmosfera do bocal de descarga do escapamento de uma aeronave ou de um motor aeronáutico.

Emissões de combustível drenado significam combustível não queimado, exclusivamente composto de hidrocarbonetos, descarregado dos motores aeronáuticos do tipo turbina a gás durante todas as operações normais em solo e em voo.

Motor aeronáutico do tipo turbina a gás em uso significa um motor aeronáutico do tipo turbina a gás que está em serviço.

Data de introdução significa a data de manufatura do primeiro motor individual de produção de um dado modelo de motor ou do primeiro motor de uma família de motores sob um mesmo certificado de tipo a ser certificado. Nem motores de testes nem motores que não entraram em serviço afetam esta data.

Motor aeronáutico do tipo turbina novo significa um motor aeronáutico do tipo turbina a gás que nunca esteve em serviço.

Configuração de potência significa a potência ou o empuxo produzido por um motor em termos de empuxo em kilonewtons para motores turbojato e turbofan ou potência no eixo em kilowatts para motores turboélice.

Saída Nominal (rO) significa a máxima potência/empuxo disponível para decolagem sob condições de dia padrão, conforme aprovado pela ANAC para o motor, incluindo, onde aplicável, a contribuição de reaquecimento, mas excluindo qualquer contribuição por injeção de água e excluindo qualquer configuração de potência/empuxo de emergência, expresso em quilowatts ou kilonewtons (conforme aplicável), considerando pelo menos três algarismos significativos.

Razão de pressão nominal (rPR) significa a razão entre a pressão de entrada do combustor e a pressão de entrada do motor alcançada por uma operação do motor na saída nominal, considerando pelo menos três algarismos significativos.

Condições de dia de referência significam as condições ambientais de referência para as quais as emissões de escapamento devem ser corrigidas. As condições de dia de referência são as seguintes: Temperatura = 15°C, umidade específica = 0,00629 kg de H2O/kg de ar seco e pressão = 101325 Pa.

Sistema de coleta de amostra significa o sistema que provê o transporte de amostra da emissão desde a sonda até a entrada do sistema de instrumentação.

Potência dno eixo significa somente a saída medida da potência no eixo de um motor turboélice.

Fumaça significa a matéria contida nas emissões de escapamento que obscurece a transmissão da luz.

Número de Fumaça (SN) significa um termo adimensional que quantifica as emissões de fumaça.

Condições de dia padrão significam as seguintes condições ambientais: temperatura = 15°C, umidade específica = 0,00634 kg H2O/kg de ar seco, e pressão = 101325 Pa.

Taxi/marcha lenta (pouso) significa aquelas operações de aeronave que envolvem táxi e marcha lenta entre o instante de rolagem pós-pouso e o desligamento de todos os motores de propulsão.

Taxi/marcha lenta (decolagem) significa aquelas operações de aeronave que envolvam táxi e marcha lenta entre o instante de partida do(s) motor(es) de propulsão usado(s) para o taxiamento e a entrada na pista de decolagem.

Grupo, conforme utilizado neste RBAC, é a designação relacionada ao padrão de emissões de NOx para motores, conforme especificado no RBAC 34.21 ou 34.23 (por exemplo, grupo 0).

34.2 Abreviações.

As abreviações usadas neste RBAC têm os seguintes significados, estejam elas escritas tanto em letras maiúsculas quanto minúsculas:

CO Monóxido de Carbono
CO2 Dióxido de Carbono
ANAC Agência Nacional de Aviação Civil
g Gramas
HC Hidrocarboneto(s)
HP Horsepower
hr Hora(s)
H2O Água
kg Kilograma(s)
kJ Kilojoule(s)
kN Kilonewton(s)
kW Kilowatt(s)
lb Librasforça
LTO Pouso e decolagem
min Minuto(s)
NOx Óxidos de Nitrogênio
Pa Pascal(s)
rO Saída Nominal
rPR Razão de Pressão Nominal
seg Segundo(s)
SP Potência no Eixo
SN Número de Fumaça
T Temperatura em Kelvin
TIM Tempo em modo (de operação)
°C Graus Celsius
% Porcentagem

34.3 Requisitos gerais.

(a) Este RBAC provê, para a aprovação ou aceitação pela ANAC dos métodos amostrais e de teste, técnicas analíticas e equipamentos relacionados não idênticos àqueles especificados neste RBAC.

(b) [RESERVADO]

(c) Aviões brasileiros. Este RBAC aplica-se a aviões civis que são movidos por motores aeronáuticos do tipo turbina a gás das classes aqui especificadas e que têm certificados de aeronavegabilidade padrão brasileiros.

(d) Aviões estrangeiros. Conforme a definição de "aeronave" na seção 34.1 deste RBAC, este RBAC aplica-se a aviões civis que são movidos por motores aeronáuticos do tipo turbina a gás das classes especificadas neste regulamento e que tenham certificados de aeronavegabilidade estrangeiros que sejam equivalentes aos certificados de aeronavegabilidade padrão brasileiros. Este RBAC aplica-se somente àqueles aviões civis estrangeiros que, se registrados no Brasil, seriam requeridos pelos RBAC aplicáveis a obter um certificado de aeronavegabilidade padrão brasileiro para conduzir as operações pretendidas para o avião. Este RBAC não se aplica onde ele seria inconsistente com uma obrigação assumida pelo Brasil com um país estrangeiro em um tratado, convenção ou acordo.

(e) [RESERVADO]
(f) [RESERVADO]
(g) [RESERVADO]
(h) [RESERVADO]
(i) [RESERVADO]
(j) [RESERVADO]
(k) [RESERVADO]
(l) [RESERVADO]
(m) [RESERVADO]
(n) [RESERVADO]

(o) Para requisitos de emissões de escapamento deste RBAC que se tornaram vigentes a partir de 01/02/1974, 01/01/1976, 01/01/1978, 01/01/1984 e 09/08/1985, demonstra-se o cumprimento continuado com aqueles requisitos para motores para os quais demonstrou-se concordância do projeto de tipo com aqueles requisitos, se o motor estiver mantido de acordo com requisitos de manutenção aplicáveis dos RBAC. Todos os métodos de demonstração de cumprimento e todas as designações de modelo previamente aceitáveis pela ANAC deverão ser considerados para continuarem a ser uma demonstração de cumprimento aceitável com os padrões específicos para os quais eles foram aprovados.

(p) Cada requerente deve permitir que a ANAC faça ou testemunhe qualquer ensaio necessário para determinar cumprimento com as disposições aplicáveis deste RBAC.

34.4 [RESERVADO]

34.5 Procedimentos de ensaios especiais.

A ANAC pode, sob requerimento escrito de um fabricante ou operador de aeronave ou de motores aeronáuticos, aprovar procedimentos de ensaio para qualquer aeronave ou motor aeronáutico que não satisfaça os ensaios seguindo os procedimentos estabelecidos neste documento.

34.6 Segurança da aeronave.

(a) As disposições deste RBAC serão revistas se, a qualquer momento, a ANAC determinar que um padrão de emissão não pode ser cumprido dentro do prazo determinado sem criar um risco à segurança.

(b) [RESERVADO]

34.7 Isenções.

Petições para emissão ou alteração de regras ou para isenção envolvendo este RBAC devem ser submetidas à ANAC de acordo com o RBAC 11.

(a) Isenções baseadas em voos de curta duração em intervalos não frequentes. Os requisitos de emissão deste RBAC não se aplicam a motores que impulsionam aeronaves operadas no Brasil por curta duração em intervalos não frequentes. Tais operações são limitadas a:

(1) Voos de uma aeronave com propósito de exportação para um país estrangeiro, incluindo quaisquer voos essenciais para demonstrar a integridade de uma aeronave antes de um voo para um ponto fora do Brasil.

(2) Voos para uma base onde reparos, alterações ou manutenção serão realizados, ou para um ponto de armazenamento ou com o propósito de retorno de uma aeronave ao serviço.

(3) Visitas oficiais de representantes de governos estrangeiros.

(4) Outros voos que a ANAC determinar que sejam de curta duração em intervalos não frequentes. Um pedido de tal determinação deve ser feito antes do voo.

(b) Isenções para modelos de motor de muito baixa produção. Os requisitos de emissões deste RBAC não são aplicáveis a motores de muito baixa produção após a data de aplicabilidade destes requisitos. Para efeitos deste RBAC, "muito baixa produção" é limitada a uma produção total máxima, para aplicações na aviação civil do Brasil, de não mais de 200 unidades abrangidas pelo mesmo certificado de tipo após 1º de janeiro de 1984. A produção de motores sob esta disposição deve ser comunicada à ANAC pelo número de série na data de fabricação ou antes e isenções concedidas sob esta disposição não são

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

transferíveis para qualquer outro motor. Estas isenções são limitadas ao requisito RBAC 34.21 somente.

(c) Isenções para novos motores em outras categorias. Os requisitos de emissões deste RBAC não são aplicáveis a motores para os quais a ANAC determinar que a aplicação de qualquer requisito sob a seção 34.21 deste RBAC não é justificada, com base em considerações de:

(1) Impacto econômico adverso sobre o fabricante;

(2) Impacto econômico adverso sobre a aeronave e empresas aéreas em geral;

(3) Equidade na aplicação dos requisitos entre todas as partes concorrentes economicamente;

(4) Efeitos sobre a saúde e o bem-estar públicos; e

(5) Outros fatores que a ANAC considere relevantes para o caso em questão.

(d) [RESERVADO]

(e) [RESERVADO]

(f) A ANAC deve publicar no Diário Oficial da União o nome da organização a quem são concedidas isenções e o período de tais isenções.

(g) [RESERVADO]

34.9 Exclusões.

(a) Motores sobressalentes. Estão excluídos determinados motores que cumprem com o disposto a seguir:

(1) Esta exclusão permite a produção de um motor para instalação em uma aeronave em serviço. Um motor sobressalente não pode ser instalado em uma aeronave nova.

(2) Cada motor sobressalente deve ser idêntico a um submodelo previamente certificado que cumpriu com todos os requisitos.

(3) Um motor sobressalente somente pode ser usado quando as emissões do motor sobressalente não excederem os requisitos de certificação do motor original, considerando todos os poluentes regulados.

(4) Não é necessária aprovação separada para produzir motores sobressalentes.

(5) A informação de que o motor foi produzido como um motor sobressalente excluído deve estar contida nos registros do motor sobressalente.

(6) Motores produzidos de acordo com esta exclusão devem ser marcados com "SOBRESSALENTE EXCLUÍDO" ("EXCEPTED SPARE") de acordo com o RBAC 45.13.

(b) No intervalo do dia 18 de Julho de 2012, inclusive, até 31 de Agosto de 2013, um fabricante pode produzir até quatro motores do grupo 4 que cumpram com os padrões de NOx do seção 34.21(d)(1)(vi) desta seção em vez do RBAC 34.23(a)(2). Nenhuma aprovação separada é necessária para produzir estes motores. Os motores produzidos sobre esta exclusão devem ser marcados com "CUMPRE" ("COMPLY") de acordo com o RBAC 45.13.

SUBPARTE B

EMISSÕES DE COMBUSTÍVEL DRENADO DO MOTOR (MOTORES AERONÁUTICOS DO TIPO TURBINA A GÁS NOVOS E USADOS)

34.10 Aplicabilidade.

(a) As disposições desta subparte são aplicáveis a todos os novos motores aeronáuticos do tipo turbina a gás das classes T3, T8, TSS e TF de saída nominal igual ou superior a 36 kilonewtons (8.090 librasforça), fabricados em ou após 1º de Janeiro de 1974, e para todos os motores aeronáuticos do tipo turbina a gás em uso das classes T3, T8, TSS e TF de saída nominal igual ou superior a 36 kilonewtons (8.090 librasforça) fabricados após 1º de fevereiro de 1974.

(b) As disposições desta subparte são também aplicáveis a todos os motores aeronáuticos do tipo turbina a gás novos da classe TF de saída nominal inferior a 36 kilonewtons (8.090 librasforça) e da classe TP fabricados em ou após 1º de Janeiro de 1975, e para todos os motores aeronáuticos do tipo turbina a gás em uso da classe TF de saída nominal inferior a 36 kilonewtons (8.090 librasforça) e da classe TP fabricados após 1º de Janeiro de 1975.

34.11 Requisitos para as emissões de combustível drenado.

(a) Nenhuma emissão de combustível drenado deverá ser lançada para a atmosfera advinda de qualquer motor aeronáutico do tipo turbina a gás, novo ou usado, sujeito a esta subparte. A intenção deste parágrafo é a eliminação das descargas intencionais de combustível drenado para a atmosfera proveniente do distribuidor dos bicos injetores de combustível após o desligamento do motor e não se aplica ao vazamento normal de combustível por vedação de eixo, juntas e montagens.

(b) Conformidade com o requisito estabelecido no parágrafo (a) desta seção deve ser determinada pela inspeção do método concebido para eliminar essas emissões.

(c) Conforme aplicado a uma estrutura de aeronave ou a um motor, qualquer fabricante ou operador pode demonstrar o cumprimento com os requisitos para combustível drenado e emissões da presente seção que entraram em vigor a partir de 1º de fevereiro de 1974 ou 1º de janeiro de 1975, por qualquer meio que impeça a descarga intencional de combustível do distribuidor dos bicos injetores de combustível após os motores serem desligados. Meios aceitáveis de cumprimento incluem um dos seguintes procedimentos:

(1) Incorporar um sistema aprovado pela ANAC que recircule o combustível de volta para o sistema de combustível;

(2) Tampar ou travar a válvula de pressurização e dreno;

(3) Drenar manualmente o combustível do tanque de retenção para um contêiner.

SUBPARTE C

EMISSÕES DE ESCAPAMENTO (MOTORES AERONÁUTICOS DO TIPO TURBINA A GÁS NOVOS)

34.20 Aplicabilidade.

As disposições desta subparte são aplicáveis a todos os motores aeronáuticos do tipo turbina a gás das classes especificadas a partir das datas determinadas na seção 34.21 deste RBAC.

34.21 Requisitos para Emissões de Escapamento.

(a) Emissões de fumaça do escapamento de cada novo motor aeronáutico do tipo turbina a gás da classe T8 fabricado em ou após 1º de fevereiro de 1974 não devem exceder um Número de Fumaça (SN) de 30.

(b) Emissões de fumaça do escapamento de cada novo motor aeronáutico do tipo turbina a gás da classe TF e de saída nominal de 129 kilonewtons (29.000 librasforça) de empuxo ou maior, fabricado em ou após 1º de Janeiro de 1976, não devem exceder

SN=83,6 (rO)^-0,274 (rO em kilonewtons).

(c) Emissões de fumaça do escapamento de cada novo motor aeronáutico do tipo turbina a gás da classe T3 fabricado em ou após 1º de Janeiro de 1978 não devem exceder um Número de Fumaça (SN) de 25.

(d) Emissões gasosas do escapamento de cada novo motor aeronáutico do tipo turbina a gás não devem ultrapassar:

(1) Para motores das classes TF, T3, T8 de saída nominal superior a 26,7 kilonewtons (6.000 librasforça):

(i) Motores fabricados em ou após 1º de Janeiro de 1984:

Hidrocarbonetos: 19,6 gramas/kilonewton rO.

(ii) Motores fabricados em ou após 7 de julho de 1997:

Monóxido de Carbono: 118 gramas/kilonewton rO.

(iii) Motores cujo tipo ou modelo teve sua primeira produção individual em ou antes de 31 de dezembro de 1995, e para os quais a data de fabricação do motor em particular foi em ou antes de 31 de dezembro de 1999:

Óxidos de Nitrogênio: (40+2(rPR)) gramas/kilonewtons rO

(iv) Motores cujo tipo ou modelo teve sua primeira produção individual após 31 de dezembro de 1995, ou para os quais a data de fabricação do motor em particular foi após 31 de dezembro de 1999 (Grupo 2):

Óxidos de Nitrogênio: (32+1,6(rPR)) gramas/kilonewtons rO

(v) Os padrões de emissão prescritos nos parágrafos (d)(1)(iii) e (iv) desta seção aplicam-se como prescrito a partir de 7 de julho de 1997.

(vi) Os padrões de emissão prescritos neste parágrafo são aplicáveis após 18 de dezembro de 2005. Para motores cujo tipo ou modelo teve sua primeira produção individual após 31 de dezembro de 2003 (Grupo 4):

(A) Que possuam uma razão de pressão nominal de 30 ou menos e uma saída nominal máxima maior que 89 kilonewtons:

Óxidos de Nitrogênio: (19 + 1,6 (rPR)) gramas/kilonewtons rO.

(B) Que possuam uma razão de pressão nominal de 30 ou menos e uma saída nominal máxima maior que 26,7 kilonewtons porém menor que ou igual a 89 kilonewtons:

Óxidos de Nitrogênio: (37,572 + 1,6(rPR) - 0,2087(rO)) gramas/kilonewtons rO.

(C) Que possuam uma razão de pressão nominal maior do que 30, mas menor do que 62,5, e uma saída nominal máxima maior que 89 kilonewtons:

Óxidos de Nitrogênio: (7 + 2(rPR)) gramas/kilonewtons rO.

(D) Que possuam uma razão de pressão nominal maior do que 30, mas menor do que 62,5, e uma saída nominal máxima maior que 26,7 kilonewtons, mas menor que ou igual a 89 kilonewtons:

Óxidos de Nitrogênio: (42,71 + 1,4286(rPR) - 0,4013(rO) + 0,00642(rPR x rO)) gramas/kilonewtons rO.

(E) Que possuam uma razão de pressão nominal de 62,5 ou maior:

Óxidos de Nitrogênio: (32 + 1,6 (rPR)) gramas/kilonewtons rO.

(2) Para motores da classe TSS fabricados em ou após 1º de Janeiro de 1984:

Hidrocarbonetos=140 (0,92)^rPR gramas/kilonewtons rO.

(e) Emissões de fumaça do escapamento de cada motor do tipo turbina a gás das classes abaixo especificadas não devem exceder:

(1) Classe TF de saída nominal inferior a 26,7 kilonewtons (6.000 librasforça) fabricado em ou após 9 de agosto de 1985:

SN=83,6(rO)^-0,274 (rO em kilonewtons) não deve exceder SN=50.

(2) Classes T3, T8, TSS e TF de saída nominal igual ou superior a 26,7 kilonewtons (6.000 librasforça) fabricado em ou após 1º de Janeiro de 1984:

SN=83,6(rO)^-0,274 (rO em kilonewtons) não deve exceder SN=50.

(3) Para a Classe TP de saída nominal igual ou superior a 1.000 kilowatts fabricado em ou após 1º de Janeiro de 1984:

SN=187(rO)^-0,168 (rO em kilowatts)

(f) Os requisitos estabelecidos nos parágrafos (a), (b), (c), (d) e (e) desta seção referem-se a um conjunto de amostras de emissões gasosas representando os ciclos de operação e emissões de fumaça de escapamentos emitidos durante operações do motor conforme especificado nas seções aplicáveis da subparte G deste RBAC, medidas e calculadas de acordo com os procedimentos descritos na subparte G.

(g) Sendo o padrão de emissões de gases especificado por uma fórmula, calcule e arredonde o padrão para três algarismos significativos ou para o 0,1 g/kN mais próximo (para padrões de ou superiores a 100 g/kN). Sendo o padrão de fumaça especificado por uma fórmula, calcule e arredonde o padrão para o 0,1 SN mais próximo. Motores cumprem com um determinado padrão aplicável se os resultados dos ensaios mostram que o nível característico de uma família de motores de um mesmo Certificado de Tipo não excede o nível numérico do padrão, conforme prescrito no RBAC 34.60.

34.23 Padrões de emissões para motores fabricados em ou após 18 de Julho de 2012.

Os padrões desta seção são aplicáveis a motores de aeronaves fabricados em ou após 18 de Julho de 2012, exceto se forem isentos ou excluídos. Sendo um padrão de emissões de gases especificado por uma fórmula, calcule e arredonde o padrão para três algarismos significativos ou para o 0,1 g/kN mais próximo (para padrões de ou superiores a 100 g/kN). Sendo o padrão de fumaça especificado por uma fórmula, calcule e arredonde o padrão para o 0,1 SN mais próximo. Motores cumprem com um determinado padrão aplicável se os resultados dos ensaios mostram que o nível característico de uma família de motores de um mesmo Certificado de Tipo não excede o nível numérico do padrão, conforme prescrito no RBAC 34.60.

(a) Emissões de escapamento de cada motor à turbina de gás novo não deve exceder:

(1) Para motores das classes TF, T3 e T8 fabricados em ou após 18 de Julho de 2012:

SN = 83,6(rO)-0.274 ou 50,0, o que for menor

(2) Exceto conforme previsto no RBAC 34.9(b) e 34.21(c), para motores das classes TF, T3 e T8 fabricados em ou após 18 de Julho de 2012, e para os quais o primeiro modelo de produção foi fabricado em ou após 31 de Dezembro de 2013 (Grupo 6):

PADRÃO DE EMISSÕES DE ÓXIDOS DE NITROGÊNIO DE MOTORES SUBSÔNICOS DO GRUPO 6

Classe	Razão de pressão nominal - rPR	Saída nominal rO (kN)	NOx (g/kN)
TF, T3, T8	rPR ≤ 30	26,7 < rO ≤ 89,0	38,5486 + 1,6823 (rPR) - 0,2453 (rO) - (0,00308 (rPR) (rO)).
		rO > 89,0	16,72 + 1,4080 (rPR).
	30 < rPR < 82,6	26,7 < rO ≤ 89,0	46,1600 + 1,4286 (rPR) - 0,5303 (rO) + (0,00642 (rPR) (rO)).
		rO > 89,0	-1,04 + 2,0 (rPR).
	rPR ≥ 82,6	rO ≥ 26,7	32 + 1,6 (rPR).

(3) Motores isentos do parágrafo (a)(2) desta seção produzidos em ou antes de 31 de Dezembro de 2016 devem ser marcados com "NOVO ISENTO" ("EXEMPT NEW") de acordo com o RBAC 45.13. Nenhuma isenção para os requisitos do parágrafo (a)(2) desta seção será dada após 31 de Dezembro de 2016.

(4) Para motores da classe TSS fabricados em ou após 18 de Julho de 2012:

PADRÃO DE EMISSÕES GASOSAS PARA MOTORES SUPERSÔNICOS

Classe	Saída nominal rO* (kN)	NOx (g/kN)	CO (g/kN)
TSS	Todos	36 + 2,42 (rPR)	4.550 (rPR)^-1.03

(*)rO é a saída nominal com pós-combustor aplicado.

(b) Emissões gasosas de escapamento de cada novo motor à turbina de gás não deve exceder:

(1) Para motores das classes TF, T3 e T8 de um Tipo ou modelo cujo primeiro modelo de produção foi produzido após 31 de Dezembro de 2013 (Grupo 8):

PADRÃO DE EMISSÕES DE ÓXIDOS DE NITROGÊNIO DE MOTORES DO GRUPO 8

Class	*Razão de pressão nominal* - rPR	Saída nominal rO (kN)	NOx (g/kN)
TF, T3, T8	rPR ≤ 30	26,7 < rO ≤ 89,0	40,052 + 1,5681 (rPR) - 0,3615 (rO) - (0,0018 (rPR) (rO)).
		rO > 89,0	7,88 + 1,4080 (rPR).
	30 < rPR < 104,7	26,7 < rO ≤ 89,0	41,9435 + 1,505 (rPR) - 0,5823 (rO) + (0,005562 (rPR) (rO)).
		rO > 89,0	-9,88 + 2,0 (rPR).
	rPR ≥ 104,7	rO ≥ 26,7	32 + 1,6 (rPR).

(c) Motores (incluindo motores classificados como derivados para os propósitos de certificação de emissões) que sejam certificados com um nível característico igual ou menor que os padrões de NOx do RBAC 34.21(d)(1)(vi) (aplicabilidade de acordo com a saída nominal e a razão de pressão nominal) que tenham sido introduzidos antes de 18 de Julho de 2012 podem ser produzidos até 31 de Dezembro de 2012 sem cumprir com o padrão de NOx do parágrafo (a)(2) desta seção.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUBPARTE D

EMISSÕES DO ESCAPAMENTO (MOTORES AERONÁUTICOS DO TIPO TURBINA A GÁS USADOS)

34.30 Aplicabilidade.

As disposições desta subparte são aplicáveis a todos os motores aeronáuticos do tipo turbina a gás usados certificados para operação das classes especificadas dentro do Brasil, a partir das datas especificadas na seção 34.31 deste RBAC.

34.31 Requisitos para Emissões de Escapamento.

(a) Emissões de fumaça do escapamento de cada motor aeronáutico usado do tipo turbina a gás da classe T8, a partir de 1º de fevereiro de 1974, não deve exceder um Número de Fumaça (SN) de 30.

(b) Emissões de fumaça do escapamento de cada motor aeronáutico do tipo turbina a gás usado da classe TF e de saída nominal igual a ou maior que 129 kilonewtons (29.000 libras-força), a partir de 1º de Janeiro de 1976, não deve exceder

SN=83,6(rO)^-0,274 (rO em kilonewtons).

(c) Os requisitos estabelecidos nos parágrafos (a) e (b) desta seção referem-se às emissões de fumaça do escapamento emitidas durante operações do motor conforme especificado na seção aplicável da subparte G deste RBAC, medidas e calculadas de acordo com o procedimento estabelecido na subparte G.

SUBPARTE E

PROVISÕES DE CERTIFICAÇÃO

34.48 Motores derivados para propósitos de certificação de emissões

(a) Geral. Um motor derivado para os propósitos de certificação é uma configuração de um motor que é determinada como sendo similar em projeto a um motor certificado anteriormente (original) para os propósitos de cumprimento com os padrões de emissões de escapamento (gasosas e fumaça). Um detentor de um Certificado de Tipo pode requerer à ANAC uma determinação de que uma configuração de um motor seja considerada um motor derivado para os propósitos de certificação de emissões. Para ser considerado um motor derivado para os propósitos de certificação de emissões sob este RBAC, a configuração deve ter sido derivada de um motor original que foi certificado de acordo com o RBAC 33 e, adicionalmente, um dos seguintes:

(1) A ANAC determinou que existe um problema de segurança de voo que requer uma modificação no motor.

(2) Emissões do motor derivado são determinadas como similares. Em geral, isto significa que as emissões devem cumprir com o critério especificado no paragrafo (b) desta seção. A ANAC pode emendar o critério do paragrafo (b) para circunstâncias não usuais, para casos individuais, consistente com bom julgamento de engenharia.

(3) Todas as emissões reguladas do motor derivado são menores que as do motor original.

(b) Similaridade de emissões. (1) O detentor do Certificado de Tipo deve demonstrar que as emissões do modelo derivado de motor proposto cumprem com os padrões de emissão do motor original e diferem das taxas de emissão do motor original somente dentro das seguintes variações:

(i) +3.0 g/kN para NOX.

(ii) +1.0 g/kN para HC.

(iii) +5.0 g/kN para CO.

(iv) +2.0 SN para fumaça.

(2) Se o nível característico do modelo do motor original certificado (ou quaisquer outros sub-modelos contidos na família de Certificado de Tipo de emissões testados para a certificação) antes da modificação é de, ou maior que, 95% do padrão aplicável de qualquer poluente, um requerente deve medir as emissões de todos os poluentes do modelo de motor derivado proposto para demonstrar que o nível característico resultante do modelo derivado não irá exceder os padrões aplicáveis de emissões. Se os níveis característicos do modelo do motor originalmente certificado (e todos os demais sub-modelos dentro de uma mesma família de um Certificado de Tipo testado para certificação) estão abaixo de 95% do padrão de cada poluente, o requerente pode usar análises de engenharia consistentes com boas práticas de engenharia para demonstrar que o motor derivado não irá exceder os limites aplicáveis dos padrões de emissões. A análise de engenharia deve considerar todas as modificações em relação ao motor original, incluindo aquelas aprovadas para motores derivados anteriores.

(c) Autorização para continuação de produção. Motores derivados para os propósitos de certificação de emissões pode continuar a ser produzido após a data de aplicabilidade de novos padrões de emissões se os motores cumprirem com o disposto nesta seção.

(d) Motores não derivados. Se a ANAC determinar que um modelo de motor não cumpre com os requisitos para ser um motor derivado para propósitos de certificação de motores, o detentor do Certificado de Tipo é requerido a demonstrar que o motor cumpre com os padrões de emissões aplicáveis a novos tipos de motor.

SUBPARTE F [RESERVADO]

SUBPARTE G

PROCEDIMENTOS DE ENSAIO PARA EMISSÕES DE ESCAPAMENTO DE MOTORES

34.60 Introdução.

(a) Utilize os equipamentos e procedimentos especificados nos Apêndice 3, Apêndice 5 e Apêndice 6 do Anexo 16 da OACI, conforme aplicável, para demonstrar que os motores cumprem com os padrões de emissões gasosas aplicáveis especificadas na subparte C deste RBAC. Meça as emissões de todos os gases poluentes regulados. Utilize os equipamentos e procedimentos especificados nos Apêndice 2 e Apêndice do Anexo 16 da OACI para demonstrar que os motores cumprem com os padrões de fumaça aplicáveis especificados na subparte C deste RBAC. A demonstração de cumprimento consiste em estabelecer um valor médio dos testes de um número de motores especificado, seguido pelo cálculo de um "nível característico" aplicando um conjunto de fatores que consideram o número de motores testados. Arredonde cada nível característico com o mesmo número de casas decimais que o padrão de emissão correspondente. Para motores turboélice, use os procedimentos especificados para motores turbofan, consistente com boas práticas de engenharia. Cumprimento com cada padrão de emissão de fumaça deve ser determinado pela comparação do gráfico de número de fumaça em função da configuração de potência com o padrão aplicável de emissão deste RBAC. O Número de Fumaça em cada configuração de potência deve ser tal que exista um elevado grau de confiança de que o padrão não será excedido por nenhum motor do modelo sendo ensaiado.

(b) Utilize um combustível de ensaio que cumpra com as especificações descritas no Apêndice 4 do Anexo 16 da OACI. O combustível de ensaio não pode conter aditivos cujo propósito seja suprimir fumaça, tais como compostos organometálicos.

(c) Prepare os motores de ensaio incluindo os acessórios que estarão disponíveis nos motores de produção se pode ser razoavelmente esperado que eles influenciem as emissões. O motor de ensaio não deve possuir extração de potência do eixo ou de sangria de ar de serviço para prover energia para componentes auxiliares montados na caixa de engrenagens necessários para movimentar sistemas da aeronave.

(d) Motores de ensaio devem atingir uma temperatura constante de operação antes do início da medição das emissões.

(e) A ANAC pode aprovar procedimentos alternativos para medição de emissões, incluindo métodos de ensaio e de amostragem, técnicas analíticas, e especificações de equipamentos que sejam diferentes daqueles especificados neste RBAC. Fabricantes e operadores podem requerer aprovação de procedimentos alternativos por requerimento escrito contendo justificativa para a ANAC. Para que seja aprovado, uma das seguintes condições deve ser satisfeita:

(1) O motor não pode ser ensaiado usando os procedimentos especificados; ou

(2) É demonstrado que o procedimento alternativo é equivalente a, ou mais preciso que, os procedimentos especificados.

(f) O seguinte ciclo LTO (landing and take-off) se aplica para ensaios de emissões gasosas e para calcular valores ponderados de LTO:

CICLOS DE ENSAIO LTO E TEMPOS EM MODO

Modo	Classe					
	TP		TF, T3, T8		TSS	
	TIM (min)	% of rO	TIM (min)	% of rO	TIM (min)	% of rO
Taxi/marcha lenta	26,0	7	26,0	7	26,0	5,8
Decolagem	0,5	100	0,7	100	1,2	100
Subida	2,5	90	2,2	85	2,0	65
Descida	NA	NA	NA	NA	1,2	15
Aproximação	4,5	30	4,0	30	2,3	34

(g) Motores cumprem com um padrão aplicável se os resultados dos ensaios demostrarem que o nível característico da família de motores de um Certificado de Tipo não exceder o nível numérico deste padrão, conforme descrito nos apêndices aplicáveis do Anexo 16 da OACI.

(h) O sistema e o procedimento para amostragem e medição de emissões gasosas e de fumaça devem ser os especificados nos Apêndices 2, 3, 4, 5, e 6 do Anexo 16 da Organização de Aviação Civil Internacional - OACI, Environmental Protection, Volume II, Aircraft Engine Emissions, Terceira Edição, datada de Julho de 2008. Este documento pode ser obtido na Organização da Aviação Civil Internacional, Document Sales Unit, 999 University Street, Montreal, Quebec H3C 5H7, Canadá, telefone +1 514-954-8022, ou no endereço eletrônico www.icao.int. Cópias podem ser consultadas na Superintendência de Aeronavegabilidade da ANAC, cujo endereço pode ser obtido no sítio eletrônico da ANAC.

34.61-34.71 [Reservado]

Republicada por ter sido publicado no DOU de 15 de dezembro de 2017, Seção 1, página 225, com incorreções no original.

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 4.119, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o Centro de Instrução Airport Service Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. a ministrar cursos em Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC).

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 110 (RBAC nº 110), e considerando o que consta do processo nº 00058.523655/2017-42, resolve:

Art. 1º Autorizar o CENTRO DE INSTRUÇÃO AIRPORT SERVICE SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO LTDA., CNPJ nº 18.985.999/0001-30, a ministrar os seguintes cursos em Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC), na modalidade de ensino presencial, nos termos do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 110 (RBAC nº 110), Emenda 00:

I - AVSEC para Atendimento ao Passageiro;

II - AVSEC para Carga Aérea;

III - AVSEC para Operações de Solo;

IV - AVSEC para Vigilantes; e

V - Básico AVSEC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 4.016, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a inscrição do aeródromo privado Aeroclube de Birigui (SP), que passa a se chamar Aeroclube de Birigui - CMTE Munir Djabak (SP), no cadastro de aeródromos.

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 06 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, considerando o que consta do processo nº 00066.525515/2017-18, e resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Aeroclube de Birigui - CMTE Munir Djabak;

II - código OACI: SJWQ;

III - município (UF): Birigui (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 21° 13" 00" S / 050° 18" 21" W

Art. 2º A inscrição tem validade até 14 de julho de 2021.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2144/SIA, de 22 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2016, Seção 1, Página 33.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 4.017, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a inscrição do aeródromo privado Fazenda Lago Vermelho (MG) no cadastro de aeródromos.

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, considerando o que consta do processo nº 00066.525698/2017-63, e resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Lago Vermelho;

II - código OACI: SNZY;

III - município (UF): Buritizeiro (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 17° 02" 23" S / 045° 29" 21" W

Art. 2º A inscrição tem validade até 21 de agosto de 2024.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1121/SIA, de 10 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2016, Seção 1, página 17.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 3.991, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova a Instrução Suplementar nº 00-004, Revisão D.

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00065.537547/2017-68, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 00-004, Revisão D (IS nº 00-004D), intitulada "Diretrizes Interpretativas aplicáveis às normas de âmbito da Superintendência de Padrões Operacionais".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal-e-servico-bps) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.848, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010092/2017-86 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 542-ANTAQ, de 16 de julho de 2009, da empresa MARINHO TRANSPORTES HIDROVIÁRIOS DA AMAZÔNIA LTDA. - ME, CNPJ nº 07.794.294/0001-10, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 9º Termo Aditivo, em virtude da alteração do esquema operacional da embarcação SÃO BARTOLOMEU II e inclusão na frota da embarcação SÃO BARTOLOMEU V.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.849, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.012198/2017-14 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 637-ANTAQ, de 18 de março de 2010, da empresária individual H. M. NOGUEIRA GOMES NAVEGAÇÃO - ME, CNPJ nº 08.157.036/0001-95, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 8º Termo Aditivo, em virtude da substituição da embarcação VIEIRA III pela embarcação VIEIRA V na frota autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DE PORTO VELHO-RO

DESPACHO Nº 7, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.000792/2017-62. Empresa Penalizada: Amazônia Navegações Ltda., CNPJ nº 84.554.666/0001-81. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 708,62 (setecentos e oito reais e sessenta e dois centavos), pelo cometimento da infração tipificada no inciso XVII do art. 23 da Resolução nº 1.274/2009-ANTAQ.

PAULO SÉRGIO DA SILVA CUNHA
Chefe

DESPACHO Nº 8, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.001928/2017-51. Empresa Penalizada: Amazônia Navegações Ltda., CNPJ nº 84.554.666/0001-81. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 386,52 (trezentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), pelo cometimento da infração tipificada no inciso III do art. 23 da Resolução nº 1.274/2009-ANTAQ.

PAULO SÉRGIO DA SILVA CUNHA
Chefe

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.620, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a 10ª Revisão Ordinária, a 10ª Revisão Extraordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP da Rodovia BR-116-PR/SC, trecho Curitiba - div. SC/RS, explorado pela Autopista Planalto Sul S. A.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 240, de 15 de dezembro de 2017, no que consta nos processos nº 50500.419015/2016-51 e 50500.388926/2017-18, e

Considerando o disposto no Capitulo VI do Contrato de Concessão 006/2007, de 14 de fevereiro de 2008;

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério da Fazenda, em cumprimento à Portaria MF nº 118, de 17 de maio de 2002;

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério dos Transportes, em cumprimento à Portaria ANTT nº 467, de 21 de setembro de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar a 10ª Revisão Ordinária, alterando a TBP de R$ 3,15051 para R$ 3,20933.

Art. 2º Aprovar a 10ª Revisão Extraordinária, alterando a TBP de R$ 3,20933 para R$ 3,26632.

Art. 3º Aprovar o Reajuste que indicou o percentual positivo de 2,82% (dois inteiros e oitenta e dois centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária.

Art. 4º Alterar, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R$ 5,61906 para R$ 5,99015.

Art. 5º Alterar, na forma da tabela anexa, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, de R$ 5,60 (cinco reais e sessenta centavos) para R$ 6,00 (seis reais), nas praças de pedágio P1, em Mandirituba/PR, P2, em Campo do Tenente/PR, P3, em Monte Castelo/SC, P4, em Santa Cecília/SC e P5, em Correia Pinto/SC.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor a partir de zero hora do dia 19 de dezembro de 2017.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

TABELA DE TARIFAS

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	1,0	6,00
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão com rodagem dupla	2	2,0	12,00
3	Automóvel com semi-reboque, caminhonete com semi-reboque	3	1,5	9,00
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	3,0	18,00
5	Automóvel com reboque e caminhonete com reboque	4	2,0	12,00
6	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	4,0	24,00
7	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	5,0	30,00
8	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	6,0	36,00
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	2	0,5	3,00

RESOLUÇÃO Nº 5.621, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a 9ª Revisão Ordinária, a 10ª Revisão Extraordinária e o Reajuste anual da Tarifa Básica de Pedágio - TBP - do Contrato de Concessão da Rodovia BR-116/SP/PR, trecho São Paulo - Curitiba, explorado pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 226, de 15 de dezembro de 2017 e no que consta dos processos nº 50500.452937/2016-70 e 50500.399595/2017-33;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo VI, Cláusulas 6.26 a 6.42, do contrato de concessão relativo ao Edital nº 001/2007, firmado com a Autopista Régis Bittencourt S.A.;

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério da Fazenda, em cumprimento à Portaria MF nº 118, de 17 de maio de 2002;

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em cumprimento à Portaria DG/ANTT nº 467, de 21 de setembro de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar a 9ª Revisão Ordinária, que altera em consequência a Tarifa Básica de Pedágio de R$ 1,68815 para R$ 1,72828.

Art. 2º Aprovar a 10ª Revisão Extraordinária, que altera em consequência a Tarifa Básica de Pedágio de R$ 1,72828 para R$ 1,70756.

Art. 3º Aprovar o Reajuste, que indicou o percentual positivo de 2,82% (dois inteiros e oitenta e dois centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária;

Art. 4º Alterar, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, antes do arredondamento de R$ 3,01089 para R$ 3,13152; e

Art. 5º Alterar, na forma da tabela anexa, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, de R$ 3,00 (três reais) para R$ 3,10 (três reais e dez centavos), em todas as praças de pedágio.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor a partir de zero hora do dia 29 de dezembro de 2017.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

TABELA DE TARIFAS
Praças P1, P2, P3, P4, P5 e P6

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1	3,10
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2	6,20
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	Simples	1,5	4,65
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	Dupla	3	9,30
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2	6,20
6	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	Dupla	4	12,40
7	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	Dupla	5	15,50
8	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	Dupla	6	18,60
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas motorizadas	2	Simples	0,5	1,55

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 5.622, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a 10ª Revisão Ordinária, a 10ª Revisão Extraordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP do Contrato de Concessão da Rodovia BR-381/MG/SP, trecho Belo Horizonte - São Paulo, celebrado com a Autopista Fernão Dias S/A.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 196, de 15 de dezembro de 2017 e no que consta dos processos nº 50500.419017/2016-40 e 50515.037881/2017-49;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo VI do Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 002/2007, firmado com a Autopista Fernão Dias S.A.;

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério da Fazenda, em cumprimento à Portaria MF nº 118, de 17 de maio de 2002;

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em cumprimento à Portaria DG/ANTT nº 467/2015, de 21 de setembro de 2015, resolve:

Art. 1º Aprovar a 10ª Revisão Ordinária, que altera a Tarifa Básica de Pedágio - TBP de R$ 1,20170 para R$ 1,21565;

Art. 2º Aprovar a 10ª Revisão Extraordinária, que altera a Tarifa Básica de Pedágio de R$ 1,21565 para R$ 1,23525;

Art. 3º Aprovar o Reajuste que indicou o percentual positivo de 2,82% (dois inteiros e oitenta e dois centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária;

Art. 4º Alterar, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R$ 2,14329 para R$ 2,26533;

Art. 5º Alterar, na forma da tabela anexa, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, de R$ 2,10 (dois reais e dez centavos) para R$ 2,30 (dois reais e trinta centavos), nas praças de pedágio P1, em Mairiporã/SP, P2, em Vargem/SP, P3, em Cambuí/MG, P4, em Careaçu/MG, P5, em Carmo da Cachoeira/MG, P6, em Santo Antônio do Amparo/MG, P7, em Carmópolis de Minas/MG, e P8, em Itatiaiuçu/MG.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor a partir da zero hora do dia 19 de dezembro de 2017.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

TABELAS DE TARIFAS

Praças P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1	2,30
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2	4,60
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	Simples	1,5	3,45
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	Dupla	3	6,90
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2	4,60
6	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	Dupla	4	9,20
7	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	Dupla	5	11,50
8	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	Dupla	6	13,80
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas motorizadas	2	Simples	0,5	1,15

RESOLUÇÃO Nº 5.623, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o anexo da Resolução ANTT nº 5.232/16, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento Terrestre do Transporte de Produtos Perigosos.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV-198, de 15 de dezembro de 2017, no que consta do Processo nº 50500.482872/2017-78;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que estabelece, no inciso VII do artigo 22, que constitui esfera de atuação da ANTT o transporte de produtos perigosos em rodovias e ferrovias e, no inciso XIV do artigo 24, que cabe à ANTT, em sua esfera de atuação, como atribuição geral, estabelecer padrões e normas técnicas complementares relativas às operações de transporte terrestre de produtos perigosos; e

CONSIDERANDO a manifestação de parte do setor regulado após a publicação da Resolução ANTT nº 5.581, de 22 de novembro de 2017, e a necessidade de permitir o transporte de produtos perigosos envasados em embalagens homologadas nos modos aéreo ou marítimo entre 16 de dezembro de 2016 e 15 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Alterar o item 1.1.1.3.4 das Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos, anexas à Resolução ANTT nº 5.232, de 16 de dezembro de 2016, conforme redação disponibilizada no endereço eletrônico da ANTT, http://www.antt.gov.br.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 163, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso IV, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, fundamentada no Processo nº 50500.548048/2017-98, resolve:

Art. 1º Homologar a expedição da Licença Complementar nº 44/2017-ANTT, para prestação do serviço regular de transporte rodoviário internacional de passageiros entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil, à EMPRESA DUMAS S.A. referente à operação da linha Cordobá (ARG) - Balneário Camboriu (BR), com fronteira em Paso de Los Libres - Uruguaiana.

Parágrafo único. O prazo de vigência da referida licença é até 31 de dezembro de 2018, com base no Documento de Idoneidade nº P001/2017, expedido pela Secretaria de Gestão de Transportes da República Argentina; no Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre - ATIT; na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; no Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e nos Acordos Bilaterais Brasil/Argentina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISMAEL SOUZA SILVA



Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

EXTRATO DA ATA DA 219ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Início: 10h08.

Presidência: Ronaldo Curado Fleury. Presentes os Senhores Conselheiros: Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente), Sandra Lia Simón, Júnia Soares Nader, Manoel Jorge e Silva Neto, Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, André Luís Spies e Luiz Eduardo Guimarães Bojart (Secretário ad hoc). Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. Presentes o Corregedor-Geral do MPT Maurício Correia de Mello, o Ouvidor do MPT Rogério Rodriguez Fernandez Filho e a Vice-Presidente da ANPT Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro.

Deliberações:

01 PAD nº 2.00.000.027378/2016-15.

Interessada: Corregedoria do MPT.

Acusado: Membro do MPT.

Advogados: André de Carvalho Pagnoncelli - OAB/MS 7.587 e Mônica Mello Miranda - OAB/MS 7088.

Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pelo arquivamento do processo administrativo disciplinar instaurado contra o Procurador do Trabalho Cícero Rufino Pereira, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Declarou impedimento o Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart. Fez sustentação oral, pelo acusado, o advogado André de Carvalho Pagnoncelli - OAB/MS 7.587/B. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo.

02 - PGEA nº 002923.2017.00.900/0. (Anexos: PGEA 017442.2017.00.900/7 PGEA 000923.2017.12.900/9 - >d - H/10<PGEA nº 000752.2017.22.900/0 e PGEA 17436.2017.00.900/0).

Interessados: Câmara de Coordenação e Revisão; André Luís Spies (Subprocurador-Geral do Trabalho); Sílvia Maria Zimmermann (Procuradora Regional do Trabalho) e Marco Aurélio Lustosa Caminha (Procurador Regional do Trabalho) e Andrea Isa Rípoli (Subprocuradora-Geral do Trabalho).

Assunto: Indicação de membro titular para compor CCR/MPT, para complementação de mandato que se encerra em 02/09/2018, em razão de renúncia do Dr. André Luís Spies e indicação de membros-suplentes para 1ª e 3ª Sub-Câmaras de Coordenação e Revisão, em razão da renúncia da Dra. Sílvia Maria Zimmermann e do pedido de desligamento do Dr. Marco Aurélio Lustosa Caminha e do pedido de renúncia do mandato da CCR da Dra. Andrea Isa Rípoli.

Decisão anterior: Adiada a indicação para a próxima sessão. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho indicou, à unanimidade, a Subprocuradora-Geral do Trabalho MARIA APARECIDA GUGEL, para compor a Câmara de Coordenação e Revisão do MPT, como membro titular, para complementação de mandato até 02/09/2018, em virtude de renúncia do Dr. André Luís Spies. Em seguida, o Conselho Superior, por maioria, indicou o Procurador Regional do Trabalho ANDRÉ LACERDA, na condição de membro suplente, para compor a 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão, para complementação de mandato, em razão de renúncia da Dra. Silvia Maria Zimmermann, vencido o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto, que votou na Procuradora Regional do Trabalho Mariane Josviak. Na sequência, por maioria, indicou o Procurador do Trabalho RODRIGO DE LACERDA CARELLI, na condição de membro suplente, para compor a 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão, para complementação de mandato, em virtude do pedido de desligamento do Dr. Marco Aurélio Lustosa Caminha, vencidas as Conselheiras Júnia Soares Nader e Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, que votaram na Procuradora Regional do Trabalho Mariane Josviak. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

03 PGEA nº 004316.2017.00.900/2.

Proponente: Ronaldo Curado Fleury Procurador-Geral do Trabalho.

Assunto: Proposta de alteração da Resolução nº 135/2016, dispõe sobre a emissão de certidão eletrônica de regularidade do serviço pela Corregedoria do Ministério Público do Trabalho.

Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

Decisão anterior: Após votar a Conselheira Relatora no sentido de alterar a redação dos artigos 2º, I e II, e 3º da Resolução CSMPT nº 135/2016, pediu vista regimental a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Sandra Lia Simón e Manoel Jorge e Silva Neto. CSMPT, 189ª Sessão Extraordinária, 20/04/2017.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, pediu vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. O proferimento do voto vista da Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos foi adiado para a próxima sessão. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas. CSMPT, 215ª Sessão Ordinária, 31/08/2017.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, após o voto vista da Conselheira Edelamare Barbosa Melo, que acompanhou o voto da Conselheira Relatora, permanece com vista regimental a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, ante a sua ausência justificada. Ausentes, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury e a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. CSMPT, 216ª Sessão Ordinária, 28/09/2017.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, após o voto vista da Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos divergindo parcialmente do voto da Conselheira Relatora, pediu vista regimental o Conselheiro Luís Eduardo Guimarães Bojart. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 217ª Sessão Ordinária, 26/10/2017.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, pediu vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. O proferimento do voto vista do Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart foi adiado para a próxima sessão. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.

Decisão: Prossegue com a vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

04 PGEA nº 002478.2017.00.900/2.

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Pedidos de revisão da Resolução CSMPT nº 133/2016 e apresentação de consultas.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Decisão anterior: Após votar a Conselheira Relatora no sentido de alterar a Resolução CSMPT nº 133/2016, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho inicialmente decidiu, à unanimidade, alterar, nesta assentada, o artigo 26 da Resolução CSMPT nº 133/2017, cujo dispositivo passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 26. Os servidores e estagiários alocados nos ofícios substituídos ficarão, durante o período de afastamento, vinculados ao membro designado para atuar em substituição, exceto em caso de convocações feitas para a Câmara de Coordenação e Revisão." Em seguida foi concedida vista regimental à Conselheira Edelamare Barbosa Melo. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.

Decisão: Prossegue com a vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

05 PGEA nº 002479.2017.00.900/8.

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Consultas, pedidos de esclarecimentos e de revisão da Resolução CSMPT nº 132/2016 e apresentação de consultas.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Decisão anterior: Após votar a Conselheira Relatora no sentido de alterar a Resolução CSMPT nº 132/2016, pediram vistas regimentais sucessivas os Conselheiros Edelamare Barbosa Melo, Ronaldo Curado Fleury e Luiz Eduardo Guimarães Bojart. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.

Decisão: Prossegue com a vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

06 PGEA nº 000231.2017.99.900/7 (Anexo: PGEA nº 000761.2017.99.900/0).

Interessado: Corregedoria do MPT.

Assunto: Proposta de nova resolução sobre o procedimento de avaliação para o cumprimento do estágio probatório dos Procuradores do Trabalho.

Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, aprovar e editar Resolução nº 148, de 14/12/2017, que dispõe sobre o procedimento para avaliação do cumprimento das condições do estágio probatório dos Procuradores do Trabalho, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo.

07 PGEA nº 004211.2017.02.900/0.

Interessado: Ailton Vieira dos Santos Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de dissertação de mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se favoravelmente pela autorização do afastamento do Procurador do Trabalho Ailton Vieira dos Santos, no período de 19.02.2018 a 18.05.2018, para elaboração de dissertação do curso de Mestrado Acadêmico em Direito ministrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo.

08 PGEA nº 016629.2017.00.900/3 (Ad referendum Portarias PGT nºs 1830/2017 e 1832/2017).

Interessados: Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto (Procurador Regional do Trabalho) e Thiago Gurjão Alves Ribeiro (Procurador do Trabalho).

Assunto: Requerimento de afastamento para participação de reunião com representantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, em Montevidéu/Uruguai.

Relator: Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, à unanimidade, decidiu referendar o deferimento do pedido de afastamento, nos termos do voto do Conselheiro Relator, com ressalva de fundamentação dos Conselheiros Sandra Lia Simón, Júnia Soares Nader, Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, André Luís Spies, Luiz Eduardo Guimarães Bojart e do Presidente Ronaldo Curado Fleury, quanto ao último parágrafo do voto do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo.

09 PGEA nº 000236.2017.98.900/8.

Interessado: Sob sigilo.

Assunto: Representação disciplinar contra membro do MPT.

Relator: Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela inadmissibilidade de instauração direta de processo administrativo disciplinar, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo.

10 PGEA nº 000164.2017.02.905/0.

Interessada: Andrea da Rocha Carvalho Gondim - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de dissertação de mestrado em Direito do Trabalho na Universidade de São Paulo.

Relator: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se favoravelmente pela autorização do pedido do afastamento da Procuradora do Trabalho Andrea da Rocha Carvalho Gondim, para elaboração de dissertação de mestrado a ser defendida junto à Universidade de São Paulo USP, no período de 05/03/2018 a 04/06/2018, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo.

11 PGEA nº 000459.2017.17.900/2.

Interessados: Estanislau Tallon Bozi e PRT/17ª Região.

Assunto: Alteração da Abrangência da PTM de São Mateus/ES.

Relator: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho.

Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, adiar o julgamento para a próxima sessão, em razão da ausência justificada do Conselheiro Relator. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.

Decisão: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela improcedência do pleito de alteração da abrangência territorial das Procuradorias do Trabalho nos municípios de Colatina/ES e São Mateus/ES, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

12 PGEA nº 000087.2017.18.903/7 (Ad referendum - Portaria PGT nº 1937/2017).

Interessado: Luís Fabiano de Assis Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para participar de reunião e apresentação do Observatório Digital - SMARTLAB de Saúde e Segurança do Trabalho, em Turim, na Itália.

Relator: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho.

Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, adiar o julgamento para a próxima sessão, em razão da ausência justificada do Conselheiro Relator. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.

Decisão: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, julgar prejudicado o pedido de afastamento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

13 PGEA nº 000186.2017.98.900/6 (Processo físico nº 2.00.000.021932/2016-15).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

Assunto: Alteração dos artigos 10 e 11 da Resolução CSMPT nº 69/2007.

Relatora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.

Revisor: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho.

Decisão anterior: Adiado o julgamento do feito para próxima sessão extraordinária, em razão da ausência justificada da Conselheira Revisora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Sandra Lia Simón e Manoel Jorge e Silva Neto. CSMPT, 189ª Sessão Extraordinária, 20/04/2017.

Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, adiar o julgamento para a próxima sessão, em razão da ausência justificada do Conselheiro Revisor. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.

Decisão: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, adiar o julgamento para a próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira Relatora. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

14 PGEA nº 017400.2017.00.900/6 (Ad referendum Portaria PGT nº 1933/2017).

Interessado: Thiago Gurjão Alves Ribeiro Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de Afastamento para participar do Foro España - Américas: El Rol de la Sociedad Civil para la Eliminación Sostenida del Trabajo Infantil y la Protección del Adolescente Trabajador, em Sevilla.

Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, adiar o julgamento para a próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira Relatora. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, adiar o julgamento para a próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira Relatora. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

15 PGEA nº 000864.2017.99.900/7.

Interessado: Corregedoria do MPT.

Assunto: Proposta de ampliação de ofícios na PTM de São Bernardo do Campo/SP.

Relatora: Conselheira Júnia Soares Nader.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pelo encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral do Trabalho, para que se manifeste sobre a conveniência e oportunidade da ampliação de ofícios na Procuradoria do Trabalho do Município de São Bernardo do Campo, com posterior oitiva deste Conselho Superior, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo.

16 PGEA nº 002047.2017.00.900/9 Anexo: PGEA 017036.2017.00.900/4 (Ad referendum Portaria PGT nº 1.888, de 26/10/2017).

Interessado: Ricardo José Macedo de Britto Pereira Subprocurador-Geral do Trabalho.

Assunto: Pedido de suspensão de seu afastamento, referente ao curso Máster of Law da Universidade de Syracuse, em Nova Iorque, EUA, para participar do Congresso Internacional de Direito do Trabalho e Previdência Social, em Brasília/DF.

Relator: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, referendar a Portaria PGT nº 1.888, de 26/10/2017, que autorizou "a suspensão do afastamento do País e de suas funções institucionais, no período de 6 a 12 de novembro de 2017, incluído o trânsito, com ônus limitado, do Subprocurador-Geral do Trabalho Ricardo José Macedo de Britto Pereira, para participar do Congresso Internacional de Direito do Trabalho e Previdência Social, em Brasília/DF", nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo.

17 PGEA nº 000925.2017.19.900/8.

Interessado: Victor Hugo Fonseca Carvalho Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para frequentar Curso de Pós-graduação stricto sensu - Doutorado em Direito do Trabalho na Universidade de São Paulo, subárea Direito e Processo do Trabalho Contemporâneo.

Relator: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se pela autorização do pedido de afastamento do Procurador do Trabalho Victor Hugo Fonseca Carvalho para frequentar o Curso de Pós-graduação stricto sensu Doutorado em Direito do Trabalho na Universidade de São Paulo, subárea Direito e Processo do Trabalho Contemporâneo, no período de 01/03/2018 a 30/06/2018, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo.

18 PGEA nº 000184.2017.98.900/3 - (Processo físico nº 2.00.000.022459/2016-29).

Interessado: Procuradoria-Geral do Trabalho.

Assunto: Proposta de resolução para designar Membros para sessões junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Revisora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.

Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão extraordinária, em razão da ausência justificada da Conselheira revisora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 186ª Sessão Extraordinária, 28/11/2016.

Decisão anterior: Adiado o julgamento do feito para próxima sessão extraordinária. CSMPT, 187ª Sessão Extraordinária, 15/12/2016.

Decisão anterior: Adiado o julgamento do feito para próxima sessão extraordinária, em razão da ausência justificada da Conselheira Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Sandra Lia Simón e Manoel Jorge e Silva Neto. CSMPT, 189ª Sessão Extraordinária, 20/04/2017.

Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, converter o julgamento em diligência, para ouvir o Coordenador da COI Coordenadoria de Órgão Interveniente, Subprocurador-Geral do Trabalho Luiz da Silva Flores. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT).

Decisão: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, inicialmente, acolhendo proposta do Procurador-Geral do Trabalho, decidiu, por maioria, pela suspensão provisória de indicação de Membros Titulares da CCR/MPT para atuar em sessões do TST, até o julgamento definitivo deste feito, vencidos os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Cristina soares de Oliveira e Almeida Nobre. Em seguida, adiou-se a apreciação da proposta de resolução para a próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira Revisora. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

19 PGEA nº 000099.2017.18.903/0 e Anexo: PGEA nº 000101.2017.18.903/0 (Ad referendum Portarias PGT nºs 1985/2017 e 2012/2017).

Interessado: Luís Fabiano de Assis - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para participar da IV Global Conference on the Sustained Eradication of Child Labour, em Buenos Aires/Argentina.

Relator: Conselheiro André Luís Spies.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, referendar o afastamento deferido pelas Portarias PGT nºs 1985/2017 e 2012/2017, pelo período de 13 a 16 de novembro 2017, incluído o trânsito, com ônus para o MPT, do Procurador do Trabalho Luís Fabiano de Assis, para participar da IV Global Conference on the Sustained Eradication of Child Labor, em Buenos Aires Argentina, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo.

20 PGEA nº 000196.2017.02.903/0.

Interessado: Rodrigo Lestrade Pedroso - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de Dissertação do Curso "Master en Derecho Constitucional" oferecido pela Universidad de Sevilla/Espanha.

Relator: Conselheiro André Luís Spies.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se pelo deferimento do afastamento para redação de dissertação como trabalho final do curso "Master em derecho Constitucional", para cujo acompanhamento o peticionário já está autorizado a cursar presencialmente, na Espanha (Portaria PGT nº 1767/2017, relacionada com o período de 13.01 a 09.05.2018), no período requisitado, a saber, de 21.05.2018 a 21.08.2017, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo.

21 - Extrapauta PGEA nº 003313.2017.09.900/6

Interessado: Iros Reichmann Losso Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para frequentar o Curso de aperfeiçoamento "O TRABALHO NA ERA GLOBAL: dumping social, previdência e direitos humanos", em Roma e Estrasburgo, no período de 21 a 31 de maio de 2018, em Roma, Itália, e em Estrasburgo, França.

Relator: Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se pela autorização do afastamento para participar do curso "O TRABALHO NA ERA GLOBAL: DUMPING SOCIAL, PREVIDÊNCIA E DIREITOS HUMANOS", promovido pela Università Degli Studi di Roma Tor Vergata, no período de 21 a 31/5/2018, em Roma/Itália e Estrasburgo/França, incluindo-se trânsito de dois dias antes do início e dois dias após o seu término, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo.

Término: 12h38.

RONALDO CURADO FLEURY
Presidente do Conselho

LUÍS EDUARDO GUIMARÃES BOJART
Conselheiro Secretário ad hoc do Conselho

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA SAÚDE

PORTARIA Nº 8, DE 13 DE DEZEMBRO 2017

A Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 3ª PROSUS, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.041459/17-70, que tem como interessado: PMH - Produtos Médicos Hospitalares LTDA. e SES/DF. Dispensa de Licitação nº 116/2017 - SES/DF. Possível improbidade administrativa.

FERNANDA DA CUNHA MORAES
Promotora de Justiça

Defensoria Pública da União

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 1.092, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 7º e 8º, incisos I e XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994,

Considerando o Decreto 9.185, de 1º de novembro de 2017, que altera o Decreto 6.114 de 15 de maio de 2007, que regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC;

Considerando a ausência de correspondência entre os elementos do Anexo I e II da Portaria 367 de 10 de março de 2017;

Considerando a existência de referências desatualizadas no texto da Portaria 367 de 10 de março de 2017;

Considerando a necessidade de se dispor acerca do pagamento da GECC para a elaboração e revisão de material multimídia, sobretudo, para o desenvolvimento da ações de educação a distância;

Considerando ser a ciência ou a anuência critérios que vinculam a possibilidade de prestação do serviço e não o seu pagamento;

Considerando a necessidade de uniformização da terminologia usada na Portaria 367 de 10 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Os artigos 3º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10, 11, 14, 19, 20, 23 e 26 e o Anexo I passam a vigorar com seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

II - .....

d) elaboração e revisão de material multimídia;

....." (NR)

(...)

"Art. 5º .....

I - elaboração de material didático: criação ou seleção e organização, com os ajustes e referências necessários, de conteúdo educacional adequado às ações educacionais;

II - .....

III - revisão de material didático: atualização, correção de impropriedades ou ajuste de conteúdo necessário por força de atos ou de fatos transcorridos desde a elaboração do material didático, desde que não caracterizada a ampliação do conteúdo abordado.

....." (NR)

"Art. 6º .....

I - convocar formalmente o conteudista, instrutor ou tutor cadastrado no Banco de Talentos e selecionado para ministrar a ação de treinamento, desenvolvimento e educação, com prazo previamente estabelecido:

.....

b) caso a anuência não seja apresentada, a ESDPU convocará o próximo conteudista, instrutor ou tutor cadastrado e selecionado.

II - coordenar o desenvolvimento e a realização da ação educacional, do ponto de vista pedagógico, executivo e logístico, orientando o conteudista, instrutor ou tutor quanto ao conteúdo programático, à forma de apresentação e discussão dos temas e o tempo disponível;

....." (NR)

(...)

"Art. 8º .....

.....

II - o período previsto para o desenvolvimento de materiais didáticos, o período previsto para a realização da ação educacional ou o período previsto para a realização das atividades relacionadas a concursos, conforme o caso;

.....

V - .....

a) o valor da gratificação pelo tipo de ação, conforme Anexo I desta Portaria;

.....

VI - a declaração de conhecimento das condições e responsabilidades para o recebimento da gratificação constantes no art. 9, bem como das sanções previstas no art. 12 desta Portaria;

.....

Parágrafo único. A participação em atividade que enseje o recebimento da GECC está condicionado ao registro, em caso de servidor, da anuência da chefia, e, em caso de defensor, da ciência do Chefe da Unidade ou do Defensor Público-Geral Federal." (NR)

"Art. 9º.....

.....

III - .....

c) realização das alterações recomendadas pela ESDPU ou pela área proponente no sentido de adequar o material ao padrão institucional, às finalidades e à modalidade da ação educacional;

d) revisão, pelo período de dois anos, do material didático, sem direito a nova remuneração;

.....

f) suporte pedagógico do conteúdo produzido, a tutores ou instrutores pelo período de até 2 anos, sem direito a nova remuneração;

g) cessão à ESDPU ou à área proponente dos direitos patrimoniais de voz e imagem referentes aos materiais didáticos produzidos, ainda que sem exclusividade.

....."(NR)

"Art. 10 .....

I - ao autor, por até duas vezes no período de dois anos contados do atesto pela ESDPU da aprovação do material encaminhado, caso em que não será remunerada;

II - preferencialmente, ao autor, após dois anos do início da ação educacional que ensejou sua elaboração, situação em que será remunerada e que se aplicará o compromisso constante no art. 11;

.....

Parágrafo único. Uma vez solicitada a revisão do material didático, nos termos do inciso I, o autor terá o prazo de 6 meses para a entrega do material revistado, sob pena de devolução de 25% do valor recebido como conteudista pela elaboração do material. (NR)

"Art. 11 A cessão à ESDPU ou à área proponente dos direitos patrimoniais prevista no § Art. 9º, III, "e" e "g":

.....

II - o direito de uso, pela ESDPU ou pela área proponente, na íntegra, em partes ou em compilação com outros materiais, de reprodução, de distribuição gratuita, de alteração de formato ou qualquer outra forma de utilização, para fins de ações educacionais, desde que não signifique deturpação ou descaracterização e não ofenda os direitos morais do autor;

....." (NR)

(...)

"Art. 14 .....

.....

§ 2º A quantidade de horas trabalhadas a ser considerada, para fins da GECC, conforme atividades elencadas no art. 3º desta Portaria, será equivalente a:

I - a carga horária da ação educacional para atuação como:

a) instrutor ou tutor, nos termos do art.3º, I;

b) conteudista, nos termos do art. 3º, II, a;

c) coordenador pedagógico, nos termos do art. 3º, III;

II - a metade da carga horária para:

1.adaptação e revisão de material didático preexistente;

III- o dobro das horas do vídeo editado até a metade da carga horária prevista para a ação para a elaboração e revisão de material multimídia, nos termos do art. 3º, II, d;

IV - a carga horária da ação no caso de atuação como moderador, organizador ou compilador de conteúdo em grupos de pesquisa, comunidades de prática ou fóruns de aprendizagem formalmente constituídos, nos termos do art. 3º, IV;

V - as horas comprovadamente trabalhadas para as atividades previstas no art.3º, V, VI e VII.

§ 3º Nos casos em que a ação for proposta ou promovida pela ESDPU, o pagamento da GECC dependerá de disponibilidade orçamentária e prévia autorização da Direção da ESDPU." (NR)

"Art. 19 O pagamento de GECC não poderá ser superior ao equivalente a cento e vinte horas anuais, salvo situação excepcional, devidamente justificada aprovada pelo Defensor Público-Geral Federal ou pelo Diretor-Geral da ESDPU, que poderão autorizar o acréscimo de até cento e vinte horas anuais." (NR)

"Art. 20 .....

.....

III - nos casos em que o Diretor-Geral da Escola entender necessário." (NR)

(...)

"Art. 23 O pagamento de GECC a servidores públicos federais de outros órgãos segue o disposto nesta Portaria." (NR)

(...)

" Art. 26 Aplicam-se, subsidiariamente às disposições deste regulamento, o art. 76-A da Lei nº 8.112/1990, o Decreto 5.707/2006, o Decreto 6.114/2007 e o Decreto 9.185/2017." (NR)

Art. 2º Revogam-se o parágrafo único do art. 16 e os Anexos II e III.

Art. 3º O valor da GECC das contratações realizadas antes da publicação desta Portaria continua a ter como percentual máximo aqueles estipulados no Anexo I da Portaria 367 de 10 de março de 2017 ou respectivos Editais de seleção da DPU.

EDSON RODRIGUES MARQUES

ANEXO I

Tabela de percentuais da gratificação por encargo de curso ou concurso a ser paga pela Defensoria Pública da União em cumprimento ao disposto no art. 76-a da Lei 8.112/90, conforme os parâmetros regulamentares fixados pelo Decreto nº 6.114/07, alterado pelo Decreto nº 9.185, de 2017.

ATIVIDADES DESCRITAS NO DECRETO		ATIVIDADES REALIZADAS NA ESDPU	
Instrutoria em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento para servidores		Instrutoria em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento para servidores	
ATIVIDADE	PERCENTUAIS MÁXIMOS POR HORA TRABALHADA	ATIVIDADE	PERCENTUAIS MÁXIMOS POR HORA TRABALHADA
Instrutoria em curso de formação de carreiras	Até 1,47	Instrutoria em curso de formação de carreiras	Até 1,47
Instrutoria em curso de desenvolvimento e aperfeiçoamento	Até 1,47	Instrutoria em curso de desenvolvimento e aperfeiçoamento	Até 1,47
Instrutoria em curso de treinamento	Até 0,97	Instrutoria em curso de treinamento	Até 0,97
Tutoria em curso a distância	Até 0,97	Tutor	Até 0,97
Instrutoria em curso gerencial	Até 1,47	Instrutoria em curso gerencial	Até 1,47
Instrutoria em curso de pós-graduação	Até 1,47	Não há correspondência	
Orientação de monografia	Até 1,47	Não há correspondência	
Instrutoria em curso de educação de jovens e adultos	Até 0,50	Não há correspondência	
Coordenação técnica e pedagógica	Até 0,97	Coodernador Pedagógico	Até 0,97
Elaboração de material didático	Até 0,97	Conteudista	Até 0,97
Elaboração de material multimídia para curso a distância	Até 1,47	Conteudista	Até 1,47
Atividade de conferencista e de palestrante em evento de capacitação	Até 1,47	Conferencista/Palestrante	Até 1,47
Participação em banca examinadora ou em comissão para exame oral, para análise curricular, para correção de prova discursiva, para elaboração de questão de prova ou para julgamento de recurso intentado por candidato		Participação em banca examinadora ou em comissão para exame oral, para análise curricular, para correção de prova discursiva, para elaboração de questão de prova ou para julgamento de recurso intentado por candidato	
Exame oral	Até 1,37	Exame oral	Até 1,37
Análise curricular	Até 0,80	Análise curricular	Até 0,80
Correção de prova discursiva	Até 1,47	Correção de prova discursiva	Até 1,47
Elaboração de questão de prova	Até 1,47	Elaboração de questão de prova	Até 1,47
Julgamento de recurso	Até 1,47	Julgamento de recurso	Até 1,47
Prova prática	Até 1,47	Prova prática	Até 1,47
Análise crítica de questão de prova	Até 1,47	Análise crítica de questão de prova	Até 1,47
Julgamento de concurso de monografia	Até 1,47	Julgamento de concurso de monografia	Até 1,47
Logística de preparação e de realização de curso, de concurso público ou de exame vestibular - planejamento, coordenação, supervisão ou execução		Logística de preparação e de realização de curso, de concurso público ou de exame vestibular - planejamento, coordenação, supervisão ou execução	
Planejamento	Até 0,80	Planejamento	Até 0,80
Coordenação	Até 0,80	Coordenação	Até 0,80
Supervisão	Até 0,60	Supervisão	Até 0,60
Execução	Até 0,50	Execução	Até 0,50
Aplicação, fiscalização ou supervisão de prova de exame vestibular ou de concurso público		Aplicação, fiscalização ou supervisão de prova de exame vestibular ou de concurso público	
Aplicação	Até 0,30	Aplicação	Até 0,30
Fiscalização	Até 0,60	Fiscalização	Até 0,60
Supervisão	Até 0,80	Supervisão	Até 0,80

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 68, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a filiação de magistrados da Justiça Federal da 2ª Região aos regimes previdenciários e a apresentação de certidões de tempo de contribuição e serviço.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, o VICE-PRESIDENTE e a CORREGEDORA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais

CONSIDERANDO as regras do Regime de Previdência da União (RPU) instituídas pelo artigo 40, § 14, da Constituição da República, na redação da Emenda Constitucional nº 20-1998, observado o disposto no artigo 4º, da Lei nº 10.887-2004 (na redação da Medida Provisória nº 805-2017) e no artigo 3º, I, da Lei nº 12.618-2012;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Conjunta STF-MPF nº 1-2015, de 23.06.2015, e o teor do Enunciado n° 159 da Súmula do Tribunal de Contas da União;

CONSIDERANDO a decisão administrativa do Supremo Tribunal Federal, em sessão de 29.11.2017, divulgada no portal eletrônico daquela Corte, reconhecendo que servidores oriundos de Estados, Distrito Federal e de Municípios que ingressaram nos quadros do Supremo Tribunal Federal, depois da criação do Regime Complementar de Previdência dos servidores públicos, têm direito ao Regime Previdenciário Próprio anterior, sem limitação ao teto do Regime Geral de Previdência Social, quando tenham sido titulares de cargos efetivos nos entes federativos, sem descontinuidade no serviço público, resolvem, ad referendum do Órgão Especial:

Art. 1º. Os Juízes Federais Substitutos da Justiça Federal da 2ª Região, a partir do ingresso no cargo, serão filiados ao Regime de Previdência da União (RPU), com aplicação do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de acordo com o artigo 40, § 14, da Constituição da República, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20-1998, observado o disposto no artigo 4º da Lei nº 10.887-2004, na redação dada pela Medida Provisória nº 805-2017, e no artigo 3º, I, da Lei nº 12.618-2012.

§ 1º. Poderão permanecer filiados ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores titulares de cargos efetivos da União (RPU) e do Regime de Previdência Complementar (RPC) vigentes desde 14.10.2013, os Juízes Federais Substitutos que, no prazo de 10 (dez) dias da posse, comprovarem a filiação a regime previdenciário anterior, com pagamento de contribuição social sobre a totalidade da base de contribuição até a véspera do ingresso na magistratura da Justiça Federal da 2ª Região, sem solução de continuidade, mediante certidão do Órgão Público a que estavam vinculados.

§ 2º. Em caráter provisório, até ulterior normatização da matéria pelo Conselho da Justiça Federal, aplica-se o disposto no § 1º deste artigo aos Juízes Federais Substitutos que comprovarem filiação a Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores titulares de cargos efetivos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com pagamento de contribuição social sobre a totalidade da base de contribuição até véspera do ingresso na magistratura da Justiça Federal da 2ª Região, sem solução de continuidade.

§ 3º. A certidão comprobatória da filiação e regime previdenciário anterior, de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo, deverá ser apresentada no original ou cópia legível autenticada, para arquivamento físico na pasta de assentamentos funcionais, sem prejuízo da remessa prévia de cópia digitalizada do men-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

cionado documento para o correio eletrônico institucional do Núcleo da Magistratura (numag@trf2.jus.br).

Art. 2º. Por ocasião da posse, os Juízes Federais Substitutos deverão assinar a ficha de inscrição ou termo de oferta referentes ao Regime de Previdência Complementar (RPC) - JUSMP-FUNPRESP-JUD, de acordo com o artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Resolução Conjunta STF-MPU nº 1-2015, de 23.06.2015.

§ 1º. Os formulários aludidos no caput serão disponibilizados aos Juízes Federais por meio do correio eletrônico cadastrado na Secretaria da Comissão do XVI Concurso Público para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto da 2ª Região.

§ 2º. Caso o Juiz Federal Substituto se recuse a assinar o termo de oferta, o fato deverá ser registrado pelo responsável pela recepção do formulário, com a assinatura de pelo menos duas testemunhas, nos termos do artigo 4º, § 4º, da Resolução Conjunta STF-MPU nº 1-2015.

§ 3º. O Juiz Federal Substituto será inscrito automaticamente no Regime de Previdência Complementar (RPC) se houver recusa à assinatura do termo de oferta mencionado no caput deste artigo, sem prejuízo de posterior cancelamento da inscrição, a pedido, de acordo com o artigo 1º, §§ 2º e 3º, da Lei nº 12.618-2012, na redação dada pela Lei nº 13.183-2015.

Art. 3º. Para averbação do tempo de contribuição e serviço de magistrados anterior ao ingresso na magistratura federal da 2ª Região, serão exigidos os seguintes documentos:

I - No caso de serviço público federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, certidão fornecida por cada órgão público com o qual tenha havido vínculo funcional, nos moldes estabelecidos pela Resolução nº 190-2012-CJF, artigos. 1º e 2º, que remete à Portaria MPS nº 154-2008, no original ou cópia legível autenticada, para arquivamento físico na pasta de assentamentos funcionais.

II - No caso de atividade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social, certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, de acordo com o artigo 3º da Resolução CJF nº 331-2003, exclusivamente no original, para instrução do processo de futura aposentadoria, nos termos do Enunciado nº 159 da Súmula do Tribunal de Contas da União.

Art. 4º. Aplicam-se as disposições desta Resolução aos Desembargadores Federais deste Tribunal nomeados em vagas destinadas a Advogados e Membros do Ministério Público Federal, na forma do artigo 94 da Constituição da República.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

ANDRÉ FONTES
Presidente do Tribunal

GUILHERME COUTO DE CASTRO
Vice-Presidente do Tribunal

NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Corregedora Regional da Justiça Federal
da 2ª Região

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 1.143, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o teor do item 12.1 do Edital nº. 01/2015, de abertura das inscrições para o Concurso Público de 2015, bem como o que consta no Processo Administrativo Digital nº. 13.476/2015, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR pelo prazo de 02 (dois) anos, a validade do Concurso Público realizado por este Tribunal, nos termos do Edital nº. 01/2015, homologado pela Resolução TRE-MA nº. 8826, de 17/12/2015, publicada no Diário Oficial da União do dia 21/12/2015, para provimento de cargos efetivos do quadro permanente deste TRE-MA e criação de cadastro de reserva, mediante contrato com o Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul - IESES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21/12/2017.

Des. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 2.761, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Remanejamento de funções comissionadas.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, considerando a Portaria Conjunta n. 60, de 7 de julho de 2017, publicada no Diário de Justiça Eletrônico do dia 17 de julho de 2017, considerando a Portaria Conjunta n. 94, de 26 de outubro de 2017, publicada no Diário de Justiça Eletrônico do dia 17 de novembro de 2017 e tendo em vista o PA n. 8337/2017, resolve:

Art. 1º Remanejar as funções comissionadas abaixo relacionadas, conforme quadro a seguir:

Item	Código FC	Nível, descrição e origem FC	Nível, descrição e destino FC
1	2235	FC-05 de Supervisor da Seção Psicossocial da Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas do DF-VEPEMA.	FC-05 da Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas do DF-VEPEMA.
2	3070	FC-03 da Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas do DF-VEPEMA.	FC-03 de Encarregado do Posto de Serviço Psicossocial da Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas do DF-PSPVEPEMA.
3	4860	FC-03 de Assistente da Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto-VEPERA.	FC-03 de Encarregado do Posto de Serviço Psicossocial da Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto-PSPVEPERA.
4	251	FC-02 de Auxiliar Especializado da Vara de Execuções Penais do DF-VEP.	FC-02 da Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal-SPSVEP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIO MACHADO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

DESPACHO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 1272-2013

Em razão da informação do Senhor Diretor-Geral no doc. 585, torno sem efeito a ratificação constante do doc. 548, publicada no DOU nº 110, Seção 1, de 9.6.2017, pág. 182.

Des. JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA
Presidente do Tribunal

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 192, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a orientação e supervisão de estágios de estudantes de Biblioteconomia e das normas de conduta do Bibliotecário quando em atividade de supervisão de estágio de estudantes de Biblioteconomia.

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, o Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965, com base na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e no Código de Ética Profissional do Bibliotecário,

Considerando que:

O estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para a atividade produtiva de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior e de educação profissional;

O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando, visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho;

O estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma; e o estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, resolve:

Art. 1º - O Estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

Art. 2º - A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o estudante estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso, ser compatível com as atividades escolares em consonância com a legislação vigente.

§ 1º - O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º - Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

§ 3º - Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino.

Art. 3º- A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 4º - O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório, conforme legislação vigente.

Art. 5º - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser usufruído preferencialmente durante suas férias escolares, conforme legislação vigente.

Art. 6º - Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

Art. 7º - O estudante de Biblioteconomia deve buscar experiência no trato dos assuntos relacionados com a gestão, a armazenagem, processamento, recuperação e disseminação das informações durante sua formação acadêmica.

Art. 8º - Os Conselhos Regionais de Biblioteconomia deverão fiscalizar os bibliotecários e os Cursos de Biblioteconomia, presencial e a distância de sua jurisdição sobre a norma de conduta a ser observada pelo profissional, quando em atividade de orientação, acompanhamento e supervisão de estágio de estudante de Biblioteconomia.

Art. 9º - O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino, com respectivo registro no Conselho Regional e por supervisor da parte concedente, com registro, comprovado por vistos nos relatórios de estágios.

Art. 10 - O agente de educação e coordenador do curso deve:

a) assegurar-se que o orientador seja um professor com bacharelado em Biblioteconomia;

b) manter permanente supervisão dos procedimentos realizados por estudantes de Biblioteconomia no trato com os problemas e soluções bibliotecárias;

c) dar a conhecer aos estudantes de Biblioteconomia todas as implicações éticas dos diferentes procedimentos e das diferentes situações encontradas no trato com a armazenagem, processamento, recuperação e disseminação da informação;

d) dar a conhecer aos estudantes de Biblioteconomia sob sua supervisão, as altas responsabilidades sociais de Bibliotecário como classe e dos Bibliotecários em particular.

Art. 11 - A não observância desta Resolução implicará em sanções previstas no Código de Ética Profissional.do Bibliotecário.

Art. 12 - As infrações e penalidades a serem julgadas e aplicadas pelos Conselhos são as previstas na legislação vigente, no Código de Ética Profissional do Bibliotecário e nas demais Resoluções do CFB.

§1º - Na aplicação de penalidades, poderá, cumulativamente, ser agregada a pena pecuniária de 1 (um) a 50 (cinquenta) vezes o valor da anuidade de pessoa física ou jurídica em vigor, nos termos da Resolução que à época regulamentar o assunto.

§2º - Considerada a gravidade da infração cometida e a sua reincidência, os profissionais estarão sujeitos às penalidades que seguem a seguinte escala gradativa: advertência reservada; advertência em sessão plenária; censura pública; suspensão do registro profissional; cassação do registro; e multa.

Art. 13 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e especificamente a Resolução nº 152/1976.

RAIMUNDO MARTINS DE LIMA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 193, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a Proposta Orçamentária do Exercício Financeiro de 2018, do Conselho Federal de Biblioteconomia.

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n. 4.084, de 30 de junho de 1962 e o Decreto n. 56.725 de 16 de agosto de 1965, assim como decisão de Reunião Plenária de 12 de dezembro de 2017, resolve:

Art.1º - Aprovar a Proposta Orçamentária do Conselho Federal de Biblioteconomia, para o exercício financeiro de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CFB

Receita em R$	Despesa em R$
Receitas Correntes 2.014.950,00	Despesas Correntes 1.987.397,00
	Despesas de Capital 27.553,00
Receitas de Capital 0,00	
Total Geral 2.014.950,00	Total Geral 2.014.950,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação.

RAIMUNDO MARTINS DE LIMA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 194, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova as Propostas Orçamentárias do Exercício Financeiro de 2018, dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 10ª, 11ª, 13ª, 14ª e 15ª Região.

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n. 4.084, de 30 de junho de 1962 e o Decreto n. 56.725 de 16 de agosto de 1965, assim como decisão de Reunião Plenária de 12 de dezembro de 2017, resolve:

Art.1º - Aprovar as Propostas Orçamentárias dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, para o exercício financeiro de 2018.

CRB-1

Receita em R$	Despesa em R$
Receitas Correntes 587.459,09	Despesas Correntes 587.459,09
Receitas de Capital 0,00	Despesas de Capital 0,00
Total Geral 587.459,09	Total Geral 587.459,09

CRB-2

Receita em R$	Despesa em R$
Receitas Correntes 415.507,30	Despesas Correntes 406.707,30
Receitas de Capital 0,00	Despesas de Capital 8.800,00
Total Geral 415.507,30	Total Geral 415.507,30

CRB-3

Receita em R$	Despesa em R$
Receitas Correntes 544.818,00	Despesas Correntes 505.818,00
Receitas de Capital 1.000,00	Despesas de Capital 40.000,00
Total Geral 545.818,00	Total Geral 545.818,00

CRB-4

Receita em R$	Despesa em R$
Receitas Correntes 260.000,00	Despesas Correntes 259.500,00
Receitas de Capital 0,00	Despesas de Capital 500,00
Total Geral 260.000,00	Total Geral 260.000,00

CRB-5

Receita em R$	Despesa em R$
Receitas Correntes 458.303,59	Despesas Correntes 452.003,59
Receitas de Capital 0,00	Despesas de Capital 6.300,00
Total Geral 458.303,59	Total Geral 458.303,59

CRB-6

Receita em R$	Despesa em R$
Receitas Correntes 1.228.278,00	Despesas Correntes 1.203.278,00
	Despesas de Capital 25.000,00
Receitas de Capital 0,00	
Total Geral 1.228.278,00	Total Geral 1.228.278,00

CRB-7

Receita em R$	Despesa em R$
Receitas Correntes 1.200.000,00	Despesas Correntes 1.194.000,00
	Despesas de Capital 6.000,00
Receitas de Capital 0,00	
Total Geral 1.200.000,00	Total Geral 1.200.000,00

CRB-10

Receita em R$	Despesa em R$
Receitas Correntes 534.800,00	Despesas Correntes 531.800,00
Receitas de Capital 0,00	Despesas de Capital 3.000,00
Total Geral 534.800,00	Total Geral 534.800,00

CRB-11

Receita em R$	Despesa em R$
Receitas Correntes 267.547,50	Despesas Correntes 268.352,50
Receitas de Capital 11.902,50	Despesas de Capital 11.097,50
Total Geral 279.450,00	Total Geral 279.450,00

CRB-13

Receita em R$	Despesa em R$
Receitas Correntes 282.400,00	Despesas Correntes 281.050,00
Receitas de Capital 3.950,00	Despesas de Capital 5.300,00
Total Geral 286.350,00	Total Geral 286.350,00

CRB-14

Receita em R$	Despesa em R$
Receitas Correntes 415.000,00	Despesas Correntes 400.000,00
Receitas de Capital 0,00	Despesas de Capital 15.000,00
Total Geral 415.000,00	Total Geral 415.000,00

CRB-15

Receita em R$	Despesa em R$
Receitas Correntes 412.000,00	Despesas Correntes 400.000,00
Receitas de Capital 0,00	Despesas de Capital 12.000,00
Total Geral 412.000,00	Total Geral 412.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação.

RAIMUNDO MARTINS DE LIMA - CRB-11/039
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.183, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2017
(Publicada no DOU de 14-12-2017)

ANEXO(*)

INSERIR IMAGEM 1

(*)Publicado nesta data por ter sido omitido no DOU nº 239, de 14/12/2017, Seção 1, página 207.

RESOLUÇÃO Nº 1.199, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova registro de Título de Especialista.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, alínea "f", da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinado com o §2º, artigo 8º, da Resolução CFMV nº 935, de 10 de dezembro de 2009,

Considerando a documentação contida no PA CFMV nº 3286/2017;

Considerando a decisão proferida na LIII Sessão Ordinária da Segunda Turma Recursal do CFMV, realizada no dia 19 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o parecer conclusivo do CRMV-MG que defere o pedido de registro do Título de Especialista em Patologia Veterinária concedido pela Associação Brasileira de Patologia Veterinária (ABPV) ao médico veterinário Geovanni Dantas Cassali (CRMV-MG nº 4275).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº 1.238, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Alterar o artigo 5º, alterar os parágrafos 4º, 9º, e 10 do artigo 6º, acrescentar o parágrafo 12 no artigo 6º; acrescentar da Subseção VII à seção I o artigo 18, renumerando os artigos 18 e seguintes, alterar os incisos VII e IX do artigo 13, acrescentar os incisos XXIX, XXX e XXXI no artigo 19, alterar os artigos 37 e 38 da Resolução CRC SP n.º 1.093/2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo e dá outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Artigo 1º - O artigo 5º da Resolução CRC SP nº 1.093/2011 passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 5º - O CRC SP é constituído de: I ÓRGÃO DELIBERATIVO SUPERIOR: a) Plenário. II ÓRGÃOS DELIBERATIVOS ESPECÍFICOS: a) Conselho Diretor; b) Câmara de Política Institucional; c) Câmara de Recursos; d) Câmara de Recursos de Ética e Disciplina; e) I, II e III Câmaras de Fiscalização; f) I, II e III Câmaras de Ética e Disciplina; g) Câmara de Registro. h) Câmara de Controle Interno; i) Câmara de Desenvolvimento Profissional; III ÓRGÃOS CONSULTIVOS: a) Conselho Consultivo de Presidentes; b) Comissões Específicas; c) Grupos de Trabalhos; d) Assessorias Especiais. IV ÓRGÃOS EXECUTIVOS: a) Presidência; e b) Vice-Presidências assim denominadas: 1. Vice-Presidência de Administração e Finanças; 2. Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina; 3. Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional; e, 4. Vice-Presidência de Registro.

Artigo 2º - Os parágrafos 4º, 9º e 10 do artigo 6º da Resolução CRC SP nº 1.093/2011 passa a vigorar com a seguinte redação: §4º - A Câmara de Recursos será composta por 3 (três) Conselheiros Efetivos, eleitos pelo Plenário, com mandato de 2 (dois) anos, coincidente com o do Presidente, dentre os Conselheiros Efetivos que não ocuparem cargo na Câmara de Controle Interno, nas I, II e III Câmaras de Fiscalização, na Câmara de Desenvolvimento Profissional, na Câmara de Registro e na Câmara de Política Institucional, competindo a um deles a coordenação e a outro a vice coordenação. §9º - A Câmara de Desenvolvimento Profissional será composta por 6 (seis) Conselheiros Efetivos, eleitos pelo Plenário, com mandato de 2 (dois) anos, coincidente com o do Presidente, dentre os Conselheiros Efetivos que não ocuparem cargo na Câmara de Recursos, na Câmara de Controle Interno, nas Câmaras de Fiscalização, na Câmara Registro e na Câmara de Política Institucional, competindo a um deles a coordenação e a outro a vice coordenação. §10 - A Câmara de Registro será composta por 4 (quatro) Conselheiros Efetivos, eleitos pelo Plenário, com mandato de 2 (dois) anos coincidente com o do Presidente, dentre os Conselheiros Efetivos que não ocuparem cargo na Câmara de Recursos, na Câmara de Controle Interno, nas Câmaras de Fiscalização, na Câmara de Desenvolvimento Profissional e na Câmara de Política Institucional, competindo a um deles a coordenação dos trabalhos e a outro a vice coordenação.

Artigo 3º - O do artigo 6º da Resolução CRC SP nº 1.093/2011 passa a vigorar acrescido do parágrafo 12: § 12 - A Câmara de Política Institucional será composta por 4 (quatro) Conselheiros Efetivos e igual número de suplentes dentre os integrantes efetivos das demais Câmaras, com mandato de 2 (dois) anos, coincidente com o do Presidente, que substituirão os Conselheiros Efetivos em eventuais ausências, competindo a um deles a coordenação e a outro a vice coordenação.

Artigo 4º - A Resolução CRC SP nº 1.093/2011 passa a vigorar acrescida da Subseção VIII à Seção I e artigo 18, renumerando-se os artigos 18 e seguintes: SUBSEÇÃO VIII - DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA DE POLÍTICA INSTITUCIONAL - Artigo 18 - À Câmara de Política Institucional compete: I - Coordenar os trabalhos desenvolvidos pelos Grupos de trabalho constituídos para implementar as ações previstas nos projetos da Câmara de Política Institucional; II - Coordenar as relações institucionais do CRC SP junto aos órgãos, Entidades e instituições de sua jurisdição, que dispõe de assentos ou cargos de representatividade; III - Coordenar as relações institucionais do CRC SP nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito do Estado de São Paulo; §1º - As reuniões da Câmara de Política Institucional serão realizadas, ordinariamente, de acordo com o cronograma de reuniões aprovado pelo Conselho Diretor e, extraordinariamente, sempre que convocadas pelo presidente. §2º - As decisões da Câmara de Política Institucional, após anuência do Conselho Diretor, serão encaminhadas ao Plenário.

Artigo 5º - Os incisos VII e IX do artigo 13 da Resolução CRC SP nº 1.093/2011 passam a vigorar com a seguinte redação: VII - Opinar sobre as inversões patrimoniais, superiores ao valor equivalente a 300 (trezentas) UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo). IX - Opinar sobre os processos de licitações e os respectivos aditivos contratuais, independente da sua modalidade, cujos valores sejam superiores ao equivalente a 300 (trezentas) UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo).

Artigo 6º - O artigo 19 da Resolução CRC SP nº 1.093/2011 passa a vigorar acrescido dos incisos XXIX, XXX e XXXI: XXIX - Desenvolver e coordenar projetos relativos à imagem e à divulgação do CRC SP; XXX - Superintender o Programa de Integridade e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"Compliance" do CRC SP; e XXXI - Superintender a divulgação das informações para o Portal da Transparência.

Artigo 7º - O artigo 37 da Resolução CRC SP nº 1.093/2011 passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 37 - As sessões do Plenário do TRED SP são reservadas, realizando-se ordinariamente, por no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros, de acordo com o Cronograma de Reuniões aprovado pelo Conselho Diretor e, extraordinariamente sempre que convocadas pelo Presidente.

Artigo 8º - O caput do artigo 38 da Resolução CRC SP nº 1.093/2011 passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 38 - As sessões do Plenário e de todas as Câmaras serão realizadas ordinariamente, por no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros, de acordo com o Cronograma de Reuniões aprovado pelo Conselho Diretor e, extraordinariamente, sempre que convocadas pelo Presidente.

Artigo 9º - O artigo 38 da Resolução CRC SP nº 1.093/2011 passa a vigorar acrescido do parágrafo 10: §10 - As Câmaras poderão funcionar por sessões presenciais ou em ambiente eletrônico por meio de sessões virtuais. Parágrafo único: Não serão julgados em ambiente virtual: I - Processos com pedido de sustentação oral; II - Processos em que o autuado e/ou seu representante legal solicitem assistir ao julgamento; III - Processos com pedido de retificação; IV - Processos cuja penalidade prevista seja suspensão do exercício da profissão e/ou censura pública; V - Processos cuja penalidade prevista seja cassação do exercício profissional; VI - Quando requerido por Conselheiro.

Artigo 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2018.

O Regimento Interno do CRC SP encontra-se disponível para consulta pública no site: www.crcsp.org.br

GILDO FREIRE DE ARAUJO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 11ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 194, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a suspensão de prazos, intimações, designações de audiências e sessões de julgamento no âmbito do CREF11/MS, no período de 26 a 29 de dezembro e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX, do art.40 e: CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 62, inciso VII e VIII, do Estatuto do CONFEF, compete aos CREFs cumprir e fazer cumprir as disposições da Lei Federal nº 9.696/98, das Resoluções e demais normas baixadas pelo CONFEF; CONSIDERANDO a existências de processos administrativos, fiscais e éticos em trâmite; CONSIDERANDO a inexistência de expediente no período de recesso de final de ano do CREF11/MS no período de 26/12/2017 a 29/12/2017, resolve:

Art. 1º - Suspender os prazos, intimações, realização de audiências e sessões de julgamento, no âmbito do CREF11/MS, no período de 26 a 29 de dezembro de 2017.

§1º - Os prazos recomeçarão a correr pelo período que faltar a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

§2º- Os prazos referentes a processos éticos, bem como suas intimações, realização de audiências e sessões de julgamento, ficarão suspensos no período de 26/12/2017 a 31/01/2018.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na presente data.

UBIRATAM BRITO DE MELLO

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

DECISÃO Nº 11, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia - COREN-BA, em conjunto com a Primeira-Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, e

CONSIDERANDO a Lei nº 5.905/73 em seus artigos 15, incisos III, XI e XIV e artigo 16;

CONSIDERANDO os artigos 4º, 5º, e 6º, da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº 494/2015 de 10 de novembro de 2015;

CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº 496/2015 de 26 de novembro de 2015;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso X, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 563, de 01 de novembro de 2017, que fixa o valor das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2018, devidas aos Conselhos Regionais de Enfermagem pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas e dá outras providências;

CONSIDERANDO, por fim, a deliberação do Plenário do Coren-BA em sua 527ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17 de novembro de 2017; decide:

Art. 1º Fixar o valor das anuidades de pessoas físicas e jurídicas a serem cobradas pelo COREN-BA, para o exercício do ano de 2018, conforme descrito abaixo:

Pessoa Física: I - Enfermeiros - R$ 281,30;

II - Obstetriz - R$ 267,24

III - Técnicos de Enfermagem - R$ 196,96;

IV - Auxiliares de Enfermagem. - R$ 168,82.

Pessoa Jurídica: Até R$ 50.000,00 de capital social - .R$ 562,76;

Acima de R$ 50.000,00 e até R$ 200.000,00 - R$ 1.125,51;

Acima de R$ 200.000,00 e até R$ 500.000,00 - R$ 1.688,27;

Acima de R$ 500.000,00 e até R$ 1.000.000,00 - R$ 2.251,03;

Acima de R$ 1.000.000,00 e até R$ 2.000.000,00 - R$ 2.813,78;

Acima de R$ 2.000.000,00 e até R$ 10.000.000,00 - R$ 3.376,54;

Acima de R$ 10.000.000,00 - R$ 4.502,03.

Art. 2º As anuidades terão vencimento em 31 de março de 2018 e poderão ser recolhidas da seguinte forma:

I - Desconto de 10% em cota única para pagamento até 31 de janeiro de 2018;

II - Desconto de 5% em cota única para pagamento até 28 de fevereiro de 2018;

III - Sem desconto, em cota única até 31 de março, ou em até 05 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, desde que a última parcela não ultrapasse o exercício fiscal.

Parágrafo Único - Caso o pagamento não seja realizado até 31 de março ou se o parcelamento previsto no inciso IV deste artigo se iniciar após esta data, o valor da anuidade será corrigido pelo Índice Nacional de Preço do Consumidor - INPC e acrescido de multa de 2% (dois por cento) e de juros 1% (um por cento) ao mês.

Art. 3º - Quando a inscrição for solicitada a partir do mês de julho a anuidade será paga proporcionalmente aos meses restantes para findar o ano.

Art. 4º - Esta Decisão, após homologada pelo Conselho Federal de Enfermagem, entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial, e seus efeitos passarão a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2018

MARIA LUISA DE CASTRO ALMEIDA
Presidente do Conselho

ORLANEIDE SANTOS DA SILVA
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ

DECISÃO Nº 217, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o valor de anuidades referentes ao exercício de 2018, por pessoa física e jurídica no âmbito do COREN/CE e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará - COREN/CE, em conjunto com a Conselheira Secretária, no uso de suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO que o art. 16, da Lei nº 5.905/73, define a receita dos Conselhos Regionais de Enfermagem; CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, §1º e §2º, da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011; CONSIDERANDO que o valor exato da anuidade, o desconto para profissionais recém inscritos, os critérios de isenção para profissionais, as regras de parcelamento e a concessão de descontos para pagamento antecipado ou à vista devem ser estabelecidos pelo Conselho Federal; CONSIDERANDO o acumulado nos últimos 12 (doze) meses de 9,15% do INPC, conforme previsto no art. 11, parágrafo único, da Lei 12.514/2011; CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº 396/2011, alterada através das Resoluções COFEN nº 435/2012 e 494/2015; CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº 396/2011 e suas alterações; CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº 563/2017, os valores das anuidades para o exercício de 2018 podem ser reajustadas em 1,63% (um vírgula sessenta e três por cento) de acordo com variação integral do Índice Nacional de Preços INPC dos últimos 12 (doze) meses (outubro/2016 a setembro/2017); decide:

Art. 1º Fixar as anuidades devidas ao Conselho Regional de Enfermagem do Ceará pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas no sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, para o exercício de 2018, nos valores de:

§ 1º Pessoas físicas:

I - Enfermeiros: R$ 307,40;

II - Obstetrizes: R$ 292,03;

III - Técnico de Enfermagem: R$ 200,17; e

IV - Auxiliar de Enfermagem: R$ 171,57.

§ 2º Pessoas jurídicas, conforme o capital social:

I - até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 571,92;

II - acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.143,86;

III - acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.715,78;

IV - acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 2.287,72;

V - acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 2.859,63;

VI - acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 3.431,58;

VII - acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 4.575,41.

Art. 2º - As anuidades referentes ao exercício de 2018, devidas por pessoas físicas e jurídicas, e com vencimento em 31/03/2018, poderão ser pagas com os seguintes descontos:

I - com 10% de desconto em cota única até 31 de janeiro;

II - com 5% de desconto em cota única até 28 de fevereiro;

III - sem desconto e em até 5 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, desde que requeridas até 31/03/2018.

§ 1º As parcelas pagas após o vencimento mensal sofrerão o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros mora de 0,03% (zero vírgula zero três por cento).

§ 2º Se não houver o pagamento até 31 de março ou se o parcelamento previsto no inciso III deste artigo se iniciar após essa data, o valor da anuidade será corrigido pelo índice Geral de Preços do mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas- FGV, e acrescido de multa de 2% (dois por cento) e de juros de 1% (um por cento) ao mês.

§3° O disposto neste artigo não se aplica aos recém-inscritos.

§4° Considera-se recém-inscrito o profissional que pleiteou sua primeira inscrição em quaisquer das categorias no sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

Art. 3º - Quando a inscrição for solicitada a partir do mês de abril a anuidade será paga proporcionalmente aos meses restantes para findar o ano.

Art. 4º - O presente Ato Decisório entrará em vigor após a homologação do COFEN, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, e revogadas as disposições em contrário.

OSVALDO ALBUQUERQUE SOUSA FILHO
Presidente do Conselho
COREN-CE N° 56.145

MARIA DAYSE PEREIRA
Secretária
COREN-CE N° 24.847

DECISÃO Nº 218, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

DIspõe sobre o valor das taxas correspondentes aos serviços prestados no âmbito do COREN/CE, para o exercício de 2018, e dá outras providências.

O Conselho Regional de Enfermagem do Ceará - COREN-CE, no uso de suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO a Lei N.º 5.905/73, art.15, inciso III; CONSIDERANDO que o COREN/CE realiza inúmeros serviços taxados, que possibilitam a realização de sua atividade precípua de fiscalização do exercício profissional; CONSIDERANDO o acumulado nos últimos 12 (doze) meses de 1,63% do INPC, conforme previsto no art. 11, parágrafo único, da Lei 12.514/2011; CONSIDERANDO o disposto na Resolução COFEN nº 563/2017; decide:

Art. 1º - As taxas correspondentes aos serviços realizados no âmbito do COREN/CE, referentes ao exercício de 2018, serão fixadas em REAL.

Art. 2º - As taxas, tratadas no artigo anterior, e seus valores, para o exercício de 2018, serão as seguintes:

I - inscrição e registro de pessoa física - R$ 83,42;

II - inscrição e registro de pessoa jurídica - R$ 278,04;

III - inscrição remida/remida secundária - R$ 72,32;

IV - expedição de carteira profissional - R$ 55,62;

V - substituição de carteira/expedição de 2ª via - R$ 55,62;

VI - anotação/registro de especialização, qualificação ou título - R$ 83,42;

VII - suspensão temporária de inscrição - R$ 41,26;

VIII - Anotação de Responsabilidade Técnica - R$ 206,11;

IX - emissão de declaração ou validação de registro para outros países - R$ 68,71;

X - despesas de correspondência e remessa de documentos - valor correspondente ao cobrado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

XI - despesas de fotocópias realizadas no Conselho (se acima de 10 cópias) - R$ 0,26;

XII - Emissão de Certidão de Responsabilidade Técnica - R$ 65,00.

Art. 3º - É vedada a cobrança de taxa para expedição de certidões negativa, de transferência, de regularidade e/ou nada consta.

Art. 4º - O presente Ato Decisório dependerá para entrar em vigor de homologação do COFEN, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, e revogadas as disposições em contrário.

OSVALDO ALBUQUERQUE SOUSA FILHO
Presidente do Conselho
COREN-CE N° 56.145

MARIA DAYSE PEREIRA
Secretária
COREN-CE N° 24.847

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO Nº 316, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Homologar o resultado da Eleição da Comissão de Ética do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro, COREN-RJ, Órgão Fiscalizador do exercício profissional ex vi da Lei nº 5.905/1973, juntamente com a Primeira Secretária desta Autarquia; CONSIDERANDO: 1)As Decisões COREN/RJ Nº 1821/12 E 085/15 publicadas no DOU em 20/07/2016 Seção I - página "53, decide:

Art. 1º Homologar o resultado da Eleição da Comissão de Ética do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.1) Enfermeiros - membros efetivos: Elizabeth Pimetel da Silva - 106840-ENF, Rafael Barroso Gaspar -- 384528- ENF, Fábio Gonçalves Ferreira - 307028-ENF,Tony de Oliveira Figueiredo - 60435-ENF. Enfermeiras - membros suplentes: Clarice Maria de Araújo Rodrigues - 244672-ENF, Luzia da Conceição de Araújo Marques - 49285-ENF, Valda Maria de Almeida Soares - 41659-ENF. 2) Técnicos e Auxilares de Enfermagem - membros efetivos: Patrícia de Souza Veiga - 738088-AE, Ivaldo dos Santos Pereira - 161899-TE, Wagner José Oliveira de Brito - 299526-AE. 3) Técnicos e Auxilares de Enfermagem - membros suplentes: Esther Santana Tinoco - 1043806-TE, Juliana de Souza Silva - 891555-TE, Claudia Paiva de Oliveira - 700671-TE.

Art. 2º O mandato dos Membros desta Comissão tem o prazo de 36 meses conforme o artigo 7º, da Decisão COREN-RJ nº 1821/12, vigorando a partir da data desta publicação.

MARIA ANTONIETA RUBIO TYRRELL
Presidente

ANA TERESA FERREIRA DE SOUZA
1ª Secretária

DECISÃO Nº 317, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Homologar o resultado da Eleição da Comissão de Ética do Hospital Espanhol.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro, COREN-RJ, Órgão Fiscalizador do exercício profissional ex vi da Lei nº 5.905/1973, juntamente com a primeira Secretária desta Autarquia, decide:

Art. 1º. Homologar o resultado da Eleição da Comissão de Ética do Hospital Espanhol: 1) Enfermeiros - membros efetivos: Enf. Brenda Caroline Soares - COREN/RJ nº 375818; Enf. Danielle Monteiro - COREN/RJ nº 469344. 2) Técnicos de Enfermagem - membro efetivo: Téc. de Enf. Flávio Barros Lins - COREN/RJ nº 1082916. Técnicos de Enfermagem - membro suplente: Téc. de Enf. Zenaide Santos Braz Vieira - COREN/RJ nº 54177.

Art. 2º. O mandato dos Membros desta Comissão tem o prazo de 36 meses conforme o artigo 7º, da Decisão COREN-RJ nº 1821/12, vigorando a partir da data desta publicação.

MARIA ANTONIETA RUBIO TYRRELL
Presidente do Conselho

ANA TERESA FERREIRA DE SOUZA
1ª Secretária

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 16 REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 1, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 012/2016. Representante: CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 16ª REGIÃO - CREFITO16. Representado (a): L. V. H. O. - CREFITO 165178-F. Defensor (a) Dativo: ANA LOURDES AVELAR NASCIMENTO - CREFITO 05753-F. EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. INADIMPLÊNCIA DE ANUIDADES. OBRIGATORIEDADE DO PAGAMENTO. SUSPENSÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Membros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 16ª Região, por unanimidade, em Sessão Plenária do dia 12 de dezembro de 2017, pela SUSPENSÃO PRORROGADA ATÉ O PAGAMENTO DA DÍVIDA, com base no artigo 17, § 6º, da Lei 6.316/75, seguindo o Relatório e Voto do Relator, que integram o presente processo.

FERNANDO MAURO MUNIZ FERREIRA
Presidente do Conselho

GUSTAVO EMMANUEL COSTA
Relator do Conselho

ACÓRDÃO Nº 2, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 013/2016. Representante: CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 16ª REGIÃO - CREFITO16. Representado (a): A. C. M. M. R. - CREFITO 116234-F. Defensor (a) Dativo: ANA LOURDES AVELAR NASCIMENTO - CREFITO 05753-F. EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PRESCRIÇÃO DE SUBSTÂNCIAS PROIBIDAS AO FISIOTERAPEUTA. SUSPENSÃO E MULTA. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Membros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 16ª Região, por unanimidade, em Sessão Plenária do dia 12 de dezembro de 2017, pela SUSPENSÃO PELO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, MAIS MULTA DE 02 (DUAS) ANUIDADES, com base no artigo 17, III, IV e § 1º, da Lei 6.316/75, seguindo o Relatório e Voto do Relator, que integram o presente processo.

FERNANDO MAURO MUNIZ FERREIRA
Presidente do Conselho

GUSTAVO EMMANUEL COSTA
Relator do Conselho

ACÓRDÃO Nº 3, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº. 002/2016. Representante:CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 16ª REGIÃO - CREFITO16. Representado (a): A. L. C. - CREFITO 13246-TO. Defensor (a) Dativo: MARIA DE NAZARETH MENDES - CREFITO 03947-TO. EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. INADIMPLÊNCIA DE ANUIDADES. OBRIGATORIEDADE DO PAGAMENTO. SUSPENSÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Membros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 16ª Região, por unanimidade, em Sessão Plenária do dia 12 de dezembro de 2017, pela SUSPENSÃO PRORROGADA ATÉ O PAGAMENTO DA DÍVIDA, com base no artigo 17, § 6º, da Lei 6.316/75, seguindo o Relatório e Voto do Relator, que integram o presente processo.

FERNANDO MAURO MUNIZ FERREIRA
Presidente do Conselho

GUSTAVO EMMANUEL COSTA
Relator do Conselho

ACÓRDÃO Nº 4, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 005/2016. Representante: CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 16ª REGIÃO - CREFITO16. Representado (a): F. S. L. S. - CREFITO 16196-F. Defensor (a) Dativo: ANA LOURDES AVELAR NASCIMENTO - CREFITO 5753-F. EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. INADIMPLÊNCIA DE ANUIDADES. OBRIGATORIEDADE DO PAGAMENTO. SUSPENSÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Membros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 16ª Região, por unanimidade, em Sessão Plenária do dia 12 de dezembro de 2017, pela SUSPENSÃO PRORROGADA ATÉ O PAGAMENTO DA DÍVIDA, com base no artigo 17, § 6º, da Lei 6.316/75, seguindo o Relatório e Voto do Relator, que integram o presente processo.

FERNANDO MAURO MUNIZ FERREIRA
Presidente do Conselho

GUSTAVO EMMANUEL COSTA
Relator do Conselho

ACÓRDÃO Nº 5, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 006/2016. Representante: CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 16ª REGIÃO - CREFITO16. Representado (a): G. N. C. B. S. - CREFITO 10742-TO. Defensor (a) Dativo: MARIA DE NAZARETH MENDES - CREFITO 03947-TO. EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. INADIMPLÊNCIA DE ANUIDADES. OBRIGATORIEDADE DO PAGAMENTO. SUSPENSÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Membros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 16ª Região, por unanimidade, em Sessão Plenária do dia 12 de dezembro de 2017, pela SUSPENSÃO PRORROGADA ATÉ O PAGAMENTO DA DÍVIDA, com base no artigo 17, § 6º, da Lei 6.316/75, seguindo o Relatório e Voto do Relator, que integram o presente processo.

FERNANDO MAURO MUNIZ FERREIRA
Presidente do Conselho

GUSTAVO EMMANUEL COSTA
Relator do Conselho

ACÓRDÃO Nº 6, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº. 011/2016. Representante:CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 16ª REGIÃO - CREFITO16. Representado (a): S. M. O. - CREFITO 73368-F. Defensor (a) Dativo: ANA LOURDES AVELAR NASCIMENTO - CREFITO 05753-F. EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. INADIMPLÊNCIA DE ANUIDADES. OBRIGATORIEDADE DO PAGAMENTO. SUSPENSÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Membros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 16ª Região, por unanimidade, em Sessão Plenária do dia 12 de dezembro de 2017, pela SUSPENSÃO PRORROGADA ATÉ O PAGAMENTO DA DÍVIDA, com base no artigo 17, § 6º, da Lei 6.316/75, seguindo o Relatório e Voto do Relator, que integram o presente processo.

FERNANDO MAURO MUNIZ FERREIRA
Presidente do Conselho

GUSTAVO EMMANUEL COSTA
Relator do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 16, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a prorrogação do Concurso Público do CRFa 2ª Região nº 1/2016.

A Presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ªRegião, no uso de suas atribuições legais e regimentais. Considerando os termos do Edital do Concurso público do CRFa 2ªRegião nº01/2016 para Provimento de Empregos Vagos; Considerando a homologação do resultado do Concurso Público nº 1/2016, resolve:

Art.1º Prorrogar, pelo prazo de 01(hum) ano, o concurso público do CRFa 2ª Região nº01/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor, nesta data.

MÁRCIA CRISTIANE DE FREITAS MENDES CIVITELLA

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 10ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

Institui a Câmara de Mediação ou outros meios de solução consensual de conflitos, nos processos ético-disciplinares do Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região/PA-AP.

O Conselho Regional de Psicologia 10ª Região Pará e Amapá, por meio do Presidente do Conselho Regional de Psicologia 10a Região PA/AP, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando as orientações consolidadas pelo Conselho Federal de Psicologia nas disposições da Resolução do CFP Nº. 007/2016, de 21 de junho de 2016;

Considerando a necessidade de criar a Câmara de Mediação ou outros meios de solução consensual de conflitos ou conciliação, nos processos ético-disciplinares do Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região- PA e AP;

Considerando a aprovação desta Resolução na Plenária Geral nº 504, de 22 de junho de 2017; resolve::

Art. 1º - Instituir a Câmara de Mediação ou outros meios de solução consensual de conflitos, nos processos ético-disciplinares do Conselho Regional de Psicologia 10ª Região, nos termos e nas condições estabelecidos pela Resolução do CFP Nº 007/2016;

§ 1º: Além da mediação, a Câmara poderá conduzir outros meios de solução consensual de conflitos, como conciliação, processos restaurativos ou outros considerados mais adequados no decorrer das fases processuais, a critério da Comissão de Ética e Plenária do CRP 10, os quais seguirão as mesmas normas previstas nesta Resolução.

§ 2º: Os mediadores ficarão sujeitos ao Termo de Referência Ética para atuação no Sistema Conselhos de Psicologia, de acordo com a Resolução do CFP Nº 007/2016, a qual fixa os princípios que devem orientar os procedimentos a serem conduzidos pela Câmara de Mediação, quais sejam: independência, imparcialidade, autonomia da vontade, confidencialidade, oralidade, informalidade e decisão formada.

Art. 2º- Para atuar como mediador na Câmara de Mediação do CRP-10 é necessário: Ser pessoa capaz; Não estar atuando como conselheira (o), membro ou psicóloga (o) convidada (o) da Comissão de Ética e Comissão de Orientação e Fiscalização dentre outras características especificas previstas na Lei 13. 140/2015, na Resolução do CFP Nº007/2016, de 21 de junho de 2016, no Termo de Referências Éticas para atuação do mediador no Sistema Conselhos de Psicologia;

Art. 3º - A Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos que deverá observar o previsto na Resolução do CFP Nº. 07/2016 será composta pelos seguintes membros: - Rafaele Habib Souza Aquime (Conselheira Presidenta da Comissão de Ética); - Giane Silva Santos de Souza (Conselheira membro da Comissão de Ética);- Álvaro Pinto Palha Junior (Conselheiro membro da Comissão de Ética);- Robenilson Moura Barreto (Conselheiro membro da Comissão de Ética)- Carla Isadora Barbosa Canto (Conselheira membro da Comissão de Ética);- Fernanda Teixeira de Barros Neta (Psicóloga convidada da Comissão de Ética).

§ 1º A presidência da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos recairá sobre a Conselheira Presidenta da Comissão de Ética, conforme dispõe o art. 24, § 2º, alínea a, da Resolução do CFP nº 007/2016.

Art.4º - Os mediadores ficarão sujeitos ao Código de Ética dos Mediadores do Sistema Conselhos de Psicologia, além das demais legislações que tratam do tema.

Art.5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art.6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

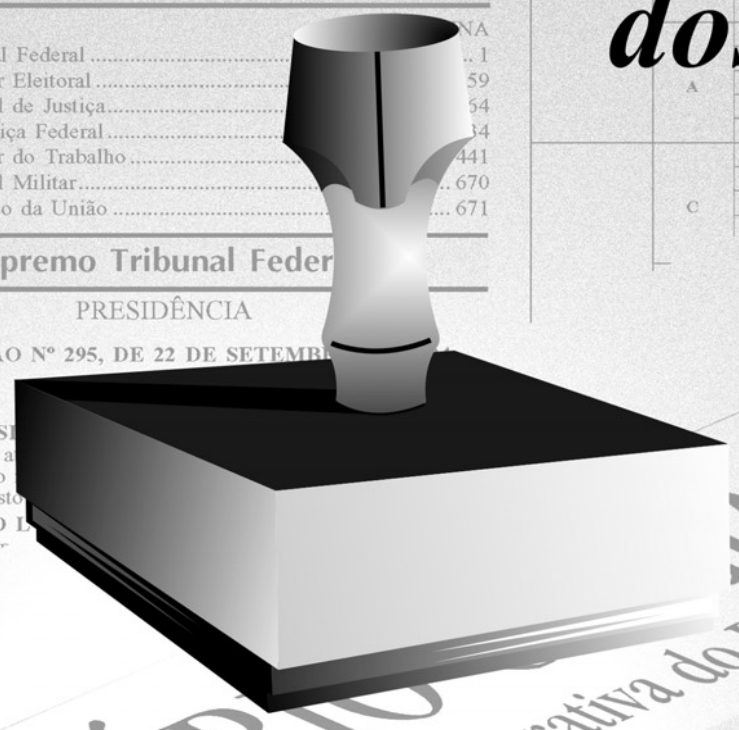
LUIZ ROMANO DA MOTTA ARAÚJO NETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121800208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.